

ENIC

ENCONTRO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E PESQUISA

- 17ª EDIÇÃO -

ANAIS DO 17º

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ

JAÚ - SP. OUTUBRO, 2020



ANAIS DO 17 ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DAS FIJ

Jau – SP
Outubro de 2020

As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores

Ficha Catalográfica

E562

ENIC: Anais do 17º Encontro de Iniciação Científica. – Outubro de 2020. / Jaú-SP. Fundação Educacional “Dr.Raul Bauab” – JAHU / Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020.

1- Estudos Científicos Periódicos. 2. Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão - Periódicos. I. Faculdades Integradas de Jaú. - I.
Título

CDD 001.42

As ideias emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.

É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.

Catálogo na fonte Bibliotecária: Yone da Silva – CRB 8/7465

FACULDADES INTEGRADAS DE JAU

Direção das Faculdades Integradas de Jau
Leonel Capeti

Responsável Geral pelo 17º Encontro de Iniciação Científica – FIJ
Solimar Guindo Messias Bonjardim

Responsável Técnico pelo 17º Encontro de Iniciação Científica – FIJ
Ademilson Cassiano da Silva

Comissão Organizadora

Ademir Testa Junior	Paulo Fernando do N. Afonso
Adriane Lopes	Renan Floret Turini Claro
Celso Henrique Nicola	Solimar G. Messias Bonjardim
Giovanna Davatz Lopes	Tanize do Espírito Santo Faulin

Comissão Científica

Ademir Testa Junior	Nathalia Mariah Mazzeo Issa Vieira
Adriane Lopes	Paula Grippa Sant'Ana
Celso Henrique Nicola	Paulo Fernando do Nascimento Afonso
Elaine Marangoni	Renan Floret Turini Claro
Elisangela Ramos de Oliveira	Solimar Guindo Messias Bonjardim
Gercilene Cristiane Silveira	Susana Gabriela Ragazzi Candido
Katia Aparecida da Silva Viegas	Tanize do Espírito Santo Faulin
Lucia Helena Ormelese de Barros	Thiago de Souza Candido
Maria Madalena Lazari Kawashima	Viviane Rodrigue

Conselho Avaliativo

Adriana Campos Meiado	Eduardo T. Arruda G. de Franca
Alessandro Gabriel Macedo Veiga	Elaine Cristina Gardinal Pizato
Ana Paula R Razera	Elaine Marangoni
Ana Vera Niquerito Bozza	Eliete Janaina Bueno Bighetti
André Luiz Ventura Savio	Eliomar Borges Furquim
Andrielle Araujo Oliveira	Elisangela Ramos de Oliveira
Antônio Henrique Barbosa Real	Evandro Antonio Bertoluci
Bianca Callegari	Evandro Antonio Correa
Bianca Didoni	Fabio Henrique Manso Micheloto
Bianca Giordana Zaniratto	Flavio Luis Grava Scalco
Carla Maria Nicola Coletti	Flavio Mangili Ferreira
Celia R Auler Pereira Furuta	Gercilene Cristiane Silveira
Cesar Willian Furqui Massoco	Giovanna Castilho Davatz Lopes
Clerison José de S. Bueno	Guilherme Augusto Martines

Gustavo Rossanezi
Jhennifer Prescilla Dias
José Augusto Pereira Ribeiro
José Rafael Pena
Juliana Inhesta Limão Thiengo
Katia Aparecida da Silva Viegas
Laura Boletti de Castro
Lucia Helena Ormelese de Barros
Magda Cristina Scipioni Verissimo
Marcel Henrique Bertozzin
Marcela Mangili Esteves Ivo
Marcelo Mott Peccioli Paulini
Marcia Cristina Vicari
Maria Madalena Lazari Kawashima
Mariana Previde Germin
Mariene Mara Contador Furtado
Nagila Garcia Galan de Oliveira
Nathaly Barbieri Marcondes Cesar

Patricia Pelegrina Rosseto
Paula Grippa Santa'Ana
Renan Floret Turini Claro
Renata C. de Oliveira S. Castro
Rui Carvalho Piva
Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara
Simone Cristina Mussio
Stefani Edvirgem da Silva Borges
Suselaine Ap. Zaniolo Mascioli
Suzana Abrunhosa
Tamires Daiane da Silva
Thiago de Souza Candido
Vania Ap. Borim Moretto Delpino
Vicente Alexandre de Lucca Neto
Viviane Rodrigues
Waldir Antonio Gobbi Augusto
Wanderlei Sebastião Gabini

Capa

Luiz Francisco Ananias Junior

Diagramação e Editoração Comissão Organizadora

APRESENTAÇÃO

Os Anais do 17º ENIC - Encontro de Iniciação Científica e Pesquisa e 3º ENIC-JR - Encontro de Iniciação Científica para alunos do Ensino Médio das Faculdades Integradas de Jaú trazem publicado os trabalhos submetidos e apresentados durante o evento. Este ano, o ENIC, aconteceu nos dias 22, 23 e 24 de outubro de 2020 e, devido ao momento, em formato online.

A realização do evento em formato remoto possibilitou as Faculdades Integradas de Jaú expandir seu núcleo de discussão, com três dias de apresentação de trabalhos tanto dos alunos da própria instituição como de estudantes de outras instituições, profissionais e estudantes do Ensino Médio. Além da realização de minicursos, mesas redondas e palestra para aprofundar a discussão sobre a pesquisa, foco primordial deste evento.

Este evento, organizado pelas FIJ, busca ser um canal de divulgação e discussão para a pesquisa, ser incubadora de novas ideias e diretrizes tão em voga na nossa sociedade. Além disso, este evento retrata o interesse da comunidade acadêmica das FIJ pela pesquisa, nas mais diversas áreas do conhecimento, refletindo sobre a busca dos docentes e alunos, dos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição, na elaboração e aprimoramento dos saberes. A continuidade e expansão do evento é a realização da meta de crescimento do foco de formar integralmente nossos alunos, com o tripé ensino, pesquisa e extensão já discutido os anais dos anos anteriores.

Comissão Organizadora do 17º Encontro de Iniciação Científica
Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC
Faculdades Integradas de Jaú - FIJ

SUMÁRIO GERAL

ÍNDICE DOS TRABALHOS POR TÍTULO	7
1. RESUMO EXPANDIDO	
EDUCAÇÃO	7
HUMANAS	8
SAÚDE	10
SOCIAIS APLICADAS	12
2. RESUMO SIMPLES	
HUMANAS	14
SAÚDE	14
INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR	15
ÍNDICE DOS TRABALHOS POR AUTOR	1292

ÍNDICE DOS TRABALHOS POR TÍTULO

1. RESUMO EXPANDIDO

EDUCAÇÃO

A ABORDAGEM NATURAL DE KRASHEN PARA A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO LE: O ENSINO BILÍNGUE EM FOCO	16
A COMPLEXIDADE E OS DESAFIOS DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR E A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	24
A DIVERSIDADE DO EDUCAR: UM ESTUDO ACERCA DA PEDAGOGIA WALDORF E DO MÉTODO MONTESSORI	31
A EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DOCUMENTOS OFICIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE EDUCACIONAL	39
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM SOB O ENFOQUE DA PSICOPEDAGOGIA	43
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	48
A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA	53
A ORIGEM DO JOGO PROTAGONIZADO E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL	60
PSICOPEDAGOGIA E AS NOVAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS	67
A RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO COMO FATOR MOTIVACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	73
A TECNOLOGIA E A GESTÃO NAS ESCOLAS	78
AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA NA DESMISTIFICAÇÃO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR	85
AVALIAÇÃO MEDIADORA: UM COMPROMISSO COM A APRENDIZAGEM DO ALUNO	92
ESCOLA UM ESPAÇO PARA A (DES) CONSTRUÇÃO: VAMOS BRINCAR DE BONECAS?	99
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	105
LIBRAS PARA OUVINTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSO DE APRENDIZAGEM	111
NOVAS METODOLOGIAS DE ENSINO COMO ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	115
O APRENDIZADO DA MATEMÁTICA POR CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	121
O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL PELOS TEÓRICOS: PIAGET, FREUD, VYGOTSKY E WALLON	125
O JOGO NA EMPRESA COMO APORTE PARA A APRENDIZAGEM	130
O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA A ESCOLARIZAÇÃO	136
OS RECURSOS TECNOLÓGICOS E O ENSINO NOS ANOS INICIAIS: UMA RELAÇÃO A FAVOR DA APRENDIZAGEM	140
PERCEPÇÕES CONCEITUAIS E ATITUDINAIS DE PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM ESPORTIVA	144
PSICOPEDAGOGIA APLICADA À CRIANÇAS COM TDAH	152
RECURSOS TECNOLÓGICOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA DISCUSSÃO SOBRE POSSIBILIDADES	155
REFLEXÕES SOBRE A PRAXIS DOCENTE: A FALTA DE QUALIDADE DO ENSINO BRASILEIRO PODE SER O RESULTADO DO DESINTERESSE DOS PROFESSORES PELA FORMAÇÃO CONTINUADA?	160
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: SEU PAPEL NO ENSINO VOLTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	165

HUMANAS

A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: DIFICULDADES, NECESSIDADES E AÇÕES QUE A FAVORECEM	170
A EDUCAÇÃO PARA A SABEDORIA VERSUS A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO	174
A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO PRECONCEITO RELACIONADO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE – UMA REVISÃO DE LITERATURA	180
A ELABORAÇÃO DA PERDA FETAL – LUTO NEONATAL	187
A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO CURRÍCULO	191
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO NASCIMENTO AOS SEIS ANOS: INTERFACES TEÓRICAS	198
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO	204
A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM CORPORAL NO ATENDIMENTO CLÍNICO EM PSICOLOGIA	211
A INFLUÊNCIA DO CURRÍCULO OCULTO NO COMPORTAMENTO DOS ALUNOS EM SALA DE AULA	219
A INFLUÊNCIA DOS HÁBITOS DE SONO NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	225
A LINGUAGEM COMO FERRAMENTA DE ENSINO SOB A ÓTICA DE VIGOTSKY	232
A LITERATURA INFANTIL NA SALA DE AULA: O GÊNERO FÁBULA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	236
A METODOLOGIA ATIVA POTENCIALIZA O SABER, O PROTAGONISMO, A PROATIVIDADE, E AUTONOMIA DO ALUNO	241
A PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	248
A SIMBOLOGIA DA ILHA NA LITERATURA DE LÍNGUA INGLESA: UTOPIA E DISTOPIA	252
A SUPERFICIALIDADE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E OS APLICATIVOS DE RELACIONAMENTOS	257
A TRISTEZA COMO CONDIÇÃO EXISTENCIAL: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO	263
ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO AFETIVO DA CRIANÇA	269
ANÁLISE ACERCA DA PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE SUFICIENTEMENTE BOM PARA O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL SAUDÁVEL DE CRIANÇAS ADOTADAS SEGUNDO A TEORIA PSICANALÍTICA	275
ANÁLISE PRELIMINAR DA CAMPANHA PRÓ MENINAS PROJETADA PARA O ANO DE 2021	282
AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E O ENSINO HUMANIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	288
AS CONSEQUÊNCIAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL	293
AS HABILIDADES SOCIAIS PARENTAIS E A INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO DOS FILHOS	300
AS ORIGENS E ARTIMANHAS DO ROMANCE SENTIMENTAL	308
ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA SOLIDÃO EM ADULTOS	311
ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO FEMINICÍDIO SOB A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL	316
COMPORTAMENTOS E INFLUÊNCIAS QUE ATINGEM OS CONSUMIDORES	323
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO PRÁTICO REFLEXIVO DE SCHÖN NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	330
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA TERCEIRA IDADE	336
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TERCEIRA IDADE: A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE	343

DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA - CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE	351
DISCALCULIA: O TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM E A INTERVENÇÃO DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR	359
DISLEXIA: PARÂMETROS DIAGNÓSTICOS E DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	365
DIVERSIDADE CULTURAL E EXCLUSÃO SOCIAL NAS ESCOLAS: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO DOCENTE	370
ELEMENTOS PSÍQUICOS DO FASCISMO EM UM REFERENCIAL PSICANALÍTICO	377
ENCANTADA: UMA ANÁLISE SOBRE O CONTO MARAVILHOSO E O CONTO MODERNO	384
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: MERA OBRIGAÇÃO BUROCRÁTICA OU UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO SABER CIENTÍFICO	388
ESTUDO SOBRE O CASO DE TED BUNDY	392
ESTUPRO VIRTUAL: O ÊXODO TECNOLÓGICO DURANTE A PANDEMIA	398
FATORES INFLUENCIADORES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL E PREVENÇÃO	405
FORMAÇÃO DE LEITORES AUTÔNOMOS E REFLEXIVOS	410
JULIA LOPES DE ALMEIDA: SUA TRAJETÓRIA NA LITERATURA E A FUNÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS EM A FALÊNCIA	415
LÍNGUA INGLESA: SUA AQUISIÇÃO NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DOS JOGOS ELETRÔNICOS	420
LUTO ANTECIPATÓRIO EM PACIENTES ONCOLÓGICOS	427
MATERNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA SINGULAR	434
NÓS E OS OUTROS: SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA DO EXISTIR A PARTIR DA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA- EXISTENCIAL	439
O ALUNO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (APAE) DE ENCONTRO COM A ARTE	444
O ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO DE PESSOAS SURDAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	449
O DESENVOLVIMENTO AFETIVO MATERNO: FALHAS QUE ACARRETAM TRAUMAS NA CRIANÇA	454
O DESENVOLVIMENTO AUTISTA A PARTIR DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS	459
O DUPLA NA CONFISSÃO DE LÚCIO: ECOS PSICANALÍTICOS	464
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA ASSOCIADO AOS ASPECTOS METODOLÓGICOS E LINGÜÍSTICO PERMITEM AO EDUCADOR UMA TOMADA DE DECISÃO SOBRE O QUE E COMO ENSINAR	470
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA ATRAVÉS DO GÊNERO HUMORÍSTICO COMO MECANISMO LINGÜÍSTICO	478
O ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS E A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE SUA PRÁTICA	485
O EXERCÍCIO FÍSICO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE PACIENTES COM INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO	494
O FENÔMENO TRANSEXUAL E O PAPEL DA CIÊNCIA - REFLEXÃO NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA	499
O INGLÊS GLOBAL, A GÊNESE DOS NOVOS INGLESES E O FUTURO DA LÍNGUA	506
O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	514
O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TDAH DIANTE DOS RÓTULOS	520
O PAPEL DA PSICOLOGIA HOSPITALAR E DA ESPIRITUALIDADE NO LUTO ANTECIPATÓRIO MATERNO	528
O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E A SOCIEDADE BRASILEIRA	533
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE LEITURA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	539

O ROMANCE DE FORMAÇÃO FEMININO EM A REDOMA DE VIDRO	545
OS BENEFÍCIOS DOS VIDEOGAMES PARA A APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	550
PAIS E FILHOS: ATOS INFRACIONAIS RECORRENTES E SUA RELAÇÃO COM A NEGLIGÊNCIA INFANTIL	557
PARAFILIAS E TRANSTORNOS PARAFÍLICOS: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DOS COMPORTAMENTOS SEXUAIS TÍTULO DO ARTIGO	561
PEDAGOGIA EMPRESARIAL: UMA NOVA VISÃO DE APRENDIZAGEM NAS ORGANIZAÇÕES	567
PEDAGOGIA SOCIAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONCEPÇÕES FREIREANAS	572
PERSPECTIVAS ATUAIS DA RELAÇÃO MATERNIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO: CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS	580
POLICIAIS MILITARES E A INCIDÊNCIA DE TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO	588
PROFESSOR REFLEXIVO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE SUA PRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR	593
PSICOPEDAGOGIA: POSSIBILIDADES PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO REMOTO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	598
QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	604
RECURSOS DE ENFRENTAMENTO PARA O ESTUDANTE DIANTE DO SOFRIMENTO NO ENSINO SUPERIOR	610
REI ARTHUR: SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS DA LITERATURA DE LÍNGUA INGLESA DIFUNDIDOS E APROPRIADOS MUNDIALMENTE	617
RELAÇÃO BULLYING E DEPRESSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	624
UM OLHAR SOB O GRANDE GATSBY	631
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PRÁTICA DO PSICÓLOGO	639

SAÚDE

A ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO NO TRATAMENTO DA SÍFILIS CONGÊNITA	646
A EFICÁCIA DA ELPO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ELPO'S EFFICACY IN NURSING CARE	653
A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO	657
A IMPORTÂNCIA DO EXAME CITOPATOLÓGICO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO	662
A IMPORTÂNCIA EM DESENVOLVER O CONHECIMENTO DO PACIENTE SOBRE AS CAUSAS QUE LEVAM A CONFECÇÃO DA COLOSTOMIA.	669
A INFLUÊNCIA DA MICROBIOTA INTESTINAL NA DEPRESSÃO	676
A INFLUÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT NO RENDIMENTO DE JOGADORES DE FUTEBOL	681
A INTRODUÇÃO DE TREINAMENTOS PARA GOLEIROS NO FUTSAL	686
ADAPTAÇÕES CARDIOVASCULARES SUBSEQUENTES AOS EXERCÍCIOS FÍSICOS AERÓBIOS OU RESISTIDOS	692
ANÁLISE DO SOMATÓTIPO EM ÁRBITROS DE FUTEBOL	698
ATENÇÃO E CUIDADOS COM A SAÚDE E O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO DE PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	705
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO DIAGNÓSTICO DA SEPSE	711
AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE RUÍDO A QUE ESTÃO EXPOSTOS OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM EM ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAHU	717
BENEFÍCIOS DA CORRIDA DE RUA EM INDIVÍDUOS COM DEPRESSÃO	724
BENEFÍCIOS DA DANÇA NOS ASPECTOS FÍSICOS E COMO LAZER NA TERCEIRA IDADE	730

BREVE REVISÃO SOBRE TREINAMENTO CONCORRENTE	736
CENTRO CIRÚRGICO ONCOLÓGICO: ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM E ASPECTOS CAUSADORES DE ESTRESSE OCUPACIONAL	742
“CLEAN AND JERK” (ARRANCO / ARREMESSO): LESÕES E POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS A SEREM ADOTADAS A FIM DE PREVENÍ-LAS	749
CONHECIMENTO PRODUZIDO SOBRE O CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO E A EQUIPE DE ENFERMAGEM	755
DA PENICILINA À HALICINA: UMA MUDANÇA NA BUSCA POR NOVOS ANTIBIÓTICOS	762
DIABETES MELLITUS: A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES FARMACOTERAPÊUTICAS FORNECIDAS PELO FARMACÊUTICO CLÍNICO AO PACIENTE	766
DE PRÉ-NATAL A PUERPÉRIO: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A GESTAÇÃO	770
EFEITO DO TREINAMENTO RESISTIDO EM PESSOAS PORTADORAS DE DIABETES MELLITUS TIPO II	775
EXERCÍCIOS FÍSICOS NA PREVENÇÃO DA OSTEOPOROSE	779
GESTAÇÃO NA ADOLESCENCIA E A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO COM A SAÚDE PÚBLICA	784
IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	792
IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE ENFERMAGEM NOS CUIDADOS DAS FERIDAS	798
INFLUÊNCIA DA NATAÇÃO NA APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE EM IDOSOS	804
INTERVENÇÕES DO ENFERMEIRO EM CARDIOPATIA CONGÊNITA NO RECÉM-NASCIDO	810
LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO POR REGIÕES E ESTADOS DO BRASIL DE MORTES POR INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA NO PERÍODO DE 2010-2018	817
METODOLOGIAS DE ENSINO DO KARATÊ-DO SHOTOKAN PARA CRIANÇAS	824
MULHERES MORTAS POR AGRESSÃO EM 2018: UM LEVANTAMENTO INTERSECCIONAL DE GÊNERO E RAÇA POR REGIÕES E ESTADOS DO BRASIL	832
MUSCULAÇÃO PARA IDOSOS COM DIABETES DO TIPO II	839
O CUIDADO DE ENFERMAGEM À MULHER EM SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO	844
O IMPACTO DA ESQUIZOFRENIA NA GESTAÇÃO	851
O OLHAR HUMANIZADO FRENTE À HOSPITALIZAÇÃO: UM MODELO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO	859
O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR (LCA) EM ATLETAS E PRATICANTES DE ESPORTE RECREACIONAL	866
O USO DE VÍRUS NO TRATAMENTO ONCOLÓGICO: UM ENFOQUE NA TERAPIA COM LINFÓCITOS T COM RECEPTORES QUIMÉRICOS DE ANTÍGENO	870
PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AO DELIRIUM EM PACIENTES CRÍTICOS	875
PERCEPÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ULTRASSONOGRRAFIA EM CATETERISMO VENOSO PERIFÉRICO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	883
PESSOAS IDOSAS DEPENDENTES, PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS- EM ATENDIMENTO DOMICILIAR E INSTITUCIONALIZADO	890
PILATES COMO MÉTODO DE INTERVENÇÃO EM IDOSOS COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA	896
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES UTILIZADAS EM SAÚDE	903
RISCOS OCUPACIONAIS DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM EM INSTITUIÇÕES HOSPITALARES: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO	910
SINDROME DE BURNOUT E COPING EM ENFERMEIROS ATUANTES EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI): REVISÃO DE LITERATURA	918
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA: PAPEL DO ENFERMEIRO	926

TRANSTORNO MENTAL COMUM EM IDOSOS NA ATENÇÃO BÁSICA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	931
TREINAMENTO FÍSICO EM PERÍODO PÓS-CIRURGICO DE HÉRNIA DE DISCO LOMBAR	938
TREINAMENTO FUNCIONAL NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA OBESIDADE EM IDOSOS	945
TREINAMENTO RESISTIDO PARA INDIVÍDUOS COM HÉRNIA DE DISCO	952
UM PANORAMA SOBRE AS CAUSAS E IMPLICAÇÕES DA HESITAÇÃO VACINAL	958
UMA VISÃO GERAL SOBRE O CORONAVÍRUS SARS-COV-2	963

SOCIAIS APLICADAS

A COMPLEXIDADE DA PUNIÇÃO DOS CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS NO AMBIENTE VIRTUAL	968
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NA DETECÇÃO DE FRAUDES	975
A IMPORTÂNCIA DOS DRONES NO MONITORAMENTO AGROPECUÁRIO	983
A IMPORTÂNCIA E EVOLUÇÃO DO E-COMMERCE NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS	987
A INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE INFANTIL NO YOUTUBE: ANÁLISE DOS CANAIS LUCAS NETO VS ENALDINHO	993
A PSICOGRAFIA COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL	998
A REALIDADE ACERCA DA LIBERDADE CONSTITUCIONAL NAS PRÁTICAS DIÁRIAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO	1005
A VIOLÊNCIA CONJUGAL E AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	1011
ANÁLISE DE EXPANSÃO NO MERCADO DE E-SPORTS	1015
ANÁLISE DE RENTABILIDADE EMPRESARIAL PELA MÉTODO DU PONT DE ANÁLISE	1019
BUSINESS INTELLIGENCE: UMA FERRAMENTA GERENCIAL PARA A TOMADA DE DECISÕES	1025
CAMINHOS PARA UMA RETOMADA ECONÔMICA NO BRASIL	1029
CONTABILIDADE AMBIENTAL: O BENEFÍCIO FINANCEIRO PROVENIENTE DA PRÁTICA DE REÚSO DA ÁGUA DA CHUVA EM UMA EMPRESA DE BARIRI	1033
DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	1040
EMPREENDEDORISMO MATERNO: AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIDAS PELAS MÃES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DETORRINHA/SP	1047
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL E SEUS IMPACTOS NA VENDA DE SERVIÇOS	1052
ESTUDO DE CASO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING UTILIZADA PELO SUPER MERCADO MICHELASSI, DURANTE A PANDEMIA	1059
GESTÃO DE PESSOAS E EMPRESAS: MISSÃO, VISÃO E VALORES	1065
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE RECICLAGEM	1070
IMPORTANCIA DO RENOVABIO NO MERCADO FINANCEIRO	1077
OS JOVENS ADMINISTRADORES E O EMPREENDEDORISMO	1081
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS E GERENCIAMENTO NA CADEIA DE SUPRIMENTOS	1087
MARKETING ESPORTIVO NO FUTEBOL	1095
O FEMINISMO NA PUBLICIDADE: ANÁLISE DA CAMPANHA #LIKEAGIRL	1101
O IMPACTO DAS CERTIFICAÇÕES (ISO 9001 E ISO 14001) E SUAS VANTAGENS PARA AS ORGANIZAÇÕES	1107
O INSTRUMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) DA LEI 13.465/2017 E SUA INOBSERVÂNCIA AO DIREITO À CIDADE	1111

O PROCESSO DE CONSULTORIA APLICADO A GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO DE UMA MICROEMPRESA EM JAU	1116
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE	1120
PESQUISA DE INTERVENÇÃO: RETRATOS DA REALIDADE – A RELAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID-19 COM A OBESIDADE	1124
PROJETO EXPERIMENTAL EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA: CAMPANHA PUBLICITÁRIA DA APAE DE IGARAÇU DO TIETÊ, SP	1132
RELAÇÕES DE PODER ENVOLTOS SOBRE O SÉXISMO E A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL DE MULHERES	1138
SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR NO AMBIENTE LABORAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O AFASTAMENTO NO TRABALHO POR TRANSTORNO MENTAL	1143
SEQUELAS DO CÁRCERE: OS DANOS PSICOLÓGICOS DA PESSOA SUBMETIDA AO SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO	1150
SERVIÇO ESCOLA DE PSICOLOGIA: IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA NAS DIVERSAS REGIÕES DO BRASIL	1157
SEXY CANVAS E O MARKETING	1164
SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO	1171
TER LIBERDADE OU SER LIVRE?: A LIBERDADE SOB A LUZ DA PSICANÁLISE HUMANISTA FROMMINIANA	1177
UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	1185
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER NA CONJUGALIDADE	1190

2. RESUMO SIMPLES

HUMANAS

A VIVÊNCIA DE ATIVIDADES DE LAZER E O USO TECNOLOGIAS NO TRATAMENTO DE PESSOAS COM DOENÇA DE ALZHEIMER	1197
CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	1199
EM BUSCA DE SENTIDO EM SITUAÇÕES EXTREMAS	1202
O ALERTA DENTRO DA NARRATIVA EM O CONTA DA AIA	1204

SAUDE

A CARÊNCIA PEDAGÓGICA ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DO KARATÊ	1206
A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA UTILIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICOS DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	1209
A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO-FÍSICA NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO DE BARIÁTRICA	1211
A INFLUÊNCIA DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA	1214
CAUSAS MÚLTIPLAS DE MORTE RELACIONADAS A DOENÇAS DO TRATO RESPIRATÓRIO NO BRASIL EM 2018	1216
CUIDADOS NO USO DE MEDICAMENTOS EM NEONATOLOGIA	1218
EDUCAÇÃO FÍSICA REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA PORTADORES DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE.	1221
EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM PESSOAS COM ALZHEIMER	1223
ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA IV	1227
GENE HER2 E SEU IMPACTO NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA	1229
HESITAÇÃO VACINAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	1232
INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO PLIOMÉTRICO NO DESEMPENHO DE FUTEBOLISTAS	1235
LAZER NA TERCEIRA IDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA	1237
O ENFERMEIRO NAVEGADOR EM ONCOLOGIA: REVISÃO DE LITERATURA	1239
O USO DE ESTATINAS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES	1242
PERFIL ASSISTENCIAL DE UMA FARMÁCIA AMBULATORIAL DO TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA	1245
PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA COM ÊNFASE NOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM	1248
STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE À METICILINA ADQUIRIDO NA COMUNIDADE (CA-MRSA): ASPECTOS GERAIS	1250
TRATAMENTO DA HIPERLORDOSE LOMBAR POSTURAL	1253

SOCIAIS APLICADAS

A COMPETIÇÃO NA ERA DA IA	1255
A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O FUTURO DO TRABALHO	1257
COMO CONCRETIZAR IDÉIAS REVOLUCIONÁRIAS	1259
COMO ENTENDER O CHOQUE DO CORONAVÍRUS NA ECONOMIA	1262
CONTABILIDADE DO TEMPO	1264
ESTRATÉGIA CLIMÁTICA DO FUTURO	1266
ESTRATÉGIAS LUCRATIVAS PARA REDUZIR A POBREZA E A DESIGUALDADE	1269
MARCO HISTÓRICO: FUNDEB 2020	1271
O JUSPOSITIVISMO: ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE	1274
O QUE AS EMPRESAS PRECISAM FAZER PARA RETOMAR O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO BRASIL	1276

O QUE DE FATO ESTÁ IMPEDINDO AS MULHERES DE AVANÇAR: UM ESTUDO DE CASO	1279
OS NEGÓCIOS NA ERA DA PROPAGANDA COMPUTACIONAL E DAS DEEP FAKES	1281
PONTO DE ESTRANGULAMENTO	1283
SERÁ QUE AS EMPRESAS ESTÃO PRONTAS PARA A DESGLOBALIZAÇÃO?	1285

ENIC JR.

A INTERFACE DO GOVERNO DE JK COM A ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E SUA INFLUÊNCIA NA ARQUITETURA MODERNA	1287
OS IMPACTOS DA MÚSICA NO FUNCIONAMENTO CEREBRAL DE UM PIANISTA	1289

A ABORDAGEM NATURAL DE KRASHEN PARA A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO LE: O ENSINO BILÍNGUE EM FOCO

Marina Almeida Prado Marangon, Elaine Regina Cassoli, e-mail:
marinaalprado@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A capacidade de se comunicar na língua inglesa é considerada como indispensável ao mercado de trabalho do século XXI devido ao processo de globalização¹ que, combinado com a hegemonia da língua inglesa como LE ao redor do mundo, exige de muitos trabalhadores de diversas áreas a habilidade de se comunicar em mais de uma língua.

Vários são os fatores que têm contribuído para a importância da língua inglesa e de pesquisas e iniciativas de ensino de língua inglesa como LE, como o ensino bilíngue, que tem se tornado uma opção recorrente e crescente àqueles que desejam desenvolver a fluência de seus alunos na língua inglesa, desde a mais tenra idade, focando no desenvolvimento de habilidades linguísticas voltadas à comunicação contextualizada.

Segundo Mello (2010, p. 120), o ensino bilíngue consiste em diferentes formas de ensino nas quais os alunos recebem instrução em uma língua estrangeira, sendo que cada uma delas proporciona uma gama de caminhos e objetivos diversificados no ensino-aprendizagem da língua em questão, como a aquisição e desenvolvimento de habilidades comunicativas reais e contextualizadas às necessidades das crianças.

Considera-se neste estudo que, um dos tipos de ensino que se pode utilizar no bilinguismo é a Abordagem Natural de Stephen Krashen (1983), linguista estadunidense que propôs cinco hipóteses para aquisição de línguas, que são: Hipótese da Aquisição e Aprendizagem (fala sobre as duas maneiras distintas de se aprender uma língua), a Hipótese da Ordem Natural (discorre sobre a ordem parcialmente previsível em que aprende-se as estruturas gramaticais), a Hipótese do Monitor (aborda o papel diferente da aquisição e da aprendizagem na produção de discursos), a Hipótese do Input² (discorre sobre a importância do insumo – tipo e quantidade - oferecido aos alunos) e a

¹ Processo de integração econômica, política, social e cultural entre diversos países ao redor do mundo, influenciado pelo desenvolvimento de novos meios de comunicação e transporte, permitindo uma interação mais significativa entre os diferentes povos.

² Ou Insumo: amostras da língua-alvo a serem processadas pelo aluno durante as atividades.

Hipótese do Filtro Afetivo (salienta a necessidade de um clima na sala de aula que diminua a ansiedade dos alunos).

Objetiva-se neste estudo apresentar o modelo de ensino de Krashen (1983), A Abordagem Natural, como possibilidade e caminho para o ensino-aprendizagem de inglês como LE a alunos do Ensino Fundamental I, e relacioná-la ao ensino bilíngue, com o propósito de criar um caminho facilitado ao ensino-aprendizagem da língua inglesa para crianças.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica de livros e artigos de autores da área da educação, língua inglesa e aquisição de L2³ e LE⁴, e será utilizada para apresentar os possíveis benefícios do uso da Abordagem Natural de Stephen Krashen (1983) e suas técnicas de ensino-aprendizagem da língua inglesa como LE no contexto de ensino bilíngue, para alunos do Ensino Fundamental I no Brasil.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para melhor compreender a escolha tanto pelo ensino bilíngue quanto pela Abordagem Natural de Stephen Krashen (1983) no ensino da língua inglesa para alunos do Ensino Fundamental I, faz-se necessário elucidar o leitor que o processo histórico que fez com que a língua inglesa alcançasse a relevância internacional de que dispõe na atualidade remonta à Primeira Revolução Industrial, que ocorreu na Inglaterra em 1760 e revolucionou tanto os transportes ferroviários e marítimos, quanto a indústria têxtil, que somados a uma mão-de-obra excessiva, portanto, barata, deixou a Inglaterra com vantagem no comércio mundial, vendendo tecido para um mundo que não desfrutava dessa comodidade, o que possibilitou ao país a exploração de muitas colônias. (CAVALCANTE; SILVA, 2011).

Pennycook (2002, p. 19) afirma que o colonialismo influenciou a formação da cultura ocidental e global, já produzindo um espaço propenso à disseminação da língua inglesa como a conhecemos hoje, uma vez que, de acordo com Furtado et al (2006, p.

³ Segunda língua: aprendida em um país onde a língua-alvo é a língua utilizada socialmente.

⁴ Língua estrangeira: aprendida em um país onde a língua falada não é a língua-alvo, como é o caso do Brasil.

95) “[...] as línguas são herdadas e transmitidas de uma sociedade para outra, juntamente, com as culturas que lhes são suporte”.

A necessidade de se ter a língua inglesa como LE vem crescendo também à medida que a globalização e a interação entre nativos e não-nativos do inglês se intensifica, juntamente com aqueles que se utilizam do inglês “como língua para comunicação de nações com diferentes línguas maternas” (RENARD, 2005 apud KOVALEK, 2013).

Essa percepção da importância de se aprender o inglês é o que intensifica o desenvolvimento de estudos na área de aquisição de LE, com o intuito de encontrar abordagens, modelos e tipos de ensino que sejam capazes de viabilizar o ensino de uma LE, no caso do Brasil, a língua inglesa, cada vez de forma mais facilitada, como é o caso do ensino bilíngue, que pode ser entendido como “diferentes formas de ensino nas quais os alunos recebem instrução (ou parte dela) numa língua diferente daquela que normalmente eles usam em casa [...]” (MELLO, 2010, p. 120).

Uma vez que o ensino da língua é pautado em conhecimentos relevantes já estudados pelos alunos em sua LM⁵, a aquisição da LE deve ocorrer de forma mais propícia e voltada de fato para a comunicação, como é defendido pelo próprio Krashen, autor da Abordagem Natural: “O domínio da segunda língua (para nós, língua estrangeira) [...] não se trata apenas de identificar ou traduzir palavras em um segundo idioma, mas sim, da habilidade de se comunicar e realizar atividades cotidianas a partir do domínio do idioma estudado (KRASHEN, 1991 apud HOEXTER, 2017, p. 22)”.

A Abordagem Natural, por sua vez, consiste em um conjunto de técnicas de ensino de L2/LE elaboradas por Stephen Krashen e Tracy Terrell em 1983, tendo como objetivo desenvolver a capacidade de comunicação de falantes não-nativos em uma determinada LE (JAMACOEAN, 2018, p. 33).

Assim, no que consiste às habilidades comunicativas a serem desenvolvidas, o ensino bilíngue e a Abordagem Natural de Krashen podem ser consideradas alinhadas, propondo uma fusão propícia à aquisição de uma LE em sala de aula ao utilizar a língua inglesa como ferramenta de instrução.

Segundo Krashen e Terrell (1998, p. 20), para que a aquisição da LE se desenvolva, a compreensão do que o aluno ouve ou lê em sala de aula, ou seja, o insumo oferecido pelo professor através do material didático e atividades interacionais, é mais

⁵ Língua materna

importante do que a fala desse aluno, dessa maneira, compreensão precede produção, e esta deve ser espontânea, emergindo em estágios a medida que aprendiz se sente confortável e capaz de utilizar a língua-alvo para se comunicar.

Para tal, todas as atividades desenvolvidas em uma sala de aula de Abordagem Natural devem focar no desenvolvimento de habilidades comunicativas, sendo organizadas, portanto, em tópicos, ou seja, assuntos e conhecimentos considerados relevantes às crianças, e não seguindo uma estrutura gramatical da língua a ser ensinada, (KRASHEN; TERRELL, 1998). A definição da Abordagem Natural nos mostra novamente o potencial da combinação dessa com o ensino bilíngue, uma vez que ambos pautam o desenvolvimento comunicativo em tópicos ou assuntos já conhecidos pelos alunos e muitas vezes já aprendidos na LM, inclusive nas disciplinas escolares.

As cinco hipóteses de Krashen também são pontos importantes para a aplicação da Abordagem Natural em sala de aula bilíngue. A Hipótese da Aquisição e Aprendizagem defende que existem duas maneiras distintas de se desenvolver a competência linguística em uma LE: a aquisição, processo subconsciente que acontece através da interação comunicativa na língua alvo, e aprendizado, que ocorre conscientemente através do estudo das regras gramaticais da língua em questão (KRASHEN; TERRELL, 1998).

Krashen e Terrell (1998, p. 26) defendem a aquisição como sendo o processo ideal de ensino de uma LE se desejamos desenvolver habilidades de comunicação no aluno, fazendo com que ele esteja apto a utilizar a língua em contextos reais e significativos de interação com outras pessoas e com o mundo globalizado, conferindo ao domínio de uma língua estrangeira por parte da criança um uso significativo e próprio das línguas: o ato de comunicar-se.

Esse tipo de processo de assimilação de uma LE acontece com todos os seres humanos similarmente quando aprendem sua L1 ou LM (CALLEGARI, 2006, p. 88). É por esse motivo que a Abordagem Natural ganhou esse nome, pois seu modelo de ensino visa a aquisição de uma LE através de um processo o mais natural possível, na tentativa de replicar a maneira como aprendemos nossa LM (KRASHEN; TERRELL, 1998).

No entanto, McLaughlin (1987 apud CALLEGARI, 2006, p. 88-89) questiona a metodologia utilizada por Krashen para comprovar tal hipótese, afirmando que não é possível, no momento do discurso, que o aprendiz reconheça se está fazendo uso de

seu conhecimento gramatical ou de uma competência linguística subconsciente, não tendo, assim, evidências empíricas da existência e funcionamento de tais mecanismos.

Callegari (2006, p. 89), por outro lado, afirma que alunos e professores de LE são capazes de observar na prática a veracidade da hipótese de Krashen, uma vez que aprendizes de intercâmbio, por exemplo, aprendem a língua-alvo mais rápida e fluidamente do que aqueles que limitam-se ao estudo formal em seu país de origem, mesmo por muitos anos, simplesmente por estarem em contato direto e constante com a língua falada.

Entretanto, se analisarmos todos aqueles que aprenderam uma língua através do estudo gramatical, inclusive muitos dos professores de língua inglesa atuais, podemos afirmar que em algum momento, a aprendizagem transforma-se em aquisição, “[...] posto que a nossa fluência – assim como a de alguns de nossos alunos – permitiu alcançar a competência comunicativa (CALLEGARI, 2006, p. 89)”, portanto, a aprendizagem não deve ser completamente descartada, apenas redirecionada para propósitos mais comunicativos.

Em seguida, na Hipótese da Ordem Natural (KRASHEN; TERRELL, 1998), os autores afirmam que todos aprendemos as estruturas gramaticais de uma LE em uma ordem possível de se prever, da mesma forma que ocorre na aquisição de regras da língua materna (CALLEGARI, 2006, p. 91). Em outras palavras, algumas estruturas gramaticais são aprendidas antes ou mais facilmente, enquanto outras tendem a ser adquiridas mais tarde (KRASHEN; TERRELL, 1998, p. 28).

De acordo com essa hipótese, o professor seria capaz de desenvolver um plano de ensino por tópicos que incluísse as estruturas gramaticais na ordem em que os alunos parecem estar mais propensos a aprender, podendo, assim, obter melhores resultados do que aparentemente se tem com os materiais didáticos de língua inglesa como LE utilizados atualmente (KRASHEN; TERRELL, 1998).

Entretanto, é preciso chamar a atenção para os fatores de influência dessa ordem, como por exemplo, a frequência de ocorrência desse morfema na língua, ou ainda, a LM dos aprendizes e as estruturas similares que essa possa apresentar em relação à LE (LARSEN-FREEMAN, 1976 apud HAKUTA; CANCINO, 1977, p. 308).

Deve-se salientar que a linearidade do ensino gramatical vai contra os princípios teóricos da Abordagem Comunicativa, que postula o ensino gramatical de acordo com a

necessidade dos alunos, não havendo necessariamente uma ordem predeterminada de tópicos gramaticais pelo professor (ALMEIDA FILHO, 1993).

Na Hipótese do Monitor, a terceira das hipóteses, o autor defende que utilizamos a aquisição, ou seja, a competência linguística adquirida inconscientemente, para produzir discursos, enquanto o nosso conhecimento formal das estruturas gramaticais aprendidas é responsável apenas por corrigir nossos enunciados “[...] modificando-os caso não estejam de acordo com as regras aprendidas [...]” (CALLEGARI, 2006, p. 90).

Já a Hipótese do Insumo (Input), que posteriormente passou a ser denominada Hipótese de Compreensão (PAIVA, 2009) diz respeito ao insumo, que de acordo com Krashen e Terrell (1998), deve ser oferecido na língua-alvo e estar sempre um pouco adiante da competência linguística atual do aluno, no que diz respeito à gramaticalidade, mas ainda sim ser compreensível, para que esse possa evoluir em seu discurso.

Hatch (1978, apud PAIVA, 2009), contrapondo-se ao radicalismo de Krashen, afirma que não acredita que apenas o insumo seja suficiente para resultar na aquisição, pois é na própria interação verbal que as estruturas gramaticais são desenvolvidas, como acontece também na aquisição da L1 na infância (KRASHEN; TERRELL, 1998).

A última é a Hipótese do Filtro Afetivo, na qual afirma-se a necessidade de prover um espaço de ensino e atividades propensas a diminuir a ansiedade, desmotivação e baixa autoestima dos alunos, em outras palavras, a criar um ambiente favorável à absorção do insumo, e conseqüentemente para que a aquisição da língua ocorra.

“[...] A desmotivação do aprendiz, a alta ansiedade e a baixa autoconfiança [...]” (CALLEGARI, 2006, p. 97) são fatores que influenciam no desempenho linguístico dos alunos, criando um bloqueio entre esse aprendiz e o professor, e entre aquele e o insumo oferecido, impedindo, portanto, que o aprendiz desenvolva as habilidades necessárias à comunicação na língua alvo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defende-se que a Abordagem Natural de Krashen pode promover uma aquisição linguística voltada à comunicação, com o uso de insumos na LE e o desenvolvimento de atividades que promovam a interação significativa, a diminuição da ansiedade e da expectativa e a competência linguística contextualizada em situações comunicativas reais, em salas de aula de Ensino Fundamental I.

Considerando-se que o ensino bilíngue é um conjunto de modelos de ensino que têm como objetivo comum desenvolver o aprendizado de uma LE através do uso dessa para a instrução de disciplinas ou tópicos de disciplinas escolares, as competências que se desenvolvem no ensino bilíngue são de caráter comunicacional, aproximando-se da maneira como as crianças aprendem sua língua materna, sem necessariamente recorrer ao ensino direto da gramática (MELLO, 2010).

Acredita-se e defende-se neste estudo que um dos caminhos favoráveis para alcançar os objetivos de aquisição da língua, tanto por meio do ensino bilíngue quanto pela incorporação da Abordagem Natural ao mesmo proporciona situações comunicativas nas quais os alunos estarão inseridos na sala de aula para alcançar objetivos comunicacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas: Editora Pontes, 1993. Disponível em: Acesso em: 16 out. 2020.

CALLEGARI, M. O. V. Reflexões sobre o modelo de aquisição de segundas línguas de Stephen Krashen: uma ponte entre a teoria e a prática em sala de aula. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas v. 45, n. 1, p. 87-101, jan.jun, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262544586> Acesso em: 20 out. 2020.

HAKUTA, K.; CANCINO, H. Trends in second-language-acquisition research. **Harvard Educational Review**, v. 47, n. 3, p. 294-316, 1977. Disponível em: <https://www-leland.stanford.edu> Acesso em: 10 ago. 2020.

HOEXTER, F. Q. Educação bilíngue na educação infantil. **Revista Intercâmbio**. São Paulo: v. XXXV, p. 18-37, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/intercambio/article/viewFile/35646/24439> Acesso em: 20 out. 2020.

JAMACOCEAN, G. **A Abordagem Natural e o Ensino da Gramática de Língua Inglesa no 1.º CEB, 2018. 195f. Dissertação** (Mestrado em Ensino de Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico). Universidade de Lisboa, Lisboa: 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35008> Acesso em: 20 out. 2020.

KOVALEK, O.; BARBOSA, L. M de A. A língua inglesa no mundo: análise dos cadernos da rede pública do estado de São Paulo. **SILEL—Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística**, v. 1, 2013. Acesso em: 20 out. 2020.

KRASHEN, S. D.; TERRELL, T. D. **The Natural Approach: Language Acquisition in the Classroom**. Londres: Prentice Hall Europe, 1998. Acesso em: 20 out. 2020.

MELLO, H. A. B. de. Educação bilíngue: uma breve discussão. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v.9, n.1, p. 118-140, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/243247/mod_resource/content. Acesso em: 20 out. 2020.

PAIVA, V. L.M.O. Como o sujeito vê a aquisição de segunda língua In: CORTINA, A.;NASSER. S.M.G.C. **Sujeito e Linguagem**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/sujeito.pdf> Acesso em: 16 out. 2020.

PENNYCOOK, A. **English and the discourses of Colonialism**. 2002. Nova Iorque: Routledge, 2002. Acesso em: 30 out. 2020.

A COMPLEXIDADE E OS DESAFIOS DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR E A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ana Carolina Borsolli Ormeleze, Viviane Rodrigues, e-mail:
carol12ormeleze@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos surdos nas Universidades é um desafio muito grande. De fato, neste trabalho, será analisado sobre essa inclusão que ainda não acontece e mostrar a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais, investigando os problemas e os desafios enfrentados por alunos surdos durante o Ensino Superior, e expor as possibilidades da inclusão e melhoria no ensino para os surdos.

Este trabalho, pretende dar uma breve explicação sobre a trajetória dos surdos elencando fatos históricos, a fim de ressaltar que a luta pelo espaço que eles têm na educação não é um fator atual, e que até nos dias atuais eles enfrentam desafios. Diante disso, Fernandes (2007) deixa claro que “Sempre existiram Surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos”.

Com o resgate histórico, será analisado três grandes abordagens de ensino para surdos, para chegar em uma conclusão de qual abordagem é a melhor para utilizar com os surdos, analisando com um foco maior a última e mais atual delas. As abordagens que serão analisadas são, segundo Pedroso e Rocha (2013) houve o predomínio do oralismo, já década de 1980, surgiu a comunicação total e, no final da década de 1990, o bilinguismo.

Diante disso é possível constatar que, de alguma maneira, as três principais abordagens de educação de surdos (oralista, comunicação total e bilinguismo) coexistem, com adeptos de todas elas, com seus prós e contras, essas abordagens abrem espaço para reflexões na busca de um caminho educacional que de fato favoreça o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos, contribuindo para que sejam cidadãos em nossa sociedade (LACERDA, 1998).

No entanto, com as pesquisas realizadas a mais recente utilizada com os alunos surdos é o uso da Língua de Sinais, foi através de várias pesquisas que chegaram à conclusão da importância do Bilinguismo, assim é a mais atual e mais utilizada com os alunos surdos.

Pode-se observar e confirmar que Poker (2011) diz que o professor ouvinte conhecendo a Língua de Sinais utiliza-a e tem condições de comunicar-se de com seu aluno surdo. Ao introduzir o uso da Língua de Sinais no currículo de escolas para surdos é um sinal de respeito a sua diferença, caracterizando uma escola inclusiva para esse aluno, ou seja, respeitando às suas necessidades educacionais, é possível proporcionar o pleno desenvolvimento emocional e cognitivo e a efetiva na inclusão e na participação do aluno surdo no meio social.

Assim, o objetivo do trabalho é analisar fundamentos históricos sobre a educação dos surdos, introduzindo as três diferentes abordagens de ensino utilizadas. Buscando como Bilinguismo pode contribuir com a formação expondo a importância do uso da Libras e os desafios para a conclusão do Ensino Superior para esses surdos.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa será feita com o intuito de buscar informações fundamentadas, do assunto estabelecido, foi utilizado uma pesquisa bibliográfica, realizando uma busca informações, através de livros, artigos, trabalhos acadêmicos (tese e monografias).

1. O sujeito que será analisado no presente no trabalho, é o aluno surdo. Assim, observa-se a diferença de um aluno surdo e um aluno com deficiência auditiva, e por fim mostrar a realidade desse aluno dentro de uma universidade.
2. A pesquisa foi esboçada da seguinte forma: no primeiro momento houve uma coleta de dados sobre assunto através de: Google Acadêmico, livros e sites confiáveis. E após o levantamento dos dados foram selecionados os principais.
3. O trabalho será organizado em quatro etapas, a primeira uma breve apresentação da história da educação dos surdos (no mundo e no Brasil); a segunda etapa explicará a diferença entre o surdo e o deficiente auditivo, o terceiro mostrará as três abordagens de ensino que foram utilizadas com os alunos surdos e por último, delinear uma trajetória feita por alunos nas universidades, incluindo os seus desafios e as possibilidades de inclusão.
4. Este trabalho terá como análise de dados de forma qualitativa;

3 REVISÃO DE LITERATURA

O presente estudo foi analisado por meio de análise sobre a inclusão do surdo no ensino superior e se está acontecendo, além disso analisar se essa educação é de qualidade, a ponto de surdos concluíram o ensino superior.

Além disso conhecer a história de surdos não proporciona apenas um acréscimo de conhecimento, mas também para questionar-se sobre estes acontecimentos relacionados com a educação em várias épocas, como por exemplo, por que atualmente, o sujeito surdo continua sendo excluído? Por meio da análise surgiu respostas sobre o assunto.

Este estudo, foi delineado em quatro partes para o entendimento do assunto estabelecido, o qual descreve sobre a complexidade e os desafios enfrentados por alunos surdos em universidades. Inicia-se a pesquisa por meio de fatos históricos que ocorreram desde a antiguidade até os dias atuais relacionado a educação dos surdos.

Para iniciar a pesquisa devemos ter a seguinte noção, segundo Sueli Fernandes (2007) os surdos sempre existiram, porém, nos diferentes momentos históricos eles não foram respeitados em suas diferenças ao menos reconhecidos como seres humanos.

Para explicar sobre a história da educação dos surdos foi selecionado as autoras Honora e Frizanco (2009), a educação dos surdos teve início na antiguidade, para os gregos e os romanos os surdos não eram considerados como seres humanos, pois a fala era resultado do pensamento, assim, quem não pensava não era ser humano.

Em seguida, na idade moderna foi o momento em que se teve o início na educação dos surdos, nesta época começaram a surgir vários educadores, muitas vezes esses educadores tinham em suas famílias pessoas surdas. E assim, foram surgindo as abordagens de ensino.

E assim, a história decorre até os dias atuais, muitas vezes segundo as autoras, os surdos foram usados e colocados em situações de desconforto social, isso casava-lhes muito sofrimento. Essa retrospectiva histórica é que muitos defensores do Oralismo, depois de tantas tentativas, resolveram aceitar o uso da Língua de Sinais como possibilidade para o surdo.

Assim, para falar sobre as abordagens de ensino foi selecionado as autoras Pedroso e Rocha (2013) que descreveram que a história da educação dos surdos teve o predomínio do oralismo, na década de 80, surgiu a comunicação total e, no final da década de 1990, o bilinguismo.

Oralismo, segundo Pedroso e Rocha (2013, p. 37), “vê o surdo como um ouvinte com defeito e entende que a aquisição da oralidade representa a possibilidade de igualar os surdos aos ouvintes. É como se o surdo deixasse de ser surdo ao aprender a falar, já que, segundo essa abordagem, a ausência da fala seria o aspecto que o diferenciaria dos ouvintes”.

Comunicação total segundo Pedroso e Rocha (2013, p. 42) “A comunicação total é uma filosofia de trabalho voltada ao atendimento e à educação de pessoas surdas. Diferentemente do oralismo, a comunicação total entende o surdo como uma pessoa, e não como alguém portador de uma patologia médica, e entende a surdez como um fenômeno com significações sociais”.

E por último e o mais atual, o Bilinguismo, e o mais importante para o desenvolvimento deste trabalho. Pedroso e Rocha (2013, p. 43) relatam que “a consciência acerca da descontinuidade entre a fala e os sinais e os resultados insatisfatórios da comunicação total fizeram surgir uma outra abordagem: o bilinguismo”.

Diante disso é possível constatar que, de alguma maneira, as três principais abordagens de educação de surdos (oralista, comunicação total e bilingüismo) coexistem, com adeptos de todas elas, com seus prós e contras, essas abordagens abrem espaço para reflexões na busca de um caminho educacional que de fato favoreça o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos, contribuindo para que sejam cidadãos em nossa sociedade (LACERDA, 1998).

Para entender melhor sobre a surdez e a diferença entre a deficiência auditiva, um autor específico foi selecionado para o entendimento melhor sobre ambos. Segundo Rinaldi (1997, p. 30) descrevem que “denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva”

A deficiência auditiva pode ser congênita ou adquirida. As principais causas da deficiência congênita são hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (Sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose), ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. É adquirida, quando existe uma predisposição genética (otosclerose), quando ocorre meningite, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons impactantes (explosão) e viroses, por exemplo (RINALDI, 1997, p.15).

A perda auditiva é classificada como normal, perda leve, moderada, severa e profunda. Rinaldi (1997) descreve a intensidade ou volume dos sons como medida em unidades chamadas decibéis (dB).

Observe a tabela 1:

Tabela 1 - Graus de deficiência auditiva

Grau de Deficiência	Perda em dB
Normal	0 a 15
Leve	16 a 40
Moderada	41 a 55
Moderada Severa	56 a 70
Severa	71 a 90

Fonte: “Competência Auditiva” (RINALDI, 1997, p. 46)

Por fim, a pesquisa termina abordando a trajetória dos surdos, especificamente no ensino superior, envolvendo o papel do professor, o papel do intérprete para os alunos e dos pais na educação dos filhos. Observa-se que há falta de acessibilidade, e também a ausência, e algumas vezes a presença do intérprete.

Deve-se refletir que “são inúmeros os desafios enfrentados por alunos surdos que lutam por uma educação que respeite suas diferenças. O que encontramos é uma pedagogia de ouvintes para ouvintes ou de ouvintes para surdos que não conhece as especificidades do indivíduo surdo” (ALMEIDA, 2015, p. 37).

O papel do professor é fundamental para o aluno, assim o professor além de adaptar as atividades para o aluno, também tem que ter uma postura com esse aluno, e ter um compromisso com ele, pois o aluno depende dele. Observa-se que “o papel do professor no contexto do ensino superior remete a uma postura ativa, dialética, política e ética, fazendo com que estes educadores tenham um compromisso permanente com a vida dos alunos, assim como com a autonomia dos educandos, oportunizando espaços onde a liberdade possa ser exercida de forma criativa e espontânea e presente apropriação do conhecimento científico pelos mesmos” (MESQUITA; REZER, 2013, p. 7).

Outra pessoa que é importante na vida acadêmica do aluno surdo, é o intérprete. Segundo Bisol et al. (2010) o intérprete deve perceber as dificuldades do aluno e descobrir caminhos e métodos para atenuá-las. O intérprete deve ser uma ponte entre o aluno, o professor e conhecimento, de forma que ajude a superar a diferença linguística na interação comunicativa. Assim, a atuação do intérprete requer aprofundamento

teórico nas diferentes áreas de estudo, familiaridade com a linguagem utilizada em cada situação e experiência educacional.

Segundo Santana (2016) através desses relatos, pode-se observar que os alunos relataram dificuldades á didática dos professores, de interpretação e produção textual, e a falta de intérprete. Logo, os professores relataram que há uma necessidade de um desempenho maior da instituição a partir de medidas mais afetivas que visem a inclusão. Santana (2016, p. 88) conclui que “nos dados vemos que, enquanto os professores queixam-se de que a universidade não dá apoio, mas ressaltam que eles conseguem comunicar-se com seus alunos surdos, por outro lado, os alunos queixam-se dos professores e da necessidade de atitudes mais efetivas no ensino e aprendizagem”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que que a LIBRAS, é a melhor língua para os surdos adquirirem para a comunicação e aprendizado, autores afirmaram isso. Além disso, esta pesquisa trouxe evidências da realidade dos surdos no ensino superior, evidenciando as dificuldades enfrentadas por eles. Porém existe a possibilidade da inclusão, autores citados exaltam que os alunos surdos devem ter o acompanhamento de um intérprete dentro da sala de aula. Além disso, os professores têm o dever de ajudar esse aluno, tanto em relação da interação deste na aula, tanto em relação as atividades aplicadas pelos próprios professores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus,BA: Editus, 2015, 197 p.

BISOL, Cláudia Alquati et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 147-172, 2010.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **Deficiência auditiva**. Giuseppe Rinaldi *et.al.*(orgs) Brasília:SEESP,1997 (Série atualidade pedagógicas.v.1).

FERNANDES, Sueli. **Educação para surdos**. 2.ed. Curitiba: IBPEX, 2007. 161 p. 28.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. 1 . ed. rev. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. 352 p. v. 1.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**, Campinas, v. 19, n. 46, 1998.

MESQUITA, Jaqueline Reni Loss de; REZER, Carla dos Reis. "O SER DOCENTE UNIVERSITÁRIO E A SURDEZ". **Diversidade e Inclusão**, Curitiba, p. 1-18, 2013. XI Congresso Nacional da Educação, EDUCERE, 2013.

PEDROSO, Cristina Cinto Araújo; ROCHA, Juliana Cardoso de Melo. (org) Língua Brasileira de Sinais. *In*: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. São Paulo: Claretiano, 2013.

POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. Disponível em:
http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf. Acesso em: 20/05/2020.

SANTANA, Ana Paula. A inclusão do surdo no ensino superior no Brasil. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 85-88, 2016.

A DIVERSIDADE DO EDUCAR: UM ESTUDO ACERCA DA PEDAGOGIA WALDORF E DO MÉTODO MONTESSORI

Ariel Sacaro Barbosa Ramalho, Leticia Olaia, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail:
ariel_sacaro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em um breve resumo dos aspectos historiográficos, tem-se a disposição de evidências que corroboram com a ideia de que a sociedade e as instituições vigentes adaptam-se de acordo com as inovadoras e, também, inevitáveis reconfigurações sociais e culturais, impondo ao coletivo novas resoluções diante das problemáticas que se dispõem ao meio. No final do século XIX e início do século XX, há uma mecanização no setor industrial, que oportuniza a intensificação do mercado capitalista, altera os meios de produção e induz a consolidação de uma educação preocupada com a preparação e a otimização no manuseio das tecnologias emergentes. A nova ordem industrial propunha equipar os indivíduos com aptidões que a igreja ou, ainda, a família eram incapazes de reproduzir.

Diante disso, a escola sucumbe aos modelos ofertados pelo estado e, principalmente, pelo mercado industrial, compondo sua estrutura, ensejando atenuar os dilemas concebidos na remodelação do contexto. Tinha-se um ímpeto desejo pela pacificação social, portanto surge um sistema educacional que, sumariamente, reproduz as condições do novo mundo.

[...] Tal sistema não surgiu logo; ainda hoje conserva elementos retrógrados da sociedade pré-industrial. No entanto, a ideia geral de reunir multidões de estudantes (matéria-prima) destinados a ser processados por professores (operários) numa escola central (fábrica), foi uma demonstração de gênio industrial (TOFFLER apud FINO, 2001, p. 2).

Essa escola foi fecundada segundo as premissas da revolução industrial, mas o contexto educacional, com ênfase para o sistema público de ensino, replica o decalque dos regimentos arcaicos, ainda que as demandas do novo mundo fomentem novas ambições. É imprescindível que as instituições escolares desenvolvam competências capazes de alicerçar os indivíduos no ambiente em que estão locados, oportunizando meios para adaptabilidade consciente diante das esferas.

A educação é, portanto, um processo social que se enquadra numa certa concepção de mundo, concepção esta que estabelece os fins a serem atingidos pelo processo educativo em concordância com as ideias dominantes numa dada

sociedade. A educação não pode ser entendida de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar, mas, sim, como uma prática social, situada historicamente, numa determinada realidade (DIAS; PINTO, 2019, p. 449).

A escola contemporânea não deve limitar-se por paredes, portas e janelas, onde estão dispostas carteiras e cadeiras. Faz-se necessário criar cenários, histórias e espaços de interação e aprendizagem, dos quais há acolhimento das diferenças, dos questionamentos, das dúvidas e dos saberes popularmente construídos.

O presente trabalho tem por objetivo discutir a necessidade de promoção humanística, científica e tecnológica no sistema educacional, uma vez que a consolidação do pleno desenvolvimento do indivíduo está condicionado as alterações socioculturais imbuídas na sociedade vigente e, sobretudo, no mercado de trabalho atual. O aporte sugerido oportunizará condições igualitárias de concorrência e despertará a criação de um cidadão apto para os moldes do novo mundo.

2 METODOLOGIA

Nesse estudo, procurou-se compreender os aspectos relativos à diversidade do educar, com enfoque na democratização do acesso as metodologias alternativas. Para tanto, procedeu-se a criteriosa pesquisa bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183 apud DE OLIVEIRA, 2011, p. 40), essa prática:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Os ideais publicados na obra de Rudolf Lanz, intitulada “A pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano” e os registros de Maria Montessori, explanados nos livros “A Criança” e, também, “Mente Absorvente”, oportunizaram o desvelamento de informações relevantes para constituição do projeto. Além disso, análises e discussões de estudo de caso, coletados na dissertação de Sabrina Fadel, “Vivências no processo de implantação da pedagogia Waldorf na rede pública municipal de Ubá-MG”, permitiram delinear a implantação dos sistemas alternativos de ensino, vislumbrando as consequências dessa inserção. Agregado aos fatores supracitados, há

uma disposição de aspectos jurídicos que conferem legalidade e intencionalidade ao exercício da educação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A construção e a evolução dos direitos, bem como da educação, não ocorrem de forma simultânea, apesar de estarem em constante mudança e de possuírem uma espécie de co-dependência em alguns níveis. Nesse sentido, Flach (2009, p.4) ressalta que:

O direito à educação, assim como outras possibilidades circunscritas ao campo específico, é fruto das relações multifacetadas entre os homens, sendo passível de equívocos e impropriedades, os quais, no decurso do tempo e pautado em condições históricas e materiais se põem a nu, mostrando-se integralmente. Quando isso acontece torna-se necessária à sua revisão e adequação à realidade concreta. Nessa perspectiva, e considerando que a educação, assim como o direito, é construção histórico-social, pensar o direito à educação é sinônimo de pensar a extensão da importância dessa relação para a sociedade como um todo.

O incentivo a educação, num primeiro momento, estava atrelado ao fato de que, a partir das revoluções e das alterações que elas trouxeram ao mercado de trabalho, era necessário que houvessem mãos-de-obra adequadamente capazes de exercer as funções propostas. Tem-se, então, a educação como recurso capaz de oportunizar situações onde os indivíduos se tornem aptos as exigências do mundo.

Atualmente, há uma mudança nos paradigmas educacionais, fundamentada no ideário de que não pode haver uma sociedade próspera, onde não se prospera a educação. Para tanto, almejando o desvelamento de soluções amplas, concretas e duradouras Cury (apud FLACH, 2009, p. 19) destaca que:

Um Brasil uno em sua multiplicidade, moderno e efetivamente democrático será realidade quando oferecer ao seu povo reais condições de inclusão e cidadania. Isso possibilitará o rompimento com uma realidade perversa e dualista de um passado ainda presente.

Pensando nas mudanças delineadas ao longo do processo, adentram ao cenário institucional, matrizes educacionais demarcadas por opiniões que se dividem entre prós e contras a respeito de seus métodos. Considerando a vasta margem de metodologias pedagógicas existentes nas mais diversas culturas dentro da sociedade, como um todo,

esse estudo voltou-se para uma análise mais aprofundada de duas metodologias, sendo elas: A Pedagogia Waldorf e o Método Montessori.

A pedagogia Waldorf acredita que o desenvolvimento dos alunos deve ser respeitado e promovido a partir das necessidades levantadas. Portanto, basicamente, ao passo que tenta tornar-se hábil em sua própria casa que é o corpo, a criança precisa ter autonomia para mover-se. Em suma, tem-se o entendimento do ambiente como espaço para conhecer e superar limites dentro do seu próprio tempo. O respeito ao desenvolvimento físico e motor, propicia aptidão para lidar com os desafios que a vida trará, equilibrando-se tal qual fazia durante a passagem pela infância.

Ao invés de sair da escola com a cabeça cheia de informações e com o coração cheio de tédio, o adolescente deve ser formado no sentido de desejar, com todas as fibras de sua personalidade, fazer uma contribuição para o progresso do mundo. [...] O jovem que se sente engajado num trabalho pelo bem da humanidade, deixará de ser introvertido e de sucumbir à tendência, própria dessa idade, de fixar a atenção nos próprios problemas pessoais e de desenvolver, no melhor caso, um esteticismo sutil, mas profundamente antissocial (LANZ, 1979, p. 55)

O suporte teórico-conceitual idealizado para práxis waldorfiana, norteia-se em prol de uma construção cognoscitiva capaz de infringir transformações qualitativas na corporalidade do indivíduo, perpassando as três instâncias antroposóficas, ou seja, o pensar, sentir e o querer. Ainda que não caracterize uma fórmula perfeita e permanente para solução dos conflitos que assolam o Brasil, a pedagogia Waldorf enquadra-se como uma ferramenta de altíssima abrangência. É válido ressaltar que subsidiados pelo ímpeto desejo de formar os indivíduos em sua totalidade, não restringindo-se à inteligência lógica e matemática, tão inerente ao processo ensino-aprendizagem, tem-se um majestoso poder transformativo, que somados ao comprometimento, boa vontade política e aos demais recursos necessários, resultam em um extenso e profundo treinamento das competências, habilidades e atitudes, permeando as esferas da sensibilidade e, também, da humanização.

Ainda nesta perspectiva, o Método Montessori defende a capacidade das crianças de aprenderem por si mesmas ao invés de terem os conteúdos despejados sobre elas. Para que esse aprendizado ocorra é preciso, portanto, que os alunos recebam os estímulos e as oportunidades necessárias, garantindo as condições que precisam para que possam desenvolver-se de forma plena e saudável, tendo suas escolhas respeitadas.

A escola também é conhecida por despertar uma facilidade de interação social nos indivíduos, uma vez que os alunos desenvolvem relações com pessoas completamente diferentes deles próprios, com idades, comportamentos e culturas diferentes dos seus. A escola de Montessori cria um espaço que estimula cada criança a expressar suas individualidades e serem da forma que quiserem ser, ao invés de tentar moldá-las dentro de um sistema educacional mecanicista. Esse é o ponto chave de toda e qualquer escola que se denomine como pertencente ao método da médica italiana. O principal objetivo de uma escola é o desenvolvimento das crianças, para que estas, por sua vez, sejam capazes de tornarem-se adultos críticos e preparados para exercer suas funções como cidadãos. Para tanto, as escolas de Montessori seguem esse preceito através da autoeducação.

A perpetuação do regimento arcaico de ensino tem condicionado uma sucessão de objeções aos alunos, afastando-os da escola por incompatibilidade ou, ainda, por necessidade. Entretanto, ainda que exista a perpetuação da desigualdade na política de oferta de um ensino com significativos resultados, tem-se o ímpeto crescente no cerne de alguns educadores que buscam meios de especialização e transformam o ambiente em que trabalham, subsidiados pela disposição de quem crê na urgência de solucionar essa problemática. Um adulto preparado, somado ao ambiente adequado, auxiliam no desenvolvimento da liberdade, da autonomia e da criticidade.

No Brasil, normalmente, as instituições que se desvinculam do padrão e apresentam uma educação mais afetiva, como as de abordagem antropológica e/ou montessorianas, ostentam um elevado custo mensal. A proposta de uma educação personalizada, que se faz com respeito à liberdade, autonomia e autoeducação, acredita estar prostrada em uma era cujo mercado de trabalho está em constante mutação, fator que exige o desenvolvimento de habilidades desafiadoras, daí a flexibilidade comumente aplicada em suas práticas.

A ousadia por introduzir aspectos alternativos na prática pedagógica em instituições públicas é interceptada por variáveis diversas. Os projetos e programas desenvolvidos para fundamentação teórico-metodológica da rede abarcam princípios paliativos de uma escola do século XIX, concebida no seio da Revolução Industrial, que não fazem sentido para a escola do século XXI. Enquanto aos mais favorecidos é ofertado oportunidades de criatividade, criticidade e autonomia; aqueles socialmente oprimidos agarram-se as estruturas formais, permeadas pela objetivação e desfiguradas

pela padronização, numa tentativa de alcançar o mínimo de reconhecimento social que necessitam, em síntese, uma qualificação que lhe garanta recursos de subsistência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a dimensão da influência da educação para a humanidade, é preciso então, buscar métodos para se alcançar os níveis de sucesso do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que educar não é um ato simples e não basta apenas transmitir conteúdos, é preciso que haja uma didática capaz de atingir as competências e habilidades essenciais para a formação social e intelectual do aluno. Além disso, é impreterível que se busque uma forma de educar que proporcione um ensino humanizado, com foco no aluno e em sua compreensão de mundo e de culturas. Essa, apresenta-se como uma das primordiais razões que levam a existência dessa dissertação.

Em suma, a Pedagogia Waldorf aborda uma aprendizagem alicerçada pela liberdade e pela autonomia do aluno, para que este possa desenvolver-se com respeito ao seu próprio tempo e superando seus limites, sem deixar de cumprir os preceitos estabelecidos legalmente.

A autoeducação é um princípio amplamente difundido por Maria Montessori. Suas pesquisas evidenciam que as crianças possuem completa capacidade de apreensão, entretanto, é preciso que recebam as condições necessárias para que o façam, sempre respeitando as individualidades e as escolhas desses indivíduos. Contrariando a metodologia tradicional, o Método Montessori não possui um modelo finito do que significa educar ou de como fazê-lo.

Dentro da realidade configurada no cenário brasileiro, tais métodos não tradicionais, citados previamente, bem como outros métodos alternativos, não são facilmente encontrados em escolas públicas. São as escolas particulares, de difícil acesso para grande parte da população, que aplicam essas metodologias em seu ensino. Mas por que é assim? A revolução industrial intensificou a necessidade de trabalhadores qualificados para lidar com a mecanização emergente, direcionando o foco das escolas para preparação do aluno diante do mercado de trabalho, tornando todos aqueles que não possuísem acesso a um ensino particular, membros de uma grande massa. Os valores socioeconômicos transformaram-se nas principais motivações das instituições,

fator que conduz à mecanização de conteúdos que deveriam ser verdadeiramente aplicados, condicionando o ensino ao sistema mecanicista.

Ponderando sobre as informações apresentadas, é válido ressaltar que a Constituição Federal garante um ensino de qualidade e gratuito para todos, portanto é preciso garantir que esse direito civil e constituinte seja colocado em prática, sobretudo através da conscientização das partes ativas e indispensáveis ao processo educacional.

REFERÊNCIAS

COSTA, Magda Suelu Pereira. **Maria Montessori e seu método**. Linhas Críticas, Cajazeiras, v. 7, n. 13, 2001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2914>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DE OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. **Universidade Federal de Goiás. Catalão-GO**, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 24. set. 2020

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. **Educação e Sociedade**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 449-454. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362019000300449&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FADEL, Sabrina. **Vivências no processo de implantação da pedagogia Waldorf na rede pública municipal de Ubá-MG**. 2017. 241 p. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/24287/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FINO, Carlos Nogueira. O Paradigma Fabril segundo Toffler e Gimeno Sacristán. **Novas Tecnologias, Cognição e Cultura: um estudo no primeiro ciclo do Ensino Básico**. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://www3.uma.pt/carlosfino/Documentos/Toffler-Gimeno_Sacristan.pdf. Acesso em: 26 set. 2020

FLACH, Simone de Fátima. **O direito à educação e sua relação com a ampliação da escolaridade obrigatória no Brasil**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 495-520. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362009000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abril 2020.

LANZ, Rudolf. **A pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1979.

MONTESSORI, Maria. **A Criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nórdica, s.d.

MONTESSORI, Maria. **Mente Absorvente**. Rio de Janeiro: Portugalia, 1949.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DOCUMENTOS OFICIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE EDUCACIONAL

Bianca de Oliveira Magri, Alana dos Santos Ferreira, Leticia Malmercic Vicente, Luana Caroline Bagarini, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail:
bd.magri@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, a educação mesmo sendo um direito garantido por lei a todos, alunos com alguma necessidade especial tem certas dificuldades para ingresso e permanência em instituições de ensino regulares. Mesmo com tantas contribuições teóricas e esse direito expresso em leis, a implantação da inclusão mostrasse precária em ações efetivas para que itens estipulados nelas se consolidem.

O presente trabalho tem como propósito discutir as contínuas transformações pelas quais o sistema educacional transitou, e ainda transita, para quebrar barreiras de acesso a uma educação de qualidade para todos.

No Brasil as pessoas com deficiência foram privadas desse acesso por muito tempo. Na própria Constituição de 1824, alunos que possuíssem alguma condição de deficiência eram impedidos de muitos direitos, hoje garantidos a eles, incluindo o direito de frequentarem escolas. Apenas com o fim ditatorial e a volta da democracia, relevantes contribuições foram dadas ao desenvolvimento educacional. Foi promulgada uma nova Constituição Federal, em 1988, e, também, uma nova LDB, em 1996, ambas buscando aumentar o acesso dos cidadãos ao ensino escolar, assim como a melhoria da qualidade destes. A educação então passa a ser gratuita e assegurada para todos incluindo o público especial e, preferencialmente, em redes regulares de ensino, garantindo acesso também para aqueles que não tiveram oportunidade de acesso na idade própria.

Inicialmente o contexto educacional surgiu como propostas dos Jesuítas em 1549, introduzindo um método pedagógico baseado na moral, nos costumes e na religiosidade europeia. Mediante a isso se durante a antiguidade as pessoas com deficiência eram rejeitadas ou até mesmo condenadas a morte, devido às crenças de suas condições estarem relacionadas a um pecado de vida anterior, o fortalecimento do cristianismo reforçou a ideia de que essas pessoas estariam no mundo como uma oportunidade de se arrependerem de seus pecados e alcançarem o perdão celestial. Passaram assim a ser vistas com outros olhos.

2 METODOLOGIA

Para este estudo utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se artigos, monografias, documentos on-line (legislações), a respeito do assunto, permitindo o debate em torno dos pontos principais desse tema.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Pessoas com deficiência alcançaram seus direitos de cidadãos, e determinações impostas por leis, até mesmo o direito a inclusão escolar, em parceria com os demais cidadãos, que enxergaram neles suas potencialidades e, com isso, garantiram seu espaço na sociedade.

A partir do século XIX, por meio do decreto nº 1428 de 12 de setembro de 1854, a educação de pessoas com deficiência teve seus passos iniciais, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto Surdos-Mudos pela lei nº 839 de 28 de setembro de 1857, e, em 1950, surgiram organizações populares como a Sociedade Pestalozzi do Brasil e a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Nesse momento a Educação Especial é entendida como algo de instituições especializadas em locais separados e específicos. Para complementar essa dicotomia no século XX, em instituições regulares de ensino, surgiram as chamadas “classes especiais”, separando os considerados alunos “normais” dos “anormais”; a justificativa para tal ação, seria para impedir que o público especial pudesse vir atrapalhar de algum modo o rendimento do restante da sala.

Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases define a estrutura e funcionamento da educação no Brasil. A primeira LDB em 1961, buscou a construção de uma educação acessível e democrática para todos. Ela, explicitamente, garantiu o direito de pessoas com deficiência frequentarem instituições de ensino do mesmo modo que pessoas sem nenhuma deficiência. Também determinou como estímulo ao recebimento desses alunos, a distribuição de subsídios financeiros para instituições particulares com esse público.

Em 1994 foi elaborada a Declaração de Salamanca na Espanha. O documento foi organizado durante a “Conferência Mundial de Educação Especial”, onde 88 países e 25 organizações internacionais discutiram e sugeriram como deveria ser imposta a Educação Inclusiva em todos os países. Nela foi esclarecido, também, que

independentemente das diferenças, dificuldades ou deficiências as escolas deveriam receber esses alunos e oferecer-lhes um ensino de qualidade, sendo a escola responsável por adequar e promover sua estrutura física e pedagógica para recebê-los.

Um desses debates sobre política educacional, nos anos 90, envolveu a proposta de produção de documentos centralizadores para garantir um padrão mínimo de educação. Nesse período de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o MEC lançou no Campo da Educação Especial as “Adaptações Curriculares Nacionais: Estratégia para a educação de alunos com Necessidades Especiais”, oferecendo orientações aos professores acerca da inclusão, e sobre como deveria ocorrer a adaptação curricular, sempre respeitando o ritmo de aprendizagem de cada criança, fugindo da ideia de usar as mesmas estratégias de ensino para todos os alunos, os mesmos materiais e recursos para todos.

Em 1990 o MEC, Ministério da Educação e Cultura, elaborou então um esboço da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, intencionado a estabelecer um “currículo mínimo” a ser assegurado e cumprido pelas instituições de ensino. A primeira versão disponibilizada para consulta foi em 2015.

A partir desses documentos as instituições de ensino tiveram orientações para criação de seu currículo que devem, portanto, ser flexível e aberto, atendendo a diversidade dos estudantes matriculados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a concepção de inclusão escolar é um campo muito mais amplo do que simplesmente matricular esse público na instituição de ensino; implica, portanto, repensar a escola, que deve oferecer um ambiente acolhedor e propor uma fusão da Educação Especial e Educação Básica em uma única visão de instituição escolar.

O desafio está na adequação de metodologias alternativas para o processo de ensino, bem como a adequação de recursos para o sucesso dos alunos na escola.

Na perspectiva inclusiva, é nítida a rejeição de qualquer proposta curricular diferenciada, recortada e empobrecida, que foge das orientações que propõe os documentos já citados. Cabe à instituição, ressaltar e garantir uma educação de qualidade para todos, que reconheça as diferenças e valorize a diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, Brasília/DF, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961.

Carvalho, C. L.; Salerno, M. B.; Araújo, P. F. A educação especial nas leis de diretrizes e bases da educação brasileira: uma transformação em direção à inclusão educacional. **Revista Horizontes**, Dourados, MS, v.3, n.6, p. 34- 48, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/viewFile/5099/3083>. Acesso em: 04 out. 2020.

Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, 1994.

MERCADO, E. L. O.; FUMES, N. L. F. Base Nacional Comum Curricular e a educação especial no contexto da inclusão escolar. *In*: Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2017. Aracaju. **Anais [...]** Aracaju, 2017, v. 10, n. 1. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/4770>. Acesso em: 04 out. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM SOB O ENFOQUE DA PSICOPEDAGOGIA

Isabela Fernanda Savio, Elaine Gardinal Pizzato, e-mail: isabela.savio90@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma das fases mais complexas do desenvolvimento humano, nos aspectos emocionais, sociais, motor e cognitivo da criança, portanto merece grande atenção e cuidado por parte das instituições escolares, pois é na educação básica os primeiros caminhos de socialização e formação dessa criança longe do ambiente familiar, onde necessitam se sentirem seguras, acolhidas e protegidas.

A educação afetiva deveria ser a primeira preocupação dos educadores, porque é ela que condiciona o comportamento, o caráter e a atividade cognitiva da criança (MAUCO, 1986 *apud* De PAULA e FARIA, 2010 p.2). Dessa maneira, a afetividade contribui para o desenvolvimento da aprendizagem, visto que, a afetividade não se resume apenas em demonstração física de carinho, mas também em uma preparação cognitiva, já que para Vygotsky “não há separação entre intelecto e afeto, pois ambos estão interligados.” (Vygotsky *apud* OLIVEIRA, 1992).

A escola é uma das principais responsáveis por significativa parte da formação do ser humano, acadêmica e social, o trabalho do psicopedagogo dentro da instituição escolar tem um cunho, sobretudo preventivo, buscando evitar surgimento de problemas e propiciar um ambiente favorável para a aprendizagem.

A escolha do tema “a importância da afetividade no processo de ensino aprendizagem sob o enfoque da psicopedagogia”, se deve por acreditarmos que a afetividade é uma necessidade na vida de qualquer pessoa, sobretudo a criança. Nesse sentido, consideramos importante abordar a afetividade como aspecto fundamental no processo de desenvolvimento social, cognitivo e pessoal do aluno. Consideramos que, oferecer uma relação afetiva na educação do indivíduo, é levar em conta a pessoa na sua plenitude.

Vários autores manifestaram o interesse pelo assunto que embora não seja novo, se mostra pouco valorizado, talvez por conta das inúmeras cobranças que o professor sofre a fim de que apresentem resultados nas avaliações que as escolas veem realizando com o propósito de avaliar a educação.

O tema proposto foi motivado a partir da visualização da necessidade de resgatar a afetividade na prática pedagógica, mostrando assim como esta ferramenta pode se tornar uma grande aliada em sala de aula e como a intervenção psicopedagógica vem tornando-se cada vez mais necessária no ambiente escolar

2 METODOLOGIA

Para este estudo foram realizadas algumas reflexões sobre a importância da afetividade no processo de ensino aprendizagem sobre o enfoque da psicopedagogia, tendo em vista que a escola exerce um papel fundamental no desenvolvimento conceitual e intelectual do indivíduo educando.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseando-se em teóricos clássicos e contemporâneos que contribuíram com a temática em questão, buscando alcançar o máximo de informações que contribuíssem para a resolução dos problemas aqui apontados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Quando a criança chega a escola, logo inicia vínculo com o professor, pois até então suas relações são estabelecidas em grande parte no contexto familiar. O professor, para construir esse vínculo com o aluno inicia uma relação de respeito e valorização do outro, onde procura compreender o que o aluno sabe, como também suas dificuldades. A partir desse momento o professor passa a ter papel de mediador entre a criança e o objeto de conhecimento.

As relações sociais se caracterizam como essenciais para o processo de ensino aprendizagem, sendo necessário refletir sobre a qualidade desta relação e buscar entender de que maneira esse vínculo pode influenciar na aprendizagem e desenvolvimento do aluno enquanto ser humano.

Baseando-se na teoria walloniana, Ferreira e Acioly-Regnier definem a afetividade como

[...] o domínio funcional que apresenta diferentes manifestações que irão se complexificando ao longo do desenvolvimento e que emergem de uma base eminentemente orgânica até alcançarem relações dinâmicas com a cognição, como pode ser visto nos sentimentos (2010, p.26)

Desse modo, inicialmente a afetividade manifesta-se com um caráter orgânico, mas a partir das relações com o meio e com o outro, essas expressões tornam-se gradualmente mais sociais.

Almeida (2008) elucida que quando a afetividade muda para um estágio onde há sensibilidade ao outro, ela tem suas bases fortemente sociais.

Galvão (1998), ao referir-se acerca da teoria walloniana, enfatiza a importância dos estudos sobre a psicogênese da pessoa completa e suas implicações no âmbito escolar, que cooperam para uma reflexão sobre a ação pedagógica que visa ao atendimento à criança em sua totalidade.

Portanto, a partir do olhar do professor para a criança em sua totalidade, percebendo-a como sujeito único, porém social, as práticas pedagógicas devem considerar essas características e demandas, contemplando-as nos planejamentos.

Segundo Almeida (2008, p.352) “[...] o desenvolvimento do sujeito como totalidade não pode ser promovido se direcionarmos nossa prática para uma educação meramente intelectualista”.

Segundo Piaget (1976, p.16) o afeto é essencial para o funcionamento da inteligência.

[...]vida afetiva e vida cognitiva são inseparáveis, embora distintas. E são inseparáveis porque todo intercâmbio com o meio pressupõe ao mesmo tempo estruturação e valorização. Assim é que não se poderia raciocinar, inclusive em matemática, sem vivenciar certos sentimentos, e que, por outro lado, não existem afeições sem um mínimo de compreensão.

A afetividade, segundo autores está exercendo influência no processo de ensino-aprendizagem no cotidiano das instituições educacionais, assim sendo, é necessário se atentar para esse aspecto. A afetividade também está presente nas relações estabelecidas entre os sujeitos no âmbito escolar.

Relacionando aprendizagem e afetividade, Tassoni (2010, p.3) afirma que

Toda aprendizagem está impregnada de afetividade, já que ocorre a partir das interações sociais, num processo vincular. Pensando, especificamente na aprendizagem escolar, a trama que se tece entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita, etc. não acontece puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações.

Segundo Vygotsky (2001 apud EMILIANO; TOMÁS, 2015, p.66), “o professor deve preocupar-se em relacionar o novo conhecimento com a emoção, caso contrário, o saber torna-se morto”. Portanto o conhecimento e vivências e experiências do aluno deve-se estar conectado, para que este possa reelaborá-lo de maneira significativa.

O vínculo entre professor e aluno nesse processo deve ser estabelecido de uma forma ética, compreendendo e respeitando a criança, a fim de contribuir para uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento de sujeitos autônomos e críticos, pela mediação de conhecimentos pré-adquiridos aos científicos, possibilitando assim sua reelaboração.

Assim sendo, o psicopedagogo pode atuar como mediador nesse processo, orientando e dando suporte ao professor no caminho de construção da aprendizagem do aluno, portanto a ação do educador necessita ser pautada a respeito do conhecimento e do desenvolvimento psicológico do aluno e suas necessidades. Acredito que assim, o professor poderá auxiliar esse aluno a se desenvolver em sua totalidade, tornando-o mais feliz e realizado em suas aprendizagens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi demonstrado até aqui, entende-se que as relações sociais são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, e a relação de mediação entre professor-aluno resulta um vínculo afetivo que é capaz de interferir na aproximação ou oposição ao objeto de conhecimento.

No presente contexto, é preciso que a escola busque comprometer-se, não com o desenvolvimento cognitivo do educando apenas, mas sobretudo com seu desenvolvimento socioemocional. O aprendizado oferecido dentro da instituição escolar, para se alcançar êxito, não depende só de uma ótima escola com ótimos materiais didáticos, mas também do tratamento e estímulos que o aluno recebe, e dos laços afetivos que são desenvolvidos entre esse educando e seu professor.

Portanto, concluindo sobre esse aspecto, a afetividade está relacionada às vivências de adultos e crianças, motivação de professores e alunos e é determinante para a prática educativa. Conhecer o desenvolvimento cognitivo e afetivo do aluno torna possível que o educador melhore cada vez mais suas intervenções pedagógicas.

Espera-se através deste estudo, ter contribuído para aqueles que buscam uma mudança em suas atitudes, e que pretendam favorecer com o processo de aquisição de conhecimentos do indivíduo, através da afetividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. S. (2008). A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. **Revista Inter Ação**, v. 33, n. 2, p. 343-357, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v33i2.5271>. Acesso em: 16 set. 2020.

DE PAULA, S. R; FARIA, M. A. Afetividade na aprendizagem. **Saberes da Educação**, v.1, n.1, 2010. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/sandra.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

EMILIANO, J; TOMÁS, D. N. Vygotsky: a relação entre afetividade, desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações na prática docente. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, SP, v. 2, n. 1, p. 5972, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/426386325/06042015200306-pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

FERREIRA, A. L.; ACIOLY-REGNIER, N.M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, n. 36, p. 21-38, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2020.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998. Disponível em: https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/galvao_henri-wallon-1.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

MARCHAND, M. **A atividade do educador**. Tradução: Maria Lúcia Spedo Hildorf Barbanti e Antonieta Barini. São Paulo: Summus, 1985.

OLIVEIRA, M K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/38297059/OLIVEIRA_Marta_Kohl_Vygotsky_aprendizado_e_desenvolvimento_um_processo_s%C3%B3cio_hist%C3%B3rico_pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TASSONI, E. C. M. **Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno**. São Paulo. 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/2019t.pdf>. Acesso em: 17 set 2020.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Giovanna Figueiredo Avanço, Viviane Rodrigues, e-mail:
giovanna.figueiredo03@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de ensino, voltada para a escolarização das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades e superdotação. Porém, a educação inclusiva é o ato de escolarizar todas as pessoas, respeitando as diversidades, inclusive as pessoas com deficientes, sendo assim livre de exclusão e preconceito (BRASIL, 1996).

Para que ocorra o pleno aprendizado dos alunos com deficiência, é necessária a corresponsabilidade de todos que participam do processo de educação, sendo não apenas o professor. Dessa forma, conta-se com uma rede de apoio, que é formada por profissionais da saúde (médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicopedagogos). Esses ajudarão o educador a compreender as necessidades do aluno. E a outra rede de apoio é a família, sendo fundamental o seu envolvido no processo de escolarização do aluno com deficiência (ALONSO, 2013).

A primeira inserção das pessoas nas culturas, nos valores e nas particularidades sociais ocorre por meio da família. Sendo assim, se o ambiente em que a criança vive é harmonioso, ela terá uma crescente progressão educativa. Para os pais/família de crianças com necessidades educativas especiais não se torna diferente a importância da inserção na sociedade, porém esses enfrentarão dificuldades que nunca serão confrontadas por pais de outras crianças, tornando assim um grande desafio a participação assídua na educação do filho com deficiência (MENDES, 2014).

Assim, torna-se fundamental entender a relação da família com a escola e quanto essa relação está influenciando o desempenho acadêmico das pessoas com deficiência. A partir dessas colocações, o presente estudo tem como objetivo analisar pesquisas que tenham como temática a relação entre a família das pessoas com deficiência e a escola, compreendendo a influência dessa relação no desempenho acadêmico desses estudantes.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica sobre o tema, através de um levantamento de artigos por meio de palavras chave (família e crianças com deficiência) que comprovam a problematização do assunto. Quatro etapas foram utilizadas:

- 1° Busca e coleta bibliográfica no Google Acadêmico;
- 2° Após a coleta, o site ofereceu 21.100 resultados;
- 3° Os artigos científicos que correspondiam ao tema central deste trabalho foram separados para análise;
- 4° Após a análise apenas três artigos correspondiam ao objetivo da pesquisa, e os demais foram descartados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para este estudo foram destacados três artigos que mostram a importância da família na educação inclusiva. O primeiro artigo, Compreendendo a família da criança com Deficiência Física (SÁ; RABINOVICH, 2006) descreve um estudo que procurou identificar a maneira que uma família de baixa renda se reestrutura após o nascimento de uma criança com Encefalopatia Crônica da Infância. O estudo descritivo foi realizado por meio de um questionário feito com pais frequentadores da UNAFISIO (Unidade de Assistência em Fisioterapia), cujos filhos estivessem em tratamento há mais de três meses. Oito famílias e pais e mães separadamente foram entrevistados. O roteiro proposto instigava os entrevistados a falar livremente sobre as mudanças que ocorreram após a chegada do filho com deficiência. Falas foram destacadas como: “porque mãe e pai sempre quer o filho perfeito e saudável”.

O artigo enfatiza que a desestruturação da família será variável de acordo com o grau e tipo de deficiência e como é tomado o conhecimento de sua existência. Geralmente as informações fornecidas como o grau de comprometimento, o prognóstico e as potencialidades da criança são levados aos pais de forma preconceituosa e com erros. O momento do diagnóstico é delicado, pois sentencia o “status” da família, traçando uma linha entre o “normal” e o “anormal”: “normal” a criança que terá um futuro brilhante, e “anormal” carregado de inadequações, impossibilidades e dependência.

Com a aproximação do problema, cada família desenvolverá mecanismos próprios de acordo com suas crenças e disponibilidade de recursos oferecidos. Mas com

essa nova situação a família passará por um choque de realidade, descrença, momentos de tensão, ocasionado algumas separações dos pais, ou até mesmo o “esquecimento” dos outros filhos (BASTOS, 2002).

As autoras consideram que os pais a espera de um filho criam expectativas e imaginam a vida futura da criança. Quando o bebê é diagnosticado com alguma deficiência dificilmente cumprirá com os desejos dos pais, podendo causar rejeição. É preciso que esses pais criem laços afetivos com os filhos deficientes para que ela se sinta segura e possa explorar o ambiente dentro de suas limitações e que os pais aprendam o equilíbrio das necessidades da criança e que saibam enfrentar as reações da sociedade diante dos filhos deficientes.

O segundo artigo, O que significa ter uma criança com Deficiência Mental na família? (SILVA; DESSEN, 2004) destaca Piaget e Vygotsky como dois fundamentais estudiosos sobre a inclusão e o desenvolvimento de crianças deficientes. Segundo Hodapp, Burack e Zigler (1998), Piaget, por meio de seus estudos afirmou que crianças com Deficiência Intelectual (DI) procedem em sequência idêntica a crianças com inteligência média. Já Vygotsky afirmou que a linguagem seria um mediador dos pensamentos e modos que os adultos transpassam os comportamentos das crianças. Seu foco é estudar como o desenvolvimento de uma criança DI é alterado.

O artigo ainda traz que nas últimas décadas vem sendo estudado cada vez os impactos que a criança com DM tem sobre a família. Ainda que a literatura tenha focado nas mães, segundo Minnes (1998) os estudos experimentais das vivências de ambos os genitores com crianças DM tiveram início após 1980. As primeiras pesquisas tiveram como resultados impactos negativos e desanimadores sobre os efeitos de crianças deficientes nas famílias. Com o passar do tempo as respostas têm sido de esperança e reconhecimento da possibilidade de adaptação positiva (SHAPIRO; BLACHER; LOPEZ, 1998).

Segundo Lerner, Fisher e Weinberg (2000), o desenvolvimento humano em síntese visa promover o desenvolvimento saudável do indivíduo ao longo de sua vida. Para o desenvolvimento de uma criança DI, é necessário, acima de tudo, conhecer o principal apoio do desenvolvimento, isto é, a família.

Por fim, o último artigo destacado neste trabalho: Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva (BARBOSA; BALIEIRO; PETTINGILL, 2011), vem para afirmar que a família é o eixo principal do

desenvolvimento das crianças, sejam elas deficientes ou não, e a mesma precisa de uma grande atenção para aprender lidar com os desafios propostos após o nascimento de uma criança com deficiência.

As autoras mostram que o nascimento de uma criança com deficiência gera uma crise que atinge a família toda, abalando sua identidade, funcionamento e estrutura. Este artigo juntamente com o primeiro indica que os pais criam altas expectativas com a chegada de uma criança, e quando recebem o prognóstico, muitas vezes de forma errônea, acabam sendo desmotivados, porque a criança dificilmente cumpra com os sonhos e metas traçadas pelos seus pais.

É possível perceber que a família da criança com deficiência ainda não é atendida de forma adequada, fazendo com que as mesmas se sintam desmotivadas e despreparadas para enfrentar todos os desafios vindos com o nascimento do filho deficiente. Ainda o artigo reforça que profissionais da saúde, como primeiro contato com os pais, devem os instruir corretamente, tranquilizando-os, para que eles possam reconhecer sua importância para o desenvolvimento e inclusão na sociedade da criança com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, por meio da realização deste trabalho podemos concluir que a família é o suporte primordial para que uma criança deficiente sinta-se incluída em todos os âmbitos sociais, havendo a necessidade de que a família tenha apoio e treinamento de pessoas capacitadas para que elas possam criar uma criança com deficiência com dignidade, respeito e inclusão.

REFERÊNCIAS

ALONSO, D. Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio. **Nova Escola**, 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>> Acesso em 4 de ago. de 2020.

BARBOSA, M, A, M; BALIEIRO, M, M, F, G; PETTENGILL, M, A, M. **Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva.**

MENDES, C, H. A família na educação inclusiva. **Diversa Educação Inclusiva na prática**, 2014. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/a-familia-na-educacao-inclusiva/>> Acesso em 4 de ago. de 2020.

SÁ, S, M, P; RABINOVICH, E, P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum**; Ed. 16, p. 68-84, 2006.

SILVA, N, L, P; DESSEN, M, A. O que significa ter uma criança com deficiência mental na família? **Educar**, Curitiba, Editora UFPR n. 23, p. 161-183, 2004.

A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Fábio José Evaristo; Renan Alves Rodrigues, Ademir Testa Junior, e-mail:
fabioevaristo652@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física, enquanto disciplina, possui importante papel social. Inicialmente na escola, diante da sua dinamicidade e possibilidades de aplicação, em que o esporte se torna uma chave de atuação capaz de mobilizar públicos diversos a interesses diversos e amenizar diferenças entre grupos discentes (BONFIM, 2010). Do mesmo modo, a disciplina em questão, implantada em projetos e grupos sociais específicos, atuantes em áreas menos favorecidas, é uma possibilidade na redução das desigualdades, haja vista o lugar que o esporte tem em nossa sociedade (MIRANDA CORREIA, 2008).

Isso porque, o esporte tem a capacidade de conceder aos alunos a noção de como a atividade física pode melhorar a “qualidade de vida, (...) e ao mesmo tempo formar um cidadão crítico e consciente, proporcionando conhecimentos que o aluno possa utilizar dentro e fora dos ambientes escolares” (VILLANUEVA, s. d, p. 7).

Ao compreender essa relação, este trabalho objetiva discutir a importância do esporte para a inclusão social, tendo a Educação Física, a escola e dados projetos sociais como referências. Com isso, se pensa os modos com que se dá a inclusão social de alunos da escolarização brasileira, de baixa renda ou grupos de risco social, nos espaços de ensino e em projetos sociais, por meio de uma prática inclusiva do esporte, mediada sempre pela Educação Física, em que podemos enquadrar as possibilidades do esporte como respostas a disparidades sociais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa de revisão de bibliografia é apontada por Lakatos e Marconi (2005) como uma possibilidade de novas descobertas, sejam de dados, fatos ou observações. Isso porque, segundo as autoras, pensar o que se descobre com base nas pesquisas contribui para que processos crítico-reflexivos pré-elaborados sejam rearticulados e reconstruídos com base em novas problemáticas e visões (ANDER-EGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2005).

Desse modo, este trabalho parte de uma pesquisa e/ou revisão de bibliografia que une produções acadêmicas que pensam o papel da Educação Física e da prática do movimento e/ou do esporte dentro de projetos sociais, pensando a questão da inclusão social de adolescentes a partir desses escopos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

As políticas inclusivas voltadas às atividades esportivas ocorrem em todo o país, como resposta a uma série de desigualdades e problemas sociais. Principalmente nas últimas décadas, por meio de grupos, organização e indivíduos específicos (SILVA; SIVA, 2014). Isso porque, no país todo há lugares e iniciativas que indicam a importância de se discutir e integrar essas práticas no cotidiano das comunidades ao redor do país. Assim, diversos são os exemplos de projetos reconhecidos perante os seus resultados positivos na pauta da inclusão social mediada pelo esporte.

Principalmente, porque o país apresenta diversos focos de vulnerabilidade social, provenientes da diferença social e da consequente desigualdade social que advém da diferença de poder aquisitivo e acesso a bens e serviços (MIRANDA CORREIA, 2008). Desse modo, segundo Vianna, Losivolo (2011), cabe aos espaços não formais de ensino trabalhar dentro de suas dinâmicas e possibilidades, de modo a amenizar, contornar e inserir novas dinâmicas sociais face as suas possibilidades.

Pensando nisso, são diversos os sujeitos que buscam a inclusão social do público escolar, infantil e adolescente, de diversas localidades, que requerem uma maior no quesito de indicadores socioeconômicos, ou na escola, que também pode reproduzir mecanismos de exclusão social, devido à sua estrutura também refletir uma dada ordem social (FERNANDES; MÜLLER, 2009). Nesse cenário, a Educação Física possui importante espaço de atuação, já que dinamiza as relações existentes por meio de uma prática coletiva, colaborativa e operacionada sob intenções integrativas (SILVA; SILVA, 2014).

Fernandes e Müller (2009) são exemplo de pesquisadores que se debruçam a pensar a exclusão social nas instituições de ensino da Educação Básica, e que vislumbram na Educação Física possibilidades de alteração dessa dinâmica excludente, a substituição de um nova possibilidade à inclusão por meio de ações concretas de exercício da cidadania, humanização das relações sociais dadas nesse espaço.

Para os autores citados, assim como para Vianna e Lovisovo (2009), a Educação Física apresenta um campo de atuação extensivo, que ancorado na movimentação do corpo e pelo esporte, atua no sentido de romper estigmas e barreiras entre estudantes. Pois, a prática esportiva dialoga com o coletivo e com o colaborativo, deixando o *status* social de lado (VIANNA, LOVISOVO, 2009). Contudo, os autores ainda chamam a atenção para a necessidade de melhor delimitar essa atuação, o investimento na prática e de condicionar suas possibilidades de atuação a cada realidade.

Frente a tais discussões, Silva e Silva (2014) debatem, embasados por amplos referenciais, como a Educação Física, sua inserção e prática como a atividade esportiva escolar e em projetos sociais traz grandes benefícios à comunidade que recebe esses tipos de projeto. Sobretudo, porque são intervenções sobre as faixas etárias mais jovens que recebem apoio, atenção em troca de dedicação ao projeto e ao cunho social e que promovem resultados múltiplos e benéficos, visivelmente. Quando os projetos relacionam bom desempenho escolar com a manutenção nas atividades, ele move múltiplos sentidos da criança e adolescente, que deseja permanecer naquele meio, a educando para a vida (SILVA; SILVA, 2014).

Também apresentando os pontos positivos da implantação de projetos sociais mediados pela Educação Física, Castro e Souza (2011), pensam os resultados obtidos no Esporte em Ação - Núcleo Vila Torres, sediado na capital paranaense, Curitiba. Unindo as percepções dos alunos, dos pais e da comunidade em que o projeto é instalado, os autores compõem um panorama sobre as benesses que o programa representa ao local em questão, sendo lido por esses sujeitos como um espaço seguro, que retira os estudantes das ruas, incentivando a aprendizagem por meio do jogar, brincar, divertir e estar com amigos.

Apresentando outra vertente e uma crítica sobre a atual organização dos projetos sociais, com uma revisão de literatura baseada no filósofo Michel Foucault, Lemos et al (2017) trabalham com as instituições de poder e regulação presentes nas ações no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Segundo os referidos autores, a Educação Física em uso nas atividades e intervenções do UNICEF, normalmente direcionadas às crianças e adolescentes pobres, que promovem atividades de esporte, lazer e cultura, mas também operam em sentido de organizar e disciplinar a vida desse sujeitos, mesmo que sob pretextos bondosos e apresentando resultados positivos em

suas vidas. O que nos mostra outra interpretação possível, que se acionada, poderá aprimorar a ideia que se faz e a prática em torno desses projetos.

A partir dos autores podemos verificar como o acesso ao esporte e às práticas instituídas pela UNICEF ajudaram o público em questão atua de diversos modos sobre a vida dessas pessoas e podem ser usadas em públicos diversos, enquanto política pública. No mais, as intervenções de todo modo são lidas como atuantes em sentido de promover a segurança social e disciplinar os grupos, o que possui grande produtividade (LEMOS et al, 2017).

Ainda, com base nas discussões de Miranda Correia (2008), é possível notar como o esporte atua positivamente nas questões de vulnerabilidade social, sendo produtiva a objetividade enquanto esporte e lazer, motivando bons resultados aos frequentadores dos projetos que existem. Igualmente, Bonfim (2010) pensa essa relação e esse diálogo, indo além, pois enfoca sobre como a implantação da lei nº 10.639, de 2003 é colaborativa nessa dinâmica de inclusão, apresentando novos escopos também à Educação Física.

O autor (2010) reconhece, assim, a capoeira e sua importância para o resgate social da população afro-brasileira marginalizada, sendo um importante instrumento para a promoção inclusão social de diversos sujeitos e agentes sociais marginalizados, bem como um mecanismo que fomenta a cidadania através da Educação Física.

Outras óticas de interpretação podem surgir também. No que concerne a figura do profissional da Educação Física, por exemplo, também é interessante pensar as percepções desses sujeitos como um dos pilares da execução desses projetos e da mobilização da disciplina como alteração da dinâmica da exclusão. Por isso, Vianna e Lovisovo (2011), embasam uma pesquisa que considera os entendimentos de 25 profissionais de Educação Física sobre suas respectivas atuações em projetos sociais do Rio de Janeiro.

De acordo com os autores (2009), o efeito social positivo é evidente, e sentido pela população local, mas também apresenta pontos a serem melhorados e aprimorados para que os resultados esperados na esfera da inclusão social sejam realmente sentidos e verificados socialmente.

Sob mesmas intenções, Machado et al (2011) pensam a autonomia dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento dado nesse meio dos projetos sociais. Mais do que verificar os resultados obtidos, pensam as possibilidades de desenvolvimento desses

frente a autonomia discente e do profissional, para que ocorra também a formação de um cidadão autônomo, crítico e social e coerentemente participativo a partir do aprendido e socializado no projeto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um característico espaço formativo que tem papel relevante em nossa sociedade e no rompimento de visões tradicionalistas e/ou superação de preconceitos e disparidades. Igualmente, os projetos sociais são realidades cada vez mais presentes nas mais diversas realidades e localidades do nosso país. Mais do que espaços de interação no contraturno escolar, representam lugares de interação e construção de saberes, sendo, usualmente, classificados como espaços não formais de ensino.

Ao pensar o papel da Educação Física nesses locais, sejam eles de ensino formal, sejam os projetos sociais, nota-se cada vez mais a importância da prática de esportes como vetor de inclusão social e mudança de perspectivas de vida. Atentos a essas realidades mais do que formular projetos e iniciativas é preciso pensar as questões que cercam ambos.

As muitas pesquisas resultantes da análise das benfeitorias desses projetos são exemplos de panoramas que salientam as evidências de quais são algumas das múltiplas possibilidades que existem entre a articulação dada entre Educação Física, prática esportiva e os resultados que a cercam. Desse modo, cada uma das produções aqui apresentadas representam uma face dessa constante interrelação dada entre Educação Física, esportes e inclusão social.

No mais, os resultados dessas pesquisas permitem que notemos os principais pontos positivos presente no entrecruzamento dados entre esses segmentos, os quais são capazes de incentivam e promover a inclusão social. Entende-se desse modo, como a continuidade dessa relação, bem como seu constante aprimoramento são potenciais espaços de aprendizagem e vetores de inclusão social, constantemente.

REFERÊNCIAS

BONFIM, G. C. S. A prática da capoeira na educação física e sua contribuição para a aplicação da lei 10.639 no ambiente escolar: a capoeira como meio de inclusão social e da cidadania. In: Congresso Nordeste de Ciências do Esporte, 2010. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <https://capoarte.com.br/Artigos%20-%20A%20pr%C3%A1tica%20da%20capoeira%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADsica%20e%20sua%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20aplic>

a%C3%A7%C3%A3o%20da%20lei%2010.639%20no%20ambiente%20escolar%20a%20capoeira%20como%20meio%20de%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20da%20cidadan.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.

CASTRO, S. B. E. de; SOUZA, D. L. Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Movimento**, vol. 17, núm. 4, out-dez. 2011, p. 145-163. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115321666008.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

FERNANDES, L. P.; MÜLLER, V. R. Exclusão e Inclusão Social: contribuições e experiências Inclusivas na educação física. *Gestão escolar*, online, 2009. Disponível em: http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_luciane_pereira_fernandes.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.

LEMOS, F. C. S. et al, Práticas de esporte, lazer e cultura do UNICEF. **Fractal: Revista de Psicologia**, online, v. 29, n. 1, p. 2-8, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1009>. Acesso em: 03 out. 2020.

MACHADO, G. V. et al. Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 14, n. 3, p. 1-21, set.-dez. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Larissa_Galatti2/publication/264784735_PEDAGOGIA_DO_ESPORTE_E_AUTONOMIA_UM_ESTUDO_EM_PROJETO_SOCIAL_DE_EDUCACAO_NAO_FORMAL/links/53ef71110cf23733e812d46d.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA CORREIA. M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 3, maio, 2008, p. 91-105. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4013/401338533007.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

SILVA, O. M. da; SILVA, C. A. F. Da. Desenho da rede de um projeto esportivo social: atores, representações e significados. Disponível em: **Rev Bras Educ Fís Esporte**, online, v. 28, n. 3, 2014 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092014000300415>. Acesso em: 18 maio 2020.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação. **Movimento**, online, vol. 15, núm. 3, jul.-set., 2009, p. 145-162. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115312644008.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Física do Esporte**, São Paulo, v.25, n.2 abr.-jun., 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092011000200010>. Acesso em: 03 out. 2020.

VILLANUEVA, M. S. A função social da educação física escolar no combate ao sedentarismo. **Gestão escolar**, online, s.d. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/990->

A ORIGEM DO JOGO PROTAGONIZADO E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL

Fernanda Pagotto Businaro, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail: fernandabusinaro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto de uma seção do trabalho original que está em andamento e vincula-se a Unesp, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" do campus de Araraquara que integra o Programa de Educação Tutorial (PET Pedagogia), grupo de pesquisa que visa a complementação da formação do educador. Neste âmbito, surge a necessidade de estudar dentro do contexto escolar a importância do Jogo Protagonizado ou brincadeira do faz de conta, e as suas contribuições para a formação do desenvolvimento infantil em idade pré-escolar.

O trabalho está apoiado na perspectiva teórica da linha Histórico Cultural de Lev Semyonovich Vygotsky (1896-1934), criada em um contexto de mudança social racial, que perpassou a Revolução Russa de 1917. Vygotsky defendeu o Materialismo Histórico Dialético criado por Karl Marx, base de sua teoria, pois queria compreender como se dava o desenvolvimento do psiquismo humano no interior da sociedade.

Assim, Vygotsky em seus ideários não descarta o ambiente social, ou seja, as relações sociais como fator de transformação do homem, ao contrário, as consideram o fator principal que estimula, transforma e desenvolve o ser humano.

Segundo MUKHINA (1996) a experiência social é a maior e melhor arma para o desenvolvimento psíquico da criança, responsável por construir as suas qualidades psíquicas e as propriedades de sua personalidade.

A origem do Jogo Protagonizado de acordo com Elkonin (1998), colaborador da teoria Histórico Cultural de Vygotsky, é baseada em várias perspectivas históricas que exigem um contexto histórico próprio de cada sociedade, mas contem ideias comuns. Por isso, não se sabe com precisão quando surgiu, mas há evidências de acordo com vários estudos, de que o Jogo Protagonizado surge da necessidade de as crianças pertencerem ao mundo do trabalho, ou seja, o Jogo Protagonizado ou a brincadeira do faz de conta surge da complexidade do trabalho a partir dos instrumentos que impossibilitou a participação das crianças.

Portanto, segundo o referido autor, é através do Jogo Protagonizado ou brincadeira do faz de conta que a criança em idade pré-escolar realiza os desejos que não possíveis de serem realizados na realidade, e se apoia nas experiências vividas do cotidiano para imaginar a brincadeira dramática.

A questão primordial da brincadeira do faz de conta, citada por Prestes (2016), é que essa atividade vai guiar o desenvolvimento infantil pré-escolar, pois conduz novas condutas psíquicas, gerando neoformações, alterando e transformando as funções psíquicas. É a partir da função psicológica da imaginação que constitui-se a gênese do Jogo Protagonizado ou da Brincadeira do faz de conta.

Para Prestes (2016), o Jogo Protagonizado, dentro de contextos educativos, amplia a compreensão do mundo e constrói a personalidade do indivíduo quando a criança entra em confronto com o individualismo naturalizado da sociedade; contrapõem modelos hegemônicos expostos no cotidiano e, principalmente, promove o desenvolvimento do psiquismo, a partir das neoformações que alteram e reestruturam as funções psíquicas da criança.

Nesse viés, o âmbito escolar é visto como precursor do desenvolvimento infantil e como forma de maximizar as capacidades psíquicas já apropriadas nas experiências vividas no âmbito familiar, o que deveria ser muito mais valorizado, principalmente na educação infantil. Outro problema a ser discutido no artigo, é que o Jogo protagonizado muitas vezes é visto como apenas uma brincadeira reprodutiva e que não deve ter interferências de um adulto em destaque no âmbito escolar.

Por isso, o objetivo da presente pesquisa é investigar a origem do jogo protagonizado e a sua influência no desenvolvimento psíquico infantil.

2 METODOLOGIA

Os métodos e instrumentos empregados para realização da pesquisa até o presente momento foram de cunho bibliográfico e de caráter qualitativo com base de dados pautada em artigos científicos, livros, teses e documentos legais. Assim, como já mencionado, a pesquisa exposta é resultante de um recorte da pesquisa original que está em andamento.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A origem do Jogo Protagonizado de acordo com os estudos de Elkonin (1998) está pautada na curiosidade de estudar o psiquismo e as mudanças sociais das crianças pequenas. Assim, o autor busca em diferentes referências teóricas para descobrir quando surge de fato o Jogo Protagonizado, e a partir de seus estudos revela que cada povo se desenvolve de uma forma e em seu tempo histórico, não havendo de fato uma época que denominasse o surgimento do Jogo Protagonizado.

Entretanto, houve a partir das diferentes perspectivas e ideias comuns, um momento histórico onde as crianças e os adultos eram tratados de forma iguais dentro da sociedade de produção, e que a independência acontecia de maneira precoce.

Em uma sociedade, portanto, sem divisão de trabalhos e que visava à produção para o sustento da família a partir da agricultura e pecuária, as crianças aprendiam a manusear os instrumentos e ferramentas que os adultos utilizavam, como os arcos, flechas, facões e entre outros.

Com a divisão do trabalho, passou-se a ter um direcionamento das atividades entre meninas e meninos, assim as meninas aprendiam a costurar e os afazeres domésticos, enquanto os meninos buscavam lenha, pescavam e caçavam. Portanto, as crianças tinham a incumbência de trabalhar e garantir a sobrevivência, ao invés de brincar e jogar.

A vinculação direta das crianças a toda a sociedade, mediante o trabalho comum, excluía qualquer outro vínculo entre a criança e a sociedade. Nesse grau de desenvolvimento da sociedade, e com esse status dentro dela, a criança não tinha nenhuma necessidade de reproduzir o trabalho nem de entabular relações especiais com os adultos, não necessitava do jogo protagonizado (ELKONIN, 1998, p.60).

Segundo Elkonin (1998), o papel das crianças ao longo do avanço da sociedade favoreceu para que tivessem apenas uma participação no trabalho dos adultos, e não mais aquela responsabilidade total em trabalhos laborais que futuramente viriam a ser temas para os jogos dramáticos. Nesse viés, as crianças faziam algumas atividades direcionadas como os trabalhos domésticos e os mais simples de forma que todos os instrumentos fossem reduzidos de acordo com as características motoras da criança ou jovem, como os facões, o machado, o arco, as flechas, os laços e os caniços que eram utilizados como ferramentas e não como brinquedos.

Os Jogos Protagonizados aconteciam de forma inusitada e escondida, segundo Elkonin (1998), pois os adultos proibiam as crianças de brincarem de noivado ou

pagamento de dote que naquela época eram as experiências cotidianas que elas continham.

Desse modo, a sociedade foi se desenvolvendo e junto a ela as tecnologias, favorecendo o aumento do grau de complexidade para a participação das crianças no trabalho dos adultos. E nesse momento, surge o brinquedo, no sentido da palavra, na qual passou a representar as ferramentas reduzidas que perderam o sentido na produção. “[...] a gradual complexidade das ferramentas dá inevitavelmente lugar a que decline a inserção das crianças no trabalho produtivo dos adultos. A infância prolonga-se.” (ELKONIN, 1998, p. 80)

A partir daí, Prestes (2016) afirma, que o desenvolvimento íntegro da criança desde suas primeiras coordenações fundamentais, como as sensórias motoras, inicia-se com a interação entre os adultos e a criança em uma relação de dependência. Caracteriza-se esse primeiro momento, a atividade manipulativa do objeto, ou seja, as crianças ficam amarradas as ações situacionais do cotidiano em uma relação direta entre “criança-adulto”. Nesta fase, a criança desenvolve habilidades de coordenações sensórias motoras fundamentais que a possibilite a manipulação e a atuação sobre o objeto, favorecendo assim, o surgimento do Jogo Protagonizado.

De acordo com Elkonin, essa relação direta cederá lugar para à relação indireta que se configura em “criança - ações com o objeto - adulto”, onde as coordenações já estão bem definidas para exploração do objeto. Nesta fase, também exige uma participação do adulto, porém agora essa interação se dá pelas significações e como explorar tal objeto, e não mais aquela interação total de dependência, onde o adulto segurava os objetos e direcionava as ações da criança.

Desta forma, ainda de acordo com o referido autor, a criança atua sobre o objeto, mas sobre o seu significado geral, isso significa, que a criança não apresenta a função psicológica fundamental, a imaginação para atuar sobre os objetos.

No tocante ao jogo temático, a criança aprende nele, principalmente, o significado os objetos, a orienta-se quanto à sua função social e a utiliza-la como proveito social. Assim, no final do primeiro período da infância, preparam-se premissas fundamentais para a transição para o jogo protagonizado (ELKONIN, 1998, p. 230).

Conseqüentemente, essa atuação sobre o objeto necessitará de novos significados, pois a própria brincadeira exigirá a complexidade de ter instrumentos ou objetos que não estarão presentes no ambiente. Portanto, Elkonin (1998) expõe que uma das premissas para a realização do Jogo Protagonizado é a substituição dos objetos

reais que receberão nomes diante as suas especificações lúdicas, além desse fato inicial, outra premissa importante é que a criança irá organizar as suas ações sucessivamente de forma lógica como acontece no cotidiano na vida dos adultos, também a criança começará a comparar as suas ações com as dos adultos para que futuramente ela possa emancipar a sua própria ação do adulto, ou seja, torna-se independente e se tornando o próprio adulto na brincadeira.

Portanto, o Jogo Protagonizado ou a brincadeira do faz de conta é uma atividade realizada pelas crianças em idade pré-escolar, e que baseada em Prestes (2016), dentro dessa situação lúdica, a criança é livre para escolher o papel a ser realizado, mas cabe a ela seguir as regras sociais do cotidiano do adulto para que de fato possa se sentir pertencente ao mundo adulto, determinando então uma liberdade ilusória.

A situação imaginária impõe regras. São regras sociais que, na vida real, podem criar conflitos ao contrariarem o desejo da criança. A brincadeira de faz de conta é o cenário em que a criança pode agir de acordo com um determinado papel, mas, ao interpretá-lo, precisa seguir o que as regras ditam, senão a brincadeira acaba. E ela sabe disso. Por isso, é uma atividade dramática e não é a resolução do conflito em si ou a satisfação apenas de certos desejos os aspectos mais importantes. O importante é a tomada de consciência, por parte da criança, da existência de regras, ou seja, uma coisa é se comportar como irmãos na vida real e outra é brincar de irmãos numa situação imaginária (PRESTES, 2016, p. 34).

A partir da tomada de consciência, a criança se sente na obrigação de seguir as regras sociais para que a brincadeira de fato se concretize e que tenha uma aparência real, e como resultado desse passo evolutivo no seu próprio desenvolvimento em compreender como se dá as regras sociais em interpretar um papel, condicionará a criança a formação de uma nova conduta, na qual ela passará a educar a sua própria conduta, a partir da autoeducação ou auto percepção.

Quando a criança toma consciência das regras sociais, está se auto educando, está, inclusive, educando sua vontade, pois, por mais que queira fazer apenas o que deseja na brincadeira, precisa se submeter a regras, que são impostas pelos objetos, pelos parceiros da brincadeira, mas nunca pelos adultos (PRESTES, 2016, p. 35)

Percebe-se, portanto, que a partir do desenvolvimento das funções psíquicas da percepção junto a linguagem na criança em idade pré-escolar entre 3 e 6 anos, pode se desenvolver novas funções psíquicas como a imaginação, que favorecerá a ela a habilidade de substituição de objetos e assim, concretizar o Jogo Protagonizado ou

brincadeira do faz de conta. Pois, neste momento não é mais o objeto que guia a ação da criança, mas como Prestes (2016) afirma, a própria ação da criança a partir de seu campo semântico que guiará a ação de interpretar um papel social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância de estudar a atividade predominante nas crianças em idade pré-escolar, o Jogo Protagonizado ou brincadeira do faz de conta, de acordo com a perspectiva teórica da linha Histórico Cultural de Vygotsky, podemos concluir diante a toda literatura estudada que, essa atividade lúdica propicia a criança um integro desenvolvimento psíquico, na qual ela está sujeita a apreender de uma nova função psíquica super importante ao seu processo de desenvolvimento que é a imaginação, que possibilitará a ela criatividade e autonomia.

Além de uma nova função psíquica, essa atividade também proporciona quando bem desenvolvida, o surgimento de novas condutas como a autorreguladora, que é quando a criança controla a sua própria vontade e a conduta arbitrária, onde há a formação de critérios cooperativos, pois de acordo com Pasqualini e Abrantes (2013), a criança experimenta a partir da brincadeira a realidade pela perspectiva do outro, assim a ideia de que o individualismo é posto em reflexão junto a ideia de coletividade.

Outro efeito do desenvolvimento do Jogo Protagonizado ou brincadeira de faz de conta é que a criança apresenta uma maior compreensão do mundo de forma geral, na qual ela passa a perceber os papéis sociais que os adultos fazem em seu cotidiano, assimilando as regras que serão usadas no Jogo.

Desta maneira, o desenvolvimento infantil não se propaga de forma biológica ou através do objeto, mas por meio das relações sociais estabelecidas dentro da realidade da criança. Por isso, é de extrema importância dentro da escola, o professor ou adulto responsável estimular a eleição de temas para a criação dos jogos, pois nem toda brincadeira provoca o desenvolvimento, e fazer com que os temas escolhidos introduzam conteúdos humanizadores e não a uniformidade e a desigualdade de modo que apenas reproduzam os papéis sociais. Assim, garantir a autonomia, a criatividade e principalmente garantir as crianças há ampliarem os círculos de contatos como forma de diversidade para que conheçam novas culturas.

REFERÊNCIAS

ELKONIN, Daniil B. **Psicologia do Jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da Idade Pré- Escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PASQUALINI, Juliana Campregher; ABRANTES; Angelo Antonio. **Forma e conteúdo do ensino na educação infantil: o papel do jogo protagonizado e as contribuições da literatura infantil**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 13-24, dez. 2013.

PRESTES, Zoia. **A brincadeira do faz de conta e a Infância**. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 28-39, maio/ago. 2016

PSICOPEDAGOGIA E AS NOVAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Cristina do Amaral Carvalho de Almeida Prado, Elaine Gardinal Pizato, e-mail:
crisamaraljau@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Através do presente artigo se pretende construir um paralelo histórico de nossa educação brasileira, explicitando suas tendências pedagógicas originais e atuais, quais se desenvolveram e se fixaram na nossa realidade brasileira, e como o cenário atual se manifesta, inserindo, assim, a Psicopedagogia dentro de tal contexto histórico de origem e de atualidade. Este paralelo é importante para verificarmos através das características de cada tendência qual é a que garante os direitos inalienáveis de cada ser humano a uma educação de qualidade que o permita conhecer, experienciar a realidade em que vive produzindo sua visão crítica da sociedade que vivencia visando a transformação para o bem comum e de toda a humanidade.

A Tendência Pedagógica que nasceu com a formação de nossa educação brasileira é a Tendência Pedagógica Liberal Tradicional e a Tendência Liberal Tecnicista. Tais tendências construíram-se e desenvolveram-se na nossa educação dentro de um momento histórico em que a maioria do povo foi apartada de seu desenvolvimento como um sujeito de direitos em que a educação, o conhecer, o aprender consiste em ser um dos direitos inalienáveis de nossa humanidade. Tal direito foi massacrado pela necessidade da mão de obra de trabalho dentro das fábricas, onde quem era dono dos meios de produção, a pequena elite, a burguesia, ou o capitalista, era quem detinha o direito de estar dentro de escolas estudando, e o trabalhador, assalariado, que era a imensa maioria da população necessitava estar dentro das fábricas trabalhando.

Começou-se a implantação do regime do capitalismo, modelo importado da Europa com a ocorrência da industrialização em nosso país em meados do início do século XIX.

Dessa forma, houve a extinção do regime monarquista e a projeção da burguesia, ocasionando, assim, a concentração de renda onde existia a riqueza que ficava para poucas pessoas, e a pobreza para a maioria da sociedade, gerando desigualdades sociais imensas, exploração de mão de obra pelos donos dos meios de produção, consumismo, alienação do trabalhador quanto ao processo de produção, ocasionado pela falta de escolaridade e precárias condições de vida, os trabalhadores

não tinham tempo para estudar, e, quando estudavam a escolarização tinha como objetivo principal o ensino técnico que treinava para a produção das fábricas.

Segundo Grassi (2013), é importante destacar que havia no Brasil, desde o início do século XX, uma tendência pedagógica, e também psicológica, de atribuir o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem ao aluno, a suas características individuais e/ou problemas orgânicos, o que era corroborado pelo discurso médico. É interessante notarmos que, embora essa visão orgânica sobre as dificuldades de aprendizagem tenha sido predominante até meados dos anos 1970, ainda há resquícios dela nos dias atuais.

Assim, com tais características nasce a Psicopedagogia, no Brasil que se organizou a partir dos anos de 1970, com a chegada da Industrialização do País.

A tendência pedagógica liberal tradicional é a que marca o nascimento de nossa educação brasileira e a Psicopedagogia. A pedagogia liberal é apresentada por Libâneo (1986) como uma tendência que justifica o sistema capitalista, o qual, por sua vez, defende “ a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade” organizada em classes. A função da escola no sistema capitalista seria preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, levando em consideração suas aptidões individuais. Segundo a análise do autor, essa concepção enfatiza os aspectos culturais, o que esconde as diferenças de classe e difunde a ideia de igualdade de oportunidades, sem, contudo, considerar a desigualdade de condições, marca desse sistema. Ainda, segundo Libâneo (1986) a tendência liberal tradicional se caracteriza como “ o ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa”.

Tal tendência marcou, de forma mais intensa, a educação brasileira nas décadas iniciais do século XX, mas alguns educadores a seguiram ao longo de todo o século XX e ainda hoje algumas de suas características estão presentes nas práticas educacionais das escolas brasileiras. Um dos aspectos dessa tendência é a atribuição do sucesso na aprendizagem ao esforço dos alunos. É o que se percebe na análise feita por Libâneo (1986, p.24), transcrita a seguir:

O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto dos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar o ensino mais profissionalizante.

De acordo com Grassi (2013), nessa tendência, é considerada natural a diferenciação entre a escola das classes sociais mais abastadas e a das classes

populares, o que pode ser percebido pela organização do ensino nas instituições públicas e privadas e pelas expectativas de aprendizagem e escolarização manifestadas pelos sujeitos, pelos educadores, pelos familiares e pela sociedade de que fazem parte. Essa diferenciação também é evidenciada pela crença de que a escola deve preparar o indivíduo para o exercício de papéis sociais, naturalmente determinados, o que se concretiza na divisão entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante, com conteúdos curriculares diferenciados.

Através de tal tendência, os conhecimentos são transmitidos como verdades absolutas e estão separados da experiência do aluno, descontextualizados. As aulas são expositivas e o professor é a autoridade, o detentor do saber, que passa o conteúdo para os alunos sem que haja reflexão sobre ele. Durante as aulas, o mestre exige disciplina, atenção e silêncio, garantidos pela organização do espaço, onde as carteiras são enfileiradas e o lugar de cada aluno é predefinido pelo professor; pela grande quantidade de atividades, para manter os alunos ocupados e evitar agitação, conversação e indisciplina; pelo rigor e exigência nas avaliações, para que os alunos prestem atenção às aulas e às explicações; além do uso de reforço positivo por meio de premiações, elogios, presentes ou destaques e /ou negativo, mediante castigos, punições, admoestações ou notas baixas.

Em oposição a tendência liberal tradicional e a tecnicista existe a tendência progressista, que se subdivide em: Tendência Progressista libertadora, libertária e crítico social dos conteúdos. Libâneo (1986) menciona que o termo progressista designa um grupo de tendências pedagógicas que analisam de maneira crítica a realidade social, elas sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação.

A pedagogia progressista é considerada, juntamente com outras práticas sociais, um instrumento de luta do professorado. Seus principais representantes são Paulo Freire, Celéstin Freinet e Demerval Saviani.

A Tendência Progressista Libertadora tem como principal representante Paulo Freire, e segundo Grassi (2013), se caracteriza pelo antiautoritarismo, pela educação informal, pela valorização das experiências do sujeito e do processo de aprendizagem grupal.

A Tendência Progressista Libertária tem como seu representante Freinet. De acordo com Grassi (2013), foi um educador francês, que influenciou educadores brasileiros em meados dos anos de 1920 e, depois, nos anos de 1960. O

antiautoritarismo e a autogestão são princípios fundamentais dessa proposta pedagógica, que se preocupa com a educação política, com a promoção da liberdade e com o desenvolvimento integral da criança.

Ainda nos elucida Grassi (2013), que a Tendência Progressista Crítico-Social dos Conteúdos tem como representantes Saviani, Frigotto e Libâneo, sofreu forte influência da filosofia marxista e da psicologia sócio-histórica. A escola é vista como socializadora dos conhecimentos e saberes universais e, os conteúdos, como produções histórico-sociais da humanidade.

2 METODOLOGIA

Será utilizado como método a análise e investigação através de livros de vários autores que discutem o tema proposto objetivando traçar um caminho mais humano e ético para a pedagogia e a psicopedagogia.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Diante da falência da Tendência Liberal Tradicional e Tecnicista, e ainda ser o modelo e a ideologia que prevalece em nosso sistema escolar, é urgente lutarmos para a existência e a prática das ideias dos vários autores que compõem a tendência progressista libertadora, libertária e a crítico social dos conteúdos, pois, no sentido dos problemas atuais que enfrentamos no modelo arcaico da Tendência Tradicionalista que ainda as escolas ensinam seus alunos, tal modelo interfere em problemas no ensino aprendizagem, acarretando em fracasso escolar, evasão escolar, rebaixamento da auto estima, exclusão escolar daqueles alunos que possuem dificuldades, aumentando, dessa forma, a pobreza, violência, ocasionando, dessa forma, em sérios problemas psicológicos.

Diante de todo o exposto, é necessário, assim, um novo olhar para a forma do professor e o psicopedagogo abordar a questão do ensino aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem, respectivamente.

A filósofa Mosé (2015 págs. 33,34, 56, 57), corroborando o ideal da Tendência Progressista e de seus vários autores que a originaram nos elucida que:

As tumultuadas transformações que vivemos nos exigem competências que estão distantes de nossos modelos escolares. Enquanto aprendemos a pensar linearmente, os problemas que nos chegam se organizam em rede, e nos afetam de forma múltipla. O

mundo contemporâneo nos impõe questões cada vez mais complexas, vivemos em rede, a palavra mais pronunciada é, provavelmente, conexão. Mas professores e alunos continuam apertando botões na linha de montagem de uma fábrica em extinção.

Lidar com essa nova composição exige modelos conceituais mais amplos e complexos do que aqueles que ainda utilizamos. Não mais pensar de modo sucessivo, mas simultâneo, compor em vez de excluir, e retomar a difícil complexidade que é viver, pensar, criar, conhecer, querer sentir... Todas as coisas se relacionam, não há nada realmente isolado, todo gesto produz desdobramentos incalculáveis; um saber, uma escola, uma pessoa, não existem sem um contexto: talvez esse seja o aprendizado social, a maturidade política de que precisamos. O que precisamos de fato encarar é que ou a escola passa a ser um espaço vivo de produção de saberes, de valorização da curiosidade, da pesquisa, da arte e da cultura, da criatividade, da reflexão, um espaço de convivência ética e democrática no qual se exercita a cidadania, um espaço vinculado à comunidade a que pertence, bem como à cidade, ao país, ao mundo, ou se tornará obsoleta e estará fadada ao desaparecimento.

Por tudo isso, é preciso que a escola seja um lugar onde se aprende por meio da ação, e não da passividade, onde os conteúdos se relacionem, sempre que possível, com situações vividas pelos jovens e pelas crianças, e a aprendizagem aconteça em situações em que eles se reconheçam. É também preciso que a escola seja um lugar voltado para desenvolver e estimular o gosto por aprender e a alegria de produzir conhecimentos, sempre com o objetivo de ler e intervir no mundo. É preciso valorizar os conteúdos que os alunos já têm, o saber que trazem e reconhecer que as coisas mais importantes que aprendemos na vida não necessariamente foram aprendidas na escola.

A educação não formal e as experiências de aprendizagem fora do espaço escolar devem ser valorizadas e articuladas com o currículo escolar. E é fundamental ainda que as transformações da educação, e em particular da escola, possam ser resultado de movimentos mais amplos, que articulem um projeto de escola com um projeto de homem, de sociedade, de mundo. Por isso é bom que na escola se adquira o gosto pela política, não por meio de aulas expositivas, mas vivendo em um ambiente democrático, aprendendo a ser intolerante com as injustiças e exercendo sempre o direito à palavra. Mas precisamos, acima de tudo, estimular o gosto por aprender, o que significa entender que a fome de saber, a vontade de conhecer é mais eficiente para o processo de aprendizagem do que a manutenção dos deveres cumpridos. Para isso precisamos

transformar as tarefas escolares, hoje repetitivas e desinteressantes, e vincular o aprendizado à ação, o que significa que a aprendizagem deve ser importante no presente pelo seu valor de uso, não pelos benefícios prometidos para o futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo, a mudança de olhar da escola, do professor e do psicopedagogo é urgente e extremamente necessária. A escola precisa entender, enfim, que todo conhecimento, toda afirmação, está sujeito a mudanças, que todo saber é provisório.

Essa instabilidade no domínio do conhecimento, que antes era marcado por um conjunto de verdades, nos estimula a uma mudança nas relações de poder na escola: se todo saber é provisório, professores e alunos, juntos, devem se dedicar à produção de conhecimento, em vez da relação hierarquizada, na qual o professor detém um corpo de saberes que devem ser transmitidos aos alunos.

Dessa forma, como o saber do aluno passa a ser considerado nessas novas relações a exigência com relação ao conteúdo acumulado do professor também é reduzida, onde o professor não é aquele que sabe tudo, mas aquele que se interessa por tudo, que se dispõe a conhecer junto com os alunos, realizando-se, assim, uma nova educação, mais humana, libertária, onde os conhecimentos que o aluno traz passam a serem considerados e o professor junto com seu aluno, em uma visão dialética, mediatiza o conhecimento, mostrando a realidade que existe, o conhecimento científico e a possível mudança ou transformação, visando juntos intervirem na realidade transformando e tornando um mundo um lugar melhor para se viver. Este, sim o maior objetivo da educação.

REFERÊNCIAS

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. 1ª Edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1986.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

A RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO COMO FATOR MOTIVACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Marina Antognoli Idalgo, Lucia Helena Ormelese De Barros, e-mail:
marina_antognoli@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A motivação na relação professor/aluno é um fator relevante para melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Este tema nem sempre gerou discussões no âmbito educacional, mas pode ser a chave para um rendimento escolar eficiente esperado.

O fator motivacional está em constante presença no cotidiano das pessoas, independente, de sua origem, gênero ou classe social, traz benefícios na relação humana em todas as fases do desenvolvimento da vida. Vale ressaltar que muitos alunos se sentem desmotivados no ambiente educativo. Pensando nisso, a escola do século XXI deve proporcionar ao aluno um ambiente de reflexão, contribuindo, assim, para uma consciência crítica e transformadora, oferecendo além dos procedimentos didáticos e pedagógicos, o bem-estar emocional e afetivo do aluno.

Porém, ainda se tem resistência em escolas que executam um trabalho que valoriza as emoções, a reflexão e a criticidade, visto que muitas são fortemente influenciadas por métodos que privilegiam o tradicionalismo que, com frequência desvalorizam a importância da vivência na formação do aluno provocando o fracasso escolar.

Observou-se, também, que o fator emocional no processo de aprendizagem é uma peça fundamental para o desempenho educacional, e que o aluno precisa de amor, afeto, carinho, diálogo e atenção para poder construir sua identidade e conhecimento. Dessa forma, uma relação de respeito e compreensão entre professor/aluno em junção as práticas pedagógicas diversificadas, são fatores motivacionais que alavancam a aprendizagem. Então, o professor pode levar a motivação aos alunos, tornando os meios pedagógicos instrumentos facilitadores.

Conseqüentemente, a mediação dos professores e a qualidade das interações sociais ganham destaque nessa investigação que tem como objetivo ressaltar a importância da afetividade na relação professor-aluno como fator de interferência no processo de ensino-aprendizagem.

Torna-se, assim, primordialmente focar na investigação, em primeiro lugar, na afetividade para Piaget, Wallon e Vygotsky; depois traçar um panorama da educação básica no Brasil; mostrar as perspectivas teóricas sobre a aprendizagem e finalizar com a relação entre professor, motivação e aprendizagem.

2 METODOLOGIA

O procedimento metodológico realizado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos de autores renomados. A revisão de literatura foi feita para compreender os estigmas que envolvem todo o contexto motivacional. Toda a pesquisa foi realizada com materiais previamente publicados sobre o tema, como fonte de embasamento e veracidade.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Na prática docente se faz necessário entender o processo de formação do profissional. Desta forma, conforme Oliari, et.al. (2012) a formação profissional docente é um processo que demanda um olhar crítico sobre as próprias representações dos professores, suas concepções, crenças e valores.

Tal olhar, também recai sobre a instituição de ensino, problemáticas sociais que refletem no ambiente escolar e as formas de ensinar e aprender. O processo de formação de professores é complexo, pois nesse processo estão envolvidos tanto os diferentes espaços de sua formação quanto os saberes diversos que devem estar articulados, compondo um referencial teórico-prático, que possibilite a estes profissionais a realização de uma ação concreta e comprometida com a aprendizagem dos alunos (HAGE, 2007).

Partindo dessa análise destacam-se vários aspectos que devem ser considerados no processo como a necessidade de articulação entre a teoria e a prática, a valorização da atitude crítico-reflexiva na busca de auto formação, a valorização de saberes e práticas docentes, reconhecendo as instituições escolares como espaço de formação docente, formação permanente em serviço, entre outros.

Segundo Lemos (2011, p. 41) [...] “ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos, e essa impregnação do trabalho pelo objeto humano merece ser problematizada por estar no centro do trabalho docente”. Assim, a ação docente se estabelece como uma das chaves principais para compreensão das

transformações sociais. O mesmo autor enfatiza que o trabalho docente se estabelece e se modifica no cotidiano social, buscando a transformação de uma realidade específica e mediando a construção de novos saberes.

Neste processo, os saberes são elementos constitutivos da prática docente e se apresentam em diferentes vertentes: sociais, emocionais, disciplinares, escolares, pedagógicos e experienciais. Portanto, não depende apenas de saber escolher sua profissão, mas de perceber quais saberes necessários e apropriar-se deles (OLIARI, et. al. 2012).

Para Carvalho, Pereira e Ferreira (2007) a prática do professor é um fator propulsor no processo de motivação para aprendizagem. Contudo, quando o docente não é provido de condições favoráveis de trabalho ou a ocorrência de fatores externos influenciam em sua condição motivacional, conseqüentemente, repercutirá em sua prática e poderá comprometer a aprendizagem dos alunos.

Tapia e Fita (2003, p.88) complementam a ideia acima dizendo:

[...] se o professor não está motivado, se não exerce de forma satisfatória sua profissão, é muito difícil que seja capaz de comunicar a seus alunos, entusiasmo, interesse pelas tarefas escolares; é definitivamente, muito difícil que seja capaz de motivá-los.

Assim, é importante conhecer os fatores que maximizam ou minimizam essa motivação docente e levar em consideração que o professor não é o único responsável pelas aprendizagens de seus alunos, antes de tudo, é um ser humano que possui características comuns a todos e também necessitam de auxílio e compreensão. Portanto, importa destacar também sobre a precarização do trabalho docente e as problemáticas enfrentadas por esse grupo profissional.

Cabe à escola e ao professor o papel de formar os alunos para que desenvolvam comportamentos proativos diante dos desafios escolares. Tal estratégia é de suma importância porque possibilita ao aluno ampliar as formas de estudar, diversificam ativamente os procedimentos que utiliza para aprender e para superar dificuldades escolares.

Tendo por base Boruchovitch (2002), pode-se dizer que a motivação no contexto escolar seria resultado de processos de interação social em classe ou é um processo psicológico que envolve direção, vigor e persistência no que se propõe fazer.

Pintrich e Schunk (2002) a definem como processo e dizem que ela pode ser observada e compreendida por inúmeros aspectos, considerando-se determinados

comportamentos para orientar a ação do indivíduo, aproximando-se ou evitando-se a concretização da ação, utilizando-se energia que possa ser canalizada para o esforço, a persistência e para ações de natureza cognitiva (pensar, planejar e avaliar).

Para Bzuneck (2010), a motivação pode ser definida como estado específico para uma determinada situação ou disposição para realizar as atividades propostas, o que a torna extremamente complexa. Há diversas perspectivas que explicam a multiplicidade de aspectos envolvidos na motivação. O autor explica que a motivação não é diretamente observável, ela se revela em comportamentos como persistência, na resolução das atividades propostas, no tempo dedicado às tarefas e nos obstáculos para a sua resolução.

Maehr (1982) aponta alguns indicadores comportamentais para que se possam identificar alunos motivados e desmotivados, como: a direção da atenção, atividade, persistência, intensidade e envolvimento, a realização das atividades propostas independentes de controles externos para realizá-las.

As orientações motivacionais têm consequências diferentes para a aprendizagem. Os alunos motivados intrinsecamente selecionam e realizam atividades pelo interesse, pela curiosidade e pelos desafios que estas provocam. Está mais disposto a emendar um esforço mental significativo durante a realização da tarefa, a se comprometer com processamentos mais ricos e elaborados e a empregar estratégias de aprendizagem mais consistentes e efetivas. Com isso, a motivação está associada ao valor atribuído às tarefas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, entende-se que a relação afetiva e emocional é indissociável para o processo de ensino-aprendizagem. Professores criam relações emocionais com alunos e vice-versa, tal relação se torna poderosa no processo de ensino.

Sendo assim, compreende-se que é possível estabelecer relação entre o processo emocional com o processo de ensino a ser desenvolvido no espaço escolar. Entretanto, é imprescindível que o educador desenvolva um trabalho de autoconfiança entre os alunos e aluno/professor, identificando as emoções e potencialidades de modo a prepará-los para serem autênticos em suas ações e emoções.

Nessa condição, é preciso refletir coletivamente, sobre as mudanças que ocorrem continuamente nos processos educativos e destacar a importância da humanização,

como aspecto fundamental para a educação voltada para a vivência social. Então, conhecer a bagagem cultural do aluno, manter uma relação aluno-professor com ética e respeito torna possível um melhor entendimento dos conteúdos programáticos aplicados na escola, pois cria-se um vínculo entre o professor e o aluno.

O processo de ensino é complexo e o fator motivacional colabora na relação interpessoal, fazendo com que se aguçe a curiosidade e a vontade dos alunos em aprender e compartilhar a aprendizagem. Quando professores se apropriam da teoria e prática e junta ao fator emocional fazem a diferença no processo educacional. A educação de qualidade vai além das práxis teóricas, devem ser enriquecidas pela humanização e sentimentos que agregam valores aos conhecimentos recebidos.

Este trabalho configura-se como uma reflexão sobre a temática, o que fica evidente a necessidade de se construir uma proposta de ensino que envolve conhecimentos, razão e emoção; procurando ressaltar a importância do desenvolvimento de competências emocionais que favorecerão a aquisição de uma aprendizagem significativa e a formação holística do ser humano.

REFERÊNCIAS

BORUCHOVITCH, E.; COSTA, E. R.; NEVES, E. R. C. Estratégias de aprendizagem: contribuições para a formação de professores nos cursos superiores. In JOLY, M. C. R. A., SANTO, A. A. A.; SISTO, F. F. (Orgs.). **Questões do cotidiano universitário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA SILVA, N. L.; DESSEN, M. A. Crianças com e sem síndrome de Down: valores e crenças de pais e professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 3, p. 429-446, 2007.

SCHUNK, D. H. Self-efficacy and academic motivation. **Educational Psychologist**. 1991.

A TECNOLOGIA E A GESTÃO NAS ESCOLAS

Caio Lara, Lara Santesso Anselmo, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail:
laraanselmo3647@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias alteram significativamente a forma de viver das pessoas, elas repercutem de forma tão intensa na sociedade, que o seu uso pode ser associado ao sucesso ou ao fracasso de uma instituição escolar (GOMES; RODRIGUES; SCHNEIDER; SOUZA, 2003).

Normalmente pensa-se que a tecnologia se resume somente aos computadores, vídeos, softwares e internet, mas essas são as mais visíveis, já que influenciam profundamente os rumos da educação. Entretanto, o conceito de tecnologia é muito mais abrangente, envolvendo os meios, os apoios e as ferramentas que são utilizadas para a aprendizagem dos alunos e para os processos de gestão. Sempre se está, no contexto escolar, utilizando inúmeras tecnologias de informação e de comunicação mais ou menos sofisticadas (VIEIRA, 2003).

Na escola, as tecnologias se mostram fundamentais para a gestão e para a aprendizagem ao aproximar as pessoas e nesse sentido é que se deveria combinar as tecnologias presenciais e virtuais, em que, a primeira se refere a comunicação e ao estar junto, e a segunda permite acessar informações e manter as pessoas juntas, mesmo estando distantes fisicamente naquele momento.

Originário do latim *gestione*, o conceito de gestão refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar. Muitas concepções foram dadas para o tema no decorrer dos anos. (ANDRADE, 2001). Gestão é o processo de dirigir a organização e, a partir daí, tomar decisões levando em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis. Garay (2011), explica ainda que gestão está relacionada ao chamado processo administrativo, definido por Fayol, em 1916, como o ato de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos da empresa, para que os objetivos sejam alcançados.

No tocante a gestão escolar, observa-se em muitas escolas um gerenciamento precário, com a existência de uma infraestrutura deficiente, professores mal qualificados, alunos desinteressados e classes numerosas. Sendo assim, a gestão inovadora se torna difícil nessas condições (VIEIRA, 2003).

Assim o presente trabalho objetivou entender o papel do gestor na implantação de tecnologias no contexto escolar, bem como, reconhecer as dificuldades organizacionais e estruturais desse processo, levando em consideração a participação dos funcionários, alunos e suas famílias.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi embasada em uma pesquisa qualitativa por meio da coleta e análise de dados bibliográficos. Utilizou-se a bibliografia de textos e artigos científicos por meio das bases de dados Scielo e do Google Acadêmico.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A tecnologia mostrou-se necessária na gestão escolar, uma vez que o gestor tem um papel fundamental como agente mobilizador e líder da escola. No contexto atual, a tecnologia usada de forma adequada, deixa de ser mera vantagem e se torna uma necessidade para o objetivo fundamental do contexto escolar, o de ensino e aprendizagem.

Numa pesquisa de mestrado acerca do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) por alunos nativos digitais, Prensky mostrou que os alunos afirmam utilizar a Internet, com destaque para o Google, para estudar por conta própria quando estão fora da escola. Chamou a atenção que aproximadamente um terço dos estudantes citou as redes sociais como locais de estudos, possivelmente pelas trocas sobre trabalhos, materiais ou informações escolares que realizam nestes espaços.

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na educação, vem servindo de apoio aos gestores no processo de tomada de decisão, a nível administrativo e pedagógico. A partir disso, foi observado que ainda é complexo o reconhecimento das TDICs como instrumento contribuidor para a práxis educacional, especialmente quando se relacionam os aspectos administrativos com os pedagógicos, com vistas à aprendizagem (GEWEHR; STROHSCHOEN, 2018).

As TDICs podem ser utilizadas como instrumento de trabalho aliado do professor. Segundo Coll e Monereo (2010), o uso desses mecanismos no ensino é consequência da difusão das novas tecnologias na sociedade atual; no entanto, para um correto aproveitamento das suas vantagens na sala de aula, elas devem vir precedidas de um

planejamento adequado, de uma prática educativa centrada no aluno, de professores atualizados e principalmente de um currículo receptivo às inovações.

Ao conectar distintos espaços e objetos da escola, especialmente através da web, o aluno pode utilizar computadores disponibilizados na escola ou, atualmente, computadores portáteis de acesso cada vez mais facilitado: os dispositivos móveis como tablets e celulares, por exemplo, para verificar a disponibilidade de livros na biblioteca ou comprar lanches. Dentre as infinitas possibilidades pode-se, por exemplo, fazer uso do contemporâneo conceito de sala de aula invertida, em que, por meio da internet, o aluno torna-se ativo no processo de aprendizagem, buscando o conhecimento previamente para posterior debate junto aos colegas e ao professor (ALMEIDA, 2009).

As tecnologias da informação e comunicação na relação com a gestão estratégica escolar, segundo Rosa (2005) é benéfica, visto que a informática no campo educacional é um instrumento capaz de possibilitar disponibilidade, rapidez e confiabilidade nas informações destinadas à comunicabilidade social, à informação de modo global e à tomada de decisão organizacional.

A informação, resultado da análise dos dados existentes, devidamente registrados, classificados, organizados, são “[...] relacionados e interpretados em um determinado contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada” (ROSA, 2005, p. 14).

A inserção das tecnologias no ambiente escolar vem ocorrendo com mais intensidade, por estas fazerem parte da realidade dos alunos, e das necessidades impostas pela sociedade. Desta forma, o papel da gestão vai além de gerir a escola e o seu funcionamento, é um papel que deve abordar esta demanda tecnológica favorecendo o processo de ensino aprendizagem, no qual o foco não está apenas centrado na forma de ensinar, mas também está centrada na forma de aprender dos alunos. O gestor deve favorecer a democratização das tecnologias a comunidade escolar, “tornar utilizáveis os recursos tecnológicos” (ALMEIDA, 2009, s/p), de formar a usufruir destes recursos possibilitando a utilização destas ferramentas de forma significativa, através de articulações que possibilitem a comunicação e a interação. Através da inserção das TICs à escola estas permitem um novo paradigma de educação, intensificando a comunicação compartilhada e a troca de conhecimentos em diferentes espaços, provocando alterações no processo de ensino, aprendizagem, na gestão

participativa e democrática, e nos setores externos e internos da comunidade escolar. (ALMEIDA, 2009).

Com o uso cada vez mais presente das máquinas na sociedade contemporânea, deixou-se de focar a qualidade de informações em relação à quantidade de informações. O professor deixou de ser “dono do conhecimento” uma vez que os conhecimentos estão por toda parte, cabendo ao aluno apenas procurar. Em meio a esse contexto, o professor deve estar cada vez mais consciente de seu papel como mediador do conhecimento, e não como detentor, como acontecia na educação tradicional (GOMES; RODRIGUES; SCHNEIDER; SOUZA, 2003).

Sendo assim, observa-se que saber fazer um bom uso das tecnologias é algo imprescindível nos dias atuais, e a escola inserida, nesse contexto, bem como todos os envolvidos no processo educativo não devem ficar à margem dessas tecnologias, principalmente quando se trata do processo de inclusão escolar.

Dentre os vários tipos de inclusão, tem-se o aluno com Paralisia Cerebral, que representa uma desordem sensório-motora na qual os problemas vão além dos físicos e cognitivos. Neste sentido a mobilização de vários segmentos da sociedade em função das demandas das pessoas com Paralisia Cerebral vem contribuindo para o desenvolvimento de Tecnologias Assistivas (TAs) que impulsionem o processo de uma sociedade mais justa e igualitária. Embora os efeitos benéficos sejam notórios, dificuldades foram relatadas como: falta de treinamento para utilização correta da TA, ausência de participação da pessoa com deficiência na escolha do recurso a ser utilizado, falta de sistematização, dificuldade financeira e alto custo. Diante destas dificuldades é indispensável a ampliação e diversificação de recursos de TA e modelos de equipamentos oferecidos pelo SUS, de forma a contemplar todos os domínios da vida cotidiana de seus usuários assim como de programas de treinamento para os professores e campanha de divulgação (LIMA, 2014).

Uma gestão inovadora deveria contemplar aparato tecnológico que facilitasse a inclusão de alunos com deficiência na escola. De acordo com o conceito proposto pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação

de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, Ata, BRASIL, 2007).

Os recursos são qualquer instrumento adaptado como um lápis com um cabo curvado ou mais grosso, ou um teclado adaptado, leitores de tela. Pode ser um artefato rústico ou como os últimos citados programas especiais de computador que visam a acessibilidade (LEVY apud BASTOS, 2007).

Ainda falando sobre os recursos, eles podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente. Devourny (2007) menciona a importância dos profissionais em ajudar as pessoas com deficiência na superação das barreiras ao acesso à informação e ao conhecimento, para contribuir e reduzir o preconceito social e promover maior integração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, o papel da gestão vai além de gerir a escola e o seu funcionamento, é um desempenho que deve abordar também a demanda tecnológica favorecendo o processo de ensino aprendizagem, no qual o foco não está apenas centrado na forma de ensinar, mas também está centrada na forma de aprender dos alunos. O gestor deveria favorecer a democratização das tecnologias a comunidade escolar, “tornar utilizáveis os recursos tecnológicos” (ALMEIDA, 2009, s/p). Assim, usufruir destes recursos possibilitando a utilização destas ferramentas de forma significativa, através de articulações que possibilitem a comunicação e a interação permite um novo paradigma de educação, intensificando a comunicação compartilhada e a troca de conhecimentos em diferentes espaços. A inserção das TDICs na escola pode provocar alterações no processo de ensino, aprendizagem, gestão participativa e democrática, e nos setores externos e internos da comunidade escolar.

Para superar as limitações organizacionais e contribuir para transformar a escola em um espaço criador, em uma comunidade de aprendizagem utilizando as tecnologias possíveis. O gestor poderia procurar apoio econômico em pequenas empresas vizinhas

à escola, organizar festas com a Associação de Pais para arrecadar fundos para manter os computadores, a Internet, e melhorar a infraestrutura. A escola deve estar aberta à comunidade com atividades de lazer e de aperfeiçoamento, buscando juntos, funcionários, alunos e famílias, superar as dificuldades organizacionais e estruturais do processo de inserção de tecnologias nesse contexto.

REFERÊNCIAS

BREITENBACH, J. **As tecnologias da informação e comunicação na relação com a gestão estratégica escolas: uma análise segundo Pierre Lévy.** Educação a Distância, Batatais, jun. 2012, p.99. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=upload/cms/revista/sumarios/67.pdf&arquivo=sumario6.pdf>. Acesso em: 13, set, 2020.

GEWEHR, Diogenes; APARECIDA GUIMARÃES STROHSCHOEN, Andreia. **NATIVOS DIGITAIS E O USO DAS TDICS PARA ESTUDO EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES.** CIET:EnPED, [S.l.], maio 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/571>. Acesso em: 13, set. 2020.

JUNIOR. N; OLIVEIRA. P. apud, (ALMEIDA 2003) **Uso das TDICs na inclusão de um aluno autista: um estudo de caso.** Educação Pública, Rio de Janeiro, jun. 2019. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/arcos/pos-grad-docencia/artigos-e-produtos/turma-2018-1/artigo_polliane_dornelles_2018-1.pdf>. Acesso em: 13, set. 2020.

LIMA, R; FURLAN, J; SANTOS, S; BARREROS, R; ADÃO, E; CARVALHO, R. **Os avanços da tecnologia assistiva para pessoas com paralisia cerebral no Brasil: revisão de literatura.** Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Goiás, 2014, v.12, n.2. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1466>>. Acesso em: 13, set. 2020.

OLIVEIRA, I; MENEZES, I. **Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar,** São Paulo, jul. 2018, vol.48. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000300876. Acesso em: 13, set.2020.

RAMPELOTTO. E; MELARA. A; LINASSI. P. **Gestão escolar: o uso das tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades.** Educere, São Paulo, out. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19668_10826.pdf. Acesso em: 13, set. 2020.

RODRIGUES, J; SCHNEIDER, G; SOUZA, E; GOMES, L. **Gestão Educacional e tecnologia: A Utilização das TDICs no quadro administrativo e pedagógico,** Tocantins. Disponível em:

<<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/7jice/paper/viewFile/7793/3701>>. Acesso em: 13, set. 2020.

SARTORETTO, M; BERSCH, R. **O que é Tecnologia Assistiva**. São Paulo. Disponível em: < <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 13, set. 2020.

VIEIRA, A. (org.). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo, Avercamp, 2003, p.15. Disponível em:<<http://editoraavercamp.com.br/livros/gestao.htm>>. Acesso em: 13, set. 2020.

AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA NA DESMISTIFICAÇÃO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Fernanda de Almeida Lins, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino, Celso Henrique Nicola, e-mail: feralmeidalins@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem, há anos, enfrentando dificuldades relacionadas ao desempenho estudantil. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA, 2018) “68,1% dos estudantes brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de Matemática, considerado como o mínimo para o exercício pleno da cidadania.” Referindo-se a esta disciplina, a qual ocupa grande espaço, tanto dentro do currículo escolar, quanto em âmbito social, é de suma importância estudar quais as consequências geradas por este baixo desempenho para os educandos e seu reflexo na sociedade.

No mundo atual, no qual a economia se baseia nos avanços tecnológicos, a matemática continua mantendo-se importante para a evolução das sociedades, com seus conceitos clássicos e novos, constituindo-se em uma ciência moderna e ao mesmo tempo sempre em constante transformação (COSTA; MAIA, 2017, p. 125).

Sendo a matemática, uma ciência tão presente no contexto educacional, econômico e social, não só no Brasil, mas no mundo, fica clara a necessidade de entender os motivos que acarretam neste índice. Diante disso, é imprescindível que o professor questione sua prática pedagógica, entenda como esse aluno aprende e busque por novas estratégias de aprendizagem para sala de aula. Ante o exposto, deve-se haver o questionamento acerca de formas que possibilitem que o educador enriqueça o processo de ensino, utilizando as contribuições da Neurociência.

Nesta perspectiva, um novo conceito surge através das descobertas da neurociência que é um grande desafio do século XXI, desvendar como o sujeito pensa, como dialoga e como adquirir autonomia no processo de aprender. Conhecer o funcionamento cerebral é peça fundamental na busca por entender os processos cognitivos do aluno e garantir uma aprendizagem significativa. Esta investigação toma por objetivo, oferecer indicações do papel da neurociência cognitiva ao professor e a escola para combater o estigma de que aprender matemática é complexo.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho prosseguiu a partir de uma minuciosa revisão bibliográfica, fundamentada em livros, artigos, Dissertação de Mestrado, Teses de Doutorado, Trabalhos de Conclusão de Curso, entre outras publicações. Estes materiais foram estudados com afinco e contribuíram para a realização do estudo em questão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Está se tornando cada vez mais difícil ignorar o fato de que o educador contemporâneo demanda inovar sua prática e buscar por novas metodologias acerca de uma aprendizagem que apresente significado para o aluno. Tratando-se da disciplina de matemática, que exerce um papel fundamental, indissociável da vivência humana, é importante compreender os processos de aprendizagem nesta disciplina.

Em nosso dia a dia fazemos contas, utilizamos números, raciocínios lógicos e operações matemáticas no mercado, na padaria, no banco. É importante preparar, os alunos para sua inserção nesse mundo e a alfabetização matemática é um dos principais passos para isso, sendo considerada importante desde os anos iniciais (LIRA, 2016, p. 4)

Levando em consideração este cenário, e destacando a relevância que a matemática ocupa na sociedade, entende-se a urgência de compreender os motivos pelo qual os alunos apresentam um índice tão baixo. Contudo, conhecer o funcionamento e desenvolvimento do processo de aprendizagem é primordial para uma melhor compreensão do educando e enriquecimento da prática pedagógica.

Para entender o funcionamento do cérebro, foi preciso anos de estudos para evidenciar como ele de fato reage aos estímulos, diversos teóricos como: Joseph Gall, Paul Broca e Carl Wernicke, dedicaram anos de seus estudos para entender como o ser humano aprende, como o cérebro reage aos estímulos internos e externos, e principalmente como continuar estimulando este órgão tão importante para o funcionamento do corpo.

O avanço tecnológico presente nos dias de hoje, permite que haja uma maior abrangência acerca da compreensão do processo de desenvolvimento da aprendizagem humana, tendo em vista o funcionamento cerebral e assim, traz consigo, diversas contribuições para a área da educação. Neste sentido, Cruz (2016) afirma que o encéfalo é o órgão responsável pela aprendizagem, sendo ele composto por aproximadamente

86 bilhões de neurônios, células nervosas que interagem entre si e com outras células, formando redes neurais, dando início à aprendizagem.

Cosenza e Guerra (2011) também se referem ao funcionamento cerebral, para os autores, ele acontece por meio de circuitos nervosos, constituídos por dezenas de bilhões de células, chamadas neurônios. Estes neurônios processam e transmitem a informação por meio de impulsos nervosos, que possuem uma natureza elétrica, pois são constituídos por alterações na polaridade elétrica da membrana que envolve as células.

De acordo com Tabacow (2006, p. 79), “os neurônios são células cerebrais responsáveis pela construção do conhecimento”, para chegar a esta finalidade, é preciso que os axônios transmitam uma mensagem aos dendritos, isto ocorre quando dois ou mais neurônios “conversam” entre si, pois as informações de um deles seguem pelo seu axônio e caminham diretamente ao dendritos de outros.

Um neurônio pode disparar impulsos seguidamente, dezenas de vezes por segundo. Mas a informação, para ser transmitida para uma outra célula, depende de uma estrutura que ocorre geralmente nas porções finais do prolongamento neuronal que leva o nome de **axônio**. Esses locais, onde ocorre a passagem da informação entre as células, são denominados **sinapses**, e a comunicação feita pela liberação de uma substância química, um **neurotransmissor**. (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 13, grifo do autor).

Portanto, vê-se que as sinapses têm uma grande importância no processo de aprendizagem. Cosenza e Guerra (2011, p. 38), afirmam que “a aprendizagem é uma consequência de uma facilitação da passagem da informação ao longo das sinapses”, ou seja, conforme as sinapses determinam quais informações passarão para o sistema nervoso, mecanismos bioquímicos liberam vários neurotransmissores para construir uma ligação sináptica, e assim resulta na aprendizagem. É importante destacar que para que a aprendizagem seja mais eficiente e duradoura, é necessário que novas ligações sinápticas sejam construídas, precisando da formação de proteínas e outras substâncias.

Tendo em vista que os neurônios funcionam através de estímulos, sendo estes estímulos passados por meio das sinapses, é interessante conhecer como estas sinapses funcionam.

Existem dois tipos de sinapses: A sinapse elétrica e a sinapse química. A maioria das sinapses e mais frequente, são as sinapses químicas [...]. Nas sinapses elétricas, a transmissão ocorre de maneira mais rápida [...] na sinapse química, o sinal de entrada é transmitido quando um neurônio libera um neurotransmissor

na fenda sináptica o qual é detectado pelo segundo neurônio através da ativação de receptores situados do lado oposto ao sítio de liberação (AZEVEDO, 2014, p. 22).

Ao analisar, então, esses dois tipos de sinapses, é possível salientar sua importância para o processo de aquisição do conhecimento. Segundo Relvas (2009), o ser humano aprende de duas maneiras: através da sinapse química ou elétrica, que vem do meio externo para o meio interno; e através de um sistema natural de mensageiros químicos, denominados de neurotransmissores.

Para Cruz (2016, p. 5), os neurotransmissores “são substâncias químicas que modulam a atividade celular, acentuando ou inibindo a comunicação entre os neurônios”, ou seja, os neurotransmissores são responsáveis pelos estímulos que fazem com que o cérebro aprenda.

Ao longo do estudo sobre como a aprendizagem ocorre no cérebro, destacou-se o grande processo realizado para os estímulos recebidos transformarem-se em informações, capazes de formar a aprendizagem do ser humano. Portanto, para finalizar o entendimento deste fenômeno, é essencial o conhecimento sobre a capacidade que o cérebro tem de se adaptar a novos estímulos. Esta capacidade adaptativa do cérebro é conhecida como plasticidade cerebral. Muszkat e Cardoso (2016, p. 236) definem plasticidade cerebral “como uma mudança adaptativa na estrutura e na função do sistema nervoso [...] como função de interações com o meio ambiente interno e externo”.

Desta forma, devido à plasticidade cerebral, o cérebro humano tem a capacidade de readaptar-se as novas situações, em outras palavras, o cérebro adapta-se de acordo com as novas experiências e estímulos, sendo o ser humano capaz de aprender constantemente.

Depois de entender como o indivíduo adquire conhecimentos, é inevitável não falar de aprendizagem, e quando se aborda tal tópico, com ênfase na matemática, é necessário compreender quais as dificuldades encontradas pelos alunos e quais as consequências geradas por esses problemas na disciplina em questão.

Pacheco e Andreis (2017) mencionam que “as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem da Matemática são muitas, tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores”, logo, a necessidade de entender melhor essas dificuldades. Goulart *et.al* (2018), discorrem sobre alguns fatores que influenciam negativamente na aprendizagem dos alunos, pondo em destaque os fatores extraescolares e os intraescolares. Como primeiro fator, está o meio social, um aspecto externo que reúne

outros itens, como: má alimentação, maus tratos, falta de cuidados médicos; ocasionando a baixa autoestima do aluno, que interfere diretamente no desempenho escolar.

Considerando ainda os fatores extraescolares, o contexto familiar também pode ser considerado um influenciador tanto positivo, quanto negativo. De acordo com Tatto e Scapin (2004 apud PACHECO, ANDREIS, 2017), se uma criança ouve no ambiente familiar que a matemática é difícil e que não gostam dela, essa informação gera na criança uma experiência negativa, que a mesma levará para escola e conseqüentemente influenciará na aprendizagem matemática, podendo ocasionar desempenho baixo e desmotivação para aprender.

De acordo com Valle (2019, p. 24) pesquisas realizadas por Boaler e Dweck, apontam que “essa ideia de que saber matemática é um dom, tem um impacto negativo no processo de aprendizagem da disciplina, pois leva os estudantes a desenvolverem crenças fixas acerca de seu potencial de aprendizagem e inteligência”, ou seja, estes mesmos estudantes duvidam de suas capacidades, acreditando na falsa ideia de que tais habilidades são inerentes ao ser humano e não adquiridas.

Após entender o estigma criado entorno da disciplina de matemática e as complicações ocasionadas no processo de aprendizagem, ressaltando sua relevância à sociedade, é compreensível que os educadores se preocupem com o aprimoramento de suas aulas, que busquem técnicas/estratégias para melhor atender este aluno.

Conforme Pizyblski, Santos e Pinheiro (2009) os estudos da neurociência e sua relação com a matemática vêm auxiliando as novas práticas pedagógicas, uma vez que ao conhecer o cérebro e seu funcionamento pode-se entender como ocorre a aprendizagem matemática, e como ela é representada neurologicamente.

Desta maneira, compreender o que acontece com o educando no momento da aprendizagem, além de colher informações sobre os processos fundamentais e o funcionamento cerebral, certamente é o melhor caminho para que o docente entenda seu aluno e reflita sua prática em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da neurociência na prática pedagógica, ao longo dos anos trouxe diversas contribuições para o desenrolar do processo de ensino-aprendizagem, demonstrando a necessidade de que o educador compreenda como se dá o

funcionamento cerebral, visando desconstruir certos estigmas relacionados a disseminação do conhecimento matemático, que funcionam como obstáculos tanto para o professor, quanto para o aluno. Para que isso ocorra, é preciso compreender a necessidade de práticas pedagógicas que sejam pensadas e desenvolvidas de forma a atender as necessidades de quem apresente dificuldades na absorção dos conteúdos referentes à disciplina.

À vista disso, a referida pesquisa buscou conhecer os aspectos estudados pela neurociência e sua relação com a educação, afim de entender melhor os processos mentais e cognitivos que influenciam nas práticas de sala de aula, especificamente nas aulas de matemática.

Dessa forma, constatou-se que as intervenções de cunho cognitivo desenvolvidas no contexto escolar oferecem um significado para aprendizagem, porém enquanto o trabalho pedagógico não estiver voltado para uma prática que busque lutar contra os estigmas de ensino citados anteriormente, a neurociência, por si só, não será capaz de solucionar o problema. Em contrapartida, o professor que tem sua prática fundamentada nos estudos da neurociência, é capaz de entender que não existe ninguém incapaz de aprender, mas sim, alguém disposto a aprender de diferentes maneiras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. C. Q. **A importância, função e a intervenção dos neurotransmissores no processo ensino-aprendizagem em alunos da educação infantil.** 2014. 42 f. Monografia (Pós Graduação) – AVM Faculdade Integrada, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Média em matemática está entre as menores do Pisa.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/222-noticias/537011943/42771-media-em-matematica-esta-entre-as-menores-do-pisa>. Acesso em: 21 set. 2019.

CONSENZA, R. M; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende.** São Paulo: Artmed, 2011.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, 3., 2016, Ouro Preto. **A neurociência e a educação: como nosso cérebro aprende?** Ouro Preto: Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas e Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, 2016. 38 f. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6744>. Acesso em: 17 fev. 2020.

GOULART, A.T. *et.al.* **Dificuldades no aprendizado de matemática:** percepção de estudantes de duas escolas públicas de Anita Garibaldi. Cientefico, Fortaleza, v. 18, n. 37, 2018. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rN9bwTp2Rw0J:https://revistacientefico.adtalembrasil.com.br/cientefico/article/download/429/352+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 maio 2020.

LIRA, J. A. Ensinar e aprender matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. *In: IX ENCONTRO PARAIBANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 9., 2016, Paraíba. **Anais** [...]. Paraíba: IFPB, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/epbem/2016/TRABALHO_EV065_MD1_SA3_ID636_30102016123832.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

MAIA, H. (Org.). Neurociências e desenvolvimento cognitivo. *In: COSTA, U. T.; MAIA, H. Matemática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

PACHECO, M. B.; ANDREIS, G. S. L. **Causas das dificuldades de aprendizagem em Matemática:** percepção de professores e estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Principia, n. 38, 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j2oy9IPBy7oJ:https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download/1612/806+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 maio 2020.

PIZYBLSKI, L. M.; SANTOS JUNIOR, G.; PINHEIRO, N. A. M. Relações entre o Ensino da Matemática e a Neurociência. *In: Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia*, 2009, Curitiba **Anais** [...]. Curitiba: PPGECT, 2009. Disponível em: http://www.sinect.com.br/anais2009/artigos/10%20Ensinodematematica/Ensinodematematica_artigo22.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

RELVAS, M. P. **Fundamentos biológicos da educação:** despertando inteligências e afetividade no processo de aprendizagem. 4. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; DINIZ, L. F. M (Orgs.). Neuropsicologia do desenvolvimento: Infância e adolescência. *In: MUSZKAT, M.; CARDOSO, T. S. G. Neuroplasticidade e intervenções precoces*. Rio Grande do Sul: Artmed, 2016.

TABACOW, L.S. **Contribuições da neurociência cognitiva para a formação de professores e pedagogos**. 2006. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-06-30T115909Z-1178/Publico/Luiz%20Tabacow.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

VALLE, L. F. **Mathematical mindsets (mentalidades matemáticas):** uma nova abordagem para o ensino e aprendizagem das matemáticas. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, São Paulo, 2019.

AValiação Mediadora: Um Compromisso com a Aprendizagem do Aluno

Adriele Fernanda Scarabello Peixoto, Larissa Bondezan, Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail: adrielescarabello@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A avaliação escolar tem o objetivo de analisar o rendimento escolar do aluno, do professor e de todo o contexto escolar. O ato de avaliar ou julgar está presente em nosso cotidiano “seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões.” (DALBEN, 2005, p. 66 apud CHUEIRI, 2008, p. 51).

Segundo Perrenoud (1999), o consenso sobre a forma de avaliar e seus níveis de exigência nunca existiram. Avaliar, envolve o intrínseco do ser humano, ressalta a ignorância de uns para que se possa exaltar a excelência de outros. Para alguns adultos, lembrar da avaliação é gratificante, quanto que para outros é uma sequência de humilhações. “[...] quem não avalia também não ensina nem facilita a aprendizagem” (BOTH, 2012, p. 21).

O objetivo desse trabalho é discutir a avaliação mediadora como superação da avaliação tradicional colocando-a como instrumento essencial à aprendizagem e a melhora no desempenho escolar, trazendo assim a avaliação como aliada da aprendizagem e do sucesso escolar, resultando em alívio para alunos e professores no momento de avaliar e de ser avaliado.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros e artigos que abordam a área em estudo. A pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2001, p. 183):

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

A partir dos pontos essenciais levantados através das obras consultadas, foi possível estabelecer os grandes pontos de análise do presente estudo, em um exercício que considerou as premissas da avaliação mediadora.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Perante a legislação do sistema educacional brasileiro, o Decreto nº19890/31 identifica a avaliação como um instrumento que serve para classificar o aluno; já no Decreto 4244/42, cap. IV, art. 30, a avaliação é obtida por meio e notas, de zero a dez.

A Lei nº4024/61, art. 39, dá destaque à avaliação contínua, mas a Lei nº5692/71 revoga quase toda a Lei nº4024/61. No entanto, a Lei nº 9394/96, implanta a progressão continuada, que passa a entrar em vigor no ano de 1997.

A LDB, de 1961, ainda contém um capítulo sobre os exames escolares e a Lei n. 5.692/71, que redefiniu o sistema de ensino no país, em 1971, deixou de utilizar a expressão “exames escolares” e passou a usar a expressão “ aferição do aproveitamento escolar”, mas ainda não se serviu dos termos “avaliação da aprendizagem. Somente a LDB, de 1996, se serviu dessa expressão no corpo legislativo (LUCKESI, 2011, p. 29).

Perrenoud (1999) ressalta que as questões envolvendo a avaliação escolar são abrangentes, para que um sistema alcance unanimidade. Sempre haverá quem irá denunciar a parcialidade, a incoerência e a falta de clareza dos procedimentos ou dos critérios. Assim, se forma a defesa da classificação em nome do realismo, formação de elites, méritos e desigualdades.

Por conseguinte, avaliar resulta em criar hierarquias e classificação, por consequência, exclusão, e estabelecer modelos e padrões, assim sendo, estereótipos e modelos de alunos no íntimo da subjetividade de cada um. Logo, para Perrenoud (1999), é tão difícil dentro desta problemática, sonhar com um consenso sobre a forma de avaliar.

A ideia de avaliação, como um instrumento para aprendizagem do aluno, não é recente, assim como o inconformismo dos educadores contra as notas que colocam a avaliação a serviço do sistema e não do aluno. Cada nova geração crê nesta mudança, todavia o caminho tomado é o mesmo (PERRENOUD, 1999).

O autor afirma que é por esse motivo que as mudanças escolares não acontecem rapidamente; a relutância sobre novas ideias é forte demais. Entretanto, a escola sofre transformações, lentamente, e junto a ela, a avaliação.

[...] a avaliação, no âmbito escolar, deve ser encarada como um recurso pedagógico que permite aos professores, gestores e demais profissionais da educação acompanhar a progressão das aprendizagens, oferecendo subsídios para a análise do próprio processo de ensino.

Dessa maneira, os resultados dos processos avaliativos devem concorrer para que todos os estudantes avancem em suas aprendizagens e para que os professores façam eventuais ajustes em suas práticas para garantir a qualidade dessas aprendizagens (SÃO PAULO, 2020 p.42).

Assim, conforme o Currículo Paulista (2020), a avaliação se incorpora ao processo educativo. O ato de avaliar, produz informações consideradas valiosas sobre aprendizagem dos alunos e é esta ação que revela a necessidade reforço, recuperação e não somente dos alunos, mas também relação a prática do professor que acontece em sala abrindo um espaço para flexibilizações na metodologia e adequações as mesmas.

Hoffman (2017), afirma que a avaliação não deve ser revestida por um caráter formal e complexo, mas, antes, deve ser natural dentro das instituições educativas, tanto quanto qualquer outra rotina; o processo de avaliar deve estar presente em nosso cotidiano, na escola e na nossa vida.

Para melhor compreensão do ato de avaliar, será colocado em foco as classificações mais globais da avaliação, em decorrência primeiramente de sua função. Entender as funções da avaliação é necessário para que a avaliação seja qualitativa e oriente a tomada de decisões, como afirma Hoffman (2017), para que o professor seja capaz de intervir, pois sem um “o que fazer” após o ato avaliativo, este seria inútil.

Avaliar, portanto não deve ser confundido com instrumentos avaliativos como testes, provas ou exercícios (HOFFMAN, 2005). Para Luckesi (2000), a avaliação da aprendizagem não pode ser a tirana que ameaça, mas deve ser “amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames [...] A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam” (p.1).

Hoffmann (2018) aponta que, em avaliações, só é possível qualificar as questões como objetivas ou subjetivas no momento da correção, visto que, quando o professor corrige busca respostas certas e erradas através de um gabarito, tornando essa correção objetiva. Entretanto, quando as questões pedem opinião, consideração e dissertação, o professor necessita interpretar a resposta do aluno, subjetivamente, para considerar certa ou errada, e a subjetividade, na concepção de avaliação mediadora, é um elemento para se trabalhar positivamente.

O ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a *disposição* de *acolher*. Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais. Acolhê-la como está é o ponto de partida para se fazer qualquer coisa que possa ser feita com ela. Avaliar um educando implica, antes de mais nada, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer (LUCKESI, 2000, p.1)

Hoffmann (2018) estabelece 5 princípios para avaliar na concepção mediadora:

O primeiro princípio é “oportunizar aos alunos muitos momentos de expressar suas ideias” (p. 73), no qual, o professor deve estabelecer diálogo com os alunos, para que compreendam o momento de seu conhecimento; para isso, pode-se desafiá-los, apresentando-lhes diferentes tarefas e soluções. Para tanto, é necessário respeitar o aprendizado do aluno, para que se parta dele pontos a ser refletidos.

O segundo princípio, “promover discussão entre os alunos a partir de situações desencadeadoras” (p. 74), se baseia na interação para o desenvolvimento do conhecimento lógico-matemático; os trabalhos em grupo são ótimos para que os alunos expressem seus pontos de vistas espontaneamente e debatam situações diversas.

O terceiro princípio, “realizar várias tarefas individuais, menores e sucessivas, buscando entender as respostas apresentadas pelos estudantes” (p. 76), visto que a avaliação mediadora necessita da observação individual de cada aluno, é um processo lento que se relaciona com interpretar, refletir e investigar.

O quarto princípio, “em vez do certo/errado e da atribuição de pontos, fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções” (p. 84), considera que é preciso dar mais valor às ideias e se importar mais com as dificuldades. Aqui, é necessário respeito e valorização à cada tarefa, pois favorece a espontaneidade.

O quinto princípio, “transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção de conhecimento” (p. 85), tem como base, a responsabilidade do professor em construir práticas avaliativas que se moldam conforme a realidade em que a escola está inserida.

Os autores citados levantam em questão que a avaliação mediadora se tornou uma alternativa possível de superar uma visão tradicional de medir o nível de aprendizagem dos alunos. Tendo em vista que a relação entre professor e aluno precisa ser positiva, isto é, a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos é fundamental

para a construção do conhecimento na avaliação mediadora, uma vez que na concepção tradicional tais saberes são desconsiderados.

Considerando os benefícios da avaliação e os princípios da avaliação defendida por Hoffmann (2018), é necessário que haja um currículo voltado, sobretudo, para o desenvolvimento do aluno, que valorize as experiências do contexto social do mesmo, baseado na igualdade e, ainda, na construção da democracia. Desse modo, pode-se afirmar que o modo de avaliar é uma forma de alcançar resultados que sejam significativos para a transformação do processo de aprendizagem.

No modelo tradicional, a avaliação considera o que aluno memoriza, repete; é a passividade do sujeito, não valorizando as especificidades individuais. O erro é motivo para punição. Em contrapartida, Hoffmann (2018) confirma no decorrer da obra que o avaliar como mediação se dá essencialmente por meio da proximidade entre quem ensina e quem aprende.

A avaliação mediadora, exige dos professores uma postura reflexiva, primeiramente sobre a forma de se conceber a avaliação, na qual o papel das notas e o dos registros que se faz destas atividades avaliativas.

Assim, percebe-se que esta avaliação valoriza a subjetividade presente em cada um destes elementos, dado que a avaliação não é neutra (HOFFMANN, 2018). Para fazer uma avaliação subjetiva o professor precisa considerar, além desses aspectos citados, a valorização da aprendizagem do aluno, a mediação pelo diálogo e fornecer ao aluno subsídios para este reflita sobre seu próprio processo de aprendizagem e venha a desenvolver suas potencialidades.

Nesta concepção mais humana e, portanto, subjetiva, a avaliação é dada como importante aliada do desenvolvimento e potencial de seus discentes e, conseqüentemente, dos docentes, que terão maior alívio ao avaliar seu aluno pensando em suas hipóteses e conhecimento, utilizando-se disso para dar-lhe condições para alcançar o conhecimento e reflexão crítica.

A finalidade da escola, vai muito além dos conhecimentos conceituais, de modo que a forma de avaliar o aluno precisa também abranger mais do que avaliar tais conhecimentos. É necessário buscar uma avaliação que sustente uma prática pedagógica que contemple toda a potencialidade do aluno. Para que se obtenha sucesso, a Base Nacional Comum Curricular, aponta algumas ações; sendo a avaliação

fundamental para o processo de ensino ela também está inclusa nestas ações que visam promover uma mudança na qualidade do ensino.

O documento afirma que deve se “construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos” (p.19).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, em sua essência, apresenta uma busca para compreender a avaliação e como ela é utilizada em sala, em seu aspecto classificatório e de aprendizagem.

Entre todas as discussões que são levantadas pela temática avaliação, fica evidente que não existe processo de aprendizagem sem avaliação. Ela é não somente uma parte final do processo, mas é integrada a ele, em ensino/aprendizagem, no qual não existe aprendizagem sem avaliação e não deve existir avaliação sem aprendizagem, pois a avaliação perde o seu sentido quando usada de outra forma que não seja como um recurso da aprendizagem.

A avaliação foi por muito tempo distorcida e mistificada, utilizada como um castigo, rede de segurança e instrumento de controle por parte dos docentes para amedrontar os estudantes; assim tornou-se popular o medo da avaliação e seu uso como sinônimo de algo ruim.

A avaliação mediadora tem como elemento chave a reflexão, e ao praticar a ação avaliativa, o professor deve refletir para definir se sua ação agregará ao aluno em desenvolvimento pessoal, humano ou intelectual. Ao refletir sobre sua forma de avaliar, tendo essas metas em mente, e concluir que esta ação não irá potencializar e contribuir com o desenvolvimento do educando, o professor deve descartar esta ação avaliativa, pois ela fere o objetivo maior da educação: servir à aprendizagem do aluno.

Uma boa avaliação garante uma boa aprendizagem, pois através da avaliação são conhecidos os caminhos que guiam para boas práticas. A boa avaliação deve formar alunos reflexivos, que sejam motivados e não tenham medo, mas, sim, prazer pelo estudo, sendo competentes também para avaliar a si mesmos, as situações e a seus pares, guiados pelo exemplo de uma avaliação mediada e construtiva que colabora para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE n. 11**, de 7 de julho de 2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Brasília: Diário Oficial da União, de 3/8/2020. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 ago. 2020

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

BOTH, I. J. **Avaliação: voz da consciência** da aprendizagem. 2 ed. rev., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2012.

CHUEIRI, M. S. F. Concepções sobre avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**. v.19, n. 39, p. 49-64, jan./abr. 2008. Disponível

em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2469/2423>. Acesso em: 04 mar. 2020.

HOFFMANN, J. Avaliação formativa ou avaliação mediadora? *In: O jogo do contrário em avaliação*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 34 ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e preposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Pátio. Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12, p.1-7, fev./abr. 2000. Disponível

em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MEDIAÇÃO, Editora. **Jussara Hoffman e Avaliação Mediadora**. Youtube, 5 maio. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RWgqJVBpUQg>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre

ESCOLA UM ESPAÇO PARA A (DES) CONSTRUÇÃO: VAMOS BRINCAR DE BONECAS?

Ana Laura Americo Aureliano, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail:
analauraamerico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo de cunho qualitativo, se encontra em andamento e tem como objetivo enfatizar a importância do brincar e da boneca como instrumentos pedagógicos para abordar a diversidade étnico-racial e cultural na escola. A temática surgiu do interesse das pesquisadoras frente à publicação da lei 11.645/08, que prevê o ensino das culturas e histórias afro-brasileira e indígenas nos espaços escolares. Analisa a boneca indígena - Ritxòkò e a boneca africana - Abayomi, utilizadas como estratégias pedagógicas para retratar a diversidade étnico-racial e o respeito mútuo entre as diferentes culturas.

A educação para o respeito das diferenças deve acontecer desde a infância, reconhecendo a cultura infantil e a ludicidade que é própria dessa fase do desenvolvimento. Partindo destes pressupostos, o artigo apresenta instrumentalização teórica que aborda a temática em faces da brincadeira/jogo e do brinquedo, convidando o educador a refletir sobre o caráter lúdico nas ações pedagógicas e salientando que toda criança além do direito tem a necessidade de brincar. “A brincadeira é um espaço educativo fundamental da infância, pois, por meio do brincar, a criança pode construir uma identidade autônoma, cooperativa e criativa” (MASCIONI, 2005 p. 109).

O presente trabalho visa propor a inserção de brinquedos no cotidiano escolar que estejam articulados com a pluralidade multicultural e racial, possibilitando a desconstrução de estereótipos.

2 METODOLOGIA

Para atingirmos tal objetivo, estamos realizando uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e exploratório com base na análise de documentos legais, livros, teses e artigos científicos, encontrados em periódicos referentes à temática, Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica engloba toda a bibliografia relacionada ao tema de estudo, e tem o propósito de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. “A pesquisa

bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Com o aporte da teoria Histórico Cultural - Vigotsky e colaboradores - entre eles Luria, Leontiev e Elkonin, compreende-se aqui que o ser humano constitui sua humanidade por meio das relações que estabelece socialmente, ou seja, a criança se desenvolve psiquicamente por meio de estímulos e mediações advindos do adulto e dos objetos presente em seu entorno, e aí estão situados os brinquedos e as bonecas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A Criança nem sempre foi compreendida em sua essência, mas hoje, depois de muito estudos e lutas é possível entendê-la como um sujeito de direitos conquistados ao longo do tempo.

A Lei nº 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante a criança⁶ em seu artigo 16, parágrafo IV o direito de “Brincar, praticar esporte e divertir-se”, e ainda em nível nacional e internacional o artigo 31 da convenção de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) diz: “Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.”

Na área da educação uma conquista notória foi à implementação da Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), que torna obrigatório o ensino da cultura e da história afro-brasileira e indígena no país. Essa oportunidade de se trabalhar nas escolas a história e as manifestações culturais dos povos indígenas é um grande avanço na formação de pessoas para uma sociedade futura que respeite as diferenças.

Um mundo que se auto define como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial, cultural e política. Como se pode ser civilizado se não se aceita conviver com outras civilizações? Como se pode ser culto e sábio se não se conhece - e o que é bem pior - não se aceita conhecer outras culturas e sabedorias? (BANIWA, 2006, p. 35).

O nosso país é constituído por diferentes povos, assim como relata França “no Brasil convivemos com portugueses, indígenas de diferentes etnias, negros, libaneses,

eslavos, italianos, alemães, japoneses, e seus descendentes e cultivamos certo prazer neste convívio”. (FRANÇA, 2010, p.44). Diante disso torna-se evidente o alto índice de miscigenação, o que reflete dentro das salas de aulas, formando as turmas heterógenas.

Apesar do fato, as atividades pedagógicas propostas pelo currículo, que utopicamente possui um discurso multicultural e pluriétnico, ainda são retrógradas, centradas apenas na cultura predominante, marginalizando as da minoria, dado isso, é possível compreender a sociedade excludente em que vivemos.

Os brinquedos por sua vez, mais especificamente as bonecas, nosso objeto central de estudo, estão presentes em diversas culturas, seus significados variam de acordo com a cultura que os compõem e nem sempre é um objeto diversificado e suficientemente representativo, uma vez que em sua maioria retrata um padrão único de beleza.

Temos uma farta herança lúdica e histórica que poderia ser ofertada aos alunos, entretanto Mascioli (2016) destaca:

Em meus estudos, pesquisas e andanças pelo país ofertando cursos e palestras desenvolvidos para professores e professoras em formação, comprovei que a grande maioria das bonecas e bonecos que são dispostas em brinquedotecas e/ou espaços destinados ao lúdico não permite que se estabeleça uma relação com as diferenças físicas, étnicas ou de gênero (MASCIOLO, 2016, p. 34).

A diversidade étnico-racial vai além das bonecas que são ofertadas pelas escolas contemporâneas, que são “pele branca, cabelos loiros, olhos claros, corpo magro e atlético são as formas vigentes dos bonecos e bonecas industrializados que são oferecidos pelo comércio atualmente.” (DORNELLES, 2003, p. 4).

Uma forma de ampliarmos o olhar para este contexto, pode ser estudando as origens e representatividades existentes no objeto boneca.

As bonecas e bonecos são brinquedos tradicionais, que reportam a realidade física humana mas para certas tribos indígenas, conforme pesquisas etnográficas, é símbolo de divindade, objeto de adoração” (KISHIMOTO, 1997, p.15).

A aldeia indígena Karajá deu vida a boneca Ritxòkò, que significa “boneca de cerâmica” (SILVA, 2015), a Ritxòkò tornou-se parte da identidade desse povo indígena. São produzidas pelas mãos das mulheres karajás e trazem significados que vão além de brinquedos. Enquanto as produzem as crianças ficam ao redor, assim, aproveitando para internalizar as técnicas de produção enquanto brincam.

Piagge, Perez e Souza (2019) apontam que as bonecas Ritxòkò compõem uma “família” que são dadas as crianças na infância e são cultivadas até o fim da mesma, quando as obrigações passam a mudar, esse ritual acontece de geração para geração, já que, é uma prática tradicional do povo Karajá. Com o presente recebido os karajás começam a entender as fases da vida, visto que, a coleção da Ritxòkò contém bonecas com diferentes idades. “Brincando, a criança se reconhece na boneca e aprende a ser Karajá.” (PIAGGE; PEREZ; SOUZA, 2019, p. 64).

Temos também a boneca Abayomi da cultura africana, que segundo Vieira (2015) é outro exemplo de alta relevância cultural, possui uma vasta riqueza em seu significado, entretanto, ela é pouca ou nada abordada dentro do espaço escolar.

Dentro da rica cultura africana, ainda segundo o autor referenciado acima, Abayomi é símbolo de resistência, as mães africanas produziam as bonecas com retalhos de suas roupas, apenas com tranças ou nós, para acalantar as crianças durante as terríveis viagens no navio negreiro que transportava os homens e mulheres escravizados. A boneca tornou-se um amuleto de proteção “revestida” pelo amor de mãe, para aqueles momentos desumanos de separação da família afro brasileira

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade da criança é formada a partir da cultura que está em seu entorno, destarte, destaca Leontiev (1978, p. 282 apud PAIVA; NUNES; DEUS, 2010, p.92).

O homem não nasce dotado das aquisições históricas da humanidade. Resultado estas do desenvolvimento das gerações humanas, não são incorporados nem nele, nem nas suas disposições naturais, mas no mundo que o rodeia, nas grandes obras da cultura humana.

Logo, é essencial estabelecer a diversidade nas escolas, para agregar a todos e manter viva nossas raízes, entretanto, mediante as pesquisas realizadas e do conhecimento do currículo escolar, sabe-se que até mesmo os livros didáticos passaram por reformulações após a promulgação da lei 11.645/08, estabelecendo que:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Todavia, é de conhecimento a importância dos povos indígenas e africanos na construção do Brasil atual, porém a obrigatoriedade da disseminação dessas culturas dentro das escolas tem apenas uma década, aproximadamente, o que é extremamente recente perto dos cinco séculos após a chegada dos europeus no Brasil. Vejamos aí, a defasagem da pluralidade étnica cultural no âmbito escolar.

Para termos uma educação inclusiva, bem como, uma sociedade inclusiva, cabe a escola acolher os alunos de diferentes culturas e inseri-los no contexto escolar, para assim, valorizar nossas raízes e agregar todos os componentes da escola. Frente aos brinquedos da educação infantil, o professor deve “Problematizar os brinquedos oferecidos para as crianças para que os bonecos representem as diferenças e diversidade cultural”. (BROUGÈRE, 2004, p. 14).

A brincadeira é uma atividade lúdica e inerente a criança que transcorre de geração para geração, ou seja, é historicamente construída, compreende-se uma criança saudável, aquela que desfruta do seu direito de brincar e desenvolver ali suas potencialidades múltiplas.

Permitir o acesso das crianças às bonecas de diferentes culturas e etnias, nos parece ser uma possibilidade rica e interessante para se trabalhar na educação básica, promovendo práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial e cultural no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf>

Acesso em: 23/09/20.

BRASIL, **Lei 11.645/08**, 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial nacional para a educação infantil**. Brasília; MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Pioneira, 2001. BROUGÈRE, G.. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.

BROUGÈRE, G. **A criança e a cultura lúdica**. In KISHIMOTO, T. M. (Org). **Brincar e suas teorias**. São Paulo, 2002.

DORNELLES, L.V. **Infância que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber.

Petrópolis: Vozes. 2003.

ELKONIN, D. Borisovich. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FRANÇA, C. de C. **O outro e eu: que relação é esta na educação**. IN BELENE, Saléte Grando e Passos. Luiz Augusto (org): o eu e o outro na escola: contribuições para incluir história cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: Edufmt, 2010.

ISHIDA. V. K. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Atlas, 2015.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1998. São Paulo, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnica de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.

MASCIOLI, S. A. Z. **Jogos brinquedos e brincadeiras: um olhar lúdico para a questão da diversidade étnica no espaço escolar**. Revista Moitará. Araraquara, v. 2, n.1, 2014.

MASCIOLI, S. A. Z. **Brincadeira cantada**. In: ANGOTTI, Maristela (Org). Educação infantil em diálogos. Alínea, 2012.

MASCIOLI, S. A. Z. **Brincar: um direito da infância e uma responsabilidade da escola**. In: ANGOTTI, Maristela (org.). Educação infantil: para que, para quem e por quê?. 4 ed. Campinas: Alínea, 2006.

ONU. **Declaração Universal dos direitos das crianças**. 1990. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvDirCrian.html>>. Acesso em: 23/09/20.

PAIVA, N. S. G.; NUNES, L. dos G. A. N.; DEUS, M. F. **A construção da identidade da criança na educação infantil numa perspectiva histórico-cultural**. Olhares & Trilhos. Uberlândia, ano 9, n. 11, 2010.

PIAGGE, A. C. M. D.; PEREZ, M. C. A.; SOUZA, T. P. **Reflexões acerca da boneca indígena: educação escolar, diversidades e infâncias**. Revista eletrônica da educação (RELEDUC). Jaú, ano 2, v. 2. n. 2. 2019.

SILVA. T. C. **Ritxoko**. Cênone Editorial, 2015.

VIERIA, K. **Bonecas abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino**. Galedés Instituto da mulher negra. 2015. Disponível em: <<https://geledes.org.br/bonecas-abayomi>> Acesso em: 13/11/10

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Mariele Francine Martins, Ana Vera Niquerito Bozza, e-mail:
marielem68@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve o intuito de apresentar o que é a inteligência emocional, como nosso cérebro funciona ao sentir nossas emoções e também falar brevemente como a inteligência emocional pode ser desenvolvida e como seu desenvolvimento interfere no processo de aprendizagem.

Os centros cerebrais da emoção abrigam as habilidades que precisamos para assim podermos conduzir a nossa vida de forma afetiva, para que ao decorrer dela possamos ir desenvolvendo nossos sentidos para a convivência social. Essas habilidades são uma herança evolutiva voltada para a sobrevivência e a adaptação do ser humano (GOLEMAN, 1999).

Para Goleman, (1999) a neurociência mostra que a parte emocional do cérebro aprende de forma deferente ao do cérebro pensante e as pessoas acreditam que ter inteligência emocional é ser simpático com todas as pessoas e saber colocar seus sentimentos para fora e não ao contrario ter inteligência emocional é saber administrar seus sentimentos de forma a expressá-los apropriadamente e afetivamente.

Cada pessoa possui um perfil próprio, com pontos fortes e fracos. Algumas pessoas podem ter mais empatia e não saber lidar bem com a suas angústias, outras pessoas tem percepção apurada para a mais sutil mudança em seu estado de espirito, mas não sabe conviver socialmente (GOLEMAN, 1999).

Goleman, (1999) fala que em uma análise feita com homens e mulheres foi feita e constataram que as mulheres são mais atentas as suas emoções e mais empáticas, por isso são mais aptas em relacionamentos interpessoais, já os homens são mais autoconfiantes e otimistas, eles têm facilidade para adaptação e saber lidar melhor com o estresse, mas em termos de inteligência emocional, não tem diferenças baseadas pelo sexo.

O nível de inteligência emocional do ser humano não tem a ver com fatores genéticos e nem é desenvolvida somente na infância, tudo indica que a inteligência emocional pode ser aprendida em grande parte e continua se desenvolvendo no decorrer da vida e conforme vivemos nossas experiências (GOLEMAN, 1999).

Segundo Goleman, (1999) cada sensação é armazenada em uma parte do cérebro, tendo as emoções e cada experiência guardadas na amígdala.

Para Goleman, (1999) a inteligência emocional vai crescendo continuamente, ao longo dos anos vamos nos aprimorando e nos modificando a medida em que vamos aprendendo a lidar com as nossas emoções e impulsos e descobrimos assim a habilidade de motivar a nós mesmos e aperfeiçoamos nossa empatia e nossa maneira de nos relacionar socialmente por ela é determinado o potencial que temos para aprender as habilidades práticas que são baseadas em cinco elementos: autopercepção, motivação, auto - regulação, empatia e aptidão para os relacionamentos.

A psicologia estuda a inteligência humana seus estudos inicialmente tinham a atenção voltada para a área da capacidade cognitiva e seu uso e só depois passou a estudar a inteligência emocional, em especial a capacidade que temos em reconhecer, expressar e sentir as emoções, esse estudo foi realizado em grande parte pelo desenvolvimento da neurologia que atribuiu um papel importante ao estudo das emoções nos processos cognitivos e desde então tem se procurado encontrar através das pesquisas e estudos o papel das emoções no bem – estar psicológico dos alunos (PICARD; COSIER, 1997 apud ALVES, 2013).

A aprendizagem é essencial para o desenvolvimento de cada ser humano ele permite que os seres humanos adquiram conhecimento e desenvolvam suas competências, esse processo acontece ao longo da nossa vida e das nossas interações com o ambiente. A aprendizagem de cada ser humano é algo muito pessoal e único que tem como resultado os fatores socioculturais, biológicos e inatos, bem como os desenvolvimentais. A criança ao longo de sua aprendizagem vai se adaptando as novas situações e tendo uma forma diferente para lidar com elas conforme sua aprendizagem e desenvolvimento (ALVES, 2003).

Para Alves, (2003) muitas crianças encontram dificuldades de aprendizagem durante sua vida escolar e começam a ficar desmotivadas e incomodadas com o insucesso na vida escolar se sentindo incapacitadas e frustradas por não conseguirem aprender.

Segundo Goleman, (1999) é preciso saber administrar as emoções para assim termos maior domínio de nossas competências emocionais, que quando bem desenvolvidas permitem que em todo o contexto escolar se torne um ambiente mais saudável e rico em aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que obteve em primeiro momento a utilização e leitura de livros, artigos e revisão de literatura, com buscas de artigos publicados na internet. Para a seleção das fontes foram consideradas como critérios as bibliografias que abordam especialmente a Inteligência Emocional e Inteligência Emocional no processo de Aprendizagem.

Para chegar aos resultados esperados foram feitas pesquisas em acervos, foram pesquisados e discutidos os estudos, abordando todos os benefícios e importância e como a Inteligência Emocional pode influenciar no processo de aprendizagem das crianças.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A análise bibliográfica sobre Inteligência emocional no processo de aprendizagem ocorreu primeiramente a partir de artigos impressos e visuais e depois ocorreu uma pesquisa em livros. Nesses conteúdos utilizados para o estudo foram encontrados explicações e estudos que mostram como nosso cérebro funciona ao sentir as emoções quais áreas dele são utilizadas para processar as emoções sentidas. Para tanto as pesquisas ressaltam a importância do desenvolvimento da inteligência emocional no processo de aprendizagem e como é importante que as crianças tivessem aulas na escola desde o jardim da infância que ensinassem elas as habilidades emocionais.

Goleman (1999) afirma que nossa capacidade de inteligência emocional começa logo nos primeiros anos de vida e vai crescendo continuamente, ao longo dos anos vamos nos aprimorando e nos modificando a medida em que vamos aprendendo a lidar com as nossas emoções e impulsos e descobrimos assim a habilidade de motivar a nós mesmos e aperfeiçoamos nossa empatia e nossa maneira de nos relacionar socialmente. O nível de inteligência emocional do ser humano não tem a ver com fatores genéticos e nem é desenvolvida somente na infância, tudo indica que a inteligência emocional pode ser aprendida em grande parte e continuamente vai se desenvolvendo no decorrer da vida e conforme vivemos nossas experiências.

A inteligência emocional determina o potencial que temos para aprender as habilidades práticas que são baseadas em cinco elementos: auto percepção, motivação, auto - regulação, empatia e aptidão para os relacionamentos (GOLEMAN, 1999).

Os centros cerebrais da emoção abrigam as habilidades que precisamos para assim podermos conduzir a nossa vida de forma afetiva, para que ao decorrer dela possamos ir desenvolvendo nossos sentidos para a convivência social. Essas habilidades são uma herança evolutiva voltada para a sobrevivência e a adaptação do ser humano (GOLEMAN, 1999).

Para Goleman (2012) toda criança merece ter uma vantagem inicial nessas habilidades da vida, ele defende um movimento de aprendizagem social/emocional que nada mais é que programas escolares que ensinam todos os espectros das capacidades de inteligência emocional. Esse programa começa no jardim de infância e vai até o ensino médio, eles ensinam as habilidades em qualquer idade de uma forma adequada para o desenvolvimento. Os programas dão oportunidades iguais para as crianças dominar suas habilidades emocionais.

As emoções são uma fonte de aprendizagem, quando as pessoas buscam fazer uma atividade elas buscam na realização dessa atividade se sentir bem, quando elas não gostam de fazer certas atividades e se sentem mal elas começam a evitar fazer a determinada atividade (FONSECA, 2016).

Para Fonseca (2016), muitos dos problemas mentais que as crianças sofrem durante a escola podem ser decorrentes de estressores crônicos e de sofrimento emocional, muitos alunos apresentam dificuldades na aprendizagem por não conseguir corresponder às expectativas sociais esperadas.

Quando as crianças são sujeitas a muito estresse provocado pela escola ela pode vir a apresentar problemas emocionais, como ansiedade, depressão, desmotivação, vulnerabilidade, baixa produtividade, e vários outros que podem interferir com o seu rendimento escolar presente e futuro. As relações das emoções com as aprendizagens escolares são muito íntimas, daí a necessidade de explorar algumas das suas implicações recíprocas (GOLEMAN, 2012).

Apresenta-se dessa forma uma necessidade de desenvolver a inteligência emocional e de trabalhar ela também nas escolas com o intuito de ajudar as crianças a desde pequenas aprenderem os espectros da capacidade de inteligência emocional e aperfeiçoar as habilidades que os ajudam também na aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado no desenvolvimento do presente trabalho para explicar como o cérebro reage ao sentir todas as emoções, quais partes dele processam essas emoções sentidas. Ressaltamos a importância sobre a inteligência emocional no contexto educacional como ter uma inteligência emocional bem desenvolvida pode ajudar as crianças no processo de aprendizagem.

Algo essencial da inteligência emocional é a autoconsciência, que é, ser capaz de reconhecer um sentimento enquanto ele decorre, pois esse reconhecimento tem um papel essencial na vida das pessoas, na sua tomada de decisões, é como Goleman (2019), fala devemos pensar antes de agir, pois não conseguimos controlar o que sentimos, mas podemos decidir o que fazer com aquilo que estamos sentindo.

Esse trabalho também aponta a necessidade de reflexão sobre como podemos ensinar as crianças a desenvolver a inteligência emocional na escola e evitar problemas de aprendizagem com esse ato e dessa forma ajudar elas a se desenvolverem e terem uma vida escolar melhor.

Segundo Fonseca (2016), muitos dos problemas mentais que as crianças sofrem durante a escola podem ser decorrentes de estressores crônicos e de sofrimento emocional, muitos alunos apresentam dificuldades na aprendizagem por não conseguir corresponder às expectativas sociais esperadas. Os problemas emocionais que as crianças podem enfrentar são, ansiedade, depressão, desmotivação, vulnerabilidade, baixa produtividade, e vários outros que podem interferir com o seu rendimento escolar presente e futuro (GOLEMAN,2012).

Segundo Goleman, (1999) é preciso saber administrar as emoções para assim termos maior domínio de nossas competências emocionais, que quando bem desenvolvidas permitem que em todo o contexto escolar se torne um ambiente mais saudável e rico em aprendizagem.

Por tanto concluímos que é de suma importância o desenvolvimento da inteligência emocional para a aprendizagem e que seria que grande valia para os estudantes aprenderem isso na escola evitando possíveis problemas emocionais e de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALVES. G. M.C. **Inteligência Emocional em Crianças com Dificuldades de Aprendizagem: Uma Perspectiva Educativa**. 2013. 100f. Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Domínio Cognitivo-Motor, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4182/1/InteligenciaEmocionalEmCrian%c3%a7ascomDificuldadesdeAprendizagemUmaPerspetivaEducativa.pdf> Acesso em: 20 Set. 2020.
- FONSECA. V. **Dificuldades de aprendizagem: abordagem neuropsicopedagógica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Wak; 2016.
- FONSECA.V. **Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica**. **Revista Psicopedagogia**, v. 33, n. 102, p. 365-384, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000300014. Acesso em: 28 Set.2020.
- GOLEMAN.D. **Inteligência emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Tradução: M. Santarrita. 2º ed- Rio de janeiro: Objetiva, 2012.
- GOLEMAN. D. **O Cérebro e a inteligência emocional novas perspectivas**. Tradução: Carlos Leite Da Silva. 1ºed- Rio de janeiro: Objetiva, 2012.
- GOLEMAN. D. **Trabalhando com a inteligência emocional**. Tradução: M.H.C Côrtez. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- VALENTE. N. M. MONTEIRO. P. A. **Inteligência emocional em contexto escolar**. **Net**, Alto Douro, jan. 2017. Revista Eletrônica de Educação e Psicologia. Disponível em: <http://edupsi.utad.pt/index.php/component/content/article/79-revista2/143>. Acesso em: 14 maio 2020.

LIBRAS PARA OUVINTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Giovana Alves Pereira da Cruz, Paloma Aparecida Camargo, Viviane Rodrigues, e-mail: camargopaloma2016@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos tempos de hoje fala-se muito sobre a importância e do reconhecimento da cultura surda no contexto escolar, as pessoas com necessidades especiais nesse caso os surdos devem ser incluídos na rede regular de ensino para desenvolver-se naturalmente.

Os surdos se comunicam a partir da língua brasileira de sinais para que assim possam constituir suas relações com os que estão a sua volta, socializando por meio a língua visuo-gestual na sociedade em que está inserido.

A inclusão das pessoas surdas é algo que deve ser enaltecido desde sempre tanto pela sociedade quanto pelas instituições de ensino, visto que essa acessibilidade é essencial para a formação dos surdos nos seus aspectos sociais, cognitivos e emocionais. Partindo disso as escolas devem e precisam introduzir o ensino da língua brasileira de sinais para os ouvintes visto que é a partir dessa aprendizagem que acontecerá uma inclusão de fato para a cultura surda.

Pensando nisso um método eficaz para esse aprendizado é a inserção do bilinguismo no ambiente escolar como segunda língua para os ouvintes e língua materna dos surdos. Esse recurso é essencial e enriquecedor para todos os alunos, uma vez que, a partir desse conhecimento de uma segunda língua alunos surdos e ouvintes irão se comunicar e estreitar as suas relações.

A lei 5626 de 22 de dezembro de 2005 é um documento que reconhece a Libras como uma forma de comunicabilidade das pessoas surdas, ressaltando sua importância e proporcionando aos mesmos a acessibilidade para o ensino bilíngue, possibilitando também a garantia de oportunidades de conhecimento e desenvolvimento para alunos surdos e ouvintes.

Para os surdos, é fundamental a inserção das Libras na rede regular de ensino para os alunos ouvintes, desta forma haverá uma interação entre todos e também é uma forma de desenvolver a inclusão no ambiente escolar. Sendo assim o objetivo desse

estudo é identificar e certificar a dimensão da Libras na vida dos alunos surdos e também dos ouvintes para a comunicação e desenvolvimento significativos de ambas as partes.

2 METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas em relação a problematização apresentada nesse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que teve como subsídios livros, sites com vários autores citados acima.

Essa pesquisa bibliográfica é um caminho que buscou referências teóricas já publicadas, tendo como objetivo o recolhimento de informações sobre o problema para qual se procurou uma resposta, tem como características bibliográficas publicadas por autores.

Segundo Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Diante disso, fica evidente que a pesquisa bibliográfica é fundamental para ampliação do conhecimento que é essencial para a elaboração e realização do estudo proposto.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para este estudo foram usados artigos que retratam sobre a importância da Libras para surdos e ouvintes, apontando como a inclusão dessa língua é essencial para a comunicação e também o desenvolvimento de todos que fazem parte das instituições de ensino.

Destaca-se na lei 10.436/2002 o reconhecimento da língua brasileira de sinais como um método legal para o diálogo entre surdos e ouvintes, garantindo o acesso e o tratamento adequado para os surdos.

Salles (2004) ressalta que a Libras é essencial na vida do surdo, principalmente no ambiente escolar, e os educadores devem estar atentos a essa questão.

Mantoan (2003) diz que as escolas não estão fazendo o a prática adequada da inclusão, e estão excluindo ao invés de incluir esses alunos, indo contra os princípios da educação.

O processo de inclusão já vem acontecendo a algum tempo, mas de forma deficitária, na qual estão apenas falando sobre incluir, mas na verdade isso não está acontecendo na prática, já que não tem professores e uma equipe preparada pra receber esses alunos bem como recursos para que as pessoas surdas tenham seus direitos garantidos.

A Libras foi reconhecida como uma língua oficial dos surdos, mas ainda ela sofre com grandes barreiras. É possível perceber que ainda hoje há um certo preconceito por parte dos ouvintes em relação a Libras, vendo isso é necessário incluir a libras na rede regular de ensino como uma forma de desconstruir esse paradigma imposto desde a antiguidade relacionada a libras e a comunidade surda.

Figueiredo (2010) ressalta que as escolas devem dar acesso a todos os alunos independente de ser deficiente ou não, garantindo os direitos desses alunos no ambiente escolar.

Diante de tudo que foi exposto, fica evidente a importância da língua brasileira de sinais na vida do surdo como o único meio eficaz para sua comunicação com os demais a sua volta, a inserção de Libras nas escolas seria um passo enriquecedor para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da comunidade surda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos surdos vencerem muitos obstáculos para a quebra de paradigmas do preconceito, há ainda muito a ser feito para que a cada dia haja mais respeito e empatia para com os mesmos. A inserção de Libras no contexto escolar para todos os alunos é um direito do surdo, além de contribuir para sua aprendizagem.

A língua de sinais é o meio mais viável para que possa acontecer a verdadeira inclusão, neste caso dos surdos, pois é por meio da linguagem, diálogo e comunicação com os demais que a criança com surdez vai poder se desenvolver da melhor maneira possível tanto no aspecto cognitivo com também nas relações sociais.

A escola, como colaboradora para a promoção da cidadania e respeito aos demais, deve se adequar e procurar meios que vão dar acesso aos alunos surdos para a valorização e o reconhecimento da língua de sinais para a interação social de todos os

alunos. Portanto, cabe à escola, juntamente com sua equipe, disponibilizar recursos ideais para a inclusão dos alunos surdos bem como práticas visuais que irão facilitar o processo de ensino aprendizagem e também apostar no aperfeiçoamento dos profissionais da educação.

Diante disso a autora ressalta:

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de qualquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades... nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso. Não se trata de inserir a criança surda nas atividades propostas para ouvintes, mas de pensar atividades que possam ser integradoras e significativas para surdos e ouvintes (LACERDA, 2006, p.183).

Assim, pode-se ver com clareza a importância de a Libras ser incluída como uma segunda língua, já que infelizmente nas escolas de hoje em dia a inclusão não é o suficiente, pois é preciso que as instituições abordem estratégias de ensino para as pessoas com deficiência auditiva que ali estão.

Neste estudo, percebe-se o quanto é necessário contribuir para a formação educacional e até mesmo social, mas o que foi relatado nesse estudo, não se deve acabar por aqui e que assim comece a ter uma reflexão a se fazer para que haja incentivos em pesquisas novas, e que assim tenha contribuições com novos significados.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

FIGUEIREDO, R. V. **Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir.** Inclusão: **Revista da Educação Especial.** Brasília. v. 5, n. 2, p. 32-38. Julho-Dezembro de 2010.

LACERDA, C.B. **Caderno Cedes.** v. 26, n.69, p.163-184, Maio-Agosto de 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A hora da virada.** Inclusão: **Revista da Educação Infantil Especial.** Brasília. p. 24-28. Outubro de 2005.

SALLES, H. M. M. L. et. al. **Ensino de língua portuguesa para surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEEP, 2004. 2v.: il.(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

NOVAS METODOLOGIAS DE ENSINO COMO ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jailda da Silva Correia, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: jaildacorreia@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve o intuito de discutir o emprego de metodologias ativas de ensino para permitir avanços na aprendizagem, utilizando as tecnologias digitais para personalizar o ensino e promover a inclusão escolar.

Conforme Freire (2015), a educação não ocorre sozinha, mas na interação com o outro, a partir do compartilhamento de ideias. Dessa forma, a escola constitui-se em um espaço essencial para o desenvolvimento humano, mas, também, é considerada como um meio imprescindível para a relação entre as pessoas, pois é formada por diferentes grupos os quais podem enriquecer o aprendizado sobre diferentes modos de vidas, culturas; permite, ainda, conviver com as diferenças individuais.

Para tanto, é necessário criar mecanismos de inclusão escolar, uma vez que a escola atual ainda tem dificuldade em garantir o direito de todas as pessoas acessarem uma educação de qualidade, de modo que seja oferecida em um contexto no qual as especificidades dos alunos não se tornem motivos de exclusão. Nesse sentido, Freire (2013) destaca o compromisso com o homem concreto, o qual inclui a humanização, a libertação sem dispensar as inovações, tais como a ciência e a tecnologia, as quais podem ser instrumentos para auxiliar na luta pela inclusão.

Em vista disso, a escola necessita responsabilizar-se com a sua função diante da sociedade, sendo um agente essencialmente de transformação e que gera conhecimentos, tornando os alunos sujeitos habilitados, capazes de atuar na sociedade de maneira participativa e com capacidade de investigar. O contexto atual do ensino e a urgência de incorporar as tecnologias na prática cotidiana traduzem a necessidade de considerar o respeito pela qualidade da educação que muito se tem discutido.

Diante da importância da escola para a sociedade é preciso lidar com os desafios e buscar, constantemente, significar o ato de ensinar, pois o mundo contemporâneo apresenta meios tecnológicos capazes de enriquecer a prática pedagógica. As escolas ainda utilizam instrumentos tradicionais, os quais não apresentam atração para os alunos, uma vez que a maioria tem familiaridade com os instrumentos digitais. Para tanto, elucida-se que os defensores de uma educação informatizada sinalizam que as

modificações nas metodologias de ensino são de grande valia, mas que não substituem a capacidade de pensar.

O educador atual deve ter competências e habilidades para usar diferentes linguagens e formas de ensinar; a linguagem eletrônica é exemplo a ser destacado. Reafirmando esse argumento, Gadotti (2000) enfatiza que a tecnologia é um dos desafios da atualidade nos diferentes setores da sociedade, e o sistema educacional não tem conseguido oferecer uma educação básica de qualidade, e que, por conseguinte, as matrizes teóricas não oferecem meios que indiquem um caminho seguro, diante de um contexto de intensas mudanças.

Tendo em vista que a escola deve ser um ambiente que promova a inclusão, considerando nesse olhar os alunos que apresentem alguma deficiência, a Educação Inclusiva tem como princípio fundamental, conforme a Declaração de Salamanca (1994), que todos os alunos aprendam juntos, independente das dificuldades, pois a escola precisa ter conhecimento das necessidades dos estudantes e buscar organização, metodologias adequadas e adaptações, a fim de garantir um nível de aprendizado com equidade.

2 METODOLOGIA

Esse estudo foi pautado em uma pesquisa bibliográfica, revisitando publicações que debatem o tema em análise, o que permitiu desenvolver uma reflexão sobre a educação atual e os desafios de promover a Inclusão Escolar. A análise bibliográfica sobre as novas metodologias ativas de aprendizagem como estratégias para promover a educação inclusiva na escola ocorreu a partir de livros e artigos, tanto impressos quanto no formato *on-line*.

No processo de análise foram focalizadas as ideias principais surgidas no conjunto das obras analisadas; em um passo seguinte, foram agrupadas aquelas semelhantes para garantir pontos uniformes e que retratam os aspectos essenciais sobre o tema em estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos publicados, aos quais se teve acesso para o presente estudo, deixam evidente a importância da formação do professor, indispensável na inovação dos métodos de ensino. Dentre os novos modelos, o ensino híbrido foi mais citado nas

pesquisas, pois se trata de uma forma de ensinar capaz de transformar a sala de aula em um ambiente inclusivo.

As estruturas curriculares nas instituições educacionais podem colaborar para a exclusão dos estudantes, uma vez que esses desenvolvem uma visão fragmentada dos conteúdos; além disso, torna o aprendizado insuficiente para enfrentar os desafios da atualidade. Constatou-se que o processo de formação baseada na metodologia tradicional impede que o profissional da Educação tenha ações de modo a transformar as práticas de ensino.

Mantoan (2003) afirma que a exclusão escolar é manifestada por diversas formas e, de maneira geral, a incompreensão sobre os conteúdos impostos pelo sistema de ensino, isto é, a falta de criticidade do aluno é colocada em jogo face aos modelos do conhecimento da escola. A escola democratizou o acesso ao permitir a entrada de novos grupos sociais, mas não houve valorização de novos conhecimentos. Desse modo, são excluídos os que não compreendem o saber que a instituição valoriza e, assim, fica determinado que democratizar significa massificar o ensino, uma vez que não permite a possibilidade de dialogar entre os diversos saberes. Além disso, a autora elenca que o currículo organizado em disciplinas contribui para isolar os conhecimentos, deixando de reconhecer as inter-relações.

Carneiro (2012), ressalva que um dos princípios da equidade da educação inclusiva é a oferta da escolarização a todos os estudantes em locais comuns e, inclusive, sem desconsiderar o atendimento especializado. Isso requer ação e diferenciação dos profissionais, recursos e novas metodologias para oferecer oportunidade de ensino-aprendizagem, por conseguinte, aprimoramento da educação. Desse modo é possível realizar a inclusão escolar por meio de novas estratégias de ensino; para tanto se faz necessário entender que as desigualdades na aprendizagem são decorrentes de vários fatores.

Moran (2018) define que as metodologias correspondem às diretrizes que norteiam o processo de ensino de formas estratégicas, incluindo técnicas adequadas e específicas para cada atividade. E, ainda, ressalva que as metodologias como estratégias de ensino, voltam-se para a participação efetiva do estudante na construção do conhecimento e a união dos métodos que resultam na contribuição para solucionar os problemas da educação atual. Ao integrar as metodologias às aulas, os alunos são inseridos como agentes principais e responsáveis pela sua própria aprendizagem, ou

seja, comprometendo-se com seu aprendizado. Visto a definição do tema, esse modelo busca flexibilizar o ensino, pois a participação e a reflexão sobre todas as etapas do aprendizado devem tornar-se rotineiras na função dos profissionais da educação.

Bergmann e Sams (2018) afirmam que a inversão da sala de aula torna-se uma referência que dispõe aos estudantes um ensino que corresponde às necessidades deles. O conceito de sala de aula invertida propõe que as atividades que normalmente seriam realizadas em sala de aula (estudos de textos, leituras prévias) sejam previamente feitas em casa, e o espaço da sala fica para o professor promover debates, tirar as dúvidas e aprofundar nos conteúdos. O papel do docente passa a ser o de orientação e tutoria. Os autores mencionam que uma das vantagens da inversão da sala de aula é a ajuda individual aos alunos que mais precisam desse auxílio; além disso, o tempo de aula é reestruturado, pois os primeiros momentos da aula presencial são usados para os alunos sanarem as dúvidas dos conteúdos estudados.

Com o advento das novas tecnologias, a forma de ensinar e aprender mudou. Discute-se e utiliza-se um novo modelo de ensino denominado de Ensino Híbrido, o qual possibilita diferentes opções de estudos, personalizando as atividades conforme o ritmo do aluno. Esse modelo permite que o ensino ocorra de forma presencial e online. A inovação vinda com o ensino híbrido é o futuro da educação, que de acordo com Moran (2015) é uma educação misturada, mesclada, com mobilidade e conectividade, que vem propor uma inovação nas metodologias escolares. Seu diferencial é possibilitar ao aluno um estudo presencial e on-line, em sala de aula e outros espaços; a ideia de que ensinar e aprender nunca foi tão fascinante, uma vez que todos poderão desenvolver suas potencialidades de forma a evoluir sempre mais. Outro ponto importante deste modelo de ensino é a personalização. Cada aluno aprende de uma forma, cada um tem seu ritmo, suas dificuldades individuais, e não podem ser ignoradas. Schneider (2015) diz que personalizar significa que as atividades aplicadas devem ser baseadas no que o aluno está aprendendo em casa ou que foram transmitidos por vídeos.

Apresenta-se, dessa forma, uma necessidade urgente de formação permanente para esses profissionais, com o intuito de (res)significar os perfis de atuação, para implantação de novas formas de ensinar e reforça dá atenção à Educação Pública, o que representa um grande desafio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado no desenvolvimento do presente trabalho, as novas metodologias como estratégias para a uma educação inclusiva oferecem importantes meios que promovem uma educação para todos. Percebe-se que a educação está experimentando um momento de transformações em virtude das novas tecnologias digitais, sendo preciso entender a necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento, associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia. A sociedade contemporânea determina que as escolas reflitam suas ações educativas e que as práticas sejam renovadas nessas instituições. Por essa razão, no decorrer do estudo procurou-se mostrar o quanto é necessário trabalhar com essa nova possibilidade pedagógica, com o intuito de viabilizar novos caminhos para tornar a escola um ambiente de inclusão.

Esse trabalho também apontou a necessidade de reflexão sobre mudanças relevantes nos sistemas de ensino e nas instituições escolares, devendo considerar as metodologias ativas como importantes aliadas da educação, por auxiliarem no processo de inclusão de todos os alunos, bem como na superação das formas tradicionais de ensino. As novas tecnologias digitais facilitam a conexão de todos os ambientes e implementam propostas diversificadas de organização de método de ensino e aprendizagem, adequados às diferentes atividades, assim como as necessidades dos estudantes.

Para incorporar as novas metodologias de ensino ao cotidiano educacional é preciso a aceitação de toda a comunidade escolar, através do planejamento de propostas pedagógicas que norteiem rumo à sua realização; não relaciona-se apenas à forma do ensino, mas, também, às demais finalidades da educação, de modo a oportunizar aprendizagens de maneira lúdica, interativa e com intenções pedagógicas que não promovam práticas de exclusão.

Cabe reforçar que para inserir novas metodologias nas escolas, a formação de professores deve ser desenvolvida considerando-se as novas formas de ensinar, pois isso contribuirá com mudanças concretas no ensino. Torna-se primordial a mudança de atitudes dos profissionais da educação, assim como a modificação de métodos e práticas que promovem a incorporação das metodologias.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de Aula Invertida: Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem**. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação inclusiva na educação infantil**. Práxis Educacional, [S.l.], v. 8, n. 12, p. 81-95, mar. 2012. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article>. Acesso em: 04 ago. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/salamanca.pdf>. Acesso em 07 ago. 2020. ###

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=arZNAgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+e+mudan%C3%A7a+paulo+freire&>. Acesso em: 13 set. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MORAN, J. M. Educação Híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. *In*: BACICH, L; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (Org.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORAN, J.M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In*: BACICH, L; MORAN, J. M. (Org.). **Metodologias para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018: Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>. Acesso em: 01 ago.2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/>. Acesso em 06 jul. 2020.

SHNEIDER, F. Otimização do espaço escolar por meio do modelo de ensino híbrido. *In*: BACICH, L.; TANZI NETO, F. de M. (Org.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre, 2015.

O APRENDIZADO DA MATEMÁTICA POR CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Lauriane Valentim de Freitas, Viviane Rodrigues, e-mail: laurifreitas@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A partir do processo denominado educação inclusiva torna-se fundamental compreendermos as especificidades de aprendizagem do público-alvo da educação especial. Assim, como abordagem, busca-se inicialmente compreender os aspectos da aprendizagem dos indivíduos com síndrome de Down, partindo do que é a síndrome. A Síndrome de Down foi definida como um transtorno pelo médico britânico John Langdon Down em 1866, daí o nome da síndrome. John descreveu cuidadosamente a síndrome, mas cometeu erros ao construir traços ligados a características étnicas, como o "tolo mongol" que lembrava os habitantes da Mongólia ao ser apontado para seus olhos como asiáticos e reconhecido como um ser inferior.

O estigma e o preconceito sobre a pessoa com da síndrome de Down se perpetuam e alcançam a modernidade. Na atualidade, há uma mobilização mais pronunciada de seu envolvimento no meio social, pois se sabe ser um indivíduo que pode se socializar, ter traços individuais e influentes, não é uma doença como a maioria das pessoas pensam, mas uma anomalia genética, o cromossomo 21 tem o problema da não separação resultando em um cromossomo extra durante a meiose 47, acrescenta que as mudanças não estão apenas na genética, mas na estrutura da pessoa com síndrome de Down, com características típicas semelhantes às dos olhos orientais, rosto redondo, alterações no tônus muscular, dificuldades motoras, como mastigação (BARROS; MENEZES, 2009).

O principal objetivo do processo de aprendizagem da pessoa com síndrome de Down é incluir esses indivíduos no campo social, a fim de proporcionar a capacidade de intervir, de expressar suas opiniões e de resolver situações-problema presentes em seu cotidiano. Quando a pessoa com síndrome tem a liberdade de seu tempo e conta com o apoio de parentes como família, ela consegue entender suas limitações de aprendizado ao longo do tempo, e o aluno com síndrome de Down aprende melhor com a ajuda de um professor. O educador de uma criança com síndrome de Down deve construir seu planejamento no nível de sua aula com base na realidade de seus alunos e do ambiente em que estão inseridos (BARROS; MENEZES, 2009).

Assim, objetivo do presente estudo é analisar pesquisas e estudos que envolvam o tema matemática e síndrome de Down, com a finalidade de identificar possibilidades de intervenções mais adequadas para essas pessoas.

2 METODOLOGIA

A revisão de literatura é parte essencial de um trabalho científico, pois contextualiza o cenário de pesquisa atual, aponta pontos conceituais e incita a realização de novos estudos, tudo a partir dos resumos, resenhas e síntese de trabalhos já existentes. Sendo assim apresentado nesse trabalho uma metodologia toda para a execução de revisões de literatura advinda, sobretudo, da adaptação dos métodos sistemáticos de revisão da pesquisa trabalhadas, também, colocações acerca das vantagens e das aplicações de estudos revisionais, da terminologia adotada para descrevê-los e dos métodos de análise de dados. Objetiva-se, com isso, prover o meio acadêmico de métodos rigorosos para a produção de revisões de maior qualidade.

Trentini e Paim (1999, p. 68) afirmam que “a seleção criteriosa de uma revisão de literatura pertinente ao problema significa familiarizar-se com textos e, por eles, reconhecer os autores e o que eles estudaram anteriormente sobre o problema a ser estudado”.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Acreditando que o conhecimento precisa dar prazer ao aluno para que o interesse e aceitação seja maior o trabalho aborda tema de garantir essa vontade através de jogos e brincadeiras precisa estar baseado nos gostos e interesses do aluno. Se o aluno gosta de algum tema ou algum desenho ou filme, é preciso que isso faça parte da construção do seu conhecimento, pois é isso que faz parte do concreto para ele, por esse método o conhecimento não vai ficar estagnado por falta de desafios e o estímulo à aprendizagem de novos conhecimentos, o processo de aprendizagem do aluno, para um melhor aprendizado foi colocado como um excelente método como o S.A.M. (Sistema de Auxílio à Matemática) que é atividades simples que se desenvolve progressivamente, utilizando técnicas de gamificação, para que crianças Down possa obter conceitos básicos de matemática necessários para vivem em sociedade, que acaba aprendendo e se divertindo além de ser uma maneira mais fácil para pessoas com SD ter uma melhor

aprendizagem pois se aprende embarcando em uma aventura esquecendo o formas massiva de conhecer a matemática.

Existe mais formas de auxiliar o aprendiz na matemática, que ao em contato com o material de desenvolvimento sensorial a criança cria conceitos matemáticos em relação a posição, peso, dimensão, entre outros, construindo assim habilidades de classificar, organizar e ordenar.

Maria Montessori (1987), fala que a criança com alguma necessidade especial necessita se mover, dentro de certos limites, com liberdade desenvolvendo sua criatividade utilizando de materiais. Assim, o contato com material concreto permite que a criança Down tenha um entendimento do abstrato de maneira descontraída e de acordo com seus limites.

Maria Montessori e Dienes (1965) desenvolveram vários materiais didáticos voltados para o uso das mãos, sendo alguns deles: o material dourado, desenvolvido por Montessori, atribuído a atividades de ensino/aprendizagem de numeração decimal e de métodos para realizar operações fundamentais.

Barras vermelhas e azuis, desenvolvido por Montessori, atribui noções de maior e menor utilizando a medidas de suas barras, estimulando o aluno a perceber quando ocorrer um erro. Blocos lógicos, desenvolvido por Dienes (1975), o material auxilia no raciocínio transpassando do concreto para o abstrato. Utilizando os blocos lógicos a criança Down constrói conceitos básicos de cor, forma e tamanho, e atividades mentais de apuração, comparação, classificação e ordenação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão familiar é discutida também com a surpresa inesperada de uma criança com síndrome de Down, afetando cada família de forma diferente, pode criar uma série de situações complicadas porque cria um sentimento de superproteção porque é algo pegado de surpresa e até mesmo a compaixão pelas pessoas com SD faz com que ela afete seu desenvolvimento de várias maneiras, como comportamento social e aprendizagem.

Os primeiros anos de escolaridade são de grande importância para a vida do aluno, pois constituem a base para os demais anos, principalmente no que diz respeito aos conceitos e relações em matemática, que serão utilizados posteriormente, ao longo da vida escolar. A matemática nos primeiros anos é de extrema importância

para os alunos, pois desenvolve o raciocínio lógico e é fundamental para a aquisição de conhecimentos em outras áreas, além de servir de alicerce para os anos posteriores.

Assim, a melhor maneira é apoiar a família para ajudar a superar todas as barreiras impostas pela SD, porque o melhor de tudo, enquanto expande seus aspectos emocionais, para incluir na sociedade. Portanto, a família com educador é a chave para o desenvolvimento com auxílio de atividades lúdicas e ferramentas e jogos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

BARROS, L.N.; MENEZES, D. J. A Criança com Síndrome de Down e as Dificuldades de Aprendizagens. **Revista Pátio**, n.1, v. 5, p. 48-50, 2009.

DIENES, Z. P. **O poder da matemática**: um estudo da transição da fase construtiva para a analítica do pensamento matemático da criança. São Paulo: EPU, 1975.

MONTESSORI, M. **Mente absorvente**. Portugal: Editorial Nórdica, 1987.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem**: uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL PELOS TEÓRICOS: PIAGET, FREUD, VYGOTSKY E WALLON

Thaís dos Reis Leite, Adriana Campos Meiado, e-mail: thais_jc6@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Muitas vezes nos perguntamos como o ser humano se desenvolve, como ocorre sua evolução. Muitas teorias se propõem a explicar tal desenvolvimento e como uma criança adquire suas habilidades enquanto cresce.

O interesse de compreensão de como somos concebidos, nascemos, crescemos e padecemos é tão antiga como a história. Filósofos e pensadores como, Aristóteles, Sócrates, Platão e muitos outros, já se questionavam como ocorria há evolução humana. Eles procuravam descobrir como funcionava o aprendizado, a memória, motivação, a percepção, também os comportamentos anormais.

Freud (1970, apud NUNES; SILVA, 2000) se propõe a apresentar uma proposta do desenvolvimento a partir de seu estudo do funcionamento psíquico. Sua visão pauta-se na análise do desenvolvimento psicosssexual da criança, explicando a dinâmica do psiquismo e como o desenvolvimento emocional ocorre. Também explicita o nascimento dos transtornos psiquiátricos.

Tais teóricos, Piaget (1926, apud FERRACIOLI, 1999), Vygotsky (2001, apud FONTES, 2004) e Wallon (1959) inicialmente concordam que a capacidade de aprender e conhecer, parte sujeito em interação com o meio de convivência.

Cada teórico traz consigo uma proposta sobre o desenvolvimento humano pautado numa concepção de homem e desenvolvimento diferentes.

Os trabalhos desenvolvidos pelos estudiosos citados, são considerados relevantes para a compreensão do desenvolvimento infantil, principalmente na área da educação.

As pesquisas e estudos feitos por Piaget (1926, apud FERRACIOLI, 1999), é de suma importância para explicar o que se denominou como a Psicogenética do Desenvolvimento Humano. A teoria é composta pela apresentação do desenvolvimento em quatro estágios do desenvolvimento infantil, que está diretamente conectado com o desenvolvimento de aprendizagem no nosso biológico.

Assim recebemos estímulos do ambiente proporcionando adaptação do organismo, gerando mudanças no desenvolvimento e conseqüentemente na

aprendizagem do sujeito, tendo na pesquisa de Piaget (1926, apud FERRACIOLI, 1999), os estágios de desenvolvimento infantil: sensório motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais.

Com base em seus estudos Vygotsky (2001, apud FONTES, 2004) tem um olhar parecido com outros pensadores. O olhar mais humano no meio social se parece com a de muitos estudiosos, seguindo um pensamento de que o desenvolvimento da criança está ligado à sua socialização e estipulou três níveis: zona de desenvolvimento real, zona de desenvolvimento potencial e zona de desenvolvimento proximal. Estando todos esses níveis ligados ao desenvolvimento da criança no meio familiar e depois entrando no meio escolar, sendo esse meio um dos mais importantes para seu desenvolvimento para um sujeito adulto.

Já Wallon (1959) tendo os seus conceitos comparados com os estudiosos citados acima e seguindo uma linha relativamente semelhante ele se depara com o lado afetivo. Então aprofundando a questão da afetividade no desenvolvimento do sujeito, ele atenta para o fator biológico e ambiental, ele não põe a inteligência como a forma principal da evolução, mas estipula que a vida psíquica é formada em três dimensões: motora, afetiva e cognitiva, sendo um todo, frisando que o aprendizado parte do estímulo corporal, assim como do estímulo afetivo. Tendo também estipulados as etapas do desenvolvimento, sendo elas cinco: impulsivo-emocional; sensório-motor e projetivo; personalismo; categorial e puberdade e adolescência, indo além somente do desenvolvimento infantil.

Freud (1970, apud NUNES; SILVA, 2000), por sua vez tem um pensamento por muitos considerado polêmico em sua época, apresenta o pensamento voltado e baseado no desenvolvimento psicosssexual humana, explicando que o sujeito a partir de seu nascimento vai desenvolvendo seu psiquismo por meio do desenvolvimento psicosssexual. Seus estudos propõem que esse desenvolvimento ocorre por meio de cinco fases: oral, anal, fálica, latência e genital.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa de cunho bibliográfico que buscou na literatura de base, as principais contribuições dos teóricos: Piaget, Freud, Vygotsky e Wallon na explicação do desenvolvimento humano.

As fontes de pesquisa foram a literatura de produção dos teóricos, bem como artigos encontrados na base de dados Google Acadêmico no uso das palavras-chaves: Desenvolvimento Infantil; Freud, Piaget, Vygotsky e Wallon.

A coleta de dados foi realizada a partir da leitura exploratória dos artigos encontrados e selecionado os que se identificavam com a proposta do trabalho.

A análise dos dados pautou-se na reunião dos principais dados que apresentam as contribuições de cada abordagem teórica.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar como é apresentado a construção do desenvolvimento infantil e a construção do psiquismo pelos teóricos: Piaget, Freud, Vygotsky e Wallon, apresentando suas aproximações e divergências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Piaget, (1926, apud FERRACIOLI, 1999), em sua teoria apresenta que existe quatro fases no desenvolvimento do ser humano. Na primeira fase a criança aprende os movimentos básicos, na segunda fase a criança já tem mais autonomia, então se inicia a fala e a compreensão. Já na terceira fase o raciocínio lógico e entendimento de situações mais complexas se iniciam. Na quarta fase todo esse processo se completa, ou seja, a criança entra na fase da pré-adolescência e já entende e resolve situações mais complexas.

Segundo Piaget (1926, apud FERRACIOLI, 1999) sua teoria afirma que o desenvolvimento da inteligência se dá por meio dos quatro estágios (fases) do desenvolvimento. Para ele o ambiente, organismos e social influenciavam no processo do desenvolvimento do ser humano, e assim como ele, vários outros teóricos defendiam e estudavam o comportamento das crianças, principalmente dentro da escola, encontrando assim vários motivos para que a criança tenha um convívio social com os demais de sua idade.

A transmissão social pela linguagem, contatos educacionais ou sociais é um fator necessário, na medida em que a criança pode receber uma grande, quantidade de informações. Entretanto, não é suficiente, pois ela só assimilará as informações que estiverem de acordo com o conjunto de estruturas relativas ao seu nível de pensamento. Um dos principais equívocos da escola tradicional, afirma Piaget (1982), é imaginar que a criança tenha apenas de incorporar as informações já digeridas, como se a transmissão não exigisse uma atividade interna de assimilação acomodação do indivíduo, no sentido de haver uma reestruturação e daí uma correta compreensão do que foi transmitido (FERRACIOLI, 1999, p. 185).

Para Vygotsky, (2004, apud FONTES), a primeira infância é o início do desenvolvimento da criança, que depende da mãe, dos comandos e ações que as estimule no seu crescimento. Assim como o ambiente e convivência, que interferem no seu desenvolvimento.

O exemplo mais claro disto é a linguagem. No princípio, é um meio de vínculo entre a criança e aqueles que a rodeiam, mas, no momento em que a criança começa a falar para si, pode-se considerar como a transposição da forma coletiva de comportamento, para a prática do comportamento individual. (VIGOTSKI, 2001, apud FONTES, 2004 p. 112).

Segundo Wallon, (1959), relaciona o desenvolvimento infantil a afetividade e explica que, diferente do sentimento de paixão da emoção, em seu conceito o desenvolvimento depende de dois fatores, que são orgânicos e sociais.

Assim ele acredita que os fatores externos, interferem o suficiente para o desenvolvimento humano.

A constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência, onde a escolha individual não está ausente. (WALLON, 1959, p. 288)

Para, Freud, (1970, apud NUNES; SILVA, 2000) em seus estudos, para ele, desde quando a criança é gerada e seguindo no desenvolvimento ela apresenta no seu crescimento algumas fases, que considera ser a explicação para todas as nossas atitudes e nosso desenvolvimento.

Foi no ano de 1909 que ele apresentou sua teoria sobre as fases do desenvolvimento infantil, que segundo seus estudos, ele acreditava que o comportamento adulto vinha da nossa infância, então ele diz:

Mas, agora sim, estou realmente certo do espanto dos ouvintes: existe então- perguntarão- uma sexualidade infantil?" "A infância não é, ao contrário, o período da vida marcado pela ausência do instinto sexual?" Não meus senhores. Não é verdade certamente que o instinto sexual, na puberdade, entre no indivíduo como, segundo o Evangelho, os demônios nos porcos. A criança possui, desde o princípio, o instinto e as atividades sexuais. Ela os traz consigo para o mundo, e deles provêm, através de uma evolução rica de etapas, a chamada sexualidade normal do adulto. Não são difíceis de observar as manifestações da atividade sexual infantil; ao contrário, deixam passar, despercebidos ou incompreendidas, que é preciso considerar- se grave. (FREUD, 1970, p.39;40 apud NUNES; SILVA, 2000, p.46)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da apresentação das contribuições de cada teórico apresentado, foi possível verificar que, mesmo com suas aproximações e divergências, tais teóricos

apresentam que a compreensão do desenvolvimento infantil está longe de ser concluída, pois por vários pontos de vista, conseguimos verificar que ainda há muito a compreender sobre o desenvolvimento infantil.

Foi possível observar nos escritos pesquisados que todas as teorias acabam tendo algo em comum, pois todas apontam o ambiente com um dos fatores associados ao desenvolvimento, e que as fases iniciais da vida de uma criança são de suma importância para sua vida adulta.

Tendo em vista, que desde o ventre da mãe, até o nascimento da criança, os acontecimentos são importantes, a ponto de determinar algumas características das crianças (fatores hereditários/genéticos). Também que os primeiros anos, que a partir de cada descoberta, são fundamentais para os processos e funções executivas.

Partindo para a fase em que a criança começa a interagir e compreender a fala e as situações, nós temos assim uma evolução que depende muito dos estímulos que são dados a essa criança. Pensando nisso, é possível verificar que a evolução da fase inicial escolar da criança, em um ambiente estruturado, poderá ser proporcionar seu desenvolvimento com eficácia. A partir daí, uma evolução gradual irá acompanhá-lo ao longo de sua infância e adolescência, seguindo para a vida adulta.

E todas essas fases são explicadas e discutidas de formas diferentes, conflitantes e muitas vezes erroneamente. Mas, são discutidas, e por isso devemos sempre nos questionar, pesquisar, interagir e tentar entender o desenvolvimento infantil para que a evolução humana possa ser entendida com mais clareza.

REFERÊNCIAS

FERRACIOLI, L. Aspectos da construção do conhecimento e da aprendizagem na obra de Jean Piaget. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, Vitória, ES v. 16, n. 2, p 180- 194, 1999.

FREUD, S. **A sexualidade Infantil**. Disponível em: http://www.portalgens.com.br/filosofia/textos/a_sexualidade_infantil_freud.pdf. Acesso em: 28/09/2020.

VIGOTSKI, L. S. (2001). **Sobre os sistemas psicológicos**. In: Teoria e método em psicologia (3 ed.). São Paulo: Martins Fontes.

WALLON, H. **Les mileux, les groupes et la psychogenèse de l'enfant**. *Enfance*, Paris, (3-4): 287-296, mai-oct., 1959, (1ª ed., 1954).

O JOGO NA EMPRESA COMO APORTE PARA A APRENDIZAGEM

Salete Rosemara Gazola, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail:
salete_gazola@live.com

1 INTRODUÇÃO

A instituição empresa apesar de ser pensada e vivida diferentemente de instituições como a escola e a clínica é também um espaço de aprendizagem constante e que precisa desenvolver as habilidades e competências humanas e profissionais de seus colaboradores, buscando melhoria contínua nos processos. Neste sentido a motivação, a busca pelo conhecimento e autoconhecimento que gera oportunidades de crescimento dentro das organizações e o desenvolvimento de jogos pode auxiliar na captação de novos perfis de líderes e talentos inseridos neste ambiente. Dessa maneira, este estudo visa enfatizar a importância do jogo para a aprendizagem na busca do desenvolvimento estratégico da instituição empresa.

Os jogos são facilitadores de aprendizagem e nessa hora, a empresa funciona com o mesmo objetivo da escola, que é ensinar e aprender. Dentro da empresa, a aprendizagem faz com que esta possua um diferencial de competitividade no mercado. (D' ELBOUX, 2008, p. 202).

Conforme Costa (2011) as organizações devem oferecer para seus colaboradores, tanto desenvolvimento pessoal, quanto desenvolvimento colaborativo, a fim de atingir metas e objetivos e se tornarem competitivos perante ao mundo globalizado, porém este longo percurso entre aprendizagem e desenvolvimento pode se tornar menos árduo por meio de treinamentos em que jogos, dinâmicas e atividades grupais sejam valorizadas. A psicopedagogia dentro da empresa visa o inter-relacionamento dos colaboradores entre si e com o aprendizado sobre o trabalho que será exercido “[...] procura atuar na superação das dificuldades de relacionamento de um grupo, cabendo também a ele levar a empresa a diminuir as fragmentações entre os setores e trabalhar de forma interdisciplinar.” (p. 15).

Há, porém, certa dificuldade de espaço para realização deste desenvolvimento humano nas empresas, em que muitos gestores não conseguem visualizar a necessidade do profissional psicopedagogo como um mediador e facilitador da aprendizagem para busca e melhoria de estratégias de trabalho voltadas para maior

produtividade, tanto em material humano, quanto em lucratividade. Segundo Lobato (s.d):

Apesar de estarmos em uma era da informação/conhecimento, muitas empresas, principalmente as de pequeno porte, mantêm algumas de suas atividades à moda antiga, especialmente aquelas relacionadas à gestão de pessoas, sem a preocupação com o desenvolvimento pessoal e intelectual de seus colaboradores, o que, na atual conjuntura, pode se tornar um problema para a continuidade das atividades das organizações. (p. 2).

A exigência atual do mundo capitalista consiste em alta produtividade com menor custo, alcançando uma lucratividade que proporcione a organização maior desenvolvimento e competitividade. O trabalho em equipe, em uma perspectiva de potencializar o alcance de objetivos, tem se tornado indispensável a busca de novas personalidades para liderança, dessa maneira Saito (2010) afirma que:

Percebe-se que quanto mais a empresa investir no desenvolvimento de habilidades intrapessoais e interpessoais, menos propensa estará à existência de conflitos. A partir do momento em que a empresa e seus colaboradores sintonizam seus interesses e passam a trabalhar por um mesmo objetivo, estabelece-se ligação entre as partes, o que estimula a motivação e faz crescer o comprometimento com a produtividade. (p. 42).

Conforme D' Elboux (2008) para que um jogo seja eficiente para a organização é preciso que o mesmo atenda às necessidades e expectativas para cumprimento da demanda dos objetivos e metas que se pretende alcançar e da capacitação pertinente ao bem-estar do colaborador em suas funções para a busca de aprendizagem significativa neste ambiente em que é vivido ao menos um terço da vida diária. Assim,

"[...] A primeira pergunta que deve ser respondida ao se criar um jogo empresarial é: qual é o objetivo do jogo? O trabalho inicia-se pela definição de quais são as principais competências e habilidades gerenciais a serem exploradas no jogo, bem como quais serão as decisões a serem tomadas pelos participantes do jogo, para então elaborar o modelo matemático. (Schafranski, 2002, p. 28).

Segue abaixo exemplos de jogos que podem ser desenvolvidos pelo psicopedagogo com colaboradores, para desenvolvimento da aprendizagem, diálogo, trabalho em equipe, raciocínio rápido e lógico.

A torre da Babel:

Promover a comunicação e o diálogo: a torre da Babel
Para este jogo de team building é preciso ter umas 10 peças coloridas de lego (ou outro jogo semelhante) para cada participante. De preferência, peças iguais ou de formatos iguais.
Assim, se são 6 participantes, é bom ter umas 60 peças de lego.
O objetivo é que todos construam em conjunto uma torre de legos.

Mas cada um dos integrantes desse jogo de team building receberá uma folha secreta, que não pode mostrar aos demais, com as instruções de como ela deve ser construída, por exemplo:

Participante 1: sua torre deve ter quatorze andares de altura

Participante 2: sua torre deve ser construída com blocos azuis e brancos

Participante 3: sua torre deve ser construída com blocos azuis, brancos e vermelhos

Participante 4: sua torre deve conter pelo menos 20 blocos

Participante 5: sua torre deve ter 3 sequências separada de 3 blocos vermelhos

Participante 6: a terceira linha da sua torre deve ser azul

Na verdade, nenhuma das instruções impede que as outras se realizem e os participantes terão que escutar o que os outros tem a dizer para que a torre seja completada conforme as instruções de todos, sem falhas. (AGENDOR BLOG, s.d).

Dinâmica do espelho:

A preparação do jogo começa com o instrutor da dinâmica solicitando que todos os participantes formem uma fila única em frente à mesa em que a caixa fechada está posicionada em cima.

Então, o organizador explica que dentro da caixa tem o retrato e alguém que é muito importante para a equipe e que, ao abrir o objeto, a pessoa deve falar sobre o colega da foto sem revelar a sua identidade aos demais participantes.

Assim que o facilitador der o sinal, o primeiro colaborador se dirige até a caixa e a abre.

Para a sua surpresa, ele vai ver que, na verdade, não existe imagem nenhuma. Apenas um espelho que reflete a própria face do sujeito.

É interessante aqui olhar a reação da pessoa. Ver qual o seu semblante ao se deparar consigo mesmo.

Na sequência, o organizador reforça a ordem de não dizer quem está representado dentro de caixa e pede ao integrante da dinâmica que fale mais sobre aquela pessoa que ele está vendo.

Espantado, ele cita qualidades, competências e atitudes do personagem misterioso.

Baseadas nas dicas dadas, os demais devem tentar adivinhar de quem se trata. O jogo continua, rodada após rodada, até que todos tenham tido a oportunidade de se verem refletidos no espelho e falado características deles mesmos (SBCOACHING, 2019).

Quem sabe partiCIPA:

O Quem Sabe PartiCIPA é o jogo que fala sobre a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Essa norma tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. No jogo os participantes concorrem para ver quem será o primeiro a atravessar a trilha da CIPA. Para avançar no tabuleiro é necessário acertar as perguntas que falam dos vários temas: principais normas regulamentadoras, equipamentos de proteção, mapa de risco, classe de fogo, universo CIPA e áreas da fábrica. Durante o jogo, os papéis desempenhados pelos participantes, que são os mesmos na CIPA de verdade, vão se alternando, o que aumenta a emoção do jogo. O Quem Sabe PartiCIPA é um jogo que deve ser distribuído para os cipeiros e para os funcionários das empresas como forma de conscientização para os perigos e os riscos do ambiente de trabalho, assim como para a educação do uso dos equipamentos de segurança individual ou coletiva. É um jogo que pode ser distribuído como brinde nas SIPATs (Semana

Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho), em eleições da CIPA, ou mesmo em aniversários e comemorações relacionadas às metas de segurança da empresa.

Assim, o Quem Sabe PartiCIPA é o jogo ideal para a promoção da cultura da segurança do trabalho. Lembre-se que acidentes podem ser prevenidos pelo seu conhecimento e atitude! A segurança de todos depende de você e do treinamento da sua equipe (GAME ANALYTICZ, 2010).

Para tanto o objetivo deste trabalho é enfatizar a importância do jogo para a aprendizagem na busca do desenvolvimento estratégico da instituição empresa. Assim, assegurar o compromisso de divulgação deste campo de estudo para profissionais psicopedagogos que eventualmente buscam por novos desafios, distintas metodologias e valorização da profissão, sempre com foco em desenvolvimento humano, evolução dos conhecimentos e aprimorando técnicas de aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como metodologia de pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico elaborada a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses e fontes paralelas, como revistas, jornais, além de materiais disponíveis em meios eletrônicos, bem como pesquisa documental com análises de documentos legais que embasam a Psicopedagogia.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Após leitura e análise de material referente aos jogos nas empresas como aporte para a aprendizagem, percebe-se que ainda é uma ferramenta que não é constantemente utilizada pelas organizações, devido à falta de cultura sobre a importância da motivação para a aprendizagem sobre a função de cada colaborador inserido neste ambiente que também é carregado de cobranças, metas, exigências e que necessita sobreviver da mão de obra, em que sendo esta qualificada e planejada os resultados serão, certamente, excedidos. Assim os jogos possuem função de permitir “uma vivência que pode ser aplicada ao seu ambiente de trabalho dentro da empresa e isso faz com que o colaborador esteja mais apto para lidar com as situações conflitantes do dia a dia, ou seja, considera-se um fator de aprendizagem” (D’ ELBOUX, 2008, p. 212).

O psicopedagogo neste ambiente focado em treinamento e desenvolvimento pode contribuir e elevar para maior produtividade dos colaboradores, focando em boas perspectivas, motivação, aprendizagem, etc.

E é nessa busca permanente por maior competitividade por meio da aprendizagem que os Centros de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos das grandes empresas estão se transformando nas Universidades Corporativas, que vêm surgindo para o psicopedagogo organizacional como um novo local de atuação dentro da organização (RODRIGUES, 2012, p. n.p).

Busca-se, no entanto, elevar o ser humano que vive, que trabalha, que sofre, que busca melhor qualidade de vida para si mesmo e para sua família, e assim mudar o olhar sobre a importância do trabalho bem desenvolvido e realmente inculcar que cada um dentro da organização é realmente importante, que cada um é uma pequena parte de um todo organizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o que se percebe é que este campo de trabalho para o psicopedagogo tem aumentado, mas a resistência das organizações em investimentos específicos para treinamento e desenvolvimento para a aprendizagem mais adequada de colaboradores ainda é uma questão que para muitos é menos importante do que produtividade, atingimento de metas a qualquer custo, esquecendo da qualidade de vida e do interesse do colaborador em se sentir parte do ambiente em que vive grande parte de seu dia, de sua vida.

Assim, acredita-se na luta para encontrar espaço neste mercado de trabalho e por meio de dados e estatísticas de bons resultados que os jogos possam contribuir, dentro da instituição empresa, assim como contribuem na instituição escola para uma aprendizagem crítica e não conteudista, para uma aprendizagem motivadora e não excludente, para uma aprendizagem construtivista e não impositiva.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. M. **Psicopedagogia empresarial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

D'ELBOUX, P. C. Jogos de empresa. **Anuário de Produção Acadêmica Docente**, v. 12, n. 2, p. 201-214, dez. 2008.

Dinâmica do espelho: o que é, para que serve e passo a passo. **SBCoaching**, 2019. Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/dinamica-do-espelho/>

LOBATO, G. A. B. A psicopedagogia e a aprendizagem educacional: a importância da gestão do conhecimento no desenvolvimento de pessoas. **Revista Eletrônica de Administração da Universidade de Santa Úrsula – Reasu**, [S.l.]. v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/324>. Acesso em: 03 set. 2019.

PAULILLO, J. 8 atividades de team building que vão motivar e integrar suas equipes. **Agendor Blog**, s.d. Disponível em: <https://www.agendor.com.br/blog/atividades-de-team-building/>.

RODRIGUES, V. R. C. O psicopedagogo nas organizações: a aprendizagem como estratégia competitiva. **Rev. Psicopedag.**, São Paulo, v. 29, n. 90, 2012. Popsic. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862012000300009. Acesso em: 15 mai. 2020.

SAITO, L. M. Psicopedagogia empresarial como agente de transformação. **Unopar Cient. Ciênc. Human. Educ.**, Londrina, v. 11, n. 1, p 39 - 46, Jun. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Elopack/Downloads/824-Texto%20do%20artigo-3183-1-10-20150702.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SCHAFRANSKI, L. E. **Jogos de gestão da produção**: desenvolvimento e validação. 2002. 195 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas)- Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82607/188453.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SILVA, A. A. F. **Cooperação empresarial para o desenvolvimento de equipes**: resultados da atuação do Projeto Cooperação no Sistema Fiep. 2015. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Pós-Graduação MBA em Inteligências de Negócios, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

VADER, V. Quem sabe partiCIPA. **Game Analyticz**, 2010. Disponível em: <http://gameanalyticz.blogspot.com/2010/01/quem-sabe-participa.html>

O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA A ESCOLARIZAÇÃO

Taila Souza, Viviane Rodrigues, e-mail: taila2460@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na mais recente classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-V (APA, 2013), o Transtorno do Espectro Autista é um distúrbio do neurodesenvolvimento que pode afetar o processo de comunicação, comportamento e na socialização com outras crianças e que geralmente pode ser diagnosticado a partir dos dois anos de idade.

Diante da legislação, as pessoas com TEA tem direito ao atendimento educacional especializado previsto na Lei Nacional de Diretrizes e Bases Nacional 9.394/96 que indica um atendimento preferencial no ensino regular, promovendo a inclusão desses alunos. O professor é a peça fundamental para que o aluno possa ser incluindo dentro do ambiente escolar, sendo responsável pela construção de práticas pedagógicas inclusivas. Para ensinar o aluno com TEA é crucial que o professor compreenda o que exatamente produz a exclusão, como o seu trabalho pedagógico poderá ser desenvolvido em sintonia com um projeto de inclusão escolar e ainda saber como exigir a sua profissionalização.

Para Klein (2010 apud BARBOSA et al. 2013), a palavra “inclusão”, tem um valor maior do que apenas de incluir um aluno, porque muitas vezes ele é rotulado e mesmo assim é fundamental que ele faça parte de um todo.

De acordo com Vieira, Baldin e Freire (2015), as crianças com autismo, por meio da inclusão, têm a chance de conviver com as outras crianças, pois a inclusão é um preparo para a vida em comunidade. Dessa forma, quebrando os rótulos que não condizem com a atual realidade. “O processo de ensino, porém, leva tempo e o resultado é variável, de acordo com o perfil neuropsicológico da criança” (MERCADANTE; ROSÁRIO, 2009, p.6).

Durante a escolarização escolar do aluno com transtorno de espectro autista, são inúmeros os desafios encontrados durante essa caminhada, para que ocorra de fato este ensino ainda existe muitas barreiras que precisam ser quebradas.

Para auxiliar na inclusão do aluno autista, existem alguns modelos de intervenção como Desenvolvimento nas diferenças Individuais e na Relação (D.I.R.), Análise do

Comportamento Aplicada (ABA), Sistema de comunicação por trocas e figuras (PECS) e o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Limitações (TEACCH).

O objetivo deste trabalho é analisar pesquisas e estudos referentes ao TEA com a educação infantil.

2 METODOLOGIA

Para este trabalho foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o tema em discussão, por meio de um levantamento de arquivos, fontes e argumentos que comprovem o assunto e a problematização a ser discutida e estudada. Foram utilizadas quatro etapas:

1° Busca de coletas bibliográficas nos sites, Google Acadêmico e Scielo.

2° Após o levantamento de fontes bibliográficas, foram realizadas leituras.

3° Os artigos científicos que apresentavam os estudos correspondente ao tema central da pesquisa, foram separados para análise.

4° Após a análise, apenas quatro artigos correspondiam ao objetivo da pesquisa. Os estudos excluídos não apresentaram dados concretos e estregais para inclusão do aluno com Transtorno de Espectro Autista.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para este estudo foram utilizados cinco artigos que abordam o Transtorno de Espectro Autista com a educação infantil, ressaltando como deve acontecer a inclusão da criança na rede de ensino regular, os desafios e estratégias encontrados no caminho. O primeiro artigo, segundo APA (2013), define como é o Transtorno de Espectro Autista, e apresenta suas consequências.

Ressalta-se que diante a legislação, as pessoas com TEA tem direito ao atendimento educacional especializado previsto na Lei Nacional de Diretrizes e Bases Nacional 9.394/96 que indica um atendimento preferencial no ensino regular, promovendo a inclusão desses alunos.

Vieira, Baldin e Freire (2015), destacam da importância da criança com TEA, conviver com outras crianças, isso ocorre através da inclusão que é um preparo para vida em comunidade.

Durante o processo de escolarização do aluno com TEA, são inúmeros os desafios encontrados, e fundamental destacar a importância do professor durante este

processo, ele precisa acolher seu aluno, inclui-lo dentro do ambiente escolar. Destacam três modelos que vem trazendo grandes resultados durante o processo de inclusão e escolarização do aluno autista, modelos de intervenção como Desenvolvimento nas diferenças Individuais e na Relação (D.I.R.), Análise Aplicada ao Comportamento (ABA), Sistema de comunicação por trocas e figuras (PECS) e o TEACCH.

Segundo Pereira e Júnior (2020), os 3 métodos citados acima são definidos da seguinte forma:

A ABA tem como finalidade modificar comportamentos socialmente relevantes e reduzir trilhas problemáticas, como envolvendo modelos, imitações, repetições, comandos, estimular a correspondência e outras técnicas, incluindo métodos de análise comportamental e dados científicos. De acordo com Mello (2007 apud PEREIRA e JÚNIOR 2020), o objetivo desta teoria é apresentar as habilidades passo a passo e ensinar às crianças habilidades que elas não possuem. Este método, envolve o conceito de reforço, em que é oferecida algumas recompensas para criança, desde que a criança mostre uma resposta apropriada.

Segundo Mello e Sganzerla (2013 apud PEREIRA e JÚNIOR 2020), o sistema PECS é baseado na prática e princípios investigativos da Análise Aplicada do Comportamento (ABA), projetada para ajudar pessoas com deficiências de desenvolvimento ou autismo adquirirem habilidades de comunicação, que são sugeridas por figuras ou pictogramas, propondo-se a promover um meio de comunicação alternativa.

De acordo com Mello (2007 apud PEREIRA e JÚNIOR 2020), o TEACCH é um método que visa promover um melhor entendimento do ambiente de acordo com a organização. A organização visa desenvolver uma maior independência para as crianças para que possam passar a maior parte do seu tempo ocupando-se de forma independente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visa ressaltar como a inclusão da criança com o Transtorno de Espectro Autista na educação infantil deve acontecer dentro da escola regular de ensino. Os artigos utilizados demonstram os desafios encontrados durante esta caminhada e destacam estratégias de ensino que devem ser adotadas pelos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Amanda Magalhães et al. O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo. **EDUCERE**, v. 6, p. 19776-19792, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7969_6165.pdf. Acesso em: 22 de jul.2020.

FERNANDES, Salomé Frederica da Silva Neto. **A adequabilidade do modelo Teacch para a promoção do desenvolvimento da criança com autismo**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/796/2/PG-EE-2010_SalomeFernandes.pdf. Acesso em: 10 de ago.2020.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/taila/Downloads/979-984-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/taila/Downloads/979-984-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 19 abr. 2020.

PEREIRA, Neuma Das Mercês; JÚNIOR, Niltom Vieira. O Transtorno do Espectro Autista e a Utilização de Aplicativos para Dispositivos Móveis como Ferramenta Educacional. **Revista Partes**. p.1-6.2020. Disponível em: file:///C:/Users/taila/Downloads/artigo_neuma_2018-1.pdf. Acesso em: 23 de ste.2020.

VIEIRA, Neuza Maria; BALDIN, Sandra Rosa; FREIRE, Raísa Souza. Inclusão escolar de alunos com autismo: o que diz a literatura. **GT5-Educação, Comunicação e Tecnologia. s/dp**, p. 1-10, 2015. Disponível em: https://www.educaretransformar.net.br/wp-content/uploads/2017/04/INCLUSAO_ESCOLAR_ALUNOS_AUTISMO_QUE_DIZ_LITERATURA.pdf. Acesso em: 9 de ago.2020.

OS RECURSOS TECNOLÓGICOS E O ENSINO NOS ANOS INICIAIS: UMA RELAÇÃO A FAVOR DA APRENDIZAGEM

Amanda do Nascimento, Mariana Martins, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail:
amand.nascc@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, as crianças desde cedo estão em contato com a tecnologia. Esse avanço digital permite o interesse por novas descobertas, transformando os velhos paradigmas em uma educação renovadora.

Os recursos tecnológicos vêm transformando a sociedade, alterando os serviços e equipamentos de escola, empresas, enfim, a tecnologia está modificando cada vez mais a vida de todos. Com isso, não podemos deixar de reconhecer que os avanços tecnológicos estão interferindo cada vez mais no aprendizado. Como essas tecnologias ou esses recursos modificam as escolas? Com que força a tecnologia vem alterando o cotidiano de todos?

O professor precisa se adaptar com as mudanças e buscar cada vez mais trabalhar para a contribuição do conhecimento de seu aluno nesse novo mundo. Portanto, para que haja transformação efetiva do processo educacional, ganhando espaços para ambientes de aprendizagem, para que assim os alunos construam conhecimento, tendo o professor como mediador desse processo.

A tecnologia possui muitas informações e oferece inúmeras vantagens, servindo muitas vezes de suporte para os alunos conseguindo alcançar novos saberes. E nesse mundo de fácil acesso à tecnologia é capaz de expandir habilidades.

O presente estudo tem como objetivo analisar os recursos tecnológicos como oportunidades de incrementar o processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada tem como base uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de obras de relevância a respeito do tema em estudo, sejam livros, artigos, publicações oficiais, legislação, bem como materiais que debatem o tema através de sites confiáveis que abordam o uso das novas tecnologias na educação. São fontes que permitem ampla gama de olhares a respeito do assunto.

A partir desse levantamento, identificou-se as ideias principais e organizou-se a discussão a partir das mesmas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A tecnologia está cada vez mais presente dentro das salas de aula, e é frequente em todos os espaços e em diversas formas. Ela, por outro lado, vem aumentando as exigências em relação dos profissionais que atuam na educação. Porém, alguns professores acabam sendo prejudicados por falta de estrutura nas escolas, e, nos dias atuais, por trabalhar com a famosa “geração z”, educadores precisam estar sempre atualizados, bem-informados e em constante renovação. Diante dessa situação Moran (2000, p.17-18) diz:

As mudanças na educação dependem também dos alunos. Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor. Alunos que provêm de famílias abertas, que apoiam as mudanças, que estimulam afetivamente os filhos, que desenvolvem ambientes culturalmente ricos, aprendem mais rapidamente, crescem mais confiantes e se tornam pessoas mais produtivas.

É de extrema importância esse entendimento na relação do professor, aluno e da escola; nesse processo um depende da ajuda do outro e que juntos vão caminhar para um ensino de qualidade. O professor ao ensinar como e quando esse recurso deve ser usado, ele precisa ser reflexivo para falar com os alunos. O professor pode direcionar a capacidade dos estudantes de usar os aparelhos eletrônicos em seu próprio benefício, através de tarefas, estudos, sendo claro que o uso é apenas nessas ocasiões. De acordo com Kenski (2007, p. 103):

O uso criativo das tecnologias pode auxiliar os professores a transformar o isolamento, a indiferença e a alienação com que costumeiramente os alunos frequentam as salas de aula, em interesse e colaboração, por meio dos quais eles aprendam a aprender, a respeitar, a aceitar, a serem pessoas melhores e cidadãos participativos.

Esse é um passo muito importante pois a escola precisa estar atenta e, para sair do modelo tradicional, para inserir-se em meio tecnológico, é preciso saber que vai passar por constantes mudanças, já que está saindo do modelo tradicional, para um meio cheio de comunicação, informação onde tecnologia domina esses aspectos. Mas essas mudanças irão trazer inúmeras vantagens, fazendo que o ensino seja de

qualidade, mais é preciso tomar cuidado para que nesse processo não ocorram desvantagens.

Na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar; reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico, a integrar o individual, o grupal e o social. É importante conectar sempre o ensino com a vida do aluno. Chegar ao aluno por todos os caminhos possíveis: pela experiência, pela imagem, pelo som, pela representação (dramatizações, simulações), pela multimídia, pela interação on-line e off-line (MORAN, 2000, p. 61).

Observa-se que a escola precisa avançar além da simples implementação técnica de computadores e internet. As escolas necessitam capacitar seus professores para que eles estejam preparados para as novas mudanças no cenário educacional, e ampliem o conhecimento numa perspectiva reflexiva, a partir da utilização das novas tecnologias como resultados concretos daquilo que é vivenciado na prática. O professor é a base para o aluno e o educador precisa aproveitar esse momento em que a visão do aluno sobre a escola apresenta-a como um lugar mais interessante, que está preparando o aluno para o seu futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da internet como uma ferramenta na prática pedagógica tem inúmeros benefícios aos alunos em geral; eles demonstram grande aceitação pelas atividades propostas pelos professores, ainda mais por ser uma ferramenta que está inserida em seu cotidiano. A geração denominada “Geração Z” envolve crianças que nasceram na era digital; a tecnologia é nativa para eles e já faz parte de seu universo, portanto, essas crianças estarão abertas e dispostas às mudanças, e aptos para novas metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

Em grande parte, devido a esse acesso estar inserido ao dia a dia de todos, os professores e alunos ficam motivados em ter esse acesso no ambiente escolar. É de extrema importância a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula, pois esses recursos contribuem para que os alunos se interessem pelos conteúdos que todas as matérias oferecem, facilitando o entendimento sobre os diversos temas, interligando a internet com o ensino, uma ferramenta que faz parte da sociedade e pode colaborar para um desenvolvimento adequado de ensino-aprendizagem, tornando a sala de aula dinâmica.

As novas tecnologias exigem competências específicas e adequação do trabalho pedagógico, envolvendo a interação que esteja baseada no papel do professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. *In*: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2000.

PERCEPÇÕES CONCEITUAIS E ATITUDINAIS DE PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM ESPORTIVA

Luan Felipe Frederico, Camila Gabriele dos Santos Dourado, Wagner Guilherme Lopes, Ademir Testa Junior, e-mail: luanfred10@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O esporte coletivo desperta encanto naqueles que o veem ou praticam, aumentando o seu número de adeptos a cada dia. A cultura esportiva tem sido disseminada de tal forma que de alguma maneira faz parte do cotidiano de nossas vidas. Os avanços nas pesquisas em torno da pedagogia do esporte fornecem uma melhor compreensão sobre o fenômeno esportivo. Neste sentido, busca-se por uma pedagogia que compreenda e entenda o esporte em seus diferentes significados e intenções (PAES, BALBINO, 2009).

Quando corretamente orientados os esportes coletivos induzem a um melhor desenvolvimento físico, mental, social e cultural. O objetivo das aulas não é formar atletas de alto rendimento, mas cidadãos que respeitam, cooperam, participam e que são autônomos. Neste sentido, no contexto da aula aspectos educacionais e disciplinares são desenvolvidos. Os alunos enfrentam situações imprevisíveis e aleatórias, das quais tiram lições e aprendizados. Os professores que percebem seus alunos de forma integral proporcionam nas suas aulas vivências mais amplas e motivadoras (TESTA JUNIOR et al., 2017; LOTTI, OLIVEIRA, 2016; BARROSO, DARIDO, 2009).

Muito tem se discutido sobre os métodos de ensino, esta discussão tem por finalidade encontrar os métodos que proporcionem a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos de forma adequada. A utilização dos métodos deve ser feita considerando as características dos alunos e os objetivos a serem alcançados. Sendo assim, cada método tem sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA, PAES, 2004; COSSIO-BOLAÑOS et al., 2009).

Existem vários métodos para ensino dos esportes coletivos, sendo eles: analítico-sintético, global-funcional e o modelo pendular. O primeiro trata-se do ensino fragmentado da técnica até a especialização, para que depois seja transferido para o jogo formal. O segundo trata-se do ensino por meio de jogos, brincadeiras e jogos pré-desportivo. Os alunos aprendem a jogar jogando. O terceiro decompõe o ensino e três

partes: (1) princípios operacionais; (2) regras de ação e (3) gestos técnicos. Os princípios operacionais são as semelhanças entre as modalidades. As regras de ação tratam da parte tática; dos modos de 'gestão' das ações no jogo. Por fim, os gestos técnicos lidam com o ensino dos gestos específico da modalidade (PINTO, SANTANA, 2005; DAMASCENO, TEIXEIRA, 2011; DAOLIO, 2002).

Os estudos de Testa Junior et al. (2017) e Testa Junior et al. (2017) encontraram que alunos ao experienciarem aulas norteadas pelo método global optam por participar dos jogos ao invés de vencer. Enquanto, aluno que experienciaram aulas norteadas pelo método analítico optam por vencer ao invés de participar. Isto sugere, que escolha metodológica é um fator determinante na preferência dos alunos por participar ou vencer.

Portanto, a partir do que até aqui foi exposto, nota-se a necessidade de investir esforço na produção de conhecimento sobre o efeito das escolhas pedagógicas dos professores nas percepções conceituais e atitudinais das crianças ou adolescentes. Neste sentido, o objetivo do presente estudo foi descrever as percepções dos professores e alunos sobre os aspectos conceituais e atitudinais do processo de ensino-aprendizagem esportiva.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo descritiva, da qual a análise dos dados obtidos foi qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, através da Plataforma Brasil sob o CAAE: 35077314.7.0000.5430.

Participaram da pesquisa, 18 alunos, sendo 16 (89%) do sexo masculino e 2 (11%) do sexo feminino, com idades entre 12 e 15 anos praticantes de esportes, e 10 professores de iniciação aos esportes coletivos, sendo 9 (90%) do sexo masculino e 1 (10%) do sexo feminino com idades entre 30 e 53 anos.

A coleta dos dados foi realizada de forma remota (online). Foram elaborados dois questionários utilizando o Google Formulários para serem respondidos de forma remota (online), tanto para os professores quanto para os alunos.

O questionário do professor fora composto pelas seguintes questões discursiva e de múltipla escolha: qual a sua maior formação: ensino fundamental, médio, graduação, especialização, mestrado ou doutorado? Como você classifica a sua experiência anterior com a modalidade que leciona: praticante esporádico, atleta infantil/juvenil, atleta

profissional ou espectador/admirador do esporte? É profissional de Educação Física? Você conhece as características dos princípios Global Funcional e Analítico Sintético do ensino dos esportes coletivos? Em que ano terminou a graduação? Qual o título da sua maior formação? Quais metodologias de ensino para os esportes coletivos você conhece? Quais metodologias de ensino você utiliza nas suas aulas de esporte? Na sua opinião, que tipo de atividade não pode faltar em uma aula de esporte? Por quê? Qual o principal objetivo das suas aulas de esporte?

Já o questionário do aluno, tem duas situações problemas, que são relacionados a suas atitudes diante delas:

Situação problema 1- *“se você estivesse em uma final de campeonato, e pudesse decidir entre: vencer a partida e ser campeão, mas ficar no banco de reservas o jogo todo, ou participar do jogo, mas perder e ficar vice-campeão?”*

Situação problema 2- *“na mesma final de campeonato, o menino vai fazer o gol e se ele fizer o gol seu time perde e fica em segundo lugar, você está perto dele e poderia dar um pontapé nele. O que você faria?”*

Para obtenção dos resultados. Inicialmente, o material foi organizado quanto às expectativas para a análise da leitura generalizada das respostas dos participantes em cada item do questionário. Em seguida as categorias (C) foram definidas e numeradas de forma crescente considerando os significados identificados nos textos dos participantes.

Os dados obtidos nas situações problemas do questionário do aluno foram por situação problema 1 (vencer ou participar) e situação problema 2 (dar um pontapé ou tentar recuperar a bola).

Os dados obtidos através do questionário do professor foram organizados segundo as seguintes variáveis: histórico anterior com a modalidade, conhecimento sobre os métodos, utilização metodológica nas aulas, atividades essenciais em uma aula de esporte e objetivo principal das aulas de esporte.

Os dados obtidos nas situações problemas do questionário do aluno foram por situação problema 1 (vencer ou participar) e situação problema 2 (dar um pontapé ou tentar recuperar a bola).

Os resultados foram apresentados em valores absolutos (FA) e relativos (FR) por variável e por categoria. Em adição foi identificada a moda (Mo) entre as categorias de

cada variável e calculado o qui-quadrado (X^2) para identificar a significância da diferença entre as categorias. A diferença foi considerada significativa quando $p < 0,05$.

Todos os testes estatísticos foram realizados por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A moda de professores mencionou que foram atletas infantis ou juvenis na modalidade que lecionam, conhecem o princípio analítico-sintético e global-funcional, utilizam em suas aulas o método misto, os aspectos essenciais em uma aula foram os jogos, e o objetivo das aulas foi desenvolver o bem-estar e a socialização, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 – Frequência absoluta, frequência relativa, moda e significância da categorização das respostas dos professores

Variável	Categoria	Descrição da categoria	FA (n)	FR (%)	P
Experiência anterior do professor com a modalidade que leciona	C1	Praticante Esporádico	1	10,0	00,221
	C2	Atleta infantil/juvenil	5	50,0 (M _o)	
	C3	Atleta profissional	3	30,0	
	C4	Expectador/admirador	1	10,0	
Conhecimento sobre as linhas metodológicas	C5	Conhece global-funcional e analítico-sintético	8	80,0 (M _o)	0,058
	C6	Não conhece global-funcional e analítico-sintético	2	20,0	
Conhecimento sobre métodos	C7	Analítica/Global	3	30,0	00,572
	C8	Analítica/Global/Mista	4	40,0 (M _o)	
	C9	Global	2	20,0	
	C10	Pedagogia não linear, do jogo e da rua	1	10,0	
Métodos utilizados pelos professores nas aulas	C11	Analítica/Global/Mista	1	10,0	0,221
	C12	Global	2	20,0	
	C13	Mista	5	50,0 (M _o)	
	C14	Pedagogia do Jogo	1	10,0	
	C15	Depende do objetivo	1	10,0	
Aspectos essenciais para as aulas de esportes	C16	Respeito	1	10,0	0,079
	C17	Habilidades motoras	1	10,0	
	C18	Jogos/brincadeiras/pré desportivos	6	60,0 (M _o)	

	C19	Aquecimento/alongamento	2	20,0	
Objetivo principal das aulas	C20	Formar cidadãos	3	30,0	0,905
	C21	Formar atletas	3	30,0	
				40,0	
	C22	Bem-estar e Socialização	4	(M _o)	

C – categoria, FA – frequência absoluta, n – número de respostas/participantes, FR – frequência relativa, % - percentual, M_o – moda, p – significância, * - p<0,05

Os professores são responsáveis por transmitir conceitos e habilidades importantes no processo de ensino-aprendizagem. Para O'Connor e Larkin (2015) e Cossio-Bolaños et al. (2009) os professores, além de transmitir conceitos e habilidades, devem estimular os alunos com situações desafiadoras, que precisam ser resolvidas, permitindo que os alunos tomem suas próprias decisões. Aulas norteadas pelo método analítico não permitem a resolução de problemas e a tomada de decisões. Segundo Pinto e Santana (2005) a única capacidade que os alunos possuem é a boa execução da técnica. Neste sentido, conforme descrito por Oliveira e Paes (2004) na iniciação esportiva o desenvolvimento dos alunos deve acontecer de forma motivadora e variada. De acordo com Silva (2018) a utilização dos jogos para ensino dos esportes coletivos proporciona aos alunos um melhor desenvolvimento dos componentes táticos, individuais e coletivos, pois antes de serem esportes, essas modalidades são jogos. Entretanto, para Borges (2011) os jogos devem ser aplicados com objetivos definidos, requerendo dos alunos a resolução dos problemas inerentes ao contexto do jogo. Sendo assim, para Teixeira e Silva (2015) a iniciação esportiva deve ser um ambiente que estimule os alunos a incorporarem à prática esportiva com o cotidiano de suas vidas.

Tabela 2 – Frequência absoluta, frequência relativa, moda e significância das percepções atitudinais dos alunos

Variável	Categoria	Descrição da categoria	FA (n)	FR (%)	p
Situação problema 1	C23	Participar do jogo e perder a partida final	10	55,6 (M _o)	0,637
	C24	Vencer e ficar no banco de reservas o jogo todo	8	44,4	
Situação problema 2	C25	Tentaria recuperar a bola	17	94,4 (M _o)	0,000*
	C26	Daria o pontapé	1	5,6	

C – categoria, FA – frequência absoluta, n – número de respostas/participantes, FR – frequência relativa, % - percentual, M_o – moda, p – significância, * - p<0,05

A moda dos alunos optaram diante da situação problema 1 pela participação em detrimento da vitória. Na situação problema 2 a maioria dos alunos escolheu tentar recuperar a bola ao invés de dar um pontapé, sendo este significativo, conforme observado na tabela 2.

As vivencias metodológicas dos alunos repercutem nas suas atitudes no contexto do jogo ou em campeonatos. De acordo com Testa Junior et al. (2017) e Testa Junior et al. (2017) ao participarem de aulas guiadas pelo princípio global os alunos desenvolvem a percepção de que participar nos jogos é mais importante, enquanto nas aulas norteadas pelo método analítico a percepção é oposta à do método global. Segundo Pinto e Santana (2005) a metodologia global atende ao desejo do aluno de jogar. Mas, independentemente da metodologia utilizada os alunos optam por decisões morais no contexto do jogo. Para Paes e Balbino (2009) o esporte e o jogo são reflexos da sociedade e ambos podem criar o que é refletido na sociedade. Neste sentido, de acordo com Barroso e Darido (2009) ao desenvolverem os esportes coletivos os professores, a fim de possibilitar ao aluno um conhecimento mais amplo, devem permitir é que a aprendizagem vá além dos gestos técnicos. Os alunos precisam compreender o “porquê” da realização dos movimentos apreendidos, e a partir dessa compreensão serão capazes de atribuir valores e atitudes apropriadas para e nos diversos esportes coletivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir com o presente estudo que as escolhas metodológicas feitas pelos professores são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. O conhecimento que os professores possuem sobre os métodos de ensino contribuem na escolha dos métodos mais adequados as características e fases que os alunos se encontram. A metodologia adotada pelos professores repercute no modo como os alunos interpretam o contexto do jogo. Mas independentemente da metodologia os alunos optam por tomar decisões morais nas aulas ou em competições.

REFERÊNCIAS

BARROSO, A. L. R.; DARIDO, S. C. A pedagogia do esporte e as dimensões dos conteúdos: conceitual, procedimental e atitudinal. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá, v. 20, n. 2, p. 281-289, 2, trim, 2009.

BORGES, R. R. K. Análise dos métodos de ensino utilizados em escolinhas de futsal de Porto Alegre. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, p. 6-33, 2011.

COSSIO-BOLAÑOS, M. A; PASCOAL, E. H. F; PAES, R. R; ARRUDA, M. Métodos de ensino nos jogos esportivos. **Movimento & Percepção**, v. 10, n. 15, p. 264-273, jul./dez. 2009.

DAMASCENO, G. J.; TEIXEIRA, D. C. Métodos de treinamento empregado pelos treinadores nas escolinhas de futsal do município de Caratinga-MG e o desenvolvimento da inteligência tática. **Revista Efdesportes.com**. Buenos Aires, n. 156, mai., 2011. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd156/metodos-de-treinamento-nas-escolinhas-de-futsal.htm>>. Acesso em: 11 de janeiro 2020.

DAOLIO, J. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos-modelo pendular a partir das ideias de Claude Bayer. **Revista de Ciência e Movimento**. Brasília, v. 10, n.4, p. 99-104, out., 2002.

GALATTI, L. R. Fundamentos da pedagogia do esporte no cenário escolar. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v. 6, n. 9, jul./dez., 2006.

LOTTI, A. D.; OLIVEIRA, R. C. Proposta pedagógica para o ensino da natação a partir do modelo pendular. **Revista Pensar a Prática**. Goiânia, v. 19, n. 3, jul./set., 2016.
OLIVEIRA, V.; PAES, R. R. A pedagogia da iniciação esportiva: um estudo sobre o ensino dos jogos desportivos coletivos. **Revista Efdesportes.com**. Buenos Aires, n. 71, abr., 2004.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: DE ROSE JR, D (Org) **Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PINTO, F. S.; SANTANA, W. C. Iniciação ao futsal: as crianças jogam para aprender ou aprendem para jogar. **Revista Efdesportes.com**. Buenos Aires, n. 85, jun., 2005.

SILVA, S. C. Investigação no uso do método analítico e global e sua contribuição para o ensino-aprendizagem do futebol e futsal. **Revista Brasileira de Futebol e Futsal, Edição Especial: Pedagogia do Esporte**. São Paulo, v. 10, n. 39, p. 399-410, jan./dez., 2018.

TESTA JUNIOR, A.; DORNELLES, G. F.; PEREIRA, I. P.; CLARO, R. F. T.; PELLEGRINOTTI, I. L. Métodos de ensino dos esportes coletivos e a construção das percepções sobre o futebol. **Revista Impetus**. v. 11, n. 2, 2017.

TESTA JUNIOR, A.; PELLEGRINOTTI, I. L.; SANTOS, J. T.; FORGARI, D. R. B.; KOCH, F.; MORI, K. J. G.; SOUZA, L. T. Relações e proposições entre os métodos de ensino analítico e global e as percepções dos seus praticantes sobre os conceitos relativos esporte. **Corpo e Movimento: Educação Física**. v. 8, n. 1, p. 51-59, jan./dez., 2017.

TEIXEIRA, A. R.; SILVA, S. A. Parâmetros do processo de ensino-aprendizagem no contexto de treinamento do futsal. **Revista Brasileira de Futebol e Futsal, Edição Especial: Pedagogia do Esporte**. São Paulo, v. 7, n. 27, p. 531-539, 2015.

PSICOPEDAGOGIA APLICADA À CRIANÇAS COM TDAH

Lidiane Aparecida Kil, Viviane Rodrigues, e-mail: lidi2112@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca salientar a importância do psicopedagogo para auxiliar na aprendizagem de alunos com o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). O psicopedagogo quem dará orientações para os professores, com estratégias pedagógicas que satisfaçam as necessidades do aluno hiperativo e também intervindo nos obstáculos de sua aprendizagem.

De acordo com Ramos (2012) o TDAH não é um transtorno causador de problema na aprendizagem, porém, devido um de seus principais sintomas, a falta de atenção, a aprendizagem fica defasada, reflete em dificuldade de relacionamentos sociais, emocionais e no baixo desempenho de aprendizagem.

Entretanto, o diagnóstico deve ser feito por uma equipe interdisciplinar, composta por médicos, psicólogos e principalmente de um psicopedagogo, visto que cabe a esse último avaliar as principais dificuldades de aprendizagem apresentadas.

Segundo Mattos (2005 apud MORENO, 2010) o Transtorno do Déficit de Atenção é um problema que deve ser diagnosticado por um médico ou psicólogo, pois sempre é necessário o uso de medicamentos. Na escola professores e especialistas se baseiam pelos indicadores durante o ensino.

Segundo Maia e Confortin (2015), intelecto e o emocional controlam o corpo, ou seja, no momento em que o estudante se sente bem em seu ambiente, ele estará mais preparado para exercer sobre si o autocontrole, melhorando sua condição.

Para tanto, o objetivo deste trabalho é enfatizar a importância da ação mediadora do Psicopedagogo para contribuir no desenvolvimento de uma forma autônoma e mais elaborada em relação aos desafios interpostos às crianças com TDAH, em que o psicopedagogo possa adaptar o objeto de conhecimento, de acordo com as necessidades do indivíduo.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como metodologia de pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico elaborada a partir de artigos científicos e teses. Desta forma, a

revisão bibliográfica é indispensável para obter uma ideia precisa, sobre a condição atual dos conhecimentos de um determinado tema. Contribui também nas construções teóricas, nas comparações e na validação de resultados de trabalhos de conclusão de curso e de artigos científicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Após leitura e análise, de acordo com Souza (2014) o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é atualmente motivo de preocupação entre os educadores. A aprendizagem do aluno se dá essencialmente com a ação do professor, dessa maneira, passa de um expectador de um transtorno para a condição de importante agente, buscando mediar a promoção do processo de humanização de seus alunos. O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade é considerado uma inquietação motora excessiva e agressiva que se repete, não só nos momentos de espasmos de nervosismo, mas sim com certa frequência.

Sendo assim:

Alunos agitados e desatentos sempre causam preocupação. Antes de atribuir algum tipo de perturbação, contudo, é preciso observá-los atentamente. Existe hoje uma tendência pelo diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção. A medicina ainda não conta com dados conclusivos sobre maneiras de tratamento, sendo que o TDAH é julgado como um distúrbio psiquiátrico, sendo assim, considerado uma doença. Na escola, os sinais de que uma criança possui esse mal precisam ser registrados por no mínimo seis meses, antes de encaminhar a aluno a um possível tratamento (SOUZA, 2014, p. 14).

Segundo Facion (2006 apud SOUZA, 2014, p. 13), a escola precisa ter uma filosofia inclusiva, que possa acolher e aceitar a diversidade, de forma maleável e flexível para que seja capaz de organizar e executar as mudanças necessárias para atender a singularidade dos alunos.

De acordo com Confortin e Maia (2015), para diagnosticar a presença de um indivíduo com TDAH, faz-se necessária a comprovação feita por um profissional especializado, porém, muitos indícios precisam ser manifestados para que se possa suspeitar da presença desses sintomas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que através da realização dos estudos, o psicopedagogo, busque estratégias facilitadoras como: incentivo e interação entre o grupo, atitudes de aceitação, atividades variadas e ajuda mútua. É também importante contribuir com a divulgação e

esclarecimento sobre o TDAH, levando-os a reflexões e discussões acerca do trabalho pedagógico desenvolvido.

Para que haja uma mediação psicopedagógica é necessário que o profissional compreenda o processo que envolve aprendizagem, sendo assim, é importante que a aprendizagem parte de um processo, onde diversas funções do sistema nervoso estão se fundindo para que seja possível promover a adaptação do indivíduo com o meio.

Dessa maneira, conclui-se que o professor será o mediador entre a família e o especialista, durante o tratamento do TDAH, pois seu papel não é o de dar o diagnóstico, mas sim de esclarecer aos pais as causas que o TDAH poderá proporcionar ao indivíduo.

A escola e a família, juntamente com o psicopedagogo, trabalhando juntas com o portador de TDAH, auxiliando no seu tratamento, estabelecerá um elo essencial para que haja resultados positivos no decorrer desse processo.

REFERÊNCIAS

CONFORTIN, H.; MAIA, M. I. R. TDAH e aprendizagem: um desafio para a educação. **Perspectiva**. Erechim, v. 39, n. 148, p. 73-84, dez. 2015.

MORENO, M. M. O aluno com TDAH no processo ensino-aprendizagem. **O professor PDE e os desafios da escola pública Paranaense**. Paraná, v. II, p. 1-19, 2010.

SOUZA L. P. **Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade na educação infantil**: um estudo de caso. 2014. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)- Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

TEIXEIRA, C. TDAH e intervenção psicopedagógica em crianças e adolescentes. **Rev. Cient. Schiola**. Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 52-59, 2017.

RAMOS, M. F. A psicopedagogia junto ao transtorno do déficit de atenção/ hiperatividade. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-psicopedagogia-junto-ao-transtorno-deficit-atencao-.htm>. Acesso em: 10 de set. 2010.

RECURSOS TECNOLÓGICOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA DISCUSSÃO SOBRE POSSIBILIDADES

Maria Carolina Andrade Ribeiro, Milene Macedo Liz, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: miimacedo1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A importância de apropriar-se das novas tecnologias é um marco social e educacional, e adentrar-se à essas ferramentas é uma inovação educacional. Partindo deste princípio, os recursos tecnológicos têm um fator importante na escola, de maneira que auxilie na compreensão e no entendimento, permitindo que o aprendizado adquirido seja significativo e promissor tanto para o educando quanto para o educador. De acordo com Silva e Piccoli (2018) quando utilizamos essas ferramentas de forma pedagógica, a aula se torna desafiadora, fazendo com que o processo de ensino e de aprendizagem suceda de forma atrativa e significativa.

A formação continuada do educador é importante para que as novas tecnologias sejam norteadas de maneira correta, assim, a metodologia se transforma e fica correspondente à nova geração. Um profissional capacitado para exercer sua função de forma organizada e recriadora, deve primeiramente, conhecer as novas tecnologias, e estudá-las para ser capaz de aplicá-las na sala de aula. Deve estimular os alunos a realizarem pesquisas e não se manter escravos das respostas prontas, pois é preciso motivá-los a construir seu próprio conhecimento e conquistar a vontade de aprender, desenvolvendo assim sua autonomia. É compreender que os alunos precisam ser ouvidos, deixar que eles justifiquem suas ideias e opiniões, assim, saindo do método tradicional, estabelecendo novos conceitos e técnicas para a educação.

Segundo Moran, educar:

É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional – do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornar-se cidadãos realizados e produtivos (2000, p. 13)

Um dos grandes desafios encontrados pelo professor é orientar seus alunos sobre o uso da internet, principalmente quando estão sem supervisão de um adulto. É preciso que os alunos tenham conhecimento que, da mesma forma que essa ferramenta oferece diversas vantagens, ela também pode ser negativa se não for usada de maneira

adequada e com responsabilidade. Diante isto, o professor buscar formar seres pensantes, criativos, críticos, questionadores e autônomos, “que saiba solucionar problemas, e que com iniciativa própria saiba questionar e transformar a sociedade” (BEHRENS, 2000, p. 71).

A inovação das novas tecnologias traz novas oportunidades para o ensino, tais como os jogos digitais de ensino, que consiste em jogos que podem auxiliar em todas as disciplinas educacionais de maneira didática e diversificada, pois se a aula for planejada de maneira correta, os jogos podem favorecer na diversão enquanto aprende um determinado conteúdo.

No sistema de ensino é importante a inserção das novas tecnologias para que os educandos consigam compreender com mais facilidade as atividades, de maneira diversificada e lúdica. Nesse sentido, aulas planejadas por professores qualificados e capacitados favorecem o aprendizado dos alunos e fortalece a formação profissional. Segundo Vilaça e Araújo (2016) há uma possibilidade bastante abrangente no uso de recursos que podem ser utilizados pelo professor para alcançar a educação de qualidade, desde que, haja consciência, conhecimentos técnicos e pedagógicos em relação aos novos recursos tecnológicos.

Diante do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo discutir as possibilidades de uma aprendizagem bem-sucedida aos alunos com a utilização de recursos tecnológicos no ensino.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo bibliográfico, com base em publicações que tratam do tema em questão, sobretudo artigos científicos, livros, anais de eventos acadêmicos, além de publicações em sites que abordam temas educacionais.

Segundo Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (p. 266).

Com base nos resultados dessa pesquisa, as ideias centrais presentes nas obras trabalhadas permitiram o estabelecimento de pontos de análise, uma forma de

categorias, que dão suporte à discussão desenvolvida. Chegando-se às ideias-chave a condução da discussão sobre os aspectos primordiais do estudo se fizeram mais claras e permitiram o debate entre autores estudados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A inserção das novas tecnologias no ambiente escolar vem proporcionando possibilidades de ensino e aprendizagem para os alunos, trazendo uma abordagem inovadora e essencial para a geração atual. Os educadores precisam se qualificar e repensar sobre as práticas pedagógicas.

O novo ensino auxilia nos meios de pesquisa, análise de dados, adaptar à realidade dos alunos e assim transforma toda essa informação em conhecimento. Através dessa integração digital, se têm o conhecimento potencializado às práticas do educador, fazendo com que ele explore conhecimentos e que se aproprie de novas habilidades fundamentais para a construção de saberes, promovendo a motivação do aprender em sala, de forma diversificada e objetiva.

Com isso, o educador passa a ser mediador da tecnologia, fazendo que construa estratégias inovadoras e obter crítica e reflexão aos educandos. A dinâmica da tecnologia nos leva a entender a educação de forma diferente, fazendo com que haja reflexão e nos impulsiona a novos paradigmas. A vinda das tecnologias permite quebrar barreiras e ajudar na construção de novos saberes, agregando mudanças sociais no meio escolar.

Ao utilizar essas tecnologias em sala de aula, é importante que o educador saiba que além dos benefícios que elas trazem para a aprendizagem dos alunos, elas também trazem pontos de atenção, e é por esse motivo que os educadores precisam de uma formação continuada sobre o assunto, para aprender lidar com os desafios que essa ferramenta traz, e a dominarem as mesmas.

Os jogos digitais são uma ferramenta que chama muito a atenção das crianças, ao serem trazidos para a sala de aula irão despertar o interesse de todos os alunos, pois além de estarem aprendendo, utilizando uma ferramenta lúdica e divertida, que gera conhecimentos, também sairão um pouco das formas tradicionais, dos cadernos e livros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo realizado compreende-se que a tecnologia, quando inserida no sistema de ensino, traz diversos benefícios e transformações para os educandos e educadores, e quando os professores sabem fazer o bom uso desses recursos, tornam suas aulas mais atrativas, lúdicas e interessantes, mudando paradigmas e métodos tradicionais. Esses recursos trazem inovação no contexto escolar, fazendo com que a construção do conhecimento ocorra de forma significativa.

No entanto, para utilizar esses recursos no âmbito educacional é necessário que o professor se adeque ao uso das novas tecnologias em seu cotidiano escolar, mantendo sempre uma formação continuada em busca de novos conhecimentos, em sua metodologia de ensino, permitindo que possa ensinar seus alunos com o auxílio das ferramentas tecnológicas, desde que sejam administradas de maneira criativa. Quando utilizadas em sala de aula, além de facilitar o entendimento dos conteúdos, o ensino se torna diversificado em todas as temáticas estudadas, as aulas se tornam diversificadas, transformando o ensino-aprendizagem em um momento mais prazeroso.

É notório que a utilização dos recursos tecnológicos no âmbito escolar beneficia tanto os alunos, quanto os professores, de maneira que auxilia o processo de desenvolvimento da aprendizagem, e as metodologias do professor, contudo, a escola deve adotar maneiras para conseguir inserir esses recursos tecnológicos em sala de aula, revendo o conceito tradicionalista e buscando um ensino inovador de qualidade.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. 173 p.

SILVA, R. T. M.; PICCOLI, D, F. O professor, a mediação e as tecnologias da informação e da comunicação no processo de ensino aprendizagem. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, UFSCar, 2018, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2018. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/446>. Acesso em: 16 out. 2020.

VILAÇA, M. L. C.; ARAUJO, E. V. F. **Tecnologia, sociedade e educação na era digital**. Rio de Janeiro, 2016. *E-book*. Disponível em:

http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/tecnologia,sociedadeeducacaonaeradigital_011120181554.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

REFLEXÕES SOBRE A PRAXIS DOCENTE: A FALTA DE QUALIDADE DO ENSINO BRASILEIRO PODE SER O RESULTADO DO DESINTERESSE DOS PROFESSORES PELA FORMAÇÃO CONTINUADA?

Ana Beatriz Ciamaricone, Gabriela Justulin, Lúcia Ormelese de Barros, e-mail:
ana_ciama@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Repensar a formação inicial e contínua por volta da análise das práticas pedagógicas e docentes, tem se apresentado uma das demandas importantes dos anos 90. Tomar distância do próprio trabalho, olhá-lo de longe, percebê-lo sob a ótica de outras leituras pode ter efeito muito satisfatório na avaliação que o educador faz do seu trabalho e do trabalho dos colegas.

Tendo em mente que o professor é o principal ator na configuração de processos de ensino e aprendizagem, é preciso concebê-lo como um profissional que reflete criticamente sobre a prática cotidiana, a fim de compreender as características específicas daqueles processos, bem como sobre o contexto em que o ensino tem lugar para que possa facilitar o desenvolvimento autônomo e emancipador dos participantes do processo educativo.

E então, para que formar professores? Há uma necessidade de se investir na formação de professores, entendendo a necessidade do trabalho como mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, com o objetivo de superar o fracasso e as desigualdades escolares.

Em oposição a racionalidade técnica a formação docente passa de aspectos curriculares e disciplinares para os aspectos profissionais do professor. Sendo assim a formação de professor na linha reflexiva propõe uma valorização política do professor de forma pessoal e profissional, propiciando uma formação contínua no local de trabalho e em parcerias com instituições de formação, em meio as mudanças e transformações sociais e culturais, bem como a inovações tecnológicas, portanto há uma necessidade de ressignificar a identidade dos professores.

Em relação a formação inicial, há uma necessidade de desenvolver um currículo formal com conteúdo e atividades dentro da realidade das escolas. No que se refere à formação contínua, devem possibilitar uma nova prática docente, tendo como objeto de análise a prática pedagógica e docente escolar. Ampliação do universo cultural e

científico daquele que ensina, dadas as necessidades e exigências culturais e tecnológicas da sociedade.

Em relação a formação inicial, há uma necessidade de desenvolver um currículo formal com conteúdo e atividades dentro da realidade das escolas. No que se refere à formação contínua, devem possibilitar uma nova prática docente, tendo como objeto de análise a prática pedagógica e docente escolar. Ampliação do universo cultural e científico daquele que ensina, dadas as necessidades e exigências culturais e tecnológicas da sociedade.

Considerando o exposto acima, pergunta-se “Como conseguir uma formação continuada para transformar a realidade escolar”? Nesse caso, a formação continuada passa a ser urgente e necessária, não meramente para desenvolver técnicas, mas, um espaço de diálogo, reflexão e troca de experiências.

Dessa forma, os objetivos que conduziram esse trabalho foram compreender a formação continuada de professores com requisitos para melhoria e qualidade do ensino brasileiro, investigar o ensino brasileiro e suas particularidades, compreender a trajetória da formação de educadores no país, identificar as características do professor do século XXI e avaliar a formação contínua como ferramenta de democratização de ensino.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de análises de livros e artigos científicos sobre o tema.

O aporte teórico da pesquisa fundamentou-se em Fernando Hernández, uma das principais obras que foi usada foi: “Como os docentes aprendem”. Além de informações indispensáveis contidas na obra “Saberes pedagógicos e atividade docente” da educadora, Selma Garrido Pimenta.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Hernández (1997), o entusiasmo e o interesse dos colegas de trabalho, as condições materiais e organizacionais da escola, a disponibilidade da direção da escola para as inovações são fatores que podem facilitar a inclusão de novas práticas em sala de aula, em decorrência de ações formadoras.

Diante desses fatos, a formação de professores contempla um dos aspectos de maior relevância no âmbito educacional, pois a democratização do saber passa

necessariamente pelo professor, e envolve a sua formação, sua valorização e suas condições de trabalho. Para todo profissional a formação inicial, exclusivamente, mostra-se insuficiente para o desempenho do seu trabalho com qualidade, frente às novas exigências da sociedade contemporânea, tornando-se necessária a atualização contínua para o atendimento às demandas do exercício profissional, fazendo-se assim, ferramenta indispensável para a democratização do ensino.

Os professores sinalizam a importância do desenvolvimento da formação continuada no espaço da escola para a reflexão de sua própria prática pedagógica. Pimenta (2007) destaca a importância na autoformação:

[...] a formação é na verdade, autoformação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares. É esse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes como praticam, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática. (p.29)

Isso confirma o sentido de perceber esse movimento na prática profissional dos professores, principalmente por inquietude e reflexão. São esses sentimentos que movem os professores que enfrentam o desafio de um processo contínuo de formação e barreiras no cotidiano escolar.

A educação continuada é uma maneira de garantir qualidade de ensino e, à medida que o nível de conscientização e preparação dos educadores aumenta, os alunos percebem que a educação é importante e melhora o desempenho escolar.

A escola cumprirá bem sua função e aqueles que ensinam tornarão mediadores competentes se for possível realizar a síntese do antigo com o novo, isto é, da história passada cultural do país com a realidade do presente do país, se a escola transformar os homens que a frequentam em cidadãos que conhecem o passado e, ao mesmo tempo, se integram no presente como agente históricos na construção do futuro da sociedade (GRAMSCI In RODRIGUES 2001, p. 60).

Através do conhecimento, o aluno poderá intervir criticamente, participando ativamente da realidade em que está engajado na busca de uma sociedade melhor, vida significativa, humanização e relações políticas, sociais, religiosas, culturais, a fim de se apropriar do trabalho. Entende que isso é fundamental para sua sobrevivência, é uma base estruturada para o novo conceito de história, o conhecimento é a única maneira de garantir a função social da escola como uma ferramenta de transformação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a finalidade da formação dos docentes tem o propósito de contribuir para o processo de humanização dos alunos, na formação dos professores espera-se que desenvolvam conhecimentos e habilidades possibilitando a construção contínua de seus saberes-fazeres docentes a partir da realidade vivida por eles, mobilizando os conhecimentos da teoria da educação e da didática, desenvolvendo a capacidade de investigar a própria prática para construir e transformar os seus saberes-fazeres docentes, construindo suas identidades como professores.

A identidade ocupacional se estabelece a partir da significação social da ocupação, da revisão do sentido e da tradição, da reiteração da prática com valor cultural no confronto entre teoria e prática, do estudo da prática e do estabelecimento de novas teorias. Foi estabelecido com base no estilo de vida, representação e formação social do professor, bem como na relação com outros professores em diferentes instituições, e atribuiu-o à atividade docente.

A formação continuada contribui para a melhoria da qualidade do ensino e para isso traz profissionais mais produtivos e atentos aos avanços de suas áreas, aborda um conteúdo mais adequado à realidade dos alunos e atinge a um maior engajamento por parte dos alunos.

Nesta direção, é nítido analisar que a formação inicial é escassa e por volta disso, o docente nunca deve parar de estudar, pesquisar e trazer uma capacitação no qual o professor consiga perceber que a teoria e a prática são “dois lados da mesma moeda”. A teoria pode ajudá-lo a entender melhor sua prática e entendê-la, portanto, a prática pode proporcionar um melhor entendimento, ou ainda mostrar que precisa se basear nisso.

De maneira geral, compreendeu-se que a formação de professores tem de enfrentar desafios constantes, que incluem o medo e o mito, o enfrentamento do progresso científico no senso comum, as questões políticas e sociais e a compreensão do conhecimento. Embora a formação continuada deva atender às necessidades diárias dos professores, não pode ser entendida como uma prescrição ou, em outras palavras, um conjunto de modelos de métodos e listas de conteúdo será a solução para o problema. Se o processo de aprendizagem contínua pode abordar pressupostos teóricos e práticas de ensino, eles serão muito valiosos.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. vol 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Como os docentes aprendem**. Pátio Revista Pedagógica, Porto Alegre: ano I, n. 4, fev./abr.,1997.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: SEU PAPEL NO ENSINO VOLTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Gabriela Rodrigues, Talita Cavalheiro, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail:
gaabriela.rodrigues@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias estão transformando a vida da sociedade, interferindo dentro e fora da escola. Estando elas, cada vez mais presentes no dia a dia, e é impossível negar o seu uso dentro de sala de aula. O tema proposto Tecnologia Assistiva ainda não é muito reconhecido, mas ele vem se aprimorando com o passar dos anos. É um grande recurso que veio para modificar e auxiliar de forma significativa a adaptação e inserção dos alunos que apresentam necessidades educacionais ou limitações que impedem o seu desenvolvimento completo.

O objetivo do trabalho em questão é discutir as tecnologias assistivas como possibilidades para que as pessoas com deficiência tenham condições de melhorar sua qualidade de vida. Nesse contexto, é necessário considerar as possibilidades de tornar o processo de aprendizagem mais efetivo, o que se traduzirá por uma inclusão social verdadeira. A escola e a sala de aula devem acolher as diferenças e promover a compreensão de que esses espaços são destinados a todos.

Os recursos tecnológicos oriundos de um contexto de grande evolução, podem colaborar de forma efetiva para tornar a participação das pessoas com alguma deficiência mais ampla; isso traz um grau de liberdade maior a elas, além de promover maior qualidade de vida. A autonomia gerada para os alunos com necessidades educacionais especiais pode aumentar suas habilidades para comunicação, garantindo seus direitos. A tecnologia sozinha, contudo, não garante mudanças; é preciso refletir sobre as necessárias alterações no contexto escolar.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio de revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o tema em estudo. Utilizou-se livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, artigos científicos, publicações lançadas em meios de comunicação, como jornais e portais educacionais, além de uma atenção especial para a legislação envolvida. A base

da pesquisa traz autores relevantes para uma discussão baseada em variantes importantes no que diz a respeito ao assunto proposto. Com base nos principais pontos verificados nessas leituras, construiu-se o processo de discussão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Pode-se notar que a equidade não é apenas oferecer oportunidades para os indivíduos de forma igual e com os mesmos atendimentos, mas sim oferecer de oportunidades de forma adaptada a cada um, levando em consideração suas especificidades, particularidades e experiências, de uma forma justa para todos, sem cometer injustiças e sim entender que cada pessoa é única e tem o direito igual perante a lei, por isso a escola tem um grande papel para que essa inclusão seja feita.

Como afirma Abreu (2001, p. 2 apud MORAN, 2015), “escola, hoje, para dialogar com a sociedade da informação precisa ser redesenhada e incluir a linguagem audiovisual e digital em seu espaço”. Nota-se que a tecnologia dentro do âmbito escolar, conclui-se que é mais uma ferramenta utilizada para descobrir novos caminhos aprimorando assim novos meios para acessar a informação, promovendo a alfabetização e letramento digital. Para isso é necessário compreender a seguinte informação:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018).

Os estudos revelam, primeiramente, a complexidade dessa realidade, com diversas variáveis que influenciam para a apropriação da Tecnologia Assistiva para a inclusão. De maneira geral, percebeu-se que as escolas estão no início de um processo de adaptação com pequenos avanços, e que ainda é possível notar a distância entre esse novo mundo tecnológico e as práticas tradicionalistas. Como questionado no início do trabalho constatou-se a relevância que as Tecnologias Assistivas têm em relação aos alunos com necessidades especiais na aprendizagem dos mesmos, tornando-se um instrumento de promoção de inclusão.

Compreende-se, assim, que atualização oferecida por novos recursos pode ser aperfeiçoada para ser inseridas no contexto escolar, gerando assim um grande potencial para ser desenvolvido por intermédio das novas tecnologias, mantendo o foco no nas práticas pedagógicas, mas, ainda existe muitas escolas por motivos variados, não

garantem a efetivação deste aluno deficiente dentro do âmbito escolar, a sua exclusão é feita de forma visível e cruel. Talvez pela adequação que a escola vai ter que realizar para receber tal aluno, porém é válido lembrar que a Lei nº 7.853 estipula a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência e transforma em crime a recusa a esse direito.

Verificou-se que as transformações relacionadas às TICs e as Tecnologias Assistivas são ferramentas de suma importância para proteger e assegurar o educando dos seus direitos, no entanto esses processos são muito pequenos e lentos, sendo necessário mudanças rápidas no que diz respeito a inserção do mesmo dentro das instituições de ensino, como a capacitação dos professores que ainda é falha e vaga. Como segundo Estabel et al (2006 apud AGUIAR, 2008, p.69),

[...] a utilização das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) apresenta-se como uma forma de inclusão digital para as Pessoas com Necessidades Especiais (PNEEs). O censo escolar/2002, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), registra 20.257 alunos com deficiência visual na educação básica do sistema educacional brasileiro. Assim, faz-se necessária a capacitação de professores, orientando-os para atender a estes alunos PNEEs com limitação visual nas suas necessidades, propiciando-lhes um ambiente onde sejam agentes de seu processo de construção de conhecimento interagindo com os outros. Por meio da modalidade de Educação a Distância (EAD) mediada por computador, está sendo ministrado o Programa Nacional de Informática na Educação Especial (PROINESP), onde professores, alguns PNEEs, que trabalham diretamente com alunos com necessidades especiais, sintam-se capazes de orientar os seus alunos neste processo de construção colaborativa e cooperativa, onde é construído o conhecimento de forma coletiva a partir da comunicação e da interação com grupo.

Por meio da pesquisa foi possível perceber que dentro das salas de aula, os professores fazem uso constante de TA de baixo custo, porém não lhe denominam tal valor, devido ao pouco conhecimento acerca do assunto, e outra questão é que na maioria das vezes para as pessoas que não estão diretamente envolvidas neste mundo, não entendem a dimensão e a importância que ela tem para aqueles diretamente afetados por sua ausência e ainda existe uma grande parte da sociedade desconhece o termo Tecnologia Assistiva.

No Brasil, a garantia pela igualdade de direitos e oportunidades está longe de ser alcançada e há uma enorme caminhada para que ela se concretize efetivamente. Sabemos que construir uma sociedade inclusiva é um processo difícil e de luta constante, mais é de suma importância para o desenvolvimento e preservação para a construção de um estado democrático mais justo perante os seus habitantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo foi possível que as escolas estão em um estágio bastante inicial desse processo de apropriação e uso da Tecnologia Assistiva, podendo ser encontrados avanços e descobertas significativas, porém, ao mesmo tempo, e existe um desconhecimento sobre o termo e sua relevância. Como apresentado no trabalho em questão verificou-se que é muito frequente direcionar um grupo de recursos para cada determinada deficiência em específico, sem considerar que as pessoas com deficientes são diferentes entre si, gerando desta forma desperdício financeiro e o abandono do recurso, sendo necessário um levantamento de informações do usuário e o local que será utilizado para garantia de sucesso.

Hoje, no mercado, é possível encontrar vários recursos como dispositivos móveis e empresas que desenvolvem ferramentas dentro de seus sistemas operacionais, muitas delas para auxiliar a comunicação alternativa. Mas, vale pontuar que na maioria das vezes as escolas não estão preparadas para receber os alunos que apresentam limitações, e tais recursos apresentados acima, não fazem parte dos recursos disponíveis dentro das instituições, por inúmeras facetas, seja pelo custo, pela falta de manutenção, pela falta de investimento, e etc.

Salienta-se a necessidade de utilizar a Tecnologia Assistiva de forma a possibilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, abordando seu papel no ensino. Destaca-se sua relevância, assim como o papel de todos que estão envolvidos nesse processo para que tenha como base a equidade e inclusão justa e real. Com as transformações e avanços ocorridos na sociedade, crescem as pesquisas relacionadas à Tecnologia Assistiva, percebida cada vez mais como um elemento fundamental para a autonomia e inclusão escolar e social da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. V. B. As novas tecnologias e o ensino-aprendizagem. **Net**, Rio de Janeiro, jan.2018. Disponível em: http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/tics/34-119-1-PB.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2020.

MORAN, J. M. **Tablets e netbooks na educação**. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/tablets.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: DIFICULDADES, NECESSIDADES E AÇÕES QUE A FAVORECEM

Giovana Bertoloto, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: gyovanna12@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a importância e a necessidade da Língua Portuguesa na atualidade, deixando claro as dificuldades para essa prática e as ações que a favorecem, uma vez que a mesma têm obtido pouca relevância na atual educação brasileira. É sabido que, a escola tem papel fundamental na vida do cidadão, pois o forma para ambientes acadêmicos e profissionais, ela tem a funcionalidade de definir personalidades ampliando o conhecimento da ética e do respeito, atrelado a ela a Língua Portuguesa auxilia na introdução desse cidadão a sociedade, sendo e proativo, pela razão que viverão em prol de seus concidadãos sendo críticos, reflexivos e funcionais nas ações e nas resoluções de problemas do dia a dia, pois, através dela há transmissão de alguns ensinamentos e habilidades que serão utilizadas por toda vida.

Além disso, escola como transmissora de conhecimento, deve ampliar o conhecimento desse aluno em matérias que os deixaram prontos para a vida como apontado anteriormente, e pode também auxiliar na consciência de seu aluno. Segundo Young, o autor enfatiza a importância da escola em possuir um currículo que, ao ensinar o conhecimento universal, promova no aluno mudanças em sua percepção de mundo, para que ele possa criar também a consciência da necessidade de transformações no seu entorno. Logo, de acordo com o autor, a escola promoverá o conhecimento necessário se conseguir, por meio dos conteúdos e práticas pedagógicas, estimular em seu aluno essa consciência de transformação. Sobre isso, o mesmo autor afirma que:

[...] se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: “Este currículo é poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares (YOUNG, 2007, p. 1297).

É esperado que esse estudo contribua para que haja uma maior atenção para esse campo na atual educação brasileira em nosso país, despertando um interesse nessa

prática, para que assim exista bons cidadãos que saibam viver em comunidade além de que, se abra o leque para diversas oportunidades em um futuro.

2 METODOLOGIA

A metodologia está centrada em uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida através da fundamentação de publicações sobre o tema, como artigos científicos e discussões apresentadas em sites educacionais encontrados na Internet. Sob essa perspectiva, buscou-se encontrar novos conhecimentos e análises em função daqueles disponibilizados por seus pesquisadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio de observações há atual educação brasileira, por meio de avaliações como o ENEM, houve a percepção da grande dificuldade de alunos em redigir um bom texto, falar publicamente e até mesmo fazer leituras, de maneira que saibam interpretá-los de forma absoluta, fazendo uma boa reflexão do mesmo, nesse contexto a falta de hábito traz consequências para não só as gerações presentes, como também para as futuras, uma vez que esse problema será repassado de geração em geração.

A língua é a nossa maior manifestação, pois através dela demonstramos o que pensamos, sentimos, quem somos e quem são os outros por isso seu valor é inestimável, é por meio dela que nos tornamos indivíduos únicos com vasta informação. Desde a infância ela nos é apresentada de diversas maneiras, processada com vários objetivos, por isso é o recurso mais importante para a formação individual, cultural e social de cada cidadão.

No entanto, não podemos deixar de citar que um dos maiores agravantes dessa vertente é o fato de que o contexto social interfere de modo dimensional, esse que por sua vez tem deixado graves consequências nessa prática, de modo que a ineficiência dos governos para com a educação, principalmente pública, tem deixado um grande déficit na aprendizagem de alunos, por isso quando ingressam nas universidades, encontram dificuldades até mesmo nas áreas específicas, por não saberem expressarem de forma concreta o pouco conhecimento adquirido, portando as escolas têm papel fundamental para a ampliação e aplicação destes novos conteúdos

Ler se tornou um grande desafio e seu estímulo deve ser imposto através de atividades que agreguem em vários campos de atuação, para que os educandos

percebam a importância dessa prática, já que a fazem por obrigações e por isso não é realizada com grande êxito. Para isso há alguns projetos em universidades que disponibilizam algumas monitorias para alunos que se interessam em ampliar esses conhecimentos. Na busca de um melhor resultado nas avaliações anuais das próprias universidades, e para as oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse sentido, é necessário que as escolas deem um foco maior para a matéria que agrega de forma eficiente na vida do aluno, para que assim eles reconheçam a importância dela, utilizando-a e a interligando-a com as demais matérias abordadas nos anos escolares. O contato com a Língua Portuguesa trará a longo prazo uma melhoria na educação, e o professor deve ser orientado de forma objetiva para que seja um facilitador para esse método, ampliando esses conhecimentos.

Quim (2016) comenta que “Compreender como os estudantes aprendem e como o professor pode colaborar (ou não) com esse processo de aprendizagem por meio do processo de ensino que desenvolve, é essencial”.

Visto que, a importância da Língua Portuguesa tem se tornado cada vez mais esquecida pela sociedade atual, por decorrência disso é fato que os cursos de licenciatura tem sido cada vez mais raros, não apenas por conta da atual situação educacional do país, mas também pela pouca magnitude que tem se dado a ela, portanto para que os profissionais da área sejam reconhecidos é necessário que os alunos tenham discernimento sobre o mérito dessa profissão, e só assim entenderam o quanto necessária ela se faz na vida de um cidadão que busca o crescimento dilatado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as formulações apresentadas, salientamos que, se quisermos formar cidadãos conscientes de seus papéis, prudentes, com princípios éticos e de humanidade, responsáveis, é preciso ensiná-los desde a infância a estudar, a despertar o gosto pelo saber, tendo como exemplos os princípios apontados anteriormente. Em face dessas considerações, compreendemos que o maior desafio posto na ordem do dia é o conhecimento. Dessa maneira, apela-se e preza-se por ele, nos objetivos educacionais, nas avaliações e testes, porém o que se percebe, pelas avaliações nacionais, é que este conhecimento está distante do cotidiano escolar. E o grande desafio que se apresenta aos educadores, por conseguinte, é torná-lo uma realidade constante.

O professor enquanto mediador deve se atentar para as relações interpessoais, educacionais e culturais, ajustando-as as situações de aprendizagem e características mentais construtivas do aluno durante sua escolaridade.

É necessário não só a preocupação do governo e das escolas se a própria sociedade acomoda-se deixando de contribuir para a melhoria do seu processo. Enquanto não houver uma mudança generalizada, os problemas tendem a perdurar, incomodando, de certa forma, aqueles que se preocupam e lutam pela boa educação no Brasil. De modo que a busca pela qualidade do ensino brasileiro deve ser contínua e imprescindível. Sair do comodismo e fazer a sua parte é tarefa de todos aqueles que acreditam no resgate do desenvolvimento educacional e efetivação da verdadeira cidadania.

A tarefa educativa é da família, do estado e da sociedade que devem investir numa educação qualitativa acreditando num futuro de cidadãos e cidadãs conscientes e responsáveis. E é por meio da leitura e da escrita, vertentes trabalhadas na Língua Portuguesa, que podemos acessar o universo teórico que nos permite a construção de um social mais avançado. Dessa maneira, o profissional da educação precisa compreender a necessidade e a utilidade da teoria, para que tenha condições de identificar os conhecimentos imprescindíveis para que a escola alcance seus objetivos mais essenciais.

REFERÊNCIAS

QUIM, O. A importância da formação pedagógica em cursos de licenciatura. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, Jataí. **Anais** [...]. Jataí-GO: UFG, 2007. Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais>. Acesso em: 01 jul. 2020.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 19 maio 2020

A EDUCAÇÃO PARA A SABEDORIA VERSUS A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Pamela Simone Couto, Nelson Palanca, e-mail: pamelacouto2022@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos à Filosofia da Educação, percebemos o quanto ela se faz importante para a prática pedagógica, já que permite ao Homem o exercício do questionamento, na qual jaz a primeira busca pelo seu fim. Segundo Pieper (1968), a natureza das coisas implica a necessidade da sua compreensão. Se não há questionamento, não há busca pelo conhecimento.

Sendo assim, entender que a educação deve levar o Homem para sua finalidade natural é de extrema importância. Esse reconhecimento leva a compreender que outras finalidades, como o trabalho, não podem ser consideradas fundamentais à vida humana.

Aqui, avista-se o caminho que está a ser tomado pelas instituições escolares. A necessidade de criar trabalhadores, gerou uma quantidade absurda de cursos profissionalizantes, até mesmo vinculados ao ensino básico. Outro ponto é que um dos documentos norteadores da educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também tem o mesmo intuito. Em um dos seus trechos ela diz que é preciso ao aluno “identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 246).

Alguns filósofos como São Tomás de Aquino e Platão, sempre prezaram o uso das virtudes nos seus ensinamentos. Aquino (2001), diz que, a virtude é um hábito que mantém as coisas boas. Sendo assim, ele é direcionado de duas maneiras: ele pode adquirir a prática nas boas ações, assim como o hábito da gramática nos possibilita a prática do falar, por conseguinte ele pode aplicá-la corretamente, como a justiça que não nos torna prontos para agir como justos, mas também a fazer o que é justo.

Platão no seu livro “A República” traça métodos de ensino e também frisa a importância de se criar as crianças para se tornarem virtuosos quando crescerem. Ele afirma que

[...] uma criança não pode diferenciar uma alegoria do que não é, e as opiniões que recebe nessa idade tornam-se indelévels e inabaláveis. E devido a isso que se deve fazer todo o possível para que as primeiras fábulas que ela ouve sejam

as mais belas e as mais adequadas a ensinar-lhe a virtude. (PLATÃO, 1995, p. 146).

Uma das virtudes considerada a mais importante para a educação é a virtude da sabedoria, aliás é através dela que o Homem alcança a sua finalidade última.

De forma sintética, este artigo traz a visibilidade das diferenças entre a educação que é voltada para o trabalho e aquela que tem como intuito levar os seres humanos a sua ordenação natural: a contemplação da sabedoria.

2 MÉTODO

Essa pesquisa é de caráter bibliográfico, na qual através de livros e artigos foram sendo construídos todos os indícios sobre a questão da educação para a sabedoria. Diante disso, a grande parte da pesquisa girou em torno de livros de São Tomás de Aquino, sendo a base a Suma Teológica, onde se concentra a maior parte da sua tese sobre as virtudes e a finalidade última do Homem.

Para compreender sobre a importância da Filosofia para a vida humana, obras de Josef Pieper e Maria Lucia Aranha foram usados para sustentar tal tese. Para compreender o direcionamento que a educação toma, a Base Nacional Comum Curricular foi consultada e observados diversos trechos que a mesma apresentava sobre a questão do mundo do trabalho. Sendo assim, para garantir que o direcionamento das ideias, foi usada a obra de Hannah Arendt “A crise na educação” que faz diversas críticas sobre o aumento do consumismo e o quanto isso tem refletido nas salas de aula. Também, foi usada a obra de Inger Enkvist “Repensar a Educação” que tem o mesmo ponto de vista.

Por fim, para sustentar a tese de que a educação para a sabedoria é um dos caminhos mais viáveis para a educação, foram utilizadas obras de São Tomás de Aquino, Platão, Hugo de São Vitor e Jean Lauand.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as delimitações da educação atual através da Base Nacional Comum Curricular, foi percebido que no ensino uma das suas preocupações é o mercado de trabalho, por conseguinte, o mundo do dinheiro. Mesmo assim, o ensino ainda está longe de ser considerado o ideal. Por isso, ao nos apoiarmos na Filosofia, percebemos que ter este ideal como finalidade não é nada considerado saudável e muito menos natural ao ser humano. Sendo assim, faz-se necessário a busca por uma educação que respeite a

ordem natural das coisas e que corresponde à finalidade da vida humana. Por isso, através das Virtudes, percebemos que existe um ensino que aborda essa prática: educação para a sabedoria.

Segundo Enkvist (2014), na sociedade moderna, a vida social e econômica tornou-se tão complicada que todos os cidadãos precisam de uma série de habilidades para conviver com os outros, por isso aprender conhecimentos não é mais um privilégio, mas uma obrigação real. Essa obrigatoriedade deixou estigmas no ensino, no qual se tornou um fardo estudar. A necessidade de aprender tornou-se algo ultrapassado com o ato de compreender e refletir. É de grande valia que saiba fazer algo do que, realmente, entenda sobre aquilo.

Diversas críticas foram feitas sobre os pontos abordados da BNCC, por exemplo, segundo Machado (et al, 2017), ao enfatizar 'habilidades', 'competências', 'procedimentos' e formações de atitudes' em vez de enfatizar o conteúdo da escola, trabalho educacional e ensino, o documento apresenta uma perspectiva que visa trazer os alunos para o mercado ou, mais especificamente, 'empreendedorismo'. Ou seja, com o aumento do desemprego e a consequente redução do trabalho formal, esta formação tem como objetivo preparar as crianças da classe trabalhadora para um mundo de trabalho informal e precário, em linha com as novas necessidades de capital para esta idade, visando a acumulação "flexível".

É claro que o problema não se encontra, diretamente, ao fato de se desenvolver ao mundo do trabalho, pois ele é necessário para a vida humana.

O trabalho procede do homem enquanto está dotado de intelecto e vontade. Portanto é sempre um ato humano. A necessidade do trabalho se mostra pelo fato de que o homem mesmo deve buscar e produzir o que necessita para a sua vida. Para este fim recebeu os órgãos de seu corpo e foi posto em um ambiente onde pudesse buscar alimentação, cultivar a terra, explorar os materiais que lhe oferece a natureza. É tão natural para o homem trabalhar como é para um pássaro voar. (AQUINO apud ELDERS, 2009, p. 6)

É isto, que deve estar incrustado na nossa mente. Ele é parte crucial para o desenvolvimento do ser. A teoria filosófica busca explicar o porquê de todas as coisas. Entretanto, percebe-se que o que se tornou mais importante ao homem e ao ensino, é o saber que serve apenas para o trabalho.

Sendo assim, adentramos na busca pela finalidade última do Homem.

A finalidade (*télos*) de nossa vida é alcançar a felicidade (*eudaimonía*). Para alcançarmos a eudaimonía, precisamos viver racionalmente, e viver racionalmente significa viver segundo a virtude. A virtude irá depender de um

juízo, por força da reta norma da sabedoria prática, ou reta razão (*pathòs lógos*), para repudiar os extremos e alcançar o meio termo (*mesótês*). (SILVEIRA, 2000, p. 41-71).

Para que haja uma mudança na vida humana e se alcance o equilíbrio perfeito, as virtudes se fazem presentes e a principal delas é a virtude da Sabedoria. Segundo Aquino (2001), a sabedoria é a elevação perfeita da razão, onde a finalidade é conhecer a ordem. Na qual, é próprio do intelecto e da razão conhecer a ordem de uma coisa em relação a outra. Continua a dizer, que existem duas categorias de ordem: a das partes que se referem ao todo e a ordem das coisas em relação ao fim.

Nisto se faz presente a afirmação que a finalidade do Homem que é a busca pela felicidade não jaz em coisas que as oferecem de maneira insatisfatória. Por isso, o trabalho e afins estão longe de ser a finalidade última.

Para isso, é necessário desenvolver o exercício do estudo e da meditação e isso podemos encontrar na obra “Opúsculo do modo de aprender e meditar” de Hugo de São Vitor. Ele traça um método, na qual se baseia primeiro pela prática da memorização.

A memorização é demasiadamente importante para o exercício da meditação, visto que nela o indivíduo armazena conhecimentos. Entretanto, esse termo sofre diversas vezes preconceito no âmbito escolar já que é confundido, diversas vezes, com o ato de decorar alguma coisa. Sendo que o exercício de se decorar alguma informação, não dá ao indivíduo a capacidade de usar ela novamente em outra situação, algo que não ocorre com a memorização.

Depois, Hugo de São Vitor (1906) diz que, a meditação – que se trata do intermédio do estudo à contemplação – e a própria contemplação. A dissemelhança existente entre ambas é clara quando ele diz que a primeira parte das coisas, que são ocultas ao nosso conhecimento, partindo sempre na procura de algo único. Na segunda, satisfaz-se em buscar as coisas que podem ser segundo a sua própria natureza ou a própria capacidade do ser que são manifestadas. Importando-se à compreensão de muitas ou de todas as coisas.

O ponto principal é de que a contemplação, permita-nos compreender e interpretar as coisas de forma eficaz. Hugo de São Vitor (1991), apresenta que a contemplação é aquela inteligência viva que, tendo tudo, a abraça em visão plenamente revelada, de tal forma que o que a meditação busca a contemplação apresenta.

O conhecimento é abstrato, assim como a sabedoria é abstrata. A abstração é de grande valia para o desenvolvimento humano é nela que recebemos e organizamos

novos aprendizados. Ela pode ser obtida através da prática no ensino matemático já que a sua prática se dá por “[...] um processo de pensamento que implica a formação e aplicação de redes de ideias abstratas e associadas logicamente” (VASCONCELOS, 2010, p. 5).

Finalmente, é possível compreender que a contemplação da verdade, que é a luz da razão que o ser humano consegue alcançar, assim como, os filósofos, Platão, Santo Agostinho, Aristóteles e São Tomás de Aquino vivenciaram em vida é realizável se praticada com tamanho desempenho e fervor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo foram demonstrados os principais problemas apontados na educação atual, nas quais se movimentam através do mundo do trabalho. Nisto, podemos perceber que a necessidade de mudança é necessária para a educação e, principalmente, um ensino que respeite a ordenação natural do ser humano.

A busca constante pela felicidade pode ser aplacada pela contemplação da verdade que se dá por meio da sabedoria, sendo possível o seu exercício através de práticas, extremamente, possíveis de serem encaixadas ao currículo escolar.

A necessidade de quebra de paradigmas é extremamente importante para a aplicação desses meios e, principalmente, a retomada da filosofia para a vida do ser humano. Essa área do conhecimento não pode ser esquecida e nem negada pelos docentes, ela é natural.

Em suma, através deste trabalho é esperado que a educação voltada para a sabedoria seja considerada um bom meio de superação dos problemas vividos na atualidade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, T. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

ELDERS, L. J. O pensamento de Santo Tomás de Aquino sobre o trabalho. **Aquinate**: [S.l.], n.9, p. 2-12, 2009. Disponível em: <http://www.aquinate.com.br/textos/o-pensamento-de-santo-tomas-de-aquino-sobre-o-trabalho/>. Acesso em: 24 set. 2020.

HUGO DE SÃO VITOR. **Opúsculo sobre o modo de aprender e meditar**. [S.l.]: De Scriptoribus Ecclesiae Relatis, 1096.

HUGO DE SÃO VITOR. **Princípios fundamentais da Pedagogia**. 1991

MACHADO, V. D. O. *et al.* A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abril/2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>. Acesso em: 24 set. 2020.

PIEPER, J. **Que é filosofar**. São Paulo: Herder, 1968. 66 p.

PLATÃO, **A República**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SILVEIRA, D. As virtudes em Aristóteles. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 41-71, 2000.

VASCONCELOS, C. C. Ensino-aprendizagem da matemática: velhos problemas, novos desafios. **Revista Millenium**, v. 20, 2000.

A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO PRECONCEITO RELACIONADO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE – UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jorge Fernando Marzanati, Grasiela Lima e-mail: fernando.marzanati7@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação sexual é um processo que pode ser trabalhado de dois modos: formal e informalmente. Werebe (1981 apud FIGUEIRÓ, 2006, p. 5) conceitua o primeiro modo como equivalente “a ensinar ‘dentro da programação’, fazendo planejamento prévio”, enquanto que o segundo, “à ‘extraprogramação’, isto é, aproveitar, de forma espontânea, um fato, uma pergunta, uma situação ocorrida e, ensinar a partir daí”. Também denominada como “orientação sexual”, quando sistematizada, visa fornecer informações de caráter científico sobre a(s) sexualidade(s) e propiciar espaços para discussões, questionamentos e reflexões acerca das percepções que permeiam as relações de gênero, de sexualidade, os tabus e preconceitos, os padrões normativos e os obstáculos que necessitam ser superados para romper com os mesmos, possibilitando ao indivíduo a compreensão das relações sociais as quais é submetido (MAIA et al., 2012).

Gênero e sexualidade, apontados no parágrafo anterior, pontos centrais no escopo da educação sexual, são construtos contínuos que se desenvolvem ao longo da vida de um indivíduo (LOURO, 2008). É importante compreender que gênero não se limita ao sexo biológico e, nesse sentido, Louro (1997) aponta que o gênero é compreendido como de caráter “fundamentalmente social”, não negando a constituição biológica dos corpos, mas enfatizando que suas características estão sujeitas às construções sociais, históricas, políticas e culturais.

A instituição escolar, caracterizada como espaço de produção e disseminação da aprendizagem e do conhecimento, está no centro dos debates sobre a educação sexual, pois, mesmo com leis e diretrizes programáticas sobre inclusão como constituintes de seu currículo, perpetua a desigualdade, a discriminação, a padronização e o preconceito (RODRIGUES, 2017). Esses debates evidenciam, dentre outros aspectos, o seu teor político ao relacionar-se diretamente com os direitos humanos e o exercício da cidadania, garantidos pela Constituição Federal de 1988 (SEFFNER; BORRILLO; RIBEIRO, 2018).

De modo geral, a educação sexual, conforme destacam Altmann e Martins (2009), se faz presente nos parâmetros e propostas curriculares, nas políticas públicas e nos

programas sociais, sendo analisada e discutida constantemente, ganhando cada vez mais palco em matérias de jornais, de revistas e de programas televisivos. Figueiró (2006) ressalta a sua importância, sendo reconhecida por professores, em sua maioria, como necessária à formação dos alunos. A autora ainda pontua que neste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados em 1997, propõem a inserção da educação sexual como tema transversal, que faz parte de um conjunto de temas considerados pelo MEC como valores que abordam a cidadania: consumo, educação ambiental, ética, pluralidade cultural, trabalho e saúde, que devem ser ministrados dentro das disciplinas que compõem a grade curricular. Contudo, por mais que existam diretrizes de ensino que objetivam sua abordagem, na prática esta não é efetivada.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é possibilitar a compreensão de como a educação sexual pode contribuir com a quebra de paradigmas, como, por exemplo, a delimitação do gênero ao sexo biológico, o padrão heteronormativo de sexualidade, por meio da diminuição do preconceito e da discriminação, e com a promoção do respeito à diversidade e à pluralidade.

2 MÉTODO

O tipo de pesquisa deste trabalho compreende a revisão bibliográfica, que é pautada pela análise dos estudos e referenciais teóricos produzidos sobre determinado tema, em um determinado período, e tem como um dos principais objetivos proporcionar um panorama geral ou um recorte específico do conteúdo pesquisado, caracterizando o “estado-da-arte” e as ideias que o permeiam. (NORONHA; FERREIRA, 2000 apud MOREIRA, 2004). A pesquisa do referencial bibliográfico foi realizada em livros e em plataformas de artigos científicos, como Scielo, Capes e Google Acadêmico, por meio da pesquisa pelas palavras-chave: educação, gênero e sexualidade. O recorte temporal abrangeu, preferencialmente, artigos publicados com datas mais recentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conceitualização de gênero está diretamente relacionada ao movimento feminista, socialmente organizado a partir do século XIX, e à sua história marcada por lutas de caráter político pela busca da igualdade entre homens e mulheres. Especificamente, foi durante a segunda onda do movimento feminista, posterior ao sufrágio (primeira onda), no final da década de 1960, em que este, se desdobrando

para além das questões sociais e políticas, volta-se também para o desenvolvimento de construções teóricas que iniciaram os debates e problematizações sobre o conceito de gênero. O ano de 1968 demarca o movimento de grupos de intelectuais, negros, mulheres e jovens, de países como França, Estados Unidos da América, Inglaterra e Alemanha que questionaram as pautas sociais e políticas, como a segregação, a discriminação e o silenciamento. (LOURO, 1997). No Brasil, tais questões ganharam palco na década de 1970, também com o auxílio do movimento feminista contemporâneo, o qual esteve relacionado a outros movimentos da época, como, por exemplo, à luta contra o racismo e a luta pelos direitos dos homossexuais (RIBEIRO, 2012), e à luta pela redemocratização em oposição aos governos da ditadura militar, na década de 1980 (MEYER, 2004). O conceito de gênero assume o seu caráter analítico e político ao elucidar que as distinções entre homens e mulheres, em relação ao sexo, não estão entrelaçadas com o determinismo biológico, mas que estão fundamentadas no campo social e que foram historicamente atribuídas às características biológicas. O enfoque no contexto social permitiu analisar a construção e reprodução desigual das relações de gênero e de papéis masculinos e femininos pré-estabelecidos (LOURO, 1997). “Ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura”. (LOURO, 2008, p. 8). As definições do que é ser mulher e do que é ser homem são construtos sociais.

Já o conceito de sexualidade, objeto de definição complexa, pode ser compreendido, segundo Bearzoti (1994, p. 5), como sendo a:

energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação.

Ainda segundo Bearzoti (1994 apud RODRIGUES, 2017), a sexualidade possui caráter instável, flexível e mutável e ela não deve ser simplesmente reduzida a fatores como genitalidade e reprodução. É importante ressaltar que tanto o gênero quanto a sexualidade são construtos contínuos que se desenvolvem ao longo da vida de um indivíduo. (LOURO, 2008).

Atualmente, o debate acerca dessas questões aponta, dentre outros aspectos, o seu conteúdo político, conforme destacam Seffner, Borrillo e Ribeiro (2018), estando ligado diretamente aos direitos humanos, à democracia e à luta pelo reconhecimento dos valores de ambos. No que tange à(s) sexualidade(s), indivíduos LGBTQ+, historicamente

marginalizados, vêm reivindicando o seu espaço na sociedade e o direito de exercer sua cidadania. No que tange ao gênero, a desmistificação do aspecto biológico como determinante na definição de mulher e homem é um importante instrumento para que as desigualdades entre eles, pautadas por esse aspecto, sejam refutadas. Com essas informações e discussões sendo vinculadas constantemente, não há como a escola, caracterizada como espaço de produção e disseminação da aprendizagem e do conhecimento, não participar desse debate (RODRIGUES, 2017).

Os PCNs são o referencial de organização dos sistemas de ensino fundamental e médio, composto por cadernos norteadores que orientam a prática pedagógicas nas salas de aula, colocando o professor como um mediador no processo de ensino-aprendizagem, que deve também envolver os contextos familiares, sociais e políticos (MOURA et al., 2011).

Conforme destacam Dinis e Luz (2007), a abordagem da sexualidade, diante do proposto pelos PCNs, deixou de integrar somente as aulas de biologia para ser trabalhado transversalmente também nas demais disciplinas, por meio de uma visão culturalista que busca discutir a sexualidade e as identidades sexuais e de gênero. Essa ruptura de paradigma confronta os padrões cisgêneros e heteronormativos existentes, abrindo espaço para discussões e reflexões sobre as mudanças necessárias para que a instituição escolar acolha, de fato, a diversidade e a pluralidade. Moura et al. (2011) ressaltam que as diretrizes dos PCNs propõem que a denominada “Orientação Sexual” promova debates reflexivos sobre as questões de gênero e de sexualidade, de modo a construir a autonomia dos alunos para que possam exercer a própria sexualidade, não descartando suas emoções e o conhecimento que já possuem sobre o tema, obtido por meio de suas experiências e interações em diversos contextos. Ainda aponta que para os PCNs a escola, enquanto instituição de convívio entre crianças, adolescentes e adultos, tem como papel trazer o conhecimento científico ao alcance de seus alunos, propiciar reflexões acerca dos valores morais e discussões sobre temas que são considerados tabus, como a sexualidade, visando combater os preconceitos existentes ao abordar temáticas, como as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a virgindade, a gravidez e a diversidade sexual e de gênero. No entanto, para as autoras, isso não ocorre na prática. O modelo biológico da sexualidade ainda prevalece nas salas de aulas e o seu ensino é restringido apenas às aulas de ciências.

Segundo Brandão e Lopes (2018), mesmo com os avanços sociais e a efetivação dos direitos das mulheres e dos LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, queers, intersexuais, assexuais e todas as possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero que existam), o não incentivo ou proibição das discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar contribuem com a persistência das discriminações, das desigualdades sociais e com atos de violência em decorrência destas, não só na escola como também em outros contextos sociais. Diante dessa situação, indivíduos LGBTQIA+ abandonam a escola, são negligenciados no mercado de trabalho, recorrem à prostituição ou até mesmo ao suicídio. Nesse sentido, conforme destaca Longaray (2014), o currículo escolar deve estar estruturado de modo a acolher as diferenças existentes, e a escola deve se tornar um espaço de problematizações e discussões. É necessário que esta atue de modo a desconstruir preconceitos e discriminações, contribuindo para o reconhecimento da diversidade de gênero e de sexualidade existentes, promovendo reflexões sobre as identidades de gênero, as identidades sexuais, o machismo e a LGBTfobia e trabalhando o respeito às diferenças e à pluralidade. A psicologia tem um papel importante nesse contexto, pois, pautada pelo seu viés sócio-histórico, compreende que o indivíduo desenvolve novas aptidões e funções psíquicas por meio da educação, e para que isso ocorra é necessário que o saber sistematizado transmitido pela escola seja por ele apropriado. Logo, nessa apropriação também está presente a educação sexual (MAIA et al., 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos de pesquisadores e especialistas sobre a temática da educação sexual, foi possível dimensionar a necessidade urgente de um trabalho pedagógico voltado para a formação cidadã de crianças e jovens, tendo em vista o desenvolvimento de conteúdos relacionados ao gênero e à sexualidade, assim como as questões éticas relacionadas ao respeito à diversidade sexual cultural e humana. Embora sua abordagem esteja incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como tema transversal, o conteúdo abordado ainda está atrelado demais ao modelo biológico, às aulas de ciências, tendo como foco apenas questões de prevenção às IST's e à gravidez na adolescência, sendo necessária uma reorganização do currículo escolar para se tornar efetivamente inclusivo. Diante disso, esse estudo visou trazer reflexões

sobre como uma mudança na instituição escolar pode ser uma ferramenta de combate ao preconceito e à discriminação de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

_____.; MARTINS, C. J. Educação Sexual: ética, liberdade e autonomia. **Educar**, Curitiba, PR, n. 35, p. 63-80, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a06>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ARAÚJO, D. B.; CRUZ I. S.; DANTAS M. C. C. **Gênero e sexualidade na escola** - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BEARZOTI, P. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, SP, v. 52, n. 1, p. 113-117, mar. 1994. Disponível em: <<http://bit.ly/2zaBMK7>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BRANDÃO, E. R.; LOPES, R. F. F. “Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** v.18, n.1, p. 100-123, Porto Alegre, RS, jan./apr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-60892018000100100&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 fev. 2020.

DINIS, N.; LUZ, A. A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar**, Curitiba, n. 30, p. 77-87, 2007. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602007000200006&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 21 set. 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**. v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LONGARAY, D. A. A importância da escola no combate ao preconceito. **Rev. Diversidade e Educação**, v.2, n.4, p. 14-19, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/6354/4060>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. (1998). Sexualidade: lições da escola. In D. E. E., Meyer (Org.), **Saúde e sexualidade na escola**. (Cadernos de Educação Básica, vol. 4, p. 85-96). Porto Alegre: Mediação.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 7-23, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2020.

MAIA, A. C. B. et al. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a16.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MEYER, D. E. Teorias políticas e de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev Bras Enferm**, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 13-18, fev. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672004000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 set. 2020.

MOREIRA, W. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, SP, v 1, n. 1, p. 19-30, 2º sem. 2004. Disponível em: <<http://fatea.br/seer3/index.php/Janus/article/view/102/92>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

MOURA, A. F. M. et al. Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 29, n. 67, nov. 2017. ISSN 1980-5942. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20217>>. Acesso em: 20 set. 2020.

RIBEIRO, M. D. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL** [online], 2 ed., v. 1, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/MONICA%20-%20ORIENT%20%20ANGELA.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

RODRIGUES, Beatriz. Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar. **(Belo Horizonte, online)** [online]. 2017, vol.2, n.6. ISSN 2526-1126. Disponível em: <<https://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2019/07/03-DIVERSIDADE-SEXUAL-GÊNERO-E-INCLUSÃO-ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SEFFNER, F.; BORRILLO, D.; RIBEIRO, F. B. Gênero e sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização. **Civitas**, Porto Alegre, RS, v. 18, n. 1, p. 5-9, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-60892018000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 fev. 2020.

A ELABORAÇÃO DA PERDA FETAL – LUTO NEONATAL

Ana Laura Buzato dos Santos, Bruna Fernanda de Oliveira Orgaide, Jackeline de Oliveira Fornaroli, Karina Cipoli, Leticia Maria Cocia, Mayara Pacheco de Almeida Prado, Karina Ferraz Tozze, E-mail: karinatozze@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é frequente o relato de que a maternidade é sonho e luta de muitas mulheres por toda a sociedade. O desejo de tornar-se mãe acompanha a maioria do público feminino com evidências em suas expectativas de realização pessoal e compromisso social, fatores os quais promovem a fantasia de todo o contexto que cerca o evento de tornar-se mãe, ou vinculados a maternidade.

O processo da gravidez associado ao luto, percorre por um vasto sofrimento e angústia perante as incertezas que acompanha o pós-aborto. É nesse campo das incertezas e resultado não positivo às expectativas da gestação, que o acompanhamento psicológico encontra-se em extrema importância, pois, diante a perda do feto desejado, a saúde mental fica abalada e o apoio de profissionais torna imprescindível para uma elaboração de luto e bem-estar.

Referindo-se as perdas significativas e aos padrões de luto, segundo Diane Papalia e Ruth Feldman, quando um indivíduo perde um ente querido, o processo de adaptação sem o sujeito que morreu pode afetar muitos aspectos em sua vida, sendo eles sociais, econômicos e emocionais. Tanto a morte, quanto a perda, são experiências pessoais e subjetivas a cada indivíduo, podendo ser superadas (relativamente) de forma rápida ou não. (PAPALIA; FELDMAN, 2014)

A presente pesquisa busca compreender como é essa elaboração e apoio, partindo-se da concepção da ausência de auxílio nesse processo de sofrimento.

Trabalhar com o tema nos dias atuais é evidenciar os acontecimentos, e, ainda, levantar a importância de construir programas de ajuda diante o sofrimento e elaboração dos estágios do luto.

O trabalho possui o intuito de estudar casos de mães em período pós-aborto e seu estado de saúde mental diante o acontecimento. Identificar contextos e vivências da mãe em processo de pós-aborto e analisar as dificuldades de acompanhamento psicológico e elaboração da perda. Destacando o processo do luto inesperado e incomum; analisando a elaboração da perda neonatal, incluindo expectativas e

sentimentos; viabilizando as estruturas de acompanhamento psicológico fornecido às mães e demonstrando a importância de apoio e auxílio no processo da perda.

2 METODOLOGIA

A pesquisa em questão, obtêm como o objetivo central aprofundar-se no estudo e abordagens utilizadas para acompanhamento e auxílio em processos de elaboração psicológicas em mulheres durante o período gestacional, as quais não conseguem prosseguir com a gravidez levando a morte neonatal.

Sendo assim, por meio de revisão bibliográfica, o projeto é baseado no esclarecimento e especificidade em período posterior a perda, impactos sociais da mãe que após o evento traumático e ainda em processo de luto, possui tarefas e papéis sociais a serem exercidos, em ênfase a importância do papel de um profissional da área da Psicologia para auxílio, acompanhamento e tratamento da mãe durante o período de reconstituição do evento.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Ao que se remete ao luto, cabe primeiramente salientar questões que se direcionam ao temor a morte. Segundo a autora Elisabeth Kübler-Ross, em seu exemplar *Sobre a Morte e o Morrer*, desde os primórdios, observa-se uma negação e temor a morte. A medida em que o indivíduo se desenvolve, ele compreende que sua onipotência na verdade não é tão forte e resistente, e que nem sempre o impossível se tornará possível, e isso lhe causa mais angústia e medo. Tendo como base os estudos da psiquiatria, entende-se que, inconscientemente o ser humano possui a ideia de que a morte seria algo impossível de acontecer, pois, para o inconsciente é inimaginável presumir a própria morte. Portanto, para o inconsciente, o morrer – na maioria das vezes – está relacionado a situações ruins, descartando a possibilidade de mortes naturais ou por velhice. (KÜBLER-ROSS, 2008)

Os aspectos do luto apresentados pela autora, são divididos em cinco estágios (ou fases), assim sendo: o primeiro estágio é o de Negação e Isolamento, onde o indivíduo usa da negação como defesa momentânea, nesse momento rejeita a notícia e acredita piamente que houve algum engano, pode durar horas, meses e até anos; o segundo estágio é o da Raiva, nesse momento o indivíduo já não consegue mais sustentar o primeiro estágio, então há uma mudança nos sentimentos, passando a ter

raiva, perturbação e mágoa intensa. O segundo estágio é o mais delicado e difícil de se lidar, pois, os sentimentos de raiva se disseminam em todas as direções, e sua maioria sem razão aceitável; o terceiro estágio é o da Barganha, pouco conhecido, porém possui grande proveito para o indivíduo, já que a negação e a raiva juntamente com a revolta não serviram para aliviar a dor, busca-se reverter a situação com promessas e pactos, afim de receber um milagre; o quarto estágio é o da Depressão, momento o qual a raiva dá lugar um sentimento de grande perda, evidenciada por choro, isolamento, reflete constantemente sobre a vida e sobre a falta do ente que se foi; o quinto e último estágio é da Aceitação, depois de um determinado tempo (varia de pessoas para pessoa) e ao receber ajuda devida afim de superar o luto, o indivíduo passará para um estágio onde os sentimentos de raiva, negação, revolta e tristeza já não serão mais intensos (ou não terão nenhuma intensidade). Nesse momento o indivíduo consegue expressar seus sentimentos e começa a entender que não há nada a ser feito para reverter a situação, basicamente o indivíduo passa a compreender que não há razões para lutar contra o luto e a morte. (KÜBLER-ROSS, 2008)

No desenvolver de todos os estágios, Elisabeth aponta que, os indivíduos que se veem diante do processo da morte, do morrer e da elaboração do luto, utilizam de mecanismos de defesa e de luta para tentarem enfrentar situações difíceis. Ressalta ainda que não necessariamente todos os pacientes e/ou familiares irão apresentar todos esses estágios ou parte deles. Dessa forma, tanto um estágio pode sobrepor ao outro, quanto o tempo de duração de cada um pode ser variado. (KÜBLER-ROSS, 2008)

A autora, Elisabeth Kübler-Ross, faz uma orientação para a solução da elaboração do luto, aconselhando que, o indivíduo que perdeu um ente querido se sinta livre para falar, chorar ou até mesmo gritar, de modo que ele fique à vontade e confortável. É essencial que o mesmo receba auxílio e assistência desde o momento em que recebeu a notícia do falecimento, até semanas após o funeral. Esse auxílio não precisa necessariamente vir de profissionais (médicos, psiquiatras, psicólogos, entre outros), essa ajuda precisa vir de um outro ser humano, que tenha um olhar empático, acolhedor e amigo, afim de ajudar o indivíduo a superar luto, elaborando de forma construtiva essa perda. (KÜBLER-ROSS, 2008)

Diante um contexto de vivências gestacionais, a elaboração de um luto neonatal é um evento de origem inesperada e imprevisível, em grande maioria dos casos. As características do evento, sendo ele com sentidos traumáticos e de complicada

elaboração individual diante a notícia da morte, variando assim entre dificuldades de aceitação do evento em seu caráter inesperado o qual não se é preparado emocionalmente. O acontecimento em potencial traumático pode manifestar distorções psíquicas, cognitivas, comportamentais e acentuadas ao fisiológico, necessitando de acompanhamento e atenção clínica (NAZARÉ et al 2010)

O profissional da área da psicologia aborda e contextualiza o indivíduo antes de sua abordagem precisamente dita como intervenção para elaboração do evento. O luto corresponde a diversos sentimentos e comportamentos variáveis de um indivíduo à outro, sendo eles formação de um mesmo núcleo familiar, mas ainda assim, com expectativas, crenças e diferentes distorções cognitivas diante ao evento traumático em questão (NAZARÉ et al 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, torna-se necessário apresentar a temática de aceitação à realidade da perda para o indivíduo e de maneira adaptativa auxiliando no processo de negar-se a realidade e conviver com o acontecimento doloroso, em que possui tendência inicial de resistência e negação; portanto, o ajustamento à ser desenvolvido com indivíduos em período de elaboração do luto fetal, aborda ajustamentos sociais envolvendo fatores externos para retorno a atividades cotidianas e fatores internos para reestruturação da identidade dos indivíduos em seus diversos núcleos sociais e papéis assumidos diante a sociedade, como em âmbitos profissionais, familiares e círculos sociais. Os processos de luto tornam-se concluído quando a capacidade emocional de conviver com a dor, torna-se integrada, e além de frustrações e perdas secundárias sejam superadas, e já não intensificadas durante o convívio do evento traumático. (NAZARÉ et al 2010)

REFERÊNCIAS

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a Morte e o Morrer**. 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008, pág. 5-185.

NAZARÉ, Bárbara; FONSECA, Ana; PEDROSA, Anabela Araújo; CANAVARRO, Maria Cristina. Avaliação e intervenção psicológica na perda gestacional. **Revista Peritia, Edição especial: Psicologia e Perda Gestacional**. 2010, 3, 37-46. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/19130248.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2019.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Lidando com a Morte e o Sentimento de Perda. In: _____. **Desenvolvimento Humano**. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013, cap. 19, pág. 634-356.

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO CURRÍCULO

Leticia Missassi Medeiros, Rafaela Parolini Fragnan, Grasiela Lima, e-mail: rafaelparolini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, instituído através de práticas escravagistas, ainda hoje carrega os traços de um pensamento colonial de supremacia branca, comportamentos sociais reforçam essa ideia e, se por um lado o racismo é uma prática atuante na sociedade, o combate a ele também deve ser. As políticas de promoção de igualdade racial consistem em ações que repudiam o comportamento discriminatório, valorizam a cultura e população negra e indígena e promovem a ascensão social e econômica.

Jaccoud e Beghin (2002) descrevem importantes políticas públicas que promovem de forma concreta a igualdade racial como as compensatórias, a modalidade de cotas, a reserva de vagas e, por fim, as políticas valorizativas, focadas na valorização cultural e combate ao preconceito. É através destas últimas que essa pesquisa está fundamentada, pois, a educação é uma importante ferramenta para a luta antirracista e a não discriminação étnico-racial.

Embora saibamos que a educação é um instrumento de promoção da cidadania e de valores éticos como a igualdade, devemos atentar-nos sobre quem faz a educação. Os professores estão sendo preparados para ministrar tais conteúdos? O professor possui embasamento teórico e prático na efetivação das propostas do currículo e de leis como a 10.639/2003 e 11.645/08? A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é eficiente e clara para o auxílio da ação pedagógica? Assumindo a relevância do professor e o papel formador que ele possui, o tema é ainda mais urgente pensando que o racismo e o abandono escolar de alunos negros estão atrelados. O IBGE de 2019 aponta que 4 em cada 10 jovens negros não concluem o ensino médio, o que caracteriza um reforço de disparidade social entre etnias.

Sendo assim, destaca-se em primeiro lugar a formação inicial de professores e, nesse sentido, cumpre o papel regulamentador na estruturação curricular dos cursos de formação docente, a Resolução nº 1 do CNE, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Após essa Resolução,

pesquisas foram elaboradas, a fim de analisar como as grades curriculares dos cursos de formação docente foram adaptadas para implementar o estudo das relações étnico-raciais. As investigações evidenciaram que as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentam grandes fragilidades no que se refere à adoção de disciplinas voltadas para a educação das relações étnico-raciais e no ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Na pesquisa feita por Eliete Aparecida de Godoy (2017), foi realizado um levantamento das IES ofertantes do curso Pedagogia. Mediante leitura dos currículos, buscou-se identificar a presença da Lei 10.639 (Brasil, 2003). Foi identificado um total de 63 turmas funcionando em 22 unidades de ensino superior distribuídas em 20 municípios de São Paulo. Em 45% dos currículos era evidente a ausência de disciplinas voltadas para discussão da temática étnico-racial, 50% das matrizes curriculares abordavam de forma transversal ou interdisciplinar e apenas 5% apresentavam a discussão da temática contextualizada por disciplinas que fazem parte do núcleo de formação para a prática docente. Evidenciando, portanto, que as pretensões do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana ainda encontram dificuldades para implementação.

Sendo assim, o presente estudo tem como finalidade discutir a importância da introdução de conteúdos relativos ao tema das relações étnico-raciais nos cursos de formação de professores, visto que os educadores são responsáveis por promover a construção de uma educação comprometida com a diversidade étnico-racial. Nesse sentido, é fundamental que eles tenham o suporte necessário para trabalhar essas questões em sala de aula, buscando a promoção da igualdade racial nas escolas e a inclusão de todos através do reconhecimento e valorização da identidade negra, afro-brasileira e indígena. No entanto, para que os professores consigam construir estratégias educacionais que visem combater o racismo, é necessário que o projeto de formação de professores contemple as questões relativas à diversidade étnico-racial e sociocultural, projeto que não tem se concretizado de forma ampla na realidade das instituições de ensino superior do Brasil.

2 MÉTODO

Tendo como foco principal do estudo a formação docente, foi realizada pesquisa bibliográfica a partir da análise de artigos publicados referentes às questões curriculares da proposta de ensino das relações étnico-raciais, assim como a formação de professores na temática. Foram estudados os projetos realizados como o Africanidades e Uniafro, o Curso Uniafro: Política de Igualdade Racial no Ambiente escolar, especificamente o módulo III: Educação das Relações raciais, a BNCC, a Lei 10.639/03 que amplia a Lei 9.384/1996 (das Diretrizes da Educação) e torna obrigatório, no ciclo básico de educação, o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e africana e, também a Lei 11.645/2008 que modificou a Lei 10.639/03 e instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígenas.

Dessa forma, os sucessos e dificuldades de cada projeto foram comparados e analisados, a fim de promover um levantamento de práticas cabíveis, dentro da realidade escolar atual, sob o ponto de vista das relações raciais e, também, considerar os insucessos para replanejar estratégias futuras que promovam a construção de uma educação vinculada com a diversidade sociocultural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 11.645/08 estabelece que a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena sejam ministradas no âmbito de todo o currículo escolar. Nesse sentido, é fundamental que as Instituições de Ensino Superior ofertem aos futuros professores o conhecimento pedagógico relacionado às diferentes culturas e etnias, assim como a história e cultura dos povos que fazem parte da formação da população brasileira.

No entanto, as literaturas científicas analisadas, em especial a de Godoy (2017), demonstram que a estrutura curricular dos cursos de formação docente não apresenta, ou apresenta de forma superficial, conteúdos relativos ao tema das relações étnico-raciais. Tal fato evidencia que as políticas e diretrizes voltadas para essa temática enfrentam desafios com relação a sua implementação. Dessa maneira, os educadores não são preparados para trabalhar em sala de aula a diversidade, e, conseqüentemente, continuam a propagar a história pelo olhar da cultura dominante (branca), eurocêntrica e colonizada.

Negreiros (2013) avaliou a formação docente através de dois programas realizados por universidades, Africanidades e Uniafro. O primeiro foi um curso gerido e

coordenado pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), que tinha como objetivo “formar professores multiplicadores de conhecimento sobre história da África e do negro no Brasil”. Realizado em plataforma online, disponibilizou por 4 meses aulas temáticas. A gestão do curso estabeleceu exigências para selecionar escolas, dentro delas havia quantidade mínima de 500 alunos por escola, todas públicas, em capitais ou regiões metropolitanas com comunidades quilombolas e com acesso à internet. A partir daí, ficava a cargo da escola selecionar os professores para aprovação juntamente com a Secretaria Municipal da Educação. Ao fim da seleção, foram matriculados 26.054 profissionais da educação de todo país, no entanto, houve um índice de 98% de evasão do curso, formando apenas 533 alunos. Dentre as principais causas apontadas pelo insucesso quantitativo do curso, há a justificativa da falta de tempo para assistir as aulas e também realizar atividades propostas, dificuldades com acesso à internet e dificuldade em operar a plataforma, instrutores do curso também não estavam preparados para dar suporte às dúvidas, troca frequente de tutores, atividades feitas “coletivamente” e penas um aluno entregava, e por último, discordância com o conteúdo, principalmente sobre a religiosidade afro-brasileira. Este último ponto deve ser destacado, uma vez que a intolerância religiosa, que fez com que os professores abandonassem o curso, está presente em escolas de educação básica e perpetua a discriminação.

O segundo projeto avaliado foi o Uniafro que, por sua vez, abordou uma tática diferente, valorizando a cultura negra, incentivando a formação e produção de conteúdo das relações étnico-raciais e redistribuindo a aprendizagem, incentivando a adoção de ações afirmativas nas instituições de ensino superior. O projeto contava com repasses do Ministério da Educação para a realização das atividades pedagógicas programadas em cada universidade selecionadas (maioria públicas federais), porém, das 18 aprovadas, apenas 9 firmaram o acordo e receberam os recursos financeiros. Vale ressaltar que mesmo as instituições que firmaram o acordo, enfrentaram problemas no decorrer do programa ocasionado pelo atraso dos repasses do MEC, entre outros fatores. Durante sete anos do projeto, houveram muitas mudanças quanto a execução, implementação e objetivos, mas que totalizou 17.070 professores formados, produzidos 53 materiais didáticos e fornecidas 190 bolsas de permanência estudantil para negros.

Ambos os projetos representam avanços no objetivo de formar para a igualdade racial e a não-discriminação, no entanto, há muitas falhas e dissipação de conteúdo

produzido. Sobre o Africanidades, não há documentação que possa vir a ajudar numa futura elaboração de projeto parecido, mas reformulado a fim de evitar os mesmos erros. O MEC não disponibilizou detalhes aprofundados sobre o curso, ficando apenas na memória dos participantes e alguns poucos dados disponíveis em Portarias da Educação. O Uniafro por sua vez, teve um melhor sucesso se comparado ao outro, mas também caiu em descontinuidade antes mesmo de atender a todos os estados brasileiros, pois ao longo do projeto o Acre, Amapá e Amazonas, por exemplo, não participaram de nenhuma edição, enquanto Bahia e Rio de Janeiro participaram de todas.

Nesse sentido, transmitir aos alunos conhecimentos que carregam traços de um pensamento colonial de supremacia branca, contribui para a disseminação e a reprodução de estereótipos, preconceitos e discriminações seculares. Não ensinar sobre os valores históricos e culturais africanos, afrobrasileiros e indígenas, certamente silencia as vozes de muitos indivíduos e grupos sociais. Tendo em vista que “[...] aqui no Brasil, crianças brancas e negras aprendem sobre figuras e fatos importantes de brancos [...]” (BENTO, 2005, p. 44), conseqüentemente, a criança negra tem dificuldade em formar positivamente a sua identidade, enquanto a criança branca desenvolve a percepção de que é superior às crianças negras e indígenas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. É preciso desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais e desalienando processos pedagógicos. Sendo assim, é tarefa de todo e qualquer educador a adoção de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira. (BRASIL, 2004.)

Portanto, para abolir essa perspectiva educacional racista e discriminatória, é imprescindível que o professor, durante sua formação, obtenha os conhecimentos necessários acerca da educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Dessa maneira, os futuros educadores estarão preparados para atuar em favor da construção de uma educação antirracista, comprometida com a diversidade étnico-racial e com a desconstrução de estereótipos,

contribuindo positivamente na formação de identidade das crianças, consolidada sobre a concepção de respeito à diversidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao crescente número de publicações e estudos voltados para as questões étnico-raciais e a educação, aprimorou-se o repensar sobre o papel da escola e a formação docente, visando ressaltar a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade existente no Brasil. Entretanto, para que a educação esteja direcionada para a diversidade cultural e étnico racial é preciso que as IES objetivem a formação de educadores multiculturais. No entanto, como já foi apresentado nesse estudo, não é o que acontece na maioria das vezes.

Vale ressaltar que os futuros educadores carregam estereótipos racistas, discriminatórios e preconceituosos. A existência do racismo estrutural, presente ao longo da História do Brasil, não é reconhecida por muitos brasileiros, que ainda acreditam no mito da democracia racial, ou seja, a crença de que não existe discriminação racial no país. Isso faz com que as desigualdades sociais e o reconhecimento da diversidade étnico-racial sejam invisibilizados.

Conseqüentemente, os futuros educadores apresentam dificuldades em reconhecer discriminações e não estão abertos para o conhecimento e valorização da diversidade étnico-racial brasileira. Tal como evidenciado no programa africanidades, realizado pela UnB, na qual houve alto índice de evasão e que parte das justificativas estava relacionada a uma discordância com o conteúdo, principalmente sobre religiosidade afro-brasileira. Essa perspectiva etnocêntrica, influenciada pela educação tradicional, que valoriza a cultura branca e cristã europeia, desvaloriza a cultura de outras etnias, como a indígena e a africana, fazendo com que prevaleça a intolerância religiosa e diversos tipos de preconceito e discriminação.

Somente através do reconhecimento, respeito e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas será possível promover uma educação democrática na qual todos são incluídos e valorizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

GODOY, Eliete Aparecida de. A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a lei 10.639/03. **Revista Educação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 77-92, jan./abr., 2017.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias e SOLIGO, Ângela Fatima. Educação das relações étnico-raciais: o desafio da formação docente. **GT: Afro-brasileiros e educação**, n. 21.

JACCOUD, Luciana, e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002.

NEGREIROS, Dalila Fernandes. Educação das relações étnico-raciais: análise da formação de docentes por meio dos programas Uniafro e Africanidades. 2013. 109 f. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

PAULINO, Carlos Aparecido. **Educação das relações raciais, Uniafro: política de igualdade racial no ambiente escolar**. Cuiabá: EdUFMT, 2018. *E-book*. Disponível em: <http://www.editora.ufmt.br>. Acesso em: 02 out. 2020.

SOLIDADE, Wilker e MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. Educação para as relações étnico-raciais e formação docente: dilemas e perspectivas. **Revista Triângulo**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 53-67, jan./jul., 2013. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica>. Acesso em: 02 out. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO NASCIMENTO AOS SEIS ANOS: INTERFACES TEÓRICAS

Diandra Andrades Silva, Isabela Rodrigues de Souza, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: isabelarodrigues.eng@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo de conclusão do curso de graduação em Psicologia irá abordar o conteúdo acerca do ambiente familiar no desenvolvimento infantil “na primeira infância, período que vai do nascimento aos seis anos de idade, para o desenvolvimento saudável das crianças” (Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2016). Estudo nº II: Importância dos vínculos familiares na primeira infância), nas diferentes abordagens. Será realizado um comparativo por meio de pesquisa bibliográfica, entre famílias saudáveis que possuem um afeto caloroso, um bom vínculo estabelecido e que fornecem a esta criança todos os tipos de recursos necessários para que ela se desenvolva. Será abordado também as famílias conflituosas que podem levar muitas vezes seus filhos a desencadearam, problemas comportamentais e psíquicos.

Por meio de uma pesquisa aprofundada sobre a temática fora possível perceber que cada vez mais em decorrência do ambiente familiar em que a criança vivencia, influencia significativamente no decorrer de sua vida. Neste caso, primeiramente será tratado o desenvolvimento infantil.

O desenvolvimento infantil é um momento crucial para todos os seres humanos, pois, são nessas etapas que o sujeito tem seu primeiro contato com aspectos sociais, culturais, dentre outros, que podem influenciar de maneira positiva ou negativa o seu desenvolvimento. Em decorrência de todas estas etapas há também uma forte influência da família, desta forma entende-se que o papel da família é de extrema importância para o desenvolvimento infantil uma vez que o primeiro contato que a criança possui são seus pais ou cuidadores principais que apresentam os valores, as crenças a serem seguidas e a interação social com os demais em sociedade. Porém, o ambiente familiar estável, incontrolável ou caótico tem sido reconhecido como prejudicial ao desenvolvimento infantil, podendo assim acarretar problemas de saúde mental na infância que estão associados ao risco de transtornos psicossociais na vida adulta. (FERRIOLLI; MARTURATO; PUNTEL, 2007)

Entre tanto o papel da família não é apenas aquele que educa, mas também são eles que criam fortes ligações com a criança, o que podemos chamar de afetividade, Almeida afirma que, para Wallon à uma importância da afetividade para o desenvolvimento.

A posição de Wallon a respeito da importância da afetividade para o desenvolvimento da criança é bem definida. Em sua opinião, ela tem papel imprescindível no processo de desenvolvimento da personalidade e este, por sua vez, se constitui sob a alternância dos domínios funcionais. (ALMEIDA, 2008, p. 344).

É de grande importância para a comunidade tomar ciência de que um ambiente saudável traz benefícios para o desenvolvimento e compreender que um ambiente conflituoso pode acarretar patologias. Para a área acadêmica de psicologia é um grande referencial teórico que busca levantar informações a respeito de como o ambiente familiar lida com a criança.

Pesquisas recentes realizadas através de levantamentos bibliográficos, foi possível notar que há uma escassez de artigos relacionados com o tema, há inúmeros artigos que falam sobre o ambiente familiar no desenvolvimento escolar, porém poucos falam sobre o desenvolvimento psicossocial.

Diante disso, é nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem por objetivo geral verificar a influência que o contexto familiar sobre o desenvolvimento da criança. Buscando compreender o quanto estas relações interferem para esse desenvolvimento e entender quais as formas pelas quais as famílias se utilizam para educar suas crianças, a pesquisa será utilizada como uma forma de levantamento de informações das relações entre pais e filhos e seu ambiente familiar.

2 MÉTODO

Tendo em vista o presente estudo como base metodológica, será utilizada a pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Segundo as autoras Lima e Mito (2007) reafirmam que, a pesquisa bibliográfica é importante na produção do conhecimento científico, gerando hipóteses ou interpretações que irão contribuir para novas pesquisas.

As buscas foram realizadas nas bases de dados online como Scielo- Scientific Electronic Library Online, PePSIC – Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia, Google Acadêmico. Utilizando os termos ambiente familiar, desenvolvimento infantil,

violência psicológica, afetividade, etapas do desenvolvimento, praticas educativas parentais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a definição a família é um meio constituído por diversos elementos que estabelecem diferentes níveis e interação entre si (TURNBULL; TURNBULL, 2001 apud SILVA et al. 2008). É um importante espaço de socialização infantil, e cumpre um papel de mediadora da relação da criança com a sociedade (SIGOLO, 2004 apud SILVA et al. 2008).

A família é considerada como a principal influenciadora do desenvolvimento infantil por ser o primeiro sistema a ser vivenciado pela criança. Não só a interação dessas crianças com sua mãe, mais também com outros meios sociais, como escola e parentes, contribui muito para seu desenvolvimento. De acordo com Brofenbrenner, o indivíduo se constrói a partir de suas interações com o ambiente, ao mesmo tempo em que o ambiente se modifica (BROFENBRENNER, 1996 apud SILVA et al. 2008).

Ambientes que diminuem a probabilidade do desenvolvimento saudável da criança, aumentando os riscos de futuros resultados negativos ou indesejáveis, podem ser considerados fatores de risco. É considerado também fatores de risco ao desenvolvimento infantil as diversas formas de violência doméstica, como a violência física, a negligência, violência psicológica e sexual (BRANCALHONE et al apud MAIA; WILLIMS, 2005). Um outro fator de risco externo, tem uma influência forte no desenvolvimento, do que uma criança maltratada e submetida a negligências. Esses fatores causam efeitos negativos no desenvolvimento das crianças. E suas consequências podem ser observadas na dificuldade de seu desenvolvimento, além de afetar áreas de cognição, linguagem, desempenho acadêmico e socioemocional, apresentando ainda certa dificuldade relacionada à regular o afeto (BARNETT, 1977 apud MAIA; WILLIMS, 2005)

Os fatores de proteção são considerados as ações que protegem e minimizam as ações dos fatores de risco, nele se cria uma maneira de proteger a criança desses impactos de risco e aumentam as possibilidades dessa criança ter seu desenvolvimento saudável, tornar-se competente e ter seu senso de bem-estar (ERIKSON; RIEMMER 1999 apud SILVA et al. 2008). Os fatores de proteção da criança são também o suporte

oferecido pelos seus pais, a proximidade que esta tem com sua família, e um ambiente com regras, porém saudável (GRANT et al, 1989 apud MAIA; WILLIAMS, 2005).

Nas práticas educativas parentais, é importante destacar que a família é a principal influência no desenvolvimento da personalidade da criança, são os maiores reforçadores, fontes de afeto e também modelos de aprendizagem; desta forma entende-se que relações inadequadas entre pais e suas crianças podem compor um campo de estressores para seus membros (MONDIN,2008).

De acordo com Mondin (2008), estudos mostram que as qualidades de criação com apoio desenvolvidas nos anos iniciais da vida podem prognosticar adaptações bem-sucedidas, desta forma pais que desenvolvem práticas com discussões calmas em confrontos disciplinares, mostram a suas crianças um senso de respeito. Compreende-se desta forma que comportamentos ditos como desejáveis aos pais devem ser expostos por eles, para que as crianças possam compreender que é desta forma pelas quais seus pais querem que eles ajam, assim entenderam que estes são os valores que são valorizados pela sua família.

Uma outra maneira de entender que as práticas parentais de condutas positivas são de grande importância para a proteção do desenvolvimento da criança, entre estas práticas destacam-se,

- a) uma condução calorosa, demonstrando a aceitação da criança, a sua valorização pessoal, além do apoio às suas iniciativas; b) encorajamento ao desenvolvimento de competência social; c) frequência de interações mais positivas do que mais aversivas; expressão contínua de afeto positivo; d) modelos apropriados de pais que favoreçam a identificação das crianças com eles; e) incentivo ao desenvolvimento da autonomia, como a capacidade de fazer escolhas e da promoção da autodireção; f) aplicação de métodos racionais e verbais de disciplina; g) minimização de brigas e agressões entre os familiares(MONDIN,2008,p.237).

Portanto, a dinâmica familiar deve estar estabelecida entre vários aspectos o primeiro se inicia com a comunicação, o segundo refere-se as regras, o terceiro tem relação com os papéis familiares, o quarto aspecto é a liderança que os pais devem exercer no grupo familiar, o quinto tem relação com os conflitos, o sexto é a manifestação da agressividade, que sempre ocorre no ambiente familiar, o sétimo é a interação conjugal, o oitavo diz respeito à autoestima. Quando esta dinâmica familiar não ocorre desta maneira devido ao fato dos pais serem antissociais ou possuírem estresse, podem ocorrer no ambiente familiar rupturas importantes na prática da administração desta família, podendo desta forma passar estes tipos de comportamentos e valores de uma geração para a outras (INGBERMAN et al 2001 apud MONDIN 2008).

Quanto a atuação do psicólogo, é imprescindível que o mesmo faça uma escuta acolhedora para com a criança, proporcionando assim, um ambiente confortável para que ela possa se expressar. É de extrema importância que a atitude desses profissionais não seja julgadora nem punitiva, e é fundamental que primeiro se estabeleça um vínculo de confiança entre o psicólogo e a criança a qual terá futuros resultados positivo.

É fundamental o trabalho do psicólogo junto a outros profissionais, pois para tomar atitudes e fazer intervenções fará um acompanhamento da criança nos seus ambientes naturais (escola, família, comunidade) fazendo observações, entrevistas, tendo conversas com os meios onde a criança se encontra. Todas as intervenções necessárias devem conter um embasamento ético.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada à importância do assunto, torna-se necessários compreender que o desenvolvimento infantil tem suas etapas e que a influência familiar neste desenvolvimento é de extrema importância, uma vez que são os pais o primeiro contato que a criança possui com o mundo e deste contato é que são apresentados todos os conceitos e regras que devem ser levados para a vida adulta. Tendo em vista tudo que fora pesquisado para este artigo, foi possível analisar que quando uma criança possui um ambiente familiar ao qual é presente algum tipo de sofrimento, pode acarretar muitos danos psicológicos e emocionais na criança gerando diversos problemas em seu desenvolvimento emocional ou até mesmo de personalidade. E quando esta criança esta inserida em um ambiente confortável, onde os pais são afetuosos, e dispostos para a criança, esse ambiente aumenta as possibilidades dessa criança ter seu desenvolvimento saudável, tornar-se competente e ter seu senso de bem-estar.

REFERENCIAS

ALMEIDA,A.R.S. A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. **Inter Ação**,v.33,n.2,p 343-357, 2008.Disponível em : <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5271>. Acesso em:12/02/2020.

FERROLI,S.H.T; MARTURADO,E.M; PUNTEL,L.P. Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no programa saúde da família. **Saúde Pública**, v.41,n.2,p.9-251,2007.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000200012. Acesso em:12/02/2020.

GIL, A.C. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed.4, São Paulo-SP: Atlas S.A, pp.44,2002.

MAIA,J.M.D;WILLIAMS,L.C.A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, v.13,n.2,p.91-103,2005. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X20050002002. Acesso em:15/04/2020.

MANITTO,A.M. et al. Importância dos vínculos familiares na primeira infância. **Núcleo de ciência pela infância**. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br>. Acesso em:21/09/2020.

MONDIN,E.M.C. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicol.Argum**, v.26, n.54, p.233-244, 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19885/19187>. Acesso em:29/05/2020.

SILVA,N.C.B. et al. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, v.16, n.2, p.215-229,2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2008000200006. Acesso em:30/05/2020

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

Laiza Adriana Canola, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail:
laizacanola@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A importância da leitura para a formação do leitor crítico será pesquisada com o intuito de expor qual o papel da leitura no contexto social, ou seja, como ela ajuda no desenvolvimento do leitor crítico, um dos principais fatores importantes para o progresso de uma sociedade. Quando o indivíduo chega a essa fase, consegue ter consciência de todos os seus direitos e lutar por eles. Ressaltaremos também quais as dificuldades encontradas por professores e alunos ao ler e a influência que a escola pode proporcionar para a leitura.

Em seguida será discutido como os contos de fadas e curtos contos infantis contribuem para a aprendizagem da criança, pois a literatura infantil é um dos estágios para desenvolver o leitor crítico. Ela é a porta de entrada para o mundo da leitura e da literatura e, além disso, é o marco inicial de uma cultura. Assim, visa-se responder à seguinte questão: de que forma a leitura contribui para a formação do leitor crítico?

Como objetivos, visa-se, ao final da pesquisa, demonstrar a trajetória da leitura e como ela se desenvolveu dentro das sociedades; discutir qual a importância que ela tem na sociedade, de que forma contribui para o progresso do indivíduo crítico, e como as escolas e os pais ou adultos que estejam próximos aos jovens e crianças influenciam os alunos no universo da leitura. Propõe-se responder também quais as dificuldades encontradas pelos professores e alunos ao ler; e por fim compreender que a literatura infantil é um dos estágios de desenvolvimento da inteligência e interação entre as crianças, capaz de levar a formação do leitor crítico. Vale ressaltar que a presente pesquisa ainda encontra-se em fase de desenvolvimento e, por isso, os resultados e discussão não são completamente conclusivos.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento dessa pesquisa leva em consideração uma revisão de literatura inicial através de autores como BRITO (2010), COELHO (1982), AZEVEDO (2003), entre outros. Ela tem por objetivo expor a importância da leitura para a formação do leitor crítico. Para alcançar esse objetivo, será usado como procedimento uma

pesquisa bibliográfica realizada a partir da leitura de livros e materiais disponíveis em meios virtuais abordando autores e estudos que discutam o tema desta pesquisa, ainda em andamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Brito (2010), o livro surgiu há seis mil anos atrás, sendo que há 40.000 anos o homem já conseguia se expressar através das pinturas nas paredes das cavernas. Nesse sentido, Coelho (1982) nos diz que a Literatura, tanto oral como escrita, foi o principal meio de transmissão de geração para geração da história das culturas.

A partir desses relatos é possível explorar, analisar e compreender o passado para depois compará-lo, confrontá-lo com o presente, permitindo que o indivíduo se posicione e procure diversas formas para modificar o meio em que vive. Os ancestrais compreendiam o valor e a importância que a leitura tinha e tem até hoje, o problema é que muitos não conseguem ver a leitura como uma arma poderosa nas mãos da população, que consegue tirar os indivíduos da sua situação de oprimido.

Schutz (2009), afirma que o conceito de leitura vai além da decodificação dos textos escritos, é possível fazer a leitura de uma imagem, a leitura visual, tudo pode ser lido, o leitor precisa compreender os diferentes tipos de linguagens existentes.

Brito (2010) afirma que ler não é decifrar os significados, mas sim reformulá-los quantas vezes forem necessárias a partir das novas ideias e opiniões; daí vem a conclusão de que é nos textos que se adquire a capacidade de agir criativamente.

Segundo Panichella (2015), a leitura é reconhecida hoje em dia como atividade social, e destaca-se a presença do outro, que é interlocutor do leitor. Dessa forma, o significado está nas convenções de interação social em que ocorre a leitura. A partir disso, ela traz à tona três concepções de leitura: na primeira o foco está no texto, em que a leitura é vista como um processo de decodificação dos signos linguísticos, o texto independe do contexto e da situação comunicativa, o leitor é um receptor passivo.

De acordo com Panichella (2015) a segunda concepção de leitura o foco está no leitor, já que ele faz inferências, de acordo com o seu conhecimento prévio e, dessa forma, consegue construir o sentido do texto, fazendo com que um mesmo texto tenha um sentido diferente ao ser lido por diferentes pessoas; nessa concepção o leitor é ativo, ou seja, construtor do sentido. Na terceira concepção de leitura o foco está na interação texto-autor-leitor, e tanto o leitor como o texto são importantes: o sentido é construído a

partir da interação entre o texto, o autor e o leitor – este se apoia nas informações do texto e no seu conhecimento acumulado ao decorrer da vida, ele é ativo, faz inferências, interagindo com os dados do texto, e consegue descobrir as marcas deixadas pelo autor, chegando à sua intenção ao escrever o texto.

A concepção de leitura que visa apenas a função textual como decodificação dos signos linguísticos está presente nas escolas. Muitos educadores utilizam textos para ensinar gramática, e dão exercícios para identificar a classe gramatical das palavras ali presentes, e conseqüentemente não permitem que o aluno seja ativo, que faça inferências, que tente compreender o sentido global do texto; pelo contrário, esse tipo de exercício foca apenas na estrutura das palavras, em consequência disso o aluno realiza a atividade, mas não compreende o enunciado como um todo. É claro que o professor pode fazer uso desses exercícios, mas também deve fazer com que o texto seja compreendido, aumentando o desenvolvimento do aluno, que também precisa saber em que situação se usa aquelas regras gramaticais. Vale ressaltar que não é por meio de uma leitura que se baseia na decodificação que haverá a formação de leitores críticos.

Panichella (2015) ainda afirma que na concepção de leitura, onde o foco é no leitor e a interpretação deriva das inferências feitas por ele a partir do seu conhecimento prévio, isola-se o contexto em que as palavras estão inseridas, afinal um mesmo texto pode apresentar diversos significados, e dessa forma o autor não consegue delimitar a gama de interpretações do seu texto. Nesse caso, o bom leitor é aquele que consegue confirmar o sentido encontrado a partir de pistas deixadas pelo autor, pois, apesar de proporcionar vários significados, pode ser que a mensagem que o autor quis passar não seja a mesma encontrada.

Segundo Schutz (2009), a leitura é um processo de interação, já que, para atingir a compreensão de um texto, é necessário que três níveis de conhecimento estejam conectados, a saber: o conhecimento linguístico, o conhecimento textual (aborda a coerência do texto) e o conhecimento prévio do leitor sobre o assunto do texto. Dessa forma, para que o professor proporcione uma leitura que suficiente nas escolas, é necessário que ele não se detenha a apenas um nível de conhecimento, propondo uma leitura em que a gramática esteja interligada aos três níveis de conhecimento. A interatividade ocorre a partir do momento em que o leitor consegue associar diferentes conhecimentos, textos e imagens e assim, ao compreender o assunto abordado, ele conseguirá exprimir a sua opinião, o seu ponto de vista sobre o assunto.

Contudo, a mediação entre texto e leitor nas escolas possui falhas, pois os professores propõem aos alunos atividades voltadas apenas para compreensão ou para a aplicação da gramática, o que faz com que os textos sejam usados como pretexto para o ensino da norma padrão da língua, ignorando a importância de o aluno se desenvolver completamente como leitor – para isso, é necessário fazer inferências com outros conhecimentos (SCHULTZ, 2009).

De acordo com Fleck (2007), a prática da leitura dá o acesso ao mundo da literatura e é responsável por conduzir os indivíduos ao posicionamento crítico. Silva (2003, p. 515) afirma que “O papel da escola é o de formar leitores críticos e autônomos capazes de desenvolver uma leitura crítica do mundo.” Nesse sentido Silva (2003) também afirma que, nas escolas, os alunos precisam ler para poder fazer exercícios, avaliações e outras atividades e ler se torna uma obrigação. Essa concepção de leitura faz com que a voz do aluno seja apagada, sendo na troca de experiências e histórias de leitura que acontece a interação entre o texto e o leitor.

A partir das afirmações do autor (FLECK, 2007), pode-se concluir que a escola exerce um papel fundamental na formação dos leitores ao despertar o interesse dos alunos pela leitura. Isso se dá através da contribuição de todo o corpo docente e não de apenas alguns professores específicos, sendo muito importante a participação de todos. O profissional da educação sempre é observado pelos alunos e se ele demonstrar prazer em ler, esse sentimento também poderá ser desabrochado nos discentes.

Convém ressaltar que, segundo Brito (2010), muitos estudantes leem o texto, mas não conseguem compreender a informação que está presente nele, sendo que para um leitor capacitado o principal objetivo da leitura é a compreensão da mensagem que o autor quer transmitir. Para um leitor inexperiente, como uma criança quando aprende a ler, seu principal objetivo é decifrar as letras para depois compreender o texto. Um dos estímulos para essas crianças é a leitura em voz alta, dessa forma ela ouvirá vários modelos de leitura, já que o professor é o modelo de leitor. A leitura promove muitos benefícios na sociedade, e pertence aos pais e aos professores o dever de estimular as crianças a lerem, porque a leitura é um dos meios mais importantes para adquirir novas aprendizagens, e permite a construção de novas ideias.

Nos dizeres de Azevedo (2003), as crianças e jovens que têm uma situação social equilibrada e que possuem contato com pais ou adultos leitores têm chances de tornarem-se leitores também; já aquelas que pertencem às classes sociais elevadas e

possuem contato com adultos que recomendam a leitura e, na verdade, não são leitores, dificilmente se tornarão adultos com hábitos de leitura.

Nesse sentido Schutz (2009), afirma que o fato dos pais serem leitores não quer dizer que os filhos também serão. As crianças adquirem o hábito de leitura mais facilmente em um ambiente familiar em que se dá a verdadeira importância que a leitura possui, mas infelizmente nem todas as crianças têm livros e são influenciadas a ler pelas famílias. Assim, fica sob a responsabilidade da escola estimular os alunos a lerem, dessa forma, os professores devem dar aulas de leitura visando o desenvolvimento e formação do leitor crítico reflexivo. O incentivo à leitura cabe a todos os professores e não apenas de algumas matérias específicas, pois todos necessitam da linguagem para se comunicar e para ensinar.

De acordo com Schutz (2009), os professores precisam abordar de forma prazerosa todos os aspectos que o livro possui, trazer para a sala de aula diferentes tipos de leitura, valorizando a interpretação e a compreensão de variados textos. Um ponto importante para a formação de leitores é que o professor seja exemplo de leitor, esteja engajado com a leitura e sinta prazer por ela, afinal os seus benefícios e as suas relevâncias precisam sair da teoria, isso se dá através de professores competentes, incentivando leitores que formem a sua própria concepção de leitura e a partir daí possam contribuir com a escola nesse processo de formação de leitores.

Segundo Coelho (1982), a literatura age de forma profunda e duradoura, dando forma e divulgando os valores culturais que impulsionam uma sociedade ou uma civilização. A Literatura Infantil, além de entreter os leitores, faz com que eles percebam e questionem o mundo que os rodeia e a si mesmo de forma fácil e lúdica, norteando seus interesses e propondo-lhes objetivos e ideais.

“O mundo dos Contos de Fadas são oportunidades ímpares de poder para a formação de excelentes e permanentes leitores.” (BRITO, 2010, p. 28). A partir das afirmações da autora, conclui-se que a literatura infantil é uma das fases do desenvolvimento do leitor crítico, ela é a responsável por despertar a criatividade, a imaginação, a curiosidade, os sonhos, as fantasias, entre outros, que proporcionarão o conhecimento da realidade, que só acontece através do sensível, do emotivo.

Além disso, Coelho (1982) afirma que muitas obras famosas na literatura para adultos passaram por uma adaptação ao longo do tempo e foram transformadas em formas de divertimento às crianças. Todas as obras transformadas em clássicos da

Literatura Infantil nasceram no meio popular, e tinham a intenção de transmitir valores ou padrões que seriam respeitados pela sociedade ou incorporados pelo comportamento dos indivíduos.

Segundo Silva e Risso (2012), na idade média as crianças eram diferenciadas dos adultos apenas pelo tamanho e não pela idade e por isso não havia livros voltados apenas para as crianças, então, com o passar do tempo, surgiu o sentimento de infância e muitas obras da literatura popular foram transformadas em literatura infantil, dessa forma muitas histórias que são denominadas contos de fadas, eram contos e lendas da idade média que foram transformados em literatura infantil. No Brasil a literatura surgiu apenas no século XIX, mas entrou em vigor em meados de 1922, ano da Proclamação da República, quando o país se encontrava em uma época de modernização. Os primeiros livros destinados as crianças eram traduções de produções portuguesas, o que estabelecia uma diferença entre a realidade da criança, porque eram escritos em português e o código linguístico não coincidia com o dos leitores brasileiros.

Segundo Pereira (2007 p.8), a criança que entram em contato com a literatura desde cedo “terá a oportunidade de desenvolver seu potencial criativo e alargar seus horizontes da cultura e do conhecimento; terá, ainda, uma visão melhor do mundo e da realidade que a cerca. Nesse sentido Silva e Risso (2012), afirmam que a literatura infantil, embora tenha surgido em meados do século XIX no Brasil, foi na primeira metade do século XX que houve a sua renovação através das obras de Monteiro Lobato, a partir daí, a literatura tornou-se algo prazeroso, tanto no ambiente escolar como fora dele.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do embasamento teórico é possível observar que a leitura contribui para o desenvolvimento da criticidade no indivíduo, porém é verídico que os professores e os alunos se deparam com inúmeras dificuldades neste percurso, que se inicia com a literatura infantil, responsável por despertar o interesse das crianças em relação à leitura.

Com base no que foi pesquisado até agora, pode-se chegar à essas conclusões e, a partir disso, prosseguiremos a pesquisa com o intuito de aprofundar como a leitura foi se desenvolvendo e o papel que ela exerce atualmente sobre a sociedade. Explanaremos também quais são as dificuldades encontradas pelos indivíduos e como

se dá a relação das crianças com a literatura infantil. Isso só será possível a partir de novas coletas de dados, que serão introduzidas nos capítulos iniciais da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo. A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores. **Literatura e Letramento – Espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: < <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/A-didatizacao-e-a-precaria-divisao-de-pessoas-em-faixas-etarias.pdf>> Acesso em: 16 jun.2019.

BRITO, Danielle Santos de. A Importância da Literatura na Formação Social do Indivíduo. **Periódico de Divulgação Científica da FALS**. Disponível em: < http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf> Acesso em: 15 ago. 2019. Acesso em: 16 jun. 2019.

COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Infantil**. São Paulo: Global, 1982.

FLECK, Gilmei Francisco. O Papel da Literatura Infantil e Infanto-Juvenil na Formação do Leitor. **Revista Língua & Literatura**. URI/ Frederico Westhalen. v. 10 n. 14 p. 13 - 27 Jul 2007. Disponível em:<<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/72/137>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PANICHELLA, Fernanda Callefi. Concepções de leitura: diferentes perspectivas para a linguagem e o texto em sala de aula. **Revista Leitura**, Maringá, v.2, n. 56, p. 42 – 59, jul/dez 2015. Disponível em :< <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2204> >. Acesso em: 23 ago.2020.

PEREIRA, Maria Suely. A Importância da Literatura Infantil nas Séries Iniciais. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 6, n. 1, jun 2007. Disponível em:<<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/283/189>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SCHUTZ, M. D.; GONÇALVES, L. I. **Concepções de leitura** – reflexões sobre a formação do leitor. Disc. Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 10, n. 1, p. 55-76, 2009.

SILVA, Ivanda Maria Martins. **Literatura em sala de aula: da teoria literária à prática escolar**. Recife: Anais do Evento PG Letras 30 Anos Vol. I. Tese em Teoria da Literatura. Programa de Pós-graduação em Letras. UFPE, 2003.

SILVA, Giselle Toledo da; RISSO, Luciana. **“Conta outra vez!”: literatura infantil na escola**. 2012. 36 f. Monografia (Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais) - Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL, Londrina.

A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM CORPORAL NO ATENDIMENTO CLÍNICO EM PSICOLOGIA

Jacqueline Scarabelo, Adriana Campos Meiado, e-mail:
Jacquelinescarabelo@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A abordagem em psicologia corporal trabalha aspectos físicos, mentais, sociais e culturais, através de observação de pontos em conjunto, uma união entre o corpo e a psique; Para realizar essa união pode-se utilizar a escuta, técnicas de massagens, respiração, exercícios físicos e corporais. Essa teoria se demonstra para o ser humano que contenha algum tipo de angústia, obtendo a chance de entrar em contato com a essência, que olhe para si, se aceite, respeite, e sinta o amor próprio, vivendo de maneira equilibrada e harmônica com o meio social a qual está inserido (VOLPI, 2003).

Um dos pioneiros no estudo de comportamento, Darwin concluiu que através de expressões faciais, seja em humanos ou animais, manifestam-se estados emocionais além da fala; As expressões corporais das emoções fazem parte do repertório evolutivo do ser humano, e independe de etnia ou cultura (GREBOT, 2012).

Após estudos sobre ações musculares, Darwin concluiu a universalidade em relação às expressões das emoções, não somente em humanos, mas em primatas e alguns mamíferos (ROSA, 2011).

O processo terapêutico, de acordo com Reich, tem mostrado uma necessidade em ser menos mecanicista, sem regras a serem seguidas, não existindo um manual para todos os atendimentos psicoterapêuticos; Alguns profissionais da área tendem a utilizar técnicas específicas, não analisando cada caso especificamente, causando uma perda de interesse do paciente em contar a sua história, a sua angústia, seja verbalmente ou não (NAVARRO, 1996).

A questão a ser investigada no presente trabalho é tratar da verificação de como o conhecimento de linguagem corporal pode auxiliar no atendimento clínico em psicologia. Demonstra-se necessário a compreensão da conceitualização da psicologia corporal, do setting terapêutico, o conceito de emoções e da linguagem não verbal.

Acredita-se que a literatura atual contenha materiais relevantes sobre a temática, que envolve a linguagem corporal no atendimento clínico em psicologia.

O objetivo central do trabalho, foi verificar como o conhecimento da linguagem corporal pode auxiliar no atendimento clínico em psicologia, e desta forma contribuir para práticas relacionadas a linguagem corporal no atendimento clínico.

2 MÉTODO

A pesquisa pode ser entendida por processos onde o pesquisador tem a atitude e a prática teórica de constante busca, definindo um processo inacabado e permanente, realizando assim uma atividade de aproximações da realidade, com “uma carga histórica”, refletindo posições frente à realidade (MINAYO,1994).

O estudo não pode ser aleatório, implicando em um conjunto ordenado de procedimentos de buscas e soluções, atentando para o objeto de estudo.

Para obter informações de cada momento da pesquisa, foi necessária uma leitura sucessiva do material, utilizando vários tipos de leitura, como leitura exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa (SALVADOR, 1986).

O trabalho utilizou a base de dados Google Acadêmico como instrumento de coleta de dados, utilizando como palavras-chave: Linguagem Corporal; Prática Clínica; Psicoterapia; Reichiana.

A amostra se denota pela variável de interesse em 20 artigos, que foram selecionados a partir de uma leitura dos artigos, teses e dissertações encontradas, com o critério que atenderia à questão do estudo. Como seleção foram utilizadas publicações referentes aos anos de 2015 até 2020, com idioma em português, e todos os tipos de delineamentos metodológicos foram aceitos. Após essa coleta de dados, houve a realização de leitura exploratória das temáticas dos estudos, para que se elegessem somente trabalhos que se relacionassem diretamente com a proposta de pesquisa. Prosseguiu-se com a leitura de todo o material, destacando objetivos, métodos e resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A ABORDAGEM DE PSICOTERAPIA CORPORAL

Existem várias práticas que auxiliam a obtenção de resultados em um setting terapêutico. O início do processo terapêutico segue alguns passos, o primeiro é o acolhimento, ou seja, a escuta inicial do paciente e qual o desejo em relação ao processo terapêutico. Demonstra-se de suma importância a compreensão pela razão do qual o

paciente procurou a psicoterapia, e em qual momento a queixa se estabeleceu, como era antes desse momento o funcionamento da vida. Apesar de que não existam recomendações sobre entrar em questões mais profundas antes do estabelecimento do vínculo terapêutico, apropriado à existência de probabilidade que isso possa afetar negativamente o processo (BAKER, 1980).

De acordo com Baker, o psicoterapeuta corporal deve observar o paciente desde o contato inicial, em uma observação física, comportamental, com a análise de caráter através da escuta e observação no decorrer das sessões. Na abordagem em psicologia corporal, a avaliação é mais ampla, avalia fatores como hábitos diurnos e noturnos, alimentação, e tem como uma prática comum a solicitação de exames físicos ao paciente para a realização de um trabalho em conjunto como médico, ou psiquiatra, caso o paciente utilize medicação controlada (BAKER, 1980)

Nessa abordagem em questão é necessário a compreensão no início da psicoterapia do período pré-natal, dados sobre o parto, desmame, fatores marcantes durante o desenvolvimento, a situação em relação a família e grupos sociais (NAVARRO, 1996).

O significado do corpo em um processo terapêutico se denota como uma denúncia de um estado emocional, tornando visíveis incongruências e contradições entre a fala e a corporeidade (FREITAS, ARENHART, ABUHAMAD, 2017).

3.1.1 O setting terapêutico

O setting terapêutico exerce papel importante nos atendimentos, podendo influenciar de maneira positiva ou negativa a psicoterapia. Necessita de alguns cuidados específicos, deve ser acolhedor, conter uma iluminação que não seja muito forte sobre o paciente, tons claros na pintura do ambiente, mas não tons frios. As poltronas devem ser confortáveis, para ambos os envolvidos (NAVARRO, 1996).

Ainda sobre as poltronas, Navarro explicita que devem estar uma frente a outra, sem objeto entre elas, para visar o posicionamento sem interferências, auxiliando na leitura corporal, na sensação do órgão, a transmissão energética. É necessário que o paciente fique à vontade na sala, com a certeza do sigilo, uma música na recepção pode ser útil, para que o paciente sinta que fora do setting terapêutico ele não será ouvido (NAVARRO, 1996).

Outros fatores importantes, é a não existência de artigos religiosos, para não gerar nenhum desconforto ao paciente, para que ele sinta que o terapeuta é neutro. O cheiro também é outro fator, devendo ser agradável e neutro, visto que o olfato influencia a memória, causando bem estar no indivíduo.

3.1.2 Psicólogo

Espera-se que o psicólogo esteja preparado para o atendimento, conhecendo a si mesmo, suas limitações, seu caráter, sempre buscando trabalhar o seu amadurecimento. Um terapeuta com sua energia desorganizada devido a questões próprias, não é capaz de estabelecer vínculo terapêutico apropriado com os pacientes (REICH, 1972).

Em cada caso o comportamento do analista é fator decisivo, tendo em vista tarefas de usar seu próprio inconsciente como um aparelho receptor para sintonizar o inconsciente do analisando e tratar com harmonia (REICH, 1972). O temperamento do analista é algo que se controla ou se modifica, mas com amadurecimento do caráter passa a ser controlado de forma saudável e madura pelo indivíduo (GOLEMAN, 2012).

3.2 A ORIGEM DAS EXPRESSÕES CORPORAIS.

Um dos pioneiros em estudos de comportamento, Darwin, denotou que estados emocionais se manifestam além da fala, através das suas viagens ao redor do mundo, que existem conjuntos de comportamentos que estão ligados diretamente a um estado emocional específico, através de sinais físicos e comportamentos observáveis externamente. A origem dessas expressões corpóreas tem caráter hereditário e enuncia três princípios gerais da expressão (GREBOT, 2012).

O primeiro princípio é o de hábitos associados úteis, onde conjuntos de movimento estão relacionados a sensações ou desejos específicos. O segundo princípio é chamado de antítese, consiste em uma tendência e execução de movimentos opostos diante de estados emocionais opostos. O terceiro princípio é o das ações devidas à constituição do sistema nervoso, movimentos que ocorrem de maneira independente da vontade ou hábito, estabelecendo relação direta com o sistema nervoso e a estimulação sensorial (GREBOT, 2012).

3.2.1 Conceito de emoções

A emoção tem como definição aspectos físicos, psíquicos e comportamentais que surgem inicialmente com a tripartição cognição-emoção-motivação de Platão, incluindo divisão mente-corpo de Descartes, o evolucionismo de Darwin e a percepção dos estados corporais de William James (VIEIRA, 2015). William James apresentou a sua hipótese sobre emoções e a sua natureza, levando em consideração sintomas e sensações que podem ser percebidos pelo indivíduo que se emociona. Sem a constituição da emoção, tudo que fica é um estado frio e neutro de percepção intelectual (JAMES, 1890 apud DAMÁSIO, 1994).

Foi atribuído pouca importância no processo de avaliação mental dessa situação que causa a emoção. James frisa que os objetos que excitam um instinto também excitam uma emoção, encaminhando a ideia de que não há necessidade de avaliação da importância de estímulos para que uma ação ocorra (DAMÁSIO, 1994).

3.3 LINGUAGEM NÃO VERBAL

É importante ao pesquisador ter consciência do contexto cultural específico, reconhecendo limitações na visão de mundo, preconceito, e que se coloque em posição de aprendiz (BISOL, 2002). Quando um profissional tem relação com o sujeito deve primeiramente ouvir, depois o que o paciente não deseja falar, e o que ele não pode falar. O profissional tem como tarefa a interpretação do significado da comunicação não verbal, buscando estabelecer um plano com cuidados adequados ao paciente, as suas necessidades e singularidades (RAMOS, BORTAGARAI, 2011).

O reconhecimento da existência, a importância, de um modo não verbal de expressão através do corpo, ao lado do verbal, tem como importância capital para profissionais que interagem com pessoas, principalmente aos que tem como função mais diretamente relacionada ao corpo e movimento, como psicólogos e médicos (MESQUITA, 1997).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As emoções podem surgir através de diferentes formas e resposta a eventos distintos, causando reações físicas e motivacionais, e ambas têm extrema importância para a psicoterapia. As reações físicas que são percebidas através de posturas, gestos, vocalizações, expressões faciais podem contribuir no trabalho de psicólogos, tornando mais fácil distinguir os estados emocionais por meio das expressões corporais. As

reações motivacionais também exercem grande papel na psicoterapia, já que é fundamental que haja motivação para mudança.

Dessa forma o psicoterapeuta que observar mais indicadores pode direcionar o processo terapêutico com maior assertividade. Para a seleção dos artigos no trabalho, existiu uma grande dificuldade em encontrar sobre o tema pesquisado, visto que ainda é escasso de material sobre o assunto, e sugere-se, portanto, que a pesquisa desse assunto tenha continuidade, visto que existem poucas publicações e estudos que relacionam a linguagem corporal em processos clínicos de psicologia, dessa forma, no decorrer desse trabalho espera-se ter incentivado o trabalho científico nessa área.

REFERÊNCIAS

ARRIAGA, P.; ALMEIDA, G. Fábrica de emoções: A eficácia da exposição a excertos de filmes na indução de emoções. 2010. **Laboratório de Psicologia**, 8(1): 63-80. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2156>> Acesso em: 27 maio 2020.

BAKER, E. O labirinto humano. Causas do bloqueio da energia sexual. São Paulo: Summus Editorial; 1980.

BISOL, C. A.i. **Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais.** 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29s1/08.pdf>> Acesso em: 15 SET. 2020

DAMÁSIO, A. R. **O erro de descartes: Emoção, razão e cérebro humano.** Lisboa: Tradução de Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Schwarcz. 1994. 116 p.

FREITAS, J. L. Corpo e subjetivação: Reflexões sobre uma possível contribuição da fenomenologia à psicologia. In M. V. F. Cremasco (Ed.), **O sofrimento humano em perspectiva: Enfoques psicológicos** (pp. 143-157). Curitiba: CRV. 2011.

GOIS, A. K. de; NOGUEIRA, M. F. M; VIEIRA, N. V.. A linguagem do corpo e a comunicação nas organizações. Rev. **Anagrama**. Ano 4 ed 4. 2011.

GOLEMAN, D. **O cérebro e a inteligência emocional: novas perspectivas.** Rio de Janeiro; Objetiva; 2012.

GREBOT, I. B. da F. **O reconhecimento das expressões faciais como uma habilidade relacional.** 2012. 42 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília. Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/handle/10869/5550>> Acesso em: 1 jun. 2020.

JR, R. M.. **Fisiologia das emoções: Introdução à neurologia do comportamento, anatomia e funções do sistema límbico.** São Paulo: Sarvier. 1975. 101 p.

LIMA, T. C.; TAMASO, M. R. C. Procedimento metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katalysis**, 2007.

MARTINS, G.A.; PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MESQUITA, R. M.. Comunicação não-verbal: Relevância na atuação profissional. 1997. Rev. **Paul. Educ. Fís.**, São Paulo, 11(2):155-63, jul./dez.

NAVARRO, F. Metodologia da vegetoterapia caracterológico-analítica. Sistemática, semiótica, semiologia, semântica. São Paulo: Summus; 1996

ORTEGA, F. (2008). O corpo incerto: Corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond.

RAMOS, A. P.; BORTAGARAI, F. M. A comunicação não-verbal na área da saúde. Rev **CEFAC**, São Paulo. v. 14, n. 1, p. 164-170, 8 Jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2011nahead/186_10.pdf> Acesso em: 26 maio, 2020.

RAMOS, A. P.; BORTAGARAI, F. M.. A comunicação não-verbal na área da saúde. Rev CEFAC, São Paulo. v. 14, n. 1, p. 164-170, 8 Jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2011nahead/186_10.pdf> Acesso em: 16 SET. 2020

REEVE, J.. Motivação e emoção. Rio de Janeiro: LTC, 2006. p.356.

REICH,W. Análise do Caráter. São Paulo: Martins Fontes; 1972.

ROSA, T. F. S. de A. e F.. O reconhecimento de expressões de emoções básicas e auto-conscientes na população portuguesa. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/1680>> Acesso em: 1 jun. 2020.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem**. Uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VIEIRA, H. A. C.. **O padrão de trajetória visual para o reconhecimento de expressões faciais**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento) - Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/19707/1/2015_HélidaArraesCostaVieira.pdf> Acesso em: 1 jun. 2020.

VIEIRA, H. A. C.. O padrão de trajetória visual para o reconhecimento de expressões faciais. 2015. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento) - Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/10482/19/1/2015_HélidaArraesCostaVieira.pdf> Acesso em: 25 maio, 2020.

VOLPI, J.H. **Reich: da psicanálise à análise do caráter**. Curitiba: Centro Reichiano; 2003

WEIGAND, O. **Grouding e Autonomia** – A Terapia corporal Bioenergética revisitada.
São Paulo: Person, 2006

A INFLUÊNCIA DO CURRÍCULO OCULTO NO COMPORTAMENTO DOS ALUNOS EM SALA DE AULA

Denise Alves da Silva, Gabriela Cristina Carmello, Lúcia Helena Ormelese de Barros.
Email: denise.ads@live.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda como tema principal o currículo oculto e a sua maneira de influir diretamente, indiretamente e significativamente em todo o processo de ensino e aprendizagem. E tem como objetivo compreender o currículo oculto como uma ferramenta auxiliadora e promotora de comportamentos favoráveis ao processo de aprendizagem e a criticidade do aluno.

O currículo oculto de maneira expressiva se interpõe nas relações do contexto escolar, refletindo e guiando não somente os vínculos que se estabelecem nessas dependências, mas ensinando, de modo implícito, atitudes e valores que podem ser carregados para o resto da vida do educando, além de interferir com expressividade na construção do conhecimento.

Manifestando-se nas atitudes e formas de se enxergar a vida, o currículo oculto está intimamente ligado a desdobramentos externos à sala de aula, sendo assim, a compreensão de seus influentes pode ser encontrada na construção histórica da sociedade atual, na forma como o sistema educacional nacional entende o ensino e nas expressões sociais e culturais, visto que todos esses contextos invadem a sala de aula através de modos de ação e posicionamentos ideológicos.

Pela ausência da neutralidade é que se tem a presença de ensinamentos ocultos, pelo que se conhece como currículo oculto. Há uma intencionalidade oculta no ensino em si, na forma como esse é apresentado pelo professor aos seus alunos e nas relações em geral. Isso ocorre porque o professor não é apenas um ensinador aquém de experiências e ideologias sociais, mas carregado delas.

Os “olhos” que olham as crianças na escola e na sala de aula não são nunca isentos, sequer desinteressados, muito menos descritivos. Seus “olhares” – sejam curriculares, didáticos, pedagógicos, psicológicos, sociológicos, filosóficos, antropológicos – estão historicamente comprometidos em determinadas relações de poder-saber e implicados na constituição de certas políticas de identidade e de representação culturais, e não de outras (CORAZZA, 2001, p.22).

Entende-se, portanto, que os ensinamentos, impregnados de ideologias, estão além do que é conhecido como ensinamentos formais, sendo esses, estabelecidos pelas políticas

públicas vigentes, é crucial atentar-se para o fato de que o currículo oculto torna-se uma ferramenta de intenso poder auxiliador e promotor dos comportamentos, atitudes e valores apreendidos durante o processo de ensino e aprendizagem bem como pode facilitar ou dificultar esse processo de forma direta, porém implicitamente.

Sobre isso, Silva (1996) acrescenta que tanto o currículo real, oficial (explicitamente) e o currículo oculto (implicitamente) têm poder socializador na escola, pois certas práticas e rituais escolares moldam e fabricam consciências. (p. 4)

Embora seja o currículo oculto uma interferência real nas instituições escolares, é comum que, diante da realidade cotidiana, “muitos professores não [tenha] uma posição crítica em relação ao Currículo Oculto” Silva (1996, p. 3). Isso significa que pouca atenção se dá aos ensinamentos implícitos recorrentes em sala de aula.

É necessário, que os educadores se posicionem de forma crítica e reflexiva, fazendo com que a relação pedagógica vá além da mediação do conhecimento, percorra os saberes e contextos do aluno e conheça as bases de seus próprios pensamentos ideológicos que, em sala de aula, se transformam em ações concretas, favoráveis para a promoção dos educandos.

Os estudos mais recentes que se relacionam ao currículo oculto, trazem uma abordagem estreitamente ligada à sociedade capitalista. Essas, denominadas como teorias críticas do currículo, apontam a ferramenta como um instrumento capaz de promover o capitalismo e instaurar desigualdades sociais. Promovendo um ensino dualista, as aprendizagens reforçam um ensinamento para cada classe social, visando perpetuar situações em que existam classes dominantes e dominadas (ARAUJO, 2018, p. 32).

Silva (1996) salienta que “nem todos aqueles que frequentam a escola têm a possibilidade de se apropriarem do conhecimento da mesma maneira e da mesma proporção” (p. 1), afirmando assim que as ideologias sociais adentram os sistemas de ensino, proporcionando a valorização de determinados saberes em detrimento de outros, bem como a valorização de alguns alunos sobre outros. É claro que, em sala de aula, a manifestação dessa dualidade é de responsabilidade primordial do professor.

Isso demonstra que na realidade social atrelada à sala de aula, alguns alunos podem apresentar comportamentos positivos ou negativos ao modo de enxergar do professor. As impressões, ideologias e interpretações do educador sobre seus alunos

pode dificultar ou facilitar o aprendizado, incentivar ou eliminar determinados comportamentos de alunos durante o processo de ensino.

Nesse caso, as intenções educacionais não se manifestando apenas de forma explícita, são ocultamente também ensinadas, sendo que o peso da responsabilidade do ensino oculto é de grande importância porque se estabelece a partir das relações cotidianas.

Assim, trazer à tona uma reflexão sobre as relações interacionais e pedagógicas, os comportamentos recorrentes no contexto escolar, os contextos sociais existentes e a suscitação de valores e atitudes presentes em sala de aula a partir de um currículo que percorre o sistema de ensino de forma implícita é, inicialmente refletir sobre uma mudança ideológica, mais crítica e mais democrática, visto que “o professor é levado sempre a fazer uma escolha: contra ou a favor do aluno.

Esta escolha não implica apenas uma visão pedagógica, mas também, e sobretudo, uma visão ideológica, diferente (SILVA, 1996, p. 4). A partir do momento em que o currículo ocupar um lugar crítico de influência na ação dos professores, o sucesso ou o fracasso escolar serão melhor compreendidos.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada na realização da presente investigação se deu a partir da utilização de fontes bibliográficas e artigos científicos, bem como as suas bases influenciadoras no processo de ensino e aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É compreendido que o currículo oculto possui intensa relação com diferentes dimensões, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou culturais, podendo produzir uma aprendizagem mais significativa, desenvolvendo experiências vividas dentro e fora da sala de aula, possibilitando um aprendizado para a vida do educando.

Isso significa que ao considerar o contexto do educando, o professor não poderá agir de acordo com as próprias impressões, as tendo como definitivas e corretas, mas ter novas possibilidades de promover o crescimento integral do aluno.

Verificou-se que muitas são as circunstâncias externas que podem acarretar em um desempenho positivo ou negativo de aprendizagem dos alunos. Elas são ricamente valorizadas nos preceitos das bases curriculares nacionais, que impõe que todo o ensino

escolar considere os seus saberes prévios, visto que a contextualização é favorável ao entendimento dos ensinamentos. Porém, essas circunstâncias estão submissas ao olhar interpretativo do educador. Tal olhar é referendado por suas bases ideológicas, o que não pode influir na sua prática pedagógica, trazendo relações implícitas de desvalorização e sentimento de fracasso por parte do aluno.

Os professores devem ficar atentos aos valores que eles próprios incorporam, porque eles determinam a seleção dos conteúdos, as estratégias, a metodologia, as habilidades e a avaliação. O próprio questionamento, às vezes, está impregnado de ideologia (SILVA, 1996, p. 4).

A partir disso, nota-se que a sociedade capitalista existente e todos os fatores que integram essa realidade social faz com que uns se sobressaiam sobre outros, e a escola em seu papel formador deve atentar-se na forma de visualizar a realidade, pois o currículo oculto pode ser uma ferramenta de transformação.

Dessa forma, o papel do professor na interferência dos comportamentos dos alunos em sala de aula está ligado à forma como ele se posiciona ideologicamente diante do fato. Essa posição manifesta-se na criação de um ambiente favorável ao aprendizado de todos os alunos, sem exceção. É fato que o educador se coloca diariamente diante das desafiantes realidades de seus alunos, no entanto, é preciso não ignorar ou desvalorizá-las.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo oculto são as relações que se estabelecem dentro das instituições escolares, não sendo implícitos, se manifestam nas regras, atitudes e comportamentos que acontecem nesse contexto. As teorias críticas do currículo afirmam um lado negativo latente quando visa perpetuar as relações de desigualdades na sociedade através dos ensinamentos escolares, no entanto, o currículo oculto, se bem refletido e considerado pela instituição escolar e o professor, pode se tornar uma ferramenta auxiliadora no processo de ensino e aprendizagem.

O professor é o agente principal dessa modificação, para isso é preciso que ocorra uma desconstrução de toda a ideologia inculcada nele que dificulta tal transformação. Mesmo que o contexto do aluno seja desfavorável à promoção de sua cidadania plena, cabe, primeiramente ao educador, aquele que tem o contato direto, relacional e emocional com o educando, fazê-lo compreender que é capaz de ir além e ultrapassar os limites impostos pela sociedade.

Conhecer a si mesmo e os próprios mecanismos de pensamento é necessário para trocar as engrenagens ideológicas e trabalhar de forma crítica e reflexiva os próprios pensamentos em relação aos alunos, visto que a reflexão sobre o próprio ato de educar é a chave para a mudança necessária.

Partindo dessa concepção a elaboração de um plano direcionado e relacionar a teoria estudada com a prática auxilia o professor, porém conhecer a realidade em que a instituição escolar se encontra e o tipo de público recebido por ela é de extrema importância para que se ao deparar com situações adversas fica mais fácil conduzir as aulas.

Com o passar do tempo o professor vai vivenciando essas situações, com isso, estudar e entender o espaço e o meio social que os alunos estão inseridos se torna rotina, a partir dessa compreensão e entendimento elaborar procedimentos de aulas que possa relacionar a realidade com conhecimentos científicos facilita o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Perrenoud (2000) o desenvolvimento de competência implica em exercício e treino. Acredita-se então, que quanto maior for o tempo de atuação em sala de aula, o professor terá facilidade e competência para gerenciar situações que definem currículo oculto.

Isso demonstra que o professor na sala de aula tem a oportunidade do contato direto com o aluno, onde, se constrói valores sociais, morais e culturais para a vida pessoal e profissional deste. Ao se estabelecer essas relações de aprendizagem, o currículo oculto se manifesta em ações, como: atitudes, comportamentos, equilíbrio, reflexão, entre outros.

São gestos do professor que se associa ao ensino aprendizagem, sendo relativo a cada professor ter competência e habilidade para agir de forma a desenvolver essas atitudes no aluno que irão, futuramente, vigorar na vida em sociedade.

O currículo oculto é um assunto diferenciado, sendo tratado de forma transversal no espaço escolar. Esse assunto divide opiniões de estudiosos da educação, muitos não abordam esse assunto por não fazer parte do currículo real da sua disciplina, outros acham o assunto irrelevante. Sabe-se que quando o professor considera o currículo oculto, não age de maneira inocente. Ciente, analisa o seu proceder e compreende o comportamento dos alunos.

Então, o Currículo Oculto é uma ferramenta poderosa na mão de um professor competente, que saiba manuseá-la com sabedoria pode criar um vínculo de segurança com os alunos, possibilitando desenvolver metodologias diversificadas que auxiliam o processo de ensino na formação de cidadãos ativos, críticos, capazes de atuar no meio em que vive de forma justa e politicamente correta.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, V. P. C. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **Revista de estudos aplicados em educação**. v. 3, n. 6, p. 29-39. Jul/dez. 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados_/article/download/5341. Acesso em 14 set. 2020.

CORAZZA, S. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto alegre: Artmed, 2000.

SILVA, M. J. L. Um aspecto da função ideológica da escola: o currículo oculto. **Boletim Técnico do SENAC**. v. 22, n. 2, p. 1-5. Maio/ago. 1996. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados_/article/download/5341/2589. Acesso em: 14 set. 2020.

A INFLUÊNCIA DOS HÁBITOS DE SONO NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Ana Victória Dornellas Toscano, Diego César Vieira Sanchez, Jéssica Cristina Pereira Milani, Thiago dos Santos Paim, Karina Ferraz Tozze,
e-mail: karinatozze@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Oliveira et al (2019), o sono é o comportamento responsável pela manutenção do estado físico e mental, causando um rompimento entre o ser e suas interações externas. Sendo assim, tratando-se de um processo biológico e altamente ligado com interações hormonais, a memória, a cognição e a aprendizagem podem sofrer influências de acordo com os hábitos de sono do indivíduo.

A aprendizagem, por sua vez, segundo Valle; Valle; Reimão (2009) trata-se de uma atividade cognitiva resultante da consolidação da memória, ou seja, é resultado de um processamento daquilo que foi adquirido, mantendo-o como próprio. De acordo com Vygotsky apud Tabile; Jacometo (2017), a aprendizagem é fruto de uma internalização de conceitos na qual acontece internamente uma reconstrução de uma experiência externa. Sendo assim, é uma aquisição de informações concedidas pela interação com o ambiente. Tratando-se de um processo tão associado a atividades cognitivas, portanto, o sono apresenta um papel de grande relevância, uma vez que está diretamente relacionado com a manutenção desses processos (VALLE; VALLE; REIMÃO, 2009).

No entanto, baseando-se nos estudos de Segundo et al (2017) com estudantes de medicina e nos estudos de Lopes; Meier; Rodrigues (2018), é possível constatar a pertinência de hábitos disfuncionais de sono em estudantes universitários. Entendendo, então, a relação entre sono e aprendizagem, a indagação a respeito da possível má qualidade de sono vivenciada por estudantes universitários é bastante pertinente.

Sendo assim, o estudo desses campos do saber associados tende a resultar numa discussão acerca das influências do sono na aprendizagem, levando ao conhecimento a hipótese do quanto os maus hábitos de sono estão associados à dificuldade no contexto acadêmico por parte dos universitários e o quanto uma boa higiene do sono pode melhorar seus estudos e, portanto, auxiliar na formação de melhores profissionais.

2 MÉTODO

Essa pesquisa desenvolveu-se por meio de revisões bibliográficas de artigos científicos localizados nas ferramentas online *Google Acadêmico*, *Pepsic* e *SciELO*, realizando então uma comparação entre os resultados para chegar à conclusão apresentada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria sociocognitiva de Bandura (1977 apud Vasconcelos; Praia; Almeida, 2003) refere-se às situações sociais como parte significativa no processo de aprendizagem do indivíduo, acontecendo através da observação, da modelagem ou até da imitação. Paulatinamente, o sujeito absorve conhecimento nas mais variadas áreas do saber teórico e prático e de diversos conteúdos, de acordo com a estrutura cognitiva relacionada a cada dessas áreas. O melhor modo de se obter nova informação, a partir da estrutura cognitiva, é assimilá-la como parte da estrutura existente por um processo de conexão. Esses, por sua vez, funcionam como uma ponte cognitiva para o desenvolvimento do novo conhecimento.

Esta teoria denota que a aprendizagem pode sofrer adaptações quanto a sua aplicação no contexto escolar/acadêmico. A aprendizagem se trata do processamento de determinada informação, que gera no sujeito, reações denominadas de condutas que serão transformados em representações simbólicas que servirão de “guias de ação”. Os tipos de relações em que as crianças produzem devido seu contato com o ambiente, são extremamente práticos quanto a sua utilização e serão mais facilmente memorizadas (BANDURA, 1986 apud VASCONSELOS; PRAIA; ALMEIDA, 2003).

Segundo Nascimento (2009), o aprendizado ocorre a partir da interação com o ambiente, conforme o sujeito elabora internamente as características do objeto com o qual interage, desenvolvendo esquemas mentais passíveis de reformulação ou transformação.

De acordo com Sá e Medalha (2001), a aprendizagem é definida como o processo responsável pela adesão de informação a respeito do meio; enquanto a memória é definida como o processo de retenção dessas informações. A memória divide-se em tipos, existindo as memórias de longo e de curto prazo; a declarativa, referente à memória explícita, de fácil acesso em estado consciente; a não declarativa, que é

manifesta pela operação do sujeito, desconsiderando sua consciência da mesma e diferenciando-se em associativa e não-associativa.

De acordo com Reimão (1996 apud Muller e Guimarães, 2007) sono é uma função biológica fundamental na consolidação da memória, na visão binocular, na termorregulação, na conservação e restauração da energia e restauração do metabolismo energético cerebral (FERRARA; DE GENNARO, 2001 apud MULLER; GUIMARÃES, 2007). Devido a essas importantes funções, as perturbações do sono podem acarretar alterações significativas no funcionamento físico, ocupacional, cognitivo e social do indivíduo, além de comprometer substancialmente a qualidade de vida. A perda cumulativa de sono pode levar a diminuição do estado de alerta, desempenho e humor, e a mudança repetida do horário de trabalho interfere no sono do indivíduo provocando alterações no ritmo circadiano (NOVAK, 1996 apud OLIVEIRA; DE MARTINO, 2013).

Quando aprendemos alguma coisa nova, o cérebro desencadeia um conjunto complexo de pós-processamento de aprendizagem. O sono tem papel ativo para que haja consolidação da memória. Evidências mostram que o sono é um dos determinantes dessa mudança, demonstrando o papel da atividade do sono na memória verbal, comparado a capacidade de memorizar antes de dormir, após períodos de vigília e depois de dormir, após períodos de sono. O estudo concluiu que o desempenho de recordar, considerando a memória verbal, foi maior depois do sono, do que depois de períodos de vigília (ELLENBOGEN, 2009 apud OLIVEIRA; DE GENARO, 2013).

O desenvolvimento tecnológico contribui tanto de forma positiva quanto negativa para a qualidade de vida e a qualidade do sono das pessoas. Dentre os fatores que afetam o sono nas sociedades modernas estão a luz artificial - que modificou os hábitos relacionados aos ciclos sono-vigília e claro-escuro; a rede de telecomunicações, as demandas sociais e o estilo de vida ativo (FERRARA; DE GENNARO, 2001 apud MULLER; GUIMARÃES, 2007).

Na infância e adolescência, estudam-se possíveis distúrbios do sono de acordo com a faixa etária em que o sujeito se encontra, bem como seu gênero e o cenário socioeconômico no qual se encontra. Para esses fins, existe o Questionário do Sono de Reimão e Lefèvre (QRL), que permite o aprofundamento desses estudos.

O questionário colhe dados acerca da criança, provenientes da observação dos pais e pessoas mais próximas, como os professores. O QRL calcula a intensidade e a

frequência de hábitos comuns e relaciona-os com os sintomas previamente apresentados ou informados. Desse modo, utilizando a ferramenta QRL, com crianças de três a dez anos, nota-se que crianças que dormem poucas horas ou tem dificuldades para dormir, possuem muitos episódios de baixo rendimento escolar (REIMÃO et al 1982 apud VALLE; VALLE; REIMÃO, 2009).

De acordo com Danda et al (2005 apud Araújo; Almondes, 2012), as manifestações do sistema nervoso motor ocorrem durante o período do sono, bem como no momento de transição entre sono e vigília. Sendo assim, os distúrbios são decorrentes dessas manifestações neurovegetativas. Os dados estimam que, no Brasil, cerca de 10 a 20 milhões de pessoas são afetadas por algum distúrbio do sono. Entre os diversos sintomas estão os prejuízos na eficiência mental e cognitiva, bem como a presença de irritabilidade e diminuição da imunidade fisiológica (CAMPOS; MARTINO, 2004 apud ARAÚJO; ALMONDES, 2012).

Além dos prejuízos cognitivos, os estudos apontam aspectos biológicos que são atingidos, os quais trazem consequências imediatas ao organismo, entre eles: déficit na atenção mantida, esquecimento de memórias de curto e longo prazo, bem como alterações de humor significativas. Nesse contexto, a presença de distúrbios do sono entre os estudantes universitários se associa a fatores estressantes como a ocorrência de aulas em período integral, e o excessivo número de atividades extracurriculares, como citado em algumas pesquisas (ARAUJO; ALMONDES, 2012).

O estudo realizado por Sai (2007 apud Araújo; Almondes, 2012) colhe uma amostra de 150 universitários, cujos dados confirmam a estreita relação entre os altos níveis de sonolência apresentados pelos participantes com a relativamente curta duração do seu sono. A pesquisa também sugere que as cargas de trabalhos acadêmicos afetam diretamente na duração e na qualidade do sono dos participantes, influenciando diretamente seus níveis de sonolência e seus prejuízos correlacionados.

Um estudo revisado neste trabalho, que envolveu os estudantes entre o 1º e o 6º ano da graduação de medicina em uma universidade na cidade de Botucatu (SP), convidou seus participantes a responder o Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh, validado para uso no Brasil.

Dos 540 estudantes convidados, 372 responderam o instrumento adequadamente. Desses, 147 (39,5%) relataram ter uma qualidade de sono ruim ou muito ruim, 110 (29,5%) demoram mais de 30 min para conseguir dormir, 253 (68,0%) dormem de 6-7 h por noite, 327 (87,9%) relataram ter eficiência do sono adequada, 315 (84,6%) não indicavam ter distúrbios do sono, 32 (8,6%)

relataram fazer uso de medicamentos para dormir, e 137 (36,9%) apresentavam dificuldades em se manter acordados durante o dia ao menos uma vez por semana. (CORREA et al, 2017).

Ainda referente a esse assunto, de acordo com Araújo; Almondes (2012) estudos demonstraram que 33% de 40 universitários analisados possuíam qualidade de sono ruim, 33,3% desses demoravam mais de 15 minutos para dormir e em 66,7% havia variação do sono entre 6 e 7 horas. Citam também estudos realizados em Taiwan com 160 universitários que obtiveram que 14,4% possuíam sonolência excessiva e 33,8% possuíam uma qualidade de sono baixa, além da média de 14,2 minutos para dormir e sono variante entre 6 e 7 horas.

É possível então tirar conclusões a respeito do caso ao comparar os estudos acerca da aprendizagem, dos hábitos do sono e disfunções, e dos hábitos de sono dos universitários, uma vez que esses três fatores estão diretamente interligados. A aprendizagem depende de processos cognitivos que passam por manutenção durante o sono e, a partir disso, o indivíduo utilizará de suas capacidades em suas situações de aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados obtidos e discutidos ao longo desse estudo, pode-se notar a tamanha relevância do sono em relação à aprendizagem, uma vez que é responsável em parte pela consolidação da memória, sendo essa necessariamente associada ao processo de aprendizagem. O sono é um catalizador do que se obteve ao longo do dia, processando as realizações e sendo crucial para a internalização dessas memórias, fazendo parte portanto do processo da aprendizagem. Além disso, a aprendizagem é um processo relacionado a várias funções cognitivas, essas que passam por uma manutenção durante o sono, revitalizando-as e preparando-as para o dia seguinte, para que possa haver mais aprendizagem.

No entanto, quando os hábitos de sono divergem do mínimo necessário ao organismo, as funções cognitivas do indivíduo se encontrarão não suficientemente recuperadas do dia anterior e, portanto, com funcionamento comprometido, atingindo diretamente a aprendizagem, dependente dessas funções associadas à memória e à interação com o ambiente. A menor gama de sono também se torna insuficiente para o adequado processamento das informações recebidas durante o dia, influenciando diretamente a memória dessas nos dias seguintes.

Levando essas questões em consideração, podemos associá-las aos estudantes universitários, uma vez que, considerando os artigos revisados, nota-se uma disfuncionalidade nos hábitos de sono bastante comum entre as pessoas que fazem parte desse grupo, incluindo numerosos casos de distúrbios do sono, abrangendo a maioria da população estudada.

Com essas características e os conteúdos de sono e aprendizagem estudados, é possível concluir que a aprendizagem dos estudantes universitários vem sendo comprometida por conta de seus hábitos e seus distúrbios de sono, influenciando diretamente seu desempenho em seu dia a dia como um todo, assim como em sua vida acadêmica, podendo, portanto, resultar numa formação mais distante do adequado ao longo de seus estudos até sua formação em sua área de atuação. Bons profissionais sendo inseridos no mercado de trabalho após sua formação é um fator que depende diretamente, apesar de não necessariamente, de bons hábitos de sono.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Danilo de Freitas; ALMONDES, Katie Moraes de. Avaliação da sonolência em estudantes universitários de turnos distintos. **Psico-USF**, Itatiba, v. 17, n. 2, p. 295-302, Aug. 2012.

CORREA, Camila de Castro et al. Qualidade de sono em estudantes de medicina: comparação das diferentes fases do curso. **J. bras. pneumol.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 285-289, Aug. 2017.

LOPES, H. S.; MEIER, D. A. P.; RODRIGUES, R. Qualidade de sono entre estudantes de enfermagem e fatores associados. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 39, n. 2, p. 129-136, 2018;

MARTINI, Mayara et al. Fatores associados à qualidade do sono em estudantes de Fisioterapia. **Fisioter. Pesqui.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 261-267, Sept. 2012.

MULLER, Mônica Rocha; GUIMARAES, Suely Sales. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 519-528, Dec. 2007.

NASCIMENTO, R. O. Processos cognitivos como elementos fundamentais para uma educação crítica. **Ciências & Cognição 2009**; Vol 14 (1): 265-282, 2009.

OLIVEIRA, Beatriz de; DE MARTINO, Milva Maria Figueiredo. Análise das funções cognitivas e sono na equipe de enfermagem nos turnos diurno e noturno. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 30-36, Mar. 2013.

OLIVEIRA, W. A.; SILVA, L. K. T. M.; ALVES, S. J. O.; SILVA, J. G. M.; PINTO, F. C. M. Influência da qualidade do sono sobre a aprendizagem no ensino de ciências. **Rev. Psicopedagogia**, v. 36, n. 109, p. 73-86, 2019;

PEREIRA, Victor Hugo Dias et al. Personalidade e Padrões Comportamentais do Sono: Diferenças entre Homens e Mulheres. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 183-198, Mar. 2018.

SÁ, C. S. C; MEDALHA, C. C. Aprendizagem e Memória – Contexto Motor. **Rev. Neurociências** 9 (3): 103-110, 2001.

SEGUNDO, L. V. G.; CAVALCANTI NETO, B. F.; PAZ, D. A.; HOLANDA, M. M. A. Aspectos relacionados à qualidade do sono em estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria**, v. 21, n.3, p. 213-223, 2017.

TABILE, A. F.; JACOMETO, M. C. D. Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso. **Rev. Psicopedagogia**, v. 34, n. 103, p. 75-86, 2017;

VALLE, L. E. L. R.; VALLE, E. L. R.; REIMÃO, R. Sono e Aprendizagem. **Rev. Psicopedagogia**, v. 26, n.80, p. 286-90, 2009;

VASCONCELOS, Clara; PRAIA, João Félix; ALMEIDA, Leandro S.. Teorias de aprendizagem e o ensino/aprendizagem das ciências: da instrução à aprendizagem. **Psicol. esc. educ.**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 11-19, jun. 2003.

A LINGUAGEM COMO FERRAMENTA DE ENSINO SOB A ÓTICA DE VIGOTSKY

Isabella Rebecca, Suzana Abrunhosa, e-mail: isabellasrebecca@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como fim aplicar uma das teorias de Lev Vigotsky, Zona de Desenvolvimento Proximal, na educação, assim como no processo de formação de professores, utilizando a linguagem como ferramenta de ensino.

Lev Semenovitch Vygotsky é um estudioso da área da psicologia pedagógica e explora a relação construída entre indivíduo e sociedade. Postulou a teoria dos dois níveis de desenvolvimento do indivíduo, o real e o potencial, sendo o real, tudo aquilo que o indivíduo é apto a fazer com autonomia, e o potencial, tudo aquilo que ele ainda precisa do auxílio do outro para realizar.

A ZDP encontra-se na transição desses dois níveis, portanto é o processo de mediação que ocorre até que o indivíduo seja capaz de realizar certas atividades sozinho. A linguagem é uma das ferramentas de mediação mais importante, uma vez que é através dela que há a interação do indivíduo com quem vai ajudá-lo no processo, neste caso, o professor.

Isto posto, compreende-se que, se desenvolvida a linguagem como ferramenta mediadora entre o professor e seu aluno, mais efetivo será o desenvolvimento real do aluno, isto é, ele se tornará capaz de internalizar aquele conhecimento, passará a dominá-lo, e saberá como e onde aplicá-lo. Sendo assim, o processo ensino e aprendizagem também se tornará mais efetivo.

O professor é o principal responsável pelo desenvolvimento pedagógico do aluno e continua sendo a melhor tecnologia dentro da sala de aula, mesmo com o avanço dos recursos tecnológicos. Deve-se, então, priorizar a formação dos docentes para que eles se tornem aptos a mediar e motivar seus estudantes da melhor maneira possível.

Para a realização desta pesquisa, o referencial teórico envolve reflexões de autores como Zanolla (2012), Striquer (2017), Coelho (2012), Bortolanza (2016), entre outros.

Tendo como base a importância da relação professor-aluno, buscou-se aplicar a teoria que estuda o processo de aprendizagem do indivíduo na área educacional, a fim de que tal relação e interação se torne mais proveitosa, explorando a linguagem e comunicação como principal ferramenta de mediação, o que refletirá no processo de aquisição do conhecimento, que por sua vez se tornará mais efetivo.

2 MÉTODO

Foi utilizado o método de pesquisa exploratória com a finalidade de analisar e revisar a bibliografia disponível acerca da teoria abordada, com a finalidade de aplicá-la em um novo contexto. Para isso, o estudo foi embasado em estudos, artigos, e livros de autores que abordam o assunto a ser discutido. A pesquisa tem cunho qualitativo com ênfase na pesquisa bibliográfica realizada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A boa relação entre o professor e seu aluno é fundamental para que o processo de aprendizagem seja bem-sucedido, portanto, a partir desse pressuposto, buscou-se aplicar a teoria de Lev Vigotsky sobre os níveis de desenvolvimento do indivíduo, que estuda, sobretudo, o processo de aprendizagem no âmbito educacional.

A finalidade do estudo consiste nos esforços para fazer com que tal relação e interação se torne mais proveitosa utilizando a linguagem como ferramenta mediadora, o que refletirá, posteriormente, no processo de aquisição do conhecimento fazendo-o ser mais efetivo.

Todo ser humano possui o potencial cognitivo que lhe permite conhecer, aprender e criar mais a partir de novos conhecimentos adquiridos que interagirão com os que ele já possui. E, nesse contexto, a mediação é feita pelo docente, responsável por atuar na ZDP de seus estudantes, criando condições adequadas para que eles se tornem aptos a atingir seu próximo nível de desenvolvimento, através do uso de signos e instrumentos (LIMA; GUERREIRO, 2019).

A Zona de Desenvolvimento Proximal consiste na distância entre o desenvolvimento potencial e o desenvolvimento real do indivíduo, isto é, a distância entre o que se é capaz de realizar de forma autônoma e o que se realiza contando com a colaboração de outros elementos de seu grupo social, ou como são denominados, mediadores (REGO, 1995).

O indivíduo tem a capacidade de representar a realidade na qual está inserido de maneira simbólica, utilizando signos. E, para isso, a palavra é o sistema mais eficiente, caracterizando-se como elemento que medeia a relação entre o homem e o mundo. A palavra é tida como um fenômeno do pensamento e da fala, o que significa que ela é um ato de pensamento e, à medida que se torna um ato da fala, passa a possuir uma substância fônica. Unindo som e significado, há a criação de símbolos que podem e são compartilhados entre os indivíduos. Percebe-se, então, que a linguagem permite o intercâmbio social.

Visto que a linguagem é um sistema simbólico de representação da realidade, cabe a ela a função de mediadora entre o indivíduo e o meio, dando suporte à ação humana, e, conseqüentemente, possibilitando que ele opere mentalmente sobre o mundo real.

Sendo assim, é através do contato, da interação e das trocas que as ações são percebidas e realizadas pelo docente. A forma mais positiva e efetiva de se obter conhecimento é pela mediação, impulsionando a motivação e explorando a linguagem como ferramenta, tendo em vista o pensamento de que “mediar gera o desenvolvimento, que gera o conhecimento” (COELHO; SILVA; LOPES, 2018, p. 2).

O aprendizado dá ensejo para os processos internos do desenvolvimento do indivíduo, como citam Silva e Abud (2011, p. 643) “a linguagem constitui-se como o mais eficiente sistema simbólico de representação da realidade”. Cabe a ela exercer a função de mediadora entre o indivíduo e o meio no qual está inserido, dando suporte à ação humana. O homem, uma vez inserido em dada cultura, “adquire o domínio de uma língua, a qual, por sua vez, possibilitará a ele operar mentalmente sobre o mundo real (SILVA; ABUD, 2011, p. 643).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da teoria posta por Lev Semenovitch Vygotsky, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), depreende-se que esta pode ser aplicada no ambiente da sala de aula, objetivando a melhoria da relação entre professor e aluno, assim como do processo de aprendizagem deste, utilizando uma de suas ferramentas de mediação: a linguagem.

A palavra linguagem possui muitas acepções, mas neste trabalho é tida como um sistema simbólico de representação da realidade, portanto cabe a ela a função de

mediadora entre o indivíduo e o meio. Ela dá suporte às ações humanas e possibilita a operação mental sobre o mundo real no qual a pessoa vive.

A ZDP consiste na distância entre os dois níveis de desenvolvimento do homem: o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial; isto é, a distância entre o que o indivíduo é capaz de realizar de forma autônoma e o que ele só realiza com o auxílio de outro indivíduo, sendo este seu mediador.

A mediação por parte do docente ocorre, sendo ele um dos responsáveis por atuar na ZDP de seus alunos, criando condições adequadas para que atinjam seu próximo nível de desenvolvimento, através de signos e ferramentas (LIMA; GUERREIRO, 2019).

REFERÊNCIAS

BORTOLANZA, A. M. E.; RINGEL, F. Vygotsky e as origens da teoria histórico-cultural: estudo teórico. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1020-1042, dez. 2016.

COELHO, L.; PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista E-ped**, Osório, v. 2, n. 1, p. 144-152, ago. 2012.

LIMA; GUERREIRO. Perfil do professor mediador: proposta de identificação. **Educação**, Santa Maria, v. 44, n. 1, p. 1-27, jan. 2019.

STRIQUER, M. dos S. D. O processo de mediação: das definições teóricas às propostas pedagógicas. **Eutomia**, Recife, v. 19, n. 1, p. 142-156, jul. 2017.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZANOLLA, S. R. da S. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicologia & Sociedade**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 5-14, 2012.

A LITERATURA INFANTIL NA SALA DE AULA: O GÊNERO FÁBULA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Flávia Prado Leandro de Melo, Giovana Stéfani de Carvalho, Isabella Unterrichter Rechtenthal e-mail: flavia.plmelo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a literatura torna-se possível aprofundar conhecimentos, conhecer diversas épocas e costumes e ampliar o vocabulário, e pensando nisso, entendemos que o caminho através da Fábula não é diferente, nos permitindo um aprendizado mais leve e cheio de significados. Não se pode deixar passar que o ensino por meio da Fábula deve ter muita atenção, pois se trabalhado de forma incorreta, pode levar aos alunos a não gostarem de trabalhar com esse gênero.

E partindo daí foi que surgiu alguns questionamentos: “Por que as crianças, muitas vezes, desconhecem o gênero mesmo ele sendo trabalhado em sala? Por que muitos professores utilizam a Fábula apenas como um ‘quebra-galho’ em suas aulas? Por que o gênero tem tão pouco destaque quando comparado a outros gêneros?”

Os objetivos que conduziram o presente trabalho foram: entender como se deu o gênero dentro das salas de aula e porque ele se torna tão importante, analisar a forma como o tema do trabalho é proposto nos documentos oficiais, especificar formas de trabalhar a Fábula de forma eficaz com os alunos do ensino fundamental I.

Hoje os tempos são diferentes e se tornou necessário, para alfabetizar uma criança, o letramento – como um dos objetivos principais. Por isso, o texto propõe em dado momento uma pesquisa e discussão acerca do trabalho do professor de Língua Materna (Português) e como a Fábula pode auxiliar no processo de formação.

A pouca atenção que o gênero recebe nos documentos oficiais, PCN e BNCC por exemplo, nos mostra um pouco como a Fábula encontra-se bastante em desuso, um gênero tão importante.

Pensando em todos esses temas e problemáticas que envolvem o ensino de Fábula nas escolas regulares de ensino fundamental I que apresentamos o trabalho a seguir.

2 MÉTODO

O presente trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica, buscando mostrar a importância do trabalho com as fábulas dentro da sala de aula bem como a sua função social. Foram muitos os textos que trouxeram debates e basearam todo o estudo/pesquisa, por exemplo: a Base Nacional Comum Curricular, os Parâmetros Curriculares Nacionais, Cereja (2005) em “ Ensino de literatura: Uma proposta dialógica para o trabalho com literatura” e Coelho (1966) em O Ensino da literatura: Sugestões metodológicas para o curso secundário e normal”

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura e a educação sempre tiveram grande ligação que passou por grandes momentos de idas e vindas até chegar ao conceito nos dias mais atuais. Segundo Cosson (2010, p. 55) pode-se dizer que ambas podem ser confundidas com a civilização, de tão antigas, pois a literatura já era usada como uma matéria de formação, ensino e aprendizagem em várias culturas. Mas qual é a grande importância e qual a forte ligação que há entre elas? A partir disso, foi que se obtinha a educação com base nos estudos dos textos literários da época.

Com os meios de comunicação de massa, transformou-se indiscutivelmente o cenário cultural, que redefiniu o lugar social da literatura e leitura. Ainda seguindo as explicações de Cosson (2010), é possível entender que a tradição do ensino de literatura não acompanhou as mudanças e acabou se perdendo pelo caminho. A literatura passou então a ser usada apenas para o ensino didático para ensinar gramática, o que é mais “interessante” para o currículo escolar. Isso resultou em um encurtamento dessa relação, que mais tarde volta a tona com a leitura por prazer em que a literatura é considerada como uma descoberta de mundo, a representação de diversas realidades.

Outro aspecto que não deve ser esquecido quando fala-se no tema é a formação do leitor crítico, a cerca disso, Zilbermam (1991, p. 19) faz uma reflexão bem pertinente quando salienta que a leitura consegue reproduzir a convivência com o mundo exterior, com a habilidade de lê-lo. Essa habilidade deve estar presente desde os primeiros anos da educação, pois aqui fala-se no aluno em formação, em construção, então deve-se construir esse aluno leitor e crítico perante a sociedade na maneira crítica de ler e compreender o mundo.

Diante disso, tem-se, segundo Oliveira (2017, p.2) que os livros didáticos não trazem em sua estrutura uma contextualização e uma segmentação de textos literários, fica a critério do professor implementar a metodologia da aula, segundo ele, os textos são soltos. E com isso qual é o papel que o professor deve desempenhar? De acordo com Cereja (2005, p's. 23-100-102), deve ser feita uma orientação quanto a leitura dos alunos para facilitar a formação pelo gosto literário explorando os conhecimentos e relacionando com a realidade.

Na visão de Coelho (1996, p's. 124-125), as crianças por sua natureza preferem histórias que proporcionem imaginação ao invés de apresentarem uma mera história de ensinamento, fica claro então o porque do uso da fábula para trabalhar com crianças e aguçar toda a curiosidade e o gosto pela leitura. Segundo ele, é possível obter um triplo resultado: divertindo, educando e instruindo ao mesmo tempo.

Ao trabalhar com as crianças como público alvo, é imprescindível ter em mente que o ensino deve ser articulado ao que prende a atenção dos pequenos, diante disso tem-se que o uso das fábulas dentro das salas de aula como instrumento da promoção da criticidade pode dar certo pelo fato de ser um gênero com poucos personagens e estes serem animais, assim como a história ser de curta duração.

Pensando nisso, Santos (2012) alerta-nos que a instituição escolar deve estar atenta em proporcionar o conhecimento com inúmeras visões de mundo, mantendo sempre o hábito da leitura entre as crianças. Daí a importância do espaço adequado para o crescimento e enriquecimento do ato de ler, a biblioteca.

Importante salientar sobre os autores que mais se destacam, como: Esopo, La Fontaine e Monteiro Lobato. E qual a relação dos mesmos com a fábula? Tudo começa com Esopo, escritor grego que construía seus textos contendo uma lição moralista na qual utilizava de diversos animais como personagens. A partir daí, La Fontaine seguiu os caminhos de Esopo e modernizou suas fábulas, trazendo para contextos atuais, não é à toa que ficou conhecido como o pai da fábula moderna (SANTOS, 2012). No Brasil, o escritor que mais ganhou destaque foi Monteiro Lobato, ainda Santos (2012) destaca que além de recontar as histórias de Esopo e La Fontaine, ele também criou problemas que vinham de uma sociedade repleta de injustiças.

É importante salientar sobre o que há nos documentos oficiais acerca do tema. Dentre eles temos os Parâmetros Curriculares Nacionais que são as referências de ensino para todo o território nacional para todos os níveis de ensino, desde o ensino

infantil até o ensino médio. Os PCNs não são considerados uma regra a ser seguida, mas sim como uma referência das diversas formas didáticas de abordar as disciplinas curriculares.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) também é um documento usado para dar as diretrizes acerca dos conteúdos, competências e habilidades a serem ensinados para os alunos de educação básica. E assim como o PCN, ele tem como objetivo a tentativa de oferecer uma educação cada vez mais igualitária para todos os alunos do país.

Quando pesquisadas as fábulas dentro do documento da BNCC, assim como no PCN, ela aparece poucas vezes sendo citadas, sendo lembrada em listas de gêneros textuais, de campos artístico-literário, e como uma das competências e habilidades a serem conhecidas pelos alunos, aparecendo na educação infantil, por exemplo, no campo de experiências “escuta, fala, pensamento e imaginação” (MEC, DATA, p. 50) e em alguns campos de mesma especificidade nomeado como “campo artístico-literário” em todos os anos do ensino fundamental, ou seja, dos anos iniciais aos anos finais.

Da mesma maneira que acontece no PCN, não temos uma parte específica que explique e exemplifique o uso das fábulas dentro das salas de aulas brasileiras, isso fica a cargo do professor fazer uma pesquisa e adequar o uso para a sua clientela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do presente trabalho, assumiu-se o compromisso de buscar metodologias, pensamentos e reflexões acerca do tema. Ficou clara a importância da literatura dentro das salas de aula para que as crianças tenham cada vez mais um campo de conhecimento mais abrangente desenvolvendo a consciência do que se lê, o trabalho com as fábulas pode e deve proporcionar mais envolvimento com a aula, sua estrutura possui a famosa moral da história, com ela é possível fazer com que os próprios alunos reflitam e digam o que ficou de entendimento perante a ela. É possível também utilizá-la como recurso para trabalhar conteúdos de diversas disciplinas, como por exemplo em ciências ao falar sobre os animais.

Ainda é importante salientar que os materiais relacionados ao ensino de fábula são um pouco mais difíceis de encontrar, por exemplo, quando procurado sobre como e onde são ensinadas as didáticas para o trabalho com a fábula nas grades/cursos de

Pedagogia. Assim torna-se importante uma busca maior sobre o ensino-aprendizagem do gênero fábula tanto nas escolas regulares como nas faculdades de licenciaturas, que mostram muito pouco como trabalhar esse gênero tão precioso, deve haver uma busca maior para que haja uma formação contínua para que a defasagem possa ser diminuída através dos anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em 29 jul 2020

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 144p.

CEREJA, Willian Roberto. **Ensino de literatura**: Uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. SÃO PAULO: ATUAL, 2005. 207 p.

COELHO, Nelly Novaes. **O Ensino da literatura**: Sugestões metodológicas para o curso secundário e normal. SÃO PAULO: FTD, 1966. 546 p.

COSSON, Rildo. O espaço da literatura na sala de aula. In: PAIVA, Aparecida (org.). **Coleção explorando o ensino**. Brasília: [s. n.], 2010. v. 20, cap. Capítulo 3, p. 55-58. Disponível em:
http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/biblioteca/2011_literatura_infantil_capa.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de. O papel da literatura no ensino fundamental brasileiro. **X seminário nacional sobre ensino de língua materna, estrangeira e outras literaturas**. Campina Grande, 2017. Disponível em:
<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK Ewi98KTatfXoAhWWHLkGHfTWAAGQFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2F2017.seli mel.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F11%2FO-papel-da-literatura-no-ensino-fundamental.doc&usg=AOvVaw0RCZAW32nu9VzuYOk4Dvzl>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, Elma Jane das Virgens Silva. Leitura de fábulas em sala de aula. 2012. Disponível em: <http://www2.uefs.br/dla/graduando/n4/n4.pdf#page=15>. Acesso em: 24 maio 2020.

ZILBERMAN, Regina. Leitura na escola. In: ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola**: As alternativas do professor. 10. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 9-22.

A METODOLOGIA ATIVA POTENCIALIZA O SABER, O PROTAGONISMO, A PROATIVIDADE, E AUTONOMIA DO ALUNO

Kethleen Rodrigues Alves, Lúcia Helena Ormelese de Barros, email:
kethleennalves@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, já não bastam os conhecimentos memorizados recebidos na escola é preciso a participação integrada e efetiva da vida em sociedade. A complexidade crescente do viver em âmbito mundial, nacional e local tem demandado para o professor em sala de aula desenvolver e estimular as capacidades de pensar, sentir e agir, sendo comprometido com as questões transversais do currículo.

Na escola, o professor é o mediador desse trabalho, e contribui para a promoção de autonomia dos alunos para a tomada de decisões quando futuros profissionais. Uma indicação para a melhoria deste trabalho é o uso de metodologias ativas, que implementadas potencializa o saber, o protagonismo e a proatividade.

O presente trabalho tem como objetivo de refletir e reelaborar os métodos de ensino-aprendizagem, de modo que o processo de escolarização possibilite a formação de um indivíduo com competências e habilidades necessárias ao mundo contemporâneo.

O cenário da sociedade atual exige mudanças reais que sejam implementadas no processo de aquisição do saber e do conhecimento, pois o perfil social, cultural e econômico da clientela mudou e, as instituições de ensino necessitam de alterações em suas dinâmicas sociais. Esses fatores geram expectativas com relação a necessidade de transformações que permitam à escola caminhar junto com essas mudanças (BARBOSA; MOURA, 2013).

Barbosa e Moura (2013, p. 51), alertam que no contexto atual ainda há “as escolas que estão no século XIX, com professores do século XX, formando alunos para o mundo do século XXI”. Isso caracteriza-se como um problema, pois as projeções que se tem para o futuro revelam que o modelo de escola atual se deparará com dificuldades em cumprir seu papel na formação do indivíduo.

Então, o panorama da sociedade contemporânea evidencia que um modelo de ensino tradicional, que se preocupa unicamente com a transmissão do conteúdo, mostra-

se incoerente frente às necessidades atuais, seus resultados não são mais satisfatórios (CAMARGO E DAROS, 2018).

Dessa forma, alguns documentos oficiais se fazem presentes no cotidiano escolar como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998 que traz como objetivos a formação voltada para a vida, promover um ensino que trabalhe a capacidade de saber se comunicar, lidar com problemas compreendendo-os de maneira crítica, implicando, assim, mais do que a reprodução de dados. Contudo, para que isso ocorra é preciso considerar a necessidade de atentar-se a formação dos profissionais da educação.

Nesta perspectiva, a sociedade do conhecimento exige que o cidadão disponha de competências na área cognitiva, pessoal e social, para tanto requer ambientes que valorizem a “[...] proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora” (MORAN, 2015, p. 16). Os objetivos pretendidos carecem de adoção de métodos nos quais os alunos trabalhem as capacidades de tomar decisões, refletir e avaliar, por meio de conteúdos contextualizados.

Segundo Moran (2015), as metodologias ativas pretendem unir os conteúdos à problemas e situações da vida real. Neste sentido, as escolas que buscam inovar trabalham métodos ativos através do uso de situações problema, atividades, leituras, jogos e projetos que podem ser feitos em grupo ou individualmente.

Neste âmbito, considera-se que a aprendizagem por meio de metodologias ativas está comprometida com a escolarização que promova competências e habilidades, demonstrando maior coerência diante às necessidades atuais.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de livros, análise de textos e artigos científicos acerca do tema. O aporte teórico da pesquisa fundamentou-se, principalmente, nos autores Moran, Camargo e Daros os quais contribuíram para essa pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Percebe-se que o contexto socioeconômico, as dinâmicas sociais e conseqüentemente o perfil da clientela sofreu alterações, logo, requer que a escola caminhe juntos às mudanças.

Diante deste cenário, Mercado (1999) aponta que a formação de educadores exige a valorização da prática pedagógica atrelada à reflexão, pesquisa e conhecimentos. Nesse caso a formação continuada contribui para o enriquecimento de metodologias ativas e valoriza o protagonismo diante de uma educação tão desvalorizada.

Nas práticas pedagógicas é importante salientar que ensinar através de moldes autoritários, faz com que os conteúdos sejam aprendidos sem real significação, frequentemente caindo no esquecimento. Desta forma, é preciso formar educadores que tenham uma nova relação com o processo de ensino e aprendizagem, de modo que seja mais participativo, que respeite o ritmo de cada aluno, assim como suas habilidades específicas (MORAN, 2000).

Segundo Barbosa e Moura (2013) os métodos da prática docente devem atender as necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas do meio social no qual está inserido. Na formação do estudante é necessário desenvolver competências e habilidades que serão necessárias no exercício da cidadania e em sua vida profissional.

Neste sentido, Moran (2000) aponta que o educar para a cooperação favorece o trabalhar em grupo, a troca ideias, a criação e participação de projetos e pesquisas em equipe e desenvolve a autonomia.

Já Moran (2007, p. 12) acredita que estes fatores da cooperação contribuem para uma educação de qualidade e para a formação integral do aluno, considerando aspectos emocionais, profissionais e intelectuais, envolve:

- Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas.
- Uma organização que congrega docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente; bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais, e onde haja circunstâncias favoráveis a uma relação efetiva com os alunos que facilite conhece-los, acompanha-los, orientá-los.
- Uma organização que tenha alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Essas características estão em consonância com a aprendizagem ativa, que busca manter-se atualizada e usufruir dos recursos que lhe estão disponíveis, demonstrando concordância com o que se espera que o indivíduo desenvolva ao longo da escolarização.

Para Camargo e Daros (2018, p. 7):

Se os alunos conseguem estabelecer relações entre o que aprendem no plano intelectual e as situações reais, experimentais e profissionais ligadas a seus estudos, certamente a aprendizagem será mais significativa e enriquecedora.

O desenvolvimento do trabalho pautado em uma aprendizagem significativa cria ambientes que valorizam a “[...] proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora” (MORAN, 2015, p. 6). As instituições educacionais preocupadas com a criação desse ambiente, promovem com maior ênfase o desenvolvimento das competências cognitivas, pessoais e sociais exigidas pela sociedade do conhecimento.

Nesse sentido, entende-se que os objetivos pretendidos na sala de aula precisam concordar com as metodologias. As instituições que pretendem que seus alunos sejam proativos, durante e após a sua formação, carecem da adoção de métodos nos quais os alunos durante as atividades trabalhem as capacidades de tomar decisões, refletir e avaliar. Quanto mais essas atividades estiverem contextualizadas com a realidade, melhor é para o processo de reflexão. Com relação ao papel do professor, cabe a ele ser um mediador, que acompanha os processos e resultados, analisando as necessidades individuais e grupais para agir (MORAN, 2015).

Segundo Moran (2015), as metodologias ativas buscam maneiras de unir os conteúdos aos problemas e situações da vida real. As escolas que buscam inovar, trabalham métodos ativos através do uso de situações problema, atividades, leituras, jogos e projetos que ocorrem em grupo e individualmente.

Há diversas técnicas que quando bem adaptadas ao conteúdo, aplicadas com equilíbrio para o trabalho individual e coletivo, geram bons resultados. Todas as abordagens ativas têm seu valor, havendo ainda a possibilidade de combiná-las. É importante que o educador tenha a atitude de reavaliá-las e reinventá-las, para que os objetivos e resultados almejados sejam alcançados (MORAN, 2018). Atentar-se-á, neste momento, esclarecer no que consiste alguns dos métodos ativos mais discutidos e empregados na atualidade, durante o processo de ensino e aprendizagem.

A **aula invertida** é um método ativo que une o ambiente virtual e o espaço físico, expandindo o que se entende por sala de aula. Nesta estratégia o aluno tem acesso antecipado ao tema da aula, oportunizando-o que pesquise informações básicas, inteirando-se sobre o tema ou problema, para posteriormente participar de discussões em sala de aula, compartilhar sua compreensão. Uma das formas de trabalho é o professor levantar questionamentos e observar a necessidade de intervir e auxiliar aqueles que ainda não alcançaram o saber básico ao mesmo tempo em que propõe

atividades mais complexas aos que já possuem o conhecimento necessário para sua realização (MORAN, 2018).

A **aprendizagem baseada** em problemas é considerada um dos métodos ativos mais interessantes. Os alunos desenvolvem a habilidade de pesquisar, avaliar, fazer escolhas e assumir riscos, em busca de soluções possíveis para questões e problemas, sob a orientação docente (MORAN, 2018). Esse método possibilita auxiliar o educando no desenvolvimento da competência de argumentar oralmente e através da escrita, melhora a habilidade de solucionar problemas e aplicar conhecimentos teóricos no profissional.

Outra metodologia ativa que vem sendo cada vez mais discutida é a **aprendizagem baseada em projetos**. Esta propicia aos alunos o envolvimento com tarefas e desafios para a resolução de problemas ou desenvolvimento de projetos que tenham ligação com a realidade social. Durante a realização do projeto os alunos devem se reunir para refletir, dar feedbacks, além de autoavaliar-se durante as atividades e discutir ideias entre si e entre os grupos. Os projetos podem, ainda, envolver mais de uma disciplina quando os docentes e alunos julgarem interessante.

Coerente com a sociedade do conhecimento, a aprendizagem por histórias e jogos, combina o uso de novos recursos tecnológicos, como aplicativos e o vivenciar e contar histórias. A criação, narração e o compartilhar tornaram-se atividades mais interativas a partir do uso de dispositivos tecnológicos. Camargo e Daros (2018) os aplicativos dão possibilidade para os trabalhados em conjunto com outras estratégias, como contação de histórias, aprendizagem através de problemas e estudo de caso.

Outra abordagem de aprendizagem ativa é a **aprendizagem entre times** também conhecida por **team based learning (TBL)**, trabalha com a formação de equipes dentro da turma, cujo objetivo é compartilhar ideias e construir o aprendizado juntos. O grupo deve discutir e refletir para a tomada de decisões durante as atividades de estudo de caso ou projeto exercitando, assim, a criticidade (GAROFALO, 2018).

É importante ressaltar que há instituições de ensino que têm feito uso de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem e que já vem obtido bons resultados. No Rio de Janeiro e em Recife há escolas participantes do Projeto Nave: Núcleo Avançado de Educação. O projeto capacita alunos do ensino médio para o uso de tecnologias, a fim de que possam atuar no mercado de trabalho digital. A partir do resultado do ENEM percebeu-se que o Colégio Estadual José Leite Lopes, participante

do Projeto Nave, destacou-se em relação às outras escolas ligadas à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. O mesmo foi observado na Escola Técnica Cícero Dias, em Recife (MORAN, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa investigação é discutir a necessidade da escola comprometer-se com a realização de um trabalho que possibilite a formação integral do educando, de forma que atenda às necessidades da sociedade contemporânea. Dentre essas necessidades estão inclusas as competências e habilidades na área cognitiva, emocional e social.

Entende-se que é preciso construir novas formas de conduzir processo de ensino e aprendizagem, uma vez que as metodologias tradicionais pautadas unicamente na transmissão de conteúdo sem significado, dificilmente atenderá as necessidades da clientela atual.

As metodologias ativas abrem espaços que oportunizam ao educando refletir, buscar soluções, avaliar, agir, aprender a trabalhar em grupo e individualmente, exercitando sua proatividade e autonomia no decorrer das atividades propostas, pois seu papel é ativo e não passivo como ocorre nos modelos puramente tradicionais de ensino.

Através dos métodos ativos é possível o desenvolvimento do protagonismo na construção do conhecimento. É importante salientar que essas competências e habilidades serão transferidas para a prática no meio social, no exercício da cidadania, na vida profissional e pessoal do indivíduo.

Neste sentido, reconhece-se o quão essencial é que sejam realizadas pesquisas e ações que promovam o aprimoramento das metodologias ativas empregadas nas instituições de ensino, de maneira que seja possível caminhar para uma aprendizagem mais significativa, para que os conteúdos e conhecimentos sejam realmente apreendidos pelos alunos e capazes de transferir o que apreenderam durante a escolarização para o meio social em que vive.

REFERÊNCIAS

BACICH, L; MORAN, J (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nx5cvx1>. Acesso em: 27 set, 2020.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **B. Tec. Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>. Acesso em: 27 set, 2020.

BRASIL (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Orientações Curriculares Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Linguagens Códigos e suas Tecnologias**. Brasília/DF.

CAMARGO, F; DAROS, T. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

MERCADO, L. P. L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Brasil: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1324>. Acesso em: 27 set, 2020.

MORAN, J. M; MASETTO, M. T; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=i7uhwQM_PyEC&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=snippet&q=barulhentas&f=false. Acesso em: 27 set, 2020.

MORAN, J. Mudando a Educação com Metodologias Ativas. In: SOUZA, C. A; TORRES, O. E.(org.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. p. 15-33. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

MORAN, J. Mudar a forma de ensinar e de aprender: transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual. **Revista Interações**, São Paulo, vol. V, p. 57-72, 2000. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_educacao/uber.pdf. Acesso em: 27 set, 2020.

A PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabrielly Fernanda Moreira, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli,
e-mail: gabrielly.m003@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A psicomotricidade é uma ciência que utiliza o homem como objeto de estudos através dos movimentos do corpo, tem finalidades pedagógicas, utilizada com a intenção de melhorar o comportamento da criança em relação seu próprio corpo, incluindo as interações psíquicas, sensoriomotoras e cognitivas, facilitando a abordagem global da criança por meio dessa técnica, tornando-se assim um fator indispensável no processo de aprendizagem e desenvolvimento global dos indivíduos.

Os movimentos são importantes para o desenvolvimento humano, pode-se considerar como uma forma de comunicação, portanto é preciso estudar as várias possibilidades de se trabalhar com a psicomotricidade, pois nos proporciona habilidade que são essenciais para um bom desempenho escolar, além de conscientizar sobre o próprio corpo.

De acordo com Rossi (2012) a criança que não tem um desenvolvimento psicomotor de acordo com a idade, apresentará dificuldades na leitura, escrita, ordenação de letras, sílaba e direção gráfica. Essas dificuldades devem ser notadas pelos pais e professores. A escola não pode se limitar somente as aprendizagens da língua oral e da escrita, quando o verdadeiro objetivo é formar integralmente essa criança, pois ela deve reconhecer a linguagem, o movimento e a ação.

Segundo Santos e Cavalari (2010) a psicomotricidade foi inserida nas escolas como recurso psicopedagógico, tendo como objetivo eliminar distúrbios e preencher lacunas no desenvolvimento das crianças, preocupando-se em dar espaço ao corpo e aos movimentos dentro das escolas, onde essas crianças pudessem se expressar e ter encontros consigo mesma, através de atividades psicomotoras de livre expressões e de forma espontânea além de buscar sua própria identidade, conseguir se posicionar frente as frustrações, construindo uma comunicação simbólica e se socializando, além de possibilitar que a criança encontre o caminho para solucionar os problemas motores.

O objetivo deste trabalho resulta a importância da educação psicomotora, desde a educação infantil e nas séries iniciais, até o processo de alfabetização.

2 MÉTODO

Para este trabalho utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o tema psicomotricidade na Educação Infantil, por meio de artigos, fontes e argumentos que comprovem o assunto que ressaltem a importância e a problematização a ser discutida e estudada.

1. Busca e coletas bibliográficas em sites, Google Acadêmico, Scielo e SBP (Sociedade Brasileira de Psicomotricidade).
2. Após o levantamento de fontes bibliográficas, foram realizadas leituras.
3. Os artigos científicos que apresentavam os estudos correspondentes ao tema central da pesquisa foram separados para análise.
4. Após a análise, os artigos que não correspondiam ao objetivo da pesquisa, foram excluídos, pois não apresentavam dados concretos para a colaboração deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para esse estudo foram utilizados dez artigos que abordam a Psicomotricidade na Educação Infantil, ressaltando a importância de incluir a psicomotricidade no processo de aprendizagem da criança, os desafios e estratégias encontrados nesse processo. Os primeiros artigos definem o que é a psicomotricidade e por que deve estar incluída nas escolas e qual deve ser o posicionamento do professor.

De acordo com a SBP - Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, o termo da psicomotricidade não é a soma da psicologia com a motricidade, podemos estabelecer uma relação entre o pensar e o movimentar, relacionando também com as fases do desenvolvimento da criança, é importante observar a movimentação das crianças durante o processo de aprendizagem. Em outras definições o corpo e a mente se desenvolvem juntos, um auxiliando o outro. Por isso é preciso trabalhar a psicomotricidade na escola.

Silva e Borges (2008) a psicomotricidade no desenvolvimento infantil devem ser aplicada e reconhecida nas crianças confirmando sua importância no desenvolvimento. Para que a criança tenha êxito no desenvolvimento psicomotor deve-se propor atividades planejadas e que sejam realizadas de forma prazerosa.

Segundo os estudos apontados por Alves (2007) os fundamentos da psicomotricidade são estruturas psicomotoras que se transformam ao longo do tempo,

visando à evolução do sujeito conforme suas vivências. A psicomotricidade é dirigida para as crianças para favorecer o desenvolvimento psicomotor, agindo como preventiva.

Para Le Boulch (1987) a educação psicomotora deve ser considerada como base para as escolas primárias, pois condiciona todas as aprendizagens escolares, porém ocorre de modo eficaz quando a criança consegue tomar consciência de seu corpo. Quando conduzida com persistência previne certas inaptações, quando essas inaptações já estão estruturadas são mais difíceis de melhorar. Dessa maneira quanto mais rápido abordar nas escolas mais o aluno poderá se conhecer melhor e se desenvolver. O autor aponta que a finalidade central da educação psicomotora é a interpretação da educação pelo movimento, contribuindo para o desenvolvimento psicomotor da criança, da qual depende do desenvolvimento de sua personalidade e do sucesso escolar.

Segundo Santos (2004) os profissionais precisam estar atentos enquanto as dificuldades apresentadas pelas crianças, para isso é importante conhecer seu aluno, identificando em qual estágio de desenvolvimento se encontra, mas sempre respeitando as individualidades e limites de cada um. Os profissionais da educação, os professores devem incentivar seus alunos, instigando muita criatividade e responsabilidade para intervir e agir no momento certo, utilizando diversas técnicas para a realização das atividades. Quando há falta de incentivo ou de conhecimento pode ocasionar nos alunos desânimo, medo, isolamento e falta de interesse.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visa ressaltar a importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem na educação infantil, essa fase escolar é extremamente importante, pois as funções são desenvolvidas e aperfeiçoadas. Os artigos utilizados demonstraram o quanto a psicomotricidade favorece o desenvolvimento da criança e destacam estratégias de ensino que devem ser adotadas pelos profissionais da educação.

Os conteúdos analisados evidenciaram que o aluno precisa se desenvolver dentro e fora do âmbito escolar de forma significativa, principalmente os professores precisam estar em constante processo de formação continuada, para que desta maneira, estejam inovando suas metodologias de ensino para identificar facilmente algumas dificuldades de aprendizagem e assim, repará-las.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Ricardo C. S. **Psicomotricidade I**. Rio de Janeiro, 2007.

LE BOULCH, J. . **Educação Psicomotora: psicocinética na idade escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

ROSSI, Francieli. **Psicomotricidade na Educação Infantil**. Minas Gerais – MG/ 2012.

SANTOS, Glauciane. **A importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem no pré-escolar**. Rio de Janeiro- RJ/ 2004.

SBP. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE**. Disponível em: www.psicomotricidade.com.br. Acesso em: 20 de Abril de 2020.

SANTOS, E. L. S; CAVALARI, N. **Psicomotricidade e educação infantil**. Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP, Pitanga, v. 1, n. 3, p. 149-163, 2010.

SILVA, A.B.; BORGES, P.F.B. **A importância da psicomotricidade na educação infantil**. Revista Perspectivas em Educação, Uberaba, ano 1, ed. 3, p. 1-19, mai./ago., 2008.

A SIMBOLOGIA DA ILHA NA LITERATURA DE LÍNGUA INGLESA: UTOPIA E DISTOPIA

Gabriel Pessotto Galera, Elaine Regina Cassoli, e-mail: gabriलगalera02@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Dentro da literatura, encontra-se vários símbolos, mitos e arquétipos que reverberam há séculos e constroem histórias cheias de significados e propósitos. A literatura, conforme Aguiar e Silva (1979), é considerada uma atividade artística que exprime as angústias, alegrias, certezas e os enigmas que fazem parte da vida do ser humano, e, que por isso, de acordo com o pensamento do psicólogo Jung (2000), deixa transparecer os arquétipos que existem no inconsciente coletivo, materializando-se via imagens ou experiências, e, nesta pesquisa, por meio das produções literárias.

De acordo com Silva (2005), a figura da ilha, considerada um símbolo na literatura, é encontrada em diversas culturas humanas ao longo do percurso de desenvolvimento de sua civilização, contudo, na literatura de língua inglesa, especificamente, percebe-se que a figura da ilha é considerada extremamente fundamental, pois, segundo o autor op. cit., a geografia das ilhas britânicas pôde moldar a personalidade e cultura do povo inglês, possibilitando um impacto em sua produção literária que atravessou os séculos até os dias atuais.

No período das grandes navegações durante o século XVI, a simbologia da ilha presente na literatura adquiriu um novo aspecto, mais precisamente por conta dos escritos do filósofo Thomas More, que, por meio de seu famoso livro “A Utopia”, pôde definir um gênero de literatura chamado de utópico, no qual a figura da ilha se tornou um local ideal, digno de uma sociedade que vivia em perfeita harmonia, o que, conforme Pacheco e Borges Filho (2015) afirmam, é considerada uma crítica à situação político-social da Inglaterra no século XVI, período em que o Absolutismo estava em vigência e a desigualdade social era gigante.

Após séculos da consolidação da literatura utópica, contudo, no século XIX, a Inglaterra vitoriana estabeleceu a literatura distópica, novamente, ressignificando a simbologia da ilha como um lugar antes considerado perfeito e ideal como o extremo contrário, palco de estranhos experimentos científicos que colocavam à prova os limites éticos dos recentes avanços científicos que a humanidade alcançava por meio da Revolução Industrial, que, conforme Hobsbawn (2013 apud SALOMÃO, 2017), pôde

gerar grandes transformações na sociedade europeia nas mais diversas áreas como social, econômica, política e cultural, tornando-se importantes até os dias de hoje, impactando a vida de milhões de pessoas.

Autores como Mary Shelley e H. G. Wells, considerados pioneiros no romance distópico, por meio de seus enredos, respectivamente, como em “Frankenstein” e, com destaque especial nesta presente pesquisa, “A Ilha do Dr. Moreau”, puderam trazer à tona discussões sobre os limites da ciência na sociedade, que, segundo Rocque e Teixeira (2001), caracterizou a criação do vilão gótico que se transforma em cientista, transferindo os poderes maléficos para as mãos de criaturas nascidas da ciência, servindo como um possível alerta às consequências dos avanços científicos.

2 MÉTODO

Este trabalho foi realizado por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica na qual foram utilizados diversos livros, artigos científicos, periódicos e publicações em revistas e jornais online referentes à simbologia da Ilha na literatura de língua inglesa com ênfase na literatura utópica e distópica, ao conceito de literatura, símbolos, arquétipos, mitos, além de acesso a fatos históricos referentes à Ilha da Grã-Bretanha para embasar a fundamentação teórica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho pôde discorrer sobre uma mudança significativa na simbologia da ilha nos livros de literatura inglesa, mais especificamente em relação aos livros que abordam o conceito de utopia criado por Thomas Morus, em seu livro intitulado “A Utopia” publicado no começo do século XVI e o conceito contrário chamado de distopia, presente na obra do autor inglês H. G. Wells intitulada “A Ilha do Dr. Moreau” publicada no ano de 1896.

A literatura, desde os primórdios, sempre apresentou símbolos, mitos e arquétipos que representassem, pela forma escrita ou oral, algo de extrema relevância ao imaginário popular. No início, símbolos ligados à natureza foram os principais, em seguida, com a complexidade social advinda da mudança dos modos de vida, símbolos mais complexos foram se formando com o crescimento das cidades, indústrias e da modernidade. Contudo, o símbolo da ilha, mais especificamente ligado à Ilha da Bretanha, ganhou

força no espaço de produção literária desde o início, modificou-se durante os séculos e ainda hoje permanece como um grande símbolo.

A Grã-Bretanha sempre despertou um interesse muito grande nos demais povos da Europa porque se caracterizava como uma ilha distante e misteriosa, poucas pessoas haviam conhecido suas terras e, por conta disso, sua imagem se tornou muito vista pelas pessoas e dentro de seu imaginário como uma ilha misteriosa envolta por brumas e a origem de seu povo desconhecida.

Conforme os séculos foram se passando, a imagem da ilha na literatura se caracterizou como uma terra distante e afastada da sociedade propositalmente, funcionando como uma espécie de paraíso na terra, lar dos escolhidos. Essa característica se tornou mais acentuada após a publicação do livro “A Utopia” de Thomas Morus no ano de 1516, o qual narra a existência de uma ilha com esse mesmo nome, onde os cidadãos viviam em harmonia e em perfeita engrenagem social, preceitos religiosos eram seguidos e compreendidos e conceitos filosóficos enraizados no modo de viver.

Contudo, à medida em que os avanços do século XIX começaram a surgir nas áreas industrial e científica, autores da época trouxeram uma nova abordagem para o antigo símbolo, a ilha, antes considerada local perfeito e isolado da sociedade a fim de garantir o acesso ao paraíso na terra, nesse momento se torna o contrário, por conta de seu isolamento geográfico, a ilha se torna uma prisão, lar para indivíduos isolados da sociedade que os considera de certa maneira perigosos, um atentado à vida industrial nos meados do século XIX. Esse conceito, ganhou força com a publicação do livro do autor inglês H. G. Wells em 1896 intitulado “A Ilha do Dr. Moreau”, livro que narra a história do cientista de mesmo nome, exilado da ilha da Grã-Bretanha por ser considerado um cientista de índole duvidosa à medida em que alcançava avanços em experimentos transformando animais em bestas selvagens, alterando sua carga genética e atuando como Deus ao manipular a vida.

O embate entre o limite ético da ciência numa sociedade que se alimentou na fonte dos primeiros avanços científicos que garantiriam uma qualidade de vida às futuras gerações gerou uma grande produção literária que usou esse momento como inspiração. Ao mesmo tempo em que a ciência alcançava grandes feitos e inéditos, a sociedade iniciou um processo de questionamento em relação à qual seria o limite da interferência humana acima da natureza. Dessa maneira, o símbolo da ilha teve suas características

modificadas e amadurecidas por conta do avanço da humanidade em relação ao seu conhecimento científico e, conseqüentemente, literário.

Os símbolos se transformam com o tempo à medida em que são disseminados e incorporados a outros, é um processo natural a qual todos estamos expostos, nada é para sempre do jeito que um dia já foi. Além disso, vivemos numa sociedade que a cada dia consegue atingir lugares e respostas a quais nunca imaginamos chegar há séculos. O símbolo da ilha na literatura inglesa é uma prova desse processo histórico-social, a forma pela qual era encontrada no imaginário popular foi se moldando conforme os séculos foram se passando e sua imagem foi sendo esculpida à medida em que a ciência e seu impacto na sociedade foi se tornando mais presente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, constatou-se que houve uma mudança significativa na história da literatura que se assemelha muito à história da própria ilha da Grã-Bretanha. Essa mudança se refere à transição entre a literatura do tipo utópico para distópico, muito influenciada pelos grandes avanços científicos alcançados no século XIX, muito bem evidenciados em grandes romances da época, como o livro de H. G. Wells chamado “A Ilha do Dr. Moreau”.

Nesse sentido, constata-se que a ciência pôde ressignificar a simbologia da ilha que antes era tida nas produções literárias como um ambiente sagrado que ligava seus habitantes ao mundo espiritual, além de ser um local com alta funcionalidade social onde regras e religião apaziguava a convivência dos insulares para um local considerado infernal, palco de experiências que ultrapassavam os limites éticos que causariam danos às boas maneiras, em suma, um local afastado de maneira proposital para a proteção dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR e SILVA, V. M. Teoria da Literatura, Coimbra, Livr. Almedina, 3ª ed. Revista e aumentada, 1979.

PACHECHO, R. B. C. L; BORGES FILHO, O. Topus Utopicus: O espaço em Utopia, de Thomas Morus. 2015. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/291010455_Topus_Utopicus_o_espaco_em_Utopia_de_Thomas_Morus. Acesso em: 03 fev 2020.

ROCQUE, L. de L; TEIXEIRA, L. A. Frankenstein, de Mary Shelley e Drácula, de Bram Stoker: Gênero e ciência na literatura. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702001000200001&script=sci_abstract&tlng=pt.

SALOMÃO, A. Bibliotecas circulantes na revolução industrial inglesa: inclusão social da mulher na economia do livro. 2017. Disponível em:
<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/tccs-2017.1/Amanda%20Salomao.pdf>.
Acesso em: 27 jul 2020.

SILVA, A. M. da. Literatura Inglesa para brasileiros: Curso completo de literatura e cultura inglesa para estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.

A SUPERFICIALIDADE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E OS APLICATIVOS DE RELACIONAMENTOS

Milena Fernanda Serrano, Patrícia Ribeiro Nakamura Real, Patrícia Pelegrina Rosseto,
e-mail: patricia_prosseto@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As relações interpessoais justificam o estudo da psicologia em suas vastas ramificações, posto que, somos seres que sobrevivem na dependência do contato com o outro e em primeira instância, nosso desenvolvimento se dá pela interação social (PAPALIA et al, 2013).

No contexto dos laços afetivos, Bauman (2003) destaca que, sejam eles quais forem, encontra-se cada vez mais fluídico e instável, visto que na contemporaneidade cada pessoa tem condições emocionais e psicológicas de não se aproximar e não se deixar envolver, e as comunicações virtuais estão presentes nesta perspectiva, uma vez que é mais prática e rápida.

Nesse aspecto, as redes sociais através de suas páginas e comunidades, são os exemplos mais expressivos da interação de indivíduos mediados pelo computador e pela produção no compartilhamento de conteúdos. Sites como *Youtube*; aplicativos como *Facebook, Instagram, WhatsApp, Twitter, Tinder* e *Tumblr* são apenas algumas amostras dentre as várias redes sociais presentes na *web*, que potencializam uma participação mais ativa de seus usuários, estimulando assim, mais tempo de conexão e maior interatividade (LIMA et al, 2016).

Por outro lado, a contemporaneidade nos apresenta uma dialética da comunicação. Uma vez que, leva a um caminho que não se sabe exatamente se conseguirá permanecer com relações interpessoais sem a intervenção das redes a todo o momento. Assim, é imprescindível a discussão acerca da suposta artificialidade nas relações mediadas por meios digitais (OLIVEIRA; BARROS e GOULART, 2016)

Nesse sentido, acredita-se que a importância deste estudo se destaca, sobretudo, para sociedade em geral, por se tratar de um tema de ampla repercussão no meio social e, não obstante, por incitar uma reflexão, que demanda constantes renovações de discussão, tendo em vista, o caráter dinâmico e multifacetário das redes sociais.

2 MÉTODO

A pesquisa aqui apresentada caracteriza-se como um estudo exploratório de caráter qualitativo, utilizando como método a Revisão Bibliográfica Sistemática em conteúdo acadêmico, publicados entre os anos de 2010 a 2020. Esse método científico possibilita buscar e analisar material de variadas áreas da ciência, visto que esse tipo de pesquisa nos permite ter uma visão mais ampliada do tema, confrontar ideias ou concordância existentes entre os autores (Gil, 2008).

Dentro dos critérios, buscou-se material de interesse na base de dados dos Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google acadêmico. A coleta de dados foi iniciada e finalizada no decorrer do mês de abril de 2020. Nesse processo, foram selecionados dez artigos, uma monografia e um trabalho de conclusão de curso. Totalizando doze estudos que contribuiriam na produção deste trabalho, a primeira leitura foi seguida de fichamento dos textos a fim de, compor as ideias da estrutura do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As redes sociais têm uma característica ímpar, que é a possibilidade de fornecer novos espaços de pertencimento, reconhecimento e relacionamento social. Contudo, a frenética forma como esses espaços se articula, promovem também a necessidade de compreensão de novos esquemas relacionais, que pela rapidez como acontecem, impossibilita que os sujeitos possam entendê-la e vivenciá-la de forma menos hedonista (LIMA et al, 2016).

Nesse sentido, Stengel; Moreira e Lima (2015) discutem em seu estudo, as relações amorosas entre adolescentes, permeada pelas redes sociais. De modo que, a vista dos autores uma das particularidades nas relações contemporâneas, sobretudo, no âmbito virtual se destaca em primeira instância pelo fator do fascínio em poder conhecer e se relacionar com pessoas de todas as partes do mundo, de forma rápida e em tempo real, e que por sua vez, o ciberespaço potencializa fantasias que outrora em outros ambientes de relacionamento seriam inviáveis, tais como o imaginário pelo desconhecido, a ilusão por representações irreais, inclusive sobre si mesmo, e o fator da (des)responsabilização por qualquer ato e suas consequências.

Em contrapartida, Bordignon e Bonamigo (2017) realizou estudo onde foi possível identificar pela perspectiva do próprio adolescente, que este adere aos espaços virtuais

pela conveniência de estabelecer relações novas a custo zero, pela curiosidade, pela possibilidade de pertencer a grupos de mesma identidade e prazeres comuns e pela facilidade em começar e/ou cancelar relações que não lhe agrada mais, portanto, caracterizando a juventude atual com forte apelo às relações efêmeras e superficiais pelo aspecto da virtualidade no que tange a relações amorosas e de que o próprio conteúdo que os conecta em relações de amizades virtuais geralmente se tornam rapidamente obsoletas devido a rapidez das informações.

Nesse sentido, destaca-se que a superficialidade de relações essencialmente desajustadas, acontece devido seu inerente caráter de fragilidade acerca do discernimento do que seria ou não real e a fugacidade das múltiplas possibilidades de experimentação, dirimindo as possibilidades de aprofundar uma vivência mais autêntica de expansão dos laços afetivos (STENGEL; MOREIRA e LIMA, 2015).

No aspecto das relações amorosas na fase adulta, Sousa; Moreira e Rios (2016) investigaram a respeito da construção de identidade e relacionamentos entre usuários do aplicativo *Tinder*. De maneira que, em seus achados um dos elementos que ganhou destaque, no contexto da superficialidade, corresponde a limitação da comunicação, visto que qualquer contato direto só ocorre se ambas as partes confluírem na preferência pelo que é exposto ali como identidade, que no geral é apenas uma foto e breve descrição de perfil.

Em contrapartida, Sfoggia e Kowacs (2014) identificaram aspectos potencialmente positivos em uma análise sobre como as redes sociais, sobretudo, pelo seu caráter de anonimato, promove possibilidade de construção de relacionamentos, inclusive sexuais, por sujeitos que no ambiente real seriam estigmatizados, por suas particulares inabilidades de comunicação. Embora, os autores salientem que o ambiente virtual ainda que apresente consequências positivas na construção de relações sexuais, ou não, continua a se alicerçar na interseção entre o que é real e o que é fantasia.

Na perspectiva das relações de amizade Sousa e Cerqueira-Santos (2011) destaca que ao longo do ciclo vital os relacionamentos de amizade são cruciais para o desenvolvimento humano, visto sua interseção com a prática das habilidades sociais. Contudo, na conjuntura atual das conexões sociais pelos meios virtuais, além da habilidade social, destacam-se também os aspectos particulares nessa dinâmica e o fator do contágio, que nas palavras dos autores corresponde “[...] disseminação

hiperdiádica ou tendência de os efeitos se disseminarem de uma pessoa para outra e outra, além dos laços sociais diretos” (SOUSA; CERQUEIRA-SANTOS, 2011 p. 55).

Os aspectos relacionais entre pessoas com grau de parentesco, genético ou não (aparentados), que se relacionam por meio das redes sociais (*Facebook e whatsapp*) também foi alvo de investigação em estudo promovido por Junior; Brito e Beltrão (2010) que identificaram aspectos diante da diversidade de laços nessa conjuntura, como sendo fortalecidos pelas mídias sociais. Assim, perceberam-se tais conexões como suporte emocional, devido à frequência nas interações e a proximidade emocional e que, não obstante, esses fatores são diferenciais na leitura dos grupos que envolvem pessoas com laços familiares, dos grupos que não envolvem relações em família, para considerar o nível de autenticidade da interação pelas redes.

No sentido das relações menos superficiais, em especial, a mídia social *Whatsapp* considerada como o meio mais conciso de relações virtuais, sobretudo, no que tange as relações grupais como, por exemplo, os de família, escolares, e de amigos que tem interesses temáticos em comum, devido seu caráter mais aproximado que possibilita a resolução imediata de possíveis conflitos. Contudo, a pesquisa também apontou que o aspecto negativo se dá no sentimento de invasão de privacidade que os usuários comumente sentem (SOUZA; ARAUJO e PAULA, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de análise neste estudo consistiu, em refletir e compreender acerca dos aspectos de relacionamentos interpessoais na atualidade e sua interseção na mediação por meio das mídias sociais, discutindo o caráter de superficialidade ou não na conjuntura de tais relações.

De modo que, por meio da pesquisa em literatura recente foi possível identificar discrepâncias na construção de vínculos entre pessoas na fase da adolescência e na fase adulta, além das diferenças nas relações intermediadas pelas mídias sócias na conjuntura de grupos sociais entre pessoas desconhecidas e entre grupos com pessoas com vínculo familiar.

Acerca dos elementos identificados como passíveis de uma interpretação de contribuição para superficialidade nas relações por meio de mídias sociais, destacam-se: o caráter das representações fantasiosas no que tange a construção irreal da própria imagem, amplamente difundidas pelos usuários de redes sociais; a

desresponsabilização de manter uma relação, sobretudo, facilitada pelo mecanismo do “cancelamento”; e as manifestações rasas acerca das próprias emoções e comportamentos.

Em contrapartida, autores destacaram que na especificidade das relações entre adolescentes, esses aspectos precisam ser melhor investigados haja vista, que esta experiência de relações, especialmente nesta fase expressa uma vivência real, embora seja de forma remota.

E ainda nas particularidades de relações através de mídias onde sujeitos que se relacionam tem uma previa relação de laços familiares, a superficialidade parece se distanciar ainda mais, visto que nessa conjuntura as pesquisas presumem que haja uma maior aproximação entre as pessoas, assim, promovendo fortalecimento das relações.

Portanto, diante do exposto acredita-se que foi possível compreender aspectos pontuais acerca do caráter de superficialidade nas relações mediadas pelas mídias sociais, considerando conjunturas específicas de grupos. Vale destacar, o caráter de limitações neste estudo, principalmente no que tange a carência de estudos mais aprofundados sobre a temática, acreditando que isto ocorra, sobretudo, pela dinâmica volátil e recente do fenômeno relações sociais e mídias sociais, o qual este estudo se debruçou.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BORDIGNON, C.; e BONAMIGO, I. S. Os jovens e as redes sociais virtuais. **Pesquisas e práticas psicossociais**, v.12, n. 2. p. 310-326, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNIOR, M. D. S; BRITO, R. C. S; e BELTRÃO, M. C. de M. Fatores interpessoais das redes sociais de parentesco. **Ciências e cognição**, v.15, n.3, p. 100-110, 2010.

LIMA, N. L. et al. As redes sociais virtuais e dinâmicas da internet. **Rev. Interinstitucional de psicologia**, v.9, n.1, p. 90-109, 2016.

OLIVEIRA, R. S. de; BARROS, B. M. C. de; e GOULART, G. M. As tecnologias da informação e comunicação na (des) construção das relações humanas contemporâneas: implicações do uso do aplicativo tinder. **Revista Brasileira de direito**, v.12, n.1, p. 88-99, 2016.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento Humano**. 12^a. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SFOGGIA, A; e KOWACS, C. Sexualidade e novas tecnologias. **Revista Brasileira de Psicoterapia**. v.16, n.2, p. 4-17, 2014.

SOUSA, D. A; CERQUEIRA-SANTOS, E. Redes sociais e relacionamentos de amizade ao longo do ciclo vital. **Rev. Psicopedagogia**, v.28, n.85, p. 53-66, 2011.

SOUSA, S. G; MOREIRA, V.R.P; e RIOS, R. **A liquidez da sociedade pós-moderna: uma análise das relações sob a perspectiva do Tinder**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2016.

SOUZA, J. L. de A; ARAUJO, D. C. e PAULA, D. A. de. Mídia social whatsapp: uma análise sobre as interações sociais. **Rev. ALTERJOR**, v. 1, n. 2, p. 132-165, 2015.

STENGEL, M.; MOREIRA, J. O; e LIMA, N. L. O amor na internet: um encontro amoroso de um adolescente. **Psicologia em estudo**, v.20, n.2, p. 319-330, 2015.

A TRISTEZA COMO CONDIÇÃO EXISTENCIAL: UM OLHAR FENOMENOLÓGICO

Juliana Henry Bon de Oliveira, Luma Karuliny de Paula, Aguinaldo José da Silva Gomes, e-mail: juliana_henrybon@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A condição de existência humana é permeada e vivenciada através de uma série de emoções e sentimento que com Heidegger (2002) compreendemos como tonalidades afetivas e que, aos olhos do senso comum, atendendo aos apelos de uma sociedade ocidental cristã, são categorizados como bons ou ruins. Nestes termos, pode-se classificar a alegria e a tristeza como polos fundamentais e distintos que constituem o “eu”. A tristeza, ainda nessa perspectiva, caracteriza-se por um estado de melancolia, a falta de alegria ou esmorecimento, segundo o dicionário. (FERREIRA,2010)

O século XXI é caracterizado pela perseguição do ideal de evitar a tristeza, diminuindo o sentimento de angústia a um mero empecilho para chegar-se a um ideal de felicidade utópica. No entanto, Viktor Frankl em sua obra existencialista “Em Busca de Sentido” (1991), traz à reflexão de que o viver é sofrer, e o sobreviver significa encontrar sentido na dor e que a cada um cabe descobri-lo por si mesmo, aceitando a responsabilidade de sua resposta. Dada a essa atual perspectiva de olhar e encarar a tristeza – como algo a ser retirado do sujeito – e a escassez de pesquisas acadêmicas relacionadas à este viés é que este trabalho torna-se relevante do ponto de vista das ciências humanas e sociais.

Segundo o poeta Vinicius de Moraes (1967), é bem melhor ser feliz do que ser triste, mas de fato, não há como fugir ou apagar o estado de tristeza da vivência humana; e é pensando nisso que a sociedade procura remediar a angústia desde maneiras não científicas, como a religião, por exemplo, até cientificamente por meio de psicotrópicos; o objetivo é claro: interromper a proporção da tristeza e seus efeitos instantaneamente. Porém, a infelicidade é um afeto próprio da condição humana, é ontológico.

Segundo Bauman, (1999), diante de todo o avanço tecnológico e a liquidez da qual a sociedade se encontra, a forma mecanizada em que as relações sociais são construídas, nota-se o aumento de diagnósticos patológicos e distúrbios psíquicos. O vazio existencial é uma circunstância que permeia todo ser humano em algum momento da vida, principalmente quando o mesmo questiona e reflete sobre o sentido da vida,

categoricamente relacionado com a imposição social sobre o modelo ideal de realização pessoal e profissional, além dos outros e perdas vivenciados ao longo da vida.

Por meio de um processo terapêutico se é possível vivenciar essas condições que pertencem ao ser, sem julgamentos ou diretrizes de caminhos a serem seguidos para evitar, ou diminuir o sofrimento. Dentro do campo analítico é permitido permanecer nesse estado o tempo que achar seguro, vivenciar a dor, o luto, a perda ou simplesmente o vazio que não é discursivo em palavras.

O objetivo do presente trabalho, portanto, versa sobre apreender as condições humanas relacionadas ao sentimento de tristeza e como isto se reflete na sociedade, fundamentada na fenomenologia existencial, bem como identificar sobre o caráter da tristeza e os fenômenos que a envolvem através da literatura.

2 MÉTODO

O estudo é uma análise técnica científica, de caráter teórico que versa sobre a tristeza como condição existencial, pautada na perspectiva fenomenológica-existencial. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros que puderam contribuir para a maior compreensão deste fenômeno, como este nos afeta e influência nos mais diversos aspectos humanos. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.183) este tipo de pesquisa:

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Por fim, após a coleta de dados, realizamos a análise documental adquirida ao longo do projeto, para com isso, integrar e fundir tais conceitos com o pensamento fenomenológico existencial a fim de alcançar novas considerações e possibilidades para compreensão da vivência da tristeza.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Heidegger, em sua obra *Ser e Tempo* (2002), traz um novo olhar sobre a constituição do ser humano, definindo-o como ser no mundo. Assim, parte de uma ideia oposta ao dualismo em uma condição coletiva já dada antecipadamente e através das suas vivências se vê na possibilidade de ser singular. Essa ocorrência se fomenta no mundo, através de experiências no cotidiano e as relações em que o ente, ou seja, aquilo

que se é esperado pelo mundo e que se é perante as idealizações sociais, pode abrir-se para o Ser. Dar abertura para o Ser nesse caso exige do “ente” um olhar ontológico que se revela na própria compreensão do ser na impessoalidade, um se perceber na indiferenciação que configura ato de coragem.

O *Dasein* se revela nesse contato do ser com a interação do mundo, e é dentro das relações com os outros entes que as emoções e sentimentos vão sendo reveladas e estruturadas. A condição de ser-no-mundo configura as relações a partir de tonalidades afetivas que como atmosferas reveladas em nossas relações, proporcionam o tom de nossa compreensão no mundo.

A tonalidade afetiva se oferece nesse espaço como humor, um estado que gentilmente convida esse ente a acessar seu ser. O mundo é movido pelo humor, pelas tonalidades afetivas e todo estado humano é afetado por essa condição, até a falta de importância a essas relações faz com que o indivíduo seja tocado pelo mundo. Por isso devemos considerar o ser ontológico em sua experiência de existir singular e plural. Ao relatar sobre humor Heidegger afirma:

Ele não vem de “fora” nem de “dentro”. Cresce a partir de si mesmo como modo de ser-no-mundo (...). O estado de humor não remete de início, a algo psíquico e não é, em si mesmo, um estado interior que, então, se exteriorizasse de forma enigmática, dando cor às coisas e pessoas (...) é um modo existencial básico da abertura igualmente originária de mundo (...) (1927/2006, p. 196).

A tristeza, por sua vez na compreensão e formação do ser, pode ser encarada como necessária. Estar triste é precisamente estar no mundo. Em sua dialética Heidegger (1927) nos apresenta o significado da verdade estando articulada com o ser livre, associado com estar em sintonia com o próprio do ser e com aquilo que se apresenta. Há abertura no ser para a liberdade de sentir e dar significados para esses sentimentos, podendo caracterizar o que é bom ou ruim no seu modo de ser no mundo.

E quando se trata de terapia, o aproximar-se da verdade a própria história significa sentir-se livre, naquele sentido de poder se familiarizar com o que se apresenta, para deixar que o passado, o presente e o futuro sejam liberados e se manifestem em sua verdade. Por isso, podemos dizer que a terapia, *quando fundamentada na ontologia heideggeriana*, é libertadora. (POMPEIA; SAPIENZA, 2011 p. 163 – itálico nosso)

As tonalidades afetivas permitem ao homem uma relação com a verdade (não no sentido tradicional, voltada ao intelecto), mas a verdade com o significado *aletheia*, ou seja, o não-esquecido, o desocultado. Esta verdade libera o homem para ser plenamente si mesmo, então, o *Dasein* é aberto e lançado em suas inúmeras possibilidades de ser, não precisando fingir-se ou ocultar as suas formas de existir.

A terapia fenomenológica-existencial, a exemplo, busca, portanto, levar o indivíduo a aproximar-se da verdade de sua própria história, seja ela marcada por dores, rompimentos, desafetos, saudades... E essa aproximação e apropriação da sua história, que libera o passado, presente e o futuro, faz com que o indivíduo se liberte. O paciente experimenta o desabrigo, que vêm acompanhado da angústia, medo, culpa e vergonha. O terapeuta experimenta o estar-lançado, ou seja, ele é projetado para dentro da vida do paciente. Isso o faz sentir medo e ter expectativas sobre a terapia.

É nessa trajetória de reflexões heideggerianas que reencontramos a angústia—que nos aproxima da tristeza - na obra *Angústia, Culpa e Libertação* de Boss (1981), para esse autor, um dos criadores da *Daseinsanalyse*¹, culpa e libertação diferencia os tipos de angústia, sendo a angústia patológica, atualmente conhecida como depressão, e a angústia existencial. O autor apresenta que, se o sujeito se mantém aberto à sua essência total, e não disfarça a sua angústia, encontra uma condição de liberdade; e com isso ocorre a superação desta angústia.

O psicólogo em sua versão tradicional, assim como as demais pessoas que rodeiam a vida do paciente, tem a ânsia de ajudar e de fazer com o que o paciente passe pela tristeza o mais rápido possível, porém, segundo Feijoo (2011), o psicólogo fenomenológico-existencial é aquele que dá um passo atrás e não se precipita nas determinações sedimentadas sobremaneira pela aderência cartesiana dos modos tradicionais de olhar a tristeza. É assim que se deixa o processo se revelar como fenômeno próprio, com o psicólogo servindo para o paciente de amparo. Essa perspectiva de deixar-vir-o-que-se-mostra revela o olhar criativo que pode ser dado ao afeto quando compreendido através da hermenêutica heideggeriana. A pressa de passar pela tristeza, angústia, e demais sentimentos evitados, social e culturalmente atrapalham e distorcem essa passagem.

A angústia nada mais é do que a falta de abrigo, portanto o movimento existencial do *Dasein* é sair à procura deste abrigo; achando, no caminho, o conforto, vivendo no impessoal, na determinação do coletivo, no que é confortável, se livrando da indeterminação do aberto. Enquanto isso está protegido, mas corre perigo de ficar preso no abrigo. A impessoalidade do *Dasein* impede que ele seja ele mesmo, assim o *Dasein*

¹ Em *Ser e Tempo* (1927) o termo “*Daseinsanalyse*” significa a iluminação das determinações do *Dasein* ou, em outras palavras, dos “existenciários”, tais como “compreensão”, “disposição”, “discurso”.

se torna estranho para si mesmo, pois deve a si mesmo o que ele ainda não é. Ele é um ente em que falta algo, falta ser algo. Vivenciar essa angústia é acolher tudo o que vem ao seu encontro, acolher os acontecimentos em um movimento de aceitação. (BOSS, 1981)

O movimento de aceitação diz respeito ao acolhimento a tudo que acontece, ou seja, tudo o que compõe a história do Dasein; a entrega nada mais é do que ter confiança para acolher a doação do Dasein;

Acolher significa receber alguma coisa e comprometer-se com o que está sendo acolhido. É aceitar sabendo que aquilo que chega faz parte de um processo, isto é, aquilo não é o fim, é algo que chega no meio de uma história que está em andamento. (POMPEIA E SAPIENZA p. 173 e 174).

A partir da aceitação, é possível ultrapassar aquilo que se enfrenta. Esse ultrapassar é entendido por Pompéia e Sapienza (2004) como deixar para trás e compreender; compreender o que fora perdido, e o que se ganha em meio à perda, que é a descoberta de que é possível sobreviver. Isso reflete a um estado de compreensão de si mesmo, que acaba superando a tristeza ou desilusão de algo que foi perdido. Mas para que isso aconteça, Pompéia e Sapienza (2004, p.42) apontam ser necessário um movimento de mergulhar profundamente no que é sombrio e difícil de ser encarado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fenomenologia-existencial revela que tristeza é própria da condição humana como todos os outros sentimentos e emoções que fazem parte da existência como tonalidades afetivas. O processo terapêutico na referida abordagem, a exemplo, possibilita o espaço que o indivíduo necessita para experienciar a tristeza nas suas mais diversas dimensões. Este espaço pretende ser repleto de compreensão, ausente de julgamentos ou de apontar direções a serem seguidas, pois a manifestação de tal sentimento concretiza a sua existência, o seu “ter-de-ser” no mundo. Através do desenvolvimento deste artigo podemos compreender o olhar fenomenológico existencial em relação a tristeza, colocando-a como uma experiência necessária à condição humana. A necessidade de desconstruir um olhar positivista e do senso comum sobre a temática, foi um desafio para elaboração deste artigo, agrega-se a isto a dificuldade de encontrar materiais que compartilhavam da mesma perspectiva fenomenológica. O presente trabalho buscou introduzir questões atuais da condição do ser-no-mundo, mais precisamente sobre a vivência da tristeza amparada no olhar da fenomenologia existencial. Trata-se de um tema de grande relevância que necessita ser discutido mais

amplamente nos meios de produção científica, e pode ser explorado nas mais diversas esferas como em obras artísticas e filmes.

5 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida, tradução de Plínio Dentzien. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOSS, Medard. Angústia, Culpa e Libertação, tradução de Barbara Spanoudis. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

FEIJOO, Ana Maria Lopez de. A existência para além do sujeito. A crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais. 1. ed. Rio de Janeiro: Viaverita, 2011.

FERREIRA, Aurélio Holanda Buarque, Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 5. ed. Rio de Janeiro, 2010.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo (1927), Partes I e II, tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, M. Ser e tempo (1995), Partes I e II, tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Vinicius de. Samba da Benção, 1967. Disponível em:
<<http://www.jobim.org/gil/handle/2010.4/1314>> Acesso em: 10 mai. 2020.

POMPÉIA, J. A. e SAPIENZA, B. T. Os dois nascimentos do homem: escritos sobre terapia e educação na era da técnica. Rio de Janeiro: Editora Via Verita, 2011.

POMPÉIA, J. A. e SAPIENZA, B. T. Na presença do Sentido: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. São Paulo: EDUC/Paulus, 2004.

ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO AFETIVO DA CRIANÇA

Beatriz Carolina Franco da Silva, Gabriela Vitorino dos Santos, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: gabrielavitorino@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O tema da Alienação Parental ainda pouco discutido no Brasil pela sociedade de modo geral, e especialmente, pelas famílias (OLIVEIRA, ACIOLE, BARBOSA, 2018), é um assunto importante que precisa ser mais explorado e conhecido, já que o número de casos vem crescendo cada vez mais, como consequência da separação conjugal, que segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foram 373.216 casos em 2017 (IBGE, 2017). A importância de se abordar esse fenômeno vem de sua natureza nociva, que pode gerar grandes prejuízos ao desenvolvimento afetivo de crianças, podendo se estender tais efeitos para a vida adulta.

Tal prática provocou no meio jurídico a criação de uma Lei, n.º 12.318/2010, de 26 de agosto de 2010, que em seu art. 2º define a Alienação Parental como:

... a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (p.2123).

Essa prática parental é observada, em sua grande maioria, na separação conjugal onde há uma disputa sobre a guarda dos filhos, de forma que um dos genitores fica com a guarda unilateral da criança, enquanto o outro genitor tem o direito garantido por Lei de visitas. Mesmo no caso em que a guarda é compartilhada, onde a criança fica fisicamente na casa de um dos pais, enquanto ao outro é resguardado seu direito de participar ativamente do crescimento e da educação da criança, assegurando assim, o vínculo afetivo, já que ele não convive diariamente com o filho, observa-se o fenômeno da alienação parental. Ainda de modo geral, nos casos de separação conjugal, a guarda da criança fica com a mãe, pois ela é considerada pelo senso comum, e por algumas instâncias jurídicas, a pessoa mais preparada para cuidar de uma criança, o que pode ser mais um complicador no acirramento dos conflitos pós-divórcio. Porém, essa realidade vem mudando lentamente, e os homens também estão conseguindo o direito da guarda (CÚNICO; ARPINI, 2013).

Dessa forma, quando o fenômeno da alienação parental se instala no processo da separação conjugal, sua identificação pode ocorrer através da observação de determinados comportamentos do genitor guardião, como a desvalorização do outro genitor, a recusa em passar informações sobre os filhos, sejam elas escolares ou médicas, a troca do nome e sobrenome sem a autorização do não guardião, a organização de tarefas no horário de visita, a invenção de denúncias falsas a respeito do outro genitor, apresentação de um novo cônjuge aos filhos como nova mãe ou novo pai, a proibição de visitas e ameaças de punição aos filhos em relação à insistência da manutenção do contato com o genitor alienado.

É importante que a psicologia tenha um comprometimento amplo nesse processo, trabalhando de forma preventiva e auxiliando na escuta dos pais e dos filhos, minimizando os prejuízos causados pelos danos psicológicos, emocionais e afetivos que possa emergir dessa situação. Dessa forma, o presente trabalho se justifica ao trazer à tona uma discussão em torno desse fenômeno, haja vista que as ações interventivas do psicólogo em muitos casos, estão acompanhadas de um trabalho multidisciplinar, com a participação de assistentes sociais e juristas, que necessitariam se inteirar das características dessa condição para um olhar mais cuidadoso com um tema de tanta relevância (TRINDADE, 2011).

Portanto, é nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem por objetivo geral analisar o impacto da Alienação Parental no desenvolvimento afetivo de crianças, e como objetivos específicos mostrar a importância da família no processo do desenvolvimento afetivo infantil, relacionar o divórcio e seus conflitos aos problemas de ordem afetiva em crianças, definir a alienação parental e descrever seus prejuízos no desenvolvimento infantil e identificar o papel do psicólogo como mediador no auxílio à superação da alienação parental.

2 MÉTODO

Considerando que o objetivo é apresentar a alienação parental como prejudicial ao desenvolvimento afetivo de crianças, à proposta metodológica definida foi de uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com GIL (2002), é desenvolvida com base em material já publicado, tendo como objetivo analisar diversos estudos em relação a determinado assunto.

Portanto, o presente estudo teve como base pesquisas em artigos, capítulos de livros, revistas científicas e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Para a compreensão do tema foi utilizado o método explicativo, que tem como objetivo “... a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (GIL, 2002, p. 2).

As pesquisas foram realizadas nas bases de dados online como Scielo - Scientific Electronic Library Online, PePSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia, Google Acadêmico e a plataforma de pesquisa Google, utilizando os termos alienação parental, separação conjugal e desenvolvimento afetivo, como uma forma de fonte científica.

A utilização dos filtros resultou em um total de 15.932 artigos, que num primeiro momento, através da leitura dos títulos, procedeu-se a seleção de 100 artigos, prosseguindo para a leitura dos resumos daqueles que eram compatíveis com o tema, buscando referências do ano 2000 a 2018, foram selecionados 50 e que, através da leitura mais apurada resultou em 16 artigos para compor a pesquisa. Também foram utilizados dados estatísticos contidos em sites institucionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e 02 livros considerando conteúdos condizentes ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A família tem um papel importante para o desenvolvimento psicológico, social e principalmente afetivo das crianças, sendo o primeiro grupo de socialização do ser humano, fornecendo as bases da estruturação do indivíduo como sujeito, auxiliando-o na construção da imagem de si próprio. A família é constituída por um sistema de relações construídas através da transmissão de valores com significações e sentimentos, e tem um papel de apoio, suporte e segurança para a criança, onde ela se sente protegida. São nos primeiros contatos com a família “que os indivíduos trocam experiências que geram aprendizagens e afetos que são absorvidos por toda a vida” (COMEL, 2003 apud COSTA; MOURA; ESTEVAM; FORMIGA, 2015, p.2).

No processo de separação conjugal seria importante que os pais se atentassem para o bem-estar de seus filhos para que não houvessem consequências prejudiciais no desenvolvimento dos mesmos. No entanto, o que se vê comumente é que os genitores estão vivendo um momento de grande conflito emocional, de reestruturação de identidades e por estarem muito voltados para si mesmos, deixam de perceber os filhos nesse processo (SOARES, 2009). Seria necessário que os pais colocassem os

interesses da criança em primeiro lugar, com o objetivo de entender aquilo que eles estão sentindo, como também, buscar um ambiente harmonioso de forma que os dois genitores possam exercer a função de pais na formação dos filhos.

O psicólogo presente no contexto de disputa de guarda trabalha em torno do conhecimento do processo, analisando as partes e na emissão do laudo que contribuirá na decisão da escolha do tipo de guarda a ser sentenciada. O trabalho que deve ser realizado pelo psicólogo é de mediador, procurando facilitar a comunicação entre as partes para chegar a um acordo, sem que alguém saia prejudicado, procurando estabelecer uma relação em que as partes não se vejam como inimigas, e conseqüentemente, atenuando possíveis desgastes emocionais nos filhos (SILVA, VASCONCELOS E MAGALHÃES, 2001).

Dentre as estratégias de intervenção psicológica junto à demanda oriunda dos casos de alienação parental destaca-se o papel do psicólogo jurídico, que faz uma ponte entre o conhecimento da psicologia e do direito. Este profissional procura abordar o tema da alienação parental compreendendo as características e as conseqüências para os membros da família que vivenciam tais situações, trazendo técnicas preventivas e auxiliando o juiz nas tomadas de decisões através de um trabalho avaliativo, tendo em vista proporcionar o melhor para a criança.

É importante que o psicólogo fique atento aos novos estudos que trabalham com o tema do âmbito familiar envolvendo qualquer conseqüência negativa ao desenvolvimento da criança, assim, permitindo um aprimoramento da sua prática e técnicas que devem ser desenvolvidas de acordo com a necessidade de cada caso que precisa de um auxílio psicológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de estudos bibliográficos foi possível averiguar que existem grandes chances de que criança desenvolva alguma conseqüência psicológica por conta da alienação parental sofrida na separação conjugal. Como foi possível observar neste artigo, o número de divórcios vem aumentando significativamente, e se faz necessário uma atenção redobrada dos pais para que qualquer prática de alienação parental possa ser interrompida e tratada, buscando assim, não gerar conseqüências graves na vida adulta da criança, fazendo com que a mesma tenha bons vínculos afetivos com ambos os genitores.

Apesar de não serem poucos os casos de alienação parental existentes nos tribunais de justiça atualmente, percebe-se a importância de que esse tema seja mais estudado e conscientizado, para haver mais formas de intervenção psicológica, para que os pais separados fiquem atentos para que a alienação parental não seja praticada dentro de casa, e para que a equipe multidisciplinar (psicólogos, médicos e profissionais do direito) sempre busque melhores formas de mediar tais práticas abusivas.

Além disso, o trabalho do psicólogo deve ser sempre repensado através da subjetividade de cada família, pois cada caso necessita de um tratamento específico. Sabe-se que essa atuação é importante, pois, abre horizontes para uma produção de conhecimento através da interação do profissional de Psicologia com o Direito, contribuindo para um resultado voltado para o melhor interesse e bem-estar da criança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. **Revista Inter Ação**, v. 33, n. 2, p. 343-357, 2008.

BRESSAN, V. P.; OLIVEIRA, L. R. F. O estudo da alienação parental a partir do documentário "a morte inventada". **Revista Psicologia em Foco**, v. 8, n. 12, p. 33-50, 2016.

BUOSI, C. C. F. Alienação Parental: uma interface do direito e da psicologia. **Editora Juruá**, Curitiba, 2012.

CARMO, Elisete Bezerra do; MARIA, Raquel Ximenes de. **Alienação Parental: um Olhar da Psicologia Jurídica e o Direito**. **Psicologado**, 2018.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 28-40, 2013.

COSTA, J. B. et al. A prática do psicólogo no atendimento a crianças envolvidas em litígio de guarda. **Revista Estação Científica**, p. 1-27, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. **Plageder**, 2009.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, p. 41-56, 2002.

GOMES, A. A.; MELCHIORI, L. E. A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea. **Cultura Acadêmica**, 2011.

GOMES, M. F. M., PEREIRA, M. V. C., & RIBEIRO, E. J. Alienação Parental: Quando pais e crianças necessitam de ajuda. **Millenium**, v. 50, p. 283-291, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas do Registro Civil 2017**, informativo, Rio de Janeiro, 2017.

JONAS, A. Síndrome de Alienação Parental: Consequências da Alienação Parental no Âmbito Familiar e Ações para Minimizar os Danos no Desenvolvimento da Criança. **O Portal dos Psicólogos**, ISSN, p. 1646-6977, 2017.

MACARINI, S. M.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A questão da parentalidade: contribuições para o trabalho do psicólogo na terapia de famílias com filhos pequenos. **Pensando famílias**, v. 20, n. 2, p. 27-42, 2016.

OLIVEIRA, S. M. B.; ACIOLE, D. R. S.; BARBOSA, P. N. C. S. Alienação Parental – seus efeitos psicológicos e sociais. **Anais do XV Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX**, 06 a 09 de novembro de 2018, p. 118-125.

ROQUE, Y. C.; CHECHIA, V. A. Síndrome de alienação parental: consequências psicológicas na criança. **Revista Fafibe On-Line**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 473-485, 2015.

SARTORELLI, J. L.; PEREIRA, P. C. Síndrome da alienação parental: uma possível herança da separação dos pais. **Psicologia – Saberes & Práticas**, n. 1, v. 1, p. 77-84, 2017.

SOARES, L. C. E. C. Mudanças na Conjugalidade - repercussões na parentalidade: separação conjugal e guarda compartilhada sob o olhar da Psicologia Jurídica. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ02(02)**, 2009, 55-69.
Vade Mecum. ed.27, **Saraiva**, 2019, p.2123-2124.

VELUDO, Cássio Marcelo Batista; VIANA, Terezinha de Camargo. Parentalidade e o desenvolvimento psíquico na criança. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 22, n. 51, p. 111-118, 2012.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanalítico**, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010.

ANÁLISE ACERCA DA PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE SUFICIENTEMENTE BOM PARA O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL SAUDÁVEL DE CRIANÇAS ADOTADAS SEGUNDO A TEORIA PSICANALÍTICA

Paulo Roberto Bricce, Marcel Henrique Bertozzin, e-mail: paulorbricce@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A adoção de crianças e adolescentes surge, na maioria das vezes, como alternativa para a parentalidade de sujeitos que, porventura não tenham as condições necessárias para gerar um filho biológico (SÁ; HERRMANN, 2004; XERFAN; SOUZA, 2009).

Aos envolvidos nesse processo é comum o surgimento de dúvidas que geram angústias a respeito do futuro que será estabelecido diante dessa escolha e os impactos psicossociais nas etapas de desenvolvimento, visto que cada etapa por si já carrega suas complexidades (SÁ; HERRMANN, 2004; XERFAN; SOUZA, 2009).

A fim de responder às etapas iniciais do desenvolvimento humano, alguns teóricos psicanalíticos sustentam, através de estudos sobre os vínculos primitivos que o bebê estabelece com a mãe/ambiente, a importância dessa relação para que a criança tenha um desenvolvimento saudável e não apresente patologias durante sua vida (CAMARGO, 2014).

Segundo Winnicott (1958) todo ser humano possui condições inatas para o desenvolvimento psicológico, assim como o desenvolvimento do corpo de forma natural, porém, se as condições necessárias que partem de um ambiente suficientemente bom não forem atendidas, existe prejuízo desse desenvolvimento.

Em O primeiro ano de vida (SPITZ, 2013) temos o relato acerca do início das primeiras relações objetais que se estabelece entre mãe e filho poderia ser analisada também como origem da evolução das relações sociais. É perceptível a transição de um relacionamento puramente biológico em que o feto, ainda dentro do útero, se relaciona com a mãe apenas para o seu desenvolvimento orgânico se transformar na primeira relação social do sujeito durante o primeiro ano de vida, onde a criança passará por um estágio de simbiose com a mãe e será preparado para o desenvolvimento das inter-relações sociais.

O presente trabalho foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas acerca do tema e pautada em autores que se baseiam em abordagens psicanalíticas.

Com base nas visões de desenvolvimento humano proporcionada pela psicanálise o trabalho tem a pretensão de revisar a literatura que trata do manejo necessário para o desenvolvimento saudável de crianças adotadas de 0 a 2 anos e as possíveis formas de reparação para indivíduos que foram privados dos primeiros cuidados maternos.

2 MÉTODO

A metodologia adotada refere-se à revisão bibliográfica, servindo-se de citações diretas e paráfrases, dando embasamento científico à pesquisa.

Visando verificar a obtenção dos objetivos propostos, a utilização da bibliografia específica mostra-se extremamente congruente, pois, através da mesma, é possível sistematizar a pesquisa, preparando o pesquisador para o trabalho de conclusão de curso (TCC) e para o exercício profissional. E sobre a pesquisa bibliográfica afirmam Santos, Molina, Dias (2007, p.127).

É um tipo de pesquisa obrigatória a todo e qualquer modelo de trabalho científico. É um estudo organizado sistematicamente com base nos materiais publicados. São exigidas a busca de informações bibliográficas e a seleção de documentos que se relacionam com os objetivos da pesquisa (SANTOS; MOLINA; DIAS, 2007, p.127).

A partir da pesquisa apoiada na teoria psicanalítica foi realizada uma análise acerca da promoção de um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento emocional saudável de crianças adotadas.

Considera-se, portanto, que o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade. Assim como vincula pensamento e ação já que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p.17).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos definir desenvolvimento como a “mudança ao longo do tempo na estrutura, no pensamento ou no comportamento de um indivíduo que se instalam a partir de influências biológicas e ambientais”. (Betzen, 2012. p. 24).

Para Shaffer e Kipp (2007), o desenvolvimento é uma continuidade de mudanças sistemáticas no sujeito, que ocorre desde a concepção até a morte. Ou seja, uma pessoa, até o momento em que viver, está se desenvolvendo.

Partindo desses conceitos, muito teóricos contribuíram para que se pudesse compreender com mais clareza tal complexo e dinâmico processo.

A primeira fase do desenvolvimento humano é chamada por Piaget de Período Sensorimotor (0-2 anos). O autor afirma que é nela que todas as emoções e sentimentos do bebê são gerados em seu contato com a mãe e centrados no corpo da criança, e assim a medida que o corpo infantil se separa do corpo das outras pessoas a vida afetiva do bebê vai se descentralizando e se transferindo para os outros. Assim sendo, o sentimento amor-afetividade construído primeiramente entre mãe e filho vai se generalizando aos outros, como ao pai, ao irmão e aos companheiros, havendo assim uma modificação ou acomodação aos fatos e situações passadas carregadas de emoções.

Para Wallon, a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto na construção da pessoa quanto na construção do conhecimento. Durante o estágio impulsivo-emocional (primeiro ano de vida), o bebê é totalmente dependente e recebe tudo de que precisa das outras pessoas (mãe, pai, babá, educadora). Para obter a satisfação de suas necessidades, ele age sobre os outros através de suas reações emocionais que são expressas pelo choro, pelo sorriso, pelos gestos. As pessoas próximas interpretam as reações do bebê e agem de acordo com o significado que atribuem a elas: mudam-no de posição, dão-lhe de mamar, acomodam-no para dormir.

Com o cuidado recebido da mãe a continuidade da linha da vida do bebê se mantém e ele experimenta uma “continuidade do ser” (Winnicott, 1960).

Em seus estudos, John Bowlby enfatizou o significado do primeiro relacionamento entre a mãe e a criança, através da chamada teoria do apego, ressaltando a importância do primeiro contato mãe-bebê.

Bowlby (1969) descreveu a importância das primeiras relações para o desenvolvimento, formulando, desse modo, a teoria do apego, quando descreve as relações do bebê com sua mãe ou cuidador desde o nascimento até os seis anos de idade. Aponta que o ser humano herda um potencial para desenvolver determinados tipos de sistemas comportamentais, como sugar, sorrir, chorar, seguir com os olhos.

É sabido que o padrão de apego construído nas primeiras relações afetivas da infância tende a se manter nas demais relações estabelecidas ao longo da vida (Bowlby, 1989; Klaus, Kennel & Klaus, 2000). Dessa forma, sustenta-se que a continuidade do

padrão relacional, mediada pelo desenvolvimento de modelos de apego, tende a guiar as interações sociais e o estabelecimento de relacionamentos futuros (Bowlby, 1989).

Conforme Bowlby (1969, 2009), o apego primário é um tipo de vínculo social estabelecido na relação entre a criança e seu cuidador principal, o qual pode ser observado por meio de comportamentos (chorar, fazer contato visual, tocar e agarrar-se) que possibilitam manter proximidade entre eles.

A repetição do padrão relacional estabelecido na infância nos demais relacionamentos têm sido atribuída ao que foi conceituado como modelo interno de trabalho (*internal working model*; Bowlby, 1980). Tal modelo é constituído pelas representações mentais e expectativas sobre o ambiente e as figuras de apego, além das estruturas cognitivas que orientam as interações ao longo da infância e das regras que são internalizadas (Ainsworth, 1989; Bartholomew, 1990; Pietromonaco & Barrett 2000).

De fato, para a teoria do apego (Bowlby, 1984a) a espécie humana é equipada com sistemas comportamentais que têm a função adaptativa de promover a sobrevivência.

Poucos psicanalistas foram tão longe na desconstrução das fronteiras entre a interioridade e exterioridade do ser como Winnicott. Em sua vasta obra, o autor oferece a compreensão de certos aspectos da vida psíquica humana, imprescindíveis à concepção do presente estudo, especialmente em suas formulações acerca dos primórdios da vida psíquica e das relações do self com o mundo e com os outros. (BEZERRA JR. E ORTEGA, 2007, p. 8-9).

Para ele, não bastam bons cuidados corporais, porque a criança precisa ser amada. Sobre adoção, Winnicott declara que “Se um bebê não pode ser criado por seus pais biológicos, a melhor coisa seguinte para ele é ser adotado por uma família e criado como uma pessoa da família [...] O cuidado amoroso é necessário para os processos inatos de crescimento emocional.”. (1954/2008, p.127)

É fundamental levar em consideração como o lar exerce interferência na adoção. O lar se estabelece com base em condições providenciadas e facilitadoras, conforme o tempo passa, aceitação das diferenças individuais e ainda com valores semelhantes e afetos que acontecem nas relações entre os familiares.

O lar pode ou não ser aceito pelo adotando. A aprovação não é exatamente sinônimo de facilidade com a adaptação dessa criança, mas que ela se dispõe a usar o

lar como um lugar familiar. Leva-se um tempo para a adaptação, e simular um ajuste rápido não é saudável. A criança vive momentos de angústia por estar em um lar de “seres desconhecidos” e necessita viver essa experiência. Respeitando-se o tempo, a criança vai elaborando suas questões e sentindo-se em casa, sentindo-se parte da família, isso é primordial para que quando adulta e quiser ter sua própria família poderá buscar modelos segundo teve com os pais adotivos e assim confirmar sua função na família adotiva.

É fundamental explicar aqui que, embora não aconteça um relacionamento tão primitivo como o dos pais biológicos, pode ocorrer um relacionamento profundo, de modo que a criança adotada se sinta seguramente sustentada (tendo holding) e acolhida. E ela pode se sentir segura sobre sua filiação e pertencimento à família. A outra questão da fase de dependência relativa trata dos sentimentos de gratidão, raiva e tristeza, que nas crianças adotadas ocorrem de maneira diferente. Os filhos biológicos, quando profundamente magoados, podem culpar os pais de terem “colocado eles no mundo”: “para as crianças existe uma alteração no sentimento de agradecer aos próprios pais por sua concepção, embora possam efetivamente culpá-los” (Winnicott, 1954d, p. 115). Mas, quando estão felizes, se sentem gratos aos pais. Winnicott fala sobre a dívida de gratidão que todos temos para com nossas mães, sem as quais não estaríamos vivos e psicologicamente íntegros, graças à capacidade especial da mãe de ajudar o bebê a passar pelos estágios cruciais de seu desenvolvimento como pessoa. Esta dívida deve ser reconhecida mas não deve representar um peso na vida de ninguém. (Leal, 2004, p. 188)

Em suma, pode-se dizer que de acordo com a teoria de Winnicott, se todo o processo de adoção for analisado favoravelmente, terá um impacto geral em todo o processo de adoção e na saúde da família. Além disso, é claro que os profissionais que lidam com o assunto devem garantir que pais e filhos usufruam dessas vantagens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os estudos analisados dos teóricos que contribuíram para o entendimento do desenvolvimento inicial do sujeito e a importância das relações primárias estabelecida com o ambiente/mãe, no viés psicanalítico, é fundamental que a criança adotada tenha o respaldo necessário no lar adotivo para que seu desenvolvimento ocorra do jeito esperado.

REFERÊNCIAS

Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.

Bartholomew, K. (1990). Avoidance of intimacy: an attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7(2), 147-178. doi: 10.1177/0265407590072001

BETZEN, Warren R. **Guia Para Observação e Registro do Comportamento Infantil**. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bowlby J 1969. *Apego e perda* (2002). Martins Fontes, São Paulo.

Bowlby, J. (1984a). *Apego*. São Paulo: Martins Fontes

Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. S. Monteiro de Barros (trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

CAMARGO, V. S. **O “concern” para Winnicott em diálogo com Melanie Klein**. 2014. 93 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014.

FARIA, Anália Rodrigues. *O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget*. São Paulo: Ática, 1998.

GALVÃO, IZABEL. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KLAUS, M. H., Kennel, J. H. & Klaus, P. (2000). *Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência*. Porto Alegre: Artes Médicas

Pietromonaco, P. R. & Barrett, L. F. (2000). The internal working models concept: what do we really know about the self in relation to others? *Review of General Psychology*, 4(2), 155-175. doi: 10.1037//1089-2680.4.2.155

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SÁ, G. M. **Adoção: zona de preconceito**. 2004. 86 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

WINNICOTT, D. W. 1955a: “A adolescência das crianças adotadas”, in Winnicott 1996a (W21)

WINNICOTT, D. W. 1960c. “Teoria do relacionamento paterno-infantil”, In: Winnicott, 1965b (W9).

WINNICOTT, D. W. [Autor], **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1960)

WINNICOTT, D. W. **Armadilhas da Adoção**. 1954. In: SHERPED, Ray. JOHNS, Jennifer. Pensando sobre crianças. Porto Alegre: Artmed, 2008

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 1958.

WINNICOTT, D. W. **“Duas crianças adotadas”**, in Winnicott 1996a (W21)

XERFAN, C. C. **A identificação na filiação por adoção**. 2009. 160 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

ANÁLISE PRELIMINAR DA CAMPANHA PRÓ MENINAS PROJETADA PARA O ANO DE 2021

Cairon Renan de Moraes, Stephani Emily Barboza, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar,
e-mail: stephaniemily01@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As entidades e organizações sociais são todas aquelas sem fins lucrativos no qual são parceiras da administração pública no atendimento às famílias, indivíduos ou grupos que sofrem com situações de vulnerabilidade e riscos tanto social quanto pessoal (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p.9).

Por se enquadrarem em órgãos do terceiro setor essas entidades recebem uma verba que é destinada efetivamente a expansão e qualificação de suas atividades, mediante a um planejamento de repasses por meio de um plano de trabalho que determina a parceria entre o Poder Público e a Entidade, porém, a mesma não deve ser “sustentada” pelo Poder Público, sendo que o valor desse repasse só deve custear os serviços públicos por ela assumidos e realizados. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2012, p. 30).

O principal problema identificado a partir da pesquisa realizada foi que, por conta das entidades sociais não terem uma verba destinada ao investimento em comunicação e marketing, acabam não tendo uma boa visibilidade como entidade e não transmite uma imagem institucional apresentando seus serviços e adquirindo a confiança de seu público, o que afeta diretamente na arrecadação de doações para a instituição.

Por esse motivo, o presente artigo tem como objetivo analisar e identificar como um bom gerenciamento de campanha publicitária consegue contribuir para que entidades sem fins lucrativos possam ganhar maior visibilidade de seu público alvo e angariar maiores doações para ajudar em sua infraestrutura, levando em consideração que a verba destinada a elas não são suficientes para suprir todas as necessidades que as envolvem. Sendo assim, este trabalho tem como foco o desenvolvimento da campanha realizada para a Entidade de Amparo Pró Meninas da cidade de Jaú, que promove atendimento assistencial para meninas entre 06 a 15 anos em situações de risco. Levando em considerações as questões abordadas acima, por meio de pesquisas realizadas para identificar o público alvo e como a entidade é vista pelos mesmos, percebemos que a

falta de um bom gerenciamento publicitário faz com que a entidade não alcance seus principais objetivos.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar e identificar como um bom gerenciamento de campanha publicitária consegue contribuir para posicionar a imagem da instituição, identificar seu público alvo e aumentar o número de arrecadações com pouco investimento, já que a verba destinada a entidade é utilizada totalmente para sua manutenção e funcionamento, sendo que esta análise tem como foco a campanha realizada para a Entidade de Amparo Pró Meninas da cidade de Jaú para o ano de 2021.

2 MÉTODO

Estudos de Prodanov e Freitas (2013) descrevem o processo da metodologia como uma série de recursos científicos a serem seguidos durante o estudo, desenvolvimento e entendimento de uma pesquisa acadêmica.

A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. Prodanov e Freitas (2013, p. 14).

Sendo assim, a metodologia é o estudo dos métodos necessários para atingir um determinado resultado, analisando várias características, como as capacidades e limitações que serão enfrentadas durante o desenvolvimento.

Dentro desse contexto, para o presente projeto foram utilizados alguns métodos de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão de conteúdos já publicados por outros autores sobre as principais teorias que orbitam o tema do trabalho. Para essa revisão, foram utilizados livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes que se encaixam no tema trabalhado.

Para compreender de forma mais clara os comportamentos do público alvo da entidade, foi utilizada as técnicas da pesquisa de mercado, onde é feito o levantamento de informações relevantes sobre seu campo de atuação da entidade, sua “concorrência” e principalmente os hábitos do público que utiliza os serviços e público de potencial doadores, dessa forma é possível apurar o cenário das entidades sociais e montar uma base teórica aplicável no planejamento da campanha.

Já o briefing foi desenvolvido com base na entrevista com os responsáveis administrativos da entidade, dessa forma foi possível compreender mais a fundo toda a complexidade dos processos internos e desafios que entidade passa no seu dia-a-dia;

e, para descobrir a abordagem ideal necessária para atingir o público alvo com a campanha, foi utilizado a pesquisa de campo, aplicada na cidade de Jaú, com questões fechadas, para levantar dados numéricos a respeito dos hábitos e comportamentos desse público.

Por meio dos resultados gerados destas etapas, foi possível identificar quem faz parte do público-alvo que o projeto Pró Meninas deseja atingir, quais são seus hábitos e outros dados essenciais para a criação de uma campanha publicitária da entidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os resultados da pesquisa em mãos, foi possível determinar quais os melhores, e mais vantajosos, caminhos a serem tomados no processo de planejamento da campanha, etapa essa onde é definido as melhores estratégias de marketing que se encaixam no perfil do público estudado

Portanto, durante a etapa de planejamento, visando alcançar os objetivos, algumas técnicas de planejamento serão necessárias, como a aplicação da Análise *SWOT*² (ou matriz FOFA). Oliveira (2007) define a análise *SWOT* como uma técnica de planejamento estratégico utilizada para auxiliar pessoas ou organizações a identificar forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças relacionadas à competição em negócios ou planejamento de projetos.

1. Ponto forte é a diferenciação conseguida pela empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente empresarial (onde estão os assuntos não controláveis pela empresa). 2. Ponto Fraco é a situação inadequada da empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente empresarial. 3. Oportunidade é a força ambiental incontrolável pela empresa, que pode favorecer sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada, satisfatoriamente, enquanto perdura. 4. Ameaça é a força ambiental incontrolável pela empresa, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada, desde que reconhecida em tempo hábil. (Oliveira, 2007, p.37.)

Sendo assim, a partir dos resultados coletados na pesquisa, e aplicando-os às técnicas de planejamento estratégico da Análise *SWOT*, foi possível definir estratégias adequadas para a realidade atual da Instituição Pró Meninas, e construir um bom plano de campanha baseado nela.

Cruzando as informações obtidas durante a etapa de pesquisa, analisa-se que se a informação a respeito dos eventos promovidos pela entidade Assistencial Pró Meninas,

² A palavra surge da junção das siglas dos termos em inglês: Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, respectivamente).

não atinge o público alvo de maneira eficiente, logo a confiança diminui e a possibilidade de doações também. Para mudar essa realidade é preciso mudar a abordagem que está sendo feita, para uma nova; dessa vez apostar em gatilhos mais certos sem deixar de lado a segmentação correta de público.

Como um dos obstáculos encontrados foi a dificuldade da entidade atingir o público de maneira eficiente, será utilizado estratégias de *Inbound Marketing*, também chamado de Marketing de Atração. Nesse caso a criação de um conteúdo atrativo faz o público chegar até a empresa de forma mais livre. De acordo com a definição do *site Rock Content (2020)* sobre o que é o inbound marketing:

O Inbound Marketing é um conjunto de estratégias de marketing que se baseia na ideia de criação e compartilhamento de conteúdo voltado para um público-alvo específico, para conquistar a permissão de comunicar com seu potencial cliente de forma direta, criando um relacionamento que pode ser duradouro. Em outras palavras, em vez de interromper os clientes em potencial, a ideia é atraí-lo por meio de conteúdo relevante.

Aplicando à realidade da entidade, esse recurso se mostra extremamente útil para que a Entidade Assistencial Pró Meninas entregue de maneira eficiente mais informações sobre o projeto (como, atividades realizadas, ações desenvolvidas, etc). Nesse caso, a criação de uma página de *blog* para o site, onde seria produzido e publicado conteúdo original, e utilizando os espaços das mídias sociais, como facebook e instagram, como uma ferramenta para divulgar esse conteúdo, é possível atrair, converter e encantar potenciais doadores.

Para os posts de blogs serão usados inicialmente assuntos que circulam o âmbito social, como notícias desse universo, informações e curiosidades, para dessa forma tirar dúvidas de leitores que navegam na web em busca de conteúdo relevante. Após atrair esses leitores, estimular por meio de *call to action*³ que ele navegue pelo site do projeto a fim de conhecer mais sobre a entidade; em seguida disponibilizar um campo para que ele possa cadastrar seu email e receber mais conteúdo, criando um relacionamento mais próximo entre leitor e entidade.

Outro ponto interessante a ser explorado, é o fato da entidade possuir um certo reconhecimento e ter uma imagem já estabelecida na visão dos moradores da cidade, dessa forma é possível criar oportunidades de se destacar perante o público doador. Esse reconhecimento também pode ser útil para sanar a ameaça a respeito de falta de

³ call to action geralmente são links de uma página que levam os usuários a realizar ações ou palavras utilizadas para orientar o usuário, como "saiba mais" e "acesse agora". O principal objetivo de um CTA é direcionar os usuários para avançar em um processo de conversão online.

comunicação em mídias offline, uma vez que existe a possibilidade de negociar parcerias com empresas de comunicação para a utilização de espaços publicitários na divulgação da entidade, com reconhecimento da parceria pelo Pró Meninas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que o projeto ainda está em andamento, não pode-se ter resultados conclusivos sobre o mesmo, já que a campanha foi construída e planejada para ser veiculada no ano de 2021. Por este motivo espera-se que com esta campanha e todo seu desenvolvimento possa-se resolver o principal problema identificado sobre a entidade fazendo com que atinja seu objetivo e resultados esperados.

O trabalho se faz pertinente como meio de contribuição para a área de publicidade pois apresenta maneiras de se trabalhar com pouco investimento em publicidade, com foco em organizações sociais e entidades sem fins lucrativos, ou seja, órgãos do terceiro setor, já que é uma área pouco explorada por não ter uma verba destinada à comunicação. Além disso esse projeto aborda a importância da contribuição por parte da sociedade em relação às doações para esses órgãos do terceiro setor, já que a verba que é destinada a eles não é suficiente para suprir todas as necessidades nas quais uma instituição necessita.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009c. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20Tipificaca%20Nacional%20-%2005.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf>>. Acesso em: 18. mai. 2020.
- KOTLER, Philip. Marketing 3.0, As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- KOTLER Philip, Kartajaya, H. & Setiawan, I. Marketing 4.0: Mudança do Tradicional para o Digital. Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora. Trad. Pedro Elói Duarte. 2016.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2007.
- PEÇANHA, Vitor. O que é Inbound Marketing? Conheça tudo sobre o Marketing de Atração e desenvolva estratégias para atrair e conquistar clientes. Rockcontent, 2020. Disponível em: [<https://rockcontent.com/br/blog/o-que-e-inbound->

marketing/#:~:text=O%20Inbound%20Marketing%20%C3%A9%20um,relacionamento%20que%20pode%20ser%20duradouro.]. Acesso em: 20, set 2020.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed, Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo (Estado de São Paulo).

Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo. **Repasses Públicos ao Terceiro Setor**. 1. ed. atual. São Paulo, SP: [s. n.], 2012. 140 p. v. 1. ISBN [s.n.]. Disponível em: <http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/repasses-publicos-ao-terceiro-setor-dez-2012.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

VIEIRA, Tracey. Os papéis da Organizações do Terceiro Setor na resposta aos problemas sociais. Coimbra, 2015.

Vítor Figueiredo, « Kotler, P., Kartajaya, H. & Setiawan, I. (2017). Marketing 4.0: Mudança do Tradicional para o Digital. Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora. Trad. Pedro Elói Duarte. (218 páginas). ISBN 9789896942083 », Comunicação Pública [Online], Vol.14 nº 27 | 2019, posto online no dia 13 dezembro 2019, consultado o 21 maio 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cp/4302>.

AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E O ENSINO HUMANIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Izabela Lenharo Ferreira, Ma. Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail:
lfs97@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ensino não é elemento estático, assim como a sociedade. Além de ser um dos direitos básicos descritos na Constituição Federal de 1988, suplementado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de 1990 e pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, ele compreende as mudanças no mundo, na sociedade e no mercado de trabalho e, assim, instrumentaliza a escola a acompanhar essas mudanças em seus métodos de ensino. Tendo isso em vista, cada vez mais se discute sobre uma formação completa do indivíduo, a qual poderia oferecer recursos para o aluno desenvolver-se em todos os âmbitos de sua vida, gerando impactos a longo prazo na sua trajetória de estudante à profissional. Sendo assim, as leis que regem e embasam o ensino, deveriam ser revistas e atualizadas sempre que identificada a necessidade de transformação, em função dessa dinamicidade de mundo. Um dos esforços nesse sentido, adicionados recentemente à educação básica no Brasil é a nova BNCC (Base Comum Curricular Nacional) que, como seu texto afirma,

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BNCC, 2017, p. 07)

Ademais, tanto a escola quanto o mercado e trabalho de hoje reconhecem que apenas o conhecimento teórico não basta. Um indivíduo constrói relacionamentos dinâmicos com as pessoas, seja em casa, na escola, na comunidade ou no trabalho. Conhecer apenas a teoria das matérias escolares não gera condições ao indivíduo de gerir suas emoções, reações e interações. A BNCC traz, de forma obrigatória a partir do ano de 2020, um olhar necessário para o ensino básico público brasileiro e, mais especificamente, o desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

Atualmente, o aprendizado e as relações interpessoais são ainda mais dinâmicos, e a tecnologia contribui para a aceleração destes processos. O grande volume de informações e a facilitação do acesso a essas tecnologias podem acabar prejudicando o

aluno quando ele precisa significar o uso da internet, por exemplo, e se significar nesse contexto. A escola deveria então se munir desses novos recursos que surgem ao longo dos anos, promovendo a compreensão de seu uso de forma crítica e reflexiva, tanto em nível de objetivo, como também, do próprio ser humano, usuário dessa tecnologia (PEDRÓ, 2016). A escola precisaria estimular a máxima de Sócrates: Conhece-te a ti mesmo. Desenvolver as habilidades socioemocionais no ambiente escolar é trabalhar o cuidado com a saúde física e mental dos alunos, exercitando a consciência de si para compreender o outro, prezando pela diversidade, para um agir coletivo.

Mas é apenas a escola que gera um impacto no comportamento de seus educandos? De modo algum se poderia isolar a escola da comunidade e da família. Estes ambientes são interdependentes e possuem uma parcela de influência na vida dos indivíduos. Sem dúvida, a maior bagagem de um cidadão vem da sua relação familiar, estabelecendo bases para seu convívio fora deste ambiente. Levando em consideração esse aspecto e pensando no ambiente escolar como favorecedor do desenvolvimento de habilidades, o presente trabalho visa analisar principalmente o documento da BNCC, dando ênfase especial às habilidades socioemocionais. Tais habilidades irão nortear as discussões sobre um ensino mais democrático e proporão um vislumbre das perspectivas socioemocionais para o novo plano de educação nacional.

2 METODOLOGIA

Para a conclusão deste projeto, foram realizadas pesquisas bibliográficas através da leitura de artigos, periódicos, livros e trabalhos de pesquisa acerca do tema e assuntos relacionados ao mesmo, fazendo uma comparação entre eles, somada a posição da autora deste trabalho, a fim de formular hipótese própria acerca da afirmativa de que é importante a valorização das habilidades socioemocionais no contexto escolar. A base desta pesquisa dá-se principalmente a partir da redação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para inserção das habilidades socioemocionais nos currículos escolares até este ano. A pesquisa também fundamenta-se em trabalhos e pesquisas como os de Piaget e Vygotsky, e livros como “A Criança em Desenvolvimento”, de Helen Bee e “Desenvolvimento Humano” de Diane E. Papalia e Ruth Duskin Feldman.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho buscou apresentar a nova Base Nacional Comum Curricular, dando enfoque central a uma de suas dez competências principais, as habilidades socioemocionais, negligenciada por muitos anos na educação básica. Com o crescimento da violência no Brasil e em todo mundo, bem como o avanço das tecnologias e difusão de informações, a necessidade de se desenvolver um plano que abrangesse também a manutenção do comportamento e das emoções de crianças e adolescentes se fez mais clara. Há uma ampla discussão acerca de políticas públicas, leis, planos e métodos implementados já há muito e que hoje encontram-se defasados em relação às necessidades da atualidade.

Acredita-se que grandes mudanças não ocorrem rapidamente. O PNE (Plano Nacional de Educação)⁴ sancionado pelo Congresso Federal em 2014, por exemplo, estabeleceu metas a serem atingidas em um período de 10 anos. Tendo isto em vista, torna-se imprescindível o debate em torno das leis que regem a educação, objetivando corrigir os erros do passado, organizar o presente e preparar-se para o futuro.

As contribuições foram diversas, no entanto, a primeira versão da BNCC apresentava diversas controvérsias. Um exemplo claro de oposição à nova proposta foi a posição da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) na seção “Moções e Manifestos”. É então a partir de maio de 2016, que o MEC, após revisão de alguns tópicos, submeteu a segunda versão do documento a diversos seminários para ampliar a discussão a respeito das novas diretrizes para a educação básica brasileira.

Como parte da busca por um ensino mais integral do aluno em seus aspectos sociais, emocionais e de aprendizagem, para a promoção de um ensino mais democrático e gerador de condições a todos de alcançarem uma melhor qualidade de vida em suas futuras relações intra e interpessoais, o Ministério da Educação sugere a adoção e reflexão de Dez Competências Gerais e, de maneira bastante didática e integrativa, oferece orientação apresentando tais competências.

A implementação não é um processo fácil e ainda não se alcançou uma posição clara sobre o impacto real que gerará nas escolas, mas para que seja possível ver os impactos positivos no ensino e na formação de cidadãos mais conscientes, é necessária

⁴ O Plano Nacional de Educação é um documento que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional durante um período de dez anos (2014-2024).

a atenção e cuidado para uma implementação completa e adequada, isto é, a integração completa entre currículos, projetos pedagógicos, formação de professores, recursos didáticos e avaliações externas condizentes com a BNCC. O momento é de extrema importância para reflexões acerca das práticas escolares, principalmente porque a ideia de uma Base Nacional Comum Curricular pode, muitas vezes, gerar a ideia de padronização, homogeneização do ensino.

Não se faz a escola sem a presença da comunidade e dos pais na prática pedagógica, tampouco se cria uma sociedade mais justa, inclusiva e progressista sem o auxílio da escola e de políticas públicas que vão de encontro à isto. É ouvindo os pais e compreendendo a comunidade que o ensino formal pode unir-se à realidade de seus alunos e prepara-se melhor para atender essas crianças, jovens e muitas vezes adultos. Ainda assim, a conciliação entre conteúdos locais e universais é um dos desafios no debate sobre elaboração e implementação de novas diretrizes e da BNCC, uma vez que, mesmo possuindo essa liberdade, as escolas estão vinculadas às políticas de avaliação externa, que podem exigir competências não trabalhadas nessa escola, como é o caso de vestibulares e até mesmo do ENEM.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atitude de transformação com a educação socioemocional está relacionada em aspectos que vão além da criança ou do adolescente. É buscando propor mudanças em níveis micro e macro, como a sala de aula, a instituição de ensino para a comunidade e as famílias, que se causa impacto nos indivíduos, estes que são agentes ativos na sociedade. Por este fato, o papel do professor nas escolas se torna ainda mais imprescindível. É necessário que os educadores e toda a comunidade escolar tenha uma aceitação da mudança para a nova BNCC, uma vez que o conhecimento é de fato dinâmico, propondo que seus alunos sejam capazes de tomarem as próprias decisões, bem como utilizarem da autorregulação para que, no exercício da empatia, reconheçam seus limites, suas emoções e necessidades a maneira que se atente a dos outros. Vê-se que, em grande parte, a escola tem a responsabilidade de ser atenta as condições do espaço em que está inserida, bem como a comunidade. Dar voz a alunos, pais e comunidade pode ser desafiador, devido a convergência de opiniões, mas se a instituição não é uma parte mediadora, dificilmente saberá instruir e compreender seus educandos de forma correta.

REFERÊNCIAS

ABED, A. L. Z. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica.** São Paulo: [s.n.], 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15891-habilidades-socioemocionais-produto-1-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 mar. 2020.

A Educação Socioemocional de Mãos Dadas com os Currículos Escolares. **Nuvem9 Brasil**, 2020. Disponível em: <https://nuvem9brasil.com.br/blog/educacao-socio-emocional-de-maos-dadas-com-curriculo-escolar/>. Acesso em: 4 jul. 2020

AGUIAR, Márcia A. S.; DOURADO, Luiz (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020

ÁVILA, L. S. **BNCC, bebês e as experiências: um longo caminho.** 2018. Monografia (Especialista em Educação Infantil) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/35367/35367.PDF>. Acesso em: 6 jun. 2020

BEM, I. de L. F. de. **O Ensino de Habilidades Socioemocionais na Segunda Infância e a Contribuição da Neurociência.** 2016. Monografia (Especialista em Neurociência Pedagógica) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Art. 16º, Brasília, DF, 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA).** 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SEMINÁRIO 10 ANOS DA METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS INDIVIDUALIZADOS DOS CENSOS EDUCACIONAIS. Brasília, DF: DEED/INEP. **Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica.** [S. l.: s. n.], 2017. Powerpoint Presentation. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_indicadores_de_fluxo_escolar_da_educacao_basica.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

AS CONSEQUÊNCIAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL

Larissa Daiane Sgorlon, Letícia Carmello Preter, Vânia Ap. Borim Moretto Delpino,
e-mail: larissasgorlon@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano pode ser definido como “o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida” (BRONFENBRENNER, 1989, p.191). Em seus escritos, Bronfenbrenner traz uma valorização dos processos psicológicos, fazendo uma relação direta com as multideterminações ambientais, mas sem deixar de relacionar também os fatores biológicos que podem influenciar no decorrer do desenvolvimento (ALVES, 1997).

Já o desenvolvimento infantil, conforme proposto por Winnicott (1896 -1971), pediatra e psicanalista inglês, advém de um processo de mudanças e de amadurecimento. Sendo assim, é de fundamental importância a criança estar inserida em um ambiente acolhedor e de suporte, para obter um desenvolvimento considerado saudável, definido por ele como sendo um ambiente suficientemente bom (SEI, 2004).

Considerando a importância do ambiente no contexto de desenvolvimento da criança e pensando nas intercorrências advindas desse universo, destaca-se a separação conjugal como um possível período complexo e desestabilizador do desenvolvimento infantil. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016), em 2016 foram 344.526 divórcios registrados e em decorrência desse número elevado de separações, em grandes partes litigiosas, alguns fenômenos se notabilizaram, como a alienação parental, que surge no meio destas contendas, e pode causar prejuízos psicológicos nas crianças em desenvolvimento.

Existem diferenças entre a alienação parental (AP) da síndrome da alienação parental (SAP). Na alienação parental observam-se atos de um dos genitores na tentativa de destruir o vínculo da criança com o outro genitor, utilizando de manipulação emocional, fazendo com que a criança crie falsas ideias sobre o outro genitor. Já a SAP é considerada um distúrbio no qual a criança acaba criando sentimentos de repúdio a um dos genitores sem motivo real, que advêm da doutrinação do alienador e da própria criança que tenta denegrir um dos genitores (BERTOLDI, 2015).

Reconhecendo a relevância do tema, considerou-se questionar sobre quais seriam as consequências psicológicas advindas da prática da alienação parental diante disso, o objetivo geral deste estudo é identificar possíveis consequências da alienação parental no desenvolvimento psicológico da criança.

2 MÉTODO

Para o desenvolvimento do artigo foi escolhido o método da pesquisa bibliográfica já que ela coloca o pesquisador diretamente em contato com tudo o que já foi produzido anteriormente (MARCONI; LAKATOS, 2003). Para realização da pesquisa utilizou-se textos e artigos que foram encontrados em bases de dados como: ScientificElectronic Library Online (Scielo), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Google Acadêmico, plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e site do Planalto e livros. O critério utilizado para a seleção dos artigos foi aqueles dos quais tanto o título quanto o resumo apresentado mais se aproximava com o tema ao qual estava sendo pesquisado, demonstrando assim relação ao tema proposto pela pesquisa. O processo envolveu inicialmente a aplicação de filtros para a seleção bruta dos artigos, os filtros utilizados foram: Idioma português, publicações mais recentes, área temática, artigos citáveis. Após a aplicação dos filtros realizou-se a leitura dos títulos dos artigos, que posteriormente, após a leitura de seus resumos, acabaram sendo reduzidos, os quais eram os mais compatíveis com o tema. Finalmente, depois de uma leitura mais apurada destes artigos selecionados, foram escolhidos os artigos para compor a pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante a análise das descobertas feitas a partir da pesquisa bibliográfica, onde mostra os diferentes estudos que, apontando para uma mesma direção, deixam claras as consequências da alienação parental no desenvolvimento da criança.

Bronfenbrenner (1917-2005), psicólogo americano, cunhou um Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano, que envolve quatro dimensões, a saber: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. O processo se refere às interações cada vez mais complexas com o ambiente da pessoa em desenvolvimento, que só se tornam efetivas, se regular e por um longo período de tempo, o que o autor denominou de processos proximais, que são formas duradouras de interação no ambiente. Nesse modelo, a pessoa tem a função de desempenhar o papel ativo nos processos proximais,

ou seja, interação social e seleção e modelagem de seu ambiente (MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

O contexto dentro dos componentes do modelo bioecológico envolve o ambiente em que vive a pessoa que está em desenvolvimento, desde os mais próximos até os mais afastados, enquanto que o tempo refere-se ao alcance das mudanças ao longo da vida, com acontecimentos históricos, eventos de vida e mudanças universais. O grau de estabilidade influencia no sistema, fazendo com que os processos proximais do desenvolvimento possam ser prejudicados quando o sistema é instável, rígido em excesso ou caótico, ao passo que um sistema estável e flexível, é favorável aos processos proximais (BRONFENBRENNER, 1996). Dessa forma, o desenvolvimento humano pode ser afetado por mudanças momentâneas ou prolongadas, como a separação dos pais, por exemplo, que pode influenciar o padrão de interação entre os pais e a criança (MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

Por sua vez, Winnicott considera que é nos estágios primitivos que serão construídas as bases da personalidade e da saúde psíquica, isto porque as conquistas fundamentais ao processo de amadurecimento ocorrem nesse período. Para tanto é importante considerar a importância de se ter o outro ser humano em todas as fases, como cuidador, que na maioria dos casos é a genitora (DIAS, 2003).

Partindo disso, explica-se essa teoria na forma de estágios que através de tarefas são impostas ao indivíduo ao decorrer de toda sua vida. Tudo o que o indivíduo possui faz parte da natureza humana, e ainda conforme Winnicott tudo aquilo que se é herdado faz parte deste processo de amadurecer. Sendo assim, qualquer problema neste processo inato de amadurecer acarreta uma perturbação. Para que esse processo seja satisfatório é essencial a presença de um ambiente facilitador, ou seja, aquele que irá providenciar cuidados suficientemente bons. (DIAS, 2003).

Esses cuidados, em sua grande maioria, são realizados pela mãe. Quando se fala em mãe, historicamente é ela quem tem a preferência quando se trata de guarda dos filhos nos casos de separação conjugal. Porém, quando o pai é quem detém melhores condições de ficar com o filho é ele quem obtém a guarda unilateral. Nessas situações, pode se instalar um litígio devido à disputa de guarda, estabelecendo o binômio perdedor-vencedor. Diante dessa realidade, procurando afiançar a convivência entre pais e filhos e evitar acirrar ainda mais os possíveis desentendimento pós-divorcio, foi instituída em 2008 no Brasil a Lei da Guarda Compartilhada (Lei nº 11.698), que

estabelece poderes de decisão e responsabilidade de ambos os pais para com o filho, tendo por objetivo garantir juridicamente a presença dos dois na vida da criança. A partir dessa situação, quando ocorre a separação e, especialmente, nos casos de disputa de guarda, poderá surgir o fenômeno da alienação parental, quando um dos pais dificulta o contato, calunia o ex-cônjuge ou mesmo em casos extremos, faz com que a criança acredite que sofreu algum tipo de abuso, tudo com o objetivo de fazer com que a criança passe a ter sentimentos negativos para com o ex-parceiro(SILVA; SANTOS, 2013).

Conforme estabelecido pelo psiquiatra infantil Richard Gardner (1985, apud SILVA e SANTOS, 2013), esses danos psíquicos foram integrados numa sintomatologia denominada “Síndrome de Alienação Parental” (SAP), quando um dos pais, em disputa pela guarda, manipula a criança para interromper qualquer laço afetivo, de forma a criar sentimentos de ansiedade e temor no outro genitor, comprometendo o desempenho parental e o desenvolvimento psicológico da criança.

Gardner (2002, p. 2), define a SAP como

[...] um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódias de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligencia parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável.

Decorrente disso, crianças que sofreram com a alienação parental, segundo Silva e Santos (2013, p.60) são mais propensas a:

Apresentar distúrbios psicológicos como depressão, ansiedade e pânico; utilizar drogas e álcool como forma de aliviar a dor e culpa da alienação; cometer suicídio; apresentar baixa autoestima; não conseguir uma relação estável quando adultas e ainda possuir problemas de gênero, em função da desqualificação do genitor atacado.

Sendo assim, a criança apresenta-se com os efeitos semelhantes aos de uma perda importante, como a morte de alguém próximo por exemplo. Desta forma, ora manifestam sintomas ansiosos, depressivos, ora agressivos e também a presença de doenças psicossomáticas. Ainda segundo MOUTA (2009, apud CABRAL; BARBOSA, 2015, p. 81)

Os relatos acerca das consequências da SAP abrangem ainda depressão crônica, transtornos de identidade, comportamento hostil, desorganização mental e, às vezes, suicídio. Por essas razões, instilar a alienação parental na criança é considerado como comportamento abusivo com gravidade igual á dos abusos de natureza sexual ou física.

Os danos psíquicos que acometem a criança são vastos, entre eles estão: mentir de maneira compulsiva, perder o foco na escola, se revoltar, ficar reprimida, apresentar dificuldades de identificação social e sexual, se tornar intolerante, e em casos mais graves pode haver tentativa ou a efetuação do suicídio. (BERTOLDI, 2015)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os autores Winnicott e Bronfenbrenner, pode-se averiguar que o contexto em que a criança está inserida afeta diretamente o seu desenvolvimento, pois ambiente e indivíduo, trabalham em conjunto nesse processo, entendendo o ambiente, no caso da presente pesquisa representado notadamente pelas relações parentais. Em relação à teoria de Winnicott conclui-se que as bases da personalidade da criança começam a se desenvolver nos estágios primitivos do seu desenvolvimento, e dessa forma é importante que ela esteja inserida em um ambiente suficientemente bom, pois é a partir das experiências adquiridas nesses estágios que ela construirá seu mundo interno.

No caso da alienação parental, esse desenvolvimento passa a ser afetado a partir do momento em que o genitor alienador introduz na criança sentimentos negativos para com o outro genitor, que alienado, acaba tendo dificuldades de acompanhar o desenvolvimento de seu filho no que se refere ao crescimento e a educação deste. Algumas práticas envolvem o afastamento da criança do genitor não guardião, como por exemplo, o impedimento de visitas, a mudança de endereço sem motivos justificáveis, o não fornecimento de informações sobre a criança, e até mesmo, falsas acusações de abuso tanto físico como sexual.

Tendo em vista essas informações, podemos concluir que as consequências da alienação parental em relação à criança podem ser: depressão, agressividade, crises de ansiedade, doenças psicossomáticas, decaimento no rendimento escolar e na aprendizagem, dificuldade para estabelecer relações, transtornos de identidade, tendência ao isolamento, e até suicídio.

Considerando o sofrimento psíquico da criança, pode-se trabalhar nos espaços da Psicologia Jurídica e a Clínica. A jurídica é a área que irá transitar entre as partes e a justiça propondo ajuda no que se refere à saúde mental dos indivíduos envolvidos em um processo jurídico de investigação de atos de alienação parental. Já a psicologia clínica, é a que se volta aos sintomas da vítima, para assim auxiliá-la a lidar com tais

conflitos, minimizando o sofrimento psíquico em que se encontra. É preciso que o genitor alienante também esteja incluído na psicoterapia, e isso pode ser feito por meio do pedido judicial, diante da não adesão do mesmo ao acompanhamento psicológico. Dessa forma, o terapeuta irá auxiliá-lo a identificar a relevância que o outro genitor tem no processo de educação do filho, e também a possibilidade do surgimento das patologias que prejudicam a saúde física e mental da criança.

REFERENCIAS

ALVES, P. B. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, n. 2, p. 369-373, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 02/04/2020.

BERTOLDI, M. E. et al. ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL. **JICEX**, v. 6, n. 6, 2015.

BRASIL. **Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 08/02/2020.

CABRAL, A.P.C., BARBOSA, I.P. A mediação familiar como instrumento na busca pela solução da alienação parental. In: NETO, A. de O. A., QUEIROZ, M.E.M. de; CALÇADA, A. (org). **Alienação parental e família contemporânea: um estudo psicossocial**. vol.2, Recife: DeVry Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/alienacao_parental/alienacao_parental_e_familia_contemporanea_vol2.pdf>. Acesso em: 16/02/2020.

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento pessoal de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/A_Teoria_do_Amadurecimento_de_D_Winnicot%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/A_Teoria_do_Amadurecimento_de_D_Winnicot%20(1).pdf)> Acesso em: 23/05/2020.

GARDNER, R. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)? **Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Columbia**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 08/02/2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. [organização]. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=M%C3%A9todos+de+Pesquisa&ots=92X60-mvKI&sig=aGgMlc5wTv47z2k3eAeYodxeTWO#v=onepage&q=M%C3%A9todos%20de%20Pesquisa&f=false>> Acesso em: 26/05/2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5 1. Ciências sociais - Metodologia 2. Ciências sociais - Pesquisas 3. Pesquisa - Metodologia I. Título. 93-3004 CDD-300.72. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 18/05/2020

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 18/05/2020.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de UrieBronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 4, n. 1, p. 63-77, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n1/v4n1a06.pdf>> Acesso em: 01/04/2020

SEI, M.B. **Desenvolvimento emocional e os maus-tratos infantis: uma perspectiva winnicottiana**. 2004. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-29062005-154905/en.php>> Acesso em: 30/03/2020.

SILVA, M.Rda; SANTOS, E. Q. dos. A alienação parental no contexto social da família: Considerações e caracterização no ambiente jurídico. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues**. Rio Verde, GO, ano 1, ed. 1, p.56-62, 2013. Disponível em: <<https://www.faculdadefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-13-0.pdf>> Acesso em: 24/05/2020.

SILVA, N. K. A. **A importância das funções parentais na construção da subjetividade na teoria winnicottiana**. 2017. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Teoria Psicanalítica) – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12039/1/51500189.pdf>> Acesso em: 04/04/2020.

AS HABILIDADES SOCIAIS PARENTAIS E A INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO DOS FILHOS

Lais Medeiros da Silva, Veruska Veridiane Viaro Galante, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail: lais.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As habilidades sociais são consideradas como fator protetivo do desenvolvimento, bem-estar e saúde do ser humano, sendo os problemas interpessoais um fator de risco (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

Vivemos em uma sociedade que se modifica o tempo todo e com isso surgem os desafios, sendo necessária a aprendizagem de novos conhecimentos para atender nossas necessidades desde a infância. É nessa fase que a criança desenvolve a cada dia um conjunto de habilidades sociais aumentando o seu repertório e a escassez dele pode contribuir para problemas psicológicos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013).

É na relação pais e filhos que se observa que o desempenho dos pais é representado por habilidades sociais educativas, podendo influenciar no comportamento dos filhos, portanto, é importante a qualidade dessa relação, já que os genitores apresentam dificuldades interpessoais podendo oferecer modelos inadequados de desempenhos sociais para eles (CIA et al., 2006). Os estilos parentais autoritário, autoritativo, indulgente e negligente também podem influir nesse comportamento (BOLSONI-SILVA, 2003).

O tema abordado justifica-se pelo fato de promover a conscientização dos pais sobre a importância de conhecer suas próprias habilidades e aprimorá-las, possibilitando ensinar assertivamente seus filhos para que estes desenvolvam desde a infância, um repertório de habilidades sociais significativo vindo a apresentar menos problemas comportamentais e possível prevenção de transtornos.

Diante disso, é nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem por objetivo geral compreender como os comportamentos habilidosos dos pais influenciam nas habilidades sociais dos seus filhos. E como objetivos específicos, o intuito é introduzir o conceito de habilidades sociais e suas subclasses, desempenho social e competência social, bem como refletir sobre a importância das habilidades sociais educativas parentais e, por meio da literatura, relacionar os estilos parentais e comportamentos

apresentados pelos filhos. Pretende-se também, verificar acerca das práticas parentais para melhor desenvolvimento das habilidades sociais.

2 MÉTODO

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002), é realizada com o auxílio de material já compilado, com a junção de estudos aprofundados retirados de livros e artigos científicos, tendo assim, como principal vantagem a permissão da abrangência de quantidade considerável de fenômenos, com muito mais informações comparadas àquelas pesquisadas de maneira direta.

A coleta das informações foi realizada através das bases de dados do Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Google acadêmico, como também em livros e revistas científicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas educativas e os estilos parentais estão intimamente relacionadas com o surgimento ou manutenção de problemas de comportamentos (BOLSONI-SILVA, 2003). De acordo com o modelo de estilos parentais proposto por Maccoby e Martin (1983 apud BOLSONI-SILVA, 2003) pais autoritários são exigentes, possuem baixa responsividade, são arbitrários e rigorosos, estabelecem regras rígidas contraponto o pedido dos filhos, bem como controlam o comportamento através de punições, rejeitando a opinião da criança, já que não consideram o diálogo importante. Pais indulgentes são extremamente permissivos, ou seja, não estabelecem controle, regras e nem limites aos seus filhos, toleram qualquer comportamento e satisfazem todos os pedidos destes. Pais negligentes são mais focados em interesses próprios atendendo apenas as necessidades básicas dos seus filhos, não são afetuosos e nem rigorosos. E por último, temos os pais autoritativos. Os níveis de exigência e de responsividade dos pais considerados autoritativos são elevados. As regras estabelecidas aos seus filhos são fortemente evidenciadas. Monitoram e corrigem os comportamentos e os gratificam quando as atitudes são positivas. A comunicação é realizada de forma clara e abertamente amparada no respeito mutual. Em geral pais autoritativos esperam que os filhos se comportem de maneira responsável e com maturidade. Na interação são

responsivos e afetuosos, quando consideram conveniente pedem a opinião da criança, incentivando a tomada de decisões, o que possibilita o desenvolvimento das habilidades.

Dessa forma, os pais que não monitoram, não interagem positivamente, não supervisionam as atividades e utilizam punições para comportamentos inadequados, estimulam o repertório de comportamento antissocial dos seus filhos através de uma disciplina incoerente (BOLSONI-SILVA, 2003). De acordo com Del Prette e Del Prette (2013) a maioria dos pais confunde punição com estabelecimento de limites e o uso de formas punitivas contribuem para aspectos negativos.

De acordo com a avaliação de Bolsoni-Silva (2003), com relação a aplicabilidade e efetividade de um treinamento em habilidades sociais (THS) feito com um grupo de pais, foi possível verificar que o uso de reforçadores positivos, redução de punições, resolução de problemas e demonstração de atenção e carinho, reduziu os problemas no relacionamento com os filhos e melhorou as habilidades interpessoais significativas para esse relacionamento.

No que se refere aos déficits de habilidades sociais no processo de educação dos filhos, a falta de preparo dos pais pode estar relacionada a diversas dificuldades, que são comuns na atualidade, como: Práticas educativas ineficientes, ritualizadas ou incoerentes, com monitoria autoritária e irregular ou sem monitoramento (GOMIDE, 2003 apud DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2008), na maioria das vezes justificadas pela falta de tempo, dúvidas com relação a autoridade parental, como também influência negativa de jogos, TV, internet, cinema, etc. Propensão do casal de reproduzir o mesmo padrão de educação e relacionamento dos próprios pais (BIASSOLI-ALVES, 1997 apud DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2008). E por último, ausência de planejamento da tarefa educativa ou cumprimento de normas realizado somente por um dos genitores.

No que diz respeito a qualidade da interação entre pais e filhos, dentre as prováveis consequências, é possível evidenciar o surgimento de respostas com diferentes efeitos no desenvolvimento (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2007). As respostas que produzem reforçadores sociais, são consideradas socialmente habilidosas (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999).

Para que os pais possam promover comportamentos apropriados em seus filhos é fundamental que se comportem de maneira socialmente adequada, ou seja, ao invés de serem agressivos e/ou não assertivos, necessitam ser socialmente habilidosos, para que possibilitem a competência social deles (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

Aprender HS segundo Del Prette e Del Prette (2011) é um processo necessário de interações entre as pessoas no contexto diário da criança ao longo de sua vida.

A família ensina a criança na interação com as demais pessoas desde o nascimento. Com as relações interpessoais, elas não só aprendem como também aprimoram suas HS. O ambiente tem que ser conveniente para que não ocorram falhas nesses aprendizados, necessitando de um apoio profissional (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

Saber identificar e promover as próprias habilidades interpessoais evita o surgimento desses problemas de comportamentos dos filhos. Assim, os programas de THS para pais podem ser uma possível alternativa preventiva ou educativa (HINDE, 1981 apud BOLSONI-SILVA; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2000).

Dessa forma, é de suma importância as intervenções com os pais para prevenir e/ou reduzir problemas de comportamentos dos seus filhos, a fim de evitar dificuldades de socialização promovendo boa qualidade de vida por meio do THS (BOLSONI-SILVA; MARTURANO, 2002).

Portanto, a efetividade do programa de THS depende não só da colaboração familiar, mas também se faz necessário uma intervenção de forma prolongada e que ocorra em diversos ambientes para resultados mais positivos e eficazes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, foi possível verificar que os pais possuem grande influência nos comportamentos dos filhos e a forma como lidam com eles pode interferir nas habilidades sociais destes, trazendo consequências para o desenvolvimento saudável das relações sociais. A partir disso, buscou-se por meio desta pesquisa estabelecer a importância de como os comportamentos dos pais influenciam nas habilidades sociais dos seus filhos.

É válido lembrar, que o importante nessa relação pais e filhos não é a quantidade, mas sim a qualidade de tempo ao lado dos filhos para que este período seja de muita aprendizagem ajudando a criança, juntamente com um trabalho desde a pré-escola a tornar-se um adulto habilidoso diante das situações difíceis de sua vida e sempre desenvolvendo um bom relacionamento interpessoal.

Por este ser um trabalho de revisão bibliográfica, existem algumas limitações, visto que, diversos trabalhos com o referido tema já foram publicados e estão

disponíveis. Portanto, sugerimos mais estudos longitudinais, e que as pesquisas aplicadas dentro dessa área sejam melhor desenvolvidas com o propósito de investigar a relação parental.

Tivemos dificuldades para encontrar artigos que retratam o trabalho do Psicólogo na área escolhida. Assim, recomendamos que os estudos continuem sendo realizados, a fim de conscientizar os pais sobre a importância do aprimoramento de suas próprias habilidades, por meio do treinamento das habilidades sociais, contribuindo para o aumento do repertório das HS da criança, possibilitando a elas o desenvolvimento saudável de suas relações.

REFERÊNCIAS

BOLSONI-SILVA, A.T. **Habilidades sociais educativas, variáveis contextuais e problemas de comportamento**: comparando pais e mães de pré-escolares. 2003. 188 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-10082004-134158/pt-br.php>. Acesso em: 26/04/2020.

BOLSONI-SILVA, A.T.. Supervisão em habilidades sociais e seu papel na promoção deste repertório em estagiários de psicologia. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 5, n. 1, p. 18-32, 2009. Disponível em: http://www.rbtc.org.br/detalhe_artigo.asp?id=92. Acesso em: 06/08/2020.

BOLSONI-SILVA, A.T.; CARRARA, K. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. **Psicologia em revista**, v. 16, n. 2, p. 330-350, 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/682>. Acesso em: 19/04/2020.

BOLSONI-SILVA, A.T.; DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z.A.P. Relacionamento pais-filhos: Um programa de desenvolvimento interpessoal em grupo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 3, n. 3, p. 203-2015, 2000. Disponível em: <http://betara.ufscar.br:8080/pesquisa/rihs/armazenagem/pdf/artigos/silva-a.-t.-b.-del-prette-a.-del-prette-z.-a.-p.-2000-.relacionamento-pais-filhos-um-programa-de-desenvolvimento-interpessoal-em-grupo/view>. Acesso em: 05/07/2020.

BOLSONI-SILVA, A.T.; MARTURANO, E.M.. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 7, n. 2, p. 227-235, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13/02/2020.

BOLSONI-SILVA, A.T; MARTURANO, E.M. A qualidade da interação positiva e da consistência parental na sua relação com problemas de comportamentos de pré-escolares. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, p. 349-358, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0034-96902007000300010&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 07/05/2020.

CABALLO, V.E.; IRURTIA, M.J. O treinamento em habilidades sociais. In: CABALLO, V.E.; IRURTIA, M.J. **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Editora Santos, pp.361-398, 1996.

CIA, F. et al. Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filho. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 1, p. 73-81, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13/02/2020.

CIA, F; PAMPLIN, R.C.O.; DEL PRETTE, Z.A.P. Comunicação e participação pais-filhos: Correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 16, n. 35, p. 395-406, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2006000300010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13/02/2020.

COMODO, C.N.; DIAS, T.P.. Habilidades sociais e competência social: Analisando conceitos ao longo das obras de Del Prette e Del Prette. **Interação em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/50314>. Acesso em: 27/07/2020.

DEL PRETTE, A., DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P. **Habilidades sociais: Intervenções efetivas em grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P. Habilidades sociais: uma área em desenvolvimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 9, n. 2, p. 287-389, 1996. Disponível em: <http://www.rihs.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/02/Habilidades-sociais-Uma-%C3%A1rea-em-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 25/07/2020.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P.. **Competência Social e Habilidades Sociais**. Ed.1, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P.. **Psicologia das Habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Ed. 6, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P.. **Psicologia das Habilidades sociais na infância: teoria e prática**. Ed. 1, Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A. Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, n. 41, p. 517-530, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2008000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 07/05/2020.

DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A.. Habilidades sociais e análise do comportamento. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 1, n. 2, p. 104-115, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482010000200004. Acesso em: 02/08/2020.

DEL PRETTE, Z.A.P.; DEL PRETTE, A.. **Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação**. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

DOS SANTOS, E. B.; WACHELKE, J.. Relações entre habilidades sociais de pais e comportamento dos filhos: uma revisão da literatura. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2964 Acesso em 13/02/2020.

FUMO, V.M.S. et al. Produção científica em habilidades sociais: estudo bibliométrico. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 11, n. 2, p. 246-266, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452009000200005. Acesso em: 27/07/2020.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. ed.4, São Paulo: Atlas, 2002.

LEME, V.B.R. et al. Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano: análise e perspectivas. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 181-193, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015005015001&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 16/05/2020.

MANOLIO, C.L.; FERREIRA, B.C.. O campo das habilidades sociais no Brasil: entrevista com Almir e Zilda Del Prette. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 537-550, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8393/6208>. Acesso em: 06/08/2020.

MARTINS, R.P.M.P. et al. Práticas parentais: associações com desempenho escolar e habilidades sociais. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 78, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20469>. Acesso em: 13/02/2020.

PACHECO, J.T.B.; TEIXEIRA, M.A.P.; GOMES, W.B. Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 15, n. 2, p. 117-126, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37721999000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 30/06/2020.

PAPALIA, D.E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R.D.. **Desenvolvimento humano**. Ed.8, Porto Alegre: Artmed, 2006.

PINHEIRO, M.I.S. et al. Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 19, n. 3, p. 407-414, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000300009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13/08/2020.

AS ORIGENS E ARTIMANHAS DO ROMANCE SENTIMENTAL

Larissa Manteca de Faria, Marcelo Mott Peccioli Paulini, e-mail:
larissamanteca@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho científico tem como intenção reunir argumentos que busquem questionar o surgimento do gênero literário *romance sentimental*, nomenclatura acadêmica dada às histórias que vulgarmente são identificadas e chamadas de *água com açúcar*. Desse modo, compreender-se-ão as origens do gênero, datadas do século XIX, surgido a partir de uma mutação dos folhetins advindos do Romantismo, vindos mais tarde, no século XX, a serem comercializados, em forma de livros de bolso, por editoras que trabalhariam especificamente com a produção em massa de histórias do gênero.

Também se fará análise de alguns aspectos que fazem o romance sentimental ainda hoje ser largamente consumido por suas leitoras ávidas. Desde o início de tal massificação, elas procuravam dentro dessas histórias a possibilidade de poder sonhar com romances e realidades utópicas, na tentativa de suprir, substituir ou até mesmo de modificar a essência de seus próprios relacionamentos.

Por ainda ser largamente consumido por mulheres de todas as esferas da sociedade, o romance sentimental muitas vezes torna-se um marco referencial na vida de suas leitoras. Seja pela fácil leitura, pelo baixo custo de aquisição ou pela capacidade de fazer sonhar, tais enredos têm enorme capacidade de moldar seus comportamentos e opiniões somente através de uma idealização – não raro forçosa e irreal – do amor romântico. Portanto, uma vez que influenciará não apenas o gosto literário, mas questões psicológicas e afetivas na nossa sociedade, o estudo do tema faz-se válido e interessante para a compreensão dessas questões.

2 MÉTODO

Em se tratando da revisão de literatura, o presente estudo se deu a partir de uma bibliográfica sobre o tema. Além dos romances propriamente ditos, o trabalho utiliza diversas fontes, como artigos, ensaios e estudos acadêmicos sobre o gênero *romance sentimental*, investigando suas origens e artimanhas para garantir seu público consumidor específico. A metodologia utilizada foi a monográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O romance sentimental surgiu e começou a ser publicado por volta da segunda metade do século XIX, passando por reconfigurações entre os séculos XX e XXI, de acordo com o contexto de cada época (OLIVEIRA, 2018). Esse gênero está ligado ao contexto do lazer e do prazer, sendo ele uma consequência da cultura de massa e de uma produção industrial de romances, fortemente influenciados pelo folhetim, originado a partir de inícios do século XIX (PUHL e SILVA, 2007).

Especialmente apreciado pelas mulheres, o romance sentimental utiliza artimanhas para conquistar o coração de suas leitoras. Os temas sempre giram em torno de um dilema amoroso, com forte apelo ao romance romântico.

Considerado como parte da literatura de entretenimento, o gênero *romance sentimental* é produzido em massa, sendo seu principal objetivo o de atingir um grande número de leitoras, altas vendas e popularidade (RODRIGUEZ, 2005).

No Brasil, os romances sentimentais começaram a aparecer em séries que eram distribuídas pela Editora Abril, durante os anos 70, tendo como uma das pioneiras as traduções da autora britânica Barbara Cartland. Nos dias de hoje, esse formato de livro ainda sobrevive através de edições semanais, mensais e por assinaturas. Em cada uma dessas séries, vê-se a necessidade de adequar as histórias às diferentes expectativas do público feminino, mas tendo sempre como pauta principal o romance romântico. (PUHL e SILVA, 2007).

Entretanto, com a revolução do feminismo na década de 60, os romances sentimentais passaram a ser denunciados por tratarem da mulher como dependente do homem.

Mesmo não havendo mais um motivo cultural em específico, ainda assim as mulheres sentem a necessidade de investir no *amor*. Nos dias atuais, as elas querem reconhecimento na sociedade, igualdade com os homens, mas também a sensação insubstituível do *amor*. Logo, os romances sentimentais acompanharam a mudança de valores a fim de se adequarem ao seu público (PUHL e SILVA, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do levantamento de dados sobre o tema, foi possível descobrir as origens do romance sentimental, suas características e o sucesso entre seu público alvo durante

o passar dos anos. Dessa forma, chegou-se a conclusão de que, invariavelmente à época ou aos valores sociais em voga, as mulheres se sentem atraídas pelo *amor* e pela ideia do romance perfeito, ainda que não haja conclusões racionais suficientes que expliquem esse magnetismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, H. P. **Romances femininos: estudos de literatura e história**. São Paulo, Revista Entrelaces, 2018. Disponível em:
<http://periodicos.ufc.br/entrelaces/article/view/32644/96011>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PUHL R. P. SILVIA E. C. **O amor como entretenimento: a trajetória dos romances sentimentais**. Brasília, Anuário Unesco/Methodista de Comunicação Regional, 2007. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/viewFile/924/983>. Acesso em: 18 mar. 2020.

RODRIGUEZ, S. **Leitoras com coração: usos de leitura dos romances sentimentais de massa**. Curitiba, Revista Letras, Editora UFPR, 2005. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/4294/3443>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA SOLIDÃO EM ADULTOS

José Astério Sola Gimenes, Adriana Campos Meiado, e-mail: astjos@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A solidão faz parte do cotidiano do ser humano, o momento presente é aflitivo e o isolamento não mostra bons resultados, neste ambiente a convivência torna-se valiosa, embora limitada. Para avaliar as possibilidades levantadas no estudo foram utilizados instrumentos de pesquisa por meio de revisão bibliográfica como livros e artigos científicos. A solidão é caracterizada por fatores como: falta de objetivo e significado de vida; reação emocional; sentimento indesejado e desagradável; sentimento de isolamento e separação; deficiência nos relacionamentos e carência de intimidade e unattachment (desapego) (WINNICOTT, 1998).

Se relacionando com as variáveis do problema, o indivíduo procura a solidão, acrescentando aspectos que podem influenciar sua vida. O objetivo deste trabalho é conhecer o desenvolvimento da solidão no processo de isolamento individual e social, averiguar as necessidades da solidão em adultos analisando seus aspectos positivos e negativos para obtenção de benefícios ou ocasionando desvantagens. O indivíduo que desenvolveu a capacidade de estar só está constantemente capacitado a redescobrir o impulso pessoal, e o impulso pessoal não é desperdiçado porque o estado de ficar só é algo que implica sempre que alguém também está ali (WINNICOTT, 1998).

Na questão referente a problemática, encontra-se falta de materiais específicos em estudos de caso, os artigos são satisfatórios fornecendo fundamentação teórica suficiente para construção de uma nova ótica sobre o tema.

O estudo busca entender o processo de solidão enfrentado por indivíduos que procuram estar sozinhos enquanto outros se afastam involuntariamente por motivos diversos, analisar quais produtos podem ser encontrados.

2 MÉTODO

O presente trabalho utilizou a metodologia de pesquisa bibliográfica para verificar a relação entre a solidão durante o isolamento individual e social, além de investigar a necessidade da solidão em adultos em seus aspectos positivos e negativos, por meio de artigos publicados sobre a temática no período de 2015 a 2020.

Foram selecionados vinte artigos científicos, os quais por métodos de compatibilidade, proporcionaram viabilidade ao estudo.

Foram utilizados instrumentos e ferramentas de pesquisa através do auxílio de pesquisa bibliográfica, mediante artigos científicos, livros e possíveis pesquisas já realizadas na área.

A base de dados utilizada foi o Google Acadêmico, através deste instrumento pode-se obter a coleta de dados necessária com os seguintes descritores: Solidão; Isolamento Social; Solitude; Psicologia Psicanalítica.

O procedimento para seleção de artigos deu-se a partir da leitura exploratória dos resumos dos artigos encontrados com temáticas pertinentes ao estudo proposto. A partir dessa leitura exploratória foram escolhidos os artigos que se referiram com o propósito do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que concerne às definições e conceituações apresentadas sobre a solidão, foram registradas dimensões do fenômeno que são ressaltadas pelos estudiosos aqui discutidas nos 06 seguintes aspectos: falta de objetivo e significado de vida; reação emocional; sentimento indesejado e desagradável; sentimento de isolamento e separação; deficiência nos relacionamentos e carência de intimidade e *unattachment*. (PINHEIRO; TAMOYO, 1984).

A falta de significado e objetivo de vida é apontada como uma dimensão do fenômeno da solidão por alguns autores. Para Burton (1961), a solidão não é uma condição, mas uma necessidade de autenticação, de significado e de unidade, em uma cultura desumanizante. E a confirmação da vivência psíquica do indivíduo. O sentimento de falta de objetivo ou significado de vida é apontado por Bradley (1970) como um dos aspectos fundamentais para uma definição de solidão (PINHEIRO; TAMOYO, 1984).

Diretamente ligado a uma ausência de relacionamentos gratificantes importantes, intensa dor emocional (PINHEIRO; TAMOYO, 1984).

O aspecto qualitativo do sentimento de solidão, quanto ao contínuo desagradável- agradável, é salientado por Sullivan (1953), para quem a solidão se configura como o sentimento que acompanha uma experiência excessivamente desagradável e dirigida. Considera, outrossim, a solidão como a mais distinguível entre as experiências dos seres

humanos, pela qualidade insípida de tudo que é dito a seu respeito (PINHEIRO; TAMOYO, 1984).

Uma separação básica entre homem e seu semelhante e entre homem e sua própria natureza é uma das afirmações de Moustakas (1961) que deve ser considerada para uma conceituação de solidão. Para o autor, a experiência de solidão é tão total, direta e vivida, tão profundamente sentida, que não há espaço algum para qualquer outra percepção, sentimento ou consciência, durante sua permanência (PINHEIRO; TAMOYO, 1984).

A dimensão da solidão que mais tem sido explorada por seus estudiosos é a que se refere à deficiência nos relacionamentos da pessoa, à qual estão ligadas a carência de intimidade e a falha na comunicação interpessoal (PINHEIRO; TAMOYO, 1984).

Embora o *unattachment* possa ser incluído em uma discussão geral sobre a deficiência de relacionamentos humanos como uma dimensão da solidão, o seu nível mais profundo e acentuado vem a merecer tratamento mais específico. Dada a sua importância para a compreensão e definição de solidão (PINHEIRO; TAMOYO, 1984).

O isolamento social ativo ilustra o que sucede quando os sujeitos se isolam do seu grupo de pares como consequência de comportamentos de rejeição e de vitimização por parte dos outros. Neste caso, o sujeito não se isola ele próprio mas é isolado pelo seu grupo de pares (FERREIRA, 2013).

Existe porém um ponto importante a ser considerado, embora a tristeza, pesar, abandono, frustração ou desespero; compreendendo que o modo como o indivíduo responde devidamente a qualidade de angústia experimentado, podendo limitar-se a um sofrimento relativamente bem tolerado ou configurar manifestações muito intensas e patológicas, que originam doenças psíquicas, alterações somáticas funcionais ou lesões orgânicas psicossomáticas, assim como muitos dos acidentes da vida diária. Portanto, a capacidade de tolerar e elaborar a angústia de separação é variável, (...) os processos envolvidos quando o sofrimento se mostra excessivo, concluindo que as reações à separação ou perda podem ter sua origem e significados inconscientemente determinados (MANSOUR, 2008).

A análise é importante para determinar novas perspectivas de compreensão e estudo do tema, viabilizando entendimento do próprio

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi constatado que o problema é mais emblemático e complexo como inferido pelo senso comum, cada indivíduo é único em sua forma de sofrimento, demandando estudos específicos para maior conclusão.

A análise se mostra eficiente pois uma nova perspectiva é observada para o devido direcionamento de futuros estudos que possibilitaram acesso a informações precisas de um problema comum, pouco discutido.

REFERÊNCIAS

BARROS, T. Solidão, desamparo e criatividade. **Psicanálise** v. 9, n. 1, p.265-282, 2007 Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=solid%3%A3o%2C+desamparo+e+criatividade&btnG=

Acesso em: 10/02/2020

DOLTO, F. A solidão. 1ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1998

FERRAZ, K. **A solidão do sujeito contemporâneo: um olhar clínico**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Luterana do Brasil, como requisito parcial para a obtenção do grau de psicólogo.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200004

Acesso em: 11/02/2020

FERREIRA, D. et.al. Isolamento social e sentimento de solidão em jovens adolescentes. **Análise Psicológica**. v.31, n.2, p.117-127, 2013 Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000200001

Acesso em: 12/02/2020

LIMA, T. C., & MIOTO, R. C. T. Procedimento metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v.10, n. spe, p.37-45, 2007

MANSOUR, L.H.B. Solitude: Virando a solidão pelo avesso. **Revista Psicanálise e cultura**. V31 n.46, p. 38-45, 2008 Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n46/v31n46a07.pdf> Acesso em: 28/05/2020

MIZRAHI, B. G.; GARCIA, C. A. A capacidade de estar só: um contraponto winnicottiano ao ideal contemporâneo de autonomia. **Psicologia em Revista**. v.13, n.2, pp. 267-280, 2007 Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200004

Acesso em: 11/02/2020

PINHEIRO A.A.; TAMOYO, A. Conceituação e definição da solidão. **Revista de Psicologia**, v.2, n.1, p.29-37, 1984 Disponível em:

http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10614/1/1984_art_aaapinheiroatamayo.pdf

Acesso em: 20/03/2020

RODRIGUES, R.M. Solidão, um fator de risco. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, v.34, n.5, pp.334-338, 2018 Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-51732018000500010&lang=pt Acesso em: 13/02/2020

WINNICOTT, D. W. (1998a). A capacidade para estar-só. In: **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 31-37. (Originalmente publicado em 1958).

WINNICOTT, D. W. (1998a). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 79-87. (Originalmente publicado em 1958).

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO FEMINICÍDIO SOB A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL

Caroline Cantão de Paula Maria, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: cahcantao@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno que atinge as mais diversas camadas da sociedade e pode ser reconhecida a partir de três características: o uso de força física, a manifestação da opressão e a submissão (LUCENA et al., 2012), que podem culminar na morte intencional da vítima. Lagarde (2006) define esse fenômeno como feminicídio, quando mulheres são mortas por razão de gênero, isto é, pelo fato de serem mulheres.

O feminicídio é a manifestação mais extrema da violência de gênero que vitimiza mulheres no Brasil diariamente. O país vive atualmente uma ascendência nas ocorrências dos crimes de feminicídios. Segundo dados obtidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2019, foi registrado um aumento de 4% nos casos de feminicídio, sendo estes crimes cometidos majoritariamente por parceiros ou ex-parceiros das vítimas (88,8%). Para Meneghel e Portella (2017), uma das motivações para esse tipo de crime é o sentimento de posse sustentado pelos homens em relação à suas parceiras, muitas vezes culpadas por não desempenharem os papéis de gênero que lhe foram atribuídos - e disseminados – pela cultura.

O reconhecimento de que a questão de gênero – e principalmente a desigualdade de gênero – possa ser um agravante para o feminicídio contribuiu para a tipificação deste crime nas esferas jurídicas, embora a legislação ainda possua algumas limitações. Diante do exposto, a idealização do presente estudo surgiu a partir dos seguintes questionamentos: Que características psicológicas estariam envolvidas nesse tipo de crime? Compreender a motivação para esses crimes pode contribuir para a coibição de novos casos?

Estudos recentes realizados com homens apenados por crimes cometidos contra a mulher revelaram que as principais motivações apontadas para o delito cometido foram o controle sobre a mulher, medo de traição e abandono (FERNANDES, 2018). Assim sendo, os aspectos intrínsecos ao fenômeno tais como agressividade, ciúme, dependência afetiva e objetificação, são investigados a partir do olhar da psicologia, pois se acredita que a compreensão desses elementos na dinâmica dos crimes pode ser de

grande relevância para a construção de mecanismos preventivos e de enfrentamento no âmbito jurídico e social.

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender o feminicídio dentro da perspectiva sociocultural, bem como analisar os aspectos psicológicos envolvidos nesse fenômeno. Em segunda instância, pretende-se distinguir o feminicídio íntimo do não íntimo, investigar o contexto em que essas mortes ocorrem e de que forma é possível combater e prevenir esse problema.

2 MÉTODO

O presente trabalho se constitui em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e natureza explicativa que, conforme Gil (2008) tem como finalidade identificar e explicar as causas que contribuem para determinados fenômenos.

Para desenvolver a pesquisa foi realizado o levantamento de livros, artigos científicos e dissertações sobre o tema, a partir das bases de dados online disponíveis, das quais se destacam: Scielo, PePsic, Google Acadêmico e Periódicos Capes. Eventuais achados de origem internacional com os descritores “femicídio” e “violência contra a mulher” também foram analisados levando em conta a complexidade do assunto. Em seguida, para delimitar os resultados das buscas foram utilizadas palavras-chaves, tais como: Femicídio, discriminação, gênero, psicologia, violência, psicanálise e agressividade.

O critério adotado para a seleção dos artigos foi estabelecido a partir da compatibilidade dos descritores, limitando-se às publicações de origem brasileira e latino-americana – onde se concentram os maiores índices do fenômeno investigado – e levando em consideração o aporte sociocultural apresentado pelos autores. Primeiramente, através da leitura dos títulos, foram selecionados dezenove artigos, que posteriormente foram submetidos à leitura dos resumos e desenvolvimento, elegendo-se quinze publicações que se apresentaram como mais compatíveis com o tema, e a partir das quais foi realizado um estudo mais aprofundado dos conceitos e contribuições que têm sido produzidas na área e que deram início ao trabalho. Acrescenta-se ainda que para além dos artigos selecionados nas bases de dados, também foram utilizados artigos encontrados nas referências das fontes consultadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O feminicídio é o fenômeno no qual as mulheres são mortas por razão de gênero, isto é, pelo fato de serem mulheres (LAGARDE, 2006). Uma das motivações para esse tipo de crime é o sentimento de posse sustentado pelos homens em relação à suas parceiras, muitas vezes culpadas por não desempenharem os papéis de gênero que lhe foram atribuídos - e disseminados – pela cultura (MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

Os cenários em que ocorrem essas mortes constituem um campo complexo e heterogêneo, mas que possuem em comum as marcas de machismo e misoginia (MENEGHEL et al, 2013). Elaborado inicialmente por Ana Carcedo (2000), o relatório regional do Instituto Interamericano de Direitos Humanos de 2006 apresenta a classificação mais utilizada dentre os estudos realizados sobre o assunto. Nesse modelo, o feminicídio pode ser classificado em três categorias:

- Feminicídio íntimo: quando a vítima mantinha ou manteve um relacionamento íntimo, afetivo ou de convivência com o autor do crime.
- Feminicídio não íntimo: nesse caso, a vítima não possuía relacionamento íntimo com o autor, mas pode ter tido contato próximo ou de hierarquia para com o mesmo. Pode envolver agressão sexual.
- Feminicídio por conexão: nesta terceira categoria estão os casos de mulheres que tentarem intervir ou evitar a violência contra outra mulher, e acabaram mortas no que é chamado “linha de fogo”.

No país, grande parte das ocorrências é de feminicídio íntimo. São mortes que ocorrem no ambiente doméstico da vítima e que na maioria dos casos poderiam ter ser evitadas, pois são precedidas por episódios de agressões, perturbação ou ameaças, sendo estes fatores de risco para esse tipo de crime, como apontam alguns estudos (MENEGHEL et al, 2013; ROCHA, 2018).

Uma pesquisa desenvolvida por Evangelista et al., (2015) na qual foi realizado um levantamento de boletins de ocorrências, a agressividade foi o aspecto identificado em oito dos nove registros de violência contra a mulher analisados. Na perspectiva da psicanálise, a noção de agressividade aparece associada ao conceito metapsicológico de pulsão de morte, na medida em que parte desta pulsão atua juntamente da libido ao voltar-se para o mundo exterior (SECOTTE; DIONISIO, 2018).

O ciúme excessivo, expresso pelos homens como meio para exercer o controle nas relações com suas parceiras íntimas, foi apontado como aspecto de alta incidência

em estudo realizado sobre fatores de risco para o feminicídio (ROCHA, 2018). Esse resultado vem de encontro com os achados na literatura, que reconhecem que o ciúme masculino é manifesto de forma competitiva e fortemente intolerante, podendo assumir uma conduta regressiva de dominação (FERREIRA-SANTOS, 2007).

No que tange o campo da dependência afetiva e das relações simbióticas, o indivíduo reconhece o outro como uma extensão de si próprio. Observa-se, nestes casos, que a frustração e o ódio desencadeado pela ruptura do relacionamento têm potencial para provocar no indivíduo o desejo de aniquilar, destruir o outro, podendo levá-lo a consumir o crime (EVANGELISTA ET AL., 2015).

Sobre a objetificação, a socióloga Eva Blay, em seu livro “Assassinato de mulheres e direitos humanos”, revela como o discurso desqualificador direcionado à mulher e a máxima da defesa de honra era utilizada para atenuar os chamados crimes de homicídio passional, reforçando a ideia de que aos homens cabia o dever de controlar e punir os corpos femininos em detrimento de possíveis traições, e colocando a mulher como responsável por sua própria morte.

É possível perceber, portanto, que os elementos até aqui apresentados se relacionam entre si e confirmam como as relações de gênero ainda se sustentam por meio da desigualdade e da violência perpetradas em nossa sociedade, fazendo refletir a necessidade de adotar novas estratégias para efetivar a prevenção da violência que leva ao feminicídio uma vez que a legislação, por si só, não é suficiente para coibir os casos de feminicídio. O primeiro ponto a ser destacado é de investir em políticas públicas, bem como na capacitação de profissionais que atuam na linha de frente no combate à violência contra a mulher. Essa medida é compreendida como fundamental para oferecer um acolhimento qualificado à vítima (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017).

No que tange especificamente a atuação de profissionais da área da saúde, âmbito no qual se incluem os psicólogos, estudos apontam para a necessidade de implantar protocolos que identifiquem a violência e o risco de morte a fim de traçar um plano terapêutico que inclua o fortalecimento da rede de suporte da mulher (MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

Ressalta-se, no que tange o papel da psicologia frente a esse fenômeno, a importância de construir espaços em que a questão de gênero possa ser discutida, uma vez que sua escuta do psicólogo serve como um importante instrumento para o reconhecimento da violência contra a mulher, à medida que oferece a consciência do

lugar que esta ocupa e possibilita que a mulher possa modificar seu lugar frente a situação de violência e assim evitar que ela se agrave até causar o feminicídio (HUBERT, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja fundamental implementar serviços protetivos realmente eficazes, o cenário atual aponta para a necessidade de se atualizar as políticas de segurança pública de modo que não se restrinjam apenas ao exercício punitivo, mas que também adotem medidas preventivas no sentido de incluir o público em ações que buscam promover a consciência coletiva (CRUZ, 2018). Em concordância com tais considerações, acredita-se que uma mudança efetiva só pode ser alcançada se houver um movimento de desconstrução e rompimento das bases que sustentam a desigualdade de gênero, o que requer um trabalho contínuo.

O feminicídio é um fenômeno de proporções alarmantes e que necessita ser visibilizado, principalmente no que compreende as raízes de sua ocorrência. Nesse sentido, a psicologia, enquanto ciência e profissão, não pode se isentar das discussões que contemplam as problemáticas sociais e de gênero, essa última indispensável para compreender o lugar do outro no mundo contemporâneo. Para isso, criar espaços onde o tema possa ser debatido e teorizado é de grande importância para que os futuros psicólogos assumam o viés de gênero como recurso para compreender e despatologizar o sofrimento de tantas mulheres.

O presente trabalho representa um passo inicial na imersão sobre o tema. Apesar das dificuldades encontradas quanto à precisão dos dados oficiais, fatores estes que também foram apontados por algumas autoras referenciadas ao longo do presente trabalho (ORELLANA et. al., 2019; BLAY, 2008; PASINATO, 2011), em termos de resultados, considera-se que foi possível alcançar seus objetivos principais. Dito isso, é válido salientar a relevância para os estudos em ciências humanas que tal investigação se amplifique nos espaços públicos e privados, para que se produzam novas considerações acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo, Editora 34, 2007.

CRUZ, K. O. A. R. **Até que a morte nos separe: uma análise sobre o feminicídio no município de vitória (2010-2016)**. 2018. 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

EVANGELISTA, R., et. al. Até que a morte nos separe: Um olhar para o criminoso passional sob o aporte psicanalítico. **Psicologia.pt.**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0976>. Acesso em: 13 jun. 2020.

FERNANDES, F. E. C. V. **Violência letal contra a mulher: aspectos socioeconômicos e ambientais**. 2018. 105f. Dissertação (Doutorado em Inovação Terapêutica) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FERREIRA-SANTOS, EDUARDO. **Ciúme: o lado amargo do amor**. 2 ed. São Paulo: Ágora, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Brasília, 2019. 206 p. .

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUBERT, M. A. **Por quê chegamos ao feminicídio?** 2018. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí, 2018.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS (IIDH). I **Informeregional: situación y analisis del femicidio em la región Centroamericana**. Costa Rica, San José, 2006.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Como evitar mortes anunciadas? In: _____. **Feminicídio #InvisibilidadeMata**. Organização de Débora Prado e Marisa Sanematsu. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburg, 2017. p. 91-105. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/livrofeminicidio/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

LAGARDE, Marcela. **Presentación a la edición en español**. In: *Feminicidio: una perspectiva global*. RUSSELL, D. E. H.; HARMES, R. A. 1. ed., México: Universidad Nacional Autónoma, 2006, 402 p.

LUCENA, K. D. T. et al. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1111-1121, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000600010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de fev. 2020.

MENEGHEL, S. et al. Femicídios: narrativas de crimes de gênero. **Interface (Botucatu)**. Botucatu, v. 17, n. 46, p. 523-533, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mai. 2020.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A.. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077&lng=pt&tlng=pt/>. Acesso em: 07 fev. 2020.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto amazônico brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 8, e00230418. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001005003/>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ROCHA, H. S. **Fatores de risco do feminicídio íntimo**. 2018. 66f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense) – Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, Paraná, 2018.

SECOTTE, G.; DIONISIO, G. H. **Pulsão de morte e agressividade no campo de Freud-Lacan**. *Analytica*. São João Del Rey, v. 7, n. 13, p. 238-258, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2316-51972018000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt/>. Acesso em: 27 mai. 2020.

COMPORTAMENTOS E INFLUÊNCIAS QUE ATINGEM OS CONSUMIDORES

Juliana Gonçalves Araujo, Leandro Gonçalves Araujo, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: julianaaraujo257@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas têm vivenciado um período de grande crise econômica, principalmente devido à crise pandêmica instaurada no início de 2020. E mediante a este cenário podemos observar que o marketing, segundo Kotler e Keller (2012) “tem desempenhado um papel fundamental no enfrentamento desses desafios, uma vez que finanças, operações, contabilidade e outras funções organizacionais não terão sentido se não houver uma demanda por produtos (bens e serviços) que seja suficiente para que a empresa obtenha lucro”.

“Os profissionais de marketing devem decidir quais recursos projetar em um novo produto, estipular preços, onde vender bens ou oferecer serviços e quanto gastar com propaganda, vendas, Internet e marketing digital” (KOTLER, KELLER, 2012, p.2)

Para compreender a função de marketing, precisamos compreender o conjunto central de conceitos. Quais são as necessidades, desejos e demandas. Segundo Kotler e Keller (2012) “as necessidades são requisitos básicos do ser humano, como aqueles por ar, comida, água, roupas e abrigo”. Os seres humanos também sentem forte necessidade de recreação, instrução e diversão. Essas necessidades tornam-se desejos quando direcionadas a objetos específicos que possam satisfazê-las (KOTLER, KELLER, 2012, p.8)

Já as demandas de acordo com Kotler e Keller (2012) “são desejos por produtos específicos sustentados pela capacidade de comprá-los”.

Durante décadas, os métodos de pesquisa de marketing objetivaram explicar e prever a eficácia das campanhas publicitárias. Na maior parte, entretanto, as técnicas convencionais falharam miseravelmente. Uma vez que as emoções são fortes mediadores de como os consumidores processam mensagens, compreender e modelar respostas cognitivas para vender mensagens sempre foi um desafio metodológico (MORIN, 2011, p.132).

A satisfação do consumidor vem sendo estudada desde os primórdios do marketing (CHAUVEL, 1999). De acordo com Morin (2011) “os pesquisadores se

basearam principalmente na capacidade dos consumidores de relatar como eles se sentem sobre uma determinada peça de publicidade”.

Nesse contexto desafiador, o surgimento de técnicas de neuroimagem ofereceu alternativas metodológicas interessantes. Essas técnicas finalmente permitem que os profissionais de marketing investiguem os cérebros dos consumidores a fim de obter insights valiosos sobre os processos subconscientes que explicam por que uma mensagem acaba tendo sucesso ou falha (MORIN, 2011, p.133).

Além disso, a Psicologia e as abordagens da Psicologia foram fundamentais para o surgimento do Marketing e da Psicologia do Consumidor (JUSTO; MASSIM, 2017). Nesse sentido, esse trabalho teve como objetivo investigar o comportamento do consumidor a partir de algumas perspectivas da Psicologia, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

2 MÉTODO

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e para Gil (2002) esse método é elaborado com base em material já produzido por outros autores, como livros, artigos científicos de confiabilidade e embasamento científico, podendo ser retirados tanto de bibliotecas como da internet.

Dessa maneira, o pesquisador faz um apanhado de todo este material para uma temática específica, sendo os livros fontes bibliográficas por excelência. O benefício principal desse método está no fato de possibilitar ao investigador o alcance de uma série de conteúdos muito mais amplos do que aqueles que poderia pesquisar diretamente.

Apresenta uma importância imprescindível nos estudos históricos, uma vez que não há outra forma de conhecer os acontecimentos do passado se não a partir de referências bibliográficas.

As fontes utilizadas foram livros e pesquisas nas bases de dados online como: Scielo, BVS, Pepsic, Periódicos Capes, Revistas Eletrônicas da PUC-SP e Google Acadêmico. Para esse trabalho foram utilizados nove artigos acadêmicos. As palavras-chave utilizadas nas pesquisas foram: marketing, comportamento do consumidor.

Para a escolha dos artigos utilizados, foram realizadas as leituras dos títulos dos artigos como primeiro critério de exclusão, pois apareceram vários artigos com títulos distantes do objetivo da pesquisa. Após essa primeira seleção, foram feitas leituras dos

resumos para analisar se os artigos se adequavam ou não com a proposta do trabalho. Além desse critério de seleção, outra estratégia adotada foi de analisar as referências bibliográficas de alguns artigos encontrados e observar as fontes de pesquisa utilizadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A satisfação do consumidor é uma das bases do conceito de marketing e tem sido estudada por meio diferentes abordagens, que destacam os diversos aspectos do comportamento do consumidor como seu aspecto econômico, comportamental, cognitivo e emocional (CHAUVEL, 1999).

Diante de tal ponto de vista, nota se que algumas teorias embasam a forma na qual a área de marketing realiza seu trabalho e investe no seu objetivo, que é satisfazer seus clientes e consumidores. Na “teoria econômica”, por exemplo, fica pressuposto que cada cliente efetua uma compra, envolvendo uma escolha feita em função da busca de maximizar a utilidade do produto em questão. Segundo essa teoria o consumidor distribui suas despesas de forma que consiga obter dos seus recursos o maior retorno possível (CHAUVEL, 1999).

O termo “utilidade”, segundo a economia, tem uma relação com o conceito de satisfação, que os autores Bennett e Kassarian (1975) já diziam que “as duas palavras estão relacionadas de tal maneira, que podemos falar em utilidade como a medida da satisfação das necessidades e desejos” (CHAUVEL, 1999).

As várias críticas feitas a esse modelo da teoria econômica mostram que a análise dela é restringida a dois fatores de ordem econômica, sendo eles o preço e a renda, assim como colocam em questão o pressuposto da racionalidade dos consumidores (CHAUVEL, 1999).

Já na teoria behaviorista, pode ser visto que o ser humano é tido como “uma página em branco”, que é preenchida conforme o desenvolvimento do indivíduo e sua interação com o meio. Os estímulos recebidos pelas pessoas geram respostas que conseqüentemente vão reforçar ou extinguir os comportamentos, dependendo da presença de recompensas ou punições. Nessa teoria fica evidente o quanto o ser humano é reduzido unicamente ao seu comportamento, que é a variável que pode ser observável e tangível, excluindo os aspectos mentais e cognitivos (CHAUVEL, 1999).

A teoria cognitivista por sua vez se opõe à behaviorista, que faz com que sejam deixados de lado os processos internos (psíquicos e não observáveis). Essa teoria

admite que entre estímulo e resposta existem elementos característicos de cada indivíduo, que orienta o tipo de resposta dele em cada situação que recebe um estímulo. Ainda salienta que os seres humanos constroem aprendizados ao longo de sua vida e também atitudes que vão orientar suas respostas (CHAUVEL, 1999).

Nessa perspectiva, a satisfação do consumidor deixa de ser reduzida apenas ao reforço que ele obtém e passa a se tratar do resultado que o consumidor julga como “pelo menos” igual ao esperado. A insatisfação por sua vez, é quando o resultado real é julgado como inferior ao que ele espera. Essa concepção é a base que permanece até hoje (CHAUVEL, 1999)..

Em contrapartida a essas teorias, também pôde ser visto que o comportamento do consumidor é altamente influenciado pelas propagandas e pelos constructos da neuropsicologia, tais como a atenção, a memória e a percepção. Esses conceitos podem ser muito eficientes na área da comunicação, na medida em que fundamentam e trazem maior consistência para as questões que os profissionais dessa área em questão, tratam apenas de forma subjetiva (ENDO; ROQUE, 2017).

O fato de uma pessoa prestar atenção em alguma coisa significa que está dando foco em algo determinado que a interesse, e assim, eliminando ou ignorando os outros aspectos em volta. Com o excesso de informações e estímulos o tempo todo, é natural que a seletividade aconteça em função dos momentos ou de uma série de fatores, como por exemplo, o interesse e a curiosidade (ENDO; ROQUE, 2017).

É importante salientar a publicidade e a propaganda, as cores, formatos das embalagens, anúncios, comerciais e todos os recursos de marketing (ENDO; ROQUE, 2017).

Em relação à memória, os indivíduos acabam por memorizar não apenas a estrutura visual de um objeto, mas os padrões sensitivo-motores que estão associados à visão, toque e manipulação, e evocação de memórias de um objeto (ENDO; ROQUE, 2017).

A memória é importante para a propaganda, tendo em vista que sem a capacidade de armazenar mentalmente as informações sobre fatos, produtos e marcas, as ações de marketing não teriam sentido para os consumidores. A memória possibilita que o consumidor consiga lembrar-se de determinadas marcas pela música que toca num comercial de televisão, que seja associado o logo da marca com um sentimento positivo

vivido anteriormente ou até mesmo que ele reconheça o logo apenas pelas cores e afinidade com a marca (ENDO; ROQUE, 2017).

A percepção é o processo pelo qual são selecionados, organizados e interpretados os estímulos, traduzindo-os em uma imagem que seja significativa e coerente para o consumidor. A familiaridade do objeto, o contraste, a intensidade, a cor, e o cheiro, por exemplo, são sinais que influenciam a percepção das pessoas. Para identificar produtos e marcas são usados esses sinais pelos consumidores (ENDO; ROQUE, 2017).

O comportamento e as influências que vão fazer com que os consumidores se envolvam na atitude de escolher efetuar uma compra ou não, são muito amplos e envolvem assim como aspectos internos e psíquicos, fatores externos que chamam a atenção e evocam e despertam a vontade e o interesse de cada um

As cores chamativas, os tamanhos do objeto em questão, a aparência de um lugar em que se deseja obter determinado público, os cheiros e até mesmo os gostos fazem com que as pessoas se envolvam e tenham ou não uma visão positiva ou negativa, depois de ter experiências em relação ao objeto, lugar ou marca (ENDO; ROQUE, 2017).

Os consumidores também se influenciam pelo atendimento que recebem, pela qualidade e duração dos produtos e principalmente pelos preços, que vão fazer com que o cliente opte pela escolha do produto e posterior a isso, se sinta satisfeito ou não. Para uma empresa manter-se no mercado, é fundamental que ela saiba como atrair seu cliente em potencial, fazendo com que ele se torne um consumidor assíduo, e também como atrair aqueles que inicialmente não optariam pelo produto ou serviço fornecido pela empresa fornece (ENDO; ROQUE, 2017).

E segundo Kotler e Keller (2012) "é a partir daí que surgem os estudos voltados para o comportamento do consumidor. Onde a teoria behaviorista descreve que o comportamento do consumidor é baseado nos estímulos causados pelo marketing, fazendo com que a pessoa tenha uma interação com a propaganda realizada".

Já a teoria cognitivista fará com que o consumidor responda ao marketing realizado mediante as características intrínsecas de cada um. Nesse ponto o consumidor satisfeito é o resultado que ele julga como igual ou esperado, deixando de ser apenas um reforço obtido (CHAUVEL, 1999).

Dentro da administração do marketing, consegue-se elencar inúmeras maneiras de se atrair um cliente, porém a empresa necessita estudar seu cliente em potencial não somente para ter a atenção deles, mas também para mantê-lo como consumidor fidedigno a marca. Fazendo-o sentir a necessidade e o desejo de sempre estar consumindo aquele produto ou serviço, criando no consumidor um conceito a respeito da marca que ficará enraizado na memória do consumidor (KOTLER, KELLER, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar o comportamento do consumidor a partir de algumas perspectivas da psicologia, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema, juntamente com os trabalhos da administração de marketing.

Após a leitura de artigos científicos, pôde ser notada que ao abordar o assunto “consumidores”, muitas vezes automaticamente a ideia associada é a de que é feita a referência às pessoas que são manipuladas por comerciais e trabalhos cada vez mais elaborados na área de marketing.

As ações de Marketing estão procurando elaborar estratégias mercadológicas que valorizem o sujeito presente no consumidor, evidenciando a importância da colaboração da Psicologia nessa perspectiva (JUSTO; MASSIM, 2017).

Para que a equipe de marketing de uma empresa possa trabalhar com a maior assertividade, conseguindo captar novos clientes e mantendo os atuais usuários, é necessário que o produto consiga atrair o consumidor seja pela cor utilizada, pelo formato diferente da embalagem que chame atenção ou até mesmo uma diversificação na hora de fazer o anúncio do produto ou serviço.

5 REFERÊNCIAS

CHAUVEL, M. A. A Satisfação do Consumidor no Pensamento de Marketing: Revisão de Literatura, **Encontro Nacional da ANPAD**, 1999.

ENDO, A. C. B; ROQUE, M. A. B. Atenção, memória e percepção: uma análise conceitual da Neuropsicologia aplicada à propaganda e sua influência no comportamento do consumidor. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 77-96, Apr. 2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. Ed, 2002.

JUSTO, C. S. P. B.; MASSIMI, M. Contribuições da psicologia para área do marketing e do conceito de consumidor: uma perspectiva histórica. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 107-120, ago. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2017000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 out. 2020.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MORIN, C. Neuromarketing: **The New Science of Consumer Behavior**. *Soc* **48**, 131-135 (2011). <https://doi.org/10.1007/s12115-010-9408-1>

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO PRÁTICO REFLEXIVO DE SCHÖN NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Bianca Priscila Herrera, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail:
biancapriscilaherrera@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É fato que na prática cotidiana os profissionais se deparam, frequentemente, com situações e problemas que não condizem com os conhecimentos científicos e técnicos adquiridos durante o período da graduação. Donald A. Schön (2000) definiu o campo da prática profissional como dois relevos distintos de uma *topografia irregular*. Nela, é possível encontrar um terreno alto e firme, onde os profissionais sentem-se seguros ao utilizar técnicas e conhecimentos baseados em pesquisas para solucionar os problemas, enquanto o relevo mais baixo é pantanoso, confuso, repleto de problemas cujas soluções não são facilmente perceptíveis e, menos ainda, baseadas em conhecimentos teóricos. Segundo Schön (2000, p. 15), essas complicações inerentes à prática profissional são mais relevantes ao interesse da sociedade como um todo, e envolvem, muitas vezes, conflitos de valores e divergências de opiniões, por exemplo: as diferenças sociais nas escolas não podem passar despercebidas pelos professores, e aqueles que não refletem ou não praticam ações para transformá-las, preocupando-se apenas com os objetivos de ensino e aprendizagem dos conteúdos, são julgados como profissionais despreparados e/ou desinteressados.

Já que a formação inicial baseada em conhecimentos técnicos e científicos não é suficiente ao preparar os profissionais para as competências exigidas no trabalho, faz-se necessário pensar em mudanças (sejam elas estruturais, nos currículos de formação; ou informais, configurando um novo olhar para os currículos) na perspectiva da formação inicial de professores. Nesse sentido, Donald A. Schön (2000) formulou uma teoria acerca da reflexão *sobre* a prática e *na* prática profissional, capaz de levar os estudantes ainda em formação a buscarem, pelos caminhos possíveis, solucionar problemas da prática. Há ainda outros autores, como Isabel Alarcão (1996) e John Dewey (1974), este último que embasa também as reflexões de Schön e de Alarcão, e que são importantes para a fundamentação desse trabalho.

Por fim, o presente estudo tem por objetivo geral, discutir as perspectivas e conceitos de Schön (2000) sobre o papel da reflexão na formação inicial de professores.

Além desse, como objetivos específicos, tem-se: compreender os conceitos relacionados ao professor reflexivo (ALARCÃO, 1996); identificar as características do profissional reflexivo na prática e como introduzi-las à formação dos indivíduos; iniciar a discussão sobre o tema e contribuir para a produção de novos estudos relacionados à formação de professores no Brasil.

2 MÉTODO

O objeto do estudo em questão é a formação inicial de professores, sob uma perspectiva reflexiva das ações do professor na prática e das soluções possíveis para problemas que fogem às teorias científicas.

O presente trabalho consiste em analisar os conceitos de Schön (2000) relacionados à prática profissional reflexiva, a dizer: o ato de *conhecer-na-ação* e de *refletir sobre a ação e na ação*. Esses conceitos embasam a teoria do autor e indicam níveis de conhecimento e atenção aos nossos próprios comportamentos e suas consequências como profissionais na prática. É importante ressaltar, ainda, as considerações de Isabel Alarcão (1996) sobre o professor e o aluno reflexivos, e suas indagações acerca da teoria analisada: “Quem deverá ser reflexivo? Para quê ser-se reflexivo? Sobre quê ser-se reflexivo? Como ser-se reflexivo?” (ALARCÃO, 1996, p. 1).

O método de pesquisa utilizado é inteiramente bibliográfico. Esse estudo, de caráter introdutório, visa analisar as pesquisas existentes relacionadas ao objeto de estudo em questão, partindo da teoria de Schön (2000) acerca do profissional reflexivo, e perpassando por outros pontos de vista, como Alarcão (1996) e Dewey (1974).

3 REVISÃO DE LITERATURA

Nos estudos desenvolvidos a partir de publicações importantes a respeito do tema, considerar-se-á três tópicos de análise:

3.1 O profissional reflexivo:

Nas universidades, local onde os estudantes aprendem as práticas necessárias à profissão escolhida, adquirem também aspectos como a cultura do meio ocupacional, a linguagem dos profissionais, os modelos, os conhecimentos e os padrões daquela prática. São, dessa maneira, inseridos no processo de aprendizagem social do meio em que se encontram, compartilhando um conjunto de regras, valores, preferências e padrões de ações que determinam uma conduta social aceitável. Essa cultura adquirida

por profissionais da mesma área é conceituada por Vickers (1968 apud SCHÖN, 2000, p. 37) como um *sistema apreciativo*. Assim, esses indivíduos passam a agir de acordo com os padrões e regras estabelecidas e com os conhecimentos que demonstram ter adquirido durante o período da graduação.

Suas ações tornam-se automáticas e mecânicas com o passar do tempo, na medida em que não é necessário refletir sobre cada atitude a ser tomada, pois a própria rotina se encarrega de automatizar suas funções. Os profissionais aprendem a executar atividades que, de início, eram complexas, com facilidade e rapidez, sem refletir sobre o que estão realizando. Essas ações podem ser relacionadas com aprendizagens comuns a todos os indivíduos, como, por exemplo, andar de bicicleta (sua execução é complicada no início, mas, após treinamentos e tentativas, não é mais necessário refletir sobre os procedimentos e movimentos corporais para obter sucesso na tarefa). Essas ações, espontâneas e automáticas, são definidas por Schön (2000) com a expressão *conhecer-na-ação*, pois é possível demonstrar o conhecimento adquirido na execução do ato, e, após um período rotineiro, é difícil, inclusive, explicar verbalmente sua aplicação. Assim, as performances *conhecer-na-ação* não permitem a reflexão sobre a ação, ou, inclusive, na ação, e, por esse motivo, os profissionais não sabem como se comportar em casos únicos, classificados por Dewey (1938 apud SCHÖN, 2000, p. 16) como *problemáticos*, que exigem improvisações e estratégias próprias de intervenção.

Apesar das dificuldades elencadas ao encontrar os terrenos pantanosos da prática, há certos indivíduos que se destacam e solucionam problemas únicos com extrema facilidade, se comparados a outros. Porém, não são considerados seres com maior conhecimento, mas sim possuidores de *talento*, expressão que impossibilita o estudo científico das características desses profissionais.

[...] Não se diz que profissionais bastante dedicados têm mais conhecimento profissional do que outros, mas mais “perspicácia”, “talento”, “intuição” ou “talento artístico”. Infelizmente, tais expressões não servem para abrir a investigação, mas para selá-la. Elas são usadas como categorias ultrapassadas, atribuindo nomes a fenômenos que impedem estratégias convencionais de explicação. (SCHÖN, 2000, p. 22).

Nessa perspectiva, Schön (2000) acredita que o “talento artístico” é uma forma de saber, embora diferente do modelo-padrão de conhecimento. Não é misterioso, e sim rigoroso, e deve ser estudado com cuidado, através de pesquisas científicas, a fim de possibilitar que as pessoas em formação adquiram essas habilidades o mais cedo possível.

No capítulo segundo da obra *Educando o Profissional Reflexivo (2000)*, intitulado *Ensinando o talento artístico através da reflexão-na-ação*, Schön define que, quando há algo que nos parece errado ou inesperado, podemos agir de duas formas:

a) através da *reflexão sobre a ação*, pensando em como agimos em determinadas situações e quais são resultados gerados por nossos atos de *conhecer-na-ação* (esse tipo de reflexão pode acontecer após a ação ou, ainda, quando há uma pausa durante a execução);

b) através da *reflexão na ação*, que configura a mudança de comportamento de forma automática, sem que seja necessária uma pausa, criando novas formas de agir, essas, por sua vez, baseadas em nossa *visão de mundo* (GOODMAN, 1978 apud SCHÖN, 2000, p. 39), nossas perspectivas, valores e experiências. O ato de *refletir-na-ação* consiste, portanto, em questionar os fundamentos de nossas ações baseadas no *conhecer-na-ação*, perguntando-nos como e por que agimos dessa forma, construindo novos conhecimentos e uma nova realidade a partir dessa mudança de posição. A reflexão na ação ocorre, muitas vezes, por um processo de tentativas e erros, quando descobrimos que algo não está certo, mas não se sabe muito bem o que ou por que, e muito menos como solucionar, porém utilizamos diversas estratégias, guiadas por pensamentos conscientes e investigativos, até encontramos as respostas às nossas perguntas.

O profissional reflexivo, portanto, é aquele que não se conforma com “soluções prontas” e busca respostas plausíveis às suas questões, pesquisando, refletindo, construindo novos conhecimentos úteis às situações da prática.

3.2 O professor reflexivo:

Discutimos a teoria e o conceito de profissional reflexivo segundo Schön, mas, no âmbito das licenciaturas, como conceituar e significar o professor reflexivo? Nesse sentido, Isabel Alarcão (1996) defende que o professor reflexivo reflete na e sobre a interação entre o conhecimento (conteúdo) e sua aquisição pelo aluno, na e sobre a interação entre professor e aluno e entre a escola e a sociedade em geral, constituindo, assim, função ativa na educação, em contraste com a concepção tecnicista cujas atribuições do professor seriam apenas seguir normas e aplicações de teorias. Para a autora: “ser professor implica saber quem sou, as razões pelas quais faço o que faço e *concienciar-me* do lugar que ocupo na sociedade” (ALARCÃO, 1996, p. 177).

Para a autora, a formação reflexiva implica no conhecimento de si próprio e de sua realidade e no questionamento dos saberes, ou seja, o foco no envolvimento pessoal e na investigação até que o questionamento seja uma ação constante, elencando, assim, a pergunta como estratégia de tomada de consciência e de formação docente:

Neste processo estou a descobrir-me e a conhecer-me a mim próprio como professor e a conhecer as condições em que exerço a minha profissão para poder assumir-me como profissional de ensino. Mas também neste processo estou a tomar consciência das semelhanças e das diferenças entre o meu processo reflexivo de formação e aquele que proponho aos meus alunos (ALARCÃO, 1996, p. 10).

3.3 Como formar o professor reflexivo?

Elencados os conceitos relacionados ao profissional reflexivo e ao professor reflexivo, resta-nos uma pergunta: como formar o professor reflexivo? Segundo Dewey (1974, apud SCHÖN, 2000, p. 24), o aprender fazendo configura a disciplina inicial ou primeira do currículo, e a mais importante, pois define os rumos que nossos estudos irão tomar, de acordo com nossas perspectivas sobre o treinamento prático-reflexivo.

Segundo Schön (2000), seja na formação inicial ou na formação continuada, a reflexão encontra-se no ato de, justamente, buscar novas maneiras de agir através de nossa visão de mundo. Já Alarcão (1996) afirma que a responsabilidade da reflexão está tanto no professor quanto no aluno, pois, inclusive, a prática da reflexão-na-ação não pode ser ensinada como qualquer conteúdo, mas sim instruída. Por isso, Schön (2000) enfatiza a necessidade de um instrutor, e não apenas professor, no ensino prático reflexivo. Esse instrutor representa um profissional experiente que, por si só, já conhece como buscar novas soluções e orienta, por meio do diálogo com seus estudantes, o descobrimento de novas formas de agir que remetam a reflexão-na-ação. Nesse caso, os instrutores enfatizam áreas indeterminadas da prática e estimulam conversas reflexivas acerca dos materiais de ensino.

Por fim, Schön (2000) cita como ambientes ideais do ensino prático reflexivo os ateliês de construção de projetos de design no curso de Arquitetura, onde é permitido explorar a prática profissional de maneira real, com baixos riscos, e, ao surgirem situações de incertezas em suas tarefas, há alguém que pode orientá-los a seguir o caminho da construção e testagem de novos conhecimentos e formas de agir de acordo com tudo o que já conhecem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que há uma crise de confiança no conhecimento profissional, em que esse se mostra, na maioria das vezes, insuficiente, gerando uma crença de que aqueles que possuem competências satisfatórias não são profissionais superiormente capacitados, mas, sim, *talentosos*, é perceptível (SCHÖN, 2000) uma preocupação dos professores, nas graduações em geral, com um currículo incapaz de preparar os profissionais para os desafios da prática, momento em que esses se sentem incapazes de desenvolver, em pouco tempo e sem orientação, as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho que não foram exercitadas durante todo o período de sua formação.

De acordo com as argumentações consideradas pelo estudo, conclui-se que o ensino prático reflexivo, na verdade, consiste na orientação e busca por um conhecimento aprofundado não apenas das regras e teorias científicas, mas também relacionado à maneira de se comportar em situações problemáticas e, principalmente, humanas, da prática cotidiana, justamente pelos profissionais terem-na experimentado durante sua formação inicial e descoberto maneiras de construir novas formas de agir, pensar e analisar em cada situação inédita.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, ISABEL. Ser professor reflexivo. *In*: ALARCÃO, Isabel (org.). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 1996.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA TERCEIRA IDADE

Fernanda Cristina Garcia, Ana Vera Niquerito Bozza
e-mail: fernandagarcia353@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O interesse nesse estudo surge no decorrer do curso de especialização em Psicopedagogia institucional e clínica, onde os questionamentos que se apresentaram durante o aprendizado, revelaram a necessidade de uma busca por respostas às indagações feitas no percurso acadêmico.

Examinando algumas questões relevantes, entre elas a maneira que a Psicopedagogia observa a relação que o ser humano possui com a aprendizagem em diversos momentos da vida, pode-se constatar que ao referir-se aos idosos, a literatura ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

Tem-se que a Psicopedagogia possui um enfoque multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar, que para Anjos e Dias (2015) abrange e entrelaça conhecimentos de diversas áreas, buscando amenizar dificuldades que o indivíduo possui na compreensão da realidade, atuando de forma preventiva e terapêutica.

De acordo com Pereira (2009) na maioria das vezes todo o aparato da Psicopedagogia mantém seu olhar para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, mas tanto na área clínica ou institucional ela se destina na prevenção ou tratamento das dificuldades das diversas fases da vida.

A atuação psicopedagógica com idosos observa a relação existente entre eles e as dificuldades de aprendizagem e cognitivas decorrentes do processo natural de envelhecimento ou adoecimento, analisando os avanços, retrocessos e os medos, possibilitando a aquisição de novas habilidades e sedimentação de tantas outras recuperadas (PEREIRA, 2009).

O psicopedagogo poderá atuar em diversas áreas e utilizar-se de variadas estratégias em seu trabalho, sendo a estimulação cognitiva uma das táticas para o estímulo, reestruturação ou restabelecimento dos processos cognitivos, contribuindo na autonomia das execuções de tarefas diárias na terceira idade, contemplando e possibilitando sanar as dificuldades por meio do desenvolvimento social, cognitivo, motor e cultural, ampliando o olhar biopsicossocial (ANJOS; DIAS, 2015).

Segundo Silva (2016) uma das estratégias utilizadas para estimulação cognitiva pode ser o jogo, que investiga as dificuldades de maneira descontraída, que usualmente é utilizado com crianças e jovens, mostrando-se eficaz com o uso em idosos.

A prática da estimulação cognitiva, desenvolve aptidão em diversos aspectos como a atenção, concentração, noção espaçotemporal, memória, equilíbrio, coordenação motora ampla e fina, percepção espacial, visual e auditiva (GALVÃO; SOUSA, 2020).

Para Kaam e Rubio (2013) o jogo aparece como um benefício ao profissional da psicopedagogia, pois cada jogo possui seu objetivo, sua característica e sua maneira de aplicação permitindo eficácia no resultado.

Na prática psicopedagógica o jogo representa a palavra, podendo ser o discurso daquele que não consegue se expressar pela fala ou demonstrar sentimento, emoção e afeto (SILVA, 2016).

Ressalta-se a importância das intervenções direcionadas à terceira idade, contribuindo para um envelhecimento saudável, com o intuito de prevenção ou tratamento dos aspectos cognitivos dos idosos, visando a autonomia para desempenhado das atividades diárias e melhora da autoestima.

Dessa forma, o profissional psicopedagogo pode optar em trabalhar com os jogos, como meio de estímulo cognitivo, servindo-se dos instrumentos para a estimulação, reestruturação, restabelecimento e conservação das funções motoras, memória, autonomia e autoestima dessa fase da vida, conhecida como a melhor idade.

2 METODOLOGIA

Para desenvolvimento do presente estudo foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos completos nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia Brasil (BVS-Psi), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Index Psi Periódicos e na ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia). As palavras utilizadas para busca nas referidas bases de dados foram: “Psicopedagogia na terceira idade, Psicopedagogia na fase adulta, Psicopedagogia e jogos, Psicopedagogia e intervenções e Jogos como meio de intervenção na Psicopedagogia”. A partir dos achados, foram selecionados apenas os artigos que possuíam relação com o tema e objetivo desta revisão bibliográfica.

De acordo com Nunes (2015) em uma investigação ou pesquisa científica, aquilo que denominamos método de pesquisa ou metodologia está ligado aos procedimentos e técnicas utilizadas pelo pesquisador, de modo que proporcione a ele se aproximar do objeto de estudo.

Ainda para o citado autor a metodologia pode referir-se, também, aos pressupostos que orientam o pesquisador na sua tarefa, esclarecendo qual caminho deverá percorrer até o fim proposto.

Ao escolher o método de pesquisa ou investigação, busca-se traçar o melhor caminho e a melhor maneira de se expressar a verdade ou verdadeiramente como são as coisas (CRITELLI, 1996).

Tal escolha não depende somente de preferências pessoais ou de decisões aleatórias, mas se encontra intimamente relacionada com os objetivos da pesquisa inicial do trabalho. Portanto, um dos principais aspectos que revela a rigorosidade do trabalho científico está na clara e cuidadosa elaboração de um percurso metodológico afinado com seus objetivo e as especificidades do campo a ser investigado (NUNES, 2015).

Deste modo, foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica, para demonstrar que o psicopedagogo além de atuar nas dificuldades de aprendizagem de crianças e jovens, pode desempenhar seu trabalho com idosos, desenvolvendo ações preventivas ou restaurativas, buscando melhora no processo de aprendizagem ou cognitivo, visando o bem estar físico, mental e social, aumentando a autonomia e autoestima daqueles que se encontram na terceira idade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O psicopedagogo trabalha com as questões relacionada ao processo de aprendizagem e cognição, de forma preventiva e restaurativa, desempenhando suas funções em qualquer ambiente, seja ele formal ou informal, atendendo todas as áreas e fases do desenvolvimento humano.

Conforme observado no decorrer da especialização, base para o estudo, a maioria das vezes, o olhar da psicopedagogia está voltado para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, porém conforme Pereira (2009) ensina a psicopedagogia clínica ou institucional se destina também na prevenção, acompanhamento, tratamento e restabelecimento das dificuldades de aprendizagem em todas as áreas e etapas do desenvolvimento humano.

Em seu trabalho, o psicopedagogo realiza o papel de mediador no processo de aprendizagem e cognição dos idosos, observando as dificuldades dessa fase da vida, analisando seus avanços e retrocessos, seus medos e dificuldades, possibilitando a aquisição de novas habilidades e sedimentação de tantas outras (PEREIRA, 2009).

Há diversas formas de atuação do psicopedagogo através de ações selecionadas e dirigidas à terceira idade que servem de estratégias de trabalho, que contemplam e possibilitam sanar as dificuldades por meio do olhar biopsicossocial (ANJOS; DIAS, 2015).

A pesquisa em comento buscou analisar a atuação do psicopedagogo com os idosos, pois os estudos indicam que a média de vida dos indivíduos foi ampliada, considerando em média os 66 anos com probabilidade de chegar aos 73 anos em 2.025, sendo que o número de idosos até 2.030, será de 25 milhões e que a Organização Mundial de Saúde (OMS), definiu idoso como a pessoa a partir de 60 anos de idade (BORTOLANZA e BIASUS 2018 *apud* BASTOS, 2019, p.561).

A melhora na qualidade de vida permite que o idoso continue com sua rotina exercendo suas atividades e produzindo, dizendo Nascimento (2019) que os estudos afirmam que apesar das diferenças quanto ao gênero, ao nível econômico, educacional, cultural é aceito que na terceira idade inevitavelmente ocorra diminuição cognitiva, que pode iniciar-se por volta dos 65 anos, havendo mudanças nas questões biopsicossocial, necessitando-se de ajustes em diversas áreas.

Os tempos mudaram e com ele a tecnologia, a medicina e alterações na legislação (visando maiores direitos e amparo aos idosos), questões que possibilitam o prolongamento e melhora na qualidade de vida.

Apesar dos avanços tecnológicos e todo o aparato para melhora da vida dos idosos é certo que o tempo não para, e com ele, o processo de envelhecimento continua trazendo diversas modificações que Bastos (2019, p. 562) indica nos “aspectos biológicas, fisiológicas, bioquímicas, químicas, psicológicas e sociais e todos eles interferem na cognição e conseqüentemente no aprendizado”.

Continua ensinando a mesma autora, que as citadas modificações que acompanham os idosos não devem ser observadas somente como perdas, mas como oportunidades e possibilidades que podem ser estudadas principalmente pela Psicopedagogia, ciência que buscará o melhor caminho para sanar as dificuldades apresentadas nesta fase da vida.

Durante a pesquisa observou-se que os estudos estão avançados em relação as intervenções psicopedagógicas direcionadas à terceira idade, tanto que Pereira et al. (2020, p. 82) comentam que considerando o aspecto da promoção da saúde, “precisamos inserir os idosos em atividades que estimulem a cognição visando reduzir as perdas comuns na velhice”.

Entre inúmeras estratégias de intervenções psicopedagógicas com os idosos, a estimulação cognitiva seria segundo Galvão e Sousa (2020, p. 728) “uma estratégia de intervenção composta por inúmeras atividades”. Essas atividades incluem os mais variados tipos de jogos que segundo as autoras “auxiliam no processo de envelhecimento saudável, possibilitando executar práticas que desenvolvam capacidades de atenção, equilíbrio, memorização, raciocínio lógico, coordenação motora, entre outros”, favorecendo os aspectos cognitivos.

Ainda conforme Galvão e Sousa (2020) o psicopedagogo é responsável pela criação e aplicação de métodos para ativação das práticas psicomotoras e mentais na terceira idade, fazendo com que o idoso desempenhe diversas capacidades que o auxiliará no processo da preservação e restauração cerebral e continuam explicando que a recomendação para o desenvolvimento cognitivo, seria a aplicação de jogos despertando a curiosidade, linguagem, memória, inteligência e criatividade.

Existem jogos de todas as formas, que trabalham habilidades e objetivos diversos, além de jogos de tabuleiros e aqueles confeccionados com o material reciclado, Pereira (2009) cita a utilização de palavras cruzadas e a elaboração de projetos, visando o estímulo, fortalecimento ou restabelecimento das estruturas cognitivas do idoso, permitindo autonomia, independência e ativação das percepções.

Para Nascimento (2019, p. 43) “o jogo é um elemento presente no processo de desenvolvimento humano, em seus aspectos cognitivos, afetivos, motores e sociais”. Tal afirmativa permite dizer que o jogo sempre fez parte do cotidiano do indivíduo, transitando em todos aspectos da vida.

Para Kaam e Rubio (2013, p.8) “o jogo auxilia na diminuição da ansiedade”, que proporcionam o “aprimoramento da coordenação motora fina” e estímulo para o raciocínio lógico.

O objetivo deste trabalho foi investigar através de revisão de literatura que a atuação do psicopedagogo ocorre em todas as fases do desenvolvimento humano, possibilitando a prevenção, estímulo, reestruturação e restabelecimento das estruturas

cognitivas na terceira idade, através de técnicas específicas da práxis, podendo ser uma delas, a estimulação cognitiva por meio de jogos, visando à melhorar da vida e a autonomia dos idosos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo demonstrou o interesse da pesquisadora no trabalho do psicopedagogo em suas diversas área de atuação, seja clínica ou institucional, intervindo como mediador no desenvolvimento e na reconstrução cognitiva dos idosos, mediante estímulo, reestruturação, restabelecimento do processo de aprendizagem e cognição.

O interesse se dá, pois durante o curso de especialização foram abordados diversos temas que visavam a elucidação de problemas decorrentes do processo de ensino aprendizagem de crianças, especificamente em questões escolares.

Foi verificado que apesar da psicopedagogia atuar em todas as fases da vida, os estudos recentes estão percebendo a importância de sua aplicação junto aos idosos devido a um olhar mais atento nas transformações que estão ocorrendo no mundo, na tecnologia, medicina e legislação.

O estudo se mostra relevante ao abordar que o trabalho do psicopedagogo junto à terceira idade abre o leque de possibilidades de atuação, podendo intervir de forma preventiva ou restaurativa no processo de aprendizagem e cognição, promovendo a estimulação cognitiva através de jogos dos mais variados tipos, visando a autonomia para o desenvolvimento de atividades rotineiras e a autoestima do idoso.

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. K. O. dos; DIAS, J. R. A. Psicopedagogia: sua história, origem e campo de atuação. **Revela**, Praia Grande, SP, v. 8, n. 18, 12 p. 2015. Disponível em: http://fals.com.br/novofals/revela/ed18/elza_anjos.pdf. Acesso em 07 maio 2020.

BASTOS, E. M. A Relação entre Psicopedagogia e o Idoso: Uma Revisão Sistemática. *Revista Amazônica*, Ano 12, v. 23, n. 2, jul-dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/6772>. Acesso em 24 ago. 2020.

CRITTELLI, D. M. **Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica**. São Paulo, EDUC, ed. Brasiliense, 1996.

GALVÃO, E. R.; SOUSA, L. B. Contribuições Psicopedagógicas e a Intervenção Com Idosos. *Id on Line Rev.Mult.Psic.*, Julho/2020, vol.14, n.51, p. 727-744. ISSN: 1981-

1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2631/4098>. Acesso em 24 ago. 2020.

KAAN, D.S.; RUBIO J. A. S. A importância do jogo na prática Psicopedagógica. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Roque, v. 4, n.1, p. 1-12, 2013. Disponível em <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Deyse.pdf>. Acesso em 24 ago. 2020.

NASCIMENTO, M. C. Construção de possíveis e do necessário por meio dos jogos de regras: uma intervenção intergeracional com idosos. Orientadora: Dra. Geiva Carolina Calsa. 2019. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em <http://www.ppe.uem.br/teses/2019/2019%20-%20Mariana%20Nascimento.pdf>. Acesso em 24 ago. 2020.

NUNES, A. P. **O estágio de atendimento nos anos iniciais: experiência com plantão psicológico**. 2015. 139f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-29092015-173657/pt-br.php>. Acesso em 15 set. 2020.

PEREIRA, D. S. C. Diagnóstico e intervenção psicopedagógica com adultos: um estudo de caso. **Revista Psicopedagogia**, Salvador, BA, v. 26, n. 80, p. 265-273, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v26n80/v26n80a11.pdf>. Acesso em 10 fev. 2020.

PEREIRA, J. V. S. et al. Jogos digitais na estimulação cognitiva em idosos: resultados preliminares sobre a função mnemônica. **Revistas UNEB.br**. Bahia, 2020. Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde. Disponível em <http://www.revistas.uneb.br/index.php/staes/article/view/8213/5285>. Acesso em 24 ago. 2020.

SILVA, T. C. **Jogos como Ferramenta Terapêutica Manual de Jogos**. 2016. 46 p. Monografia (Especialização em Terapia Analítico – Comportamental Infantil) – Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento, Brasília. Disponível em https://ibac.com.br/wp-content/uploads/2017/08/monografia_Tanise-Caroline-Silva.pdf. Acesso em 10 fev. 2020.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TERCEIRA IDADE: A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE

Mariana Juvenal da Silva, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail:
marianadasilva.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Mendes, (2005 apud SILVA, 2016) o envelhecimento é um processo natural, que aumenta a vulnerabilidade do indivíduo. É considerado algo natural da vida, onde ocorrem mudanças físicas, sociais, cognitivas e psicológicas. Deste modo, o enfoque na terceira idade é de extrema importância para trabalhar questões envolvidas nesse processo.

O presente trabalho tem por finalidade verificar a importância da Psicomotricidade na terceira idade, na condição de Deficiente Intelectual.

Rosa (1983, apud SILVA, 2016) relata que existe grande vínculo entre tempo, corpo, e aprendizagem neste período em questão, sendo necessário mais vivência para memorizar ações, possibilitando uma aprendizagem mais significativa. Em concordância com a autora, o processo de envelhecimento deve ser respeitado, incluindo vivências mais desaceleradas, reais e do cotidiano, para causar uma aprendizagem valiosa ao idoso.

Segundo a AAP (2011, apud SOUZA; LEBRE, 2019), a psicomotricidade pode ser entendida como ação preventiva, terapêutica ou reeducativa, visando à melhoria da qualidade de vida e autonomia, no processo de aprendizagem ou defasagem em questões afetivas. De acordo com o referido, a psicomotricidade auxilia o indivíduo a se relacionar com o meio em que esta inserida, valorizando a intenção da ação sobre o meio.

Diante de tais afirmações, é possível verificar que a psicomotricidade não deve ser utilizada apenas em crianças ou adolescentes, mas também na terceira idade, com a finalidade de estimular e desenvolver habilidades. Com a deficiência intelectual, que segundo Schwartzman; Lederman (2017) é caracterizada por disfunções do sistema nervoso que ocorrem durante o desenvolvimento, reduzindo capacidades intelectuais e habilidades adaptativas, algumas práticas perdem sua potência com decorrer do tempo, porém com vivências significativas, pode-se conquistá-las.

Conforme AMMR (2006, apud Schwartzman; Lederan, 2017 p. 18), na deficiência intelectual há várias condições infantis que pertence a deficiência, é caracterizada por limitações consideráveis no funcionamento intelectual e no comportamento conceitual, social e da prática. Fatores ambientais também influenciam na qualidade de vida da pessoa com deficiência, tais como, diagnóstico precoce, qualidade nos estímulos apresentados e apoio da família.

A Deficiência Intelectual na terceira idade nos parece um tema ainda pouco relatado na sociedade, tendo em vista que, o enfoque da maioria é tratar o tema apenas em crianças ou adolescentes.

Para Vygotsky (1996, apud SILVA, 2016) uma pessoa não se define por sua deficiência, mas os resultados da sociedade, que contribuem para que o desenvolvimento aconteça, devendo superar os desafios propostos pela deficiência. A convivência social e contato com diferentes estímulos são de extrema importância para o indivíduo, pois é dela que vem a experiência necessária para seu desenvolvimento, mesmo se tratando da terceira idade, pois nunca é tarde para desenvolver habilidades.

Este trabalho tem por finalidade enfatizar a relevância da abordagem psicomotora em pessoas da terceira idade com deficiência intelectual, analisar os aspectos que envolvem este tema, ressaltando sua importância em pessoas na terceira idade e compreender a deficiência intelectual.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esta pesquisa é do tipo bibliográfica, os dados foram obtidos por meio de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, artigos científicos livros e sites.

O objeto de pesquisa é o desenvolvimento na terceira idade, a compreensão da deficiência intelectual e a psicomotricidade como maneira de intervenção, deste modo utilizou-se referências variadas para obter um amplo conhecimento sobre o assunto.

Gil (1994, apud LIMA; MIOTO, 2007) evidencia que este modelo de pesquisa permite obter informações e resultados, utilizando dados de publicações diferentes, apoderando-se de diversas definições do conceito em questão. Nesta pesquisa, a leitura é o principal método de se obter informações, pois através dela o pesquisador colherá resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicomotricidade surge inicialmente como um termo médico, pois era preciso identificar áreas do cérebro que possuíam disfunções graves sem constatar lesões, deste modo criou-se o termo na tentativa de explorar certos fenômenos. A palavra Psicomotricidade foi utilizada pela primeira vez em 1870, e suas pesquisas eram voltadas para áreas neurológicas. (SBP, 2003, apud LUSSAC, 2008).

Segundo SBP (2003, apud LUSSAC, 2008) e ISPE-GAE (2007, apud LUSSAC, 2008) no Brasil a psicomotricidade teve influencia da escola Francesa, e com o passar do tempo ganhou sua identidade, diferenciando-se de outras disciplinas, e em 1925, Henry Wallon encarrega-se do movimento humano, relacionando movimento a afeto, ao ambiente e aos hábitos do individuo. E em 19 de abril de 1980, foi fundada no Brasil a SBP- Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, com o intuito de contribuir para o progresso da ciência, e promover congressos e encontros para discutir sobre o assunto, o que gera progressos no campo, tornando-o um estudo que parte do corpo em sua globalidade e revela grande importância com questões afetivas e emocionais.

Em consequência, a psicomotricidade pode ser compreendida como um “[...] um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito [...] resultante de sua linguagem e socialização.” (SBP, 2003 apud LUSSAC, 2008). Em concordância com o trecho referido, a psicomotricidade relaciona os movimentos e seus complementos, com todas as circunstâncias que os rodeiam, considerando questões do ambiente, experiências vividas, estímulos oferecidos e a individualidade de cada um.

SBP (1999, apud GUAPINDAIA, 2019) salienta que:

A ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento, e em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas.

Deste modo, a psicomotricidade tem sua importância na vida de pessoas na terceira idade, e mais ainda na condição de deficiente intelectual, visto que, é o que move o ser humano dentro de seu desenvolvimento, sendo de suma importância oferecer oportunidades para mover-se, e estimular o esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, temporal, e a discriminação visual auditiva, sabendo-se que todas essas funções já são pouco desenvolvidas em pessoas com deficiência. Na terceira idade estas

funções estão pouco mais debilitadas, precisando assim de muito estímulo e aprendizagens significativas.

Silva (2005, apud GONÇALVES, 2011) compreende que a pessoa é considerada idosa para uma sociedade quando encerra as suas atividades econômicas, tornando-se dependente em várias situações do cotidiano.

O processo de envelhecimento é marcado por mudanças físicas, sociais, cognitivas, visuais, auditivas e mudança de papéis sociais, tendo em vista que muitos que trabalharam a vida toda, ao chegar nesta etapa precisam parar. O envelhecimento patológico é considerado resultante de alterações na saúde, com o surgimento de doenças crônicas. O envelhecimento saudável é aquele que as alterações ocorrem de maneira leve e gradual. (Rowe; Khan, 1998, apud MIRANDA; BANHATO, 2008).

Siqueira (2002, apud MIRANDA; BANHATO, 2008) ressalta que, as necessidades psicológicas e sociais do ser humano permanecem as mesmas nessa fase da vida, por isso a importância de manter as atividades habituais, e também justifica o fato de muitos indivíduos se sentirem impotentes ao serem impossibilitados de realizar sua rotina habitual.

Segundo este mesmo pensamento, o envelhecimento ideal, é aquele que mantém a autonomia e atividade normal do idoso. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, “[...] é um processo de otimização das oportunidades [...] com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas.” (OMS, 2005, p. 13, apud MIRANDA; BANHATO, 2008).

Diante deste cenário, é possível verificar o quão importante é estar atento ao idoso e esta fase da vida. São grandes os desafios vividos neste período, e isto se agrava ao se tratar de um deficiente intelectual.

Segundo Schwartzman; Lederman (2017), a deficiência intelectual é entendida como um transtorno do desenvolvimento intelectual, ocorrendo no início do período do desenvolvimento, compondo-se de déficits funcionais, raciocínio, organização de pensamentos, soluções de problemas, aprendizagem escolar entre outros. O deficit também está relacionado ao desenvolvimento social, independência pessoal e responsabilidade social.

A Deficiência Intelectual pode ser classificada em leve, moderada e profunda, sendo caracterizado por “Uma incapacidade ou limitação significativa no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e

práticas.” (AMMR, 2006, apud SCHWARTZMAN; LEDERMAN, 2017). Segundo APA, (1994, apud SCHWARTZMAN; LEDERMAN, 2017) para fechar um diagnóstico é necessário considerar fatores como atuação e interação com papéis sociais, escola, trabalho; ambientes que favorecem a independência da pessoa, e por fim condições de saúde física, mental e etiológicos, tendo em vista que, a pessoa com deficiência intelectual possui maior probabilidade de ocasionar problemas de saúde como obesidade, convulsões, doenças cardiovasculares e questões psíquicas.

A importância de se reconhecer como esta se desenvolve, e não a deficiência/insuficiência em si mesma e sim, a reação que se apresenta na personalidade desta no processo de desenvolvimento em resposta a sua dificuldade e da qual resulta sua deficiência. [...] a personalidade, como um todo, se equilibra, se compensa com os processos de desenvolvimento. Vygostky (1998, p. 105, apud VIEIRA, s/d).

Apoiando-se no referido, a pessoa com deficiência não deve ser rotulada, e sim vista como um indivíduo em sua totalidade. É preciso ver além da dificuldade, possibilitar estímulos para seu pleno desenvolvimento e avanço, focar no que se pode conquistar e não no que foi perdido.

Segundo Fierro (2004, apud VIEIRA, s/d) esta deficiência acarreta uma dificuldade em conquistar novos conhecimentos, não conseguindo generalizar ou transferir aprendizagens já adquiridas em situações diversas, ou seja, há uma grande dificuldade em associar contextos e conhecimentos.

De acordo com o referido, a deficiência intelectual abrange a contextualização do que foi aprendido a novos conceitos. Em um idoso que já ocorrem perdas decorrentes da idade, a DI evidencia-se na vida cotidiana do indivíduo.

Segundo Costa (et, al., 2012; 2011, apud FERREIRA, 2014 p. 18) dentro da gerontologia, a psicomotricidade trabalha mudanças do sistema psicomotor, priorizando o desenvolvimento da consciência corporal ao agir, pensar, integrando-o na sociedade, estimulando sua autonomia e relações interpessoais. Em concordância, ao trabalhar a psicomotricidade nesta etapa da vida, busca-se uma totalidade em suas ações, desenvolvendo novas habilidades e estimulado as que já estão presentes.

Para Gonçalves (2011, p. 30) a psicomotricidade vai além de questões motoras, pois busca ampliar o desenvolvimento social e proporcionar melhor desenvoltura, organizar o emocional, corpo e mente do idoso. Deve ser utilizada de maneira que coloque o indivíduo em movimento, o cérebro em produção para desenvolver questões como, formas estáticas e dinâmicas de equilíbrio, tonicidade, coordenação motora

grossa e fina, observação, memória, consciência corporal, explorações viso-motoras, e elaboração da prática.

Ao se referir a Deficientes Intelectuais, todas essas habilidades se desenvolvem com muito estímulo e atividades específicas, como por exemplo, dinâmicas que envolvam o movimento, cantigas antigas que relembre a infância, caminhadas, atividades que envolvam a vida cotidiana, culinária, entre outros, e ao chegar à terceira idade, se não desenvolvidas com frequência e repetidamente se perdem com facilidade. Neste contexto pode-se ressaltar a importância de trabalhar com o lúdico, jogos e brincadeiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Salgado e Teran (2011, apud FERREIRA, 2014) a psicomotricidade ressalta o corpo e suas expressões, incluindo postura, gestos, movimentos voluntários e aprendidos, sendo uma construção motora, cognitiva e afetiva. Deste modo, a psicomotricidade proporciona ao idoso a oportunidade de desenvolver áreas que não foram trabalhadas ou que foram esquecidas com o passar do tempo.

Pode-se concluir que este tema é de extrema importância para o contexto social atual, visando uma vida com qualidade e autonomia para a pessoa com deficiência na terceira idade.

Este período da vida é marcado por novas realidades, sendo elas no contexto social, uma vez que muitos precisam parar de trabalhar e não se sentem mais parte integrante da comunidade. Há também as mudanças físicas, cognitivas e psicológicas, onde surgem doenças crônicas, psíquicas e o idoso precisa se adequar a este formato de vida.

Ao se tratar de um idoso com deficiência intelectual, todas estas características se agravam, visto que a DI é caracterizada por dificuldade de relacionar os conhecimentos adquiridos em situações diferentes, e muitas vezes por já serem idosos não tiveram oportunidades e estímulos corretos para amplificar habilidades. Neste sentido é preciso levar em consideração o contexto de vida do indivíduo, sua cultura familiar, aprendizagens significativas, e como sua autonomia é explorada.

A psicomotricidade manifesta-se como um meio de desenvolver tais habilidades adquiridas ou não durante a vida. Tendo em vista que a psicomotricidade engloba não somente questões motoras, mas também cognitivas, sociais, sensoriais e psíquicas.

Deste modo, torna-se importante explorar suas diferentes formas e métodos na vida da pessoa com deficiência na terceira idade, visando seu pleno desenvolvimento, autonomia, atuação na sociedade, ressaltando que envelhecer também é viver, e que todos tem o direito de viver com qualidade.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Josélia Braz dos Santos. **Efeitos das intervenções psicomotoras no equilíbrio do idoso com déficit cognitivo leve: quase um experimento**. Niterói- RJ, 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/840/1/Jos%C3%A9lia%20Braz%20dos%20Santos%200Ferreira.pdf>> Acesso em 29 de setembro de 2020.

GONÇALVES, Adelaide Lima. **A psicomotricidade aplicada a terceira idade**. Rio de Janeiro- RJ, jan. 2011. Disponível em <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/t206745.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2020.

GUAPINDAIA, Liliane Teles. **A Psicomotricidade como Facilitadora no Processo de Ensino e Aprendizagem na Educação Infantil**. Psicologado, 2019. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-psicomotricidade-como-facilitadora-no-processo-de-ensino-e-aprendizagem-na-educacao-infantil>>. Acesso em 30 de Maio. de 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Ver. Katál, 2007, v.10, n. esp, p. 37-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 03 Out 2018.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto. **Psicomotricidade: história, desenvolvimento, conceitos definições e intervenção profissional**. Efdeportes, Buenos Aires, Ano 2013, nº 126, novembro 2008. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd126/psicomotricidade-historia-e-intervencao-profissional.htm>> Acesso em 28 setembro de 2020.

MIRANDA, Luciene Correra; BANHATO, Eliane Ferreira Carvalho. **Qualidade de vida na terceira idade: a influência da participação em grupos**. Pepsic, Juiz de Fora, junho de 2008, v. 2 nº1. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472008000100009> Acesso em 29 setembro de 2020.

SCWARTZMAN, José Salomão; LEDERMAN, Vivian Renne Gerde. **Deficiência intelectual: causas e importância do diagnóstico e intervenções precoces**. Inc. Soc., Brasília, DF, v.10, jan/jun 2017. Disponível em <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4028-Texto%20do%20artigo-11668-1-10-20171201.pdf>> Acesso 20 de setembro de 2020.

SILVA, Alice Alves de Souza. **O processo de envelhecimento em pessoas com deficiência intelectual.** Dia a dia Educação. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uem_alicealvesdesouzasilva.pdf> . Acesso em 30 de Maio de 2020.

SILVA, Alice Alves de Souza. **O processo de envelhecimento em pessoas com deficiência intelectual.** Dia a dia Educação. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uem_alicealvesdesouzasilva.pdf> . Acesso em 30 de Maio de 2020.

VIEIRA, Scheilla de Castro Abbud. **Deficiência intelectual: construção do conhecimento e o atendimento educacional especializado.** Universidade do estado do Pará- UEPA e Secretaria de Estado do Pará- SEDUC-PA, s/d. Disponível em <<https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-5/completo-8.pdf>> Acesso em 18 de setembro de 2020.

DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA – CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Andréia Sacchardo Barbosa, e-mail: andreia_sacchardo@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Winnicott, em uma de suas obras (1979), afirma que “as crianças são uma carga, e se trazem alegria é porque duas pessoas decidiram aceitar este tipo de carga; na realidade, concordaram em não chamá-la de carga, e sim de bebê” (WINNICOTT, 1979, p.22) Embora a afirmação aparente ser desumana e cruel, de certo modo retrata um fenômeno sem o romantismo e idealizações comuns: diante do individualismo, hedonismo e da multiplicidade de possibilidades que a mulher possui, a dedicação e os cuidados com os bebês muitas vezes são ignorados, e por vezes, delegados a outra pessoa.

O nascimento de uma criança é um momento único na vida dos pais e familiares. Na família inicia-se uma fase de muitos acontecimentos: novas rotinas, novas experiências, novas dificuldades, novas preocupações e muitos aprendizados. Os pais, principalmente as mães, muitas vezes se sentem inseguras em relação aos cuidados com o recém-nascido, com o sono, com a fome e com o choro; e todos esses cuidados básicos estão relacionado ao desenvolvimento físico e fisiológico (RAPOPORT; PICCININI, 2011)

Porém muitas vezes os pais, e principalmente as mães, não conhecem e não sabem da importância do primeiro ano de vida da criança em relação ao desenvolvimento psíquico e emocional. De acordo com Winnicott (2005, p. 5), “o desenvolvimento emocional do primeiro ano de vida lança as fundações mesmas da saúde mental do indivíduo humano”. De acordo com os autores, há uma tendência inata, um processo evolutivo no desenvolvimento emocional e que ele só ocorrerá se houver condições suficientemente boas.

Semanas antes do nascimento do bebê, e alguns meses após, as mães desenvolvem um estado de hipersensibilidade diante das necessidades do bebê, proporcionando ao recém-nascido experiências de ajuntar e integrar, ao invés de ser aniquilado pelas experiências pulsionais. Essa experiência de integração se dá pela

cobertura do ego da mãe, ou seja, graças a identificação com o seu bebê, a mãe proporciona bem próximo da “hora certa” aquilo que é necessário. (DETHIVILLE, 2013)

Embora muitas mães e pais acreditem apenas no cuidado físico, o objetivo dos cuidados maternos não se limita ao estabelecimento de saúde física na criança, mas inclui a promoção de condições para a experiência mais rica possível, com resultados a longo prazo na profundidade e valor crescentes do caráter e personalidade do indivíduo (DAVIS; WALLBRIDGE, 1982).

Nota-se a relevância do tema apresentado, devido a constante preocupação das mães, principalmente na primeira gravidez, em relação aos cuidados com os filhos. Muitas vezes se preocupam com questões relacionadas aos cuidados físicos, alimentação, entre outros, de forma superficial, sem conhecerem o que realmente está por detrás desses cuidados, e como esses cuidados, ou a falta deles, podem interferir e influenciar no desenvolvimento da personalidade da criança.

Em alguns casos, em função do individualismo, das exigências econômicas, da depressão pós-parto e diversos outros fatores, após o nascimento do bebê, a mãe se depara com uma vida monótona, cansativa, mecânica, o que fomenta na mulher a sensação de inutilidade diante da sociedade, e acaba oferecendo o mínimo para o seu bebê, não imaginando que essa situação pode causar a desestruturação psíquica dele.

A importância desse conhecimento se dá principalmente nas primeiras semanas e meses, onde são estabelecidos os alicerces da vida psíquica. A necessidade de oferecer um ambiente tranquilo e seguro, e condições de uma maternagem suficientemente boas para um desenvolvimento saudável é relevante para que as mães e os pais consigam se dedicar integralmente, sabendo que suas ações refletirão no futuro dos filhos. Nesse sentido é de extrema relevância possibilitar aos pais a significação dos cuidados nesse período, de certa forma curto, mas de grande importância na vida dos filhos.

Diante disso, é nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem por objetivo geral reunir os conteúdos teóricos de vários autores da psicanálise, acerca de como se dá a formação da personalidade nos primeiros anos de vida, da estruturação psíquica, da estruturação de mundo, a influência do ambiente e a função dos pais nesse processo.

2 MÉTODO

O trabalho foi realizado com base na pesquisa exploratória, em relação aos objetivos, pois proporciona maior familiaridade com o problema e em forma de pesquisa bibliográfica.

Assim sendo foi feita uma revisão da literatura por meio de livros, dissertações e artigos baseados na teoria de Donald Winnicott acerca do desenvolvimento da personalidade nos primeiros anos de vida, buscando elementos e fatores que corroboram com a importância dessa fase da vida do indivíduo, a formação psíquica, e a efetiva função dos pais nesse processo.

Dentre as obras utilizadas estão: Cuidados Maternos e saúde mental de John Bowlby (1981/2006), O primeiro ano de vida, escrito por Renè A. Spitz (1979/2004), A criança e o seu mundo de D. W Winnicott (1982), Limite e Espaço dos autores Madeleine Davis e David Wallbridge (1982) e A família e o desenvolvimento individual de Donald W. Winnicott (1965/2011).

Dada essa primeira definição de textos com os quais se trabalharia, partiu-se então para a leitura do material. Realizou-se uma leitura preliminar, inicialmente buscando identificar os textos ou trechos em que apareciam os temas relacionados ao objetivo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A MENTE

O primeiro ano de vida de um indivíduo é de fundamental importância no desenvolvimento tanto no setor somático, como no setor psicológico da personalidade da criança (SPITZ, 1979/2004).

De acordo com Winnicott (1965/2011),

(...) muita coisa acontece no primeiro ano de vida da criança: o desenvolvimento emocional tem lugar desde o princípio; num estudo da evolução da personalidade e do caráter é impossível ignorar as ocorrências dos primeiros dias e horas de vida (p. 5)

Para poder compreender como ocorre o desenvolvimento é importante pontuar que o recém-nascido não possui consciência, percepção, sensações, e todas as outras funções psicológicas; é possível detectar apenas:

(...) traços de seus protótipos em uma forma mais fisiológica do que psicológica. Tais protótipos fisiológicos servirão, por assim dizer, como uma base sobre a qual a psique erigirá, subsequentemente, uma estrutura de natureza inteiramente diferente (SPITZ, 1979/2004, p. 6)

De acordo com Winnicott (1965/2011), no início da vida não se pode ainda falar em ego, pois tudo está indiferenciado e a realidade é uma extensão do bebê: apenas quando o bebê conseguir identificar um eu, ele poderá identificar um outro. Até esse momento, o bebê vive a ilusão de que tudo é ele: “(...) ele cria o alimento que sua mãe está servindo, ele a invoca e a afasta” (WINNICOTT, 1983, p. 25). Dessa forma essa ilusão é fundamental para o desenvolvimento saudável do bebê, e só deve ser frustrada gradativamente.

Segundo a teoria Winnicottiana, o desenvolvimento do ego saudável se dá por conta do ambiente saudável, que tem como principal representante a mãe; em alguns casos, a presença de uma mãe excessiva, que não reconhece a alteridade e não leva o indivíduo à separação, ou em outros a presença de uma mãe suficientemente boa, que também falha, mas consegue iludir e desiludir numa intensidade e frequência suportável pela criança (WINNICOTT, 2000).

Após o nascimento, é importante considerar também que o bebê apresenta uma dependência real da mãe/ambiente, e que ele possui um potencial de desenvolvimento que pode ou não ser alcançado, dependendo de como o ambiente/mãe é capaz de se adaptar suficientemente bem às necessidades do bebê.

3.2 ESTRUTURAÇÃO DE MUNDO

Diversos autores da psicanálise, partem da ideia de Winnicott sobre a importância das primeiras relações na vida de um bebê como base para o seu desenvolvimento. Para a composição deste trabalho, foram utilizados dois autores que trabalham com o desenvolvimento infantil e os vínculos iniciais, Spitz (1979/2004) e Bowlby (1981/2006).

Spitz (1979/2004) traz contribuições relevantes acerca do crescimento e desenvolvimento do setor psicológico e que estão relacionados diretamente ao estabelecimento e desdobramentos das relações sociais. Segundo ele, pode-se observar na relação mãe-bebê a evolução das relações sociais, ou seja, a mãe é a primeira relação objetal do bebê: “um vínculo puramente biológico, é transformado, passo a passo, no que acaba se tornando a primeira relação social do indivíduo” (SPITZ, 1979/2004, p. 12)

Nos estudos de Spitz (1979/2004), fica claro que as necessidades fisiológicas desempenham um papel primário e que são pré-requisitos para o desenvolvimento psicológico. É possível compreender melhor essa afirmação na experiência da

amamentação; é o início da percepção exclusivamente por contato para a percepção à distância. As primeiras percepções do bebê surgem como função da necessidade e da satisfação da necessidade. Spitz (1979/2004) afirma que o bebê não tem nenhuma imagem de mundo, nem reconhece nenhum estímulo sensorial:

Todo estímulo deverá ser primeiro transformado em uma experiência significativa; somente então ele pode tornar-se um sinal ao qual outros sinais são acrescentados, gradativamente, para construir a imagem coerente do mundo da criança. (SPITZ, 1979/2004, p.42)

Bowlby (1981/2006) também traz suas contribuições: quando o bebê nasce, ele não tem a capacidade de agir conforme seus desejos ou reconhecer os desejos de outras pessoas. A estruturação do mundo pelo bebê se dá por meio da mãe, tornando-se, nesse primeiro momento, sua personalidade e sua consciência: “O desabrochar da personalidade e da consciência da criança só pode se dar satisfatoriamente se suas primeiras relações humanas forem constantes e positivas” (BOWLBY, 1981/2006, p. 52)

O principal objetivo do seu estudo está voltado a avaliar os efeitos do cuidado materno sobre as crianças, em seus primeiros anos de vida, e o que a falta desses cuidados acarretam e os prejuízos ao seu desenvolvimento.

3.3 FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOS PAIS NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE

Para Winnicott, o bebê encontra o mundo e o reconhece por meio do “outro”: Para o bebê, é o ambiente imediato que “mediatiza” o mundo. O “outro” ao lado, “o humano do lado”, é que dá sentido à sensação corporal do bebê. (DETHIVILLE, 2013, p. 81)

Maciel e Roseburg (2006) também enfatizam que a qualidade da interação entre o recém-nascido e sua mãe, que promovem o desenvolvimento emocional:

As relações entre o bebê e sua mãe, construídas principalmente no primeiro ano de vida, período de extrema plasticidade do recém-nascido, acabam estabelecendo desde muito cedo o modelo básico de como ele se relacionará consigo mesmo e com os outros, durante a sua vida (p. 99)

A mãe tem papel abrangente no aparecimento e desenvolvimento da consciência do bebê e participação vital no processo de aprendizagem. Winnicott ressalta ainda que a característica principal de toda técnica de cuidados com bebês tem como base a apresentação firme do mundo ao bebê e que isso só ocorre pelo lidar contínuo (cuidado

e atenção) por um ser humano que é consistentemente ele mesmo, e enfatiza que essa afirmação deve ser estendida aos pais também. (DETHIVILLE, 2011)

Os cuidados que os pais dedicam ao seu bebê constitui uma necessidade absoluta e sem eles o bebê não se transformará em um adulto sadio. De acordo com Fulgêncio (2007), o papel do pai varia segundo o momento de amadurecimento, de acordo com cada etapa de vida do bebê. No início o pai tem um papel fundamental como suporte da mãe, se mantendo na retaguarda e fazendo o acolhimento da mãe, que após o nascimento se dedica integralmente ao bebê. Em um segundo momento, o papel do pai é ser a ponte entre o mundo interno da criança e a realidade externa, ou seja, o pai é o primeiro modelo de integração para o bebê, além de constituir uma influência estabilizadora.

É de extrema importância esclarecer que os pais não devem ser considerados necessariamente pessoas com laços de parentesco, mas sim adultos que se comprometem e garantem uma ligação com a criança, que demonstrem sensibilidade, responsividade, envolvimento emocional, entre outras características. (DAVIS, WALLBRIDGE, 1982)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado foi possível verificar a existência de um funcionamento psíquico a partir do nascimento da criança, sendo que os principais processos psíquicos ocorrem no primeiro ano de vida e são a base essencial para o desenvolvimento saudável (WINNICOTT, 1979), viabilizando reflexões acerca do assunto.

Segundo a teoria winnicottiana, o desenvolvimento do ser humano é um processo contínuo e da mesma forma que no desenvolvimento do corpo, “assim também no da personalidade e no da capacidade de relações. Nenhuma fase pode ser suprimida ou impedida sem efeitos perniciosos” (WINNICOTT, 1979, p. 95).

Dessa forma, é preciso considerar alguns pontos relevantes desse estudo: primeiro, reconhecer a importância do entendimento de como o processo de desenvolvimento da saúde mental acontece no primeiro ano de vida, e quais são os aspectos importantes para o desenvolvimento mais adequado (BOWLBY, 1981/2006).

Dethiville (2011) descreve em poucas linhas, o pensamento de Winnicott em relação a formação do indivíduo e como ela se dá no cruzamento de três caminhos:

(...) o dos dados trazidos com ele na sua chegada ao mundo; o de uma vivência corporal necessária, “a fim de poder ser integrada”, de ser

transformada e traduzida pelo sistema de pensar do outro; e o de uma relação com o Outro, o tesouro dos significantes (p. 82)

Em segundo lugar, diante de questões tão importantes que influenciam diretamente na formação do indivíduo enquanto pessoa, que depende de experiências satisfatórias com o Outro para poder se desenvolver física, psicológica e socialmente, é impossível não demonstrar inquietação diante do fato de que essa questão relacionada a privação materna tenha recebido tão pouca atenção e que a maioria das mães desconheçam essas questões.

Acredita-se que muitas mães não dão a devida importância à essa fase por falta de conhecimento e entendimento do significado dela na formação do indivíduo.

Dessa forma, conclui-se ser importante a realização de mais estudos nessa área, para que esse conhecimento seja difundido, e que, principalmente as mães tenham consciência do seu papel na formação da personalidade de seu filho/filha, de forma a prevenir desordens psíquicas na vida adulta.

REFERÊNCIAS

DAVIS, M; WALLBRIDGE, D. **Limite e espaço: Uma Introdução à obra de D.W. Winnicott.** Rio de Janeiro: Imago, 1982

DETHIVILLE, L. **Donald Winnicott: Uma nova abordagem.** Campinas: Autores Associados, 2013.

FULGÊNCIO, C. D. R. **A presença do pai no processo de amadurecimento – Um estudo sobre D. W. Winnicott.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15603>>. Acesso em 19 Ago. 2020

MACIEL, R. de A.; ROSEMBURG, C. P. A relação mãe-bebê e a estruturação da personalidade. **Saude soc.**, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 96-112, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Abril. 2020

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. **Psico-USF**, Itatiba , v. 16, n. 2, p. 215-225, Aug. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712011000200010&lng=en&nrm=iso> Acesso em 1 de abril. 2020.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1965)

WINNICOTT, D. Desenvolvimento emocional primitivo. In: **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Original publicado em 1945)

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1965)

DISCALCULIA: O TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM E A INTERVENÇÃO DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR

Naiara Fernanda Pereira Rodrigues, Fabio Henrique Pinheiro, e-mail:
rodrigues.naiara7@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Embora a discalculia seja um transtorno de aprendizagem muito importante, ela não recebe atenção e cuidado merecido. Silva (2008, apud GOMES; SABIÃO, 2018) afirma que a dificuldade em matemática é muito comum e que a justificativa dos alunos é a falta de afinidade com o conteúdo ou por se tratar de uma disciplina complicada. De acordo com Bastos (2008, apud SILVA, et al, 2017) a dificuldade de matemática recebe uma atenção menor do dificuldades relacionadas a leitura e escrita, visto que já se tornou comum encontrar pessoas com dificuldades na matemática em todos os níveis de ensino, ou então, os bons resultados a essa disciplina serem associados somente a bons alunos.

Contudo, nem sempre as dificuldades relacionadas a matemática estão relacionadas a essas justificativas, podendo ter causas mais profundas causada por condições físicas, psicológicas ou pedagógicas. Podendo o aluno estar sofrendo com o transtorno de aprendizagem conhecido como discalculia.

De acordo com Pimentel e Lara (2015), as maiores dificuldades encontradas para que os profissionais façam uma abordagem correta em casos de aluno com discalculia é a falta de material de estudo relacionado ao tema e a ausência de materiais adequados dentro da escola. Os autores afirmam ainda que, para que a aprendizagem de qualquer aluno seja adequada, é preciso que a escola tenha um currículo compatível com as necessidades e realidade da comunidade a qual a escola está dirigida.

Bastos (2016, apud Avila, et al 2018) ressalta que a discalculia vem de diferentes circunstâncias e fica visível principalmente na falta de capacidade para resolver a adição, subtração, multiplicação e divisão. Já Ciasca (2003, apud Avila, et al 2018), em resposta a essa opinião, afirma que a discalculia não trata-se de falta de capacidade para resolver operações matemáticas, mas sim inseri-las no cotidiano em que vive, afirmando ainda que geralmente a discalculia é acompanhada de algum outro problema de aprendizagem como por exemplo dislexia. As causas para esse transtorno de aprendizagem são

diversificadas, entre elas estão a de natureza afetiva, neurológica, psicológica ou genética.

Sendo assim, esse trabalho teve como objetivo trazer maiores informações e conhecimentos sobre o transtorno de aprendizagem conhecido como discalculia, além de hipóteses diagnósticas, formas de intervenção e auxílio ao aluno com dificuldades.

2 MÉTODO

Para a realização deste trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2010), esse tipo de pesquisa baseia-se em bibliografias já realizadas sobre o conteúdo que está sendo abordado, dentre os materiais utilizados, podem ser encontrados livros, jornais, revistas, pesquisas, etc. Os autores afirmam que o objetivo desse método de pesquisa é posicionar usando materiais que tratem do tema pesquisado.

Segundo Manzo (1971 apud MARCONI; LAKATOS, 2010, p.166), o uso de bibliografias "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente". Ainda sobre essa metodologia, Trijulo (1974 apud MARCONI; LAKATOS, 2010, p.166), afirma ser "o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações".

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Existem diversas definições e estudos sobre a discalculia, trazendo com elas muitos questionamentos. Segundo Pereti (2009, apud GOMES; SABIÃO, 2018) trata-se de um transtorno onde o sujeito apresenta problemas para lidar com os números, como resolver cálculos, classificar números e organizá-los. O autor afirma ainda que nas fases escolares mais adiantadas ela também dificulta a compreensão de conceitos matemáticos e sua utilização no dia a dia.

De acordo com Ciasca (2003, apud GOMES; SABIÃO, 2018) esse transtorno de aprendizagem está vinculado a vários elementos, e pode ser vinculada a problemas de leitura e escrita, na interpretação e compreensão dos objetivos de um texto, entre outros fatores, saliente-se ainda que esse transtorno pode ser genético. Entretanto, em discordância com o autor citado anteriormente, Bernardi (2014, apud MATOS, SANTOS,

2016, p.), ressalta que “a discalculia se manifesta em alunos inteligentes e com capacidades em diversas áreas de conhecimento”.

Gonçalves e Ovídio (apud GOMES; SABIÃO, 2018, p. 5) afirma que as dificuldades de aprendizagem podem ser causadas “[...] mudança de escola, separação, desorganização na rotina familiar, problemas socioculturais e emocionais, envolvimento com drogas, efeito colateral de medicação, assim como tantos outros”, mas que a discalculia é um transtorno que trás uma implicância maior.

Os autores Gomes e Sabião (2018), ainda ressaltam que “a discalculia também pode estar ligada a síndrome do alcoolismo fetal, ao nascimento prematuro e ao baixo peso ao nascer, isso tudo pode resultar em uma lesão cerebral, que os pesquisadores nomeiam de discalculia adquirida” (p.8).

Gomes e Sabião (2018) afirmam que após o diagnóstico, é de extrema importância a atuação de um psicopedagogo e a situação do indivíduo não pode ser considerada como desânimo ou falta de encorajamento. É importante também ressaltar que a esse distúrbio se manifesta de modo diferente em cada indivíduo, e deste modo, a avaliação diagnóstica não pode ser realizada e concluída do mesmo modo para todas as pessoas. Garcia (1998 apud GOMES; SABIÃO, 2018) ainda afirmam que “caso este transtorno não seja diagnosticado a tempo, pode comprometer o desenvolvimento escolar do indivíduo, que pode ocasionar comportamentos inadequados tais como desinteresse e agressividade” (p. 3).

Segundo Gomes e Sabião (2018), toda criança que estiver passando por diagnósticos da discalculia necessita de uma análise neurocognitiva. Cunha (2000, apud GOMES; SABIÃO, p. 8) ainda afirma que “a avaliação neurocognitiva não é um exame laboratorial que se faz em minutos ou horas, é um procedimento clínico muito longo que envolve examinador, família, escola”. Complementando essa afirmação, Avila (et al, 2018, p. 46) ressalta que “a discalculia apresenta-se de maneiras diversificadas em cada indivíduo, não podendo, dessa forma, ser diagnosticada a partir de um único quadro sintomático”.

De acordo com Silva (et al, 2017) uma análise mais eficaz da discalculia pode ser realizada a partir dos 7 ou 8 anos, nas fases finais da alfabetização, sendo o momento em que os alunos começam a trabalhar com as quatro operações e conteúdos matemáticos.

Após o diagnóstico da discalculia, é preciso um acompanhamento adequado com o indivíduo para saber o grau de sua dificuldade, como também realizar um atendimento especializado no ambiente escolar, tendo o de profissionais preparados e também material adequado como o apoio de jogos e brincadeiras que colaborem com a compreensão dos números.

O ideal para um aluno que tenha o transtorno de aprendizagem da discalculia é ser atendido por profissionais preparados para ajudá-lo, entre eles encontram-se o psicopedagogo e o psicólogo. De acordo com Carmo (2012 apud GOMES; SABIÃO, 2018, p. 10), ao iniciar o tratamento do aluno com discalculia, o psicólogo empenha-se em “melhorar a imagem que o aluno tem de si próprio, depois comemoram o bom resultado das atividades das quais o educando se sai bem. Logo em seguida o psicólogo tem que identificar o grau e o processo de aprendizagem o estudante.”

Já no ambiente escolar, é preciso que a instituição de ensino esteja preparada para atender o aluno com esse transtorno de aprendizagem. De acordo com Silva (et al, 2017), também é de extrema importância observar o modelo e velocidade dos conteúdos aplicados pela escola, pois nos anos iniciais, algumas crianças não conseguem acompanhar o ritmo e objetivo da aula.

É papel do psicopedagogo ou psicólogo, juntamente com a escola e o professor, apresentar ao aluno métodos inovadores que sejam capazes de propiciar o aprendizado. Segundo Pimentel e Lara (2015) o uso do material concreto traz muitos benefícios para o educando em todos os níveis de ensino da matemática, pois tem a capacidade de auxiliar no aprendizado dos conteúdos de modo mais significativo e duradouro.

Outra boa forma de intervenção é a proposta de atividades baseadas no lúdico. Segundo Bastos (2008, apud MATOS; SANTOS, 2016, p. 59) “toda situação lúdica deve ser vista, como possibilidade de aquisição de conhecimentos, socialização, formação moral, compreensão de regras, desenvolvimento físico, concentração, atenção e afetividade.”

Bernardi (2014, apud MATOS; SANTOS, 2016) ressalta que ao utilizar jogos e brincadeiras no atendimento ao aluno com discalculia, pode-se perceber que há um interesse muito maior do participante, se tornando um momento alegre e descontraído, onde o aluno deixa de lado o desconforto, a falta de interesse e motivação, dando espaço para o aprendizado, a criatividade, prazer e felicidade que as brincadeiras podem proporcionar.

Ao fazer a intervenção na aprendizagem do aluno com discalculia, outra questão que deve ser levada em conta, pois tem grande importância, é o papel da família na aprendizagem do aluno, Gomes e Sabião (2018) ressaltam que qualquer adversidade fica mais fácil de ser resolvida quando se tem um bom educador e este tem o apoio da família. Os autores ressaltam também, que no momento em que o educador constatar a dificuldade do aluno, deve entrar em contato com os familiares ou responsáveis, para dar as orientações, incentivando-os a procurar um atendimento adequado, assim, tomando as decisões corretas para superar as dificuldades do aluno, causando o menor número de implicações possíveis no seu aprendizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre o transtorno de aprendizagem relacionado a matemática conhecido como discalculia, visto que podemos concluir ao longo do seu desenvolvimento que não se trata de um tema muito conhecido, nem mesmo pelos profissionais da educação devido ao escasso número de materiais relacionados a esse assunto. Devido ao pouco conhecimento sobre o assunto, muitas vezes esse transtorno de aprendizagem pode ser confundido com uma simples impasse na disciplina, ou até mesmo preguiça ou falta de afinidade.

Concluimos que é de extrema importância um bom entendimento sobre a discalculia, para que o professor possa encaminhar o aluno para ser atendido por um profissional preparado ao persistirem os sinais da discalculia, pois, quanto antes o aluno receber a intervenção necessária menores serão os danos causados em seu aprendizado.

O aluno com discalculia deve passar por diversos profissionais, de acordo com o nível de sua dificuldade, entre eles o psicólogo e psicopedagogo, entretanto, é primordial que o educador também esteja preparado para trabalhar com o educando com discalculia, entre os diversos métodos de ensino que podem ser utilizados com o intuito de trazer benefícios para o aprendizado do aluno estão o uso do material concreto e atividades lúdicas, com o objetivo de tornar o aprendizado do alunos mais significativo e divertido. Outro ponto relevante é o apoio e atuação da família, pois está é essencial na vida do aluno, capaz de dar o apoio que ele precisa ao enfrentar os problemas.

REFERÊNCIAS

AVILA, Ângela Aline Hack Schlindwein, et al. Discalculia e aprendizagem: Um olhar psicopedagógico. **Revista Conhecimento Online**, Nova Hamburgo, v. 3, n. 10, p. 41-56, out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1609/2247>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GOMES, Jéssica Aparecida de Jesus; SABIÃO, Roseline Martins. **Discalculia: Dificuldades no Ensino e Aprendizagem da Matemática. Núcleo do Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 80-97, 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/discalculia.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2020.

MATOS, Edneia Felix de; SANTOS, Daniela Miranda Fernandes. Discalculia: A utilização de estratégias de intervenção baseadas no lúdico. **Revista Científica de Ciências**, São Paulo, n. 6, v. 3, p. 56-64, 2016. Disponível em: http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Khuho3naoGiJOVK_2016-11-30-14-22-54.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

PIMENTEL, Letícia da Silva. LARA, Isabel Cristina Machado de. Discalculia e dificuldades de aprendizagem: percepções de professores do primeiro ano do ensino fundamental. *Acta Latinoamericana de Matemática Educativa*, México, p. 1386-1393. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/10965/1/Silva2015Discalculia.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Graciela Nunes da, et al. Uma abordagem sobre as dificuldades de aprendizagem em matemática e a discalculia do desenvolvimento. In: Congresso Nacional de Educação, n. 13, 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23220_11965.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

DISLEXIA: PARÂMETROS DIAGNÓSTICOS E DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Gabriela Gasparoto Zanutto, Fábio Henrique Pinheiro, e-mail:
gabriela_bariri@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade, evidenciar quais são as dificuldades encontradas por crianças disléxicas no decorrer do ensino-aprendizagem. Para isso será relatado o que é a dislexia, quais são suas características, a importância da diferenciação da dislexia e da dificuldade de leitura e escrita, os parâmetros para o diagnóstico e o processo de intervenção no contexto escolar.

A Associação Brasileira de Dislexia (2012 apud Carceres e Covre, 2018, p.297) foi fundada somente em 1980 e começou os primeiros diagnósticos a partir de 1983, contudo, as pesquisas relacionadas a esse transtorno de aprendizagem passaram a ter maior destaque apenas a partir dos anos 2000.

Nessa pesquisa questionam-se quais são as dificuldades que uma criança com dislexia encontra no decorrer da aprendizagem e como os profissionais da educação em parceria com uma equipe multidisciplinar podem fazer para ajudar a superá-las? Partindo desse pressuposto, torna-se essencial compreender o que, de fato é a dislexia, quais são suas características e identificar quais são as metodologias que podem ser adotadas para lidar com esse transtorno específico da aprendizagem.

Rodrigues e Ciasca (2016) ressaltam que a dislexia é um transtorno de aprendizagem que afeta cerca de 3% a 5% dos estudantes, sendo caracterizada pela dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação, podendo ser combinada ou não com baixas competências de soletração. Esses impasses ocorrem em decorrência à escassez no processamento fonológico, que geralmente está inferior em relação a outras habilidades cognitivas.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (2013 apud Rodrigues e Ciasca, 2016, p.87), a dislexia é um dos distúrbios de aprendizagem, que apresenta como característica a dificuldade na leitura, principalmente na precisão e na velocidade de reconhecimento de palavras e no processo de decodificação fonológica, as habilidades “pobres” de soletração, podem estar vinculadas a esse transtorno.

Segundo Silva (2009) a dislexia é marcada pela dificuldade na capacidade de compreender o que ouve e lê (linguagem receptiva) e na a capacidade de se expressar, verbalmente ou não (linguagem expressiva), essas dificuldades podem aparecer na leitura e/ou escrita e em alguns casos na matemática. “Pessoas disléxicas têm dificuldade em traduzir a linguagem ouvida ou lida para o pensamento, ou o pensamento para linguagem falada ou escrita” (p.471).

Diante desse contexto, faz-se necessário um estudo aprofundado sobre os desafios que a dislexia implica durante o processo de aprendizagem, quais são os parâmetros para o diagnóstico e as estratégias e adaptações educacionais que o professor deve realizar para atender o aluno disléxico.

2 MÉTODO

A metodologia utilizada para essa pesquisa é do tipo bibliográfica, os recursos são obtidos através da revisão de literatura, por meio de pesquisas bibliográficas, artigos científicos, livros e site.

A pesquisa apresenta teor explicativo, pois busca focar em sínteses, teorização e reflexão do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Barbosa et al (2015), relata que a aprendizagem da leitura e da escrita está condicionada a diversos fatores como: biológicos e cognitivos, familiares, ambientais, emocionais, sociais, econômicos e pedagógicos. Grande parte dos alunos adquire esse conhecimento sem dilemas, contudo, algumas crianças apresentam dificuldades na aquisição dessas habilidades nas séries iniciais, correspondendo a 30 a 40% da população brasileira.

Segundo estudos realizados pelas autoras, 51% das crianças matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental possuem atraso na aprendizagem da leitura, certamente no meio dessa porcentagem existem crianças que têm transtornos específicos de aprendizagem, como a dislexia e não foram identificadas.

Para Rodrigues e Ciasca (2016) é importante salientar as características que geralmente são encontradas em disléxicos, como comprometimento na leitura, escrita e ortografia.

De acordo com o DSM-5 (2014) a dislexia, está inserida nos “Transtornos do Neurodesenvolvimento”, é mencionada como “Transtorno Específico de Aprendizagem”. O diagnóstico requer que apresente ao menos um dos sintomas listados para a sua definição:

- A leitura exige muito da criança, apesar de todo esforço é realizada de forma incorreta, lenta ou com incerteza, isso acontece mesmo com palavras isoladas, constantemente, tenta adivinhar o que está escrito.
- Dificuldade para compreender aquilo que foi lido. Pode até realizar a leitura com clareza, no entanto, não consegue interpretá-la.
- Dificuldade na ortografia, frequentemente faz confusão no momento de escrever a palavra. Escrita com adição, omissão ou trocas de letras.
- Dificuldade com a expressão escrita, não consegue organizar suas ideias em frases e parágrafos, a escrita apresenta erros gramaticais e incoerência no uso dos sinais de pontuação.

Segundo o manual DSM-5 (2014) além de considerar a presença de ao menos um dos sintomas listados, é necessário que o sintoma (ou sintomas) identificado(s) persista(m) por pelo menos seis meses, mesmo com o processo de intervenções. Além disso, outro critério observado, são as atividades do educando, em geral são abaixo do esperado para a sua idade cronológica. Conforme as exigências acadêmicas vão aumentando, os sintomas são percebidos com maior frequência, como em teste cronometrados.

Rodrigues e Ciasca (2016) destacam que na educação infantil os obstáculos podem se apresentar mediante a dispersão, falta de atenção, desinteresse em aprender rimas e canções, atraso da linguagem, palavras mal pronunciadas constantemente, falta de interesse por livros, dificuldade em aprender o nome das letras e para reconhecê-las na escrita do seu próprio nome.

Para as autoras, no ensino fundamental os impasses observados são: dificuldade em compreender que as palavras são formadas por sílabas, em copiar de livros e lousa, desorganização geral, erros de leitura, recusa em ler em voz alta, incapacidade em ler palavras simples e dificuldade em associar letras a sons.

Segundo Carceres e Covre (2018) a dislexia é um transtorno de aprendizagem que se exterioriza já na primeira infância e permanece no decorrer da vida. Geralmente o diagnóstico é feito já nos primeiros anos do Ensino Fundamental, a partir dos sintomas

suspeitos identificados pelo professor, no entanto, muitas pessoas com dislexia são diagnosticadas somente na vida adulta, o que torna a situação agravante.

A partir de estudos realizados pelas autoras, é possível verificar que a maioria das crianças, após receberem o diagnóstico, mudaram seus vínculos com a escola, passaram a entender o motivo de tamanha dificuldade e progredir de acordo com as intervenções adequadas que começaram a ser oferecidas. Entretanto, os disléxicos diagnosticados somente na vida adulta, relatam que as dificuldades acadêmicas foram intensas e árduas devido à falta de adaptações, junto com o fracasso escolar, as sensações de incapacidade e baixa autoestima os acompanhavam, além de repetências e em alguns casos abandono dos estudos.

Silva (2009) relata que em muitos casos o diagnóstico não é concluído corretamente devido à falta de uma equipe interdisciplinar, vale ressaltar que este não é dado por um único profissional. É essencial que os profissionais da educação e da saúde compreendam e entendam que esse processo e as intervenções devem ser realizados em equipe, sendo um esforço entre todos os capacitados envolvidos nos transtornos de aprendizagem.

É importante realizar adaptações de acordo com a necessidade do aluno, visando possibilitar que o mesmo progrida no seu processo escolar. Segundo a proposta da International Dyslexia Association (2013 apud Rodrigues e Ciasca, 2016, p.94) é recomendável: dar um prazo maior para a realização de atividades; alterar trabalhos de acordo com a necessidade da criança; fornecer ajuda nas anotações; destacar as principais instruções escritas; diminuir a quantidade de texto; dinamizar as propostas de atividades; estabelecer rotina; fornecer equipamentos que facilitem o aprendizado; realizar revisões; utilizar palavras-chave e repetir as orientações.

O quanto antes os sintomas suspeitos forem identificados e apurados, mais hábil e eficaz torna-se as intervenções, vale ressaltar que a primeira infância é um período de extrema importância para o desenvolvimento, nessa fase o cérebro está mais receptivo a novas habilidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse estudo verificou-se a importância do profissional da educação conhecer a dislexia, suas manifestações e saber qual a diferença desse transtorno específico de aprendizagem e da dificuldade de leitura e escrita.

Em suma, o diagnóstico mostrou-se muito útil, pois possibilita uma melhor compreensão das dificuldades e a partir disso a realização de intervenções e estratégias apropriadas visando o progresso do educando.

O professor é um integrante fundamental para identificar os indícios da dislexia presentes no aluno, além de auxiliar no fechamento do diagnóstico e na elaboração de intervenções. Esse trabalho deve ocorrer em parceria com outros profissionais, no entanto, vale ressaltar que o sucesso das intervenções psicopedagógicas depende da atuação e disposição da equipe escolar.

Procurou-se mostrar nesse estudo que a intervenção adequada no contexto escolar é possível, contudo, deve-se ter clareza que se trata de um trabalho em equipe e a parceria com especialistas são fundamentais.

REFERÊNCIA

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, Thais et al. Perfil de linguagem e funções cognitivas em crianças com dislexia falantes do Português Brasileiro. **CoDAS**, São Paulo, v. 27, n. 6, p.565-574, maio. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822015000600565&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 9 set. 2020.

CARCERES, Patricia Cristina Pinto; COVRE, Priscila. Impacto do diagnóstico precoce e tardio da dislexia - compreendendo esse transtorno. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 35, n. 108, p. 296-305, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-84862018000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 1 set. 2020.

RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sylvia Maria. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 86-97, fev. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100010. Acesso em: 24 ago. 2020.

SILVA, Sther Soares Lopes da. Conhecendo a dislexia e a importância da equipe interdisciplinar no processo de diagnóstico. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 26, n. 81, p. 470-475, set. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 7 set. 2020.

DIVERSIDADE CULTURAL E EXCLUSÃO SOCIAL NAS ESCOLAS: A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO DOCENTE

Otávio D'Ercole Barbosa, Solimar Guindo Messias Bonjardim, e-mail: otaviodercole@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, embora seja um dos países mais ricos em diversidade cultural graças, principalmente, à sua miscigenação, ainda é o lugar que pessoas são vítimas do preconceito destinado àqueles considerados “estranhos” ou “diferentes demais”. A sala de aula é, neste contexto, um dos locais de encontro da diversidade. É nela onde se concentra um vasto número de crianças e adolescentes de diferentes gêneros, de diferentes etnias, seguidores de diferentes religiões e provenientes de diferentes regiões; frutos de diferentes culturas. Aqui, dá-se ênfase na palavra *diferente* pois, na escola atual, ser diferente torna-se um pesadelo para aqueles que não se encaixam nos padrões.

A escola é, desde os seus primórdios, reflexo da sociedade. Se a sociedade é opressora e discriminatória, assim também será a escola. O resultado é um ambiente de preconceito, discriminação e exclusão das minorias. Sabe-se que o preconceito contra etnia, gênero, orientação sexual, contra o gosto musical e até mesmo a maneira de se vestir gera exclusão. Essa exclusão, por sua vez, resulta em baixo desempenho escolar e reprovações.

A escola, então, deixa de ser um ambiente seguro, sinônimo de aprendizado e se torna sinônimo de conflitos. Os que “não se encaixam” são vítimas e, sem que haja intervenção, se sentem desmotivados a frequentar o ambiente escolar, impactando no aumento da evasão escolar. É aí que, em conjunto com o Projeto Político-Pedagógico da escola, o trabalho do professor deve se intensificar, garantindo a inclusão e o respeito a todos. Mas o quão preparado está o educador para lidar com essa realidade?

Frente a esta alarmante realidade, faz-se de extrema importância o papel do professor. Torna-se aparente a importância de uma formação docente inclusiva, capaz de formar futuros profissionais da educação capacitados para lidar com a diversidade que encontrarão em sala de aula, sem que corram o risco de reproduzir preconceitos enraizados na sociedade.

2 MÉTODO

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho exploratório, visando conhecer uma realidade pouco debatida, no sentido proposto. Para sua realização utilizou-se a pesquisa bibliográfica em fontes secundárias, aplicando as palavras chaves “cultura”, “diversidade cultural”, “multiculturalismo”, “exclusão escolar”, “formação de professores”, “preconceito”, “formação inclusiva” para melhor orientar e identificar as pesquisas já realizadas e publicadas. Conforme Lakatos e Marconi (2002) esta pesquisa acessa as bibliografias publicadas sobre o tema, e tem como objetivo analisar o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado tema. É preciso enfatizar que a pesquisa bibliográfica excede o pensamento da repetição, uma vez que possibilita um novo olhar e discussão sobre o contexto. Após a leitura e fichamento do material, foi realizada uma discussão dos materiais. Este consiste no estudo profundo e exaustivo do objetivo proposto no material, de maneira que permita um amplo detalhamento dele. Os resultados obtidos também foram qualitativos, uma vez que proporcionou por meio de conceitos e ideias, embasamento para analisar o ambiente escolar e o preparo dos professores para trabalhar temáticas como exclusão, preconceito, diversidade em sala de aula.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conceitos de cultura são dos mais variados. Quando levantada a questão, diante de um grupo de diferentes pessoas, acerca do que entendem por cultura, respostas muito distintas poderão ser observadas. Isso se dá porque não há uma única interpretação. Assim como as respostas, a cultura varia de indivíduo para indivíduo, de cidade para cidade, de país para país e assim por diante.

Entende-se que a cultura não pode ser tida como estática, mas sim viva e que, por isso, passa por constantes mudanças. O exemplo disso está numa parte importante da cultura brasileira: O Carnaval. Embora seja celebrado anualmente, a maneira como o evento é realizado em Salvador, não é a mesma de como é realizado no Rio de Janeiro ou em São Paulo, assim como já não é mais o mesmo evento desde que teve início, ainda no início do século, afirma Santos (2006, p. 47). Nesse sentido, a cultura “é um processo permanente de construção/desconstrução/reconstrução”, assinala Souza (2010, p. 04).

Embora não se deva hierarquizar a cultura, ou seja, não se possa afirmar que a cultura de um indivíduo ou a de um grupo é melhor ou mais evoluída do que a de outro, no passado, formas preconceituosas de pensamento impulsionaram alguns esforços para essa classificação da cultura, por isso “muitas vezes os povos não europeus foram considerados inferiores, e isso era usado como justificativa para seu domínio e exploração”, manifesta Santos (2006, p. 15).

Santos (2006, p. 27) apresenta, deste modo, os conceitos de cultura erudita, cultura popular e cultura de massa. A primeira surge “a partir de uma ideia de refinamento pessoal” e voltada “para o conhecimento erudito ao qual só tinham acesso os setores das classes dominantes”. Para Martín-Bárbero (2001, p. 260), a chamada elite possui a crença de que “a cultura é distância e distinção, demarcação e disciplina, exatamente o contrário de um povo que se definiria por suas “necessidades imediatas””.

Para Costa (2011, p. 36), a cultura erudita, ou cultura dirigente, está diretamente relacionada “às representações ideológicas e artísticas de uma parcela minoritária da sociedade de classes: as elites”. De acordo com Santos (2006, p. 00), esta cultura, a da classe dominante, “desenvolveu um universo de legitimidade própria, expresso pela filosofia, pela ciência e pelo saber produzido e controlado em instituições da sociedade nacional, tais como a universidade, as academias, as ordens profissionais (de médicos, advogados, engenheiros e outras)”.

Desenvolvida a partir das concepções da cultura erudita, surge a cultura popular. Souza e Ferreira (2014, p. 41) descrevem-na como sendo aquela pertencente ao “povo”, às “classes excluídas socialmente” e, por essa razão, às “classes dominadas”. Para os autores, a cultura popular é território do senso-comum e do conhecimento espontâneo, não científico.

Afirmam Souza e Ferreira (2014, p. 17) que o elemento necessário para o nascimento da cultura popular é a “adaptação do homem ao ambiente onde vive”, processo que envolve “diversas áreas de conhecimento, como artes, artesanato, crenças, folclore, hábitos, ideias, linguagem, moral, tradições, usos e costumes”.

Foi com a revolução industrial nas cidades que uma nova cultura irrompeu: a chamada cultura de massa. Nas palavras de Freire et al (2009, p. 02), a cultura de massa “define-se por toda cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa sendo direcionada e produzida para ser consumida por toda a sociedade e toda produção manipulada por esses meios atende a uma ordem econômica”, o capitalismo. Os

consumidores desta cultura “assumem uma função passiva, cujo papel resume-se a escolher entre comprar ou não comprar. Em suma, as carências culturais das massas são exploradas para a obtenção de lucro e, conseqüentemente, para a manutenção do domínio das classes”.

Em posição contrária a este processo de homogeneização da cultura está o fenômeno do multiculturalismo. Groff e Pagel (2009, p. 08) afirmam que a sua origem “não ocorreu com a globalização, mas se registra que, a partir desta, houve uma preocupação maior com a preservação das culturas, que se viram ameaçadas pela globalização”. Este, para os autores, não se trata somente de um fenômeno do mundo moderno.

Embora não seja possível especificar uma data, o movimento multiculturalista surgiu, nos Estados Unidos, segundo Galvão e Lacerda (2018, p. 143-144), “com a ação principal do movimento negro para combater a discriminação racial no país e lutar pelos seus direitos civis”. Ainda de acordo com os autores citados, este fenômeno tem como objetivo “a luta pelos direitos civis dos grupos dominados, excluídos por conta de não pertencer a uma cultura e classe social considerada superior a euro americana, branco, letra, masculino, heterossexual e cristão”.

Piva (2017, p. 03) afirma, porém, que uma das maiores riquezas da humanidade é a diversidade cultural e esta, por sua vez, “é o resultado do acúmulo de experiências e de processos de aprendizagem verificados ao longo do tempo”. É impossível, contudo, abordar o tema da diversidade sem deparar-se com um dos principais vilões das diferenças: o preconceito.

Bandeira e Batista (2002, p. 126-127) afirmam que os diversos preconceitos, entre eles os de gênero, de cor e de classe, “têm lugar tipicamente, mas não exclusivamente, nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas”. Entre os referidos espaços está a escola, ambiente onde se concentra um grande número de crianças e adolescentes. Nela, segundo Costa e Perrude (2014, p. 04), “estão inclusos alunos de diferentes religiões, raças, gêneros, culturas e diferenciadas necessidades especiais”.

A escola, dizem Moreira e Candau (2003, p. 161), “sempre teve dificuldade de lidar com a pluralidade e a diferença” porque “tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização”. Assim, quando ausente de uma gestão inclusiva e de profissionais capacitados para lidar com diferentes grupos sociais e culturais, a escola se converte em um espaço de geração e disseminação de

preconceitos, desestimulando e, conseqüentemente, afastando aqueles que não se encaixam em padrões.

O professor, posicionado diretamente na linha de frente, se torna essencial para o combate às variadas formas de preconceito e de discriminação que, em grande parte dos casos, estão impregnadas na escola. A importância do papel do professor está no fato de que é dele a função de colaborar e de formar opiniões. Explica Silva (2015, p. 15) que ele precisa, sobretudo, ser “capaz de influenciar o aluno a formar conceitos que possa ser um ambiente da promoção de igualdades sociais, respeito à diversidade ético-raciais e transformar a sala de aula, a escola e a comunidade num ambiente sem preconceitos”.

Nesse sentido, Guerch (2019, p. 08) afirma que é, atualmente, um terrível desafio para grande parte dos educadores entender que a escola é também local de novas descobertas e de novas experiências, ambas construindo e moldando a identidade de cada um. É desafio pois, para ela, “profissionais não foram capacitados em sua formação inicial” para lidar com isso. Trata-se fato que, de acordo com a autora, reforça o quão urgente é a necessidade para que os Cursos de Licenciatura promovam uma formação visando à diversidade que seus profissionais encontrarão em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a diversidade está presente em grande escala em todas as escolas, criando grupos que se aproximam por afinidade. Todavia, estes grupos são primordialmente reflexos da cultura dominante que reproduz, em ambiente de ensino, o comportamento “das ruas”, julgando o que acreditam ser diferente o estudante que se diferencia do aceito socialmente. Este comportamento, como discutido, exclui o aluno que julgam desmerecedor de participar dos grupos. Como enfatizado anteriormente, esse comportamento induz o estudante a renegar ou abandonar o ambiente escolar. Além disso, a aprendizagem, quando acontece, pode ficar incompleta por se tratar de um ambiente que estes alunos classificam como desconfortável para convivência.

Consequência da ênfase dada na discussão sobre a importância do papel do professor nesse cenário. Todavia, infelizmente, o mesmo está despreparado para lidar com isso. Por meio de estudos, foi possível chegar à conclusão de que poucos professores trabalham e recebem a formação inclusiva, ou seja, aquela cujo objetivo é prepará-los para lidar com as diferenças culturais, sociais, econômicas e cognitivas entre

os alunos em sala de aula. Constatou-se, através dos autores anteriormente citados, que os professores, mesmo que tenham presenciado uma situação de discriminação entre seus alunos, não conseguem ou não sabem como abordar aquele assunto de modo a conscientizá-los, para tornar o ambiente escolar confortável para todos os grupos que frequentam o ambiente escolar.

Assim, torna-se clara a importância de se repensar o papel do educador em sala de aula que, ultrapassa a relação vertical professor-aluno. No mundo contemporâneo, o professor deve ter atenção redobrada e ir além de apenas expor conteúdos na sala de aula, focado somente em transferir, aos alunos, conhecimentos desconectados com a realidade, ou seja, que se encerram no viés acadêmico. É evidente a necessidade de se formar educadores conscientes da diversidade que encontrarão na escola; educadores capazes de identificar e lidar com o preconceito, de entender e buscar maneiras de incluir, que possam entender seus alunos e, principalmente, mostrar-lhes que as diferenças entre eles são o que os tornam únicos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Anália Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, vol 10, 2002, 141 p. Disponível em: scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf. Acesso em 22 set, 2020.

COSTA, Luís Adriano Mendez. **Antonio Carlos Nóbrega em acordos e textos armoriais**. Campina Grande: EDUEPB, 2011, 64 p. Disponível em: books.scielo.org/id/h4dh8/pdf/costa-9788578791865-05.pdf Acesso em 22 set, 2020.

FREIRE, Ermaela Cícera Silva. et al. **Indústria cultural e cultura de massa: simetria ou assimetria, ideologia ou cultura?** Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2009, 4 p. Disponível em: inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0515_0564_01.pdf. Acesso em 22 set, 2020.

GALVÃO, Célia Maria Peres; LACERDA, Maria Conceição de. Multiculturalismo em educação. **Revista Saberes da UNIJIPA**, vol 5, 2018, 155 p. Disponível em: unijipa.edu.br/wp-content/uploads/Revista%20Saberes/ed8/12.pdf. Acesso em 22 set, 2020.

GROFF, Paulo Vargas; PAGEL, Rogério. Multiculturalismo: Direitos das minorias na era da globalização. **Revista USCS**, vol 16, n 16, 2009, 11 p. Disponível em: blook.pt/publications/publication/37350ee35938/. Acesso em 22 set, 2020.

GUERCH, Cristiane Ambrós. Formação docente para a diversidade: um saber plural. **Revista Holos**, vol 6, 2019, 17 p. Disponível em: ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6272/pdf. Acesso em 22 set, 2020.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, vol 4, 2003, 168 p. Disponível em: scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf. Acesso em 22 set, 2020.

PIVA, Elisabete do Carmo Dal. **Diversidade: todos somos um**. Santa Catarina: UFFS, 2017, 15 p. Disponível em: educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25829_12355.pdf. Acesso em 22 set, 2020.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006, 78 p.

SILVA, Vanja Mara Barbosa da. **A Diversidade em Sala de Aula: Um desafio sempre Atual**. Minas Gerais: Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília, 2015, 34 p. Disponível em: bdm.unb.br/bitstream/10483/17084/1/2015_VanjaMaraBarbosaDaSilva_tcc.pdf. Acesso em: 22 set, 2020.

SOUZA, Arão de Azevedo. **Debates sobre cultura, cultura popular, cultura erudita e cultura de massa**. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2010. 14 p. Disponível em: intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1573-1.pdf. Acesso em 22 set, 2020.

SOUZA, Gerson Martins; FERREIRA, Tarcísio José. **Cultura popular**. Brasília: Projeção, 2014, 144 p.

ELEMENTOS PSÍQUICOS DO FASCISMO EM UM REFERENCIAL PSICANALÍTICO

Marcela Gomes Torensan; Marcel Henrique Bertonzzin
marcelagomest@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diante dos últimos acontecimentos políticos e sociais do Brasil, o termo “fascismo” ganhou destaque devido a posições políticas, suas formas de discurso e a ascensão da extrema direita, porém muitas vezes o seu uso pode tornar-se vazio diante do seu real significado. Apesar do tema “fascismo” ter uma vasta bibliografia que o aborda de diferentes formas, são poucos os conceitos que o abrangem de maneira clara e explícita em sua totalidade. Sendo assim, é possível destacar o conceito definido pelo cientista político e historiador Robert Paxton em seu livro “A Anatomia do Fascismo”

O fascismo tem que ser definido como uma forma do comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (PAXTON, 2007, p. 358-359).

Sobre os movimentos fascistas que se destacaram historicamente, como o italiano e o alemão, é possível identificar algumas características presentes como: culto da tradição, rejeição do pensamento crítico, medo do diferente, apelo às classes médias frustradas, nacionalismo (ECO, 2018).

A história do fascismo italiano e alemão tem inícios semelhantes, foram dois países que tiveram muitos prejuízos ao final da Primeira Guerra e seus povos desenvolveram organizações nacionalistas a fim de recuperar suas autonomias e honras nacionais. O movimento fascista surgiu na Itália através do grupo paramilitar “Fasci Italiani di Combattimento”, fundado por Benito Mussolini e se popularizou na Alemanha através do Partido Operário Alemão Nacional-Socialista (Partido Nazista), liderado por Adolf Hitler.

Os anos que se passaram nas duas nações europeias ficaram marcados pelo modo de governo autoritário, o que culminou para o Holocausto e a consequente

Segunda Guerra Mundial. O governo fascista na Itália encontra a sua decadência quando decide apoiar a Alemanha na guerra e a partir daí, o governo nazista entrou em declínio diante de diversas derrotas e após a tentativa frustrada de invadir a União Soviética. Após o suicídio de Hitler em abril de 1945, os nazistas se entregam dando fim à guerra e a ditadura nazista.

Sigmund Freud, pai da psicanálise, além de desenvolver toda uma teoria a respeito da psique humana, aventurou-se também na psicologia social. Vivendo no período citado acima, o psicanalista passou a delinear a construção do homem moderno, a fim de compreender a sua evolução psíquica e buscar respostas para a ascensão do movimento nazifascista. Fica evidente a importância de se estudar o tema, pois os fatos históricos narrados anteriormente ficaram marcados na história da humanidade, e mesmo assim nos acontecimentos políticos dos últimos anos, não só em território nacional, mas também internacional (LÖWY, 2015), partidos considerados de extrema-direita simpatizantes com ideais fascistas emergiram e ganharam força.

É nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem por objetivo geral investigar e compreender, tendo como referência a teoria psicanalítica, alguns dos elementos psíquicos que compõem o regime fascista e que emergiram novamente no Brasil.

2 MÉTODO

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica, ou seja, desenvolvida a partir de material anteriormente elaborado por outros autores, sob forma de artigos científicos e livros (GIL, 2002). Para a elaboração do trabalho, foi utilizado o método de pesquisa explicativa, que segundo Gil (2002, p.42) “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

De início a busca de material foi realizada através de pesquisa em sites de dados como Scielo, Pepsic e Google Acadêmico e Biblioteca Virtual (BVS). As palavras-chave utilizadas foram “fascismo” e “psicanálise”, inicialmente a palavra “massa” foi incluída na busca, porém não foram encontrados resultados com essa combinação. Dentre os encontrados, somente 4 foram selecionados sob o critério de abordar o tema fascismo através de uma perspectiva psicanalítica. Dessa forma, foram utilizados livros que

abordam o fascismo e seu período histórico, além de textos e livros teóricos de psicanálise e psicologia social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no material encontrado, buscou-se identificar alguns elementos do fascismo no cenário político atual, a partir da teoria psicanalítica. Para compor o presente estudo serão usados termos específicos da psicanálise, que possam dar sentido a investigação de tendências fascistas presenciadas atualmente.

Como foi visto nos movimentos históricos do fascismo, pode-se afirmar que a figura de um líder é fundamental para o engajamento de uma massa que compartilha da mesma ideologia. Conseqüentemente, quando um líder expõe seus ideais e sentimentos, a massa se sente segura para também compartilhá-los, sejam eles éticos ou não. Quando uma figura política cresce popularmente devido aos seus discursos polêmicos, diversas pessoas buscam compreender a razão dessa popularidade já que a sua retórica vai contra muitos pontos da ética, da democracia e dos direitos humanos; a teoria de Freud, sobre as massas e o seu processo psíquico de identificação pode ser oportuna para esclarecer esse fenômeno.

Laplanche e Pontalis (2016 [1970], p. 226) definem a identificação como um “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro”. Em “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1921), Freud investiga o que está por trás da formação de uma massa e chega à conclusão de que a identificação de um indivíduo com os outros membros da massa e principalmente a identificação com o líder, são fundamentais para o seu processo de estruturação e funcionamento. O discurso do atual presidente em oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores se mesclava com declarações consideradas radicais, porém o curso de sua ascensão mostra que houve uma identificação de uma grande parcela da sociedade brasileira que compactuava com a sua retórica. Deste modo a massa o acolheu como o seu líder.

Na teoria psicanalítica, o ideal do ego é uma instância psíquica que se constitui por um modelo que indivíduo toma como referência para se sentir realizado; ele é resultante do narcisismo primário e das identificações com os pais e com os ideais coletivos (LAPLANCHE E PONTALIS, 2016). Freud teoriza que o líder é idealizado pela massa, ou seja, suas qualidades e seus valores são elevados à perfeição (LAPLANCHE

E PONTALIS, 2016) a ponto de seus indivíduos se identificarem com ele e o colocarem no lugar de seus ideais do ego. A idolatria vista na mídia e nas redes sociais no período eleitoral indica que o atual presidente foi posto como ideal do ego da massa, um modelo a ser seguido por ser cristão, militar e pai de família, o que contribuiu para a sua eleição.

O narcisismo das pequenas diferenças é um elemento importante do fascismo. O conceito desenvolvido por Freud para denominar um fenômeno psíquico no qual as pessoas se apegam às pequenas diferenças para se distinguirem umas das outras e conseqüentemente direcionarem sua agressividade. No atual contexto político brasileiro, a expressão da agressividade da massa é validada pelo líder quando este manifesta a sua própria agressividade contra grupos que discordam de sua ideologia a partir de discursos e atitudes.

Para um governo que é basicamente composto por religiosos e militares, o discurso da ordem e da preservação da família atua como repressor sobre as pautas relacionadas à sexualidade. Wilhelm Reich desenvolveu uma teoria que explica o interesse dos regimes totalitários em manter o tabu da sexualidade presente na sociedade em seu livro “Psicologia de Massas do Fascismo” (1942). A teoria da economia sexual defende que a forma como o indivíduo regula a sua energia libidinal, é determinante para a sua estruturação psíquica. Esse modo de regulação é influenciado por fatores de natureza biológica, psicológica e sociológica (REICH, 2001 [1942]). A partir dessa teoria, Reich conclui que as massas não se revoltam quando são exploradas devido à repressão sexual iniciada na infância, sendo mantida até a fase adulta e constituindo a base para a personalidade do caráter do homem médio. O conceito de família, sendo este referente ao padrão de família tradicional composta por um casal heterossexual e cristão, é constantemente usado pelo atual governo para caracterizar e distinguir o que é correto e aceito na sociedade. Para Reich, a família patriarcal é a instituição base que inicia o processo de repressão sexual, para depois ser mantida pela Igreja e pelo Estado. Sendo a repressão sexual parte das medidas educativas dadas pelos pais, a criança passa a ser reprimida sexualmente a ponto de recalcar seus instintos sexuais. Essa repressão sexual é originária do conflito entre desejos e proibições e torna-se mais tarde um conflito entre o instinto e a moralidade. Portanto, é de interesse do atual governo que a pauta para a educação sexual nas escolas seja proibida e o tabu sobre a sexualidade se fortaleça, pois a inibição moral da sexualidade

da criança tem como objetivo deixá-la submissa e resignada, criando um indivíduo que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento inconsciente.

A proteção à família está constantemente presente nos discursos autoritários, pois sua dinâmica é regida a partir da autoridade do pai e se consagra como fundamental para a produção desse tipo pensamento. Se o líder for capaz de despertar os laços afetivos familiares nos indivíduos das massas, ele se configura como esse pai autoritário, gerando uma ligação emocional com elas, atraindo a afetividade desses indivíduos para com os seus pais (REICH, 2001 [1942]). Segundo o pensamento de Reich “aqui está claramente expressa a necessidade infantil da proteção do pai. Transpondo isto para a realidade social, é esta necessidade das massas populares da proteção de alguém que torna o ditador "capaz de conseguir tudo"” (REICH, 2001 [1942], p. 57).

A partir do pensamento de Reich, a estrutura psíquica do homem médio, pertencente a classe média, faz com que este indivíduo tenda a se identificar (FREUD, 1921) com a classe superior. Por se identificarem com o padrão, eles desempenham o mesmo papel de autoridade com quem está em posição social abaixo deles. Atualmente no Brasil, pode-se observar tal fenômeno: a massa, também composta em sua maioria pela classe média, coloca a classe superior como modelo social a ser alcançado. O desejo de se tornar igual aos seus superiores juntamente com o medo de se rebaixar à classe inferior, auxiliaram na clivagem entre a sua situação econômica e a sua ideologia.

Assim como no governo atual, o regime fascista via na Igreja uma forte aliada para assegurar as doutrinas autoritárias. Como a inibição sexual provém dos princípios religiosos, a Igreja, sob os dogmas do cristianismo, dá continuidade ao papel da família autoritária, promovendo a culpa sexual e moral, de acordo com os bons costumes. O homem que vem de uma educação que inibe a sexualidade e segue os dogmas da Igreja, conseqüentemente perde a capacidade de equilibrar a sua energia sexual. Dessa forma, ocorre uma transferência psíquica de energia libidinal para o misticismo, criando condições para o fanatismo religioso, onde indivíduo pode descarregar essa energia.

Em “Psicologia de Massas do Fascismo”, Wilhelm Reich chega à conclusão que “um führer ou o representante de uma ideia só pode ter êxito [...] quando a sua visão individual, a sua ideologia ou o seu programa encontram eco na estrutura média de uma ampla camada de indivíduos” (REICH, 2001 [1942], p. 32). O autor cria o termo “zé-ninguém” para designar o homem médio ignorante, que é atraído pela oratória de também homens comuns e pode estar em qualquer classe social, independentemente

do seu poder aquisitivo. O discurso de Reich em sua obra “Escute, Zé-Ninguém” (1947) deixa claro que a classe média que contribuiu para a ascensão do fascismo era composta por “zês-ninguém”. Refletindo a respeito da atual situação governamental brasileira, a propaganda desenvolvida nas últimas eleições mostrou um candidato simples, de família e cristão, deixando claro que o atual presidente é a personificação do “zé-ninguém” reichiano, o que facilitou em muito o processo de identificação da massa, já que ele é o espelho do zé-ninguém brasileiro. Portando, o zé-ninguém brasileiro se acha importante por fazer parte de uma massa que é representada por um líder autoritário, direito e religioso, se identifica com ele e “esconde sua insignificância e estreiteza por trás de ilusões de força e grandeza, da força e da grandeza de alguma outra pessoa. Sente orgulho dos seus grandes generais. Mas não de si mesmo” (REICH, 2007 [1947], p. 11).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo dedicou-se a investigar alguns elementos psíquicos do fascismo a partir da teoria psicanalítica, visto que alguns teóricos como Freud e Reich afirmam em seus estudos que há aspectos psíquicos no indivíduo que influenciam e favoreceram a formação das massas.

Verificou-se que alguns elementos psíquicos, tais como a identificação e o ideal do ego, estão nas bases da formação das massas com tendências fascistas, assim como o narcisismo das pequenas diferenças esclarece o fundamento da agressividade e a teoria de Reich sobre a repressão sexual busca compreender a submissão diante do autoritarismo.

Ressalta-se a relevância do tema para compreender a dinâmica psíquica que favorece e sustenta a formação das massas. Cabe ressaltar que o tema é relevante não somente para a psicologia, mas também pode contribuir para diversas outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia e política.

Este trabalho não tem o intuito de encerrar o tema, mas promover a reflexão e o debate sobre as tendências fascistas que se evidenciam em alguns discursos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ECO, U. **O Fascismo Eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Tradução de Renato Zwick. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. Tradução de Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 maio 2020.

PAXTON, R. O. **A Anatomia do Fascismo**. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

REICH, W. **Psicologia de Massas do Fascismo**. Tradução Maria da Graça M. Macedo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REICH, W. **Escute, Zé-ninguém!** Tradução Waldéa Barcellos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENCANTADA: UMA ANÁLISE SOBRE O CONTO MARAVILHOSO E O CONTO MODERNO UMA REFLEXÃO SOBRE A SUA INFLUÊNCIA DESTE GÊNERO TEXTUAL NA PERSONALIDADE DO INDIVÍDUO

Bianca Gonçalves, Ébony Manzini, Nádia Rogato, Tainara Galvão, Stefani Edvirgem da Silva Borges, e-mail: nadiarogato12@gmail.com /profstefanisilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo mostrar o quanto o mundo imaginário incide influência sobre o mundo real. O desenvolvimento dos valores do indivíduo, da sua personalidade ou o seu modo de resolver um conflito na vida real começam com a imaginação apoiada na suposição de um universo fantástico/maravilhoso. A partir de uma análise do filme “Encantada” da Walt Disney, será discutida a ideia da influência do conto na vida real.

O conto como recurso pedagógico possui um valor importante pela sua contribuição na formação de valores. A verossimilhança intencional que o longa-metragem se apoia, bem como as comparações com os contos tradicionais, faz-nos refletir sobre o papel deste gênero textual como conteúdo essencial e transversal da aprendizagem.

2 MÉTODO

Esse trabalho foi elaborado com base em pesquisas bibliográficas em artigos, no filme “Encantada” da Walt Disney e em vídeos referentes aos contos maravilhosos e modernos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É na educação que a criança começa a aprimorar e fazer relações, mesmo que indiretas, com conceitos e valores culturais. E nesse momento lúdico e imaginário é que passam a compreender e diferenciar ideias simples como o bem e o mal, o certo e o errado, o bonito e o feio, a inveja, a bondade e a generosidade. O fundamento dos desenhos e contos de fadas é que a criança inicie uma assimilação com a vida.

O conto tem um destaque importante na educação, pela sua influência no mundo da criança. Com o conto, a criança consegue sonhar, imaginar e, com tudo isso,

desenvolver sua própria personalidade e valores. Esta modalidade de texto faz com que a criança viva um mundo imaginário do qual ela não tem uma experiência realista, portanto, quando ela se depara com o seu mundo real e percebe algo parecido com o que vivencia, consegue relacionar o mundo imaginário com o mundo real e, por conseguinte, resolver os seus próprios conflitos.

Cardoso e Faria (2016) ressaltam a importância de contar histórias para crianças, de forma que escutá-las é um precedente para a formação de leitor, além de incitar seu imaginário para responder tantas questões existentes no mundo da criança (Cardoso e Faria, 2016; apud ABRAMOVICH, 1997).

O filme Encantada faz uma grande comparação com a realidade e o mundo mágico. Nos contos de fadas tradicionais tudo é perfeito e tudo termina bem; já o filme traz em seu enredo uma princesa que sai do mundo mágico para o mundo real e lá percebe que nem sempre o que era fácil e simples no mundo mágico, é fácil na realidade, afinal, na prática a vida real é outra. O filme nos possibilita refletir sobre a inocência da princesa que se vê inserida em uma dicotomia: a perfeição do mundo mágico onde tudo é lindo e que a bondade impera e as mazelas do mundo real em que, ao contrário, tudo é mais difícil e a bondade entre as pessoas não é uma regra.

Tomemos como exemplo as plataformas digitais e a intersecção com os contos de fadas. O vídeo do YouTube: “Campanha SNT 2008 Crianças “filme 1” - Denataram Ministério das Cidades”, mostra uma discussão entre as princesas sobre como evitar acidentes com suas crianças inocentes, dando ideias fictícias sobre como evitar incidentes com as mesmas. O espelho, que aparece como personagem central do vídeo, demonstra a realidade que se baseia em seguir as normas de trânsito. Dessa forma o vídeo retrata perfeitamente como o imaginário tem uma grande influência sobre o real e como isso forma opiniões utilizando sempre o recurso da verossimilhança.

Como descrito por Santos (2008) a protagonista dos contos é apresentada como uma mulher de beleza excepcional, sempre plena e alegre, sempre doce mesmo diante dos problemas vividos, submissa aos príncipes, que sempre são providos de grandes virtudes. Sendo as princesas, modelos a serem seguidos e também explicitando muito bem os papéis do homem e da mulher.

Para além deste fato, as crianças tendem a assimilar o bem com o belo e o ruim com o feio, diante das referidas narrativas, nas quais, de acordo com Oliveira e Fernandes (2012) esse fato ocorre frequentemente, pelo modo que as princesas belas

expressam bondade e outras virtudes, enquanto que as bruxas e outros personagens grotescos esbanjam inveja, maldades e crueldades. Isso torna imprescindível a explicação de que o belo/feio são conceitos subjetivos, pois o que pode parecer bonito para uns, pode não ser para outros.

Nos contos de fadas as crianças se inspiram muito nos personagens, identificam-se com eles, adoram se caracterizar com vestimentas, maquiagens e até mesmo incorporam a personalidade do mesmo. Entretanto, dentro dos contos temos as princesas, vilões, o herói, o falso herói, cabe a realidade da criança mostrar a ela o que deve ou não ser inspirado. Gutfreind (2010) esclarece que:

os resultados que, aos poucos, as crianças melhoraram sua capacidade de ouvir e contar histórias desenvolveram a habilidade de recontá-las com criatividade, o que levou à melhora de sua saúde mental. Registra também que, através do trabalho com os contos, as crianças desenvolveram a capacidade de pensar – o que foi demonstrado ao revelarem seus sonhos, naqueles relatos a respeito de personagens e situações das histórias – e a redução da agitação inicial, dando lugar a que os sentimentos pudessem ser expressos (Ivone e Marilene, 2017, apud, GUTFREIND, 2010)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o conto propicia grande influência na vida do ser humano, com importância na sua formação integral, possibilitando aos indivíduos mudanças que perpassam até mesmo a formação da sua personalidade. O conto maravilhoso e o moderno permitem aos leitores uma observação analítica sobre questões relacionadas à formação e consolidação de valores. Muitas são as possibilidades de leituras que vislumbram construções e desconstruções da criança em formação, cabe ao educador fazer do momento da leitura, possibilidade de aprendizagem integral.

REFERÊNCIAS

Campanha SNT 2008 Crianças "filme 1" - Denataram Ministério das Cidades. 2010. (0m35s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=sYueBRmbkro>>. Acesso em: 24 set. 2020.

CARDOSO, A.L.; FARIA, M. A. **A contação de histórias no desenvolvimento da educação infantil.** 2016, p. 2

LOPES, I. Dellagiustina, M. (2017); **Psicoterapia infantil mediada por cuentos infantiles:** Estudio de caso en la perspectiva del Psicodrama; Centro Universitário Estácio de Santa Catarina

OLIVEIRA, A.; FERNANDES, M. **Conceitos e valores culturais e sociais existentes nos contos de fadas clássicos e no filme Encantada.** . 1, p. 11

SANTOS, M. ***Convergências e Divergências na Idealização da Mulher no Discurso Cinematográfico Contemporâneo em Diálogo com os Contos de Fadas Clássicos,*** XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências, 2008. p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: MERA OBRIGAÇÃO BUROCRÁTICA OU UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO SABER CIENTÍFICO

Lorena da Silva, Mariana Cristina Ferreira dos Santos, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail: loreenasilva_jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

É percebido que a educação superior no Brasil discute, há muito tempo, sobre a constante relação entre a teoria e a prática como fundamento para a consolidação de uma reflexão sobre as práticas de estágio nos cursos de graduação. Em termos de concepção, o estágio, tem como base o processo de formação profissional, sendo regulamentado por diversos instrumentos legais que tem relações com o mercado de trabalho que o aluno atuará futuramente.

É natural que no início da trajetória profissional, no caso dos alunos do curso de Pedagogia, o estágio supervisionado é um período repleto de dúvidas, de inseguranças que, muitas vezes, assombam, porém, aos poucos isso será substituído por aprendizagens. O estágio supervisionado realizado pelos estudantes dos cursos superiores tem como objetivo conciliar teoria e prática, auxiliando a vida profissional após a graduação.

A ideia de estágio atualmente não tem como princípio acumular técnicas, cursos e recursos, mas sim trabalhar para construir sua identidade profissional, através da reflexão sobre as políticas e práticas utilizadas pelos profissionais da área.

Durante o percurso formativo, o estágio supervisionado mostra a inserção do aluno na realidade educacional, quais são os desafios, as aflições, o dia a dia de um professor, o que torna essa profissão um aprendizado constante.

A incerteza do domínio da teoria, as dúvidas sobre estar ou não preparado para a profissão, é a pergunta básica de todo estudante de Pedagogia. Isso demonstra que para se tornar um professor, o estágio rompe os obstáculos e constrói a autoconfiança que vai sendo adquirida no cotidiano prático, sendo um incentivo para a busca de uma docência de qualidade.

Isto justifica que a formação do pedagogo deve contemplar a investigação e compreensão da realidade dos processos educativos desenvolvidos nas instituições escolares ou não escolares. Nesse sentido, o curso deve oferecer uma iniciação à atividade investigativa e crítica das práticas, das culturas e dos saberes pedagógicos

necessários à formação de um profissional preparado para enfrentar os desafios de uma sociedade com demandas sociais e educacionais. Assim, um dos objetivos do curso de Licenciatura em Pedagogia é articulado com as atividades de docência e com o meio social.

Nesse aspecto a investigação em questão abrange a importância do estágio supervisionado entre a teoria do curso superior e a prática docente que é temida, instável e, também que ao passar das décadas é preciso reformular a questão de ensinar, aprendendo consecutivamente novas metodologias.

2 MÉTODO

O presente estudo assume inicialmente um caráter bibliográfico, trata-se de uma pesquisa elaborada a partir de uma prática vivenciada por nós estudantes de Pedagogia, ancoradas nos estudos de Pimentel (2000), Lima e Pimenta (2002), Tardif (2002), Perrenoud (2002) e outros.

Com essa vivência adquirida no “Projeto Reforço” das Faculdades Integradas de Jau, as autoras partiram de pesquisa teórica ligada à práxis educacional, a qual não esconde uma ideologia, mas sem perder o rigor metodológico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após 2011, o estágio predominou como base a instrumentalização técnica e Pimenta e Lima (2004, p. 37) argumentam:

“A prática pela prática [...], isoladamente, [...] gera equívocos graves nos processos de formação profissional [...] e o emprego de técnicas sem a devida reflexão pode reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática”. Para as autoras, ensinar técnicas para uso dos alunos, sem ter o embasamento teórico necessário, caso contrário, ela pode não atingir ao objetivo almejado em relação ao processo de ensino e de aprendizagem.

É necessário ressaltar o vínculo entre a teoria e prática, sendo estas indispensáveis para a formação do profissional. Pelo fato do mundo contemporâneo ser caracterizado pela multiculturalidade, novas descobertas a cada dia transformam as salas de aula. O que provoca, cada vez mais, um embasamento teórico de qualidade para que ocorra práticas conscientes e diversificadas no atendimento educacional, exigindo muito mais do professor o diálogo, a cooperação e uma formação contínua.

É no Estágio Supervisionado que os futuros professores começam a adquirir esse conhecimento prático, a lidar com as dificuldades da profissão e inclusive a superar seus

medos e inseguranças, desenvolvendo assim as competências necessárias para o profissional alcançar sua excelência no desenvolvimento do trabalho.

Quando o aluno para de enxergar essa fase do estágio como algo meramente burocrático, e sim como um facilitador de um processo de transformação e exigência deste século multicultural, a identidade profissional começa a ser construída corretamente e os resultados são alcançados eficazmente. Isso significa gerar saber, democratizar o ensino e formar profissionais críticos, criativos e conscientes de seu papel transformador na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do estágio supervisionado contribui para a formação de profissionais da Pedagogia, fundamentado pela teórica e prática e analisa a perspectiva histórica educacional da área, o que proporciona ao futuro educador uma base no desenvolvimento de novas competências para atuação docente. O ápice do estudo sobre o Estágio Supervisionado, enquanto objeto de estudo, contribui positivamente para a construção de novos saberes do futuro pedagogo, além de promover atitude investigativa, autônoma, crítica e criativa, sendo uma concepção de uma prática competente e adequada ao contexto educativo do século XXI.

Nesse caso ao analisar a importância do estágio supervisionado na formação de alunos, considera-se suas contribuições que vão além das dificuldades encontradas durante as atividades do curso. O estágio supervisionado é objeto de estudo e reflexão por contribuir na formação docente, visto que possibilita um olhar sobre o contexto escolar na prática aliada à teoria.

No decorrer do trabalho foi possível aguçar o olhar crítico e reflexivo, sendo que a importância do estágio supervisionado no curso de licenciatura em Pedagogia foi evidenciada. Quando analisado o percurso formativo da pedagogia, é possível concluir que as inseguranças vão fazer parte desse trajeto, que os desafios enfrentados no cotidiano serão muitos, porém, o período do estágio supervisionado é também o período de maior aprendizado.

Considerando a problematização da importância da prática em conjunto com uma teoria sólida, é possível ressaltar a valorização docente e a reflexão sobre a identidade profissional, o que é fundamental no momento da participação nos estágios. Nesse sentido os cursos de licenciatura em Pedagogia precisam assumir o compromisso e

reafirmar em todos os âmbitos a responsabilidade na formação dos educandos, no qual o estágio tem participação primordial.

Com base na pesquisa elaborada e na vivência da participação no projeto de Reforço, foi possível constatar que o Estágio Supervisionado deve ser inserido na contextualização do saber científico e deixe de ser apenas uma mera obrigação burocrática, pois são muitos os benefícios adquiridos na formação. Isso colabora para o profissional docente entender o processo de ensino, a relevância do uso de metodologias diversificadas em sala de aula, o respeito ao ritmo de aprendizagem do aluno, o que, conseqüentemente, ocorrerá um ensino de qualidade no Brasil. Lembrando que tudo é iniciado no processo de formação teórica e prática dos cursos de Graduação.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Iraíde M. de F.; GEBRAN, Raimunda A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Ed. Avercamp, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, 1996.

LIMA, Paulo Gomes; MARRAN, Ana Lúcia. **Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões**. Revista e-curriculum, São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ESTUDO SOBRE O CASO DE TED BUNDY

Jaqueline Augusto, Maria Teresa S. Monteiro, Vitor Hugo Brandão, Karina Tozze, e-mail:jaque.jaque_line@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Theodore Robert Bundy, ou como comumente é conhecido, Ted Bundy, foi um famoso assassino da época de 70 que sequestrou, estuprou e matou ao menos 30 mulheres jovens, chegando até mesmo a ganhar um documentário na famosa rede de *streaming* Netflix sob o título de “Conversando com um Serial Killer: Ted Bundy” além de um filme “Ted Bundy: A Irresistível Face do Mal”. Por meio dos estudos sobre o caso, o presente artigo visa compreender a visão da psicopatia pela visão de profissionais de diferentes áreas da Psicologia.

Até onde se tem conhecimento sobre sua vida, Theodore “Ted” Robert Bundy teve uma infância conturbada, chegando até mesmo a sofrer violência. Por conta de um breve relacionamento em que sua genitora tivera com um militar da Força Aérea Americana, acabara por engravidar de Ted e, para evitar que filha fosse má vista pelos vizinhos e até mesmo pela própria família, os seus avós se passaram por seus pais, fazendo com que o menino fosse o irmão mais novo de quem seria sua verdadeira mãe, Louise. Crescendo em um ambiente hostil, onde agressões físicas e verbais faziam parte da rotina familiar, Louise casara-se com John Culppeper Bundy, levando o filho, que ainda acreditava ser seu irmão para outra cidade.

Crescera sendo considerado como uma criança tímida, solitária e com insegurança, mas devido ao seu desempenho acadêmico sublime, logo passara a ser visto como inteligente, educado e elegante. Apesar de tudo, Theodore cresceu e, no auge dos seus 21 anos, apaixonou-se e também tivera sua decepção amorosa, a qual não conseguira aceitar muito bem, acabando por entrar em um estado depressivo, largando até mesmo os estudos. Além disso, também descobrira a verdade sobre a sua verdadeira mãe, acabando por se tornar uma pessoa mais fria e controladora.

De acordo com Viggiano (2019), Bundy passou por vários exames psiquiátricos que visavam diagnosticar um transtorno de personalidade para ele. Todavia, até hoje as variantes mudam, indo de uma personalidade bipolar a personalidades múltiplas ao transtorno de personalidade antissocial.

Sendo assim, utilizando por base do CID.10 para a definição de transtorno de personalidade antissocial (F 60.2) são pessoas que geralmente chamam a atenção por conta da grande disparidade entre o comportamento e as normas sociais prevaletentes, podendo inclusive “ocorrer a violação de direitos das outras pessoas” (LOPES,2016?).

Normalmente pode-se perceber sua aparição já na infância ou no início da adolescência, continuando até a vida adulta.

Ainda é dito pelo MSD que “pessoas com transtorno de personalidade antissocial cometem atos ilegais, fraudulentos, exploradores e imprudentes para ganho pessoal ou prazer e sem remorsos (SKODOL, 2018).

Desta forma, utilizando as abordagens psicológicas mais famosas, pretendemos compreender como é visto o termo de psicopatia pela visão de profissionais de diferentes áreas da Psicologia.

2 MÉTODO

O presente estudo como já dito, incide caracterizar a personalidade de Ted Bundy e também compreender as características psicológicas do mesmo por meio de uma análise qualitativa através de uma análise bibliográfica de reportagens, artigos e demais modos de pesquisa referente ao tema Ted Bundy e porque ele é considerado uma psicopatia/sociopatia. Além de também de fazermos uma comparação do que seriam estes transtornos e quais suas diferenças. Portanto, por meio da história de vida de Theodore, podemos notar um desvio de comportamento de personalidade, onde o mesmo manipulava, enganava e usava pessoas a seu favor, o que caracteriza o com transtorno de personalidade antissocial. Vale ressaltar que uma pessoa antissocial não necessariamente é um assassino, como normalmente é mostrado em seriados e filmes. E de acordo com (Morana, Stone, Abdalla-Filho, 2006) “A avaliação diagnóstica enfrenta uma polêmica internacionalmente conhecida, centrada na divergência entre a valorização maior de entrevistas livres ou aplicação de testes padronizados.”

Pelo estudo de transtornos de personalidades, há a três tipos de agrupamentos para classifica-los, sendo eles: Grupo A, que consiste em transtornos da personalidade paranoide, esquizoide e esquizotípica; normalmente são considerados esquisitos, excêntricos. O Grupo B, os transtornos de personalidade antissocial, borderline, histriônica e narcisista, onde os indivíduos são dramáticos, emotivos e errôneos. Por

último, o Grupo C que inclui as personalidades de esquiva, dependência, obsessivo-compulsivo. Aqui os indivíduos são ansiosos ou medrosos.

O termo *serial killer* ou assassino em série faz referência a pessoas que cometeram ao menos três crimes contra a vida de alguém, ou seja, assassinato. Theodore Bundy que, como dito anteriormente, foi um famoso assassino da época de 70 que sequestrou, estuprou e matou ao menos 30 mulheres. O mais notório de suas vítimas era a estranha semelhança com a sua mãe, Louise, e que, quando analisado por médicos, o mesmo confessou sentir ódio do sexo feminino por conta de sua mãe. (Saibro, 2016). Ou seja, sua trajetória enquanto criança foi prontamente danificada, e, de acordo com o pai da Psicanálise, um mau desenvolvimento culminarão consequências para o próprio indivíduo quando atingir a fase adulta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observarmos as situações ocorridas durante a infância e Theodore Bundy, não é difícil imaginar as marcas que ficaram em sua personalidade. Uma infância difícil, cercada por violência. Freud, em suas observações, postulava que a infância era a fase a vida onde a personalidade de um indivíduo começava a se estruturar. Quaisquer acontecimentos durante a infância seriam convertidos em características para a sua personalidade. Dessa forma, uma infância conturbada traria suas consequências futuramente. Da mesma forma, Theodore descobre durante sua vida adulta que sua infância foi cercada por mentiras no que diz respeito à sua família. Apesar de não ser mais uma criança, o evento alteraria completamente a estrutura de percepção e Bundy sobre sua própria infância. Além disso, Bundy ainda sofreria com uma paixão que terminaria em uma desilusão amorosa.

Todos os fatos trariam consequências inquestionáveis para ele, e uma possível consequência seria o desenvolvimento de transtornos de personalidade, em especial o Transtorno de Personalidade Antissocial. Para a TCC, os transtornos de personalidade são causados pela interpretação e pensamentos acerca das experiências vividas, e causam sequências de pensamentos automáticos que se traduzem no comportamento indesejado. Já para a Psicanálise, os transtornos de personalidade se desenvolvem a partir de traumas vividos na infância e ocultos pelo ID.

O Transtorno de Personalidade Antissocial é caracterizado por uma incapacidade de adequar-se às normas sociais com relação a comportamentos lícitos, indicada pela

execução repetida de atos que constituem motivo de detenção; propensão para enganar, indicada por mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais ou prazer; impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro; irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas; desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia; irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou de honrar obrigações financeiras; ausência de remorso, indicada por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado alguém (APA, 2002, p. 660). Tal caracterização, que retoma situações como agressão, lutas corporais, persuasão e uso de identidades falsas se encaixa com a descrição do comportamento de Theodore Bundy. Do mesmo modo, tomando por base as interpretações da psicanálise acerca do ser humano como um sistema energético operando através da libido, após sua desilusão amorosa, Bundy possivelmente passou por sérios problemas envolvendo seus impulsos sexuais. A libido reprimida e Bundy, após o relacionamento mal sucedido seria a razão pela liberação de seus impulsos agressivos, prazer pelo sofrimento e principalmente pelos seus atos imoralmente sexuais com suas vítimas ou os cadáveres das mesmas, além de ser uma justificativa para seus ataques se restringirem a mulheres jovens, no que diz respeito às suas vítimas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos notar por meio dos estudos sobre o caso de Theodore ou até mesmo sobre casos parecidos, que há uma brecha que deixa o diagnóstico de profissionais da saúde sempre com incerteza, variando conforme as mudanças de características que são cotadas dentro do DSM ou do próprio CID. Desta forma, ainda, acaba sendo difícil em conseguir identificar um potencial assassino, como o próprio Bundy fala: “Nós *Serial Killers*, somos seus filhos, nós somos seus maridos, nós estamos em toda parte. E haverá mais de suas crianças mortas no dia de amanhã. Você sentirá o último suspiro deixando seus corpos. Você estará olhando dentro de seus olhos.”

REFERÊNCIAS

DÍEZ, Beatriz. **Ted Bundy: quem foi o assassino em série que ainda intriga os EUA e virou tema de filme e série da Netflix**. BBC News Brasil. 13 fev 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47220321>>. Acessado em: 02 out 2020.

SAIBRO, Henrique. De Azevedo e Souza, Bernardo. Porto Alegre. **Ted Bundy, o anjo da morte**. Jusbrasil. 26 mai2016. Disponível em:

<<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/342412056/ted-bundy-o-anjo-da-morte>> Acessado em: 02 out 2020.

VIGGIANO, Giuliana. **Conheça Ted Bundy, serial killer que usava o charme para atrair vítimas**. Revista Galileu. 02 ago 2019. Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/08/conheca-ted-bundy-serial-killer-que-usava-o-charme-para-atrair-vitimas.html>>. Acessado em: 02 out 2020.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde (OMS). Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 – Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre, Artmed, 1993.

LOPES, G. M. **Transtorno da Personalidade Antissocial**. Acaciapsi.

2016?. Disponível em: <<https://acaciapsi.com.br/transtorno-da-personalidade-antissocial/>>. Acessado em: 02 out 2020.

SKODOL, Andrew. **Transtorno de personalidade antissocial (TPAS)**. EUA. Manual MSD. Mai 2018. Disponível: <<https://www.msmanuals.com/pt-pt/profissional/transtornos-psi%C3%A1tricos/transtornos-de-personalidade/transtorno-de-personalidade-antissocial-tpas>>. Acessado em: 02 out 2020.

QUE, ANÁLISIS DE CONTENIDO EN INVESTIGACIONES; LA METODOLOGÍA, UTILIZAN. **Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico-qualitativa: aplicação e perspectivas**. Rev Latino-Am Enfermagem, v. 17, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000200019&lng=en&nrm=iso>Acessado em: 02 out 2020.

MARTINS, Heloísa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso> Acessado em: 02 out 2020.

GORENDER, Miriam Elza. **Serial killer: o novo herói da pós-modernidade**. Estud. psicanal., Belo Horizonte, n. 34, p. 117-122, dez. 2010. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 02 out 2020.

EMPIS, Luisa de Jesus. **Ted Bundy: Estudo de Caso**. ISPA, Diário da Republica, 26 set 2006. Disponível em:

<<http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2544/1/14312.pdf>>. Acessado em: 02 out 2020.

COSTA, JaneliseBergamaschiPaziani; VALERIO, Nelson Iguimar. **Transtorno de personalidade anti-social e transtornos por uso de substâncias: caracterização, comorbidades e desafios ao tratamento.** Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 119-132, jun. 2008. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 02 out 2020.

FREITAS DA SILVA, J. P. **A Psicopatia a partir da Psicanálise: desmistificando a visão da mídia.** Mneme - Revista de Humanidades, v. 16, n. 37, p. 72-90, 3 fev. 2016.

MORANA, Hilda C P; STONE, Michael H; ABDALLA-FILHO, Elias. **Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers.** Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, v. 28, supl. 2, p. s74-s79, out 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000600005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 02 out 2020.

NOVAES, Antonio Fontes P.; FONTES, Maria Alice. **Transtornos de Personalidade.** Plenamente.03 mar 2020. Disponível em:

<<http://www.plenamente.com.br/artigo.php?FhIdArtigo=184#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20DSM,frequentemente%20parecem%20esquitos%20ou%20exc%C3%AAntricos.>>. Acessado em: 02 out 2020.

ESTUPRO VIRTUAL: O ÊXODO TECNOLÓGICO DURANTE A PANDEMIA

Brenda Lara Rosa Cunha, Eduardo Henrique da Silva, Luiz Felipe Rodrigues, Perla Savana Daniel, e-mail: brendacunha@live.com

1 INTRODUÇÃO

Concomitantemente com as diversas mudanças sociais, observa-se um momento de transição e adaptação do direito como se conhece, moldando-se para adaptar ao chamado “Mundo Globalizado”. O Direito como se conhece, apresenta-se na forma de linguagem prescritiva: as leis, sendo elas aplicadas pelo Estado, detentor do poder punitivo sendo que se admite dois tipos de linguagem prescritiva: imperativa, que contém uma ordem dirigida à conduta e valorativa, que por sua vez, indica o sentido do dever com base em valores (COELHO, 2019, p. 04/10). As condutas perniciosas capazes de ferir a coletividade são abordadas pelo Direito Penal, nos chamados Tipos Penais. O tipo penal pressupõe uma atividade seletiva de comportamento, escolhendo somente aqueles que sejam nocivos ao interesse público para serem erigidas a categoria de infrações penais, sofrendo um tipo de valoração negativa, constituindo-se em crimes. Crime, em seu aspecto formal, configura-se na mera subsunção da conduta ao tipo legal (CAPEZ, 2011, p. 36/135). Em seguida, feito as considerações iniciais à cerca dos delitos, tratemos do Crime de estupro no ambiente virtual.

Ante o exposto, caracteriza-se o crime de estupro pelo constrangimento a alguém, mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ela se pratique outro ato libidinoso, tipificado pelo decreto lei 2.848/1940 no artigo 213. A objetividade jurídica do crime consiste em defender a dignidade sexual da pessoa, entendida como o respeito alheio ao sujeito quanto à sua capacidade de se autodeterminar relativamente à dignidade sexual e também tutela a liberdade sexual, categoria mais concreta de liberdade do indivíduo, relaciona-se com seu corpo e ao uso que pretende fazer. Cumpre-se ressaltar as mudanças que ocorreram no crime de estupro para melhor entender a possibilidade de ocorrência deste crime no meio virtual, ora, Heráclito já dizia “o homem que volta a banhar-se no mesmo rio, nem o rio é o mesmo rio nem o Homem é o mesmo Homem” logo, para entendermos o presente é necessário compreendermos o passado. Com o advento da Constituição Federal de 1988, ouve a formulação de uma nova concepção do objeto jurídico do crime de estupro,

promovendo a valoração da dignidade do indivíduo que fosse colocado em risco. Antes da alteração promovida pela lei 12.015/09, havia dois tipos de crimes sexuais, definidos nos chamados “Crimes Contra os Costumes”, sendo estes o estupro e atentado violento ao pudor, hodiernamente, com a simbiose dos delitos, temos ambos caracterizados em apenas um tipo. De antemão, aos posteriores delitos, que somente poderiam ser cometidos contra o sexo feminino, pois somente esta poderia figurar como sujeito passivo do delito pela cópula vaginal, passou figurar um novo sujeito, “alguém”. Sendo que “alguém” significa à pessoa natural, o ser-humano, independente do sexo.

Doravante, no meio virtual observasse o emprego do verbo constranger na modalidade do ato libidinoso, diverso da conjunção carnal; pois não há conjunção carnal sem contato físico, sendo imprescindível o contato dos corpos. No ato libidinoso, pode ou não ocorrer o contato físico com seu ofensor, sendo requisito apenas que seu corpo esteja envolvido na libidinagem. Para Hungria, ato libidinoso “é todo aquele que se apresenta como desafogo (completo ou incompleto) à concupiscência” (HUNGRIA, 1956, p. 131.), devendo ser libidinoso em relação ao padrão do homem médio; para Sigmund Freud, aludido por Maria Lúcia Arruda, libido é toda energia que preside todos os atos humanos sendo de natureza pulsional, mais precisamente a manifestação dinâmica da pulsão sexual na vida psíquica, sendo que para caracterização de ato libidinoso, não é requisito que à vítima saiba que tal ato tem conteúdo libidinal para o ofensor (ARANHA, 2016, p. 202).

Através do constrangimento, busca o agente que a vítima aja contra a vontade dela, permitindo que com ela se pratique ato libidinoso diverso da cópula vaginal, como nos lembra Fuhrer, citado por Plínio Antônio Britto Gentil, “à vítima são possíveis três condutas: uma ativa, quando é constrangida a praticar o ato (masturbar o agente), outra passiva, em que permite que com ela se permite que seja praticado o ato (coito anal forçado) e outra, por fim, mista, quando tanto ela pratica como permite que com ela se pratique ato libidinoso (felação concomitante com cunilíngua).” (GENTIL, Plínio Antônio Britto, 2020, p. 620).

Realizado a delimitação conceitual e as diversas características que acompanham este crime, cumpre-se ressaltar que a caracterização do crime de estupro virtual prescinde da existência do contato físico entre o agente e a vítima, mostrando que o direito tem acompanhado esta mudança, paulatinamente.

2 METODOLOGIA

Perceptível é que os avanços tecnológicos tem se intensificado, gerando indagações acerca da existência de um limite para esta poderosa ferramenta de criação, interação e comunicação, e ao pautar-se esse assunto não há como esquivar-se da relevância do mesmo nos dias atuais, em específico no contexto pandêmico, no qual estamos inseridos. Devido as precauções necessárias para inibir a transmissão do vírus, a comunicação teve de ser efetuada com mais veemência nas plataformas digitais, transferindo os ambientes de encontros presenciais, para as telas de celulares, notebooks e computadores. E no âmbito educacional, não fora diferente, as aulas tiveram sua sequência no ambiente virtual, e apesar de ser uma inovadora e eficaz alternativa para que não houvesse maiores prejuízos acadêmicos, o uso inapropriado e/ou a ignorância daqueles que fazem uso dessas ferramentas teve um sinal de alerta ligado.

Através deste trabalho, vislumbrou-se transmitir ideias e fatos despertadores acerca do estupro virtual, crime que se encontra sob visibilidade maior - ou pelo menos, deveria estar - num cenário de precoce acesso à internet e ferramentas midiáticas, pelas crianças e adolescentes, devido a pandemia do COVID-19. Buscou-se pelo método explicativo de pesquisa, fazer uso de artigos e materiais a fim de concatenar o crime de estupro virtual e suas peculiaridades rente ao êxodo tecnológico durante a pandemia.

Durante a pesquisa, constatou-se a demasiada relevância da temática, e como é emergente a pauta, já que mais importante do que “aguardar” o término da pandemia para expor com dados concretos o impacto que o êxodo tecnológico causou, é tratar do assunto com viés conscientizador e preventivo, antes que mais adultos, pais, responsáveis, jovens, adolescentes e crianças, sofram com o ataque destes agressores virtuais, e sim, muito reais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em tempos hodiernos, muito se disserta acerca de violência sexual sofrida por crianças, adolescentes ou adultos; pessoas que independente de sua faixa etária ou sexo, acabam tendo sua dignidade sexual violada através de atos libidinosos, cometidos sob ameaça e/ou violência. Contudo, devido ao avanço do chamado “Mundo Tecnológico”, apresenta-se uma nova feição deste delito, denominado Estupro Virtual. Posteriormente, ao lume dos tempos atuais, com o agravo pandêmico que a COVID-19

tem gerado, este delito encontrou uma nova brecha para se intensificar: o acesso precoce dos menores às plataformas digitais.

Devido a nova modalidade letiva, observa-se que o acesso as redes sociais e a ferramentas que possibilitem o conhecimento deste “outro mundo” ocorreu de modo abrupto. Contudo, algo que deveria ser metodicamente empregado, para que o ano letivo não fosse inibido, acabou por ser uma janela atrativa para estes indivíduos recém-integrados a sociedade virtual. E rente essa possibilidade das crianças adentrarem nestas veredas perigosas e hostis, o cuidado e acompanhamento dos responsáveis, ter-se-ia de ser minucioso, todavia em meio as conflituosas circunstâncias é do saber mútuo que o mesmo não ocorrera como se requeria a situação, sendo assim os agressores virtuais focalizaram suas ações para este grupo, que tornou-se gradativamente o seu “público-alvo”. A êxtase de conhecer o desconhecido, se aventurar em um mundo anônimo, cheio de atrativos e com um perspicaz sabor de novidade fez com que muitos se arriscassem virtualmente, e conseqüentemente tornaram-se pressas fáceis, compartilhando conteúdo sexual com indivíduos desconhecidos, desde fotos até vídeos. E esses agressores se aproveitando da fragilidade perceptível das vítimas, as coagem e pressionam a fim de que acatem as suas ordenanças e efetuem os atos que os mesmos solicitam veementemente, sob ameaças, com isso, encurralados (as) nesta situação opressora, cedem, e mesmo que não percebam ou saibam, são violadas, e sim, virtualmente. Sendo assim, partindo deste relevantíssimo tema, buscou-se dar ênfase e atenção ao clamor que este novo, - porém bastante ativo – crime, que vem assombrando e destruindo muitas famílias. E para tanto, efetuou-se repletas pesquisas visando conceituar o estupro virtual, outorgar suas diretrizes e peculiaridades, a fim de que o mesmo seja bem discernido, e com isso prevenido.

Com o já delineado, é neste sentido que a sociedade busca novos meios para coibir e sancionar os abusos cometidos no meio virtual. Mesmo que não acarrete lesões físicas para o ofendido, pode o crime de estupro acarretar graves danos psicológicos e nos casos mais graves, levar ao suicídio. Não são poucos os casos em que a vítima, devido a opressão e fortes ameaças dos agressores, acabam ocultando o ocorrido, deixando de pedir ajuda, e isto gera um impacto demasiadamente negativo na mesma, que passa a tomar condutas passíveis de percepção, e se para elas atentarmos-nos, pode-se identificar um possível caso, dentre tais condutas poder-se-á destacar, isolar-se, excluir-se, agir negligentemente não demonstrando emoções em acontecimentos

que deveriam despertar tal sentimento, abandonar o autocuidado, declínio quanto as suas notas na escola, dentre tantas outras condutas que são comuns entre as vítimas deste delito. Não apenas as condutas são afetadas, mas sua saúde em si, como os distúrbios psicológicos, patologias emocionais, transtornos depressivos, problemas quanto a aceitação do “eu”, incidentes que a longo prazo, “torturam” tais pessoas, que sem conseguir abrir-se com alguém, desfalecem aos poucos.

Drezzet e Pedroso asseveram que “A violência sexual é um problema de saúde pública não apenas por sua elevada ocorrência, mas pelos agravos para a saúde, que podem incluir traumatismos físicos severos, morte, doenças sexualmente transmissíveis (IST) e danos psicológicos intensos, por vezes irreparáveis, tais como transtornos da sexualidade, suicídio, depressão, bulimia, anorexia, ou dificuldades afetivas e de relacionamento”. (DREZZET E PEDROSO, 2012)

Embora seja o ordenamento jurídico brasileiro o mais complexo do mundo, carece de ações efetivas para combater os crimes cometidos nos meios virtuais, v. g., pornografia infantil, racismo, estupro, estelionato.

Outros países já apresentam um combate efetivo aos crimes contra a dignidade sexual, pontua Kendall que com o desenvolvimento da sociedade moderna o estupro virtual, qual ocorre a distância, evitando o contato do infrator com a vítima (Kendall, 2006, p. 03). Nesse sentido, observa-se dois tipos de delitos, o estupro virtual e o chamado *sextorsion*. Para não confundir ambas classificações, a configuração do estupro virtual requer que a vítima pratique com ela mesma os atos libidinosos, sendo que para caracterizar tal delito é necessário que a vítima apenas seja constrangida para saciar a libido do agressor, já no chamado *sextorsion*, observa-se que o agente faz uso de algo que possa coagir a vítima como meio de extorsão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante ao exposto, observa-se que com as constantes mudanças digitais, também vieram mudanças jurídicas, tanto interpretativas quanto legiferantes. Observa-se que o Direito não pode ser estagnado, deve sempre acompanhar a realidade social, não devendo a justiça se modelar pelo direito e sim, o direito modelar-se pela justiça. Interpretar de maneira extensiva não deve ser prejudicial socialmente, mas deve ser necessário quando o bem tutelado pela norma sofre mutações. Sendo a lei um enunciado de um contingente de reforço mantido por uma agência governamental (SKINNER, 2003, p.17) ela deve ser, além de respeitada, modificada. Nisso observa-se as mudanças

interpretativas do crime de estupro, inicialmente se modificando no sujeito e depois no meio de execução.

Observando que, o estado, enquanto tal, sendo mero ente da razão, não tem existência física, nem psíquica, ou seja, não tem energia nem vontade, no entanto, enquanto a sociedade, sendo ela em si, modificasse, esta sim tem energia e vontade para descrever, modificar e aplicar seus valores. Interpretar a lei para abarcar um novo meio, não significa criar um crime, pois a lei não reconhece como crime uma situação pré-existente, mas ao contrário, cria o crime.

Mais ainda, os abusos são “fáceis de tratar e difícil de diagnosticar, mas com o passar do tempo, não tendo sido diagnosticada nem tratada precocemente, torna-se, fácil de reconhecer e difícil de curar”, destas considerações, torna-se sábia que a batalha contra as diferentes formas de discriminação devem ser tratadas não somente quando já visível o conflito, mas sim, desenvolver panaceias para prevenir e tratar fora do judiciário tais conflitos. Enquanto o ciberespaço ser habitado como se fosse uma sociedade apartada e desconexa do mundo tácito, constante será os casos de violação.

Por fim, já delineado a problemática, indelével se torna tais abusos e violações quando se tem cartilhas de segurança forte e a mais efetiva se chama “Educação Digital”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, CARLOS PASCHOALIK MISAKA. YUKIO, MARCELO. **Prática Penal**. Birigui, SP; GH Stabile Editora.

ARANHA, MARIA LÚCIA ARRUDA; MARTINS, MARIA HELENA PIRES. **Filosofando: introdução a filosofia**. 2ª ed. São Paulo, SP. Moderna, 2016, p. 202).

BOMEY, HELENA. **Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

CAPEZ, FERNANDO. **Curso de direito penal, parte geral**. 15. Ed. São Paulo: Saraiva 2011, v. 01, p. 36-135.

COELHO, LUIZ FERNANDO. **Curso de Introdução ao direito: em 13 aulas**. 3. Ed. Manole, 2019. p. 4-10.

FILHO, ACACIO MIRANDA DA SILVA. **Código Penal Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. 3 ed. Barueri, SP. Manole, 2020.

FÜHRER, MAXIMILIANO ROBERTO ERNESTO. **Código Penal Comentado**. 1. Ed. 2008.

HUNGRIA, NÉLSON. **Comentários ao Código Penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Revista Forense, vol. VIII, 1956, p. 131.

Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: < <http://astecmpa.com.br/wp-content/uploads/2017/10/5-Expotec-Cat%C3%A1logo.pdf#page=41> > Acesso em: 05 out. 2020.

SKINNER, BURRHUS FREDERIC. **Ciência e Comportamento Humano**. 11. Ed Martins Fontes, 2003.

FATORES INFLUENCIADORES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO SOBRE VULNERABILIDADE SOCIAL E PREVENÇÃO

Pâmela Priscila Luque, Marcela Mangili Esteves Ivo
E-mail: pamelaluque56@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A moradia na rua faz parte do cenário urbano atual e é uma demanda complexa de ser trabalhada. A vulnerabilidade social não é apenas uma circunstância das pessoas que já estão residindo nas ruas, como também é uma das causas dessa condição. Quando investigada, analisada e compreendida, pode-se contribuir para a criação de estratégias proativas, preventivas e protetivas mais eficientes por meio das políticas sociais.

Existem fatores que antecedem a vida nas ruas. Eles são interligados à vulnerabilidade social, ao envolvimento com substâncias psicoativas e à relação familiar, e para entender, interceptar e intervir é necessário conhecê-los (VARANDA E ADORNO, 2004; CARAVACA ET. AL. 2015).

Quando os fatores não são reconhecidos, o trabalho de apoio das políticas públicas é muito mais limitado, o que contribui para que o sujeito continue exposto a vulnerabilidade e não desenvolva autocrítica e capacidade de avaliar e modificar seu contexto. Sendo assim, é necessário que se entenda o processo de moradia na rua para o planejamento de ações que protejam e previnam que o mesmo ocorra com outras pessoas.

Diante do contexto abordado anteriormente, o presente estudo tem como objetivo investigar, por meio de revisão bibliográfica, os fatores que influenciam pessoas a adotarem as ruas como seus lares, bem como as intervenções preventivas e protetivas oferecidas atualmente pelas políticas públicas.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento da presente pesquisa é o de revisão bibliográfica. Segundo Gil (2008) ela é realizada por meio de um material já elaborado, composto por livros e artigos científicos. Em busca de informações para a elaboração do presente artigo foram averiguados sites que disponibilizavam pesquisas já aplicadas.

A primeira base de dados explorada foi a da *Scielo*, onde utilizou-se para pesquisa as palavras chaves *situação de rua e políticas públicas*. Outro site utilizado foi o *Periódicos Capes*, o qual forneceu o resultado de publicações por meio das palavras chaves *situação de rua, políticas públicas e vulnerabilidade social*. Por último, utilizou-se o site *Google Acadêmico*, onde foram realizadas duas pesquisas. A primeira fazendo uso das palavras *vulnerabilidade social, políticas públicas, situação de rua e influência*. Para a segunda pesquisa foram escolhidas as palavras chaves *vulnerabilidade social, políticas públicas e moradia na rua*.

Os critérios estabelecidos para seleção dos conteúdos foram: publicações realizadas a partir de 2010; pesquisas realizadas no Brasil; e constatação de algum vínculo com o assunto do presente estudo. O presente trabalho foi elaborado por meio da análise do material selecionado, possuindo assim embasamento teórico e científico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população de rua é caracterizada por um grupo heterogêneo, que enfrenta situações de sobrevivência, desenvolve atividades na rua, apresenta vínculos familiares fragilizados e/ou interrompidos, e não possui algum tipo de moradia regular (BRASIL, 2009).

O termo *rua* abrange espaços públicos, praças ou espaços privados inutilizados, como imóveis abandonados, locais em que a população acima citada se encontra. Enquadra-se também como população de rua pessoas que frequentam albergues, abrigos e casas de passagem (BRASIL, 2009).

Existem fatores que contribuem para indivíduos chegarem à situação de rua. Eles carregam “bagagens” como suas particularidades e experiências, e muitas vezes não possuem conhecimento sobre políticas de apoio, não sendo capazes de resolver os problemas que os cercam.

Em um estudo realizado por Pimenta (2019), foi citado as seguintes causas que levaram os indivíduos a morar na rua: endividamento, desemprego, perda de moradia, conflitos e violência com a família, expulsão de casa, separação do cônjuge, causa de morte de algum familiar, não ter família, uso de drogas, saída da prisão, envolvimento da família com o tráfico, saída da FEBEM ou penitenciária e porque gosta de residir nas ruas.

Apesar de serem vários os fatores influenciadores que antecedem a condição dos indivíduos morarem nas ruas, há um padrão. A fragilidade das relações familiares frequentemente é agravada pelo desemprego, violência intrafamiliar, uso de drogas e marginalidade, resultando em uma convivência insustentável em que o indivíduo é expulso da casa ou opta por residir nas ruas.

As situações citadas anteriormente contribuem para Essa situação se encaixa com a vulnerabilidade social, Halpern (2017) afirma que no Brasil as noções de vulnerabilidade social e exclusão começam a ganhar novos investimentos, ampliando os indicadores de pobreza. Os fatores agora considerados incluem baixa-renda, baixa ou inexistente escolaridade, condições precárias de habitação e ausência de saneamento básico. Essas condições de vida de indivíduos e grupos vulneráveis geram impacto na saúde, expõe a riscos e dificulta a inserção social. Também está relacionada a consciência crítica diante da situação enfrentada, a resiliência e a capacidade desses indivíduos de proporem soluções efetivas.

As políticas públicas desenvolvidas na área da assistência social buscam a proteção social, tendo como fator principal e central demandas relacionadas a cidadania, desigualdades, oportunidades e bem-estar. Na constituição em 1988, os direitos sociais foram ampliados e a proteção social brasileira passou a ser estruturada e organizada por meio de três diferentes campos de oferta, sendo eles: garantia de renda, serviços continuados e enfrentamentos de desigualdades associados a públicos específicos (JACCOUD, BICHIR e MESQUITA, 2017).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as ações da política de assistência social de acordo com a complexidade das demandas. Segundo Mesquita, Silva e Passos (2016), o conjunto de práticas e benefícios de caráter preventivo é voltado para as situações de vulnerabilidade social, e o de caráter protetivo desenvolvido diante de riscos sociais e violações de direitos.

Os moradores de rua são uma demanda da Proteção Social Especial de Média Complexidade e seus serviços têm como finalidade assegurar atendimentos e atividades para o desenvolvimento social e fortalecimento de vínculos que possibilitem a reestruturação e qualidade de vida. O serviço contribui para a construção da autonomia, a (re)inserção social e a proteção em situações de violências (SNAS, 2013). O psicólogo é membro da equipe técnica dos serviços socioassistenciais e contribui não apenas para

entender a subjetividade, mas também para identificar como o indivíduo influencia e é influenciado pelos contextos em que está inserido.

Por meio da demanda apresentada, do conhecimento do território e da situação dos usuários e familiares que nele habitam, as ofertas devem envolver a fragilidade desses participantes, os riscos que são expostos, seus pontos fortes e fracos, e necessidades e superação dos problemas que os cercam (SILVA, et. al, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população de rua nos centros urbanos tem aumentado, sendo necessário entender o que tem contribuído pra esse processo.

A vulnerabilidade social causada ou agravada por fatores como problemas financeiros, conflitos familiares, rede de apoio limitada e uso drogas, somada a pouca resiliência e incapacidade de resolução efetiva de problemas, mostram-se ser condições decisivas para o indivíduo ir morar nas ruas ou sair delas.

Existentes políticas públicas de apoio que auxiliam desde a prevenção até a proteção, mas não são todos os moradores que conhecem, compreendem ou participam das mesmas. É importante que elas sejam frequentemente revistas e readequadas para que consigam cumprir o propósito com efetividade e atender as diferentes demandas.

Esse é um tema complexo, que envolve diversos fatores influentes, sendo necessário mais estudos sobre a efetividade das atuais políticas públicas que lidam com essa demanda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2009.

CARAVACA. M. et al. A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. **Saúde em Debate** [online]. v. 39, n. 106, p.748-759, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030015>>. Epub Jul-Sep 2015. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030015>. Acesso em: 9 fevereiro 2020.

GIL. A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALPERN, S. C. et al. Vulnerabilidades clínicas e sociais em usuários de crack de acordo com a situação de moradia: um estudo multicêntrico de seis capitais brasileiras. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 6, 2017 Disponível em <<http://www.scielo.br>

/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2017000605002&lng=en&nrm=iso>. Acesso 30 June 2020. Epub July 03,2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102311x00037517>.

MESQUITA, A.C.; SILVA, E.R; PASSOS, L. **Assistência Social e Direito à Cidade**. In: Costa, M.A (Org.). O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de 15 anos de política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana. Brasília, 2016.

PIMENTA, M. M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, v. 19, n. 1, p. 82-104. Porto Alegre. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892019000100082&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Sept. 2020. Epub Apr 08, 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>.

SILVA. B. E. D. et al. A atuação da Psicologia na Proteção Social Básica. **Ver. Mult. Psico**. v. 12, n. 40, p.206, 2012. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1108>

SNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2013. Brasília: MDS, 2013.

VARANDA W, ADORNO R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saude Soc**. 2004; v.13 p.56-69. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000100007&script=sci_arttext&tlng=pt

FORMAÇÃO DE LEITORES AUTÔNOMOS E REFLEXIVOS

Caroline Aparecida Catto, Lucia Helena O. Barros, e-mail: carolineapcatto@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar e descrever a importância de formar leitores críticos e reflexivos através do hábito da leitura, que saibam questionar, validar informações e se desenvolver integralmente como cidadãos. Com isso, os desafios do século XXI podem ser amenizados e assim formar integralmente indivíduos dotados de saberes e experiências.

Muito se tem discutido a respeito do hábito de ler, que inicialmente começa em casa, com a família, e posteriormente, passa a ser de responsabilidade da escola inserir na vida de seus alunos leituras diárias de diversos tipos e gêneros textuais. Ao ensinar os filhos com afeto e amor, o estímulo ao gosto pela leitura será mais prazeroso e mostrará ótimo resultado na vida de crianças e adolescentes futuramente.

Se a família instiga esse hábito desde o início, conseqüentemente o indivíduo terá mais chances de se desenvolver de forma positiva nas diversas disciplinas que aprenderá na instituição de ensino, se tornando mais crítico, apto a viver em sociedade e trilhando seu próprio caminho, rumo a uma aprendizagem significativa e de qualidade. Mas os pais também precisam gostar de ler e incentivar com ações básicas, como, contar uma história, mostrar um livro diferente ou até mesmo levar o filho a uma biblioteca mais próxima.

É no espaço escolar que os professores, não somente os de Língua Portuguesa, mas todos de modo geral, devem usufruir de metodologias ativas, da interdisciplinaridade, e de inúmeros textos e leituras para cativar a atenção de seus alunos. Ensinando-os a refletir, avaliar e validar informações, discutir, argumentar, se posicionar criteriosamente nas diversas situações do cotidiano, ter autoconhecimento, ser ético e estar inserido culturalmente em uma sociedade.

O docente é visto como mediador da leitura e deve ofertar aos alunos, oportunidades para ampliação do repertório cultural e literário, disponibilizando diversos tipos textuais, realizar debates acerca de temas do cotidiano que também estão inseridos nos livros, e até mesmo propor atividades diferentes, como assistir a uma adaptação cinematográfica de uma obra famosa e propor leituras compartilhadas ou individuais.

Como dito, a leitura é, foi e sempre será uma parte fundamental para a vida em sociedade. Ler é muito mais do que decifrar códigos ou reconhecer as letras e formar palavras, ler é dar sentido às palavras e aplicar o que se lê a própria vida, para que assim, seja possível agregar conhecimentos. Para cada finalidade na vida existe um tipo de leitura específica. (ARANA, KLEBIS, 2015, p. 5).

Com o surgimento da tecnologia, e com o mundo completamente acelerado, ler se tornou uma problemática, pois a era digital trouxe consigo facilidades da vida moderna. A rotina não é mais a mesma, a distração é recorrente e ter um celular a mão com inúmeras redes sociais e cheio de informações, parece melhor e mais prazeroso do que ler. Mas, todos sabem que também há benefícios evidentes e que o importante é dedicar uma parte do dia para ler um bom livro, seja ele digital ou impresso.

Em síntese, ler é muito mais do que decifrar códigos, é saber interpretar o que o interlocutor está querendo mostrar, é estar aberto a diversas construções de opiniões, é saber ser reflexivo e agir como cidadão participativo, é também viver em sociedade, sabendo dos direitos e dos deveres a serem seguidos. É ter ética e moral, é construir caminhos para uma aprendizagem de qualidade, e acima de tudo, se desenvolver individual, profissional e socialmente dentro de um mundo cheio de diversidades e oportunidades.

2 MÉTODO

O presente trabalho foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica, na qual, o principal objetivo foi analisar e descrever a importância de formar leitores críticos e reflexivos através do hábito pela leitura, que saibam questionar, validar informações, se desenvolver integralmente enquanto cidadãos. A pesquisa é de cunho qualitativo. Para tanto, fez-se necessário, também, a leitura de artigos científicos a fim de se obter um embasamento sobre o tema em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ato de ler, vai muito além de identificar palavras e frases, é preciso fazer com que elas tenham sentido e uma relação com o que é relevante. É observar pelos olhos do locutor a mensagem que ele pretende transmitir, mas compreender com a ajuda da própria bagagem de mundo da pessoa que está lendo. É preciso ter atenção, sintetizar as principais ideias e construir signos e significados.

A leitura, é uma inesgotável fonte de enriquecimento pessoal, profissional, cultural e social, e é por meio dela que é possível interpretar os símbolos e intensificar o foco no assunto que é tratado, oportunizando a criatividade e a imaginação. Dessa forma, é possível notar que se o discente tiver o hábito de ler, conseqüentemente sua escrita será melhor, pois o vocabulário se expande, as ideias ficam mais claras e objetivas e ele conseguirá opinar sobre qualquer assunto.

Dessa forma, para um indivíduo saber ler é preciso que tanto o professor, quanto os pais, saibam ler, e tenham acesso a todos os tipos literários que existem, possibilitando assim, uma leitura diversificada para todas as crianças e jovens.

É através da leitura que nos conectamos com as pessoas dia após dia, pois diante de um vasto mundo tecnológico é que encontramos múltiplas formas de ler um livro, um jornal, uma revista, um comentário feito em uma rede social, etc. Seja por meio de folhas ou digital, ler acaba se tornando essencial para o ser humano conseguir seu lugar de destaque no mundo.

O docente, com a ajuda da escola, deve estabelecer elos com o ensino e com a construção individual de cada aluno, sendo mediador do processo pedagógico. Já o discente, deve ser formador e detentor do seu saber, visto que somente ele, poderá seguir a diante com a prática da leitura significativa e na busca pela evolução pessoal. As famílias precisam oferecer todo o suporte necessário para a formação leitora do século XXI.

Quando se pensa em um profissional da educação a primeira coisa que vem à mente é o ensino e os meios que serão ofertados aos alunos para obtenção do saber, mas é claro, pois a tarefa principal é educar os indivíduos para o convívio em sociedade e fortalecimento da cidadania. Com o avanço tecnológico e com a modernidade, ser professor, no século XXI é um caminho árduo que exige muito esforço, dedicação, preparo, comprometimento, conhecimento, compromisso, pesquisa e tempo.

No entanto, para desenvolver este processo em sala de aula, será preciso que o professor tenha consciência da importância que a leitura trará para o desenvolvimento sócio-cultural de seus educandos. Por outro lado, sabe-se que se a leitura deve ser um hábito, também deve ser para o aprendiz fonte de prazer e lazer, é interagir com o seu meio, fazendo uso da mesma. (SILVA, 2011, p.25).

Mesmo com o surgimento das tecnologias digitais, com o mundo acelerado e com as trocas sociais se efetivando numa velocidade altamente abrupta, pode-se concluir que é através dos livros que os seres humanos se constituem como um, que criam laços

afetivos, que desenvolvem o senso cognitivo e crítico, que descobrem seus sentimentos, suas emoções, seus raciocínios e buscam por horizontes inovadores que garantiram à todos uma boa qualidade de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi elaborada com o intuito de refletir para qual direção, professores e alunos caminham na busca por uma educação de qualidade, tendo como base a formação de leitores críticos. Então, esta investigação trouxe considerações importantes para o trabalho de sala de aula e para a conscientização de professores e alunos sobre as múltiplas possibilidades que a leitura traz na vida das pessoas e para a sociedade brasileira.

A leitura é uma forma de participação do homem na sociedade letrada e por isso todos devem saber ler de forma a interpretar a mensagem que o interlocutor está transmitindo. Há inúmeras estratégias básicas de se ler um livro, seja ele digital ou em papel. O que realmente importa é a bagagem de mundo que o leitor possui para a compreensão e criticidade de todos os textos que o cercam. Com isso, constatou-se que a bagagem cultural e vivida e o incentivo que o indivíduo recebe sobre o ato de ler permite estar preparado para ler e interpretar o mundo e participar de seu meio social.

É preciso ter uma parceria entre escola e família, para que a educação de qualidade se eleve e para que todos os educandos possam aprender da melhor forma possível. A escola deve conscientizar toda a comunidade para a importância do ato de ler, bem como propor a leitura de diferentes gêneros a todos os seus alunos, dar suporte, provocar a reflexão e a discussão, trabalhar com a interdisciplinaridade, utilizar plataformas digitais, sugerir matérias dinâmicas e disponibilizar um excelente acervo para todos.

Portanto, ressalta-se a importância do papel do mediador de leitura durante toda a educação básica, para formar alunos leitores que não apenas decodifiquem, mas que sejam capazes de pensar, refletir e formar sua opinião. Ler é participar de uma cultura, é estar inserido em uma história passada de geração para geração, é construir pontes para a universalização do ensino para formar um leitor crítico e reflexivo no século XXI.

REFERÊNCIAS

ARANA, Alba Regina de Azevedo, et.al. A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno. **Educere XII Congresso Nacional de Educação**. Paraná, p.26670 – 26684, out. 2015. Disponível em:
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17264_7813.pdf. Acesso em: 14. jan.2020.

SILVA, José Aroldo da. Discutindo sobre leitura. Letras escreve – **Revista de estudos linguísticos e literários do curso de letras- Unifap**. v. 1, n. 1, Jan/ jun de 2011. Disponível em:
<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view%20File/326/n1jose.pdf>. Acesso em 27 maio.2020

JULIA LOPES DE ALMEIDA: SUA TRAJETÓRIA NA LITERATURA E A FUNÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS EM *A FALÊNCIA*

Ana Clara Galuppe Maghiani, Marcelo Mott Peccioli Paulini, e-mail:
anaclara-galuppe@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende investigar as características e o papel das principais personagens femininas apresentadas na obra *A Falência*, de Júlia Lopes de Almeida. Também tem como objetivo analisar o contexto histórico da época em que foi publicado, bem como a trajetória literária da autora.

Apesar de a trama tratar sobre um homem que foi à falência, as figuras femininas serão aqui focalizadas, pois mostram-se descontentes em relação a submissão que enfrentavam naquele tempo.

Dessa forma, pretende-se verificar o processo evolutivo das conquistas femininas, obtidas a partir da análise de uma obra publicada no início do século XX, quando à mulher só cabia o papel de ser esposa, dona de casa e cuidar dos filhos, sempre submissa às ordens e vontades do marido.

2 MÉTODO

O presente trabalho foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica descritiva, na qual o principal objetivo foi o de observar o papel e a função das principais personagens femininas da obra de Julia Lopes perante a sociedade do final do século XIX. Para tanto, além da obra em questão, fez-se a leitura de artigos e teses.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O fato de pertencer a uma família esclarecida e educada certamente contribuiu para a visão contestatória que Julia Lopes de Almeida imprimiu a suas obras.

Júlia era casada, tinha filhos e carreira literária, um grande choque para aquela sociedade machista que não acreditava no potencial feminino. Preferia textos em prosa, ao contrário da maioria das autoras daquele período, que optavam por escrever poesias.

Em *A Falência*, a autora expõe o machismo existente na burguesia do Rio de Janeiro no século XIX através das personagens Camila, Ruth e Nina que estão inseridas numa camada privilegiada da sociedade. A trama gira em torno de Francisco Teodoro,

um homem que enriqueceu através de meios ilegais e perdeu toda sua fortuna devido à queda do preço do café. No entanto, as figuras femininas são as que prevalecem ao longo da narrativa.

Camila é a esposa de Teodoro, quem se casou com ele por interesses financeiros, e não por amor, justamente pela pressão social e a falta de liberdade existentes numa época em que valores patriarcais estavam altamente enraizados na sociedade brasileira. O casal tem quatro filhos: Mario, Ruth, Lia e Raquel. Camila, não obstante, trai o marido – quem nunca desconfiou ou teve conhecimento dessa situação - com um médico da família, Dr. Gervásio.

Diante desse cenário, a personagem encontra-se oprimida pelo marido – quem afirma que “não quis casar com mulher sabichona” (ALMEIDA, 2019, p. 72) - e pelo amante. Mesmo tendo consciência da sociedade machista e patriarcal em que estava inserida, aceitou seu papel de coadjuvante do marido. Nesse mesmo trecho do livro é possível vermos que Francisco reflete os valores retrógrados daquela sociedade:

[...]eu sou da opinião de que a mulher nasceu para mãe de família. Crie os seus filhos, seja fiel ao seu marido, dirija bem a sua casa, e terá cumprido a sua missão. Este foi sempre o meu juízo, e não me dei mal com ele, não quis casar com mulher sabichona. E nas mediócras que se encontram as Esposas (ALMEIDA, 2019, p. 72).

A autora expressa uma crítica social a respeito da misoginia evidente na própria literatura, em uma passagem em que Camila reflete sobre os romances da época, na sua maioria escritos por homens e nos quais as personagens femininas sempre eram apresentadas como as culpadas e as masculinas, inocentadas:

Sei que está cheio de injustiças e de mentiras perversas. Os senhores romancistas não perdoam às mulheres; fazem-nas responsáveis por tudo - como se não pagássemos caro a felicidade que fruímos! Nesses livros tenho sempre medo do fim; revolto-me contra os castigos que eles infligem às nossas culpas, e desespero-me por não poder gritar-lhes: hipócritas! hipócritas! (ALMEIDA, 2019, p. 32).

O adultério cometido por Camila durante a narrativa é uma condição duplamente intolerável: a traição é algo inaceitável, agravada pelo fato de ter sido cometida por uma mulher, torna-se repudiável. Conforme Iczuka e Abdallah, (2007, p. 214): “Independentemente de ser considerado crime, o adultério sempre foi tido como uma grave violação dos deveres matrimoniais”.

Atentando ao fato de que o livro aborda a sociedade do século XIX, Iczuka e Abdallah (2007, p.214) explicam com nitidez o que foi afirmado anteriormente:

Historicamente a prática de Adulterio costumava ser punida com mais severidade quando praticado pela mulher do que quando praticado pelo homem. Um bom exemplo disso é o artigo 279 do Código Penal Brasileiro de 1890, que punia a mulher adúltera com a pena de prisão celular de um até três anos, a mesma pena somente se aplicava ao marido adúltero se este mantivesse uma concubina “teúda e manteúda”, ou seja, caso sustentasse uma amante. Quando o homem mantinha uma simples relação sexual fortuita fora do casamento não havia crime.

Ruth é a filha do meio do casal. É uma criança voltada às artes e a boa educação que lhe foi oferecida permitiu que ela pudesse dedicar-se às aulas de violino e à leitura de livros. Questionava o catolicismo e não aceitava, de certa forma, que esse padrão fosse imposto a ela. Em um momento da narrativa em que ela está conversando com D. Joana, sua tia, sobre sentir falta de observar a lua e as estrelas, afirma que não tem interesses religiosos e que a igreja não é um lugar agradável para ela:

- Porque ando com muita vontade de ir ao observatório do Castelo ver a lua e as estrelas.
- Que lembrança! pensei que fosse para a levar a alguma festa de igreja...
- Não; isso cansa-me, e, depois, já tenho visto tantas! Naquela da Sé, outro dia, os músicos desafinaram que foi um horror! Se ao menos cantassem bem... Quem me lembrou a ida ao observatório foi o capitão Rino. Ver bem a luz e a cor das estrelas é o que me preocupa agora. Leve-me lá, titia, sim? (ALMEIDA, 2019, p. 100).

D. Joana está frequentemente em contato com a família de Camila, visitando sua casa. Em uma dessas visitas, pergunta a sobrinha sobre os livros que Ruth lê. Por conseguinte, Camila julga os livros da filha como permitidos, visto que são aprovados pelo pai. Aqui, verifica-se a presença do patriarcado fortemente presente, pois a autora leva o leitor a entender que se o marido não aprovasse determinadas leituras, elas automaticamente não seriam permitidas em seu lar, bem como não poderia ser questionado a respeito de sua decisão:

- [...] Por que é que você deixa Ruth ler jornais? Ela falou ai num folhetim; isso são obras impuras; é preciso zelar pela alma de sua filha.
- O pai não se importa, que hei de fazer? (ALMEIDA, 2019, p. 101).

Com a queda do preço do café, Francisco Teodoro vai à falência e cai em um profundo desespero e frustração, acabando por cometer suicídio dentro de sua própria casa. Por esse motivo, as personagens se mudam do palacete Teodoro para a casa de

Nina, sobrinha de Camila que morava na casa da tia e, antes da falência de Francisco, ganhou uma casa dele:

Eram dez horas quando o carro parou em frente à casa de Nina. [...] A casa era pequena, em um trecho sossegado da rua de d. Luiza, disfarçada por um jardinzinho mal cultivado. Dentro sentiram-se todos oprimidos; habituados à largueza de um palácio, parecia-lhes que aqueles tetos e que aquelas paredes se apertariam de repente esmagando-os a todos. O melhor quarto fora arranjado para Mila e as gêmeas; Ruth e Nina dormiriam na mesma alcova, Noca num quarto ao fundo. (ALMEIDA, 2019, p. 204).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da leitura de *A Falência*, podemos ver uma nova configuração familiar, de um modo que não era recorrente na época, pois esperava-se que dentro de uma casa sempre houvesse a figura de um homem para chefiar. No romance em questão, a narrativa encerra-se com as figuras femininas vivendo de forma independente sem a interferência masculina no lar.

[...] a sociedade brasileira do final do século XIX transcendia por um período de grandes mudanças, políticas e sociais. Nesse período surgiam às ideias de progresso e civilização, e por conta disto é possível observar a constituição de novos modelos a respeito da vida familiar e o universo feminino de acordo com o momento que vivia (SILVA, p. 128).

Júlia Lopes de Almeida aponta para uma conquista gradual da independência feminina e para uma quebra dos padrões rígidos daquela época, através do comportamento de suas personagens, questionadoras e em busca de uma forma de vida menos dependente do jugo da figura masculina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A Falência**. Penguin Companhia. 2019.

ALVES, Paula Rúbia Oliveira do Vale. Júlia Lopes de Almeida: o lugar da mulher na literatura brasileira na virada entre os séculos XIX e XX. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2013, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**, Vol. XVII, N° 05. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2013. p. 101-110. Disponível em: <
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qO6XUxDEYisJ:www.filologia.org.br/xvii_cnlf/trab_completos/J%25C3%25BAlia%2520Lopes%2520de%2520Almeida-%2520o%2520lugar%2520da%2520mulher%2520na%2520literatura.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 30 set. 2020.

DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). **Cadernos Pagu**. 2015. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PT-mMfsakZcJ:www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/%3Fdown%3D51304+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 6 ago.2020.

ICIZUKA, Atilio de Castro; ABDALLAH, Rhamice Ibrahim Ali Ahmad. A trajetória da descriminalização do adultério no direito brasileiro: uma análise à luz das transformações sociais e da política jurídica. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.2, n.3, 3º quadrimestre de 2007. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791>. Acesso em: 6 ago.2020.

SILVA. Cristiane V. *A condição feminina nas obras de Júlia Lopes de Almeida publicadas entre 1889 a 1914*. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2014. Disponível em: <<https://www.uespi.br/mestradoemletras/wp-content/uploads/2015/07/A-CONDI%C3%87%C3%83O-FEMININA-NAS-OBRAS-DE-J%C3%9ALIA-LOPES-DE-ALMEIDA-PUBLICADAS-DE-1889-A-1914.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

LÍNGUA INGLESA: SUA AQUISIÇÃO NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DOS JOGOS ELETRÔNICOS

Regys Giovanne Vieira, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: regysthalast@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Aprender uma língua não se implica somente em aprender sua estrutura gramatical e seu vocabulário. A aquisição de valores, culturas, pronúncia, atitudes também estão inclusas. O processo de aprendizagem de uma língua pode representar uma forma de descoberta e iniciação daquilo que é desconhecido de quem a estuda. Dessa maneira, se forma um processo de desenvolvimento integral do aprendiz.

Devido ao baixo aproveitamento do aprendizado da língua inglesa no Brasil, é necessário elaborar novos métodos que sejam eficazes para alterar esse cenário. No Brasil, o inglês ainda não é uma disciplina de fácil acesso e há muita dificuldade em relação ao seu aprendizado. Mesmo o inglês sendo o idioma mais falado do mundo, infelizmente sua presença não se faz obrigatória na vida de muitos brasileiros.

Para mudar essa realidade, é preciso que as escolas passem por mudanças de planejamento e que também insira as novas tecnologias no ensino. Quando se fala nas novas tecnologias, logo se pensa em aparelhos como: smartphones, tablets, notebooks, videogames etc. O objetivo deste trabalho é discutir a introdução das novas tecnologias e jogos no ensino, elementos fundamentais para a aprendizagem da língua inglesa.

2 MÉTODO

O método de pesquisa utilizado neste trabalho é a pesquisa bibliográfica com levantamento de dados a partir de artigos científicos. Além desse recurso, foram pesquisados dados oficiais sobre resultados quanto à aprendizagem da língua inglesa na educação básica, por meio de matérias que disponibilizam tais discussões.

Esta pesquisa foi conduzida da seguinte forma: no primeiro momento foram selecionados autores e sites confiáveis para a realização da pesquisa. No segundo momento o trabalho foi organizado em três principais partes, a primeira sobre as novas tecnologias e comunicação na sociedade atual, a segunda sobre a língua inglesa no contexto das novas tecnologias e para finalizar, a junção de ambos, os jogos eletrônicos

e o ensino de língua inglesa. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado através de uma coleta de dados viabilizassem as discussões pertinentes ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É inegável que o aprendizado da língua inglesa no Brasil não é de qualidade. Isso é comprovado quando analisamos a posição geral do Brasil no ranking mundial em proficiência em inglês. Observando o ranking, fica claro que mesmo o inglês estando incluso no cronograma escolar e sendo o idioma mais falado no mundo, seu aprendizado no Brasil não é efetivo. Como mostra o ranking da EF (Education First), atualizado no ano de 2019, o Brasil é um dos países com baixa proficiência em inglês, perdendo posições para países como: Peru, Equador, México, Singapura, Chile etc.



É de maneira incontestável que apontamos a aprendizagem por meio de jogos como sendo prazerosa. O jogador aprende não necessariamente porque quer, também não por pensar que aquilo será necessário em seu futuro, mas pela necessidade de entender o que acontece no universo do jogo e também para progredir no mesmo.

Ao inserir os jogos eletrônicos no ensino da língua inglesa os resultados são positivos. Quando o educador permite que o estudo e jogos trabalhem juntos, ele abre espaço para um exercício de estudo e diversão. Os jogos são eficientes em qualquer aprendizagem, pois conseguem estimular a aprendizagem de forma prazerosa. É por isso

que os jogos devem fazer parte do cronograma escolar desde o ensino infantil, como ressalta Kishimoto (2007, p.36):

Utilizar o jogo na educação infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora.

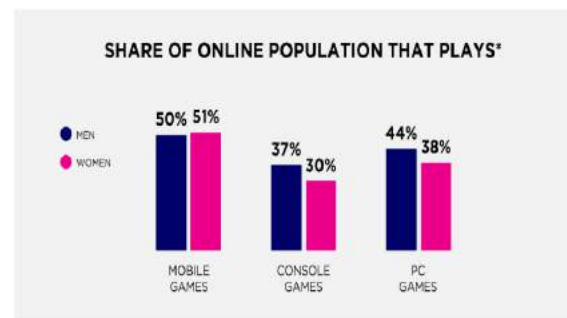
Ressaltando a importância dos jogos, o Brasil é um dos países que tem mais jogadores de jogos digitais do mundo. Como aponta a pesquisa realizada em 2018 pelo site NewZoo, a principal empresa de pesquisa da indústria dos games, o Brasil tem 75,7 milhões de jogadores e a pesquisa previa que os brasileiros iriam 1,5 bilhão em produtos em 2018, tornando-se o 13º país no ranking de jogadores de games do mundo. Na população online do Brasil, 50% dos homens e 51% das mulheres jogam jogos para celular, enquanto 44% dos homens e 38% das mulheres jogam jogos para computador; e 37% dos homens e 30% das mulheres jogam os jogos em consoles. Essa pesquisa mostra o quanto os brasileiros são consumidores de jogos digitais, como também prova a sua importância. Os valores da pesquisa poderão ser vistos nas figuras abaixo:

Figuras 2 e 3: Dados de jogadores e projeção de consumo de jogos do Brasil e as Plataformas preferidas de jogadores brasileiros.



Source: 2018 Global Games Market Report

Fonte: Global Games Market Report, 2018



* At least once per month

Sobre os benefícios dos games no processo de aprendizagem, identificamos que traz diversos benefícios, entre eles:

- **Efeito motivacional:** Através do jogo, o aluno busca uma forma de atingir os objetivos proposto de forma motivadora. O jogo pede um desafio do jogador, onde ele terá que se esforçar, trabalhar suas técnicas e aprender a sair de uma situação difícil, sendo persistente para atingir a satisfação e recompensa no final. É dentro dessa perspectiva que Brougère (1998 apud WITZORECKI, 2009, p.40) afirma:

Jogar representava a celebração e a reenergização da vida e do mundo, na qual cooperar, lutar, vencer, superar, perder ou morrer (atos comuns nos jogos) eram

atitudes entendidas como elementos pertinentes e necessários à regeneração cósmica necessária para a sobrevivência da sociedade.

- **Facilita o aprendizado:** Os jogos são capazes de facilitar o aprendizado. Segundo o site Tecmundo (2011), a pesquisa realizada pela Universidade Helsinque mostra que os jogadores de videogame são os que mais dominam o inglês:

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Helsinque apontou que o domínio da língua inglesa é maior entre os alunos que jogam video game. A instituição finlandesa usou 500 jovens como parâmetro e constatou que, quanto mais tempo em frente aos consoles, maior a habilidade com o idioma. [...] Na disciplina, os jogadores conseguiram, em média, 8,79 pontos, enquanto quem não tinha nenhuma relação com games obteve apenas 7,28.

- **Desenvolve habilidades cognitivas e motoras:** Os jogos desenvolvem o intelectual do jogador, exigindo a tomada de decisões rápidas e a elaboração de estratégias para vencer os desafios. Segundo o jornal Estadão (2010):

Cientistas especializados em cognição da Universidade de Rochester, nos Estados Unidos, descobriram que jogar videogames de ação treina as pessoas para tomar decisões certas mais rapidamente. Os pesquisadores descobriram que jogadores de videogame desenvolvem uma sensibilidade para o que está acontecendo ao redor deles, e esse benefício não apenas os torna melhor nesses jogos, mas também aumenta uma grande variedade de habilidades gerais, que podem ajudar em atividades diárias, como dirigir, ler pequenas publicações, manter contato com amigos em uma multidão e andar pela cidade.

Na parte prática, temos como exemplo o professor de inglês e tradutor Bruno Beltran Seixas, que em entrevista ao site G1 (2013), conta como aprendeu inglês utilizando os games, “conforme os videogames foram ficando mais modernos, era mais necessário saber inglês para poder progredir na fase e aí eu comecei a me interessar mais pela língua”. Bruno ainda conta como utiliza os jogos para ensinar os alunos: “durante as aulas eu comecei a inserir o videogame na sala de aula para ensinar inglês para os alunos”. Sobre a importância dos jogos como ferramenta didática, Bruno comenta: “o que eu descobri, foi que o videogame realmente é uma ferramenta importante para a aquisição de uma língua estrangeira”.

Os estudantes de língua inglesa que jogarem jogos em inglês passarão maior tempo em contato com idioma do que aqueles que somente estudam. Quando estão jogando, os estudantes conhecem e descobrem várias palavras e características da língua. Existem diversos fatores presentes nos games que potencializam o aprendizado da língua inglesa. Os diálogos apresentados nos games são mais complexos que os trabalhados nas escolas, as falas com áudio nos diálogos junto com as legendas em inglês também enriquecem o aprendizado, pois dessa forma, o jogador ouve a pronuncia da palavra ao mesmo tempo em que lê a legenda em inglês, sendo assim, o jogador

estuda três tópicos: a pronúncia da palavra em inglês, sua escrita e conseqüentemente buscará seu significado em português. Como é possível ver na figura abaixo, um exemplo de diálogo presente no jogo Persona 3 Fes:

Figura 4: Exemplo de diálogo complexo presente em jogos



Fonte: Persona 3 Fes, 2007

Além da importância dos diálogos nos jogos, os quebra cabeças, também conhecidos como puzzles, são peça chave para prosseguir na história. Alguns são simples e podem ser resolvidos sem ter muito entendimento de uma língua estrangeira. No entanto, há alguns puzzles que para serem solucionados, requerem a leitura de arquivos presente nos games. O fato de ser em inglês faz com que o jogador sinta necessidade em entender a língua ou ao menos procurar tradução para resolver os quebra cabeças e avançar nos jogos. Essa procura seja ela em dicionário ou tradutores faz com que o jogador entenda a palavra que pesquisou e possivelmente a memorize, adicionando ela ao seu vocabulário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das tecnologias na aprendizagem demonstraram ser uma ferramenta útil e muito importante para o desenvolvimento de pesquisas, realização de trabalhos e potencializa a motivação dos alunos. Além disso, quando a escola implementa ferramentas tecnológicas ela estará preparando os alunos para um futuro mercado de trabalho que na maioria das vezes exige conhecimento tecnológico.

Ainda que se entenda como positiva a integração tecnológica no ensino, as escolas seguem suas metodologias e forma de ensinar há muito tempo e por isso, mudar radicalmente seus métodos é uma tarefa que exige tempo e adaptação. Nos dias atuais

são poucas escolas que possuem total acesso à tecnologia, e mesmo tendo, não é garantido que haja atividades e estudos utilizando as ferramentas digitais.

Após a escola planejar e reestruturar seus métodos, precisará capacitar os professores para que eles dominem as ferramentas tecnológicas e sejam capazes de trabalhar com as mesmas e também elaborar atividades pedagógicas fazendo uso das tecnologias. O papel do professor é de muita importância, pois ele será o mediador da integração tecnológica.

Os atuais alunos, antes de frequentarem a primeira escola já tem acesso as tecnologias, sendo smartphones, tablets, videogames etc. Esses alunos querem continuar interagindo com as ferramentas tecnológicas, sendo visto muito em sala de aula a distração que o celular causa. É por isso, que o professor deve encontrar uma maneira benéfica de utilizar o celular para ensinar, o celular que antes era tido como um problema, pois tirava a concentração do aluno pode se tornar uma solução para a aprendizagem.

Concluindo, a integração dos jogos no ensino da língua inglesa traz muitos benefícios e acaba sendo mais produtivo que os métodos tradicionais. Mesmo que os alunos não entendam tudo o que acontece nos jogos, há palavras chave que os eles irão ver nos jogos e que vão ficar gravadas em seu pensamento, sendo assim, o aluno saberá seu significado, pois sempre que a ver, a relacionará com o jogo. Este método é muito útil, pois, é comprovado que há palavras chave que aparecem em todos os textos e orações. Então se o aluno aprender, ele poderá não saber tudo, mas irá entender o contexto da frase. Os jogos são eficientes em qualquer aprendizagem, pois consegue estimular a aprendizagem de forma prazerosa. Assim como o inglês deve ser inserido nos anos iniciais da escola, os jogos também devem fazer parte do aprendizado integrado com a língua inglesa.

REFERÊNCIAS

BRAZIL games Market 2018, **Newzoo**, 2018. Disponível em: <https://newzoo.com/insights/infographics/brazil-games-market-2018/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

JUNIOR, Durval Ramos. Vídeo games facilitam aprendizado do inglês. **Tecmundo**, 2011. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/video-game-e-jogos/15206-video-games-facilitam-aprendizado-do-ingles.htm>. Acesso em: 17 ago. 2020.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

O índice de Proficiência em inglês da EF. 2019. ed 9. Disponível em:
<https://www.ef.com.br/epi/>. Acesso em: 30.mai. 2020.

VIDEOGAMES de ação levam a decisões mais rápidas e precisas. **Estadão**, São Paulo, 13 set. 2010. Disponível em:
<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,videogames-de-acao-levam-a-decisoes-mais-rapidas-e-precisas,609273>. Acesso em: 17 ago. 2020.

VIDEOGAME pode melhorar atenção aprendizado e coordenação motora. **G1**, Rio de Janeiro, 13 out. 2013, Bem Estar. Disponível em:
<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/10/videogame-pode-melhorar-atencao-aprendizado-e-coordenacao-motora.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

WITTIZORECKI, Elisandro S. Aspectos históricos e etimológicos do jogo. *In*: Ulbra - Universidade Luterana do Brasil (org.). **Jogos, Recreação e Lazer**. Curitiba: Ibpex, 2009. p.34-45.

LUTO ANTECIPATÓRIO EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Henrique Aguiar, Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara
E-mail: Aguiar_live@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A palavra câncer tem etimologia grega *karkínos*, e significa caranguejo, foi utilizada pela primeira vez por Hipócrates, o pai da medicina. É uma doença bastante antiga, uma vez que era detectada em múmias egípcias há mais de 3 mil anos antes de Cristo.

De forma científica, Câncer é o nome geral dado a um conjunto de mais de cem doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células, proliferadoras em tecidos e órgãos formando tumores. Podem ser agressivos e muitas vezes incontroláveis, mantendo-se em um órgão do corpo ou até mesmo espalhando-se para outro (BRASIL, 2019).

É uma doença crônica cujo tratamento envolve a realização de procedimentos médicos invasivos e dolorosos, geradores de uma série de efeitos colaterais, como, perda de peso, queda de cabelo, náuseas, vômitos, diarreias, inflamações na pele e mucosas. Além disso, também pode impactar o paciente de forma psicológica, pois o quadro está comumente associado, ao sofrimento humano e a morte (SILVA; SANTOS, 2010; SANT'ANNA; MENDES, 2019).

O câncer exige do paciente, independentemente da idade, gênero, escolaridade e situação socioeconômica, um processo de adaptação, visto que a partir do diagnóstico estabelece-se uma nova realidade, desta forma, os pacientes oncológicos vivenciam diversos sentimentos, desde o momento do diagnóstico, durante o tratamento, e até a sua "cura" ou morte, o que envolve esperança, dor, mutilação, solidão, perdas entre outras sensações e emoções, das quais o paciente deve encontrar mecanismos para se ajustar (SILVA; SANTOS, 2010).

Segundo Kübler-Ross, (1981) existe um modelo de emoções e reações que os pacientes, após receberem o diagnóstico de uma doença grave, expressam, semelhante ao processo de luto, dividido em cinco estágios, são eles a negação, a raiva, a barganha, a depressão, e por último a aceitação.

O luto antecipatório em pacientes oncológicos é de grande importância, não só para a psicologia como para todas as áreas da saúde que atuantes nesse cenário, pois através dele é possível chegar ao manejo humanizado do paciente.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada por meio de referenciais teóricos publicados nos últimos 14 anos.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de uma hipótese por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas da área em questão. Trata-se de um tipo de pesquisa que dá subsídio ao conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ ou perspectiva foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (BOCATTO, 2006).

Inicialmente foi realizada uma busca sobre a produção do conhecimento referente ao luto antecipatório em pacientes oncológicos. Os artigos científicos encontrados estavam indexados em bases nacionais e Google Acadêmico e Scielo no período de janeiro de 2010 a novembro de 2019. Foram pesquisados artigos relacionados às seguintes palavras-chaves: Psico-Oncologia, Luto e Câncer. Ao final, foram selecionados 11 artigos

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No artigo de AMBRÓSIO e SANTOS (2011) cujo objetivo foi mostrar o enfrentamento do câncer por familiares de pacientes diagnosticados, fica evidente a presença do estigma do câncer na percepção dos mesmo, pois quando uma pessoa recebe o diagnóstico ele acompanhado do estigma de que será um problema fatal. Para a família o diagnóstico é visto como uma sentença de morte pois o estigma que a doença tem, potencializa esse pensamento nas pessoas. Ao se defrontarem diretamente com a doença grave, os familiares ficam angustiados, na medida em que se percebem diante da possibilidade de finitude do ser, perante a existência inexorável da morte como possibilidade concreta que atravessa a existência, podendo ocorrer a qualquer momento e com qualquer pessoa Os familiares sentem necessidade de ser-com-um-profissional-especializado como descrito também em (SALCI; MARCON, 2011).

BASTOS; ANDRADE e ANDRADE (2017), tendo em vista aspectos psicossociais e individuais dos pacientes, entende-se que cada um irá reagir à sua própria maneira ao diagnóstico de câncer. Outros estudos sobre a reação dos pacientes ao diagnóstico

definem a situação como uma experiência dramática, inesperada e chocante em que o paciente vivencia, de forma individual, incertezas, angústias, sentimentos como o de incredulidade e conseqüentemente podem demorar em aceitar a realidade como mostrado em (TRINTENARO; PAES; VENTURA, 2016).

No artigo de BUCHER-MALUSCHKE et al (2014), fica evidente que o diagnóstico de câncer afeta, além do paciente, a dinâmica familiar, que estão junto ao paciente, necessita de cuidados. Corroborando com outros achados na literatura sobre o processo de mudança que pode ocorrer com a enfermidade, afetando o paciente e os seus cuidadores (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; Ferreira et al. 2010; AMBRÓSIO; SANTOS, 2011).

O artigo de CARODOSO (2010) identifica que problemas emocionais e sofrimento psicossocial são comuns quando os indivíduos se confrontam com uma doença oncológica e/ou iminência de morte, podendo variar de acordo com as circunstâncias em que ela ocorre e do significado individual atribuído à doença. Assim como descrito na literatura, tanto o impacto emocional como o enfrentamento da doença em si variam em conformidade com a percepção individual e das alterações que esse diagnóstico podem causar no seu plano de vida do paciente (BUCHER-MALUSCHKE et al., 2014; SANN'TANA; MENDES, 2019)

FOSNCECA; CASTRO (2016) apontam a importância da presença do psicólogo no processo terapêutico com pacientes oncológicos, uma vez que evidenciam nos resultados que pacientes submetidos ao acompanhamento psicológico durante o tratamento apresentam ganhos significativos em diversos aspectos e conseqüente melhora do estado geral de saúde. . Com isso pode-se inferir que a partir da intervenção psicológica, muitos pacientes apresentam um melhor enfrentamento com relação ao diagnóstico e a doença (SANN'TANA; MENDES, 2019).

A pesquisa realizada por FLACH; LOBO; POTTER; LIMA, (2012), demonstra que uma doença crônica, principalmente o câncer, é uma crise vital para o paciente, afetando-o diretamente, assim como a sua família, corroborando com outros estudos descritos na literatura (MCDANIEL; HEPWORT; DOHERTY, 1994).

SILVA, (2010), fala de quando algum familiar vem a falecer, o outros membro acabam passando por uma crise marcante. A maneira de encarar a morte varia de cultura para cultura e também da época em que ocorre o óbito. Por mais esperado que possa ser, o falecimento de um ente querido sempre tem algum ponto doloroso e precisa ser

vivenciado para ser superado. Cada cultura tem uma maneira própria para a interpretá-la como é destacado em (MAGALHAE; FRANCO, 2012).

SANT´ANNA; MENDES, (2019), nos mostra que o tratamento do câncer envolve a realização de alguns procedimentos médicos invasivos e dolorosos no paciente, gerando uma série de efeitos colaterais, como: perda de peso, perda de cabelo, náuseas, vômitos, diarreias, inflamações de pele e mucosas. Os tratamentos normalmente são cansativos, doloridos e com internações frequentes a hospitais especializados. Outro estudo que nos demonstra esse enfrentamento do câncer é o de (FERNANDES; SOUZA, 2019)

Podemos ter o exemplo através do estudo de SILVA; SANTOS (2010), da mulher quando se depara com o diagnóstico de câncer de mama onde a mesma se depara com uma série de eventos estressores. Podemos ver mais sobre o caso de mulheres enfrentando a doença em outro estudo, no caso o estudo de (TAVARES; TRAD, 2010).

Como podemos ver em THEOBALD ET AL, (2016), um aspecto primordial para o paciente portador de câncer é o acesso às informações. Já nos casos contrários, o não conhecimento acerca de sua doença leva os pacientes a não se comprometerem com o tratamento fazendo assim com que seja mais complexo o seu processo de cura como mostrado em (VISENTIN; LABRONIC; LENARD, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Câncer é uma doença crônica cujo tratamento envolve a realização de procedimentos médicos invasivos e dolorosos, geradores de uma série de efeitos colaterais. Estudos demonstram que o câncer, é a enfermidade que causa o maior número de mortes no Brasil o que torna inquestionável que ele seja um problema de saúde pública, especialmente entre os países em desenvolvimento.

Essa enfermidade exige do paciente, independentemente da idade, gênero, escolaridade e situação socioeconômica, um processo de adaptação, visto que a partir do diagnóstico estabelece-se uma nova realidade. Esse processo é permeado por mudanças, que podem ser de natureza objetiva e/ou subjetiva, desta forma, os pacientes oncológicos vivenciam diversos sentimentos, desde o momento do diagnóstico, durante o tratamento, e até a sua "cura" ou morte.

Segundo Kübler-Ross esses pacientes passam por estágios que são semelhantes ao do luto, são eles a negação, raiva, barganha, depressão e por último a aceitação.

A notícia do diagnóstico de uma doença crônica é uma crise vital para o paciente, afetando diretamente sua família: ambas as partes precisarão lidar com as mudanças físicas, psicológicas e sociais, períodos de estabilidade e crise, bem como as incertezas quanto ao funcionamento futuro

A importância do entendimento do luto antecipatório para a Psicologia é de grande importância pois assim a um manejo humanizado nos momentos complexos enfrentado por pacientes e seus familiares.

REFERÊNCIAS

AMBRÓSIO, D. C. M. ; SANTOS, M. A. (2011). Vivências de familiares de mulheres com câncer de mama: uma compreensão fenomenológica. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.27, n.4, p.475-484. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722011000400011>

ARAÚJO, P. V. R. ; VIEIRA, M. J. (2004). A questão da morte e do morrer. **Revista Bras Enferm**, v.57, n.3, p.361 – 3

BASTOS, L. O. A.; ANDRADE, E.N.; ANDRADE, E. O. Relação médico-paciente na oncologia: estudo a partir da perspectiva do paciente, **Revista Bioét.** v.25, n.3, p.563-576, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422017253213>

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BUCHER -MALUSCHKE, J. S. N. F. B. Dinâmica familiar no contexto do paciente oncológico, **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.41, n.1, p.87-110, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342007000100006>

BORGES, A. D. V. S. ; et al (2006). Percepção da morte pelo paciente oncológico ao longo do desenvolvimento. **Psicologia em estudo**, v.11, n.2, p.361 – 369.

CARDOSO, G. et al, Aspectos Psicológicos do Doente Oncológico, **Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE**, p. 8-18.

CARDOSO, E. A. O.; SANTOS, M.A. Luto antecipatório em pacientes com indicação para o Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas, **Ciência e saúde coletiva**, v.18, n.9, p.2567-2575, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900011>

DELALIBERA, M. ; et al (2014). Dinâmica familiar no processo de luto: revisão sistemática da literatura. **Ciencia & Saude Coletiva**, v.20, n.4, p.119-134.

Flach, Lobo, Potter, Lima, O luto antecipatório na unidade de terapia intensiva pediátrica: relato de experiência. **Rev. SBPH** vol.15, no.1, 2012. Rio de Janeiro.

FONSCECA, R.; CASTRO, M.M. A importância da atuação do psicólogo junto a pacientes com câncer: uma abordagem psicooncológica, **Psicologia e saúde em debate**, p.54-72, 2016.

FERNANDES, L. M. S. ; SOUZA, A. M. (2018). Significados do Câncer infantil: A morte se ocupando da vida na infância. **Psicologia em estudo**. V.24, p 2 – 12.

LISBOA, M. L. ; CREPALDI, M. A. (2003). Ritual de despedida em familiares de pacientes com prognóstico reservado. **Paidéia**, n.13, v.25, p.97 – 109.

MAGALHAES, S. B. ; FRANCO, A. L. S. (2012). Experiência de profissionais e familiares de pacientes em cuidados paliativos. **Arquivos brasileiros de psicologia**. V.64, n.3, p. 94 – 109

MISKO, M. D. ; et al (2015). A experiência da família da criança e / ou adolescente em cuidado paliativo: flutuando entre a esperança e a desesperança em um mundo transformado pelas perdas. **Revista Latino-Am. Enfermagem**, v.23, n.3, p.560 – 7

NETTO, J. V. G. As fases do luto de acordo com Elisabeth Kübler-Ross, **Anais Eletrônico IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar**, n.9, p.4-8, 2015.

ROSS, E. K. **Sobre a morte e o morrer**, ed.9, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1981.

SALCI, M. A. ; MARCON, S. S. (2011). Enfrentamento do câncer em família. **Enfermagem Florianópolis**. V.20, p. 178 – 86.

SANTOS, M.R. et al, Da hospitalização ao luto: significados atribuídos por pais aos relacionamentos com profissionais em oncologia pediátrica, **Rev Esc Enferm USP**, V.53, p.1-9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2018049603521>.

SANT'ANNA, J. L.; MENDES, D. M. L. F. Enfrentamento do Câncer Infantil e Intervenções Psicológicas: Uma Revisão da Literatura, **Psicologia clínica e cultura**, v.35, p.1-10, 2019. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35435>

SILVA, G., ; SANTOS, M. A. (2008). "Será que não vai acabar nunca?": perscrutando o universo do pós-tratamento do câncer de mama. **Texto & Contexto Enfermagem**, n.17, v.3, p.561-568, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000300018>

SILVA, A. L. P. O acompanhamento psicológico a familiares de pacientes oncológicos terminais no cotidiano hospitalar, **Interação em Psicologia**, v.7, n.1 p. 27-35, 2003

TAVARES, J. S. C. ; TRAD, L. A. B. (2008). Estratégia de enfrentamento do câncer de mama: um estudo de caso com famílias de mulheres mastectomizadas. **Centro de ciência da saúde. Universidade federal da Bahia**. P.1350 – 1358

THEOBALD, M.R. et al, Percepções do paciente oncológico sobre o cuidado, **Revista de Saúde Coletiva**, v.26, n.4, p.1249-1269. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312016000400010>

TRINTENARO, C.J. ; PAES, A. P. ; VENTUA, A. S. (2016). O paciente oncológico frente ao conhecimento da doença. **Revista Psique**. V.1, n.2, p. 52 – 68

VISCENTIN, A. ; LABRONICI, L. ; LENARDT, M. H. (2007). Autonomia do paciente idoso com câncer: o direito de saber o diagnóstico. **Acta Paul Enferm**. V.20, n.4, p. 509 – 13.

MATERNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA SINGULAR

Ana Laura Buzato dos Santos, Andreia Renata Sacutti; Karina Cipoli, Letícia Maria Cocio, Patrícia Pelegrina Rosseto, e-mail: lalabuzato@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A instituição hospitalar ao longo dos anos, passou por grandes evoluções, partindo-se de uma constituição excludente para curativa e, posteriormente, preventiva. Desde o fim da Idade Média até meados do século XVIII, o hospital era, na Europa, um espaço asilar de exclusão para pobres, loucos e prostitutas. Os doentes que precisavam de assistência internavam-se para morrer. Os cuidados eram prestados por pessoas que faziam caridade, visando a salvação espiritual do moribundo e a sua própria; não havia um objetivo terapêutico para internação. (CAZETO, 2004 apud FERRAZ, 2005).

A partir dos avanços da medicina e olhar humanizado, os hospitais receberam uma grande reestruturação em suas funções, trabalhando com a recuperação da saúde. (CAMPOS, T.C.P. 1995).

Por meio da evolução das instituições hospitalares, o hospital passou a fornecer uma assistência integrativa, ou seja, partiu-se de um cuidado estritamente curativo para cuidados preventivos abordando toda a população. (CAMPOS, T.C.P. 1995).

O hospital como parte integrante da sociedade, promove um trabalho biopsicossocial, no que se destaca a fragilidade física, angústias e dificuldades da humanidade. Desta forma, o exercício especializado é fundamental para atender à todas as necessidades humanas emergentes em um contexto hospitalar. O cuidado requer um trabalho ético dos profissionais, fornecendo assistência dirigida às situações globais do indivíduo. (CAMPOS, T.C.P. 1995).

É nesse campo de atuação integrativa à fragilidade humana que os serviços psicológicos são enfatizados quanto a humanização e assistência ao paciente, família e equipe. (CAMPOS, T.C.P. 1995). A assistência psicológica vai ao encontro do paciente e das angústias, abraçando todos os contextos.

Segundo Campos (1995), dentro do contexto hospitalar, o psicólogo poderá prestar apoio e assistência a nova condição que o indivíduo se encontra. É de extrema importância que o psicólogo auxilie o indivíduo a conhecer suas potencialidades, ter percepção das relações de suas atitudes e de suas próprias experiências. Esse vínculo

proposto entre psicólogo e paciente, pode ajudar a fortalecer as possibilidades de enfrentamento e lidar com a situação de forma que tente amenizar o sofrimento psicológico que possa estar ocorrendo diante da experiência.

Na maternidade o profissional da psicologia abordará não somente os anseios das transformações do momento presente, mas também orientações e acolhimento. Atualmente, no que se diz respeito a uma experiência singular de cada nova mãe, a maternidade é envolvida em vários processos de adaptações e mudanças, nos quais se atribuem fatores emocionais, sociais, culturais, hormonais e relacionais com o conjuge e familiares. (OISHI, 2014 apud ZANATTA, E.; PEREIRA, C. R. R. 2015).

Diante o período importante de adaptação ao novo mundo da maternidade, o desenvolvimento de orientações acerca da reorganização e, ainda apresentação da necessidade do papel materno, relação e vínculos estabelecidos com a criança, são de essencial trabalho para o desenvolvimento humano sólido do bebê. O vínculo nesse momento será a fonte de segurança para uma relação satisfatória. (CUNHA, A. C. B.; SANTOS, C.; GONÇALVES, R. M. 2012).

Este projeto partiu do interesse das discentes do curso de Psicologia em compreender e contextualizar a atuação do psicólogo hospitalar às mulheres envolvidas no processo da maternidade. Evidenciando a importância da atuação dos profissionais de psicologia na adaptação e nas assistências psicológicas frente a maternidade, destacando o processo único de cada mulher para promover reconhecimento e acolhimento humanizado.

2 METODOLOGIA

O projeto constitui-se em uma revisão bibliográfica acerca dos estudos das transformações e adaptações na vida da mulher frente ao contexto da maternidade. A partir do estudo qualitativo, destaca-se a importância da inserção do profissional da psicologia dentro do ambiente hospitalar para a promoção de bem-estar e compreensão do momento vivido. A pesquisa é voltada ao público feminino que se encontra em estágio de pré e pós-parto em situação de internação nas maternidades brasileiras. O estudo se desenvolveu a partir da busca de artigos em plataformas online (SciELO, Pepsic) com a sistematização de palavras-chave maternidade, transformação, psicologia hospitalar e experiência singular.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Diante a sociedade contemporânea, as mulheres estão imersas em diversas funções, seja no mercado de trabalho ou em atividades corriqueiras. Desta forma, os papéis sociais da mulher se estenderam com projetos de vida e rotina mais movimentada em que requer decisões importantes acerca da maternidade. (LOPES, M. N.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; BOECKEL, M.G., 2014).

A maternidade é um período marcante na vida da mulher e, também, daqueles que estão a sua volta, sendo então, um momento de grandes transformações e adaptações, no qual modifica os papéis sociais exigindo um conjunto de respostas e estratégias comportamentais, emocionais e cognitivas para o reajustamento da identidade da mulher que agora é mãe. (MARTINS, C. A.; ABREU, W. J. C. P. de; FIGUEIREDO, M. do C. A. B.de, 2014).

É nesse momento de redefinição de papéis e de construção de identidade como mãe que a mulher necessita de uma atenção e de uma rede de apoio para compreender seus múltiplos papéis e construir um relação sólida e afetiva com o bebê, bem como, consigo mesma, para assim, alcançar suas metas exercendo de maneira tranquila seus vários papéis sociais. (MARTINS, C. A.; ABREU, W. J. C. P. de; FIGUEIREDO, M. do C. A. B.de, 2014).

É nesse campo de reencontro e compreensão da identidade pessoal que um profissional da saúde, um psicólogo hospitalar, pode estar auxiliando para fortalecer a identidade feminina, orientando e acolhendo o novo momento vivido cheio de mudanças e emoções.

O desejo de ser mãe é idealizado por muitas mulheres, mas as experiências vividas da maternidade são únicas, assim como, cada mulher. Por esse sonho então, surge a ideia de mãe “perfeita” que é tida como uma mãe paciente, dedicada, sempre atenta a todas as necessidades da criança, se encarregando de tudo, mas, se por um instante, sair desse padrão, o sentimento de culpa ou frustração se fazem presente na maternidade. (TOURINHO, 2006).

Por meio dos estigmas criados de uma mãe perfeita, a maternidade pode interferir na autoestima das mulheres por pressão social, ausência de assistência e expectativas internas, dificultando experiências a essência do momento vivido como aquele único e especial para cada mulher. (Carvalho e Coelho, 2005 apud VERZA et al, 2013).

A partir desses desafios que a maternidade traz, torna-se importante a inserção do psicólogo hospitalar dentro desse setor para acolher e auxiliar a mãe nesse momento. A psicologia trabalha com a gestante que mesmo que a gravidez foi tão desejada ela pode sentir triste e diante disso, falar sobre essa tristeza, esse sofrimento, é uma tentativa de desmistificar essa ideia e abrir para uma escuta e acolhimento do sofrimento que pode estar angustiando essa mãe. (ARRAIS, 2013).

O atendimento individual é de uma perspectiva breve em um período em que a gestante permanece no hospital; a intervenção feita nesse período visa prevenir a saúde mental e física da mãe e da criança com objetivo para estimular a ligação saudável entre ambos. (ARRAIS, 2013).

O psicólogo identificando depressão ou outro transtorno nesse momento com a mãe, poderá envolver outros profissionais da saúde procurando fazer um trabalho interdisciplinar. (ARRAIS, 2013). O trabalho do psicólogo faz toda a diferença dentro do contexto hospitalar, mas isso, infelizmente, não é uma realidade de todos os hospitais, tornando o processo de ressignificação e adaptação um desafio para as mães que necessitam de um respaldo diante o pré e pós-parto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo levantado sobre a maternidade e suas transformações na vida da mulher, é perspectivo que as funções femininas ao logo da evolução da sociedade se estenderam e quando, atrelado a maternidade e aos estigmas de um comportamento materno faz com que as mulheres se encontram em uma situação de desamparo aos seus sentimentos e sofrimentos, acarretando frustrações e angústias.

É nesse sentido que o estudo ressalta a importância da atuação e inserção de um profissional da psicologia nas maternidades para que as mães em momento de pré e pós-parto tenham um acompanhamento interventivo durante a internação com orientação, empatia, acolhimento e escuta para promover saúde mental e ressignificação possibilitando o desenvolvimento da identidade e compreensão das singularidades do momento.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, A. R.; MOURÃO, M. A. Proposta de atuação do psicólogo hospitalar em maternidade e UTI neonatal baseada em uma experiência de estágio. **Revista Psicologia e Saúde**, 2013.

CAMPOS, T.C.P. **Psicologia Hospitalar: a atuação do psicólogo nos hospitais**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda – EPU, 1995.

DA CUNHA, Ana Cristina Barros; SANTOS, Carmelita; GONÇALVES, Raquel Menezes. Concepções sobre maternidade, parto e amamentação em grupo de gestantes. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 1, p. 139-155, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v64n1/v64n1a11.pdf> Acesso em: 06/02/2020

FERRAZ, Flavio Carvalho et al. **Psicossoma – Psicossomática e Psicanalise**. Casa do Psicólogo, Livraria e Editora Ltda. 2005. 2ª Ed. São Paulo.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Leticia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 917-928, 2014.

MARTINS, Cristina Araújo; ABREU, Wilson Jorge Correia Pinto de; FIGUEIREDO, Maria do Céu Aguiar Barbieri de. Tornar-se pai e mãe: um papel socialmente construído. **Revista de Enfermagem Referência**, n. 2, p. 121-131, 2014.

TOURINHO, J. A mãe perfeita: idealização e realidade. **IGT na Rede**, v. 3, n. 5, 2006.

VERZA, F. et al. Reflexões sobre a maternidade: um estudo exploratório com mulheres acima de 40 anos. **Athenea digital**, v. 13, n. 3, p. 179-194, 2013.

ZANATTA, Edinara; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. “Ela enxerga em ti o mundo”: a experiência da maternidade pela primeira vez. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, p. 959-972, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n4/v23n4a13.pdf> Acesso em: 06/02/2020

NÓS E OS OUTROS: SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA DO EXISTIR A PARTIR DA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA- EXISTENCIAL

Ana Vitória Leandrin, Aguinaldo José Gomes e-mail: ana.leandrin_jahusp@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresentará uma reflexão a respeito de como as relações podem influenciar nos modos das pessoas serem no mundo, tendo em vista a impessoalidade e as formas de existir com a interdependência estabelecida por meios das relações entre amigos. Há estudos a respeito do Ser de cada indivíduo no mundo em diversos contextos, assim como, o Ser em meios aos contatos e relações estabelecidas diariamente no cotidiano, assim como estudo acerca do Ser e do Tempo nas amizades. O estudo se torna importante por trazer comparações entre as relações interpessoais e os contextos que estas estão inseridas, a partir de crenças e vivências pessoais que cada indivíduo apresenta a partir do que lhe fora apresentado em meio ao coletivo, impessoal.

Neste quesito é importante que o estudo seja explanado a partir das concepções de Heidegger acerca do Ser e do tempo ao revelar que somos lançados no mundo e temos que ser numa condição de indeterminação aponta para o lugar da impessoalidade como espaço primeiro de interação, espaço mundano onde nos encontramos nessa aventura que é a existência, aventura que carece de sentido, pelo qual buscamos e encontramos primeiro nas determinações do mundo (Heidegger, 1927/2016). Em tal concepção será possível ver como as formas de existirmos no mundo podem aparecer num primeiro contato que estabelecemos com o mundo e a partir das relações que temos no mesmo.

Ainda sobre estas influências vindas da coletividade e da impessoalidade, é possível ver o que Critelli (2012) traz em sua fala, uma vez que ela mostra como os indivíduos absorvem formas de ser em meio a interdependência estabelecida com o mundo, assim como crenças e valores lhes apresentados em meio as relações cotidianas

...nesse espaço entre o ato (falar) e o testemunho (ouvir) que os gestos e as palavras vão sendo o que são e, através deles, os excluir.indivíduos vão ganhando sua identidade pessoal. Nesse jogo entre o eu e os outros e na trama

que se vai formando entre eles os indivíduos vão se revelando, tanto aos outros quanto a si mesmo (CRITELLI, 2012, p.61).

Ao estudar tal tema aparece dificuldade ao encontrar aspectos que mostram como as interações influenciam e podem ser benéficas no campo da psicologia para um tratamento efetivo de questões de cada indivíduo a partir da perspectiva de cada um em suas formas de ser quando inseridos em diversos contextos, seja em suas relações ou seja onde se encontram.

Heidegger (2016) traz contribuições importantes quanto ao tema, uma vez que ele mostra as construções que podemos estabelecer em nossa vida cotidiana, ou seja, é nesse já estar no mundo, nas possibilidades imperativas desse já-estar que encontramos os caminhos no qual possa emergir a nossa singularidade. Trata-se do aí-compartilhado do mundo, no ser-com-outros que nos presenteia na possibilidade de nos descobrir em meio a esse existir na impessoalidade.

O objetivo do presente trabalho é encontrar espaço para discussão das interdependências nas relações fazendo uma discussão através de reflexões em relação as possibilidades que se manifestam no cotidiano das relações. Trata-se de buscar compreender como as relações podem se revelar como caminho para um existir autêntico.

2 MÉTODO

Esta pesquisa utiliza-se da série Friends contendo aspectos pertinentes ao tema, tanto a questão das relações dos amigos no grupo como na relação destes com si mesmo. Tal trama se mostra pertinente a discussão da importância das relações que se manifestam na amizade como condição de compreensão do ser-no-mundo.

A metodologia de pesquisa a ser utilizada será a qualitativa, teórica, a filosófica, utilizando os autores supramencionados como pilares deste estudo, Que busca refletir sobre a interdependência nas amizades tendo a série televisiva como lugar para se olhar e refletir o tema a partir da abordagem escolhida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após fazer a análise de cada personagem em algumas relações, trago nesta discussão a análise da relação destes 6 personagens, haja vista que em todas as dificuldades um sempre deu força ao outro, mostrando diversas formas de cada

personagem ser durante toda a narrativa, tendo em vista como está o ser-no-mundo de cada um, ou seja, como cada um existe no mundo a partir de sua singularidade; além da forma de ser-com-outros, ou seja, como se dá a relação que um pode adquirir e ter com os amigos a partir da impessoalidade.

O final da série é marcado pela despedida de Rachel, sendo descrita pelos fãs uma das cenas mais tristes. Esta personagem começa a se despedir de cada um de forma individual, conversando com cada um sobre o que significaram e significam para ela, trazendo a eles características próprias que os tornaram importantes para ela, mostrando como cada um, a partir da forma de serem com ela e existirem nesta amizade era importante para mesma. Neste ponto é possível ver que a relação que fora estabelecida com cada um, ajudara todos a crescerem tanto profissionalmente como na construção da vida familiar de cada um.

Sendo em minha análise, a mudança de Rachel a mais significativa, uma vez que esta estivera sempre existindo num mundo onde tudo lhe era dado e ao final da série já conseguira conquistar várias coisas por conta própria, como trabalho, lavar roupa e a criar sua filha. Rachel deixou um mundo para começar num completamente diferente, vivendo questões marcantes da impessoalidade que a fizeram se tornar cada vez mais singular, ou seja, acabou descobrindo as coisas que gostava de fazer ao invés de conseguir tudo o que tinha através do que o pai lhe proporcionava.

Outro ponto bastante interessante da série é quando todos os integrantes do grupo viajam para ver o discurso de Ross em um congresso extremamente importante de paleontologia e mesmo não tendo qualquer entendimento sobre o assunto ou mesmo sem gostar nada daquilo, todos, sem exceção viajam somente para assistir o discurso do amigo, mostrando como os amigos sempre se apoiaram e estiveram juntos no mundo de seus amigos, embora não fizessem parte do mesmo.

Neste sentido, mesmo com os momentos felizes e tristes durante toda a narrativa da história de FRIENDS é visível que na relação a interdependência dos personagens permanece apesar de tudo, haja vista que a cada momento mesmo com decepções, diferenças e complicações os membros do grupo, sempre buscam ficar juntos, amadurecendo seus laços e crescendo durante toda a narrativa da história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

a. NA MUDANÇA DE ROTA O ENCONTRO COM AMIZADE COMO FORMA DE CONSCIÊNCIA COMO “QUERER TER CONSCIÊNCIA”

Essa apresentação me interpela num momento impar desse trabalho. Uma mudança de rota que não se reduz a um fator apenas (pandemia), outrossim se revela, também, como encontro com outras formas de ver e refletir o tema proposto. Os lugares encontrados nas séries televisivas revelam os dilemas da amizade nesse ser-com do qual Heidegger (2017) nos apresenta em *Ser e Tempo*. Falamos de amizade e nos deparáramos com a necessidade de compreendê-la nos termos da abordagem que sustenta esse estudo. Assim, encontramos a amizade pensada não como um modelo predeterminado, esse, como vimos nas Séries, justamente por se desenharem numa configuração a priori, as mesmas podem ser apenas atos de confrontamentos e inimizades (Vieira, 2019). Nestes termos passamos a trabalhar com a definição de amizade como um “ser-com-no-diálogo”, um diálogo que possa revelar-se como criação, um espaço em que fala a fala do saber da consciência que quer-ter-consciência. Nesse sentido, o trabalho revela espaço ainda não percorridos e que aqui se anuncia como espaço que podemos transitar para torna-lo, não um resultado, mas um desfecho no sentido de reabrir algo, torna passível de mais questionamentos, um campo fértil sempre aberto a novas descobertas.

REFERÊNCIAS

- ADORO CINEMA, **Friends**. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/series/serie49/#:~:text=Seis%20jovens%20s%C3%A3o%20unidos%20por,sistem%C3%A1tica%20e%20apaixonada%20pela%20culin%C3%A1ria>> Acesso em: 27 de agosto.
- BACK, R. **Liberdade Fenomenológica e Liberdade Hermenêutica**. **Ekstasis: revista de fenomenologia e hermenêutica**. v. 2 n.2. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/8179/7687>> Acesso em: 06/10/2020
- CRITELLI, D. **História Pessoal e Sentido da Vida – Historiobiografia**. São Paulo: EDUC., 2012.
- DUARTE, A. **Heidegger e o outro: a questão da alteridade em Ser e tempo**. Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná – UFPR. *Natureza Humana* 4(1): 157-185, jan.-jun. 2002.
- FRIENDS. David Crane e Marta Kauffman. Manhattan: Warner Bros Television, 1994.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Tradução revisada de Márcia Sá Cavalcante, 10ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1927/2016.

LUCZINSKI, Giovana Fagundes; ANCONA-LOPEZ, Marília. **A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica**. Estudos de Psicologia. Campinas. 27 (1) 175-82. Janeiro – Março. 2010

NUNES, A.P. **O estágio de atendimento nos anos iniciais: experiência com plantão psicológico**. Catalogação na publicação Biblioteca Dante Moreira Leite Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo Nunes. São Paulo, 2015.

SÁ, R.N. **Hermenêutica fenomenológica da experiência de si mesmo e psicoterapia**. Situações Clínicas. Psicologia Clínica e Filosófica. Capítulo 2. 2009

SILVA, F.M.V. **A transição para a gestão universitária: o significado das relações interpessoais**. *Revista de Administração FACES Journal*. 30 abr. 2012. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/1452>> Acesso em: 18/05/2020

TEIXEIRA, José A. Carvalho. Introdução à psicoterapia existencial. **Análise Psicológica**, , 3 (XXIV): 289-309, 2006.

O ALUNO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (APAEE) DE ENCONTRO COM A ARTE

Bruna Carvalho Lopes, Fernanda Agostini Botter, Carla Maria Nicola Coletti, e-mail: brunacarvalholopesjau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em vista de todas as transformações e mudanças decorrentes de melhorias, o mundo inovador em que vivemos traz a possibilidade de conhecimentos e oportunidades, portanto, faz-se presente a importância de entender sobre o assunto, a que se refere aos Alunos Público Alvo da Educação Especial (APAEE) de encontro com a Arte, ou seja, entender toda a trajetória histórica, sua importância, quais recursos e possibilidades são e podem ser oferecidas a inclusão.

A Arte é considerada um componente muito importante no currículo e graças à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996), é reconhecida como um componente curricular. São várias as linguagens artísticas, como a música, a pintura, as artes cênicas, entre outras. É considerada evolutiva em aspectos sociais, cognitivos, afetivos e emocionais. É entendida também como uma evolução humana e de grande importância para o desenvolvimento de alunos participantes da Inclusão social.

Faz-se importante ressaltar sobre a importância da formação continuada dos profissionais da área da educação, que por sua vez, tem um papel quase hierárquico no desenvolvimento e desafios da inclusão.

Segundo Read (1986), a arte é protagonista de uma educação libertadora, pois favorece a presença para fins terapêuticos, curativos e educativos.

Para entender todo o processo desta educação, juntamente com a presença de todos os envolvidos, é preciso muito empenho e pesquisa, tornando-se primordial o conhecimento deste processo desde as histórias primitivas.

Nas eras passadas, pessoas com deficiência eram consideradas descartáveis, vistas como exclusão e sacrifícios.

O autor Silva (1987), relata em um de seus livros, um outro registro bastante interessante da Era Romana:

Nas poéticas paragens do vale do rio Gave, a nordeste dos Pirineus, a 5 quilômetros da vila de Pau, fica o vilarejo de Lescar. Num passado bem remoto, ali estava localizada Beneharnum, muito aprazível cidade galo-romana que foi mais tarde destruída pelos sarracenos. A mais importante de suas antigas construções é sua catedral, pois Lescar já foi sede de bispado. Num de seus

mosaicos parcialmente destruídos percebe-se a figura de um homem dando uma larga passada à frente de um animal. A perna direita da figura, todavia, não tem o pé e o homem usa uma espécie de pilão para apoiar o joelho, formando uma primitiva e eficiente perna de madeira. (1987,pg. 127).

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo, foi preciso desenvolver uma pesquisa científica, através de análises de livros, artigos científicos e vídeos sobre o tema presente. Em busca de novos conhecimentos, novas informações para o tornar rico em saberes.

Logo de início foi pesquisado sobre o passado e como eram vistas as pessoas com deficiência por aquela sociedade passada, comparadas com a sociedade atual. De acordo com pesquisas bibliográficas realizadas, foi possível relatar sobre o aluno público alvo da educação especial frente aos sistemas educacionais voltados para a disciplina de Arte, que é comporta por suas especificidades, competências e habilidades.

O presente estudo expôs em seu contexto a importância da formação continuada, fazendo com que a equipe pedagógica docente, sempre busque por melhores condições para que os alunos com deficiência sejam inclusos, e as propostas pedagógicas sejam feitas de acordo com o que garante a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o documento *Declaração de Salamanca*:

[...] parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade (1997)

Perante ao pensamento proposto, fato este que é capaz de estimular mudanças de pensamentos, todo o envolvimento como a formação dos profissionais da educação, os setores utilizados para realizar as tarefas, a coordenação de instituições envolvidas, tem maior relevância quando se trata de especializações, formação continuada, ou seja, é nítido o quanto a Inclusão necessita de aprimoramentos e evolução, mesmo com todos os recursos já possibilitados nos dias atuais.

Quando pensamos em Arte, devemos pensa-la em inúmeras definições, pois foram criadas em diversos contextos históricos. É um assunto que vem sendo abordado desde os primórdios da educação.

De acordo com Atloé (2018):

Na Grécia, Platão (400 a.C.) advogava um objetivo político-ideológico para a arte. O filósofo alemão Arthur Schopenhauer (virada do século XVIII para o XIX) disse que a beleza é questão central para o tema. Já Karlheinz Stockausen (1928-2007), um dos maiores compositores de música contemporânea, enxergava uma função espiritual e terapêutica. Isso para ficarmos em apenas três pontos de vista consagrados.

E sendo incluída pela Lei de Diretrizes e Bases (1996) como um componente curricular obrigatório nos níveis de ensino, tinha como objetivo o desenvolvimento cultural dos educandos. Outro programa contribuinte também foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (2017-2018), que dá as recomendações de ensino de toda a rede educacional brasileira.

A proposta em transformar vidas nos dias atuais, torna-se cada vez mais presente e concreta, por isso a importância de ir em busca dos novos conhecimentos, treinamentos, visando a melhoria da educação quando se trata em inclusão.

Quando se fala em evolução sobre o tema presente, é preciso que todos saibam o começo de toda esta luta pela vida de pessoas com deficiência.

Segundo Flávia Gurniski Beltrami (1996-1998), o ensino de arte foi reconfigurado no país, de acordo com processo histórico da Lei de Diretrizes e Bases (1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), (1997), tendo a arte como um componente e obrigatório na área da educação básica.

Através de todo o conhecimento, alunos e professores, pais, e todos os envolvidos poderão intervir com criticidade, participando ativamente da realidade em que está engajado na busca de uma vida significativa e entendem que se fazer presente nestas situações é essencial para resultados de excelência e vidas mais justas e com direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoas com deficiência estão sempre presentes, por isso é necessário encontrar uma forma de tolerância e buscar o comprometimento de profissionais capazes de participar de forma efetiva. Porém, a arte traz inúmeros benefícios aos Alunos do Público Alvo da Educação Especial (APAEE), como raciocínio, ideia de habilidades motoras, fundamentais para o seu desenvolvimento.

Desde a antiguidade, a arte sempre foi um caminho de oportunidades e de trajetória histórica, capaz de proporcionar uma riqueza de conhecimentos em diferentes

ambientes, cujo desenvolvimento define este ambiente como a ocorrência constante de mudanças

Em primeiro lugar, o objetivo do presente trabalho é oferecer várias formas de inclusão e possibilidades, trazer a origem da arte e a forma geral das obras inclusivas para a pesquisa.

Obviamente, em tantas oportunidades existem barreiras que o grupo-alvo da pesquisa precisa entender, pois estas barreiras mudam a motivação das pessoas para buscar ajuda.

O progresso na inclusão é evidente, pois recursos têm sido desapropriados e a formação docente vem se tornando cada vez mais perfeita, mas os professores devem sempre lembrar que a formação é extremamente importante e é sempre a mesma, independentemente do conhecimento, é eficaz. O aprendizado não pode parar, porque o mundo inclusivo sempre apresenta novos caminhos e novos desafios. Eles sempre devem ser capazes de se preparar para qualquer coisa. Considerando que os desafios atuais são muito intimidadores, por vezes até amedrontadores, e nem sempre a formação, ou os recursos disponibilizados são totalmente eficazes.

Todos os objetivos cumpridos, a busca por conhecimento, aperfeiçoamento visam um excelente aprimoramento e a qualidade de sua formação, que podem tornar o tema crítico e tomar suas próprias decisões. Tornar-se professor exige não apenas ensinar, mas também ir além. Os professores devem valorizar seu trabalho e serem comprometidos com a profissão escolhida. Requer foco, força de vontade, determinação e amor pelos outros e educação. O papel fundamental do educador é fazer do aluno uma figura chave para que ele possa desempenhar um papel na sociedade no futuro.

Outro fator que não pode ser ignorado é a lei do sistema de ensino, como a Lei De Diretrizes e Bases 9394/96, que muito relata em seus cursos gratuitos de assistência à educação profissional: o Estado tem a responsabilidade de cuidar deles, precisam de educação gratuita, da rede regular e principalmente, do ensino de qualidade. Também é discutido serviços de suporte especializado e treinamento de educadores como os cursos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento global e altas habilidades ou talentos.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Larissa. **Arte como linguagem**. Rio de Janeiro, 06 dez. 2018. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14679-arte-na-escola>. Acesso em: 23 maio 2020.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BELTRAMI, Flávia Gurniski; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Arte e educação especial: narrativas e criações artísticas**. 2019. Maringá, 2019. Trabalho de mestrado – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/37784/html>. Acesso em 23 maio 2020

Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994, **Salamanca-Espanha**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 26 maio 2020.

LEI Nº 9394/96 – **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL** – 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 28 jul 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Arte**. Ensino fundamental, 1º a 4º série. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O papel do professor diante da inclusão escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação. Vol. 05. Nº 1, 2014. Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 28 jul 2020.

O ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO DE PESSOAS SURDAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lucas Alexandre Jorge, Viviane Rodrigues, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail: lucassalexandre@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O psicólogo clínico oferece atendimento psicoterapêutico a pessoas que desejam tratar suas realidades, necessidades e dificuldades da área psicológica humana. Tais atendimentos são realizados, majoritariamente, pela língua oralizada. Os surdos, público que também possui direitos de receber tratamento psicológico de qualidade, encontram barreiras e dificuldades na comunicação com o psicoterapeuta.

Entende-se que o psicólogo está sob respaldo de um Código de Ética que garante o direito à qualidade de vida e à saúde psíquica de todos que necessitam e desejam tratamento. Como encontra-se citado:

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO, 2005, p. 07).

A psicologia ainda se encontra em desvantagem de levantamento de conteúdos e de manejo para lidar com essa problemática. Os surdos continuam necessitando de um bom atendimento e os psicoterapeutas se encontram despreparados para lidar com tal realidade em suas clínicas.

Pereira e Lourenço (2017, p. 20) trazem uma forte contribuição frente às atitudes que o psicoterapeuta pode manter ao atender um paciente surdo em sua clínica:

[...] para ser um psicólogo clínico competente para atender surdos, a apropriação da linguagem de sinais é inevitável. E esta apropriação não se resume apenas a possibilidade de comunicação ou de melhor comunicação com o paciente, mas a apropriação das vivências, dos obstáculos, da história dessa população (PEREIRA; LOURENÇO, 2017, p.20).

O objetivo deste trabalho é de realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o atendimento psicoterapêutico da pessoa com surdez a partir de trabalhos científicos nacionais. Os objetivos específicos visavam identificar na literatura os aspectos que compõem a interação entre paciente surdo e psicoterapeuta; e a observar as realidades

encontradas no contexto clínico, tanto na perspectiva do surdo quanto na do psicoterapeuta.

2 MÉTODO

O trabalho é caracterizado como pesquisa bibliográfica qualitativa, tendo uma análise criteriosa de artigos científicos nacionais nas plataformas digitais PePsci, Scielo e Periódicos Capes.

A coleta de dados seguiu as seguintes etapas:

1. Definição dos descritores;
2. Seleção de artigos por títulos e palavras-chave;
3. Seleção e exclusão através de objetivos, temas de pesquisa e idioma em que o artigo foi publicado;
4. Categorização dos estudos em participantes, intervenções, objetivos e resultados.

Os 5 artigos que foram selecionados para constar neste trabalho, seguiram as etapas anteriores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Santos e Silva (2019) identificaram uma significativa ansiedade em pessoas surdas, relacionada com as barreiras na comunicação que o surdo frequentemente enfrenta. Quando haviam recursos linguísticos adequados para ocorrer a comunicação, a ansiedade diminuía consideravelmente.

Bisol, Simioni e Sperb (2007) fizeram um levantamento sobre pesquisas de psicologia em junção com a surdez e LIBRAS. Identificaram que nas poucas pesquisas feitas nesse campo no Brasil, a forma com que mais se compreende a surdez é a socioantropológica, ou seja, não se vê como um deficiência, mas como característica singular do indivíduo.

Neuber, Do Valle e Palamin (2008) perceberam conflitos intensos entre adolescentes surdos e seus pais ouvintes, devido à comunicação inadequada, a dificuldade dos pais em aceitar seus filhos surdos e a pouca – quase inexistente – afetividade entre os familiares.

Thomaz e Freitas (2017) fizeram um estudo de caso com o olhar fenomenológico sobre a participante surda. Esta, apresentou aspectos de sua vida antes e depois do

contato com a LIBRAS, tendo profundas diferenças: antes de saber LIBRAS, seu mundo e sua vida não existiam sentido e vontade de viver. A aprendizagem era um fracasso e suas experiências de vida estavam voltadas às expectativas e interesses das pessoas, não tendo identidade e essência. Ao encontrar apoio e compreensão na cultura surda, foi apresentada à língua oficial dos surdos. Além de adquirir a língua, seu mundo ganhou sentido, prazer e qualidade de vida. Conseguiu terminar uma faculdade e hoje ajuda na inclusão de mais pessoas surdas na sociedade. Obteve mais propriedade na vida, por viver suas experiências com identidade, vontades próprias e com sentido.

Silva, Paiva e Silveira (2012) atenderam crianças surdas e suas mães através de grupoterapias: as crianças apresentaram dificuldades na obediência nas regras sociais, nas relações interpessoais e na aprendizagem. As mães apresentaram culpa e ansiedade pela condição de surdez dos filhos, sentiam-se incapazes de impor limites às crianças, para evitarem que sofressem. Com o decorrer do atendimento, as crianças puderam compreender e vivenciar as regras sociais com mais facilidade, enquanto que as mães eram acolhidas de seus sofrimentos e capacitadas a impor limites necessários a seus filhos.

Percebe-se, de modo geral, a grande dificuldade que o surdo vivencia em sua comunicação. Nas pesquisas analisadas, muito surdos foram excluídos, por não conseguirem se adaptar à leitura labial ou porque não eram oralizados. As equipes de pesquisa estavam despreparadas para o atendimento em pesquisa desse público, sendo que a minoria contava com o apoio do intérprete de LIBRAS e os pesquisadores em si, não sabiam tal língua. Mesmo com a escassa quantidade em pesquisas sobre psicologia e surdos, a ciência não conseguiu dar voz e inclusão a todos desse público, que se mantém cada vez mais marginalizado nos atendimentos psicoterapêuticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicoterapia seria uma riquíssima experiência de transformação na vida do surdo, auxiliando-o no enfrentamento de suas complexas situações na qual deve enfrentar constante e solitariamente, além das barreiras sociais impostas pela comunicação, desinformação, preconceito etc.

Tais problemas não se dão somente de origem social e comunicacional: o surdo também vivencia suas características e sua identidade de maneira especificamente surda, podendo haver conflitos de aceitação, ansiedade, solidão, baixa autoestima,

incompreensão no seu aspecto pessoal, negando sua identidade surda. O apoio do psicoterapeuta faria com que essas realidades fossem sendo elaboradas, aceitas, ressignificadas e superadas de maneira saudável e eficaz.

Para que esse trabalho terapêutico ocorra com sucesso, o psicólogo deve aprender a conversar com o paciente surdo através da língua que o surdo utiliza para se comunicar. O acesso e domínio do psicólogo na LIBRAS faria com que o paciente fosse acolhido em todos os aspectos de sua vida, dando-o um atendimento ético e com dignidade da qual merece receber da ciência psicológica.

Também é preciso que o psicoterapeuta mantenha fortes vínculos com a cultura e a comunidade surda, para compreender seu estilo de vida próprio para suas realidades, podendo auxiliar os pacientes a assumirem cada vez mais a identidade surda como forma de existência singular.

A única característica que seria alterada no atendimento psicoterapêutico de pessoas surda é a da comunicação, tendo que o profissional dominar a língua do surdo para se obter harmonia na relação terapêutica.

A ciência brasileira necessita avançar em conhecimentos e estratégias sobre esta temática. Indica-se mais pesquisas, principalmente aplicadas, sobre a relação da surdez com psicologia, em todas as suas áreas de atuação, para priorizar a máxima inclusão e garantia de participação e beneficiamento dos surdos através do tratamento psicológico.

REFERÊNCIAS

BISOL, C.A; SIMIONI, J; SPERB, T. Contribuições da Psicologia Brasileira para o Estudo da Surdez. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 3, p. 392-400, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/prc/v21n3/v21n3a07.pdf>>. Acesso em: 15/05/2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo. 2005**. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica1.pdf>. Acesso em: 05/04/2020.

NEUBER, L.M.B; DO VALLE, T.G.M.D; PALAMIN, M.E.G. O Adolescente e a Deficiência Auditiva: As Relações Familiares Retratadas no Teste do Desenho em Cores da Família. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 18, n. 3, p. 321-338, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v18n3/11.pdf>>. Acesso em: 25/05/2020.

PEREIRA, B.A.M; LOURENÇO, L.M. Surdez e Psicologia Clínica: Contribuições de Literatura. **Psicologia.pt**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2017. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1118.pdf>>. Acesso em: 15/05/2020.

SANTOS, F; SILVA, J.P. Ansiedade entre as pessoas surdas: um estudo teórico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 1, p. 143-157, 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v71n1/11.pdf>>. Acesso em: 25/05/2020.

SILVA, N. M; PAIVA, F. C; SILVEIRA, C. A. B. Grupoterapia e Deficiência Auditiva Infantil: Trabalhando com Mães e Crianças. **Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, v. 13, n. 2, p. 56-67, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v13n2/v13n2a07.pdf>>. Acesso em: 25/05/2020.

THOMAZ, A.G; FREITAS, J.L. A Experiência de Mundo de uma Surda ao Aprender Libras: uma abordagem fenomenológico-existencial. **Estudo e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 25-45, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/34763/25529>>. Acesso em: 25/05/2020.

O DESENVOLVIMENTO AFETIVO MATERNO: FALHAS QUE ACARRETAM TRAUMAS NA CRIANÇA

Tiago Pereira, Bianca Callegari, e-mail: tiagopereira71@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O momento do nascimento é muito conturbado para o bebê, pois este deixa a proteção do útero materno para adaptar-se a um mundo cheio de sons, cores e formas estranhas. Posteriormente, do nascimento até o sexto mês de vida, a criança reconhece seu mundo através do relacionamento com a mãe, identificando nela a supressão de todas suas necessidades (MONTEIRO, 2003).

Segundo Aragão (2011), estabelecer vínculos entre os indivíduos relaciona-se a procura por companhia ou aproximação, em especial o vínculo afetivo entre a mãe e o bebê deve ser fortalecido desde os momentos iniciais da gestação, valorando com o nascimento. Essa relação é fundamental para garantir o desenvolvimento adequado do bebê, estendendo-se ao longo de sua vida.

Dentro desse contexto, Borsa (2010) aponta que o vínculo da relação mãe-bebê extrapola o mero “fornecer alimento ou cuidar das necessidades básica do bebê”- a empatia presente nessas ações garante o atendimento das necessidades físicas e emocionais. Entretanto o investimento emocional presente na relação familiar influencia o desenvolvimento pleno do bebê, bem como sua evolução aventureira no mundo futuro.

Dessa forma Winnicott (2008) afirma ser imprescindível a afetividade das relações vinculares entre a mãe e o bebê, considerando que a privação dessa afetividade pode incorrer em prejuízos severos no desenvolvimento da criança.

O presente estudo se fundamenta através de uma revisão sistemática da literatura, considerando como proposta temática a relação mãe-bebê frente aos vínculos afetivos presentes, a priori, nessa relação, bem como os traumas que a privação afetiva nessa fase do desenvolvimento pode incorrer no desenvolvimento do indivíduo, considerando como base as considerações de Winnicott.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática e tem como objetivo viabilizar, de forma clara e explícita, estudos sobre a relação afetiva entre a mãe e o bebê, e os traumas que as

falhas presentes nesse contexto relacional podem surgir, prejudicando o desenvolvimento humano. Para tal, realizou-se uma busca eletrônica em periódicos indexados nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PepSic, publicados nos últimos 05 anos (de março de 2015 a março de 2020). A busca foi realizada utilizando como base os Descritores em Ciências da Saúde (Decs), a saber: Relação Mãe-Bebê; Privação Afetiva e Winnicott. Os materiais que não tratavam do assunto foram excluídos, assim como os documentos repetidos. As demais exclusões foram realizadas pela leitura dos resumos e por leitura completa das referências; essa triagem permitiu a escolha final dos artigos que discorriam sobre o tema proposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, foram encontrados 49 trabalhos anexados nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC. Após análise criteriosa foram descartados 36 por não se adequarem aos descritores: Relação Mãe – Bebê; Privação Afetiva e Winnicott, restando dessa forma 10 estudos para serem analisados, os quais seguem relacionados na Tabela 1.

Tabela 1: Bases de Dados online consultadas para levantamento de literatura, palavras-chave utilizadas, quantidade de artigos encontrados e quantidade de artigos selecionados para o trabalho.

Base de dados	Palavras-chave	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos selecionados
SciELO	Relação Mãe-Bebê; Privação Afetiva; Winnicott.	35	09
PePSIC	Relação Mãe-Bebê; Privação Afetiva; Winnicott.	14	01
Total		49	10

Fonte: O autor

Os artigos anexados ao estudo abordaram o contexto da relação mãe – bebê, as quais estabelecem imediatamente um vínculo natural de amor, sendo que essa relação acontece sem o sentimento de obrigação.

Os estudos abordam a questão de que muitas mães sentem medo de cuidarem de seus filhos, mas com estímulos e intervenções adequadas, a insegurança desaparece e poderá fomentar uma relação de grande afetividade da mãe com seu bebê (SEHN; LOPES, 2019). Paralelamente, o bebê, na medida em que é acarinhado, alimentado e

cuidado, passa a compreender o vínculo traçado com sua mãe e esse processo recebe o nome de identificação primária (TEIXEIRA; RAIMUNDO; ANTUNES, 2016).

Quanto aos artigos que apresentaram nuances sobre Winnicott todos os autores concordam ao apontar que o vínculo mãe e filho é extremamente importante para o processo de desenvolvimento da criança, podendo ser o passo inicial para a formação da personalidade do indivíduo, desde que essa relação ocorra de maneira adequada e saudável, para contribuir para o desenvolvimento psicológico (RODRIGUES; SCHAEFERLL, 2019).

Por conseguinte, os estudos afirmaram que o cuidado frequente com os bebês é fundamental para que eles cresçam e se desenvolvam física e emocionalmente seguros e respeitados (SILVA, et al., 2019). Por isso, durante o processo de desenvolvimento, a criança precisa ser apresentada a interações positivas e cuidados adequados, principalmente ofertados pela mãe, bem como todos que se fazem presentes em seu meio (SANTA BARBARA; FUERTES; CARVALHO, 2019).

Os autores defenderam que a ausência materna e a falta de afetividade provocam na criança uma necessidade de busca por outros mecanismos transitórios, o que pode resultar em comportamentos desajustados, agressivos, antissociais, podendo ainda apresentar insônia, comportamentos regressivos, depressão ou ainda evoluírem para quadros de delinquência (RIBEIRO et al., 2018).

Os cuidados que o bebê recebe nas primeiras fases de sua vida tem grande importância para a saúde mental futura. Dessa forma é imprescindível que os bebês tenham a vivência de uma relação amorosa, íntima e contínua com a mãe; entretanto quando essa relação não acontece, inferindo uma privação afetiva, por diversos fatores, seja a falta de cuidados da mãe ou a negligência de carinho, levará o bebê a crescer com diversos problemas, principalmente emocionais e psicológicos (OLIVEIRA; DONELLI; REUSELL, 2019).

Fora ainda identificado nos artigos, que rupturas prolongadas na relação entre mãe e bebê, nas fases iniciais da vida causam danos na estrutura emocional da criança, prejudicando ainda sua formação da personalidade, e as complicações podem ainda prejudicar a forma como a criança irá lidar com o mundo, e com as relações interpessoais (NARDI, et al., 2015). Os estudos apontam ainda que as crianças privadas de afetividade apresentaram tendência a dificuldade de estabelecimento de laços afetivos,

sociabilidade superficial, ausência de sentimentos, e a grande possibilidade a delinquência (MARCIANO; AMARAL, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os contextos relacionados ao desenvolvimento da afetividade materna é possível compreender que a privação do afeto materno é um fator desafiador, pois quando a condição de amor, cuidado e zelo se rompe e a rejeição se torna presente na relação mãe-bebê, danos podem se perpetuar no desenvolvimento da criança.

Com isso, a pesquisa considerou que a relação de vínculos e afetividade entre mãe-bebê é extrema importância para o desenvolvimento saudável da criança, fomentando a constituição de toda sua personalidade. Do mesmo modo, a ausência deste pode resultar em danos significativos que se podem se estender até a fase adulta.

Ademais, a presente pesquisa sugere a necessidade de novos estudos acerca da proposta temática que é extremamente importante e dinâmica quando a mudanças e interpretações, dada a escassez de trabalhos encontrados nas bases de dados consultadas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, R.O.: **Tornar-se mãe de seu próprio filho**. Curitiba: Honoris Causa Editora, 2011.

BORSA, J. C. Considerações acerca da relação mãe-bebê da gestação ao puerpério. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**. Porto Alegre, n.05, 2010.

MARCIANO, R. P.; AMARAL, W. N. do.: O vínculo mãe-bebê da gestação ao pós-parto: uma revisão sistemática de artigos empíricos publicados na língua português. **Femina**; 43(4):155-159, jul.-ago. 2015

MONTEIRO, C.M. **Um Coração Para Dois: A Relação Mãe – Bebê cardiopata**. PUC, Rio de Janeiro, 2003.

NARDI, C. G. de A.; et al. Bebês com Sequência de Pierre Robin: Saúde mental materna e interação mãe-bebê [Sequência de crianças com Pierre Robin: Saúde mental materna e interação mãe-bebê]. **Estudos de Psicologia**, 32 (1), 129-140. 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000100012>

OLIVEIRA, L. T. de; DONELLI, T. M. S.; REUSELL, B.: Nursery educators' implicit mentalizing. **Temas psicol.**, Dec 2019, vol.27, no.4, p.895-908. ISSN 1413-389X.

RIBEIRO, A. C. B. R.; et al. **Prejuízo no vínculo mãe-filho e possíveis consequências: Revisão Sistemática.** Artigo conclusão de curso. Centro Universitário de Anápolis. 2018.

RODRIGUES, L. G. da C.; SCHAEFERLL, M. P.: Repercussões de desencontros e ambiente familiar na relação mãe-bebê: experienciando o método Bick de observação. **Psicol. clin.** [online]. 2019, vol.31, n.3, pp. 481-496. ISSN 0103-5665. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A04>.

SANTA BARBARA, C.; FUERTES, M.; CARVALHO, O. Relação mãe-filho(a) em bebês transportados junto ao peito e em bebês transportados em carrinhos. **Psicologia** [online]. 2019, vol.33, n.1, pp.55-64. ISSN 0874-2049. <http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v33i1.1432>.

SEHN, A. S.; LOPES, R. de C. S.: A Vivência Materna da Função de Cuidar no Período de Dependência da Criança. **Psic.: Teor. e Pesq.** vol.35 no.spe Brasília 2019 Epub Oct 28, 2019 <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe8>

SILVA, H. C. da; et al. Sintomas Psicofuncionais e Depressão Materna: Um Estudo Qualitativo. **Psico-USF** [online]. 2018, vol.23, n.1, pp.59-70. ISSN 2175-3563. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230106>.

TEIXEIRA, M. I. F.; RAIMUNDO, F. M. M.; ANTUNES, M. C. Q.: Relação da Vinculação Materno-Fetal com a Idade Gestacional e as Memórias Parentais. **Rev. Enf. Ref.** [online]. 2016, vol.serIV, n.8, pp.85-92. ISSN 0874-0283. <http://dx.doi.org/10.12707/RIV15025>.

WINNICOTT, D.W. **A Família e o Desenvolvimento Individual.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

O DESENVOLVIMENTO AUTISTA A PARTIR DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS

Ana Beatriz Forcin, Gabrielle Aleixo Garcia, Carla Maria Nicola Coletti, e-mail:
anb_forcin@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A ciência muito tem estudado para poder contribuir ao desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Descobrir quais as melhores formas de aproximar o aluno autista de um cotidiano comum é a principal busca. Faz-se importante compreender o desenvolvimento das crianças autistas, este seria o primeiro passo para alcançar bons resultados no processo de inclusão. Este estudo proporciona um diferente olhar sobre as mais variadas tomadas de decisões para atender as necessidades do autista, como desenvolver atividades contendo contextos próximos da realidade, alcançando as melhores habilidades.

É perceptível que no momento atual, a educação é falha ao ensinar todos os alunos de forma geral, ela necessita sempre de uma reestruturação e rever seu processo para garantir que seu efeito seja exatamente inclusivo. A tarefa partirá dos docentes, comprometimentos e com boa vontade de se aprimorar, para atender as necessidades que serão apresentadas. Ainda que pareça cem por cento preparados, deve-se questionar sempre se estamos garantindo a inclusão.

As características do autismo tornam o indivíduo marcante, outrora imperceptível; existem os casos de graus severos, os meios de diagnósticos são diversos e têm evoluído, há diagnósticos em crianças mais jovens, que não foram diagnosticadas na fase anterior. Alguns estudos alcançam o sucesso de diagnóstico a partir de diversas situações como brincadeiras espontâneas, jogos sociais que possuem um papel como o faz-de-conta.

O principal objetivo desta pesquisa é investigar o autista enquanto aluno em suas necessidades inclusivas, e quais as contribuições para o desenvolvimento do mesmo, utilizando também das diversas linguagens artísticas.

2 MÉTODO

As crianças em seu contato com o mundo agem sobre ele com afeto, cognição e motricidade, o professor deve considerar significações já construídas. Deve-se pensar

na preparação que auxiliará na avaliação das crianças, como o tempo de familiarização com as situações, com os locais, e se atentar quanto à apresentação de algum interesse específico para explorá-lo como um facilitador. O nosso desafio é saber valorizar tudo que a pessoa com deficiência é capaz de apresentar com sua limitação, não por observar aquilo que se tem a mais do que ela, mas sim pelo que ela pode ser melhor sendo como é.

Percebe-se através desta pesquisa que a construção da comunicação exercida no processo de socialização acontece a partir da expressividade infantil, já fazendo seu conhecimento de mundo. A primeira preparação do professor da educação especial é conquistar uma personalidade adequada ao tipo do trabalho que irá desenvolver, além de equilíbrio social e encarar os problemas que lhe serão apresentados, com compreensão e tolerância. Os estímulos não mudam muito, mas podem dar certo para todos, para cada estímulo terá uma reação, basta o educador saber utilizá-las e saber lidar com as diferentes situações.

A linguagens artísticas a partir dos estímulos pedagógicos sensíveis e lúdicos podem proporcionar a leitura de mundo para eles. A inclusão e o desenvolvimento a partir da arte pode desfrutar dos diversos métodos e materiais artísticos, através deles a criança pode se expressar e se desenvolver. Campbel (2009) aposta na utilização de alguns recursos que a arte proporciona como canto, dança e mímica, para proporcionar interação dos alunos, como expressão por gestos e várias outras que as linguagens artísticas proporcionarão. Os alunos autistas indicam suas necessidades por meio dos gestos, por isso se torna de extrema importância que além do acompanhamento e assistência o educador que o acompanha saiba reconhecer essas ações. A dança, o teatro, o lúdico, a pintura, o conto de fadas faz parte do momento de expressão das crianças; deve-se estimular constantemente essa criatividade, o ambiente escolar e o local fundamental para fazer este exercício da arte visual, música, entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente artigo obteve-se resultados satisfatórios, mostrando que as linguagens artísticas trazem para o aluno com TEA (Transtorno do espectro Autista) benefícios ao seu aprendizado, na vida escolar e pessoal.

Com estas linguagens específicas, como a arte, mescla o desenvolvimento psicomotor, a lateralidade, o espaço físico, a melhora e a comunicação; com isto o aluno consegue ter a autonomia e a socialização, que são grandes ganhos para eles.

A arte está presente no cotidiano da vida Infantil. Ao rabiscar e desenhar no chão, na areia e nos muros, ao utilizar materiais encontrados ao acaso (gravetos, pedras, carvão), ao pintar os objetos e até mesmo seu próprio corpo, a criança pode utilizar-se das linguagens da arte para expressar experiências sensíveis. (BRASIL, 1998).

No mundo do autista tem-se muitos medos, muitas vezes por não os conhecê-los e para que tenha-se um desenvolvimento amplo, positivo; é necessário que os pais e professores se adentrem a este mundo, para que possam falar de igual para igual, conseguindo se entender, tendo ajuda mutua de ambos, para obter o melhor resultado para o aluno.

Os alunos com TEA tiverem muitas conquistas no decorrer dos anos, conseguiram seus direitos por lei, como ter uma professora especializada junto a ele nas aulas, tendo o direito de frequentar escolas regulares e especializadas, atendimentos especializados como AEE (Atendimento Educacional Especializado) e Salas de recursos. Com as tecnologias digitais em mãos, o desenvolver do aluno com TEA foi de forma mais prática, mais humana, tendo seus direitos assegurados, os professores mais aptos a trabalhar com esses alunos, obtendo assim um desenvolvimento com respostas positivas.

Para que estes alunos vivam entre os amigos, sem discriminação, sem julgamentos, sem apontamentos, é dever dos pais e professores ao conversar com a sala; dar instruções, mostrando que os alunos com TEA são pessoas iguais a eles, tendo os mesmos direitos e deveres, mostrando o respeito pelo mesmo. Tendo todos estes conjuntos, o desenvolvimento dos alunos autistas será satisfatório, pois aprenderão como viver em socialidade, partilhar do mesmo ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa em questão, foram evidenciadas algumas conclusões acerca do Transtorno do Espectro Autista, abordando bem como mitologias de ensino e práticas pedagógicas eficazes para a alfabetização, inclusão e escolarização do aluno autista.

Buscou-se destacar e mostrar as práticas e preparações que devem partir do educador frente ao seu aluno, bem como de toda equipe pedagógica que caminha com ele. Também pretendeu-se apresentar os grandes resultados na escolarização do aluno

com TEA explorando o ensino de arte, com o bom desempenho da equipe e o trabalho em união.

Muitos alunos destacaram-se, apresentando imensos avanços no desenvolvimento a partir das diversas linguagens artísticas, evidenciando os benefícios que a arte proporciona, e também o quanto ela oferece de metodologias diferentes para o próprio profissional da educação, para que os alunos tenham um melhor desenvolvimento a partir da prática, da ação que a arte tem na vida do autista.

Discute-se quanto ao desenvolvimento do aluno em pauta, se deve ser em escola regular ou especializada. Esse assunto é de grande repercussão, pois os pais querem o melhor para seus filhos, mas nem sempre conseguem decidir com clareza o que querem, pois esta é uma dúvida que todos tem. Não tem como descrever se uma escola é melhor que a outra, podemos dizer que uma escola tem mais recurso do que a outra, ou recolhem melhores resultados que outras.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Diante dos estudos, fica claro que algumas das evoluções é que o aluno melhore suas formas de expressões, verbalize melhor, gesticule, melhore a fala, enfim se desenvolva melhor. Lembrando que a crianças com esse tipo de transtorno possuem inteligência mais desenvolvida basta então que o professor, através da análise, averigue em quais âmbitos o aluno tenha uma melhor aptidão, habilidades com determinadas tarefas, para usufruir dessas qualidades no próprio desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Secretária da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo. v. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPBELL. S. I. **Múltiplas Faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. DEMO, P. Pesquisa e

construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1994.

O DUPLO NA CONFISSÃO DE LÚCIO: ECOS PSICANALÍTICOS

Victor Sousa, Marcelo Mott Peccioli Paulini, e-mail: 1999victorss@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto lavoisiano “Nada se cria, tudo se transforma” é ilusório deixar de levantar influências recíprocas e até mesmo coincidências quando submetemos variados tipos de produção à uma única ótica maior. O fenômeno do duplo abarca estudos literários e psicanalíticos, formando o elo que articula a produção de Sigmund Freud, psicanalista, e Mário de Sá-Carneiro, escritor. A Confissão de Lúcio, romance do último, é o objeto do estudo em questão, considerando conceitos do primeiro e observando as confluências entre eles.

Em um viés ambicioso, o presente trabalho busca colaborar para os estudos referentes à articulação entre a obra e o fenômeno do duplo, e em um viés realista, unificar as informações dos estudos mais relevantes dentro da presente temática, facilitando estudos futuros e ainda, em um viés de realização pessoal, aprofundar o estudo e compreensão da obra literária, do insólito e da psicanálise.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica dialética, considerando aspectos psicanalíticos presentes no fenômeno do duplo, utilizando o texto original do romance “A Confissão de Lúcio” de Mário de Sá-Carneiro; “O Inquietante”, de Sigmund Freud; “Introdução à Literatura Fantástica” de Tzvetan Todorov; “Identidade e Alteridade em A Confissão de Lúcio de Mário de Sá-Carneiro” de Alexander Rezende Luz, “Do Duplo à Abjeção: Uma leitura de A Confissão de Lúcio de Mário de Sá-Carneiro” de Fiorella Ornellas de Araújo e “O real e seu duplo: ensaio sobre a ilusão”, de Clement Rosset.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Confissão de Lúcio traz um duplo que destoa do que é recorrente à temática em questão, uma vez que Marta, além de imaginária, é mulher, sexo oposto ao de Ricardo e Lúcio. No romance de Sá-Carneiro o que se confunde com o Outro é a identidade e a sexualidade do Self, considerando que “[...] normalmente na literatura, o duplo desafia

os limites do Eu e do Outro, do conhecido e do desconhecido, identidade e da alteridade [...]” (LUZ, 2010, p. 16).

Dividem-se em duas as principais interpretações da obra em questão, polos que necessariamente se opõem. O intermédio deles é quase infinito, ponderando os dois extremos em diferentes dosagens. Uma das interpretações toma Lúcio como louco, desqualificando seu discurso, enquanto a outra admite o sobrenatural e a veracidade do relato do narrador.

Tzvetan Todorov, por meio de Introdução à Literatura Fantástica, pontua que essa hesitação é requisito primordial do gênero ao qual a obra faz parte, o fantástico, e é acentuada pela narrativa em primeira pessoa facilmente influenciada e moldada pelo narrador e seu senso oscilante de real e imaginário.

[...] o fantástico não dura mais que o tempo de uma vacilação: vacilação comum ao leitor e ao personagem, que devem decidir se o que percebem provém ou não da “realidade”, tal como existe para a opinião corrente. Ao finalizar a história, o leitor, se o personagem não o tiver feito, toma, entretanto, uma decisão: opta por uma ou outra solução [...] (TODOROV, 1970, p. 24).

Assumindo que Marta surge da projeção dos desejos amorosos e sexuais de Ricardo por Lúcio, criada como uma espécie de personificação dos mesmos e de sua alma, para que, por meio dela, concretizasse-os e aproximasse os rapazes. “Marta [...] extensão e criação de Ricardo para realização carnal do desejo de possuir Lúcio [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 71). Leitura e interpretação acentuadas pelo diálogo de Ricardo e Lúcio em que o primeiro confessa tê-la criado em uma noite de insônia:

Uma noite, porém, finalmente, uma noite fantástica de branca, triunfei! Achei-A... sim, **criei-A!... criei-A...** Ela é só minha — entendes? — é só minha!... Compreendemo-nos tanto, que **Marta é como se fora a minha própria alma.** Pensamos da mesma maneira; igualmente sentimos. Somos nós-dois... Ah! E **desde essa noite eu soube, em glória soube, vibrar dentro de mim o teu afeto** — retribuir-to: mandei-A ser tua! Mas, estreitando-te ela, era eu próprio quem te estreitava... Satisfiz a minha ternura: Venci! E ao possuí-la, eu sentia, tinha nela, a amizade que te devera dedicar — como os outros sentem na alma as suas afeições. Na hora em que a achei — tu ouves? — **foi como se a minha alma, sendo sexualizada, se tivesse materializado.** E só com o espírito te possuí materialmente! Eis o meu triunfo... Triunfo inigualável! Grandioso segredo!... (SÁ-CARNEIRO, 1996, p. 84, grifo nosso).

A projeção é um mecanismo de defesa pelo qual o indivíduo atribui ao Outro sua própria natureza, atributos e quaisquer outras manifestações indesejáveis ou inaceitáveis presentes no Eu. Na obra de Sá-Carneiro, “[...] almeja-se o impossível, desejos metafísicos de incorporar um ao outro, de possuir [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 71).

Os desejos homossexuais impossíveis na relação Ricardo-Lúcio não deixam de existir em Marta-Lúcio. Por meio dela, entretanto, que os concretiza, “[...] a homossexualidade está como um desejo e é realizado pela criação de Marta, solucionando o problema do triângulo amoroso [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 72 e 73). Mas, paradoxalmente, acaba retornando ao ponto de princípio, em que os próprios sentimentos, que são socialmente estranhos ou repugnantes, voltam a atormentá-lo.

Como um duplo, Marta não foge das características próprias da ilusão pontuados por Rosset, e Ricardo, para proteger-se dos sentimentos proibidos por Lúcio, cria Marta, não para rechaçá-los, mas desdobrando o real para realizá-los. Entretanto, tais sentimentos continuam existindo em si, e são acentuados pelo relacionamento de Lúcio e Marta, e Ricardo, assim como Édipo, tem um encontro doloroso consigo mesmo, ao tentar escapar do desejo homossexual, e acaba sendo consumido e arruinado por ele. “[...] Ela é só tua! [...] Só para ti a procurei... Mas não consinto que nos separe [...]” (SÁ-CARNEIRO, 1991, p. 62).

Os diferentes aspectos da ilusão [...] reenviam uma mesma função, para uma mesma estrutura, para um mesmo fracasso. A função: proteger do real. A estrutura: não recusar perceber o real, mas desdobrá-lo. O fracasso: reconhecer tarde demais no duplo protetor o próprio real do qual se pensava estar protegido. Esta é a maldição da esquiva: reenviar, pelo subterfúgio de uma duplicação fantasmática, ao indesejável ponto de partida, o real (ROSSET, 1988, p.105).

É possível traduzir o triângulo amoroso de Sá-Carneiro para a dinâmica Freudiana da tripartição da psique: Id, Ego e Superego. Lúcio surge como o consciente e a projeção do Ego, a força que impedia que Ricardo manifestasse Marta, sendo “[...] a base da vida mental, que media os conflitos entre o indivíduo e o ambiente e entre as próprias instâncias psíquicas [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 71). Ricardo, por sua vez, desempenha o papel do subconsciente e da projeção do Superego, burlando os próprios desejos por meio de uma dissociação do seu ser, “[...] corresponde à censura moral, instância repressora a favor da cultura e boas normas [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 71). Marta, por conseguinte, é atribuída ao inconsciente e à projeção do Id, a manifestação do que Ricardo rechaça, é o “[...] receptáculo dos impulsos instintivos, dominada pelo prazer e desejo [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 71).

Sérgio Warginsky, um homem feminilizado, e também amante de Marta, reforça a tripartição da psique nas personagens do romance. Lúcio, o repudia, sente nojo e implicância, enquanto Ricardo o tem como proibitivo, é outro corpo masculino que

deseja, mas tem o encontro como impossível, e Marta, desdobramento feminino de Ricardo e um artifício para concretizar seus impulsos homoeróticos, o possui.

No começo do romance Lúcio tem uma conversa com Gervásio Vila-Nova, que lhe diz: “Sabe, meu caro Lúcio [...] não sou eu nunca que possuo as minhas amantes, elas é que me possuem...” (SÁ-CARNEIRO, 1991, p. 2). E no fim da obra, Lúcio, ao descobrir que não é o único amante de Marta, sente nojo: “[...] ao possuí-la, eu tinha a sensação monstruosa de possuir também o corpo masculino desse amante (SÁ-CARNEIRO, 1991, p. 49). Surtindo a reflexão: Lúcio que possui Marta, ou Ricardo, que, por meio de Marta, o possui?

“[...] Marta como materialização da alma é o recurso de ligação do “eu” e do “outro”, pois o ser tenta ultrapassar a si próprio, possuir aquele com quem se identifica [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 73). Esse método de autossuperação encontra respaldo na cisão do real e do ideal, fundamentando também o onanismo, a homossexualidade e a heterossexualidade.

O onanismo, alheio ao Narcisismo, embarca a contemplação por si mesmo, e se faz presente no episódio em que Ricardo não vê a própria imagem refletida no espelho do guarda-roupas.

Sabe você, Lúcio, que tive hoje uma bizarra alucinação? Foi à tarde. Deviam ser quatro horas... Escrevera meu último verso. Saí correndo do escritório. Dirigi-me para o meu quarto... Por acaso olhei para o espelho do guarda-vestidos e não me vi refletido nele! Era verdade! Via tudo em redor de mim, via tudo quanto me cercava projetado no espelho. Só não via a minha imagem... Ah! Não calcula o meu espanto... a sensação misteriosa que me varou... Mas quer saber? Não foi uma sensação de pavor, foi uma sensação de orgulho (SÁ-CARNEIRO, 1991, p. 36).

A homossexualidade faz parte do âmago de Ricardo, força desencadeadora e originária de Marta e direcionada a Lúcio e Sérgio. Enquanto a heterossexualidade apresenta dualidades à parte: na relação Lúcio-Marta, Lúcio se sente fixado ao enigma que Marta é, e, ao mesmo tempo em que a deseja, e deleita-se ao possuí-la, também sente náuseas e repulsa; ele sente amor, ódio, tesão e horror.

Com efeito a sua carne de forma alguma me repugnava numa sensação de enjôo – a sua carne só me repugnava numa sensação de monstruosidade, de desconhecido: eu tinha nojo do seu corpo como sempre tive nojo dos epiléticos, dos loucos, dos feiticeiros, dos iluminados, dos reis, dos papas – da gente que o mistério grifou... (SÁ-CARNEIRO, 1991, p. 49).

Marta, entretanto, apresenta dualidades e ambivalências que extrapolam o estado de duplo em si. Além da projeção da alma feminina de Ricardo, ela também desempenha, simultaneamente, o papel de esposa companheira e adúltera descarada; meio para concretizar os anseios proibidos do esposo e empecilho para afastá-los.

O duplo, Marta, foi criado com a intenção de concretizar os desejos rechaçados por Ricardo, sua relação homossexual com impossível enquanto homem, entretanto, acabou por interferir na dinâmica Ricardo-Lúcio, considerando que ao invés de aproximá-los ela é a causadora de segredos entre os dois e a responsável pela morte de Ricardo, resultado da intervenção perante a necessidade de eliminação do duplo ao fim do romance.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Confissão de Lúcio possui diversas interpretações possíveis, uma delas, e a considerada e aceita no presente trabalho é a de que Marta é o duplo de Ricardo, a personificação de seus desejos proibidos, a duplicação de sua alma que concretiza seus anseios.

Esmiúça-se a incidência do duplo em si e a convergência, ou não, das características do duplo de Sá-Carneiro para com os duplos na literatura, submetendo Marta não somente ao que se é esperado do duplo como fenômeno, mas também à conceitos psicanalíticos embasados principalmente em Freud.

O conceito do duplo se faz presente em toda a obra, com breve exceção no primeiro capítulo que introduz a ambientação, as personagens e suas relações interpessoais, além de servir como base para o restante do romance, antecipando a homossexualidade e o desaparecimento súbito da americana que perpassaram a tríade principal: Lúcio-Ricardo-Marta.

A tríade pode ser interpretada de acordo com a primeira e segunda tópicos de Freud, representando a tripartição da psiquê em: Id, Ego e Superego, marcando, respectivamente, Marta, Lúcio e Ricardo, a mesma ordem aplicada ao Consciente, Subconsciente e Inconsciente.

O trabalho em questão percorre um trecho do caminho da fascinante estrada onde confluem a literatura e a psicanálise, deixando-o em aberto para trilhas de maiores aventuras e fôlego.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fiorella Ornellas de. **Do Duplo à Abjeção: Uma Leitura de A Confissão de Lúcio de Mário de Sá-Carneiro**. Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa. Universidade de São Paulo, 2009.

LUZ, Alexander Rezende. **Identidade e Alteridade em A Confissão de Lúcio de Mário de Sá-Carneiro**. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

ROSSET, Clement. **O real e seu duplo: ensaio sobre a ilusão**. Trad. José Thomaz Brum. Porto Alegre: L&PM, 1988.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA ASSOCIADO AOS ASPECTOS METODOLÓGICOS E LINGUÍSTICO PERMITEM AO EDUCADOR UMA TOMADA DE DECISÃO SOBRE O QUE E COMO ENSINAR

Marina Delgado, Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail:
marinama1992@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Portuguesa no Brasil tem passado por diversos desafios, influenciadas diretamente pelas modificações da sociedade que afetam as percepções de mundo e forma de se aprender dos alunos. Para isso, o professor precisa encontrar abordagens que tornem o ensino mais interessante e contextualizado para seus estudantes, desprendendo-se de modelos tradicionalistas.

É importante que os alunos desenvolvam a compreensão de que a língua possui diferentes formas e manifestações, presentes em cada situação comunicacional. Sendo assim, para garantir um ensino mais completo, as variações linguísticas devem ser aprendidas e valorizadas pelos alunos, de forma que os contextos sempre estejam inseridos nesse processo. A análise linguística surge como uma alternativa para um ensino que seja focado no ensino e torne os alunos capazes de compreender as relações entre a teoria e a prática em relação ao ensino.

Os documentos que propõem como os currículos escolares devem ser moldados (PCNs e BNCC) trazem em suas propostas a necessidade de se adaptar aos contextos que os alunos vivenciam, isso deve ser percebido na escolha de textos a serem analisados e as variações linguísticas presentes. Este trabalho busca compreender como são as concepções de língua, linguagem e gramática dentro da sala de aula, trazendo a análise linguística como uma ferramenta capaz de trazer aos alunos um ensino mais contextualizado e de acordo com as propostas dos documentos oficiais.

A mudança nos modelos de ensino é necessária para que os alunos se sintam confiantes e capazes de fazer as escolhas linguísticas necessárias para cada contexto de suas vivências. O texto como centro da aula faz com que os estudantes percebam como as estruturas linguísticas funcionam em situações reais, desenvolvendo maior proficiência e habilidades na leitura e produção.

Ao aproximar-se da realidade dos alunos, o ensino da Língua Portuguesa pode mostrar-se mais motivador, deixando os alunos conscientes e seguros em relação às escolhas linguísticas e como utilizar-se da língua em cada situação. A análise linguística mostra-se como uma alternativa para que os alunos consigam relacionar o uso da língua dentro da sala de aula com seu aproveitamento em contextos sociais distintos. O objetivo desse trabalho é perceber como os professores podem tornar a aula mais contextualizada e motivadora, sem o uso de estruturas padronizadas com foco majoritário na memorização.

2 MÉTODO

O procedimento metodológico realizado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos e os documentos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A revisão de literatura foi feita para compreender os estigmas presentes no ensino da Língua Portuguesa no contexto brasileiro, buscando propostas efetivas pautadas na análise linguística e no ensino contextualizado. Toda a pesquisa foi realizada com materiais previamente publicados sobre o tema.

3 REVISÃO DE LITERATURA

As sociedades atuais enfrentam constantes mudanças em variadas áreas, na educação isso não poderia ser diferente. Os modelos de ensino passam por modificações para que possam se adequar às novas necessidades dos alunos dentro do contexto social recorrente. Por muito tempo, as aulas de Língua Portuguesa tiveram como foco a memorização de regras, de forma descontextualizada.

É preciso refletir sobre a língua e suas concepções, para Perini (2010) ela é um conjunto de regras, itens léxicos e expressões construídas dentro de cada cultura. Não se pode considerá-la algo inato ao ser humano, é preciso aprender uma língua para poder utilizá-la. Através do uso da língua é possível que um povo ou nação seja capaz de construir sua cultura e expressar suas visões de mundo e pontos de vista. A forma como as manifestações culturais e atividades comunicacionais se constroem são um reflexo direto de como a língua é utilizada, quais são as intencionalidades de uma fala, qual sentido busca-se atingir, qual a situação dessa construção.

Ao usarmos uma língua, lançamos mão de conhecimentos não apenas linguísticos stricto sensu, mas de todo tipo de conhecimento sobre o mundo. Por exemplo, podemos dizer animal mamífero, mas não mamífero animal, porque se entende que todo mamífero é animal, e o termo mais restritivo deve sempre aparecer depois do menos restritivo. Nesse caso, a ordem das palavras não é determinada apenas pelo nosso conhecimento da língua, ou seja, da gramática, mas também pelo que sabemos sobre o mundo animal (PERINI, 2010, p. 3-4).

De acordo com Petter (2007) a língua falada precisa ser levada em consideração dentro da educação porque ela acontece antes da forma escrita, afirma também que não se pode realizar uma comparação sobre qual uso é mais ou menos lógico porque são formas diferentes e possuem em sua construção os elementos pertinentes e necessários para que haja uma comunicação de qualidade entre os falantes da língua. Uma língua possui dentro de si tudo aquilo que é necessário para o contexto em que é ambientada, sendo uma construção viva e que pode sofrer modificação para que haja uma adaptação de acordo com as necessidades.

Em relação à linguagem, ela deve ser compreendida como um fenômeno que está ligado às interações sociais, de acordo com as convenções sociais presentes em cada situação comunicacional. Entretanto, ela vai além da forma verbal, abrangendo símbolos, gestos e sinais. De acordo com Vygotsky (1984 apud BEZERRA, 2002) é a linguagem que permite que as pessoas construam suas percepções de mundo e posicionamentos, isso acontece porque a linguagem está relacionada a todos os contextos de vivência de uma pessoa, desde o nascimento.

A gramática, de acordo com Wall (2009), foi criada com o intuito de padronizar e preservar uma língua, mantendo-a daquele jeito e impedindo que ela fosse modificada, conseqüentemente, ela tornou-se um meio para a dominação de classes. As pessoas com mais acesso à norma culta da língua são mais respeitadas, enquanto aquelas que não a utilizam totalmente têm suas falas menos respeitadas.

[...] uma forma de controlar determinada língua contra ameaças de desaparecimentos e declínios, entretanto, esse controle apresenta interesses mais amplos que vão além da mera preservação da língua, entre eles estão interesses políticos, econômicos e sociais (WAAL, 2009, p. 985).

Antunes (2007 apud CLEMENTE, 2015) afirma que o ensino da Língua Portuguesa não pode ser pautado somente na gramática normativa, porque saber somente as estruturas e regras não é suficiente para que o aluno seja proficiente nos âmbitos da leitura, escrita e comunicação. Define como gramática normativa como um

conjunto de regras e estruturas que devem ser seguidas, trazendo os conceitos de certo e errado, desconsiderando todas as variações linguísticas e os fatores que as motivam, tratando a língua como uma estrutura imutável. O ensino traz como foco principal essa gramática, porém de forma descontextualizada, sem que os alunos percebam suas estruturas na prática, somente com exercícios com o foco na memorização.

Com o propósito de tornar o ensino mais adequado diante das mudanças e inovações da sociedade são apresentados dois documentos em momentos distintos que buscam integrar as disciplinas e objetos de ensino com a sociedade contemporânea, são eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, publicados em 1998 e 2000) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, publicada em 2018). Tais documentos trazem como proposta que as escolas levem em consideração a realidade da comunidade escolar no momento da criação do currículo, proporcionando um ensino igualitário e contextualizado.

Em relação ao ensino da Língua Portuguesa, os PCNs (BRASIL, 1998) propõe que o foco deve ser o desenvolvimento de competências linguísticas e discursivas, através da leitura e produção de textos, para que o aluno seja capaz de se comunicar nas mais variadas circunstâncias. Sendo assim, o professor deve planejar suas aulas de forma contextualizada, com situações que vão além dos contextos escolares, para que os alunos percebam como cada escolha linguística pode interferir na comunicação.

[...] necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. [...] É preciso abandonar a crença na existência de um gênero prototípico que permitiria ensinar todos os gêneros em circulação social (BRASIL, 1998, p. 23-24).

A BNCC (BRASIL, 2018) traz como proposta para a sala de aula o uso de textos, sempre de forma contextualizada, para que o aluno seja capaz de compreender a intencionalidade do falante, gênero textual escolhido e os diferentes usos da linguagem possíveis dentro desse texto. Com a ampliação das competências de leitura o aluno será capaz de atuar e se posicionar de forma crítica dentro de uma sociedade. São quatro eixos propostos a serem desenvolvidos pelos alunos: leitura e escrita, oralidade, produção e análise linguística e semiótica.

Para atender as novas propostas de ensino, a análise linguística traz para a sala de aula o uso da leitura e da escrita, permitindo que os alunos reflitam sobre o aprendido.

De acordo com Pagnan, Nantes e Simm (2014) os alunos precisam ter a percepção de que diferentes gêneros textuais, nos mais diversos contextos históricos, culturais e sociais influenciam no modo com o qual a língua é utilizada. Nesse contexto o aluno será capaz de refletir sobre as variações linguísticas e de que forma elas acontecem, podendo construir diferentes tipos de texto de acordo com as necessidades de cada situação comunicacional, um pensamento que vai muito além da gramática normativa.

[...] ser capaz de entender o percurso que influenciou a mudança de uma visão de língua como expressão do pensamento para uma visão de língua como meio de interação e qual a influência disso no estudo da gramática. É preciso também que ele compreenda que o surgimento de uma nova visão - a língua como interação (PAGMAN; NANTES; SIMM, 2014, p. 31).

Para Mendonça (2009 apud TEIXEIRA, 2011) o ensino pautado na análise linguística compreende a língua como mutável e variada de acordo com os falantes e as situações comunicativas em que se encontram, focando nos mais diferentes efeitos de sentido que podem ser causados por ela e utilizando-se do método indutivo, que parte da prática para a regra.

Segundo Dionisio, Machado e Bezerra (2010) os textos dentro do contexto da sala de aula são essenciais para a compreensão da linguagem e todas as formas que ela pode se apresentar, analisando estrutura e quais recursos linguísticos foram utilizados para melhor adaptar-se à função do texto, sendo as funções emotiva, conativa, metalinguística, fática, referencial e poética. É preciso apresentar aos alunos a maior amplitude de variedades linguísticas possíveis, utilizando-se de textos técnicos, informativos e midiáticos para que os estudantes tenham a percepção de como as variações ocorrem. Tendo conhecimento das variações linguísticas e os motivos que as ocasionam o aluno será capaz de valorizar a língua não reproduzir o preconceito linguístico.

Para inserir em prática a análise linguística, Callian e Botelho (2014) sugerem uma sequência didática que consiste no uso de construções da língua (sem que haja uma reflexão sobre o como usar, de uma forma natural), a reflexão (o estudo e a percepção sobre como as estruturas são utilizadas em cada situação) e uso novamente (consciente em relação às formas da língua). Com essa sequência didática há uma forte valorização do texto, porque através dele os alunos ficarão mais proficientes sobre como utilizar-se da língua em cada situação comunicacional, além de ampliarem seus conhecimentos de mundo através de variadas leituras.

Suassuna (2006) afirma que o professor precisa considerar no momento de planejamento de sua aula quais são as facilidades e as dificuldades apresentadas por cada turma em relação a Língua Portuguesa, sendo importante trazer para o conhecimento dos alunos as variações linguísticas e os contextos que as geram. A leitura e a escrita também entram nesse processo, porque ao falar sobre produções textuais é impossível considerá-las apenas um processo técnico e estrutural, afinal a escrita é um processo social, então deve estar aberta a todos os tipos de variações presentes no contexto.

Com isso, a proposta de novas atividades com base na análise linguística sempre será pautada pelo texto, tanto a leitura em sala quanto as produções feitas por alunos e com esses textos os professores serão capazes de identificar as habilidades e dificuldades dos alunos em relação à Língua Portuguesa, selecionando quais conteúdos serão abordados com mais enfoque, sejam eles sobre a questão gramatical e linguística ou em relação às práticas discursivas dentro de um gênero textual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as transformações em diversos aspectos da sociedade, há uma necessidade de que o ensino se adapte também para melhor atender seus alunos. A gramática normativa, ensinada de um jeito descontextualizado e apenas para memorização, já não tem um espaço tão forte dentro da sala de aula. Compreende-se que a língua deve ser estudada em sua totalidade, na forma oral e escrita, com a percepção de que cada situação e contexto traz algumas modificações ao seu uso e que muitos fatores devem ser levados em conta para essa compreensão.

A forma como a língua é utilizada, a escolha de palavras e expressões e o uso de determinadas estruturas, está diretamente relacionada a aspectos culturais e sociais de cada falante, suas relações com o outro e intencionalidades. Para que isso seja alcançado, é preciso que o texto receba um enfoque em aula, tanto a leitura quanto as produções realizadas pelos alunos, com isso será possível pensar sobre como as variações linguísticas surgem através de questões geográficas, históricas, sociais, técnicas e culturais e não memorização de regras.

A análise linguística, além de trazer o foco no texto, desconstrói os conceitos de certo e errado, trabalhando com um sistema que é mutável e possui adequações e inadequações específicas dentro de cada contexto comunicacional. Os alunos devem

passar por um constante processo de reflexão sobre os diversos processos que levam até a escrita de um texto.

Portanto, a análise linguística é uma alternativa para atender as necessidades dos alunos diante de uma sociedade com mudanças, garantindo que os estudantes compreendam os usos reais e contextualizados de uma língua, as variações linguísticas e como elas ocorrem dentro de produções textuais, sem que os conteúdos sejam somente memorizados, garantindo um ensino que seja efetivo e significativo.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, M. A. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M.A. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.37-46.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília, MEC/SEMTEC, 1998b.
- BRASIL. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2000.
- CALLIAN, G. R.; BOTELHO, L. S. A análise linguística e o ensino de língua portuguesa: em busca do desenvolvimento da competência comunicativa. *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*. n. 16, 2014. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk4.pdf> Acesso em: 14 de jul. de 2020.
- CLEMENTE, T. F. As concepções de gramática e sua prática em sala de aula. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. XVI, nº 04, t. 2, 2015. p. 1591-1601.
- DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- PAGNAN, C. L.; NANTES, E.; SIMM, J. F.; Análise linguística e ensino da língua portuguesa: reflexões sobre o discurso do professor. **Revista Educação Online**, n. 17, set-dez 2014, p. 29 – 58.
- PERINI, M. A. Sobre língua, linguagem e Linguística: uma entrevista com Mário A. Perini. **ReVEL**. v. 8, n. 14, 2010.
- PETTER, M. Linguagem, Língua, Linguística. *In*: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11 – 24.
- SUASSUNA, L. Aula e professor de português: uma reflexão a partir do imaginário dos alunos; Didática da língua portuguesa: a questão do método, do objeto e do objetivo. *In*: SUASSUNA, L. (org.). **Ensaio de pedagogia da língua portuguesa**. Recife: Editora universitária da UFPE, 2006, p. 15-49.

TEIXEIRA, A. S. Ensino de gramática e análise linguística. **Revista Ecos**. 11 ed, 2011. p. 163-173.

WAAL, D. V. D. Gramática e o ensino da Língua Portuguesa. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IX, 2009, PUCPR.* p. 983-994.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA ATRAVÉS DO GENÊRO HUMORÍSTICO COMO MECANISMO LINGUÍSTICO

Giovana Salvador de Lima, Suzana Abrunhosa
email: giovanasalvadorlima@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O papel da escola deve ir além de ensinar para o aluno os recursos da decodificação de signos linguísticos. Ela deve proporcionar-lhe um ensino que garanta determinada autonomia de compreensão e capacidade de imaginação, favorecendo, assim, a sua criticidade.

No entanto, o que se verifica é o desinteresse de muitos alunos pelo ensino que a escola proporciona, visto que o modelo tradicional não mais prende a atenção, já que os conteúdos apresentados, ou diferem totalmente da realidade, ou pedem uma formalidade, que, por conta dos avanços tecnológicos, ficou inadequada.

As pessoas vivenciam uma era de ultradesenvolvimento tecnológico, e o professor acaba, de certa maneira, disputando a atenção do aluno com as diversas redes sociais, as quais contêm os mais variados tipos de estímulos. Com isso, há uma pressão para que o docente busque metodologias ativas e diferenciadas, o que pode resultar em um maior engajamento e gerar uma certa conexão com os estudantes, melhorando a retenção de conhecimentos. Na disciplina de Língua Portuguesa, uma das formas para se atingir esse intento é o uso do gênero humorístico, que vem se tornando um ótimo aliado em sala de aula. Segundo Possenti (2001), “as piadas podem servir de suporte empírico para uma teoria mais aprofundada de como funciona a língua”. O humor pode estar presente em eventos cotidianos, dinâmicos, em vídeos, imagens, e isso acaba remetendo a uma constante aproximação do conteúdo a ser discutido com a realidade social, cultural e política dos dias atuais.

Como apoio teórico a esta pesquisa, quanto ao estudo de textos de humor, foram utilizados os conceitos preconizados por Andrade (2015), Santos (2009), Raskin e Attardo (1991) e Possenti (1998), entre outros. De igual relevância foram as reflexões de autores que também demonstraram preocupação com o trabalho de leitura realizado no ambiente escolar, como Marcuschi (2008), Koch e Elias (2006), Koch (2002) e Travaglia (1990).

O domínio da língua possibilita a participação social efetiva e, sendo assim, a escola, ao ensiná-la, assume uma grande responsabilidade que é proporcionar o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania. Ademais, é fundamental reconhecer que a língua está sempre se modificando através do tempo e do espaço geográfico, pois é usada em várias situações, em diversos contextos, assumindo inúmeras maneiras e possibilidades de uso. Dessa forma, há necessidade de promover o desenvolvimento de procedimentos e estratégias de leitura diversificados, partindo de diferentes gêneros, a fim de desenvolver habilidades de compreensão leitora nos discentes.

2 MÉTODO

Para a realização deste estudo, foi feita uma pesquisa documental, de fundamentação teórica, através de diversos tipos de fontes, como livros, artigos, material bibliográfico em geral, referentes ao assunto do presente pré-projeto, indicados pelo orientador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as línguas passam por um processo de mudança e transformação, na sua evolução histórica, em diversos contextos, assumindo diversas maneiras e possibilidades. Quando se trata do processo de compreensão de uma língua, é importante alertar para a existência de uma variedade dialetal ou socioletal, já que existem muitas outras condições que contribuem para a construção do sentido, além da significação das palavras que compõem as frases ou textos que são produzidos.

Considerava-se como uso básico da língua o falar e o ouvir, o ler e o escrever, mas, hoje, bem mais que isso é preciso ver e representar, principalmente em se tratando de textos da internet, os quais, em inúmeras vezes, vêm acompanhados do gênero humorístico. Marcuschi (2008) afirma que tal problema será amenizado quando se entender que a compreensão precisa ser percebida como um processo ativo e crítico, e que compreender um texto vai além da informação estritamente textual, do conhecimento da língua e da reprodução de informações.

De acordo com Koch e Elias (2006), inicialmente é preciso considerar como a comunicação acontece para se entender um pouco do processo. Ela não é apenas uma transmissão da mensagem; é, também, a compreensão do significado dessa mensagem.

Por isso é importante discorrer sobre a importância do processo de comunicação, principalmente na atualidade, quando há o avanço das novas tecnologias. Igualmente torna-se imprescindível compreender diferentes tipos e gêneros textuais que nos acometem no dia a dia, principalmente em redes sociais.

Depois que o receptor (decodificador) recebe a mensagem (signo), cabe a ele o processo de interpretação e retenção da mensagem. A interpretação diz respeito à fase em que o receptor tem que fazer uso do seu senso crítico, elaborando julgamentos sobre o que lê. A retenção é o processo de absorção do que foi interpretado e compreendido sobre o texto. Nesse sentido, Koch e Elias (2006) afirmam que é possível dizer que o papel da escola deve ir além dos limites estabelecidos para uma mera decodificação dos signos linguísticos. Ela deve estabelecer um ensino que proporcione ao aluno certa autonomia de compreensão, desenvolvimento e capacidade de imaginação, desenvolvendo a criticidade do aluno diante da realidade social da qual faz parte.

É também por intermédio da leitura que o caminho de aperfeiçoamento da escrita, da fala, do processo de interpretação e compreensão de um texto torna-se possível. Com frequência ouve-se falar que a leitura é a base do processo de aprendizagem da língua. De acordo com Koch (2002), para falar sobre leitura, necessário se faz partir da concepção de autor, de texto e da interação autor-texto-leitor. O autor é caracterizado com pensamento absoluto, dono de suas ações e dizeres, reproduzindo um papel passivo, porque o texto é um produto de representação usado pelo autor como um produto lógico do pensamento.

Portanto não abre espaços para o leitor fazer uma autointerpretação, sendo ela crítica ou não, do sentido do texto. Trazendo o foco para o texto, tem-se a concepção da língua como estrutura, e de um sujeito determinado, caracterizado pelo seu estado de não consciência. Neste conceito, segundo Koch (2002), a leitura se encaixa como princípio que precisa utilizar-se da atenção do leitor no texto, fazendo o reconhecimento das palavras e da estrutura que o constituem, sendo ainda um processo que compete ao receptor apenas a responsabilidade pelo processo de reconhecimento e reprodução.

Diferente das definições acima, com a interação autor-texto-leitor, os sujeitos são vistos como ativos que se constroem e são construídos a partir do texto. Desse modo há abertura para uma gama de implícitos no texto, relacionados quando se leva o contexto social relativo à realidade dos participantes da interação, que, por sua vez, passa a ser a base da construção do sentido do texto. O compreender deve ser visto como uma

forma de ser, emergindo através das atitudes do leitor diante do texto, assim como através do seu conteúdo, ou seja, o texto como uma percepção ou panorama dentro do qual os significados são atribuídos

É importante salientar que são os objetivos do leitor que definirão o modo de leitura, tendo em vista a prática desse hábito com diversas intencionalidades, como obtenção de informação, trabalhos acadêmicos ou por deleite.

Com relação ao humor, ele pode ser encontrado em diversos gêneros, como tirinhas, charges, crônicas, piadas, contos etc. De acordo com Santos (2009, p.18), historicamente o conceito de humor deriva-se de cômico, conceito pertencente ao campo da estética filosófica e que designa a faculdade de fazer rir ou de divertir.

Filosoficamente, existem três definições importantes: incongruência, teoria de script semântico do humor e teoria geral do humor verbal.

Por teoria da incongruência, pode se entender sua existência proposital com o objetivo de provocar o riso. Andrade (2015, pág.68), atribui a Kant (1791) a hipótese do conceito de incongruência aplicada ao riso. A incongruência pode ser pensada como a percepção inesperada do desatino de uma expectativa de interpretação e, para que o riso aconteça, não basta que o leitor/ouvinte identifique a incongruência, ele precisa conseguir resolvê-la, ou seja, entendê-la, caso contrário ele não rirá.

Já a teoria de script semântico do humor foi pensada de acordo com a gramática gerativa de Chomsky (1975), por Raskin (1979; 1985). Segundo ele, era preciso uma teoria semântica que fosse baseada na noção do script e que levasse em consideração o contexto. O termo 'script' representa um conjunto de informações sobre algo e seria uma estrutura cognitiva internalizada pelo falante que lhe fornece informações sobre como as coisas são feitas, organizadas.

Raskin e Attardo, em 1991, propuseram uma teoria geral do humor verbal, sendo essa a terceira definição. Por acreditarem que o conceito de script era muito limitado e aplicado apenas a piadas, tomaram a decisão de criar este novo método que responderia por qualquer tipo de humor, principalmente o verbal. Com isso, eles acrescentaram 6 ferramentas de análise ao humor:

- a) Linguagem (material linguístico necessário para verbalizar o texto de humor);
- b) Estratégia narrativa (estrutura narrativa na qual está imerso o gênero do humor);
- c) Alvo (pessoa ou grupo que é o sujeito passivo da piada);
- d) Situação (pessoas ou instrumentos necessários para que o contexto funcione);

- e) Mecanismo lógico (a maneira como o humor é detectado)
- f) Oposição de scripts (oposição entre dois scripts, cada um como um conjunto de informações organizadas sobre algo).

Conforme os autores, a organização hierárquica dos recursos apresentados acima está presente em todo texto de humor, mas cabe ressaltar que essa teoria é simplesmente um instrumento para avaliar o grau de semelhança entre textos e piadas particulares.

Para Andrade (2015), se o aluno conseguir visualizar essas ferramentas ao ler/ouvir uma piada, provavelmente ele chegará ao riso. Por isso, ao selecionar o mecanismo do humor para se trabalhar em sala de aula, o docente deve se preocupar em como se dará a compreensão pelo aluno, definindo se este será capaz de perceber e resolver a incongruência e/ou se será capaz de visualizar a mudança de script semântico.

Procurando explicar a relação entre humor e linguística, Possenti (1998) deixa claro o fato de não haver especificamente uma linguística do humor, mas sim algumas áreas da linguística que tem capacidade de oferecer subsídios para um bom trabalho com este tipo de texto, e também os que de fato não são humorísticos, selecionando alguns conhecimentos linguísticos que podem ser acionados quando se trabalha com piadas.

Os gêneros textuais de humor oferecem rico material para o professor de língua portuguesa, uma vez que a língua é empregada com a finalidade de fazer rir, ou seja, é usada como um recurso expressivo, não apenas como simples meio de comunicação. A seguir, alguns exemplos poderão demonstrar os recursos linguísticos presentes nos textos de humor:

Intertextualidade: é um dos elementos da Linguística Textual e refere-se à relação que se estabelece entre dois ou mais textos. Na intertextualidade implícita não há menção da fonte originária, contando, assim, com a ativação do conhecimento de mundo do leitor. Na explícita, geralmente é feita a menção da fonte original, isto é, um texto, ou um fragmento, é citado.

Ambiguidade: dentro da Linguística, é o nome dado à duplicidade de sentidos; há mais de uma acepção ou entendimento para alguns termos ou expressões. É um recurso básico, principalmente encontrado em textos de humor devido à bissociação, que

"consiste em, por recursos diversos, ativar dois mundos textuais" (TRAVAGLIA, 1995, p. 43)

Dêixis: Levinson (2007) assegura que dêixis é uma palavra de origem grega que significa indicar ou apontar. Faz referência à função dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa e dos demonstrativos, os tempos verbais e outras categorias gramaticais que relacionam enunciados aos aspectos de tempo, espaço e pessoa na enunciação. Em outras palavras, os dêiticos possibilitam a identificação de pessoas, coisas, momentos e lugares a partir da situação de fala, ou seja, a partir do contexto.

Sobre os aspectos apresentados, Possenti (2001, p. 59) afirma que, a cada passo da leitura, o leitor é obrigado a deixar de lado interpretações possíveis, por serem incongruentes ao restante do texto; uma única interpretação se impõe. Atualmente diferentes pesquisas apontam para as constantes mudanças que são observadas através do uso do humor como ferramenta pedagógica, principalmente nas últimas décadas, quando estudiosos começaram a valorizar um pouco mais o ensino através do humor. Possenti (2010) estabelece o humor como um campo, do mesmo modo que há o campo artístico, o cultural, o científico etc., há também o campo do humor. Portanto, pode-se ressaltar a importância do uso do humor no ensino da língua portuguesa.

Como destaca Travaglia (1990), que apesar de não ter feito uma pesquisa especificamente sobre o uso do humor como método de ensino, o texto humorístico é capaz de deixar evidente, de uma forma agradável, fatos importantes sobre o funcionamento discursivo dos textos e dos recursos da língua, o que se torna muito interessante para as pesquisas linguísticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de textos humorísticos em sala de aula pode funcionar como um instrumento de denúncia, de aprendizado, de reflexão quanto à visão sobre a sociedade e as relações que a permeiam, afora provocar o riso. Além de embasamento teórico, pode-se concluir que o uso do humor voltado para a aprendizagem atua além de seu propósito, criando uma atmosfera mais positiva, reduzindo a ansiedade, fazendo com que as horas aulas ganhem um aspecto mais interessante e produtivo, capturando e mantendo a atenção dos alunos, promovendo debates, interações e discussões

saudáveis entre os estudantes, havendo maior assimilação dos conteúdos, fazendo assim com que o nível de aprendizagem seja elevado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leila Minatti. **Utilização da piada no ensino aprendizagem da língua espanhola para estudantes brasileiros**. Instituto Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2015

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002

KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. **Ler e Compreender os Sentidos do Texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

LEVINSON, S.C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 65-116.)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, S. **Os humores da língua: análise linguística de piadas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. [1. ed., 1994].

POSSENTI, S. O humor e a língua. **Ciência hoje**. v.30, n. 176, p. 72-74, out. 2001. Disponível

em:<[http://cienciahoje.uol.com.br/revistach/revistach2001/176/pdf_aberto/ENSAIO.PDF/view?searchterm=o humor e a língua](http://cienciahoje.uol.com.br/revistach/revistach2001/176/pdf_aberto/ENSAIO.PDF/view?searchterm=o%20humor%20e%20a%20l%C3%BAngua)>

Acesso em: . 27.fev.2020.

POSSENTI, S. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010

RASKIN, V. **Semantic Mechanisms of humour**. Reidel: Dordrecht: 1985

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. **A interpretação da piada na perspectiva da teoria da Relevância**. Tese apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Integração entre ensino de gramática e ensino de produção/compreensão de textos e de léxico**. In: Jürgen Heye. (Org.). Flores verbais - Uma homenagem Linguística e Literária a Eneida do Rego Monteiro Bonfim. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34 / Nova Fronteira, 1995, v. , p. 43-119.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Letramento e conhecimento linguístico**. Letras & Letras, Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística / Universidade Federal de Uberlândia, v.31, n.3, p. 158-172, (jul./dez. 2015).

TRAVAGLIA, L. C. (1990). Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. In: **Delta**, v.6, n.1, pp.55 a 82, São Paulo.

O ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS E A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE SUA PRÁTICA

Gabriel Sboldrim Mussi, Ademir Testa Junior, e-mail: Gabriel.mussi.edf@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ensino dos esportes deve ser abordado como um fenômeno cultural inserido em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, visto que caracterizam-se como conteúdos para as aulas de iniciação esportiva desenvolvidas por profissionais da Educação Física. Desta forma, é durante essas aulas sobre os esportes que estes poderão e deverão ser apresentados às crianças e adolescentes, sob o crivo da construção de conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais – que se referem respectivamente ao saber sobre, ao saber fazer e às condutas do sujeito nas diversas situações da prática esportiva (COLL et al., 2000). Tal prática deve considerar esses fatores, deixando a competitividade em segundo plano. Segundo Finck (2012), não se deve pensar as atividades físicas como um fim em si mesmo, devendo proporcionar uma satisfação plena em seus participantes e desenvolver a importância de saber ganhar e perder como um modo de emancipação pessoal.

O esporte é difundido na sociedade de diversas maneiras, seja como lazer, entretenimento, profissão, marketing, mídia e até mesmo como objeto de estudo. Essa variedade de acessibilidade de informações permite a ressignificação dessas práticas de acordo com o meio social em que estão inseridas. Segundo Nascimento (2013), o esporte está presente na vida das crianças fora da escola e tem papel de suma importância em sua socialização, contribuindo na construção de sua identidade e de seus relacionamentos sociais.

Desta forma, o profissional de Educação Física tem grande influência e responsabilidade sobre as escolhas metodológicas para o ensino dos esportes coletivos. Como afirma Nascimento (2013), o insucesso e o desprazer das crianças nas práticas dos jogos coletivos advêm falta de cuidado pedagógico dos professores com as modalidades desenvolvidas.

Assim sendo, a presente pesquisa quantitativa tem como objetivo relacionar as metodologias de ensino dos esportes coletivos adotadas pelos profissionais de Educação Física com as percepções conceituais e atitudinais dos alunos participantes

das aulas de iniciação esportiva desenvolvidas no município de Jaú, considerando as várias possibilidades metodológicas para o processo de ensino-aprendizagem das modalidades esportivas coletivas, além da necessidade de se conhecer os resultados da aplicação de intervenções precisas sobre tais aprendizagens. As escolhas metodológicas de ensino dos profissionais de Educação Física direcionam a aprendizagem dos praticantes e, por consequência, suas percepções sobre o esporte?

2 MÉTODOS

O presente estudo apresenta perfil quantitativo. Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva, aprovada por comitê de ética em pesquisa sob o CAAE: 35077314.7.0000.5430, adotando todos os critérios e procedimentos adequados e necessários à captação através do Google Forms atentando ao correto preenchimento deste e também dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os envolvidos. Posteriormente, foi feita a análise e divulgação dos dados obtido.

Procedimentos e instrumentos de pesquisa

Dada toda tramitação legal junto à Secretaria de Educação do Município de Jaú foram apresentados dois questionários: o primeiro aplicado junto aos alunos (n=67) e o outro aos profissionais de Educação Física (n=12). A coleta de dados para este projeto de pesquisa, realizada através de questionário aplicado individualmente aos alunos praticantes das modalidades esportivas, foi composta por quatro questões abertas e duas situações problema, a saber: 1. O que é esporte? 2. Você pratica algum esporte? Qual? 3. Por que você pratica esse esporte? 4. Você acha que praticar esportes é importante? Por quê? 5. Se você estivesse em uma final de campeonato e pudesse decidir entre: vencer a partida e ser campeão, mas ficar no banco de reservas o jogo todo, ou participar do jogo, mas perder a partida e ficar vice-campeão? Vencer ou participar? 6. Um jogador vai fazer o gol. Se ele fizer esse gol, seu time perde e fica em segundo lugar. Esse jogador sai cara a cara com você nos últimos minutos da final do campeonato. Você daria um pontapé no atacante impedindo que ele chegasse ao gol ou tentaria recuperar a bola normalmente? Daria o pontapé ou tentaria recuperar a bola?

Concomitantemente à aplicação do questionário dos alunos, foi realizada a coleta de dados junto aos profissionais de Educação Física, através de questionário composto pelas seguintes questões: 1. Qual a sua maior formação? Graduação, Especialização,

Mestrado ou Doutorado? 2. Você já vivenciou regularmente ensino e treino em esportes coletivos antes do seu período de formação em Educação Física? Como: atleta de clube esportivo, atleta escolar, participante de programas de esportes, esportista ocasional ou não praticante de esportes? 3. Você trabalha com quais esportes coletivos? 4. Qual é o esporte coletivo com o qual você se identifica? 5. Quais metodologias de ensino para os esportes coletivos você conhece? 6. Quais metodologias de ensino você utiliza nas suas aulas de esporte? 7. Na sua opinião, que tipo de atividade e objetivo não podem faltar em uma aula de esporte? Por quê?

Análise dos dados

Diante dos dados coletados, iniciou-se o trabalho de tabulação das respostas dos participantes nos questionários. Desta forma, o material foi organizado quanto às informações obtidas para a análise através da leitura generalizada das respostas dos participantes em cada item dos questionários. Em seguida, os dados foram categorizados (C), definidos e numerados de forma crescente, considerando-se a significância nos textos dos participantes.

Os dados obtidos através do questionário do professor foram organizados segundo as seguintes variáveis: esportes trabalhados, conhecimento sobre os métodos, utilização metodológica nas aulas, atividades e objetivos essenciais em uma aula de esporte.

Quanto ao questionário dos alunos, os dados obtidos nas questões abertas 1 a 4 e nas situações problema 5 e 6 foram organizados segundo as seguintes variáveis: conceitualização de esporte, esportes praticados, motivação da prática esportiva, importância da prática esportiva, situação problema 1 (vencer ou participar) e situação problema 2 (dar um pontapé ou tentar recuperar a bola).

Os resultados foram apresentados em valores absolutos (FA) e relativos (FR) por variável e por categoria. Em adição foi identificada a moda (Mo) entre as categorias de cada variável e calculado o qui-quadrado (X^2) para identificar a significância da diferença entre as categorias. A diferença foi considerada significativa quando $p < 0,05$.

Todos os testes estatísticos foram realizados por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0.

3 RESULTADOS

Tabela 1 – Frequência absoluta, frequência relativa, moda e significância da categorização das respostas dos alunos

Variável	Categoria	Descrição da categoria	FA (n)	FR (%)	p
O que é esporte?	C1	Atividade física/exercício	27	37 (M _o)	0,098
	C2	Competição	18	24,7	
	C3	Saúde	15	20,5	
	C4	Jogos e brincadeiras	13	17,8	
	C5	Futebol	20	28,2 (M _o)	
	C6	Andar de bicicleta	10	14,1	
	C7	Queimada	7	9,9	
	C8	Lutas	6	8,5	
Você pratica algum esporte? Qual?	C9	Vôlei	4	5,6	0,000*
	C10	Corrida	4	5,6	
	C11	Natação	4	5,6	
	C12	Pular Corda	3	4,2	
	C13	Basquete	3	4,2	
	C14	Handebol	2	2,8	
	C15	Dança	2	2,8	
	C16	Tênis de mesa	1	1,4	
	C17	Musculação	1	1,4	
	C18	Não pratico	4	5,6	
Por que você pratica esse esporte?	C19	Prazer	34	50,7 (M _o)	0,000*
	C20	Saúde	19	28,4	
	C21	Desempenho	10	14,9	
	C22	Não pratico	4	6	
Você acha que praticar esporte é importante? Por que?	C23	Saúde	58	86,6 (M _o)	0,000*
	C24	Prazer	9	13,4	
Situação problema 1	C25	Participar e ficar vice-campeão	55	82,1 (M _o)	0,000*
	C26	Vencer, mas ficar no banco de reservas	12	17,9	
Situação Problema2	C27	Tentaria recuperar a bola	62	92,5 (M _o)	0,000*
	C28	Daria o pontapé	5	7,5	

C – categoria, FA – frequência absoluta, n – número de respostas/participantes, FR – frequência relativa, % - percentual, M_o – moda, p – significância, * - p<0,05

Tabela 2 – Frequência absoluta, frequência relativa, moda e significância da categorização das respostas dos professores

Variável	Categoria	Descrição da categoria	FA (n)	FR (%)	p
Você trabalha com quais esportes?	C29	Futsal	10	20 (Mo)	0,024*
	C30	Vôlei	9	18	
	C31	Basquete	8	16	
	C32	Futebol	8	16	
	C33	Handebol	7	14	
	C34	Polibol	3	6	
	C35	Atletismo	2	4	
	C36	Atividades recreativas	2	4	
Quais metodologias de ensino você conhece?	C37	Flag football	1	2	0,002*
	C38	Tradicional/Analítica	10	34,5 (Mo)	
	C39	Global/Funcional	9	31	
	C40	Mista	4	13,8	
	C41	Pré-desportivo	3	10,3	
	C42	Crítico-superadora	1	3,4	
	C43	Crítico-emancipatória	1	3,4	
	C44	Não soube responder	1	3,4	
Quais metodologias de ensino você utiliza nas suas aulas de Esporte?	C45	Mista	5	35,7 (Mo)	0,463
	C46	Tradicional/Analítica	4	28,6	
	C47	Global/Funcional	4	28,6	
	C48	Não soube responder	1	7,1	
Na sua opinião, que tipo de atividade e objetivo não podem faltar em uma aula de esporte? Por quê?	C49	Conhecimento e aprendizado	9	31 (Mo)	0,014*
	C50	Jogos lúdicos/reduzido	7	24,1	
	C51	Técnica	4	13,8	
	C52	Vivência e cooperação	4	13,8	
	C53	Lazer, saúde e bem estar	2	6,9	
	C54	Alongamento/aquecimento	1	3,4	
	C55	Fortalecimento	1	3,4	
C56	Polibol	1	3,4		

C – categoria, FA – frequência absoluta, n – número de respostas/participantes, FR – frequência relativa, % - percentual, Mo – moda, p – significância, * - $p < 0,0$

4 DISCUSSÃO

Os principais achados do presente estudo foram que as metodologias de ensino dos esportes coletivos utilizados pelos profissionais de Educação Física demonstram não interferir diretamente na percepção conceitual dos alunos. Há que se destacar, entretanto, a influência dos métodos utilizados nas percepções procedimentais e

atitudinais dos praticantes, visto que houve uma convergência significativa da motivação para a prática esportiva vinculada ao prazer – relacionando sua importância para a promoção da saúde – bem como às opções pela participação na partida e a adoção de uma conduta ética de Fair Play (na tentativa de recuperar a bola, sem dar um pontapé no adversário), preconizada pela quase totalidade dos alunos.

Quanto as percepções dos profissionais de Educação Física, percebeu-se que a metodologia tradicional e analítica foi significativamente a mais conhecida. Entretanto, a metodologia mista foi a mais aplicada, mesmo sem apresentar relevância estatística, tendo como atividades e objetivos imprescindíveis para a prática esportiva aquelas que remetem ao conhecimento e à aprendizagem. Estudos de Bagnara e Fensterseifer (2016) pontuam que o profissional de Educação Física pensa estar seguindo uma abordagem metodológica, enquanto as suas ações ocorrem no sentido oposto ao pensado, perdendo os sentidos e significados que se espera da intervenção pedagógica em Educação Física.

Tais informações mostraram a falta de clareza sobre a intencionalidade do ato pedagógico, presente em parte da atuação dos profissionais de Educação Física no ensino dos esportes. Barroso e Darido (2009) consideram importante o desenvolvimento da autonomia como um dos objetivos da Educação Física, porém afirmam também que um dos problemas da área é a falta da relação entre a intervenção dos professores e os objetivos alcançados. Isso ocorre porque a perspectiva de fragmentação do esporte para o seu ensino, com a padronização de execução e reprodução dos movimentos, são objetivos prioritários e acabam replicando e promovendo os princípios do esporte profissional no âmbito da formação esportiva.

Essas informações sinalizam que talvez existam relações entre o perfil metodológico aplicado pelos profissionais no ensino e as percepções dos alunos sobre o esporte. Relações entre as características da intervenção e as percepções dos alunos sobre o esporte também foram identificadas em estudos de Testa Junior et al. (2017), Testa Junior e Pellegrinotti (2017) e Evangelio et al. (2018).

Apesar do entendimento específico dos possíveis resultados de cada tendência metodológica sobre as percepções das crianças, foi observado nesse estudo que, independentemente da predominância metodológica, a maioria dos alunos entendem o esporte como atividade relacionada ao prazer e à diversão. Pensar o esporte relacionado à saúde e apresentar conduta moral se relacionam com o desenvolvimento da

capacidade de autorregulação encontrada no estudo de Broek et al. (2011), a partir do uso de modelos pedagógicos. As condutas morais, inclusive, são condições inerentes ao contexto social há muito tempo, o que revela a influência social sobre as decisões e percepções do sujeito sobre o esporte. Segundo O'Leary (2016), somente através de modelos instrucionais estruturados didaticamente é possível alcançar resultados em aprendizagens vinculadas aos aspectos sociais e afetivos por meios da educação esportiva.

A respeito das problematizações, os alunos optaram predominantemente pela participação na partida, assim como adotar uma conduta ética de Fair Play na tentativa de recuperar a bola, independentemente da predominância metodológica utilizada. Isso ocorre porque a formação esportiva está vinculada à formação cotidiana do sujeito, ou seja, as condutas morais relacionadas à aprendizagem esportiva também são resultados das experiências de vida. Logo, optar por uma conduta moral ou não numa situação de jogo depende, além da formação esportiva, do conjunto de todas as percepções atitudinais construídas pelo sujeito em cada vivência e momento da sua vida. Coll et al., (2000) aponta que os valores estão relacionados às relações que cada pessoa estabelece com o mundo à cada situação de aprendizagem vivenciada. Para Bettega et al. (2018), quando se procura ensinar mais que esporte, ocorre não somente a formação do jogador, mas a construção de valores para a vida. O processo para a assimilação de determinados valores e a compreensão do aluno referente ao seu comportamento perante o jogo e fora dele, segundo González e Bracht (2012), dependem da prática desses valores e uma reflexão sobre eles.

Segundo Garganta (1998), os esportes coletivos favorecem a interação entre seus participantes, mesmo que em equipes diferentes, e isso faz com que se promova a sociabilidade, o desenvolvimento de aspectos sociais, o respeito ao próximo, o trabalho em equipe e a autonomia nas tomadas de decisões. Nessa perspectiva, o esporte é um fenômeno representativo das relações sociais.

5 CONCLUSÃO

Considerando as várias possibilidades metodológicas apresentadas para o ensino dos esportes coletivos, o presente estudo concluiu que não foi possível estabelecer uma relação precisa entre as metodologias utilizadas e a percepção conceitual dos alunos. Entretanto, constatou-se que, apesar da diversidade metodológica verificada, as

metodologias estão relacionadas com as percepções dos alunos sobre sua prática, especificamente no que tangem às referências procedimentais e atitudinais; isso ficou evidenciado quando os praticantes relacionaram diretamente a prática esportiva ao prazer e sua importância à saúde, além de preferirem a participação na partida e o comportamento moral engajado com a conduta ética de Fair Play em detrimento da vitória e da prática desleal, evidenciando que o contexto social também determina parte da formação esportiva das pessoas.

Diante desta pesquisa, reafirmou-se a necessidade e o compromisso de suscitar novas reflexões que possibilitem aos profissionais da área de Educação Física, especialmente aos que lidam com esportes coletivos, um realinhamento entre teoria e prática, além de ratificar a manutenção da educação de valores éticos fundamentados na formação do indivíduo como cidadão ativo e crítico.

REFERÊNCIAS

- BAGNARA, I. C.; FENSTERSEIFER, P. E. Intervenção pedagógica em Educação Física escolar: um recorte da escola pública. **Motrivivência**, 28 (48), 316-330, 2016.
- BARROSO, A. L. R.; DARIDO, S. C. A pedagogia do esporte e as dimensões dos conteúdos: conceitual, procedimental e atitudinal. **Journal of Physical Education**, 20 (2), 281-289, 2009.
- BETTEGA, O. B.; SCAGLIA, A. J.; REVERDITO, R. S.; & GALATTI, L. R. Processo formativo de jovens no futebol: das transições do jogo para as transições da vida. In: BENTO, J. O. et al. (Orgs.). Cuidar da casa comum: da natureza, da vida, da **humanidade**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, p. 143-152, 2018.
- BROEK, G. V., BOEN, F., CLAESSENS, M., FEYS, J., & CEUX, T. Comparison of three instructional approaches to enhance tactical knowledge in volleyball among university students. **Journal of Teaching in Physical Education**, 30 (4), 375-392, 2011
- COLL, C., POZO, J. I., SARABIA, B., & VALLS, E. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- EVANGELIO, C.; SIERRA DÍAZ, J.; GONZÁLEZ VÍLLORA, S.; FERNÁNDEZ RÍO, F. J. The sport education model in elementary and secondary education: A systematic review. **Movimento**, 24 (3), 931-946, 2018.
- FINCK, S. C. M. A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação. Curitiba: **Intersaberes**, 2012.
- GARGANTA, J. M. O ensino dos jogos desportivos colectivos: Perspectivas e tendências. **Movimento**, 4 (8), 11-27, 1998.

GONZÁLES, F. J.; & BRACHT, V. Metodologia do ensino dos esportes coletivos. Vitória: **UFES/Núcleo de Educação Aberta e a Distância**, 2012.

NASCIMENTO, J.; RAMOS, V.; TAVARES, F. Jogos desportivos: formação e investigação. Florianópolis: **UDESC**, 2013.

O'LEARY, N. Learning informally to use the 'full version' of teaching games for understanding. **European Physical Education Review**, 22 (1), 3-22, 2016.

TESTA JUNIOR, A.; PEREIRA, I. P.; DORNELLES, G. F.; CLARO, R. F. T.; PELLEGRINOTTI, Í. L. Métodos de enseñanza de los deportes colectivos y la construcción de las percepciones sobre el fútbol. **Impetus**, 11 (2), 51-59, 2017.

TESTA JUNIOR, A.; PELLEGRINOTTI, I. L. Relações e proposições entre os métodos de ensino analítico e global e as percepções dos seus praticantes sobre os conceitos relativos ao esporte. **Corpo e Movimento Educação Física**, 8 (1), 51-59, 2017.

O EXERCÍCIO FÍSICO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE PACIENTES COM INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

Francisco Augusto Supricio, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail: FranciscoAugusto-Bio@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Os órgãos são irrigados por sangue que chega por meio de artérias, e da mesma forma o nosso coração é irrigado por artérias, as coronárias esquerda e direita. Em condição de doenças, como a aterosclerose pode desencadear estreitamento, com obstrução no no calibre das artérias coronárias, que levará a uma baixa irrigação sanguínea, reduzindo o fluxo de sangue para o coração e, conseqüentemente, uma condição de isquemia e isto provoca também uma baixa de oxigênio tecidual podendo acarretar em infarto do Miocárdio (PAULSEN, WASCHKE, 2010). Como uma das conseqüências do IAM é o desenvolvimento da hipertrofia cardíaca, do tipo excêntrica, onde o diâmetro da cavidade aumenta, devido a sobrecarga volumétrica. Em decorrência da doença, o processo de remodelação ventricular altera a fisiologia normal do coração levando a disfunção do ventrículo após o infarto, provocando alterações genéticas, estruturais e bioquímicas que afeta a função do coração e, a longo prazo pode levar a insuficiência cardíaca e/ou morte súbita (ZORNOFF, et al., 2009).

As doenças cardiovasculares (DCV) em especial o infarto agudo do miocárdio (IAM) tem sido apontado como um grande causador do aumento na mortalidade no Brasil, visto que no ano de 1996 a 2011, período de apenas 15 anos, houve uma elevação de 48% em mortes por DCV no país, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Ainda em 2011 foi constatado que cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo sofreram algum tipo de doença do coração, sendo que cerca de 12 milhões foram vítimas fatais (MEDEIROS, et al., 2018).

O processo de reabilitação cardíaca para pacientes com IAM era baseada em se manter em repouso absoluto para que suas artérias lesadas conseguissem se cicatrizar corretamente, porém este período de repouso absoluto fez com que os pacientes desenvolvessem outros problemas de saúde, o que levou a necessidade de modificar o processo de reabilitação dos pacientes pós-IAM, com a implantação de um programa de treinamento voltada à eliminar os efeitos deletérios causados pelo repouso absoluto (MARTINEZ, et al, 2018).

De acordo com Martinez, et al. (2018) os pacientes após sofrer o IAM tinham como reabilitação um período prolongado de repouso absoluto visando uma melhor cicatrização das artérias lesionadas, entretanto, após este período os pacientes desenvolveram prejuízo na capacidade funcional, e a redução nas funções cardíacas, além de outros problemas de saúde, principalmente pela perda excessiva de massa muscular esquelética. Neste sentido, estudos mostraram que os possíveis causadores desta patologia e identificaram maus hábitos alimentares e o sedentarismo como fatores ligados diretamente ao surgimento de diversas patologias entre elas os problemas cardiovasculares (MACEDO, et al., 2012).

Segundo Macedo et. al. (2012) e Gadéa et. al. (2017), estes problemas deletérios causados pelo repouso absoluto podem ser evitados com a mudança do estilo de vida e a adição do exercício físico no período de reabilitação que refletem diretamente na redução da mortalidade e da readmissão hospitalar por doenças cardíacas, além de ser recomendado para o tratamento de outras patologias como o tabagismo, a diabetes melitus, a obesidade. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo verificar os efeitos do exercício físico promove quando incluído no processo de reabilitação em pacientes pós infarto agudo do miocárdio.

2 MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica utilizando o método indutivo de maneira indireta, consultado as bases de dados Google Acadêmico, *Sciello* e *Pubmed*, correlacionando artigos nacionais e internacionais seguintes descritores: aterosclerose, infarto agudo do miocárdio, exercício físico, exercício físico pós-IAM. Foram encontrados na literatura 13 artigos relacionados ao tema e como critério de exclusão foram relacionados ao título, resumo e foco e ano de publicação.

A utilização do método indutivo foi escolhida, pois com ela o pesquisador deverá desenvolver a sua pesquisa por meio de registros específicos para conseguir atingir conclusões mais amplas do conteúdo abordado (LAKATOS, MARCONI, 2003).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As DCV podem ser causadas por diversos fatores, que podemos dividir em duas categorias: 1) fatores modificáveis, onde entram a diabete mellitus, hipertensão arterial, dislipidemia, obesidade, sedentarismo, alimentação pouco saudável e; 2) fatores não

modificáveis como por exemplo fatores hereditários, sexo, idade e históricos familiar (MEDEIROS, et al, 2018).

O IAM ocorre com a obstrução das artérias coronárias, podendo ser causada por uma trombose ou uma placa aterosclerótica que leva a uma falta de fornecimento sanguíneo no tecido muscular cardíaco e, conseqüentemente, de oxigênio. O diagnóstico desta patologia é dado quando se dá alterações no eletrocardiograma e há um aumento nos níveis de marcadores de necrose (PESARO, et al., 2004; XAVIER, et al., 2013).

O IAM causa uma remodelação excêntrica do VE do coração levando a uma sobrecarga de volume de sangue, causando hipertrofia excêntrica que é um aumento na massa do ventrículo esquerdo, contudo essa hipertrofia torna o músculo cardíaco rígido por reduz a força de contração do miócito e alongamento subsequente dos mesmos. Além disso, o processo hipertrófico é gerado em decorrência da morte celular e no local ocorre um processo de cicatrização, substituindo a célula cardíaca por fibrose. (GJESDAL, et al., 2011).

A indústria farmacêutica tenta de maneira recorrente desenvolver medicamentos que auxiliam no IAM e outras doenças cardíacas, porém todo medicamento oferece riscos e pode afetar negativamente outras estruturas do organismo. Por outro lado, o exercício físico, por não ser um tratamento farmacológico promove mudanças diretas no coração como proteção contra danos isquêmicos, metabolismo e suprimento vascular e por esta razão, o exercício físico tem sido recomendado como um tratamento auxiliar a condição do indivíduo infartado, porém os mecanismos em que o exercício físico atua no coração ainda estão sendo esclarecidos pela literatura (DIZON, et al., 2013).

Para o tratamento pós-IAM, somente era receitado um período de repouso absoluto que se prolongava até a alta deste paciente, porém quando liberados era observado outros problemas de saúde que foram desenvolvidos o, entre, redução da capacidade funcional que o tem paciente de realizar atividades do cotidiano prejudicando a sua autonomia, do rendimento cardíaco, da massa muscular, da volemia e aumento do índice de depressão e ansiedade, além de alteração no reflexo cardíaco, predisposição ao tromboembolismo pulmonar (GIL, et al., 1995).

Segundo Martinez e outros (2018), a prática de exercício físico no processo de reabilitação é administrada com o objetivo de fazer com que as pessoas consigam melhorar seus hábitos diários, e iniciassem a realização de exercício físico de maneira

crônica para obter uma vida mais saudável, evitar a mortalidade por doença cardiovascular e diminuir a readmissão hospitalar de pacientes com IAM.

De acordo com Gil et. al. (1995), os processos de reabilitação junto a administração de exercícios físicos devem ser divididos em 3 fases sendo a 1º fase a execução de exercícios como sentar no seu leito, balançar as pernas, deambulação pelo quarto, e mais tardio inserir os exercícios aeróbios como uma leve caminhada, após este período entramos na 2º fase que será realizada de 2-3 meses sendo ministrado exercícios organizados de acordo com a capacidade funcional, as sessões de treinamento deverão conter um aquecimento como uma caminhada, exercícios de flexibilidades, um treino aeróbio com duração entre 20-30 min e o desaquecimento visando o retorno do organismo aos níveis normais, já na 3º e última fase da reabilitação a prescrição dos exercícios devem seguir os mesmos princípios gerais da fase anterior, contudo o treinamento para pacientes assintomáticos e que não apresentam disfunção no VE devem ser alterados e seguir um treinamento com maior nível de intensidade e com uma maior supervisão, já os pacientes que apresentam menor risco e que tenham uma melhor noção em relação a intensidade do exercício podem seguir o treinamento sem a supervisão. Estas 3 fases de reabilitação têm como o objetivo inicial promover melhoras nas condições fisiológicas do paciente minimizando e impedindo a progressão da aterosclerose

Um dos medicamentos mais utilizados por pacientes que sofreram IAM é os anticoagulantes que objetiva inibir a formação de trombos. Em relação a comparação do treinamento aeróbio e anaeróbio para pessoas com DCV e os efeitos do processo de coagulação, foi constatado em um estudo que o treinamento de curta duração promove um bloqueio no ativador do plasminogênio aumentando a coagulação sanguínea assim causando uma condição isquêmica, já o treinamento de longa duração com características aeróbia mostrou efeitos totalmente contrários diminuindo o coágulo sanguíneo e a fibrinólise (DIZON, et. al. 2013).

Segundo Martinez, et al, (2018) um programa de treinamento de 6 meses mostrou que o treinamento aeróbio promoveu benefícios como a diminuição na atividade nervosa simpática muscular, aumento na sensibilidade barorreflexa, estes efeitos não foram constatados em pacientes que permaneceram em repouso absoluto pós-IAM, estas alterações provocaram melhorias no quadro clínico dos pacientes pós-IAM.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o exercício físico promove efeitos benéficos promovendo assim uma melhora no quadro de reabilitação em pacientes pós infarto agudo do miocárdio, entre esses efeitos estão a diminuição do processo hipertrófico, causa também uma diminuição na trombose, na formação da fibrinólise e na Atividade Nervosa Simpática Muscular promovendo assim uma melhora no prognostico dos pacientes.

REFERÊNCIAS

- DIZON, A. L.; SEO, Y. D.; KIM, K. H.; KIM, N.; KO, S. K.; RHEE, D. B.; HAN, J.; **Exercise perspective on common cardiac medications.** Integr Med Res, 2013.
- GADÉA, M. F. S.; RODRIGUES, M. E.; CORREIA, S. R. D.; SILVA, C. D.; JUNIOR, S. A. E.; **Cardiac rehabilitation after acute myocardial infection (iam): a Systematic review.** Revista Ciência (In) Cena. On-line Vol. 1 No. 5. 2017.
- GIL, A. C.; BRITO, S. F.; CASTRO, I.; RIBEIRO, P. J.; MASTROCOLA, E. L.; GHORAYEB, N.; YASBEK, P.; VIVACQUA, R.; MENEGHELLO, R.; SILVEIRA, W.; **Reabilitação após infarto agudo do miocárdio.** Arq Bras Cardiol volume 64, (nº3), 1995.
- GJESDAL, O.; BLUEMKE, A. D.; LIMA, A. J.; **Cardiac remodeling at the population level—risk factors, screening, and outcomes.** Nature Reviews Cardiology, 2011.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico.** 5. ed. São Paulo. Atlas, 2003.
- MACEDO, M. G. S. C.; GARAVELLO, J. J.; OKU, C. E.; MIYAGUSUKU, H. F.; AGNOLL D. P.; NOCETTI, M. P.; **Benefícios do exercício físico para a qualidade de vida.** Rev. Bra. De Ativ. Saúde, 2012.
- MARTINEZ, G. D.; ALMEIDA, B. L.; TREVIZAN, F. P.; SILVA, P. L.; LATERZA, C. M.; **Exercício físico após infarto agudo do miocárdio: segurança durante o exercício.** Ver. Soc. Cardiol. Estado de São Paulo, 2018.
- MEDEIROS, F. L. T.; ANDRADE, S. N. C. P.; DAVIM, B. M. R.; SANTOS, G. M. N.; **Mortalidade por infarto agudo do miocárdio.** Rev. Enferm. UFPE on line, 2018.
- PAULSEN, F.; WASCHKE, J.; **Sobotta Atlas de anatomia Humana.** 23ª. ed. 2010.
- PESARO, P. E. A.; JUNIOR, S. V. C.; NICOLAU, C. J.; **Infarto agudo do miocárdio - síndrome coronariana aguda com supradesnível do segmento st.** Rev Assoc Med Bras, 2004.
- XAVIER H. T., et al.; **Sociedade Brasileira de Cardiologia. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose.** Arq Bras Cardiol, 2013.

ZORNOFF, M. A. L.; PAIVA, R. A. S.; DUARTE, R. D.; SPADARO, J.; **Remodelação Ventricular Pós-Infarto do Miocárdio: Conceitos e Implicações Clínicas.** Arq Bras Cardiol, 2009.

O FENÔMENO TRANSEXUAL E O PAPEL DA CIÊNCIA - REFLEXÃO NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

Aline Galdino, Caroline Tiburcio, Marcel Henrique Bertozzin e-mail:
aline_galdino@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, existem diversos estudos que tentam, de alguma forma, encontrar a origem do transgênero, mas o que temos até o momento é o fato de que estamos tratando de um fenômeno atemporal, portanto, não podemos presumir que o tratamento de hormonioterapia e/ou intervenção cirúrgica sejam as melhores opções de tratamento. Importante salientar que para a psicologia o ponto mais importante é de compreender os aspectos que levaram o indivíduo a busca por ajuda médica, à vista disso, a psicanálise apresenta importantes pontos a serem explorados.

O transgênero é aquele que não corresponde com o sexo biológico e se identifica com o sexo oposto. O conflito identitário, por si, resulta em sofrimento psíquico e na ausência de um suporte psicológico e médico, pode acarretar ao agravamento do comportamento autodestrutivo.

Neste ponto, é importante diferenciar os conceitos de identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Identidade de gênero é o sentimento que a pessoa tem sobre seu gênero, podendo se enxergar como homem, mulher, neutro ou até mesmo uma mistura de ambos. A orientação sexual é a atração afetiva que a pessoa tem pela outra, podendo ser uma atração heterossexual, homossexual ou bissexual. O sexo biológico corresponde a característica biológica do corpo, variando entre as características de homem (pênis) e mulher (vagina). A congruência entre o gênero e o sexo biológico é conhecido pelo termo cisgênero, que vem na contramão do transgênero (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2017, n4).

Historicamente, há relatos desde os escritos greco-romano em que o sentimento de não pertencimento ao sexo biológico já sucedia. Esses relatos mostram que o fenômeno transgênero ocorreu em diversas culturas, cada qual compreendendo e lidando com o conflito identitário ao seu modo, no entanto, fica evidente a influência de suas crenças, que alternava sempre entre os extremos de benção e maldição (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p 49 -53).

De acordo com a portaria nº 457, determinada pelo ministério da saúde, de agosto de 2008, para a realização da cirurgia de adequação sexual, é necessário que o usuário do Sistema Único de Saúde faça acompanhamento psicológico e psiquiátrico por dois anos. O tratamento psicoterapêutico não se limita a avaliação psicodiagnóstico, consistindo no apoio na tomada de decisão da cirurgia e auxílio no processo de sofrimento pessoal e social. No Anexo I-B o formulário para acompanhamento terapêutico disponibilizado pelo Ministério da Saúde identifica aspectos emocionais a serem acompanhados pelo psicólogo, que vão desde autoestima até as vivências sociais, a exemplo a inserção no mercado de trabalho, salientando a Síndrome de angústia pós-cirúrgica:

Síndrome de angústia pós-cirúrgica: acompanhamento de como a pessoa transexual lida com as mudanças corporais após a cirurgia de transgenitalização e todos os aspectos decorrentes da mudança corporal. O fato de ter feito a cirurgia ou as cirurgias, não necessariamente significa que a pessoa transexual se libertou totalmente de algumas inseguranças e angústias que ainda a mantém no passado. Isso se dá em decorrência da ilusão muito comum nas pessoas transexuais de que a cirurgia seria a "solução" de todos os seus problemas. Com a constatação de que isso não ocorre, se faz necessária a intervenção da psicologia no sentido de integrar novos aspectos psicológicos pós-cirúrgicos fundamentais para o bem-estar da pessoa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

O presente artigo busca manifestar a complexidade que abarca o fenômeno transgênero e, com base nos escritos psicanalíticos sobre o tema, propor novos olhares acerca dos tratamentos médicos disponíveis atualmente. É necessário considerar que as práticas médicas realizadas atualmente, na ausência de um acompanhamento psicológico adequado, podem gerar problemas psicológicos mais graves no futuro.

2 MÉTODO

O presente artigo se dará a partir de pesquisa de caráter exploratório com apresentação de análises qualitativas e da revisão bibliográfica através de materiais já publicados por diversos autores da área acadêmica sobre a visão psicanalítica do fenômeno transgênero, conforme cita Gil (2010, p.50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Este estudo possui caráter qualitativo, usando como base a análise de conteúdo de Bardin (2011), que dispõe da seguinte estruturação: 1 organização de dados da análise; 2 codificações; 3 categorizações; 4 tratamento, inferência e interpretação dos resultados.

A composição da base de dados da fundamentação teórica foi realizada mediante artigos e livros de autores de variados períodos, com o fim de estabelecer a evolução da literatura acerca do conceito de transexualidade e as contribuições ou danos causados pela ciência publicada até o momento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na fase édipica, McDougall (1999), apontou as variantes homo e heterossexual, considerando que surgirão múltiplas frustrações e sonhos impossíveis, incluindo o desejo de ser de ambos os sexos e possuir ambos órgãos genitais, acreditando que através deles poderá ter as atribuições presentes na mãe e no pai, acrescentando também a esses universais desejos bissexuais a vontade de ser parceiro sexual de ambos genitores. Em sua homossexualidade primária o menino pode imaginar incorporar o pênis do pai de forma oral ou anal, para que venha possuir seus privilégios e órgão genital, também fantasia penetrar o pai, da mesma forma em que deseja tomar o lugar de sua mãe e ser penetrado pelo pai para possuir as habilidades maternas. A menina também possui a fantasia de ser um homem e ter os órgãos genitais de seu pai para adquirir através da genitália masculina as características de poder que visualiza em seu genitor, em sua homossexualidade primária a garota deseja possuir sexualmente sua mãe, idealizando penetrar sua vagina e obter os poderes maternos os quais os homens não possuem.

McDougall defende a ideia de Ceccarelli de que a transexualização não é uma expressão de um desejo psicótico, indo contra as publicações de alguns colegas. Ela aponta que o desejo transexual ocorre em todas as crianças e vem da vontade de estar em conformidade com o desejo da mãe ou do pai. Os indivíduos irão buscar os meios para uma retribuição sexual, com o intuito de interpretar o sexo anatômico em conformidade com a convicção de pertencer psiquicamente ao sexo oposto, motivados pelo desejo de existir como ser sexual para a mãe ou pai.

Em suma, a fim de obter uma vida sexual e amorosa satisfatória, muitos indivíduos, tentando se conformar ao inconsciente parental, juntamente com as aterrorizantes e arcaicas fantasias pré-genitais e bissexuais, encontram-se obrigados a inventar os meios pelos quais os angustiantes sentimentos de castração, aniquilação, identidade sexual confusa, vazio e morte interior possam ser transformados através de criações eróticas (MCDUGALL; 1999, p18).

De acordo com a reflexão, não nascemos homem ou mulher, nos tornamos aquilo que é autorizado pelos medos e desejos de nossos pais. Portanto, não seria adequado chamar de perversão a criança aflita que se encontra no interior do adulto.

A urgência do fenômeno transgênero, que nos acompanha durante toda a história, tem sido cada vez mais atendido pela ciência. A evolução da medicina nos proporciona a viver, mesmo que acometidos por doenças crônicas ou adquiridas, com uma qualidade de vida satisfatória.

A ciência atual permite que o sujeito atenda aos seus desejos sem ponderar os motivos que o levaram a essa decisão, possibilitando uma reflexão no sentido de causas psicológicas que sustentam essas decisões.

A necessidade urgente de ajustar o corpo ao desejo e à fantasia remete à pergunta sobre a dificuldade de realizar mudanças internas ou processar o desejo e a sexualidade nos vínculos, bem como incidir na mudança social. Talvez a dor física e os riscos sejam substitutos para a impossibilidade de processamento da dor psíquica que deriva do mal-estar entre sujeito e sociedade (CORTEZZI; HOLOVKO, 2017, p 357).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Psicanálise, bem como a Psiquiatria, tenha iniciado seus estudos sobre o fenômeno transgênero pautada no conceito de doença, acreditando na coerência entre sexo anatômico e gênero, atualmente ela adota uma postura de prudência nas avaliações dos casos tanto na clínica, quanto no campo científico, afirmando a importância de nunca abordarmos a questão pautada entre normal e patológico, orientando-se também pelo contexto cultural e os efeitos de suas vivências. Os estudos psicanalíticos recentes mostram a busca em entender o que torna uma pessoa homem ou mulher, considerando fatores de bissexualidade no desenvolvimento da infância, abrangendo o máximo de caminhos potenciais da organização psicosexual. Sabendo-se que no campo da Psicologia cada abordagem possui sua concepção de sujeito, nesse sentido, o papel fundamental para Psicanálise é deslocar-se de sua perspectiva comum de mundo, partindo do objetivo de compreender o sujeito de quem se está falando em sua subjetividade, sendo aquele que busca a possibilidade de existir.

A identidade do transgênero está além de como o sujeito faz seu autodiagnóstico, a forma como ele se sente inserido e aceito, ou não, no contexto social e familiar faz parte do conjunto de fatores que darão suporte ao indivíduo para a tomada de decisões sobre a sua forma de adequação ideal. O Sujeito transgênero possui variadas formas de se perceber e adequar sua identidade ao gênero que se reconhece pertencente, enquanto para alguns adotar o nome social e realizar terapia hormonal é suficiente, para outros a cirurgia de adequação sexual torna-se idealizada como a solução do conjunto de sofrimentos psíquicos.

O desejo de pessoas trans em habitar um corpo coerente ao gênero produz sofrimento e a cirurgia surge nesse campo como a intervenção que proporciona uma espécie de cura, que deveria solucionar tal sofrimento. O método cirúrgico ignora muitas vezes a subjetividade da pessoa que busca pela cirurgia, considerando que não se deve reconhecer o sofrimento como sendo comum para todas as pessoas trans, nem mesmo se faz necessário identificar um sofrimento para que a cirurgia ocorra.

Na clínica, temos que rever nossas posições teóricas. Sujeitos transgêneros, transexuais, sujeitos não binários, e outras tantas nomenclaturas que surgem a cada dia se fazem cada vez mais presentes, levando-nos a pensar nas novas formas de sociabilidade daí advindas. Até bem pouco tempo, tais sujeitos eram classificados como portadores de um distúrbio, de uma disforia – de identidade sexual, de gênero. Entretanto, nossas posições devem ser revistas a partir dos avanços teóricos: se, como vimos, o sexo não é natural, e o gênero é performativo, o que haveria de “patológico” em um sujeito que se diz sentir homem, mas cuja performance reflete o sistema “feminino”? (CECCARELLI, 2017)

Portanto, o acompanhamento psicológico se faz importante para que a pessoa transgênero entenda a real representação da cirurgia de adequação sexual dentro de sua subjetividade e o contexto em que ela ocupa ou deseja ocupar, amenizando os conflitos pós cirúrgicos e prevenindo precipitação por parte cultural que age muitas vezes objetivando eliminar a dissonância entre sexo, gênero e orientação sexual.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BENJAMIN, H. “Travestism and transsexualism”. **International Journal of Sexology**, v.7, n.2, p.12-14,1953

BEZERRA, D.S. *et al.* Homens transexuais: Invisibilidade social e saúde mental. In: **Revista temas em saúde**. v.18. n.1 p. 428-444, 2018

BRASIL. Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo - <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>>. Acesso em 10 fev. 2020

_____. **Decreto Nº 8.727**, de 28 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 01 jun.2020

_____. **Portaria Nº 457**, de 19 de agosto de 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html>. Acesso em: 10 fev. 2020

CAULDWELL, D.O. (1949b) “Psychopathia transexualis”, **The International Journal of Transgenderism** 5(2), abr-jun 2001. (Texto publicado originalmente em Sexology 16,1949)

CECCARELLI, P. R. **Transexualidades**. Casa do Psicólogo. São Paulo. Editora Pearson, 2013

_____. Psicanálise, sexo e gênero. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte , n. 48, p. 135-145, dez. 2017.

CORTEZZI, M,C; HOLOVKO, S,C. (2017). **Sexualidades e gêneros: Desafios da psicanálise**. São Paulo. Editora Blucher

COSSI, R. K. **Corpo em obra: contribuição para a clínica psicanalítica do transexualismo**. São Paulo. Editora Versos, 2011

_____. **Entrevista ao canal Lacaneando**, 2013. Disponível em: <https://hypersonic2012.wordpress.com/rafael_l-alfacossi/?bclid=IwAR3w8lwr3JRNxfpBBriVH5LMA4BH8-RwfsDMR82SZWo5lpHaxZM6l0w0k5Q%3E>

FRANÇA, C, **Entrevista concedida a Livraria de Psicanalista**, 2017. Entrevistador: AZEVEDO, G, Bauru – SP: Instituto de estudos psicanalíticos de Bauru. Disponível em: <<https://cursosdepsicanalise.com.br/lesson/detail/137/284/>>. acesso em 10 fev. 2020

FREUD, S. (1996a) Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., V.7, p.118-229). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em1905)

FREUD, S. A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher (1920). In: _____. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922).Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 185-216. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Altas, 2010

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. (2018). **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar

JORGENSEN, C. **A personal autobiography**. New York: Batam Books, 1968

MCDUGALL, J. **Teoria sexual e psicanálise**, 1999

NERY, J. W. **Viagem solitária**: Memórias de um transsexual, 30 anos depois. Rio de Janeiro. Editora Leya Brasil, 2011

ROCHA, Márcia Alves da. Considerações do Édipo transicional de Ogden nos estudos de transexualidade. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte , n. 51, p. 105-114, jun. 2019 .

Sociedade Brasileira de Pediatria, Guia Prático de Atualização - Disforia de Gênero, n4, p.1-18, 2017. Disponível em:
<https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-_Disforia_de_Genero.pdf>

O INGLÊS GLOBAL, A GÊNESE DOS NOVOS INGLESES E O FUTURO DA LÍNGUA

Maria Clara Justino de Oliveira, Elaine Regina Cassoli, e-mail: mriaclj@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, o inglês se tornou o elo comunicativo no mundo globalizado: reuniões internacionais são, por muitas vezes, redigidas em língua inglesa, assim também como os novos conhecimentos são majoritariamente veiculados nesse idioma (CRYSTAL, 2003). Escolas de línguas têm o inglês como a base de seu ensino, assim como propagandas exibidas tanto na televisão quanto em *websites* apresentam abordagens inovadoras para o seu ensino, prometendo fluência em um curto período de estudo. Através dessas informações, infere-se que saber falar inglês neste presente cenário mundial é essencial para se estar plenamente conectado e de acordo com o mercado de trabalho.

No entanto, há alguns poucos séculos, a língua inglesa não possuía todo o prestígio que hoje lhe é concedido; o francês precedia-o como a língua do mundo “civilizado”, embora esse termo fosse restrito a uma visão de mundo obsoleta e eurocêntrica (MESTHRIE E BHATT, 2008). O latim e o grego, apropriados dentre os meios acadêmicos, possuíam sua fama consolidada em serem as línguas das camadas intelectuais da sociedade. Se alguém pudesse antever que o inglês se tornaria a potência hoje conhecida, provavelmente não seria ouvido pelos demais de sua época. Dessa mesma maneira, tampouco seria provável prever que a expansão do inglês culminaria em novas variantes da língua, particulares em suas características e configurações: os novos ingleses (*op. cit.*).

Isto posto, o fato do inglês, originário de um conjunto de ilhas isoladas a oeste da Europa, ter conseguido alcançar tal patamar pode ser considerado algo inesperado. É pertinente saber como foi sua trajetória para tornar-se a língua atual global e como se originou antes de se alastrar pelo mundo; torna-se relevante conhecer as consequências linguísticas da difusão da língua inglesa pelo mundo e o que são esses novos ingleses, além de questionar por quanto tempo o inglês poderá perdurar como língua global. Muitas são as hipóteses que podem ser levantadas diante dessa problemática, e muitos também são os estudos e relatos que surgiram como resposta a essas indagações.

Em tais estudos, diversos nomes para descrever a universalização do inglês surgiram; porém, neste trabalho utiliza-se o termo *Global English*, ou inglês global, com base nas pesquisas de Crystal (2003). Há outros pesquisadores a serem citados, como Hickey (2014), cujo dicionário especificamente dedicado às variedades do inglês e seus tópicos é significativo às pesquisas sobre o assunto; Algeo (2010), que criou em sua obra uma linha do tempo sobre a evolução da língua inglesa; e Mesthrie e Bhatt (2008), dois autores indianos, que destacaram as variações linguísticas dos novos ingleses.

Considera-se importante ressaltar que pesquisas especificamente voltadas aos novos ingleses ainda se encontram em número reduzido, considerando que o tópico, mesmo não sendo recente, começou a se popularizar apenas nas últimas décadas.

Isto posto, o propósito desta investigação é tentar esclarecer como o inglês alcançou seu patamar atual de língua global, com o impacto na geração de novas variedades da língua, denominadas novos ingleses, e como pode ser vislumbrado o possível futuro do idioma com base nos dados observados.

2 MÉTODO

Utilizou-se neste estudo a pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida com base em material já elaborado constituído, principalmente, de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, buscando, nesses, respostas aos questionamentos previamente levantados no item anterior (GIL, 2008).

Destaca-se segundo o autor (*op. cit.*) que o ponto principal da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador cobrir uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Considera-se essa vantagem particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço e tempo.

No caso desta pesquisa, por tratar-se da expansão mundial do inglês e dos vários ingleses que surgiram no mundo, torna-se necessária uma bibliografia adequada e diversificada, pois assim não haverá tantos obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como dizia o cronista Henry of Huntington no século XII, uma das características que distingue os seres humanos dos demais animais é o interesse pelo passado (BAUGH; CABLE, 2002). É por meio desse que se pode conhecer a história de um povo, e com a língua inglesa isso não é diferente: entender de que maneira ela foi concebida implica, diretamente, entender a sua história. A linha do tempo de sua trajetória foi delimitada por estudiosos em quatro períodos distintos: *Old English*, *Middle English*, *Early Modern English* e *Late Modern English*¹.

O inglês surge no primeiro período, *Old English*, nas Ilhas Britânicas por volta de 450 (HICKEY, 2014) ou 499 (ALGEO, 2010). Fruto da mescla de línguas trazidas por povos bárbaros – os anglos, saxões e os jutos –, o inglês instalou-se na região no momento que esses povos também se fixaram ali. Antes disso, as Ilhas Britânicas eram povoadas pelos bretões, descendentes de variadas tribos, e até mesmo da comunidade romana que havia conquistado a região anteriormente, além dos celtas. Sendo que nenhum desses grupos teve condições de expulsar as tribos bárbaras, elas ali ficaram. O inglês dessa época espelhava as duas línguas que lhe deram origem, portanto também pode ser chamado de anglo-saxão.

O *Middle English* é o período que se inicia na Conquista Normanda da Inglaterra, em cerca de 1100, e vai até 1500 (HICKEY, 2014). Naquele momento, o inglês recebeu influências do francês, trazido até às Ilhas pela nova corte que se instalava no local. Foi, também naquele momento, incorporado à língua muito do léxico que atualmente a faz parecer um idioma tão românico quanto germânico. Embora o francês fosse, na época, a língua da elite, o inglês perdurou ao passo que a língua normanda foi deixada de lado; isso ocorreu por diversos motivos, mas principalmente pela Guerra dos Cem Anos, entrave que transformou a Inglaterra e a França em inimigas e erradicou o uso do francês, já decadente, nas Ilhas Britânicas (ALGEO, 2010).

Os dois últimos períodos, *Early Modern English* e *Late Modern English*, são semelhantes. O primeiro tem a sua inauguração com a invenção da imprensa na Inglaterra, em 1476, e é caracterizado pelo desejo de se uniformizar a língua. Neste momento surgem as gramáticas e os dicionários, além das grandes obras de Shakespeare. Já o segundo período tem a sua data de início em 1800 e vai até a

¹ Optou-se por utilizar a nomenclatura original dos termos em inglês.

atualidade. Sua característica marcante é a transposição de valores de uma variedade à outra; em outras palavras, o inglês não é mais um idioma cujo poder está associado à Inglaterra, mas sim aos Estados Unidos. Dessa mesma maneira, com a colonização, surgiram diversas outras variedades fora do contexto britânico, o que culminou em uma nova era para a língua. Mais recentemente, com o avanço da tecnologia e da internet, novos vocábulos foram introduzidos ao repertório do idioma que, desde então, apenas cresceu tanto em número de falantes quanto em poder.

Esse poder, como mencionado anteriormente, foi fruto da colonização realizada pela Inglaterra. Para Hickey (2014), o período colonial da história da língua inglesa pode ser descrito como “[...] uma referência coletiva a todas as variações do inglês que foram transportadas tanto da Bretanha quanto da Irlanda a localidades além mar²” (p. 71). A localidade mais reconhecida no século XXI é a América do Norte; mais especificamente, os Estados Unidos. No entanto, a colonização não parou por aí: países asiáticos e africanos receberam uma grande parcela de colonizadores em seus territórios, tanto que alguns, anos mais tarde, acabaram adotando o inglês como uma de suas línguas oficiais. Nesse caso, pode-se citar Cingapura, Nigéria e África do Sul; enquanto isso, na Oceania, tem-se popularmente exemplos tais como a Austrália e a Nova Zelândia. Ressalta-se que a colonização em cada um desses locais ocorreu de maneira distinta; mais notavelmente nos países africanos, muitos dos falantes nativos de inglês que ali se instalaram eram trabalhadores comuns, tais como fazendeiros e marinheiros, o que fez com que a variedade da língua que ali surgisse fosse baseada em um vocabulário mais simples (CRYSTAL, 2003).

Em decorrência disso, após ter se espalhado pelo mundo todo, o inglês se solidificou como uma língua global. No entanto, outras denominações surgiram com o avanço dos estudos e do interesse de pesquisadores: comenta-se também sobre *international English*, *global English* e *English as a lingua franca* com a mesma assiduidade. “A preocupação com a nomenclatura, que à primeira vista pode não parecer mais do que puro preciosismo, se justifica a partir da necessidade de definição do objeto de estudo das pesquisas conduzidas no campo da ASL³” (LONGARAY, 2009, p. 17). Em outras palavras, com a expansão de estudos e pesquisas, novos focos e relações

² [...] a collective reference to all varieties of English which were carried either from Britain or Ireland to locations overseas.

³ Aquisição de Segunda Língua.

começaram a ser abordados com maior frequência e empenho. A autora explica os diferentes nomes com base em seus períodos e contextos históricos:

A expressão *world English*, por exemplo, surge no final dos anos 1920 seguida de perto pela expressão *international English* nos anos 1930 e, somente muito mais tarde, pela expressão *global English* na década de 1990. [...] a primeira vem sendo utilizada ao longo dos anos para dar nome tanto ao que conhecemos por *standard English* (inglês padrão) quanto a qualquer outra variedade do inglês; a segunda se refere ao uso multinacional do inglês, principalmente no que diz respeito ao ensino de línguas; e, a terceira inclui os múltiplos usos do inglês e a relação, quase sempre negativa, que se estabelece entre ele e o fenômeno da globalização socioeconômica mundial (LONGARAY, 2009, p. 18).

Sobre essas diversas nomenclaturas, Mesthrie e Bhatt (2008) comentam que seu uso põe em foco a diversidade atualmente encontrada na língua, enfatizando que o inglês não mais possui uma única base de autoridade, prestígio ou normatividade.

No entanto, o inglês apenas ganhou a consideração que hoje lhe é concedida graças a um fator chave: o poder. À medida que a influência dos Estados Unidos cresceu nas áreas das ciências, economia, entretenimento e indústria, o inglês foi proporcionalmente adquirindo cada vez mais visibilidade e peso no mundo moderno, sendo apropriado por diversas culturas além da de sua de origem, ou até mesmo culturas que não usam o inglês de maneira frequente ou considerável em seus meios de comunicação. Crystal (2003) ilustra isso ao comentar sobre a insistente prevalência do idioma no exterior, principalmente no campo musical e de entretenimento: turistas anglófonos viajam a fim de escaparem de sua realidade apenas para se depararem com ela longe de casa, principalmente na forma de canções e filmes em inglês.

Sabendo-se que o inglês adentrou várias culturas e regiões por meio da colonização e foi disseminado pelo mundo a partir da influência estadunidense, pode-se concluir que a língua desenvolveu facetas, com vocábulos e construções próprias. Essas facetas, denominadas variedades, são o objeto de estudo de linguistas que as batizaram de novos ingleses, bem como o objetivo desta investigação.

Os novos ingleses são frutos do inglês global, frutos da instalação de uma língua antes estrangeira em uma região diferente daquela de sua origem. Línguas existem como sistemas de comunicação e, uma vez que as necessidades dos povos que entraram em contato com o idioma por meio da colonização são diferentes daquelas de seus colonizadores, a língua evolui de maneira peculiar. Embora o termo novos ingleses pareça expressar a ideia de um fenômeno recente, tal noção é errônea. Pode-se usar

como exemplo a variação empregada na Índia, que é mais antiga do que aquela utilizada na Austrália, e, no entanto, é uma das consideradas novos ingleses (MESTHRIE; BHATT, 2008).

Outra noção equivocada é a de que os novos ingleses são dialetos. Para Crystal (2003), os dialetos surgem em regiões específicas, ao passo que os novos ingleses abrangem nações inteiras; sendo assim, aplicam-se a milhões de pessoas, ao contrário de apenas uma comunidade em particular. Wardhaugh e Fuller (2015), dois linguistas, intervêm e adicionam que definir o que é dialeto não é uma tarefa fácil, entretanto concordam com a ideia de que a palavra 'língua' é utilizada para se referir a uma única norma linguística ou a um grupo de normas, ao passo que o termo 'dialeto' é empregado para se referir a uma dessas normas.

Crystal (2003) comenta que a grande maioria das adaptações em uma variação dos novos ingleses estão relacionadas ao vocabulário: na formação de novos termos, significados, colocações e frases idiomáticas. Isso se dá por diversos motivos. Os novos vocábulos, por exemplo, podem ser produtos das singularidades biogeográficas de cada país: palavras para se referir à flora e à fauna local surgem em decorrência da necessidade dos povos ali habitantes, especialmente nas culturas indígenas. Neologismos provêm da religiosidade e mitologia, da tradição oral – e talvez escrita – já presentes na cultura, das artes e do campos de expressão pessoal, das tecnologias presentes, dos sistemas sociais e legais. De fato, é impossível contabilizar todo o impacto que as diversas vertentes culturais possuem em uma língua que acaba de ser adotada por um povo, porém parece ser fácil compreender sua magnitude geral. Embora a evolução da língua inglesa dentro de países que a empregam como língua oficial possa ser, de certa forma, previsível, considera-se difícil a tarefa de antever as modificações que ocorrerão no inglês em locais que o têm como segunda língua.

Com isso em mente, pode-se tentar levantar questionamentos sobre o futuro da língua inglesa no mundo, especialmente seu futuro como a língua global. Embora seja impossível traçá-lo com precisão, pode-se inferir que o inglês não perdurará para sempre como a língua global; sua morte metafórica é uma das poucas certezas que sem tem acerca do assunto. Com base no que diz Crystal (2003), o desaparecimento do inglês como se conhece, de maneira gradual, ou até mesmo a sua fragmentação tal como ocorreu com o latim, são possibilidades críveis, mas se entende que tais ideias, se ainda plausíveis no futuro, não se solidificarão tão cedo. O que resta é apreciar a poderosa

ferramenta que o inglês se tornou, o grande elo que ligou nações, comunidades e culturas entre si de maneira com que todos passaram a se comunicar de maneira eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo foi possível compreender a evolução da língua inglesa, a maneira com que ela se instalou no mundo como língua global e o modo que, a partir dessa instalação, uma nova ramificação intitulada novos ingleses surgiu.

Proveniente de um pequeno grupo de ilhas isoladas ao norte da Europa, a língua inglesa surgiu e se desenvolveu com base nos anglos e saxões e nas influências latinas e francesas, sendo, posteriormente, disseminado pelo mundo a partir da colonização. Os Estados Unidos, na sua ascensão, cimentaram também a influência e dominância da língua. No entanto, não se pode mais dizer que as únicas variedades a serem apreciadas são as estadunidense e inglesa: os novos ingleses surgiram em países que, após serem subjugados pelo imperialismo inglês, adotaram-no como segunda língua. Os novos ingleses, mais que dialetos, porém menos do que línguas próprias, são fenômenos inerentemente oriundos do poderio do inglês e que ilustram, mais do qualquer outro aspecto, a universalidade e proporção que a língua inglesa adquiriu no exterior.

Por fim, verifica-se que o inglês é a maior prova de que línguas não são sistemas fechados e únicos, mas sim ferramentas, passíveis de mudanças e influências, das quais um povo se apropria para a própria comunicação, pode-se dizer que são vivas. A língua inglesa do século XXI pode ser considerada um patrimônio mundial, uma vez que não se restringe mais a um determinado país ou região; tornou-se, enfim, um elo.

REFERÊNCIAS

ALGEO, John. **The Origins and Development of the English Language**. 6. ed. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

CRYSTAL, David. **English as a Global Language**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HICKEY, Raymond. **A Dictionary of Varieties of English**. Chichester: John Wiley & Sons, 2014.

LONGARAY, Elisabete Andrade. **Globalização, antiimperialismo e o ensino de inglês na era pós-moderna**. 2009. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MESTHRIE, Rajend; BHATT, Rakesh M.. **World Englishes: The Study of New Linguistic Varieties**. New York: Cambridge University Press, 2008.

WARDHAUGH, Ronald; FULLER, Janet M. **An Introduction to Sociolinguistics**. 7. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015.

O PAPEL DA ESCOLA FRENTE AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Mônica Bezerra de Souza, Grasiela Lima, e-mail: monica.souza_98@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

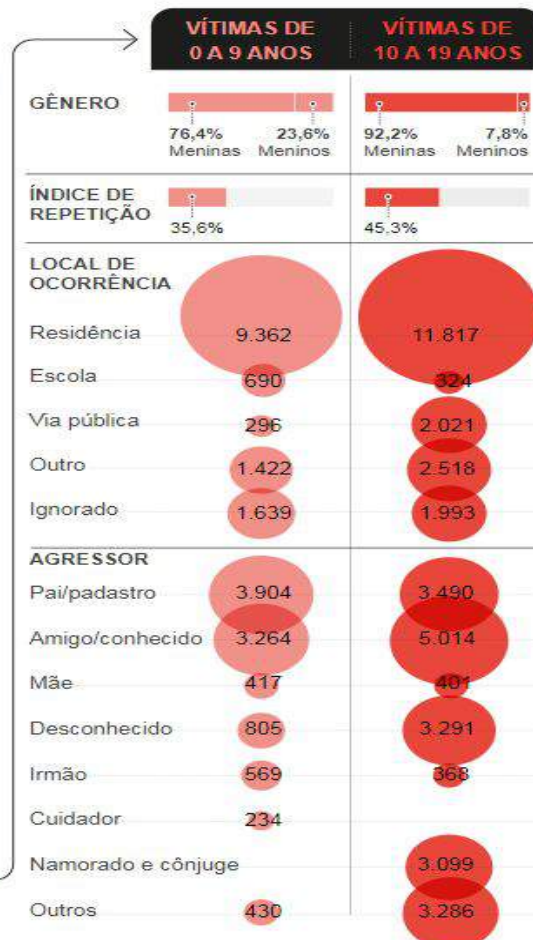
O abuso sexual contra as crianças é um grave problema social e objeto de estudo de diferentes campos do conhecimento como a Sociologia, a Psicologia, o Direito e a Educação. Os dados atuais indicam que essa forma de violência acontece em diferentes regiões do mundo, inclusive no Brasil, revelando que apesar dos avanços no campo da legislação em defesa dos direitos das crianças, e de uma mentalidade voltada para a proteção dos infantes, ainda existe um longo caminho a percorrer para o seu efetivo enfrentamento. Veja a seguir:

Meninas são principal alvo

Total de notificações de crime sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde



O GLOBO

Segundo estudiosos, o abuso sexual traz sérias consequências físicas, psicológicas e sociais para as vítimas, o que torna a prevenção um dos pontos fundamentais no enfrentamento a essa forma de violência.

Levando-se em consideração a legislação do nosso país, especialmente no que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas de proteção e prevenção de crianças que sofrem violência sexual estão asseguradas, e é responsabilidade do Estado, da sociedade e da família protegê-las. Da mesma forma, também a escola tem um papel fundamental na prevenção, atendimento e encaminhamento de casos de violação de direitos dos seus educandos, num trabalho em rede.

Sabendo-se que os índices de abuso sexual infantil aumentam a cada dia, este estudo tem como objetivo promover conhecimentos específicos relacionados a esta problemática, tendo em vista compreender os impactos desta violência na aprendizagem do aluno vitimizado. E, nesse sentido, a justificativa para a necessidade desta pesquisa está relacionada ao fato de que é no âmbito escolar que, na maioria das vezes, a criança explicita o abuso sofrido através de determinados comportamentos e, como mencionado, é papel da escola promover a prevenção, através de ações pedagógicas, assim como proceder aos encaminhamentos dos casos aos órgãos competentes.

Sendo assim, algumas questões nortearão este estudo: crianças que sofrem o abuso sexual são, necessariamente, vítimas do fracasso escolar? Como a instituição escolar pode fazer uma intervenção de impacto positivo na vida da criança que vive em situação de abuso sexual?

2 MÉTODO

O suporte metodológico se deu a partir de uma pesquisa qualitativa voltada para a investigação dos aspectos teóricos, conceituais, pedagógicos e legislativos que abrangem o tema, através de uma revisão de literatura

Nesse sentido, para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com busca no banco de dados Google Acadêmico, onde foram utilizados artigos, dissertações, teses e e-book que abordam o tema abuso sexual de crianças e suas consequências na aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O abuso sexual vem aumentando drasticamente ao longo dos anos e isso está trazendo sequelas significativas do ponto de vista físico e psicológico e, especialmente no que se refere aos traumas psicológicos, resultam em dificuldades de aprendizagem das crianças.

O abuso sexual infantil pode ser definido:

[...] por um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.33).

A problemática é relevante e desafiadora para os profissionais da educação, levando-se em consideração que muitas vezes não existe formação inicial e continuada dos professores no que diz respeito à abordagem pedagógica do abuso sexual infantil no âmbito escolar. Identificar o que ocasiona a mudança de comportamento, o que deixa o educando cabisbaixo é extremamente importante, na medida em que grande parte das crianças abusadas não fala sobre o assunto, pois normalmente são ameaçadas pelos seus agressores, levando-as a se isolarem do mundo que as rodeiam.

Sendo assim, é importante compreender o que ocorre e qual a melhor abordagem a ser realizada quando estas crianças estiverem incluídas em salas do ensino regular, pois é fundamental uma abordagem qualificada e profissional no atendimento destes casos.

Os estudos realizados sobre o tema indicam que a maior parte do abuso sexual contra crianças e adolescentes é praticada por parentes ou pessoas próximas e conhecidas, tornando maior a dificuldade da denúncia (VIODRES INOUE; RISTUM, 2008). Estima-se que menos de 10% dos casos cheguem às delegacias, segundo o Ministério da Saúde (1998).

As sequelas do abuso sexual são muitas vezes graves, e as crianças vitimizadas podem apresentar quadros de distúrbio de ansiedade, sintomas depressivos ou agressivos, dificuldades no relacionamento interpessoal, transtornos psicosssexuais, entre outros.

O abuso sexual pode afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes sob diferentes formas e intensidades. O impacto da violência sexual está relacionado a três conjuntos de fatores: fatores intrínsecos à criança, tais como vulnerabilidade e resiliência pessoal; fatores extrínsecos, envolvendo a rede de apoio social e afetiva da vítima; e fatores relacionados com

a violência sexual em si, como, por exemplo, duração, grau de parentesco/confiança entre vítima e agressor, reação dos cuidadores não abusivos na revelação e presença de outras formas de violência (HABIGZANG; KOLLER, 2006, apud SILVA; GONÇALVES, 2015).

Assim, a criança abusada sexualmente pode apresentar no ambiente escolar diversos sintomas. Os educadores devem estar atentos a estes fatos, pois dificilmente a criança consegue verbalizar a violência sofrida.

Nesse sentido, os profissionais da escola devem observar comportamentos sexualizados, como o toque frequente nos órgãos genitais, brincadeiras de cunho sexual, desenhos e posturas sexuais constantes, ou ainda a demonstração de medo ou choro quando da volta para casa após a escola, a evitação ao toque de outras pessoas e o desenvolvimento de fobias. (OLIVEIRA; MIRANDA, 2013, p.7)

Todos estes sinais e comportamentos citados acima são alarmantes e exigem cautela, e tanto o educador quanto os monitores e demais funcionários da escola devem estar atentos aos alunos, pois a escola pode ser o único lugar seguro que esta criança esteja frequentando. Sendo assim, o educador pode desenvolver um papel fundamental na vida de uma aluna que está sofrendo abuso sexual desenvolvendo ações preventivas e de encaminhamento, notificando os órgãos competentes para que aja intervenção cabível, resgatando os direitos e proteção da criança.

De outra parte, também é muito importante que os educadores estejam atentos aos problemas de aprendizagem das crianças causados pela experiência traumática. Neste caso, é necessário o encaminhamento a atendimento profissional especializado.

A criança ou o adolescente abusado sexualmente pode perder o desejo pela aprendizagem, apresentando condutas diferentes daquelas que até então mostrava. Muitas vezes a dificuldade de atenção, de socialização e de aquisição de conhecimentos, são alguns sinais que o abusado apresenta após o fato ocorrido. Geralmente é através dos problemas de aprendizagem que os pacientes mostram seu embotamento emocional e/ou cognitivo, fruto desta violência sofrida. A experiência traumática de ter sofrido abuso sexual influencia os processos de aprendizagem e a formação da personalidade do sujeito, sendo necessário o atendimento profissional adequado. (DE CONTO LOPES; TORMAN, p. 116/117).

A escola deve estar na linha de frente no combate e proteção das crianças que são vítimas do abuso sexual e, desta forma, deve investir em capacitações, cursos e palestras para os professores adquirirem conhecimentos aprofundados sobre a temática e, a partir daí, atuarem de forma efetiva nas situações que ocorrem no contexto escolar,

assim como desenvolvimento de projetos voltados para o enfrentamento do abuso sexual infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual é um grave problema social e faz parte da realidade do nosso país. As estatísticas são alarmantes e os números apontam as crianças, especialmente meninas, são vítimas deste tipo de violência que ocorre, na maioria das vezes, no seio familiar.

Através das pesquisas realizadas, conclui-se que a criança vítima desse crime desenvolve sequelas muitas vezes de natureza grave, desencadeadas a partir da experiência traumática, e se não tratadas adequadamente haverá grande desequilíbrio na sua vida social e em seu desempenho escolar, pois esse tipo de violência causa inúmeros prejuízos emocionais, cognitivos e comportamentais que a acompanhará até a vida adulta.

Nesse sentido, a escola cumpre um papel importantíssimo na vida de seus alunos. Os professores que estão frente a essas crianças devem ter conhecimento sobre o assunto, estar preparados para o grande desafio para saber identificar casos de abuso sexual dentro da escola e como fazer a abordagem correta, pois assim pode tomar as providências necessárias para o adequado atendimento e encaminhamento para a rede de apoio e proteção às crianças vítimas de violência sexual.

A escola e a família formam um conjunto inteiramente responsável pela aptidão social e psíquica da criança, mas sempre será a escola e seus profissionais os responsáveis por tomar a linha de frente no combate ao abuso sexual infantil, pois essa grave violência acontece majoritariamente no ambiente familiar.

Sendo assim, a presente pesquisa buscou destacar que os profissionais da escola devem, de fato, assumir o compromisso de defender os direitos das crianças contra todas as formas de violência, em especial o abuso sexual. E, nesse sentido, é certamente uma proposta voltada para a valorização dos trabalhos e projetos de prevenção, proteção e cuidados relacionados ao enfrentamento do abuso sexual de crianças, assim como para o desenvolvimento de uma práxis pedagógica realizada com objetivo de superar as dificuldades no processo ensino-aprendizagem dos alunos, em especial, das alunas que vivem nessa situação violenta e traumática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Pele de asno não é só história... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família.** São Paulo: Rocca, 1998.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 10 de set. 2020.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil.** 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/3172/317227052014/>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRINO, R. F. WILLIAMS, L. C. A. **A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil.** São Carlos: Suprema, 2009.

DE CONTO LOPES, Kátia, TORMAN, Ronalisa O Abuso Sexual e o seu Desdobramento na Aprendizagem: uma Reflexão acerca da inclusão. **Revista Prâxis** [en linea]. 2007, 2 (), 115-118 [fecha de Consulta 5 de Octubre de 2020]. ISSN: 1807-1112. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=525552617018>.

OLIVEIRA, M.; MIRANDA, A. C. T. Abuso sexual infantil e escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas. Seminário Internacional **Fazendo Gênero 10** (Anais eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SILVA, R. S.; GONÇALVES M. A ocorrência de Transtornos Psiquiátricos em Crianças e Adolescentes Abusados Sexualmente. **Uniciências**, v.19, n.1, p. 72-78, 2015.
VIODRES INOUE, Silvio Regina; RISTUM, Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia.** Campinas, 25(1), 11-21, janeiro - março, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n1/a02v25n1.pdf>
Acesso em 30 ago. 2020.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TDAH DIANTE DOS RÓTULOS

Pamela Lopes Vieira, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail: pvieira350@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Crianças inquietas, que não têm limites, que não conseguem aprender, que geram frustrações nos pais e quebram as expectativas dos mesmos, dependendo do grau de comprometimento desses sintomas, podem ser diagnosticadas com TDAH.

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014, p.61) o transtorno é descrito, como: “Um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento”.

Caracteriza-se a desatenção e/ou hiperatividade e impulsividade, sendo comportamentos observados mais comuns na desatenção; dificuldade em manter e prestar atenção em atividades do dia-a-dia; de iniciar e concluir uma atividade proposta – não somente em ambiente escolar – mas também apresentado em tarefas comuns do cotidiano; em e hiperatividade-impulsividade são considerados comportamentos comuns, como batucar mãos e pés e fazer mais que uma atividade ao mesmo tempo e não concluir nenhuma, correr em situações inadequadas, gerando desconforto nos familiares, querer atravessar a vez em brincadeiras com outras crianças, irritação quando não vence em jogos; impulsividade no adulto pode estar ligada também a imprudências no trânsito, volatilidade em relacionamentos. Os sintomas devem persistir, por pelo menos seis meses, sendo observados seis ou mais sintomas descritos na lista, e apresentados em mais do que um ambiente. (DSM-V, 2014)

O TDAH, ainda é muito recente, no início era considerado como uma lesão no cérebro, mas em 1962, através de estudos, foi excluída a ideia de lesão, pois não haviam evidências que comprovassem realmente uma existência, após essa conclusão, a lesão passa a ser considerada Disfunção Cerebral Mínima. Desse momento em diante, em 1980 o nome Síndrome De Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, aparecendo pela primeira vez no DSM-III. Somente após 10 anos, a síndrome foi transformada em Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, na edição seguinte do DSM, não desconsiderando a presença tão aparente da hiperatividade no transtorno (FRANÇA, 2012)

Souza e Sena (2008, apud. FARAONE, 2003) o TDAH apresenta-se em cerca de 3 a 7% da população em fase escolar, e segundo o DSM-V (2014) cerca de 5% em crianças e metade desses números nos adultos. Em estudos brasileiros, a prevalência do TDAH tem seus números em 5 a 17% da população em geral, sendo a maioria dos artigos consultados para realização da pesquisa demonstrados que o transtorno é mais comum em meninos que meninas, mas Reis e Santana (2010) citam que a prevalência em meninos, tem como justificativa, a diferença em que os sintomas se apresentam, em cada gênero, no caso do transtorno identificado no sexo masculino os sintomas mais presentes são a hiperatividade e impulsividade, com características de que os meninos se arriscam mais e estão suscetíveis a mais perigos que as meninas, em controvérsia no sexo feminino, se apresentam os sintomas em relação a desatenção que demonstra mais apatia, meninas menos barulhenta em relação a crianças da mesma idade no sexo masculino, questionando-se assim a falta do diagnóstico, podendo nem ser verificado em avaliações, o que sem dúvidas, geram prejuízos no desenvolvimento da criança.

Na psicanálise, acredita-se que o desenvolvimento tem a ver com o ser subjetivo somado a falta da evolução dos sentimentos, de como tem a percepção de suas emoções, do corpo e psiquê, resultando falhas no desenvolvimento primitivo. Vários autores em suas teorias voltadas a esse estudo descrevem a relação mãe/bebê, como a criança se desenvolve seguindo essa relação e como a falta dela prejudica no funcionamento futuro, considerando a aprendizagem e o desenvolvimento de transtornos, incluindo o TDAH. Além de que quando existem as falhas no funcionamento, descritos por autores psicanalistas, como o Holding estudado por Winnicott, pode ocorrer incapacidade de pensamento, surgindo uma barreira entre desejo e satisfação, fazendo com que o indivíduo tenha comportamentos de impulsividade.

De acordo com a visão da terapia cognitivo-comportamental (TCC) o TDAH está ligado aos prejuízos do funcionamento específicos, diferente da psicanálise que propõe que está relacionado aos afetos da mãe/bebê. Ribeiro (2020) propõe que a abordagem teórica TCC se relaciona no transtorno, aos comportamentos apresentados pelo indivíduo, relacionados a memória, atenção, interações individuais e interpessoais com a sociedade.

Antony e Ribeiro (2005) fazem seus estudos pautados na Gestalt, que acredita que o indivíduo é resultado das suas interações dele com o mundo, que resulta inúmeros comportamentos, demonstrando-se para o mundo conforme o meio que ele está inserido

e como se manifesta sobre ele. A linha de raciocínio pautada nesse estudo, revela que a relação com o mundo é mútua, da mesma maneira que o mundo tem influência sobre o indivíduo, também o indivíduo tem influência sobre ele, assim o aparecimento de transtornos e patologias, está ligado a ambiente nos quais causam angústias no indivíduo, ou seja, a doença surge como uma forma de bloquear contato com ambientes que apareçam sentimentos de angústias e tristezas.

Diante disso, é nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem como objetivo geral, compreender a eficácia da presença da família, no desenvolvimento do indivíduo, também qual influencia do contrário, no caso da família mal estruturada, os prejuízos que causam. Além da rotulação desses indivíduos, e quais prejuízos podem ser encontrados em pessoas que convivem com eles.

2 MÉTODO

Esse trabalho será realizado através de uma pesquisa bibliográfica, de acordo com Pizzani et al. (2012) é a leitura que norteia o trabalho, através de textos científicos encontrados em periódicos, livros, entre outros.

O trabalho foi realizado através de revisão bibliográfica em artigos científicos, encontrados nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Pepsic. Também foi pesquisado no DSM-V para busca de conhecimento sobre o tema proposto no trabalho.

As palavras-chave foram definidas a partir do título do trabalho, que é definido como os rótulos presentes no indivíduo com TDAH, e a importância da família nesse sentido, sendo assim as palavras-chave pesquisadas, foram: “rótulo; TDAH; psicanálise; psicopedagogia”, termos que se aproximam do TDAH e seu tratamento, e visão das diferentes abordagens.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da coleta de dados e materiais, nota-se que o trabalho realizado com indivíduos cm TDAH é voltado à maioria dos casos aos profissionais de psicopedagogia e neurologia. Também nota-se a dificuldade de encontrar artigos com pesquisas voltadas aos rótulos.

Ainda é difícil ser diagnosticado, facilmente confundido com malcriação, desobediência. Ainda aqueles que são rotulados e diagnosticados em casos, usam do

transtorno para destinarem seus comportamentos e a vida. Ainda existe o rotulo por parte da veracidade do transtorno.

O TDAH – apesar de ser transtorno – é de aprendizagem. Sendo assim, é trabalhado e descoberto no desenvolvimento infantil do indivíduo, geralmente pelos professores nos primeiros anos escolares, por ser o local onde passam a maior parte do tempo. Então, antes do diagnóstico propriamente dito, o possível primeiro contato dos pais ou responsáveis com o transtorno parte da conversa dos professores. Em muitos casos, os pais nem tem conhecimento do que se trata o transtorno.

Pires et al.(2012) referem-se aos fatores psicossociais, dizendo que os indivíduos que são diagnosticados com o TDAH, têm familiares mais agressivos, e que por ser um caminho trabalhoso lidar com eles, em relação ao estudos, comportamento, tendem a incluir na educação métodos mais rudes, como agressões físicas e verbais, sendo que as verbais podem causar prejuízos maiores do que as físicas no desenvolvimento infantil.

Os rótulos citados, vão além do simples, escola, pais, familiares e colegas, também entra em questionamento, se realmente são diagnosticados corretamente ou se é usado do mesmo, como justificativa de mau comportamento, crianças sem limites, que não param quietas ou que não respeitam pais e professores.

Jafferian e Barone, (2015 apud CROCHIK & CROCHICK, 2010) abordam na psicanálise, que o TDAH está relacionado ao meio em que o indivíduo portador está inserido. É levado em consideração, que os rótulos causam prejuízo no desempenho, lembrando que quando um indivíduo é rotulado em qualquer tipo de patologia, a sociedade geralmente o trata como uma personificação dele, como se apagasse do indivíduo sua individualidade, além da ignorância de conhecimento sobre o transtorno, que se transforma em julgamento, como no caso do ambiente escolar, os professores julgam os alunos, como os que não param quietos, não se desenvolvem e não têm interesse nas aulas, sendo assim, impedidos de demonstrar outras habilidades, em outros âmbitos que envolvem indivíduo e professor, justamente também, pelo fato de que muitos dos casos, o professor já não consegue ter empatia e paciência com esse aluno.

Jafferiam e Barone (2015) citam os estudos do “Efeito Pigmalião” que tem como princípio atingir expectativas criadas dos professores para o aluno, no caso do professor, que julga o aluno como aquele que não tem domínio sobre si, não para quieto e tem um desenvolvimento ruim nas atividades propostas das aulas, vão ser sempre esses alunos

ruins, e tem a tendência de permanecerem assim, cumprindo a profecia auto realizadora, surgindo nesse momento, o contato com o rótulo, que atinge não somente esse aluno, mas aqueles que convivem com ele. Nesse sentido, os escritos de Freud descrevem ganhos secundários de que a criança diagnosticada tem pelo rótulo, pelas dificuldades de aprendizagem, acabam recebendo atenção maior dos pais, dos professores, para realização das atividades escolares, que em casos de falta de paciência com o indivíduo. Os próprios ajudantes das atividades, acabam concluindo-as para evitar estresses, fazendo com que o indivíduo se beneficie das regalias presentes nesse processo. Faz-se necessário ressaltar que quando os pais realizam tarefas que eram destinadas aos filhos, os prejuízos, e a dificuldade de aprendizagem – não somente na escola, mas subjetividade do indivíduo – se fazem presentes com a justificativa que a facilidade maior é desenvolver a atividade do que a aprendizagem.

Regalla et al (2007) consideram que uma família presente, associa-se a níveis mais altos de resiliência, que as figuras de apego desse indivíduo, quando se fazem presentes em momentos de angústia, tem papel influente no desenvolvimento de habilidades, principalmente em como se comporta em meio a situações adversas que estão presentes no caminho ao longo da vida, no caso do TDAH, cita que a resiliência, das famílias que desempenham seus papéis de forma suficientemente boa, funcionam na diminuição de possíveis situações que geram risco, ou até no desenvolvimento problemas de conduta.

Nassiff (2016) ainda evidencia em seu trabalho que as famílias atualmente, em relação a famílias no século passado, sofreram modificações, forçando as crianças a viverem essas dinâmicas modificadas precocemente, além de que ainda tem muito explícito que o indivíduo que entra em um relacionamento, deve construir uma relação conjugal plena e feliz, quando isso não ocorre, quem sofre são os filhos, que se frustram com as expectativas quebradas, então essas experiências, em conjunto com as experiências que vivem em sociedade, geralmente no ambiente escolar, gerando consequências e até patologias que estejam associadas ao TDAH.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observada na produção do trabalho que a rotulação está voltada para a veracidade do transtorno, sobre pesquisas que demonstram que o transtorno é verídico, mas não existem causas que comprovem exatamente que está lá, por não ter sido

encontrado um agente específico que comprova a existência, apesar de o estudo sobre as causas biológicas estarem muito presentes em alguns artigos, alguns autores justificam o TDAH como forma de aumentarem a indústria farmacêutica, na produção e venda de remédios que parem as crianças sem limites, levando em consideração que o transtorno acomete uma a cada vinte crianças, também sobre como o rótulo de crianças problemáticas, na infância geram prejuízos futuros, em relação à escola e aprendizagem, já que o rótulo gera um tipo de conforto, mas pouco se fala das consequências no indivíduo em relação a si mesmo, ao que se sente quando nota que é rotulado, ou como a família lida com isso. As pesquisas encontradas nos artigos estão relacionadas a buscarem causas etiológicas, onde surgem ou se está ligada a famílias sem estruturas, falta de apoio, mal desenvolvimento na infância.

A questão norteadora foi respondida, em partes, no caso da influência dos pais sobre os filhos, quando os pais tem uma boa relação conjugal, influencia positivamente no desenvolvimento das suas habilidades, dentro da escola, no ambiente familiar. A psicanálise demonstra muito nitidamente a importância do papel familiar na vida do indivíduo que tem o TDAH, principalmente a relação mãe/bebê, no início da vida, e como eventos marcantes, como separação dos pais, ou separação do bebê com a mãe em motivos de trabalho da mãe, mas quando se diz respeito aos rótulos, se fala apenas da veracidade do transtorno, de como podem ser diagnosticados de forma correta, de autores que não aceitam o transtorno como real, mas como justificativa para o aumento da indústria farmacêutica, ou como justificativa também de crianças com comportamentos ruins em ambiente escolar, mas a questão do indivíduo, e dos prejuízos, em relação a como o indivíduo se sente, como se vê na sociedade, como isso influencia nas escolhas, a relação do sujeito com os rótulos, como se sente ao perceber que sua subjetividade se apaga, e que em muitos casos, podem até perder a identidade ao ser chamado “o TDAH...” ou “a criança sem limites” não foi encontrado na pesquisa.

Sugere-se que pesquisas qualitativas sejam feitas diretamente com os indivíduos que carregam os rótulos, como essa rotulação pode ser revertida em outros âmbitos nos quais o indivíduo tem mais facilidade de se encaixar, e em temas, atividades, trabalho que faz com que atenção seja focada, quais são as possíveis queixas que eles possuem sobre como são tratados frente o ambiente que está inserido, ou consequências psicológicas podem ser acarretadas a esses julgamentos, que em muitos casos, vem de

peças que não tem conhecimento sobre o assunto, ou ainda se tem não se faz suficiente para agir com empatia frente a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANTONY, S; RIBEIRO, J. P. Hiperatividade: doença ou essência um enfoque da gestalt-terapia. **Psicol. cienc. prof.**, v. 25, n. 2, p. 186-197, 2005 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2020.

DA SILVA, A. C. P. et al. A explosão do consumo de Ritalina. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 11, n. 2, p. 44-57, 2012. Disponível em: <https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/6/1/61000.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

FRANÇA, M. T. B. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): ampliando o entendimento. **Jornal de Psicanálise**, v. 45, n. 82, p. 191-207, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352012000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GUILHERME, P. R. et al . Conflitos conjugais e familiares e presença de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na prole: revisão sistemática. **J. bras. psiquiatr.** v. 56, n. 3, p. 201-207, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852007000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2020..

JAFFERIAN, V.H. P; BARONE. L. M. C. A construção e a desconstrução do rótulo do TDAH na intervenção psicopedagógica. **Rev. Psicopedagogica.** v. 32, n. 98, p. 118-127, 2015. Disponível em: <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/38/a-construcao-e-a-desconstrucao-do-rotulo-do-tdah-na-intervencao-psicopedagogica>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MATTOS, P. et al . Painel brasileiro de especialistas sobre diagnóstico do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) em adultos. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, v. 28, n. 1, p. 50-60, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 out 2020.

NASSIFF, R. Sujeito como sintoma (TDAH) na sociedade, escola, família e a Psicopedagogia. **Constr. psicopedag.**, v. 24, n. 25, p. 60-83, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 out. 2020.

PIRES, T. O; SILVA, C. M. F. P; ASSIS, S. G. Ambiente familiar e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. **Rev. Saúde Pública**, v. 46, n. 4, p. 624-633, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

REGALLA, M. A; GUILHERME, P. R; SERRA-PINHEIRO, M. A. Resiliência e transtorno do déficit de atenção/hiperatividade. **J. bras. psiquiatr.**, v. 56, supl. 1, p. 45-49, 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852007000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

RIBEIRO, S. P. TCC e as funções executivas em crianças com TDAH. **Rev. bras. ter. cogn.**, v. 12, n. 2, p. 126-134, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872016000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2020.

ROHDE, L. A. et al. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Rev. Bras. Psiquiatr.** São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 07-11, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2020.

SENA, S. S; SOUZA, L. K. Desafios teóricos e metodológicos na pesquisa psicológica sobre TDAH. **Temas psicol.**, v. 16, n. 2, p. 243-259, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2020.

STROH, J. B. TDAH - diagnóstico psicopedagógico e suas intervenções através da Psicopedagogia e da Arteterapia. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 18, n. 17, p. 83-105, dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542010000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2020.

O PAPEL DA PSICOLOGIA HOSPITALAR E DA ESPIRITUALIDADE NO LUTO ANTECIPATÓRIO MATERNO

Juliana Mazo Duarte das Neves, e-mail: juliana27_08@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O luto antecipatório é um processo vivenciado por mães e familiares decorrente de alguma doença terminal dos filhos. O momento em que a mãe recebe a notícia que seu filho tem uma doença sem perspectiva de vida dá início ao luto antecipatório, pois, existe ali um luto antes da morte (FLACH, 2011). Esse estudo busca uma maior compreensão de da forma como um psicólogo hospitalar pode trabalhar esse luto, em paralelo com a espiritualidade.

No contexto do adoecimento de um membro familiar, o sistema passa a utilizar estratégias de defesa com diferentes focos, que pode ser no problema em si, estratégias com foco nas emoções do indivíduo ou no sistema familiar como um todo, que podem ocorrer de formas simultâneas. O tipo de estratégia a ser utilizado dependerá de como a família estrutura-se diante do diagnóstico da doença, o tipo da enfermidade e dos percursos que irá confrontar perante a hospitalização de seu familiar. Pode-se perceber que a doença pode ser uma forma encontrada para que as pessoas de uma família estejam próximas e demonstrem afetos, mas, durante o surgimento da doença, pode acontecer que, depois dessa aproximação, haja uma separação novamente (FLACH, 2011).

A Psicologia Hospitalar, que tem como um de seus enfoques os componentes psicológicos do processo de adoecimento, procura minimizar o sofrimento provocado pela hospitalização (SIMONETTI, 2011). O autor ressalta que o foco e o objetivo da Psicologia Hospitalar não se referem apenas ao paciente internado, mas se estendem aos seus cuidadores/familiares e à equipe do hospital.

Uma das formas de acolhimento junto à mãe que passa pelo luto antecipatório é envolve a investigação do seu contexto espiritual, possibilitando ao psicólogo compreender de que modo a pessoa se relaciona como essa espiritualidade lhe permite interpretar os acontecimentos a sua volta. Diante de toda angústia e medo da mãe em perder seu filho, é possível que se encontre num estado de grande fragilidade, então a

fé poderia ser uma forma eficaz de enfrentamento. Nesse contexto, o psicólogo hospitalar, numa relação de confiança, poderá ajudar a mãe a ressignificar a sua dor. Tendo a afetividade um papel central no acompanhamento do luto antecipatório e entendendo a espiritualidade como parte desse processo de ressignificação, torna-se importante que o psicólogo maneje tais aspectos de forma ética. (PERES, et al, 2007).

Além da importância do acompanhamento psicológico, o estudo quer apresentar outra forma de encarar e viver esse sofrimento, buscando na espiritualidade forças para completar o ciclo que envolve o processo da perda. O homem ser é formado por diversos elementos configurando-se num ser bio-psico-socio-espiritual, e, portanto é válido ressaltar a importância da espiritualidade na vida dessas mães que vivenciam o luto antecipatório. Sendo assim, a junção dos temas psicologia e espiritualidade é de extrema relevância para a proposta do trabalho, contribuindo com a sociedade em presença dessa situação tão desafiadora que representa o luto antecipatório.

O presente estudo, tem por objetivo geral compreender o trabalho do psicólogo hospitalar no processo do luto antecipatório de mães que se deparam com a doença terminal do filho e a importância da espiritualidade nesse contexto.

2 MÉTODO

O estudo teve como base para sua realização busca por artigos científicos, livros, revistas científicas, nos sites Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e endereços eletrônicos contendo vídeos de profissionais reconhecido no meio acadêmico.

Utilizando como palavras-chave: luto antecipatório, psicologia hospitalar, luto materno, espiritualidade e relação mãe bebê. Somando um total de 29.206 (vinte nove mil, duzentos e seis) artigos encontrados, sendo selecionados 37 artigos, cujo processo de seleção se baseou em alguns critérios, ou seja: anos mais recentes, títulos; e resumos dos artigos.

Os materiais utilizados como embasamento da discussão são do período de 2000 a 2018, sendo que foram utilizados como base: 4 (quatro) livros, 21 (vinte e um) artigos científicos, 1 (um) endereço eletrônico contendo vídeo de profissionais reconhecido no meio acadêmico e 2 (duas) revistas científica, tendo como finalidade responder ao objetivo principal proposto pelo estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as várias configurações do luto, tem-se o luto antecipatório, que para Rolland (1998), ocorre após a declaração de morte próxima de uma pessoa significativa. As pessoas vivem antecipadamente a dor do luto e vivem uma condição paradoxal onde não podem compartilhar o futuro com a pessoa que irá morrer e, ao mesmo tempo, não podem dar consecução ao processo de luto, porque aquele que irá morrer ainda está vivo. Nas famílias, esse tipo de luto inclui por vezes o segredo e, ao contrário, quando a pessoa sabe se é terminal, sua participação no processo de adeus. Outras perdas como doença incapacitante, também geram esse tipo de luto.

O termo “Luto Antecipatório” foi criado pelo psiquiatra Erich Lindemann (1944), que vivendo em tempos de guerra pôde observar o fenômeno que acontecia com esposas de soldados guerrilhados. Saber que talvez eles não voltassem, despertava o sentimento de perda e todas as consequências emocionais que a situação evocava. Assim, elas aceitavam a morte antes do fato acontecer. Segundo o autor, este processo se desenvolve em função da separação a qual indica ou uma ameaça ou um perigo real do membro familiar vir a falecer e não em função da morte em si por isso, há um pressentimento de sua finitude. Desde então, médicos e psicólogos que acompanham as famílias no processo de morte afirmam que as intervenções realizadas durante o luto antecipatório podem prevenir o desenvolvimento de problemas no luto pós-morte (FONSECA, 2012).

Ao pensar sobre a dor da despedida, é possível mensurar a intensidade desse sentimento quando envolve mãe e filho. O ônus pelo rompimento desse laço é grande, na medida em que a ruptura coloca a pessoa em desamparo, logo, em risco. Nesse sentido, o luto seria o aspecto negativo do vínculo e a resposta à separação (BOWLBY, 1990).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma maior compreensão sobre a morte dando ênfase no o luto antecipatório. O trabalho permitiu a reflexão do luto antecipatório delineado pelo psiquiatra Lindemann (1944) ocorre em um contexto onde não há doenças, mas, sim, uma separação de um membro em função deste se

encontrar em uma situação onde há uma alta probabilidade de morte e, para lidar com a possível perda, a família realiza o trabalho de luto como forma de enfrentamento.

Foi possível também, compreender a particularidade do trabalho do psicólogo hospitalar diante desse contexto, e quanto a seu apoio pode ser determinante nesse processo de luto e perda da mãe que está vivendo o luto antecipatório. Um de seus objetivos é o de dar voz à subjetividade do paciente, buscando, deste modo, enxergar o doente além da sua própria doença, valorizando todo contexto que envolve suas angústias, incertezas, medos e instabilidade psíquica (CANTARELLI, 2009).

Ao estudar a teoria do apego (BOWLBY, 1940- 1944) percebeu-se que o vínculo criado na relação mãe e bebê é tão forte a ponto da mãe com seu filho em situação de fragilidade somatizar suas dores, ou seja, a mãe sente as dores que o filho sente em seu corpo. Assim mostra-se a

importância de cuidar não apenas do filho como paciente mas sim, da mãe, cuidando não apenas do físico, mas também de seu âmbito psicológico e espiritual.

Constatou-se que nesse contexto, o psicólogo hospitalar poderá ajudar a mãe a ressignificar a dor e assim, estabelecendo com ela uma relação de confiança. Tendo a afetividade um papel primordial no acompanhamento e entendendo a espiritualidade como parte desse processo de ressignificação (PERES et al., 2007).

Desta forma, verificamos que a psicologia utiliza o método científico de compreensão dos fenômenos. No entanto, ambos os conhecimentos coexistem e podem dialogar entre si. A espiritualidade poderá ajudar a pessoa a restaurar a esperança, encontrando sentido para lidar com as incertezas que aparecem no decorrer do tempo, fazendo com que a mãe saiba enfrentar esse período difícil em sua vida (JUNG, 2006).

REFERÊNCIA

BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre. Artes Medicas, 1940.

CANTARELLI, A. P. S. Novas abordagens da atuação do psicólogo no contexto hospitalar. **Rev.Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v.12, n.02, p 137-147, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S151608582009000200011>. Acesso em 15 maio. 2020.

FLACH, K. et al. O luto antecipatório na unidade de terapia intensiva pediátrica: relato de experiência. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 83-100, jun.2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2020.

FONSECA, J. P. **Luto Antecipatório: as experiências pessoais, familiares e sociais diante de uma morte anunciada**. São Paulo: Polo Books, 2012.

JUNG, C.G. **Memórias, Sonhos, Reflexões**. 33^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PERES, J.F.P.; SIMÃO, M.J.P.; NASELLO, A.G. **Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia**. Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo), v. 34, p. 136-145, 2007.

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**: 6^a ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

Leonardo Rafael Ocon, Sarah Raquel Tomioto Garcia, Suzana Abrunhosa, e-mail:
leorafacon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser social, ou seja, precisa viver em sociedade. Desde seu surgimento, até os dias atuais, foi preciso sobreviver a diferentes acontecimentos, o que o levou a aprimorar suas normas para um convívio mais harmonioso e, de acordo com Silva (2014), para que pudesse transmitir os conhecimentos adquiridos às suas descendências, tornou-se essencial estabelecer um modo de comunicação mais completo, conhecido atualmente por língua.

A língua é viva e dinâmica, pois está sempre se modificando, de acordo com diversos fatores, sejam eles sociais, culturais ou históricos, que influenciam o seu uso no dia a dia de uma determinada comunidade. Esse é o principal diferencial do ser humano para os demais seres vivos, a sua complexa forma de comunicação tanto na fala quanto na escrita. Ao ramo da linguística que estuda as relações entre a língua e uma sociedade, incluindo as normas culturais, expectativa e contexto, dá-se o nome de sociolinguística (OLIVEIRA, 2017).

Costa (1996) afirma que em todos os países há um sistema linguístico que possibilita a criação de uma identificação particular, que permite uma interação, uma troca de experiências e de relações interpessoais levando também em conta as variações linguísticas. Para o autor, a variação linguística é um fenômeno natural decorrente das alterações dos sistemas de uma língua no tocante a seus elementos, como a morfologia, a pronúncia e o vocabulário. As línguas são dinâmicas e isso significa que sofrem mudanças devido a fatores como o sexo, a idade, a região geográfica e a classe social do falante, bem como em relação ao grau de formalidade do contexto da comunicação.

No Brasil, há muitas variações linguísticas de acordo com região geográfica, sendo que esse fato pode ser encontrado em muitos gêneros textuais, como por exemplo, nas histórias em quadrinhos, em que o personagem Chico Bento, do cartunista Maurício de Sousa, adota o regionalismo (variação geográfica) em suas falas. Ainda, há outras formas de variações linguísticas, como a variação histórica (em razão do passar

do tempo), variação situacional (de acordo com contexto, situações formais e informais) e a variação social (de acordo com grupos ou classes sociais) (DIANA, 2020).

Entretanto, por diversas vezes, aquele que não faz o uso da norma padrão da língua portuguesa, de acordo com a gramática tradicional, é tido como mau falante, desconhecedor da língua, ou até mesmo é afastado do convívio pelo seu erro (SILVA, 2014). Porém, tanto os considerados bons falantes quanto os maus falantes se entendem e se fazem entender na sociedade em que vivem e tornam concreto o objetivo da língua: comunicar.

Victor (2020) assevera que, ao se avaliar um indivíduo por sua forma de falar, considerada errada, há a emissão de um juízo de valor sobre o falante, surgindo o chamado preconceito linguístico.

Este estudo pretende trazer informações sobre o preconceito linguístico sofrido por uma parcela da sociedade, já que está presente no cotidiano de muitas pessoas e ocorre com frequência no Brasil.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver a pesquisa que fundamentou esse trabalho, o método utilizado foi da pesquisa bibliográfica, com foco na sociolinguística, além de uma pesquisa qualitativa feita com materiais de pesquisa documental e de banco de dados eletrônicos com objetivo de analisar as questões envolvendo a variação da língua portuguesa e o preconceito linguístico na sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como dito anteriormente, a língua não é homogênea, muito pelo contrário, ela é mutante, ou seja, adquire um caráter transformador, criando-se e renovando-se por meio dos seus falantes. Isso significa que a mudança linguística é universal, contínua, gradual e dinâmica, muito embora apresente considerável regularidade (COSTA, 1996).

Por tal motivo, conforme Silva (2011), a proposta da sociolinguística é demonstrar as variações linguísticas e sociais bem como relacioná-las com uma comunidade, tendo em vista as diferenciações existentes na estrutura social dessa mesma população. Dessa forma, pode-se dizer que a linguística moderna prioriza a língua falada em vista da língua escrita por diversos motivos, sendo que um deles é que todas as sociedades possuem a fala, mas nem todas possuem a escrita (COSTA, 1996).

Importante lembrar que para Saussure (2012), considerado o pai da Linguística, a língua é um sistema supraindividual utilizado como meio de comunicação entre os membros de uma sociedade. Nesse sentido, Mario Perini (1999) afirma que qualquer falante tem o conhecimento inato da língua, ainda que sem acesso à gramática normativa.

Silva (2011) define a sociolinguística como um ramo da linguística que estuda a relação entre a língua e a sociedade salientando que qualquer língua falada por qualquer comunidade apresenta variações. Assim, essa ciência estuda a língua falada, observada, analisada em seu contexto social, nas situações reais de uso.

Por tal motivo, mesmo diante de tanta diversidade e riqueza da língua portuguesa, as variações linguísticas podem ser compreendidas, já que o conhecimento da fala sobre a língua é inerente à própria vivência do ser humano na sociedade (RIQUE, 2012). Alguns exemplos de variações linguísticas que podem ser citados são: *Eles pegam o livro/Eles ‘pega’ o livro; A mulher entrou na sala/A ‘muié’ entrou na sala; mandioca/aipim/macaxeira; Os meninos vieram/Os ‘menino veio’; sacolé/chup-chup/geladinho; biscoito/bolacha; abóbora/jerimum; vossa mercê/vosmecê/você; entre outros.*

Entretanto, ainda consoante com Rique (2012), quando se trata das variações, principalmente da variação social e da geográfica, surgem alguns problemas, já que grupos falantes prestigiados tendem a julgar os outros grupos que utilizam variantes linguísticas não padronizadas, considerando-as um defeito ou erro.

Silva (2014) sustenta que, no Brasil, em especial, esse abismo é percebido ao se ouvir uma pessoa dizer *‘Os menino veio tudo buscar o material’*. Com essa fala, algumas pessoas identificam alguém com pouco letramento, de área rural e/ou desconhecedor das regras da língua; ao passo que a frase *‘Os meninos vieram todos buscar o material’* identificaria um bom falante, conhecedor da educação formal e morador de zona urbana.

Percebe-se que as variações são acontecimentos comuns e frequentes dentro da sociolinguística, muito embora alguns preconceituosos tenham a visão de que a língua praticada é estável (ORSI, 2011).

Na opinião de Rique (2012), por trás dessa noção de “erro” existe o preconceito linguístico, que é um julgamento que menospreza as variedades linguísticas faladas e, para alguns estudiosos, como Cláudia Roncarati (2008), o preconceito linguístico está

relacionado ao valor social que é dado às variáveis, ao grau de consciência acerca da variação dialetal e à crença na superioridade da escrita em relação à fala.

Infelizmente, esse tipo de preconceito tem se tornado muito comum nas sociedades e rotula o que é dito em certo ou errado, como Leite:

O preconceito e a intolerância linguísticos revelam o comportamento de um falante diante da linguagem de outro e é, pois, um fato de atitude linguística. Como tudo o que diz respeito à linguagem, a atitude linguística não pode apenas ser interpretada como um assunto puramente pertinente ao domínio da língua. Antes de tudo, como sabemos muito bem, a linguagem é social, plena de valores, é axiológica e, por meio dela, consciente ou inconscientemente, o falante mostra a sua ideologia. Por isso, é preciso deixar claro que estudar o preconceito e a intolerância é ir além de fatos e opiniões que dizem respeito à língua e sua realização (LEITE, 2008, p. 13-14).

Assim sendo, os preconceituosos linguísticos afirmam que a forma como o mau falante se expressa é errada e sem regras, o que acaba por menosprezar as variedades linguísticas; por segregar e discriminar o falante.

À vista disso, é preciso combater esse preconceito, já que deve ser levado em conta que, independentemente de o sujeito ter o domínio da gramática normativa ou não, ele tem um poder comunicativo existente (RIQUE, 2012). No entanto, para Silva (2014), é importante frisar que as normas gramaticais são válidas, visto que é preciso uma norma escrita para padronização da língua; porém, não significa tornar a língua algo estático.

Por fim, imprescindível é reconhecer que o Brasil é um país multicultural e multilíngue, rico em variantes linguísticas, o que gera reflexos na sociedade. Tornar ampla a discussão sobre o preconceito linguístico torna-se indispensável, pois a ausência de informações leva ao preconceito e, conseqüentemente, à exclusão social, criando um ambiente de opressão para o falante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, buscou-se demonstrar, ainda que muito brevemente, a pertinência da abordagem sociolinguística no que diz respeito à questão do preconceito linguístico. É preciso valorizar e respeitar a forma de comunicação de cada grupo, já que a língua tem um papel importante na sociedade e, assim como tudo muda, a língua também se transforma. No Brasil, especificamente, o preconceito linguístico muitas vezes se disfarça em preconceito social que pode ser combatido a partir de desenvolvimento de ações que levem ao conhecimento do maior número de pessoas a respeito do fenômeno das variações linguísticas.

Ressalte-se que não é a intenção desse estudo fazer referência ao uso indiscriminado da linguagem, mas sim trazer contribuições para discutir um assunto cada vez mais estudado e poder quebrar alguns preconceitos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Vera Lucia Anunciação. **A importância do conhecimento da variação linguística.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40601996000100005&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 03/09/2020.

DIANA, Daniela. **Variações linguísticas.** 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/variacoes-linguisticas/>. Acesso em: 02/09/2020.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Thiago Soares. **A sociolinguística e a questão da variação: um panorama geral.** *Versão online.* Rev. Letras, Curitiba, v. 19, n. 25, jan./jun. 2017.

ORSI, Vivian. **Tabu e preconceito linguístico.** *Versão online.* ReVEL, v. 9, n. 17, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122427/ISSN1678-8931-2011-09-17-334-348.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03/09/2020.

PERINI, Mário. **Gramática Descritiva do Português.** São Paulo: Ática, 1999.

RIQUE, Itamara Jamilly. **Preconceito linguístico: sociedade, escola e o ensino de português.** Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2012/Arquivos/%C3%A1reas%20tem%C3%A1ticas/Sociolingu%C3%ADstica%20e%20Dialeto%20logia/Itamara%20Jamilly%20C.%20Rique%20-%20PRECONCEITO%20LINGU%C3%8DSTICO%20SOCIEDADE,%20ESCOLA%20E%20O%20ENSINO%20DE%20PORTUGU%C3%8AS.pdf>. Acesso em: 03/09/2020.

RONCARATI, Claudia. **Prestígio e preconceito linguístico.** *Versão online.* Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário, no 36, p. 45-56, 1. sem. 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/36/artigo2.pdf>. Acesso em: 03/09/2020.

SAUSSERE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Altemar Gonçalves da. **Preconceito linguístico: um panorama do latim ao português brasileiro.** 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8227/1/2014_AltemarGon%c3%a7alvesdaSilva.pdf. Acesso em: 02/09/2020.

SILVA, Edila Vianna da Silva. **A pesquisa sociolinguística: a teoria da variação.** *Versão online.* 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/049.pdf>. Acesso em: 03/09/2020.

VICTOR, Edson. **Preconceito social e linguístico no ensino da língua materna: um olhar sociolinguístico e da análise do discurso.** 2020. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/preconceito-social-linguistico-no-ensino-lingua-materna.htm>. Acesso em: 02/09/2020.

O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE LEITURA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Julia Maróstica Zen, Natália Tavares Segá, Viviane Rodrigues, e-mail:
naahsega@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A síndrome de Down (SD) é a alteração genética descrita na literatura de modo mais frequente, recebendo a nomeação de Langdon Down, médico inglês, que descreveu as características de crianças que portavam esta deficiência (SEGIN, 2012).

As características mais comuns dos portadores de SD são a dismorfia facial que gera uma aparência física bem caracterizada, além de doença cardíaca congênita e deficiência intelectual (DI). Esta última, que impacta no processo de alfabetização de maneira evidente destes indivíduos, é demonstrada em graus que vão do moderado ao grave (TSAO; KINDELBERGER, 2009 apud SEGIN, 2010, p.46).

As pessoas que apresentam síndrome de Down não apenas são caracterizadas pelo prejuízo intelectual, mas por apresentar um prejuízo na memória de longo prazo, especialmente a parte da memória ligada à aprendizagem consciente que requer a codificação das informações que exigem elevado grau de atenção e processamento, tal como o processo de alfabetização (CONTESTABILE; BENFENATI; GASPARINI, 2010; DUARTE et al., 2011 apud SEGIN, 2010, p. 46).

Buckley e Bird (1994 apud SEGIN, 2010) destacam que, ao déficit intelectual que prejudica o desenvolvimento de habilidades cognitivas como raciocinar e relembrar, soma-se o fato de que as habilidades de linguagem estão comprometidas também pela musculatura apresentada pelas pessoas com SD, que são caracterizadas por uma hipotonia dos músculos ao redor da boca, por menor cavidade bucal e dificuldades do controle motor na produção da fala. A deficiência muscular é a causa de problemas na articulação das palavras, que gera, por sua vez, erros fonológicos.

Há, com o avanço dos estudos na área, diversas evidências da dificuldade que estes indivíduos apresentam quanto à habilidade de leitura e escrita (LAVRA-PINTO, 2009; LAVRA-PINTO; LAMPRECHT, 2010). Porém, a alfabetização dessas crianças ainda é motivo de muita controvérsia dentro da literatura, visto que há estudos que

mostram que a leitura é desenvolvida adequadamente em muitos dos casos, de forma similar às crianças que não apresentam quaisquer deficiências.

Buckley (1985 apud SEGIN, 2010, p.49) sugere que estas crianças com SD baseiam-se:

[...] em suas capacidades visuoespaciais para aprender a ler. Nesse sentido, o fato de que algumas das crianças observadas por ela tenham começado a ler quando ainda mal podiam falar, corrobora a hipótese de que crianças com SD aprendem a ler visualmente (BUCKLEY, 1985 apud SEGIN, 2010, p. 49).

A fim de reforçar este lado da teoria da alfabetização, Segin (2010) mostra que os resultados do estudo de Fletcher e Buckley (2002) indicaram, em pessoas com síndrome de Down “[...] correlações positivas significantes entre a consciência fonológica e leitura e competência ortográfica, e a capacidade de soletrar pseudopalavras” (SEGIN, 2010, p.50), ou seja, sugere-se que as habilidades de processamento fonológico desempenham um papel importante na aprendizagem da leitura de palavras na síndrome de Down.

Uma das conclusões que se chegou a pesquisa de Segin (2010), foi que há evidências positivas de que há uma associação estreita entre o conhecimento do nome das letras e a habilidade de leitura e escrita em uma ortografia alfabética.

Porém, o resultado positivo no desenvolvimento da alfabetização de indivíduos com SD está ligado, também, com a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas e privadas. Outra correção com um resultado bem sucedido está no conhecimento das limitações por parte dos pais e em suas ações de intervir para que a alfabetização de seus filhos (as) não seja prejudicada.

De acordo com Lima (2009), as crianças com síndrome de Down exprimem dificuldades em assimilar informações por meio da memória auditiva, especialmente, de curto prazo, gerando dificuldades no processo de alfabetização que segue a forma tradicional de ensino oral e narrativa praticada predominantemente pela maioria das escolas.

2 MÉTODO

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste estudo foi a Pesquisa Bibliográfica. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou

perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

O presente estudo foi realizado a partir de quatro etapas:

- 1° Busca de fontes bibliográficas nos sites Google, Google Acadêmico e Scielo;
- 2° Leitura dos materiais bibliográficos encontrados;
- 3° Análise das fontes correspondentes ao tema central;
- 4° Seleção dos artigos que relacionaram-se ao objetivo principal do estudo.

Foram selecionados sete artigos. Os demais estudos que não apresentaram relevância para o tema foram descartados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É notório que crianças com SD apresentam uma maior dificuldade em aprender a ler, comparando-se a crianças sem a síndrome.

Logo, torna-se imprescindível desenvolver métodos alternativos e ferramentas que permitam subsidiar os professores no processo de alfabetização dessas crianças, buscando libertar cada vez mais o ensino de métodos tradicionais e segregativos, que tem sido predominante nas escolas.

Segundo Costa e Antunes (2017), cada criança com síndrome de Down possui suas características próprias e é preciso trabalhar de acordo com a individualidade e a particularidade de cada criança. Mas, ainda assim, existem alguns pontos norteadores para a escolha das estratégias que podem ser utilizadas, como:

1. Adapte o conteúdo ao nível de conhecimento da criança;
2. Ofereça suporte/apoio físico ou visual sempre que necessário;
3. Fragmento o conteúdo a ser ensinado e trabalhe um tópico de cada vez;
4. Use linguagem simples e clara;
5. Abuse do recurso concreto e exija menos do raciocínio abstrato e da capacidade de inferência;
6. Repita, repita, repita... a memorização do conteúdo depende de muita prática (COSTA; ANTUNES, 2017, n.p)

Além disso, algumas características da síndrome de Down são presentes na maioria dos casos, então, as autoras formularam também algumas dicas de atividades e estratégias para serem trabalhadas dentro do conteúdo escolar: Déficits graves de linguagem são comuns na SD, o que torna difícil aprender a ler por meio de métodos fonéticos que funcionam em associação com as letras de pronúncia. Por outro lado, as crianças com a síndrome têm boa memória visual, portanto, se beneficiarão de uma

estratégia de alfabetização, adequada para o reconhecimento de "palavras inteiras", o mesmo que a abordagem global. Portanto, deve-se primeiro estudar o ensino de palavras-chave. A operação/associação de letras e sons deve ser a segunda etapa (DOWN SYNDROME VITORIA, 2009 apud COSTA; ANTUNES, 2017).

Para as crianças que têm hipotonia muscular (moleza nos braços, pernas, musculatura ou face) e têm dificuldades em segurar o lápis, uma alternativa é pedir para que usem lápis mais grossos, ou obtenham adaptadores que servem como apoio para os dedos. Além disso, é importante que o professor trabalhe com elas a escrita das letras com um tamanho maior. Trabalhar com materiais concretos fortalece a capacidade de abstração e resolução de problemas das crianças com a síndrome (DOWN SYNDROME VITORIA, 2009 apud COSTA; ANTUNES, 2017).

Segundo o estudo levantado por Hein Teixeira, Seabra e Macedo (2010), o uso de procedimentos computadorizados também tem ajudado cada vez mais a desenvolver habilidades como a consciência fonológica e a leitura de palavras em crianças com deficiência mental e intelectual, fazendo parte de estratégias para a facilitação da leitura e escrita dessas crianças.

A nova era da tecnologia tem encaminhado cada vez mais, por meio de softwares, hardware, interface de usuário e análise de dados, para o desenvolvimento de uma série de jogos e aplicativos que, também, atingem o setor educacional, de forma a auxiliar professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, como retrata Rodrigues, Felix, Siqueira, Filhos e Sobreira (2014), o processo de alfabetização de crianças com síndrome de Down apresenta algumas nuances que o emprego da tecnologia por meio de jogos e aplicativos devem observar.

O processo cognitivo de crianças com síndrome de Down é diferente tomando-se como parâmetro o processo cognitivo de crianças não afetadas pela síndrome. Corroborando com essa afirmativa, Lima (2010) relata que diversas pesquisas indicam que o desempenho funcional de crianças com síndrome de Down é menor comparando-se com crianças sem a síndrome, contudo esse desempenho inferior não é constante ao longo do desenvolvimento e que quando essas crianças são devidamente estimuladas e inseridas na escola regular de ensino o seu desenvolvimento é intensificado (RODRIGUES; FELIX; SIQUEIRA; FILHO; SOBREIRA, 2014, p.868).

A inclusão desses alunos tem sido cada vez mais incentivada e praticada em diversos países no mundo e a tecnologia tem ajudado, portanto, para esta prática.

Felix, Siqueira, Filhos e Sobreira (2014) nos traz exemplos de aplicativos que estão sendo usados, atualmente, no país para que o ensino e o processo de

alfabetização de crianças com síndrome de Down seja cada vez mais efetivo e ajude estes indivíduos a se desenvolverem e interagirem em sociedade. Dois dos exemplos trazidos no estudo são:

MoviLetrando: Jogo de Movimentos para Alfabetizar Crianças com síndrome de Down foi um trabalho de pesquisa desenvolvido no LARVA (Laboratory for Research on Virtual Applications), situado na UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) (FELIX, SIQUEIRA, FILHOS E SOBREIRA, 2014).

O jogo é focado em crianças com síndrome de Down que tem o intuito de fornecer a essas crianças, o primeiro contato com a alfabetização. Para ter acesso ao jogo é preciso de uma webcam, já que ela captura a imagem da criança jogadora, e um computador. O jogo emite sons que representam os objetos virtuais (letras e números) e a criança interage com esses objetos e números por meio do toque virtual (FELIX; SIQUEIRA; FILHOS; SOBREIRA, 2014).

Em seguida citam outro exemplo de aplicativo que pode ser usado no mesmo sentido:

Euro Treino: Jogo didático desenvolvido como tema de dissertação de mestrado em Multimídia da Universidade do Porto que surgiu a partir da sugestão da Associação para Autonomia e Integração de Jovens Deficientes – SOMOS NÓS, uma entidade que acolhe jovens e adultos com necessidade especiais (FELIX; SIQUEIRA; FILHOS; SOBREIRA, 2014, p. 869).

O uso de softwares educacionais e jogos devem ser cada vez mais presentes, buscando conectar estas crianças à realidade e ao ambiente social, sem pressioná-las em seu processo de alfabetização. As crianças com síndrome de Down apresentam características cognitivas próprias que devem ser observadas e que por vezes não estão presentes nessas ferramentas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, os estudos anteriores mostram a importância da inclusão no processo de aprendizagem de crianças com síndrome de Down, visto que estas, apesar de suas limitações e com auxílio de adaptações, têm grande potencial para participar ativamente deste processo. Prega-se primeiro pela mudança, ou, mesmo, pela revolução do ensino, fazendo com que estas crianças desenvolvam sua capacidade de ler, escrever e compreender corretamente por meio da interação com o meio social, para que sintam o estímulo da comunicação sem se sentirem ameaçadas, segregadas e constrangidas pelas outras crianças. Contudo, a tecnologia, por meio de jogos e

aplicativos educacionais tem muito a colaborar neste processo, integrando cada vez mais as crianças com síndrome de Down.

O presente estudo deve colaborar para a formação educacional destas crianças, bem como incentivar novas pesquisas e reflexões, buscando e contribuindo para novos significados do assunto, excluindo a possibilidade de ser um tema pronto e acabado.

REFERÊNCIAS

BLOG PEARSON CLINICAL BRASIL. **Dicas e estratégias para potencializar a aprendizagem de crianças com Síndrome de Down.** Disponível em: <https://www.pearsonclinical.com.br/blog/2017/dicas/dicas-e-estrategias-para-potencializar-a-aprendizagem-de-criancas-com-sindrome-de-down/> Acesso em: 16 set. 2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

LAVRA-PINTO, B.; LAMPRECHT, R. R. Consciência fonológica e habilidades de escrita em crianças com síndrome de Down. **Pró-Fono R. Atual. Cient.**, v. 22, n. 3, p. 287-292, 2010.

LIMA, R. P. **O uso de software educacional como mediador instrumental na aprendizagem de crianças com síndrome de Down.** 2009. 94 f. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá. 2009.

RODRIGUES, M. S.; FELIX, Z. C.; SIQUEIRA, V. J.; FILHO, P. C. A.; SOBREIRA; F. B. C. Utilização de Interface Natural com o usuário no processo de alfabetização e desenvolvimento cognitivo de crianças com síndrome de Down. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: Delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 87, 2011. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/161/metodos-de-alfabetizacao--delimitacao-de-procedimentos-e-consideracoes-para-uma-pratica-eficaz> Acesso em: 16 set. 2020.

SEGIN, M. **Alfabetização e deficiência intelectual: estudo sobre o desenvolvimento de habilidade fonológicas em crianças com síndrome de Williams e síndrome de Down.** 160 p. Tese (Doutorado em Distúrbio do Desenvolvimento) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2014.

O ROMANCE DE FORMAÇÃO FEMININO EM *A REDOMA DE VIDRO*

Alexandre Samuel Bertocco, Isabella Unterrichter Rechtenthal,
e-mail: bertocco.alexandre121@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a falta de pesquisa acerca da produção literária feminina tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito acadêmico, dado que durante muitos anos a produção feminina foi menosprezada ou simplesmente ignorada.

Seguindo essa tendência, os estudos literários acerca de temáticas relacionadas à mulher e a autoras notórias têm crescido em volume, entretanto ainda não se encontra a par com a gama de material a respeito da mesma produção masculina.

Desta forma, a importância dessa pesquisa se solidifica, em parte, no estudo dessa área historicamente negligenciada relacionando-a com o chamado "romance de formação", que, por sua vez, tem sido tradicionalmente dominado pela figura masculina – tanto no que se refere à autoria das obras quanto às personagens alvo dessa formação.

Sendo assim, esta pesquisa tem como intuito analisar a obra *A redoma de vidro*, de Sylvia Plath, através de lente moldada pela estrutura do romance de formação, analisando suas características, protagonista e eventos, buscando assim validar a relação entre o romance de Plath e a tradição do romance de formação.

2 MÉTODO

Uma vez que este estudo se qualifica como literário, faz-se necessário que ocorra por intermédio de uma pesquisa bibliográfica que, por sua vez, relacione a produção acadêmica acerca do gênero com a produção da autora cuja obra é analisada, tendo como foco do estudo o romance semiautobiográfico de Sylvia Plath, intitulado *A redoma de vidro*.

Este estudo se inicia com a contextualização com a obra da autora, seu período de produção, seus contemporâneos e sua biografia. Depois, realiza-se uma apresentação do enredo e enfim o foco central na estética do romance de formação, exemplificando suas características, contexto, surgimento e evolução.

Por fim, ocorre o confronto entre a obra analisada e as informações colhidas acerca do gênero, fazendo assim comparação e discussão acerca das similaridades, diferenças e adaptações ocorridas para assim categorizar a obra de Plath como um romance formação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A problemática inicial da qual surge este estudo se condensa na questão: É possível considerar a obra *A redoma de vidro* como um romance de formação? Baseando-se no que se entende por romance de formação ou aprendizagem surge a hipótese de resposta afirmativa acerca deste questionamento.

Entretanto, para que essa questão possa ser investigada é necessário entender o conceito do *Bildungsroman* ou romance de formação. Como é concisamente definido Moisés Massaud em seu Dicionário de termos literários, o romance de formação pode ser entendido como uma “Modalidade de romance tipicamente alemã, gira em torno das experiências que sofrem os personagens durante os anos de formação ou de educação, rumo a maturidade [...]” (MOISÉS, 2004. p.56), isto é, um romance em que a protagonista passa por um processo de desenvolvimento pessoal no qual a personagem inicial não é a mesma do fim da obra, atingindo um nível superior de maturidade em comparação ao início da obra.

Tal termo teria sido cunhado por Karl Morgenstern em associação ao romance *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*, de Johann Wolfgang von Goethe que narra a trajetória de um jovem burguês em busca de sua formação e desenvolvimento de suas habilidades. (MAAS, 2000. p.20). Morgenstern enfatiza o romance Goethe, baseando-se na ideia de um romance cuja “[...] a trajetória arquetípica a ser cumprida pelos filhos da incipiente burguesia alemã em busca de legitimação e reconhecimento político.”, como nota Wilma Patrícia Maas em seu livro *O cânone mínimo: O Bildungsroman na história da literatura*.

As noções estabelecidas por Goethe em seu romance, reforçadas por Morgenstern em sua definição e retomadas por Maas em seu livro demonstram as características que seriam representadas nas subsequentes instâncias do *Bildungsroman* na literatura universal. Inicialmente um romance naturalmente alemão, baseado na relação da burguesia em ascensão com o seu futuro em “formação”, o romance de formação tomou proporções externas à realidade de seu surgimento,

tornando-se uma modalidade de romance presente em diversos contextos socioculturais que fogem de sua concepção, entretanto mantendo a mesma máxima consistindo de, como já citado “[...] gira em torno das experiências que sofrem os personagens durante os anos de formação ou de educação, rumo a maturidade”. (MOISÉS, 2004. p.56)

A redoma de vidro é um romance semiautobiográfico, narrado em primeira pessoa com inúmeras digressões temporais. No início, somos apresentados à protagonista Esther Greenwood vivenciando um estágio em uma revista novaiorquina e suas experiências na cidade, na qual ela apresenta dificuldades sociais e de trabalho. Com o fim do estágio, Esther retorna a sua cidade natal onde descobre que seu pedido para participar de um cobiçado curso foi negado. Esses eventos, o aparente inevitável destino doméstico para uma mulher na época e a incapacidade mental relatada pela personagem iniciam uma derrocada de seu estado psicológico, levam-na a uma depressão profunda que produz experiências traumáticas levando-a, posteriormente, a tentativas falhas de suicídio.

São essas, por sua vez, que levam Esther, por intermédio da escritora Philomena Guinea, patrona de sua bolsa universitária, a uma clínica particular para o seu tratamento após uma tentativa de suicídio que deixa Esther muito debilitada. É nesse ambiente que ela recebe o tratamento coerente com sua condição, tem experiências sociais positivas pela primeira vez e alcança a liberdade sexual ao descobrir os métodos contraceptivos.

Este último aspecto é vital para a interpretação do romance, uma vez que a temática do destino aparentemente inevitável para mulheres na década de 1950 são um dos fatores que mais deprimem Esther, que teme tornar-se uma mãe e dona de casa, incapaz de realizar suas aspirações de se tornar um grande poeta.

Esse processo de derrocada, culminando na tentativa de suicídio, e ascensão, resultando na entrevista que pode garantir sua reinserção em sociedade, são complementados pela narração diacrônica que sutilmente induz o leitor a ideia de que Esther teria superado esses eventos, tendo inclusive um filho:

I realized we kept piling up these presents because it was as good as free advertising for the firms involved, but I couldn't be cynical. I got such a kick out of all those free gifts showering on to us. For a long time afterward I hid them away, but later, when I was all right again, I brought them out, and I still have them around the house. I use the lipsticks now and then, and last week I cut the plastic starfish off the sunglasses case for the baby to play with. (PLATH, 2005. p.3)

É através desta ascensão e obtenção de liberdade social que podemos observar elementos do romance de formação que nos levam a analisar criticamente a narrativa apresentada sob essa perspectiva: Esther progride junto ao enredo, partindo de seu estado reduzido inicial à uma expansão na parte final do livro alcançando uma nova maturidade e independência.

Esta narrativa, e seu estudo, se mostra relevante, uma vez que prioriza as questões femininas que, embora tenham se transformado com o tempo, demonstram medos e temáticas comuns a juventude ainda nos dias atuais, dentre eles: a gravidez inesperada, a não valorização da força de trabalho feminina, a vida doméstica passiva e a incapacidade de se impor, tornando-se dependente. Sylvia estabelece em seu romance o desenvolvimento de uma personagem feminina em um mundo hostil em que sua liberdade e bem-estar não são prioridade das personagens masculinas, tornando-se temas relevantes apenas com o contato com as personagens intervencionistas femininas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a caracterização estabelecida do romance de formação e a comparação promovida entre esses conceitos e a estrutura do livro *A redoma de vidro*, é possível categorizar a obra de Plath como um romance de formação devido a sua progressão em que a personagem inicial é sujeita a eventos e situações que promovem seu desenvolvimento pessoal e o aperfeiçoamento de suas habilidades.

Os conceitos de liberdade, maturidade, independência proeminente na literatura de formação são comuns a obra de Plath, que permeia seu próprio processo de formação através de Esther. Com a ajuda de profissionais e fortes mulheres, Esther é capaz de construir-se mais forte e se reerguer do processo destrutivo no qual se encontrou.

A obra de Plath garante então um espaço característicos entre as produções do gênero, não só como um romance de formação, como um que exemplifica e adapta a estrutura do gênero incluindo questões femininas, majoritariamente ignoradas pela tradição do *Bildungsroman*, produzindo uma obra profunda e ampla.

REFERÊNCIAS

MAAS, Wilma Patrícia. **O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MASSAUD, Moisés. **Dicionário de Termos Literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

PLATH, Sylvia. **The Bell Jar**. Londres: HarperCollins, 2005.

OS BENEFÍCIOS DOS VIDEOGAMES PARA A APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Amanda Paulino Franhan, Kamilli Roberta Melão, Viviane Rodrigues
amanda.franhan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Considerando os dias atuais, os jogos, mais especificamente o videogame, tem estado presente na vida de muitas crianças e jovens. Pensar neste instrumento como um recurso pedagógico poderá colaborar com aprendizagem dos estudantes. Assim, no que diz respeito a aprendizagem de forma lúdica e com o auxílio da tecnologia, o aluno se torna o centro da aprendizagem, sendo inserido no contexto para protagonizar histórias interativas que possuem eventos históricos ou são criadas com a intenção de perpassar conhecimentos, isso se torna uma diversão enquanto eles se distraem e passam o tempo aprendendo.

Além disso, os videogames podem ser ainda mais explorados no contexto da educação para pessoas com deficiência e suas necessidades de usufruírem de tais recursos. Dessa forma, entender a contribuição dos jogos para o tratamento de pessoas com deficiência intelectual ou física, inserindo-as no mundo de entretenimento tecnológico ao mesmo tempo em que aprendem, torna-se fundamental. Segundo Sohn (2014), os cientistas concordam cada vez mais na ideia de que videogames podem inspirar o aprendizado e ajudar os jogadores a melhorar a coordenação motora e as habilidades visuais.

Atualmente, a maioria dos educadores ignora a existência de tais recursos, os vendo apenas como algo para diversão, acham sua utilização perigosa – devido a notícias midiáticas sensacionalistas –, ou desconhecem sua essência. Isso acontece porque, muitas das vezes, a ideia errada sobre tais aparatos os fazem não ser explorados, deixando de lado algo que possui um grande potencial tanto como terapia quanto como aprendizagem e acabam por preferir o perpassar de conteúdos de forma tradicional (SANTINO, 2019).

Esse não interesse pela educação lúdica e com a ajuda da tecnologia acaba por ser a barreira de conhecimento da área, pois videogames interativos ou que possuem

acessibilidade devem ser explorados e conhecidos por mais educadores para que introduzam essas ferramentas em sala de aula.

O que vemos atualmente de tecnologia mais avançada sobre essas ferramentas são jogos feitos para todos, mas que possuem opções de acessibilidade, ou jogos específicos para servirem como tratamento, como o EndeavorRX, primeiro jogo criado para o tratamento de crianças com TDAH. Para usufruir desses recursos, os controles mais tecnológicos e acessíveis são os controles adaptados para pessoas com deficiência, que mudam a disposição dos botões ou funcionam com a boca quando a deficiência impede o movimento das mãos (CORREA, 2020).

Além da aprendizagem, é interessante ressaltar o fato de que videogames podem auxiliar na vida saudável do cérebro. Segundo Wolinsky (2013), jogar videogame pode prevenir a deterioração de funções cerebrais, como memória, raciocínio e processamento visual.

Em virtude do que foi exposto até o momento, este estudo tem por objetivo verificar as vantagens dos jogos de videogame corretos para a educação e os benefícios de jogos adaptados para que pessoas com deficiência.

2 MÉTODO

Com base nos objetivos propostos no estudo, a metodologia aplicada para a obtenção de conhecimentos ocorreu por meio de artigos já publicados sobre a relação de videogames e educação, experimentos já publicados a respeito dos benefícios dos videogames tanto para o corpo quanto para a mente, e estudos, tanto na língua portuguesa quanto na língua inglesa, tendo em vista a ideia de que não importa o país, cultura ou idioma, videogames são bons para a aprendizagem e para a inclusão social na escola em qualquer lugar do mundo.

Os jogos foram selecionados conforme os recursos que são oferecidos dentro de cada um deles, como jogos que possuem histórias que podem concluir os conteúdos escolares de forma lúdica, e jogos que focam na inclusão de pessoas com deficiência e possuem a acessibilidade correta para o aprendizado desse público.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os videojogos possuem um grande potencial tanto como terapia quanto como diversão e aprendizagem, mas a maioria dos educadores ignora a existência de tais

recursos, ou acham que sua utilização é perigosa, ou ainda desconhecem sua essência, principalmente quando falamos das pessoas com deficiência e suas necessidades, que ao usufruírem de tais recursos para a aprendizagem podem ter resultados surpreendentes. Nesse trabalho podemos constatar a contribuição dos jogos para o tratamento de pessoas com deficiência intelectual ou física, inserindo essas pessoas no mundo de entretenimento tecnológico ao mesmo tempo em que aprendem. Além de mostrar os benefícios que os jogos com acessibilidade trazem para essas pessoas juntamente com periféricos adaptados para cada tipo de dificuldade que exista na hora de desfrutá-los, desde controles adaptados de forma simples até controles totalmente reinventados e diferentes dos habituais.

Por meio de artigos, estudos, experimentos e outros meios, podemos observar os benefícios que esses jogos podem trazer para a saúde física e mental dos alunos. Isso acontece devido a criação de jogos que demandam de movimentos corporais que indiretamente são exercícios físicos, ou jogos que ativam a parte lógica do cérebro, prolongando o cérebro saudável. Sua eficácia foi provada por meio de experimentos e estudos, e podem ser válidas desde a mais tenra idade até a velhice, melhorando significativamente o desenvolvimento intelectual e físico de pessoas de todas as idades.

Vygotsky (1998) nos demonstra a importância do ato de brincar no estabelecimento do pensamento infantil, uma vez que jogando, brincando e se divertindo que a criança desenvolve seus sentidos e o cognitivo, possibilitando a ela relacionar o que ocorre no ato lúdico ao contexto cotidiano assim, o brincar pode ser tido como um processo humanizador que possibilita às crianças desenvolverem capacidades de raciocínio, resolução de conflito, empatia, argumentação, respeito e de criar vínculos. Vygotsky (1987) também nos apresenta a ideia que a aprendizagem e o desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados, dado que as crianças se relacionam com o meio, o objeto e o social e acabam por internalizar esse conhecimento proveniente da construção dessa relação.

Como nos apresenta Fantacholi ([s/d], p.3), na educação como um todo mas com maior foco na educação Infantil, jogos e brincadeiras se tornam um facilitador da aprendizagem experiencial, possibilitando através do lúdico, vivenciar a aprendizagem como processo social.

A partir dos estudos, pode-se notar de maneira mais clara as vantagens dos jogos corretos na educação para que alunos possam aprender de forma lúdica, pois o uso

adequado desse tipo de tecnologia incita a capacidade de simulações realísticas. Ademais, quando acontecem em ricos contextos socioculturais, reuniões familiares e atendem às necessidades de conteúdos que devem ser estudados, os videogames fornecem experiências de aprendizagem eficazes, introduzindo ou complementando o que foi aprendido em sala de aula.

Pode-se notar também que o acesso as adaptações de controles para pessoas com deficiências físicas possibilitam que se sinta incluída e pertencente a uma comunidade a qual se identifica, então além dos benefícios intelectuais que os videogames geram, temos também o aspecto psicossocial.

Uma vez que diversos jogos foram adaptados, ou até mesmo criados para pessoas com deficiência, surgiu com isso a necessidade de também adaptar os controles de videogames para auxiliar esse tipo de público que muitas vezes, as limitações motoras decorrentes de alguma deficiência física ou intelectual, impedem o indivíduo de usar o controle de forma que é para ser utilizado. Por isso, algumas empresas e pessoas (de forma autônoma), criaram e/ou adaptaram controles de videogames acessíveis para todos. Abaixo podemos ver uma pequena seleção dessas adaptações referentes aos controles:

O Access Controller é um joystick criado para ser jogado com apenas uma mão. Ele é uma ótima alternativa para pessoas com deficiência que possuem dificuldade com uma das mãos. Além disso, seu tamanho é adequado para que a palma fique confortável no controle.

O Quadstick é diferente dos controles convencionais que são utilizados apenas por meio dos dedos, o QuadStick utiliza-se da voz, movimentos de lábios e sopros. Ele é indicado para pessoas tetraplégicas ou pessoas com outro tipo de deficiência que perderem a capacidade de mover seus membros. Para usá-lo, o jogador deve posicioná-lo em sua boca, e dependendo de como ele mover os lábios ou assoprar, o jogo interpretará um comando diferente.

O Single Handed Xbox One é controle adaptado também pode ser usado com apenas uma das mãos, mas diferente do Access Controller, esse tem o design igual o dos controles convencionais, o que muda é a disposição dos botões. O criador mudou o lugar dos botões, colocando todos para a direita ou para a esquerda, dependendo se a pessoa for canhota ou destra. Isso faz com que os botões sejam acessados mais

facilmente, pois a mão não precisará se mover tanto igual se movimentaria em um controle original.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que no cenário atual, é necessário que os professores estudem e conheçam mais a fundo os métodos tecnológicos de ensino, nesse caso, os videogames, pois são ótimos aparatos para se complementar conteúdos vistos em sala de aula. Além disso, também é necessário que as ideias de senso comum e que se dão por meio da mídia, como “videogames incitam a violência” sejam excluídas do campo educativo, pois muitas das vezes, professores não usufruem de jogos por pensarem que são ferramentas que incitam a violência, o que é falso.

Ademais de conhecimentos e exclusão do senso comum, é essencial que esses profissionais influenciem e indiquem jogos educativos para que os alunos entendam ainda mais a fundo conteúdos importantes. Por exemplo, se a sala está estudando sobre segunda guerra, há diversos jogos – a maioria bem acessíveis –, que se passam em cenários de guerra, fazendo com que o aluno que joga entenda “na pele” o que foi tal evento e ainda veja os acontecimentos mais importantes desse período.

Dessa forma, concluímos que videogames são ótimas ferramentas no quesito aprendizagem lúdica, pois além de haver centenas de conteúdos diferentes para serem apreendidos, ainda são maneiras divertidas de se complementar conteúdos na sala de aula.

REFERÊNCIAS

A Importância da Ludicidade. **Universo Autista**, 2015. Disponível em: <http://universoautista.com.br/oficial/2015/08/30/a-importancia-da-ludicidade/>. Acesso em 13.08.2020

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é Educação**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/04/Coleção-Primeiros-Passos-O-Que-é-Educação-Carlos-Rodrigues-Brandao.pdf>. Acesso em 13.08.2020

COMENIUS, Johannis Amos. **Didática Magna**. Tradução: Joaquim Ferreira Gomes. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. *E-Book*. Disponível em: https://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2020

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Michaelis, 2015. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ludico/>. Acesso em 13.08.2020

FANTACHOLI, Fabiane Das Neves. **O Brincar na Educação Infantil: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras** – Um Olhar Psicopedagógico. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=78>. Acesso em: 25 de agosto de 2020

HARTMANN, Tilo. **It's Okay to Shoot a Character: Moral Disengagement in Violent Video Games.** Online Library, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1460-2466.2009.01459.x>. Acesso em: 8 de agosto de 2020.

O que é Ludicidade? Pedagogia do Brincar, 2008. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/soft-livre-edu/pedagogiadobrincar/o-que-e-ludicidade/>. Acesso em: 24 de agosto de 2020

ROBERTA, Kamilli. **Conheça alguns controles adaptados para pessoas com deficiência.** Triplo Nerd, 2020. Disponível em: <https://www.triplonerd.com.br/conheca-alguns-controles-adaptados-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 8 de agosto de 2020.

ROSENBERG, Michael, et al. **The Effect of Exergaming on Vascular Function in Children.** Science Direct, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0022347613003958>. Acesso em: 7 de agosto de 2020.

SANTINO, Renato. **A Discussão vem de Longe: a polêmica relação entre videogames e a violência.** Olhar Digital, 2019. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/games-e-consoles/video/a-discussao-vem-de-longe-a-polemica-relacao-entre-videogames-e-a-violencia/81361>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

SANTOS, Simone Cardoso dos. **A Importância do Lúdico no Processo Ensino Aprendizagem.** 2010. 50 f. Monografia de Especialização - Universidade Federal de Santa Maria, Agudo, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/393/Santos_Simone_Cardoso_dos.pdf?sequence=1#:~:text=A%20metodologia%20lúdica%20na%20prática,a\)%20peça%20relevante%20desse%20processo](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/393/Santos_Simone_Cardoso_dos.pdf?sequence=1#:~:text=A%20metodologia%20lúdica%20na%20prática,a)%20peça%20relevante%20desse%20processo). Acesso em 13 de agosto de 2020.

SILVA, Benedita da Conceição Mendes, et al. **A Importância do Lúdico na Educação Infantil** <https://monografias.brasile scola.uol.com.br/educacao/a-importancia-ludico-na-educacao-infantil.htm>. Acesso em 13.08.2020

SILVEIRA, Maria Joanete Martins (Org.). **O ensino e o lúdico.** Santa Maria: Multipress, 1998.

STALL, Milene Torres Gonçalves. **Ludicidade Sendo Explorada Nas Ações Pedagógicas.** Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2

009_utfpr_educacao_fisica_artigo_milene_torres_goncalves_st.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2020.

TAKAHASHI, Dean. **Federation of American Scientists to teach kids biology via vídeo games**. Venture Beat, 2009. Disponível em: <https://venturebeat.com/2009/12/08/federation-of-american-scientists-lauds-teaching-kids-about-biology-via-video-games/>. Acesso em: 8 de agosto de 2020.

WOLINSKY, Fredric, et al. **A Randomized Controlled Trial of Cognitive Training Using a Visual Speed of Processing Intervention in Middle Aged and Older Adults**. National Library of Medicine, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23650501/>. Acesso em: 7 de agosto de 2020.

PAIS E FILHOS: ATOS INFRACIONAIS RECORRENTES E SUA RELAÇÃO COM A NEGLIGÊNCIA INFANTIL

Natalia Rafaela Frate, Rayane Stefanie da Silva, Marcel Bertonzzin, e-mail:
na.rafaela@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Considera-se que o tema apresentado é extremamente viável para a psicologia pois, a infância se trata de uma das fases mais importantes da vida de alguém. É nesse ponto que falamos certamente da necessidade de supervisão de adultos que as crianças, por serem imaturas, necessitam, além de bons ambientes educacionais e culturais. Muitas vezes, a negligência também é causada pela falta de informação sobre a necessidade de cada faixa etária. (MARMO, DAVOLI E OGIDO, 1995).

Pesquisas comprovam que a negligência infantil acaba comprometendo o desenvolvimento saudável das crianças, fato que prejudica tanto suas competências sociais como acadêmicas, além do risco de desenvolver depressão, ansiedade e outros transtornos. (GLASGOW & COLS., REPPOLD, 2001; STEINBERG E COLS., apud PACHECO, 2004).

É preciso que o ambiente em que a criança está inserida, seja apoiador e que as pessoas a sua volta saibam como lidar com suas fases de desenvolvimento: são necessárias maiores informações sobre as necessidades infantis; o apontamento de consequências relacionadas à negligência infantil e a delinquência e sua ligação com a relação entre pais e filhos.

Nos últimos tempos, as transformações das crianças se tornaram mais rápidas. Com isso, tudo se tornou mais estressante, longo e cansativo para todos, resultando em relações cada vez mais problemáticas. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar qual a relação entre a negligência infantil e a recorrência de crimes cometidos por menores infratores e seus ambientes.

2 MÉTODO

O presente trabalho procurou analisar crianças e adolescentes infratores por meio de uma revisão bibliográfica, a fim de procurar a possível relação entre famílias negligentes e os comportamentos infracionais de seus filhos. A pesquisa bibliográfica

pode utilizar fontes primárias e secundárias para sua realização, sendo elas, respectivamente: diários e correspondências e livros, artigos e matérias de revistas e jornais. (TYBEL, 2017).

A partir disso, levantou-se a hipótese de que a violência doméstica, a negligência familiar e outras situações, como o abuso de drogas, poderiam comprometer o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, gerando como consequência jovens com perfis de delinquência.

Não foi utilizado nenhum estudo quantitativo ou análise estatística, em vez disso, foram realizadas análises qualitativas de estudos bibliográficos acerca do entendimento do tema abordado.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O presente estudo foi realizado por meio de revisão de base de dados, buscando identificar a relação entre a recorrência dos atos infracionais em jovens que passaram pela negligência infantil. Os principais norteadores dessa pesquisa foram a relação parental e a negligência familiar.

A partir da apresentação teórica, ficou evidenciado que muitos são os fatores que auxiliam no aumento dos problemas de conduta dos jovens, sendo: abuso de substâncias como maconha, tabaco, álcool e cocaína (ROSENBERG; ANTHONY, 2001 apud PREDELON; GIONGO, 2015), problemas emocionais e comportamentais, mudanças sociais e pobreza (BRAITHWAITE, 1981 apud PAUL ET AL., 2001), o relacionamento com os pais - sendo, nesse caso, a escolha dos pais em disciplinar os filhos com negligência ao invés de conversar e direcionar. Além disso, as pesquisas também mostram que os pais são responsáveis pela criação de regras fixas e, que a ausência ou o excesso das mesmas, também se torna um fator contribuinte para a delinquência juvenil. (OLWEUS, 1980; PULKKINEM, 1983; RUTTER E GILLER, 1984; WEST & FARRINGTON, 1973 apud PAUL & CONGER, 2001).

Outras questões familiares também foram direcionadas como responsáveis nesse estudo, como a carência de intimidade entre pais e filhos. (AHLSTROM & HAVIGHURST, 1971; GARBARINO & PLANTZ, 1986; RUTTER & GILLER, 1984 apud PAUL & CONGER, (2001, p.611). O histórico familiar e de criação dos pais também se torna um fator de risco para o desenvolvimento, já que se leva em conta as habilidades parentais

adquiridas. (BARNETT, 1997; GIL, 1996, HALLAHAN & KAUFFMAN, 2003 apud DA SILVA et al, 2008).

Para o tratamento da delinquência, as abordagens não obtiveram muito sucesso com auxílio familiar ou em comunidades. As instituições correcionais não demonstram empatia para com os jovens: os mesmos são submetidos à abusos físicos e/ou emocionais, sem acesso a ajuda psicológica ou educacional. Entretanto, os métodos de abordagem comportamental têm mostrado grandes resultados com a ideia de compensar bons comportamentos e não compensar comportamentos impróprios. (KLEIN, M. W., 1979; QUAY, 1987C; SECHREST & ROSENBLATT, 1987 apud PAUL & CONGER, 2001, p. 611).

Diante disso, é possível notar que a delinquência está diretamente relacionada à negligência infantil, sendo direta ou indiretamente. A família se mostrou importante para o desenvolvimento da criança e precisa estar preparada para cada faixa etária e sua necessidade, sabendo como impor regras, como criar intimidade com os filhos e como educar de maneira construtiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, foi evidenciada a proximidade entre relações afetivas, bem como a falta de estruturação do ambiente familiar a incidência de crimes. Com isso, percebeu-se que um ambiente negligente pré-dispõe o desenvolvimento de transtornos de conduta e de humor além de traumas, que resultam em atos agressivos em relações interpessoais futuras.

O abuso de álcool e drogas, combinados com transtornos mentais e um ambiente hostil, também se destaca como outro fator importante que oferece subsídios para a melhor compreensão de condutas agressivas e atos infracionais.

O estudo permitiu a percepção da relação entre a negligência infantil e a recorrência de crimes praticados por jovens infratores de maneira satisfatória, porém não definitiva. É notória a necessidade prática de uma pesquisa aplicada do que foi revisado neste artigo para resultados mais abrangentes e precisos, já que para a realização dessa revisão foram utilizados artigos completos que apresentaram dados de extrema importância e ligação com o tema e a visão de observação necessária para a questão levantada, mas que teriam maior relevância com uma pesquisa aplicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, lei n 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990

BACKES, D. L. Indicadores de maus-tratos em crianças e adolescentes para uso na prática de enfermagem. **Porto Alegre: Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 1999.

CHAMOND, Jeanine. Continuidade do ser e agonia primitiva: o bebê winnicottiano e a psicose. **Winnicott e-prints**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2010000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jul. 2020.

DA SILVA, Nancy Capretz Batista et al. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2008.

OLIVEIRA, Fernanda de Sá. **A negligência infantil na perspectiva da psicanálise winnicottiana**.

MARMO, Denise Barbieri; DAVOLI, Adriana; OGIDO, Rosalina. Violência doméstica contra a criança (Parte I). **Jornal de Pediatria**, v. 71, n. 6, p. 313-316, 1995.

MORAIS, Eliane Pinheiro de; EIDT, Olga Rosária. Conhecendo para evitar: a negligência nos cuidados de saúde com crianças e adolescentes. **Revista gaúcha de enfermagem**, v. 20, n. especial (1999)

MUSSEN, Paul H.; CONGER, John J. Desenvolvimento e personalidade da criança. **Herbara**, 2001

PASIAN, Mara Sílvia et al. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando famílias**, v. 17, n. 2, p. 61-70, 2013.

PACHECO, Janaína Thaís Barbosa. **A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais: Uma análise a partir das práticas educativas e dos estilos parentais**. 2004.

PREDEBON, Juliana; GIONGO, Cláudia. A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. **Pensando famílias**, v. 19, n. 1, p. 88-104, 2015.

REPPOLD, Caroline T. et al. Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**, p. 7-51, 2002.

Rutter, M. & Smith, D. J. Psychosocial disorders in young people: Time trends and their causes. **Psychological Bulletin**, 51, 172-175, 1995.

TYBEL, Douglas. O que é Pesquisa Bibliográfica? 2017. Disponível em: <<https://guiadamonografia.com.br/pesquisa-bibliografica/>>. Acesso em: 29 out. 2019.

PARAFILIAS E TRANSTORNOS PARAFÍLICOS: UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA DOS COMPORTAMENTOS SEXUAIS TÍTULO DO ARTIGO

Bruna Lopes Pontes, Giovana Do Rego, Patrícia Pelegrina Rosseto, e-mail: giovanarego@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos antigos se discute a respeito da sexualidade humana. O pensamento do que seria uma sexualidade moral e imoral é debatido desde o final do século XIX, e muitos teóricos já elaboraram explicações para o que seria o conceito de sexualidade normal e um comportamento sexual desviante (RODRIGUES JR., 2012). Este tema entende o sujeito como um indivíduo que busca expressar sua sexualidade em seus mais complexos e variados meios de obtê-los.

A sexualidade é uma parte normal da experiência humana. O comportamento sexual convencional, portanto, também é variante das crenças e do momento histórico predominante, sendo impossível defini-lo, pois existem grandes variações no comportamento sexual geral das pessoas, o que inclui, por exemplo, a frequência e a necessidade de suas atividades.

Neste contexto, existem as chamadas parafilias, cuja definição etimológica vem da língua grega e se constitui como uma forma paralela de amar e obter prazer intenso em objetos, situações ou lugares distintos (RODRIGUES JR., 2012).

Com este enfoque, o tema abordado refere-se à problemática das parafilias e dos transtornos parafílicos em um contexto sociocultural de comportamentos típicos e atípicos e a quebra de tabus existentes em sociedade.

Há uma clara diferença entre os termos parafilia e transtorno parafílico, onde “a parafilia não traz ao sujeito sofrimento, o que se difere com o transtorno parafílico em si, que traz ao sujeito sofrimento em vários aspectos” (LOPES, 2018, p. 14), pois nem toda parafilia é patológica.

Este tema é relevante na atualidade, pois sua compreensão favorece entender o sofrimento do parafílico e que nem sempre esta condição é um transtorno.

A pesquisa tem a finalidade de compreender os fatores neurobiológicos e ambientais na construção da identidade do indivíduo parafílico.

Diante disso, é nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem por objetivo compreender a problemática das parafilias e os transtornos parafilicos, bem como seu tratamento e intervenção psicológica. Além disso, busca-se entender os tipos de parafilias classificadas no DSM-V.

2 MÉTODO

O método de pesquisa utilizado neste trabalho é um levantamento bibliográfico. Segundo Gil (2016), este tipo de pesquisa é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Este estudo propõe a uma análise das diversas posições acerca de um problema.

A pesquisa é de natureza qualitativa do tipo descritiva, analisando os dados selecionados e se aprofundando na análise e interpretação teórica. A pesquisa bibliográfica é necessária para que não haja inconsistência no conteúdo e erros de compreensão, pois apesar dos dados históricos serem fundamentais, se mal interpretados, comprometem tanto a análise quanto a fundamentação teórica do trabalho.

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizado o DSM-V (2015) e os livros: Parafilias: das perversões às variações sexuais (RODRIGUES JR., 2012); além de artigos acadêmicos e dissertações que referenciam esta proposta. Os dados foram coletados a partir de registros disponíveis, como livros, artigos e bases online de dados que tratam do tema, como Scielo e Google Acadêmico, utilizando os descritores: parafilias, transtornos parafilicos, sexualidade, perversão sexual e prazer sexual. O critério de seleção destes artigos foi a data de publicação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Associação Psiquiátrica Americana definiu os comportamentos sexuais de duas formas: convencionais e não convencionais. O comportamento sexual convencional é aquele em que as relações sexuais são realizadas entre dois seres humanos adultos e vivos e cuja finalidade seja prazer e/ou procriação (APA, 2015). Já os não convencionais se diferem das práticas distintas às que ocorrem nos comportamentos convencionais. Essas diferenças se dão pelo objeto sexual, a idade de seus parceiros ou o tipo de atividade sexual como, por exemplo, animais, crianças, idosos, adolescentes, cadáveres, partes do corpo, objetos excêntricos, pessoas que trajam extravagantes roupas,

utilização de objetos que causam dor, receber humilhação e sofrimentos e prazer no contato com urina e fezes.

Os principais tipos de parafilias elencados a seguir estão descritos conforme Lopes (2018).

Quadro 1 – Principais parafilias e suas descrições

Andromimetofilia e Ginemimetofilia	Inversão de papéis no ato sexual, onde homem e mulher atuam como o gênero oposto na inversão de papéis tidos como convencionais.
Travestismo ou Fetichismo Transvêstico	Vestir-se como sexo oposto para excitação e obtenção do prazer
Autonepiofilia e Infantilismo	Obtenção de prazer em comportar-se com uma idade distinta da sua.
Voyeurismo	Obtenção de prazer em observar atos sexuais ou situações eróticas sem sua participação
Pictofilia	Forma de obter prazer através de filmes eróticos e vista de fotos individualmente ou com seu parceiro.
Fetichismo Dolismo	Excitação e supervalorização por objetos distintos. Prazer sexual por bonecas e manequins.
Misofilia	Conquistar o prazer cheirando, mastigando ou usando e se esfregando em roupas sujas ou objetos de higiene já utilizados por uma terceira pessoa.
Necrofilia	Interesse sexual por cadáveres.
Pictofilia Fetichismo	Forma de obter prazer através de filmes eróticos e de fotos. Excitação e supervalorização por objetos distintos.
Asfixiofilia ou hipoxilia	Prazer sexual sufocando ou sendo sufocado pelo seu companheiro(a).
Autassassinofilia e erotofonofilia	A autassassinofilia é o prazer em encenar sua própria morte durante o ato sexual.. A erotofonofilia, é quando um indivíduo possui prazer imaginando ou colocando em prática sua fantasia de morte em seu parceiro(a).
Masoquismo e sadismo	O masoquismo consiste na excitação ao sentir dor, vergonha ou humilhação, sendo submisso às vontades do outro. O sadismo se dá na obtenção de prazer ao provocar no outro sofrimento, dor ou humilhação.
Sadomasoquismo	O indivíduo sente prazer ao provocar ou sentir dor.
Acrotomofilia	Desejos por partes do corpo amputadas.
Apotemnofilia	O indivíduo busca amputar partes de seu próprio corpo a fim de obter prazer.
Estigmatofilia	Excitação por feridas, cicatrizes, piercings ou tatuagem no corpo do companheiro.
Morfofilia	Atração sexual por pessoas que têm algum tipo de característica física anatômica, peculiar e específica, sendo esta característica fonte de prazer e uma maneira de atingir o orgasmo.
Clissmafilia	É a obtenção de orgasmo em injetar qualquer tipo de líquido no ânus ou vagina. Esses líquidos proporcionam sensações nas zonas erógenas
Odaxelagnia	A busca da excitação vem através de morder e ser mordido eroticamente.

Fisting	É a prática de obter prazer na introdução da mão no ânus ou na vagina.
Olfatofilia	O prazer se dá ao sentir o cheiro do corpo e das partes genitais do parceiro.
Urofilia e coprofilia	Obtenção de prazer em excrementos.
Zoofilia	Prazer em relação sexual com animais.
Pedofilia	Prazer em relação sexual com crianças.
Efebofilia	A busca do prazer se dá em jovens que estão na puberdade, período entre o final da infância e início da adolescência.
Gerontofilia	Excitação de jovens por pessoas de idade avançada.
Exibicionismo	Prazer em mostrar as genitais para outra pessoa.
Frotteurismo	Consiste em obter prazer em esfregar suas partes íntimas em um sujeito alheio, sem seu consentimento. Normalmente, este ato ocorre em locais públicos.
Biafília	Pessoas com essa parafilia atacam sujeitos desconhecidos. A obtenção do prazer vem do ato de abordar ou da reação em que a vítima possui, como se aterrorizar ou entrar em pânico.
Narratofilia	É a excitação por narrar histórias eróticas e pornográficas, sendo estas histórias próprias ou conhecidas.
Hibrístofilia	Atração sexual por pessoas que tenham cometido crime, em especial, assassinato.
Kleptofilia e crematístofilia	Kleptomaníacos possuem prazer em executar roubos e extorsões. Os crematístofílicos se excitam com o contrário, ou seja, serem roubados ou chantageados.

Elaborado pelas autoras a partir de Lopes (2018)

As parafilias estão sendo cada vez mais conhecidas e estudadas, por isso, algumas estão sendo mais compreendidas por não se tratarem de uma doença, mas sim um desejo sexual. À medida que a sociedade se modifica ou se moderniza, conseqüentemente, os comportamentos se transformam, incluindo as formas de relações sexuais aceitáveis, de acordo com a cultura em que está inserida. Dessa forma, os transtornos parafílicos se manifestam socialmente de maneira sutil e são detectados a partir da recorrência em que são exteriorizados (SILVA et al, 2020).

Socialmente, os comportamentos parafílicos são modos de vida sexual não convencional. Portanto, a parafilia somente não é por si só um delito. No caso de haver um delito sexual, passa a ser considerada um transtorno parafílico. No caso do transtorno, deve ser considerada a maldade do contraventor que normalmente diz que foi provocado, assediado e atribui a culpa à vítima. Em todos os casos de delitos sexuais, o parafílico deve responder de acordo com a lei pelos seus crimes e ser orientado que sua sexualidade parafílica deve ser exercida com a mesma responsabilidade civil da sexualidade convencional e que, apesar dele não ser responsável por suas tendências,

ele o é em relação à forma como as vive. A Parafilia deve ajustar-se às normas de convivência social e respeito ao próximo (SILVA et al, 2016).

Com a Terapia Cognitivo-Comportamental, considera-se que o comportamento sexual parafílico está relacionado à crença e às distorções cognitivas (SILVA et al, 2016). Busca-se, então, compreender os comportamentos que pacientes com transtornos parafilicos desenvolvem.

A proposta de intervenção visa entender sua condição com o objetivo de potencializar o senso de controle sobre as suas dificuldades. Busca a alteração da crença estabelecida pelo individuo relacionada ao comportamento expreso, identificando estratégias eficazes na prevenção de recaída, ampliando as habilidades sociais o que possibilita criar um ambiente em que se desenvolva uma atividade sexual gratificante (SILVA et al, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo compreender a problemática das parafilias e os transtornos parafilicos, bem como seu tratamento e intervenção psicológica e focar os tipos de parafilias classificadas no DSM-V. Ao seu término pode-se afirmar que o objetivo inicial de pesquisa foi atingido.

Ressalta-se a importância e clareza em relação às parafilias ao não confundir a parafilia e o transtorno parafílico, onde a parafilia não traz ao sujeito sofrimento, o que se difere com o transtorno parafílico em si, que traz ao sujeito sofrimento em vários aspectos. Colocando em evidência que nem toda parafilia carece de uma intervenção clínica, pois, nem toda parafilia é patológica, e sua normalidade é constituída pela sociocultura que o sujeito está inserido.

Mediante a contribuição dos autores abordados, cabe destacar que, uma vez que a expressão da sexualidade tem contornos específicos de cada época e cultura, as parafilias representam um desafio constante em nossa conceituação de transtorno mental, saúde e doença.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRYC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM - V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Y. J. As parafilias e os transtornos parafilicos, uma perspectiva das variações sexuais normais e patológicas. **Psicologia.pt**, 4 mar. 2018. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?as-parafilias-e-os-transtornos-parafilicos-uma-perspectiva-das-variacoes-sexuais-normais-e-patologicas&codigo=A1179&area=D11B. Acesso em: 16 fev. 2020.

RODRIGUES JR., O. M. **Parafilias**: das perversões às variações sexuais. São Paulo: Zagodoni, 2012.

SILVA, B. L. et al. Parafilias, transtornos parafilicos e aspectos na contemporaneidade. **Rev.Bras.de Direito e Gestão Pública**, Pombal, PB, v. 8, n. 2, p. 308-318, abr. - jun.2020.

PEDAGOGIA EMPRESARIAL: UMA NOVA VISÃO DE APRENDIZAGEM NAS ORGANIZAÇÕES

Victória Fernanda Maran, Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail:
vimaran19@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu pela curiosidade em estudar uma pedagogia fora dos ambientes escolares e tem como objetivo analisar o papel do pedagogo para atuar no campo empresarial.

Durante muitos anos o Pedagogo atuou somente na educação escolarizada, porém hoje pode-se observar profissionais desta área participando em outros ambientes. A Pedagogia é um espaço muito rico e requer estudo e pesquisa. Atualmente, além da instituição escolar há grande interesse da Pedagogia na área empresarial.

Desde meados da década de 70, quando Maria Luiza Marins Holtz habilitou-se para tratar do desenvolvimento educacional dentro das organizações, que é importante se ter um profissional da esfera educacional no âmbito empresarial. Isso vem se aprimorando através das diferentes formas que uma empresa pode se desenvolver, sendo essencial os processos de aprendizagem dentro dela. De maneira que todos os funcionários possam ter qualidade de vida e buscar um desempenho de excelência no trabalho.

Em primeiro lugar essa investigação aborda a Pedagogia e a Educação num contexto histórico, organizacional e social no Brasil. Em seguida relata as competências e habilidades necessárias para o pedagogo no seu campo profissional. Na sequência traz a Pedagogia e a Empresa como um caminho a ser construído nos diferentes setores para aceitação e organização. Assim, a pedagogia empresarial passa a ser um espaço de atuação e sucesso para ambas as partes.

Dessa forma, a Pedagogia Empresarial foi criada para dar suporte à estruturação das mudanças, ampliação e aquisição de conhecimento no espaço organizacional e promover a reconstrução de conceitos básicos, como criatividade e espírito de equipe.

Com capacitação em atuar nos diferentes domínios da empresa, esse profissional tem como base o saber conhecer, o saber fazer, o saber conviver e saber ser, o que

proporciona um maior esclarecimento de seu trabalho para colaboradores, gestores e sociedade, pois a educação está ligada no ambiente interno e externo das organizações..

O pedagogo, por sua vez, necessita ser um profissional mutante, capaz de vislumbrar diferentes formas de atuação, sendo que o cotidiano está cada vez mais adepto as transformações. E por esta razão a educação atua em diferentes realidades profissionais e mostra que a Pedagogia na esfera organizacional atende o mercado de trabalho que está cada vez mais competitivo e dá preferência a profissionais capacitados e qualificados.

Diante disso, há necessidade do pedagogo atuar nas relações interpessoais e, também, na educação de valores sociais. Com isso, a pedagogia empresarial promove conhecimentos, implantação de posturas e valores corporativos, de acordo com os ideais da empresa, trabalhando ao lado do RH. Assim, observa, planeja e seleciona cursos para aprimoramento e capacitação, acompanhando o desenvolvimento e empenho do corpo de colaboradores em projetos e no dia a dia. Portanto, o pedagogo nesse contexto tem um papel crucial e de grande responsabilidade no sentido de transformação de pessoas e, conseqüentemente, do ambiente em que estão inseridas, além da representatividade em nome da empresa que pode ser exercida em diferentes situações.

A cada mudança ocorrida, novas tensões surgem nas relações humanas. O pedagogo, junto com o RH da organização, possui como papel promover soluções práticas, através de palestras, reuniões, alavancando a comunicação, integrando todos os profissionais e assim melhorando as relações desenvolvimento da empresa. De forma produtiva, harmoniza diferentes personalidades, observa comportamentos individual, conhece a equipe para aplicar as atividades corretamente, fazendo com que todos caminhem rumo ao mesmo objetivo.

2 MÉTODO

A pesquisa foi desenvolvida através de pesquisas bibliográficas, sites e artigos científicos, de autores como Libâneo, Holtz, Amélia Escotto do Amaral Ribeiro, entre outros autores.

Segundo Boccato (2006) citado por Pizzani et al (2012, p. 54):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (p. 266).

Com base nas pesquisas bibliográficas, formulou-se justificativas que auxiliam a compreensão e pesquisa do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ambiente organizacional requer um trabalhador pensante, criativo, com habilidade de resolução de problemas e tomadas de decisões, trabalho em equipe, uma total flexibilização dos tempos atuais. Assim, segundo Ribeiro (2004), a educação nas organizações ajuda a desenvolver e promover dentre essas e outras funções. Mas, uma empresa nunca será definitivamente educada, pois o processo acontece diariamente, aprendendo e ensinando, assim o desenvolvimento acontece através do relacionamento entre as pessoas, a troca mútua bem conduzida, baseada em respeito.

Seja dentro da escola ou dentro da empresa a pedagogia tem objetivos predefinidos de transformação da realidade, favorecendo mudanças nos comportamentos das pessoas. E a atuação do pedagogo na empresa deverá seguir os princípios de filosofia e política aplicados pela corporação. Como afirma Holtz (2006, p. 06):

A esse processo de mudança provocada no comportamento das pessoas em direção a um objetivo chamamos de aprendizagem e aprendizagem é a especialidade da Pedagogia. Para a Empresa conseguir as mudanças desejadas no comportamento das pessoas, os meios utilizados têm que ser adequados aos seus objetivos e ideais.

Nas organizações modernas, onde se encontram os dias atuais, as decisões necessitam ser em grupo, interagindo como equipe, para que haja maior eficácia e qualidade nas decisões. Desse modo, o pedagogo possui a função de formar e organizar a sua equipe, para que aconteça a flexibilização de todos, conforme os princípios dados pela empresa, através de palestras, dinâmicas em grupo, reflexões, estímulos à criatividade, promover as interações e ter um bom desempenho.

Com isso, a pedagogia empresarial promove conhecimentos, implantação de posturas e valores corporativos, de acordo com os ideais da empresa. Assim, observa, planeja e seleciona cursos para aprimoramento e capacitação, acompanhando o desenvolvimento e empenho do corpo de colaboradores em projetos e no dia a dia.

Portanto, o pedagogo nesse contexto tem um papel crucial e de grande responsabilidade no sentido de transformação de pessoas e, conseqüentemente, do ambiente em que estão inseridas, além da representatividade em nome da empresa que pode ser exercida em diferentes situações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou esclarecer as diferentes funções que um pedagogo pode ter ao longo de sua carreira, enfatizando o campo empresarial. As profissões são como leques que se abrem durante a caminhada, são diversos os caminhos para serem tomados e com o profissional da educação não seria diferente, pois a habilitação no curso proporciona múltiplas habilidades e competências ao profissional.

Após diversas modificações, a LDB 9394/96 vigente nos dias atuais, reconheceu o pedagogo como capacitado para atuar no trabalho pedagógico em sua totalidade. Assim, o curso e o profissional tornaram-se indispensáveis nas esferas educacionais, a pedagogia acreditar que é possível a transformação da realidade, independentemente do contexto sociocultural. Ser um profissional de pedagogia tem a diretriz de redimensionar os significados do ensinar e aprender.

Hoje a sociedade do conhecimento e a tecnologia trazem consigo novas oportunidades, novas esperanças e novos modelos de entendimento de mundo, do ser humano e da vida. O educador, precisa ser minucioso em disseminar o conhecimento através das suas práticas de comunicação com seus educandos em diferentes espaços de aprendizagem, promovendo a interação. O ambiente organizacional requer um trabalhador criativo, reflexivo, que tenha objetivos definidos, que saiba atuar em equipe e consiga aplicar suas habilidades de maneira para que se desenvolva a excelência, sendo o pedagogo o profissional capacitado para formar um novo profissional, competente e em desenvolvimento constante para atuar dentro da empresa.

REFERÊNCIAS

CUNHA, A. L. D. *et al.* **Pedagogia e ambiente não escolares**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. p. 16-176.

HOLTZ, Maria Luiza Martins. **Lições de Pedagogia Empresarial**. Sorocaba-SP, 2006

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Curitiba, Volume, n. 17, p. 153-176, 2001.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896 Acesso em: 01 out. 2020.

RIBEIRO. Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia Empresarial Atuação do Pedagogo na Empresa**. Edição 4: editora Wak, 2004.

PEDAGOGIA SOCIAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONCEPÇÕES FREIREANAS

Lizandra Larissa dos Santos, Célia Regina Auler Pereira Furuta, e-mail:
lizandra_lari@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As transformações que ocorreram em nossa sociedade, sempre trouxeram consigo uma série de mudanças sociais. A Pedagogia Social e todo seu contexto inicial se dão exatamente por mudanças ocorridas principalmente na Europa no século XIX e XX, com a industrialização, urbanização e as duas guerras mundiais, a partir das necessidades sociais surgidas a partir de então. Ainda que o termo tenha ganhado notoriedade um tempo depois, a Pedagogia Social nasce com a necessidade do “agir”, fugindo de todo contexto escolar (sistematizado) pelo qual a Pedagogia acaba sendo mais conhecida, ainda que as soluções estivessem estreitadas aos princípios educacionais.

No Brasil a Pedagogia Social vem ganhando cada vez mais espaço, apesar dos estudos desta área ainda serem escassos. Esta concepção não está ligada ao mero assistencialismo, mas tem como desígnio a formação social e cidadã, de maneira a vincular-se a práxis, tendo sempre objetivos, propostas educativas e um determinado público, visando a formação integral do indivíduo. Uma vez que esta área envolve profissionais da educação, pela grande responsabilidade que lhe é atribuída (apesar de envolver outros profissionais, como por exemplo: assistentes sociais, psicólogos, médicos, dentistas dentre outros), sua formação torna-se determinante para os resultados do desenvolvimento de seu trabalho, e exatamente por este motivo, todo processo de formação inicial e continuada torna-se elementos de pesquisa neste trabalho.

Os espaços de atuação do Pedagogo Social são aqueles considerados não-formais, porém não existe um consenso entre os pesquisadores que estabeleça de maneira clara os âmbitos de intervenção, as diferentes faixas etárias, a diferenças entre espaços de educação formais, não formais e informais, a formação desses profissionais, participação de voluntários e etc. O que se sabe, no entanto, é que “[...] tanto na teoria como na prática a Pedagogia Social acompanha os paradigmas da educação.”

(MACHADO, 2008, p.9). Para Diaz (2006, p.92) esta ação nada mais é que implicar o conhecimento e a ação sobre os seres humanos, em situações de “conflito ou necessidade”.

O objetivo deste trabalho então é analisar os espaços de atuação do Pedagogo Social, bem como as necessidades inerentes à sua formação, seja ela em sua primeira formação ou a continuada, relacionando desta forma toda teoria de Paulo Freire e as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, explicitando seu papel e a importância da qualidade durante o processo de formação.

Segundo Machado (2008, p.10) é necessário que as discussões acerca deste assunto sejam aprofundadas e ocorram investimentos em pesquisas, para superação de práticas determinadas pelo senso comum, visto que ainda é um desafio para os próprios profissionais em formação.

No que diz respeito às produções acadêmicas:

No Brasil ainda, existem poucas produções acadêmicas. As contribuições e estudos acerca da Pedagogia Social vêm sendo difundidas e conquistando espaços na atualidade. [...] Nesse sentido, a Pedagogia Social, surge das inquietações que a demanda social apresenta, uma vez que a Pedagogia como ciência da educação não abarca as necessidades de um suporte para além dos muros escolares. (PIMENTA, 2018, p.5)

Paulo Freire foi um dos teóricos brasileiros que se “inquietou” e se preocupou com essa tal formação de qualidade, mesmo seus trabalhos não sendo exclusivamente voltados à área da Pedagogia Social, deixou um vasto material que nos possibilita entender este universo.

2 MÉTODO

Para o cumprimento do objetivo deste trabalho foram realizadas pesquisas em bases de dados online, produções acadêmicas, livros e revistas que abordam sobre a relevância da formação de professores e a relação com os conceitos teóricos de Paulo Freire, assim como documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais na área de Pedagogia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transformações ocorridas no século XX no âmbito econômico em nosso país, valorizando o modelo de produção capitalista trouxe a tona também o elevado número de analfabetos e situações de miséria. A figura de Paulo Freire a partir da década de 60

mostra-se extremamente importante na luta pela superação da desigualdade, visando a tomada de consciência.

Ela traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança. [...] Os elementos defendidos por Freire configuram a teorização desta prática. [...] elaboradas na experiência com o povo excluído, a partir de diálogo experienciado na ação militante de libertação, Freire revela uma defesa pedagógica baseada na atividade direta com as classes populares e na defesa de sua necessidade de emancipação social. (MACIEL, 2011, p.337-8)

Partindo do pressuposto de que o ofício do professor é mais do que somente ensinar a ler e escrever, Freire em seus escritos sempre colocou em evidência o dever que esse profissional deve proporcionar ao aluno oportunidades para que este consiga ler o mundo de forma consciente e realista e posteriormente possa reescrever sua história a partir desse contexto. Ainda que em suas obras não nos apresente uma fórmula pronta e acabada de como proceder, porém a base teórica deixada por ele dá suporte para iniciarmos a prática docente cientes do que será enfrentado e como será possível contribuir para minimizar os problemas educacionais em nossa sociedade.

A qualidade da formação do profissional da educação no Brasil é discutível, já que muitos egressos saem despreparados, apresentando uma lacuna no que se refere a consciência política desejável para que seja colocada em prática uma práxis de mudança, outros, por sua vez tendem a omitir seus posicionamentos, o que acaba por manter o aluno em situação de opressão.

Entretanto, considerando a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006 esta estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura a qual destina-se à formação de professores para atuar em funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, ou seja nos traz elementos norteadores que tratam da educação em diversos meios sociais (BRASIL,2006).

Esse fato contribui para formação de profissionais da educação para que estejam aptos a trabalhar, em espaços escolares e não-escolares possibilitando aprendizagem de indivíduos em diferentes fases do desenvolvimento humano, e em diversos níveis e modalidades do processo educativo. Para tanto há necessidade de uma postura ética do professor em relação as manifestações e necessidades cognitivas, físicas, afetivas e

emocionais nas suas relações individuais e coletivas. Outro aspecto evidenciado por Brasil (2006) é sobre o desenvolvimento de habilidades ao longo do curso de graduação para identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas entre outras.

Devido a complexidade educacional vivenciada pelo pedagogo atuando nesses diferentes contextos quer seja em ambiente escolar ou não escolar, observa-se que o trabalho em equipe, em parcerias com profissionais de outras áreas de conhecimento, bem como psicólogos, assistentes sociais, agentes de saúde e outros, é fundamental para um resultado mais eficaz, considerando que a Pedagogia Social visa atuar em meio de vulnerabilidade e risco social, fato que a Pedagogia por si não consegue abarcar todas as dimensões pelas quais os indivíduos se encontram.

No entanto, para constituição do perfil de educador social é necessário que além de competência técnica, tenha uma postura ativa na construção de sua consciência, uma vez que existem possibilidades de mudanças. Além disso, a solidariedade humana e compromisso político pelo resgate da cidadania do educando, também fazem parte dos aspectos necessários à constituição.

O indivíduo ao iniciar o curso de Pedagogia pode não ter clara a noção de que seus espaços de atuação poderão ser variados e que exigirá conhecimentos para além dos espaços escolares, compreendendo também a educação de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudo na escola regular, educação indígena, educação de pessoas com necessidades especiais, a educação em comunidades quilombolas, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas. Considerando também que em todas as situações há necessidade do respeito a cultura das comunidades e capacitação para vivenciar essa prática educativa não escolar. Neste mesmo sentido, Diaz (2006) defende que pelo fato de haver socialização dentro e fora da escola, a educação social deve acontecer em diversos contextos.

Portanto, a formação de pedagogos torna-se um tema relevante não somente pela importância desta área, como também por ser de certa forma decisiva na formação de alunos pensantes, conscientes e participativos na sociedade, apesar de todas as dificuldades e complexidades enfrentadas diariamente, enquanto prática educativa. Quando se trabalha questões relacionadas à Pedagogia Social, Educação de modo geral

e a formação de professores é impossível não mencionar o pensamento de Paulo Freire e sua contribuição teórica reconhecida no Brasil e no exterior. Como educador, ele trouxe contribuições importantes no que diz respeito a educação popular, bem como sobre a formação do professor, seja ela inicial ou continuada, independente da faixa etária a que se destina.

Partindo desses pressupostos, a teoria de Paulo Freire, deve ser entendida por este futuro pedagogo, pois sua atuação deve se diferenciar da concepção bancária. Ao lidar com os sujeitos em ambientes formais ou em vulnerabilidade, em situações de risco social, ou mesmo em comunidades distintas, o pedagogo social necessitará ter um perfil que lhe caiba esta função, com preparo adequado e iniciativa.

Mas para Freire (1987) um dos fatores fundamentais nessa atuação é a dialogicidade entre os indivíduos e que ela começa não quando o educador -educando se encontra em uma situação pedagógica, mas antes, quando se pergunta em torno do que vai dialogar pois:

A educação autêntica [...] não se faz de A para B ou de A sobre B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação. Um dos equívocos de uma concepção ingênua do humanismo está em que, na ânsia de corporificar um modelo ideal de “bom homem”, se esquece da situação concreta, existencial presente, dos homens mesmos (FREIRE, 1987, p.84).

Nesta perspectiva é a partir da realidade vivida, existencial, concreta e refletindo sobre o conjunto de aspirações do povo, que se pode organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política.

Como educador preciso ir lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo de “leitura de mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”. Se de um lado ,não posso me adaptar ou me “converter” ao saber ingênuo dos grupos populares, de outro, não posso, se realmente progressista, impor-lhes arrogantemente o meu saber como o verdadeiro. O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua “incompetência para explicar os fatos (FREIRE, 1996, p.30, grifo do autor).

Portanto os pedagogos que atuarão em diferentes ambientes devem entender que seu trabalho envolve relações interpessoais com diferentes grupos, valorizando a diversidade e respeitando as diferenças. Desta forma construirá sua identidade profissional a partir das realidades encontradas.

Para Ferreira (2016, p.78)

[...] os trabalhos na pedagogia social e na formação de educadores sociais – seja no ensino superior ou não – devem fomentar o reconhecimento dos diversos conceitos, valores, crenças e representações existentes no trabalho profissional do educador social que o auxiliarão na contínua reconstrução de sua identidade que reside, essencialmente, no serviço prestado às com as camadas empobrecidas e suas demandas sociais.

Toda intervenção ocorrida na formação inicial e continuada é fundamental, pois possibilita a construção de conhecimento aos profissionais que atuarão na educação básica e em outros ambientes não escolares e traz um efeito significativo também, posteriormente. Quando o processo educacional ocorre, os indivíduos terão acesso a ideias, que se forem entendidas e aderidas poderão agregar resultados positivos e mudanças àqueles em situação de vulnerabilidade.

É necessário o preparo na formação inicial e continuada para que o professor apresente e denuncie essas contradições. Refletir sobre as ações dos opressores que parecem ser “messiânicas” e “salvadoras”, também é necessário já que “o que eles querem é salvar-se a si mesmos. É salvar sua riqueza, seu poder, seu estilo de vida, com que esmagam aos demais” (FREIRE, 1987, p. 89). Portanto para Freire (1996, p.110)

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de endereçar-se até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando de politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. [...] A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política.

Considerando-se a diversidade de níveis de atuação profissional do pedagogo, há de se convir que os problemas, modos de atuação e os requisitos de exercício profissional não são necessariamente da mesma natureza, ainda que em todos eles haja uma prática pedagógica, tendo o ensino como objetivo. Entretanto, essa prática deve ser diferenciada de acordo com a realidade em que lidam, fato que nos remete a pensar sobre a necessidade de formação de profissionais da educação não apenas direcionado a docência (LIBÂNEO,2010).

Para Delval (2006, p. 153) o pedagogo sempre encontrará uma série de obstáculos em sua caminhada, sendo um deles as deficiências do sistema democrático,

para ele não se pode dizer que exista uma sociedade perfeitamente democrática. E exatamente por estes motivos, o profissional que almeja a transformação social, não pode, apesar dos desestímulos, desistir, uma vez que esta “missão” lhe foi entregue.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo aporte teórico deixado por Paulo Freire para muitos é utilizado como referência e aplicado em sala de aula por professores que testemunham a realidade educacional como é verdadeiramente na prática. O processo de formação deste profissional que atuará em diferentes áreas e contextos requer cuidado e qualidade, pois sua trajetória será de grandes desafios. Trata-se então de uma formação que consiga articular os saberes com as necessidades sociais do aluno, ou seja, uma pedagogia crítico-social, que leva em conta a realidade e o contexto no qual este aluno está inserido, fazendo assim sua própria leitura de mundo, encontrando seu espaço.

Notadamente essas relações de poder e disputas ideológicas sempre influenciarão os espaços escolares e não escolares, havendo por trás interesses objetivando a validade de ideias de uma visão particular perante outras classes sociais.

Simplesmente pela existência dessa situação de disputas e poder, este trabalho teve por objetivo salientar a necessidade e a importância de uma formação de qualidade, a contar também a formação continuada, levando em consideração os preceitos de Paulo Freire que enxergava as desigualdades e injustiças sofridas pela classe oprimida que não tinha a chance de conscientizar-se de sua situação. A partir do momento em que o indivíduo passa a conseguir ler o mundo, agirá sobre ele e a educação desempenha papel fundamental desta construção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**. Resolução CNE/CP nº1,2006. Diário Oficial da União .Seção 1,p.11. Brasília: MEC/CNE, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 06 maio. 2020.

DELVAL, J. **Manifesto por uma escola cidadã**. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. Campinas, SP: Papirus, 2006 (Papirus Educação).

DIAZ, A. S. Uma Aproximação à Pedagogia- Educação Social.**Revista Lusófona de Educação**, 2006, 7, 91-104.

FERREIRA, A. V. A construção da profissão de educador social no ensino superior brasileiro: novas possibilidades de formação? **REBES – Rev. Brasileira de Ensino Superior**, v.2(4), out.-dez. 2016, p.70-79..Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314648650_A_construcao_da_profissao_de_educador_social_no_Ensino_Superior_Brasileiro_novas_possibilidades_de_formacao. Acesso em: 21 maio. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACIEL, K. F. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jun./dez. 2011.

PIMENTA, H. F. **Pedagogia social: uma ferramenta de inclusão**. III CINTEDI. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA14_ID408_09082018093310.pdf

PERSPECTIVAS ATUAIS DA RELAÇÃO MATERNIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO: CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

Caroline Ap. Urgnani de Almeida, Patrícia Pelegrina Rosseto, e-mail:
carol_urnani@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A família tem sido considerada por diversas áreas das ciências humanas como a instituição social fundamental na vida de um indivíduo. Os estudos sobre as características da família brasileira são considerados recentes, iniciando-se no começo do século XX, e obtiveram como resultados a percepção de que a família brasileira está intrinsecamente ligada à formação do seu povo, com elementos culturais diversos, que são repassados as gerações através dos processos educacionais e da socialização primária e secundária (ALVES, 2009). Como exemplo desta relevância tem-se que no final do século XIX e início do século XX, os padrões sociais preconizavam que a realização da mulher só se dava através do marido e filho, em que o seu "status" social era o do marido, sendo somente valorizadas de acordo com a sua capacidade de gerenciar o lar e formar os filhos para se tornarem cidadãos honestos e honrados há serviço da sociedade (ALVES, 2009). Segundo Alves (2009) a partir do século XXI surgem vários modelos alternativos de família contrastando com os modelos tradicionais, entretanto estes modelos também sofreram mudanças, sendo a busca pela igualdade nas relações a principal delas. Logo tal instituição se renova de acordo com os períodos históricos e fatores sociais, contribuindo na construção e manutenção da identidade e papéis sociais de um indivíduo, sendo que em alguns casos as identidades preconizadas dentro do contexto familiar impõem-se sobre a identidade interna do indivíduo (SOUZA, 2013).

Os comportamentos e a identidade de "mãe" não é algo intrínseco a todas as mulheres, pelo contrário é algo aprendido, e como tal pode ser acrescentado ou não a identidade do indivíduo (BADINTER, 1985). Portanto a identidade de "mãe" é utilizada como um instrumento de normatização social das relações de poder, pois definiu a "natureza feminina" de tal modo, que a mesma passou a pressupor todas as características de boa mãe (BADINTER, 1985). Sendo que raramente as mulheres rompem com esses padrões com medo de retaliações sociais (BADINTER, 1985).

Heilborn (1999) em seus estudos sobre a relação entre a construção da identidade do sujeito, gênero e sexualidade, afirma que esses conceitos se inter-relacionam entre si, bem como, reafirma o poder da normatização social sob as relações intra e interpessoais.

As temáticas parentalidade e feminino não são novidade nas pesquisas e publicações da psicologia, particularmente na psicologia do desenvolvimento, em que o tema mãe é amplamente estudado, porém tais estudos possuem pouco enfoque à compreensão da mulher que se tornou mãe e os impactos deste feito (XAVIER; ZANELLO, 2016). Desta forma, muitos desses estudos ainda caem na armadilha da idealização da maternidade como realização feminina e na perspectiva biomédica de que a mulher é o único e ideal recurso para o desenvolvimento de uma criança (TRINDADE; COUTINHO; CORTEZ, 2016). Portanto há, nos estudos sobre a maternidade, um descompasso da própria área de produção de conhecimento psicológico que não aproveita a oportunidade para produzir críticas sobre a dominação e o impacto de tais convenções no cotidiano feminino (TRINDADE; COUTINHO; CORTEZ, 2016). Sendo assim, o conhecimento produzido pela psicologia diante do tema maternidade e relações de gênero, deve ter um olhar crítico a respeito da normatização dos papéis de mãe e as suas consequências desenvolvimento e nas relações interpessoais dos indivíduos.

Desse modo buscou-se através da revisão da literatura científica, produzida pela a psicologia, analisar dados da realidade de indivíduos que vivenciam a maternidade, e de como esse fator influencia seu desenvolvimento e subjetividade, principalmente em relação à ideologia de gênero, temática que possui relevância, pois há escassa produção científica sobre a mesma. Tendo em vista as transformações na construção da maternidade, nos movimentos sociopolíticos e na ideologia de gênero, o estudo se faz necessário, a fim de verificar como essa realidade atual se caracteriza e quais os seus impactos.

2 MÉTODO

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos realizou-se uma pesquisa científica de revisão da literatura produzida acerca do tema maternidade e relações de gênero. A pesquisa de revisão da literatura se caracteriza como um processo em que se realiza a busca, análise e descrição de determinado volume de conhecimento a fim de responder uma pergunta específica ou confirmar uma hipótese (BIBLIOTECA DANTE MOREIRA LEITE, [s.d]). A fim de obter um melhor aproveitamento da pesquisa e

obtenção de resultados optou-se por realizar a revisão de literatura narrativa, em que a investigação busca responder a pergunta problematizadora através da estruturação de dados para pesquisar, reunir e avaliar criticamente os resultados dos estudos considerados como relevantes (BIBLIOTECA DANTE MOREIRA LEITE, [s.d]). Por fim a pesquisa realizada buscou manter-se no nível de pesquisa descritiva, com proximidade da pesquisa explicativa, isto é, buscaram-se descobrir associações entre as variáveis, maternidade e relações de gênero, pretendendo determinar a natureza e consequências dessa relação (GIL, 2008). Desta forma buscou-se artigos científicos em plataformas online de pesquisa como, Scielo, Pepsic, Google Acadêmico e BVS Biblioteca Virtual em Saúde, as palavras-chaves: maternidade; gênero; e identidade, obtendo-se como resultado:

Tabela 1: Base de dados online consultadas para levantamento de literatura, palavras-chaves utilizadas, quantidade de artigos encontrados e quantidade de artigos selecionados para a pesquisa.

Base de dados consultada	Palavras – chaves	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos selecionados
Pepsic	maternidade; gênero.	21	06
Scielo	maternidade; gênero.	30	01
Google Acadêmico	maternidade; gênero; identidade.	71.100	18
BVS Biblioteca Virtual em Saúde	maternidade; gênero; identidade.	84	05

Fonte: Autor.

Com base nos resultados foram selecionados 30 artigos para a realização da pesquisa bibliográfica, seguindo como critérios de seleção, títulos que fizessem referência às palavras-chaves pesquisadas, e que os resumos dos artigos encontrados trouxessem dados que correspondessem com os objetivos da pesquisa, isto é, buscaram-se artigos que produziram conhecimentos acerca das representações sociais e maternidade, e como estes atuam na formação da identidade do indivíduo. Artigos que

se repetiam nas diferentes plataformas de pesquisa online, também foram utilizados como fatores excludentes, o que explica o alto índice de artigos encontrados, mas o baixo número de artigos selecionados. Por fim a revisão de literatura também se apoiou em livros e periódicos de autores que são referências como Badinter e Heilborn, bem como, em teses de mestrado e doutorado, que foram escolhidos com base no mesmo critério de seleção dos artigos selecionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Badinter (1985), os comportamentos e a identidade de “mãe” não é algo intrínseco a todas as mulheres, pelo contrário é algo aprendido, e como tal pode ser acrescentado ou não a identidade do indivíduo. Baseando-se nesses princípios considera-se a maternidade como um fenômeno social que é marcado pelas desigualdades sociais, raciais, étnicas, e pela questão de gênero que se manifesta até certo ponto de forma implícita (SCAVONE, 2001). Portanto o conceito e as vivências acerca da maternidade foram construídos ao longo dos processos sócio-históricos, e mesmo que atualmente tenha-se um modelo de maternidade que se sobreponha nas sociedades ocidentais contemporâneas, “as mudanças e implicações sociais da realização dessa experiência não atingem da mesma forma todas as mulheres, países e culturas” (SCAVONE, 2001). “Durante um longo período, a maternagem foi pensada como intrinsecamente relacionada à maternidade, como função feminina por excelência, concernente à natureza da mulher” (MOURA; ARAÚJO, 2004). Entretanto com novos estudos frente às transformações históricas, entende-se que o conceito de maternagem, é a relação que não é intrínseca ao aspecto biológico da maternidade e sim ao afeto e desejo de cuidar, isto é, as mulheres exercem a maternagem, mesmo sem filhos ou vivencia da maternidade (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019). Deste modo compreende-se que as mulheres não apenas geram filhos, elas também propiciam cuidados, sendo que uma ação não depende da outra, isto é, elas são independentes, constituindo assim o fato que, mesmo não exercendo a maternidade, as mulheres muitas vezes exercem a função de maternagem (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019).

A influência do pensamento feminista e o desenvolvimento dos métodos contraceptivos, sobretudo a pílula anticoncepcional e, posteriormente, o desenvolvimento das novas técnicas reprodutivas e de reprodução assistida, contribuíram para uma mudança na forma de se compreender a maternidade, que

passou a não mais ser preconizada como um destino do qual a mulher não poderia escapar, mas como uma escolha livre e autônoma, uma opção (MAUX; DUTRA, 2009). Entretanto, mesmo com tais transformações, no Brasil, a educação das mulheres ainda carrega implicitamente “forte influência do modelo de família tradicional burguês, sendo o casamento e a vinda de filhos um projeto indispensável para grande parte delas, o que é confirmado por diversos estudos nacionais” (MAUX; DUTRA, 2009).

De acordo com as suas vivências a mulher passa a assumir um novo estado de si, da vida, das relações, dos outros, gerando mudanças de comportamento, posturas, que proporcionam uma alteração completa na sua autoimagem, entretanto a sociedade ao lhe impor papéis, está essencialmente cobrando certos posicionamentos e atitudes que a preterem a uma condição de cumpridora do seu dever, “já previamente ordenado em que o feminino é representado pela capacidade de amar, se doar e cuidar”. (GIORDANI et al., p. 2736 2018). Portanto ao construir a sua identidade a mulher depara-se com diversas representações de papéis, em que ela ora sente-se e é vista como mulher-mãe e ora como mãe-mulher, sendo assim a rigidez das políticas identitárias, no contexto familiar, faz com que as identidades de “mãe” e “pai” tenham prevalência, como no caso das “mães lésbicas brasileiras: a mulher que é mãe e se assume como lésbica é concebida, por todos os envolvidos, incluindo ela mesma, primeiro como mãe, e depois como uma mulher envolvida numa relação homossexual” (SOUZA, 2013, p. 417). Dessa forma, mesmo com as conquistas feministas, ainda persiste o ideal social de que a maternidade não é apenas uma opção da mulher, mas a condição imprescindível para que ela constitua plenamente a sua identidade “natural” (SAMPAIO; SANTOS; SILVA, 2008). Tal identidade também preconiza o papel privilegiado na constituição da identidade infantil, tornando-se um modelo social do qual as crianças, precisam se apropriar e diferenciar para se constituírem enquanto sujeitos (SAMPAIO; SANTOS; SILVA, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura possibilitou a percepção de que a partir do século XIX, através da influência de fatores políticos, religiosos e científicos, iniciou-se a construção do ideal sobre a vivência da maternidade, em que se postulou como principal papel social da mulher ser uma “mãe suficientemente boa”, com tal propriedade que ainda hoje se mantém vigente como regulador dos papéis sociais e das relações de gênero,

principalmente no núcleo familiar. Os artigos da área da psicologia que tratam desse tema são recentes e em menor número, e reforçam a necessidade do quanto essas mulheres precisam de espaços para dialogar sobre as vivências e expectativas da maternidade idealizada e da maternidade real. Por fim a hipótese e os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados, isto é, a construção social do ideal de maternidade está intrinsecamente ligada com o que se espera da identidade feminina, agindo também como instrumento de manutenção das relações de gênero. Atualmente com as transformações sociopolíticas, as crescentes lutas pela equidade de gênero, e a liberdade de escolha, estão sendo construídas novas experiências sobre a maternidade que estão sutilmente ganhando espaço, mesmo com as resistências advindas do pensamento patriarcal. Dessa forma são necessárias mais pesquisas na área da psicologia que investiguem o impacto da maternidade sobre a identidade das mulheres, sobretudo com enfoque nas suas relações intrapessoais e interpessoais, pois a partir do momento em que o indivíduo não se sente confortável com a sua própria subjetividade, as demais áreas da sua vida serão afetadas e as mudanças por quais ele luta e anseia não se concretizam, gerando a possibilidade de adoecimento. Por fim também é necessário mais intervenções da psicologia que trabalhem o tema maternidade ideal versus a maternidade real.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. R. Família Patriarcal e Nuclear: conceito, características e transformações. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/UCG, 02, 2009. **II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG**, Goiânia: UCG, 2009. Acesso em: 26 de mar. 2020.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado, O Mito do Amor Materno**, ed.6; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BIBLIOTECA DANTE MOREIRA LEITE. Instituto de Psicologia - Usp (org.). **O que é revisão de literatura?**, São Paulo, [s.d]. Disponível em: http://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2016/09/Folheto_RevisaoLiteratura_2014.pdf. Acesso em: 10 de maio 2020.

GIL, A.G. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, ed.6; São Paulo, Atlas, 2008.

GIORDANI, R.C.F. et al. Maternidade e amamentação: identidade, corpo e gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2731-2739. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000802731&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 de ago de 2020

HEILBORN, M. L. “Construção de si, gênero e sexualidade”. In: _____ (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ, Rio de Janeiro, Zahar, p. 40-59. 1999.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil: Número de Casamentos por Sexo dos Cônjuges**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/91110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 26 de mar. 2020.

MACHADO, J. S. A., PENNA, C. M. M., CALEIRO, R. C. L. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p.1120-1139, out-dez 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1094492>>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

MAUX, A. A. B., DUTRA, E. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 14, n. 2, p. 113-121, maio-ago 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2009000200004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

MOURA, S. M. S. R., ARAÚJO, M. F. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

SAMPAIO, J., SOUZA, M. F. S., SILVA, M.R.F. A representação social da maternidade de crianças em idade escolar. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 28 n.1, p.174-185 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100013>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface _ Comunic, Saúde, Educ**, Botucatu, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004&lng=pt&nrm=iso&lng=pt>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

SOUZA, E. R. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. **Revista de Antropologia**, Usp, São Paulo, v. 56, n.2, p. 398-430. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82527>>. Acesso em: 26 de mar. 2020.

TRINDADE, Z. A., COUTINHO, S. M., CORTEZ, M. B. Ainda é proibido não ser mãe? A não maternidade tratada nas publicações científicas da Psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia**, ed.1, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, p. 143-166. 2016. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>>. Acesso em: 26 de mar. 2020.

XAVIER, A., ZANELLO, V. Mães ofensoras: Loucas? Más?Desconstruindo o mito da maternidade. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia**, ed.1, Brasília, Conselho Federal de

Psicologia, p. 123-142. 2016. Disponível em:
<<http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>>. Acesso em: 26 de mar. 2020.

POLICIAIS MILITARES E A INCIDÊNCIA DE TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO

Eliziane Tamires Soares Braz, Franciele Letícia Faxina, Juliana Gonçalves Araujo, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: tamiresbraz@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A população de policiais militares é rodeada de atividades classificadas como de alto risco, devido a estarem continuamente expostos a todo tipo de adversidade, com possibilidade de encarar atividades marcadas por tensão e eventos traumáticos a qualquer momento, nas quais há grande carga de responsabilidade e pouca autoridade para a tomada de decisão (BRASIL, 2019), como em ocorrências de agressão violenta (abuso sexual, furto, roubo), tortura, sequestros, desastres naturais, acidentes de trânsito, confrontos com uso de força letal (CUNHA et al., 2019), o que torna essa profissão propícia de sofrimento psíquico. Pesquisas mostram que o desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático em policiais militares se dá por questões subjetivas dos indivíduos, ou seja, advém da vulnerabilidade de cada um, visto que muitos podem passar pela mesma experiência, mesmo que coletivamente, tendo respostas psicológicas e fisiológicas diferentes (SOARES e LIMA, 2003).

Em relação à atividade dos policiais militares, especificamente, é comum que esses profissionais sejam afetados e diagnosticados com diversos tipos de transtornos que perturbam seu desenvolvimento profissional e social (CUNHA et al., 2019). Um desses transtornos é o Transtorno de Estresse Pós-Traumático que segundo o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V, 2014), é uma psicopatologia relacionada às respostas do indivíduo a situações e/ou eventos classificados como estressantes. O indivíduo pode perder o controle físico e psicológico da situação, apresentar respostas de intenso horror, culpa, medo, vergonha e impotência, com comportamentos de esquiva em relação a lugares, pessoas e/ou coisas que remetem ao trauma.

2 MÉTODO

Para elaborar esse trabalho, o procedimento realizado foi a revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo em questão, através de levantamento de artigos e revistas científicas e outras publicações retirados da plataforma Scielo, PePsic e Google Acadêmico vinculados com as palavras-chave: policiais militares, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, transtornos mentais. Foram selecionados os estudos que dão ênfase ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em profissionais que trabalham sempre expostos ao risco, como os policiais militares, para a análise e o embasamento estrutural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nota-se que uma das maiores dificuldades encontradas por esses profissionais é lidar com os sintomas, com o constrangimento, vergonha, medo de admitir que estejam passando por problemas e que precisam de ajuda profissional, pois além do TEPT outros transtornos/síndromes podem estar envolvidos (MESHULAM-WEREBEA, ANDRADE e DELOUYA, 2003; CUNHA, et al., 2019).

Segundo Câmara Filho (1999 apud BRASIL, 2019) as patologias que mais se apresentavam nos policiais eram: transtornos de humor, principalmente a depressão em 46% a 51% dos casos; abuso/dependência de substâncias psicoativas em 27% a 80%; transtornos de ansiedade em 29% a 56,1% dos casos e transtorno obsessivo-compulsivo em 13% dos casos. Na pesquisa de Cunha, et al. (2019) aplicada na Seção Biopsicossocial do Departamento de Saúde (DS) da Brigada Militar relacionada à comorbidade entre o Transtorno de Estresse Pós Traumático o abuso e dependência de álcool e drogas (ADAD), destacava-se, que 34,5% dos homens diagnosticados com TEPT teve problemas relacionados ao ADAD quando comparados com 15,1% dos homens que não tiveram diagnóstico para TEPT. Através desse estudo aplicado por Cunha, et al.(2019) pode-se observar que o TEPT representa 6% dos atendimentos, sendo um resultado semelhante a outros estudos anteriores.

Ao falar sobre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático pode ser citado duas características principais: a primeira delas é a exposição a um evento que remete ao acontecimento ou risco iminente de morte ou de ferimentos graves. A segunda é a tríade psicopatológica, que pode desenvolver três dimensões de sintomas os quais são o reviver do evento traumático, através de sonhos vívidos, pesadelos, flashbacks,

sentimentos ou pensamentos incontroláveis; a esquivas/entorpecimento emocional de todos os estímulos a ele associados; e os sintomas de hiperestimulação autonômica, que são facilmente observáveis, como irritabilidade, insônia, hipervigilância, sobressalto excessivo, queixas de fadiga, cefaleias, entre outros (FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2020).

Para que uma pessoa seja diagnosticada com o TEPT, é necessário que ela se encaixe nos critérios diagnósticos, que envolvem fatores relacionados com o evento traumático, a presença de sintomas intrusivos associados a ele, reações evitativas e dissociativas, sonhos, alterações negativas nas cognições e no humor, entre outros. Outro critério importante para o diagnóstico é a persistência dos sintomas após um mês do acontecimento traumáticos, antes desse tempo é considerado Transtorno de Estresse Agudo (TEA).

Esses critérios permitem que se tenha certeza do diagnóstico do TEPT no paciente para que possa ser feito um prognóstico e um tratamento adequado de acordo com a situação e gravidade de cada caso. Segundo o DSM-V as taxas de TEPT são maiores entre os veteranos de guerra e outros profissionais que a ocupação tenha um risco maior de exposição traumática, por exemplo, os policiais, os bombeiros e os socorristas (DSM-V, 2014). Esse transtorno apresenta alguns fatores de risco, sendo eles pré-traumáticos, que envolvem aspectos temperamentais (problemas emocionais até os 6 anos de idade), ambientais (status socioeconômico), genéticos e fisiológicos (gênero, idade e genótipos).

O fator peritraumático envolve somente os aspectos ambientais, como por exemplo, a gravidade do trauma, e os fatores pós-traumáticos que abordam as questões temperamentais (avaliações negativas) e ambientais (exposição subsequente a lembranças relacionadas ao trauma) (DSM-V, 2014). As pessoas com TEPT também acabam por sofrer com altos níveis de incapacidades sociais, profissionais e físicas, assim como fazem um maior uso dos serviços médicos e tem um risco elevado de cometer suicídio, pois a maioria dos sujeitos não consegue se adaptar, visto que seus mecanismos de enfrentamento e suas defesas psicológicas entram em crise.

Em consequência do sofrimento causado por esse transtorno, as pessoas levantam barreiras de comunicação, onde dificilmente procurarão ajuda profissional ou terão a iniciativa de falar sobre o evento traumático, por vergonha ou medo, portanto é de extrema importância que os profissionais expressem interesse real pelo paciente e que a sua abordagem seja de maneira receptiva, empática e sem pré-julgamentos. É

necessário citar que as instituições precisam desenvolver estratégias de suporte e capacitação, investir na prevenção e no tratamento do TEPT, pois um profissional estressado e “adoecido” se torna improdutivo para si e para a instituição em que trabalha (BRASIL, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar, através dos artigos analisados, o quanto policiais militares são expostos aos riscos, sejam eles induzidos, imprevistos ou por desastres naturais. Percebe-se que o TEPT acaba se desenvolvendo porque eles se apresentam aos perigos com mais frequência do que a maioria das pessoas normalmente se apresentaria. Os policiais militares que sobrevivem a esses acontecimentos e que possuem uma vulnerabilidade social e/ou biológica mais fraca acabam desenvolvendo transtornos psicológicos, como a depressão, ansiedade, dependência química, transtorno bipolar, síndrome do pânico, inclusive o TEPT (Transtorno de Estresse Pós Traumático), onde ao indivíduo adoce depois de ter passado por um momento muito estressante, e isso tende a mudar seus comportamentos diante de seus relacionamentos e eventos futuros no qual esses policiais irão vivenciar.

Desta maneira pode-se ver o aumento do número de licenças por policiais militares, onde além da TEPT são expostos a outros transtornos psicológicos que desencadeiam alterações neurofisiológicas e mentais. Embora, a demanda de estudos sobre a ocorrência de transtornos psicológicos por parte dos policiais seja cada vez maior, há uma limitação em toda essa circunstância, isso porque os afastamentos desse tipo ainda são vistos como algum tipo de “desculpas” pela corporação. Esse fato se torna preocupante já que a demora pela procura do tratamento pode agravar os sintomas e aumentar na incidência de outros transtornos relacionados.

Portanto, fica clara a importância do desenvolvimento de estratégias voltadas à saúde mental desses profissionais, a partir de informações e orientações sobre o assunto, dentro do ambiente de trabalho, não deixando espaço para preconceitos e enfatizando o suporte social e psicológico disponibilizado. Através dessas estratégias os profissionais podem voltar a sentir mais seguros, norteados quando necessitarem e aptos para trabalhar.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [Recurso eletrônico]. (5ª ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.) Porto Alegre, RS: Artmed.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Caderno Técnico de Tratamento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático – TEPT**. Brasília,DF, 2019.

SOARES, B. G. de O.; LIMA, M. S. de. Estresse pós-traumático: uma abordagem baseada em evidências.**Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 25, supl. 1, p. 62-66, June 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000500014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 03 de Out. 2020.

FIGUEIRA, I.; MENDLOWICZ, M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático.**Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo , v. 25, supl. 1, p. 12-16, June 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 03 de Out. 2020.

MESHULAM-WEREBE, Daniela; ANDRADE, Mariana Gonzalez de Oliveira; DELOUYA, Daniel. Transtorno de estresse pós-traumático: o enfoque psicanalítico. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo , v. 25, supl. 1, p. 37-40, June 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 05 de Out. 2020.

PROFESSOR REFLEXIVO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE SUA PRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Letícia de Souza, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: leticia_souza1999@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas ao longo do processo histórico influenciam não somente a sociedade, mas também o cenário político, as práticas sociais e, principalmente, o contexto escolar; dessa maneira a sociedade em geral e a estrutura escolar podem ser afetadas, em decorrência de determinados acontecimentos. Entretanto, pode-se observar que a escola tem sido responsabilizada pelos fracassos evidenciados no contexto social geral, como afirma Alarcão (2004), ao dizer que são colocadas expectativas altas sobre a escola, todavia não se tem dado a valorização necessária a ela, considerando que além da escola, a sociedade também possui um papel com relação à formação cidadã.

A escola possui uma função social, além de contemplar aspectos como a difusão de conteúdos curriculares, sendo, dessa maneira, um local no qual são desenvolvidas competências e habilidades e, também, a abordagem de temas, como o respeito à individualidade e à diversidade, a reflexão sobre as práticas sociais e religiosas. Contudo, para que a escola possa contemplar os aspectos citados é necessário que os professores e a equipe de gestão escolar estejam direcionados ao cumprimento dos objetivos necessários, para o desenvolvimento dessas práticas.

Além disso, a formação docente também é parte importante da discussão em busca da ressignificação da prática do professor reflexivo no ambiente escolar. Nos dizeres de Sacristan (2000), é preciso considerar alguns princípios, para que se inicie a reflexão sobre a prática docente; o primeiro princípio propõe que sejam analisadas as características e as condições de trabalho dos professores, em busca da compreensão do motivo pelo qual os profissionais não têm se profissionalizado; o segundo princípio está relacionado a compreender a profundidade de conteúdo que os professores possuem, para contribuir com a construção do conhecimento, junto dos alunos.

Posteriormente, Sacristan (2000) apresenta como proposta de estímulo aos professores, mais valorização à profissão e, também, a concessão de melhores salários, para que se aperfeiçoem profissionalmente. Enquanto Alarcão (1996) ressalta a

importância de os professores compreenderem quem são e serem conscientes dos motivos que os levam a fazer o que fazem. Nesse sentido, Alarcão (1996) propõe que a prática docente seja reflexiva e significativa tanto para os professores, quanto para os alunos, para que através do desenvolvimento de práticas sociais, e por meio do ensino escolar, seja possível promover a transformação social.

Sobre a prática do professor reflexivo, Schön (1997) aborda a importância da prática do professor que reflete antes da ação, sobre a ação e durante a ação, para que seja possível evidenciar a eficácia das metodologias utilizadas e sobre a prática, considerando a metodologia que melhor se adequar às realidades que compõem a sala de aula e as vivências dos alunos.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo discutir a prática reflexiva como elemento articulador do trabalho docente, considerando a formação inicial e o processo de formação continuada do professor.

2 MÉTODO

O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados livros, artigos científicos, periódicos, documentos oficiais relacionados à formação docente, ao conceito de professor reflexivo e a análise da prática docente no ambiente escolar. Essa metodologia foi escolhida, pois através da realização da pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2006), é possível realizar uma coleta de dados mais ampla, ao ser comparado com as pesquisas que tenham sido realizadas de maneira direta.

Dessa maneira, a partir da pesquisa foi possível categorizar os principais pontos abordados sobre o conceito de professor reflexivo, bem como a formulação de hipóteses sobre a resignificação da prática do professor reflexivo no ambiente escolar, por meio da leitura e análise das leituras realizadas, para estruturação do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Muraro (2017), refletir sobre a prática educacional é fundamental, superando, dessa maneira, a transmissão de conteúdos considerando, também, a responsabilidade social de ensino, compreendendo a necessidade de relação entre o presente e o futuro, por meio do processo de ensino e aprendizagem. O autor enfatiza a prática reflexiva como recurso que requer constante manutenção, uma vez que são

consideradas as mudanças e transformações que ocorrem no ambiente escolar, bem como as demandas sociais vigentes.

Para Marcelo (1999 apud DAMASCENO; MONTEIRO, 2007, p. 27) devem ser considerados princípios sobre a formação docente, dentre eles: a integração entre as mudanças na estrutura curricular e a necessidade de atualização dos professores; a relação entre os processos relacionados à organização do sistema educacional e a formação docente; a concepção de que a formação deve ser um processo contínuo e a relação entre a teoria e prática com relação ao processo individual de formação.

É importante considerar os princípios citados por Marcelo (1999 apud DAMASCENO; MONTEIRO, 2007, p. 27), anteriormente, pois muitos professores concluem a formação inicial, mas não têm sido preparados para lidar com as transformações e as inovações que podem ocorrer no contexto escolar. Além disso, na maioria das vezes, os professores não são estimulados a refletir sobre os conteúdos, para poder ressignificar a prática docente, ao verificar que não tem sido eficaz, no ambiente escolar.

Nesse sentido, a atuação do professor é parte fundamental no processo de ensino e aprendizagem. No que diz respeito à prática do professor reflexivo, Dewey (1959) propõe que o professor não deve somente transmitir os conteúdos aos alunos e promover a divisão entre as realidades vivenciadas no ambiente escolar e as vivências pessoais, fora da escola, mas precisa contextualizar os conteúdos às realidades dos alunos, tornando o processo de aprendizagem significativo aos alunos.

Além disso, é importante que os alunos compreendam a importância que possuem no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Bulgraen (2010, p.31) é possível perceber “que em relação à educação, o docente tem nas mãos a responsabilidade de agir como sujeito em meio ao mundo e de ensinar para seus educandos o conhecimento acumulado historicamente, dando-lhes a oportunidade de também atuarem como protagonistas na sociedade.” Para que ao longo do processo de ensino e aprendizagem, os alunos possam compreender no processo de construção do conhecimento e da proximidade dos conteúdos à sua realidade social e local, a importância de sua atuação em sociedade, para o pleno desenvolvimento da cidadania.

Outro aspecto deve ser considerado, no que diz respeito à revisão e ressignificação da prática do professor reflexivo, é apresentado por Pimenta (2002), ao afirmar que além dos aspectos de profissionalização dos professores, de suas condições

de trabalho, a comunidade escolar e a equipe gestora precisam se conscientizar da importância da prática reflexiva no ambiente escolar, sendo necessário, dessa maneira, o estímulo à reflexão e a aceitação da mudança de concepção, antes tradicional, para abrir espaço a um processo de desenvolvimento de autonomia e participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, contando com o apoio e a mediação do professor nesse contexto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento do trabalho foi possível perceber que a ressignificação da prática do professor reflexivo não depende somente de sua própria revisão, mas também precisa ser aceita e compreendida pela comunidade escolar, para que o professor reflexivo esteja inserido em uma escola reflexiva. Dessa maneira, poderá contemplar o ensino dos conteúdos curriculares que são propostos, mas, além dos conteúdos, seja possível desenvolver junto dos alunos a construção do conhecimento de maneira contextualizada.

Além disso, o professor reflexivo precisa compreender o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, mediando e analisando, através da reflexão, o que deve ser modificado e alterado, de acordo com a necessidade evidenciada no contexto escolar. Destaca-se, ainda, a necessidade contínua de formação, após o término da formação inicial, para que o professor esteja sempre em busca do aperfeiçoamento e da atualização profissional, considerando que o contexto escolar está constantemente passando por mudanças, assim como os contextos sociais.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto, Portugal, 1996.

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2004.

BULGRAEN, V. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Conteúdo**, Capivari, v.1, n.4, ago./dez. 2010. Disponível em: <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/46/39>. Acesso em 17 maio. 2020.

DAMASCENO, Kelly Katia; MONTEIRO, Filomena Maria de A. A formação contínua das professoras do 1º ciclo de uma escola da rede pública estadual do município de

Várzea Grande/MT. *In*: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 9., 2007, Águas de Lindóia. **Anais [...]**, Águas de Lindóia.: UNESP, 2007.

DEWEY, J. **Como Pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MURARO, D. N. A prática reflexiva e professor em formação. **Filosofia e educação**, 2017, vol. 9, nº 2, p.48-70. Disponível em:
<https://pdfs.semanticscholar.org/6a85/a9fe74f89505c69d02a45aee5d71e5477ac5.pdf>.
Acesso em 10 abr. 2020.

PIMENTA, S. G. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, S.G. GHEDIN, E. (Orgs.) **Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo, Cortez, 2002.p.17-24.

SACRISTAN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. *In*: PIMENTA, S.G. GHEDIN, E. (Orgs.) **Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo, Cortez, 2002. p.81-7.

SCHÖN. D. Formar Professores como Profissionais Reflexivos. *In*: NÓVOA, A. (Org.), **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1997.

PSICOPEDAGOGIA: POSSIBILIDADES PARA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO REMOTO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Juliana Guilmo Leal, Elaine Cristina Gardinal Pizato, email: julianaguilmo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil vem enfrentando um problema mundial que é a pandemia causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2) causando a Covid-19, doença disseminada e transmitida de pessoa para pessoa. Essa patologia apresenta desde quadros assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas) até quadros graves que requerem atendimento hospitalar. Estima-se que cerca de 5% dos casos severos necessite de suporte ventilatório. Os sintomas variam desde uma síndrome gripal, até uma pneumonia severa e o contágio acontece no contato com uma pessoa enferma ou com superfície contaminada. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Em 03 de fevereiro de 2020, o ministério da saúde publicou a portaria Nº 188 declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência a infecção humana pelo novo Coronavírus (2019 - N Cov), e desde então há uma série de portarias que regulamentam as providências de combate a pandemia no país. (BRASIL, 2020). Segundo dados do portal sus analítico (2020) são 4.528.240 o número de casos acumulados da doença, com 136.532 mil óbitos até a data de 20 de setembro do presente ano no Brasil.

Diante desse contexto serviços não essenciais e diversos setores públicos foram fechados a fim de conter a disseminação do vírus. A partir de 18 de março, portarias estaduais e municipais suspenderam o ensino presencial na educação em todos os níveis, do ensino básico ao ensino superior. Passou-se então a ocorrer o ensino remoto em todo Brasil. Segundo dados do Ministério da educação (2019) somente na educação básica o Brasil conta com aproximadamente 48 milhões de alunos matriculados. Professores e alunos de todo país precisaram se adaptar uma nova modalidade de ensino/ aprendizagem, remoto, via internet, presencial e gravado, uma vez que é preciso atender o direito à educação assegurado pela constituição federal de 1988, no entanto, segundo Zajac (2020) as dificuldades de aprendizagem fazem parte do cotidiano brasileiro, sendo baixo investimento na educação pública, professores mal remunerados e fatores socioeconômicos que inferem diretamente na aprendizagem.

A partir das problemáticas que envolvem o ensino remoto, há de se considerar que a pandemia trouxe a tona, de forma inesperada uma discussão que ocorria lentamente, sobre o ensino a distância e uso de tecnologias na educação. Sendo assim, esta pesquisa propõe-se a investigar possibilidades de atuação da psicopedagogia para auxiliar as instituições de ensino na atividade remota, sendo possibilidades não apenas para o período de pandemia, mas para futuras atividades de educação a distância.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, elaborada a partir de material já publicado, de vários autores e instituições da área, os quais abordam o tema e os mesmos forneceram contribuições teóricas bastante expressivas para a fundamentação da temática em questão. Portanto, para a realização dessa pesquisa, utilizou-se instrumento metodológico importante: a revisão bibliográfica, buscando compreender como a psicopedagogia pode contribuir no atual momento e também para situações futuras de ensino a distância.

3 PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

Na instituição escolar, o profissional de psicopedagogia atua na análise das relações para que ocorra melhora da comunicação entre escola, aluno e família, visando sempre à construção do conhecimento, bem como os meios de trabalho que a escola e a família podem exercer em conjunto. (OLIVEIRA, ET AL, S/D).

Segundo os autores o psicopedagogo também pode atuar como um orientador dos professores, investigando e propondo formas de ensinar. No planejamento escolar, os autores discorrem que é preciso participar dessa construção interagindo e observando a equipe para propor medidas e trabalhos em grupos que fortaleça o vínculo entre professores, alunos e melhore o vínculo entre escola e família.

Para que o profissional possa analisar e propor ações, se faz necessário entender como ocorre o desenvolvimento humano e o processo de aprendizagem, para identificar aquilo que destoa do processo natural de desenvolvimento e do aprender, sendo um processo multidisciplinar que engloba diversas áreas do conhecimento, assim requer dedicação e estudo. (OLIVEIRA, ET AL, S/D).

Para os autores acima, a família tem grande importância no desenvolvimento educacional e sócio emocional das crianças, uma vez que a família constitui o primeiro

espelho de aprendizagem e afeto. As crianças reproduzem no ambiente escolar as experiências de suas primeiras relações, e estas ocorrem no ambiente familiar, tanto no afeto, como na forma de aprender. Por isso, a importância de a psicopedagogia atuar no fortalecimento do vínculo escola/família.

E ainda ressaltam que o psicopedagogo deve atuar pelo indivíduo, através do fortalecimento do vínculo e dos métodos e práticas da profissão, a fim de que a aprendizagem seja significativa, estimulando o desenvolvimento e o pensamento crítico. A psicopedagogia institucional, na figura da profissional psicopedagoga pode contribuir através da prática profissional para o atual momento. Com atividades letivas presenciais suspensas, em todo o mundo, professores e estudantes precisaram, obrigatoriamente, mudar para a realidade online, transpondo metodologias e práticas da aprendizagem para um ensino designado remoto, no entanto, faz-se necessário migrar desse ensino emergencial para uma atividade virtual mais estruturada, pois as mudanças sociais requerem novos paradigmas e modelos de ensino e aprendizagem digital. (MOREIRA; HENRIQUE; BARROS, 2020).

3.1 PSICOPEDAGOGIA E O ENSINO REMOTO

Novas formas de ensino requerem organização e no ambiente digital não é diferente. É preciso organizar o ambiente virtual de forma que professores e alunos consigam transitar e atender as demandas. Outro ponto importante é a comunicação entre professores e alunos, fundamental no ensino mediado por rede virtual, é importante que ambos se sintam e nesse sentido é o docente que recebe a função de criar esses canais de comunicação, além de orientar os alunos. Para tanto, faz-se necessário promover práticas pedagógicas ativas e construtivistas que possibilite uma comunicação colaborativa e coletiva. (MOREIRA; HENRIQUE; BARROS, 2020).

Nesse sentido a psicopedagogia institucional é uma possibilidade para auxiliar professores e alunos, trabalhando na organização do novo contexto de trabalho. O profissional pode levantar as dificuldades individuais de cada membro da equipe e junto aos docentes propor métodos de ação e atuação no ambiente virtual.

3.2 OS RECURSOS TECNOLÓGICOS: OLHAR PSICOPEDAGÓGICO

São muitos os recursos digitais e tecnologias audiovisuais que possibilitam a aprendizagem. Na web são diversos os conteúdos disponíveis para visualizar, acessíveis

e gratuitos, em plataformas como *Youtube*. Além disso, existem *softwares* livres, de fácil acesso que permitem gravar, editar e compartilhar seus próprios materiais, como, *Movie Maker* e *iMovie*, do Windows e da Apple, respectivamente. Além da possibilidade de *web* conferência, por plataformas digitais que podem ser gravadas e disponibilizadas aos alunos. Essas ferramentas permitem a comunicação e também o desenvolvimento de atividades avaliativas. (MOREIRA; HENRIQUE; BARROS, 2020).

No entanto para Amâncio (2017) o profissional da psicopedagogia precisa se envolver mais com os recursos tecnológicos, para ajudar o professor com novas possibilidades de ensino e para atender ao aluno contemporâneo, que em sua tese defende ser um indivíduo mais conectado com o ambiente tecnológico e virtual.

3.3 DESIGN THINKING: UMA POSSIBILIDADE DE AÇÃO

Uma vez que as mudanças ocorreram de forma repentina, mesmo os profissionais que atuam no ensino a distância foram surpreendidos com a situação de emergência em saúde e a necessidade de distanciamento social. Profissionais da educação como, professores, psicopedagogos e gestores tiveram e ainda têm o desafio de se reinventar. A pesquisa nos mostra que existem recursos tecnológicos e que o profissional de psicopedagogia pode mediar a organização desse ensino junto a instituição escolar. Um importante modelo é o Design Thinking para educadores, que permite ao psicopedagogo um trabalho em equipe junto a instituição escolar, a fim de identificar e solucionar problemas.

3.3.1 O QUE É O DESIGN THINKING?

É um modelo de pensamento centrado no ser humano, colaborativo, otimista e experimental, utilizado para solucionar desafios em equipe. “É uma abordagem estruturada para gerar e aprimorar ideias. Cinco fases ajudam em seu desenvolvimento, desde identificar um desafio, até encontrar e construir uma solução” (INSTITUTO EDUCADIGITAL, 2012, p. 14). As etapas são: 1 *Descoberta* - existe um desafio, como abordá-lo? 2 *Interpretação* - aprendi algo? como interpretá-lo? 3 *Ideação* - vejo uma oportunidade? como criar? 4 *Experimentação* - Tenho uma ideia? concretizá-la, 5 *Evolução* - acompanhar e aprimorar, como melhorá-la? (INSTITUTO EDUCADIGITAL, 2012). Trata-se de um modelo inovador para modernizar a educação e atender os

interesses de uma educação mais tecnológica e virtual em uma sociedade que está em constante modificação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicopedagogia é uma profissão de extrema importância para o atual momento, pois atua na dificuldade de aprendizagem, orientando alunos, pais, professores e instituições de ensino a melhor forma de proporcionar o conhecimento. Os profissionais dessa área buscam entender através de uma investigação minuciosa como ocorrem às relações, procurando mediar e proporcionar através de técnicas a melhor forma de aprender.

Diante do momento de pandemia, profissionais da educação, alunos, pais e até o próprio psicopedagogo sentiu dificuldades diversas, foi preciso, de forma abrupta alterar a forma de ensino, a rotina e a comunicação.

Conhecer as ferramentas tecnológicas, os ambientes virtuais e principalmente a organização dessas informações são fundamentais para a tomada de decisões e a mudança no ensino. O psicopedagogo necessita conhecer melhor as tecnologias, trazê-la para o cotidiano de sua prática e trabalhar em equipe a partir de modelos de pensamento que facilite a solução de problemas e a tomada de ações.

A proposta é de que o psicopedagogo componha as equipes de educação propondo métodos e técnicas de organização do trabalho dos docentes para a nova realidade educacional apresentada. O trabalho em equipe faz-se fundamental, pois os profissionais da educação podem expor suas dificuldades e em conjunto propor ações que devem ser testadas e confirmadas para proporcionar uma aprendizagem significativa aos estudantes.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, D. S. **Reflexões sobre recursos tecnológicos na aprendizagem: um olhar psicopedagógico**. 2017. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) – Universidade Federal do Paraná, João Pessoa, 2017.

BEHAR, A. O ensino remoto emergencial e a educação à distância. **UFRGS**. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Instituto educa digital. **Design thinking para educadores**. 2012. Disponível em: <https://www.dtparaeducadores.org.br/site/>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Ministério da educação. **Sinopse estatista da educação básica**, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Portaria n. 188**, de 03 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid 19 no Brasil**, 2020. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 19 set. 2020.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.17123>. Acesso em: 15 set. 2020.

OLIVEIRA, L. S.; OLIVEIRA, V. S. A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar. s/d.

ZAJAC, D. Ensino remoto na educação básica. **EPUFABC**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br/epufabc/ensino-remoto-na-educacao-basica/>. Acesso em: 15 de set. 2020.

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Gabrielle Magon Pupo, Karina Ferraz Tozze, e-mail: gabimagonpupo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A desativação do Complexo Penitenciário do Carandiru (SP) fez com que aumentasse a quantidade de presídios no estado de São Paulo, o que ocasionou uma procura maior para trabalhar nessas instituições, visando uma fonte de emprego e de renda, uma vez que o setor bancário e agrícola estavam em decadência, tendo que muitas pessoas mudarem de ramo (RUMIN, 2006, p. 572).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, mais da metade dos trabalhadores, em geral de países considerados industrializados, julgam seu trabalho “mentalmente pesado”. Alguns fatores têm efeitos psicológicos adversos como o trabalho isolado, monótono, o que exige concentração constante, o trabalho em turnos, o trabalho sob a ameaça de violência, como por exemplo, no sistema prisional. Estresse psicológico e sobrecarga têm sido associados a distúrbios do sono, síndromes de burnout e depressão (BEZERRA; ASSIS; CONSTANTINO, 2016, p. 2136).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a segunda profissão mais perigosa do mundo é a de Agente Penitenciário (AGEPEN), trazendo com esse perigo, um alto grau de estresse e doenças que começam a formar um grande paradoxo entre este cargo e a Qualidade de Vida do Trabalho.

Faz parte da rotina dos agentes penitenciários lidar com um lugar com grades, muros altos, muitos portões, cadeados, vigilância constante, privação da liberdade do outro, brigas, rebeliões, violência longas jornadas de trabalho, ameaças e pouco material para trabalho, em que muitas vezes estão desgastados. E mesmo passando por situações e trabalhando com a mesma população dos policiais militares, estes não recebem o devido treinamento para atuarem com essas situações. Por exemplo, um policial militar antes de dar início as atividades na rua ele passa por um treinamento, de no mínimo, quatro a nove meses. Já Os agentes penitenciários possuem no máximo entre uma ou duas semanas de treinamento.

Diante disso, levando em consideração as questões relacionadas à saúde mental no trabalho, a seguinte pergunta se faz pertinente: quais as condições de trabalho dos

carcereiros nas instituições prisionais e existem influências dessas condições em sua saúde mental?

Atualmente em todo país a população carcerária está aumentando e com isso aumentam ainda mais a quantidade de pessoas que os carcereiros lidam no seu dia-a-dia. Porém é pouco discutido sobre a saúde desses trabalhadores, como são as condições de trabalho nessas instituições e também quais os riscos que eles estão expostos no local de trabalho.

A partir da discussão apresentada ao longo do trabalho, esta poderá contribuir a população em geral e também para psicologia a realidade desse trabalho, como são as rotinas de trabalho e também o papel da psicologia dentro dessas instituições, mas com um olhar focado na saúde dos trabalhadores e não na população carcerária em geral, em que normalmente são o foco dos estudos quando tratados temas relacionados a população privada de liberdade e instituições prisionais.

2 MÉTODO

O presente trabalho será realizado através de pesquisa bibliográfica de artigos científicos e livros, sendo uma pesquisa bibliográfica. Segundo Lima e Miotto (2007), esse tipo de pesquisa implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. Conforme esclarece Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referências teóricas publicadas, analisando e discutindo as várias atribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Os dados foram levantados nas plataformas SCIELO, Google Acadêmico, Pepsic, Lilacs e Periódico Capes, com os descritores saúde mental, sistema prisional brasileiro, carcereiros, qualidade de vida, estresse e violência, agente penitenciário, estresse no trabalho e sofrimento psíquico. Conforme tabela abaixo, segue base de dados consultadas para levantamento de literatura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agentes da segurança penitenciária são aqueles que realizam serviços de vigilância, custódia e disciplina dos encarcerados e, para isso, o desenvolvimento dessas

atividades é executado em determinadas condições de trabalho, que podem determinar riscos para a saúde física e/ou mental dos agentes (KUROWSKI, JIMENEZ, 2002).

As principais atividades no trabalho dos carcereiros são escolta, disciplina e segurança dos presos; revista e fiscalização da entrada a saída de pessoas e veículos nos estabelecimentos prisionais; verificação e revista do preso, controle e a conferência diária da população carcerária em todas as áreas do estabelecimento prisional; supervisão e fiscalização do trabalho prisional e conduta dos presos, observando os regulamentos e as normas do estabelecimento prisional em todas as fases da execução penal; realização de atos e procedimentos das infrações disciplinares. Tais atividades podem implicar risco à integridade física e mental do trabalhador, embora a lei exija que o servidor trabalhe sob condições adequadas de salubridade no desenvolvimento de suas atividades funcionais (JASKOWIAKL FONTANA, 2015, p. 236).

O estudo de Rumin (2006) com agentes penitenciários do Estado de São Paulo, por exemplo, identificou que o reduzido número de servidores penitenciários, responsáveis por atividades de vigilância, custódia e disciplina, tem levado esses servidores penitenciários a uma sobrecarga das atividades. Na análise das condições de trabalho, foram identificados riscos de violência, de exposição a cargas biológicas, entre outras.

A exposição dos trabalhadores a riscos físicos, químicos, ergonômicos, psicossociais e/ou biológicos advindos da execução do trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de doenças e agravos ocupacionais. Apesar de representar um operador fundamental na construção do sujeito, o trabalho - tanto no que se refere ao desenvolvimento das capacidades humanas quanto à garantia das condições materiais de sobrevivência - tem sido, ao longo dos tempos, provocador de sofrimento, adoecimento e morte (Conselho Nacional de Secretários de Saúde/CONASS, 2011).

No entanto, apesar de doenças como intoxicações, contaminações, acidentes e lesões por esforços repetitivos corresponderem a mais de 90% das notificações nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), é cada vez mais comum o registro de transtornos mentais e do comportamento², os quais já ocupam o terceiro lugar nas causas de afastamento do trabalho, perdendo apenas para as do sistema osteomuscular e as lesões traumáticas (PAPARELLI, SATO, OLIVEIRA, 2011 *apud* DIMENSTEIN, LIMA, FIGUEIRÓ, LEITE, 2017, p. 63).

A precariedade de ordem estrutural, a extensa jornada de trabalho e o estresse decorrente da atividade laboral contribuem para o sofrimento mental dos agentes (LOPES, 2007). A vivência de ansiedade relacionada à execução do trabalho, aos riscos de violência pessoal e contra seus familiares fora do ambiente de trabalho, à impregnação da identidade dos trabalhadores por aspectos pejorativos vinculados à profissão, bem como a ocorrência de afecções psicossomáticas, como hipertensão arterial, determinam a degradação do quadro geral de saúde dos trabalhadores (RUMIN, BARROS, CARDOZO, CAVALHERO, ATELLI, 2011).

Segundo Lourenço (2010), a prisão contribui para uma desorganização psicológica. O autor aponta que cerca de 10% dos agentes penitenciários abandona a atividade por motivos de saúde, geralmente transtornos psicológicos e psiquiátricos. Entre os problemas de saúde desenvolvidos durante o exercício da função estão: diabetes, hipertensão, ganho de peso, insônia, nervosismo, depressão, estresse, paranoia, dependências químicas, etc. Na pesquisa desenvolvida por Lourenço (2010), impressiona o fato de a maioria dos trabalhadores morrer devido a traumatismo e politraumatismo, infarto do miocárdio e hemorragias (geralmente causados por projéteis de arma de fogo ou perfuração por arma branca), totalizando 70% dos casos. Em estudo realizado com agentes penitenciários da região metropolitana de Salvador/BA, Fernandes et al. (2002) encontraram que 68,5% dos entrevistados fazem uso de álcool e alertam para o estresse persistente associado às condições e características do trabalho no cárcere.

Como modo de dissuadir os ASPs que utilizavam a violência aberta para submeter os sentenciados, houve uma dinâmica de transferência da violência para elementos externos à instituição prisional. Assim, os familiares dos ASPs passaram a ser vitimizados pela rede relacional dos sentenciados. A violência direcionada pela ordenação dos sentenciados à família do trabalhador mobilizaria o enlutamento associado à possibilidade de perda dos objetos de amor e enfatizaria a iminência de tornar-se objeto da ação violenta, por isso, ansiedades constituídas por elementos “depressivos e paranóides” (Steiner, 1991) acometeriam os trabalhadores (RUMIN, et al, 2011, p. 192).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir ao longo do trabalho que os agentes penitenciários possuem muitos riscos em sua profissão, entre eles a violência, exposição a cargas biológicas, entre outros. Com isso, eles começam a ter sua saúde mental afetada, pois podem até adotar padrões desde ambiente de trabalho.

Está se tornando cada vez mais comum registros de transtornos mentais e de comportamento entre os agentes penitenciários. Isso se dá muitas vezes devido a extensas jornadas de trabalho e o estresse desse ambiente, o que causa o sofrimento mental e a desorganização psicológica.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, C. M; ASSIS, S. G; CONSTANTINO, P. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2135-2146, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702135&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31/01/2020.

BORSOI, I. C. F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **O Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 103-111, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 01 de setembro de 2020.

CARVALHO, S. M; GAGLIARDI, E. C. V. O risco de adoecimento de agentes penitenciários. **Revista eletrônica gestão e saúde**, Edição especial, p. 3263 – 3289, 2014. Disponível em <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8935>>. Acesso em: 02/02/2020.

DIMENSTEIN, M. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 62-70, mar. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 setembro 2020.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p.37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 23 abril 2020.

LOPES, R. Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 0, ago. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2002000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 setembro 2020.

RUMIN, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 26, n. 4, p. 570-581, dez. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01/02/2020.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **História da SAP** . Disponível em: www.sap.sp.gov.br Acesso em 01/02/2020.

RECURSOS DE ENFRENTAMENTO PARA O ESTUDANTE DIANTE DO SOFRIMENTO NO ENSINO SUPERIOR

Juliana Henry Bon de Oliveira, Lucas Rocha Gomes, Liara Rodrigues de Oliveira,
email: juliana_henrybon@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ingresso no ensino superior é valorizado em nossa sociedade como condição de acessos a novas oportunidades e a possibilidade de superação para a conquista de uma melhor situação de vida. Assim, culturalmente o mercado de trabalho atribui ao diploma de ensino superior o status que permite ao trabalhador o alcance de melhores chances ocupacionais e uma melhor retribuição salarial, ocasionando uma lógica de competitividade entre os trabalhadores, que buscam o aperfeiçoamento via ensino superior.

No entanto, o início da vida acadêmica corresponde a um momento repleto de expectativas, transformações e desafios na esfera psicossocial do indivíduo, geralmente atrelado a uma escolha profissional, na qual o curso em questão escolhido, possa levar o indivíduo a uma futura profissão, para Basso et al (2013, p. 278) "Atrelada a este momento de escolha profissional, o ingresso no ensino superior demanda uma série de mudanças em termos sociais, pessoais e profissionais, as quais se refletem no ajustamento à instituição e no rendimento acadêmico e cognitivo dos alunos".

O ingresso em uma faculdade desencadeia novas responsabilidades ao estudante, que precisa se adaptar à rotina estudantil, sendo capaz de cumprir assertivamente as tarefas acadêmicas, além de ter que lidar com as novas demandas oriundas desse processo (BASSO et al, 2013). Emerge-se então a necessidade de desenvolver novas habilidades e hábitos, como a escrita, a leitura e competências para o trabalho em equipe, além de adequações mais profundas como em muitos casos a difícil jornada de conciliação do estudo com o trabalho, a mudança de cidade, o início da vida fora da casa dos pais, e também de modo mais complexo a combinação de todos esses fatores, ou seja, estudo, trabalho e responsabilidade com a vida doméstica e pessoal.

Portanto, ao adentrar no meio acadêmico, o estudante traz em sua bagagem características próprias (suas habilidades, personalidade), experiências prévias que dizem respeito à sua desenvoltura estudantil anterior e circunstâncias familiares que

estão interligadas à classe social e valores. Estes aspectos estão ligados diretamente às vivências do estudante durante o ensino superior, pois interferem na sua capacidade de adaptação e enfrentamento das dificuldades que envolvem a formação (ALBANAES et al, 2014). Porém, ressalta-se que não somente as questões subjetivas e pessoais do estudante compõem a sua boa relação com o âmbito universitário, mas que tal relação se constrói, também, através de subsídios fornecidos pela instituição.

Durante a vivência acadêmica, o estudante se depara com aspectos causadores de sofrimento, como recurso para administrar esse sofrimento, o estudante lança mão de estratégias ainda mais nocivas e não resolutivas, como o uso de substâncias para a amenização do sofrimento. A evasão também é estratégia adotada pelos estudantes, quando o assunto é fuga do sofrimento.

Além de todos os aspectos que estão ligados a busca pela amenização do sofrimento, pode-se ressaltar o suicídio como uma tentativa recorrente de fuga diante da situação.

Desta feita, a existência e qualidade do acolhimento do estudante universitário se torna essencial para a possível permanência do indivíduo no âmbito acadêmico, bem como para favorecer seu melhor desempenho, pois esse acolhimento pode contribuir para uma maior aproximação e adaptação à instituição, ambiente em que este passará, possivelmente, grande parte da sua vida.

Como desenvolvimento deste estudo de iniciação científica, pretende-se realizar um panorama a partir do levantamento dos aspectos emergentes causadores do sofrimento psíquico diante da experiência acadêmica, visando problematizar esse fenômeno e chamar a atenção para uma questão que incide diretamente no desenvolvimento humano e qualidade de vida dessas pessoas, buscando contribuir para uma maior compreensão e aprofundamento do tema, bem como amparar e fomentar futuros debates sobre o assunto.

O objetivo do estudo foi compreender o sofrimento em estudantes do ensino superior, bem como as possíveis formas de enfrentamento. Para tanto, como objetivos específicos, buscou-se conhecer quais aspectos influenciam no sofrimento do estudante, suas causas, e impactos em sua vida.

2 MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica que segundo Lakatos e Marconi (2003, p.183):

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Para tanto, foi realizado levantamento da literatura existente a partir da consulta nas bases de dados científicos eletrônicos, investigando os temas correlatos. Foram analisados cerca de 16 artigos científicos pesquisados na Biblioteca Eletrônica Científica SciELO, PePSIC e também pela ferramenta de pesquisa Google Acadêmico e 4 livros, entre os meses de abril de 2019 a agosto de 2020.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso superior pode ser visto como um meio de ascensão social, aspecto este muito bem visto por muitos que requerem uma vida melhor.

Tendo uma possível garantia de emprego como fator chamativo, o ensino superior acaba sendo cobijado e valorizado cada vez mais pelas pessoas. Pesquisa feita com 659 alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas e particulares desenvolvida por Sparta e Gomes (2005), constatou que, 86,2% dos entrevistados possuem como alternativa a realização de um vestibular após sua formação no ensino médio, tendo apenas uma quantidade de 13,8% de candidatos que não tem o vestibular como alternativa após se formar.

A busca pelo ensino superior tem se tornado uma realidade cada vez mais abrangente no Brasil. Em levantamento realizado em 2018, o Censo da Educação Superior registrou 3,4 milhões de matrículas nos mais diversos cursos ofertados na rede pública e privada. Esses números evidenciam um crescimento de 6,8 em relação a 2017.

O ingresso ao ensino superior tem seus significados, para Almeida e Soares (2004, p.18) "a entrada na Universidade corresponde, para a maioria dos jovens, à concretização de um sonho alicerçado ao longo dos anos e frequentemente partilhado, de forma positiva e com grande intensidade, por aqueles que o rodeiam (familiares e amigos)".

De acordo com cada projeto de vida, a faculdade pode ocupar para o estudante diversos sentidos, que levam em conta seu contexto social, sua singularidade (valores e

objetivos pessoais), podendo representar a oportunidade de profissionalização, maior autonomia, inserção no mundo do trabalho, melhora de condição social, realização pessoal e começo de um novo ciclo.

Por outro lado, além das diversas características que tornam a vida acadêmica um momento almejado por muitos, percebe-se diversas outras nuances, também ligadas a esse período de desenvolvimento que podem ser desafiadoras para os alunos, segundo Almeida e Soares (2004, p. 18) "[...] a transição para o Ensino Superior é uma transição particularmente exigente que confronta os alunos com uma série de novos e complexos desafios em diferentes áreas das suas vidas", desse modo, por mais que o ensino superior seja almejado, possui aspectos conflituosos para a vida do estudante.

Os anos investidos pelo universitário em um curso de graduação são caracterizados por muitos desafios pessoais e profissionais; adversidades estas que terão de ser consideradas e enfrentadas durante este período. De acordo com Almeida e Soares (2004) tais circunstâncias tornam o estudante vulnerável a apresentar quadros psicopatológicos.

Um estudo feito pelo MEC/INEP (2016) entre os anos 2010 e 2014, constatou que em 2010 a taxa de evasão entre alunos do ensino superior era de 11,4% e em 2014 o número subiu para 49%.

Em estudo com 49 estudantes, Albanaes et al. (2014) verificou que o acolhimento pode aproximar positivamente o recém ingresso à universidade e ao curso. As principais formas apresentadas foram: ofertar matérias introdutórias, festas e trote. Constatou-se a importância do jovem ter um repertório comportamental que o auxilie a lidar com esse novo contexto acadêmico. A, esse processo de “adaptação” ou “integração ao Ensino Superior” – é tido como aspecto central para o sucesso e permanência do aluno na universidade. Adaptação como uma via de mão dupla: depende das habilidades sociais do estudante e sua capacidade de enfrentamento e também da estrutura, normas e comunidade que compõem a faculdade.

Os autores corroboram a importância de se ter estratégias institucionais que garantam o acolhimento do aluno recém-ingresso, e que beneficiem sua permanência e satisfação, sugerem formas de enfrentamento relevantes ao processo de ingresso na faculdade, citando atividades que incitem o sentimento de pertença nos alunos, como o envolvimento com os grupos de pares, intervenções projetadas pela instituição visando integrar aluno e universidade, o trote, por exemplo e, por último, as práticas educativas

dos docentes que visem o interesse pela vida acadêmica do aluno (ALBANAES et al., 2014).

Uma outra pesquisa que buscou investigar a adaptação à universidade de estudantes de diferentes estabelecimentos universitários, constatou que: muitos estudos têm demonstrado associações entre a decisão de permanecer ou abandonar o curso de graduação e a integração do estudante à universidade Polydoro et. al. (2001 apud SARRIERA et al. 2012)

Conforme Basso et. al. (2013): “Os serviços de apoio ao estudante universitário devem contemplar além de aspectos de apoio psicológico e social, que costumam ser mais comuns, intervenções também focadas nos processos e dificuldades na relação ensino-aprendizagem”.

Destarte, acredita-se que essas estratégias e serviços de apoio possam impactar positivamente na identificação do universitário com a escolha feita e com o contexto acadêmico, refletindo em seu bem-estar e desempenho, e inclusive colaborando com a diminuição da evasão estudantil e com a má formação de futuros profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o material coletado nesta pesquisa compreende-se que o ensino superior se caracteriza por uma via de possibilidades, tendo alternância entre aspectos saudáveis e não saudáveis, não sendo completamente determinado como algo "bom" ou "ruim", mas sim como uma característica de movimento, onde os aspectos de sofrimento ou bem-estar, emergem a partir da vivência dos estudantes, dos recursos emocionais e afetivos proporcionados pela família, das relações constituídas nesse meio e da relação com a instituição. A experiência de ser universitário acaba carregando aspectos individuais dos estudantes, por essa razão os mesmos acabam por viver esse momento de forma singular e de acordo com suas habilidades sociais também enfrentam essa fase de diferentes formas.

A pesquisa evidenciou que o meio social capitalista em que o indivíduo está inserido torna o ingresso à universidade quase como um caminho obrigatório a ser percorrido para que o sucesso, ascensão social ou até mesmo uma simples busca por emprego sejam alcançados, portanto, tal constatação acaba por demonstrar que o ingresso às universidades pode surgir em uma via de extrema pressão imposta pela sociedade, deste modo o discente pode acabar vivenciando esse momento

completamente imerso nessa pressão o que já pode se tornar um fator desencadeante para o sofrimento. Tal sofrimento não pode ser menosprezado, pois em alguns casos coloca a vida do estudante em risco conforme foi demonstrado por autores nessa pesquisa que retratam os índices de suicídio.

Para que o indivíduo possa lidar com o sofrimento, existem formas de enfrentamento que podem ser viabilizadas por meio da comunidade acadêmica, sendo primordial o acolhimento desde o ingresso do aluno à instituição para que haja um reconhecimento da universidade como uma rede de apoio e uma aproximação que permita o aluno se sentir seguro. Um outro fator muito importante é o sentimento de pertencimento do aluno a um grupo, bem como a consolidação de bons vínculos com os professores e demais colaboradores da instituição. Por fim, percebe-se a família como um agente ativo que influencia de forma significativa a maneira como o aluno irá enfrentar os desafios encontrados nessa fase.

Conclui-se portanto que o tema abordado necessita de profunda e contínua atenção por parte de todos sujeitos envolvidos no decorrer da vivência acadêmica, tanto o acadêmico, como a família e a instituição que deve prover condições que promovam saúde, qualidade de vida e bem-estar dos estudantes em suas dependências levando em conta que estes são tão importantes quanto os outros investimentos como tecnológico e educacional que são sempre alvos de preocupação e aprimoramento por parte dos gestores.

REFERÊNCIAS

ALBANAES, Patrícia et al. Do trote à mentoria: levantamento das possibilidades de acolhimento ao estudante universitário. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 143-152, dez. 2014 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 abril 2019.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In E. Mercury & S. Polydoro (Eds.), Estudante universitário: Características e experiências de formação (pp. 15-40). São Paulo, SP: Cabral, 2004.

BASSO, Cláudia et al .Organização de tempo e métodos de estudo: Oficinas com estudantes universitários. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo , v. 14, n. 2, p. 277-288, dez. 2013 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 abril 2019.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Notas Estatísticas. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf> Acesso em: 20 abril 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade no ensino médio, avalia ministro. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40111-altos-indices-de-evasao-na-graduacao-revelam-fragilidade-do-ensino-medio-avalia-ministro>>. acessos em 26 abril 2019

SARRIERA, Jorge Castellá; PARADISO, Ângela Carina; SCHUTZ, Fabiane Friedrich e HOWES, Gabriella Pérez. Estudo comparativo da integração ao contexto universitário entre estudantes de diferentes instituições. Rev. bras. orientac. prof [online]. 2012, vol.13, n.2 [citado 2019-10-09], pp. 163-172 . Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000200004&lng=pt&nrm=iso>.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B.. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo , v. 6, n. 2, p. 45-53, dez. 2005. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 abril 2020.

REI ARTHUR: SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS DA LITERATURA DE LÍNGUA INGLESA DIFUNDIDOS E APROPRIADOS MUNDIALMENTE

Guilherme da Silva Trombini, Profa. Dra. Elaine Regina Cassoli, e-mail: guilhermetrombinipazebem@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As histórias do Rei Arthur e dos cavaleiros da tábua redonda têm sido contadas há muitos séculos, fascinando o imaginário humano, que incessantemente busca encontrar respostas às suas dúvidas e às maiores curiosidades sobre a vida do mundo e seus protagonistas. As lendas em torno do mítico rei influenciaram e ainda influenciam literaturas de todo o mundo, sobretudo por meio dos símbolos e significados que permeiam as narrativas, tornando-as fonte não apenas para o conhecimento literário, mas para o entendimento da sociedade medieval intrinsecamente ligada ao catolicismo, fator que contribuiu para as diversas mudanças estruturais das histórias, pretendendo adequá-las às exigências da sociedade contemporânea dos seus autores.

As lendas arthurianas são complexas e dinâmicas. Constituídas a partir do século VI, com a maior parte das produções durante o século XII, encontram-se personagens marcados por características diversas que são mudadas em cada uma das obras. Arthur, por exemplo, passa de um cavaleiro valoroso a um rei imortal. Essas diferenças de trato aos personagens em cada versão possibilitam uma comparação literária entre os diversos escritos, uma vez que a existência real de Arthur jamais conseguiu ser provada. Cox e Oxbrow (2007) enfatizam que o simbolismo é o principal foco de estudo do ciclo arthuriano¹. A existência do rei é literária e gerou influências em diversos aspectos da sociedade, sobretudo na questão do Santo Graal.

A principal fonte de pesquisas das lendas arthurianas, atualmente, é *A Demanda do Santo Graal*, texto escrito em 1988 por Heitor Megale, baseando-se, sobretudo, nos escritos medievais de Thomas Malory e Chrétien de Troyes. Megale (1988), narra as aventuras do Rei Arthur e dos cavaleiros da tábua redonda, responsáveis pela guarda do reino. A versão da literatura arthuriana mais conhecida hodiernamente foi escrita por

¹ Entende-se, por ciclo arthuriano, os escritos mais populares que narraram a vida do Rei Arthur e colaboraram para a apropriação mundial das lendas.

Thomas Malory no século XIII e apresenta Arthur como o maior rei da Inglaterra, governando sob os princípios cristãos.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar os símbolos e significados criados em torno da figura de Rei Arthur, as influências sociais e religiosas que colaboraram para a construção das lendas e os aspectos que permitiram que essa história chegasse à atualidade preservando suas características fundamentais. Nesta investigação buscou-se dar mais ênfase a um dos símbolos arthurianos, o Santo Graal.

2 MÉTODO

O trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica por meio da leitura de obras da literatura, teses, dissertações e artigos científicos.

Conforme Lakatos e Marconi (2010):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. [...] (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 166)

Gil (2008), reitera que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica permite explorar áreas que ainda não foram exploradas, além de um novo conceito sobre algum tema já abordado, sobre outra visão, chegando a novas conclusões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As lendas em torno de Rei Arthur foram desenvolvidas a partir de influências de vários povos que habitaram as ilhas britânicas. Cox e Oxbrow (2007) destacam o papel do povo celta e de sua religião, cujo foco era a natureza e o poder era feminino, em contraposição ao cristianismo que, após se tornar a religião oficial do império romano, foi avançando cada vez mais pelo território britânico e acabou por influenciar os autores do ciclo arthuriano. A primeira referência literária à figura de Rei Arthur teria sido um poema anônimo chamando *Y Gooddin*, escrito no século VII, narrando Arthur apenas como um cavaleiro. É comentado, também, que o Arthur histórico teria sido um cavaleiro conhecido por sua força e bravura, fatos que contribuíram para que fosse transformado em rei na literatura. Os primeiros escritos enfatizavam a dimensão do humano: Arthur, sendo um cavaleiro, morre em batalha e seu corpo é jogado aos corvos.

Para Cox e Oxbrow (2007) o primeiro texto que retrata Arthur como um rei foi *Historia Regum Britanniae*, de Geoffrey de Monmouth, escrito por volta de 1135. Nesses escritos são introduzidos os pais de Arthur, Uther e Igraine, e o mago Merlim, ajudante do rei. Além disso, as lendas são narradas como a verdadeira história da Bretanha. O segundo autor do ciclo arthuriano foi Wace, um monge do século XII, cuja obra, chamada *Roman de Brut* teria sido influenciada pelos escritos de Geoffrey de Monmouth. Apesar disso, Wace introduziu novos elementos à narrativa, como o casamento de Arthur e Guinevere e um maior destaque às figuras femininas.

Após a literatura de Wace as lendas arthurianas começaram a ganhar uma nova forma. Amado (2011) comenta que Chrétien de Troyes escreveu a primeira versão da história relacionado o Rei Arthur com o Santo Graal. Ele também teria sido o responsável por introduzir os cavaleiros da tábua redonda, como Percival, que se torna o protagonista de sua obra, por ter impressionado Arthur com seus feitos heroicos, inclusive pelo achado do Graal, objeto de procura dos cavaleiros que é descrito como o cálice usado para coletar o sangue de Jesus durante a crucificação. Schenkel (2009) defende que a relação entre o reino de Arthur e o Graal foi construída pela influência do catolicismo na época: a Idade Média. Chrétien de Troyes teria colocado os elementos cristãos para tornar a obra mais próxima da realidade social.

As relações da lenda com o Santo Graal continuariam sendo evidenciadas por Robert de Boron, já no século XIII. Megale (1988) explica que o cálice sagrado fora levado à Inglaterra por José de Arimateia, o seguidor de Jesus que teria coletado seu sangue. Até esse momento, os escritos eram apenas poéticos. Para Cox e Oxbrow (2007) os primeiros textos em prosa foram escritos por Thomas Malory no século XV. Além de ser uma paráfrase das obras já existentes, *Le Morte d'Arthur*, de Malory, pretendeu dar um desfecho à história de Arthur, enfatizando a traição de sua esposa, Guinevere, com Lancelote e as tentativas de Mordred, seu filho bastardo, de usurpar o trono. Adicionam-se as histórias mais conhecidas envolvendo os cavaleiros da tábua redonda e a procura ao Santo Graal, sobretudo narrando os fatos de Galahad, o cavaleiro puro, que assume a posição anteriormente destinada a Percival.

Malory (1485) começa sua versão das lendas contextualizando o reino que depois seria governando por Arthur: Camelote. O rei era Uther, pai de Arthur. Ele encontrava dificuldades para governar, visto que vários homens poderosos queriam ascender ao poder, por isso, ocorreram várias tentativas para impedir que o reino se dissolvesse. Um

dos maiores inimigos de Uther era o duque Gorlois, que, ao visitar o reino numa tentativa de paz, leva sua esposa Igraine para participar da reunião. Uther se apaixona por Igraine e pede ajuda de Merlim, o mago poderoso, para conquistar a esposa do duque. Merlim ajuda Uther e o relacionamento se consuma após a morte de Gorlois. Dessa relação nasce Arthur, que é criado por uma família camponesa longe do reino.

Passados alguns anos do nascimento de Arthur, Uther, no leito de morte, confessa que tem um filho, seu herdeiro. Os cavaleiros e nobres do reino, por não conhecerem Arthur, pretendiam lutar para tomar o trono. Na obra de Malory (1485) encontra-se Merlim colocando uma espada fincada na pedra e decidindo que quem conseguisse retirá-la seria o rei da Inglaterra. Nenhum dos homens fortes da corte conseguiu, apenas o jovem Arthur que, nesse momento, descobre sua verdadeira história. Arthur é reconhecido como rei pelo arcebispo no dia de Pentecostes. Observa-se nesse ponto das pesquisas a introdução da influência católica nas lendas do Rei Arthur.

Arthur assume o trono e mantém uma ordem de cavalaria para a defesa da corte: os cavaleiros da tábua redonda². Além da proteção real, eles teriam como objetivo ajudar os pobres, socorrer as mulheres em perigo e defender a fé cristã. Amado (2011) comenta que a espada representaria o poder defensivo da cavalaria, a armadura seria um símbolo da proteção de Deus e, por fim, o cavalo simbolizaria a força e a masculinidade. Além disso, esperava-se que os cavaleiros vivessem uma vida de castidade e evitassem brigas e assassinatos. O Graal é visto magicamente pelos cavaleiros durante uma reunião na tábua redonda:

[...] E eles assim estando sentados, entrou no paço o santo Graal, coberto de um veludo branco; mas não houve um que visse quem o trazia. E assim que entrou, foi o paço todo repleto de bom odor, como se todos os perfumes do mundo lá estivessem. E ele foi para o meio do paço, de uma parte e da outra, ao redor das mesas. E por onde passava, logo todas as mesas ficavam repletas de tal manjar, qual em seu coração desejava cada um. E depois que teve cada um o de que houve mister a seu prazer, saiu o santo Graal do paço que ninguém soube o que fora dele, nem por qual porta saíra. [...] (MEGALE, 1988, p.31)

O Graal é descrito, nas lendas, como o cálice usado por José de Arimateia para coletar o sangue de Jesus durante a crucificação. Por ser um objeto sagrado, apenas uma pessoa pura poderia tocá-lo. A relíquia estava guardada em Coberic, no castelo do Rei Pescador. Os cavaleiros decidem sair à sua procura, narrada em *A Demanda do*

² Mesa redonda na qual Arthur se reunia com seus cavaleiros. É símbolo da igualdade, pois todos os assentos rodeiam a mesa sem que algum assuma uma posição superiora.

Santo Graal, de Megale (1988), baseando-se nos escritos de Thomas Malory e Chrétien de Troyes. Destacam-se os seguintes cavaleiros: Lancelote, aquele que é jogado para fora da capela do Graal por manter um caso com Guinevere, esposa de Arthur. Galvão, que mata alguns companheiros, descumprindo a promessa da tábola redonda. Percival, o cavaleiro que consegue se desviar dos prazeres sexuais e se une a Galahad, o cavaleiro santo, livre de todos os pecados e para o qual é permitida a contemplação do Graal. Cox e Oxbrown (2007) comentam o Graal simbolizado como um objeto essencial para a manutenção da ordem do mundo. O cálice proveria a riqueza e abundância para o reino que o possuísse. A jornada em busca do Graal foi longa e os cavaleiros enfrentaram muitos perigos até encontrá-lo.

Megale (1988) narra o achado do Graal por Galahad³, juntamente com a lança santa que teria perfurado o peito de Jesus:

E Galaaz fez o sinal da cruz e encomendou-se muito a Nosso Senhor e entrou, e viu no meio da câmara, que era grande e rica, uma mesa de prata, onde o santo Vaso estava tão honradamente como nossa estória há já revelado; e não ousou a ele chegar, que lhe pareceu que não era tal que a ele devesse chegar; mas quando o viu, ficou de joelhos e orou chorando muito intimamente; e viu sobre a mesa a lança com a qual a mui santa carne de Jesus Cristo foi ferida; e estava a lança no ar, e o ferro abaixo e a hasta para cima. E sabeis que deitava gotas de sangue pela ponta que muito espessamente caíam numa bacia de prata; mas assim que nela caíam, não sabiam o que se fazia delas. (p.331)

Após isso, Galahad e seus companheiros Percival e Boorz provam a eucaristia do céu, dada por um anjo através do Graal. Galahad morre santamente depois de algum tempo e é carregado ao céu por anjos. O Graal é carregado por Deus e nenhum ser humano jamais conseguiu vê-lo. Arthur morre após descobrir a traição de sua esposa e Camelote entra em declínio, assim as lendas acabam.

Durante as narrativas são perceptíveis os vários elementos cristãos que as influenciaram. Segundo Schenkel (2009), Galahad é nomeado cavaleiro no dia de Pentecostes e vive uma vida totalmente baseada nos princípios do catolicismo, sobretudo pela caridade e castidade. Mais que um objeto místico, o Graal seria o símbolo do poder de Deus sobre os homens, os quais deveriam viver uma vida digna para poderem alcançar as maravilhas proporcionadas pela relíquia, visto que, ao bom cavaleiro, Deus permite a prova do Graal, mas aos maus a divindade impede que isso aconteça. Além dos elementos cristãos, encontram-se resquícios da cultura celta,

³ Observa-se que o nome do personagem pode variar de acordo com a tradução das lendas, como Galahad que pode aparecer como Galaaz em algumas versões.

sobretudo quando se descreve Avalon, a ilha mágica que seria a sede da religião da deusa, governada pelas mulheres, contrapondo o cristianismo, cujo foco era a masculinidade.

[...] A mistura dos elementos pagãos e cristãos é que torna essa obra tão especial. Enxergar a contradição, as várias idéias que coexistem na novela, e no contexto histórico em que ela foi escrita, é a prova de que a literatura nos brinda com boas histórias ficcionais, mas também com muito mais, nos presenteia com a revelação do imaginário e com o pensamento de toda uma época. (SCHENKEL, 2009, p.83-84)

O ciclo arthuriano ainda influencia produções literárias, como *As Brumas de Avalon* de Bradley (2018), obra que conta a versão feminina das lendas e tem como protagonista Morgana, irmã de Arthur. Na obra, Avalon é apagada da história pois Arthur não cumpre sua promessa de defender a religião da deusa. O cristianismo domina totalmente o reino de Camelote e as mulheres de Avalon acabam se tornando freiras. Mesmo atualmente, Rei Arthur continua sendo fonte de inspiração para a criação de narrativas famosas e apreciadas pelos leitores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retoma-se o cerne desse estudo com o intuito de mostrar a pertinência das observações, considerações e informações contidas a partir da análise dos símbolos e significados criados em torno da figura de Rei Arthur, as influências sociais e religiosas que colaboraram para a construção das lendas e os aspectos que permitiram que essa história chegasse à atualidade preservando suas características fundamentais.

Esta investigação mostrou as influências cristãs que se apresentaram durante as narrativas e as mudanças nas características simbólicas que foram possibilitadas pela presença de elementos cristãos, enriquecendo mais ainda a figura do Rei Arthur. Observou-se que vários símbolos foram introduzidos na lenda durante a Idade Média com o objetivo de transformá-la em uma história com perspectiva católica, seja por meio das atitudes dos personagens, como a preservação da castidade, ou pelos objetos retratados, como o Santo Graal, em torno do qual toda a história se estabelece.

Envolto por elementos simbólicos, as narrativas passaram a ser apreciadas e Rei Arthur tornou-se um personagem mítico conhecido mundialmente, mesmo que sua existência real não possa ser provada. Durante as histórias observou-se a esperança do ser humano em ter um líder íntegro, uma boa defesa e um reino de paz. Nas lendas, tudo

isso é impossibilitado pela própria ação humana. Sendo assim, o ciclo arthuriano continua atual, refletindo, também, as influências da religiosidade na vida social. A existência real de Arthur, mesmo sendo ainda discutida, assume um papel secundário: o simbolismo basta. Espera-se que os tópicos levantados possam contribuir para motivar mais estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AMADO, André Miele. **Graal: O Caminho do Guerreiro**. Análise Imagético-Antropológica do Mito do Herói. 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4174/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 10 mar.2020.
- BRADLEY, Marion Zimmer. **As Brumas de Avalon**. Tradução de Mariana Della Valle. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- COX, Simon; OXBROW, Mark. **An a to z of King Arthur and the Holy Grail**. Edinburgh: Mainstream Publishing Company, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MALORY, Thomas. **Le Morte D'Arthur**. Project Gutenberg. 1485. Editado por William Caxton. Disponível em: <http://www.heroofcamelot.com/docs/Le-Morte-dArthur.pdf>. Acesso em: 10 ago.2020.
- MEGALE, Heitor. **A Demanda do Santo Graal**: manuscrito do século XIII. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- SCHENKEL, Luciana de Moraes. **A Demanda do Santo Graal e seus entrecruzamentos**. 2009. 90 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16229/000695090.pdf;sequence=1>. Acesso em: 10 mar.2020.

RELAÇÃO BULLYING E DEPRESSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Tainá da Silva, Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara, e-mail:
tainá_bariri@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990, no Brasil iniciou-se a preocupação com a violência escolar, por meio do estudo das relações interpessoais agressivas, que envolviam alunos, professores e outros agentes da comunidade escolar (SILVA; ASSIS, 2018). Nesse contexto, está inserido, o fenômeno bullying, que se refere a situações em que um indivíduo é exposto repetidamente a ações negativas intencionais, sendo de natureza física, psicológica e/ou sexual (FORLIM et al., 2014).

Bullying é um termo de etimologia inglesa, surgido na década de 1970 na Noruega, que significa "valentão", no que concerne ao autor das agressões. Na literatura esse termo é sinônimo de "intimidação", utilizado para descrever atos de violência física e/ou psicológica, intencionais e repetidas, ocorrendo sem motivações evidentes, que são praticadas por um indivíduo (bully) ou grupo de indivíduos, com o objetivo de agredir ao outro ou a um grupo de pessoas, causando dor, angústia e humilhação, e que normalmente são executadas dentro de uma relação desigual de poder (SANTOS et al., 2013).

De acordo com Oliveira et al. (2019) dentre os possíveis impactos ocasionados pela ocorrência do bullying estão os problemas no processo ensino-aprendizagem, adoecimentos de cunho psicológicos, comportamentos infracionais, uso de álcool e depressão, que ganha destaque por ser um transtorno mental de grande repercussão na vida do indivíduo, muitas vezes exigindo um processo de tratamento.

Segundo Barroso, Oliveira e Andrade (2019), a depressão é um transtorno multifatorial que pode surgir em qualquer período da vida e acarretar impacto pessoal e social, aumentando o risco para comportamentos autodestrutivos, podendo levar ao suicídio. Os critérios diagnósticos para depressão envolvem humor deprimido, perda de interesse ou prazer nas atividades, alterações no apetite, insônia ou hipersonia, agitação ou retardo psicomotor, fadiga, sentimentos de desvalia ou culpa, prejuízos na capacidade de raciocínio, ideação ou tentativas de suicídio (American Psychiatric Association, 2014).

Considerando que a escola tem presenciado situações de violência, as quais estão tomando proporções assustadoras em nossa sociedade, e também o fato de que o bullying apresenta uma crescente demanda, com destaque no meio acadêmico justifica-se o presente estudo (OLIVEIRA et al., 2019). A questão a ser analisada são as possíveis consequências das vítimas desse acometimento, em consequência da alta incidência de episódios ilustrados pela prática do bullying, direcionando a atenção para o índice dos alunos que desenvolvem depressão como consequência dessa agressão (PIGOZI; MACHADO 2018; OLIVEIRA et al., 2019).

Com isso, o objetivo do presente estudo é analisar a relação bullying e depressão no contexto escolar elucidando a prática e os principais motivos que impulsionam a ação, assim como os possíveis impactos causados pela situação.

2 MÉTODO

A pesquisa bibliográfica, escolhida como método, pois permite reunir estudos já realizados na temática de interesse, colocando em discussão seus métodos, fontes e resultados, assim possibilitando extrair conclusões a respeito do campo de conhecimento demarcado (BROOME, 2000).

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram seguidos os seguintes passos metodológicos: levantamento das publicações nacionais sobre bullying no cenário escolar e com possíveis quadros depressivos em consequência; identificação dos autores, tipos de pesquisa, ano de publicação, periódicos nos quais foram veiculados os artigos, origem das publicações, idioma em que foram redigidos, objetivos e principais resultados obtidos; análise descritiva dos resultados e avaliação crítica das contribuições oferecidas para a produção de conhecimento sobre o tema em pauta (BROOME, 2000).

A coleta de dados foi realizada no período de janeiro 2010 a maio de 2020 e foram pesquisados os artigos indexados com as seguintes palavras-chave: bullying, depressão, saúde e violência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados salientaram que os estudantes definem bullying, principalmente como um tipo de violência habitual. Relatam ainda que a violência ocorre com maior frequência de forma verbal, e que não subestimam as motivações e as consequências

do bullying. Corroborando com a constatação de que a prática do bullying é mais frequente de maneira verbal entre os pares (SILVA et al., 2014; SANTOS et al., 2014).

Com base nos estudos os autores Santos et al. (2013) identificaram que o bullying ocorreu por meio de atos de violência verbal, física e/ou psicológica de forma constante e continua gerando sentimentos de raiva, baixa autoestima, isolamento social e prejuízos em geral nas relações interpessoais, além da troca de papéis na qual as vítimas se tornaram agressores. Essa constatação também foi salientada por outros estudos na literatura que evidenciam as possíveis consequências destes atos, que além de repercussões físicas, apontam sequelas psíquicas, depressão e risco de suicídio (OLIVEIRA et al., 2013; FORLIM et al., 2014; OLIVEIRA et al, 2019).

Os estudos analisados por Oliveira et al. (2017) que objetivou avaliar a relação entre o contexto familiar e a ocorrência de situações de bullying constatou-se que o envolvimento dos escolares nos episódios de intimidações estão relacionados com as ligações familiares, que transmitem a cultura da violência culminando no enfraquecimento das habilidades sociais e no surgimento de uma sociedade descrita como agressiva evidenciando então a importância da família no desenvolvimento saudável das relações e dos incidentes que acometem os escolares.

Silva e Salles (2010) analisaram pesquisas que procederam á reflexões sobre as tendências teóricas e projetos de intervenções nas escolas promovidas por iniciativas governamentais que tem como proposta central o incentivo a relações democráticas. Dentre os achados duas propostas governamentais se destacaram pela obtenção de resultados positivos a partir de estratégias que promovem o convívio escolar mais respeitoso e de tolerância ao outro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos estabelecidos, os resultados deste estudo permitiram as seguintes conclusões:

A prática de bullying está presente há muito tempo na humanidade, entretanto atualmente, em decorrência da alta incidência de casos no contexto escolar, vem sido discutido e estudado cada vez mais.

Nota-se que apesar das várias definições descritas nos artigos acerca do termo bullying, todas culminam para uma prática de violência entre pares na qual não há igualdade de poder. Geralmente o agressor sem motivos aparentes realiza ataques

físicos, verbais e psicológicos, de forma repetitiva e intencional que expõe a vítima à humilhação perante aos demais.

As pesquisas também apontaram que as relações familiares e o contexto social no qual o indivíduo está inserido desempenham papel significativo no tocante ao incentivo, repúdio e combate a prática do bullying. Sendo assim, vale ressaltar a importância do papel da escola e da família no combate a violência escolar, muito embora escolas, órgãos da saúde e responsáveis pelos discentes, em sua maioria não possuam conhecimento suficiente para entender, compreender e solucionar o desafio que é prevenir e manejar o bullying no contexto escolar.

Com relação às consequências acometidas pelas vítimas de bullying, constatou-se uma grande variedade de prejuízos, como sentimentos de humilhação, baixa autoestima, auto percepção negativa e transtornos mentais, principalmente a depressão.

Com isso, concluímos que existe relação entre bullying escolar e depressão, uma vez que este transtorno é frequentemente associado como sequela aparente da vítima de Bullying. No entanto percebe-se escassez de estudos recentes que analisem os impactos do bullying, mais precisamente a depressão, ainda que haja na literatura uma gama de artigos discutindo o tema.

Recomenda-se então que novos estudos sejam feitos a fim de debater com profundidade a depressão como consequência dos efeitos do bullying e assim aprimorar o conhecimento acerca do tema a fim de promover soluções mais eficazes para essa violência escolar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P; WILLIAMS, L. C. A; D' AFFONSECA, S. M. Efeitos tardios do bullying e transtorno do estresse pós-traumático: uma revisão crítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.29, n.1, p.91-98, ISSN 0102-3772, 2013. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000100011>> Acesso em 24 mai. 2020.

BARROSO, S. M; OLIVEIRA, N. R; ANDRADE, V. S. Solidão e Depressão: Relações com Características Pessoais e Hábitos de Vida em Universitários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.35, ed.35427, p.1-12, dez. 2019. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35427>> Acesso em 11 fev.2020.

BROOME, M. E. (2000). Integrative literature reviews in the development of concepts. In B. L. Rodgers, & K. A. Knafl (Eds.), *Concept development in nursing: Foundations, techniques and applications* (2nd ed., pp. 231-250). Philadelphia: W. B. Saunders.

CESNIK, V. M; SANTOS, M. A. Mastectomia e sexualidade: uma revisão integrativa. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre , v. 25, n. 2, p. 339-349, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Jun. 2020.

CHATHELIN, N; LINLAUD-FOUGERET, V. Harcelement entre pairs en milieu scolaire. *EMC Psychiatrie*, v.12,p.37-216,2015 D-15. Disponível em: <http://www.mdaau.fr/assets/files/Harclements_entre_pairs%20en_%20milieu_scolaire_%20novembre_2015.pdf> Acesso em 06. Abr.2020.

CROCHICK, J.L. Preconceito e bullying: marcas da regressão psíquica socialmente induzida. *Psicologia USP*, São Paulo, v.30, ed. 190006, p.1-11, jul. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e190006>> Acesso em: 10 fev.2020.

American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: **Artmed**.

FORLIM, B. G.; STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Relação entre bullying e sintomas depressivos em estudantes do ensino fundamental. *Estudos de Psicologia Campinas*, Campinas, v. 31, n. 3, p.367-375, set.2014. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 abr. 2020.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. ed.4. São Paulo: **Editora Atlas**,2002

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.10, n.esp. p.37-45, jun. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>. Acesso em 04 mai. 2020.

LISBOA, C; BRAGA, L. L; EBERT, G. O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 59-71, jun. 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 abr. 2020.

MALTA, D. C. et al . Bullying nas Escolas Brasileiras: resultados Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 15, n.2, p. 3065-3076, Out. 2010 . Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000800011>>. Acesso em 24 mai. 2020.

MELLO, F. C. M. et al. Evolução do relato de sofrer bullying entre escolares brasileiros: pesquisa nacional de saúde do escolar – 2009 a 2015. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v.21 n.1, ISSN 1980-5497, nov. 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720180015.supl.1>>. Acesso em 24 mai. 2020.

- OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M; PASINI, A. I; LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 203-215, ago. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 mai. 2020
- OLIVEIRA, W. A. et al. Percepções de estudantes sobre bullying e família: um enfoque qualitativo na saúde do escolar. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.158-165, jun. 2019. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1414-462x201900020478>> Acesso em 12 fev. 2020.
- OLIVEIRA, W. A. et al. Modos de explicar o bullying: análise dimensional das concepções de adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2018, vol.23, n.3, p.751-761. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018233.10092016>> Acesso em 31 mar. 2020.
- OLIVEIRA, W. A. et al. Saúde do escolar: uma revisão integrativa sobre família e bullying. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2017, v.22, n.5, p.1553-1564. ISSN 1678-4561. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.09802015>> Acesso em: 24 mai. 2020.
- PIGOZI, P. L; MACHADO, A. L. Os cuidados da Estratégia Saúde da Família a um adolescente vítima de bullying: uma cartografia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n.1 p.353-363, dez. 2018. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.04212018>>. Acesso em:10 fev. 2020.
- SANTOS, L. C. S. A cultura bullying na escola a partir do olhar das vítimas. **Estudos e Pesquisa de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 27-40, 2013. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844510003>>. Acesso em 12 abr. 2020.
- SANTOS et al. Prevalencia e Tipos de Bullying em Escolares Brasileiros de 13 a 17 Anos. **Revista Salud Pública**, v.16, n.2, p.173-183, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.15446/rsap.v16n2.30302>>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- SILVA, F. R; ASSIS, S. G. Prevenção da violência escolar: uma revisão de literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.44, e157305, 2018. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201703157305>>. Acesso em 12 abr. 2020.
- SILVA, J. L; et al. Resultados de intervenções em habilidades sociais na redução de bullying escolar: revisão sistemática com metanálise. **Trends in Psychology**, 2018, v.26, n.1 p.509-522, ISSN 1413-389X, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.9788/tp2018.1-20pt>>. Acesso em 24 mai. 2020.
- SILVA, J. M. A. P; SALLES, L. M. F. A violência na escola abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp.2, p.217-232, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/13.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

SILVA, B. R. V. S. et al. Autopercepção negativa de saúde associada à violência escolar em adolescentes. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2909-2916, Set. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000902909&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 mai. 2020.

SILVA, J. L. DA; et al. Bullying: Conhecimentos, Atitudes e Crenças de Professores. **Psico**, v. 45, n. 2, p. 147-156, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.12683> Acesso em: 24 mai. 2020.

SOUZA, L. C. Quando o bullying na escola afeta a vida adulta. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 36, n. 110, p. 153-162, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862019000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 mar. 2020.

TERROSO, L. B. et al . Habilidades sociais e bullying em adolescentes. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto , v. 24, n. 1, p. 251-259, mar. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 mai. 2020.

TORO, G. V. R; NEVES, A. S; REZENDE, P. C. M. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v.12, n.1, p.123-137, mar. 2010. Disponível em <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2468>> . Acesso em 24 mai. 2020.

VANDERBILT, D.; AUGUSTYN, M. The effects of bullying. **Paediatrics and Child Health, Boston**, USA, v. 20, n.7 p. 315-320, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.paed.2010.03.008>> . Acesso em: 24 mai. 2020.

UM OLHAR SOB O GRANDE GATSBY

Rafaella da Silva Campos; Isabella Unterrichter Reichtenthal; email:
camposrafaella22@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A literatura de Scott Fitzgerald encontra-se firmada no contexto social da década de 20, os Roaring Twenties, ou em português Os anos dourados, são marcados por uma relação pós guerra carregada de frustrações e desejos de mudanças sociais como a emancipação feminina, a imigração e a liberdade, um grande fator determinante da rebeldia na era do jazz é a imposição da lei seca e o início da grande depressão.

A liberdade foi a palavra chave para a geração de vinte, além da ressignificação da imagem feminina, há a liberdade do cidadão gerado pelos automóveis, que são o reflexo de uma sociedade em constante progresso e aperfeiçoamento social e tecnológico, dentro das características do American Dream, os automóveis significavam a grandeza das esferas sociais mais privilegiadas, nas camadas menos abastadas um automóvel torna-se um sonho a ser concretizado dentro dos ideais de prosperidade motivados pelo *american way of live*.

Francis Scott Fitzgerald, escritor, roteirista e poeta norte americano fora o responsável pela criação de diversas obras emblemáticas para a literatura mundial, Fitzgerald nasceu em 24 de setembro do ano de 1896 na cidade provinciana Saint Paul em Minnesota, após falhar de maneira miserável na construção de sua carreira universitária, Fitzgerald se alista como voluntário para defender os Estados Unidos na guerra, ao regressar, volta para sua cidade natal, e após deixar um emprego de redator de propagandas, começa dar os primeiros passos dentro da literatura, e neste contexto nasce seu primeiro romance *This side of Paradise*, em português *Este lado do paraíso*.

É no ano de 1926 em que nasce a obra prima do autor, o primeiro romance de sua carreira, *The Great Gatsby*, utilizando-se da realidade da era do Jazz para externar os excessos de uma década regada pela bebida e pela música, e ao mesmo tempo cercado por vícios e pobreza.

A história de *O grande Gatsby*, publicada no ano de 1925 e ambientada na mesma década, retrata a glamurosa vida boêmia de Long Island em 1922, também conhecida como “era do jazz”, título criado pelo próprio autor para descrever a época, abordando

temas sociais, e alfineta o "American Dream". A trama é narrada por Nick Carraway, um jovem comerciante de MidWest, que acidentalmente torna-se amigo de seu vizinho Jay Gatsby, um milionário que dá festas homéricas em sua mansão em Long Island, com a única esperança de que seu antigo amor da juventude Daisy Buchanan, que vive em uma mansão do outro lado baía, compareça.

É no vale das cinzas, local apresentado por Nick na passagem do livro na qual está em um viagem de trem para Nova York com Tom Buchanan, onde está localizado um dos símbolos no qual a trama apoia-se para a construção de seu significado simbólico, o vale das cinzas é o lugar que representa a parte mais suja e precária da sociedade.

Um dos símbolos presentes no romance *O grande Gatsby*, e imprescindível para a construção do sentido da história, são os olhos de T.J Eckleburg, uma propaganda de um oculista, já muito desgastada pelo tempo, ela é dotada de grandes olhos, óculos e um nariz inexistente, observando toda a melancolia do terreno cinzento (FITZGERALD, 1925 p. 19), estas são as características do olhos do Dr T.J Eckleburg:

Os olhos do doutor são azuis e gigantescos: as retinas têm um metro de diâmetro. Eles não surgem de nenhum rosto, mas de trás de um par de enormes óculos amarelos apoiados em um nariz inexistente. É evidente que algum oculista espertalhão colocou-os ali a fim de engrossar sua clientela no bairro de Queens e então ele próprio afundou-se em uma cegueira eterna ou esqueceu-se de que havia colocado os olhos ali e se mudou para longe. (FITZGERALD, 1925 p. 19)

De acordo com Lurker (1997, p. 656 *apud* SOARES, 2010 p. 47) os símbolos são caracterizados como um sinal visível de algo que não está presente de forma concreta, o significado dos símbolos modificou-se e expandiu-se conforme o passar do tempo, desta forma, diante destas transformações o símbolo é visto como uma representação, rememora o conceito que o objeto representa, como é o caso da aliança de casamento.

Conforme o desenvolvimento do simbólico, é possível afirmar que qualquer coisa pode gozar de valores simbólicos, coisas naturais como animais e flores, ou abstratas, como uma ideia, é com a ajuda da simbologia que os objetos adquirem milhares novos significados, de acordo com Ribeiro (2010, p.47) "Um simples pedaço de pano, por exemplo, ao ser erguido até o topo de um mastro, refere-se à ideia de pátria."

Os olhos do Dr T.J Ecklenburg, situado do vale das cinzas, vão muito além de uma propaganda esquecida pelo tempo, e com a pintura desgastada pelo sol, a armação com cor de ouro prostrada em uma face inexistente mostra os sujeitos que se desprenderam do valor espiritual em busca da riqueza dos anos de ouro (FERREIRA, 2016), na época

cuja a narrativa é ambientada, a ganância era a palavra mestre, tudo era deixado de lado para se seguir o sonho americano, inclusive a religião e a espiritualidade.

Para Wilson, viúvo de Myrtle, morta em um atropelamento por Daisy, os olhos de T J Ecklenburg são Deus, “de pé atrás dele, Michaelis viu, assombrado que Wilson fitava os olhos do Dr T.J Ecklenburg, que tinham acabado de surgir, desbotados e enormes, da noite que se dissipava. – Deus vê tudo – repetiu Wilson” (FITZGERALD, 1925 p. 194 e 195)

No decorrer da narrativa vemos que todos que passam pelo Dr. T. J Ecklenbug estão envolvidos em algo que é julgado errado. Assim, por exemplo, Gatsby contrabadeia ilegalmente bebidas alcoólicas, o casal Buchanan (Daisy e Tom) tem uma relação adúltera. Além disso, quando Nick vai com Gatsby conhecer o contrabandista Wolfsheim, eles também passam pelo outdoor. Já Daisy atropela e mata Myrtle diante dos olhos do Dr. T. J. Ecklenburg e, em seguida, comete a fuga sem externar arrependimento. (FERREIRA, 2016, p. 43)

2 MÉTODO

O presente trabalho pauta-se em pesquisas de revisão bibliográfica e coleta de informações a partir da leitura de artigos, livros, dissertações e teses. Para tal, refinou-se a busca pela biografia do escritor em questão – F. Scott Fitzgerald –, o contexto histórico em que o autor produz sua obra e estudos sobre o romance *corpus* do trabalho: *O grande Gatsby*. Para compor o estudo teórico, pauta-se nas considerações de Charles Sanders Peirce e sua análise do símbolo para que, a partir dessa teoria, possa-se analisar a simbologia representada pela propaganda do oculista Eckelburg, cujo *outdoor* é construído sobre a imagem de olhos que, ironicamente, estão voltados para o vale das sombras, espaço em que se esconde a situação de trabalhadores que não pertencem à classe burguesa que esbanja glamour e dinheiro nos Estados Unidos do início do século XX.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Charles Sanders Peirce for o cientista responsável pela classificação da Semiótica através da lógica, assunto que lhe cativou durante toda a vida, ao falar sobre lógica, Pierce concebe a semiótica como fruto de uma teoria geral dos signos, em primeira instância Peirce caracteriza a lógica como um dos ramos da semiótica, depois de alguns anos passa a crer em uma concepção mais ampla, que coexistia com a teoria de todos os signos.

Pierce atribuiu milhares de definições para o signo em seus trabalhos de pesquisa, de acordo com o filósofo o signo tem como função representar pelo menos em partes um

objeto que é a causa ou o determinante do signo, mesmo que de forma falsa. Ao implicarmos que ele represente um objeto, demandamos também que ele afetará a mente de modo a determinar no indivíduo que algo é indiretamente ligado ao objeto, nesse caso, a causa imediata é o signo, e a indireta, o interpretante.

O signo, em outras palavras é algo que pode representar outra coisa, que, no caso, é seu objeto, um signo só poderá ser considerado como tal, quando possui a capacidade de substituir alguma coisa que seja diferente de si, o signo não pode ser um objeto, apenas está o representando.

Por exemplo: a palavra casa, a pintura de uma casa, o desenho de uma casa, a fotografia de uma casa, o esboço de uma casa, um filme de uma casa, a planta baixa de uma casa, a maquete de uma casa, ou mesmo o seu olhar para uma casa, são todos signos do objeto casa. Não são a própria casa, nem a idéia geral que temos de casa (SANTARELLA, 1983 p. 12)

Peirce também foi responsável pela criação de tricotomias com a finalidade de organizar para melhor compreender o processo da semiose, responsável pelo processo de significação, da produção de significado, as tricotomias são caracterizadas pelos níveis de percepção, apreensão e significação, a primeira tricotomia estuda o signo em sua inter-relação consigo mesmo, a segunda tricotomia explicita a relação do signo com o objeto, enquanto na terceira o signo é posto em relação ao interpretante.

A primeira tricotomia é composta por quali-signo, sin-signo e legi-signo, a segunda tricotomia tem por função articular o significado do signo em relação ao objeto, e possui ícone, índice e símbolo, a última tricotomia é a responsável por exemplificar o signo em relação ao interprete, sua tríade é composta por Rema, dicente e argumento.

Quando analisado através da primeira tricotomia, os olhos de ECKLEBURG podem ser considerados legi-signo quando há a primeira impressão frente aos formatos, cores e texturas do signo, que inicialmente não possuem significado simbólico, é apenas a observação do objeto que será representado, quando transformado em sin signo tem seu significado singularizado e pode ter ligação com acontecimentos ou objetos do passado dos personagens da trama, o legi-signo define o significado por convenção social, podemos utilizar o fato da propaganda já estar suja e desgastada, que o oculista que a colocou onde está já não mora mais nas redondezas, pois não prestou reparos à propaganda, também pode-se subentender que por ter se mudado, não conseguiu atrair a clientela desejada. Na segunda tricotomia o símbolo dos olhos de ECKLEBURG podem ser caracterizados através do ícone, índice e rema, o símbolo iconico tem por característica assemelhar seu significado com o objeto que o representam, a propaganda de T.J, por

ter a imagem de olhos, faz com que os personagens da história de Fitzgerald o observem como algo que os sondam, espiam e julgam, o nariz invisível dá a impressão de que algo fora do campo de visão esteja os espreitando, como Deus, invisível, porém observando tudo o que acontece.

O símbolo tem relação semelhante a do legi-signo e sua representação também acontece através de uma lei convencionada, um rema é dotado de muitas dúvidas e possibilidades, e portanto, precisa ser investigado a fim de que seja concebida uma verdade, ele também tem a função de questionar sobre "O que é? Para que serve? O que é [que significa] para mim?" (Niemeyer 2003, p.30 apud Machado p.9), , podemos aplicar à função de rema os sentimentos iniciais dos personagens quando confrontados com os grandes olhos azuis e marcantes de Eckleburg, em seu primeiro contato com a propaganda (TGG, p. 19), Nick Carraway sente a melancolia de estar frete a um panorama de doença e pobreza, quando dividido pela integridade moral de seus conhecidos, sente medo, como se os algo o quisessem alertar (TGG, p.91) porém, os olhos são apenas uma propaganda, com sua aparência e características concretas.

Um dissigno ou dicente, é um signo que possui existência real, e, portanto, pode ser verdadeiro ou falso, um dicente é o responsável pela eliminação das possibilidades presentes no rema, de maneira geral, um signo dicente, para seu interpretante, é uma existência real de um evento, ou uma ocorrência, ou um fato, um argumento deve ser um símbolo, sendo um símbolo, deve ser além disso, um legi signo, e sua réplica um sin-signo Dicente, Thomaz e Filho, 2008, defendem que " [...] Um Argumento é um signo de raciocínio lógico que relaciona premissas sugerindo uma conclusão verdadeira, um símbolo é, senão, um transmissor que representa algo que não si próprio"; desta forma, um símbolo não possui valor, mas é válido por seu poder de representar, para Santos, 2009, "O símbolo tem, assim, por função essencial mostrar e tornar sensível o que não o é: valores abstratos, poderes, programas de ações, etc."

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do romance *The great Gatsby*, Fitzgerald torna-se porta voz da geração perdida, narrando a história de ganhos e perdas do milionário Jay Gatsby, e sua incessante luta em recuperar o amor de Daisy Bunchanan por meio de sua riqueza, que outrora, por não existir, o impediu de ficar com a garota. Mais do que o desejo de recuperar o amor de Daisy, a trama de *The Great Gatsby* relata o desejo em toda sua

magnitude, a história expõe a realidade por trás do sonho americano e da objetificação da felicidade, em uma década na qual o único desejo era o de tornar-se grande, e ter sucesso.

A trama é composta por diversos cenários que compõem a perspectiva da história, um deles é o vale das cinzas, descrito pelo narrador como um lugar imundo e pobre, e é justamente nele em que encontramos o símbolo que possui grande importância para a significação da história, os olhos do doutor T.J Eckleburg; que além de ter sua função de propaganda, também possui significado semiótico, que, através das tricotomias do cientista Charles Sanders Peirce, o tornam um signo.

Um signo é capaz de representar algo que não é ele mesmo, ou seja, de representar um objeto, os olhos de T.J Eckleburg, é descrito durante a história de diversas formas que perpassam a simbologia do significado pessoal de cada personagem, o mecânico George B. Wilson descreve a propaganda como o olhos e Deus (FITZGERALD, 1925 p. 126), testemunha de tudo que passou, com a traição de sua esposa, e de sua morte acidental, porém a sangue frio, Nick Carraway, ao se encontrar diante de uma situação tensa, descreve os olhos como inquietantes e vigilantes (FITZGERALD, 1925 p.91), como quem avisa que algo ruim está por acontecer; Cada signo é descrito de forma singular por cada personagem, pois seu significado é singular e pertence de forma única para quem o interpreta, através das tricotomias Peirceanas evidencia-se através das cores, formatos, padrões e normas, a forma como um signo é recebido e sintetizado por cada pessoa. Os olhos de T.J Eckleburg estão presentes em todos os acontecimentos marcantes do romance, perseguindo de forma sutil os personagens, que possuem muitos critérios que os desabonam e torna-se quase insuportável a presença de algo que os observe tão a fundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Marcondes. O signo: elementos semióticos de Peirce. **Ensaios e Notas**, 2016. Disponível em: <https://wp.me/pHDzN-38G>. Acesso em: 04 out. 2020.

FERREIRA, Maria. **Entre o Gatsby de Fitzgerald e o de Luhrmann**: Um estudo sobre adaptação cinematográfica. Orientador: Valécio Irineu Vastos. 2016. 61 p. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Letras) - Universidade estadual da Paraíba, Blumenau, 2016. Disponível em: <http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/12273/1/PDF-%20MARIA%20APARECIDA%20COUTINHO%20FERREIRA.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

INTRODUÇÃO à Semiótica: Passo a passo para compreender os signos e a significação. In: SANTARELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. Introdução à semiótica: Passo a passo para compreender os signos e a significação. CDD-401.41. Primeira Edição. ed. São Paulo: PAULUS Editora, 2017. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/loja/appendix/4573.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

NETO, José Galdino dos Santo; MACHADO, Glauco Fernandes. A SEMIÓTICA E O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PROPAGANDA DA COCA-COLA. **Encontro de Comunicação e Mídia - Ecom**, Campina Grande, ano 2014, v. 1, n. 1, ed. 1, p. 1-14, 22 set. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9966062-A-semiotica-e-o-processo-de-significacao-uma-analise-da-propaganda-da-coca-cola-resumo.html>. Acesso em: 1 jun. 2020.

O GRANDE Gatsby?. ed. São Paulo: L&PM Pocket, 2011. 154 p. v. ?. ISBN 978.85.254.2215-6. Disponível em: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-o-grande-gatsby-f-scott-fitzgerald-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>. Acesso em: 4 out. 2020.

QUEIROZ, João. Classificações de signos de C.S.Peirce: de “On the Logic of Science ao Syllabus of Certain Topics of Logic. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 30, n. 2, p. 179-195, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732007000200012&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732007000200012>.

SANTANA, Leonardo. **SIMBOLISMO DO FOGO E TENTATIVAS DE SUICÍDIO**. Orientador: Virgínia Turra. 2005. 55 p. Monografia (Conclusão de curso em Psicologia) - UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/3052>. Acesso em: 1 jun. 2020.

SANTARELLA, Lúcia. **O que é semiótica:** Coleção primeiros passos. Primeira. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 18 p. v. 1. Disponível em: <http://elivros.love/book/baixar-livro-o-que-esemiotica-lucia-santaella-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

SANTOS, Silvia. Semiótica e Gestalt: metodologias para análise de imagens visuais. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau**, Blumenau, ano 2009, v. 1, n. 1, p. 1-15, 28 maio 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-0177-1.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

SILVA, Joeliton; SILVA, Adjane. PRESSUPOSTOS DA TEORIA SEMIÓTICA DE PEIRCE E SUA APLICAÇÃO NA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES EM QUÍMICA. **VI Colóquio internacional "Educação e Contemporaniedade"**, São Cristóvão, Sergipe, ano 2012, v. 1, n. Primeira Edição, p. 1-10, 20 set. 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/683/1/PressupostosSemioticaPeirce.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

THOMAZ, Patrícia; FILHO, Francisco. As 10 Classes Principais de Signos Segundo Charles Sanders Peirce. [S. l.]: Patricia Thomaz e Francisco Machado Filho, 2 maio

2007. Disponível em: http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/10_Classes_Principais_de_signos_segundo_Charles_Sanders_Pierce.htm. Acesso em: 4 out. 2020.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PRÁTICA DO PSICÓLOGO

Ana Beatriz Vilela, Erica Goncalves Valvasori, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino,
e-mail: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Existe no ser humano uma tendência a violência, própria a todos da espécie e chamada de natural. Há também a violência artificial caracterizada pelo excessivo exercício de força sobre outros, essa, com aspecto não original do humano, mas com ato intencional de produzir danos físicos ou de dimensão moral e ética (MODENA, 2016). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é definida como:

O uso intencional da força física ou de poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outras pessoas, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (2002).

Outra definição de violência vem de Araújo e Lobo que como um fenômeno “ biopsicossocial, que tem como espaço de criação e desenvolvimento as relações intergrupais e interpessoais da vida cotidiana, sendo imprescindível para sua compreensão à contextualização sócio histórica...” (2008 *apud* MINAYO, 1994, p 154).

Com o passar do tempo os indivíduos que sofriam agressão doméstica começaram a ter voz e a serem ouvidos, surge então a necessidade de criar leis que protejam esses indivíduos de seus agressores. Visando a proteção de mulheres que sofriam agressão doméstica surge em 7 de agosto de 2006 a lei Nº 11.340, nomeada de Lei Maria da Penha, essa lei tem como função criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Além de leis surgiram também instituições que visam o apoio a mulheres que sofrem violência doméstica, uma instituição que é muito reconhecida pelo seu trabalho é a Casa Rosa, que está presente em diversas cidades espalhadas pelo Brasil, essa instituição conta com uma equipe multidisciplinar com psicólogas, advogadas, assistentes sociais etc, que visam o atendimento, o apoio emocional e apoio legal para essas mulheres.

Com os casos de violência doméstica crescendo cada vez mais e as notícias sendo cada vez mais divulgadas surge também a criação da Procuradoria Especial da Mulher, que foi criada em 2013 pelo presidente do senado, Renan Calheiros, a missão dessa procuradoria é zelar, fiscalizar, controlar e incentivar os direitos da mulher, criando mecanismos de empoderamento, especialmente, em situações de desigualdade de gênero, e tem como valor o respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade em uma busca permanente pela universalização dos direitos humanos.

A ênfase do trabalho foi compreender a violência interpessoal, mais especificamente, a violência doméstica, caracterizando os tipos de violência contra as mulheres, apontando as responsabilidades e possibilidades de ação para o psicólogo segundo o Código de Ética do Profissional da Psicologia (CEPP).

2 METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica na qual foram adotados procedimentos de leitura de livros, tese, dissertações, artigos e revistas científicas disponibilizados na internet como Pepsic, Scielo, sites do Senado Federal, Site do Conselho Regional de Psicologia, citando autores como: Dahlberg, Minayo, Piovezan, Ribmboim entre outros, foi utilizado 15 fontes de informações para a confecção desse artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência doméstica se trata de todo tipo de violência que é praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre pessoas com laços sanguíneos, ou unidas de forma civil, como marido e esposa ou genro e sogra. A violência doméstica pode ser subdividida em violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Também é considerada violência doméstica o abuso sexual de uma criança e maus tratos em relação a idosos.

Esse fenômeno pode ser dividido em três tipos sendo eles: violência autoinfligida, violência interpessoal e a violência coletiva (DAHLBERG; KRUG, 2017). A primeira se trata de uma violência onde o próprio sujeito se agride, seja com cortes, socos, tapas ou até mesmo, com atos que resultem em algo mais grave, como, por exemplo, o suicídio. A coletiva é, em suma, qualquer tipo de violência cometida por um grupo de pessoas e normalmente é relacionada a algum conflito social, como por exemplo, a agressão a

homossexuais ou contra negros. Já a violência interpessoal é dividida em duas categorias, familiar e/ou conjugal, que normalmente ocorrem dentro do lar, na maior parte do tempo contra mulheres e crianças, e a violência comunitária, que acontece fora do lar entre pessoa que não tem nenhum vínculo ou parentesco, muitas vezes os indivíduos podem nem ao menos se conhecer.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), nos seus "Princípios Fundamentais", art. II prevê a responsabilidade do profissional dessa área ao mencionar que o psicólogo deve trabalhar em vista da promoção da qualidade de vida e da saúde das pessoas e/ou coletividades, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

No art. IX é descrito o dever do psicólogo em respeito ao sigilo profissional para proteção da intimidade da pessoa, grupo ou organização que tem acesso dentro do exercício profissional. Porém, no art. X abre-se exceção em situações onde há conflito dessas exigências, portanto, o psicólogo pode decidir pela quebra de sigilo baseado na "decisão da busca pelo menor prejuízo", quando existe o risco de dano a pessoa ou a outrem, como a morte, por exemplo, deve-se zelar pelo bem-estar, mesmo que isso signifique romper a confidência do ambiente profissional.

Trazendo ao contexto da violência doméstica entende-se então que frente a circunstâncias onde há possibilidade de dano a vida ou é constatada situação onde o indivíduo passa por grande sofrimento físico e psicológico, o psicólogo deve posicionar-se para evitar, dentro do possível que a mesma ocorra. Em denúncia durante atendimento clínico, em casos de atendimento à vítima, em fóruns, ou ambientes onde vítimas ou agressores se manifestem seja em denúncia, seja em ameaça a mulher, tais conteúdos podem ser comunicados, desde que sejam substanciais e preditores de situações danosas.

Para lidar com fenômeno complexo como a violência doméstica, segundo Ribemboim et al. (2013), dentro da rede pública, principalmente (mas de clínicas particulares também) é exigida uma intervenção multidisciplinar, multiprofissional e setorial, com as áreas da saúde, do serviço social e do judiciário. Nenhum serviço é, isoladamente, responsável por toda a problemática.

O foco do atendimento deve ser o acolhimento humanizado do indivíduo em situação de violência ou abuso, com a intenção de reconhecer quais são suas necessidades de encaminhamento para outras instituições ou profissionais. Em casos

de constatação de agressão física ou de abuso sexuais ainda recentes é imprescindível o chamado de emergência (SAMU ou pronto socorro), pois, assim, é possível que seja feito um laudo médico para futura denúncia e providências preventivas sejam tomadas, como doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez indesejada (RIBEMBOIM et al., 2013).

No caso de mulheres vítimas de violência, quando é expresso verbalmente o desejo de separar-se do companheiro agressor ela claramente precisará de orientações quanto aos seus direitos e as atitudes cabíveis, segundo Hanada e D'Oliveira (2010). Para tanto, ela poderá ser encaminhada a defensoria pública, isso quando não existem condições financeiras para contratações particulares. O mesmo serve para guarda de filhos, alienação parental ou divisão de bens.

É necessário especificar que o psicólogo em poucos casos é o denunciador das violências, pois quando assim é feito sem o suporte necessário a vítima e ao próprio profissional existe risco a ambos. Para ocorrer então a denúncia em situações envolvendo crianças e adolescentes membros da família são aconselhados a fazê-la e com mulheres e idosos, que já são responsáveis por si, existe, por parte do psicólogo o trabalho de fortalecimento do indivíduo e busca junto a vítima de uma rede de apoio para que ela possa com segurança recorrer aos meios jurídicos para mover-se frente as circunstâncias (RIBEMBOIM et al., 2013).

Quanto ao atendimento a vítima, o atendimento psicológico deve ter, segundo Comino (2016) o objetivo de trabalhar em primeiro lugar o acolhimento da vítima de violência e abuso, assim como a autoestima e autoimagem, identidade, reflexões e questionamentos internos decorrentes da violência sofrida.

Dentro das concepções já expostas, torna-se compreensível que o psicólogo seja representador da mediação dos direitos da criança e do adolescente e da sua recuperação gradual, para tanto, é necessário que tenha conhecimento sobre a legislação e sobre sua competência para atender tais casos. A participação nos casos e o controle das exigências burocráticas necessitam suporte multiprofissional para fortalecer seu trabalho com a vítima seja na prevenção ou no tratamento (SILVA; DIAS, 2016).

Em casos de violência contra a mulher, é necessário lembrar que as vítimas se encontram, por vezes, em dependência emocional de seus parceiros, isso justifica a importância da rede de apoio psicológico, de acordo com o artigo Cuidado às Mulheres

em Situação de Violência Conjugal: Importância do Psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (GOMES, Nadirlene Pereira et al. *Psicologia USP*, v. 25, n. 1, p. 63-69, 2014.). Para enfrentar essa realidade é preciso intervir em diversos níveis da vida social, cultural, individual e familiar, o que inclui transformações nos valores pessoais, na forma de relacionamento, na estrutura emocional, fortalecimento da autonomia para reconstrução da vida, na autoestima e autoimagem e considerar, também, o histórico de relações da vítima, como a relação parental, superando e evitando possíveis vivências parecidas, “desnaturalizando” a violência (HANADA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010).

É explícito, portanto, a importância do profissional psicólogo nesse contexto, a fim de fazer com que a vítima tenha condições de tentar mudar sua realidade de subjuogo e criar mecanismos para superar as sequelas das situações de violência, visto que, em algum momento, ela será aconselhada a denunciar o agressor e, para tanto, terá de ter maior controle emocional para enfrentar tal ação (HIRIGOYEN, 2006).

O trabalho clínico que é tradicionalmente realizado dentro dos serviços da rede pública possui variações de formato, podendo ser realizado individualmente, e grupo e com a família (filhos, por exemplo), também variando no foco da assistência de acordo com a necessidade da vítima começando pelo acolhimento e a escuta qualificada tornando o atendimento humanizado (HANADA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os estudos realizados acerca da violência doméstica, em todos os seus aspectos, é possível concluir que o ambiente familiar é um espaço fértil de instalação e propagação da mesma, devido à ambiguidade de conflitos e afetividades, considerando as relações íntimas praticadas pelos membros. Assim, o local que, de maneira idealista, deveria ser espaço de proteção e cuidado passa a ser ninho de relações opressoras, abusivas, criminosas e ausentes de direitos igualitários.

Portanto, é notório que problema da violência doméstica não está próximo do fim, pelo contrário, é necessário que se abram espaços para discussões dos temas e intervenções mais severas por parte dos órgãos responsáveis (conselho tutelar, poder judiciário, ministério público, defensoria pública e delegacias especializadas, como exemplos).

É de importância extrema reconhecer então, que o fenômeno da violência doméstica e suas enormes proporções precisam de profissionais bem estruturados e de

ação rápida e efetiva nessa problemática, pois, são questões que afetam direta ou indiretamente a saúde pública, a qualidade de vida, a dignidade do indivíduo e o seu futuro, assim como o de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BERGER, M. C. B. CARDOZO, Déborah Santiago Leite. **Violência Contra Idosos no Contexto Familiar: Uma Reflexão Necessária**. Maranhão, 2013.
- BRASIL. **Lei Maria Da Penha, n.11.340**. Brasília, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2010.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética do Profissional Psicólogo**. Brasília, 2005.
- BRASIL. **Procuradoria Especial da Mulher**. Senado Federal, 2013.
- COMINO, T. M. **A atuação Direta do Psicólogo com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica**. São Paulo, 2016.
- DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. **Violência: Um Problema Global de Saúde Pública**. 2007.
- DE SOUZA MINAYO, M. C. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Rio de Janeiro: 2001.
- FONSECA, M. M. de; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Violência Contra o Idoso: Suportes Legais Para a Intervenção**. Rio de Janeiro, 2003.
- GUIMARÃES, S.; MIRANDA, J.; MACÊDO. **Violência Contra o Idoso: questão social a ser discutida**. São Paulo, 2007.
- HANADA, H.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B.. **Os Psicólogos na Rede de Assistência a Mulheres em Situação de Violência**. São Paulo, 2010.
- HOMEM, A. P. B. **Violência Doméstica: Implicações Sociológicas, Psicológicas e Jurídicas do Fenômeno**. Brasília. Editora Centro de Estudos Judiciários. 2016.
- HIRIGOYEN, M.Fr. **A Violência no Casal, Da Coação Psicológica à Agressão Física**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.
- MODENA, M. R. **Conceitos e Formas de Violência**. Rio Grande do Sul. Editora Educs. 2016.
- PIOVEZAN, B. A.; MONTEIRO, C. F. B.. **Intervenções do profissional psicólogo do SUAS no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão dos últimos 10 anos**. Paraná, 2015.

RIBMBOIM, C. G.; PIMENTEL, A. S. G.; REIS, A. A; VIANA, F. J. M.; GUERRA, J. D.
Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (as) em Serviços de Atenção à Mulher Vítima de Violência Doméstica. Brasília, 2013.

SILVA, C. F. S. DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Violência Contra Idosos na Família: Sentimentos e Necessidades do Agressor.** Pernambuco, 2016.

A ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO NO TRATAMENTO DA SÍFILIS CONGÊNITA

Daiane Barbosa de Oliveira, Adriane Lopes, e-mail: daianne.2@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para Caixeta, et al. (2014) a sífilis é uma infecção sistêmica, de evolução crônica, provocada por uma bactéria espiroqueta, o *Treponema Pallidum*, que apresenta uma imensidão de variações clínicas, dentro de todas as especialidades médicas, tendo sua identidade reconhecida desde o século XV, podendo ser adquirida ou congênita, apresentando linha de tratamento eficaz.

Magalhães et al. (2013) afirma que a transmissão da sífilis na forma adquirida, acontece pelo contato sexual ou por transfusão sanguínea, podendo desencadear a transmissão vertical para o feto durante o período gestacional, quando a mãe for portadora da moléstia e não receber tratamento adequado, em qualquer fase da gestação.

Victor et al. (2010) afirmam que a sífilis congênita, provoca complicações precoces e tardias em mais de 50% dos bebês nascidos vivos, caracterizando-se, segundo Santos e Anjos (2011) como um grave problema de saúde pública, exigindo atenção redobrada às falhas de diagnóstico ou de tratamentos. Para tanto, Lorenzi, Fiaminghi e Artico (2009) consideram a necessidade de ações preventivas, através da captação precoce das gestantes, considerando ainda que o crescimento dos casos de sífilis congênita decorre de falhas na oferta da assistência de saúde pública, principalmente durante a realização de pré-natal.

Kumar et al. (2010) aponta um significativo aumento dos casos de sífilis no Brasil, em decorrência do comportamento de risco presente em populações mais carentes e a ausência de cuidados preventivos.

Segundo Magalhães et al. (2013) após o contágio, o vírus pode ficar até 21 dias adormecido. A lesão inicial da sífilis apresenta uma pápula rósea que evolui para uma coloração vermelho intenso e ulceração eminente, a qual não apresenta dor, mas é formada por bordas endurecidas, com margens elevadas com o fundo liso e limpo, e sob sua superfície forma-se uma camada de material seroso. Posteriormente, num período variante entre 4 e 5 semanas, o cancro duro regride espontaneamente, sem deixar marcas ou cicatrizes. Após essa fase inicial, Magalhães et al. (2013) afirma que a

infecção pode evoluir, espalhando-se sobre pele e órgãos internos, como forma de sífilis secundária, acometendo as regiões palmares e plantares. Segundo Araújo (2012) a falta de tratamento adequado aumenta o risco da evolução da infecção para um diagnóstico mais severo, denominado de sífilis terciária, onde o paciente passa a desenvolver lesões severas junto à pele e mucosas, além do comprometimento do sistema cardiovascular, ossos, músculos e fígado.

O Boletim Epidemiológico (2019) aponta que a sífilis adquirida, apresenta taxa de detecção da infecção aumentada de 59,1 casos por 100.000 habitantes, em 2017, para 75,8 casos por 100.000 habitantes, em 2018. Paralelamente, em 2018, verificou-se que a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 21,4/1.000 nascidos vivos, a taxa de incidência de sífilis congênita foi de 9,0/1.000 nascidos vivos e taxa de mortalidade por sífilis congênita foi de 8,2/100.000 nascidos vivos.

Os registros apontam que em 2018 foram notificados junto ao Sinan 158.051 casos de sífilis adquirida (taxa de detecção de 75,8 casos/100.000 habitantes); 62.599 casos de sífilis em gestantes (taxa de detecção de 21,4/1.000 nascidos vivos); 26.219 casos de sífilis congênita (taxa de incidência de 9,0/1.000 nascidos vivos); e 241 óbitos por sífilis congênita (taxa de mortalidade de 8,2/100.000 nascidos vivos).

No Brasil, as mulheres são mais afetadas pela sífilis, principalmente as jovens, na faixa etária de 20 a 29 anos e negras representando 13,8% de todos os casos adquiridos e em gestantes, notificados em 2018.

Considerando a sífilis em gestantes, num período entre 2005 a 2019, foram notificados junto ao Sinan 324.321 casos de sífilis em gestantes, dos quais 45,0% eram residentes na Região Sudeste, 21,0% na Região Nordeste, 14,7% na Região Sul, 10,4% na Região Norte e 8,9% na Região Centro-Oeste.

Em 2018, observou-se uma taxa de incidência de 9,0 casos/1.000 nascidos vivos no Brasil, tendo as Regiões Sudeste (9,7 casos/1.000 nascidos vivos) e Nordeste (9,6 casos/1.000 nascidos vivos) mostrado as maiores taxas, ambas acima da taxa nacional. A taxa da Região Sul apresentou-se quase igual à do país (8,9 casos/1.000 nascidos vivos), enquanto as regiões Norte (7,1 casos/1.000 nascidos vivos) e Centro-Oeste (6,0 casos/1.000 nascidos vivos) mostraram taxas de sífilis congênita.

Nascimento et al. (2012) apontam que a sífilis congênita é uma das principais causas de óbito fetal e complicações ou sequelas, as quais poderiam ser evitadas com acompanhamento de saúde adequados. O acompanhamento pré-natal incorreto é o

principal fator de risco para o desenvolvimento da sífilis congênita, resultando em 70 a 90% dos casos de crianças nascidas infectadas.

Romanelli et al. (2015) afirma que a síndrome clínica sífilis congênita surge na criança até o segundo ano de vida, sendo diagnosticada através de avaliação criteriosa, partindo do histórico da mãe, associado de avaliações clínicas, laboratoriais e estudos de imagem, destacando que grande parte das crianças portadoras de sífilis nascem sem sintomas, ou ainda com sinais discretos e de difícil especificação. Domingues et al (2013) enfatiza que a sífilis congênita pode contaminar o recém-nascido no momento do parto, caso a mãe não tenha sido devidamente tratada durante o pré-natal.

Domingues et al. (2013) aponta que as gestantes sem assistência pré-natal adequada estão sujeitas a maior incidência de sífilis congênita, e essa situação contradiz as determinações do Ministério da Saúde, que afirma ser essencial e imprescindível a captação precoce das gestantes para o desenvolvimento de um pré-natal de qualidade. (BRASIL, 2012).

OLIVEIRA e FIGUEIREDO (2011) defendem que a captação precoce das gestantes é uma das principais ações do trabalho do enfermeiro, objetivando vincular a mulher ao serviço de saúde, reduzindo os riscos de contaminação fetal e demais consequências. Leitão et al. (2009) ressalta que a captação da gestante favorece a vinculação e a oferta dos pré-natais e demais exames necessários a sua situação, consultas médicas e assistência de enfermagem regular, garantindo tratamento e promoção de saúde.

As ações preventivas são estratégias essenciais para o controle da sífilis congênita, destacam DOMINGUES et al (2013). Com isso, o papel do enfermeiro, é de grande importância, pois agrega todo conhecimento técnico científico de formação, agregando informações importantes para a manutenção de uma gestação próxima da normalidade às mães com sífilis. Essas ações podem acontecer de forma individual ou coletiva, destinadas a fornecer orientações específicas e abrangentes, envolvendo inclusive os parceiros, extrapolando as Unidades de Saúde, na sensibilização dos indivíduos sobre os cuidados preventivos das moléstias sexualmente transmissíveis.

O artigo discorre sobre as condutas de enfermagem necessárias para a assistência das gestantes sífilíticas, durante a fase de pré-natal, bem como das ações preventivas importantes para a conscientização da mulher e seu parceiro. Para tanto, buscou-se responder à questão: De que maneira os profissionais de saúde poderiam

conscientizar as pacientes e seus parceiros acerca dos riscos de transmissão da sífilis para os bebês, visando reduzir os riscos da transmissão, enfatizando a necessidade de realizar diagnósticos e tratamentos o mais precocemente possível?

2 METODOLOGIA

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, com a inclusão de artigos científicos que tratavam das condutas de enfermagem focadas no tratamento das pacientes gestantes que apresentavam a infecção sífilis, nos idiomas: português, inglês e espanhol, publicados em bancos de dados específicos: SciELO, Lilacs e Medline, utilizando descritores como: sífilis gestacional, sífilis congênita, pré-natal e assistência de enfermagem. A coleta de dados foi realizada no período entre janeiro a maio de 2020.

Foram encontrados 32 artigos pertinentes ao tema nas bases de dados selecionadas, onde após leitura, 13 artigos foram selecionados por estarem de acordo com a proposta temática. Estes por sua vez haviam sido publicados num período variável entre 2009 e 2017.

3 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Rodrigues et al. (2016) o desempenho do enfermeiro nos cuidados primários das gestantes, deve ofertar estratégias de conscientização às pacientes sífilíticas sobre os riscos que a infecção pode trazer, inferindo atividades preventivas, diagnóstico e tratamento para prevenir a sífilis congênita, estendendo essas ações aos parceiros. Eventualmente, o enfermeiro deve identificar possíveis intercorrências que possam acontecer durante o período de pré-natal, buscando recursos para o tratamento.

Quadro 1: Artigos Científicos Incluídos na Elaboração do Artigo

Com. Ciências Saúde	LEITÃO, E. J. L.; et al	2009	Sífilis gestacional como indicador da qualidade do pré-natal no Centro de Saúde n.º 2 Samambaia-DF
FEMINA	LORENZI, D. R. S;FIAMINGHI, L. C;ARTICO, G. R	2009	Transmissão vertical da sífilis: prevenção, diagnóstico e tratamento
Revista Saúde e Pesquisa	SANTOS, V. C; ANJOS, K. F	2009	Sífilis: Uma Realidade Prevenível. Sua Erradicação, Um Desafio Atual.
Revista. Eletr. Enf	VÍCTOR, J. F.; et al	2010	Sífilis congênita: conhecimento de puerperas e sentimentos em relação ao tratamento dos seus filhos.

Caderno Saúde Pública	CAMPOS, A. L. A; et al	2010	Epidemiologia da sífilis gestacional em Fortaleza, Ceará, Brasil: um agravamento sem controle.
Epidemiol. Serv. Saúde	HOLANDA, M. T. C.G; et AL	2011	Perfil epidemiológico da sífilis congênita no Município de Natal, Rio Grande do Norte – 2004 a 2007.
Epidemiol. Serv. Saúde	MELO, N. G. D. O; FILHO, D. A. M.FERREIRA, L. O.C.	2011	Diferenciais intraurbanos de sífilis congênita no Recife, Pernambuco, Brasil (2004 - 2006)
Enfermagem em Foco	OLIVEIRA, D. R; FIGUEIREDO, M. S. N.	2011	Abordagem conceitual sobre a sífilis na gestação e o tratamento de parceiros sexuais
Cad. de Atenção Básica	BRASIL	2012	Atenção ao pré-natal de baixo Risco
Rev Bras Ginecol Obstet	NASCIMENTO, M I; et AL	2012	Gestações complicadas por sífilis materna e óbito fetal
Rev Saúde Pública	ARAÚJO, C. L; et al.	2012	Incidência da sífilis congênita no Brasil e sua relação com a Estratégia Saúde da Família
Rev Saúde Pública	DOMINGUES, R. M. S. M; et al	2013	Sífilis congênita: evento sentinela da qualidade da Assistência pré-natal.
Cad. Saúde Pública	MAGALHÃES, D. M. S; et al.	2013	Sífilis materna e congênita: ainda um desafio.
Cad. Saúde Pública	BENZAKEN, A. S. et al.	2016	Manual Técnico para o Diagnóstico da Sífilis.

Fonte: As autoras

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos demonstraram avanços no contexto da saúde da mulher, dos recém-nascidos e da saúde pública. Dentre esses avanços, destacam-se as ações que os profissionais de saúde devem inferir junto as gestantes, associados aos programas de saúde destinados a captação precoce das gestantes, inferindo rapidamente exames e tratamento com o intuito de reduzir eventuais agravamentos da infecção ou a transmissão para os bebês.

O acompanhamento e a assistência ofertada pelos profissionais de saúde, em especial os profissionais de enfermagem, exige dos mesmos conhecimentos específicos relacionados a captação precoce das gestantes, ações relacionadas ao pré-natal como exames, bem como a oferta de tratamento adequado, dentre outros, que fomentam a concretização das suas ações conforme discorrem Benzake et al (2016), Araújo et al (2012), Victor (2010) e Lorenze et al (2009) e Santos e Anjos (2009).

A incidência de casos de sífilis congênita ainda apresenta números alarmantes, enfatizados através do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, publicado em 2019. Entretanto, a detecção precoce, o trabalho de aconselhamento e o tratamento

adequado tanto da gestante quanto de seu parceiro, conscientizando-os sobre os métodos de evitar o contágio, como a utilização do preservativo, são os recursos viáveis e acessíveis ofertados pelo sistema de saúde e pelos profissionais de enfermagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. L.; et al. Incidência da sífilis congênita no Brasil e sua relação com a Estratégia Saúde da Família. **Rev Saúde Pública**. v. 46, n. 3, p. 1-7, 2012.

BENZAKEN A.S, FRANCHINI M, BAZZO M.L, GASPAR P.C, COMPARINI, R. **Manual técnico para o diagnóstico da sífilis**. Caderno de Saúde Pública. v. 38 16:92, 2016.

BRASIL. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: **Editora do Ministério da Saúde**, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Sífilis**, 2017. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/13/BE-2017-038-Boletim-Sifilis-11-2017-publicacao-.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro 2020.

CAIXETA L, SOARES V.L.D, REIS G.D, COSTA J.N.L, VILELA C.M. Neurosífilis: uma breve revisão. **Rev. Patol Trop**.v. 45. 19:32, 2014.

CAMPOS, A. L. A.; et al. Epidemiologia da sífilis gestacional em Fortaleza, Ceará, Brasil: um agravamento sem controle. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 26(9):1747-1755, set, 2010.

DOMINGUES, R. M. S; et al . Sífilis congênita: evento sentinela da qualidade da assistência pré-natal. **Rev Saúde Pública**. v. 32, n. 6, p. 1-12, jun. 2013. doi: 10.1590/0102.

HOLANDA M.T.C.G, BARRETO M.A, MACHADO K.M.M, PEREIRA R.C. Perfil epidemiológico da sífilis congênita no município de Natal, Rio Grande do Norte - 2004 a 2007. **Epidemiol Serv Saúde**. .20(2):203-12. 2011.

KUMAR V, Abbas AK, Fausto N. Robbins & Cotran - Patologia: Bases patológicas das doenças. 8th. ed. Rio de Janeiro: **Elsevier**, v. 29, p. 191–197, 2010.

LEITÃO, E. J. L; et al. Sífilis gestacional como indicador da qualidade do pré-natal no Centro de Saúde n.º 2 Samambaia-DF. **Com. Ciências Saúde**. 2009; 307-314.

LORENZI, D. R. S; FIAMINGHI, L. C; ARTICO, G. R. Transmissão vertical da sífilis: prevenção, diagnóstico e tratamento. **FEMINA** | Fevereiro 2009 | vol 37 | nº 2.

MAGALHÃES, D. M. S; et al. Sífilis materna e congênita: ainda um desafio. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2013, p:1109-1120.

MELO, N. G. D. O; FILHO, D. A. M; FERREIRA, L. O. C. Diferenciais intraurbanos de sífilis congênita no Recife, Pernambuco, Brasil (2004-2006). **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 2011, p 213-222. 23

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde www.saude.gov.br/bvs. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico** – Sífilis. Nº especial – 2019. www.boletim_sifilis_2019_internet.pdf. Acesso em 29 junho 2020.

NASCIMENTO, M. I; et al. Gestações complicadas por sífilis materna e óbito fetal. **Rev Bras Ginecol Obstet**. 2012; p:56-62.

OLIVEIRA, D. R; FIGUEIREDO, M. S. N. Abordagem conceitual sobre a sífilis na gestação e o tratamento de parceiros sexuais. **Enfermagem em Foco**, 2011; 2(2):108-111.

RODRIGUES C.S, GUIMARAES M.D.C, Grupo Nacional de Estudo sobre Sífilis Congênita. Positividade para sífilis em puérperas: ainda um desafio para o Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 16:168-75. 2016.

ROMANELLI R.M.C, CARELLOS, E.V.M, SOUZA H.C, PAULA A.T, RODRIGUES L.V, OLIVEIRA W.M, SILVA H.R.M, SACRAMENTO J.P.C, ANDRADE G.M.Q. Manejo de sífilis em gestantes e seus recém-nascidos: ainda um problema? **J Bras Doenças Sex Transm**. 2015

SANTOS, V. C. ANJOS, K. F. Sífilis: uma realidade prevenível. Sua erradicação, um desafio atual. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, p. 257-263, mai./ago. 2009.

VÍCTOR, J. F.; et al.,. Sífilis congênita: conhecimento de puérperas e sentimentos em relação ao tratamento dos seus filhos. **Rev. Eletr. Enf.**, 2010.

A EFICACIA DA ELPO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ELPO'S EFFICACY IN NURSING CARE

Leticia Veronezi, Adriane Lopes, e-mail: veronezile@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O posicionamento cirúrgico é um procedimento de alta complexidade executado pela equipe de enfermagem, anestésica e cirúrgica. O enfermeiro deve considerar as preferências do cirurgião para melhor exposição do sítio cirúrgico, técnica cirúrgica e o acesso necessário para administração de medicamentos, junto com a monitorização e ventilação do paciente realizada pelo anestesista. O papel do enfermeiro peri operatório junto com a equipe de enfermagem e anestésica é essencial, porém o enfermeiro como responsável do centro cirúrgico tem a responsabilidade de avaliar o paciente como um todo, além disso o enfermeiro deve ter conhecimento das alterações anatômicas e fisiológicas decorrentes do posicionamento cirúrgico no organismo do paciente, com o propósito de prevenir complicações que podem ocorrer devido ao tempo excessivo que o paciente se encontra em posição cirúrgica, pois este procedimento se realizado de maneira inadequada pode ocasionar complicações respiratórias, vasculares, neurológicas e tegumentares. Entendemos que a avaliação de riscos é essencial para agilizar a tomada de decisão do enfermeiro durante a execução de seu plano assistencial. Com isso, podemos assegurar um posicionamento cirúrgico mais seguro, podendo evitar lesões pós operatórias e ao mesmo tempo proporcionar conforto e segurança ao paciente.

A ELPO engloba sete itens (tipo de posição, tempo de cirurgia, tipo de anestesia, superfície de suporte, posição dos membros, comorbidades e idade do paciente). Cada um destes é organizado com cinco subitens que indicam da menor à maior situação de risco. O escore da ELPO varia de 7 a 35 e quanto maior o escore, maior o risco de o paciente desenvolver complicações decorrentes do posicionamento cirúrgico do paciente. Para facilitar ainda mais sua utilização, propusemos uma nota de corte, definida estatisticamente, e indicamos que os pacientes com escore acima de 19 estão numa situação de maior risco. (LOPES, 2017)

2 OBJETIVO

Apresentar à resposta a questão: A atuação e importância da escala ELPO para a equipe de enfermagem ao posicionamento cirúrgico.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa metodológica. Realizou-se revisão bibliográfica do conteúdo de trabalhos já publicados por outros autores.

Assim, buscou-se trabalhos científicos nas bases de dados RLAE, USP (Escola de enfermagem de Ribeirão Preto) e COFEN entre as datas 2008 á 2017, com o termo ELPO (Escala de avaliação de risco para lesões decorrentes do posicionamento cirúrgico).

4 RESULTADOS

Identificou-se 3 trabalhos científicos e 1 entrevista, que foram utilizados para análise da presente pesquisa. Esses materiais estão na tabela a seguir conforme a temática.

Tabela: Distribuição dos trabalhos que foram utilizados para análise da pesquisa, de acordo com a temática

TEMÁTICA	Nº DE TRABALHOS RELACIONADOS	REFERÊNCIAS
Escala de avaliação de risco para o desenvolvimento de lesões decorrentes do posicionamento cirúrgico: construção e validação.	1	1) Camila Mendonça De Moraes Lopes, 2013
Escala de avaliação de risco para lesões decorrentes do posicionamento cirúrgico Implementação da escala ELPO no protocolo de prevenção de lesão por posicionamento cirúrgico. Escala criada por enfermeira avalia risco de lesão decorrente da posição na cirurgia. (entrevista)	3	1)Camila Mendonça de Moraes Lopes, Vanderlei José Haas, Rosana Aparecida Spadoti Dantas, CheilaGonçalves de Oliveira, Cristina Maria Galvão; 2016 2) Cleidileno Teixeira Silveiro; 2008 3) Camila Mendonça De Morais Lopes; 2017.
Total	4	-

5 DISCUSSÃO

Os estudos apresentados em relação à lesão por pressão decorrentes de um posicionamento cirúrgico mal executado apresentam a dor musculoesquelética, lesões de pele e em nervos periféricos uma das principais complicações relacionadas ao posicionamento cirúrgico. Já em outra pesquisa, os resultados apontam que, dos 172 participantes, 12,2% foram acometidos por lesões decorrentes do posicionamento cirúrgico, cinco dos 172 pacientes que participaram da pesquisa apresentaram mais do que um tipo de lesão (26 lesões no total), 9,9% dos pacientes referiram dor severa em pontos de pressão, 4,7% apresentaram lesões de nervos periféricos e 0,6% eritema (6).

Com a aplicação da ELPO o posicionamento cirúrgico é executado corretamente da seguinte maneira; a aplicação deve ser ao posicionar o paciente em mesa operatória, o item tempo deverá ser estimado, deve se considerar sempre a situação de maior risco.

Deve-se verificar a necessidade de implementar algum cuidado especial para se reduzir o risco de lesões em pacientes classificados com escore acima de 19.

Dessa forma, a ELPO coloca em prática a realização de protocolos assistências de posicionamento e programas educativos com todos os profissionais envolvidos durante o posicionamento do paciente, para que eles possam ter conhecimentos necessários para implementar estratégias em pacientes de risco e evitar qualquer tipo de lesão decorrentes ao posicionamento cirúrgico.

O trabalho da enfermagem na aplicação da ELPO é de extrema importância, dando aos enfermeiros autenticidade para tomar decisões importantes no sítio cirúrgico. Os enfermeiros peri operatórios precisam estar bem treinados para saber lidar com qualquer tipo de situação. Como; mesmo que o posicionamento cirúrgico tenha sido impecável seguindo todas as normas ocorra uma lesão, o enfermeiro precisa estar preparado e capacitado para lidar com essa situação. Em primeiro lugar devemos cuidar dessa lesão do paciente proporcionando novamente conforto e segurança para o tal. Depois devemos achar uma melhor maneira para tratar essa falha de processo e descobrir o que ocasionou o incidente para que não ocorra novamente uma falha de processo dentro da aplicação da ELPO.

6 CONCLUSÃO

A ELPO é um instrumento válido e confiável de fácil aplicação e pode ser útil na prática clínica. Seu principal objetivo é fornecer a melhoria da assistência de enfermagem, e incentivar o desenvolvimento de protocolos de cuidados direcionados para o posicionamento cirúrgico do paciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M.H.; OLIVA, A.M.B.; NETO, A.L.S. Ocorrência de lesões perioperatórias por posicionamento cirúrgico. **Revista Cubana de Enfermeira** 2011:27(1)31-41.

LEITE R.C.B; Silveira, C.T. Assistência de enfermagem durante o posicionamento cirúrgico. In: MALAGUTTI, W; BONFIM, I.M. **Enfermagem em centro cirúrgico: atualidades e perspectivas no ambiente cirúrgico**. 1ª Ed. São Paulo: Martinari; 2009. p. 135-163. Capítulo 8.

LOPES, C.M.M. **Escala de avaliação de risco para o desenvolvimento de lesões decorrentes do posicionamento cirúrgico: construção e validação**. 2013. 128 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, São Paulo.

LOPES, C.M.M.; HAAS, V.J.; DANTAS, R.A.S.; OLIVEIRA, C.G.; GALVÃO, C.M. **Escala de avaliação de risco para lesões decorrentes do posicionamento cirúrgico**. 2016.24 e 2704.artigo. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Disponível em :<http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.0644.2704>

SILVA, C.T. **A assistência da equipe de enfermagem no posicionamento cirúrgico do paciente durante o período intra-operatório**. 2008. 117 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; [citado 2013-03-10]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7139/tde-07052009-105426>.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, **Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização (SOBECC)**. Práticas Recomendadas SOBECC. 5a Ed. São Paulo: SOBECC, 2009.

A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO

Ana Laura Leandrin Ferreira, Isabela Rossi Paes, Julia de Mello Andrade, Kelly Fernanda Martinho de Oliveira, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: analauraferreira99@icloud.com

1 INTRODUÇÃO

O Papilomavírus Humano (HPV) é um vírus que infecta pele ou mucosas podendo levar ao desenvolvimento de verrugas anogenitais e câncer (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

A associação do vírus HPV com o câncer de colo de útero começou em 1949, quando o patologista George Papanicolau introduziu o exame Papanicolau. Esse exame permitiu identificar mulheres com alterações celulares pré-malignas, possibilitando observar uma associação da atividade sexual com o desenvolvimento do câncer de colo de útero (NAKAGAWA; SCHIRMER; BARBIERI, 2010).

Dentre os treze tipos oncogênicos de HPV, os vírus HPV-16 e HPV-18 são os mais relacionados ao desenvolvimento do câncer cervical, causando cerca de 70% dos cânceres de colo de útero e lesões pré-cancerosas (CARVALHO; COSTA; FRANÇA, 2019). Adicionalmente, cerca de 231 mil mulheres morrem por ano no mundo devido ao câncer cervical, evidenciando o HPV como um problema de saúde pública (ZARDO et al., 2013).

Desde 2014, o Ministério da Saúde do Brasil disponibiliza no Sistema Único de Saúde uma vacina contra o HPV, a qual deve ser administrada para meninas com idade entre 9 e 14 anos, meninos de 11 a 14 anos, pessoas portadoras de AIDS e também aquelas transplantadas na faixa etária de 9 a 26 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Portanto, este trabalho tem como objetivo expor a importante contribuição da vacina contra o HPV na prevenção do câncer de colo cervical, assim como, apontar as dificuldades de adesão dos adolescentes à vacinação.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa a partir da consulta de livros, artigos científicos, sites e bulas de medicamentos para descrever e discutir aspectos da vacinação contra o HPV no Brasil.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O câncer do colo do útero é caracterizado pela replicação desordenada do epitélio de revestimento do órgão que compromete o tecido subjacente, podendo invadir estruturas e órgãos pertos ou à distância. Além disso, é uma doença que tem processo lento, pode se iniciar sem sintomas e depois evoluir para quadros de sangramento vaginal, secreção vaginal anormal e dores abdominais associadas com queixas urinárias ou intestinais (INCA, 2020).

Para o Brasil, estima-se 16.590 casos novos de câncer do colo do útero para cada ano do biênio 2020-2022 com um risco estimado de 15,43 casos a cada 100 mil mulheres. O câncer do colo do útero é o segundo mais incidente nas Regiões Norte (21,20/100 mil), Nordeste (17,62/100 mil) e Centro-Oeste (15,92/100 mil). Na Região Sul (17,48/100 mil), ocupa a quarta posição e, na Região Sudeste (12,01/100 mil), a quinta posição (INCA, 2019).

A presença de HPV não é suficiente para induzir câncer de colo de útero, mas é um fator indispensável. Outros cofatores importantes para a progressão para câncer invasor são: infecção persistente por HPV de alto risco, imunossupressão, tabagismo, outras doenças sexualmente transmissíveis e fatores genéticos (VERONESI, 2015).

Como o HPV é uma condição necessária para o câncer cervical, a vacinação contra este vírus é uma medida profilática que pode prevenir este tipo de câncer, assim como prevenir cânceres vulvar, vaginal e anal e infecções persistentes, lesões pré-malignas ano-genitais (de colo de útero, vulvar, vaginal e anal) causados por Papilomavírus Humano oncogênico (CERVARIX, 2018).

Existem duas vacinas contra HPV aprovadas e registradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária que podem ser encontradas nos serviços privados de vacinação. Uma delas é bivalente, conferindo proteção contra os vírus HPV 16 e 18 (CERVARIX, 2018). A outra vacina é quadrivalente, confere proteção contra HPV de baixo risco (HPV 6 e 11) e de alto risco (HPV 16 e 18), sendo oferecida gratuitamente pelo Ministério da Saúde desde 2014 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). Ambas as vacinas são indicadas para meninos e meninas que ainda não iniciaram a vida sexual.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Imunização (2020) são indicadas duas doses da vacina quadrivalente para meninas e meninos de 9 a 14 anos, com intervalo de seis meses entre as doses. A partir dos 15 anos, são indicadas três doses: a segunda, um a dois meses após a primeira, e a terceira, seis meses após a primeira dose. No caso

de meninas e mulheres imunodeprimidas por doença ou tratamento, independentemente da idade, são indicadas três doses: a segunda, um a dois meses após a primeira, e a terceira, seis meses após a primeira dose.

Entretanto, um estudo realizado por CARVALHO et al (2019), reúne vários fatores associados à não adesão de adolescentes à vacina HPV. Dentre eles, estão: conhecimento limitado sobre o câncer de colo de útero e o HPV; alto custo da vacina; medo da dor da injeção; desconhecimento da segurança da vacina; falta de informação sobre o financiamento público da vacina; temor dos eventos adversos da vacina; crenças religiosas e falta de acesso a consulta de atenção primária.

Além do mais, comentários errôneos veiculados em redes sociais prejudicam as ações da saúde pública, interferindo na adesão da vacinação, pois os pais deixam de vacinar seus filhos. Outro fato a ser considerado, é que existem muitos tabus que impedem a discussão sobre sexualidade e a preocupação com as meninas que já foram vacinadas adotarem comportamentos sexuais arriscados. Nesse sentido, atividades informativas e educacionais precisam ser desenvolvidas nas escolas, na mídia e pela família, com a intenção de sensibilizar e informar sobre a importância da vacinação como método de prevenção do câncer cervical (SILVA et al, 2018).

Por fim, cabe destacar que apesar de a vacina contra HPV ser um método altamente eficaz na prevenção de lesões pré-cancerosas e de câncer de colo de útero, o exame preventivo de Papanicolau continua sendo indispensável às mulheres e o uso de preservativo nas relações sexuais é fundamental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximadamente 40 tipos de Papilomavirus Humano estão relacionados às infecções genitais e anais, sendo sua principal forma de transmissão pela via sexual. Alguns tipos provocam verrugas ou lesões que tendem a agressão, outros podem produzir lesões com potencial de progressão para o câncer.

As vacinas são uma excelente ferramenta profilática para evitar o desenvolvimento de doenças, pois ativam a imunidade, resultando em uma ótima memória imunológica.

Com relação aos fatores que afetam a adesão à vacinação, nota-se que deve ser enfatizada a importância das vacinas, não só para esse tipo de vírus, mas para todos os outros que possuem essa ferramenta como um benefício. Para uma maior

conscientização, as escolas poderiam fazer mais campanhas auxiliando e conscientizando os pais da importância da vacinação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO et al. Adesão à vacina HPV entre os adolescentes: revisão integrativa **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 28: e20180257, 2019.

CARVALHO, K.F.; COSTA, L.M.O.; FRANÇA, R.F. A relação entre HPV e câncer de colo de útero: um panorama a partir da produção bibliográfica da área. **Revista Saúde em Foco**, edição nº 11, 2019.

CERVARIX. **Vacina HPV 16/18**. Modelo de texto de bula – Profissional de saúde. Bula aprovada pela Anvisa em 14/03/2018.

INCA. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Controle do câncer do colo do útero**. Conceito e Magnitude. Disponível em: < [INCA. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2019.](https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-uterio/conceito-e-magnitude#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20do%20colo%20do,%C3%B3rg%C3%A3o%20cont%C3%ADguos%20ou%20%C3%A0%20dist%C3%A2ncia.> https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-uterio/conceito-e-magnitude#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20do%20colo%20do,%C3%B3rg%C3%A3o%20cont%C3%ADguos%20ou%20%C3%A0%20dist%C3%A2ncia.> Acesso em: 27 ago 2020.</p></div><div data-bbox=)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **HPV: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. Disponível em <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/hpv>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS passa a oferecer novos tratamentos para sintomas do HPV**. 2018. Disponível em < [MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Informe técnico sobre a vacina papilomavírus humano \(HPV\) na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.](https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44992-sus-passa-a-oferecer-novos-tratamentos-para-sintomas-do-hpv#:~:text=Para%20evitar%20a%20expans%C3%A3o%20do,de%209%20a%2026%20anos.> https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44992-sus-passa-a-oferecer-novos-tratamentos-para-sintomas-do-hpv#:~:text=Para%20evitar%20a%20expans%C3%A3o%20do,de%209%20a%2026%20anos.> Acesso em 27 ago 2020.</p></div><div data-bbox=)

NAKAGAWA, J.T.T; SCHIRMER, J; BARBIERI, M. Vírus HPV e câncer de colo de útero. **Rev. bras. enferm.**, v.63, n.2, p.307-11, 2010.

SILVA et al. Conhecimento e atitudes sobre o *Papilomavírus humano* e a vacinação. **Esc. Anna Nery**, v.22, n.2, 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÃO. Vacina HPV4. Disponível em: <<https://familia.sbim.org.br/vacinas/vacinas-disponiveis/vacina-hpv4>> Acesso em: 27 ago 2020.

VERONESI, R. **Tratado de infectologia**. 5ª ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

ZARDO, G.P. et al. Vacina como agente de imunização contra o HPV. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.9, p.3799-3808, 2013.

A IMPORTÂNCIA DO EXAME CITOPATOLÓGICO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO

Pamela Lopes, Adriane Lopes, e-mail: pamelalopesenf@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Compreendendo as várias ações que envolvem o trabalho dos profissionais da enfermagem, considera-se como indispensável que sejam realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), práticas de orientação e esclarecimentos sobre o exame citopatológico ou Papanicolau, por meio do qual é possível fazer a detecção precoce do câncer de colo do útero. Nesta percepção, entende-se que as ações da enfermagem, devem ter como público alvo as usuárias das UBS, buscando conscientizá-las em relação a importância do citado exame.

Assinalada como uma estratégia preventiva de valorização à saúde da mulher, a detecção precoce do câncer de colo de útero, pode favorecer uma maior efetividade do tratamento desta patologia. O câncer de colo de útero (CCU) tem sido configurado como um problema de saúde pública, haja vista as altas taxas de prevalência e os índices de mortalidade que acometem mulheres em fase produtiva, validando a essencialidade do diagnóstico precoce e as devidas providências de tratamento, caso seja necessário (GIRIANELLI; GAMARRA; SILVA, 2014).

A justificativa deste estudo centrou-se na oportunidade de abordar a atuação de enfermagem junto às usuárias das UBS, em ações que promovem a conscientização da importância do exame citopatológico ou Papanicolau, destacando o valor das práticas preventivas em colaboração com a diminuição da incidência de casos atestados como câncer do colo de útero.

O objetivo geral deste estudo foi destacar a importância da atuação do enfermeiro em ações de orientação e informação das usuárias das UBS, sobre a representatividade da prevenção do câncer do colo de útero para a qualidade de vida e saúde das mesmas, somada à necessidade de retornarem para a retirada do resultado do exame citopatológico.

2 METODO

Trata-se de uma revisão de literatura fundamentada em pesquisa bibliográfica com classificação de natureza básica em forma de abordagem qualitativa e exploratória, por meio da qual, os procedimentos técnicos de pesquisa configuraram o levantamento de material teórico referente ao tema em discussão. Os materiais de pesquisa utilizados estão indexados nas bases de dados, Google Acadêmico e *Scielo* e os descritores aplicados foram: Enfermagem; Câncer de colo do útero; Prevenção.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Observando o material bibliográfico pesquisado e referenciado no enquadramento do critério de inclusão, considerando os dados relevantes verificados e relacionados com a temática abordada neste estudo, menciona-se que os mesmos conferem aspectos descritos por abordagens que relatam principalmente, a importância da prevenção do câncer do colo de útero e a atuação da enfermagem nas UBS, destacando a indispensabilidade de orientar e informar adequadamente a população feminina, sobre a realização do exame citopatológico ou Papanicolau. Considera-se ainda, com relação à análise bibliográfica que sustenta o presente estudo, a possibilidade da obtenção de conhecimentos mais aprimorados sobre a necessidade de validar as práticas preventivas e ações do profissional de enfermagem, denotando posicionamento ativo no acolhimento e providências de direcionamento das usuárias das UBS, no sentido da conscientização que soma a realização do exame citopatológico com o interesse do retorno responsável para a retirada e conhecimento do resultado.

Para este estudo, foram consideradas publicações que abarcam artigos, considerando o objetivo de apresentar o que foi reproduzido, entre os anos de 2008 a 2019, enfatizando que publicações relacionadas a um período anterior foi mencionada como informação agregadora ao conteúdo, visto ser concernente ao Ministério da Saúde e trazer dados relevantes para o tema discorrido. A amostra inicial contou com 49 publicações de artigos pesquisados, sendo 18 na base de dados Google Acadêmico e 31 no *Scielo*. Foram adotados como critério de inclusão: trabalhos publicados nos últimos 12 anos e publicações que enfatizam a importância da atuação da enfermagem na prevenção do câncer do colo de útero. Como critério de exclusão: monografias e artigos apresentados em congressos, simpósios e conferências, publicações que não abordavam o tema principal, assim como trabalhos repetidos entre as bases de dados.

Dessa forma, aplicados os critérios de inclusão e exclusão, obteve-se como resultado, a exclusão de 34 publicações, confirmando uma amostra final de 15 artigos.

O exame Papanicolau pode ser concebido como um mecanismo que reflete diretamente na qualidade de vida e na saúde da mulher, em vista da eficácia na prevenção do câncer do colo de útero. Em se tratando de ações voltadas à prevenção do câncer do colo de útero, relata-se que no enquadramento dos programas de prevenção do câncer de colo de útero, o foco principal está em promover a prevenção do carcinoma invasivo, por meio da detecção e diagnóstico precoce, favorecendo o tratamento desta patologia e aumentando a oportunidade do alcance da cura (CARVALHO; RODRIGUES; SANTOS, 2011).

A realização da coleta de material para exames citopatológicos cervico-vaginal e microbiota é a principal estratégia na luta contra o câncer do colo do útero, uma vez que abre caminhos para a detecção precoce. Este exame, conhecido como preventivo do colo do útero, exame de Papanicolau, citologia oncótica ou *PapTest*, tem se mostrado indispensável para a efetividade do diagnóstico e do tratamento. Nas ocorrências em que o câncer de colo uterino é detectado em seu estágio inicial, o resultado do tratamento pode chegar a uma redução das taxas de incidência a 90%. Neste segmento, a Organização Mundial de Saúde (OMS), afirma que na medida em que o rastreamento apresenta boa eficácia, (80%), a redução das taxas de incidência e mortalidade por esse tipo de câncer, é favorecida (INCA, 2011).

Conforme o Ministério da Saúde, mulheres na faixa etária entre 25 e 64 anos, fazem parte do grupo principal que deve realizar o exame de rastreamento do câncer de colo do útero (Papanicolau). Este tipo de câncer no Brasil apresenta uma incidência que atinge mulheres a partir dos 20 aos 29 anos e aponta um risco maior para aquelas que se encontram entre 45-49 anos (RICO; IRIART, 2013).

Torna-se válido mencionar que as ações preventivas do câncer do colo uterino, podem ser registradas em um formato financeiramente baixo, considerando o fator custo/benefício, mas para tanto, é preciso fazer valer mecanismos que promovam orientações à população feminina que busca as UBS, de forma que a concepção e adesão dos exames de prevenção ou controle do câncer do colo de útero sejam consolidadas por essas referidas usuárias. Deste modo, torna-se relevante atestar a indispensabilidade da atuação dos enfermeiros, posicionados como educadores e formadores, incentivando a conscientização sanitária das mulheres, quanto à prática do

exame citopatológico preventivo, assim como da ação participativa social das mesmas no processo (SOARES *et al*, 2010).

Acentua-se o papel do profissional de saúde, conferindo condições para uma participação ativa e direta nestas ações preventivas e de controle do câncer do colo de útero, através de visitas aos domicílios e consultas de enfermagem, colocando em prática, de maneira humanizada e integralizada, um contato mais próximo da população feminina, procedendo com abordagens e explicações referentes à realização do exame citopatológico ou Papanicolau (SILVA, *et al.*, 2008).

Entendendo a importância do fator preventivo do câncer do colo de útero, pontua-se que a falta de informações adequadas relativas ao exame citopatológico, aliado as dificuldades das mulheres aceitarem, compreenderem ou incorporarem a conscientização da necessidade das práticas preventivas, consagra-se em um evento que pode trazer impactos significativos às atitudes favoráveis a prevenção desta patologia, sinalizando principalmente, o retardo pela procura das UBS para proceder com o exame (PIMENTEL, 2011).

O valor preventivo dos exames Papanicolau ou citopatológico e a representatividade dos impactos positivos para a saúde das usuárias das UBS, portanto, devem estar em foco, na medida em que pode colaborar para evitar o registro do crescente número de casos e contribuindo para que, se necessário for, sejam realizados encaminhamentos e efetivadas as devidas providências de tratamento. A redução da incidência do câncer do colo de útero torna-se real a partir do ponto em que todas as mulheres com lesões precursoras, possam desfrutar do acesso ao adequado tratamento (GIRIANELLI; GAMARRA; SILVA, 2014).

Neste sentido, comenta-se a preponderância de que a enfermagem esteja preparada para a realização do exame Papanicolau, devendo inclusive atestar capacitação específica para fazer a coleta das amostras cérvico-vaginais, de modo que estas apresentem imprescindível qualidade. Também se faz necessário que estes profissionais de saúde cumpram de forma satisfatória a incumbência de transmitir para as mulheres, usuárias das UBS, informações explicativas bem delineadas e claras de todas as especificidades abarcadas pelo exame preventivo citopatológico (SOARES *et al*, 2010).

De acordo com Ramos de Souza (2015), os profissionais de saúde, no caso os enfermeiros das UBS, precisam denotar sensibilidade para reconhecer e perceber que

as mulheres, especialmente atendidas nesse serviço, expressam necessidades individuais, sendo importante construir estratégias que facilitem a proximidade, o diálogo e conseqüentemente a abordagem do assunto. É relevante promover a aceitação das informações e acima de tudo, fomentar o entendimento da essencialidade da concepção e adesão satisfatória ao exame citopatológico.

Confirmando estes apontamentos, a atuação do profissional da enfermagem é destacada pela competência teórico-prática desses profissionais para despertar na população feminina, posicionamentos mais consistentes e conscientes da necessidade de obter conhecimentos que apontam para a concepção responsável do exame citopatológico realizado periodicamente, assumindo positivamente o compromisso de valorizar a sua saúde, evitando possíveis agravos decorrentes da não prevenção, diminuindo a possibilidade de diagnósticos avançados desta patologia (RAMOS de SOUZA, 2015).

Ainda nesta direção, consagra-se a significância da atuação da enfermagem com relação ao exame citopatológico ou Papanicolau, junto às usuárias das UBS, ponderando-se que para validar ações de combate e ou controle do câncer do colo de útero, é necessário que haja um envolvimento dos referidos profissionais de saúde, primado pelo respeito à intimidade, privacidade e ao direito das mulheres, receberem informações e orientações corretas, colaborando para a eficácia das práticas preventivas (FERREIRA, 2009).

Cabe acrescentar como primordial, no contato com as usuárias das UBS que o enfermeiro responsável possa ater-se ao compromisso de levar ao conhecimento dessas mulheres uma exposição detalhada e explicativa, de todos os itens referentes a citada patologia e a realização do exame respectivo, visando sanar qualquer dúvida pertinente, sendo muito importante que após a coleta do material, o retorno seja enfatizado e estratégias que favoreçam o diálogo, a sensibilidade e empatia, sejam utilizados durante as ações de orientação. Tais estratégias devem atentar para uma contextualização das vivências das mulheres, buscando revelar um olhar sensível a cada uma delas e em hipóteses alguma, considerar preconceitos preestabelecidos (BRASIL, 2010).

Assim sendo, o papel do enfermeiro é confirmado pelas possibilidades de aprimorar a divulgação de informações à população feminina, abordando com mais detalhamento os fatores de risco, as ações de prevenção disponíveis e a importância da identificação precoce do câncer do colo de útero, contribuindo para com os diagnósticos

feitos precocemente, entendendo que estes, influenciam na efetividade do tratamento da doença (SILVA *et al.*, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a temática Papanicolau e a importância da realização deste exame pelas Usuárias da Unidade Básica de Saúde, foi possível observar que o exame citopatológico pode ser considerado o mais eficiente na detecção precoce do câncer do colo uterino, atuando como um preventivo, tanto quanto, favorecendo as providências relacionadas ao tratamento, caso seja necessário. Neste sentido, torna-se importante e indispensável, pontuar ações a serem realizadas pela equipe de enfermagem, visando orientar e conscientizar as mulheres sobre o exame Papanicolau, que deve ser feito periodicamente, acentuando a essencialidade do retorno para a retirada do mesmo, na medida em que o interesse pelo conhecimento do resultado pode servir como base para providências, tanto preventivas como de controle desta patologia, evitando agravamentos com o comprometimento de saúde, que em muitos casos, tornam-se irreversíveis, colaborando com a incidência do aumento da morbimortalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instituto Nacional do Câncer**. Programa nacional de controle do câncer do colo uterino. Brasília, 2010.

CARVALHO, Francieli Bezerra; RODRIGUES, Damaris Aparecida; SANTOS, Nayana Rosa. Fatores relevantes à não realização do exame papanicolau em acadêmicas de enfermagem da UNIGRAN. **Interbio** v.5 n.2; 2011 - ISSN 1981-3775. Disponível em: <http://www.unigran.br/interbio/paginas/ed_antteriores/vol5_num2/arquivos/artigo3.pdf> Acesso em 17 maio. 2020.

FERREIRA, Maria de Lourdes da Silva Marques. Motivos que influenciam a não-realização do exame de papanicolaou segundo a percepção de mulheres. **Esc Anna Nery Rev Enferm**. '2009 abr-jun; 13 (2): 378-84. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ean/v13n2/v13n2a20.pdf>> Acesso em 28 maio 2020.

GIRIANELLI, Vania Reis; GAMARRA, Carmen Justina; SILVA, Gulnar Azevedo e. Os grandes contrastes na mortalidade por câncer do colo uterino e de mama no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 48, n. 3, p. 459-467, June 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102014000300459&lng=en&nrm=iso>. access on 28 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero**. Rio de Janeiro (RJ): INCA; 2011.

PIMENTEL, Angela Vieira et al. Percepção da vulnerabilidade entre mulheres com diagnóstico avançado do câncer do colo do útero. **Texto Contexto Enferm.** 2011 jun[citado 2016 set 10];20(2):255-62. Disponível em: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n2/a06v20n2.pdf> > Acesso em 17 maio 2020.

RAMOS DE SOUZA, Kaliandra et al. Educação popular como instrumento participativo para a prevenção do câncer ginecológico: percepção de mulheres. **Rev Cuid, Bucaramanga**, v. 6, n. 1, p. 492-499, Jan. 2015. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732015000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 4 de June 2020.

RICO, Ana María; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Tem mulher, tem preventivo: sentidos das práticas preventivas do câncer do colo do útero entre mulheres de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1763-1773, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000900016&lng=en&nrm=iso>. access on 25 maio 2020.

SILVA, Sílvio Éder Dias da et al. Representações sociais de mulheres amazônidas sobre o exame papanicolau: implicações para a saúde da mulher. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 685-692, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452008000400012&lng=en&nrm=iso>. access on 15 maio 2020.

SOARES, Marilu Correa et al. Câncer de colo uterino: caracterização das mulheres em um município do sul do Brasil. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 90-96, Mar. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452010000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 17 maio 2020.

A IMPORTÂNCIA EM DESENVOLVER O CONHECIMENTO DO PACIENTE SOBRE AS CAUSAS QUE LEVAM A CONFECÇÃO DA COLOSTOMIA

Laiz Ferreira, Ana Flavia Cruz Lopes, Thayna Alves Custódio, Elisangela Ramos De Oliveira, e-mail: Cthaynaalves@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A origem da definição ostoma, ostomia, estoma ou estomia advém do grego stómae, que apresenta o significado boca ou abertura de qualquer víscera oca com o exterior do corpo, mediante a um ato cirúrgico, recebendo então o nome do órgão que foi exteriorizado (RIBEIRO, R. V. L. et al., 2016) ou seja o paciente é submetido ao procedimento cirúrgico da ostomia a fim de corrigir as alterações intestinais que são provenientes de causas variadas. De acordo com a sua etiologia, as estomias intestinais podem ser classificadas como temporárias ou definitivas, as temporárias são decorrentes do ato cirúrgico até o término do tratamento da doença, já as definitivas perduram por toda a vida do indivíduo. (GEMELLI, 2002 apud MARTINELLI, I. et al., 2015). A confecção da ostomia é usada principalmente para o desvio fecal como uma opção de tratamento para doenças do cólon, portanto, a colostomia é a abertura cirúrgica que tem como objetivo fazer o trabalho artificial e mecânico do intestino.

Tanto a consistência das fezes quanto o nome do órgão que será exteriorizado varia de acordo com a porção do intestino onde será realizada a cirurgia. Mesmo parecendo simples este procedimento não está isento de complicações, até quando utilizada técnica cirúrgica adequada. (FONSECA, A. Z. et al., 2017).

As contraindicações para a execução do procedimento, no qual encontra-se conectado ao quadro clínico do paciente que podem ser observadas pela enfermagem e alegar à equipe médica, são, estomas de cólon direito e transversal, alterações do estoma, metástases, tratamento por radioterapia ou quimioterapia e incapacidade para o autocuidado. (PERFOLL, R, 2018).

As causas que levam a confecção da colostomia são diversas, podendo identificá-las como neoplasias malignas, doenças inflamatórias, arma de fogo, adenocarcinoma colorretal, obstrução intestinal, doenças crônicas, malformação anorretal, enterocolite necrosante e atresia intestinal (MARECO, A. P. M. et al., 2019; MARTINS, L. M. et al., 2015; (RODRÍGUEZ, P. B. et al., 2016).

Levando em consideração que as pessoas ostomizadas, na maioria das vezes, não possuem informações suficientes sobre o seu tratamento, devido à falta de comunicação adequada entre o profissional/paciente, é importante ressaltar que, se o paciente está bem esclarecido sobre a sua doença, isso corrobora para o seu tratamento positivo, caso não, influenciá-lo negativamente em seu processo de recuperação. (WALL, S.; SANTOS, C. 2017). Portanto, o objetivo dessa pesquisa é levantar as principais causas que levam a confecção da colostomia e discutir a importância em desenvolver o conhecimento do paciente sobre a doença.

2 METODOLOGIA

Refere-se a um estudo exploratório, descritivo, onde foi composto pelas etapas de: busca dos estudos nas bases de dados; extração de dados; definição de critérios para a inclusão de estudos na revisão; análise dos estudos selecionados; interpretação e discussão dos resultados.

Selecionou-se estudos de revisão bibliográfica coletados nas bases de dados *Scielo* e *Pubmed*, publicações relacionadas aos anos de 2015 a 2019. Os critérios de inclusão foram: artigos completos disponíveis, no idioma inglês, espanhol e português. Critérios de exclusão: artigos que não se relacionavam a temáticas, artigos com outras abordagens metodológicas que não se identificaram como revisão bibliográfica. As palavras-chaves utilizadas foram: colostomia e etiologia; colostomia e enfermagem; colostomia e classificação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a busca na literatura foram encontrados 58 artigos na base de dados *Pubmed* e *Scielo*, destes, 8 foram excluídos por não abordarem o tema proposto, desse modo foram admitidos para a leitura dos resumos um total de 50 artigos, no qual 5 não estavam disponíveis, 15 não apresentaram os resultados esperados, 5 apresentavam idiomas diferentes do inglês, espanhol e português, 15 foram excluídos por não terem os objetivos desejados. Sendo assim, selecionados para a revisão bibliográfica um total de 10 artigos que foram lidos na íntegra. **(Figura 1)**

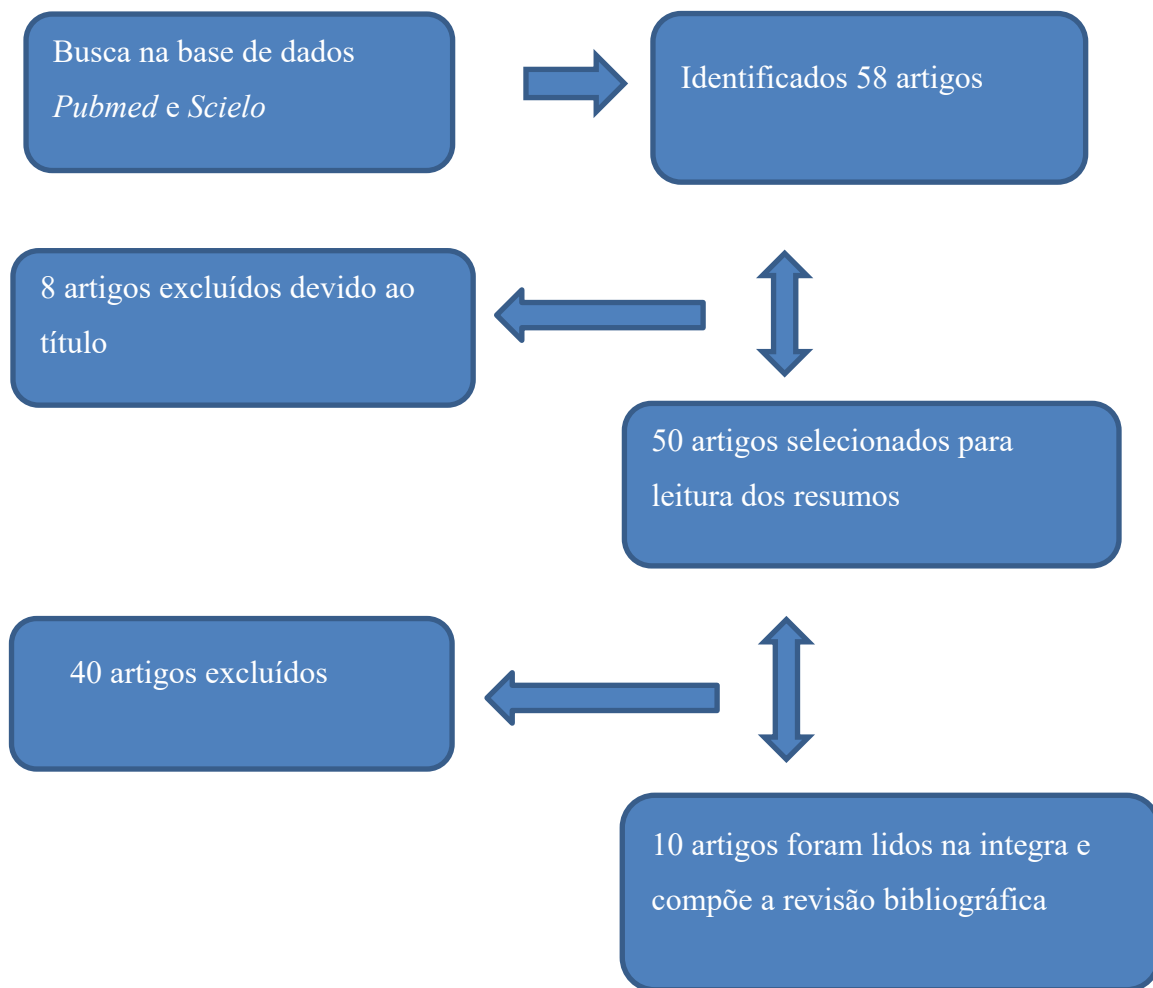


Figura 1: fluxograma dos artigos selecionados para a revisão

Visto que há muita desinformação no contexto do procedimento cirúrgico que será realizado no paciente, é de suma importância que o mesmo, ao passar por todo esse processo esteja bem esclarecido de informações que ajudarão em seu tratamento, bem como conhecer a causa da sua doença é um fator primordial para a sua recuperação positiva. A formação e fechamento das enterostomias continua sendo um procedimento com alto índice de complicações. (RODRÍGUEZ, P. B. et al., 2016)

De acordo com o COREN (Conselho Regional de Enfermagem) existem algumas complicações para a realização da colostomia, que estão ligados ao quadro clínico do cliente que são expostas à equipe médica pelo enfermeiro, como por exemplo (prolapso, hérnia, retração e estenose).

Ressalta-se que, o procedimento não é isento de riscos uma vez que existe perda de líquido imediatamente após o preparo, podendo ocorrer distúrbio hidroeletrólítico.

Posto isto, dentre os principais artigos analisados observou-se que as causas que levam a confecção das colostomias são variadas, como neoplasias malignas, doenças inflamatórias, arma de fogo, adenocarcinoma colorretal, obstrução intestinal, doenças crônicas, malformação anorretal, enterocolite necrosante, atresia intestinal.

A tabela 1 nos mostra as causas mais frequentes que levam a confecção da colostomia segundo os artigos selecionados. Em um estudo com 25 pacientes adultos, portadores de estomas intestinais observou-se que as causas mais frequentes para sua confecção foram: o câncer de reto (36%), em sequência as neoplasias malignas com (24%), obstrução intestinal (12%), acidente por arma de fogo (8%) e as doenças inflamatórias (8%). (MARECO, A. P. M. et al., 2019)

Já no estudo feito por Rodriguez (2016) no qual 114 pacientes realizaram a colostomia e de 69 pessoas 45 apresentaram causas como malformação anorretal, enterocolite necrosante (24/43) e atresia intestinal (4/8).

No contexto das principais causas, destacam-se também as causas externas como, o ferimento de arma de fogo (37%), seguido do adenocarcinoma colorretal (29%), a amostra foi obtida por meio de 50 pacientes ostomizados (SANTOS, A. M.; FONTES, N. M. L.; NOGUEIRA, E. C, 2017).

De acordo com Cengiz e Bahar (2017) dentre 12 pacientes submetidos a confecção da colostomia, a principal causa era câncer colorretal, sendo (75%).

Tabela 1 : principais causas que levam a confecção das colostomias segundo os artigos levantados

CAUSAS	INCIDÊNCIA	FONTE
NEOPLASIAS MALIGNAS (ADENOCARCINOMA COLORRETAL)	(24%)	(MARECO, A. P. M. et al., 2019)
CÂNCER DE RETO	(36%)	(MARECO, A. P. M. et al., 2019)
ARMA DE FOGO	(8%)	(MARECO, A. P. M. et al., 2019)
OBSTRUÇÃO INTESTINAL	(12%)	(MARECO, A. P. M. et al., 2019)
MALFORMAÇÃO ANORRETAL	(45/69)	(RODRÍGUEZ, P. B. et al., 2016)
ENTEROCOLITE NECROSANTE	(24/43)	(RODRÍGUEZ, P. B. et al., 2016)
ATRESIA INTESTINAL	(4/8)	(RODRÍGUEZ, P. B. et al., 2016)
DOENÇAS INFLAMATÓRIAS (CRONH E RETOCOLITE ULCERATIVA)	(8%)	(MARECO, A. P. M. et al., 2019)
ARMA DE FOGO	(37%)	(SANTOS, A. M.; FONTES, N. M. L.; NOGUEIRA, E. C, 2017)
ADENOCARCINOMA COLORRETAL	(29%)	(SANTOS, A. M.; FONTES, N. M. L.; NOGUEIRA, E. C, 2017)
ADENOCARCINOMA COLORRETAL	(75%)	(CENGIZ, B; BAHAR Z, 2017)

Há cerca de 32.600 novos casos anuais, acometendo 15.070 homens e 17.530 mulheres. Estima-se que, no Brasil, há cerca de 50 mil ostomizados sendo a maioria jovens, submetidos à cirurgia, após ter sido vítimas de traumatismos por arma branca, arma de fogo ou acidentes (MARECO, A. P. M. et al., 2019). Segundo WALL e SANTOS (2017, p. 768) “as principais doenças inflamatórias que levam o paciente a usar a bolsa de ostomia, são doenças como retocolite ulcerativa crônica e doença de Cronh, fora algumas condições hereditárias como polipose adenomatosa familiar”.

De acordo com Ribeiro (2016) as neoplasias de cólon e reto são doenças mais prevalentes no mundo e que necessitam da realização da colostomia, sendo a causa

mais elevada nos países desenvolvidos devido a industrialização. Além disso, estudos revelam que a incidência no Brasil é maior em mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as informações descritas neste artigo, nas quais, levantou-se as principais etiologias referindo-se ao paciente portador de colostomia seja permanente ou temporária, buscou-se a compreensão dos índices das principais causas, diante do que foi exposto, conclui-se que o câncer de cólon e reto vem sendo encontrado como a principal causa da inserção de uma colostomia, no Brasil os índices mais elevados são do sexo feminino, logo entende-se que é de total relevância manter o paciente informado, principalmente sobre a causa que o levou a ser portador de colostomia, a fim de agregar, positivamente a evolução do seu quadro clínico.

REFERÊNCIAS

CENGIZ B, BAHAR Z. PERCEIVED BARRIERS AND HOME CARE NEEDS WHEN ADAPTING TO A FECAL OSTOMY: A PHENOMENOLOGICAL STUDY. **J Wound Ostomy Continence Nurs**. 2017 Jan/Feb;44(1):63-68. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27564927/>>. Acesso em: 21 set. 2020.

Conselho Regional de Enfermagem. REALIZAÇÃO DE LAVAGEM VIA COLOSTOMIA PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM. Parecer Coren, 2016. Disponível em: <http://ba.corens.portalcofen.gov.br/parecer-coren-ba-n%E2%81%B0-0132016_27519.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

FONSECA, A. Z. et al. FECHAMENTO DE COLOSTOMIA: FATORES DE RISCO PARA COMPLICAÇÕES. **ABCD, arq. bras. cir. dig.** [online]. 2017, vol.30, n.4, pp.231-234. ISSN 2317-6326. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-67202017000400231&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 set. 2020.

MARECO, A. P. M. et al. A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA DE PACIENTES COM ESTOMIAS INTESTINAIS. **ReBIS** [Internet]. 2019; 1(2):19-23. Disponível em: <<http://revista.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/136>>. Acesso em: 19 set. 2020.

MARTINELLI, I. et al. FREQUENTES COMPLICAÇÕES EM PACIENTES COLOSTOMIZADOS. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa – RUEP**. v.13, n.30, jan. abr. jun. 2015. Disponível em: <<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep/article/view/444/0>>. Acesso em: 12 set. 2020.

MARTINS, L. M. et al. REHABILITATION OF INDIVIDUALS WITH INTESTINAL OSTOMY. **Br J Nurs**. 2015 Dec 10;24(22):S4, S6, S8 passim. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26653721/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

PERFOLL R. CONTROLE INTESTINAL: IRRIGAÇÃO E OCLUSÃO. 2018. Disponível em: < <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-2018/12973-aula-de-controle-intestinal/file>>. Acesso em: 24 set. 2020.

RIBEIRO, R. V. L. et al. ADAPTAÇÃO SOCIAL DO PACIENTE COLOSTOMIZADO: DESAFIOS NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM. **R. Interd.** v. 9, n. 2, p. 216-222, abr. mai. jun. 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6771910>>. Acesso em: 07 set. 2020.

RODRÍGUEZ, P. B. et al. [INTESTINAL STOMAS. ARE THEY AS SIMPLE AS THEY SEEM?]. **Cir Pediatr.** 2016 Jan 25;29(1):8-14. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27911064/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, A. M.; FONTES, N. M. L.; NOGUEIRA, E. C. APLICABILIDADE DA TEORIA DE WANDA HORTA NO AUTOCUIDADO A PACIENTES OSTOMIZADOS. **international nursing congress theme: Good practices of nursing representations In the construction of society** May 9-12, 2017. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/cie/article/view/6198>>. Acesso em: 15 set. 2020.

WALL, S. S; SANTOS, C. P. REINSERÇÃO SOCIAL DA PESSOA OSTOMIZADA. **Revista da Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso.** ISSN 2595-3605 Submetido:10/09/2017 Avaliado:04/10/2017. Urcamp Bagé - RS, vol. 1, n.1, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/127262480-Reinsercao-social-da-pessoa-ostomizada-social-reinsertion-of-the-ostomized-person.html>>. Acesso em: 07 set. 2020

A INFLUÊNCIA DA MICROBIOTA INTESTINAL NA DEPRESSÃO

Milene Fernanda Ramalho, Raquel Castanhassi, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: milenyramalho@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A depressão refere-se a uma ampla gama de problemas de saúde mental caracterizados pela perda de interesse e prazer em coisas comuns, mau humor e um conjunto de sintomas comportamentais, emocionais e físicos. A etiologia da depressão está relacionada a vários fatores, tais como: genéticos, bioquímicos, endócrinos, neurofisiológicos, psicológicos e sociais (NATIONAL COLLABORATING CENTRE FOR MENTAL HEALTH, 2010).

Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas no mundo, de todas as idades, sofrem com a depressão, sendo a principal causa de incapacidade em todo o mundo e contribui de forma importante para a carga global de doenças (OPAS, 2018).

Recentes estudos têm sugerido uma relação entre a depressão e a microbiota intestinal. Microbiota é o conjunto de micro-organismos que residem no corpo humano simbioticamente, sem causar infecções ou outros danos ao hospedeiro em situações normais (TRABULSI; ALTERTHUM, 2015). Há cerca de 10^{14} micro-organismos no intestino, quantidade aproximadamente igual ao de células eucarióticas do corpo humano. A microbiota intestinal é considerada o segundo genoma, contendo 100 vezes o número de genes do genoma humano. Dessa maneira, alterações na microbiota intestinal e nos metabólitos derivados dela, estão envolvidos em comportamentos anormais e disfunção cognitiva por meio do eixo microbiota-intestino-cérebro (LI et al., 2019).

À face do exposto, este resumo visa apresentar as características da microbiota intestinal humana e mostrar sua relação com a depressão.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa consultando artigos científicos de revisão, completos e de acesso livre da base de dados PubMed, publicados entre 2017 e 2020, que continham os seguintes descritores, em inglês: gut microbiome, depression, probiotics.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Logo após o nascimento, a microbiota intestinal de um recém-nascido é transitória sendo dominada por *Enterobacteriaceae* e *Staphylococcus*. Posteriormente, a microbiota intestinal da criança é dominada por *Bifidobacterium* e bactérias ácido-lácticas. No decorrer do primeiro ano de vida do bebê ocorre mudança de sua microbiota. A microbiota antes do desmame é rica e bactérias com genes auxiliando na utilização de lactato, já após o desmame, a introdução de alimentos sólidos promove o crescimento de bactéria que codificam genes para que haja utilização de uma variedade maior de carboidratos, síntese de vitaminas e degradação de xenobióticos. Por volta dos três anos de idade é estabelecida uma microbiota intestinal semelhante à do adulto (TANAKA; NAKAYAMA, et al., 2017).

Estudos têm sido realizados com roedores e humanos explorando a comunicação bidirecional entre a microbiota intestinal e os sistemas imunológico, endócrino e nervoso central implicados na etiologia e fisiopatologia da depressão (FLUX; LOWRY, 2020). O sistema nervoso central altera o ambiente intestinal regulando a motilidade e secreção, assim como a imunidade da mucosa via nervos viscerais e eixo neuronal-glial-epitelial. Fatores extrínsecos, como dieta e estilo de vida, e fatores intrínsecos, como a genética, imunidade e hormônios regulam a composição da microbiota intestinal. A microbiota intestinal reage a essas mudanças produzindo neurotransmissores ou neuro moduladores, como colina, triptofano e ácidos graxos de cadeia curta, que impactam o sistema nervoso central (ZHU et al., 2019).

Muitos estudos têm apontado a disbiose (desregulação da microbiota) entre pacientes com depressão ou roedores com comportamento semelhante à depressão. De modo geral, foi observado o aumento de *Bacteroidetes*, *Actinobacteria* e *Verrucomicrobia*, e a diminuição de *Firmicutes* e *Proteobacteria* em indivíduos depressivos. Os gêneros bacterianos *Alistipes*, *Oscillibacter*, *Blautia*, *Akkermansia*, *Ruminococcus*, *Prevotella*, e *Lactobacillus* estão associados com a gravidade de sintomas de depressão (LI et al., 2019).

Pesquisas realizadas com roedores livres de micro-organismos, apontam que a falta da microbiota nesses modelos animais está relacionada a depressão, ansiedade e estresse nesses animais. Ansiedade e depressão também são complicações típicas de pacientes com síndrome do intestino irritável (ZHU et al. 2020).

Utilizando modelos de ratos que sofrem estresse crônico leve e imprevisível, foi encontrada uma relação entre disbiose e alterações do metabólito fecal. A análise funcional demonstrou que as alterações do metaboloma fecal ocorreram antes das alterações no metaboloma plasmático e dos sintomas depressivos, sugerindo que os metabólitos da microbiota fecal estão associados à patogênese da depressão. Além disso, vários aminoácidos fecais e séricos, como alanina, serina, tirosina, L-treonina, isoleucina e prolina oxidada, demonstraram correlações significativas com a microbiota intestinal e índices comportamentais de depressão, sugerindo que os metabólitos de aminoácidos da microbiota intestinal contribuíram para mudanças em aminoácidos circulantes e comportamentos depressivos (LI et al. 2019).

De acordo com Martin & Mayer (2017), três diferentes tipos de estudos sugerem causalidade entre microbiota e depressão: transplante de microbiota fecal de humanos com depressão para roedores induzem comportamentos depressivos nos modelos animais; a incidência de surtos de *Escherichia coli* no Canadá e Alemanha levaram a aumentos na depressão e sintomas relacionados à ansiedade na população afetada; a administração de prebióticos e probióticos melhora a ansiedade e o humor.

Há alguns anos tem sido estudado o potencial terapêutico de probióticos para tratamento da depressão. Probióticos são organismos vivos que beneficiam o hospedeiro quando inoculadas em quantidades adequadas (TRABULSI; ALTERTHUM, 2015). Os probióticos secretam várias moléculas de sinalização, com diversos efeitos, como antidepressivo, imunomodulador ou modulador da neurotransmissão (YONG et al., 2020). Um estudo com ratos evidenciou que o tratamento com *Bifidobacteria infantis* aumentou significativamente um precursor serotoninérgico, o triptofano, no plasma e diminuiu marcadores inflamatórios da depressão, como o interferon alfa, fator de necrose tumoral e interleucina-6 (NADEEM et al, 2019).

Pacientes diagnosticados com depressão e síndrome do intestino irritável que receberam uma suplementação com *Bacillus coagulans* notaram um alívio dos sintomas de ambos os quadros clínicos. No entanto, pode ser que os pacientes tenham tido uma melhora no quadro depressivo como resultado da redução dos sintomas da síndrome do intestino irritável (YONG et al., 2020). Embora os probióticos apresentem eficácia clínica no tratamento da depressão por meio da modulação do eixo microbiota-intestino-cérebro, a complexidade da microbiota intestinal e a heterogeneidade da depressão são

fatores que dificultam a compreensão exata dos mecanismos que contribuem para essa eficácia clínica (YONG et al.,2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A microbiota intestinal se inicia a partir do nascimento e no decurso da vida vai sofrendo transformações, conforme o estilo de vida e hábitos alimentares. Ao analisar o eixo microbiota-intestino-cérebro foi demonstrado que os micro-organismos do trato gastrointestinal influenciam na função do cérebro, podendo desencadear transtornos mentais como depressão e ansiedade. Inclusive, alguns estudos demonstraram a efetividade do uso de probióticos no tratamento da depressão. É fulcral que o papel da microbiota intestinal na depressão continue a ser investigado, para que se tenha uma melhor compreensão da patogênese e formas de tratamento desta doença.

REFERÊNCIAS

FLUX, M.C.; LOWRY, C.A. Finding intestinal fortitude: Integrating the microbiome into a holistic view of depression mechanisms, treatment, and resilience. **Neurobiology of disease**, v.135, 2020.

LI, S. et al. The role of bacteria and its derived metabolites in chronic pain and depression: recent findings and research progress. **International Journal of Neuropsychopharmacology**, v.23, n.1, p.26-41, 2019.

MARTIN, C.R; MAYER, E.A. Gut-Brain Axis and Behavior. **Nestle Nutr Inst Workshop Ser**, v. 88, p.45–53, 2017.

NADEEM, I. et al. Effect of probiotic interventions on depressive symptoms: A narrative review evaluating systematic reviews

NADEEM, I. et al. Effect of probiotic interventions on depressive symptoms: a narrative review evaluating systematic reviews. **Psychiatry and Clinical Neurosciences**, v.73, p. 154-162, 2019.

NATIONAL COLLABORATING CENTRE FOR MENTAL HEALTH. **Depression**. Nice guideline on the treatment and management of depression in adults. Updated edition. 2010.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Folha informativa - **Depressão**. 2018. Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=1095>. Acesso em 18 set. 2020.

TANAKA.M, NAKAYAMA.J. Development of the gut microbiota in infancy and its impact on health in later life. **Allergol.Int.**, v.66, n.4, 2017.

TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 6ª ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

YONG, S.J., et al. Antidepressive mechanisms of probiotics and their therapeutic potential. **Frontiers in Neuroscience**, v.13, n.1361, 2020.

ZHU, S. et al. The progress of gut microbiome research related to brain disorders. **Journal of neuroinflammation**, v.17, n.25, 2020.

Effect of probiotic interventions on depressive symptoms:
A narrative review evaluating systematic reviews

A INFLUÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT NO RENDIMENTO DE JOGADORES DE FUTEBOL

Lucas Minetto Lyra, Rafael Corrêa Soares, Juliana Inhesta Limão Thiengo, email: rafa.co.soa@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O futebol faz parte da cultura popular brasileira, não é um esporte como os outros, pois ele ultrapassa o espaço de jogo, exemplo disso são os agentes funerários que fazem caixões com o escudo dos times, as plataformas marítimas de petróleo que são equipadas com campos de futebol-sofáite, e os clubes de futebol que podem servir como um trampolim para um cargo político. Isso mostra a tamanha importância que esse esporte tem em nossa sociedade que conseqüentemente gera também uma grande cobrança sobre os jogadores. O futebol é um esporte que exige muita dedicação e treino nos aspectos físicos, táticos e técnicos. Além desses fatores, o controle emocional também interfere no rendimento do atleta de forma significativa. De acordo com Pires, Brandão e Machado (2000) é necessário que os jogadores de futebol adquiram combinação de estabilidade das reações psicológicas, neurológicas e fisiológicas.

O alto nível de estresse pode causar alguns danos como a Síndrome de Burnout que é caracterizada pelo esgotamento físico, psíquico e emocional, causada por uma sobrecarga no ambiente de trabalho (MASLASH e JACKSON, 1981). Smith (1986) define que a Síndrome de Burnout é ocasionada por um desequilíbrio emocional advindo de um estresse crônico diante de condições e percepções do trabalhador frente às demandas laborais, o que pode gerar tensões, desprazer, fadiga, e subtraindo a energia, que pode levar o indivíduo ao adoecimento. Com isso, a Síndrome de Burnout é um fator relevante para a área de saúde coletiva. O objetivo da pesquisa foi compreender a Síndrome de Burnout em jogadores de futebol.

2 MÉTODO

A presente pesquisa é de caráter qualitativo e foi realizada por meio de uma revisão de bibliográfica. Para Gil, (2007), uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses, a pesquisa bibliográfica possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições.

Para à busca dos artigos utilizou as palavras-chave: Síndrome de Burnout, Síndrome de Burnout no esporte, Síndrome de Burnout em jogadores de futebol e estresse no futebol nas bases de dados: Google Acadêmico e Scielo.

Além de artigos relacionados ao futebol, foram utilizadas pesquisas referentes a psicologia do esporte, aonde foi obtido múltiplas informações abrangendo sobre a Síndrome de Burnout. Qualquer outro artigo que fugisse do assunto, foi excluído.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sobrecarga de se considerar um jogador profissional no Brasil é grande, além de ser uma modalidade esportiva praticada socialmente, visando aos mais diferentes objetivos, o futebol também é uma “paixão”, um “estilo de vida” e uma instituição social que cultiva mitos, crenças, transforma seu percurso em uma empresa, que vende muito bem produtos como o “jogador de futebol”, e se constitui grande fonte de renda.

Os compromissos esportivos, no decorrer de um campeonato, fazem com que uma equipe ou atleta estejam em constantes viagens, longas ou não. Estas viagens necessárias podem se transformar em peças importantes para os resultados esportivos, desde que bem planejadas ou analisadas com antecedência. Dosil (2008) argumenta que o que diferencia o atleta vencedor para o não vencedor, é a capacidade de lidar com diferentes situações de caráter psicológico. Portanto, a relação entre o esporte e o desenvolvimento das habilidades psicológicas de seus atletas é muito importante, uma vez que não é possível separar a relação corpo-mente. Um exemplo disso é o Campeonato Brasileiro da série A, aonde participam equipes do país inteiro. Os atletas fazem viagens longas, alguns acabam não dormindo muito bem, há pressão da família, do clube, da torcida, e ainda há insegurança de performance dos clubes menores quando vão enfrentar os clubes grandes, ou seja, sobrecargas que causam uma exaustão física que podem levar à Síndrome de Burnout Verardi, et al. (2014).

Devido aos fatores emocionais dos atletas, Pujals e Vieira, (2002) destacam que os clubes de futebol, cada vez mais, estão compreendendo a importância de se ter um profissional da psicologia do esporte compondo sua equipe técnica multidisciplinar, contribuindo assim para melhor desempenho dos jogadores e melhores resultados da equipe. Smith (1986) enfatiza que quanto à percepção da Síndrome de Burnout em atletas é difícil de ser percebida pela dificuldade em diferenciá-la do over training.

O overtraining tem como diagnóstico advindo do desequilíbrio entre o excesso de exercício e capacidade de recuperação do organismo, ou seja, o atleta não consegue se recuperar completamente de um treino para o outro (SILVA, SANTHIAGO, GOBATTO, 2006). Nascimento Junior et al. (2010) validaram um instrumento de avaliação denominado de QBA (questionário de burnout em atletas) adaptado a língua portuguesa do original ABQ. Esse questionário contém 15 perguntas para verificar os níveis de manifestação de burnout em atletas, muito utilizado atualmente em pesquisas sobre a Síndrome de Burnout em atletas brasileiros. O QBA também pode ser utilizado como monitoramento e prevenção da Síndrome de Burnout em esportistas. Verardi, et al. (2014) realizaram um estudo para avaliar as variáveis de Burnout e as estratégias de enfrentamento entre jogadores profissionais e de categorias de base durante as fases pré-competição e competição, para isso avaliaram 77 jogadores de futebol do sexo masculino sendo 32 profissionais participantes do Campeonato Paulista das Séries A-1 e A-2 e 41 das categorias de base que participaram da Copa São Paulo de Futebol Júnior estado de São Paulo, Brasil. Foi utilizado como instrumentos de avaliação o questionário QBA para avaliar as variáveis de Burnout e um instrumento: escala modos de enfrentamento de problema (EMEP). Obtiveram diferenças estatisticamente significativas entre as categorias na fase pré-competição ($p = 0,026$), mas que não há diferenças na fase de competição ($p = 0,468$).

Os autores concluíram que durante a fase de competição os atletas com escores mais elevados de Burnout referentes à dimensão reduzido o senso de realização esportiva está associado ao modo de enfrentamento focalizado nas práticas religiosas/pensamento fantasioso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho constatou que a Síndrome de Burnout está presente no futebol de alto rendimento, pois os atletas estão expostos a inúmeras variáveis que aumentam o nível de estresse. A queda de rendimento pode ser um sinal de que o atleta está sofrendo da síndrome. O jogador precisa de resultados para continuar como titular ou precisa realizar a jogada corretamente, porém, os resultados positivos não aparecem, o rendimento começa a cair, os treinos passam a ser desgastantes e com isso o atleta entra em uma sobrecarga emocional. Conclui-se que o Burnout pode exercer e influenciar negativamente o jogador na fase de pré-preparação para as competições, tanto como

dentro das competições, fazendo com que o atleta questione a seu carreira como jogador. Além da presença do psicólogo do esporte no quadro multidisciplinar da equipe, é importante que o time tenha um planejamento e organização para um equilíbrio nos níveis de estresses de seus atletas nos períodos de treinamento pré e pós-competitivo.

REFERÊNCIAS

BENITES, LARISSA CERIGNONI; BARBIERI, FABIO AUGUSTO; NETO, SAMUEL DE SOUZA. O Futebol: Questões e Reflexões a Respeito dessa “Profissão”. 17 de novembro de 2006.

BRANDÃO, M. R. F. Fatores de stress em jogadores de futebol profissional. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2000. 189p.

BRANDÃO, MARIA REGINA FERREIRA. Universidade do Futebol, viajando com a equipe: O papel do psicólogo do esporte. 14/10/2013.

BRANDÃO, F. M. R. Tese de Doutorado em Educação Física (área de concentração: Ciências do Esporte) defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21 de dezembro de 2000. Fatores de stress em jogadores de futebol profissional.

CHIMINAZZO, J. G. C; MONTAGNER, P. C. Treinamento esportivo e burnout: reflexões teóricas. Revista Digital - Buenos Aires. Novembro de 2004.

GIACOMINI, C; FONSECA, G.M.M; principais indicadores de Burnout em jovens atletas de futebol. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 106-123, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO JUNIOR, J. R. A.; GAION, P. A.; NAKASHIMA, F. S.; VIEIRA, L. F. Análise do estresse psicológico pré-competitivo estratégias de coping de jovens atletas de futebol de campo. Revista Brasileira Ciência e Movimento, Vol. 18 n.4 p.45-53, 2010.

PIRES, D. A.; BRANDÃO, M. R.; MACHADO, A. A. A Síndrome de Burnout no esporte. Motriz, Rio Claro, v. 11, n. 3, p. 147-153, 2005.

PIRES, D.A.; BRANDÃO, M.R.F.; SILVA, C.B. Validação do questionário de Burnout para atletas. Revista de Educação Física UEM, Maringá v. 17, n. 1, p. 27-36, 1. sem. 2006

PIRES, A. D; SANTIAGO, MELLO M. L; SAMULSK, MARTIN D; DA COSTA, TEOLDO V. A Síndrome de Burnout no esporte brasileiro. Rev. educ. fis. UEM vol.23 no.1 Maringá Jan./Mar. 2012.

SILVA, A. S. R; SANTHIAGO, V; GOBATTO, C. A. Compreendendo o Overtraining no Desporto: Da Definição ao Tratamento. Rev. Port. Cien. Desp. v.6 n.2 Porto maio 2006.

VERARDI, C. E. L.; MIYAZAKI, M. C. DE O. S; NEGAMINE, K. K; LOBO, A. P. DA. S;
DOMINGOS, N. A. M. Esporte, stress e Burnout Campinas July/Sept. 2012.

VERARDI, C. E. L.; SANTOS, A. B.; NAGAMINE, K. K.; DE CARVALHO, T. ;
MIYAZAKI, M. C. O. S. Burnout e enfrentamento em jogadores de futebol: fases pré e
durante competição. Revista Brasileira de Medicina do Esporte. Rev Bras Med Esporte
vol.20 no.4 São Paulo July/Aug. 2014.

A INTRODUÇÃO DE TREINAMENTOS PARA GOLEIROS NO FUTSAL

Ana Paula Saraiva Marreiros, Mariane Géglio, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail:
saraiva20.ps@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O futsal é considerado o terceiro esporte mais popular do Brasil, sendo um dos destaques na entre os praticados em quadra, sendo praticado de várias maneiras como lazer ou de maneira competitiva as funções são denominadas como fixo, ala direito e esquerdo, goleiro e pivô, sendo o último responsável por distribuir as jogadas, finalizar as jogadas e conseguir espaço na área para seus companheiros fazerem o gol, sendo jogadores como mais agilidade, força equilíbrio e impulsão. Os alas direito e esquerdo, são responsáveis em construir as jogadas e realizar a marcação e ataque no jogo, atuando pelas laterais da quadra com mais frequência. O fixo tem a função principal em quadra ser defensor, podendo em alguns momentos também participar das jogadas ofensivas, surgindo como jogador surpresa para a finalização ao gol (VOSER, 2019).

O goleiro é um dos atletas muito importantes no futsal, tendo como uma das suas principais características, ser o único que pode tocar a bola com as mãos, dentro da área de meta, com a função de proteger o objetivo da sua equipe de não tomar gols, enquanto um propósito secundário reside na distribuição de bola durante o início de um ataque (SOUZA et al., 2020). Outro aspecto importante para o bom desempenho é ter suas habilidades funcionais e motoras treinadas com constância, para assim obter o melhor desempenho, auxiliando a sua equipe a vitória. De maneira tática é considerado o último defensor e o primeiro a organizar o ataque que são os princípios do futsal (CARDOSO et al., 2017).

Nas modalidades desportivas como no futsal, o goleiro tem a função fundamental no desempenho e resultado das equipes, às suas técnicas de treinamento deverão ser bem aprimoradas ao longo do tempo, tendo maior destaque no condicionamento físico elevado (GOMES, 2012). Atualmente, com a evolução das regras introduzidas no futsal, tendo o goleiro uma maior importância nas partidas, assim, se tornando uma posição que precisa de cada vez mais especialização em seu treinamento.

Em decorrência das múltiplas funções, sendo elas físicas, técnicas e táticas, além da convencional que seria o defender, ocasionando na modificação do seu treinamento, o tornando mais estruturado, planejado e aplicado em cima das novas exigências de jogo

(WEINECK, 2003). O treinamento do goleiro para a modalidade de futsal procura alcançar o máximo desempenho esportivo, utilizando elevados níveis de *performance* além funções citadas mais a psicológica, com o desenvolvimento das diversas capacidades físicas como a flexibilidade, velocidade, coordenação e a força, sendo consideradas de suma importância no treinamento e desenvolvimento desse atleta (GONÇALVES e NOGUEIRA, 2007). Sendo as mais importantes à força máxima, sendo a força estática e dinâmica, força de explosão e força de resistência (WEINECK, 1994). A flexibilidade é aplicada em movimentos de grandes amplitudes angulares, a velocidade pode ser determinada como velocidade de reação, ação, resistência ou aceleração, sendo desenvolvidas em uma ação motora com um mínimo tempo (GONÇALVES e NOGUEIRA, 2007).

A coordenação motora é a capacidade de utilizar de maneira ordenada às forças internas e externas na execução do movimento para realizar o trabalho desejado (WEINECK, 1994). A força, como a capacidade neuromuscular para superar no exercício às resistências internas e externas, já a resistência é uma extensão de tempo aonde o atleta consegue manter um trabalho na intensidade determinada (BOMPA, 2002). No jogo o goleiro deve utilizar como base motora os fundamentos de defesa, o seu treinamento é essencial para torná-lo um jogador tecnicamente completo, entre esses fundamentos são encontrados e aplicados no seu treinamento específico (GONÇALVES e NOGUEIRA, 2007). Com as evoluções do treinamento desse jogador específico de defesa no futsal, é importante analisar quais são os resultados adquiridos com a introdução de diferentes tipos de treinamento físicos para a melhora do desempenho do goleiro. Neste sentido, o objetivo do trabalho é verificar os treinamentos que são aplicados para a melhora do desempenho físico do goleiro de futsal.

2 MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica utilizando o método indutivo de maneira indireta, consultado as bases de dados Google Acadêmico, *Sciello*, e revistas correlacionando artigos nacionais com os seguintes descritores futebol, futsal, treinamento de goleiro, preparação de goleiro e método de treinamento. Com o objetivo de relacionar as informações encontradas dos efeitos e resultados ocasionados por diversas sessões de treinamentos para goleiros no futebol e ou futsal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O treinamento de goleiro possui características próprias, que devem ser planejadas e aplicadas de maneira específica, onde são utilizados os movimentos de saltos, deslocamentos lateral e frontal, movimentos de defesa e a reposição da bola, que exigem a força das pernas e braços coordenados para a sua realização (DE PAULA, 2017). Para melhor o desempenho dos goleiros, o mais importante é entender os níveis e tipos de atividades que devem ser aplicadas nesse atleta, avaliando o jogador e ambiente de trabalho, aplicando atividades em cima do seu nível e faixa etária adequada (SOUZA, et al., 2020). O treinamento de defesas deverá ser desenvolvido com alto grau de velocidade de reação, velocidade para levantar rápido do solo e a capacidade de mergulho e lançamento do corpo em várias direções, além de agilidade, altura em saltos e velocidade inicial para frente ou para trás (GALLO et al., 2010).

Nesse aspecto existem estágios de treinos divididos em três níveis, a iniciação, intermediário e alto rendimento. Na iniciação acontece o início da aprendizagem, iniciando com aprendizagem motora e o como e quando devem ser utilizados os movimentos, após a evolução, o atleta em uma fase de treinamento intermediária onde são introduzidos os fundamentos e gestos técnicos para poder ser aprimorados e principalmente automatizados pelos goleiros, por último o alto rendimento quando o goleiro é inserido em competições de longo prazo, com foco nas correções de erros em situações de jogo e envolve o alto desempenho técnico, físico e psicológico de maneira satisfatória (SOUZA, et al., 2020).

A introdução de sessões de treinamento de pliometria, sendo considerado pliométricos, os treinamentos com exercícios que relacionem a força pura com a força rápida exigindo muito o desenvolvimento da potência (BARBANTI, 1997), esse treino pode ser descrito por um ciclo de alongamento e encurtamento, com foco no aumento da força explosiva utilizada em várias modalidades desportiva, no futsal em ações concêntricas e excêntricas para buscar aperfeiçoamento do desenvolvimento da força explosiva, da potência muscular, velocidade de reação (DE PAULA, 2017). Mesmo o treinamento pliometria tendo excelentes resultados na *performance* e maior eficácia em suas defesas na partida, não pode ser aplicado de maneira precipitada, o organismo do goleiro deve estar preparado para suportar essa carga de treinamento, havendo um planejamento prévio (DE LA ROSA e FARTO, 2007), tendo como vantagens a melhora da coordenação intramuscular, grande aumento de força por envolver altas intensidades

de cargas, em indivíduos treinados consegue aumentar da força rápida, devendo ser aplicado de forma gradual, se mal aplicado podendo aumentar os riscos de lesões e não levar ao ganho de força (DE PAULA, 2017).

TABELA 1 - A relação entre os resultados de diversos treinamentos em goleiros

Referência	Treina- mento	Objetivo	Protocolo	Resultados
GOMES, 2012	Força	Comparar o que o treinamento de força tem resultados nas variáveis de saltos vertical e horizontal.	Realizou os testes pré e pós de impulsão horizontal e Vertical em 2 goleiros (GA) e (GB), duração de 4 meses, com sessões de treinamento de tempo de reação, treinamento de força com o próprio peso corporal.	Os goleiros obtiveram ótimos resultados com aumento em seu salto horizontalmente de 2,15 para 2,25cm e 4,65% (GA), 2,01 para 2,10cm 4,48 % (GB), no teste de impulsão Vertical aumentaram de 35 para 47 cm com ganho de 20% (GA), e 37 para 43 cm e ganho de 16,22 % (GB).
CARDOSO et al., 2017	Treina- mento Funci- onal	Comparar o que o treinamento funcional proporciona em resultados sobre as capacidades físicas de flexibilidade e resistência muscular localizada.	Realizou 12 sessões de treinamento funcional em 3 goleiros, aplicando o teste pré e pós de flexibilidade, Resistência muscular localizada e agilidade.	Entre as variáveis analisadas a que obteve maior aumento foi de resistência muscular localizada, principalmente no goleiro 3 que conseguiu mudar resultado Bom do teste para Muito Bom, seguida com aumento de aproximadamente 2 cm de flexibilidade e agilidade não houve mudanças estaticamente consideráveis.
SOUZA, et al.,2020	Treina- mento de Pular Corda	Verificar o treinamento de pular corda e seus efeitos sobre as variáveis de Salto Horizontal,	2 meses de teste 3 vezes na semana, onde o 1º mês 1 minuto de salto consecutivo e 30 segundos de recuperação 2º mês, 2 minutos de salto consecutivos e 30 segundos de recuperação.	O salto horizontal teve um ganho aproximado de 16,93% e Salto Vertical uma média de 34,97 % entre os atletas. Entre os atletas observou-se maior evolução nos níveis de potência nos mais jovens, devido aos ganhos neurais e adaptações musculares advindas de uma mudança de estímulos.

Fonte: (CARDOSO et al., 2017; GOMES, 2012; SOUZA et al., 2020).

O treinamento funcional contém exercícios que envolvem o equilíbrio e a propriocepção em condições instáveis usando o peso corporal em todo momento, tem o objetivo de melhorar funcionalmente o corpo e mente de maneira específica, quando bem planejado pode melhorar a aptidão física do goleiro e também a força, muscular localizada, agilidade, resistência (CARDOSO et al., 2017). Como pode ser observado na Tabela 1, aonde demonstra os resultados da introdução de sessões de treinamentos para goleiros.

O goleiro, em seu treinamento é importante ser enfatizado aplicação de treinamentos anaeróbios em seus treinos situacionais. Entre os exercícios aplicados, os mais utilizados são de maneira anaeróbio alático, por ser considerado de suma importância para o bom desenvolvimento físico, e também treinos para a obtenção de potência anaeróbia, capacidades exigidas em jogo para a aplicação das defesas e melhor desempenho esportivo (BARROS e GUERRA, 2004).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os diferentes tipos de treinamento para goleiros auxiliam na melhora do desempenho físico de maneiras distintas, a utilização da pliometria desenvolve a melhora da coordenação e aumento da força rápida. Os treinos funcionais proporcionam um melhor ganho da aptidão física, força muscular localizada, agilidade e resistência. O resultado das sessões de força é perceptível no aumento do desempenho em saltos verticais e horizontais. Já a utilização do treino de pular cordas tem como benefício o aumento da potência muscular nos saltos, além de ganhos neurais e adaptações musculares advindas das mudanças de estímulos.

REFERÊNCIAS

BARBANTI, V. J. **Teoria e Prática do Treinamento Esportivo**. São Paulo. Editora Edgar Blucher, 1997.

BARROS, L. T; GUERRA, I. **Ciência do Futebol**. Editora Manole, 2004.

BOMPA, T. **Periodização: teoria e metodologia do treinamento**. 4 ed. São Paulo. Editora Phorte, 2002.

CARDOSO A. M. et al. Efeitos de um programa de treinamento funcional sobre a aptidão física em goleiros de futsal amadores. **Revista Perspectiva Ciência e Saúde**, v.2, p. 56-70, 2017.

DE LA ROSA, A. F; FARTO, E. R. **Treinamento Desportivo: do Ortodoxo ao Contemporâneo**. São Paulo. Phorte, 2007.

DE PAULA, D. G. **Análise da influência do treinamento pliométrico em membros inferiores de goleiros de futsal**. Graduação em Educação Física- Universidade do Norte do Paraná. Arapongas, p.24 . 2017.

GALLO, C. R. et al. Análise das ações defensivas e ofensivas, e perfil metabólico da atividade do goleiro de futebol profissional. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, v.5, p. 14-22, 2010.

GOMES, F. V. A influência do treinamento de força nos níveis de impulsão horizontal e vertical em goleiros de futebol de campo na fase da adolescência. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v.3, p. 67-71, 2012.

GONÇALVES, G; NOGUEIRA, R. M. O. O Treinamento específico para goleiros de futebol: uma proposta de macrociclo. **Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 33, p.531-543, 2007.

SOUZA, R. et al. O exercício de pular corda como forma de treinamento de força para goleiros. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 12, n. 48, p. 166-172, 2020.

VOSER, R. C. **Futsal: Princípios Técnicos e Táticos**. 5 ed. Rio de Janeiro. Editora da Ulbra. 2019.

WEINECK, J. **Manual de Treinamento Desportivo**. 2 ed. São Paulo. Editora Manole, 1994.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal**. São Paulo. Editora Manole, 2003.

ADAPTAÇÕES CARDIOVASCULARES SUBSEQUENTES AOS EXERCÍCIOS FÍSICOS AERÓBIOS OU RESISTIDOS

Diogo Fernando Boter, Luiz Pecoli Neto, Ademir Testa Junior, e-mail: diogofernando278@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As doenças do aparelho cardiovascular, se constitui hoje um dos maiores problemas de saúde pública, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), explicitam que em 2015, as doenças cardiovasculares levaram 17,7 milhões de pessoas a óbito, representando 31% de todas as mortes à nível global. Seguindo essa pré-disposição mundial, as doenças cardiovasculares foram responsáveis por 349.642mil óbitos no Brasil no ano de 2015 (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, destaca-se a importância em se diagnosticar de forma precoce os vários fatores de risco para o desenvolvimento das doenças de ordem vascular, sendo intituladas como as mais frequentes entre a população, a pressão arterial elevada (hipertensão), o ganho ponderal (obesidade) e aquela que mais vem preocupando a área médica e os profissionais que lidam com o movimento, figurada como sedentarismo (CARNELOSSO, 2010).

Considerado como a doença do século, o sedentarismo atinge órgãos vitais e impacta diretamente na saúde cardiovascular do indivíduo, associado a comodidade da vida moderna e o resultado da ausência ou diminuição de atividade física regular, ademais, tal patologia se configura na atualidade um dos grandes desafios de políticas públicas.

De outro modo, quando se discuti a problemática da promoção da saúde e prevenção dos eventos cardiovasculares, é interessante observar o papel que o exercício físico, quando regular e apropriado as condições atuais do indivíduo, atinge de forma direta e indireta em praticamente todas as disfunções adquiridas e pode até neutralizar algumas das fixas (SILVEIRA; MENGER, 2017).

Atualmente, a aptidão cardiovascular é comumente classificada como condição aeróbia e vem sendo alvo de variados estudos por sua relação com a condição de saúde e desempenho atlético, tornando-a um componente multifatorial e não apenas a despeito da oferta adequada de oxigênio como resposta a um determinado estímulo (UMPIERRE; STEIN, 2007).

Segundo Vieira e Queiroz (2017), uma outra modalidade vem sendo investigada, caracterizada como treinamento de força e/ou contra resistência, os exercícios resistidos vêm sendo propostos como uma possível estratégia para reduzir as incidências de afecções do coração ou para minorar a gravidade de outras doenças do aparelho circulatório.

O trabalho em questão, tem como objetivo identificar as diferentes adaptações do sistema cardiovascular induzidas pelos dois modelos de treinamento físico, o de caráter aeróbio e anaeróbio.

2 METODOLOGIA

No presente trabalho, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica de carácter qualitativo e método de abordagem indutiva (SEVERINO, 2017).

Foi desenvolvido utilizando-se a estratégia de busca de dados computadorizada. As bases de dados selecionadas foram: Scielo, Dialnet e PubMed. Também foi utilizado o conteúdo dos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Educação Física, Revista: arquivos brasileiros de cardiologia, Revista Brasileira de Atividade física e Saúde, Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes e Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Para complementar o arsenal teórico, os seguintes livros acadêmicos foram consultados: Tratado de Cardiologia do exercício e do Esporte, Fisiologia do Exercício para aptidão, Desempenho e Saúde, Fisiologia do Exercício, Teoria e aplicação ao condicionamento e desempenho, Métodos de Pesquisa em atividade Física e Condicionamento Físico e Saúde. Totalizando 23 artigos para a análise final. Destes, 13 foram utilizados por se enquadrarem no objetivo do presente trabalho: analisar os efeitos do treinamento aeróbio e de força sobre o sistema cardiovascular; sendo excluídos, portanto, as produções que apresentavam as variáveis de treino sem relacionar as adaptações miocárdicas e consequente alterações do sistema cardiovascular ocasionadas por esses modelos de exercício físico.

Os descritores utilizados para a busca foram: Exercícios aeróbios, Treinamento resistido, Sedentarismo e Função cardiovascular e Adaptações cardíacas induzidas pela atividade física sistematizada. Como critério de inclusão, todas as produções analisadas deveriam compreender o período entre 2003 e 2019.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos achados da literatura, foi possível constatar que as principais adaptações do sistema cardiovascular subsequentes ao treinamento aeróbio e resistido sistematizado, como destaca Madeira (2008), são:

- Alterações anatômicas e funcionais do aparelho cardíaco;
- Maior volume sistólico em condições de repouso e em situações de esforço físico;
- Elevação do débito cardíaco máximo;
- Menor frequência cardíaca em repouso e durante o exercício físico;
- Aumento do consumo máximo de oxigênio (VO₂Max);
- Diminuição da resistência periférica e aumento no aporte sanguíneo.

Tais respostas (adaptações) fisiológicas do sistema cardiovascular ao exercício físico, são provenientes de um processo de treinamento físico e podem ser classificadas como adaptações de ordem aguda ou crônica. As adaptações agudas, são aquelas observadas em associação direta a sessão do exercício físico, e podem ser subdivididas em imediatas e tardias. Já as adaptações ditas crônicas, são decorrentes da exposição do indivíduo de forma sistemática a períodos de exercício, representando as alterações anatômicas e funcionais que facilmente diferem um indivíduo treinado de um não treinado (MCARDLE, 2003).

No que tange a área de reabilitação cardíaca, um estudo publicado por Dalpiaz (2016), apontou o treinamento intervalado de alta intensidade como ferramenta eficaz no tratamento das disfunções cardiovasculares.

Ideia essa que vai de encontro no que acredita a Sociedade Brasileira de Cardiologia (2019), onde afirma que os exercícios de caráter contínuo, de leve a moderada intensidade, são os mais indicados para o processo de reabilitação cardiovascular. Vale ressaltar, porém, que a associação de exercícios aeróbicos e resistidos de forma combinada poderia ter um efeito hipotensor de maior magnitude ao sistema cardiovascular.

Na variável Consumo Máximo de oxigênio, em um estudo de revisão envolvendo a influência do treinamento aeróbio para a redução da obesidade infantil, Paes, Marins e Andreazzi (2015), observaram em um trabalho de Araújo, desenvolvido com 39 crianças obesas submetidas a uma intervenção de 12 semanas de treinamento, com exercícios de resistência aeróbicas a 80% da Frequência cardíaca pico, constatou que a melhoria do condicionamento físico aeróbio desencadearia uma série de estímulos

fisiológicos que potencializariam a capacidade em absorver oxigênio e remeter as células do organismo.

Um trabalho de revisão bibliográfica, apresentado a universidade de educação Física de Uberaba, que objetivou identificar a influência dos diferentes modelos de treinamento prescritos para melhoria da frequência cardíaca e conseqüente redução da pressão arterial em indivíduos hipertensos, Nogueira (2018), constatou que, o método de exercícios aeróbios dentro das recomendações da Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial é tido como o mais indicado.

No entanto, como proposto por Umpierre & Stein (2007), os autores identificaram papel importante do treinamento resistido, alertando que até o início dos anos 1990, o treinamento resistido (também chamado de “treinamento com pesos, contra resistência” ou “musculação”) não era contemplado em diretrizes internacionais. No entanto, nos últimos anos, essa modalidade passou a ser observada como uma possível estratégia para prevenção primária e secundária de diferentes cardiopatias pela sua segurança apresentada.

O exercício físico baseado em intervenções de exercício aeróbico em pacientes com problemas cardiovasculares está bem fundamentado na literatura. Contudo, estudos como o de Campos (2018), demonstram que o treinamento combinado entre exercício aeróbico e treinamento resistido, nestes indivíduos, promoveram resultados ainda mais significativos quando comparados ao grupo que desenvolveu unicamente o exercício aeróbico.

Os principais achados desta revisão advogam em favor da realização dos exercícios aeróbios para melhoria ou manutenção do desempenho e qualidade de vida. Além disso, foi observado que há carências de investigações bem controladas sobre os efeitos dos exercícios resistidos no sistema cardiovascular, se limitando quase que exclusivamente ao sistema músculo esquelético.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo corpo de dados disponíveis, fica claro que quanto maior for a demanda imposta ao sistema cardiovascular, em termos de oxigenação celular, maiores são suas respostas adaptativas e conseqüentemente os benefícios. Observa-se, portanto, uma maior atividade desse sistema através do exercício de caráter aeróbico, o qual apresenta

relação direta com o processo de absorção de oxigênio, sendo este o principal diferencial entre os modelos de treino aqui analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAZZI, A. E.; PAES, S. T.; MARINS, J. C. B.; Efeitos metabólicos do exercício físico na obesidade infantil: uma visão atual. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 1, p. 122-129, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. **Coordenação Geral de Informações e Análises Epidemiológicas**: Sistema de Informações sobre Mortalidade, 2017. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/> Acesso em 29 agosto, 2020.

CARNELOSSO, M. L. Prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares na região leste de Goiânia (GO): **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1073-1080, 2010.

DALPIAZ, M. R. Treinamento Intervalado de Alta Intensidade: quebrando paradigmas na reabilitação cardiovascular: **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 10, n. 57, p. 16-28, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Doenças cardiovasculares**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5253:doencas-cardiovasculares&Itemid=1096. Acesso em 29 agosto, 2020.

MADEIRA, R. B. Efeito do Exercício Crônico nas Dimensões e Função do Ventrículo Esquerdo em Atletas Jovens: **Revista Portuguesa de Cardiologia**, v. 27, n. 7-8, p. 909-922, 2008.

MCARDLE, W. D.; KATCH F. I.; KATCH Victor L. **Fisiologia do Exercício: Energia, Nutrição, Desempenho Humano**: 5ª ed Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.

NOGUEIRA, N.; DOMICIANO, L. **Prescrição de exercícios físicos para hipertensos: uma revisão**. Universidade de Uberaba, São Paulo, 2018.

SILVEIRA E. M.; MENGER. E. **Adaptações cardiovasculares e funcionais ao treinamento concorrente com e sem a execução de séries com repetições máximas em homens idosos**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto alegre, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 Ed. Editora Cortez, São Paulo, 2017.

GHORAYEB, N. Atualização da Diretriz em Cardiologia do Esporte e do Exercício da Sociedade Brasileira de Cardiologia e da Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e Esporte: **Arquivos brasileiros de cardiologia**, v. 112, n. 3, p. 326-368, 2019.

UMPIERRE, D.; STEIN, R. Efeitos hemodinâmicos e vasculares do treinamento resistido: implicações na doença cardiovascular: **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 89, n. 4, p. 256-262, Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, L. G. U.; QUEIROZ, A. C. C. Análise metodológica do treinamento de força como estratégia de controle da pressão arterial em idosos: uma revisão. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 4, p. 845-854, Campo Grande, MS, 2013.

ANÁLISE DO SOMATÓTIPO EM ÁRBITROS DE FUTEBOL

Gabriel Aparecido Pinheiro, Vinicius Diego de Oliveira, Guilherme Augusto Martines
Zokapineiro96@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Futebol chegou ao Brasil em 1894 por intermédio de Charles Miller, brasileiro e filho de cônsul britânico que residia em São Paulo. Miller estudou na Inglaterra onde aprendeu a gostar e a praticar a modalidade. Em seu retorno ao Brasil trouxe consigo duas bolas, bomba de encher e agulha. Aposentou-se em 1910, e após pendurar as chuteiras, passou a atuar por mais quatro anos como árbitro de futebol (HELAL; SOARES; LOVISOLO, 2012).

As regras do futebol foram evoluindo com o decorrer dos tempos, de forma que em 1881 surge a figura do árbitro (ANTUNES, 1999). No Brasil, o árbitro efetivamente começa a ser elemento integrante das partidas apenas em 1884 (ALMEIDA, 1999). Atualmente, configura-se no esporte, particularmente no futebol, como um elemento fundamental para a ocorrência das partidas (INTERNACIONAL FOOTBALL ASSOCIATION BOARD, 1999).

A função do árbitro se estabelece, em um processo contínuo de tomada de decisões em curtos intervalos de tempo, exigindo eficiência e precisão, objetivando aplicar as regras do esporte. Na maioria das vezes, essa função gera um estresse psicológico, pois se trata da interferência nas ações dos atletas na partida (SILVA et al., 2004; PEREIRA e SANTOS, 2007).

Durante uma partida de futebol deverão estar presentes no campo, no mínimo, quatro árbitros. O árbitro principal (autoridade total), seus assistentes (conhecidos como bandeirinhas) e o quarto árbitro. A função do quarto árbitro, diferentemente dos demais, é controlar a partida do lado externo do campo, podendo substituir alguns dos árbitros em caso de lesão, assim como fazer as substituições dos jogadores (FIFA, 2014).

O árbitro, assim como os futebolistas, deve gozar de uma boa saúde tanto psicológica como física. No que tange ao aspecto físico, este poderá influenciar positivamente na tomada de decisões durante uma partida de futebol, visto que seu posicionamento é um fator determinante para a marcação de infrações (REILLY; GREGSON, 2006).

Sabendo que a morfologia é um componente importante dentro da prática esportiva, é de extrema necessidade analisar o somatótipo dos árbitros, já que segundo Norton e Olds (2001), o somatótipo é uma técnica para avaliar as características corporais do indivíduo, o qual influenciará no rendimento dos mesmos, sendo essencial sua análise para a melhora do desempenho.

Inicialmente, a técnica do somatótipo foi descrita por Sheldon. Porém, atualmente, o método mais utilizado é o proposto por Heath e Carter, criado em 1967, o qual se utiliza de 10 medidas antropométricas (DA SILVA; RODRIGUEZ-AÑEZ, 2001).

O somatótipo é formado por um conjunto de 3 componentes utilizados para analisar a estrutura corporal do indivíduo, o qual temos a endomorfia que é a relação da quantidade de gordura estabelecida no corpo, a mesomorfia, a qual influencia o desenvolvimento musculoesquelético e a ectomorfia que tem a participação dos aspectos lineares no tipo físico (DE GARAY et al., 1974). Constitui-se em um recurso útil para analisar as modificações e estrutura corporal em função do treinamento, ou pela própria exigência do trabalho em questão (CARTER et al., 2005).

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo fazer um levantamento sobre as principais características somatotípica observadas em árbitros de futebol, assim como observar se a morfologia corporal impacta positiva ou negativamente em suas ações durante a partida.

2 MÉTODO

Foi realizada uma Revisão Bibliográfica de cunho qualitativo através das bases de dados do *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), Google Acadêmico e pubmed, utilizando os seguintes descritores: Somatótipo, Árbitro e Futebol. Livros relacionados à temática da pesquisa também foram utilizados.

Por meio das bases de dados, foram encontrados 37 artigos em que no título constavam todos os descritores citados acima. Desta forma, os resumos de todos os 37 foram lidos, visando analisá-los preliminarmente, e assim, utilizá-los ou descartá-los. Finalmente, 20 artigos foram lidos na íntegra por apresentarem os parâmetros estipulados nos critérios de inclusão, e assim, foram incluídos às referências.

Os critérios de inclusão se deram por meio de artigos/livros escritos na língua portuguesa, espanhola e inglesa e que apresentassem relação direta ao tema do estudo.

Houve preferência por artigos/livros publicados recentemente, porém, em razão da escassez de conteúdo, foram utilizados artigos sem distinção de data.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O futebol é um esporte intermitente, dessa forma, tanto futebolistas como árbitros desempenham durante uma partida atividades de baixa e moderada exigência fisiológica, assim como atividades de intensidade elevada (SILVA et al., 2008).

Apesar de intermitente, observa-se que as demandas fisiológicas dos árbitros principais (AP) são divergentes às dos árbitros assistentes (AA), o que requer especificações morfológicas e antropométricas distintas. Contudo, os programas de treinamento, bem como os testes de avaliação, são os mesmos para ambas as categorias (AP e AA), o que converge em características predominantemente mesomórficas e endomórficas (OLIVEIRA et al., 2016).

No tocante às características antropométricas dos árbitros principais e dos árbitros assistentes da CBF, foram observadas diferenças significativas. Da Silva e Rech (2007), analisaram o somatótipo corporal de Árbitros Principais (AP) e dos Árbitros Assistentes (AA), onde foi possível observar que os AP apresentavam uma idade superior (38,5 anos) aos AA (37,3 anos). Além da faixa etária, observou-se que o somatótipo dos AP apresentava uma característica meso-endomórfica (3,9-3,6-1,7), enquanto os AA apresentaram uma característica endo-mesomórfica.

Neste sentido, observa-se haver uma predominância dos componentes músculo-esqueléticos e adiposidade em relação ao componente de linearidade. Desta forma, os autores concluíram que os AP apresentam condições físicas favoráveis à participação em uma partida e, os AA, manifestaram excesso de peso (DA SILVA e RECH, 2007).

Da Silva (2011) revela a relação somatotipológica entre árbitros assistentes da CBF (Confederação brasileira de futebol) e de seus pares da FPF (Federação paranaense de futebol). Quando analisados em sua totalidade, observou-se um somatótipo médio de 3,8-3,9-1,9. Todavia, após estratificá-los, chegou-se à conclusão que os resultados médios do grupo CBF foram classificados como meso-endomórficos, enquanto que o grupo da FPF apresentavam características endo-mesomórficas.

Visando conhecer o padrão somatotipológico em árbitros da região nordeste, Vieira et al. (2016) analisaram árbitros profissionais pertencentes à Federação Rio-Grandense de Futebol, onde foi observado que os mesmos são fortes e com uma baixa

quantidade de gordura corporal. Após a análise somatotipológica realizada, observou-se que os mesmos foram classificados como mesomórficos-endomórficos, ou seja, apresentavam uma predominância músculoesquelética em seu biotipo corporal.

De forma similar, Da Silva e Rodrigues-Añez (2001) analisaram os árbitros da Federação Catarinense de Futebol (FCF), os quais observaram que os mesmos apresentavam uma predominância do componente de mesomorfia e uma idade média de 32,6 anos.

Os Árbitros da FCF foram comparados com 16 árbitros profissionais da Grécia, onde concluiu-se que a estatura de ambos os grupos é muito similar, porém a massa corporal dos árbitros catarinenses e o percentual de gordura (76,4 Kg; 15,9%, respectivamente) é menor do que a dos árbitros gregos (81,6 Kg; 15,9%, respectivamente). Por meio dessa comparação foi possível observar que os árbitros, tanto catarinenses como os gregos, apresentam como dominância na composição corporal o componente de mesomorfia (DA SILVA e RODRIGUES-AÑEZ, 2001).

Analisando árbitros da região Sul do Brasil, observou-se um padrão somatotipológico diferente, já que os mesmos apresentam uma composição corporal superior quanto ao componente de gordura corporal, de forma e classificá-los como endomorfos-mesomorfos, ou seja, possuindo uma predominância de endomorfia, o que os tornam mais lentos nas tomadas de decisões no lance em uma partida, contribuindo negativamente em seu desempenho (VIEIRA et al., 2016).

Durante uma análise entre os árbitros profissionais da primeira divisão dos estados do Paraná e Sergipe, valores semelhantes ao percentual de gordura foram registrados. Dos 53 árbitros da FPF (Federação Paranaense de Futebol) avaliados, a média do percentual de gordura explicitado foi 17,4%. Já nos 44 árbitros da FSF (Federação Sergipana de Futebol) o valor médio de gordura foi 16,4%. Além disso, ambos apresentaram características de endomorfia, o qual é prejudicial para o desempenho. Isso ocorre, pois o componente de endomorfia caracterizam indivíduos fora do peso, o que interfere na tomada de decisões durante o decorrer da partida. Os Árbitros, por diversas vezes, chegam atrasados em lances importantes, o que pode influenciar diretamente no resultado do jogo, desse modo por se tratar de um esporte de alto nível acaba prejudicando sua *performance* em campo (DA SILVA et al., 2012).

Segundo Vieira et al. (2016), é essencial aos árbitros apresentarem um grande desenvolvimento muscular, uma vez que este auxilia diretamente em sua *performance*,

de forma a contribuir na preparação física, potência aeróbia e anaeróbia, assim como um perfil corporal adequado. Ter uma estrutura mesomorfa é uma vantagem, visto que apresentam resultados físicos em pouco tempo de treinamento.

O componente físico é tido como um dos mais importantes para uma boa preparação do árbitro, efetivando sua atuação no campo de jogo. A demanda energética do árbitro durante a partida é similar a dos jogadores de futebol, deste modo, espera-se que sua preparação e seu biótipo físico estejam próximos aos atletas da modalidade de futebol (DA SILVA; RECH, 2007).

A falta de aptidão física pode provocar confusão no momento de tomada de decisões durante a execução de exercício extenuante e, conseqüentemente, prejudicar a capacidade de julgamento nesta situação. Além das variáveis metabólicas, a aptidão física depende de composição corporal adequada, pois o excesso de peso ou a obesidade limita os movimentos além de desempenharem papel de sobrecarga para o sistema locomotor (DA SILVA, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a análise dos aspectos morfológicos é de extrema importância para os árbitros de futebol, uma vez que este auxilia no desenvolvimento e manutenção da performance profissional.

Os árbitros que apresentam características morfológicas predominantemente mesomórficas possuem um bom desempenho físico e aporte muscular elevado. Sendo assim, estes têm maior probabilidade em apresentar proximidade durante os lances capitais da partida e, conseqüentemente, melhor exercício de sua função.

Em contrapartida, os árbitros que possuem aspectos morfológicos predominantemente endomórficos, encontram-se em uma situação antagônica. Ou seja, apresentam desempenho insatisfatório durante uma partida de futebol. Isso se dá, pois, maiores níveis de gordura corporal e menores níveis de massa muscular fazem com que os profissionais não consigam atuar em lances decisivos da maneira esperada. Ademais, a fadiga física converge em maiores níveis de alteração cognitiva, gerando dificuldades na tomada de decisões, contribuindo para um desempenho ineficaz.

No âmbito esportivo, o árbitro de futebol experiente que obtiver um condicionamento físico adequado, caracterizando-se através dos aspectos da mesomorfia, terá maior prevalência em acertividade em lances decisivos. Ou seja, sua

vasta experiência profissional será totalmente utilizada, uma vez que seu condicionamento físico elevado não prejudicará seu posicionamento e a consequente tomada de decisões.

Ademais, novos estudos devem ser executados como forma de compreender a relação existente entre a morfologia corporal e a melhora na atuação profissional em árbitros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. Nosso Futebol. **Arte e Texto**, São Paulo, 1999;

ANTUNES, P. **Regras de futebol. Cia Brasileira**, São Paulo, 1999;

CARTER, J. *et al.* Somatotype and size of elite female basketball players. **J Sports Sci.** 2005;

DA SILVA, A. **Bases científicas e metodológicas para o treinamento do árbitro de futebol.** Curitiba: UFPR, 2005;

DA SILVA, A. *et al.* Antropometria e morfologia de árbitros profissionais de futebol: comparação entre os Estados do Paraná e Sergipe. **Revista Brasileira Ciência em movimento.** 2012;

DA SILVA, A. Somatotipo e aptidão física em árbitros assistentes de futebol. **Int. J. Morphol**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 792-798, 1 abr. 2011.

DA SILVA, A.; RECH, C. Somatotipo e composição corporal de árbitros e árbitros assistentes da CBF. **Revista brasileira de cineantropometria e desempenho humano.** 2007;

DA SILVA, A; RODRIGUEZ-AÑEZ, C. Dispendio energético do árbitro assistente de futebol. **Revista da Educação Física/UEM.** 2001;

DE GARAY, A; LEVINE, L; CARTER, J. Genetic and anthropological studies of olympic athletes. **Academic Press.** 1974;

FIFA. Regras de futebol. **Conexão Brasil Computação Gráfica.** 2014;

HELAL, R; SOARES, A LOVISOLO, H. **A invenção do país futebol: Mídia, raça e idolatria.** 2. ed. [S. l.]: MAUAD, 2012;

INTERNACIONAL FOOTBALL ASSOCIATION BOARD. Regras do jogo. **IFAB**, Suíça, 1999;

NORTON, K.; OLDS, T. Morphologia evolution of athletes over the century: causes and consequences. **J Sports Med.** 2001;

OLIVEIRA, L et al. Características morfológicas e antropométricas de árbitros principais e assistentes profissionais de futebol da Paraíba. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. 2016. Disponível em:

<http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/409/349>. Acesso em: 12 set. 2020;

PEREIRA, N; SANTOS, R. Arbitragem no futebol de campo: estresse como produto desse controle coercitivo. **Revista Brasileira Psicologia do Esporte**. 2007;

REILLY, T.; GREGSON, W. Special populations: The referee and assistant referee. **Journal of Sports Sciences**. 2006;

SILVA, A. S. *Construção e validação de um instrumento para medir o nível de estresse dos árbitros dos jogos esportivos coletivos*. 2002. **Dissertação de mestrado (Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional) - EEEFTO, [S. l.], 2004;**

SILVA, G. et al. Intensidade de esforço da arbitragem de futebol. **HU Revista**, [S. l.], 2008;

VIEIRA, C. et al. Somatotipo e composição corporal de árbitros de futebol do nordeste e sul do Brasil. **HU Revista**. 2016;

ATENÇÃO E CUIDADOS COM A SAÚDE E O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO DE PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM.

Beatriz Arlete Real Pereira, Caroline Fernanda Leandro, Madalena Maria Lazari
Kawashima, e-mail: brealpereira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho e Saúde Mental passou a ser estudada por pesquisadores das mais diversas áreas, como a psicologia, psiquiatria, antropologia, entre outros (VASCONCELOS; FARIA, 2008). A psicologia organizacional e do Trabalho (POT) estuda a relação do indivíduo com a sociedade e com o trabalho, acompanhando as mudanças e os obstáculos se fazem presente desse contexto, como apontam os estudos de Malvezzi (2010). A relação homem e trabalho, a saúde mental e qualidade de vida, são temas abordados e que tem como objetivo resgatar o sentido do trabalho para o trabalhador (HELOANI, CAPITÃO, 2003).

Bernal (2010) diz que a relação do homem com seu trabalho se relaciona com a sua subjetividade, ou seja, ao mesmo tempo que transforma a sociedade é transformado por ela. O trabalho é de extrema importância para o ser humano, e ocupa grande parte da sua vida e cria uma identidade, sendo portanto fundamental que este tenha um sentido e significado para o trabalhador, proporcionando realização e bem estar, ao invés de sofrimento e adoecimento (COUTINHO et al., 2007).

De acordo Pitta (1991) o conceito de sofrimento psíquico difusa entre Saúde e doença, e é o que melhor caracteriza a resistência humana causada pela organização do trabalho. Quando se esgota as possibilidades de negociação entre o trabalhador e a organização, surge então o sofrimento e a luta contra ele.

A capacidade física e psíquica dos indivíduos, há algum tempo, vem sendo mais exigida pelo acelerado avanço tecnológico e processos produtivos mais exigentes, decorrentes do intenso processo de industrialização no século XX. Essas mudanças estão alterando as formas de trabalho e exigências das organizações, o que afeta diretamente o trabalhador, que se sente pressionado, podendo desencadear alguns transtornos mentais (BORSOI, 2007).

Porém, quando os focos dessas atenções psicológicas estão em profissionais que se relacionam diretamente com outras pessoas que buscam garantir o bem-estar,

saúde, qualidade de vida de terceiros, a saúde mental necessita ainda mais de cuidados (RODRIGUES et al, 2017).

Com o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso, existe o objetivo de realizar levantamentos teóricos a respeito da saúde mental de profissionais da enfermagem, com a intenção de levantar informações que comprovem a importância da atenção à saúde mental desses profissionais buscando refletir sobre os impactos negativos da falta desses cuidados, os reflexos do desgaste e o desenvolvimento, aparecimento de problemas psicológicos por conta da profissão.

2 MÉTODO

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica. Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema ou uma hipótese por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.

As fontes utilizadas foram livros e pesquisas nas bases de dados online como: Scielo, BVS, Pepsic, Periódicos Capes, Revistas Eletrônicas da PUC-SP e Google Acadêmico. Após essa primeira seleção, foram feitas leituras dos resumos e introduções para analisar se os artigos se adequavam ou não com a proposta do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao falar em trabalho, obtêm-se de vários termos, dentre eles dor, trabalho ardor, transformações, e para que o sujeito sobreviva é necessário que ele se realize inclusive em seu trabalho (MACÊDO, 2006).

A relação entre o ambiente laboral e as tarefas organizacionais e seus reflexos ampliam os olhares sobre as questões da saúde e doença no trabalho, já que atividades desenvolvidas em condições de trabalho precárias podem trazer baixa Qualidade de Vida no Trabalho, o que reflete negativamente na saúde e leva ao adoecimento físico e mental do trabalhador (RAMOS et al., 2014; VAN BOGAERT et al., 2014; MULLEN, 2015).

É importante que as empresas e empregadores se atentem para as condições de trabalho oferecidas aos seus trabalhadores, vendo que o adoecimento destes indivíduos pode levar ao absenteísmo e, como consequência dessa baixa trazer prejuízo para a

instituição, com queda de produção, e sobrecarga aos trabalhadores que permanecem no trabalho (RAMOS et al., 2014).

A grande maioria dos países se desenvolvem a partir do modelo capitalista, onde o trabalhador é submetido frequentemente a um processo de trabalho intenso, competitivo, que se caracteriza pelas cobranças da alta produtividade e qualidade dos serviços e muitas vezes em condições laborais precárias, baixos salários e com presença de diversos riscos ocupacionais (SOUZA; COSTA; GURGEL, 2014).

No Brasil, a abordagem legal sobre a saúde dos trabalhadores foi discutida pela primeira vez através do Decreto Legislativo n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919 (TEIXEIRA, 2012). Em setembro de 1990 foi criada a Lei Federal 8.080 que regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde e também aborda as condições de saúde, funcionamento dos serviços e a Saúde do Trabalhador, enfatizando as medidas de promoção, recuperação e reabilitação dos indivíduos que estão expostos às cargas e agravos provenientes das condições do labor (RIBEIRO et al., 2012).

Trabalhadores de enfermagem costumam enfrentar mais os sofrimentos psicológicos do que a população em geral, devido à exposição a diversos elementos geradores de desgaste (AZEVEDO; NERY; CARDOSO, 2017). Existe o constante contato com doenças, exposição a fatores de risco de natureza física, química, biológica e psíquica. A grande responsabilidade e dificuldade dos diversos procedimentos realizados pela equipe, os riscos nas tomadas de decisão, a falta de recursos humanos, os grandes riscos de acidentes de trabalho e o trabalho por turnos aumentam a angústia e a ansiedade desses profissionais, desencadeando situações de estresse e burnout (RISSARDO; GASPARINO, 2013).

O trabalhador dedica menos tempo para cuidar de sua própria saúde, dedicando e sobrecarregando com o trabalho para conseguir se incluir e destacar de forma ativa em um contexto cada vez mais exigente e competitivo, mesmo com baixa remuneração. Desse modo, amplia sua carga horária, até mesmo com outros vínculos empregatícios para manter o padrão de vida (PALMA; SUAZO; ALVARADO, 2015).

O enfermeiro realizando suas atividades profissionais acabam agregando e exercendo algumas funções comuns a várias outras profissões, como, gerenciamento do setor e da equipe, educação em saúde da equipe, do paciente/cliente e família, e assistência/cuidado do paciente/cliente. Esse acúmulo de funções, junto às especificidades próprias do trabalho, pode estimular estados de estresse e com isso

interferir no desenvolvimento trabalho, na saúde e na qualidade de vida desse profissional. Nesse sentido, a literatura destaca que o trabalho do enfermeiro pode ser fator gerador de estresse ocupacional (PEREIRA et al., 2013).

A partir de estudos realizados por MARCON, LUNA E LISBOA (2004) algumas das atuações dos psicólogos dentro dos hospitais focando na equipe de funcionários e englobando assim os enfermeiros são a coordenação conjunta de grupos com outros profissionais de saúde, a elaboração de cartilha de informações, grupo de reflexão sobre as atividades médicas, observação da relação médico-paciente, participação em eventos comunitários, projeto de educação continuada em saúde, entrevista individual para apoio e encaminhamento, reunião com a equipe administrativa, reunião de estudo de caso com a equipe multiprofissional, Inter consulta psicológica.

Diante dessa questão hipotetiza-se que esses funcionários recebam, mesmo que não seja com frequência, um atendimento ou acompanhamento psicológico oferecido pela instituição focada na saúde mental (MULLEN, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi atingido pois a partir do levantamento bibliográfico foi possível compreender melhor a saúde mental dos profissionais da enfermagem, reconhecendo alguns dos aspectos do processo saúde-doença envolvido na profissão.

Fica claro a importância de conhecer o contexto de trabalho da enfermagem no cenário atual, identificando e intervindo nos processos que levam os profissionais de enfermagem ao adoecimento. Constatou-se que devido à importância social do trabalho de cuidadores, a necessidade de se realizar mais pesquisas que visem obter informações sobre a realidade dessa categoria, formalizando a necessidade desses cuidados psicológicos e incentivando ações públicas de prevenção do adoecimento dos cuidadores.

Ambientes aptos para a prática profissional da equipe de enfermagem podem resultar em menores níveis de exaustão emocional, melhor qualidade do cuidado e percepção positiva sobre atitudes de segurança (GUIRARDELLO, 2017).

REFERÊNCIAS

- BERNAL, A. O. Psicologia do Trabalho em um mundo globalizado: enfrentar o Assédio Psicológico e o Estresse no Trabalho. In: BERNAL, A. O. **Significado do Trabalho na Sociedade Contemporânea**. Cap. 1 Pg 17 – 36. Artmed. Porto Alegre, 2010.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BORSOI, I.C.F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicol. Societ.**, v.19, n.esp., p.103-111, 2007.
- COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E., SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. Edição especial 1, 2007. Disponível em MC Coutinho, E Krawulski, DHP Soares - **Revista Psicologia & Sociedade**, 2007 - ufrgs.br>. Acesso em: 24 Set 2020.
- HELOANI, J. R; CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 102-108, June 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Jun 2020.
- MACÊDO, S. M. As condições de trabalho e saúde mental entre profissionais de psicologia na região metropolitana do Recife: Um estudo fenomenológico. **Travessia**, VIII (1). 2006
- MALVEZZI, S. Paradigmas, eixos temáticos e tensões na PTO no Brasil. **Estudos de Psicologia** – V 15. N. 3. Set, p. 281 – 289 Dez. 2010.
- MARCON, C; LUNA, I. J; LISBOA, M. L. O psicólogo nas instituições Hospitalares: Características e Desafios. **Rev. psicologia ciencia e profissão**. V.24, n. 8. p. 28-35, 2004.
- MULLEN, K. **Barriers to Work–Life Balance for Hospital Nurses**. *Workplace health & safety*, v. 63, n. 3, p. 96-99, 2015.
- PALMA, F.S.; SUAZO, S.V.; ALVARADO, O.S. **El trabajo del profesional de enfermería: revisión de la literatura**. *Cienc Enferm, Concepción*. v. 21, n. 2, p. 11-20, 2015.
- PEREIRA, D.S. et al. **Estressores laborais entre enfermeiros que trabalham em unidades de urgência e emergência**. *Rev Gaúcha Enferm*, Porto Alegre. v. 34, n. 4, p. 55-61, 2013.
- PITTA, A. **Hospital: dor e morte como ofício**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- RAMOS, É. L. et al. **Qualidade de vida no trabalho: repercussões para a saúde do trabalhador de enfermagem de terapia intensiva**. *Rev. pesqui. cuid. fundam.* (Online), p. 571-583, 2014.

RISSARDO, M.P; GASPARINO, R.C. **Exaustão emocional em enfermeiros de um hospital público.** Esc Anna Nery Rev Enferm, Rio de Janeiro. v. 17, n. 1, p. 128-32, 2013.

RODRIGUES, C.C.F.M. et al. **Estresse entre os membros da equipe de enfermagem.** Rev Enferm UFPE online, Recife. v. 11, n. 2, p. 601-8, 2017.

TEIXEIRA, M. C. **A invisibilidade das doenças e acidentes do trabalho na sociedade atual.** Revista de Direito Sanitário, São Paulo v. 13, n. 1, p. 102131, mar./jun. 2012.

VAN BOGAERT, P et al. **Impact of role-, job-and organizational characteristics on Nursing Unit Managers' work-related stress and well-being.** Journal of advanced nursing, v. 70, n. 11, p. 2622-2633, 2014.

VASCONCELOS, A.; FARIA, J. H. **Saúde mental no trabalho: contradições e limites. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 453-464, Dec. 2008 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822008000300016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 24 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300016>.**

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO DIAGNÓSTICO DA SEPSE

Roberta Cristina Massambani, Gercilene Cristiane Silveira, email:
ger_silveira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sepse é considerada uma das doenças fatais mais frequentes encontrada no mundo. Temos como sua definição a presença de disfunção orgânica ameaçadora a vida secundária a resposta desregulada do hospedeiro a uma infecção (VIANA, 2017). Essa infecção pode ser de qualquer tipo de microrganismo tais como, bactéria, vírus, fungos e protozoários. As principais envolvidas nessas infecções são as bactérias (ANJOS NETO, 2012; BARROS, 2016). As infecções com maiores prevalência são a do trato respiratório devido à intubação, do trato urinário por conta do cateter vesical e da corrente sanguínea ocasionada pelo cateter venoso. (LIMA, 2016).

A sepse é motivo de preocupação por ser uma doença grave e de alta mortalidade nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) (ANJOS NETO, 2012). Nos ambientes de tratamento intensivo o risco para o desenvolvimento da sepse se eleva, devido à condições que contribuem para esse quadro, como a gravidade do paciente, idade avançada, procedimentos invasivos como sondagem vesical, intubação endotraqueal, e outras condições que quebram as barreiras de defesa natural do organismo (NORONHA, 2016). Existem condições que podem afetar a resposta imunológica do paciente, aumentando sua suscetibilidade a infecções, como: envelhecimento da população, procedimentos mais invasivos, pacientes imunossuprimidos, diabetes mellitus, alcoolismo, desnutrição, vírus da imunodeficiência humana (HIV) e número maior de infecções por microrganismos multirresistentes aos antibióticos (BARROS, 2016). A sepse possui dois estágios: Sepse: Disfunção orgânica que ameaça a vida, ocasionada pela resposta desregulada do organismo a um a infecção (VIANA, 2017).

Choque séptico: Anormalidade circulatória e celular/metabólica secundária a sepse, suficiente para aumentar significativamente a mortalidade do paciente (VIANA, 2017).

O enfermeiro deve possuir o conhecimento prático e científico sobre a sepse e suas complicações para atuar na identificação dos primeiros sinais de disfunção orgânica sem a necessidade de exames, para não se apegar somente a esse score e correr o risco deste diagnóstico ser tardio. Sinais de disfunção orgânica que podem ser

identificados sem a necessidade de exames laboratoriais: taquicardia, taquipneia, hipotensão, hipóxia, nível de consciência, confusão mental ou agitação. A presença dessas alterações indicará uma possível sepse, é a partir deste momento que o diagnóstico pode ocorrer precocemente (VIANA, 2017; FREITAS, 2017). O tempo em que o tratamento é instituído contribui efetivamente para um bom prognóstico do paciente, assim aumentando os pontos positivos do tratamento. (ANJOS NETO, 2012; FERREIRA, 2014). Quando não tratada adequadamente e em tempo, pode evoluir para choque séptico que é o agravamento da resposta do organismo à sepse, onde na maioria dos casos o paciente desenvolve a Síndrome de Disfunção de Múltiplos Órgãos (SDMO) (SOUZA, 2018).

Quando diagnosticada a sepse ou o choque séptico, devem ser imediatamente tomadas condutas que visam à estabilização do paciente dentro das primeiras horas, com isso foi criado os pacotes da sepse. O primeiro foi o pacote de três horas, e deve ser implementado nas três primeiras horas, que inclui coleta de lactato para avaliar a oferta de oxigênio dos tecidos; coleta de hemocultura para identificar a presença do microrganismo antes do início da antibioticoterapia e da administração de cristalóides para reposição volêmica; iniciar antibioticoterapia nas primeiras horas; e reposição volêmica. E o segundo é o pacote de seis horas, e consiste no uso de vasopressores; reavaliação da volemia e perfusão tecidual e reavaliação dos níveis de lactato (VIANA, 2017).

O enfermeiro conta com a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) que é um processo em que há a identificação de problemas do paciente, o diagnóstico de enfermagem, um plano de cuidados, a implementação dessas ações planejadas e a avaliação. Todas essas etapas juntas devem ter o objetivo de sistematizar o cuidado de enfermagem ao paciente, viabilizando uma assistência de qualidade e individualizada. Portanto este processo torna-se fundamental para a identificação dos sinais e sintomas da sepse, onde a anamnese e o exame físico são a peça-chave para esse diagnóstico precoce (FERREIRA, 2014).

O trabalho se justifica pela importância da padronização do processo de enfermagem e o conhecimento da atuação do enfermeiro, proporcionando melhor assistência pautada em evidências científicas prestada em pacientes que possam desenvolver sepse. Dessa forma, buscou responder a seguinte questão: “Qual a atuação do enfermeiro no diagnóstico da Sepse?”

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de estudo revisão bibliográfica com objetivo exploratório com o intuito de realizar levantamento bibliográfico e pesquisar fontes bibliográficas virtuais, abordando de forma qualitativa. Foram levantados materiais dos anos de 2009 a 2019. Foram inclusos no estudo 17 materiais, sendo 9 artigos, 3 revistas, 2 trabalhos de conclusão de curso e 3 livros, todos contemplavam e tinham relação com o tema escolhido e com as palavras chaves. E foram excluídos 7 materiais por não terem relação significativa com o tema e com as palavras chaves. Esta pesquisa foi feita através de busca nos sites Scielo e Lillacs. Utilizando as palavras chaves: Enfermagem, Sepsis, Diagnóstico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos estudos revisados, é possível mostrar os principais fatores de risco para as infecções hospitalares em UTI, temos como fatores importantes para as contaminações a qualidade dos materiais utilizados, o contato direto com o paciente, sua manipulação sem precauções corretas e a falta de técnica asséptica na execução dos procedimentos (SILVA, 2018).

A lavagem das mãos é uma prática muito importante e eficaz para a prevenção e controle das infecções hospitalares, e quando não higienizadas adequadamente os profissionais de enfermagem podem se transformar em veículo de transporte para microrganismos patogênicos, pela transmissão ao dar assistência ao paciente (Silva, 2020).

O conhecimento é de grande valor para o agir do enfermeiro, já que também faz parte deste profissional a tomada de decisões relacionadas ao paciente, refletindo na equipe de enfermagem que possui o enfermeiro como um condutor. Com isso as iniciativas para assumir condutas e atitudes estão associadas ao conhecimento que este profissional possui (SILVA, 2011).

O prognóstico do paciente está totalmente ligado ao tempo em que o diagnóstico foi feito. Por este motivo é importante que o enfermeiro tenha o conhecimento necessário para reconhecer os sinais e sintomas da sepsis o mais breve possível, e se tornar o multiplicador de conhecimentos para a equipe (VIANA, 2017).

É importante que na atuação do enfermeiro, ele fique atento as manifestações clínicas como taquicardia, taquipneia, hipotensão, hipóxia e hipoperfusão, que causa

rebaixamento do nível de consciência, queda do débito urinário, queda da pressão arterial e diminuição da oxigenação. E para isso, monitorar pressão arterial; frequência e ritmo respiratório; saturação de oxigênio; débito urinário; avaliar nível de consciência (VIANA, 2017).

Ao realizar o exame físico no paciente o enfermeiro consegue olhar detalhadamente para esse indivíduo, ter um olhar crítico em relação a avaliação do estado deste paciente. Com isso este profissional consegue utilizar uma ferramenta muito importante e indispensável neste momento, a SAE. É nesse momento que o enfermeiro consegue olhar o paciente por um todo, identificar a presença das alterações orgânicas, realizar um diagnóstico de enfermagem para poder dar uma assistência voltada as necessidades deste paciente, construindo um plano de cuidados de qualidade visando essas necessidades e possíveis riscos, implementar essas ações junto com a equipe de enfermagem para atingir melhores resultados e realizar uma avaliação de todo esse processo.

É importante uma constante capacitação do enfermeiro e da equipe de enfermagem para atualizar seus conhecimentos sobre a sepse e para que as ferramentas disponíveis como, o processo de enfermagem e a SAE sejam usadas da melhor forma, para garantir uma assistência de qualidade e individualizada a cada paciente, proporcionando uma maior chance de diagnosticar a sepse antes que ela evolua para estágios mais graves.

4 CONCLUSÃO

Considerando os aspectos observados neste estudo, conclui-se que o enfermeiro deve estar apto a identificar os sinais e sintomas da sepse e planejar a assistência de enfermagem voltada às necessidades do paciente. A atualização e competência desse profissional é que vai garantir o aprimoramento e qualidade do cuidado de enfermagem. É fundamental a atuação do enfermeiro na realização da anamnese, do exame físico e da SAE, pois é nessas etapas que se direcionam as intervenções de enfermagem.

Portanto, para otimizar o diagnóstico cabe a equipe de enfermagem e ao enfermeiro realizar uma assistência crítica e de forma precisa em pacientes com risco para o desenvolvimento da sepse. Para que haja uma identificação precoce é preciso avaliar com atenção o paciente com base nas evidências já estabelecidas de alterações. A atuação do enfermeiro no reconhecimento dos sinais clínicos iniciais da sepse é

essencial para que o diagnóstico ocorra antes que a doença evolua para estágios mais graves.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. L. S.; MAIA, C. S. F.; MONTEIRO, M. C. **Fatores de risco associados ao agravamento de sepse em pacientes em unidade de terapia intensiva.** Rio de Janeiro: Cad. Saúde Colet, 2016.

DIAS, M. B. G. S. Diagnóstico e Tratamento Precoces da Sepse em Adulto. São Paulo, 2012.

FREITAS, A. P. O. F. et al. Importância do papel do Enfermeiro frente a Sepse. Universidade Tiradentes. Maio, 2017.

FERREIRA, R. G. S.; NASCIMENTO, J. L. Intervenções de enfermagem na sepse: saber e cuidar na sistematização assistencial. Revista Saúde e Desenvolvimento. vol.6 n.3. Jul-dez, 2014.

Intervenções de enfermagem no controle da sepse na unidade de terapia intensiva. Instituto Latino Americano para Estudos da Sepse (ILAS). Brasília, 2015.

LIMA, A. C. S. L.; PICANÇO, C. M. Intervenções de enfermagem no controle da sepse na unidade de terapia intensiva. Bahia, 2016.

NETO, A. M. A. et al. Conhecimento do profissional enfermeiro a respeito da sepse. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR, 2012.

NORONHA, D. F. *et al.* Identificação precoce da sepse em unidade de terapia intensiva. Bahia, 2016.

PIMENTEL, T. G. B. **Assistência De Enfermagem Ao Paciente Com Sepse Em Unidades De Terapia Intensiva, 2019.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04. Disponível: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/paciente-com-sepse>. [Capturado em 10 de jan. 2020].

SANTOS, M. A. S. et al. Sepse em adultos na unidade de terapia intensiva: características clínicas. Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo, 2016.

SCHUBERT, D. et al. **Sepse.** Contagem - Mg: Pepmed, 2019.

SILVA, I. T. O. S. A assistência de enfermagem no diagnóstico e prevenção da sepse: revisão de literatura. Trabalho de conclusão de curso em enfermagem do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2016.

SILVA, E. G. C. et al. O conhecimento do enfermeiro sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem: da teoria à prática. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 45, dez. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000600015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 set. 2020.

Silva, R. H. Inovação e tecnologia para o cuidar em enfermagem 3. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

SOUZA, A. L. T. et al. Conhecimento do enfermeiro sobre o choque séptico. Cienc Cuid Saude 2018. 4. Ed. Jan-Mar 17.

SILVA A. P. R. M.; Souza H. V. Sepsis: importância da identificação precoce pela enfermagem. Revista Pró-Univer SUS, 2018.

VIANA, R. A. P. P.; MACHADO, F. R.; SOUZA, J. L. A. Sepsis um problema de Saúde pública: 2. Ed. São Paulo: COREN-SP, ILAS. 2017.

AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE RUÍDO A QUE ESTÃO EXPOSTOS OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM EM ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAHU

Lucas Luciani, Victor Heubel Carreteiro Camargo, Giovanna Castilho Davatz,
e-mail: heubel01@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Uma das causas da perda permanente de audição é a exposição ao ruído (GINSBERG; WHITE, 1999; SILVA 2008). Este se caracterizando como som incômodo, ou seja, quando a produção sonora é indesejável ou em situação que gere desconforto auditivo. Seu efeito depende tanto das características do som (amplitude, frequência e duração), como também da própria percepção do indivíduo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

A exposição a pressão sonora em níveis a partir de 85 dB por 8 horas diárias pode ocasionar prejuízos à audição. Sobre este aspecto, a perda auditiva induzida por ruído ocupacional (PAIRO) é a doença que mais acomete o trabalhador. Isto, pois o ruído está presente na maioria dos ambientes de trabalho com intensidade passível de gerar lesões irreversíveis ao aparelho auditivo humano (SANTOS; SANTOS, 2000).

O desenvolvimento dessa perda está associado ao dano às células ciliadas da cóclea, na orelha interna, e é desencadeada após seis anos de exposição contínua ao ruído. Essa perda se intensifica entre o sexto e o décimo ano de exposição, progredindo mais gradativamente até o décimo quinto ano, até atingir o nível máximo de lesão (MEIRA et al., 2012).

A doença gera não apenas incapacidade auditiva, como impacta diversos sistemas corpóreos, resultando, portanto, em perda da produtividade e dificuldade da execução de atividades de vida diária com consequências negativas para o acometido, sua família e sua empresa (MEIRA et al., 2012).

Tanto a Norma Técnica (NBR) 10152 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1987) quanto a Norma Regulamentadora (NR) 15 (BRASIL, 2015) estabelecem as intensidades sonoras de ruído ambiental. A primeira visa o conforto acústico enquanto que a segunda relaciona os níveis de ruído com o tempo de permanência no ambiente a fim de evitar perdas auditivas.

Assim, de acordo com a NBR 10152 (ABNT, 1987), para conforto auditivo o nível de ruído ambiental deve estar entre 45 dB(A) e 60dB(A). Já a NR15 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2015) traz a informação de que permanecer em ambientes com intensidades a partir de 85 dB(A) pode gerar perda auditiva.

Sobre esta temática, a literatura aponta que grande parte dos profissionais de Educação Física estão sujeitos diariamente a ruídos com níveis de pressão sonora que variam entre 74,4 dB(A) e 101,6 dB(A). Além de perda de audição, autores indicam que há aumento da pressão arterial, estresse agudo e aumento dos acidentes de trabalho nesta população. O uso de protetor auricular de forma adequada, após treinamento para correta inserção, pode reduzir os riscos (MARCOS; ZANIN, 2004; DIONÍSIO NETO et al., 2014).

Assim, é de interesse verificar se níveis elevados de ruído também ocorrem no município de Jaú. Portanto, esse estudo busca avaliar o nível de intensidade sonora nas academias de musculação do município a fim de verificar se oferece risco à saúde do profissional de Educação Física.

Adicionalmente verificou-se a existência de diferença nos níveis de ruído entre salas de musculação e de ginástica, comparando os períodos de maior ou menor fluxo de pessoas ou de acordo com diferentes locais dentro das salas.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso que visou a aferição de ruído em academias de musculação do município de Jahu.

Após aprovação do comitê de ética em pesquisas das Faculdades Integradas de Jaú, CAAE 96237318.0.0000.5427, parecer número 2.873.876 foi feito contato com 5 proprietários de estabelecimentos do município, a fim de verificar a possibilidade de execução da pesquisa em suas dependências.

Entregou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao proprietário da empresa, onde estavam descritos os procedimentos, objetivos da pesquisa e seus riscos, sendo garantida ao empresário a confidencialidade de forma a não expor o nome da empresa participante nem de seus proprietários ou funcionários.

Após assinatura de concordância de participação, realizou-se a medição do nível de ruído nas salas de musculação e duramente as nas salas de ginástica durante as aulas (em período de maior e menor fluxo de pessoas).

O instrumento utilizado para aferir a intensidade dos ruídos foi o Decibelímetro Digital k820 Akso, com sensibilidade até 130 dB (A), devidamente calibrado, com tempo de resposta slow – 1 segundo.

Foi verificado junto às empresas visitadas, o tempo em que os profissionais permanecem nos locais com ruído.

O critério de inclusão é que as academias participantes pertençam ao município de Jau.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos proprietários das 5 academias visitadas, um solicitou o desligamento de sua empresa do estudo. Assim, as aferições feitas em 4 estabelecimentos foram utilizadas como resultado da pesquisa.

Os resultados foram comparados qualitativamente com os níveis de conforto estipulados pela norma da NBR 10152 da ABNT (1987) e com os limites de exposição fixados na NR 15 pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (2015).

Além disso, foi feita análise estatística comparativa entre os níveis de ruído de salas de ginástica e salas de musculação; entre períodos de maior e menor fluxo e de acordo com os diferentes pontos de aferição nas salas. Considerando-se que o teste de normalidade de Shapiro-Wilks trouxe resultado de que os níveis de ruído seguem uma distribuição normal ($p=0,890$; $0,503$ e $0,102$ respectivamente), aplicou-se o teste de T student para os 2 primeiros, por comparar 2 variáveis, e Análise de Variância ANOVA ao terceiro, por comparar mais de 2 variáveis, associado ao teste de Turkey para comparação de múltiplas vias com um intervalo de confiança de 95%. Em todos os casos adotou-se um nível de significância de 5%.

Observou-se que todos os valores de intensidade sonora aferidos nas academias participantes da pesquisa, entre 61,7 e 103,8 dB (A), se encontram acima do limite de ruído recomendado para conforto acústico pela norma NBR 10152 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2015), que é de 60 dB (A). Isto predispõe os profissionais às consequências fisiológicas para os diversos sistemas corpóreos: circulatório, com o aumento da pressão arterial e taquicárdica; gastrointestinal com prejuízos na função intestinal; neurológicos com reflexos hiperativos ou traços de dessincronização (MEIRA et al., 2012).

No que se refere ao aspecto psíquico, no ambiente ruidoso o indivíduo é forçado a aumentar seu nível de concentração, o que gera fadiga mais rapidamente. Conta-se

ainda a influência negativa sobre a voz, por mascarar a comunicação, exigindo esforço perante a emissão da fala (MEIRA et al., 2012).

Comparando-se os valores encontrados na presente pesquisa com a NR 15 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2015), observa-se a necessidade de ajuste de quantidade de horas a que os profissionais de Jaú estão expostos para que não desenvolvam perda auditiva. Nota-se que para os níveis de ruído até 85 dB (A) é permitido a permanência no local por até 8 horas. A partir de então a cada decibel a mais, o tempo de permanência reduz em uma escala logarítmica que respeita o nível de sensibilidade auditiva.

Assim, para valores os valores encontrados durante a aferição feita nas academias de Jaú, reforça-se que pela norma, intensidade de 86 dB (A) é permitida a exposição por 7 horas, para 87 dB (A) por 6 horas, para 89 dB (A) por 4 horas e meia, para 90 dB (A) por 4 horas, para 91 dB (A) por 3 horas e meia, em 92 dB (A) por 3 horas, para 93 dB (A) por 2 horas e 40 minutos, para 95 dB (A), por 2 horas, para 96 dB (A), por 1 hora e 45 minutos e para 103,8 dB (A) aproximadamente 35 minutos diários.

Ao serem comparados todos os níveis de ruído entre salas de ginástica (\bar{x} média =78,4 dB \pm 8,4) e salas de musculação (\bar{x} =81,5 dB \pm 8,0) com o teste de T Student, não foi encontrada diferença estatística significativa ($p=0,135$).

Os valores encontrados na presente pesquisa são similares aos do estudo de Marcon e Zannin (2004) que investigaram o ruído interno durante aulas de ginástica, com valores entre 74 a 84,4 dB (A); e que o estudo de Palma et al. (2009), ao avaliar o ruído ambiente durante as aulas de ciclismo indoor, 74,4 a 101,6 dB(A), estando na maior parte da aula acima de 90 dB(A).

Comparando-se os níveis de ruído entre as condições de maior (\bar{x} =83,1 dB \pm 8,9) e menor fluxo (\bar{x} =76,8 dB \pm 6,1) de pessoas com o teste de T Student, obteve-se o resultado de que sempre em que há mais pessoas em um estabelecimento, as intensidades de ruído são maiores com diferença estatisticamente significativa ($p=0,001$). Reforça-se que não foram encontradas na literatura pesquisas que investigaram estes aspectos.

Como foi encontrado maiores intensidades de ruído nos momentos de maior fluxo de pessoas, cabe ao profissional se proteger, utilizando protetores auriculares nesse momento ou adotando estratégias para reduzir o ruído como reduzir a intensidade de músicas amplificadas sempre que possível.

Agrupando-se os valores de maior ou menor fluxo de salas de ginástica e salas de musculação e comparando-se estatisticamente com o teste ANOVA os níveis de ruído dos diferentes pontos de aferição das salas: frente/entrada ($\bar{x}=76,0 \text{ dB} \pm 6,5$), meio da sala ($\bar{x}=80,0 \text{ dB} \pm 6,9$), fundo da sala ($\bar{x}=77,1 \text{ dB} \pm 6,5$) e perto da caixa de som ($\bar{x}=86,7 \text{ dB} \pm 9,0$), obteve-se o resultado de que sempre próximo à caixa de som há maior intensidade sonora, com diferença estatística significativa comparando-se com a parte da frente da sala ($p=0,000$) e com o fundo da sala ($p=0,002$). Em relação à porção do meio da sala obteve-se $p=0,057$.

Não há diferença estatística comparando-se os outros pontos da sala entre si: comparação entre frente e fundo da sala resultou em $p=0,969$; entre meio e frente da sala em $p=0,402$; comparando-se o meio e o fundo da sala $p=0,676$.

Devido aos níveis de ruído serem maiores próximo às caixas de som, o profissional deve evitar permanecer em suas proximidades e também alertar aos indivíduos que frequentam a academia para que se mantenham por pouco período de tempo nesses locais.

Obteve-se ainda a informação de que nenhum dos profissionais dos quatro estabelecimentos investigados utiliza protetor auricular. Santos e Santos (2000) descrevem que medidas de prevenção devem ser tomadas em ambientes onde os níveis de ruídos ou exposição ultrapassem 80 dB(A) . Há medidas coletivas e medidas individuais, da qual as coletivas são consideradas imprescindíveis e logo as individuais.

Sobre as medidas ambientais Dionísio Neto et al. (2014), apresentaram os recursos tecnológicos que podem auxiliar no controle de ruídos em academias. Como exemplo, citam a possibilidade de implantação de portas e janelas antirruído, adoção de atenuadores de aspiração e descarga de ar, uso de venezianas acústicas e aplicação de revestimento sono absorvente nas paredes e tetos. Com o equipamento sono absorvente quando uma onda sonora incide sobre uma superfície composta por material sono absorvente, parte da energia é absorvida e dissipada minimizando a agressão dos ruídos. Em academias localizadas em locais que já tem níveis de ruídos elevados é indicado o sistema box-in-box completo com contrapiso flutuante, apoios elastômeros de elevado desempenho ou molas helicoidais amortecidas, paredes duplas e forro ou cobertura isolante. Essas são possíveis soluções para reduzir os níveis de ruídos nas academias.

Dentre as medidas de prevenções individuais Santos e Santos (2000) descrevem o protetor auditivo circum-auricular; protetor auditivo de inserção; protetor auditivo semiauricular. Porém, ressaltam que o equipamento de proteção individual deve ser utilizado como último recurso, quando forem esgotadas todas as possibilidades de eliminar ou reduzir o ruído da fonte.

Marcon e Zannin (2004), salientaram que sempre que o ruído ambiental nas academias chegar ao limite permitido pela NR 15 (BRASIL, 2015) de 85 dB (A), deve ser utilizado, necessariamente o protetor auditivo. Reforçaram ainda que os estabelecimentos podem ser multados por não cumprirem as normas regulamentadoras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que nas academias de musculação de Jau há níveis de ruído entre 61,7 dB(A) e 103,8 dB(A), mostrando-se sempre causador de desconforto acústico e potencial risco à audição do profissional de Educação Física dependendo da quantidade de horas em que permanece no local.

Observou-se salas de ginástica e de musculação possuem intensidade sonora equivalentes. Além disso, há maior ruído nos períodos de maior fluxo de pessoas e que a intensidade sonora é maior próximo às caixas de som.

Devido aos achados, sugere-se trabalhos futuros com avaliação auditiva dos profissionais de Educação Física, além da realização de exames complementares de afecções de saúde que se relacionem ao desconforto acústico.

É de interesse também a investigação sobre protetores auriculares capazes de fornecer proteção ao público em estudo e que sejam confortáveis para uso durante o exercício físico ou então que não prejudiquem a conversação.

Outro perfil de pesquisas interessantes se deve ao uso de estratégias para redução de ruído, incluindo ajustes nos equipamentos ou campanhas para a adequação da intensidade sonora da música ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIONÍSIO NETO, J.; BARRETTO, D.; PEDROSO, C.; ALMEIDA, M.A. VIRGÍNIA, J.A. Academias investem em projetos de áudio e acústica como diferencial. **Audium: excelência em Áudio e Acústica**, v.10, n.3, p.1, 2014.

GINSBERG, I.A.; WHITE, T.P. **Considerações otológicas em audiologia**. In: Katz, J. Tratado de Audiologia Clínica. Manole. 4ª. ed. 1999. p.6-23.

MARCON, Carolina Reich; ZANNIN, Paulo H.T. Avaliação do Ruído Gerado por Academias de Ginástica. **Engenharia e Construção**. v. 96, n. 9, p. 39-42, 2004.

MENDES, A.D.; AZEVEDO, P.H. O trabalho e a saúde do educador físico em academias: uma contradição no cerne da profissão. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n.4, p. 599-615, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Perda auditiva induzida por ruído (Pair)**. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_perda_auditiva.pdf

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Normas regulamentadoras. NR-15**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-15-atividades-e-operacoes-insalubres>.

OLIVEIRA, G.C.; SILVA, C.C. Nível de ruído nas aulas de ginástica e as queixas auditivas apresentadas pelos professores. **Revista Hórus**. v.4, n.2, p.273-283, 2010.

PALMA, A. MATTOS, U.A.O.; Almeida, M.N. Nível de ruído no ambiente de trabalho do professor de educação física em aulas de ciclismo indoor. **Rev Saúde Pública**, v.43, n.2, p.345-351, 2009.

SANTOS, Ubiratan; P., SANTOS, Marcos. P. **Exposição a ruído: efeitos na saúde e como preveni – los**. Caderno de Saúde do Trabalhador. Piracicaba: Kingraf, 2000. 13 p.

BENEFÍCIOS DA CORRIDA DE RUA EM INDIVÍDUOS COM DEPRESSÃO

Ana Carolina Granai, Tássia Caroline da Silva, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail: carolgranai.boc@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente os transtornos mentais é uma patologia que afeta indivíduos de todas as idades, mais de 300 milhões de pessoas no mundo vivem as consequências. Em casos mais graves a depressão leva ao suicídio, dados apontam que aproximadamente 800 mil pessoas morrem por suicídio no mundo, sendo considerada uma doença do século (OMS, 2018).

A depressão é considerada uma doença psiquiátrica, avaliada em estados leves, moderados e graves, que leva o indivíduo apresentar grandes alterações no humor e mudanças no perfil. As pessoas que são mais afetados por esse distúrbio, geralmente durante sua vida passaram por acontecimentos onde sofrem altos níveis de estresse, envolvendo relacionamentos afetivos ou familiares, carreira profissional, eventos de forte impacto ao longo da vida (mortes, doenças graves, perdas financeiras, etc.) ou por origem hereditária (JARDIM, 2011). Os sintomas da depressão são conhecidos por comportamento de tristeza, irritabilidade, falta de interesses, insônia, fadiga, distúrbios alimentares, ideias agressivas e de incapacidade e pensamentos pessimistas (ESTEVES, GALVAN, 2006).

O tratamento tradicional da depressão consiste no uso de medicamentos antidepressivos, acompanhamentos psicológicos, psiquiátricos, ambulatorial e, estudos científicos associam tratamento não farmacológico, como a prática de exercícios físicos para o controle da depressão, como sendo uma possibilidade de tratamento auxiliar, ajudando aumentar a sensação de bem-estar e prazer por meio de liberação de neurotransmissores e diminuindo o nível de hormônios relacionados ao estresse (AZEVEDO, FONTES, 2016).

O exercício físico moderado e sistematizado, como por exemplo, a corrida de rua, tem efeitos benéficos na saúde em geral e principalmente ao nível psicológico, trazendo resultados positivos, como a redução da ansiedade, o aumento da autoestima e autoconfiança, da cognição e diminuição do estresse (SEQUEIRA, 2019).

Atualmente a corrida de rua tem se tornado um exercício cada vez mais popular, elevando os números de provas e de praticantes. Considerada um exercício completo

que envolve vários músculos do corpo, muitos procuram pelos diversos benefícios que acarreta que são desde, busca por uma vida mais saudável, diminuição de riscos de doenças relacionadas ao sedentarismo, alterações positivas psicológicas e interação social (ALBUQUERQUE et al, 2018).

Neste sentido, a realização da corrida de rua pode ser uma ferramenta para estimular neurotransmissores que são liberados durante a prática do exercício físico e que estão envolvidos no controle de humor e na metabolização de substâncias associadas a minimizar os efeitos do estresse e dessa forma, podendo auxiliar no tratamento da depressão (AZEVEDO, FONTES, 2016). Portanto, o objetivo deste trabalho foi verificar os benefícios da corrida de rua em indivíduos com depressão.

2 MÉTODO

Esse estudo caracteriza como uma pesquisa descritiva indireta de revisão bibliográfica. Os métodos de pesquisa descrevem como a pesquisa percorrerá para alcançar o objetivo. A pesquisa bibliográfica é um levantamento de estudos já publicados em forma de livros, revistas ou publicações periódicas. Possui a finalidade de auxiliar o pesquisador para que tenha acesso a todo material sobre um determinado assunto para observação e análises (CARVALHO et al, 2019). Na revisão foram consultadas as bases de dados do Google Acadêmico, PubMeb Central (PMC) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), como meios de pesquisas onde permitiu comparar a relação entre a corrida de rua e indivíduos com depressão. Para obtenção dos artigos, foram utilizadas as palavras chaves como: depressão; saúde; corrida de rua e exercício físico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A depressão é caracterizada como um transtorno psicológico provocando grandes alterações de humor, e um desequilíbrio hormonal, como liberação de corticosteroides que são hormônios produzidos pelas glândulas suprarrenais, responsáveis pela alteração do humor. Os sintomas recorrentes desse transtorno interferem diretamente na vida cotidiana dos indivíduos e está relacionado com sensações de incapacidades, culpa, tristeza profunda, baixa autoestima, isolamento, falta de interesse na vida, envolvendo até sintomas físicos como, alterações de apetite, sono irregular e disfunção sexual. Alguns fatores que estão associados na contribuição do desenvolvimento da depressão, podem ter sido desencadeados por traumas que ocorrem durante a vida, por

exemplo, como lidar com a morte (família, amigos etc.), desemprego (dificuldades financeiras) e também por fatores físicos como doenças (HORTENCIO et al, 2010).

A corrida de rua vem sendo visto como uma estratégia não-farmacológica para o controle dos sintomas da depressão. Sendo capaz de promover a liberação de diversas substâncias que causam o bem-estar, como a serotonina, dopamina e beta-endorfina (HORTENCIO et al, 2010).

A prática desse exercício apresenta grandes benefícios atualmente para os indivíduos, promovendo na melhora do condicionamento físico, diminuindo a perda de massa óssea e muscular, ajudando a prevenir doenças hipocinéticas (hipertensão, diabetes, colesterol e obesidade), provocando aumento da sensação do bem-estar, prazer, de superação e interação social. A procura pela realização da corrida, principalmente de rua, permite aos indivíduos tornar o estilo de vida mais ativo, promove a fuga do estresse diário, provoca motivação para a prática da corrida por parentes e amigos (ALBUQUERQUE et al, 2018).

A corrida de rua integrado como uma forma de terapia alternativa para a depressão auxilia na diminuição dos farmacológicos e psicoterapias, podendo ser considerada como uma forma de antidepressivo natural, pois estimula a produção de substâncias no cérebro que atuam contra a doença, como a dopamina, que age no nosso sistema nervoso central regulando as emoções. Além disso, auxilia no melhor funcionamento dos neurotransmissores (BARROS, 2011). A beta-endorfina também é liberada durante o exercício, ela é responsável por causar um efeito de alegria, sendo assim, a prática regular da corrida de rua também apresenta efeitos ligados à secreção e liberação da beta-endorfina, diminuindo a sensação dolorosa da pratica e promovendo relaxamento (HORTENCIO et al, 2010); para que a corrida desperte efeito no tratamento de uma doença, é preciso que o exercício seja planejado, estruturado e repetitivo e desta forma, serão promovidos efeitos neurogênico, capaz de remodelar sinapses e modificar propriedades neuronais (ALMEIDA, 2018).

Durante a corrida de rua regular ocorre a liberação de neurotransmissores, que possuem respostas benéficas no tratamento da depressão. Observa-se que a curto prazo a corrida de rua provoca alterações hormonais no organismo, após 2 horas da execução ocorre o aumento de serotonina central que promove um efeito relaxante ao corpo; síntese da dopamina promovendo motivações e regulações no estado emocional e a liberação de beta-endorfina provocando uma resistência motora melhor, maior

tolerância a fome, sono e a sensações de raiva contribuindo para redução dos sintomas de depressão (HORTENCIO et al, 2010).

Estudos associaram os benefícios da corrida de rua na redução dos sintomas, sendo induzido treinamentos com sessões entre 20 a 60 minutos diários, com frequências de 3 a 4 vezes na semana e no mínimo 8 semanas de duração. Os resultados comprovaram uma redução nos sintomas da depressão e ansiedade durante os treinamentos, e também apresentam melhoras após as sessões. A corrida de rua é uma modalidade muito praticada, e uma alternativa segura, de baixo custo e fácil de execução, podendo ser praticada em lugares de fácil acesso e ambientes livres, e sem a necessidade de equipamentos sofisticados. Independente da distância percorrida, é necessário no mínimo 30 minutos de atividades diárias de exercício moderado para uma influência favorável nos sintomas da depressão (CRAFT, PERNA, 2004).

A corrida de rua se mostra eficaz na diminuição dos sintomas de depressão sendo prescrita no mínimo 30 minutos diários, com intensidades médias de 50% a 60% do VO₂ máximo ou 12 a 14 na escala de Borg, considerando que muitos dos indivíduos com depressão sejam sedentários, é sugerido que a frequência da corrida seja inicialmente de 2 a 4 vezes na semana, com volumes e intensidades menores, respeitando a individualidade biológica. Sendo recomendável que a cada 10 ou 12 semanas de treinamento seja feita uma avaliação para ajustar a intensidade da corrida devida as melhoras ocorridas na condição cardiopulmonar e ajustar para novas demandas metabólicas para alterações e volume e intensidade de treinamento (HORTENCIO et al, 2010).

O estresse é um estado em que nosso cérebro detecta ameaças mentais, emocionais ou físicas, é um dos fatores que mais contribui para a depressão. Quando o cérebro detecta essas ameaças ele responde liberando cortisol, hormônio que auxilia na ameaça causada pelo estresse. Porém muitas vezes essas respostas continuam em nosso corpo, desequilibrando os mecanismos de desligamento de estresse e causando inflamações. O sistema imunológico defende o organismo dessas inflamações, realizando a defesas do corpo, contudo, em excesso, o sistema imunológico libera proteínas pró-inflamatórias causando alterações nos neurotransmissores. A corrida de rua é um importante mecanismo de diminuição do estresse, reduzindo as proteínas pró-inflamatórias e aumenta as anti-inflamatórias no corpo, reduzindo a inflamação (PHILLIPS et al, 2019).

A corrida de rua acarreta em benefícios que refletem aos níveis de neurotransmissores em indivíduos que sofrem com a depressão, auxilia na produção das catecolaminas, como a serotonina que é responsável pelo controle do humor e comportamentos emocionais, a biossíntese dela está ligada pelo aumento do seu precursor o triptofano no cérebro sendo elevado influenciado pelo exercício físico (MINGHELLI et al, 2013). O mesmo ocorre com a liberação de endorfina na corrente sanguínea, que provoca alívios para o corpo e sensação de prazer, relaxamento e bem-estar, a endorfina liberada durante e após os exercícios causa uma euforia, diminuindo sintomas de ansiedade, raiva e tensão. Isso tudo ocorre pois durante a corrida de rua obtém a ativação de opioides endógenos, que são receptores celulares presente no sistema nervoso central para neurotransmissores (BOECKER et al, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrida de rua promoveu benefícios para indivíduos com depressão, levando na melhora do quadro clínico, com amenização do quadro depressivo e, conseqüentemente, refletindo no aprimoramento da qualidade de vida. A corrida de rua é responsável pelo equilíbrio e síntese de neurotransmissores no sistema nervoso central, responsáveis pela regulação do humor e sensações de bem-estar e prazer (AZEVEDO, 2016). A prática da corrida de rua quando aplicada de maneira correta e sistematizada, tende a contribuir para a diminuição dos sintomas de depressão, assim como outras doenças físicas e mentais. Proporcionando diminuição da tensão e do estresse, nos sentimentos de incompetência e auto eficácia para a realização das tarefas diárias, na diminuição da insônia e no aumento da disposição (SEQUEIRA, 2019).

Sendo assim, a corrida de rua é adequada para a maioria dos indivíduos, a participação em um programa de exercícios promove a integração social e uma adaptação bem-sucedida podendo aumentar a autoestima. Finalmente, a corrida de rua pode reduzir os efeitos colaterais negativos dos antidepressivos, como a fadiga, diminuindo assim ao uso de medicamentos e melhorando a qualidade de vida do indivíduo, tanto física quanto mental (SEQUEIRA,2019).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Silva, MIRANDA, Freitas. Corrida de rua: uma análise qualitativa dos aspectos que motivam sua prática. **R. bras. Ci. e Mov** 2018;26(3):88-95.

ALMEIDA, Najara. **Os benefícios da corrida de rua para as pessoas com depressão**. 2018. Disponível em: <www.ativo.com.br>. Acesso em: junho 2020.

AZEVEDO, Erika Ferreira; FONTES, Maria alice. **Explicando os efeitos do exercício físico no cérebro e na saúde mental**. 2016. Disponível em: <www.plenamente.com.br>. Acesso em: março 2020.

BARROS, Miriam. **Psicóloga dá a dica: 'A corrida pode servir como antidepressivo natural'**. 2011. Disponível em: <www.globoesporte.globo.com> Acesso em: maio 2020.

BOECKER, Henning Et. Al. **The Runner's High: Opioidergic Mechanisms in the Human Brain, Cerebral Cortex**, Volume 18, Issue 11, November 2008, Pages 2523–2531, <https://doi.org/10.1093/cercor/bhn013>.

CRAFT, Lynette; FRANK, Perna. **The Benefits of Exercise for the Clinically Depressed**. Prim Care Companion J Clin Psychiatry. 2004; 6(3):104-111. doi:10.4088/pcc. v06n0301.

ESTEVES, Fernanda Cavalcante; GALVAN, Alda Luiza. Depressão numa contextualização contemporânea, **Rev. Aletheia**, núm. 24, 2006, pp. 127-135. ISSN 1413-0394.

HOTENCIO, Rute Fontoura Holanda; Et. al. **Exercícios físicos no combate à depressão: percepção dos profissionais de psicologia**. 2010. Disponível em: <www.congressos.cbce.org.br>. Acesso em: maio de 2020.

JARDIM, Silvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. bras. Saúde ocupacional**. 2011, vol.36, n.123, pp.84-92. ISSN 0303-7657.

MINGHELLI, Beatriz Et. al. Comparação dos níveis de ansiedade e depressão entre idosos ativos e sedentários. **Rev. psiquiatr. clín.** [online]. 2013, vol.40, n.2 [cited 2020-09-26], pp.71-76.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), 2018. Disponível em: <www.paho.org>. Acesso em: 26 março de 2020.

PHILLIPS, Cristy Et. al. Might lifestyle choices reduce the risk of depression? **Neuroscience** Published: 11 December 2019 doi: 10.3389/frym.2019.00137.

SEQUEIRA, Manuel. **Como a corrida combate a depressão, um inimigo silencioso**. 2019. Disponível em: <www.revistaatletismo.com>. Acesso em: fevereiro 2020.

BENEFÍCIOS DA DANÇA NOS ASPECTOS FÍSICOS E COMO LAZER NA TERCEIRA IDADE

Guilherme Lucas dos Santos, Renan Alves, Evandro Antonio Corrêa, e-mail: guilhermesansan.2016@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a chegada da terceira idade, corpo e mente passam por grandes mudanças, dando origem a algumas limitações físicas. Não é fácil adaptar-se ao novo estilo de vida, por isso algumas práticas auxiliam nesse processo, tornando a vida mais agradável. Entre as diversas possibilidades de práticas corporais nessa fase da vida a dança tem assumido um papel importante na vida dos idosos, ganhando muitos adeptos e melhorando sensivelmente a sua qualidade de vida.

O envelhecimento é um fator que gera transformações no organismo, e em sua maioria são prejudiciais para os indivíduos, tornando-os descontentes com sua imagem e gerando limitações, pois o corpo se torna mais lento, apresenta dificuldades de realizar algumas atividades cotidianas, aumenta o risco de quedas.

Com o passar dos anos o envelhecimento faz com que o organismo funcione de forma diferenciada e o corpo torna-se menos flexível, os movimentos são mais lentos com perda da agilidade, as articulações vão perdendo a mobilidade e elasticidade, os ossos ficam mais fracos, ocorre uma deterioração do aparelho bronco pulmonar, gerando um comprometimento de todo o sistema respiratório, o aparelho cardiovascular também sofre diminuição de sua capacidade, ocasionando várias patologias decorrentes dessa situação (VERDERI, 2002).

Assim, surge a necessidade de procurar formas para minorar os efeitos do envelhecimento e isso pode ser adquirido por meio da dança que é considerada uma das atividades mais completas. Desta forma, a dança é uma das opções para indivíduos da terceira idade, é uma atividade realizada em grupo facilitando a integração e fortalecimento das amizades, com superação de limites físicos, diminuindo assim as angústias e incertezas que cercam este grupo durante a vida cotidiana (REZENDE, 2003).

Nesse sentido, o objetivo do estudo é identificar os benefícios da dança, como opção de lazer, ao idoso, relacionados às capacidades físicas e aos aspectos sociais.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, utilizou a técnica de pesquisa revisão bibliográfica. Nessa etapa inicial realizamos uma busca de artigos com os descritores dança, idoso, envelhecimento e lazer nas plataformas Google Scholar, onde houve a incidência de 27 artigos e na plataforma Scielo foram encontrados 16 artigos. Mas para o desenvolvimento desse trabalho foram analisados oito artigos que abordam diretamente o enfoque da pesquisa, ou seja, que trata da dança, idoso e lazer.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro a seguir representa os artigos analisados, apresentando o autor, título, objetivo, principais resultados e/ou conclusões e ano de publicação.

Quadro 1. Artigos

Autor	Título	Objetivo	Principais resultados/conclusões	Ano de publicação
Érica Verdeci	A fisiologia do envelhecimento	O envelhecimento desafia a definição, pelo menos, o envelhecimento biológico. O envelhecimento não é somente uma passagem pelo tempo, mais do que isto, é o acúmulo de eventos biológicos que ocorrem ao longo do tempo. Se nós definirmos envelhecimento como a perda das habilidades de adaptação ao meio, então a idade biológica e funcional torna-se a forma mais adequada de se medir o envelhecimento e suas adaptações.	Pesquisas recentes indicam que a musculatura do idoso pode adaptar positivamente, tanto quanto a musculatura jovem para os exercícios de resistência. Significativamente, os benefícios na força que ocorre da hipertrofia dos músculos, podem ser resultado de um sensível aumento dos hormônios - receptores androgenos, tais como, testosterona, hormônio do crescimento, responsáveis pelo aumento dos níveis dos fatores de circulação do crescimento muscular.	2001
Mônica de Rezende; Célia Pereira Caldas	A dança de salão na promoção da saúde do idoso	Objetivo geral: conhecer os motivos que levam pessoas idosas, de ambos os sexos, a buscar a Dança de Salão como atividade. Objetivos Específicos: saber qual aspecto ou aspectos desta atividade a tornava tão atraente; descobrir se havia diferentes fatores a motivar homens e mulheres; identificar a importância deste curso em programas de atividades voltados para a Terceira Idade.	Os achados da pesquisa confirmam o que a fundamentação teórica aponta, principalmente no que diz respeito à promoção de saúde. Ou seja, para além dos aspectos de promoção de saúde na dimensão física, destacam-se neste estudo a importância do prazer e da sociabilização como motivação para realizar esta atividade, o que nos aponta a natureza holística da Dança de Salão, que integra varias dimensões do ser humano e com isso, promove a saúde de forma integral.	2003

Érica Verderi	A questão do envelhecimento para quem está envelhecendo	Especialistas do envelhecimento se preocupam em recuperar a capacidade funcional orgânica para assim, melhorar os hábitos diários, a qualidade de vida e adquirir o bem-estar. A perda de capacidade resulta na diminuição do bem-estar do geronte.	É certo que não se pode evitar o envelhecimento. No entanto, podemos exercer influência sobre a maneira de como envelhecer, contribuindo para um significativo bem estar com qualidade de capacitação em nossas atividades/movimentos e relacionamento social. Envelhecer não significa necessariamente redução de capacidade e diminuição de atividades. Envelhecer pode significar enriquecimento espiritual e uma vida aprazível, a partir do momento que a Educação Física Gerontologia se disponibilizar em prol das pessoas que envelhecem, contribuindo para a aceitação de todos que, estão passando pela vida e construindo uma história. E não simplesmente, deixando a vida passar...	2004
Michele Marinho da Silveira; Adriano Pasqualotti ; Eliane Lucia Colussi; Lia Mara Wibelinger	Envelhecimento humano e as alterações na postura corporal do idoso	Assim, são importantes novos estudos que mostrem melhor as alterações ocorridas na postura corporal destes indivíduos, de modo que possam ser adotadas medidas preventivas e até corretivas desta postura, a fim de se evitarem dores e deformidades, pois a modificação da postura ereta é uma das alterações mais comuns que ocorrem no sistema osteomuscular durante o processo do envelhecimento.	Desta forma, o equilíbrio corporal fica mais difícil, sendo de extrema importância que se conheçam as transformações que ocorrem na postura corporal com o processo de envelhecimento, de modo que possam ser adotadas medidas preventivas e até corretivas desta postura, a fim de evitar dores, deformidades nos idosos, além de dificuldades de locomoção e equilíbrio, melhorando a qualidade de vida desses indivíduos.	2010
Guilherme José Rosa	Os benefícios para a saúde dos idosos praticantes de dança de salão	Analisar os benefícios da dança numa perspectiva social e afetiva em idosos. Identificar a mudança no aprendizado motor dos participantes das aulas de dança de salão.	Dentro do estudo foi comprovado que mesmo com dores físicas não impedem estes idosos de não participar das aulas oferecidas, pois sentem prazer em realizá-las.	2012
Carla Witter; Marcelo de Almeida Buriti; Gleice Branco Silva;	Envelhecimento e dança: análise da produção científica na Biblioteca Virtual de Saúde.	O objetivo geral foi realizar uma revisão sistemática das produções científicas publicadas nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SciELO, acessadas pela Biblioteca Virtual de	Tendo em vista os dados resultantes da análise da produção científica referente às publicações veiculadas na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde sobre a temática dança e idoso, conclui-se que os artigos	2012

Renatta Simões Nogueira; Eliane Florêncio Gama		Saúde, sobre a temática da dança e idoso.	foram a via de publicação mais utilizada.	
Jaqueline Cristina Luciano de Souza; Andreia Cristina Metzner	Benefícios da dança no aspecto social e físico dos idosos.	A dança desenvolve a coordenação motora, agilidade, ritmo e percepção espacial, desperta e aprimora a musicalidade corporal de forma inteligente e natural, permitindo uma melhora na autoestima e a ruptura de diversos bloqueios psicológicos, possibilita o convívio e aumento do rol de relações sociais, torna-se uma opção de lazer e promove inclusive melhora de doenças e outros problemas.	Estudos mostram que a expectativa de vida dos brasileiros aumenta cada dia e cresce também a procura por uma vida mais saudável e ativa.	2013
Gislaine Hermann; Letice Dalla Lana	A influência da dança na qualidade de vida dos idosos	Identificar a percepção de qualidade de vida para os idosos que praticam a dança num grupo de convivência. Levantar os aspectos que influenciam na qualidade de vida desde o ingresso no grupo de dança de um grupo de convivência.	Os resultados revelam que idosos praticantes de atividades físicas desfrutam de uma melhor qualidade de vida. O estudo constatou que idosos vistos como ativos e que praticam atividades físicas possui uma qualidade de vida melhor, se relacionados a idosos ativos que não praticam atividades físicas.	2016

Os artigos analisados convergem mostrando que o idoso praticante de dança como atividade física no contexto do lazer tem melhor desenvolvimento funcional, psicológico, caracterizando uma melhor qualidade de vida, tendo maior autonomia e uma socialização melhor com a sociedade. Diante desses indicativos, desenvolvemos o tema que aborda uma faixa etária, na maioria das vezes, esquecida ou abandonada por parte da sociedade.

Devemos lembrar que a atividade física mais praticada pelos idosos é a dança (dança de salão). Segundo Souza e Metzner (2013, p. 12) “o idoso é um indivíduo que cada vez mais está em constante busca da melhoria de sua qualidade de vida, buscando atividades para preencher o tempo livre”.

Para as autoras dentre as inúmeras atividades que podem ser praticadas pelos idosos, citam a dança, compreendendo-a como “uma forma de lazer que proporciona um leque muito amplo, sendo uma prática corporal que proporciona prazer e também traz seus benefícios para a socialização e para as capacidades físicas dos idosos” (SOUZA; METZNER, 2013, p. 12).

A dança na vida dos idosos apresenta benefícios ao trabalhar, por exemplo, com os grupos musculares (devido a idade se movimentam pouco) e a estimulação do cérebro (trabalhando concentração e memorização). De acordo com Rosa (2012) intenção é mostrar que prática regular da dança por idosos podem ter uma melhor qualidade de vida proporcionando um bem estar físico e mental, além da interação com outros idosos. A autora menciona que a dança, também, visa à cidadania por se tratar de uma atividade física prazerosa desde criança ao idoso abrindo oportunidade para se desenvolver a coordenação motora, flexibilidade e respeito ao próximo e a si mesmo (ROSA, 2012).

Assim, essa pesquisa aponta para existência de evidências científicas referente aos efeitos positivos por meio da dança, melhorando a capacidade funcional, as mudanças psicossociais que surgem na terceira idade, e como a dança poderá auxiliá-los para uma melhora em sua qualidade de vida. Da mesma forma, a participação dos idosos na dança, como opção de lazer, poderá contribuir com a autoestima e socialização, reabilitação de movimentos, mais equilíbrio, agilidade, ganho muscular, melhor coordenação motora, promoção do bem-estar físico e emocional, estímulo à memória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os benefícios da dança, como forma de atividade física no lazer, trabalham a atenção, concentração, percepção, lateralidade, ritmo, memória recente, orientação espacial, estimulando diversas habilidades psicomotoras e cognitivas do idoso, além de melhorar a coordenação motora e o condicionamento físico associado à sensação de satisfação física e emocional do idoso e também propicia benefícios para o corpo e a mente.

A prática da dança ainda promove benefícios em relação ao combate ao estresse, o estímulo e a oxigenação do cérebro, o reforço dos músculos e a proteção das articulações, além da melhora da flexibilidade, do equilíbrio e da postura, possibilitando também o convívio social.

Por fim, a dança contribui de forma significativa para a qualidade de vida, favorecendo a saúde em diversos aspectos das capacidades físicas e dos aspectos sociais na vida dos idosos.

REFERÊNCIAS

HERMANN, Gislaine; LANA, Letice Dalla. **A influência da dança na qualidade de vida dos idosos**. Biblioteca Lascasas, 12(1), 2016. Disponível em: <http://www.indexf.com/lascasas/documentos/lc0884.php>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

REZENDE, Mônica de; CALDAS, Célia Pereira. **A dança de salão na promoção da saúde do idoso**. A terceira idade São Paulo: SESC-SP, v.14, n.27, jan., 2003. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

ROSA, Guilherme José. **Os benefícios para a saúde dos idosos praticantes de dança de salão na cidade de Coromandel-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília Polo – Coromandel – UnB, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/5422>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

SILVEIRA, Michele Marinho da et al. Envelhecimento humano e as alterações na postura corporal do idoso. **Rev. Bras. de ciências da saúde**, São Caetano do Sul, v.8, n.26, p. 52-58, out./dez. 2010. Disponível em: <http://doi.org/10.13037/rbcs.vol8n26.1081>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

SOUZA, Jaqueline Cristina Luciano de; METZNER, Andreia Cristinar. Centro Universitário UNIFAFIBE - Bebedouro – SP jaque.clsouza@hotmail.com. Centro.

Benefícios **Revista Fafibe On-Line**, ano VI, n.6, 2013. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/28/11122013185614.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

VERDERI, Érika. A questão do envelhecimento para que está envelhecendo, disponível em Pep-programa de Educação Postural, **Revista Digital - Buenos Aires** - Ano 10 - N° 73 – jun., 2004. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd73/velho.htm> Acesso em: 15 de setembro de 2020.

VERDERI, Érika. A fisiologia do envelhecimento. **American College of Sports Medicine**, fev., 2001. Disponível em: <https://www.cdof.com.br/acsm7.htm> Acesso em 17 de setembro de 2020.

WITTER, Carla et al. Envelhecimento e dança: análise da produção científica na biblioteca virtual da Saúde. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro, 16(1):191-199, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-98232013000100019>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

BREVE REVISÃO SOBRE TREINAMENTO CONCORRENTE

Francisco Pirassoli, Vinicius Michellin Parra, Guilherme Florenzano Rizatto, e-mail:
Francisco_pirassoli@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Treinamento Concorrente (TC) é considerado na literatura o ato de estimular diferentes capacidades físicas dentro da mesma sessão (COFFEY, HAWLEY; 2017). De modo que ainda que a combinação de força e resistência são frequentemente requisitadas, há a possibilidade desta combinação resultar em interferências nas respostas e adaptações do treinamento, sendo que adaptações ao treinamento de força acabam sendo prejudicadas (NADER, 2006). E é justamente devido a esta possível incompatibilidade de estímulos que torna o TC um assunto de bastante atenção na literatura atual, impactando as rotinas de treino de atletas e não atletas (FYFE; LOENNEKE, 2018)

Uma vez que atletas necessitam atingir e manter a sua *performance* maximizada, com o objetivo de obterem êxito nas competições (BERRYMAN; MUJIK; BOSQUET, 2019) muitos treinadores e preparadores físicos tendem a evitar o TC para não comprometer as marcas esportivas de seus atletas. Mas por outro lado, o TC tem sido utilizado por não-atletas em busca de melhores resultados em termos de saúde, estética e emagrecimento (LEVERITT et al., 2003). Segundo Leveritt et al. (2003), o seu emprego pode ser uma maneira de otimizar o tempo disponível para atividades físicas, isto é, as pessoas possuem restrição de tempo para se exercitarem, acabam treinando duas ou mais capacidades físicas juntas na mesma sessão de treinamento.

Além disso mesmo com a possibilidade de interferência de respostas fisiológicas, dentro de algumas circunstâncias o TC também pode ser capaz de otimizar as adaptações tanto do treinamento de força quanto de resistência (FYFE; LOENNEKE, 2018). Desta forma, é muito relevante averiguar quais as condições em que esta estratégia pode ser indicada ou não no treinamento. Portanto, o objetivo de nosso trabalho é comparar os efeitos do TC em indivíduos atletas e não atletas.

2 MÉTODO

Nosso estudo é uma revisão narrativa da literatura, elaborada por meio de consulta a artigos disponíveis na base de dados PubMed. Para análise das informações buscou-se convergência e divergências entre as teorias apresentadas pelos autores.

3 ETIOLOGIA DO TC

Quando falamos sobre TC, é muito comum a pensar-se a respeito da combinação de estímulos voltados ao desenvolvimento da força e de resistência dentro da mesma sessão. Agudamente, uma sessão de treinamento de força é capaz de induz estresse ao organismo de caráter tensional (mecanotransdução) e/ou metabólico (aumento na lactacidemia, e liberação de hormônios e fatores de crescimento) (SCHOENFELD 2010). Tais respostas são gatilhos para a ativação e/ou aumento de atividade enzimas citosólicas, como por exemplo a P13K, AKT, MAPK, p70S6K1 e principalmente a mTOR (SPIERING et. al., 2008). Toda esta atividade enzimática, induz a um balanço positivo no *turnover* proteico, que é a taxa de renovação proteica do organismo. Como resultado, ocorre maior síntese proteica miofibrilar (aumento da área de secção transversa da fibra e do domínio mionuclear).

Por outro lado, o treinamento de resistência, induz como resposta o aumento do déficit energético, Ca^{2+} , espécies reativas de oxigênio (ROS) e lactacidemia (HOOD et al. 2016). Estes são gatilhos podem induzir a ativação de enzimas como AMPK, CaMK, SIRT1 e p38MAPK, que ativa subsequentemente o fator de transcrição que regula a expressão de proteínas mitocondriais como a PGC-1 α . Em virtude disto, há aumento da expressão gênica de proteínas envolvidas no transporte e oxidação de glicose e ácidos graxos. Como adaptação, é observado aumento da densidade mitocondrial, interconversão de fibras do tipo IIX para IIA e angiogênese, refletindo na melhora da aptidão aeróbia (MIDGLEY, MCNAUGHTON e WILKINSON, 2006; FLUCK, 2006).

Segundo Nader (2006), por se tratar de estímulos que ativam cascatas de sinalização distintas, existe a possibilidade de algumas respostas ao treinamento de resistência interferir na cascata de sinalização de força. Dentre estes fatores, estão alterações nos componentes neurais e o *turnover* proteico.

Sobre o *turnover* proteico, uma das consequências do treinamento de força é a ativação da via da enzima P13-K, ativando em seguida a PKB, que ativa a mTOR (SPIERING et. al., 2008). Por outro lado, o treino de resistência ativa demasiadamente

da enzima AMPK, que é responsável por ativar a PGC1-alfa (HOOD et al., 2016). Assim quando é realizado alto volume do treinamento de resistência, pode ocorrer uma atenuação da taxa de síntese proteica miofibrilar devido a ativação exacerbada da AMPK, que é capaz de inibir a ação da mTOR. (FYFE; LOENNEKE, 2018). Porém, é válido ressaltar que a maioria dos estudos que analisaram o *turnover* proteico no TC foi realizada em modelo experimental, principalmente roedores (BAAR, 2014). Por causa disto, ao analisar os efeitos do TC em modelo humano, a literatura reporta dados divergentes no tocante às respostas moleculares.

Por outro lado, sobre a interferência dos aspectos neurais, a literatura reporta que sessões de treinamento de resistência, por recrutarem majoritariamente fibras do tipo I e conterem exercícios que induzem a um grau considerável de fadiga, podem atenuar significativamente os ganhos da força, mais precisamente no tocante das variáveis associadas a potência (HAKKINEN et al. 2003; HICKSON 1980). Uma hipótese para isto seria que o alto grau de recrutamento de fibras de baixa frequência (tipo I) pode interferir negativamente no *drive* neural das fibras tipo II que são de alta frequência.

4 TC COMO INTERVENÇÃO PARA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Ambos os treinamentos de força e resistência induzem respostas e adaptações que auxiliam a combater diversas patologias que impactam na capacidade funcional e na saúde das pessoas (UMPIERRE, et al. 2011; XIA, et al. 2017). Um grande exemplo foi o estudo realizado por Willis et al. (2012), em que 119 indivíduos adultos sedentários e/ou com sobrepesos ou obesos ao realizarem TC, obtiveram resultados positivos significativos na redução do perímetro da cintura, percentual de gordura e massa gorda, além do aumento de massa muscular da coxa. Com isso, o TC pode ser uma estratégia interessante para emagrecimento por potencializar os resultados advindos de ambos os tipos de treinamento e gerar maior participação nas aulas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Zhao et al. (2020), a partir dos dados de 479856 participantes observaram que pessoas que realizavam TC apresentaram maior redução no índice de mortalidade em relação a pessoas que treinavam uma capacidade física isoladamente. Esta redução foi de 40% para mortalidade por todas as causas, sendo em torno de 40% para óbitos em decorrência de câncer, em torno de 50% para doenças cardiovasculares e em torno de 75% para doenças do trato respiratório.

Outro aspecto relevante se dá a respeito do nível de treinamento de quem realiza TC. Coffey e Hawley (2017) reportaram que indivíduos não atletas apresentaram ganhos semelhantes aos obtidos quando feitos estímulos isolados de força e resistência para o tamanho das fibras musculares, síntese proteica tanto miofibrilar quanto mitocondrial, e ganhos de força. Mas, ao analisar os dados nos indivíduos treinados, constatou-se que TC induziu atenuação em parâmetros relacionados com a força. Os possíveis mecanismos para este fenômeno serão apresentados e debatidos no tópico seguinte.

5 APLICAÇÃO DO TC EM ATLETAS

Para Nader (2006), modalidades intermitentes exigem o tanto o treinamento de força quanto de resistência devido à grande oscilação de intensidade das ações motoras no decorrer de uma partida. Mas, em virtude do tempo disponível para o treinamento, pode ocorrer da realização do TC na tentativa de estimular estas duas capacidades físicas simultaneamente. Neste caso em especial, o TC pode impactar negativamente o desempenho pela sua interferência na potência.

Segundo Taber et al. (2016), uma das características mais importantes para o sucesso no esporte é a potência, que é que a capacidade de executar grande magnitude de trabalho mecânico por unidade de tempo. Eles destacam a maioria das modalidades possuem associação entre bons níveis de taxa de desenvolvimento de força (TDF) e performance. A TDF representa o quão rápido uma pessoa é capaz de atingir altos valores de produção de força em determinado movimento ou gesto motor. Baseado nisto, a mensuração desta variável se dá avaliando o valor da força pico obtida durante a execução do movimento dentro de um intervalo de tempo na ordem de milissegundos. Desta forma, como muitos esportes possuem gestos motores que possuem duração muito pequena (por exemplo; tempo de contato com solo durante corrida: 0,08 a 0,1 ms; lançamento de dardo: 0,16 a 0,18ms) recomenda-se cautela ao realizar TC em atletas afim de evitar diminuição nos valores de TDF, e desta forma, prejudicar o desempenho esportivo de atletas.

Esta interferência na TDF foi observada em estudo de Hakkinen et al. (2003). Ao comparar 27 homens separados em 2 grupos que realizaram apenas força e TC por 21 semanas, foi observado aqueles que realizaram TC obtiveram atenuação dos ganhos de TDF e redução do sinal eletromiográfico médio do vasto lateral durante os primeiros 500 ms de ação isométrica quando comparado a quem treinou só força. Isto pode sugerir que

houve redução do *drive* neural em decorrência do treinamento de resistência, isto é, o sistema nervoso central diminuiu a número e frequência de potenciais de ação enviados a unidade motora dos músculos das pernas destes indivíduos. Logo, como a potência é dependente de alto *drive* neural, o TC interfere negativamente na sua expressão.

Em virtude disto, Wilson et al. (2012) verificaram os limites de aplicação do TC a fim de evitar prejuízos e obter os benefícios otimizados para esta intervenção. Como resultado, o estudo sugere que os estímulos de resistência não ultrapassem 20 min de duração e estabelece um limite de duas sessões semanais como forma de evitar prejuízos. Interessantemente, também foi observado que o tipo de gesto motor pode interferir nos resultados, ou seja, quando comparados exercícios de resistência realizados por meio da corrida e do ciclismo, a maior interferência ocorreu em sessões realizadas com corrida. Uma possível justificativa se dê por conta da corrida induzir maior dano tecidual devido ao impacto no solo por conta das passadas realizadas.

6 CONCLUSÃO

Com base nesses estudos, concluímos que TC em pessoas não atletas é uma opção válida para promoção da saúde. Mas em alguns casos com atletas pode haver interferência na potência, repercutindo no desempenho. Desta forma, sugerimos a troca da nomenclatura para Treinamento Combinado devido aos benefícios e potencialização que esta intervenção pode resultar na aptidão física de algumas pessoas.

REFERÊNCIAS

- BAAR, K. Using molecular biology to maximize concurrent training. **Sports Med.**, 44 Supl 2 , S117 – S125. 2014.
- BERRYMAN, N.; MUJIK, I.; BOSQUET, L. Concurrent Training for Sports Performance: The Two Sides of the Medal. **Int J Sports Physiol Perform.** v. 14, n. 3, p. 279-85, 2019.
- COFFEY, V. G.; HAWLEY, J. A. Concurrent exercise training: do opposites distract? **J Physiol.** v. 595, n. 9, p. 2883-2896, 2017.
- FLÜCK, M. Functional, structural and molecular plasticity of mammalian skeletal muscle in response to exercise stimuli. **J Exp Biol.** v. 209, n. 12, p. 2239-48, 2006.
- FYFE, J. J.; LOENNEKE, J. P. Interpreting adaptation to concurrent compared with single- mode exercise training: some methodological considerations. **Sports Med.** v. 48, n. 2, p. 289-97, 2018.

HÄKKINEN, K.; ALEN, M.; KRAEMER, W. J.; GOROSTIAGA, E.; IZQUIERDO, M.; RUSKO, H.; MIKKOLA, J.; HÄKKINEN, A.; VALKEINEN, H.; KAARAKAINEN, E.;

ROMU, S.; EROLA, V.; AHTIAINEN, J.; PAAVOLAINEN, L. Neuromuscular adaptations during concurrent strength and endurance training versus strength training. **Eur J Appl Physiol.** 89(1), 42–52, 2003.

HOOD, D. A.; TRYON, L. D.; CARTER, H. N.; KIM, Y.; CHEN, C. C. Unravelling the mechanisms regulating muscle mitochondrial biogenesis. **Biochem J.** v. 473, n. 15, p. 2295-314, 2016.

LEVERITT, M.; ABERNETHY, P. J.; BARRY, B.; LOGAN, P. A. Concurrent strength and endurance training: the influence of dependent variable selection. **J Strength Cond Res.** v. 17, n. 3, p. 503-508, 2003

MIDGLEY, A. W.; MCNAUGHTON, L. R.; WILKINSON, M. Is there an optimal training intensity for enhancing the maximal oxygen uptake of distance runners? **Sports Med.** v. 36, n. 2, p. 117-132, 2006.

NADER, G. A. Concurrent Strength and Endurance Training: From Molecules to Man. **Med Sci Sports Exerc.** v. 38, n. 11, p. 1965-1970, 2006.

SCHOENFELD, B. J. The mechanisms of muscle hypertrophy and their application to resistance training. **J Strength Cond Res.** 24(10), 2857–72, 2010.

SPIERING, B. A.; KRAEMER, W. J.; ANDERSON, J. M.; ARMSTRONG, L. E.; NINDL, B. C.; VOLEK, J. S.; MARESH, C. M. Resistance exercise biology. **Sports Med.** v. 38, n. 7, p. 527-540, 2008.

TABER, C.; BELLON, C.; ABBOTT, H.; BINGHAM, G. E. Roles of maximal strength and rate of force development in maximizing muscular power. **Strength Cond J.** v. 38, n. 1, p. 71-78, 2016.

UMPIERRE, D.; RIBEIRO, P. A.; KRAMER, C. K.; LEITÃO, C. B.; ZUCATTI, A. T.; AZEVEDO, M. J.; GROSS, J. L.; RIBEIRO, J. P.; SCHAB, B. D. Physical activity advice only or structured exercise training and association with HbA1c levels in type 2 diabetes: a systematic review and meta-analysis. **JAMA,** 305(17), 1790–1799, 2011.

WILLIS, L. H.; SLENTZ, C. A.; BATEMAN, L. A.; SHIELDS, A. T.; PINER, L. W.; FARDOS, C. W.; HOUMARD, J. A.; KRAUS, W. E. Effects of aerobic and/or resistance training on body mass and fat mass in overweight or obese adults. **J Appl Physiol.** v. 113, n. 12, p. 1831-1837, 2012.

WILSON, J. M.; MARIN, P. J.; RHEA, M. R.; WILSON, S. M.; LOENNEKE, J. P.; ANDERSON, J. C. Concurrent training: a meta-analysis examining interference of aerobic and resistance exercises. **J Strength Cond Res.** 26(8), 2293–2307, 2012.

ZHAO, M.; VEERANKI, S. P.; MAGNUSSEN, C. G.; XI, B. Recommended physical activity and all cause and cause specific mortality in US adults: prospective cohort study. **BMJ.** 1(370): M2031. 2020.

CENTRO CIRÚRGICO ONCOLÓGICO: ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM E ASPECTOS CAUSADORES DE ESTRESSE OCUPACIONAL

Juliana Karina Candido, Giovanna Castilho Davatz, Adriane Lopes, e-mail:
julianakarillacandido@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Centro Cirúrgico Oncológico (CCO) o atendimento da equipe de Enfermagem ocorre no período perioperatório, evitando complicações e garantindo a segurança e o bem-estar do paciente oncológico. (SILVA; MEIRELLES, 2009).

Este desempenho é trabalhoso devido ao tempo necessário para cada procedimento com um grande número de intervenções / atividades a serem executadas. (POSSARI et al., 2013).

A equipe de enfermagem que atua no CCO se depara com a carência de recursos humanos no dia a dia. (MEIRELLES, 2002; SALOMÉ; MARTINS; ESPOSITO, 2009). Este cenário, somado à estrutura complexa e rígida do setor, com a necessidade de alta participação e responsabilidade em suas atividades, o que onera os profissionais neste setor. (MEIRELLES, 2002).

Esses profissionais enfrentam outros aspectos que não são fáceis de lidar no dia a dia, como cirurgias de longa duração, presenciar desmembramento, incapacidade de realizar a cirurgia porque o paciente não pode ser tratado, sangramento intenso e outras ameaças potenciais à vida, destruir a aparência facial, parada cardíaca, etc., pode desencadear estresse e causar exaustão (MEIRELLES, 2002).

Compreende-se que o estresse está diretamente relacionado ao trabalho, mas cada pessoa pode ter uma resposta diferente diante da mesma situação estressora. A forma como um indivíduo irá encarar a situação desencadeará um nível bioquímico que pode fazer com que o sistema nervoso autônomo secrete hormônios mediados pelo sistema límbico, preparando assim o corpo para enfrentar e restaurar o equilíbrio. Essas alterações fisiológicas relacionadas ao estresse refletem prejudicialmente a saúde dos profissionais. (GRAZZIANO; BIANCHI, 2010)

Diante do conteúdo exposto, o objetivo deste estudo é mostrar a atuação da equipe de Enfermagem do Centro de Cirurgia Oncológica por meio de uma revisão da literatura e determinar a causa do desenvolvimento do estresse ocupacional.

2 MÉTODO

O trabalho apresentado é uma revisão da literatura. Assim, em termos de sua composição, foi feita uma análise exploratória do conteúdo de obras já publicadas por outros autores, que são apresentados de forma descritiva (MINAYO, 2006).

Realizou-se uma busca de artigos publicados na base de dados Google Acadêmico e Bireme, em junho de 2020, com o conjunto completo de termos em português: enfermagem AND “centro cirúrgico oncológico”.

Adotou-se como critério de inclusão o título, resumo e verificação da presença do texto completo disponível na língua portuguesa caso o trabalho estivesse relacionado a um dos temas:

- 1) Atuação da Enfermagem em Centro Cirúrgico Oncológico
- 2) Estresse em profissionais de Enfermagem que atuam em Centro Cirúrgico Oncológico.

A partir da temática se obteve como resultado 83 resultados no Google acadêmico e 21 no Bireme. Destes trabalhos, apenas 9 foram utilizados, sendo 4 para introdução e apenas 5 atenderam aos critérios de inclusão e exclusão que constavam nos dois buscadores utilizados simultaneamente pela temática.

3 REVISÃO DE LIERATURA

Em consonância com a metodologia descrita acima, foram identificados 5 artigos científicos que serviram de base para a análise desta pesquisa. Esses materiais são distribuídos de acordo com o tema.

Tabela 1: Distribuição dos trabalhos que compilaram a análise da pesquisa, por tema:

TEMÁTICA	Nº DE TRABALHOS RELACIONADOS	REFERÊNCIAS
Atuação da Enfermagem em Centro Cirúrgico Oncológico	3	1) Silva e Meirelles, 2009; 2) Ribeiro, Bonfim e Silveira, 2011; 3) Possari et al. 2013.
Estresse em profissionais de Enfermagem que atuam em Centro Cirúrgico Oncológico	2	1) Meirelles, 2002; 2) Meirelles e Zeitoune, 2003;
Total	5	-

No trabalho que constitui o corpo principal de análise deste estudo, três itens trazem informações sobre a atuação da equipe de enfermagem do CCO, e os outros dois itens trazem informações sobre o estresse ocupacional desses profissionais.

4 DISCUSSÃO

Foi realizado um estudo no CCO com o objetivo de reconhecer as intervenções / atividades de enfermagem realizadas durante a fase transoperatório e vinculá-las à NIC (Classificação das Intervenções de Enfermagem) para que a enfermagem em diferentes áreas possa ser comparada e avaliada em sua assistência de cuidado. (POSSARI et al., 2013)

Após o estudo foram identificadas 16 categorias que compõem as intervenções/atividades da Enfermagem em CCO, divididas em 5 domínios da NIC que são: Domínio Fisiológico Básico, Domínio Fisiológico Complexo, Domínio Comportamental, Domínio Segurança e Domínio Família, trazendo um total de 49 intervenções, sendo 34 cuidados diretos e 15 indiretos. (POSSARI et al., 2013).

O reconhecimento das intervenções/atividades prestadas no Transoperatório, contribui para um melhor planejamento de recursos humanos. (POSSARI et al., 2013). Tornando-se imprescindível para o dimensionamento de pessoal de enfermagem, em número adequado e com perfil de competência para o cuidado seguro dos pacientes. (POSSARI et al., 2013).

Ribeiro, Bonfim e Silveira (2011) Dissertam que a enfermagem sempre passa por um processo de atualização de protocolos e técnicas a fim de proporcionar ao paciente uma assistência de qualidade e segurança.

Os autores trazem 10 áreas do CCO que requer treinamento da equipe de enfermagem:

Admissão do paciente

Noções básicas sobre o processo de trabalho do centro cirúrgico

Etapas do procedimento anestésico

Montagem da sala operatória

Prevenção de infecção do sitio cirúrgico

Posicionamento cirúrgico

Anotações de enfermagem

Cuidados com espécimes anatomopatológicos e exames laboratoriais

Prontuário eletrônico

Cuidados com o paciente na sala de recuperação anestésica

O objetivo de todo esse treinamento para a equipe de enfermagem é prestar atendimento de qualidade, entendido, neste momento, como forma de garantir segurança do paciente e visam a redução de custos hospitalares (RIBEIRO; BONFIM; SILVEIRA, 2011).

A humanização na área da saúde é importante e requer um trabalho da enfermagem junto a equipe multiprofissional para que o paciente tenha uma assistência digna e humanitária. (SILVA; MEIRELLES, 2009).

É muito importante entender as necessidades da equipe para a humanização do paciente cirúrgico, principalmente quando se fala em paciente oncológico pediátrico. Neste caso, é mais difícil porque as crianças e famílias enfrentam as seguintes condições: jejum prolongado, ansiedade e medo. Para todos os tratamentos realizados, este momento de vivência requer atenção, conversa e esclarecimento. (SILVA; MEIRELLES, 2009).

O uso de brinquedos vem com o intuito de contribuir para que a criança a expresse seus sentimentos e estabeleça um vínculo e confiança nos profissionais. Esses autores destacam que o enfermeiro, ao observar e atender as necessidades psíquicas dos clientes em cirurgia, colabora para a eficácia terapêutica transmitindo segurança e integridade emocional, amenizando o sofrimento (SILVA; MEIRELLES, 2009).

No cotidiano de CCO, ver toda assistência prestada resultando na alegria e bem-estar do paciente e familiares, solidifica mais a relevância da humanização e sistematização de comportamentos nos planos técnico, científico, social e ético. (SILVA; MEIRELLES, 2009).

Quando se cuida de um paciente com câncer ou que está morrendo em decorrência da doença, o enfermeiro pode relacionar a situação à realidade de si mesmo ou de um familiar, agregando um sentimento de vulnerabilidade, gerando crescente ansiedade existencial. Toda essa realidade vivenciada por um profissional o deixa desamparado (MEIRELLES, 2002).

Meirelles e Zeitoune (2003) Analisaram o perfil dos profissionais que atuam no CCO, com o resultado pode-se entender o perfil desses profissionais, 55,7% dos

entrevistados tem outro vínculo empregatício, sendo que 41,4% trabalham no centro cirúrgico de outro hospital, o excesso de trabalho causa malefícios ao profissional, muitos realizam essa prática para complementar a renda família, mas sendo o CCO um setor tenso e com carga horária excessiva, criando condições que surgem ou aumentam o estresse (MEIRELLES; ZEITOUNE, 2003).

Meirelles e Zeitoune (2003) apuraram através de aplicação de questionário estruturado, o estresse em 70 profissionais de Enfermagem atuantes no CCO, e constataram que 87,1% são mulheres, nessa análise o ponto estressor é a força física exigida, devido ao alto número de instrumentais cirúrgicos.

Outro ponto que os autores trazem é que 47,1% estão entre a faixa etária de 31 a 40 anos. Portanto, eles esclarecem que a maturidade e a experiência de trabalhos anteriores podem indicar que esses pontos aumentam para prosseguir no emprego, e 62,9% julgou o trabalho em CCO muito estressante (MEIRELLES; ZEITOUNE, 2003).

Frente a essa amostra o profissional de Enfermagem que atua na área oncologia, tem que observar os desenvolvimentos de fatores estressores e as manifestações que pode se desencadear em seu organismo, à três fases que o corpo passa como resposta ao desencadeado (MEIRELLES, 2002):

Fase de reação de alarme: frente a situação de estresse, o organismo gera uma reação de defesa para escapar do fator desencadeador (MEIRELLES, 2002):.

Fase de resistência: o corpo tenta voltar ao seu equilíbrio. O organismo pode se adaptar ao problema ou eliminá-lo (MEIRELLES, 2002):.

Fase de esgotamento: neste momento o fator estressor permanece e o organismo ultrapassa sua capacidade de resistência, trazendo exaustão, resultado do alto gasto de energia e excessiva carga de atividade (MEIRELLES, 2002).

A exaustão e o esgotamento ocasionados pelo estresse, podem trazer como resultado a síndrome de Burnout. Para se evitar esse acontecimento é necessário a prevenção desses fatores, trazendo proteção para saúde do profissional (MEIRELLES, 2002).

Como forma de prevenção o autor apresenta o amparo psicológico, que se dividi em dois pontos:

Aspecto Preventivo: que irá trabalhar a orientação sobre os fatores de estresse e sua alteração comportamental (MEIRELLES, 2002).

Aspecto Assistencial: que ajudará no enfrentamento do estresse (MEIRELLES, 2002).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, o Centro Cirúrgico Oncológico exige responsabilidade nas atividades realizadas, preparação física e psicológica para atender às suas necessidades diante de situações adversas na área de oncologia. Isso causa cansaço para o profissional de enfermagem, que deve estar atento aos sinais de estresse e aos fatores que podem levar à exaustão e esgotamento, ocasionando na síndrome de Burnout.

Como meio para a prevenção dos fatores estressante, se sugere o apoio psicológico, para minimizar prejuízos qualidade de vida do profissional e na qualidade do trabalho.

Há necessidade também de mais trabalho de campo sobre o tema abordado na pesquisa, na ausência de artigos científicos publicados em português.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Dafne Eva Corrêa; GALVÃO, Cristina Maria. **O estresse da equipe de enfermagem que atua no período perioperatório: revisão integrativa**. Rev Rene, v.14, n.4, p. 836-844, 2013. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo>. Acesso em 28 jun. 2020.

GRAZZIANO, E.S; FERRAZ BIANCHI, E.R. Impacto del estrés ocupacional y burnout en enfermeros. **Enferm. glob.**, Murcia, n. 18, feb. 2010. Disponível em: <<http://scielo.isciii.es/scielo>. Acesso em 28 jun. 2020.

MEIRELLES, Naluzia de Fátima. **Estresse ocupacional e o centro cirúrgico oncológico no contexto da enfermagem**. 173p. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/Naluzia_Fatima_Meirelles.pdf>. Acesso em 28 jun. 2020.

MEIRELLES, Naluzia de Fátima; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. Satisfação no trabalho e fatores de estresse da equipe de enfermagem de um centro cirúrgico oncológico. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.78-88, abr. 2003. Disponível em: < <https://www.redalyc.org>. Acesso em 28 jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª Edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006. Acesso em 28 jun. 2020.

POSSARI, João Francisco et al. Padronização das atividades em centro cirúrgico oncológico segundo a Classificação das Intervenções de Enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 600-606, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 28 jun. 2020.

RIBEIRO, Mariângela Belmonte; BONFIM, Isabel Miranda; SILVEIRA, Cleidileno Teixeira. Estratégias de capacitação da equipe de enfermagem de um Centro Cirúrgico Oncológico. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 21-29, set. 2011. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/204>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SALOME, Geraldo Magela; MARTINS, Maria de Fátima Moraes Salles; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha. Sentimentos vivenciados pelos profissionais de enfermagem que atuam em unidade de emergência. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 62, n. 6, p. 856-862, Dec. 2009. Available from <<http://www.scielo.br/scielo>. access em 28 jun. 2020.

SILVA, Damiana Cosmea da; MEIRELLES, Naluzia de Fátima. Humanização da assistência à criança em Centro Cirúrgico Oncológico*. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 30-41, mar. 2009. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/353>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

“CLEAN AND JERK” (ARRANCO / ARREMESSO): LESÕES E POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS A SEREM ADOTADAS A FIM DE PREVENÍ-LAS

Ana Livia Dias, Marcos Henrique Zanetti Gusman, Giovanna Castilho Davatz Lopes, e-mail: marcos-hzg@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O *Clean and Jerk* é um movimento de levantamento de peso olímpico (LPO). Exige, portanto, força e potência (STOREY; SMITH, 2012).

Para a execução desse movimento, primeiramente, eleva-se a barra do chão até o peito na posição de *squat* (agachamento). Sequencialmente, empurra-se a barra até acima da cabeça usando um movimento de “tesoura” ou espaçamento lateral (STOREY; SMITH, 2012).

O levantamento olímpico traz benefícios ao sistema cardiovascular, sendo documentado, de acordo com Silva et al. (2017) aumento da resistência vascular periférica de forma aguda, gerando o aumento da parede do miocárdio diminuindo, com isso, a pressão sistólica. Também descreveram o aumento do VO₂ máximo após o treinamento.

Entretanto, o *Clean and Jerk* consiste em um movimento cuja execução é de alto grau de dificuldade, predispondo a erros e, conseqüentemente a lesões.

O presente estudo visou investigar as principais lesões decorrentes da execução do movimento, e o que está ao alcance de ser feito pelo profissional de Educação Física para evitá-las.

2 MÉTODO

A presente pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica. Para sua realização buscou-se artigos científicos na base de dados *PubMed* dos dias 14 a 24 de maio de 2020.

Os termos utilizados para a busca de artigos foram em inglês com aspas: “*Clean and Jerk*”. A busca recuperou 51 trabalhos pela referida plataforma.

Como critério de inclusão adotou-se os trabalhos possuírem no corpo de seu texto, informações que respondam aos objetivos: “execução correta do movimento”, “lesões” ou “estratégias ou práticas que se adotadas possam melhorar a maneira de realizar o movimento e conseqüentemente reduzir lesões.

Dessa forma, 6 artigos atenderam aos critérios estabelecidos. Os mesmos, publicados entre 1994 e 2020, foram analisados qualitativamente e se encontram apresentados no capítulo resultados, enquanto que suas informações são expostas no capítulo discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação as lesões, Collins (1994) traz em seu trabalho sobre a ação de musculatura agonista e sinergista em levantadores de peso olímpico, tendo como base de análise o movimento *Clean and Jerk*, que esta população tende a apresentar degeneração da articulação do joelho, avulsão do tendão patelar ou ruptura bilateral do músculo quadríceps.

Eng, Westcott e Melhor (2008), relatam durante a execução do *Clean and Jerk* um caso por fratura por estresse na primeira costela em um levantador de peso de 20 anos. Referiram que ao realizar o movimento, o jovem referiu dor aguda no ombro direito. Não havia histórico de fratura prévia na região e tal lesão não era visível em radiografia, sendo apenas perceptível e passível de diagnóstico com o exame *spect* e tomografia computadorizada. Os autores descrevem em seu estudo de caso que as fraturas por estresse na maioria das vezes ocorrem na região da primeira costela próximo ao sulco para a artéria subclávia e que são predominantemente ocasionadas pela ação de forças musculares opostas relacionadas a esse movimento.

Ainda sobre lesões referentes ao movimento em estudo, Dhillon et al. (2020) apresentaram o caso de um levantador de elite que sofreu ruptura bilateral do músculo quadríceps durante a fase do empurrão desse movimento. Os autores afirmaram, entretanto, que essas lesões são raras e estão relacionadas a um pico de contração excêntrica do músculo quadríceps. Sobre a investigação do histórico desse indivíduo em comparação ao de 7 casos descritos na literatura, os autores identificaram que o sujeito descrito no estudo teve o uso prévio de anabolizantes no início de sua carreira, aspecto em comum com 5 dos 7 casos documentados por outros trabalhos científicos. Para a recuperação desse caso em particular, houve a realização de reparo cirúrgico bilateral e o atleta foi submetido a exercícios de reabilitação, retornando às suas atividades em 2 anos. Os autores concluíram diante dos achados, que é relevante a investigação sobre o uso prévio de anabolizantes em levantadores olímpicos pois este aspecto predispõe a

lesões devido à possível incompatibilidade entre a força muscular resultante e a resistência dos tecidos à tração.

Sobre estratégias e práticas que podem prevenir lesões durante a execução do movimento *Clean and Jerk*, é relevante citar o estudo de Collins (1994), que elaborou um modelo biomecânico do joelho no plano sagital a fim de analisar a execução segura dos movimentos desse movimento de levantamento olímpico. Para a realização do estudo participaram 4 competidores do sexo masculino, cujo peso variava entre 69 e 104 Kg. Esses participantes executaram o referido movimento com 80 a 90% de seu melhor desempenho olímpico, dentro de um laboratório de engenharia. A análise do movimento foi realizada com a associação de plataformas de força e método de medição com refletores posicionado sobre as articulações dos sujeitos. Além disso, sempre foram verificadas soluções monomusculares e de contato ósseo com a necessidade realização de força ligamentar em contraste com os mesmos movimentos realizados com a ação de musculatura antagonista e sinergista com a consequente redução da sobrecarga aos ligamentos.

Com esse experimento o autor Collins (1994) identificou que durante a etapa do *Clean* pode haver ação monomuscular que estabiliza o movimento, consistindo no músculo quadríceps femoral, juntamente com o ligamento cruzado posterior e o contato entre tíbia e fêmur. Observou, no entanto, que sempre que ativação isométrica do antagonista gastrocnêmio, há redução da participação do ligamento cruzado posterior. Sequencialmente, a medida em que a barra é retirada do chão, há duas possibilidades limitadoras monomusculares: isquiotibiais, ligamento cruzado posterior e contato tibiofemural; ou a ação do gastrocnêmio em parceria com o ligamento cruzado anterior e o contato tibiofemural. Entretanto, a ação sinérgica entre os músculos isquiotibiais e gastrocnêmio reduz a sobrecarga aos ligamentos.

Ainda no estudo de Collins (1994) quando a barra está quase ao nível do ombro, há bastante extensão do joelho com a necessidade de utilizar músculo quadríceps femoral, juntamente com o ligamento cruzado posterior e o contato entre tíbia e fêmur, ou novamente a contração do antagonista gastrocnêmio a fim de poupar os ligamentos. Então, quando o indivíduo saiu da posição agachada há a participação monomuscular do quadríceps em conjunto com o ligamento cruzado anterior e contato tibiofemural, o que pode ser solucionado com a ação conjunta dos antagonistas isquiotibiais a fim de poupar o ligamento. Novamente ainda, quando as cargas tendem a estender os joelhos

há duas possibilidades de ação monomuscular com sobrecarga ligamentar: isquiotibias atuando com o ligamento cruzado posterior e contato tibiofemural, ou gastrocnêmio atuando com ligamento cruzado anterior e contato tibiofemural. Para solucionar esse último caso, a ação conjunta entre isquiotibiais com o sinergista gastrocnêmio protege os ligamentos.

Finalmente, no trabalho de Collins (1994) há a descrição de que quando os pés estão novamente no chão ao invés de se utilizar a solução monomuscular de isquiotibiais, ligamento cruzado posterior e contato tibiofemural; ou gastrocnêmio, ligamento cruzado anterior e contato tibiofemural; para poupar os ligamentos há a possibilidade de uso de isquiotibiais em parceria com quadríceps e contato tibiofemural ou isquiotibiais em parceria com gastrocnêmio e contato tibiofemural.

Quanto ao treinamento para auxiliar na execução adequada do exercício, melhorando a qualidade de execução do praticante, Storey e Smith (2012) referem que podem ser utilizados os próprios movimentos de levantamento, como o *Clean and Jerk*, ou ainda movimentos com padrões semelhantes aos utilizados nesses levantamentos (por exemplo: *hang/power snatch*, *hang/power clean*, *snatch* e *clean pull*, *front squat* ou *back squat*) e os para fortalecimento muscular de músculos sinergistas também utilizados no levantamento (por exemplo, *overhead press*, *back extension* ou exercícios abdominais). Outros exercícios também podem ser incorporados como saltos ou corrida, devido às semelhanças cinemáticas entre as fases propulsivas e de potência com o levantamento de peso.

Wang et al. (2017) investigaram os efeitos da terapia Gha Sha na percepção de esforço causado pelo levantamento de peso olímpico. Esta é uma terapia tradicional chinesa aplicada no sudeste da Ásia na qual a pele que recobre a região do músculo estressando é raspada repetidamente por um instrumento com o formato de uma colher. Estudos científicos prévios relatam que esta terapia reduz a fadiga muscular, aumenta a força muscular, produz um efeito anti-inflamatório, além de modular o equilíbrio de ação entre o sistema nervoso simpático e parassimpático. Para a execução do trabalho foram recrutados levantadores de peso do sexo masculino e que foram submetidos a terapia Gua Sha. Como resultado, em relação ao *Clean and Jerk*, os autores encontraram redução significativa da percepção de esforço com sua execução.

O mesmo grupo de autores realizou nova investigação envolvendo a terapia Gha Sha em 2019 (WANG et al., 2019), investigando os efeitos da terapia Gha Sha no

levantamento de peso olímpico. Desta vez, na metodologia empregada por esses autores, um grupo de levantadores do sexo masculino foi dividido aleatoriamente para o grupo de treinamento com Gha Sha, simulação da raspagem muscular e grupo controle. Os que realizaram o Gha Sha e a terapia simulada foram submetidos a 16 sessões distribuídas em 8 semanas. Nenhum tratamento foi aplicado no grupo controle. Dentre os métodos utilizados por esses pesquisadores para a aferição da eficácia do Gha Sha foi utilizada a capacidade de levantamento de peso e a classificação do esforço percebido durante o *Clean and Jerk* com uma carga equivalente a 85% de 1 repetição máxima. Assim autores verificaram que o Gha Sha melhorou significativamente a capacidade de levantamento de peso para a execução do *Clean and Jerk* com aumento da força em $5,9\% \pm 1,4\%$, havendo além disso a detecção, novamente da redução do esforço percebido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lesões mais frequentes relacionadas a execução do movimento “*Clean and Jerk*” (arranque / arremesso) são principalmente na articulação do joelho, a avulsão do tendão patelar, ruptura bilateral do quadríceps e também há registro de uma fratura por estresse na primeira costela.

Como maneira de preveni-las encontrou-se estudos sobre contrair os músculos antagonistas, trabalhar o fortalecimento dos músculos sinérgicos e abdominais, treinar a execução do movimento correto antes de inserir sobrecargas e o uso da terapia Gua Sha.

REFERÊNCIAS

CALATAYUD, J.; COLADO, J.; MARTIN, F.; CASAÑA, J.; JAKOBSEN, D.; MARKUS, A.L. Core muscle activity during the clean and jerk lift with barbell versus sandbags and water bags. **The International Journal of Sports Physical Therapy**, v.10, n.6, p.803-810. Novembro 2015.

COLLINS, J.J. Antagonistic-synergistic muscle action at the knee during competitive weightlifting. **Medical & Biological Engineering & Computing**, v.32, n.2, p.168-74. Março 1994.

DHILLON .M.S; KUMAR .P; JOHN .R; HOODA .A, Bilateral Quadriceps Rupture in an Elite Weight Lifter. A Case Report and Review of Literature. **Indian Journal of Orthopaedics**, v.54, p.339–347. Fevereiro 2020.

SILVA, B.V.C.; FERREIRA, M.J.; SIMIM, M.A.M.; MELO, E.I.S.; NEME B.M.; MOTA, G.R. Artigo de opinião os benefícios do levantamento de peso olímpico. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v.11, n.66, p.377-385. Maio/Jun 2017

STOREY, A.; SMITH, H.K. Unique Aspects of Competitive Weightlifting: Performance, Training and Physiology. **Sports Med**, v.1;42, n.9, p.769-90. Setembro 2012.

WANG, X.; CHEN, P. HUANG, X.; WANG, Y.; YANG, J.; WICHAI, E.; YANG, Y.; URAIWAN, C. Guasha improves the rating of perceived exertion scale score and reduces heart rate variability in male weightlifters: a randomized controlled trial. **Journal of Traditional Chinese Medicine**, v.37, n.1, p.49-56. Fevereiro 2017.

WANG, X.; JIA, B.; ZHONG, H.; HUANG, X.; CHEN, R.; YANG, J. Effects of Gua Sha therapy on weightlifting training: a randomized trial. **Journal of Traditional Chinese Medicine**, v.39, n.4, p.575-581. Agosto 2019.

CONHECIMENTO PRODUZIDO SOBRE O CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO E A EQUIPE DE ENFERMAGEM

Talita Morgana Puci Franco, Ivana Regina Goncalves, e-mail: talitapuci@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Material e Esterilização (CME), faz parte da organização hospitalar de forma peculiar, trabalhando como uma unidade funcional a todos os serviços, assistências e de diagnóstico, abastecendo os setores de produto para a saúde (PPS) (SILVA, 2011).

O CME é o setor responsável pela recepção, limpeza, inspeção, embalagem, esterilização, armazenamento e distribuição de PPS para as unidades consumidoras. Preza pelo processamento de PPS, com qualidade e quantidade suficiente para o atendimento e a segurança do paciente com produto processado livre de evento adverso (SOBECC, 2017).

Nesse sentido, embora o trabalho realizado no CME não seja prestado diretamente ao paciente, a eficiência de todo o processo de esterilização propicia a redução de infecções exógenas, melhorando a qualidade da assistência (SANTOS et al., 2018).

O entendimento dos profissionais da enfermagem sobre CME é indispensável, considerando uma base teórica científica de transformação e crescimento para ultrapassar desafios na prática cotidiana. Assim, quem não atua diretamente no setor acaba desconhecendo a complexidades do centro de material e esterilização (SANTOS et al., 2018).

Assim, a equipe de enfermagem do CME pode dar visibilidade a seu trabalho junto à direção da instituição, aos gestores e equipes multidisciplinares, fundamentando a construção de suas ações práticas no saber científico, liderada por enfermeiros comprometidos com as relações de trabalho no CME, motivada, competente e com postura compatível ao cargo (SANCHEZ et al., 2018).

2 OBJETIVO

Verificar o conhecimento produzido sobre o Centro de Material e Esterilização e a equipe de enfermagem.

3 METODOLOGIA

Para nortear esta revisão de literatura utilizamos a seguinte questão norteadora. Qual é o conhecimento produzido sobre o Centro de Material e Esterilização e a equipe de enfermagem?

Para tanto realizou-se buscas online na base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em ciência da Saúde).

O período de coleta de dados ocorreu nos meses de fevereiro de 2020 a abril de 2020. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: “centro de material e esterilização”, “enfermagem” e “hospital”.

A busca compreendeu os dados publicados entre os anos de 2015 a 2020, no idioma português, com resumos e artigos completos disponíveis na base de dados selecionada. Totalizaram 24 artigos científicos. Como critério de exclusão tivemos: 2 artigos por constituírem tese acadêmica e 5 artigos por não corresponderem à pergunta norteadora. Assim a amostra formada foi representada por 17 artigos.

Os achados foram organizados, na modalidade temática, foi o representativo metodológico, e Bardin foi o referencial teórico utilizado, o que permitiu organizar os achados em seis categorias (BARDIN, 1977).

Segurança ocupacional no centro de material e esterilização; 2 Dimensionamento dos profissionais da enfermagem no centro de material e esterilização; 3 Processo de trabalho de enfermagem no centro de material e esterilização; 4 Promoção da qualidade de vida do trabalhador de enfermagem em centro de material e esterilização; 5 Perfil profissional dos trabalhadores de enfermagem e a formação do enfermeiro para atuar no centro de material e esterilização; 6 Visibilidade do trabalho do enfermeiro no centro de material e esterilização.

4 RESULTADOS

4.1 Segurança Ocupacional no Centro de Material e Esterilização

No CME os riscos aos acidentes ocupacionais estão presentes no cotidiano, tendo em vista ser uma área responsável pela limpeza e processamento de artigos e instrumentais médico-hospitalares, sendo considerado um ambiente insalubre dentro dos hospitais (RIBEIRO et al., 2015).

No Brasil, existem regulamentações específicas que visam a proteção do trabalho e a manutenção de ambiente de trabalhos seguros (BENETTI et al., 2015).

Para Borgheti et al. (2016) a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), estabeleceu a Norma Regulamentadora n.º 32 (NR-32) que se trata da segurança e saúde no trabalho em serviço de saúde, estabelecendo diretrizes para a implantação de medidas de proteção à saúde e segurança do trabalhador. E em 2012 a ANVISA publicou a Resolução n.º 15 (RDC-15), sobre os requisitos de boas práticas para processamento de PPS, tratando dos recursos humanos, da segurança e saúde no trabalho e das atribuições do responsável técnico.

No CME, especificamente, é necessário o uso de EPIs descritos na NR-6, sendo todo dispositivo ou produto de uso individual, utilizado pelo colaborador, destinado à proteção de riscos que podem ameaçar a sua segurança e saúde (CLAUDIO et al., 2015).

4.2 Dimensionamento dos Profissionais da Enfermagem no Centro de Material e Esterilização

O CME é uma unidade dos serviços de saúde cujos os processos de trabalho dependem de saberes e práticas específicas, exigindo um quadro de pessoal adequado em quantidade e qualidade (ANTUNES et al., 2018).

Para a realização dessa etapa com qualidade e quantidade de recursos humanos o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) propôs na Resolução de n.º 0543/2017, o dimensionamento fidedigno de profissionais de enfermagem, baseado na produção mensal de artigos odonto-médico-hospitalares, uma vez que a produção mensal do serviço repercute diretamente na carga de trabalho, o dimensionamento de pessoal reflete a real necessidade desta unidade de trabalho (MARTINS et al., 2018).

4.3 Processo de Trabalho de Enfermagem no Centro de Material e Esterilização

Conforme Santos et al. (2018) além de conhecer cada etapa do processamento, é imprescindível que os profissionais do CME tenham conhecimento de todo o processo, para garantir a ausência de contaminação dos materiais hospitalares e consequentes complicações ao paciente.

A prática da esterilização deve estar inserida em critérios preestabelecidos, ancorados pelas referências científicas, normatizações pertinentes e indicadores para avaliar a efetividade do processo de esterilização (SANTOS et al., 2018).

Para a efetividade dos processos realizados no CME é necessário a higienização das mãos dos profissionais de enfermagem, visa a proteção dos usuários, pois as mãos dos trabalhadores do CME podem ser fontes de transferência e microrganismo para os PPS (TIPPLE et al., 2016).

Com o passar do tempo, teve o “*design*” dos instrumentos evoluídos, tornando-os mais complexos. Surge a necessidade de um processo de limpeza criterioso que traga resultados confiáveis e a otimização aos processos de trabalho, visto que a efetividade do processo de desinfecção ou esterilização (STUMM et al., 2019).

No CME, o enfermeiro tem como atribuição coordenar a equipe e as atividades desenvolvidas, avaliar e participar das etapas do processo de limpeza, dimensionar os profissionais, contribuir com ações de prevenção e controle de eventos adversos, orientar as unidades usuárias do serviço, implementar boas práticas para o processamento de PPS, assim como padronizar uso de produtos, materiais e equipamentos. (STRIEDER et al., 2019)

4.4 Promoção da Qualidade de Vida do Trabalhador de Enfermagem em CME

A rotina de trabalho e o ambiente do CME podem influenciar na promoção da qualidade de vida do trabalhador de enfermagem desta unidade, refletindo no processo saúde-doença, gerando sofrimento, tensões, conflitos, estresse, desgaste, adoecimento, representado pelo aumento no índice de absenteísmo, gerando prejuízo ao indivíduo e a instituição com a diminuição na qualidade do trabalho prestado pelo profissional (COLEM et al., 2015).

É necessário, estratégias, estimulação de momentos lúdicos para melhoria na promoção da qualidade de vida do profissional de enfermagem do CME, com ações que abrangem satisfação, motivação, saúde e segurança no trabalho com educação contínua, proporcionando o relaxamento do trabalhador buscando reduzir cotidianamente o estresse laboral (SPAGNOL et al., 2015).

4.5 Perfil Profissional dos Trabalhadores e a Formação do Enfermeiro para Atuar no Centro de Material e Esterilização

Em relação à questão de gênero, a predominância é de mulheres entre os profissionais de enfermagem que atuam no CME, constatando-se que o estado civil da maioria dos profissionais que ali atua é solteiro, com faixa etária entre 25 - 35 anos. A repercussão para o trabalho e para a saúde desses trabalhadores existem dois grupos distintos, sendo o primeiro constituído de sujeitos que se encontram em pleno vigor profissional, supostamente motivados para o trabalho e o outro grupo de profissionais próximos à aposentadoria, com maior tempo de desgaste decorrente da vivência pelo trabalho (COSTA et al., 2016).

O perfil profissional do CME encontra-se em transformação, vem sendo alvo dos profissionais de enfermagem recém-formados. A maioria do quantitativo dos profissionais do CME é de técnico de enfermagem com média de atuação entre 1 - 10 anos. (SOUZA et al., 2016).

Segundo Pirolo et al. (2017) a formação de enfermeiros é uma troca de saberes científicos e populares. Considerando o CME uma construção de extrema relevância para o cuidado, é necessário, articulações na formação entre a teoria e a prática profissional (MUNHOZ et al., 2017).

4.6 Visibilidade do Trabalho do Enfermeiro no Centro de Material e Esterilização

De acordo com Sanchez et al. (2018), a responsabilidade do trabalho do enfermeiro e sua capacidade gerencial no CME precisam ser visibilizadas e reconhecidas pelos demais trabalhadores da instituição. Por ser uma unidade peculiar, com assistência indireta ao paciente.

Para se tornar visível e reconhecido, o trabalho do enfermeiro que atua no CME, é necessário demonstrar que não se limita apenas a uma simples limpeza de material, e sim, requer conhecimentos específicos, técnicos científicos na manutenção, contribuindo para a prevenção de infecções hospitalares (SCHWONKE et al., 2018).

5 CONCLUSÃO

Podemos concluir, a partir do estudo, que pode-se verificar a literatura acerca do CME e a equipe de enfermagem atuante nesta área.

Assim, o conhecimento produzido sobre o CME e a equipe de enfermagem pode finalmente ser verificado e pautado na segurança ocupacional no centro de material e

esterilização; dimensionamento dos profissionais da enfermagem no centro de material e esterilização; processo de trabalho de enfermagem no centro de material e esterilização; promoção da qualidade de vida do trabalhador de enfermagem em centro de material e esterilização; perfil profissional dos trabalhadores de enfermagem e a formação do enfermeiro para atuar no centro de material e esterilização, e a visibilidade do trabalho do enfermeiro no centro de material e esterilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, A. V.; MARTINS, J. F. Dimensionamento de pessoal no centro de material e esterilização de um hospital universitário [online], São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342019000100477&tlng=pt> Acesso em: 16 fev. 2020.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 225p.
- BENETTI, E. R. R, et al. Vivências de Profissionais de Enfermagem Sobre Riscos Ambientais em Um Centro de Material e Esterilização [online], Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1047>> Acesso em: 07 fev. 2020.
- BORGHETI, S. P, et al. Biossegurança no centro de materiais e esterilização: dúvidas dos profissionais* [online], São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/36>> Acesso em: 15 abr. 2020.
- CLAUDIO, C. V, et al. A utilização de equipamentos de proteção individual entre trabalhadores de enfermagem de um hospital público [online], Paraná, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/40118>> Acesso em: 16 fev. 2020.
- COLEM, N. C. S, et al. Escalda-pés: cuidando da enfermagem no centro de material e esterilização [online], São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1414-4425/2015/v20n1/a5108.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2020.
- COSTA, C. C. P, et al. Perfil dos Trabalhadores de uma Central de Material e Esterilização: uma Análise das Características Sócio Profissionais [online], 2016. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3667>> Acesso em: 15 abr. 2020.
- MUNHOZ, C. C, et al. Formação do enfermeiro para atuar na central de esterilização [online], São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/174>> Acesso em: 15 abr. 2020.
- PIROLO, S. M, et al. Formação do enfermeiro para atuar na central de esterilização [online], São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/174>> Acesso em: 15 abr. 2020.
- RIBEIRO, I. P, et al. A utilização de equipamentos de proteção individual entre trabalhadores de enfermagem de um hospital público [online], Paraná, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/40118>> Acesso em: 16 fev. 2020.

SANCHEZ, M. L, et al. Estratégias que contribuem para a visibilidade do trabalho do enfermeiro na central de material e esterilização [online], Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000100306&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 07 fev. 2020.

SANTOS, A. N, et al. Processo de esterilização sob a ótica dos profissionais do centro de material e esterilização [online], São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/262>> Acesso em: 07 fev. 2020

SCHWONKE, C. R. G. B, et al. Estratégias que contribuem para a visibilidade do trabalho do enfermeiro na central de material e esterilização [online], Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000100306&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 07 fev. 2020.

SILVA, A, et al. Enfermagem em centro de material e esterilização. São Paulo: Editora Manole, 2011.

SOBECC. Diretrizes de práticas em enfermagem cirúrgica e processamentos de para a saúde. São Paulo: Editora Manole, 2017.

SOUZA, V. D. O, et al. Perfil dos Trabalhadores de uma Central de Material e Esterilização: uma Análise das Características Sócio Profissionais [online], 2016. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3667>> Acesso em: 15 abr. 2020.

SPAGNOL, C. A, et al. O jogo como estratégia de promoção de qualidade de vida no trabalho no centro de material e esterilização [online], 2015. Disponível em: <<http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1064>> Acesso em: 16 fev. 2020.

STRIEDER, A. T, et al. Atuação do enfermeiro no processo de limpeza em um centro de material e esterilização [online], São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/425/pdf>> Acesso em: 07 fev. 2020.

STUMM, E. M. F, et al. Atuação do enfermeiro no processo de limpeza em um centro de material e esterilização [online], São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/425/pdf>> Acesso em: 07 fev. 2020.

TIPPLE, A. F. V, et al. Momentos para Higienizar as Mãos em Centro de Material e Esterilização [online], Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000300546&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 16 fev. 2020.

DA PENICILINA À HALICINA: UMA MUDANÇA NA BUSCA POR NOVOS ANTIBIÓTICOS

Giovanna de Moraes Gonçalves, Rhilary Perez, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: giovannagoncalves@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os antibióticos são compostos antimicrobianos produzidos por micro-organismos, que matam ou inibem o crescimento de outros micro-organismos (MADIGAN *et al.*, 2016). O primeiro antibiótico – a penicilina - foi descoberto acidentalmente em 1928, na Inglaterra. Atualmente, há 129 antibióticos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária no Brasil, que podem ser usados para tratar as mais diversas infecções (ANVISA, 2017).

É inegável que o uso dos antibióticos revolucionou a medicina, mudando o rumo da história das infecções. No entanto, o uso excessivo e inadequado de antibióticos na agricultura, na pecuária e no tratamento de doenças humanas têm levado ao surgimento de micro-organismos resistentes a esses compostos. Desse modo, os antibióticos estão se tornando cada vez menos eficazes para o tratamento de diversas infecções (LOUREIRO *et al.*, 2016). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2018), a resistência aos antibióticos é uma das maiores ameaças à saúde, tornando-se imprescindível tomar medidas para limitar a crescente resistência dos micro-organismos.

Segundo Hughes e Karlen (2014), a atual escassez de antibióticos eficazes, além de causada pelo seu uso indiscriminado e pela evolução da resistência microbiana, também é em grande parte devido à falta de investimento em programas de pesquisa e desenvolvimento de efetivos antibióticos pelas companhias farmacêuticas. Apesar da crescente necessidade clínica, a descoberta e desenvolvimento de medicamentos é um processo complexo, caro e burocrático, que pode demorar a dar retorno para a indústria farmacêutica, principalmente no caso dos antibióticos, que são usados em terapias de curta duração (PROJAN, 2003). Entre 2003 e 2013, menos de 5% do investimento em pesquisa e desenvolvimento foi destinado ao antimicrobianos em companhias farmacêuticas do setor privado (O'NEIL, 2016).

À face do exposto, este trabalho tem como propósito explicar sobre a obtenção do mais recente antibiótico - a halicina - evidenciando uma mudança de paradigma no processo de busca por novos compostos antimicrobianos.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa consultando livros de microbiologia, sites e artigos indexados no SciELO e PubMed que continham os seguintes descritores: resistência microbiana, antibióticos, penicilina, halicina e aprendizado profundo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Alexander Fleming, oficial médico inglês, trabalhava no St. Mary's Hospital, em Londres, em 1928, estudando a bactéria *Staphylococcus aureus*. Um dia, ele saiu de férias deixando as placas de vidro do laboratório com as culturas da bactéria. Após o retorno das férias, encontrou um dos vidros com a cultura contaminada com fungo. Ele ia jogar o material fora, mas percebeu que a bactéria *Staphylococcus aureus* não havia crescido onde estava o fungo *Penicillium*. Alexander Fleming concluiu que fungo secretava uma substância que afetava a bactéria. Então, por acaso, ele acabou descobrindo o primeiro antibiótico, a penicilina (ANDRIOLO, 2009). Em 1940, Howard Florey e Ernst Chain conseguiram produzir penicilina com fins terapêuticos em escala industrial (REZENDE, 2009).

Depois do descobrimento da penicilina, muitos outros antibióticos naturais foram descobertos estudando bactérias presentes no solo e através de triagens de produtos naturais microbianos. Com esta abordagem foram obtidos os antibióticos beta-lactâmicos, aminoglicosídeos, tetraciclina, macrolídeos, peptídeos e muitos outros (GUIMARÃES, MOMESSO, PUPO, 2010). Posteriormente, foram obtidos antibióticos semissintéticos utilizando-se a estrutura central dos antibióticos naturais e adicionando quimicamente outras cadeias laterais. Antibióticos sintéticos também foram desenvolvidos, como a sulfa, quinolona e oxazolidinona (TORTORA et al., 2017).

A maior parte dos antibióticos em uso atualmente é proveniente de bactérias do gênero *Streptomyces*. Alguns antibióticos são produzidos por bactérias do gênero *Bacillus*, e outros são produzidos por fungos, a maioria pertencente aos gêneros *Penicillium* e *Cephalosporium* (TORTORA et al., 2017).

Recentemente, uma nova abordagem baseada em inteligência artificial - conhecida como aprendizado de máquina (machine learning) - tem tornado possível analisar milhares de moléculas e fármacos com baixo custo e sem passar pelos extensos processos de triagem.

Desse modo, STOKES et al. (2020) utilizaram uma abordagem baseada em inteligência artificial conhecida como aprendizado profundo (deep learning) para obtenção de um novo antibiótico. Conforme descrito em Souza et al. (2019), o aprendizado profundo é uma técnica de aprendizado de máquina na qual o programa computacional – que constitui uma Rede Neural Convolucional (RNC) – aprende a partir de imagens. Uma RNC é composta por várias camadas de processamento. Uma camada detecta e extrai as características da imagem, outra camada seleciona e reduz a quantidade de características e uma terceira camada serve para integrar todas as características extraídas pelas camadas anteriores (SANTOS et al, 2019).

Para utilizar o aprendizado profundo e identificar novos antibióticos, os pesquisadores inicialmente treinaram um modelo de rede neural usando uma coleção de 2.335 moléculas. Juntamente com as características dessas moléculas, estava a informação se elas inibiam ou não o crescimento da bactéria *Escherichia coli*. Dessa maneira foi proporcionado à rede neural a entender as características moleculares ideais associadas à ação antibiótica. Em seguida, aplicaram o modelo resultante em várias bibliotecas químicas, compreendendo mais de 107 milhões de moléculas, para identificar potenciais compostos com atividade contra *E. coli*. Por fim, selecionaram uma lista de candidatos, resultando em um composto, o qual foi denominado halicina. Os testes com a halicina mostraram que ela tem propriedades inibidoras de crescimento contra um amplo espectro de patógenos, incluindo *Clostridium difficile* e *Acinetobacter baumannii* em modelos murinos (STOKES et al., 2020).

Assim como a descoberta da penicilina tornou-se um marco na história da ciência, a descoberta da halicina torna evidente que o uso da inteligência artificial inicia uma nova era científica, podendo contribuir em muitas áreas, entre elas na busca por novos antibióticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho relatou a aplicação da técnica de aprendizado profundo para capacitar uma rede neural a prever moléculas com atividade antibacteriana. A aplicação dessa técnica permitiu avaliar milhares de moléculas *in silico*, com custo e tempo reduzidos, além de alta precisão. Este tipo de abordagem permitirá futuramente a seleção de muitas outras moléculas, seja para ação antibiótica, anti-inflamatória, analgésica ou outras ações farmacológicas.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLO, A. Alexander Fleming e a descoberta da penicilina. Nossa capa. **J Bras Patol Med Lab**, v.45, n.5, 2009.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 174, de 15 de setembro de 2017. Lista de antimicrobianos registrados na ANVISA. 2017.

GUIMARÃES, D.O.; MOMESSO, L.S.; PUPO, M.T. Antibióticos: importância terapêutica e perspectivas para a descoberta e desenvolvimento de novos agentes. **Quim. Nova**, v.33, n.3, p.667-679, 2010.

HUGHES, D.; KARLÉN, A. Discovery and preclinical development of new antibiotics. **Upsala Journal of Medical Sciences**, v.119 p. 162–169, 2014.

LOUREIRO, R.J. *et al.* O uso de antibióticos e as resistências bacterianas: breves notas sobre a sua evolução. **Rev port saúde pública**, v.34, n.1, p.77-84, 2016.

MADIGAN, M.T. **Microbiologia de Brock**. 14^a ed. São Paulo: Artmed, 2016.

O'NEILL, J. **Tackling drug-resistant infections globally: final report and recommendations**. The review on antimicrobial resistance. 2016.

PROJAN, S.J. Why is big Pharma getting out of antibacterial drug discovery? **Curr Opin Microbiol**, v.6, n.5, p.427-30, 2003.

REZENDE, J.M. **À sombra do plátano**. Crônicas de história da medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

SANTOS, M.K. Inteligência artificial, aprendizado de máquina, diagnóstico auxiliado por computador e radiômica: avanços da imagem rumo à medicina de precisão. **Radiol Bras**, v.52, n.6, p.387–396, 2019.

SOUZA, E.P. *et al.* Aplicações do deep learning para diagnóstico de doenças e identificação de insetos vetores. **Saúde debate**, v.43, n.2, p.147-154, 2019.

STOKES, J.M. *et al.* A deep learning approach to antibiotic discovery. **Cell**, v.180, n.4, p. 688–702, 2020.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 12^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Antibiotic resistance**. 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/antibiotic-resistance>>. Acesso em: 14 jun 2020.

DIABETES MELLITUS: A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES FARMACOTERAPÊUTICAS FORNECIDAS PELO FARMACÊUTICO CLÍNICO AO PACIENTE.

Murilo Rafael Mellon, Maria Beatriz Nunes Graciano, Heloísa Donzella, e-mail: murafael.mellon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Farmácia clínica é o ramo das ciências farmacêuticas que está inserido no cuidado direto ao paciente, participando ativamente da terapia medicamentosa, da promoção e/ou recuperação da saúde, exercendo suas atividades com autonomia para a tomada de decisões baseadas nos princípios éticos da profissão. (CRF-SP)

Uma das várias funções de um farmacêutico clínico é a revisão e análise de farmacoterapia que como o próprio nome sugere, aqui o profissional irá avaliar a medicação prescrita para o paciente quanto à sua real necessidade, efetividade e segurança, afim de promover o uso racional dos medicamentos. Em sua análise, ele deve levar em consideração a individualidade de cada paciente, os aspectos da administração, os medicamentos, vias de administração e incompatibilidade medicamentosa. Isso tudo para que o paciente não sofra com efeitos adversos desnecessários, interações medicamentosas, problemas com alergias e hipersensibilidade ao medicamento prescrito e até mesmo indisponibilidade do remédio em mercado. (CRF-SP). Um estudo realizado a respeito de intervenções farmacêuticas e prevenções de efeitos adversos aponta que dentro dos sistemas de saúde, o profissional farmacêutico representa uma das últimas oportunidades de identificar, corrigir ou reduzir possíveis riscos associados à terapêutica. Com efeito, diversos estudos demonstraram diminuição significativa do número de erros de medicação em instituições nas quais farmacêuticos realizaram intervenções junto ao corpo clínico uma vez que por exemplo cerca de 44 mil norte-americanos morrem a cada ano vítimas de erros ocorridos na assistência à saúde em ambiente hospitalar. (NUNES et. al).

Mundialmente o Diabetes Mellitus configura-se como um problema em ascensão, afetando cerca de 425 milhões de adultos. No Brasil, uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde aponta que cerca de 25,1% da população geriátrica apresenta a doença (SANTOS et al.). Tendo isso em vista, o paciente em foco do trabalho é o paciente idoso portador de Diabetes Mellitus que acabou de passar por consultas de

rotina em unidades básicas de saúde, afim de orienta-lo após a consulta para que não tenha problemas futuros em relação á medicação ou ao seu uso de maneira incorreta que pode gerar consequências tanto dos fármacos como do avanço da doença pela farmacoterapia ineficaz por má interpretação do paciente em relação ao uso ou mesmo não adesão a essa. Tudo isso, uma vez que o farmacêutico clínico também tem a função de elucidar dúvidas, esclarecer e ensinar as informações sobre a terapia farmacológica aos pacientes.

2 MÉTODO

O trabalho realizado foi executado através de pesquisa bibliográfica, abordando estudos atuais sobre o determinado tema, a partir da leitura de livros, artigos, sites e bulas de remédio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Imagine só um paciente geriátrico do sexo masculino ao qual lhe foi prescrito, Glifage® XR, um comprimido após o café da manhã, um comprimido após o almoço e dois comprimidos antes de dormir. O mesmo ao aderir a farmacoterapia nota os resultados de maneira positiva e, por sua falta de informação, dá suas cartelas de remédio ao vizinho que também é diabético e passa a tomar meio comprimido por refeição, ou seja, meio comprimido no café da manhã, meio comprimido no almoço e meio comprimido no jantar. Ele reduziu em aproximadamente 63% a dose diária de medicação, levando à progressão da doença, induzindo á sintomas como impotência sexual e coagulação tardia após machucados, entre outros. Se esse paciente for cardíaco e começar a tomar medicações como sildenafil para impotência, pode acarretar em problemas em seu sistema circulatório. Outra hipótese, suponhamos que esse paciente por um acaso caiu e esfolou a perna, esse machucado fica exposto por semanas e não cicatriza devido à progressão do diabetes, e ele começa á tomar Amoxicilina por conta própria, que pode levar a um caso de resistência clinica total. “A resistência a antibióticos β -lactâmicos, como a Amoxicilina, também ocorre por alterações cromossômicas em enzimas que sintetizam a parede celular, as chamadas proteínas de ligação à penicilina (PBPs). Tais alterações em PBPs são devidas a um processo de mutação contínua que causa vários graus de resistência até a resistência clinica total (MALHOTRA-KUMAR et al., 2016).” (Mellon e Melo, 2018.).

Um estudo sobre prevalência de diabetes mellitus e adesão medicamentosa em idosos atendidos pela ESF no município de Porto Alegre nos mostra a tabela abaixo:

Medicamento	Frequência N (%)	ATC N (%)	Entendimento da prescrição N (%)**	Aderente* N (%)	Moderada adesão* N (%)	Baixa adesão* N (%)
Metformina	137 (76,5)	A10BA02	105 (90,5)	39 (32,5)	64 (53,3)	17 (14,2)
Glibenclamida	73 (40,8)	A10BB01	54 (84,4)	19 (29,2)	33 (50,8)	13 (20,0)
Insulina	39 (21,8)	A10AB01	32(96,6)	14 (38,9)	18 (50,0)	4 (11,1)

*Escala de Morisky; **Alguns idosos que utilizavam hipoglicemiantes não responderam a questão referente ao entendimento da prescrição; ATC=Anatomical Therapeutic Chemical

Onde ao todo temos 249 prescrições, entre elas, de metformina, glibenclamida e insulina. Trabalhando com totais, de todas as prescrições, apenas 191 foram entendidas, representando 76,70%. Dos pacientes os quais foram prescritos glibenclamida, 14,20% tiveram uma baixa aderência á farmacoterapia, na insulina os mesmos dados chegam a 20,00% enquanto na insulina temos 11,10% a baixa adesão. (SILVA et. al, 2016)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que um farmacêutico clínico para esclarecer as prescrições possa subir a taxa de aderência á farmacoterapia, diminuir as interações medicamentosas e consequentemente melhorar a qualidade de vida de pacientes geriátricos diabéticos.

Como infelizmente existe o déficit desses profissionais nas unidades básicas de saúde, temos a ideia de propor alguns folhetos sobre as medicações na linguagem em que o paciente possa entender, ou que ainda possa facilitar a explicação ao paciente por algum profissional da saúde, para que o paciente consiga entender melhor sua farmacoterapia e assim aderi-la.

Esse trabalho continuará em campo, somente não foi possível ainda devido ao cenário pandêmico enfrentado pelo nosso país referente a COVID-19.

REFERÊNCIAS

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Farmácia Clínica**. 2ªedição. Set 2019. Disponível em:
https://crfsp.org.br/images/190919_cartilha_fc_GM_s04.pdf

MELLON, Murilo Rafael; Melo, Stella Lima Ferreira de. **USO INDEVIDO DO ANTIBIÓTICO AMOXICILINA E O SURGIMENTO DE BACTÉRIAS PATÓGENAS RESISTENTES A ESSE MEDICAMENTO**. 15ºENIC. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1JqMSDGFvooCG_rk4C-DwPjf5lCKldq-o/view

NUNES, PHC; PEREIRA, BMG; NOMINATO JCS; ALBUQUERQUE EM; SILVA LFN; CASTRO IRS; CASTILHO SR. **Intervenção farmacêutica e prevenção de eventos adversos.** Rev. Bras. Cienc. Farm. vol.44 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-93322008000400016&script=sci_arttext&tlng=pt>

SANTOS, TRA; LIMA DM; NAKATANI, AYK; PEREIRA, LV; LEAL GS; AMARAL RG. **Consumo de medicamentos por idosos, Goiânia, Brasil.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102013000100013&lang=pt>

SILVA, A B; Engroff, Paula; Sgnaolin, Vanessa; Gomes, Irenio. **Prevalência de diabetes mellitus e adesão medicamentosa em idosos da Estratégia Saúde da Família de Porto Alegre/RS.** Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v24n3/1414-462X-cadsc-24-3-308.pdf>

DE PRÉ-NATAL A PUERPÉRIO: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A GESTAÇÃO

Bruna Gomes dos Santos; Erika Gabriele Richieri Tonon de Camargo, Elaine Cristina Gardinal Pizato, email: egardinal@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A experiência da gravidez gera uma grande repercussão na vida de uma mulher. Todas as experiências vividas com seus pais, adaptações e vivências da infância influenciam na gestação, como também, no pós-parto. O parto é caracterizado por ser um momento crítico, pois é dado o sentido de passagem de um estado para outro, devendo ser enfrentado de qualquer maneira; é considerado um “salto no escuro”, por conta da realidade imprevisível e desconhecida. A mãe se depara com a falta de controle do processo e a incapacidade de conhecer como, onde e quando irá ocorrê-lo. Por conta dessa realidade, as chances da ansiedade e insegurança aumentarem são possíveis, afinal ela se encontra em um turbilhão de emoções e nem sempre possui todo o suporte que necessita nesse momento (MALDONADO, 2002).

No pré-natal, a mulher necessita de um bom obstetra para ampará-la em suas dúvidas, pois também surgem inseguranças e ansiedades ao frequentar as consultas de rotina, ao certificar-se de que o bebê está bem, de que ela possui um bom corpo para gestar, etc. Questões como o medo de abortar, as oscilações do humor, as modificações corporais, o cansaço e os desconfortos acompanham a mulher durante o pré-natal e precisam ser trabalhadas a fim de mantê-la segura e confiante dentro desse processo cujo papel protagonista é dela (SARMENTO; SETÚBAL, 2003).

Por outro lado, o puerpério corresponde a uma fase de alteração no estado emocional essencial da mulher, onde ela se encontra frágil psicicamente e sua ligação com o bebê é forte, principalmente por conta da amamentação. A chegada da criança também traz ansiedades e sintomas depressivos para a mãe e não devem ser confundidos com a depressão patológica. De 70% a 90% das puérperas apresentam um estado depressivo mais brando e transitório, tendo duração aproximada de duas semanas, chamado na literatura americana de *baby blues*. Esse estado está associado às adaptações e aos “lutos” vividos pela mãe após o nascimento do bebê, pois este deixará de ser idealizado para ser vivenciado como um ser real (SARMENTO; SETÚBAL, 2003).

Dessa forma, é importante que a gestante seja respaldada pela equipe médica e tenha suporte emocional durante a sua gestação. Ela precisa se sentir amparada e protegida pelos familiares e profissionais que a acompanham durante esse período de sua vida. O psicólogo, por sua vez, deve compreender os aspectos psicológicos que permeiam o período grávido-puerperal, a fim de tornar o parto mais humanizado e auxiliar nas questões emocionais da mulher. Sendo trabalhadas as questões emergentes e garantindo o bem-estar psíquico dela, o período será favorecido em saúde (SARMENTO; SETÚBAL, 2003).

2 METODOLOGIA

O presente trabalho está sendo desenvolvido através de pesquisas ajuntadas acerca do trabalho da Psicologia com gestantes. O conteúdo é abrangente, por isso, está sendo focalizado na vivência da gravidez e suas respectivas fases, fazendo um paralelo com o estado emocional vivido pela mulher durante esse período. O trabalho visa explorar e proporcionar mais conhecimento sobre a área da Psicologia da Gestação e ressaltar a importância da atuação do psicólogo junto às gestantes, sendo este responsável por oferecer acolhimento e escuta psicológica a essas mães.

3 RESULTADOS

De acordo com uma pesquisa realizada com 198 gestantes em uma maternidade pública de Brasília, “ter passado por intercorrências na gravidez anterior/atual” e “a cirurgia cesariana” são os fatores que mais podem desencadear ansiedade e depressão entre elas. Após esses, vêm fatores como “não planejamento e desejo da gravidez”, “dificuldades financeiras”, “rede de apoio empobrecida”, “conflito familiar/conjugal” e “história de aborto”. Segundo especialistas, todos esses itens são considerados fatores de risco para a ocorrência de uma Depressão Pós-Parto (DPP), sendo necessária a intervenção psicológica para prestar suporte e acolhimento à mãe (ARRAIS et al., 2018)

Os resultados encontrados na pesquisa realizada com as 198 gestantes confirmam que os fatores de risco e proteção apontados surgem de acordo com a subjetividade e a história de cada mulher, como também a cultura em que está inserida e a qualidade das relações com sua rede de apoio; esses itens impactam diretamente a vivência de sua maternidade (ARRAIS et al., 2018).

Com base em uma pesquisa realizada pelo serviço de psicologia de um hospital privado do Rio de Janeiro, com um grupo de 22 gestantes, é possível perceber a importância da intervenção psicológica e do compartilhamento de experiências durante o período gestacional. Os encontros proporcionam força às mães, mostrando a elas que não estão sós e que existem mulheres passando pela mesma situação. A interação das gestantes é eficaz para a redução da ansiedade no período, a melhor compreensão e controle cognitivo da situação que estão atravessando (KLEIN, GUEDES; 2008).

ainda com base nos resultados da pesquisa, as mulheres que são acompanhadas durante a gestação tendem a ter maior bem-estar durante o período, além de obterem uma autoestima e autoconfiança mais elevadas. Esses benefícios facilitam o desenvolvimento de comportamentos mais saudáveis que reduzem a ansiedade e o esmorecimento. Os profissionais defendem os encontros grupais por serem bons espaços para essas mães, onde elas conseguem expressar livremente suas ideias e seus sentimentos, permitindo a liberação das emoções (KLEIN, GUEDES; 2008).

4 REVISÃO DE LITERATURA

Os três períodos que envolvem a gravidez, pré-natal, parto e puerpério, exigem bastante atenção e cuidado por parte da mulher que os vivencia e dos profissionais que a acompanham. No pré-natal, é importante prevenir situações adversas potencialmente decorrentes na gestação e no pós-parto, por isso é de grande valia que as gestantes participem de encontros grupais que promovam o Pré-Natal Psicológico (PNP), onde um espaço dialógico é propiciado através da vivência grupal e há a construção de estratégias que auxiliam os processos ocorridos na maternidade. Os encontros têm por objetivo acolher, informar, orientar e preparar as mulheres para que passem por este processo da melhor maneira possível. Neles, diversos temas são abordados como: conceito de maternidade, mudanças na relação conjugal, amamentação, tipos de parto, etc (ARRAIS et al., 2018).

Ainda na maternidade, o psicólogo deve estar atento à demanda trazida pela gestante, a fim de garantir o bem-estar e a integridade da vivência que ela preste a ter. A presença dele durante o trabalho de parto e no pós-parto traz benefícios significativos à mulher por vários motivos. Sabemos que a sensibilidade da dor está ligada a emoção, a coragem e ao medo, e o psicólogo deve lidar com estas emoções de forma que facilite este processo. Há várias questões ambientais que interferem no trabalho de parto, tanto

para atrapalhar a evolução quanto para favorecer a evolução dele, dessa forma, o psicólogo irá mediar estes aspectos, principalmente no que se refere à relação médica e familiar, quando estas estão atrapalhando (ARRAIS; MOURÃO, 2013).

Mais especificamente no puerpério, a questão da filiação está emergente. As mulheres estão afetadas pelo *baby blues*, manifestando a necessidade de se expressarem e falarem sobre a nova experiência de serem mães. Uma intervenção psicológica neste período na maternidade previne a saúde mental e física da mãe e do bebê, com o objetivo de estimular uma ligação mais saudável entre ambos, além de favorecer a psicoprofilaxia do ciclo gravídico-puerperal (ARRAIS; MOURÃO, 2013).

Em suma, a gestação é um período que envolve grandes mudanças biopsicossociais, pois ocorrem transformações não só no organismo da mulher, mas também no seu bem-estar, o que altera sua maneira de pensar e o seu papel dentro da sociedade e da família. A intensidade das alterações psicológicas depende de fatores familiares, conjugais, sociais, culturais e da personalidade da gestante. Dessa forma, é importante que o profissional da saúde esteja pronto para conscientizá-la, a fim de que se torne participante ativa nas decisões que envolvem a sua gestação e de que promova transformações das suas limitações em possibilidades de viver (KLEIN; GUEDES, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o suporte psicológico às mulheres que estão passando pela experiência da gravidez, é de total importância, para que a ansiedade e a angústia sejam amenizadas, através do acolhimento e da escuta terapêutica. Nas maternidades, em encontros grupais ou em consultórios, a presença do profissional da psicologia traz conforto e segurança para essas mães, promovendo o alívio emocional e o bem-estar tanto para elas quanto para a família. Ele não só deve identificar e classificar o que se passa com as pacientes, como também, compreender o que está envolvido na queixa e no sintoma, ou seja, aquilo que não está aparente.

É importante que o serviço de psicologia nas maternidades esteja alinhado com a equipe responsável pelo parto da gestante, a fim de obter mais conhecimento sobre as limitações e inseguranças da paciente. Toda a gravidez, o parto e o puerpério são períodos que trazem diversos desafios para a vida da mulher, por isso, seu preparo nos encontros grupais e na própria maternidade surtirá efeito em sua maternidade por vários anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Alessandra da Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de; SCHIAVO, Rafaela de Almeida. **Fatores de Risco e Proteção Associados à Depressão Pós-Parto no Pré-Natal Psicológico**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 38, n. 4, p. 711-729, out. 2018.

ARRAIS, Alessandra da Rocha; MOURAO, Mariana Alves. **Proposta de atuação do psicólogo hospitalar em maternidade e UTI neonatal baseada em uma experiência de estágio**. *Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande*, v. 5, n. 2, p. 152-164, dez. 2013.

KLEIN, Michele Moreira de Souza; GUEDES, Carla Ribeiro. **Intervenção psicológica a gestantes: contribuições do grupo de suporte para a promoção da saúde**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 28, n. 4, p. 862-871, dez. 2008

MALDONADO, Maria Teresa. **Psicologia da gravidez: parto e puerpério**. 16. Ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

SARMENTO, Regina; SETÚBAL, Maria Silvia Vellutini. **Abordagem psicológica em obstetrícia: aspectos emocionais da gravidez, parto e puerpério**. *Ver. Ciênc. Med. Campinas*, 12(3):261-268, jul/set, 2003.

EFEITO DO TREINAMENTO RESISTIDO EM PESSOAS PORTADORAS DE DIABETES MELLITUS TIPO II

Felipe Hidalgo, Gabriel Oliveira, Renan Floret Turini Claro, e-mail:
lipe.hidalgo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) é uma doença milenar que se tornou um dos principais problemas da saúde mundial. A síndrome está associada à falta ou deficiência do hormônio insulina, caracterizando-se por constante hiperglicemia. Os possíveis fatores que levam à essa alteração podem ser a hereditariedade, a obesidade, os efeitos da dieta, o sedentarismo e o estresse.

Pode-se classificar a diabetes em quatro níveis, no entanto a forma mais comum da doença é de aspecto primário dividido em dois tipos, o DM tipo 1, causada pela destruição das células β (beta) do pâncreas, e nesse caso, o diabético é dependente de Insulina exógena injetável. O DM tipo 2 é caracterizado pela alteração de produção ou resistência à insulina geralmente associada à obesidade visceral e normalmente ocorre em pessoas com mais de 40 anos de idade.

O pâncreas é responsável pela produção de insulina sendo fundamental no processo metabólico. Quando ocorre desequilíbrio, este órgão produz pouco ou nenhum hormônio, acarretando em uma hiperglicemia sanguínea. A glicose em excesso no sangue pode proporcionar danos em inúmeros tecidos no corpo gerando complicações crônicas microvasculares (neopatia, retinopatia e nefropatia) e macrovasculares (infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e doença vascular periférica), os vasos sanguíneos são os mais afetados com o aumento da glicose, podendo acarretar obstrução parcial ou total das artérias.

Entretanto, o treinamento de força é uma intervenção benéfica, com relatos positivos na literatura e que vem ganhando espaço nas práticas clínicas, pois age na redução dos níveis de LDL-C, principalmente em homens e mulheres portadores de DM tipo 1 e além disso, o exercício resistido tem sido praticado por pessoas com e sem doenças crônicas, porque está associado a mudanças favoráveis na função cardiovascular, metabolismo, fatores de risco coronários e bem-estar.

2 MÉTODO

Este trabalho é uma revisão de literatura feita a partir de materiais bibliográficos publicados, colocando em diálogo autores e dados. Os artigos escolhidos são nacionais e retirados das plataformas Google Acadêmico e SciELO. Estes publicados entre os anos de 2000 a 2015. Os termos-chave utilizados no idioma português foram: treinamento resistido, treinamento de força, diabetes mellitus tipo 2.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o avanço da tecnologia nos dias atuais, a variedade de trabalhos que comprovam os benefícios que uma pessoa tem através da prática regular de exercícios físicos vem aumentando. É grande a quantidade de pessoas que possuem um estilo de vida saudável por escolha própria. No entanto outras pessoas precisam de um estilo de vida mais adequado por consequência de doenças, uma destas doenças é a DM2.

A prática regular de exercícios físicos contribui para a prevenção do aparecimento de doenças como o diabetes e pode gerar diversas adaptações fisiológicas no indivíduo diabético, como o aumento da captação de glicose sanguínea, redução dos valores de hemoglobina glicosada, aumento a resposta dos tecidos a insulina, aumento na concentração de HDL - colesterol, diminuição em pequenas partes da concentração de LDL - colesterol, diminuição dos triglicérides e contribuição para a diminuição da pressão arterial (MERCURI, 2002; SILVA e LIMA, 2002; FERNANDES et al., 2005; NEGRÃO e BARRETO, 2006).

O exercício físico promove uma série de ações bioquímicas no quadro fisiológico do DM2. Assim, promove melhoria no transporte de insulina, pois a contração muscular mobiliza as reservas de glicogênio para suprir as necessidades energéticas, provocando um aumento na captação de glicose circulante no sangue, reduzindo a hiperglicemia. Regularidade contribuirá para o aumento na sensibilidade dos receptores de insulina e na quantidade de transportadores de glicose que dependem da insulina (GLUT4), captando maiores quantidades de glicose, obtendo eficiência na seleção e consumo das fontes energéticas, por ativarem enzimas mitocondriais. (Arielle Francisquini DOS SANTOS, Daniela Navarro D'Almeida BERNARDO, Luis Carlos Nobre de OLIVEIRA, Fernando FABRIZZI, André JOKURA, Juliana Maria MITIDIERO, Washington RODRIGUES, 2016, P. 34,35).

Segundo o estudo de Cambri e Santos (2006), que realizaram trabalho sobre o impacto do exercício resistido em portadores de DM tipo 2, foi verificada melhora nas estruturas corporais como a redução da massa corporal, a diminuição da relação cintura-quadril (aferida em circunferências), diminuição da soma das 7 dobras cutâneas (bicipital, tricipital, subescapular, peitoral, axilar média, supra-ilíaca e panturrilha medial) e diminuição da glicemia capilar e percentual de gordura, além de não alterar os níveis de hemoglobina glicada. Estes resultados foram alcançados na prática de 10 exercícios (supino horizontal, voador frontal, puxada alta, remada baixa, remada alta, pressão de pernas, extensão de joelho, flexão de joelho, panturrilha no aparelho pressão de pernas e abdominais) em frequência de três sessões semanais durante 12 semanas, sem alterações na medicação.

O estudo feito por Canche e Gonzalez (2005), teve como método o treinamento resistido, pelo período de duas semanas, todos os indivíduos eram portadores de DM tipo 2, foram divididos em dois grupos: controle (n = 11) e experimental (n = 14), com idade média de 53,64 anos. Os treinos foram realizados duas vezes na semana com duração de uma hora. Os resultados demonstram uma redução nos níveis de hemoglobina glicosada, fundamental para o controle do diabetes. Conclui-se que este tipo de treinamento ajuda no controle glicêmico em adultos com DM tipo 2.

Alonso et al (2006) afirmam que o exercício físico é essencial para o portador de DM, pois ele promove a diminuição dos fatores de risco para o desenvolvimento desta doença, como também, no seu tratamento, já que o treinamento físico leva a fundamentais adaptações metabólicas, neuroendócrinas e cardiovasculares levando a reduções e reversões nas alterações metabólicas que o DM ocasiona.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a revisão literária científica realizada para este trabalho, conclui – se que o treinamento resistido causa um aumento na massa muscular e diminuição da gordura corporal do portador de DM2, ocasionando assim uma melhora na sensibilidade a insulina, outro fator que podemos perceber nesse estudo foi a diminuição também nos níveis de hemoglobina glicosada, com a pratica do exercício de força. Com esses fatores, o portador de DM2 encontrará um meio auxiliador no controle da doença junto com os fármacos utilizados pelo mesmo.

REFERÊNCIAS

- CAMBRI, L. T.; SANTOS, D. L. Influência dos exercícios resistidos com pesos em Diabéticos Tipo 2. **Revista Motriz**.Vol.12. Núm.1 p.33-41. 2006.
- CANCHE, K. A. M. GONZALEZ, B. C. S. Exercício de resistência muscular em adultos com diabetes mellitus tipo 2. **Revista Latino – Americana de Enfermagem**. v. 13. n. 1. 2005.
- CAROLINE, A.; PAULA, A.; SOUZA, D. - Os benefícios da utilização do exercício resistido no controle glicêmico do diabetes mellitus tipo II – 2015
- SIMÕES, R.; ASSUMPCÃO, C.; ANDRE, C.; VIDOTTO.; T. - **Efeito do treinamento de força em portadores de diabetes mellitus tipo 2** - 2014
- TAVEIRA, B. A. et al. **Controle glicêmico através do exercício de força em indivíduo portador de diabetes tipo 1**. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício. São Paulo, 2 (9):271-279, maio/Junho. 2008.
- VELOSO, L.; SILVA, M.; OLIVEIRA, M.; SANTOS, M. - **Estudo comparativo entre os tipos de exercícios na diabetes melitus tipo 2** - Revista UNILUS Ensino e Pesquisa v. 9, n. 17, jul./dez. 2012 ISSN 1807-8850
- ZABAGLIA, R. et al. **Efeito dos exercícios resistidos em portadores de diabetes mellitus**. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**. São Paulo, 3(18): 547- 558, Nov/Dez 2009.

EXERCÍCIOS FÍSICOS NA PREVENÇÃO DA OSTEOPOROSE

Gabrieli De Barros Friche, André Luiz Cezarino Dos Santos, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail: gabrielfriche2019@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A osteoporose é uma doença óssea muito comum, caracterizada por baixa massa óssea e sinais de deterioração, responsável pela fragilidade óssea típica desta patologia, sendo um distúrbio osteometabólico caracterizado pela diminuição da densidade mineral óssea (DMO), com deterioração da microarquitetura óssea, levando a um aumento da fragilidade esquelética e do risco de fraturas” (NETO, 2002, p. 344).

Segundo Silva, Prado e Dall’asta (2000) a osteoporose é uma doença silenciosa, apresenta um avanço lento e gradual, sem emissão de dor e sintomas. A doença não tem cura, mas pode ter vários aliados para sua prevenção, por exemplo, o exercício físico. Ainda citam que suas principais vítimas são do sexo feminino, devido suas características hormonais e menopausa sendo que após 4 a 8 anos a mulher tem perda óssea excessiva.

A osteoporose tem duas classificações, primária e secundária. A primária é dividida em tipo I e tipo II. A tipo I, ou pós-menopáusicas, causa uma perda óssea muito rápida em mulheres menopausadas recentemente, sendo associada a fraturas no radio distal e nas vértebras. A tipo II ou senil, se caracteriza pela deficiência de cálcio no organismo, aumento do paratormônio e diminuição da formação dos ossos. A secundária está ligada a processos inflamatórios como alterações endócrinas, desordens adrenais e uso de drogas, como os corticoides, que inibe a absorção do cálcio no organismo, causando o aumento de sua eliminação na urinária (GALI, 2001).

Os fatores de risco para o aparecimento da osteoporose são muitos e diferentes uns dos outros; alguns deles não podem ser modificados, como idade, doenças hereditárias e endócrinas, entretanto, outros são modificáveis, de modo que a prevenção é uma ferramenta aconselhável para reduzir a incidência de osteoporose. Entre as ferramentas preventivas, o exercício físico pode ser utilizado na prevenção, para o equilíbrio da massa muscular e óssea (WILHELM et al., 2012).

A prática de exercícios físicos regular, principalmente para as pessoas da terceira idade, é de fundamental importância, pois os indivíduos são expostos a benefícios, tais

como, aumento da massa óssea, aumento da densidade muscular e prevenção de doenças hipocinéticas. O exercício físico, no cotidiano pode provocar resultados quase que imediatos e assim auxiliar no tratamento de pessoas com osteoporose (CIVINSKI; MONTIBELLER; BRAZ, 2011). Assim, Oliveira et al. (2019) dizem que, o exercício físico segue em uma relação positiva com a densidade mineral óssea, podendo conservá-la, ou seja, tem relação direta com a preservação óssea. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é verificar benefícios do exercício físico para as pessoas com osteoporose.

2 MÉTODOLOGIA

O presente estudo foi organizado de maneira indutiva e indireta utilizando-se de pesquisa bibliográfica. Foram consultados sites como Google Acadêmico, *Scielo* e *Pubmed*, utilizando como palavras-chave: osteoporose/exercício físico, benefício do exercício físico, prevenção da osteoporose.

Foram utilizados relacionados ao tema e como critério de exclusão foi utilizado resumo, título e objetivo, com o intuito de relacionar as informações encontradas para a influência do exercício físico na prevenção da osteoporose.

Foi escolhido a pesquisa bibliográfica pois, é onde o autor consegue produzir sua pesquisa com base em estudos específicos. A revisão bibliográfica utiliza de toda bibliografia tornada pública que tenha relação com o tema proposto, desde artigos científicos, teses, livros e monografias (MARCONI et al., 2002).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o estudo realizado por Civinski e colaboradores (2011), a prática regular do exercício físico traz benefícios corporais, sociais e psicológicos, essas pessoas tendem a ter diminuição em seus níveis de triglicérides, redução da pressão arterial, aumento de massa muscular e diminuição na perda mineral óssea. Os exercícios resistidos contribuem para um equilíbrio energético saudável e aumenta a massa muscular e a densidade óssea. Podendo destacar também, um aspecto muito importante para a saúde do idoso, a redução de fraturas, desencadeadas pela osteoporose. Além da diminuição de chances de adquirir outras doenças como, artrite e hipertensão; além da diminuição da taxa de gordura e o aumento de força muscular. Tais benefícios são cruciais para a saúde do indivíduo e para sua total autonomia.

Nos mecanismos de ação da osteoporose, o osso sempre estará sendo depositado por osteoblastos e segue sendo absorvido em locais onde os osteoclastos estão ativos, normalmente este processo ocorre em equilíbrio. Na osteoporose acontece uma desproporção entre a atividade osteoblástica e osteoclástica, onde a osteoclástica é predominante (GALI, 2001).

Exercícios que envolvem sustentação de peso causam um aumento da densidade mineral óssea, tais forças tem ação sobre os osteoblastos para a renovação óssea que se adaptará as cargas mecânicas pela mecanotransdução, assim ativando processos bioquímicos que levarão uma resposta celular para o tecido ósseo, ativando a produção e reabsorção óssea (GUSMÃO e BELANGERO, 2009).

O exercício físico pode trazer efeitos positivos na densidade, tamanho e no formato dos ossos, resultando em uma melhora da resistência mecânica. A prática regular de exercício físico faz com que ocorra um aumento da densidade óssea, sendo assim, ocorre uma melhora nas suas substâncias de calcificação, fortalecendo ossos e músculos e proporcionando bem-estar físico e saúde de acordo com a tabela 1 (RUSCHEL, HAUPENTHAL e ROESLER, 2010).

Cadore et al. (2005), afirmam que o exercício físico resistido traz benefício para aumento de massa na densidade mineral óssea, causado pelos exercícios físicos, com maiores potências, pois maiores intensidades causam resposta imediatas na densidade mineral óssea. Deste modo, os melhores treinamentos para prevenção e tratamentos da osteoporose são o que contém carga elevadas e 3 séries de 8 a 12 repetições (CRISPIM, et al., 2008).

Na Tabela 1, os autores utilizaram o DEXA para realizar a mensuração da densidade óssea da amostra, utilizando mulheres em torno de 60 a 70 anos de idade que realizaram os procedimentos de força, alongamentos e fortalecimentos, utilizando-se da força de 50 a 75% de 1 RM, deste modo foi possível que obtivessem resultados de aumento na densidade óssea, melhora na força dos músculos, melhora no equilíbrio e um aumento na força e mobilidade do tronco.

Tabela 1 - Estudo envolvendo o treinamento resistido com pesos e a osteoporose

Autores	Amostra	Procedimentos	Métodos	Resultados
Jesup e colaboradores (2003)	18 mulheres em torno dos 69 anos	Treinamento de força de 50 a 75% de 1RM	Absorciometria radiológica por raio-x de dupla energia (DEXA)	Aumento na densidade óssea do colo do femoral
Aveiro e colaboradores (2006)	12 mulheres em torno de 68 anos com osteoporose	Alongamentos e treinamentos de força de 50% de 1 RM		Melhora na força dos músculos do tornozelo, também houve uma melhora na marcha e no equilíbrio
Chien; yang e tsau	28 mulheres, entre 60 e 70 anos (pós menopausa) com osteoporose	Fortalecimento dos músculos extensores e flexores do tronco	Absorciometria radiológica por raio-x de dupla energia (DEXA)	Aumento na força e mobilidade do tronco

Fonte: Crispim, Silva, Souza et al. (2008)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o exercício físico afeta diretamente nas causas da osteoporose, podendo ajudar os indivíduos com uma vida mais saudável, assim produzindo o aumento de sua calcificação óssea, pois o exercício físico afeta diretamente os osteoblastos e os osteoclastos causando um equilíbrio entre os dois. Com isso promovendo a prevenção de tal doença que afeta grande parte da população, vivendo melhor e com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AVEIRO, M.C. et al. Influence of a physical training program on muscle strength, balance and gait velocity among women with osteoporosis. **Rev Bras Fisioter**, v. 10, n. 4, p.441 – 448, 2006.

CADORE, E. L.; BRENTANO, M. A.; KRUEL, L. F. M. Efeitos da atividade física na densidade mineral óssea e na remodelação do tecido ósseo. **Rev. Bras Med Esportes**. v. 11, n. 6 nov/dez. 2005

CHIEN, M.Y.; YANG, R.S.; TSAUO, J.Y. Homebased trunk-strengthening exercise for osteoporotic and osteoporotic and osteopenic postmenopausal women without fracture- a pilot study. **Clin Rehabil**, v.19, p. 28-36, 2005

CIVINSKI, C.; MONTIBELLER, A.; DE OLIVEIRA, A. L. A importância do exercício físico no envelhecimento. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 09, 2011.

CRISPIM, S. M.S.; SILVA, T.F.; SOUZA, I.R.; LIBERALI. Treinamento resistido com pesos no tratamento da osteoporose em mulheres. **Revista brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**. São Paulo, v.2,n.7,p.97.109,jan/fev.,2008.

DA SILVA, A.F.; PRADO, C.N.; DALL'ASTA, A. Assistência de Enfermagem na Prevenção da Osteoporose. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 1, n. 1, p. 101-111, 2016.

GALI, Julio Cesar. Osteoporose. **Acta ortop. bras.**, São Paulo , v. 9, n. 2, p. 53-62, June 2001 .

GUSMAO, Carlos Vinícius Buarque de; BELANGERO, William Dias. Como a célula óssea reconhece o estímulo mecânico?. **Rev. bras. ortop.**, São Paulo , v. 44, n. 4, p. 299-305, 2009

JESSUP, James V. et al. Effects of exercise on bone density, balance, and self-efficacy in older women. **Biological Research for nursing**, v. 4, n. 3, p. 171-180, 2003.

OLIVEIRA, J.I.V et al. Atuação do profissional de educação física para a prevenção e tratamento da osteoporose em idosos/Performance of the physical education professional for the prevention and treatment of osteoporosis in the elderly. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 2, p. 809-819, 2019.

MARCONI, M. A. et al. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MERQUIADES, J. H. et al. A importância do exercício físico para a qualidade de vida dos idosos. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v.3, n.18, p. 597-614,2009.

PINTO-NETO, A.m. et al. Consenso brasileiro de osteoporose 2002. **Rev Bras Reumatol**.2002;42(6):343-54. Atividade física e saúde óssea: princípios fundamentais da resposta a estímulos mecânicos. **Motriz. Journal of Physical Education**. UNESP, p. 477-484, 2010.

RUSCHEL, C.; HAUPENTHAL A.; ROESLER H. Atividade física e saúde óssea: princípios fundamentais da resposta a estímulos mecânicos . **Revista Motriz**, v.16, p. 477-484, 2010.

WILHELM, M. R. et al. Effect of Resistance Exercises on Function in Older Adults with Osteoporosis or Osteopenia: A Systematic Review. **Physiotherapy Canada**. v.64. p.386-94, 2012.

GESTAÇÃO NA ADOLESCENCIA E A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO COM A SAÚDE PÚBLICA

Mariana Carraro Alves, Ynara Larissa Baltieca de Souza, Gercilene Cristiane Silveira,
e-mail: inara.10.2009@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a definição proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência é o período que vai dos 10 aos 19 anos de idade. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, considera adolescentes indivíduos entre 12 e 18 anos de idade. Atualmente, estima-se que haja 1,2 bilhão de adolescentes em todo o mundo, o que corresponde a um quinto da população mundial. (CARONI; BASTOS, 2015).

Do ponto de vista biomédico, a adolescência é considerada como uma fase do desenvolvimento humano de transição entre a infância e a vida adulta na segunda década da vida, marcada por transformações biológicas da puberdade e relacionada à maturidade bio-psico-social. Essas transformações são tidas como elementares na vida dos indivíduos, levando-se a identificar a adolescência como sendo uma fase crítica, envolvendo momentos de definições de identidade sexual, profissional, de valores e sujeita a crises, muitas vezes tratada como patológica. (DAVIM, et al. 2009)

De forma geral, as pesquisas do campo biomédico costumam enfatizar os aspectos negativos da gestação na adolescência, com o levantamento e/ou reforço de dados que comprovem o caráter de problema de saúde pública. Dentre as intercorrências médicas sofridas pelas meninas gestantes estão tentativas de abortamento, anemia, desnutrição, hipertensão, sobrepeso, eclampsia e pré-eclâmpsia, desproporção céfalo-pélvica, trabalho de parto prematuro, complicações obstétricas e depressão pós-parto. (DIAS E TEIXEIRA, 2010; SILVA et al. 2010; SILVA E TONETE, 2006; FARIAS E MORÉ, 2012.)

Há ainda estudos que correlacionam os problemas de saúde das gestantes não propriamente à idade, mas à situação de pobreza. Segundo esses estudos, grande parcela das adolescentes grávidas se encontra em situação socioeconômica precária, o que se associa à ausência de condições adequadas de saúde, higiene, alimentação e habitação. (KASSAR et al., 2006)

Dados apontam que o abandono escolar é superior entre as meninas que engravidaram em comparação às que não engravidaram. Estudo do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizado em 2009 diz que o percentual do abandono escolar foi de 6,1% entre meninas de 10-17 anos sem filhos. Já para meninas na mesma faixa etária com filhos, esse percentual saltou para 75,6%. (ALMEIDA et al., 2020)

Sendo assim, para se prestar uma assistência de enfermagem humanizada no período puerperal é necessário que os profissionais adotem práticas cujos aspectos físicos, sociais e subjetivos sejam partes integrantes do cuidado de saúde, beneficiando tanto o cliente quanto o profissional, atuando como uma ferramenta para a recuperação e a manutenção da saúde. (ALVES; LIPPI; GARCIA, 2015)

O objetivo dessa pesquisa foi evidenciar o que ocorre durante a gestação na adolescência, os riscos que traz, durante e a longo prazo, a gestação e de que maneira a saúde pública pode intervir de forma amigável e ativa para que essa adolescente se sinta segura e ciente das mudanças que ocorrerá.

Relatar como a saúde pública traz benefícios com atendimentos multidisciplinares, especialmente como o enfermeiro através da escuta ativa, possibilitando o acompanhamento e o quanto a adolescente compreende em relação à sexualidade e a gestação.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, com o objetivo de levantar e explorar fontes bibliográficas relacionadas ao tema gestação na adolescência. Os artigos escolhidos abordam de forma qualitativa auxiliando na descrição das informações obtidas, analisando e interpretando os assuntos sobre o tema.

Para o conteúdo teórico, foram selecionados 53 artigos no período entre 2019 a 2020, que se encaixassem no assunto e estivessem disponíveis na íntegra, sendo que estes compõem a base da pesquisa, do total, foram utilizados 12 artigos relacionados ao tema desta. Como ferramenta da pesquisa, as bases de dados Lilacs, Scielo, Bireme e no Google Acadêmico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É válido frisar que no Brasil existem políticas públicas que garantem uma assistência aos adolescentes, destacando-se a Política de Saúde do Adolescente, a qual determina uma atenção integral a essa população, levando em consideração suas

especificidades, tendo como uma de suas prioridades a assistência à sexualidade e saúde reprodutiva. Porém, apesar de haver um respaldo para a atenção aos adolescentes, a literatura mostra que, muitas vezes, essa assistência não é garantida no nível da atenção básica, em virtude de os adolescentes serem considerados uma faixa etária que adocece menos, requerendo pouco do modelo curativo, sendo omissa a visão de promoção à saúde e prevenção de agravos (CARVACHO et al., 2008).

A deferência reduzida aos adolescentes na atenção básica de saúde pode levar a reincidência de problemas próprios do período da adolescência. Um desses agravos, que exige atendimento direto do sistema público é a gravidez, tendo em vista que esta fase é considerada de risco, necessitando um atendimento especial por parte dos profissionais, envolvendo questões sociais.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as ações de planejamento familiar são desenvolvidas principalmente no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF). Esse planejamento constitui um elemento de prevenção essencial na Atenção Primária à Saúde, e a enfermeira, membro da equipe, atua nesse planejamento, por ser uma das profissionais de maior contato com as famílias. No contexto da adolescência, entretanto, o problema do planejamento familiar é grande, visto que os serviços de saúde não são organizados para esse tipo de atendimento com aquele grupo. Além disso, a procura de adolescentes para anticoncepção é pequena e, quando as adolescentes chegam às unidades de saúde, comumente, é porque já estão grávidas e querem iniciar o pré-natal (MOREIRA et al., 2008).

Muitos estudos demonstram que de maneira geral as adolescentes são de classe média baixa e dependentes do sustento de seus companheiros, ou mesmo de outras pessoas da família.

É perceptível, em estudos, que o evento que mais causava medo e ansiedade entre as adolescentes é o processo do parto. Elas demonstram curiosidade em relação a esse assunto e buscam entender o mecanismo tanto do parto normal quanto da cirurgia cesariana.

O termo apoio social é de difícil definição, uma vez que se encontram muitas especificidades em relação ao seu conceito, devido ao seu caráter multidimensional. A ideia do apoio fornecido pelas redes sociais originou-se na década de 1970 e foi consolidada nos anos 80. O desenvolvimento dos modelos ecológico e sistêmico e a consequente compreensão psicossocial do ser humano têm contribuído fortemente para

o interesse de estudos sobre as redes sociais através da psicologia comunitária (MOREIRA et al., 2008).

Diante disso, podemos ressaltar a necessidade de uma escuta ativa entre uma equipe multidisciplinar e adolescente, nessa etapa a adolescente terá que expressar todas suas dúvidas e questionamentos, para assim, a equipe dar todas as informações necessárias para que esta gestante entenda e compreenda tudo o que irá acontecer e tudo o que ela terá direito.

No estudo de Carvacho et al., (2008), foram percebidas algumas dificuldades psicossociais no acesso das adolescentes ao serviço de saúde, estas envolvem vergonha, medo e falta de coragem para ir à consulta. Sendo assim, foi recomendado que fossem implementadas novas estratégias, que favoreçam a entrada das adolescentes aos serviços de saúde, considerando sua independência, particularidades e o vínculo delas com os companheiros (MOREIRA et al., 2008).

A participação da equipe de saúde no processo da fase em que a criança passa para a adolescência é indispensável, porque, é a partir daí que elas irão conhecer os serviços de saúde e a porta de entrada para ele. Com isso, se faz necessário as palestras em escolas, a busca ativa de adolescentes na comunidade e como dito acima, a escuta ativa.

No trato de assuntos relacionados com a sexualidade, os adolescentes têm recorrido aos irmãos mais velhos e outros parentes próximos. Os amigos mais experientes também são frequentemente procurados, mas queixam-se de que as conversas começam com boa dose de interesse, tanto do emissor como do interlocutor, para posteriormente, descambar para vulgarizações que deixam sérias dúvidas sobre a validade do conteúdo e a seriedade do diálogo (MUZA et al., 2002).

Com isso, vemos a falta que os serviços e os profissionais de saúde fazem, nesses diálogos há uma troca de informações que muitas vezes são equivocadas, já que podemos acreditar que tanto irmãos mais velhos e amigos experientes não tiveram acesso a esses serviços.

Nenhum dos adolescentes do sexo masculino soube descrever a utilização de um método contraceptivo de uso feminino. Quando indagados sobre como se usa a camisinha as falas, em geral, evidenciam muitas dúvidas no modo de utilização. A começar pelo modo como rasgam o envelope até a ideia da necessidade de utilização de um lubrificante qualquer (MUZA et al., 2002).

A população sempre vem com um preconceito sobre adolescentes grávidas, a culpa é sempre da menina. Neste artigo mencionado, é importante enaltecer os adolescentes do sexo masculino, que não tem conhecimento algum sobre a prevenção, no entanto para elas, eles sempre vão demonstrar que tem mais experiência nesse assunto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, observamos e podemos concluir que para cuidar de adolescentes, deve-se ter em mente que não basta apenas propor as formas de conhecimento sobre sexualidade, é preciso acolher e envolver esse grupo de forma dinâmica, possibilitando troca de informações. É preciso conscientizá-las dos riscos aos quais estão expostas e de como evitá-los.

A escola é um ambiente favorável para a prática de educação em saúde com adolescentes. A parceria entre escola e profissionais de saúde, essencialmente o enfermeiro, pode contribuir para uma escuta mais ativa e o melhor conhecimento dessas adolescentes na realização de medidas preventivas.

É notável a importância de se criar um espaço de diálogo entre adolescentes, pais, enfermeiros, para que se possa construir uma resposta social visando à superação das relações de vulnerabilidade tanto às Infecções Sexualmente Transmissíveis, como a gravidez precoce e não planejada.

Para melhor funcionalidade da Estratégia da Saúde da Família, é de extrema importância a aproximação dos pais ou responsáveis dessa adolescente com a equipe de enfermagem. O papel da família, ou mesmo somente o da mãe, assume uma importância relativa levando em conta a dependência que muitas adolescentes ainda têm de seus pais, podendo auxiliar nos cuidados com o bebê e no suporte emocional a estas jovens.

Nota-se que o apoio social por parte dos pais parece ser mais relevante para o bem-estar dos adolescentes que o apoio social recebido de amigos.

Outro fato notável foi que, pelo olhar dos enfermeiros a gravidez na adolescência é vista como um problema, tanto pela vulnerabilidade da faixa etária, falta de preparo, maiores riscos para mãe/bebê e imaturidade para encarar a gestação e parto, como pelo fato dessa fase estar mais predisposta a intercorrências biológicas, sociais e familiares que interferem na vida da adolescente.

Quanto à baixa procura aos serviços de saúde por parte das adolescentes, notamos que isso muitas vezes se deve a vergonha e medo dos pais, seguida da gravidez indesejada, dado que na maioria das vezes, elas não recebem o apoio da família e esse receio de contar sobre a gravidez e negar a gestação, resulta na pouca procura dos serviços.

Constata-se também que os enfermeiros encontram dificuldades para atender essas adolescentes, já que existe uma resistência por parte delas a participarem das consultas e garantir um acompanhamento pré-natal de qualidade, sendo um dos principais motivos à ausência de pais/companheiros e a fragilidade dos serviços especializados.

Sendo assim, surge a necessidade de capacitação permanente dos profissionais de saúde, em especial dos enfermeiros, considerando as necessidades dessas adolescentes, possibilitando além da prevenção de agravos, a qualificação no processo gestacional.

Pode-se reafirmar que a questão da gravidez na adolescência realmente não deve ser marcada apenas como experiência negativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Henrique do Vale de et al. Desigualdades econômicas e raciais na assistência pré-natal de grávidas adolescentes, Brasil, 2011-2012. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, v. 19, n. 1, p. 43-52, mar. 2019.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292019000100043&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 jan. 2020.

ALVES, Maria Adriana Correa Borba; LIPPI, Umberto Gazi; GARCIA, Selma Aparecida Lagrosa. Reflexões sobre a humanização na assistência de enfermagem obstétrica na visão do enfermeiro obstetra. **Enfermagem Brasil janeiro / fevereiro 2015;14(2).** Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dLm_p95Fvc8J:portalatlantic.aeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/download/3716/5723+&cd=10&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARONI, Mariana Malheiros; BASTOS, Olga Maria. Adolescência e autonomia: conceitos, definições e desafios. **Revista de Pediatria SOPERJ - v. 15, no 1, p29-34 fev 2015.** Disponível em: <http://revistadepediatriasoperj.org.br/detalhe_artigo.asp?id=641#:~:text=Essa%20dimens%C3%A3o%20diz%20respeito%20aos,alcan%C3%A7aram%20essa%20dimens%C3%A3o%20da%20autonomia>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARVACHO, Ingrid Espejo et al. Fatores associados ao acesso anterior à gestação a serviços de saúde por adolescentes gestantes. **Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 886-894, out. 2008.** Disponível em: <

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000500014>

Acesso em: 28 jan. 2020.

DAVIM, Rejane Marie Barbosa et al. Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. 2009. **Rev. Rene. Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 131-140, abr./jun.2009.** Disponível em:

<http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13690/1/2009_art_rmbdavim.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2010, vol.20, n.45.** Disponível em: <

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000100015&lng=pt&tlng=pt)

[863X2010000100015&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000100015&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 14 set. 2020.

FARIAS, Rejane; MORÉ, Carmen Ojeda Ocampo. Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. **Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 25, núm. 3, 2012, pp. 596-604, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.** Disponível em: <

<https://www.redalyc.org/pdf/188/18824695020.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

KASSAR, Samir B. et al. Comparações das condições socioeconômicas e reprodutivas entre mães adolescentes e adultas jovens em três maternidades públicas de Maceió, Brasil. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, v. 6, n. 4, p. 397-403, 2006.**

Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000400006&script=sci_abstract&tlng=pt)

[38292006000400006&script=sci_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000400006&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MOREIRA, Mariana Calesso; SARRIERA, Jorge Castellá. Satisfação e composição da rede de apoio social a adolescentes gestantes. **Psicol. estud. Maringá, v. 13, n. 4, p. 781-789, dezembro de 2008.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000400016&script=sci_arttext>.

Acesso em: 30 abr. 2020.

MUZA, Gilson Maestrini; COSTA, Marisa Pacini. Elementos para a elaboração de um projeto de promoção à saúde e desenvolvimento dos adolescentes – o olhar dos adolescentes. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(1):321-328, jan-fev, 2002.**

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v18n1/8169.pdf>>. Acesso em 13 maio 2020.

SILVA, Lucia; TONETE, Vera Lucia Pamplona. A gravidez na adolescência sob a perspectiva dos familiares: compartilhando projetos de vida e cuidado. 2006. **Rev. Latino-Am. Enfermagem v.14 n.2 Ribeirão Preto mar./abr. 2006.** Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000200008&lng=pt&tlng=pt)

[11692006000200008&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000200008&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 28 jan. 2020.

SILVA, Verônica Caé; BARBIERI Márcia; APERIBENSE Pacita Geovana Gama de Sousa; SANTOS Claudia Regina Gonçalves Couto. Gravidez na adolescência em

unidades de saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Adolesc Saude. 2010;7(4):60-67**. Disponível em: <
http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=247>. Acesso em: 14 set. 2020.

IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Láyra Furtado Schiavon, Karina Tozze, e-mail:
layra_furtado@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Terceira idade, período que marca o declínio do funcionamento físico associado ao envelhecimento, junto as mudanças dos hormônios, da vida e aceitação da velhice.

A classificação mais significativa é por idade funcional, que é a capacidade de uma pessoa interagir em um ambiente físico e social em comparação com outros da mesma idade cronológica. A diferença individual determina como cada ser humano irá envelhecer. Entretanto variáveis como sexo, herança genética e estilo de vida contribuirão determinando entre homens e mulheres as diferenças nos ritmos de envelhecimento que cada um apresentará (PAPALIA, 2010)

Percebe-se que a categoria funcional do idoso não depende só da idade, pode alterar de acordo com o estilo de vida, sexo, fatores socioeconômicos, saúde física, mental, cognitivo e psicossocial, ou seja, não há homogeneidade na população idosa, pois cada pessoa, organismo, envelhece de uma maneira.

A área de mercado de trabalho para os idosos é um assunto que gera discussão, como por exemplo, a aposentadoria normalmente com renda baixa, a saúde fragilizada, o preconceito pela idade ou até mesmo um trabalho de acordo com a capacidade física do idoso. A partir disso, o código de direito humanos das pessoas idosas, que fala sobre o Direito à profissionalização, ao trabalho, à previdência e assistência social, mostra certa preocupação com o preconceito ao idoso.

Segundo o estatuto do Idoso do Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir. Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada (BRASIL, 2003, on-line).

Dentre as diversas dificuldades que as pessoas idosas sofrem, na qual uma delas é o foco dessa revisão bibliográfica, é a do idoso no mercado de trabalho, sobre as dificuldades, problemas que enfrentam ao concorrer a uma vaga de emprego e se manter nele. Analisando-se os dados da População em idade ativa (PIA, 2010) e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se que a população brasileira está cada vez mais idosa e os números de pessoas acima de 60 anos no mercado de trabalho tem sofrido um aumento relativo, é possível expor e analisar o que os idosos estão enfrentando ao ter que se enquadrar e entrar no mercado de trabalho.

A importância desse trabalho é combater o “idadismo”, combater o preconceito com os idosos, mostrando que mesmo com o envelhecimento, eles são aptos para o trabalho, e dessa forma sejam inclusos na sociedade sem discriminação por causa da idade. Vê-se que com o aumento da expectativa de vida, teremos vários idosos querendo continuar ativos e produzindo para a sociedade.

Esses estereótipos inconscientes sobre envelhecimento, internalizados na juventude e reforçados durante décadas por atitudes da sociedade, podem ter se tornado autoestereótipos, que inconscientemente afetam as expectativas dos idosos em relação ao seu comportamento e que frequentemente atuam como profecias autorrealizáveis (Levy, 2003).

Nesse sentido, o objetivo geral dessa revisão literária é discutir sobre as dificuldades encontradas pelos idosos diante das demandas do mercado de trabalho.

2 MÉTODO

O presente estudo utilizou a revisão de literatura para levantamento das informações referentes à inserção dos idosos no mercado de trabalho. De acordo com Moncini e Sampaio (2006) a revisão de literatura consiste em estudos nos quais os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponibilizadas na literatura.

Para a revisão de literatura presente nessa pesquisa, utilizou-se de pesquisas científicas presentes em artigos, livros. Além disso, utilizou-se também do Direito Brasileiro, Constituição trabalhista, código de Direitos Humanos das pessoas idosas.

Para levantamento dos textos, foram utilizadas as bases de dados online Scielo e Google Acadêmico. Para a busca nessas bases de dados, utilizou-se os seguintes descritores: “O Idoso no Mercado de trabalho”, “Dificuldade do Idoso no mercado de trabalho”, “Idoso” e “Preconceito com o Idoso”.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Diante desse estudo, observou-se que a população brasileira está envelhecendo, segundo o IBGE, a relação entre a porcentagem de idoso e de jovens, chamado de “*Índice de envelhecimento*”, deve aumentar até 2060 (IBGE, 2018). Percebeu-se também que “em 2010, existiam 39 idosos para cada grupo de 100 jovens, em 2040, estima-se 153 idosos para cada 100 jovens” (IBGE, 2015).

Além disso, também foi possível identificar que o perfil demográfico brasileiro está se transformando, em um contingente cada vez mais de pessoas com 60 anos ou mais

de idade. E junto com essa mudança, vem os desafios dos idosos e da sociedade para a inclusão e cuidados com essa faixa etária da população (IBGE, 2015).

Informações levantadas pela Organização Mundial da Saúde apontam que o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um dos grandes desafios a ser enfrentado pela sociedade. No século XXI, o envelhecimento aumentará as demandas sociais e econômicas em todo o mundo. No entanto, apesar de na maioria das vezes serem ignorados, os idosos deveriam ser considerados essenciais para a estrutura das sociedades.

Com isso, entende-se a relevância da criação de espaços para que se tenha discussões acerca da inclusão do idoso no mercado de trabalho. Ou ainda, a elaboração de estratégias que contribuam para que a pessoa idosa seja notada, por exemplo, através de políticas públicas que consigam ajudar as pessoas mais velhas a atingirem seu potencial e se manterem ativos para terem uma qualidade de vida melhor.

Diante disso, no Brasil, o rápido envelhecimento populacional e as ambivalências trazidas pela aposentadoria motivaram a elaboração de legislações voltadas para a promoção do envelhecimento ativo e da aposentadoria bem-sucedida, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso (SEIDL; LEANDRO-FRANCA; MURTA, 2018).

Ambos preveem o desenvolvimento e a manutenção de Programas de Preparação para Aposentadoria (PPAs) para trabalhadores de órgãos públicos e de organizações privadas, sendo que a Política Nacional do Idoso indica a antecedência mínima de dois anos e o Estatuto do Idoso sugere antecedência mínima de um ano da aposentadoria para essa preparação (SEIDL, 2017).

Segundo o Estatuto do Idoso no Art. 26. o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas (BRASIL, 2003, on-line). É também fundamental observar que a medida que estes vão envelhecendo, não diminui sua participação relativa na renda familiar, ou seja, a família também depende dos idosos, e por mais que exista a aposentadoria, muitos ainda precisam trabalhar para complementar renda familiar, ou a sua subsistência e até mesmo para se manterem ativos e se sentirem produtivos (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Segundo o estudo da População Economicamente Ativa (PEA) projetou-se que, em duas décadas, a proporção de homens idosos na PEA estará perto de 10% (quase o dobro dos 5,9% atuais) e a de mulheres idosas em torno de 6% (atualmente são 3,4%). Mais importante ainda é considerar que, a essa altura, a PEA idosa estará crescendo a

uma taxa anual estimada em 3,6% a.a. Com isso nota-se que a população idosa estará entrando no mercado de trabalho.

Observou-se também que algumas dificuldades enfrentadas pelos idosos pode ter relação com o sexo, embora essa diferença esteja presente durante todo o ciclo de vida do sujeito. A taxa de atividade dos homens idosos, em 2002, era de 41%, o que equivale dizer que 41% dos homens de 60 anos e mais trabalhavam ou procuravam trabalho. Quanto às mulheres, apenas 13% das idosas encaixavam-se nessa condição. Como consequência da distinta predisposição à atividade econômica de homens e mulheres, mas também do maior peso relativo de mulheres na população idosa, temos que, em 2002, 71% da PEA idosa eram constituídos de homens e 29% de mulheres (IBGE/PNADs 2002).

Outra dificuldade relaciona-se com a escolarização, no qual pode-se notar que com o avanço da tecnologia pode dificultar ainda mais o ingresso do idoso no mercado de trabalho, contudo se por um lado a qualificação é um fator determinante para o mercado de trabalho, os idosos sem escolarização tendem a aceitar qualquer tipo de trabalho precário para conseguir manter as necessidades de renda, no qual pode não seguir ou estar de acordo com os Direitos dos Idosos, que estabelece uma qualidade de vida e trabalho de acordo com a capacidade física da pessoa (TAVARES; DE SOUZA, 2012).

Entrando um pouco na parte psicológica, muitas pessoas criam gosto pelo trabalho que exerceu durante toda vida, ou acostumam com o fato de sempre estarem ativos e tendo uma qualidade de vida melhor, perto dos amigos, familiares, tendo uma renda mais alta, se sentindo útil e produtivo. Então com a chegada da aposentadoria, ou até mesmo do desemprego, os idosos tendem a se sentirem frustrados e inúteis para a sociedade, podendo surgir o desânimo, insegurança, sendo assim percebe-se que é fundamental o estímulo do governo para empresas privadas, ou governamentais, para admissão do idoso no mercado de trabalho, como está no Estatuto do Idoso, Art.28.III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho (BRASIL, 2003, online).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o estudo realizado, revisão bibliográfica, fica evidente a necessidade de se investir e incentivar, através de políticas públicas, tanto as

organizações privadas quanto as estatais, para se ter a inclusão do idoso no mercado de trabalho, para além da importância da qualificação dos idosos para que eles estejam atualizados de acordo com as mudanças do mercado de trabalho.

Perante o quadro que mostra a mudança que a população brasileira está tendo, com o aumento da população idosa, percebe-se a importância de valorizar essas pessoas, e fazer com que elas continuem ativas e tendo uma vida digna.

Nota-se que por meio dessa forma começar a ter uma maior interação entre jovens e idosos trocando experiências e competências. Sendo assim pode-se dizer que com esse estudo buscou mostrar a importância e a valorização do idoso para a sociedade e para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

CAMARANO, A.A. **O Idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro, out. 2001. Disponível em :http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2068/1/TD_830.pdf, acesso em : 24 ago. 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2015.

MANCINI, C.,MARISA. **Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão**. Rev. bras. fisioter. vol.10 no 4. São Carlos/SP out/dez.2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552006000400001#:~:text=Revis%C3%A3o%20cr%C3%ADtica%20da%20literatura%2C%20tamb%C3%A9m,na%20literatura%2C%20mas%20n%C3%A3o%20seguem acesso em 24 ago. 2020.

MIRANDA, DUARTE, M., GABRIELA. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Artigo, Rev. bras. geriatr. gerontol.** vol.19 no 3. Rio de Janeiro, mai./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180998232016000300507&script=sci_arttext&lng=pt , acesso em: 24 ago. 2020.

MOREIRA, HACK, ALINE. **A Identidade social do idoso e as relações de trabalho: a realidade por trás das salvaguardas legais**. Revista kairós gerontologia, n.15, v.2, ISSN 2126-901X. São Paulo. mar.2012: 91-107.

PAPALIA, E. DIANE; FELDMAN, RUTH. **Desenvolvimento Humano**. 12.ed. São Paulo, Editora AMGH Editora Ltda,2013.

SEIDL, J. Caminhos para promoção do envelhecimento ativo e da aposentadoria bem-sucedida no Brasil: A perspectiva da Psicologia Social e do Trabalho. In G. T. Ramos, J. E. Loguercio, H. C. Melo Filho, W. Ramos Filho (Coords.), **O golpe de 2016 e a**

reforma da previdência: narrativas de resistência (pp. 247-254). Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2017.

SEIDL, J.; LEANDRO-FRANCA, C.; MURTA, S.G. Avaliação de impacto e suporte de um curso de preparação para aposentadoria. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 494-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198466572018000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2018.4.14732>.

TAVARES, M.M.K; DE SOUZA, S.T.C. Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. **RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 10, n. 1, 2012.

IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE ENFERMAGEM NOS CUIDADOS DAS FERIDAS

Maria Emilia de Lima Serafim Rodrigues, Pamela Lalesca Catto Antonio, Gercilene Cristiane Silveira, Elisângela Ramos de Oliveira, e-mail: maria.emilia.serafim@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Subentende-se o cuidar de feridas como um processo dinâmico, complexo e requer conhecimento específico da equipe de enfermagem, que compreende os profissionais que vão desenvolver esse cuidado tanto na prevenção, quanto no tratamento específico. Deve-se levar em consideração que as feridas evoluem rapidamente, são refratárias a diversos tipos de tratamento e decorrem de condições predisponentes que impossibilitam a cicatrização normal (FARIA *et al.*, 2016).

Hoje o tratamento das feridas se baseia em uma atividade multidisciplinar, mas que acrescentou para a enfermagem poder de decisão nas condutas e um vasto meio para demonstrar o saber. (BRUZI E MENDES, 2011).

Ainda conforme *Faria* e colaboradores (2016) a prática de cuidados a clientes portadores de feridas é uma especialidade dentro da enfermagem, reconhecida pela Sociedade Brasileira de Enfermagem Dermatológica (SOBEND) e pela Associação Brasileira de Estomaterapia (SOBEST), atribuindo ao enfermeiro autonomia para o cuidado de lesões dermatológicas.

Podemos classificar as feridas complexas como agudas ou crônicas. As agudas são comumente representadas por lesões que cicatrizam dentro do tempo esperado e de acordo com os estágios do processo de cicatrização. São exemplos as traumáticas e as cirúrgicas. Já as feridas crônicas são aquelas de longa duração ou que apresentam reincidência, e, normalmente, estão associadas às morbidades. São exemplos as lesões diabéticas, úlceras vasculogênicas, feridas neoplásicas, dentre outras (SQUIZZATTO *et al.*, 2017).

O objetivo geral deste artigo é identificar a importância da atuação em conjunto da equipe enfermagem nos cuidados das feridas, em específico destacar as suas atribuições e conhecimento científico que precisam possuir e desenvolver para um eficaz cuidado as feridas, tanto no tratamento, quanto prevenção, ressaltando a importância de o enfermeiro ter autonomia neste cuidado e identificando seu papel na atuação junto à equipe multidisciplinar.

2 MÉTODO

A pesquisa realizada consiste em uma revisão Bibliográfica também denominada de revisão de literatura ou referencial teórico. Para sua realização utilizou-se a Biblioteca e busca nos sites Scielo e Google acadêmico. Os critérios de inclusão foram: material conter texto completo disponível, publicado dos últimos dez anos, no idioma português. Foram excluídos os trabalhos que não se relacionavam à temática ou com informações já existentes em outros estudos, sendo utilizado o estudo com a melhor abordagem do tema. As palavras-chave utilizadas para a busca de artigos foram: Enfermagem, Feridas, Papel de enfermagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa realizada na plataforma Scielo foram encontrados 52 artigos conforme os critérios de inclusão, no Google acadêmico foram analisados 82 estudos, sendo analisado 1 livro sobre o tema, fazendo um total de 134 estudos. No entanto, foram utilizados 8 artigos para construção desta revisão e 1 livro com ano de publicação de 2013, conforme os critérios de inclusão e exclusão.

Estudos comprovam que as feridas são uma problemática atual no campo de saúde pública brasileira, tanto pela quantidade de pacientes que as desenvolvem quanto pela dificuldade para que o cuidado com as mesmas sejam efetuados de uma maneira adequada para uma boa evolução no resultado final das mesmas (MULLER, 2014).

Segundo estudo de *Farias* e colaboradores (2016) o tratamento de feridas é, reconhecido como uma competência essencial do enfermeiro. Portanto, este profissional necessita de um conhecimento teórico baseado em evidências para garantir a qualidade da assistência ao portador de ferida, bem como para prevenir que ela aconteça. Estudo realizado na Bélgica confere ao conhecimento do enfermeiro papel fundamental na prevenção de UPs (Úlceras por pressão) e no processo de cicatrização, o que reduziria o tempo de internação dos clientes e os gastos. Porém, observaram-se inadequações, ocasionado por pouco tempo de experiência profissional e pela inexistência de cursos de especialização em feridas (FARIA *et al*, 2016).

Favreto et al (2017), diz:

Uma lesão por pressão pode se tornar um problema judicial para a instituição e para o Enfermeiro. A portaria nº 529/2013 do Ministério da Saúde, instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) em lesões por pressão.

Portanto é de responsabilidade do enfermeiro evitar que essas lesões aconteçam [...] (FAVRETO *et al*, 2017).

Ainda segundo Favreto et al (2017) em relação a curativo ou cobertura este se define como um meio terapêutico, com o intuito de melhorar as condições do leito da ferida e auxiliar em sua resolução. Curativos pode ser, em algumas ocasiões, o próprio tratamento definitivo; em outras, apenas uma etapa intermediária para o tratamento cirúrgico. Existem no mercado mundial diversos materiais de curativo que podem ser utilizados nas diferentes etapas de tratamento das feridas, para as seguintes funções: higienização, desbridamento, diminuição da população bacteriana, controle do exsudato, estímulo à granulação e proteção da reepitelização. O curativo deve ser um meio de facilitar a cicatrização e não de impedi-la, se mal escolhido pode retardar sua cicatrização e agravar sua condição ainda mais.

O enfermeiro é o responsável por avaliar a lesão, assim como orientar e supervisionar a realização dos curativos pela equipe de enfermagem. E ele pode até determinar o tipo de tratamento que será aplicado. Os curativos exigem avaliações contínuas e trocas de tratamentos de acordo com as alterações das características da ferida ao longo do seu processo cicatricial. Nesse sentido, torna essencial buscar conhecimento sobre a utilização correta desses produtos (MULLER, 2014).

Nos estudos de Favreto e colaboradores (2017) ele aborda também que algumas lesões podem tornar-se crônicas, o qual a incidência aumentou gradativamente em todo o mundo, o que afetou negativamente a qualidade de vida dos pacientes, pois essas lesões causam dor em diferentes níveis, afetam a mobilidade e possuem caráter repetitivo. Portanto, é necessário o profissional ter uma visão clínica e relacionar alguns pontos que são importantes e que influenciam neste processo, como por exemplo, o controle da patologia de base (hipertensão, diabetes mellitus), avaliar os aspectos nutricionais, infecciosos, medicamentosos e se atentar quanto ao rigor e a qualidade do cuidado educativo. Lembrando que a associação dos curativos serão aplicados de acordo com os aspectos e evolução da ferida.

Alguns autores falam da importância da adoção de protocolos nos cuidados das feridas. Vamos continuar destacando o estudo de Favreto et al (2017), que diz:

Os cuidados com as lesões exigem a adoção de protocolos, conhecimento específico, habilidade técnica, articulação entre os níveis de complexidade de assistência do Sistema Único de Saúde (SUS) e participação ativa dos portadores dessas lesões e seus familiares. Neste contexto Dantas, Torres e Dantas (2012), afirmam ser fundamental no tratamento do portador de feridas a assistência sistematizada pautada em protocolo, que contemple avaliação

clínica, diagnóstico precoce, planejamento do tratamento, implementação do plano de cuidados, evolução e reavaliação das condutas e tratamento, além de trabalho educativo permanente em equipe envolvendo os portadores de lesão, familiares e cuidadores (FAVRETO *et al*, 2017).

Em um estudo de *Squizatto et al* (2017), observou-se que atualmente, que existe uma diversidade de produtos no mercado com o intuito de favorecer o processo de cicatrização. Na escolha do produto mais adequado, além da avaliação da própria ferida, também deve ser levada em consideração a condição socioeconômica e de instrução dos pacientes. Um dos problemas enfrentados diz respeito ao alto custo de muitas terapias, por isso a importância de conhecer a população com a qual se cuida, e permitir o tratamento junto da utilização de produtos adequados e acessíveis.

Em seus estudos *Silva e colaboradores* (2013) no que se refere a autonomia dos enfermeiros, podem ser esclarecidos, analisando-se atenciosamente o que dizem as leis e resoluções que regulamentam o exercício profissional.

Conforme o artigo 1º do Capítulo 1 da resolução COFEN n. 240/2000, “ A enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde do ser humano e da coletividade. Atua na promoção, proteção, recuperação da saúde e reabilitação das pessoas, respeitando os preceitos éticos e legais”. O artigo 6º da mesma lei fala que o profissional de enfermagem exerce a profissão com autonomia, respeitando os preceitos legais da enfermagem”. E no que se refere à promoção e á proteção da saúde, tem-se todas as formas de orientações, realização e prescrição de enfermagem nas condutas preventivas da formação ou recidivas do desenvolvimento de úlceras, sejam elas por compressão, diabéticas, vasculares ou quaisquer outras (SILVA *et al*, 2013).

Portanto, a prescrição da utilização de colchões especiais, aplicação de hidratantes para pele e/ou de todos os produtos que sejam classificados pela RDC n. 211, de 14 de julho de 2005, da ANVISA, na qual consta a classificação de produtos de higiene pessoal e cosméticos Grau 1 (produtos com formulação básicas ou elementares, cuja comprovação não é necessária e não são requeridas informações detalhadas quanto ao seu modo de usar e suas restrições de uso, como hidratantes creme, gel ou óleo, por exemplo) e Grau 2 (que engloba os produtos de higiene pessoal e cosméticos cuja formulação possui indicações específicas e cujas características exigem comprovação de segurança e eficácia, bem como informações e cuidados, modo de restrições de uso, como um hidratante que possui vitamina A ou protetor solar em sua formulação, ou ainda um sabonete com ação antisséptica) que podem ser prescritos pelo

enfermeiro. (SILVA *et al*, 2013). O enfermeiro pode prescrever qualquer tipo de cobertura conforme citados, mas para isso é necessário que o enfermeiro esteja capacitado para a realização de tal prescrição.

Porém conforme estudado os profissionais além do conhecimento técnico-científico, necessita estar atento aos indivíduos portadores de feridas de forma integral, segundo estudo de *Waidman et al* (2011) as práticas de saúde não devem ser fragmentadas, que visa somente à doença. Busca-se uma assistência, de acolhimento e respeito, para um ser com sentimentos e valores. É pertinente levarmos em consideração que uma ferida crônica pode ocasionar algumas problemáticas no cotidiano desse indivíduo. Por isso consideramos a necessidade da existência de um suporte adequado, admitindo que, por trás de uma ferida, exista um ser humano que sofre no seu cotidiano necessitando, portanto, de amparo e acompanhamento psicoemocional.

Portanto, os estudos demonstraram que a enfermagem tem papel de suma importância nos cuidados das feridas, sendo um dos cuidados que a equipe de enfermagem é mais atuante, por isso a necessidade de estar sempre se atualizando e se especializando, algo que ainda é bem falho e de pouco interesse. Este estudo veio para ressaltar a importância deste cuidado e os benefícios que um cuidado baseado em protocolos, com incentivo ao conhecimento e atualização, proporciona ao paciente portador de feridas, não se esquecendo da humanização e da necessidade de acolher esses indivíduos. Foi possível também identificar até que ponto o enfermeiro tem autonomia na tomada de decisão deste cuidado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os estudos observados, conclui-se que a equipe de enfermagem tem papel de destaque nos cuidados das feridas e por se tratar de um tema em constante construção do conhecimento, com junção a novas abordagens e práticas clínicas do cuidado com feridas, o enfermeiro deve ter autonomia neste cuidado mantendo-se atualizado e transmitindo para sua equipe, direcionando e incentivando estratégias voltadas à construção do protocolo para o cuidado com feridas, bem como para a formação de Comissão de Curativo, implicando em uma melhor assistência aos portadores de ferida, de forma humanizada e acolhedora e baseada em evidências.

REFERÊNCIAS

BRUZI, L.M; MENDES, D.C. Importância da assistência de enfermagem no manejo de complicação relacionada ao cateter totalmente implantável. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000200031&lang=pt>. Acesso em: 24 Jan.2020.

DANTAS D.V, TORRES G.V, DANTAS R.A.N. Assistência aos portadores de feridas: caracterização dos protocolos existentes no Brasil. **Ciência, cuidado e saúde**. 2012;10(2):366-372. Acesso em: 26 fev.2020.

FARIA, G.B.G. et al. Conhecimento e prática dos enfermeiros sobre o cuidado com feridas. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 10(12):4532-8, dez., 2016. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/ecc0/6562651510a8206962454be5c90f3f9246af.pdf>>. Acesso em: 24 jan.2020.

FAVRETO, F.J.L. et al. O Papel do enfermeiro na prevenção, avaliação e tratamento nas lesões por pressão. **RGS** 2017;17(2):37-47. Disponível em:<<http://www.herrero.com.br/files/revista/filea2aa9e889071e2802a49296ce895310b.pdf>>. Acesso em: 27 Jan.2020.

MULLER, P.V. **Coberturas e curativos nos cuidados as feridas**. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183837> >. Acesso em: 24 jan.2020.

SILVA, R.C.L. et al. Feridas: fundamentos e atualizações em enfermagem. **3º Ed.rev.e ampl. São Caetano do Sul, SP**: Yendis Editora, 2013.

SQUIZATTO, R.H et al. **Perfil dos usuários atendidos em ambulatório de cuidado com feridas**. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v22i1.48472>>. Acesso em: 24 jan.2020.

WAIMAN, M.A.P et al. O cotidiano do indivíduo com ferida crônica e sua saúde mental. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072011000400007&lang=pt>. Acesso em: 24 jan.2020

INFLUÊNCIA DA NATAÇÃO NA APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE EM IDOSOS

Larissa dos Santos de Oliveira, Mateus Henrique Franchin Vendrami, Guilherme Augusto Martines, e-mail: larissa_so@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento, inexorável aos seres vivos, ocorre de forma gradual, universal e irreversível. Ou seja, este se acelera na maturidade e provoca perda funcional progressiva no organismo (SPIRDUSO, 1995). Consequentemente, as alterações nas habilidades motoras limitam a Capacidade Funcional (CF) do idoso, prejudicando sua qualidade de vida e suas Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD), o que converge em maiores índices de sedentarismo e, de forma diretamente proporcional, maior vulnerabilidade à saúde (ALVES et al., 2004).

O Brasil apresenta, atualmente, mais de 20 milhões de idosos, estimando-se que, em 2025, o país ocupe o 6º lugar entre os países com maior população senil no mundo, ou seja, cerca de 32 milhões de indivíduos acima dos 60 anos de idade (IBGE, 2008, 2010). Isso se dá pelo aumento considerável na expectativa de vida dos brasileiros, por meio de avanços medicinais e tecnológicos (CANDELORO; CAROMANO, 2007).

Diante desta perspectiva, é comum encontrarmos um problema em tal faixa etária. Ou seja, o avanço da idade atrelado à inatividade física, converge na redução da mobilidade e, esta por sua vez, contribui diretamente para o desenvolvimento das patologias oriundas da hipocinesia e na redução na CF. Por outro lado, a prática de exercícios e atividades físicas contribuem de forma significativa para a melhora nos componentes da aptidão física relacionados à saúde (ApFRS) e um estilo de vida independente (LEITE, 1996; TEIXEIRA et al., 2007).

O ambiente aquático é considerado propício ao público idoso, tendo em vista que as propriedades físicas da água facilitam e permitem gestos motores inibidos pelo processo de envelhecimento, de modo a serem realizados facilmente em imersão (LOPES et al., 2014). Dentre os atributos do meio aquoso é importante destacar a possibilidade de atingir amplitudes maiores, redução de tensão muscular, redução do impacto e compressão articular, redução da sensibilidade à dor e aumento de mobilidade (CANDELORO; CAROMANO, 2007).

A natação, no que lhe concerne, propicia aumento significativo na expectativa de vida dos sujeitos, especificamente na terceira idade através de fatores biológicos e funcionais, como por exemplo: aumento na força/resistência muscular e maior efetividade de função cardiopulmonar. Além disso, o processo de carga e adaptação concedido pela modalidade facilita os processos metabólicos até o fim da vida (SOARES; DOS SANTOS, 2010).

O presente estudo teve com objetivo analisar a influência da natação na aptidão física relacionada à saúde em idosos.

2 MÉTODO

Na presente pesquisa, foi realizado um estudo de revisão integrativa da literatura de caráter qualitativo.

Foram utilizadas as bases de dados do Google Acadêmico, Scielo, Pubmed, além dos livros científicos. Os descritores utilizados de forma combinada foram: natação, idosos e aptidão física.

De um total de 331 artigos encontrados, 82 foram lidos na íntegra, uma vez que os demais não apresentavam os descritores natação, idosos e aptidão física em seus títulos e/ou resumo. Contudo, apenas 23 foram utilizados, pois eram os únicos a se enquadrarem nos critérios de inclusão do estudo, ou seja, serem escritos em língua portuguesa, espanhola e inglesa, além de terem relação com a temática da pesquisa.

Por ser uma pesquisa indireta e assim, não envolver coleta de dados, o artigo não foi submetido à aprovação em Comitê de Ética em pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aptidão física relacionada à saúde (ApFRS) compreende fatores morfológicos, funcionais, motores, fisiológicos e comportamentais. Contudo, são altamente condicionáveis, ou seja, não apresentam grande dependência de aspectos genéticos, mas sim, alteram-se de acordo com o nível de atividade física (GLANER, 2003).

As discussões sobre a Aptidão Física Relacionada à Saúde (ApFRS) são de caráter científico e fazem-se presentes no cenário da saúde, pois, indivíduos que apresentam quadros de inatividade física e, conseqüentemente, baixos níveis de ApFRS, suscitam probabilidades aumentadas de desenvolver patologias crônico-degenerativas (ACSM, 1996; AAHPERD, 1988).

Exercícios realizados na água, especialmente a natação, vêm conquistando o lugar de destaque na prescrição, recomendação e prática por parte da população em geral. Isso se dá, pelas propriedades contidas em tal ambiente. A força de empuxo (propriedade de sustentação da água) alivia o estresse das articulações envolvidas no suporte do peso corporal, favorecendo o equilíbrio estático e dinâmico, proporcionando maior facilidade na execução de movimentos dificultados ou de impossível realização em terra sem auxílio (RABELO et al., 2004).

O termo composição corporal compreende diversos componentes que estruturam o corpo humano, em níveis atômicos, moleculares, celulares ou teciduais. Especificamente a composição corporal abrange a contribuição da gordura corporal e dos tecidos magros na formação do peso corpóreo total (DA COSTA, 2001; NETO; DE OLIVEIRA; DOS SANTOS, 2007).

Bergamin et al. (2003) apresentou a relação de seis meses de prática de natação contra o grupo de exercício em terra e o grupo controle. Os indivíduos submetidos a prática de natação apresentaram redução de 4% de massa gorda na região do tronco. Além disso, o antebraço dominante sofreu redução de 9,16% na gordura local. Desta forma, o efeito do treinamento em relação a redução de massa gorda total foi significativamente maior nos indivíduos praticantes de natação, quando comparados à seus pares do grupo controle e aos indivíduos submetido à exercícios em terra.

Natação e flexibilidade possuem uma relação indissociável, tendo em vista que a prática orientada de forma adequada colabora com o desenvolvimento da mobilidade articular (MARTINS; MONTE, 2011). Farinatti (2000) afirma que a natação é uma das modalidades que apresentam maior relação direta entre a técnica adequada e a flexibilidade. Por exemplo, as articulações talocrural e glenoumeral são fundamentais nos movimentos de pernada e braçada, respectivamente, dependendo assim de maior mobilidade nestes pontos.

Colman, Persyn e Delecluse (2003), analisaram 26 homens pouco ativos fisicamente com média de idade de 62,5 anos. Estes indivíduos foram submetidos a um trabalho de 2 – 3 sessões/semana, durante um período de 5 meses de natação. Os melhores resultados foram encontrados nos movimentos de flexão de tornozelo e rotação externa do quadril. Contudo, os movimentos de rotação interna do quadril, supinação de tornozelo e rotação da cabeça também obtiveram evoluções significativas na flexibilidade em advindas da prática de natação.

Natação e flexibilidade possuem uma relação indissociável, tendo em vista que a prática orientada de forma adequada colabora com o desenvolvimento da mobilidade articular (MARTINS; MONTE, 2011). Farinatti (2000) afirma que a natação é uma das modalidades que apresentam maior relação direta entre a técnica adequada e a flexibilidade. Por exemplo, as articulações talocrural e glenoumeral são fundamentais nos movimentos de pernada e braçada, respectivamente, dependendo assim de maior mobilidade nestes pontos.

Colman, Persyn e Delecluse (2003), analisaram 26 homens pouco ativos fisicamente com média de idade de 62,5 anos. Estes indivíduos foram submetidos a um trabalho de 2 – 3 sessões/semana, durante um período de 5 meses de natação. Os melhores resultados foram encontrados nos movimentos de flexão de tornozelo e rotação externa do quadril. Contudo, os movimentos de rotação interna do quadril, supinação de tornozelo e rotação da cabeça também obtiveram evoluções significativas na flexibilidade em advindas da prática de natação.

Ao longo dos anos, o processo de sarcopenia, caracterizado pela perda degenerativa de massa muscular, pode fazer-se presente em indivíduos adeptos à vida sedentária. Este processo está associado ao comprometimento da mobilidade, da força, da resistência e da independência funcional, gerando assim um quadro de fragilidade (TRAPPE, 2009).

A natação oferece resistências distintas ao exercício em comparação ao ambiente terrestre, sendo assim, tanto o repouso quanto a atividade convergirão em respostas antagônicas. Desta forma, as ações musculares empregadas para vencer as características do meio aquático, contribuem para a manutenção da força/resistência muscular (GERARDI; DA SILVA, 2011).

O sistema cardiorrespiratório é considerado o mais afetado pelo declínio funcional vigente na população senil. Isso acontece, pela redução da mobilidade da caixa torácica e a função menos eficiente da musculatura envolvida na respiração. Estas alterações resultam na coarctação da ventilação voluntária máxima e da capacidade funcional (COHEN, 1999).

O trabalho de Ruoti et al. (1994) revela que, o treinamento aquático em 12 homens e mulheres idosas, aumentou em 15% a captação máxima de oxigênio, além de a frequência cardíaca de repouso sofrer redução de aproximadamente 7%. Em suma, os

autores demonstraram que as propriedades físicas da água constituem um meio eficaz para a função cardiopulmonar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a natação é um instrumento importante no desenvolvimento da aptidão física relacionada à saúde no público senil.

Esta modalidade exerce função significativa no aumento da expectativa de vida dos idosos, uma vez que expressa correlação direta com a melhora dos níveis de composição corporal, flexibilidade, força/resistência muscular e resistência cardiorrespiratória. Ademais, os baixos níveis de impacto, provenientes das propriedades físicas da água, proporcionam maior segurança e facilidade na execução de movimentos impossibilitados no meio terrestre.

REFERÊNCIAS

AAHPERD. American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance. **AAHPERD**. 1988.

ACSM. Manual para teste de esforço e prescrição de exercício. **Revinter Ltda**. 1996.

ALVES, R. et al. Aptidão física relacionada à saúde de idosos: influência da hidroginástica. **Revista Brasileira de Medicina e Esporte**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 31-37, 2004.

BERGAMIN, M. et al. Water- versus land-based exercise in elderly subjects: effects on physical performance and body composition. **Dove Press Journal**. 2003.

CANDELORO, J; CAROMANO F. Efeito de um programa de hidroterapia na flexibilidade e na força muscular de idosos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [s.l.], v. 4, n. 11, p. 303-309, 2007.

COHEN, M. Considerações Cardiológicas no Idoso: Considerações Pulmonares na Terceira Idade. **Manual de Reabilitação Geriátrica**. 1999.

COLMAN, V.; PERSYN, U.; DELECLUSE, C. Some effects of swimming sessions in low-active elderly men. **Proceedings of International Symposium on Biomechanics and Medicine in Swimming**. 2003.

DA COSTA, R. **Composição corporal: teoria e prática da avaliação**. Editora Manole, São Paulo, 2001.

FARINATTI, P. Flexibilidade e esporte: Uma revisão de literatura. **Revista Paulista de Educação Física**. 2000.

GERARDI, C.; DA SILVA, R. Auto-percepção da massa muscular de idosos praticantes de natação e idosos praticantes de atividades físicas regulares. **Revista da Graduação**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 22-32, 2011.

GLANER, M. Importância da Aptidão Física Relacionada à saúde. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 75-85, 2003.

IBGE. Projeção da população do Brasil por sexo e idade - 1980-2050 - revisão 2008.

IBGE. 2008; IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população .

LEITE, P. **Exercício, envelhecimento e promoção de saúde**. Editora Health. 1996.

LOPES, A. et al. Motivos de ingresso e permanência de idosos em um programa de atividades aquáticas: um estudo longitudinal. **Revista Educação Física/UEM**, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 23-32, 2014.

MARTINS, C.; MONTE, A. Natação e flexibilidade: Revisão de literatura. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.25, n.26, p. 111-117, 2011.

NETO, A.; DE OLIVEIRA, A.; DOS SANTOS, RO. Comparação da composição corporal em idosos esportistas com idosos irregularmente ativos. **Movimento e Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v.8, n.11, p. 41-54, 2007.

RABELO R., et al. Efeitos da natação na capacidade funcional de mulheres idosas. **Revista Brasileira de Cinesiologia e Movimento**. 2004.

RUOTI, R. et al. . The effectsof non swimmingwaterexerciseonoldersadults. **Journal Orthop Sports Physical**. 1994.

SOARES, N.; DOS SANTOS, Z. A visão dos alunos da terceira idade sobre a natação recreativa. **Revista digital - Buenos Aires**. 2010.

SPIRDUSO, W. Physicaldimensionofaging. **Champaign. Illinois: Human Kinetics**. 1995.

TEIXEIRA, C. et al. A hidrogenástica como meio para manutenção da qualidade de vida e saúde do idoso. **Acta Fisiátrica**, Santa Maria, v.14, n.4, p. 226-232, 2007.

TRAPPE, T. Influence of aging and long term unloading on the structure and function of human skeletal muscle. **Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism**. 2009.

INTERVENÇÕES DO ENFERMEIRO EM CARDIOPATIA CONGÊNITA NO RECÉM-NASCIDO

Edna Rufino da Silva, Isabela Foloni e Nágila Garcia Galan de Oliveira, e-mail:
isabela.foloni@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Barbosa e Bomfim (2016), o coração humano é o órgão responsável pelo bombeamento de todo o volume sanguíneo corporal. Sua localização no que diz respeito à anatomia encontra-se sobre o diafragma, próximo à linha mediana da cavidade torácica, no mediastino. Seu ápice é formado pela extremidade do ventrículo esquerdo (VE), está direcionado para frente, para baixo e para a esquerda. Em relação a sua base, formada pelos átrios, principalmente pelo átrio esquerdo (AE). Em cada ciclo cardíaco os átrios e ventrículos se contraem e relaxam alternadamente, forçando o sangue das áreas de maior pressão para as áreas de menor pressão. Cada ventrículo, no entanto, ejeta o mesmo volume de sangue por batimento e o mesmo padrão existe para ambas as câmaras de bombeamento.

Ao abordar sobre a fisiologia do sistema circulatório, Canepa et al. (2013) enfatizam que ao AD, através das veias cavas inferior e superior chega o sangue venoso do corpo (com baixa pressão de oxigênio e alta pressão de dióxido de carbono). Ele passa ao VD através do óstio atrioventricular direito e deste vai ao tronco pulmonar e, através das artérias pulmonares direita e esquerda, dirige-se aos pulmões, onde ocorrerá a troca gasosa, com CO₂ sendo liberado dos capilares pulmonares para o meio ambiente e com O₂ sendo absorvido do meio ambiente para os capilares pulmonares. Estes capilares confluem e, progressivamente, formando as veias pulmonares que levam sangue rico em O₂ para o átrio esquerdo. Deste, o sangue passa ao ventrículo esquerdo através do óstio atrioventricular esquerdo e vai para a artéria aorta, que inicia sua distribuição pelo corpo.

Diante o pressuposto a literatura faz entender que as cardiopatias congênitas (CC) são patologias caracterizadas por anormalidades tanto estruturais como funcionais do sistema cardiovascular. Elas podem ou não estar relacionada com fatores ambientais. Elas são identificadas como acianóticas e cianóticas. No caso das cianóticas sua principal característica diz respeito à coloração azulada da pele em virtude da

oxigenação insuficiente do sangue ou, então, das alterações do fluxo sanguíneo (CAPPELLESSO; AGUIAR, 2017).

Segundo Belo et al. (2016), entre as cardiopatias acianóticas mais frequentes estão a comunicação interatrial (CIA), comunicação interventricular (CIV), defeito no septo atrioventricular total (DSAVT) ou parcial (DSAVP), que muitas vezes, pode estar associado à síndrome de Down, estenose aórtica (EA), persistência do canal arterial (PCA) e a coarctação da aorta (COA). As cardiopatias congênitas cianóticas são relacionadas ao maior potencial de gravidade, esse tipo ocasiona redução da concentração de hemoglobina no sangue arterial. A mais comum é a tetralogia de *Fallot* (T4F), correspondendo a 10% de todas as cardiopatias.

Segundo Bastos et al. (2013), a extensão da sobrevida após o nascimento depende do tipo de cardiopatia. Os óbitos mais precoces correspondem às alterações anatômicas mais severas. As crianças que sobrevivem ao primeiro ano de vida estão expostas à progressão da sua cardiopatia e aos seus riscos inerentes, como: déficit de desenvolvimento físico, hipertensão arterial pulmonar, fibrose e disfunção miocárdica, acidentes vasculares cerebrais, trombozes vasculares e acidentes hemorrágicos; todos capazes de deteriorar substancialmente a qualidade de vida.

A enfermagem pode ajudar pais e familiares na prevenção da enfermidade, o alívio ao sofrimento, assim como a proteção, promoção e o restabelecimento da saúde. No caso de crianças cardiopatas, a enfermagem promove, juntamente com os familiares, as condições de saúde mais satisfatórias, além do melhor ambiente possível para seu crescimento e desenvolvimento (MOURA et al., 2018).

O objetivo do trabalho é apontar as intervenções do enfermeiro frente ao paciente recém-nascido (RN) portador de CC. Em relação ao objetivo específico a proposta do trabalho é obter conhecimentos gerais sobre a CC bem como a fisiopatologia do músculo cardíaco; diagnosticar os sinais e sintomas da CC, obter o perfil epidemiológico e quais métodos de intervenção do enfermeiro.

2 MÉTODO

Metodologicamente realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados *Lilacs*, *SciELO* e *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*, e após pelo buscado *Google* foram encontradas monografias, dissertações e teses, material este relacionado com o tema.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Para que se entenda a cardiopatia é necessário que haja pleno conhecimento da fisiologia do sistema cardiovascular. A literatura se mostra coerente quando mostra, de forma sincronizada, todo o mecanismo desse sistema. Albuquerque Neto (2014) lembra que o coração é um órgão muscular especializado que pode ser visto funcionalmente como duas bombas separadas: a do lado direito responsável pela circulação pulmonar e a do esquerdo pela circulação sistêmica (também chamada de grande circulação ou circulação periférica). A circulação pulmonar consiste no sangue pobre em oxigênio fluindo para os pulmões, através do tronco pulmonar, para a troca de gases (oxigênio e dióxido de carbono) entre o sangue nos capilares pulmonares e o alvéolo pulmonar. O sangue enriquecido é então transportado pelas veias pulmonares para o lado esquerdo do coração que o bombeia através da aorta para dentro das artérias que, por sua vez, se ramificam em arteríolas e depois em capilares onde o oxigênio se difunde do sangue nas células ao redor, vascularizando os órgãos. O conjunto formado por todos os vasos sanguíneos dentro e fora dos órgãos, com exceção do pulmão, compõe a circulação sistêmica.

Especificamente sobre a CC Belo et al. (2016) e Moura et al. (2018) mostraram, enfaticamente, que essa patologia se resume a uma anormalidade do coração do neonato cuja incidência responde por 3% a 5% das mortes no período neonatal.

Acrescentando algo mais ao exposto acima Rosa et al. (2013) enfatizam que os casos graves de CC ocorrem em 1 a cada 33 nascidos vivos. Estes autores lembram ainda que são malformações de maior impacto na morbimortalidade das crianças e nos custos com serviços de saúde.

Sobre as causas, sinais e sintomas e a incidência da CC tratam do assunto os autores, Bastos et al. (2013) e Pereira Pinto et al. (2018) que são unânimes em afirmar que ela pode estar associada a anormalidades cromossômicas e gênicas/mendelianas, além de exposições a agentes teratogênicos. Contudo, apenas cerca de 15% a 20% dos casos de cardiopatia congênita são atribuídos a causas conhecidas. Sobre a incidência o que eles demonstram é que ela tem variações diferentes a depender do tipo em que ela se enquadra. Lembram ainda que a má formação do coração pode levar a deficiência do provimento de oxigênio e nutrientes para o desenvolvimento fetal. Quando os autores abordam os sintomas e sinais de CC no RN os autores são categóricos em afirmar que há a manifestação de taquipneia e aumento do esforço respiratório, taquicardia,

hepatomegalia, sudorese, dificuldade de sucção, sinais de choque ou colapso cardiovascular com a ocorrência de tempo de enchimento capilar aumentado, amplitude de pulsos diminuída e edema generalizado.

Trolesi et al. (2017) em seu estudo demonstram que as CC são defeitos que ocorrem na vida intrauterina e que a criança pode nascer com comunicação interatrial ou intraventricular, com falta de uma ou mais válvulas, ou com um lado do coração hipodesenvolvido. Em alguns casos há a ocorrência de exteriorização do coração ao nascimento.

Os sintomas produzidos podem surgir logo após o nascimento, nas primeiras semanas de vida, ou até mesmo depois de alguns meses ou anos. Porém, para o reconhecimento de uma CC são levantados quatro achados principais: sopro cardíaco, cianose, taquipneia, e arritmia cardíaca (MOTTA; SILVA, 2014).

O enfermeiro e sua atenção à CC foi assunto comentado neste estudo por Silva et al. (2014), Urakawa et al. (2012) e Farias et al. (2019). Nos estudos desses autores o que se depreendeu é que na visão deles a área de enfermagem em cardiologia pediátrica é diferenciada e específica, pois a criança com cardiopatia apresenta necessidades de cuidados variados, de menor ou maior complexidade. Assim, a assistência de enfermagem muito pode contribuir para viabilizar a realização de diagnóstico e intervenção precoces o que leva à necessidade de explorar e adquirir novos conhecimentos, que possam contribuir para a diminuição dos agravos e da mortalidade neonatal.

Urakawa et al. (2012) afirmam ainda que a assistência de enfermagem muito pode contribuir para viabilizar a realização de diagnóstico e intervenção precoces o que leva à necessidade de explorar e adquirir novos conhecimentos, que possam contribuir para a diminuição dos agravos e da mortalidade neonatal. Conhecer o perfil e os diagnósticos de enfermagem do neonato com CC pode favorecer um melhor planejamento da assistência de enfermagem. A elaboração do plano assistencial pelo enfermeiro quando se conhece o perfil da população com a qual se trabalha, prove uma assistência adequada pela equipe de enfermagem.

Silva et al. (2015) asseguram que na presença do diagnóstico médico de CC, os cuidados de enfermagem prestados devem ser estabelecidos e executados precocemente, para manter a criança estável ou compensada hemodinamicamente. Para tal, os enfermeiros utilizam o Processo de Enfermagem, que é a dinâmica das

ações sistematizadas e inter-relacionadas, sendo organizadas em cinco etapas: Histórico de Enfermagem, Diagnósticos de Enfermagem (DE), Planejamento de Enfermagem, Implementação, Avaliação de Enfermagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que para assistir ao neonato com CC o enfermeiro deve possuir conhecimentos diferenciados e específicos, pois a condição desses recém-nascido vivo (RNV) requer cuidados muitos particulares evitando-se, assim, todas as complicações típicas da má-formação em curso. Entende-se que para que a assistência de enfermagem seja efetiva o enfermeiro deve estar em constante busca de conhecimentos atualizados.

O enfermeiro precisa ter efetiva participação no diagnóstico da CC para que, mediante essa capacidade ele tenha condição de se posicionar por meio de medidas assistenciais quanto ao processo de evolução do tratamento e o prognóstico da patologia. Isso deve pelo de que o estudo elucida que alguns casos de CC têm complicações rápidas com deterioração do estado clínico, o que leva a uma taxa de alta mortalidade entre RNV.

A soma de todas as medidas tomadas pelo enfermeiro visa que a assistência prestada ao RNV com CC tenha intervenções que minimizem as complicações que podem levar a mortalidade. Para que isso se concretize é imprescindível que o enfermeiro tenha capacidade de, por meio do diagnóstico de enfermagem, planejar o melhor meio de assistência possível. É evidente que a elaboração do plano assistencial pelo enfermeiro contribui significativamente para o êxito da assistência adequada pela equipe de enfermagem.

A conclusão geral a que chegou é que o enfermeiro em sua assistência ao RNV com CC o leve a utilização do Processo de Enfermagem de forma dinâmica, contemporânea e, acima de tudo, com toda a capacidade técnica que o quadro exige, já que esse processo traz consigo ações sistematizadas e inter-relacionadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE NETO, S. C. **Simulação do sistema cardiovascular e controle da frequência cardíaca por um circuito elétrico equivalente**. 2014. 67f. Projeto de Graduação (Título de Engenheiro) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2014.

BARBOSA, A.; BOMFIM, F. R. **Implicações sistêmicas da sepse na fisiologia cardíaca aplicado a enfermeiros**. 2016. Disponível em: <http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/076_implicacoes_sistemicas_fisiologia.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2020.

BASTOS, L. F. et al. Perfil clínico e epidemiológico de crianças com cardiopatias congênitas submetidas à cirurgia cardíaca. **Rev. Enferm. UFPE online.**, Recife, v. 7, n. 8, p. 5298-304, ago. 2013.

BELO, W. A. et al. Perfil clínico-hospitalar de crianças com cardiopatia congênita. **Cad. Saúde Colet.** Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 216-220, 2016.

CANEPPA, A. R. G. et al. **Utilização de modelos didáticos no aprendizado de anatomia e fisiologia cardiovascular**. 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/23086818-Utilizacao-de-modelos-didaticos-no-aprendizado-de-anatomia-e-fisiologia-cardiovascular.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CAPPELLESSO, V. R., AGUIAR, A. P. Cardiopatias congênitas em crianças e adolescentes: caracterização clínico-epidemiológica em um hospital infantil de Manaus-AM. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 144-153, 2017.

FARIAS, P. et al. **O papel da enfermagem no diagnóstico de cardiopatias congênitas**. 2019. Disponível em: <<http://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/24152/1/Artigo%2003%20-%20O%20papel%20da%20enfermagem.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MOTA, G. O.; SILVA, J. K. **Sistema de triagem para a suspeita de cardiopatias congênitas: uma proposta para a Unidade de Saúde Zé Pequeno localizada no município de Xinguara Pará**. 2014. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Sistemas de Informação) – Universidade Federal do Pará. Xinguara/PA, 2014.

MOURA, V. D. et al. Assistência de enfermagem a crianças com cardiopatias congênitas: uma revisão de literatura. **Rev. Trab. Acad.** Universo São Gonçalo, v. 3, n. 5, p. 164-265, 2018.

PEREIRA PINTO, C. et al. Fatores de riscos materno associados à cardiopatia congênita. **J Health Sci Inst.**, v. 36, n. 1, p. 34-08, 2018.

ROSA, R. C. M. et al. Cardiopatias congênitas e malformações extracardíacas. **Rev. Paul. Pediatr.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 243-51, 2013.

SILVA, V. G. et al. Diagnósticos de enfermagem em crianças com cardiopatias congênitas: mapeamento cruzado. **Acta Paul Enferm.** São Paulo, v. 28, n. 6, p. 524-30, 2015.

SILVA, V. G. et al. Diagnósticos, intervenções e resultados de enfermagem para criança com cardiopatia congênita: revisão integrativa. **Rev. Pesq. Cuid. Fund. Online**, Rio de Janeiro, v. 6, n 3, p. 1276-1287, jul. 2014.

TROLESI, J. E. L. et al. Cardiopatia congênita e malformações e a intervenção da enfermagem. **Rev. Conexão Eletr.** Três Lagoas, v. 14, n. 1, p. 272-279, 2017.

URAKAWA, I. T. et al. Identificação do perfil e diagnósticos de enfermagem do neonato com cardiopatia congênita. **Rev. Pesq. Cuid. Fund. Online**, Rio de Janeiro Rio v. 4, n. 4, p. 3.118-3.124, 2012.

LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO POR REGIÕES E ESTADOS DO BRASIL DE MORTES POR INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA NO PERÍODO DE 2010-2018

Wesley Fernandes Aleixo, Thiago de Souza Candido, e-mail:
wesley36@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A intoxicação está associada aos efeitos adversos produzidos por variados tipos de agentes tóxicos, como por exemplo, exposição a substâncias químicas, fármacos ou compostos químicos estranhos ao organismo humano. Para que ocorra uma intoxicação medicamentosa, uma série de fatores influenciam esta condição, pois, o fármaco administrado pode ser prejudicial ou até mesmo letal dependendo de sua concentração e tempo de exposição a este agente (THEES, 2018).

A vasta utilização de medicamentos favorece o surgimento de problemas relacionados a estes produtos (BERTASSO-BORGES et al., 2010). O aumento dos óbitos relacionados com a intoxicação medicamentosa tem sido considerado um agravo no âmbito da saúde pública. Estas mortes se devem ao fato do mau uso intencional (suicídio ou homicídio) ou ainda acidental (abuso e/ou associações; uso não médico/recreativo ou de medicamentos prescritos). Pesquisas relacionadas a interações provenientes de intoxicações exógenas, buscam o aperfeiçoamento do uso de fármacos, com objetivo de obter conhecimento de todas as possíveis incompatibilidades terapêuticas no organismo humano, pois cada indivíduo responde de maneira particular a ação de diferentes drogas (ROCHA, 2014).

Apesar dos medicamentos serem utilizados de maneira profilática, curativa, paliativa ou diagnóstica, podem ocasionar respostas nocivas ao indivíduo em casos de overdose (BRASIL, 1998). O Padrão de consumo dos medicamentos pode apresentar o panorama da mortalidade por intoxicação medicamentosa e também pode estar atrelado a fenômenos sociais, tais como, desigualdades, pobreza e desemprego (MOTA et al., 2012). É sabido também, que os dados que são computados em grandes plataformas como o SINITOX e artigos já publicados, centros de pesquisas, não estão devidamente atualizados e integrados com os dados que são realmente vitais, já que existe uma grande demanda e os números de óbitos são superiores ao que tem sido

registrado atualmente no Brasil através desses bancos de dados, comprometendo a qualidade com que essas informações são repassadas a população (MOTA et al, 2009).

Diversos motivos são os que levam aos números de óbitos por intoxicação serem elevados, e por isso, chama-se a atenção a necessidade de melhorias na Saúde Pública, por meio de órgãos federais, governamentais, estaduais, entre outras autoridades, até mesmo os meios de publicidade para que o acesso aos medicamentos sejam controlados de maneira que o consumo deliberado dessas drogas deixe de refletir sobre o número de óbitos existente (MOTA et al, 2009). Uma série de problemáticas são enfrentadas em relação aos casos destacados por este trabalho, entre eles podemos citar a automedicação, o uso indiscriminado de antibióticos e psicotrópicos, polifarmácia e a escassez na ênfase da importância e necessidade da atenção farmacêutica (SILVA,2020).

Segundo pesquisa de Mota (2009), aproximadamente 99% dos óbitos por intoxicação com medicamentos estão listados no capítulo XX da CID-10 causas externas de morbidade e mortalidade, sendo que nenhum registro foi classificado no capítulo XIX que aborda sobre lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas. As outras causas básicas de óbitos envolveram os capítulos V transtornos mentais e comportamentais (1,0%) e XVI algumas afecções originadas no período perinatal (0,2%). Entre as causas de óbitos cujas classes de medicamentos foram identificadas, a maior proporção de mortes registrada foi por autointoxicação intencional por anticonvulsivantes, sedativos, antiparkinsonianos e psicotrópicos (15,2%), considerando o valor total de óbitos por intoxicação com medicamentos.

Segundo dados apresentados em pesquisa de Silva (2020), a intoxicação medicamentosa acomete principalmente o sexo feminino, que, por buscar com mais frequência a assistência médica utilizam da polifarmácia, um dos agravantes para a elevação no número de casos. Quanto a idade mais prevalente, se encontram a faixa de 1-4 anos, seguido da faixa 20-29 anos, faixas etárias na qual há o uso mais frequente de descongestionantes nasais, analgésicos, broncodilatadores e principalmente o uso de contraceptivos na adolescência (MOTA,2012).

Contudo, esta pesquisa busca demonstrar quantitativamente dados atualizados de mortes por intoxicação medicamentosa no Brasil entre os anos de 2010 e 2018. A partir dos resultados obtidos, será possível enfatizar a necessidade que há na atenção farmacêutica e como ela ajudaria na redução desses casos.

2 MÉTODO

Foi realizado um estudo descritivo com dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM –DATASUS), através da observação numérica dos registros de *causa mortis*, classificada como “Envenenamento, intoxicação ou exposição à substância nociva”, evidenciando o grupo X40-49 da Classificação Internacional de Doenças em sua décima versão (CID-10). Após a obtenção do número absoluto de mortes por intoxicação medicamentosa, serão aplicados os cálculos estatísticos recomendados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo com o *software* Excel, para se obter o número de mortes a cada 100 mil habitantes, utilizando também dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil nos últimos 8 anos disponíveis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados analisados foi possível obter a taxa de morte por intoxicação medicamentosa a cada 100 mil habitantes por Região e por Estados do Brasil nos anos de 2010 a 2018. Observando a taxa de morte nacional nos 8 anos subsequentemente foi possível observar um aumento da mortalidade por esta causa. Por exemplo, em 2010, o primeiro ano analisado, esta taxa se apresentou em 0,21, a medida que os anos passaram a taxa de morte nacional aumentou, culminando em 2018 com a taxa de 0,44, mais que o dobro apresentado no ano inicial. Este fato pode ser atribuído a princípio por dois cenários: melhorias no sistema de notificação de mortes ao longo dos anos e aumento de patologias psíquicas relacionadas com a depressão e patologias correlatas.

A média nacional dos 8 anos analisados foi de 0,43, esta média foi utilizada como padrão comparativo para as análises a seguir. No ano de 2010, apenas a Região Centro-Oeste (0,51) apresentou taxas acima da média nacional. Em relação aos estados, alguns, de diferentes regiões apresentaram índices elevados. São eles: Roraima (3,7), Amapá (1,7), Distrito Federal (1,25), Mato Grosso do Sul (0,72) e Espírito Santo (0,63). Os demais estados apresentaram valores abaixo da média nacional. Dentro deste quadro foi possível inferir que os estados de Roraima, Amapá e o Distrito Federal merecem destaque pois apresentaram taxas acima de 1,0, consideradas acima do dobro da média nacional dos oito anos analisados.

No ano de 2011 os índices se mantiveram com certa semelhança ao ano anterior. Dentre as regiões, novamente, apenas o Centro-Oeste (0,54) se demonstrou um índice acima da média nacional, dentro da mesma faixa do ano anterior. Quanto aos estados, Roraima (2,3), Distrito Federal (1,3), Mato Grosso do Sul (0,67) e Acre (0,5) se apresentaram acima. Comparativamente ao ano anterior todos os estados que se mantiveram na faixa superior apresentaram uma queda considerável, apenas o estado do Acre se apresentou como exceção, pois no ano anterior não apresentou sua taxa acima da média nacional.

Dando sequência à análise temporal dos dados, podemos observar no ano de 2012 uma alteração pronunciada quanto aos índices das Regiões. Neste quadro apenas a Região Norte (0,57) se apresenta acima da média nacional, por consequência alguns estados presentes nesta Região apresentam índices alterados também. Neste ano os estados que figuraram com taxas acima da média nacional foram: Amazonas (1,9), Roraima (0,83), Distrito Federal (0,62), São Paulo (0,55) e Mato Grosso do Sul (0,54). Neste quadro podemos destacar de forma especial o aumento acentuado do estado do Amazonas e a presença do estado de São Paulo com índices acima da média nacional.

Em 2013 o quadro de secção por regiões se alterou, três regiões apresentaram índices acima da média nacional e são elas: Região Norte (0,94), Região Sudeste (0,48) e Região Centro-Oeste (0,44). Dentro do panorama estadual foi possível observar um aumento acentuado do Estado do Amazonas (3,6) e os estados que apresentaram aumento frente à média nacional foram: Roraima (1,0), Mato Grosso do Sul (0,77), Distrito Federal (0,68), Espírito Santo (0,66), São Paulo (0,64) e Paraná (0,46).

O quadro regional de 2014 se mantém semelhante ao ano anterior, mantendo os mesmos estados com taxas acima da média nacional. Os dados por região se apresentaram da seguinte forma: Região Norte (0,94), Sudeste (0,66) e Centro-Oeste (0,55). Em âmbito estadual o estado do Amazonas (3,7) continua figurando com altas taxas e Roraima (0,79) continua apresentando declínio ano a ano. Os demais estados que demonstraram taxas acima da média nacional foram: Mato Grosso do Sul (0,43), Paraná (0,49), Piauí (0,58), Goiás (0,59), Espírito Santo (0,63), São Paulo (0,79), Rio de Distrito Federal (0,89) e Janeiro (0,93). Neste ponto podemos dar destaque ao estado de São Paulo, que apresenta franca acessão ao longo dos anos apresentados e ao estado do Rio de Janeiro, figurando pela primeira vez acima da média nacional e com uma taxa pronunciada.

No ano de 2015 as mesmas regiões se mantiveram acima da média nacional, são elas: Região Norte (0,99), Sudeste (0,77) e Centro-Oeste (0,44). Já nos estados, Amazonas (3,8) se mantém com elevadas taxas e pela primeira vez ao longo da análise temporal o Estado de Roraima (0,19) apresenta um índice abaixo da média nacional. Os estados do Espírito Santo (1,2) e Rio de Janeiro (1,3) apresentaram-se com taxas acima de 1, número estes acentuados em vista dos anos anteriores, corroborando com a ascensão temporal dos casos. Os demais casos que apresentaram taxas acima da média nacional foram: São Paulo (0,81), Mato Grosso do Sul (0,79) e Distrito Federal (0,79).

Já em 2016 o quadro regional se altera. A Região Norte (1,2) apresentou taxas regionais elevadas pela primeira vez, acima de 1,0. A Região Sudeste (0,55) continua se apresentando com taxa acima da média nacional. Neste ano, no âmbito estadual, a taxa do Estado do Amazonas (5,3) nos salta aos olhos, pois apresentou um aumento de aproximadamente 28% em um ano. Os estados do Espírito Santo (0,77), Rio de Janeiro (1,2), Mato Grosso do Sul (0,63) e Distrito Federal (0,76) se mantiveram com taxas superiores à média nacional.

No penúltimo ano analisado (2017), o quadro regional se manteve como a maioria dos anos, a Região Norte (0,82) retornou para o patamar abaixo de 1,0 e as regiões Sudeste (0,52) e Centro-Oeste (0,49) apresentaram índices levemente aumentados em relação à média nacional. No quadro estadual o Estado do Amazonas (3,3) ainda se manteve com altas taxas, mas não deu sequência à tendência do aumento acentuado ao longo dos anos. Os demais estados que se apresentaram acima da média nacional foram: Rio de Janeiro (1,6), Distrito Federal (1,0), Mato Grosso do Sul (0,69), Espírito Santo (0,66), Piauí (0,49), Paraná (0,47) e Santa Catarina (0,44). Neste ponto é possível se atentar que o Estado do Rio de Janeiro apresenta um quadro ascensão das taxas nos últimos três anos.

E por fim o último ano analisado foi 2018. No âmbito regional o quadro se manteve próximo aos anos anteriores, sem alterações pronunciadas. As regiões que apresentam taxa acima da média nacional foram: Região Norte (0,73), Sudeste (0,60) e Centro-Oeste (0,50). Dentro do quadro estadual pouco se alterou em relação ao ano anterior, mantendo uma elevada taxa para o estado Amazonas (2,7), os estados do Espírito Santo (1,1) e Rio de Janeiro (1,6) mantiveram a tendência acima de 1,0 e os estados Paraná

(0,55), Goiás (0,49) e Distrito Federal (1,0), apresentaram também taxas acima da média nacional.

Foi possível notar que a Região que mais se destacou em quase todos os anos foi a Região Norte do país, que se manteve em elevados números a serem considerados. Em 2012, a Região Norte apresentou 0,57 de mortes a cada 100 mil habitantes, e aumentou sua porcentagem até o ano de 2018, último ano disponibilizado pelo SINITOX (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas), apresentando 0,73. O ano que mais se destacou nessa região, foi o ano de 2015, que obteve o valor máximo em todos os anos, de 0,99. Os anos iniciais, 2010 e 2011, foram destacados pela Região Centro-Oeste, que obteve um valor máximo de 0,55, diminuindo seus valores nos anos posteriores. Nesta região os estados que merecem destaque são Roraima, com altos índices entre 2010 e 2014 e Amazonas entre 2012 e 2018. Em contrapartida, a região que teve menores índices de Mortes por intoxicação medicamentosa em todos os anos analisados, foi a Região Nordeste, com um total de 0,13 em 2015.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, foi possível concluir que o uso indiscriminado de medicamentos torna se um grande problema de saúde pública, que como descrito nos dados acima, representam grandes números de intoxicações humanas registradas nos Estados e Regiões do Brasil. Os medicamentos são de grande letalidade quando não são administrados de forma a garantir seus potenciais efeitos, visto que o que difere de salvar a vida de um paciente ou matá-lo, é a dose. Diante deste cenário, faz-se necessário o acompanhamento farmacêutico afim de garantir a qualidade no tratamento medicamentoso do indivíduo.

Dentro dos dados apresentados podemos concluir que a Região Norte apresentou maiores taxas de mortes por intoxicação medicamentosa, destacando os estados de Roraima entre os anos de 2010 e 2014 e o Estado Amazonas entre os anos de 2012-2018. É imprescindível que as autoridades responsáveis tomem medidas educacionais afim de diminuir tais percentuais, que, a cada ano, tem aumentado cada vez mais. Deve-se, ainda, buscar garantir o uso correto e racional de medicamentos e, desta forma, contribuir para a redução dos casos de intoxicação medicamentosa no Brasil, em especial na Região Norte e nos estados supracitados.

REFERÊNCIAS

Bertasso-Borges MS, Rigoletto JG, Furini AAC, Gonçalves RR. **Eventos toxicológicos relacionados a medicamentos registrados no CEATOX de São José do Rio Preto, no ano de 2008.** *Arq. Ciênc Saúde* 2010; 17(1):35-41.

Bertasso-Borges, M.S. et al. **Eventos toxicológicos relacionados a medicamentos registrados no CEATOX de São José do Rio Preto, no ano de 2008.** *Arq. Cienc. Saúde*, v.17, n.1, p.35-41, 2010.

Brasil, Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos.** Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. 1998; Seção 1:18.

Mota Daniel Marques, et al, **Perfil da mortalidade por intoxicação com medicamentos no Brasil, 1996-2005: Retrato de uma década.** Brasília DF, 2009.

Mota DM, Melo JRR, Freitas DRC, Machado M. Perfil de mortalidade por intoxicação com medicamentos no Brasil, 1996-2005: retrato de uma década. **Cien. Saude Colet.** 2012; 17(1):61-70.

Rocha Gabriella Campos, **Os xenobióticos e a microbiota intestinal**, 2014, Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/ceis/mundoleveduras/2014/Xenobioticos%20e%20microbiot a.pdf>> ; Acesso em: 02/09/2020.

Silva, Júlio Cesar de Oliveira, et al, **Análise do Padrão Temporal das Características das Intoxicações Medicamentosas no Brasil nos anos de 2000 a 2016**, *Revistas Artigos.Com*, vol.15;2020.

Sistema Nacional de Informações Tóxicos-Farmacológicas, Centro de Informação Científica e Tecnológica, Fundação Oswaldo Cruz. **Estatística anual de casos de intoxicação e envenenamento.** Brasil, 2005.

Thees, Vanessa. **Intoxicação medicamentosa: definição e diagnóstico**, 2018, Disponível em: <<https://pebmed.com.br/intoxicacao-medicamentosa-definicao-e-diagnostico/>> ; Acesso em: 02/09/2020.

METODOLOGIAS DE ENSINO DO KARATÊ-DO SHOTOKAN PARA CRIANÇAS

Victor Henrik Lemos de Proença, Mariana Heloisa Manzato, Paula Grippa Sant' Ana, e-mail: victorhenrik111@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A palavra luta, tem uma característica polissêmica, sendo entendida de diversas formas e com inúmeras representações. Exemplificando isso tem-se as noções de lutas de classe, dos trabalhadores, pelos direitos da mulher, pela vida, entre outras. Em um sentido mais amplo, é possível dizer que o termo luta se enquadra também no contexto de embates físicos/corporais, encontrados muitas vezes nas artes marciais, que se origina da mitologia antiga, onde o conceito de “Arte Marcial” retrata que, arte significa (uma demanda expressiva, inventiva, imaginária, lúdica e criativa) e marcial refere-se a um conjunto de práticas corporais, derivadas de técnicas de batalha, onde o significado marcial da palavra está ligado (a Marte, deus romano da guerra ou Ares para os gregos) (CORREIA; FRANCHINI, 2010).

Os combates (lutas), ou artes marciais sempre estiveram relacionadas a governos, para a defesa de um grupo social, de seu território e cultura. Já em outros contextos, teve como seu propósito a invasão de uma determinada região, afim de subjugar a população que vivia no local, dessa forma estando diretamente ligada a aspectos militares (ANTUNES et al., 2013). A partir dos séculos XIX e XX, observa-se que esse ideal marcial e bélico foi alterado drasticamente, com a introdução de armas de fogo, que passaram a decidir os resultados das práticas de guerra (DEL VECCHIO; FRANCHINI, 2006; ANTUNES et al., 2013). Isso fez com que ocorresse uma busca, pela resignificação e manutenção da cultura das artes de combate, que contribuiu para o surgimento de perspectivas diferentes além da militar (ANTUNES et al., 2013).

Neste contexto de busca por novas concepções e caracterizações das formas combativas, surge o Karatê-Do Shotokan. Devido a personificação do Mestre Gichin Funakoshi (1868 – 1957), considerado o pai do Karatê moderno (MARTINS; KANASHIRO, 2010). A metodologia tradicional de ensino dessa arte combativa, tem como base três pilares, ou os três K (*Kihon, Kata e Kumite*) e tem como fundamento a filosofia e conceito de *Budô*, entendido como “caminho marcial - ética marcial” (BATISTA, 2013). Nesse sentido, o ensino dessa arte combativa evidência a construção de valores e pode proporcionar a criança o desenvolvimento de uma formação adequada e

educação (LAGE; JUNIOR; NAGAMINE, 2007). Além disso, com a modernidade, passa-se a ser interessante fazer uso de outras formas de ensino das artes marciais, além da tradicional, pois a utilização de métodos de ensino relacionados a pedagogia do esporte, pode contribuir para um ensino com diferentes significados (GOMES, 2008).

O aprendizado das lutas ou artes marciais, incluindo o Karatê-Do, é pautado nas intervenções tradicionais, para garantir que as tradições sejam passadas ao longo do tempo, entretanto, com a modernidade e a possibilidade de inclusões dos conhecimentos advindos da pedagogia do esporte, para o ensino nas aulas do Karatê-Do, torna-se necessário fazer uso de intervenções pedagógicas, que vão além das metodologias tradicionais, porém mantendo toda sua bagagem filosófica, histórica e prática. Observa-se que esse tipo de expressão corporal (lutas, artes marciais), possui características comuns, ou princípios condicionais que as inter-relacionam e dispõem de distâncias específicas (curta, média e longa) e gestos motores para a sua execução (GOMES, 2008). Dessa forma, o uso das mais variadas metodologias de ensino pode ser usado “como meio de formação do homem integral que respeita, constrói, participa e transforma sua realidade de modo a possibilitar um convívio harmonioso no seu contexto social” (ANTUNES, 2009, p. 11).

Com a modernidade, as lutas assumem novos propósitos, tornando-se necessário pensar e fazer uso de diferentes metodologias de ensino para provocar nas crianças atitudes críticas e, mais enfaticamente, criativas, proporcionando a experiência de vivências singulares para cada praticante/indivíduo. Respeitando assim, a subjetividade de cada ser e promovendo uma prática intencional e pedagógica das lutas (RUFINO; DARIDO, 2012). Partindo do exposto acima, observa-se a necessidade de abordar diversas perspectivas de ensino para as lutas e artes marciais, além do método tradicional. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é verificar as diferentes metodologias de ensino do Karatê-Do Shotokan para as crianças.

2 MÉTODO

Este resumo expandido foi retirado de um artigo construído como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No trabalho original foi elaborada uma pesquisa do método indutivo, realizada de forma indireta, por meio de uma revisão bibliográfica. A revisão de literatura compreendeu uma busca sistematizada, por pesquisas que já foram produzidas e publicadas nas áreas. Nesse levantamento realizado, foram utilizados 49 artigos, 6

monografias, e 1 dissertação de mestrado, totalizando 56 trabalhos, lidos na íntegra, no período de: 2000 à 2018. Que foram classificados em duas categorias: pouco importantes (18) e muito importantes (38) para o trabalho. Para se alcançar tal listagem, foi efetuada uma busca nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Google Acadêmico*, *Dialnet* e *Microsoft Academic*, por meio dos seguintes descritores: Karatê-Do Shotokan, artes marciais, metodologias de ensino das lutas e pedagogia das lutas, além da utilização de 9 livros relacionados às áreas mencionadas, no período de: 1994 à 2020. Todo o material foi analisado e comparado criticamente, alcançando o número de 29 trabalhos que realmente foram utilizados na construção deste artigo, com a finalidade de verificar as diferentes metodologias de ensino que possam ser aplicadas no treinamento do Karatê-Do Shotokan para as crianças.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As lutas e artes marciais, podem ser consideradas uma das mais elementares manifestações da cultura corporal, assim como a dança, as atividades rítmicas, as brincadeiras, entre outras (RUFINO; DARIDO, 2013). Entretanto, por mais que as lutas sejam milenares, é importante permitir os conhecimentos advindos da ciência, por meio de suas produções que agregam conhecimento e aperfeiçoamento do ensino. Essa intervenção com abordagens metodológicas contemporâneas não interferirá na essência tradicional das lutas em relação aos princípios e valores. (BREDA, et al., 2010). Sendo assim, a aprendizagem deve ser pensada de acordo com as três dimensões do ensino (conceitual, atitudinal e procedimental), relacionadas respectivamente às indagações sobre o que o aluno deve saber (histórias, regras e etc.), o que o aluno deve fazer, ou seja a realização de algumas atividades próprias das lutas e como deve ser feito, referente aos valores, normas e atitudes que serão promovidos aos alunos por meio do treinamento (RUFINO; DARIDO, 2012).

O treinamento tradicional desse sistema de combate, Karatê-Do Shotokan, se baseia em grande parte no modelo analítico que é centrado no desenvolvimento das habilidades técnicas, ou padrões de movimentos, que devem ser realizados da maneira mais perfeita possível, em função do grau de complexidade e do nível de dificuldade de sua execução, as habilidades precisam ser divididas em fundamentos (FILGUEIRAS, 2014), que no Karatê-Do Shotokan são os três K (*Kihon*, *Kata* e *Kumite*), mencionados por Batista (2013). O primeiro K é a (técnica de base ou o fundamento), tratando-se de

uma repetição sistemática de gestos técnicos que visam o aperfeiçoamento do indivíduo à prática (NEVES, 2009). O segundo K, representa movimentos de defesa, contra-ataque e deslocamentos, desenvolvidos com ordem, ritmo e coordenação precisa, simbolizando um combate real com vários adversários (LAGE; RAMOS; NAGAMINE, 2009). O pilar de número três *Kumite*, é considerado o método de treinamento em que ocorre a aplicação dos fundamentos aprendidos no *Kata*, nessa parte os oponentes encontram-se frente a frente, sendo considerado uma espécie de disputa (NAKAYAMA, 1996).

O ensino tradicional consegue estimular o surgimento de habilidades motoras, e também a construção de atitudes e valores, como: cordialidade, cortesia, dignidade, formação do caráter, persistência, humildade e etc., que serão levados para além do treinamento (FUNAKOSHI, 1994; LAGE; JUNIOR, 2007). Alguns destes valores podem ser percebidos mais claramente no decorrer das aulas desta arte marcial que possuem uma hierarquia (ordem) de alinhamento para a saudação inicial, uma etiqueta (forma de comportamento, ou disciplina dentro do Dojo – lugar onde se busca o caminho para o aprendizado, aperfeiçoamento, por meio do treinamento) e etc. (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2002; BATISTA, 2013).

Além das metodologias tradicionais, diferentes formas para o trato das lutas e artes marciais podem ser usadas, visando um ensino calcado sobre o método global que enfatize os princípios comuns ou condicionais existentes entre as lutas, por meio da aplicação de jogos e das distâncias presentes em tais modalidades (GOMES, 2008; GOMES et al., 2010). Esses princípios são: contato proposital, onde existe a necessidade que os oponentes se toquem, o que pode ocorrer de diversas formas, por meio das mãos, punhos, pernas, e etc. acontecendo de forma contínua ou intervalada. Fusão ataque-defesa, onde ocorre a ação de ataque e defesa presentes em uma luta, sua execução (atacar e defender) também pode ser simultânea. A imprevisibilidade, onde as ações são determinadas pelos movimentos do oponente. O oponente-alvo, que representa que o alvo (opponente) nas artes marciais, além de se movimentar ainda pode atacar, fundamentando a imprevisibilidade. E por fim as regras, nesse princípio o que é permitido ou não, determina as ações técnicas e táticas adotadas pelos lutadores (GOMES, 2008; GOMES et al., 2010).

Os princípios mencionados podem ser usados no Karatê-Do de várias maneiras, de acordo com a interpretação de quem irá aplica-los, por exemplo, um treinamento que

pode ser feito através é o da simulação de uma luta (conhecida como “sombra”), onde as crianças não se tocarão, mas ocorrerá a execução de ataques, defesas, contra-ataques, esquivas como em uma luta propriamente dita, e o professor poderá colocar regras, como a execução de movimentos apenas dos membros inferiores, ou movimentos apenas dos membros superiores e etc., nessa forma de aplicar os princípios inerentes as lutas, o único que não está presente é o contato proposital. Existe uma carência na literatura em relação a aplicação da metodologia dos princípios condicionais ao ensino do Karatê-Do Shotokan.

As lutas também podem ser classificadas de acordo com suas respectivas distâncias e gestos motores que as inter-relacionam, os quais são definidos por meio das regras. Essas distâncias e os seus movimentos respectivamente são: curta distância (desequilibrar, rolar, projetar, cair, controlar e excluir), média distância (tocar, golpear, mãos, braços, cotovelos, pés, pernas e joelho) e longa distância (tocar por intermédio de um implemento e/ou manipular um implemento) (GOMES, 2008; GOMES et al., 2010).

Outra metodologia de trabalho para as lutas, além dos princípios condicionais e que pode ser utilizada no Karatê-Do Shotokan são os jogos de oposição. Este método de ensino tem como característica propor o confronto entre duplas, trios ou grupos, tendo como objetivo a experiência da corporeidade e do autoconhecimento e também a tentativa de vencer o colega por meio da sobreposição física, mantendo o respeito as regras e acima de tudo a preservação da integridade física do oponente durante a atividade. Os jogos de oposição podem ser divididos em três – jogos que aproximam os combatentes, que mantém o adversário a distância e os que utilizam um instrumento mediador (JUNIOR; SANTOS, 2010). E também podem ser classificados em 6 grupos distintos (OLIVIER, 2000 *apud* CESANA et al., 2014). Estes jogos podem ser utilizados em conjunto aos princípios condicionais, de forma intencional, na qual a aplicabilidade desses métodos consiste como uma forma de facilitar o ensino de alguns aspectos do Karatê-Do Shotokan, como: o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças importante para execução das técnicas e o trabalho com a ludicidade (fator importante na infância) durante os treinamentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o ensino do Karatê-Do Shotokan é pautado em uma abordagem tradicional, que visa o desenvolvimento de princípios, valores e técnicas para

manter as tradições desta arte marcial. Entretanto, com advento da modernidade, as lutas passaram a ser utilizadas para outros fins além da guerra, atualmente para as práticas esportivas e com isto, tornou-se necessário utilizar os recursos oriundos da pedagogia do esporte, além do ensino baseado na metodologia tradicional (*Kihon, Kata e Kumite*) para as crianças. Dessa forma, o ensino global, feito por meio dos princípios condicionais e dos jogos de oposição unido a prática do Karatê-Do-Shotokan para as crianças, pode permitir a evolução de execuções técnicas, o desenvolvimento de aspectos motores, cognitivos e sócio afetivos, e etc.

Para que esses processos ocorram de fato, é necessário que a aprendizagem do Karatê-Do Shotokan, e de outras artes marciais, sejam pautadas e pensadas de acordo com as três dimensões do ensino (conceitual, atitudinal e procedimental); (RUFINO; DARIDO, 2012). Sendo assim, é preciso enfatizar que os métodos de ensino-aprendizagem apresentados no decorrer desse estudo, devem servir como forma de amparar, auxiliar a forma tradicional de ensino e não como uma maneira de substituí-la, respeitando dessa forma, toda a história e tradição que as artes marciais possuem. Outro ponto relevante, é que existe uma carência de estudos que utilizam de metodologias globais específicas para o ensino do Karatê-Do Shotokan para crianças.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. M. A relação entre as artes marciais e lutas das academias e as disciplinas de lutas dos cursos de graduação em Educação Física, **Revista Digital (efdeportes)**, Buenos Aires, n. 139, 2009.

ANTUNES, M. M.; IWANAGA, C. C. **Aspectos Multidisciplinares das Artes Marciais**, p.7-163, 2013.

BATISTA, R. A. **Manual Karatê-Dô Shotokan**, Bauru: produção independente, v. 1, p. 8-108, 2013.

BREDA, M.; GALATTI, L.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. **Pedagogia do esporte aplicada as lutas**. São Paulo, Ed. Phorte, 2010.

CESANA, J.; DRIGO, A. J.; NETO, S. S.; OLIVEIRA, P. R. **As lutas na educação física escolar: possibilidades de trabalho com jogos**. In: SOEIRO, M. I. P.; SILVA, M. I. (Org.) **Educação física escolar: pesquisas e reflexões**, Mossoró, RN, *Edições UERN*, 2014.

CORREIA, W. R.; FRANCHINI, E. Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. **Motriz. Revista de Educação Física**, Rio Claro, SP, v. 16, n. 1,

p. 01-09, jan/mar. 2010.

DEL VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. **Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo da educação.** In: NETO, S. S.; HUNGER, D. (Org.) **Formação profissional em Educação Física.** Rio Claro, SP, Biblioética Editora, 2006.

ESPARTERO, J. **Aproximación histórico-conceptual a los deportes de lucha.** In: VILLAMÓN, M. **Introducción al Judo.** Barcelona: Editorial hispano Europea S.A., 1999.

FILGUEIRAS, L. F. A. S. Comparação entre a metodologia de abordagem sistêmica e a metodologia tecnicista: razões para promover o processo de ensino aprendizagem dos JECs através de jogos. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol, Edição Especial: Pedagogia do Esporte,** São Paulo, v. 6. n. 22. p. 317-321. Jan/Dez. 2014.

FUNAKOSHI, G. **Karatê-Dô: O meu Modo de Vida.** São Paulo, Ed. Cultrix. (Original publicado em 1975), 1994.

GOMES, M. S. P. **Procedimentos pedagógicos para o ensino da lutas.** Dissertação de mestrado, FEF- UNICAMP, Campinas, 2008.

GOMES, M. S. P.; MORATO, P. M.; DUARTE, E.; ALMEIDA, J. J. G. Ensino das lutas: dos princípios condicionais aos grupos situacionais. **Revista Movimento,** Porto Alegre, v.16, n. 02, p. 207-227, abril/junho de 2010.

GUIMARÃES, M. A. T.; GUIMARÃES, F. A. T. **O caminho das mãos vazias Karatê-Dô.** Belo Horizonte, MG, p. 11-194, 2002.

JUNIOR, T. P. S.; SANTOS, S. L. C. Jogos de Oposição: nova metodologia de ensino dos esportes de combate. **Revista Digital (efdeportes),** Buenos Aires, n. 141, fev. 2010.

LAGE, V.; JUNIOR, L. G. Karatê-Do como própria vida. **Motriz. Revista de Educação Física,** Rio Claro, v. 13 n.1 p. 33-42, jan./mar. 2007.

LAGE, V.; JUNIOR, L. G.; NAGAMINE, K. K. **O Karatê-Do Enquanto Conteúdo Da Educação Física Escolar,** Anais... São Carlos: SPQMH/UFSCar, p. 116-133, 2007.

LAGE, V.; RAMOS, G. N. S.; NAGAMINE, K. K. **O Karatê-Do e os Estilos De Ensino De Mosston e Ashwort.** 2009.

MARTINS, C. J.; KANASHIRO, C. Bujutsu, Budô, esporte de luta. **Motriz. Revista de Educação Física,** Rio Claro, SP, v. 16. n. 3, p. 638-648, jul/set. 2010.

NAKAYAMA, M. **O melhor do Karatê.** São Paulo, Cultrix, p. 9-137, 1996, v. 1.

NEVES, J. **Contributos para o ensino e aprendizagem do karatê.** 2009.

OLIVIER, J. C. **Das brigas aos Jogos Escolares: enfrentando a indisciplina nas escolas.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 283-300, abr./jun. 2012.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. Possíveis diálogos entre a educação física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 145-170, jan./mar. 2013.

MULHERES MORTAS POR AGRESSÃO EM 2018: UM LEVANTAMENTO INTERSECCIONAL DE GÊNERO E RAÇA POR REGIÕES E ESTADOS DO BRASIL

Bruna Muntú da Silva, Thiago de Souza Candido, e-mail:
brunamuntu@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência que culmina em um homicídio são dados como um fenômeno difuso e bastante complexo que sua definição não apresenta exatidão científica, uma vez que esta pode ser influenciada culturalmente e contida em valores e normas sociais de acordo com a evolução da humanidade (BEYER et al., 2013).

Para a Organização Mundial de Saúde, a violência é apresentada como um dos principais problemas mundiais de saúde pública. De maneira geral, o tema violência é subentendido por duas vertentes no campo da saúde: a primeira dela é explicativa baseada em uma reflexão teórica e a outra é operacional que se baseia em observações de transtornos emocionais, biológicos, físicos e que sua ação afeta negativamente o bem-estar social e a qualidade de vida do indivíduo (BARUFALDI et al., 2017).

Um dos tipos mais graves de violência é o homicídio. Várias publicações científicas demonstram que o Brasil teve um crescimento expressivo quando o assunto é taxa de homicídios, o que mostra a importância da produção sobre o tema associado a outras áreas do conhecimento (STÖCKL et al., 2013). Dentre os tipos de homicídio, temos especificamente o feminicídio. O Brasil incluiu esta categoria em sua legislação, que é relativa ao homicídio de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, para se ter ideia da dimensão da importância deste tipo de crime, cerca de seis mulheres morrem a cada uma hora em todo o mundo vitimadas por feminicídio (ABRAHAMS, 2013).

A violência contra as mulheres é um problema cuja complexidade precisa ser bastante debatida, variáveis socioeconômicas, ambientais e genéticas podem influenciar na ação feminicida. Uma das variáveis que podem ser levantadas em consideração é a raça/cor destas vítimas. Para exemplificar o contexto, no ano de 2017, foram registrados 57% de violência física contra mulheres brancas e 74% negras, em contrapartida, a violência sexual contra as mesmas brancas foi de 11% enquanto negras 27% (CISNE & SANTOS, 2018). Além da questão racial, fatores ambientais correlacionados também precisam de atenção especial. Os dados do atlas da violência de 2019 apresentam um aumento de feminicídio entre os anos de 2007-2017 no país, especialmente utilizando

armas de fogo dentro das próprias residências (CERQUEIRA, 2019). Recentemente, no ano de 2020, os casos de feminicídio cresceram cerca de 22% em 12 estados brasileiros, devido à pandemia de COVID-19. A atualização é de um relatório elaborado a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020).

No Brasil apesar do notificado e crescente aumento no número de feminicídio nos últimos anos, este tem tido invisibilidade da violência nas unidades de saúde pois apresentam-se subnotificados. Essas subnotificações impedem o reconhecimento da atenção básica de saúde e segurança à mulher. Um estudo publicado em 2020 por Aleixo e colaboradores demonstrou fortes indícios de subnotificação de mortes de mulheres por agressão na comparação entre os anos 2016 e 2017 no estado do Mato Grosso do Sul, com um aumento sem causa aparente da taxa de morte entre os anos estudados.

Este trabalho teve como objetivo desenvolver um levantamento estatístico do ano de 2018, a partir do Sistema de Informação de Mortes, utilizando dados sobre mortes de mulheres por agressões no Brasil, explorando com profundidade os parâmetros raça/cor. Desta forma é possível dar subsídio informacional para melhorias de políticas públicas voltadas ao tema.

2 MÉTODO

Foi realizado um estudo descritivo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerenciado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), e alimentado pelas declarações de óbito (DO). Os dados referem-se ao período 2018 (último ano disponibilizado). Os dados foram selecionados por região do Brasil, seus estados e o respectivos ano. Os filtros utilizados para selecionar o tipo de morte foram: segundo causas externas (104-113) e agressões (110), de acordo com a 10ª versão do Código Internacional de Doença (CID-10). Após isso, houve ainda utilização do filtro para o sexo feminino e raça/cor, especificamente, branca, preta, parda, amarela, indígena e ignorada. Após a obtenção do número absoluto de mulheres mortas por agressões separados por regiões, estados e raça/cor no período determinado, os dados foram compilados e organizados utilizando o *software* Excel. Os dados brutos populacionais de mulheres residentes em cada uma das regiões e dos estados no ano de 2018 foram obtidos na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para a realização de cálculos estatísticos segundo o número de habitantes. Após obtenção dos dados foram aplicados os cálculos estatísticos recomendados pela

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo para se obter o número de mulheres mortas por agressão a cada 100 mil habitantes do mesmo sexo utilizando o software Excel para cada raça/cor elencada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram realizadas as análises do Brasil, das respectivas regiões e dos estados brasileiros. Posteriormente as análises foram seccionadas através do parâmetro raça/cor. Todos os dados devem ser considerados como a taxa de mulheres mortas por agressão a cada 100.000 habitantes mulheres.

Para o Brasil foi demonstrada uma taxa de morte de 4,2 no espectro analisado, as Regiões Nordeste (5,5), Centro-Oeste (5,2) e Norte (7,0), demonstram valores acima em relação ao Brasil. Em especial, a Região Norte nos mostra um valor de quase duas vezes acima do Brasil, sendo a que se destacou nas taxas de mortalidades de mulheres por regiões. A Região Sudeste (2,8) por ser a Região mais desenvolvida e industrializada do país apresentou, baixos índices do que o Brasil e também a Região Sul (3,6), a menor região do país demonstrou índices menores quando comparado ao índice geral brasileiro (CARNEIRO, 2014). Os estados de São Paulo (1,9), Santa Catarina (2,6), Piauí (3,1), Minas Gerais (3,3), Sergipe (3,3), Maranhão (3,3) Distrito Federal (3,5), Paraná (3,5), Amapá (3,6), Alagoas (3,9), Paraíba (4,0) e Rio de Janeiro (4,1), apresentaram taxas de feminicídio inferiores ao valor do Brasil (4,2). Dentre os estados com baixas taxas quando comparado ao Brasil, podemos destacar São Paulo. Mesmo sendo o estado mais populoso do país, apresentou a melhor taxa de morte, isto deve-se ao fato da implantação recente de políticas de segurança pública eficientes no estado (CARNEIRO, 2014).

Dentre os estados que apresentaram altas taxas, podemos destacar o estado do Amazonas (6,2), Pará (7,5), Acre (8,0), Ceará (10,1) e Roraima (18,8). Outros estados que apresentaram altas taxas foram: Mato Grosso do Sul (4,3), Rio Grande do Sul (4,4) Rondônia (4,8), Pernambuco (4,9), Espírito Santo (4,9), Mato Grosso (5,1), Bahia (5,5), Rio grande do Norte (5,7), Tocantins (5,9) e Goiás (6,3). Podemos destacar o Amazonas pois este estado apresenta a extensão territorial do País, porém com uma concentração populacional na Zona Franca de Manaus, podendo ser este um fator geográfico que influência nos índices pronunciados e também os estados do Ceará e Roraima, que

historicamente apresentam graves problemas de segurança pública e carência de políticas preventivas em relação ao feminicídio (CARNEIRO, 2014).

Além da análise nacional seccionada em regiões e estados, é importante ressaltar o fato de que todas as mulheres estão de algum modo sujeitas ao peso da discriminação de gênero e etnia, também é verdade que outros fatores relacionados a sua identidade social, classe, religião, origem nacional e orientação sexual são diferenças que fazem na forma de vários grupos de mulheres vivenciarem a discriminação. Tais elementos diferenciais podem variar problemas e vulnerabilidade exclusivos de subgrupos específicos de mulheres ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas delas. Com base nessa afirmativa e outras presentes na literatura, foi realizado o estudo utilizando o parâmetro raça/cor para evidenciar as mortes de mulheres no Brasil (GARCIA, 2013).

A primeira análise realizada utilizando o parâmetro cor/raça através da classificação branca de acordo com as regiões e os estados brasileiros. A taxa de morte de mulheres brancas no Brasil a cada 100.000 mulheres foi de 1,2. A região Sudeste (1,1) apresentou uma taxa muito próxima do Brasil, sendo a terceira no ranking de menores índices de mortes de mulheres brancas. Regiões como Sul (2,7) e Centro-Oeste (1,4), demonstraram taxas superiores quando comparadas ao Brasil. As demais regiões apresentaram taxas abaixo das nacionais.

Como esperado, os altos índices apresentados estão concentrados nos estados com colonização europeia, pois há uma concentração populacional mais elevada desta etnia em tais estados. Os estados que apresentaram as maiores taxas foram: Rio Grande do Sul (3,4), Paraná (2,5), Santa Catarina (2,0), Goiás (1,8), Mato Grosso do Sul (1,5), Rio de Janeiro (1,4) e Rondônia (1,4), os demais estados apresentaram valores inferiores às taxas brasileiras para a raça/cor branca. Dentre estas taxas podemos destacar em especial o Estado do Rio Grande do Sul com prevalência de mulheres brancas devido à colonização (CARNEIRO, 2014).

As taxas de morte nacionais para mulheres de cor/raça preta se apresentaram em 0,3 a cada 100.000 habitantes mulheres. A Região Sul (0,24) foi a única que teve baixos índices de feminicídio comparados ao Brasil dentro deste contexto. Os demais Estados apresentaram taxas levemente aumentadas em comparação com a taxa brasileira. Estados extensos e/ou populosos, nos apresentam índices abaixo do Brasil, por exemplo podemos citar o estado do Amazonas (0,09) e São Paulo (0,09). Estados que

apresentaram taxas elevadas e que merecem destaque quando comparadas com a taxa brasileira foram: Rio de Janeiro (0,7), Piauí (0,65), Mato Grosso do Sul (0,43) e Minas Gerais (0,43). Os demais estados ficaram abaixo ou muito próximos da taxa nacional. É importante ressaltar que a alta taxa de mulheres negras no Rio de Janeiro pode estar relacionada com o quadro de precariedade na segurança pública apresentado nos últimos anos. Em especial no subúrbio da capital do estado, onde o índice desta raça/cor se apresenta acentuado (CERQUEIRA, 2019).

O termo cor amarela refere-se a pessoas que tenham origens em países do Extremo Oriente, no Brasil, as taxas de morte relacionadas com esta etnia se concentraram em Roraima (0,7) e Rondônia (0,1). Somente as regiões Centro-Oeste (0,02) e Norte (0,03) apresentam valores considerados acima do Brasil (0,008), isso novamente devido ao contexto ocupacional, colonização destes lugares, ou seja, a predominância da raça amarela. Sul, Sudeste e Nordeste estão abaixo do valor de referência.

O Brasil é um país altamente miscigenado, por este motivo possui uma grande quantidade de pessoas que se autodeclaram pardas. A taxa nacional para mulheres classificadas como pardas se mostrou 2,5 a cada 100.000 habitantes mulheres. As Regiões Sul (0,6) e Sudeste (1,3) apresentam valores abaixo quando comparada às taxas nacionais. Já as demais regiões apresentam consideravelmente elevados quando comparados ao Brasil, a Região Norte (5,4), Nordeste (4,4), Centro-Oeste (3,3). Os estados que apresentam altos índices e que merecem destaque são: Ceará (9,1), Roraima (8,8), Pará (6,2), Acre (6,2) Amazonas (5,3), Rio Grande do Norte (4,7), Goiás (4,0) e Mato Grosso (3,8). Estas regiões e estados apresentam um maior índice de mulheres pardas devido ao contexto histórico e ocupacional desta raça e também, em especial os estados do Ceará e Roraima apresentam histórico de intensa violência comunitária (CARNEIRO, 2014).

A Região Norte e seus Estados são os que possuem a maior contingente pelo contexto histórico na questão da etnia indígena, ou seja, as migrações que os indígenas faziam para não se tornar escravos, principalmente para Amazonas e Roraima. As populações indígenas originais do Brasil antes do período colonial se espalhavam por todo o território do país, se concentrando principalmente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, tendo também uma boa população no Norte e Nordeste, mas a maioria dessas regiões foi povoada por sua proximidade com o litoral ou por interesses econômicos, e nesse

processo os indígenas se refugiaram na região Norte ao longo do anos (CARNEIRO, 2014).

No Brasil a mortalidade de mulheres indígenas se apresentou em 0,04 a cada 100.000 habitantes mulheres. A Região Norte (0,37) alta taxa de feminicídio de mulheres indígenas, como esperado, pois há maior concentração populacional desta raça/etnia nesta região. As demais regiões apresentaram taxa abaixo da nacional. O único estado que apresentou sua taxa acima da nacional foi Roraima, apresentando o aberrante valor de 8,1, próximo ao dobro da taxa nacional geral no Brasil (4,2). Desde 2012, Roraima é o Estado onde mais mulheres indígenas são vítimas de violência sexual no Brasil. Quem vive ou viveu e estuda essa realidade considera o cenário ainda pior devido à subnotificação. Segundo o Ministério da Saúde, foram registrados 79 casos de violência doméstica contra a mulher indígena em 2017, o último ano o qual há estatísticas consolidadas e é o número de índices mais alarmante. Além de liderar o ranking do abuso sexual contra elas no país, com 31 casos em 2017.

As taxas de morte em relação às mulheres com raça/etnia classificadas como ignoradas são baixas no Brasil (0,08). Distribuídas em todas as regiões e estados da nação, as únicas regiões que se sobrepõe aos índices nacionais são as regiões Norte (0,17) e Nordeste (0,13), este fato ocorreu pois nestas regiões há um alto índice de mulheres classificadas com a etnia ignorada. Dentro deste contexto podemos destacar os estados: Pará (0,21), Acre (0,23), Piau (0,23), Tocantins (0,25), Amapá (0,24), Roraima (0,35), Alagoas (0,52). As demais regiões estão abaixo do valor de referência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo além de reforçar o feminicídio como importante fonte de mortalidade prematura de mulheres, também retratou as diferentes etnias que nesse contexto ocorre. Identificamos que as mulheres de raça parda são a mais impactadas, devido à predominância no país. Conclui-se que há tendências ascendentes de mortes de mulheres para as regiões Norte, mais especificamente, o estado de Roraima e também na Região Nordeste, no Estado do Ceará. Dentro deste cenário é importante ressaltar a excepcional taxa de morte entre mulheres indígenas apresentada no estado de Roraima, pois observou-se uma taxa aberrante em relação às demais etnias. Com isso concluímos que políticas públicas de segurança e saúde, em nível nacional e em concordância com estados e municípios em relação ao combate à violência contra as mulheres, precisam

ser aprimoradas e continuamente observadas, principalmente com um foco às minorias mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMS N, Campbell J, Stöckl H, Devries K, Rotstein A, Watts C, et al. The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. **Lancet** 2013; 382:859-65.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da Violência 2019, ambos produzidos pelo FBSP, 13ª edição. Publicações disponíveis em: <http://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> e <http://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> Acessado em: 01/09/2020.

BARUFALDI, Laura Augusta et. al. Gender violence: a comparison of mortality from aggression against women who have and have not previously reported violence. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2017, vol.22, n.9, pp.2929-2938. ISSN 1678-4561.

BEYER, Kirsten MM et al. Characteristics of the residential neighborhood environment differentiate intimate partner femicide in urban versus rural settings. **The Journal of Rural Health**, v. 29, n. 3, p. 281-293, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés Instituto da Mulher Negra. 2011. Disponível em: > Acesso em: 13 out. 2014.

CERQUEIRA, Daniel et al., **Atlas da Violência no Brasil 2019**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

GARCIA, Leila Posenato. et. al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf Acesso em: 01/09/2020.

STÖCKL, H. et. al., The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. **The Lancet**, v. 382, n. 9895, p. 859-865, Sept. 2013.

MUSCULAÇÃO PARA IDOSOS COM DIABETES DO TIPO II

Janaína Cristina Domingues, Stefanie Cristina Domingues, Paula Grippa Sant'Ana,
e-mail: tetecd09@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Praticar exercícios físicos é fundamental para prevenção de problemas causados pelo sedentarismo e obesidade, que são os principais causadores da DMII. A Diabetes mellitus do tipo II prejudica o sistema nervoso periférico promovendo diminuição de oxigênio que vai para os vasos sanguíneos e à formação de processos inflamatórios, resultando no mau funcionamento dos nervos, assim afetando a rotina do indivíduo, problemas comuns que 50% das pessoas com DMII, são prejudicadas. Pelas consequências desencadeadas da DMII os diabéticos são incapazes de continuar a trabalhar em decorrência de complicações crônicas ou podem desenvolver alguma limitação no seu desempenho profissional, além disso, precisam de acompanhamento médico durante toda a vida (FLOR; CAMPOS, 2017). Além do tratamento farmacológico, o tratamento não farmacológico como os exercícios físicos em geral pode auxiliar na melhora da qualidade de vida de pessoas com DMII, auxiliando no tratamento, e na prevenção.

Os Exercícios físicos melhoram o condicionamento físico fazendo com que o indivíduo perca gordura corporal e ganhando massa muscular e obtendo ajuda no controle da diabetes através da produção da hemoglobina glicada. Há uma necessidade de mais estudos e pesquisas quanto a esse assunto, quais os métodos mais, ou menos eficazes, pois o tratamento com o auxílio do exercício além de promover benefícios relacionadas a doença, ocasiona uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, psicologicamente e fisiologicamente. Há comprovações de que a cooperação entre exercícios físicos e o tratamento da Diabetes auxiliam os portadores a ter uma vida mais saudável. Este estudo tem como seu objetivo verificar os efeitos da musculação em idosos portadores de Diabete Mellitus II.

2 MÉTODO

Esse estudo trata-se de uma revisão literária, que tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito (NEVES 1996), modelo esse que permite rever estudos de maneira qualitativa, para a conclusão de uma nova

hipótese, utilizando um método de abordagem indutiva. Considerou-se somente estudos que se referiam ao diabetes, musculação, exercício físico, no total foram de 21 artigos, no intervalo de tempo de 20 anos. Os estudos foram extraídos de plataformas como, Scielo e Google acadêmico, usando palavras chaves: diabetes Mellitus II, Idosos, Musculação, Exercício Físico, Saúde. As informações e citações utilizadas no nosso trabalho, são os relevantes para a saúde e a melhora na qualidade de vida dos idosos portadores de DM II, melhora essa consequente do exercício. Os resultados dos artigos estudados e as informações apresentadas pelos mesmos, foram analisadas, discutidas e comparadas, para que chegássemos a um consenso final, e que comprovasse nossas afirmações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Ciolac e Guimarães; 2004, a prática regular de exercícios físicos é considerada um dos pilares no tratamento do paciente com DM II. Neste mesmo estudo, o exercício resistido apresenta-se benéfico principalmente, para pacientes diabéticos idosos, os quais em função do envelhecimento possuem menor força e massa muscular, comprometendo o metabolismo energético, melhorando a captação da glicose, aproximando os níveis de glicose para os considerados normais; os exercícios resistidos pode reverter esse quadro, pois aumenta a força e a massa muscular, melhorando o controle glicêmico destes pacientes.

No estudo que esses autores publicaram, foram apresentados dados que falam que indivíduos obesos e sedentários foram, aproximadamente, duas vezes mais acometidos pelo DM quando comparados com aqueles que não apresentavam tais características (FLOR; CAMPOS, 2017). Paralelo a este estudo outra autora citada (MOLENA-FERNANDES, 2005), nos atenta para o seguinte fato: um programa de exercícios só deve iniciar após o afastamento de situações que predisponham o agravamento das complicações inerentes ao diabético.

Um estudo realizado por Huebel et al. (2018), demonstra um programa de treinamento específicos para idosos com diabetes do tipo II. A pratica do treinamento de musculação eram aplicados três vezes por semana. Onde cada dia teria um treino especifico. Os treinos eram divididos (treino A, B e C), esses treinos consistiam em trabalhar com a força muscular, flexibilidade, coordenação, equilíbrio e força dos músculos lombo pélvicos. A duração inicial dos treinamentos era de 50 minutos diários,

após a conclusão das series, eles tinham um tempo de descanso que variava de 50 a 70 segundos. Após algum tempo houve uma alteração no protocolo de treinamento onde houve aumento da intensidade. Os resultados obtidos neste mesmo estudo mostraram que nas 16 semanas de treinamento de musculatura com a utilização do protocolo criado pelos autores, os exercícios físicos contribuíram para melhorar a flexibilidade, força muscular de membros superiores e capacidade cardiorrespiratória em idosos com Diabetes Mellitus II. Não foram verificadas 5 alterações no teste de levantar da cadeira, sugerindo manutenção da força muscular de membros inferiores. Na avaliação glicêmica, embora não tenha ocorrido alteração na glicemia de jejum, foi observada diminuição da HbA1C (hemoglobina glicada) como resultado das atividades (Huebel,2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão deste trabalho foi que a prática de exercício físico melhora não só a saúde, como a qualidade de vida de idosos, inclusive contribui no tratamento desses que apresentam o diabetes do tipo II. O treinamento de musculação para idosos previne a obesidade e reduzindo os problemas causados pelo sedentarismo, grandes atenuantes para doença crônicas. A musculação pode provocar controle da glicemia dos idosos e reduzir os efeitos causados pela Diabetes Mellitus II e auxiliar no tratamento, ajudando na melhora da doença e até como uma forma de prevenção.

REFERÊNCIAS

ABI-ABIB, R. C.; CABIZUCA, C. A.; CARNEIRO, J. R. I.; et al. Diabetes na gestação. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 13, n. 3, 2014.

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Diagnosis and classification of diabetes mellitus. **Diabetes care**, v. 33, n. Supplement 1, p. 62-69, 2010.

ARSA, G.; et al. Diabetes Mellitus tipo 2: Aspectos fisiológicos, genéticos e formas de exercício físico para seu controle. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 11, n. 1, p. 103-11, 2009.

BORGES, G. A.; ARAÚJO, S. F.; CUNHA, R. M. Os benefícios do treinamento resistido para portadores de diabetes mellitus tipo II. **Lecturas Educación Física y Deportes**, v. 15, p. 1-1, 2010.

CARDOSO, L. M.; OVANDO, R. G. M.; SILVA, S. F.; et al. Aspectos importantes na prescrição do exercício físico para o diabetes mellitus tipo 2. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 1, n. 6, 2007.

CAROLINO, I. D. R.; MOLENA-FERNANDES, C. A.; TASCAS, R. S.; et al. Factores de riesgo en pacientes con diabetes mellitus tipo 2. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 238-244, 2008.

COSTA, J. A.; BALGA, R. S. M.; ALFENAS, R. C. G.; et al. Promoção da saúde e diabetes: discutindo a adesão e a motivação de indivíduos diabéticos participantes de programas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 2001-2009, 2011.

DE SOUZA, T. T.; SANTINI, L.; WADA, S. A.; et al. Qualidade de vida da pessoa diabética. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, v. 31, n. 1, p. 150-164, 1997.

DIAZ, N.; BASSO, P.; HALUCH, R. F.; et al. O impacto do diabetes mellitus tipo 2 na qualidade de vida. **Revista Médica da Universidade Federal do Paraná**, v. 3, n. 1, p. 5-12, 2016.

DIB, S. A. Heterogeneidade do diabetes melito tipo 1. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v.52, n.2, p. 205-218, 2008.

FLOR, L. S.; CAMPOS, M. R. Prevalência de diabetes mellitus e fatores associados na população adulta brasileira: evidências de um inquérito de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 16-29, 2017.

FRANCHI, K. M. B.; MONTEIRO, L. Z.; ALMEIDA, S. B. et al. Capacidade funcional e atividade física de idosos com diabetes tipo 2. **Revista Brasileira de atividade física & saúde**, v. 13, n. 3, p. 158-166, 2008.

NABODITA K.; SHER A. Genes, Genetics, and Environment in Type 2 Diabetes: Implication in Personalized Medicine. **DNA Cell Biology**, v. 35, n. 1, p.1-12, 2016.

SUN, X.; YU, W.; HU, C. Genetics of type 2 diabetes: insights into the pathogenesis and its clinical application. **BioMed Research International**, 2014.

GRILLO, M. F. F.; GORINI, M. I. P. C. Caracterização de pessoas com diabetes mellitus tipo 2. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 1, p. 49- 54, 2007.

FERNANDES, C. A. M.; JUNIOR, N. N.; TASCAS, R. S.; PELLOSO, S. M. et al. A importância da associação de dieta e de atividade física na prevenção e controle do Diabetes mellitus tipo 2. **Acta Scientiarum Health Sciences**, v. 27, n. 2, p. 195-205, 2005.

PEREIRA, R. M.; MOURA, L. P.; MUÑOZ, V. R. et al. Molecular mechanisms of glucose uptake in skeletal muscle at rest and in response to exercise. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 23, 2017.

SCHMIDT, M. I.; MATOS, M. C.; REICHEL, A. J.; FORTI, A. C. et al. Prevalence of gestational diabetes mellitus-do the new WHO criteria make a difference? Brazilian gestational diabetes study group. **Diabetic Medicine**, v. 17, p. 376-380, 2000.

SILVA, A. P.; PUREZA, D. Y.; LANDRE, C. B. Síndrome da fragilidade em idosos com diabetes mellitus tipo 2. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 6, p. 503-509, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015, **AC Farmacêutica**, 2015.

VARGAS, L. S.; LARA, M. V. S.; MELLO-CARPES, P. B. Influência da diabetes e a prática de exercício físico e atividades cognitivas e recreativas sobre a função cognitiva e emotividade em grupos de terceira idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 17, n. 4, p. 867-878, 2014.

O CUIDADO DE ENFERMAGEM À MULHER EM SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO

Beatriz Francine Fernandes Silva, Daniely Ribeiro da Costa e Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: beatrizfernandess@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A capacidade de reprodução feminina é geralmente atingida durante a adolescência, podendo a gravidez ocorrer a partir do momento em que a mulher termina o período da puberdade, sendo usualmente dos 12 aos 15 anos (MOORE, 2000). Contudo, uma grande quantidade de embriões recém-formados são abortados de maneira espontânea (MOORE et al, 2012)

Segundo BRASIL (2009), abortamento é a expulsão ou extração de um produto da concepção com menos de 500g e/ou estatura menor que 25 cm, ou ainda, anterior a 22 semanas de gestação. O abortamento é classificado por espontâneo, quando ocorre sem ação deliberada de qualquer espécie, ou provocado sendo, a interrupção da gravidez antes de atingir a viabilidade fetal (NEME, 2000).

A etiologia do abortamento circunda várias hipóteses, o esclarecimento das supostas causas tira o fardo do casal, que em boa parte das vezes se sente culpado pelo ocorrido. No período embrionário as causas mais comuns envolvem as alterações cromossômicas, idade materna e paterna avançadas, infecções (HIV, sífilis, etc.), presença de DIU e tabagismo. Já no período fetal, a perda está relacionada a incompetência istmo-cervical, patologias uterinas, gemelaridade e malformações fetais (FEBRASGO, 2010).

O quadro clínico e o tratamento variam conforme o tipo de aborto. No incompleto pode haver sangramento, dores, de leves a intensas, e eliminação de restos ovulares e há necessidade do esvaziamento, que pode ser realizado através de curetagem ou de preferência pela vácuo-aspiração (aspiração manual intrauterina - AMIU) quando menor ou igual a 12 semanas, e o material retirado deve ser enviado para análise anatomopatológica. No abortamento completo, geralmente mantém-se a mulher em observação por um período variável (FEBRASGO, 2010).

A curetagem pós-abortamento representa o segundo procedimento obstétrico mais realizado nas unidades de internação da rede pública de serviços de saúde, superada apenas pelos partos normais. É realizada nos casos de abortamento completo

com sangramento persistente, abortamento inevitável/incompleto e abortamento infectado na falta da AMIU.

Através do Departamento de Tecnologia do SUS (DATASUS) verifica-se os indicadores de mortalidade materna. No ano de 2017, no estado de São Paulo, foram registradas 347 mortes no período da gravidez, parto e puerpério tendo diversas causas como abortamento espontâneo e aborto não especificado (NE) sendo a sucessão de abortamento responsável por aproximadamente 3% (totalizando 10 mortes, cinco por abortamento espontâneo e cinco por aborto NE) (BRASIL – DATASUS, 2019).

Com relação à internação para procedimentos cirúrgicos relacionados ao abortamento, há registros, para o município de Jaú de 225 mulheres submetidas à curetagem pós-abortamento no ano de 2018. As informações relacionadas ao procedimento de esvaziamento de útero pós-abortamento por AMIU, especificamente nesse município, não estão disponíveis, porém no estado de São Paulo, no mesmo ano, sabe-se que esse procedimento foi realizado 1265 vezes (BRASIL – DATASUS, 2019).

Segundo informações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), o abortamento espontâneo ocorre em aproximadamente 10 a 15% das gestações e ocasiona consequências, muitas vezes irreversíveis, como sentimentos de perda, culpa pela inviabilidade da gestação, além das complicações para o sistema reprodutivo, requerendo uma atenção especializada, técnica adequada, segura e humanizada.

A perda de um filho é um evento muito difícil para a mulher, o fato dos profissionais serem receptivos, acolhedores e comunicativos, deve proporcionar a essas mulheres conforto, tranquilidade e sensação de bem-estar (GUIMARAES, 2011).

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo identificar os principais focos do cuidado de enfermagem às mulheres em situação de abortamento.

2 MÉTODO

Trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL), que consiste na análise e síntese rigorosa de diferentes pesquisas relacionadas a uma questão específica (GALVÃO et al, 2004; BENEFIELD, 2003; POLIT e BECK, 2006). A questão norteadora inicial foi: “Quais devem ser os principais focos para uma assistência de enfermagem à mulher que sofreu um aborto?”.

Os critérios de inclusão definidos foram: artigos disponíveis na íntegra na bases de dados selecionadas, em português, publicados nos últimos 10 anos (2011-2020) e

que respondam à pergunta norteadora. Os critérios de exclusão referem-se aos trabalhos apresentados de forma duplicada nas bases, ou não atendem aos demais critérios.

Realizou-se a busca no mês de junho de 2020, através do buscador da BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), selecionando-se as bases de dados Medline, Lilacs e BDEnf, cruzando-se os termos 1. Aborto, 2. Processo de enfermagem, 3. Cuidados de Enfermagem.

3 REVISÃO DE LITERATURA

- Perfil de mulheres que sofrem o aborto e a organização da Assistência de Enfermagem

O maior número de mulheres em processo de abortamento apresenta sintomas como ansiedade, culpa pela perda, medo diante do ocorrido e possíveis casos futuros, além de outras vulnerabilidades. Com relação aos sintomas físicos e complicações inclui-se dor abdominal e lombar, sangramento genital, choque hipovolêmico, sepse e hemorragias (RODRIGUES et al, 2017; DOMINGOS et al, 2011; BITENCOURT e SANTOS, 2013).

Destaca-se a importância do enfermeiro no uso de suas competências ao assistir a mulher em processo de abortamento aplicando a sistematização da assistência de enfermagem, dando ênfase nas principais necessidades, cativando a confiança e permitindo que ela compartilhe seus anseios e sentimentos. (BITENCOURT e SANTOS, 2013; DOMINGOS et al, 2011; RODRIGUES et al, 2017; SILVA et al, 2015). RODRIGUES et al (2017) afirma ainda que o apoio nesse processo deve ser dado também a família, pois, além de também ser impactada por esse acontecimento pode proporcionar apoio no convívio diário com a mulher.

Em todos os estudos que buscaram avaliar o perfil da mulher observou-se que o cuidado a essas mulheres deve ser personalizado, ou seja, deve-se levar em consideração o contexto de vida daquela mulher para que assim possam oferecer o cuidado que a mulher precisa, amenizando os prognósticos futuros que podem ser traumatizantes, sendo que na realidade atual do SUS esse atendimento não tem sido alcançado, pois, com relação a equipe de enfermagem o cuidado prestado na maioria dos hospitais estudado, é predominantemente técnico, focado nas necessidades físicas, sem apoio emocional e orientações educativas (DOMINGOS et al, 2011; BITENCOURT e SANTOS, 2013; BOEMER; MARIUTT, 2003).

- Humanização do cuidado, ética profissional e sentimentos envolvidos

A qualidade da assistência atualmente é definida pela humanização no cuidado que visa a valorização dos trabalhadores e reconhece os usuários como sujeitos de direitos. (HECKETER et al, 2009).

O atendimento humanizado no processo de abortamento compreende a comunicação verbal e não verbal norteado pelos princípios da bioética, circundando palavras de conforto, carinho, atenção, sem discriminação da forma que ocorreu o aborto. (SILVA et al, 2020; SILVA et al, 2015; STREFLING et al, 2015). A vista disso o cuidado não deve ser voltado só para prática técnica e nem mecanizada e sim com uma escuta ativa e acolhimento voltado a atender as necessidades sem intensificar esse momento de sofrimento (LIMA et al, 2017). Os rastros negativos do aborto na mulher afetam seus sentimentos, podendo abalar imensuravelmente a saúde psicológica da paciente. Em razão disso há importância no suporte físico e emocional com profissionalismo e humanização Sendo enfatizada a importância da humanização no cuidado e a qualificação profissional por diversos autores, objetivando também a extinção do aborto como causa de morte materna (STREFLING et al, 2015; LIMA et al, 2017).

Um dos obstáculos da atenção de qualidade é a sobrecarga de trabalho que resulta na falta de tempo que não permite assistir a mulher além da técnica. A quantidade exacerbada de atividades a serem cumpridas condiciona um tecnicismo e distanciamento do usuário, dificultando o levantamento de necessidades, para ofertar uma atenção integral, resolutiva e humanizada (SOARES et al, 2012).

- Cuidado em rede: atenção integral e a promoção da saúde

A responsabilidade sobre aquela mulher não termina na alta hospitalar, é nesse momento que o cuidado em rede é desenvolvido, no qual essa família deve ser referenciada ao serviço de atenção básica de seu território. Nesses serviços ela deverá ser continuamente acompanhada pelos profissionais da saúde e agentes comunitários com orientações sobre o planejamento e direitos reprodutivos, como por exemplo a implantação do dispositivo intrauterino (DIU) e informações sobre a disponibilização gratuita de contraceptivos, além de consultas de acompanhamento com a equipe (RODRIGUES et al, 2017; CARVALHO e PAES, 2014; SANTOS et al, 2012; DANTAS et al, 2011).

O enfermeiro tem grande importância na educação em saúde referente ao planejamento familiar que pode melhorar nas perspectivas de vida das mulheres e uma maior segurança diminuindo índices de mortes por aborto (MORTARI et al, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos revisados verificou-se que a humanização é um elemento que deve ser aprimorado e desenvolvido progressivamente no dia a dia, principalmente no cuidado à mulher que sofreu um abortamento, visto que, esse evento desencadeia vulnerabilidades para saúde física da mulher e saúde emocional de toda uma família.

O vínculo familiar tem grande relevância no tratamento à essas mulheres porquanto, é a família que auxilia no apoio diário. O cuidado em rede no SUS ainda é muito fragmentado, deve-se criar portarias governamentais que especifiquem e aprimorem constantemente a assistência referenciada para que a mulher possa receber um tratamento integral e eficaz.

Apontou-se também a necessidade de maiores pesquisas sobre esse tema, principalmente estudos de campo, para assim compreender a situação da mulher e os sentimentos, proporcionando um atendimento mais especializado que supra todas as necessidades e reduza as hostis consequências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEFIELD LE. Implementing evidence-based practice in home care. **Home Healthc Nurse** 2003 Dec; 21(12):804-11

BITENCOURT, Carlos Santana; SANTOS, Lia Cristina Galvão dos. Cuidados intensivos de enfermagem frente às complicações do aborto provocado. **Rev. enferm. UFPE on line**; 7(3, n.esp): 977-984, mar. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11564/13533>>. Acesso em: 23 jun 2020.

BRASIL. **Atenção Humanizada ao Abortamento** – Norma Técnica. 2ª Ed. Brasília-DF, 2011. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf>. Acesso em: 21 ago 2019.

BRASIL. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf>. Acesso em 07 ago 2019.

BRASIL. DATASUS. **Internações para realização de esvaziamento de útero pôs-aborto por aspiração manual intrauterina (AMIU) no estado de São Paulo.** 2018. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/qiuf.def>>. Acesso em: 15 jul 2019.

BRASIL. DATASUS. Número de curetagens pos-abortamento / puerperal no município de Jaú-SP. 2018. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/qisp.def>>. Acesso em: 15 jul 2019.

CARVALHO, Simone Mendes; PAES, Graciele Oroski. Integralidade do cuidado em enfermagem para a mulher que vivenciou o aborto inseguro. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm;** 18(1): 130-135, Jan-Mar/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000100130>. Acesso em: 23 jun 2020.

DANTAS, Larissa Correia Nunes; DINIZ, Normélia Maria Freire; COUTO, Telmara Menezes. Percepção dos homens sobre o processo de abortamento. **Rev. RENE;** 12(2): 342-350, abr.-maio 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4216/3258>>. Acesso em: 21 jun 2020.

DOMINGOS, Selisvane Ribeiro da Fonseca; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa; JESUS, Maria Cristina Pinto de. Vivência e Cuidado no Abortamento Espontâneo: Um estudo Qualitativo. **Online braz. j. nurs.** (Online); 10(2) oct. -21,. 2011. Disponível em: <www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3236/html_2>. Acesso em: 22 jun 2020.

LIMA, Laís Montenegro; GONÇALVES, Sabrina de Santana; RODRIGUES, Diego Pereira; ARAÚJO, Alane da Silva Clemente; CORREIA, Amanda de Medeiros; VIANA, Alana Priscilla da Silva. Cuidado humanizado às mulheres em situação de abortamento: uma análise reflexiva. **Rev. enferm. UFPE on line;** 11(12): 5074-5078, dez.2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/25126/25346>>. Acesso em: 19 jun 2020.

MOORE, Keith L. PERSAUD, Brian T.V.N. **Embriologia Clínica.** Guanabara Koogan. 6ª. Edição. Rio de Janeiro 2000.

MOORE, Keith L; PERSAUD, T V N; TORCHIA, Mark G. **Embriologia Básica.** 8ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2012.

MORTARI, Carmen Luiza Hoffmann; MARTINI, Jussara Gue; VARGAS, Myriam Aldana. Representações de enfermeiras sobre o cuidado com mulheres em situação de aborto inseguro. **Rev Esc Enferm USP;** 46(4): 914-21, 2012 Aug. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0080-62342012000400019>. Acesso em: 19 jun 2020.
NEME, B. **Obstetrícia Básica.** 2ª. Ed., São Paulo, Sarvier, 2000.

POLIT DF, BECK CT. Using research in evidence-based nursing practice. In: Polit DF, Beck CT, editors. Essentials of nursing research. Methods, appraisal and utilization. Philadelphia (USA): Lippincott Williams & Wilkins; 2006. p.457-94

RODRIGUES, Wilma Ferreira Guedes; ANDRADE, Diêgo Correia de; DANTAS, Sayonara Alves; SILVA, Leila Rangel da. Abortamento: protocolo de assistência de enfermagem: relato de experiência. **Rev. enferm. UFPE on line**; 11(8): 3171-3175, ago.2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110224/22143>>. Acesso em: 20 jun 2020.

SANTOS, Ariane Gomes dos; NERY, Inez Sampaio; FURTADO, Érida; LUSTOSA, Zoé; MOURA, Fernanda Maria de Jesus Sousa Pires de. Perfil de mulheres em situação de abortamento atendidas em uma maternidade pública de Teresina-PI. **Rev. RENE**; 12(3) abr.-jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4268/3293>>. Acesso em: 23 jun 2020.

SILVA, Eveline Franco da; TREVISAN, Dinifer Concatto; LORENZINI, Elisiane; PRUSS, Ana Carla dos Santos Fischer; STRAPASSON, Marcia Rejane; BONILHA, Ana Lucia de Lourenzi. Atenção à mulher em processo de abortamento induzido: a percepção de profissionais de enfermagem. **Rev. enferm. UFSM**; 5(3): 454-464, jul.-set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/reufsm/article/view/14801/pdf>>. Acesso em: 22 jun 2020.

SILVA, Lorenna; SALES, Nayara; SANTOS, Renata; ALBUQUERQUE, Nayale. Percepção das mulheres em situação de Abortamento frente ao cuidado de Enfermagem. **Rev. Ciênc. Plur**; 6(1): 44-55, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/18627/12528>>. Acesso em: 18 jun 2020.

SOARES, Maria Cidney da Silva; FREITAS, Valéria Évila de Oliveira; CUNHA, Ana Rita Ribeiro; ALMEIDA, Jank Landy Simôa; SOUTO, Cláudia Maria Ramos Medeiros; DANTAS, Rosane Arruda. Práticas de enfermagem na atenção às mulheres em situação de abortamento. **Rev. RENE**; 13(1): 140-146, jan. -fev. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/3783/2990>>. Acesso em: 23 jun 2020.

STREFLING, Ivanete da Silva Santiago; FILHO, Wilson Danilo Lunardi; DEMORI, Carolina Carbonell; SOARES, Marilu Correa; SANTOS, Cristiano Pinto dos. Cuidado de enfermagem à mulher em situação de aborto: revisão integrativa. **Rev. enferm. UFSM**; 5(1): 169-177, jan.-mar. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/reufsm/article/view/12533/pdf>>. Acesso em: 22 jun 2020.

O IMPACTO DA ESQUIZOFRENIA NA GESTAÇÃO

Elvislene Cardoso, Emely Terentin, Bianca Callegari, e-mail:
emely.terentin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A gravidez é determinada como um fenômeno fisiológico, caracterizado por um ciclo gestacional que se completa em torno de 40 semanas, o qual promove alterações físicas, psicológicas e sociais para a mãe e seus familiares (COUTINHO et al, 2014; MALDONADO, 2013). Por ser uma fase de muitas mudanças para mulher é essencial que esta faça um acompanhamento especializado durante esse período, especialmente se já apresentar alguma condição especial de saúde, como é o caso das gestantes com transtornos mentais, especialmente a esquizofrenia, foco do presente trabalho (AMARANTE, 2013; CAMACHO et al, 2006; CASTRO et al, 2004; CHAVES et al, 2017; CINTRA et al, 2016; THARA et al, 2015).

Segundo a classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V), a esquizofrenia é um transtorno psiquiátrico grave, caracterizado por dois ou mais sintomas, tais como: alucinações auditivas, visuais ou sinestésicas, delírios, paranoia, desorganização da fala ou até mesmo fala incompreensível, catatonia e/ou sintomas negativos (APA, 2014). O início das manifestações dos sintomas, em geral, ocorre no final da adolescência ou na fase adulta, afetando diretamente a produtividade da pessoa, e, no caso das mulheres, coincidindo com a idade fértil (JABLENSKY et al, 2005; SENG et al, 2001 apud CAMACHO et al, 2006).

Recomenda-se que a gestante com esquizofrenia faça avaliação e acompanhamento com equipe especializada, tanto na área obstetrícia quanto em saúde mental, durante todo o ciclo gestacional e pós-parto, a fim de prevenir possíveis sintomas nocivos à saúde da mãe e do bebê. Ressalta-se a importância do acompanhamento psicológico e do auxílio de uma rede de apoio, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de vida da mulher durante a gestação (BUFFON, 2019; CAMACHO et al, 2006; CHAVES et al, 2017; LANGE et al, 2017; GIRALDI et al, 2014; RODRIGUES et al, 2009; SILVA et al, 2016).

A maternidade é vivenciada de maneira única para cada mulher e por isso merece ser acompanhada considerando suas particularidades; para muitas, ao contrário do ideal de bem estar pleno estigmatizado pela sociedade, este pode ser um período complicado,

especialmente se a gestante apresentar o transtorno da esquizofrenia não diagnosticado ou tratado. Assim, um acompanhamento singular compreende a atenção à gestante por meio de escuta ativa, considerando suas necessidades e acolhendo suas emoções, suas histórias, hábitos, contextos familiares, econômicos e sociais que a constituem, o que compreende um atendimento multiprofissional e psicossocial (BRASIL, 2020).

O tema de saúde mental em mulheres grávidas, considerando particularmente o transtorno da esquizofrenia, ainda é pouco explorado e são escassos os estudos sobre o assunto. Dos trabalhos publicados, grande parte investigam os riscos do tratamento visando a saúde do feto e não da gestante (CHAVES et al, 2017). Assim, faz-se de extrema necessidade o aumento de estudos na área, uma vez que pesquisas indicam que o equilíbrio entre o tratamento psicológico e medicamentoso colabora para o aumento da qualidade e expectativa de vida da paciente (CHAVES et al, 2017; LANGE et al, 2017).

Desta forma, o presente trabalho partiu da necessidade de investigar os impactos causados pelo transtorno de esquizofrenia na vida das parturientes, quais as formas de tratamento e acompanhamento, bem como refletir sobre a importância da atuação do psicólogo neste contexto, a fim de favorecer a promoção de saúde mental na gestação.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura que tem como objetivo viabilizar, de forma clara e explícita, estudos sobre o transtorno da esquizofrenia em gestantes, bem como explorar a atuação da psicologia nesse contexto. Para tal, realizou-se uma busca eletrônica em periódicos indexados nas bases de dados PubMed (Medline), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, bem como no banco de teses e dissertações da CAPES, publicados nos últimos cinco anos (de março de 2015 a março de 2020). A busca foi realizada utilizando como base os Descritores em Ciências da Saúde (Decs), a saber: “Gestação” AND “Esquizofrenia” AND “Saúde Mental”, bem como seus correspondentes em inglês para a busca na base de dados Pubmed. Os materiais que não tratavam do assunto “gravidez e esquizofrenia” foram excluídos, assim como os documentos repetidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

À princípio, foram encontrados 2.459 trabalhos nas bases de dados citadas. Destes, 1960 pertencentes ao Google Acadêmico, 491 pertencentes à Pubmed/Medline, 8 pertencentes ao banco de teses e dissertações da CAPES e 0 à SciELO. Após leitura e análise minuciosa dos resumos, 2.441 artigos foram excluídos por não tratarem do assunto “gestação e esquizofrenia” e 22 foram excluídos por estarem duplicados, restando assim 16 estudos a serem analisados, como apresentado na tabela 1.

Tabela 1: Bases de Dados online consultadas para levantamento de literatura, palavras-chave utilizadas, quantidade de artigos encontrados e selecionados para o trabalho.

Base de dados	Palavras-chave	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos selecionados
Google Acadêmico	Gestação, saúde mental e esquizofrenia	1960	9
Medline	Pregnancy, schizophrenia and mental health	491	6
Teses e dissertações CAPES	Gestação, saúde mental e esquizofrenia	8	1
Scielo	Gestação, saúde mental e esquizofrenia	0	0
Total		2459	16

Fonte: Autores

Os 16 estudos escolhidos e selecionados passaram pelo processo de leitura completa e análise de dados, a qual objetivou identificar as demandas mais frequentes em mulheres gestantes com transtornos psiquiátricos, especialmente voltado ao estudo da esquizofrenia. Dos estudos analisados, 4 (25%) discorrem diretamente sobre o transtorno da esquizofrenia durante a gravidez e ressaltam que no período gestacional prevalece uma vulnerabilidade maior para transtornos psiquiátricos, desmistificando algumas crenças culturais e sociais que caracterizam a gestação como um período de pleno bem estar, isento de riscos físicos e psíquicos. Destacam também que mulheres portadoras do transtorno de esquizofrenia estão mais sujeitas a engravidarem de forma não desejada e planejada e que os sintomas advindos do transtorno são capazes de prejudicar as questões relacionadas à maternidade, enfatizando a necessidade de um tratamento adequado (BUFFON, 2019; CINTRA, 2016; PETRIBÚ, 2017; MARQUES et al, 2019; MCKEEVER et al, 2016; THARA et al, 2015).

Quanto ao tratamento medicamentoso de origem psiquiátrica, 6 (37%) estudos enfatizam que durante a gravidez a utilização dos fármacos é indispensável para as pacientes grávidas portadoras de esquizofrenia (GENTILE et al, 2019). Nesses casos, a medicação pode ser administrada em doses menores e que não sejam prejudiciais à

formação fetal (a depender do fármaco e da condição da gestante). Tal conduta permite que a ingestão total dos medicamentos prescritos pelo psiquiatra não seja interrompida e assim, os sintomas advindos do transtorno sejam amenizados (MEHTA et al, 2017; SANTOS et al, 2019).

Em relação à assistência necessária à saúde da mulher durante o pré parto, 9 (56%) estudos concordam que a atenção nos serviços de saúde mental com equipe multidisciplinar capacitada, a qual inclui a contribuição e participação do profissional de psicologia, faz-se de extrema necessidade. Os estudos comprovam maior adesão ao tratamento, diminuição da quantidade de ingestão de psicofármacos e melhor prognóstico em pacientes que passaram por avaliação e intervenção psicológica (CHAVES et al, 2017; CABRAL et al, 2016 TORREZIO et al, 2017; TRAJANO et al, 2017; KHALIFEH et al, 2015)

Do mesmo modo, os estudos enfatizam a importância do acompanhamento integral à saúde da mulher durante a gravidez, isto é, a atenção necessária para a saúde psíquica e não apenas física, bem como de uma rede de apoio satisfatória, como um fator de proteção, a fim de assegurar maior suporte emocional e qualidade de vida a essas gestantes. No entanto, esse acompanhamento nem sempre é realizado devido a fatores sociais, culturais, econômicos, pessoais, como a resistência para procurar atendimento especializado, a não adesão ao tratamento psicológico e medicamentoso e a falta de oferta ou conhecimento do serviço especializado na rede pública de saúde oferecido na região (CABRAL et al, 2016; THARA et al, 2015; TORREZIO et al, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a atenção integral à saúde da mulher compreende muito mais do que assistência ginecológica. Especialmente em gestantes com alguma condição de saúde específica, a atenção deve ser redobrada, a fim de amenizar os riscos à saúde e os efeitos de um período permeado por tantas transformações.

Neste sentido, o cuidado com a saúde mental também merece atenção tanto por parte da família, quanto da equipe dos serviços de saúde, da comunidade e especialmente dos órgãos públicos. Em quadros específicos como o da esquizofrenia, foco deste trabalho, a conduta médica deve se basear em um tratamento que ofereça o menor risco à gestante e ao bebê.

De acordo com os achados, o tratamento medicamentoso, assim como o acompanhamento a possíveis intercorrências físicas advindas deste tratamento são indispensáveis e a conduta médica deve ser pautada em um plano de saúde individual, a fim de identificar as necessidades de cada mulher levando em consideração sua singularidade.

Para além do acompanhamento farmacológico, mais da metade dos estudos identificaram a necessidade do acompanhamento nos serviços de saúde mental, enfatizando a importância do acompanhamento psicológico na melhora do quadro de saúde, maior adesão ao tratamento e maior qualidade de vida da gestante.

Apesar da significativa prevalência da esquizofrenia em mulheres adultas e em idade fértil, poucas pesquisas correlacionam seus efeitos à gestação. Em muitos trabalhos, observa-se uma grande preocupação da comunidade acadêmica com os efeitos da medicação para o desenvolvimento do feto, mas não consideram os riscos à saúde da mulher, o que também pode ser caracterizado como uma limitação da presente pesquisa, dada a escassez de estudos nesta abordagem. Deste modo, destaca-se importância e urgência de mais pesquisas na área afim de garantir que os direitos dessas mulheres sejam assegurados.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Ed. Fio Cruz, 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5ª Edição (DSM-V). Porto Alegre: Artmed., 2014

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Saúde da mulher é mais do que cuidados ginecológicos. Brasília, 2020.

BUFFON, R. Perfil sociodemográfico e de saúde de gestantes de alto risco com transtornos psiquiátricos atendidas no centro de referência de saúde da mulher de Passo Fundo/RS. **Trabalho de conclusão de curso em medicina - Universidade federal da fronteira do Sul**, 2019. Disponível em: Google Acadêmico:

<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3537/1/RAQUEL%20BUFFON.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

CABRAL, F. P. Proposta de intervenção para melhor acompanhamento de pacientes psiquiátricos. **Universidade federal de minas gerais curso de especialização estratégia saúde da família**, 2016. Disponível em: Google Acadêmico:

https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/9469/1/Proposta_interven%C3%A7ao_para_melhora_acompanhamento_pacientes_psiquiaticos.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2020.

CAMACHO, R. S. et al. Transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério: Classificação, diagnóstico e tratamento. **Revista. Psiq. Clín**, v.2, p. 92-102, 2006. Disponível em: Google acadêmico: <https://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n2/a09v33n2.pdf> Acesso em: 28 de junho de 2019.

CASTRO, C. G. S. O. et al. Uso indicado e uso referido de medicamentos durante a gravidez. **Revista Cad. Saúde Pública**, v.20, p. 573-582, 2004. Disponível em: Google acadêmico: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v20s1/08.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2019.

CHAVES, R. C. C. et al. Esquizofrenia: Abordagem teórica, convívio familiar e assistência profissional. **Revista Uningá Review**, v. 31, n. 1. p. 56-62, 2017. Disponível em: Google acadêmico: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/2038/1630>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

CINTRA, M. V. Prevalência de experiências psicóticas na gestação e fatores de risco associados em uma amostra comunitária. **Universidade de São Paulo**, v.1, p.129, 2016. Disponível em: Plataforma Sucupira: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4616918. Acesso em: 08 de julho de 2020.

COUTINHO, E. C. et al. Gravidez e parto: O que muda no estilo de vida nas mulheres que se tornam mães? **Revista Esc Enferm Usp**, v.2, p. 17-24, 2014. Disponível em: Scielo: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00017.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

GENTILE, S.; FUSCO, M. L. Schizophrenia and motherhood. **Revista Psychiatry and Clinical Neurosciences**, v. 73, p. 376 - 385, 2019. Disponível em: Pubmed: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/pcn.12856> Acesso em: 22 de junho de 2020.

GIRALDI, A.; CAMPOLIM, S. Novas abordagens para esquizofrenia. **Revista ciência e cultura**, v. 66, n.2, p. 6- 8, jun. 2014. Disponível em: Scielo: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n2/v66n2a03.pdf>. Acesso em: 17 fevereiro de 2020.

KHALIFEH, H. et al. Perinatal mental health: What every neonatologist should know. **Revista Early Human Development**, v. 91, p. 649 – 653, 2015. Disponível em: Pubmed: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26386609/> Acesso em: 22 de junho de 2020.

LANGE, B. et al. How gender affects the pharmacotherapeutic approach to treating psychosis – A systematic review. **Revista Expert Opinion on Pharmacotherapy**, v. 01, 2017. Disponível em: Pubmed: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28129701/> Acesso em: 15 de junho de 2020.

MALDONADO, M.T. **Psicologia da gravidez**. Edição 1, Rio de Janeiro: Paula Cajaty, 2013.

MARQUES, A. C. M.; SOUZA, L. F. Gestação e seus fatores emocionais. **Centro universitário de Anápolis – Unievangélica curso de graduação em psicologia**, 2019. Disponível em: Google Acadêmico: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/81110/1/Gesta%C3%A7%C3%A3o%20e%20seus%20fatores%20emocionais.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

MCKEEVER, A. et al. Assessment and Care of Childbearing Women with Severe and Persistent Mental Illness. **Revista Nursing for Women's Health**, v. 20, p. 486 – 499, 2016. Disponível em: Pubmed: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27719778/> Acesso em: 22 de junho de 2020.

MEHTA, T. M.; VAN LIESHOUT, R. J. A review of the safety of clozapine during pregnancy and lactation. **Revista Arch Womens Ment Health**, v. 20, p. 1 – 9, 2017. Disponível em: Pubmed: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27704220/> Acesso em: 22 de junho de 2020.

PETTRIBÚ, B. G. C.; MATEOS, M. A. B. A. Imagem corporal e gravidez. **Revista da sociedade Brasileira de psicologia analítica**, v. 35 -1, p.33-39, 2017. Disponível em: Google Acadêmico: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jung/v35n1/v35n1a04.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2020.

RODRIGUES. V. B.; MADEIRA. M. Suporte social e saúde mental: Revisão da literatura. **Revista da faculdade de ciências da saúde**, p. 390-399, 2009. Disponível em: Google acadêmico: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1293/2/390-399_FCS_06_-6.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

SANTOS, J. R. C.; SILVA, L. F. L. A utilização de psicofármacos durante o período gestacional: uma revisão integrativa. **Trabalho de conclusão de curso em enfermagem – Faculdade Cesmac**, 2019. Disponível em : Google Acadêmico: <https://ri.cesmac.edu.br/bitstream/tede/530/1/A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20PSICOF%C3%81RMACOS%20DURANTE%20O%20PER%C3%8DODO%20GESTACIONAL%20UMA%20REVIS%C3%83O%20INTEGRATIVA.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

SILVA, A. M. et al. Esquizofrenia: Uma revisão bibliográfica. **Revista unilus ensino e pesquisa**, v. 13, n. 30, p. 18-25, 2016. Disponível em: Google acadêmico: <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/688/u2016v13n30e688>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2020.

THARA, R.; KAMATH, S. Women and schizophrenia. **Revista Indian J Psychiatry**, v. 57, p. 246 – 251, 2015. Disponível em: Pubmed: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4539869/> Acesso em: 22 de junho de 2020.

TORREZIO, M. C. S.; BOTTI, N. C. L. Episódios de cuidado a mulheres com transtornos mentais na Atenção Básica. **Revista Cubana de enfermagem**, v. 2, p. 240-252, 2017. Disponível em : Google Acadêmico: <http://scielo.sld.cu/pdf/enf/v33n2/enf06217.pdf>. Acesso em: 9 de abril de 2020.

TRAJANO, M. P. O cuidado em saúde mental: limites e possibilidades da rede de atenção psicossocial. **Dissertação em saúde mental e atenção psicossocial – Universidade Federal de Santa Catarina**, 2017. Disponível em: Google acadêmico:<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188992/PPSM0038-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 de abril de 2020.

O OLHAR HUMANIZADO FRENTE À HOSPITALIZAÇÃO: UM MODELO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO

Rubia da Silva, Liara Rodrigues de Oliveira, Nathã Henrique Ferreira Anunciação, e-mail: rubia-s@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo narra sobre o plano de estágio de núcleo básico em Psicologia intitulado “Operação Sorriso” que fora desempenhado em um hospital geral localizado em uma cidade do interior de São Paulo no ano de 2016 e no ano de 2019, utilizando a mesma metodologia, com o foco em contribuir para a humanização junto ao público atendido de forma que possibilitasse a ampliação do sentido de existência durante a hospitalização, exteriorizando sentimentos decorrentes deste processo, promovendo assim o resgate da dignidade e autocuidado.

O projeto teve como objetivo principal o olhar e tratamento humanizado ao ser-humano que está no contexto da rotina hospitalar, seja paciente ou acompanhante, como condição essencial para se promover saúde. O conceito da palavra humanização seria: “ato ou efeito de humanizar (se); humanizar: dar condição humana a; civilizar; tornar-se humano, humanizar-se” (FERREIRA, p. 369, 2001). Sobre a promoção da saúde, Silva et. Al (2009) traz como reflexão:

quando relacionamos as práticas do cuidado de si com a promoção à saúde, salientamos que no momento em que utilizamos medidas do cuidado de si, estamos adotando um comportamento ético pela vida, despertando a responsabilidade e a preocupação com o viver. agindo assim estamos promovendo a saúde (p.700)

Mediante o estágio de observação diagnóstica, percebeu-se que os pacientes vivenciavam um ambiente penetrado por sofrimentos e fragilidades gerados pelo contexto hospitalar que possui uma rotina de exames e procedimentos invasivos, ocasionando dores físicas e psicológicas, causadoras de angústia, morte, estresse, fragilidade, tristeza, solidão e a falta do sentido da vida. Deste modo, torna-se primordial promover alterações na rotina inóspita presente neste ambiente de forma a contribuir para a manifestação dos sentimentos desoladores que acabam por refletir na condição do paciente, limitando-o a um estado de impotência.

Á vista disso, o cotidiano hospitalar é configurado por um modelo rígido de funcionamento, onde o profissional é visto como detentor do conhecimento, estando em

uma posição de poder, tirando o paciente o seu lugar de atuante, transformando-o em um ser dependente e passivo, Angerami-Camon (1995) afirma que o paciente sofre um processo de despersonalização, pois naquele ambiente ele não terá mais seu nome e será chamado por um número de leito ou pelo seu diagnóstico, ou seja, aquilo que o caracteriza como ser singular é desconsiderado e adaptado à situação de hospitalização.

Em relação a esta realidade, Rossi et al (2004) aponta para a imprevisibilidade presente neste contexto e que o paciente que chega ao hospital passa por uma ruptura, tal como, a desorganização de sua vida advindas de doenças ou acidentes. Deste modo, esta ruptura se mostra na falta do sentido, onde há grande questionamento sobre sua própria vida na tentativa de compreender a si mesmo e o que o acomete, tendo em vista que o paciente, durante a rotina, se depara com um lugar onde o foco está na doença e não nele mesmo em sua totalidade, sente-se fragilizado e este sofrimento é estampado pelo paciente ou familiar durante sua estadia no ambiente hospitalar, Bettinelli. La, Waskiewicz. J, Erdmann. Et Al (2003, p. 237) explana de maneira clara sobre este fenômeno presente na realidade dos pacientes internados:

Por si só, o ambiente hospitalar gera insegurança e uma peculiar ansiedade. Ele é quase sempre um lugar de sofrimento e dor, de espera e angústia, quando não de desolação e desesperança. Nem sempre os pacientes dos serviços de saúde, que são dotados de alma e sentimento, participam das decisões sobre sua vida pessoal, nem mesmo das políticas de saúde desenvolvidas.

Diante deste cenário, construiu-se um projeto mediante ao movimento apresentado pelos pacientes, os quais se sentem limitados em um ambiente onde há sentimentos ocultados e permeados por rupturas vividas devido a hospitalização como um todo, pois não diz respeito apenas aos internados, e nem só se resume aos pacientes. Com este cenário, a Operação Sorriso entra em cena com o caráter lúdico, utilizando-se da figura do palhaço como principal ferramenta para suas intervenções lúdicas, baseadas na interação musical, que oportunizassem aos pacientes o reencontro com a autoestima, o autocuidado e a expressão dos sentimentos, gerando encontros que proporcionassem a mudança de paradigma, de um ambiente tradicionalmente cristalizado, para um ambiente humanizado, que privilegie a singularidade de cada sujeito, validando suas emoções e propiciando benefícios em favor da sua recuperação.

2 MÉTODO

O estágio de núcleo básico teve por objetivo contribuir para o desenvolvimento das habilidades sociais, fator de suma importância para a formação do futuro profissional de Psicologia, para isso, utilizou-se atividades lúdicas como elemento facilitador para a expressão dos sentimentos dos pacientes e como modo de proporcionar um ambiente acolhedor. As atividades utilizadas receberam o nome de *TV Recado*, *O Radialista*, *Musicoterapia*, *Improviso de Músicas*, *Frases Motivacionais* e *Dinâmica do Tesouro*. As técnicas foram elaboradas durante o processo de observação diagnóstica, tendo em vista que, o grupo pôde conhecer as dependências do hospital e observar o contexto no qual os pacientes, familiares e funcionários estão inseridos. Com a coleta de dados, foi possível escolher pelas intervenções que pudessem contribuir para a promoção da saúde neste ambiente.

Sendo assim, os encontros eram iniciados com a caracterização artística dos estagiários, onde eram feitas as preparações para as intervenções; finalizada a preparação, caminhava-se para o hospital. Durante o percurso havia acenos e olhares transmitidos pela população que se encontrava no caminho, desta maneira, percebe-se que a interação ocorria antes mesmo da chegada ao ambiente hospitalar, o que colaborava para o preparo dos estagiários. Com a chegada à instituição, o grupo de estagiários encaminhava-se à enfermaria do hospital. Os atendimentos aconteciam nesse ambiente, onde a cada encontro uma enfermeira passava ao grupo um resumo acerca dos pacientes internados, revelando haver ou não alguma restrição de atendimento. É importante relatar que a cada semana havia um público variado que apresentava múltiplas enfermidades.

Ao serem informados pela enfermeira sobre a rotina do dia e possíveis restrições para recepção dos estagiários, iniciava-se a visitação. Ao entrar em cada quarto, perguntava-se ao paciente ou acompanhante se gostaria de receber a visita dos estagiários. A partir da aceitação, era perguntado o nome do paciente, qual a idade e por qual motivo ele estaria internado. Mediante a abertura de uma possibilidade de fala, se percebia a relação do paciente com a doença, de forma que: “ao receber o palhaço, o paciente não o vê como membro da equipe médica e isso já possibilita, em si, a configuração de um novo tipo de encontro, no qual emergem elementos da subjetividade normalmente latentes no indivíduo internado”. (SATO M, RAMOS A, SILVA CC, GAMEIRO GR, SCATENA CMC, 2016, p. 129).

Nas intervenções, *TV Recado* utilizou-se de uma TV de papelão para simular um programa em que o entrevistado era o paciente, logo, pergunta-se ao paciente se ele deseja enviar um recado e/ou abraço para alguém de sua escolha e se ele possui um gênero musical preferido e, assim que ele respondia, tocava-se uma música do gênero no violão.

A dinâmica *O Radialista* funcionava da mesma maneira que a *TV Recado*, a diferença consistia em encenar um programa de rádio e imitar um locutor de rádio anunciando a música que o paciente pediu e oferecendo os abraços para os familiares e acompanhantes do paciente

Na atividade mediada por músicas perguntava-se qual o gênero musical preferido do paciente, e ao ouvirem a resposta, os estagiários cantavam e tocavam uma música solicitada pelo paciente.

Na atividade *Improviso de músicas*, perguntava-se ao paciente qual o seu nome e a partir da resposta, é dito a ele que será contemplado com uma música improvisada pelo grupo de estagiários.

Na dinâmica *Frases Motivacionais* era revelado ao paciente que ele receberia um “saquinho mágico”, que é mágico porque foi trazido de longe para presenteá-lo, contendo várias mensagens dentro. Sorteava-se uma mensagem, entregando-a ao paciente.

Por fim, na *Dinâmica do Tesouro* revelava-se ao paciente que ele receberia um presente e este presente é uma caixa contendo um espelho ao fundo, ao abri-la o paciente podia enxergar-se no próprio reflexo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por intermédio da experiência vivida pelo grupo de estagiários, foi possível descortinar o modelo médico centrado na doença, levando ao paciente e acompanhantes novas formas de olhar a si mesmo e o mundo ao seu redor, movimento que foi constatado por meio do discurso do público atendido, gerando a compreensão da realidade do paciente, familiar e profissionais da saúde que estão a todo momento nesta relação em conjunto manifestando sentimentos aflitivos que puderam ser ressignificados através das intervenções artísticas.

Destacamos aqui a apropriação do espaço hospitalar, que se torna mais humano e mais familiar ao paciente, fenômeno que se mostrava claro pela receptividade e retorno dos pacientes, mesmo os mais resistentes, acabavam se abrindo e participando da

intervenção, podendo se mostrar enquanto medo, incerteza, solidão, esperança, fé, entre outras emoções existentes, que se apresentaram visíveis através dos movimentos proporcionados pelas intervenções, sendo possível notar alterações significativamente positivas.

É preciso ressaltar a relação desenvolvida com os familiares que enfrentam o processo de adoecimento durante a internação. Com as intervenções foi possível criar um ambiente favorável para a reflexão de conteúdos não manifestos, fortalecendo o vínculo familiar durante o processo. ANGERAMI-CAMON (2001) diz que é imprescindível o trabalho do psicólogo com o paciente e nesta relação observa-se a linguagem verbal e não-verbal do paciente, para que assim, se possa ajudá-lo a passar por esta experiência. Sendo assim, com as atividades propostas, viabilizava-se a projeção de conteúdos que se encontram latentes.

Aos estagiários foi oportunizado entrar em contato com conteúdos importantes referentes a sua singularidade como lidar com a despedida que demonstrou ser um acontecimento presente, sobre a relação do grupo com a capacidade de desenvolver a interrupção dos vínculos, Pompéia e Sapienza revelam que “Perceber esse movimento que faz com que todas as coisas passem, mas não se nadifiquem ou desapareçam, possibilita que, ao reuni-las, possamos compor algo com sentido a que chamamos de nossa história” (2016, p. 68).

Um dos fatores que se mostravam como forte desencadeador de angústias foi o contato do grupo de estagiários com a imprevisibilidade, com a possibilidade de morte, fenômeno tão presente que se manifesta nos imaginários dos pacientes e acompanhantes como uma possibilidade potencializada por todo o contexto da hospitalização, havendo, desta forma, uma aproximação do grupo a este fenômeno. A partir da visita em cada leito o grupo trouxe como oportunidade a compreensão sobre a possibilidade do falecimento, fenômeno presente de forma grandiosa pelos quartos dos hospitais:

No momento em que o homem se dá conta de sua morte, de sua finitude, ele percebe o seu limite mais real, ele percebe que, um dia, tudo acaba. Ao mesmo tempo em que é uma constatação carregada de angústia, diante do desconhecido, também é oportunidade de muito crescimento, de envolvimento com o que se dá, com o que a vida oferece, e nesse sentido cada um pode fazer o melhor de si, simplesmente pela consciência de finitude (SIMAN e RAUCH, p. 119, 2017)

Essa expressão que acontece nos leitos hospitalares demonstra o impacto das intervenções que tornaram mais leve a estadia daqueles que ali estavam, favorecendo a

expressão de seus sentimentos, desejos, temores, tristezas, alegrias, entre outros sentimentos que fazem parte da condição existencial e singular de cada indivíduo, sendo assim, é notório o contexto muitas vezes esquecido pelo próprio paciente. Segundo Floss et al (2013, p. 467): “Pelo simples fato de estar atento e disponível ao outro, o palhaço consegue entender a situação em que este se encontra e, assim, possibilita uma ressignificação daquilo que parece difícil ou doloroso de se viver, seja ele paciente, familiar ou trabalhador da saúde”,

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros realizados evidenciaram que as intervenções ocorreram de forma harmônica, percebe-se a grande aceitação ao grupo de estagiários demonstrado por pacientes e acompanhantes que expressaram elogios e pedidos para que retornássemos aos leitos durante os encontros efetivados.

O grupo se deparou com muitos pacientes que se encontravam resistentes e tristes ao começo da intervenção e no final o grupo pôde amenizar esta sensação criando um espaço artístico e oferecendo novas estratégias ao paciente para que este pudesse se comunicar e elaborar sentimentos. O mesmo também pode se dizer da equipe profissional do hospital, que sempre destacou a importância da eficácia do projeto e de seus efeitos positivos sobre os pacientes, solicitando a presença do grupo no campo.

As visitas no ambiente hospitalar se mostraram pertinentes durante o processo, pois, através delas construiu-se uma experiência significativa que possibilitou conhecer a rotina de um hospital público e caminhar para um campo fértil quanto à promoção da humanização neste contexto.

Diante do que foi exposto foi possível demonstrar a pertinência da continuação e replicação deste projeto nos hospitais, uma vez que os pacientes que ali se encontravam puderam projetar suas angústias, exteriorizando sentimentos, dando abertura para percebê-los e refletir sobre eles através da socialização e resgate da autoestima, Cantarelli (2009, p. 147) revela que “Toda pessoa carente de saúde é, antes de tudo, uma pessoa, mesmo quando suas condições físicas e psíquicas o pareçam negar”, deste modo, as mudanças apresentadas demonstram que o objetivo do estágio foi alcançado, permitindo uma melhora no processo de internação. Acentua-se a importância de olhar para o paciente para além da doença, enxergando-o em sua singularidade de modo que ele signifique a sua história de vida em meio ao processo hospitalar.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, E. (2002). A Psicologia da Saúde e o Idoso Hospitalizado: resgate de uma vida esquecida. In Angerami-Camon, V. A. (org.). **Urgências psicológicas no Hospital**. São Paulo: Pioneira Thomson. 123-170.
- ANGERAMI-CAMON, V. A. (org). **Psicologia Hospitalar: teoria e prática**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1995.
- BETTINELLI, L. A; WASKIEVICZ, J; ERDMANN, A.L. Humanização do cuidado no ambiente hospitalar. Artigo. **O Mundo da Saúde** – São Paulo, v.27 n. 2 abr./jun. 2003. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0403/pdf/IS23\(4\)111.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0403/pdf/IS23(4)111.pdf)> Acesso em: 03 set. 2020.
- CANTARELLI, A. P. S. Novas abordagens da atuação do psicólogo no contexto hospitalar. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 137-147, dez. 2009 Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582009000200011&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 05 set. 2020.
- FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário século XXI escolar**. O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FLOSS, Mayara et al. A humanização através do programa recruta da alegria da Furg: um relato de experiência. **Revista brasileira de educação médica** 37 (3) pp. 464-470, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v37n3/20.pdf> Acesso em: 04 set. 2020.
- POMPÉIA, João Augusto; SAPIENZA, BilêTatit. **Na Presença do Sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas**. 2 Ed, EDUC; ABD, São Paulo, 2016.
- SATO M, RAMOS A, SILVA CC, GAMEIRO GR, SCATENA CMC. Clowns: a review about using this mask in the hospital environment. *Interface (Botucatu)*. 2016; 20(56):123-34.
- SANTA Casa de misericórdia de Lins. **ADETEC, 2015**. Disponível em: <https://adetec.org/noticia/35,santa-casa-de-misericordia-de-lins.html/>> Acesso em: 05 set. 2020.
- SILVA, Irene de Jesus et al. Cuidado, autocuidado e cuidado de si: uma compreensão paradigmática para cuidado de enfermagem. Ver. **Esc. Enfermagem USP**, 2009.
- SIMAN, Adriana; RAUCH, Carina Siemieniaco. A finitude humana: morte e existência sob um olhar fenomenológico-existencial. **Fac. Sant'ana em Revista**, v. 2, 2. Sem 2017. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/111/64> Acesso em: 04 set. 2020.

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR (LCA) EM ATLETAS E PRATICANTES DE ESPORTE RECREACIONAL

Gustavo Tonon Vono, Renan Floret Turini Claro, e-mail:
guvono4@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ligamento cruzado anterior é um dos ligamentos responsáveis pela estabilização do joelho no corpo humano. Sua ruptura é muito comum, por isto, a artroscopia de joelho é um dos procedimentos ortopédicos mais realizados no mundo.

No Brasil, não é diferente. Este é um problema que acontece muito no nosso país, devido ao grande número de praticantes recreacionais de esportes em geral. Sendo assim, é extremamente necessário a abordagem deste tema, para que o profissional de educação física esteja preparado para reabilitar seus pacientes, já que ele também faz parte da área da saúde.

Atualmente a literatura tem bons estudos acerca deste tema. As avaliações como o teste de gaveta e de lachman, os protocolos de reabilitação e as ferramentas, têm se mostrado eficazes. Futuramente, as evidências estão voltadas para estudos com a utilização de células tronco para a recuperação de estruturas como os ligamentos.

2 MÉTODO

Para a realização deste trabalho, foi adotado o método de revisão bibliográfica, no qual consiste em absorver informações já existentes na literatura produzida por diversos autores e discuti-las.

Nesta revisão foram utilizados 18 artigos encontrados nas bases de dados PubMed e Scielo, com a finalidade de estudar/conhecer métodos eficazes na reabilitação do ligamento cruzado anterior, voltado para a área da educação física.

As palavras chaves utilizadas foram “exercício físico”, “ligamento cruzado anterior” e “reabilitação”. Foram aderidos os artigos publicados entre os anos de 2005 e 2020 (exceto aqueles que fazem parte do contexto histórico).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção pelo profissional de educação física na recuperação de um indivíduo com lesão no ligamento cruzado anterior, seja ela uma ruptura parcial ou completa, ou um caso pós-cirúrgico, deve acontecer através dos métodos de intervenção cabíveis a sua área específica. São eles: musculação, cadeia cinética aberta e fechada, exercícios funcionais, hidroterapia, alongamentos, exercícios de propriocepção, exercícios próprios do esporte praticado pelo indivíduo (caso exista algum), seja esses exercícios de administração passiva ou ativa (os passivos sempre com a orientação profissional ao lado).

Indivíduos não atletas tendem a ter uma recuperação lenta e difícil, se comparado a atletas. Isto se deve ao fato de que atletas possuem uma musculatura robusta e evoluída, por conta dos treinamentos de alto rendimento. Dessa forma, é muito importante (se possível), iniciar o tratamento para a recuperação, antes mesmo da cirurgia.

No caso de indivíduos sedentários e praticantes recreacionais de esportes, no início do tratamento, o profissional precisa ter um controle do edema, do derrame articular, da dor e recuperar a amplitude de movimento do cliente. Após isso, o paciente tem condições de retomar o seu padrão de marcha normal. A partir daqui, o mais importante é recuperar a força do quadríceps, aprimorar a amplitude de movimento e a propriocepção tendo em vista a simetria biomecânica entre os membros inferiores. A única coisa que irá diferir entre o sedentário e o praticante de esportes recreacionais, é o tempo de recuperação que levará para finalizar o tratamento. Os pacientes sedentários não possuem uma musculatura treinada, dessa forma, será mais demorado para recuperá-lo.

Para os atletas, a recuperação é com certeza facilitada, pois a musculatura deste indivíduo é muito mais treinada e robusta. Porém, pode ser que seu tratamento seja tão demorado quanto dos demais, pois o ligamento cruzado é uma ferramenta de trabalho para ele. Sendo assim, para chegar aos antigos níveis profissionais de um atleta antes de sua lesão, é necessário um tempo de recuperação um pouco maior. Isto é o que acontece ao compararmos protocolos de reabilitação descritos na literatura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assimetria entre os quadríceps dos membros inferiores, é um problema que

deve ser observado e rapidamente resolvido, pois ele é um dos grandes responsáveis de uma possível nova lesão. Como citado anteriormente, existe um déficit de força no quadríceps neste período pós-cirúrgico. Porém, este problema nem sempre é resolvido com eficácia. Identificar a magnitude da assimetria de força do quadríceps, a simetria biomecânica do joelho, do quadril, o desempenho funcional e a função autorreferida, é o primeiro passo.

Com tudo, é importante ressaltar, que mesmo sendo importante a fortificação de músculos “secundários” da reabilitação, é sempre necessário dar uma atenção maior para o músculo principal que no caso é o quadríceps. Isso se deve ao fato de que o fator indicador principal dos problemas relacionados ao período pós cirúrgico, está relacionado de forma direta com o quadríceps, e depois, com os demais músculos que o auxiliam para a movimentação adequada.

REFERÊNCIAS

BATTLE WH. A case after open section of the knee-joint for irreducible traumatic dislocation. **Clin Soc London Trans.** 1900;33:232

BUCKTHORPE M, LA ROSA G, VILLA FD. Restoring knee extensor strenght after anterior cruciate ligament reconstruction: a clinical commentary. **Int J Sports Phys Ther.**;14(1):159–172, 2019.

CAMPOS GC, NUNES LFB, ARRUDA LRP, TEIXEIRA PEP, AMARAL GHA, ALVES Jr WM. Current panorama of the anterior cruciate ligament reconstruction surgery in Brazil. **Acta Ortop Bras. [online].**;27(3):146-51, 2019.

CARLO MS, SHELBORNE KD, MCCARROL JR, RETTING AC. Traditional versus ccelerated Rehabilitation following ACL reconstruction: A one year follow-up. **J Orthop Sports Phys Ther.**; 15(6):309- 16, 1992.

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana básica.** São Paulo: Atheneu, 2000.

DEPHILLIPO, N. N., KENNEDY, M. I., AMAN, Z. S., BERNHARDSON, A. S., O'BRIEN, L., & LAPRADE, R. F. Blood Flow Restriction Therapy After Knee Surgery: Indications, Safety Considerations, and Postoperative Protocol. **Arthroscopy Techniques.** 2018.

GILES, L., WEBSTER, K., MCCLELLAND, J., & COOK, J. (2017). Quadriceps strengthening with and without blood-flow restriction in the treatment of patellofemoral pain – A double blind randomised trial. **Journal of Science and Medicine in Sport,** 20, e100.

HEWETT, T. E., DI STASI, S. L., & MYER, G. D. Current Concepts for Injury Prevention

in Athletes After Anterior Cruciate Ligament Reconstruction. **The American Journal of Sports Medicine**, 41(1), 216–224, 2012.

KIM SJ, KIM HK. Reliability of the anterior drawer test, the pivot shift test, and the Lachman test. **Clin Orthop Relat Res**. Aug;(317):237-42. PMID: 7671485, 1995.

PALMIERI-SMITH RM, LEPLEY LK. Quadriceps Strength Asymmetry After Anterior Cruciate Ligament Reconstruction Alters Knee Joint Biomechanics and Functional Performance at Time of Return to Activity. **Am J Sports Med**. 2015 Jul;43(7):1662-9. doi: 10.1177/0363546515578252. Epub 2015 Apr 16. PMID: 25883169; PMCID: PMC4758854.

PUA YH, HO JY, CHAN SA, KHOO SJ, CHONG HC. Associations of isokinetic and isotonic knee strength with knee function and activity level after anterior cruciate ligament reconstruction: a prospective cohort study. **Knee**.; 24(5):1067-1074, 2017.

ROBSON AWM. Ruptured crucial ligaments and their repair by operation. **Ann Surg**. 1903;37(5):716-8.

SALEM GJ, SALINAS R, HARDING FV. Bilateral kinematic and kinetic analysis of the squat exercise after anterior cruciate ligament reconstruction. **Arch Phys Med Rehabil**. 2003;84:1211–6.

SAMUEL BARNETT , MARTHA M. MURRAY , Updates on Anterior Cruciate Ligament Repair Techniques, **Operative Techniques in Sports Medicine**, 2020.

STARK J. Two cases of ruptured crucial ligaments of the knee-joint. **The Edinburgh Medical and Surgical**. 1850;5:267-71.

SUMIDE, T., SAKURABA, K., SAWAKI, K., OHMURA, H., & TAMURA, Y. Effect of resistance exercise training combined with relatively low vascular occlusion. **Journal of Science and Medicine in Sport**, 12(1), 107–112, 2009.

TAGESSON S, OBERG B, GOOD L, KVIST J. A comprehensive rehabilitation program with quadriceps strengthening in closed versus open kinetic chain exercise in patients with anterior cruciate ligament deficiency: a randomized clinical trial evaluating dynamic tibial translation and muscle function. **Am J Sports Med**. 2008;36(2):298-307. doi:10.1177/0363546507307867

THIELE E, BITTENCOURT L, OSIECKI R, FORNAZIERO AM, HERNADEZ SG, NASSIF PAN, RIBAS CM. Protocolo de reabilitação acelerada após reconstrução de ligamento cruzado anterior - dados normativos. **Rev Col Bras Cir**. [periódico na Internet] 2009; 36(6). Disponível em URL: [http:// www.scielo.br/rcbc](http://www.scielo.br/rcbc)

O USO DE VÍRUS NO TRATAMENTO ONCOLÓGICO: UM ENFOQUE NA TERAPIA COM LINFÓCITOS T COM RECEPTORES QUIMÉRICOS DE ANTÍGENO

Maria Laura Tondati Guelfi, Isabela Cristina dos Santos Moreira, Ariadne de Oliveira Francisco, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: maahtondati@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Após a descoberta da estrutura do DNA em 1953, foram desenvolvidos diversos estudos sobre patologias causadas por mutações nos genes, os cânceres. Com isso, começaram a desenvolver técnicas para o tratamento dessas patologias com o auxílio de um material genético terapêutico inserido em células alvo, a comumente chamada terapia gênica. Para a inserção do material é necessário um vetor, sendo que os mais utilizados são os virais devido a sua capacidade de carregar o gene e depois transferi-lo (GONÇALVES; PAIVA, 2017). No entanto, uma das maiores dificuldades é a escolha do vírus que se enquadra melhor para a necessidade do fim terapêutico e para isso devem ser analisadas sua estrutura e características.

Os vírus são seres acelulares, extremamente pequenos e visíveis unicamente por microscópios eletrônicos. São parasitas intracelulares obrigatórios, não possuem um metabolismo próprio e só conseguem se multiplicar no interior de uma célula. A maioria dos vírus é capaz de infectar tipos específicos de células de uma única espécie de hospedeiro que é determinado por fatores celulares necessários para a multiplicação viral. Além disso, deve existir uma interação química de receptores da superfície externa do vírus com os presentes na membrana plasmática das células hospedeiras (TORTORA; FUNKE; CASE, 2017).

Por conseguinte, este trabalho tem como finalidade abordar o uso de vetores virais na modificação genética de linfócitos T para serem utilizados no tratamento de cânceres, como linfoma e leucemia.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de literatura narrativa a partir da consulta de revistas de oncologia, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros de microbiologia.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Os casos de câncer no Brasil estão cada vez mais alarmantes, tendo em vista que seus números estão crescendo. A estimativa para cada ano do triênio 2020-2022 aponta que ocorrerão 625 mil casos novos de câncer no Brasil (450 mil, excluindo os casos de câncer de pele não melanoma). O câncer de pele não melanoma será o mais incidente (177 mil), seguido pelos cânceres de mama e próstata (66 mil cada), cólon e reto (41 mil), pulmão (30 mil) e estômago (21 mil) (INCA, 2019).

Atualmente a imunoterapia consiste na terapia mais promissora para o tratamento de câncer, levando em consideração sua baixa toxicidade e sua alta seletividade (MOÇO, 2018). O sistema imunológico é um complexo formado por barreiras, células e proteínas que tem por finalidade defender o corpo de substâncias estranhas, como micro-organismos, células cancerígenas, entre outros. É nesse cenário que está se concentrando os estudos para o tratamento oncológico com base na terapia com linfócitos T com receptores quiméricos de antígeno (do inglês, *CAR-T cell therapy*). Os linfócitos T fazem parte do sistema imune adaptativo e são células efetoras da imunidade celular que conduzem toda a resposta imune durante a terapia gênica (PEIXOTO, 2016).

De acordo com Gonçalves e Paiva (2017), terapia gênica é a capacidade do melhoramento genético por meio da correção de genes alterados ou modificações sítio-específicas, que tenham como alvo o tratamento terapêutico. A ideia principal da terapia é a introdução ou reparação de um gene ausente ou mutado por um novo gene saudável, sendo necessário um vetor que transporte o gene para dentro do organismo do paciente. Os vetores mais utilizados atualmente são os virais, por serem organismos extremamente especializados em invadir células e nelas introduzir material genético. Lembrando que o vírus é introduzido de forma inativada para que não cause doenças a pessoa exposta.

Os vírus mais utilizados na terapia gênica são os da família dos adenovírus, causadores de conjuntivites e faringites, sendo assim muito comuns, e por isso, a maior parte da população possui anticorpos contra eles. Outros são os da família do retrovírus, como o HIV. Este vem sendo muito estudado e utilizado no tratamento de cânceres, principalmente linfomas, como no caso da terapia de células CAR (LINDEN, 2010).

Para o tratamento, os linfócitos T do paciente com câncer são retirados e modificados geneticamente no laboratório para mais tarde sofrerem proliferação e

serem infundidos de volta, em grande número, no paciente (PEIXOTO, 2016). Os tipos de câncer que hoje podem ser tratados dessa forma é a Leucemia Linfóide Aguda (LLA), Leucemia Linfocítica Aguda de células B refrataria e o Linfoma Não-Hodgkin (MOÇO, 2018).

As células tumorais são um corpo estranho para o organismo, por isso, células dendríticas tendem a englobá-las e apresentá-las para os linfócitos T CD8+ (citotóxicos) que liberam toxinas para que ocorra a apoptose dessas células. Entretanto, existem mecanismos tumorais que burlam esse processo, um deles é a diminuição da expressão do Complexo de Histocompatibilidade Principal I (MHC I), que em condições normais ativaria um linfócito T na presença de um peptídeo derivado de um antígeno associado ao tumor (TAA), entrando em contato com o receptor das células T. Sendo assim, diminuindo o MHC I, não ocorre o reconhecimento pelos receptores dos linfócitos T CD8+ (ROCHA, 2018).

Na terapia de células CAR é feita a modificação genética das células T através do Lentivírus (família do retrovírus), sendo mais usado o vírus HIV-1, que possui alta eficiência de transferência gênica e persistência da expressão do transgene durante a expansão *in vivo* das células traduzidas (MOÇO, 2018). Antes de introduzi-lo nas células, são feitas modificações genéticas com o intuito de evitar a replicação desses vírus e outros aspectos nocivos às células. Quando o vetor entra em um linfócito T, libera seu RNA modificado e passa por uma transcrição reversa, ocorrendo mais tarde a codificação do receptor CAR, formando o receptor de antígeno quimérico (ROCHA, 2018).

O receptor é formado por um domínio extracelular (porção variável da imunoglobulina, que reconhece antígenos dos quais tem afinidade), um domínio transmembrana e um domínio de sinalização intracelular que ativa o funcionamento do linfócito contra o tumor e tem a capacidade de reconhecer as células tumorais mesmo sem a presença de moléculas MHC. Quando ocorre um contato com um antígeno alvo, como a CD19 (molécula que é altamente expressa durante todas as leucemias e linfomas de linhagem B, e em condições normais se encontra apenas em células dendríticas foliculares e linfócitos B antes que ocorra a diferenciação terminal dessas células), ativa a resposta contra as células tumorais (MOÇO, 2018).

Assim como todos os outros tratamentos, por mais que a terapia com células CART-T seja uma terapia esperançosa, ela não deixa de apresentar efeitos adversos,

podendo ser estes muito graves e até mesmo fatais. O evento mais preocupante na aplicação das células CAR-T que pode ser observado é a síndrome de liberação de citocinas. Esta ocorre entre o terceiro e sétimo dia posteriormente a infusão das células CAR-T, induzindo um rápido aumento das citocinas inflamatórias (GONÇALVES; PAIVA, 2017).

Outros eventos adversos que ainda podem ser citados são a citopenia prolongada, em que os elementos celulares do sangue diminuem e a hipogamaglobulinemia que por sua vez apresenta uma redução dos níveis séricos de anticorpos IgG e IgA e alguns casos reduz IgM. Este caso pode permanecer no organismo enquanto as células CAR-T estiverem circulando, solicitando um tratamento mensal e indefinido de infusão de imunoglobulina humana (BETTARELLO, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o câncer é uma das principais causas de morte, diante disso é de suma importância que sejam desenvolvidas pesquisas avançadas para seu tratamento e hoje deve-se apostar na terapia gênica com vírus, pois mesmo apresentando pequenas reações adversas é menos debilitante que outros tratamentos, como a radio e a quimioterapia.

Sabe-se que os efeitos da terapia não apresentam resultados tão eficazes nos estágios avançados como apresenta nos estágios iniciais, diante disso sabe-se que o diagnóstico precoce é de grande importância, já que interfere diretamente no resultado.

Vale ressaltar que esse tratamento pode ser fatal, sendo assim necessários estudos aprofundados na área para um melhor conhecimento da fonte desses efeitos em busca de reduzi-los ou até mesmo cessá-los resultando em um melhor prognóstico.

Este novo tratamento pode ser uma chance para tantas pessoas que sofrem de câncer. Não podemos simplesmente esperar que a situação do paciente oncológico melhore sem propor novas intervenções. Einstein disse que “insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes” e podemos adicionar a fala de Ludwig von Mises: “Ideias e somente ideias podem iluminar a escuridão”.

REFERÊNCIAS

BETTARELLO, G. CAR-T cells: uma nova fronteira? **Onco&**, edição 38, p.35-36, 2018.

GONÇALVES, G. A. R.; PAIVA, R.M.A. **Terapia gênica: avanços, desafios e perspectivas**. Einstein, v.15, n.3, p.369-75, 2017.

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2019.

LINDEN, R. **Terapia gênica: o que é, o que não é e o que será**. Scielo, São Paulo, vol.24, n.70, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000300004&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 13 mar. 2020.

MOÇO, P. D. **Estabelecimento de uma plataforma para produção de vetores lentivirais para modificação de linfócitos T com CAR anti-CD19**. 2018. Dissertação (Mestrado em Células-tronco e Terapia Celular) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2018.

PEIXOTO, L. C. **Desenvolvimento de um sistema condicional de ativação de linfócitos T baseado em CARs ativadores e inibitórios**. 2016. Tese (Doutorado em Oncologia) - Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro, 2016.

ROCHA, M.C.S. **Terapia com células CAR-T: um avanço na imuno-oncologia**. 2018. Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13081>. Acesso em 10 mar. 2020.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AO DELIRIUM EM PACIENTES CRÍTICOS

Laís Fernanda da Silva, Andréa Cibele Roque, Nágila Garcia Galan de Oliveira, e-mail: lais97.fernanda@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Delirium é definido como um distúrbio neurológico agudo, caracterizado por disfunções que alteram o nível de consciência e cognição, por breve ou longo período de tempo, muitas vezes conhecido como um estado confusional agudo (PEREIRA *et al.*, 2016).

Mori *et al.*, (2016), o declara como uma disfunção complexa relacionada a vários fatores, como: gravidade da doença, estágio, ambiente, idade, geralmente em pacientes acima de 65 anos. No entanto este agravo neurológico se apresenta em 21% a 79% dos pacientes críticos, sendo mais frequente em pacientes submetidos à Ventilação Mecânica (VM).

Além disso, pacientes que desenvolvem esse distúrbio neurológico, apresentam piora em suas evoluções, as quais contribuem para o aumento do tempo de hospitalização e maior possibilidade de ocorrência de eventos (SOUSA e HICKIN, 2017).

Sabe-se que a equipe de enfermagem despense maior parte do tempo com os pacientes, e saber reconhecer alterações do nível de consciência e comportamento é imprescindível para o suporte adequado e controle dessa gravidade (MORI *et al.*, 2016).

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa/quantitativa com a finalidade de realizar uma análise de conteúdo e busca verificar se os enfermeiros de uma UTI oncológica desenvolvem suas funções diante o respectivo tema, desde conhecimentos do enfermeiro para permear o delirium, lidar com o enfrentamento dos familiares diante o delirium e o manejo da escala de RASS.

2 MÉTODO

Inicialmente realizou-se buscas pelo acesso online nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Libraty Online) e Google Acadêmico.

Foram encontrados 29 artigos publicados entre os anos de 2002 a 2018, nos idiomas português, com artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas. As palavras chave utilizadas foram: “delirium” “enfermagem” “unidade de terapia intensiva”.

Para atender o objetivo proposto, a abordagem metodológica do estudo em questão foi de caráter qualitativo/quantitativo. O estudo escolhido valoriza o contato direto entre o pesquisador e a situação que está sendo estudada. Para o pesquisador os fenômenos podem ser melhor observados e compreendidos no contexto do qual faz parte (GODOY, 1995).

Em conformidade com as diretrizes nacionais e internacionais para pesquisa com seres humanos, do Conselho para a Organização Internacional de Ciências Médicas (CIMS) e da resolução no 466/12 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, o presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Amaral Carvalho, sob o parecer nº 30717120.7.0000.5434.

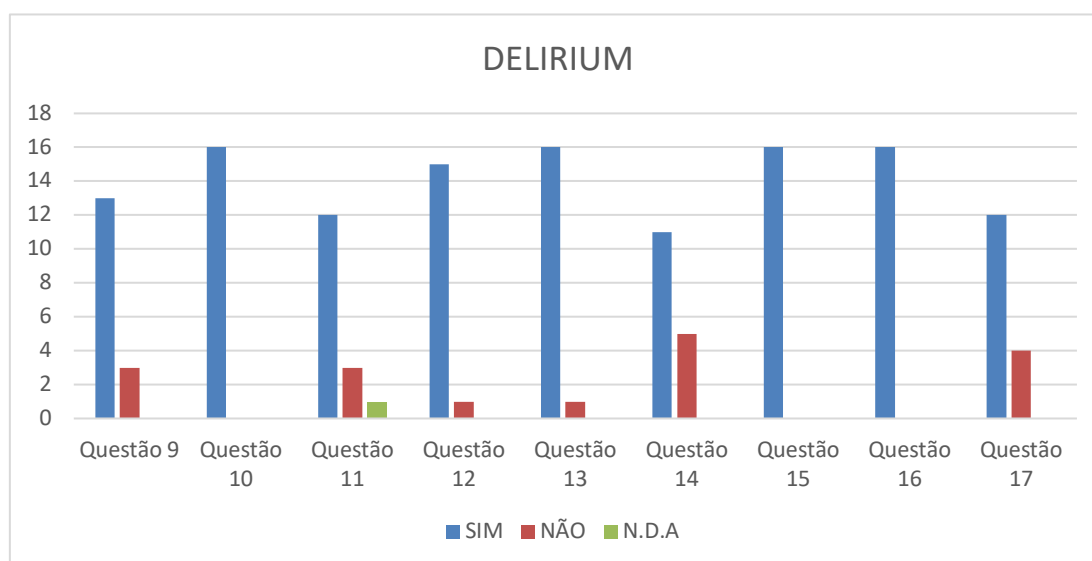
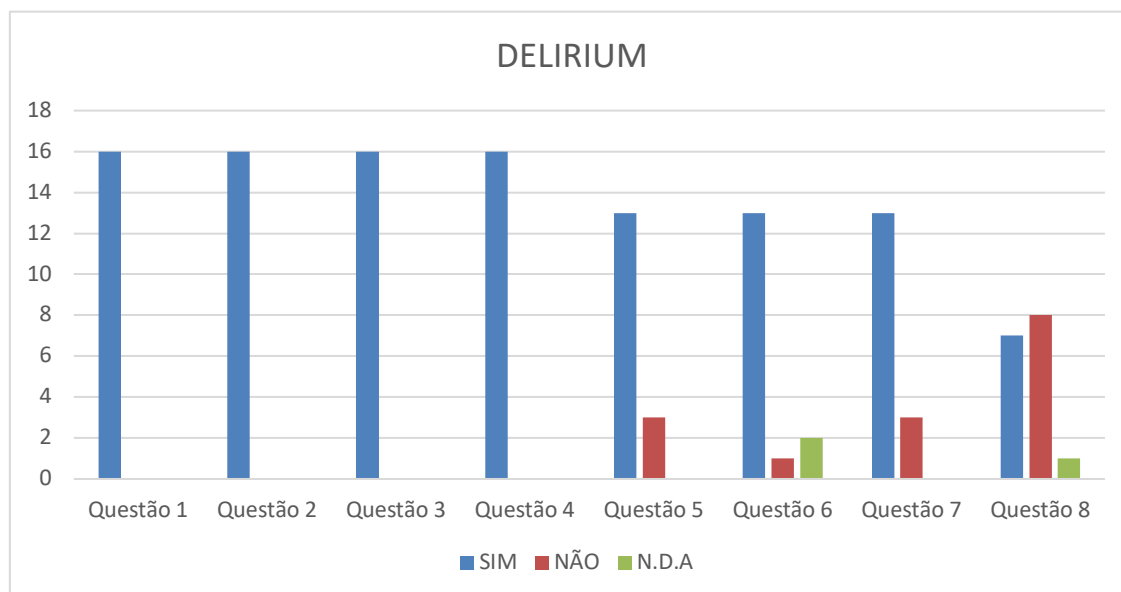
Após a autorização para a pesquisa, foi entregue aos enfermeiros o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias para assinatura, aos participantes que aceitaram participar da pesquisa.

A pesquisa foi realizada com enfermeiros da UTI de um hospital oncológico localizado na cidade de Jau, interior do Estado de São Paulo, referência em tratamento ao câncer e realização de transplante de medula óssea na região.

Os dados foram coletados de 11 a 18 de Maio/2020, pela representante do projeto. O instrumento de coleta foi por meio de questionário estruturado, constando 17 questões de sim e não, a mesma ocorreu sem a identificação dos entrevistados.

A análise das respostas foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo que consiste em uma visão mais ampla, tendo como base a ética, coerência e criticidade do pesquisador. Segundo BARDIN (2006), a análise de conteúdo é um método utilizado pelas ciências sociais para análise dos conteúdos de comunicação e textos através de uma visão quantitativa, analisando numericamente a frequência de determinado evento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO



Participaram da pesquisa 20 enfermeiros, responsáveis pela UTI, sendo três (3) excluídos por não terem entregues o questionário no tempo estimado e um (1) estava ausente de suas atividades, resultando em 16 questionários entregues e trabalhados diante a pesquisa.

1) Você sabe o que é o Delirium?

O delirium é uma forma frequente e grave de disfunção cerebral aguda, além de fonte importante de preocupação no cuidado crítico (ELY et al., 2004).

2) Você como enfermeiro saberia identificar o Delirium?

Boogaard M. et al., (2009), diz que: “o conhecimento e a avaliação física e psíquica do paciente são importantes para um diagnóstico preciso, tratamento adequado e a busca de fatores de risco para a prevenção”.

3) Você conhece a Escala de RASS?

Pandharipande et al., (2008), trata a escala de RASS como: “Uma escala de 10 pontos que varia de +4 a -5, na qual uma sendo considerada sedação profunda, sedação leve, pontuação RASS de 0 indica um paciente calmo e desperto. Todos os outros pacientes, que estejam sob sedação moderada (pontuação RASS de -3) ou mais despertos, podem ser avaliados em relação ao delirium”. os outros pacientes, que estejam sob sedação moderada (pontuação RASS de -3) ou mais despertos, podem ser avaliados em relação ao delirium”.

4) A Escala de RASS é utilizada em sua unidade de trabalho?

De acordo com a Escala de RASS, associou-se as variáveis observadas à beira leito, do paciente sedado em VM, com comportamentos de agitação psicomotora, sendo verificado uma vez a cada período: manhã, tarde e noite (SHINOTSUKA et al., 2013).

5) Em sua opinião, a Escala de RASS é imprescindível para a prevenção do delirium?

O efeito clínico dos medicamentos de analgesia e sedativos, maximiza e potencializa o risco de EA induzidos pelo tratamento. Considera-se que a Escala de Agitação Sedação de Richmond (RASS), seja utilizada como critério inicial de inclusão ou exclusão para a futura identificação do delirium em um segundo momento (THUONG et al., 2008).

6) Em situações de Delirium, você utiliza a contenção mecânica?

O uso das restrição/contenção, é um tema complexo, que vai além do cuidado de enfermagem, pois abrange questões físicas, psicológicas, legais e éticas. Organizações internacionais como Royal College of Nursing (2010), defende a ideia de que: “não existe uma definição jurídica precisa para a restrição” (MORI et al., 2009).

7) O uso de opioide interfere no cuidado do Delirium?

Estudos mostram que não apenas a exposição à sedação, mas também o tipo de sedativo pode influenciar o desenvolvimento de delirium. É crescente o número de evidências que indicam os benzodiazepínicos como drogas associadas a maior ocorrência de delirium (PANDHARIPANDE et al., 2007).

8) O delirium pode matar?

Cerca de 30% a 66% dos casos de delirium não são diagnosticados e tratados corretamente, o que pode causar a morte do paciente (FARIA et al., 2013).

9) Pacientes que apresentam delirium, ficam maior tempo de internamento em UTI?

A sedação excessiva se associa com aumento da duração da ventilação mecânica, maior duração da permanência na UTI, e aumento das taxas de delirium e mortalidade (SALLUH et al., 2010).

10) As presenças de familiares são importantes para o paciente que apresenta o delirium?

Estudos evidenciam que a presença da família é importante na prevenção do delirium., ajudando na reorientação do ente querido e em outras terapias devido ao apoio emocional.

11) A incidência do delirium em UTI, são elevadas?

A incidência de delirium em pacientes internados em UTI é bastante alta. Apesar das elevadas taxas, o delirium ainda não é bem identificado pelos profissionais que atuam neste setor, especificamente, podendo ser associados erradamente com quadros de demência, principalmente em idosos (SANTOS et al., 2008).

12) Você diria que o delirium é uma doença multifatorial?

A etiologia do delirium é geralmente multifatorial. Os fatores de risco podem ser divididos em predisponentes, que tornam o indivíduo mais vulnerável ao delirium, e precipitantes, que correspondem ao fator etiológico propriamente dito. A somatória desses fatores aumenta a chance de ocorrência de delirium (SANTOS et al., 2008).

13) Em casos do delirium, você diria que a atuação da enfermagem é importante para a prevenção/cuidados com o paciente?

A enfermagem ocupa um papel elementar na avaliação do paciente em terapia sedativa, pois se mantém presente na assistência em grande parte do tempo. Obtendo informações essenciais para gerenciar as informações quanto ao seu estado neurológico e psicomotor, contribuindo oportunamente para uma manutenção ou alteração de conduta médica.

14) Na instituição em que você atua como enfermeiro, utiliza-se alguma escala para identificação do delirium?

A escala Confusion Assessment Method for the ICU (CAM-ICU), criada especificamente para utilização em UTIs para se diagnosticar delirium, adaptada para a triagem de pacientes entubados ou em ventilação mecânica, podendo ser aplicada por médicos e enfermeiros em pacientes com até 24h de admissão na UTI (JUNG et al., 2009).

15) Todos os pacientes desta unidade desenvolvem o delirium?

Dentre os fatores de risco, que variam individualmente de paciente para paciente, para o desenvolvimento de delirium, podemos citar: a própria doença crítica, administração de certos medicamentos como os sedativos, a utilização de morfina através de cateter peridural, imobilidade, interrupção do sono, idade avançada, entre outros (SALLUH et al., 2012).

16) É realizado intervenções frente ao diagnóstico do delirium?

Quando identificado o delirium, o Enfermeiro atuante na UTI possui um papel de grande relevância. Pois, estando grande parte do tempo com o paciente poderá lançar mão de ações que permitam manter o paciente mais próximo da realidade, e orientado em relação ao do tempo, espaço e pessoa (PESSOA et al., 2008).

17) Você acredita que sua equipe se encontra preparada para intermediar ações frente ao delirium?

Ainda são muito frágeis os trabalhos realizados entorno desta temática. E há um maior destaque para apresentar o delirium através da escala de avaliação aos profissionais de

saúde, identificando sua prevalência, sinais clínicos, tipos de delirium, fisiopatologia e alternativas de tratamento. (PISANI et al., 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como intuito, investigar se os enfermeiros de uma UTI oncológica entendem o que é delirium em pacientes críticos. Identificar os conhecimentos dos enfermeiros que permeiam o delirium, como o enfrentamento dos familiares diante o delirium e reconhecer se a Escala de Rass e seu manejo influencia na ocorrência deste agravo em pacientes de UTI.

Sabemos que, para garantir uma assistência eficaz na UTI, é imprescindível que o enfermeiro saiba reconhecer e identificar possíveis complicações durante a internação na UTI. Por isso, é de muito importância que o profissional seja capacitado em identificar as necessidades do paciente e busque medidas que diminua as ocorrências de possíveis agravos e complicações.

Diante a análise das respostas do sujeito coletivo que emergiram essa pesquisa, percebeu-se uma lacuna de conhecimento por parte dos enfermeiros da UTI frente ao delirium em pacientes críticos. Os profissionais demonstraram percepção a necessidade de conscientização de que delirium é um problema grave e preditor de mortalidade aumentada e que é possível o desenvolvimento de ações efetivas para prevenção precoce.

Profissionais de saúde que cuidam de pacientes em ambiente crítico, em especial enfermeiros, devem ter ciência dos fatores de risco que podem ser relacionados com o ambiente. Modificar positivamente o ambiente da UTI para que ele se torne menos hostil e humanizando o cuidado, é tarefa que a enfermagem pode implementar, juntamente a um melhor manejo da sedação, conduta esta a ser discutida entre os profissionais habilitados para tal ação.

O delirium requer não somente conhecimento científico para sua prevenção e controle, mas mudanças estruturais e comportamentais por parte dos profissionais de saúde. Quadros de delirium representam urgência clínica e têm importante impacto na sobrevida do paciente de UTI. Conclui-se que o conhecimento da equipe multiprofissional é de grande importância nesse processo.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. A. **Delirium em idosos em unidades de terapia intensiva: revisão integrativa da literatura.** Acesso em: 30 maio 2020.

HICKIN, S. L.; WHITE, S.; KNOPP-SIHOTA, J. **Nurses' knowledge and perception of delirium screening and assessment in the intensive care unit: Long-term effectiveness of an education-based knowledge translation intervention.** 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.iccn.2017.03.010>>. Acesso em: 10 de maio 2020.

MESA, P.; et al. **Delirium em uma unidade de terapia intensiva latino-americana. Estudo prospectivo em coorte em pacientes em ventilação mecânica.** 2017. Disponível: <<http://www.rbti.org.br/artigo/detalhes/0103507X-29-3-12>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

MORI, S. et al. **Incidências e fatores relacionados ao delirium em Unidade de Terapia Intensiva.** 2016. Disponível: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361047445007>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

PASCOAL, J. F. C.; MARQUES, R. M. D.; RIBEIRO, P. V. **Fatores que influenciam a qualidade do sono na pessoa em unidade de cuidados intensivos.** 2016. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iahiah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=30351&indexSearch=ID>>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

PEREIRA, J. M. et al. **Delirium no doente crítico: fatores de risco modificáveis pelos enfermeiros.** 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388245833004>>. Acesso em: 7 de maio de 2020.

RIBEIRO, S. C. L. et al. **Conhecimento de enfermeiros sobre delirium no paciente crítico: Discurso do sujeito coletivo.** 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-070720015001702014>>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

SOUZA, R. C. S. et al. **Capacitação de enfermeiros na utilização de instrumento de avaliação de delirium.** 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.64484>>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

SOUZA, T. L. et al. **Confusão aguda relacionada ao delirium: desenvolvimento e validação de protocolo multiprofissional de cuidados para paciente crítico.** 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v39/1983-1447-rgenf-39-e2017-0157>>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

PERCEPÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ULTRASSONOGRAFIA EM CATETERISMO VENOSO PERIFÉRICO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha Chagas, Renata C. de O. Souza Castro, Ana Paula Ribeiro Razera, e-mail: keitek10@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A punção venosa é considerada um dos procedimentos invasivos mais executado pela enfermagem na assistência ao paciente hospitalizado, possibilitando uma série de mecanismos tecnológicos, como o uso dos dispositivos e cateteres venosos periféricos (CVP) essenciais ao tratamento. (PEDREIRA; PETERLINE; PETTENGILL, 2008; DANSKI et al., 2015).

No caso de pacientes com difícil acesso podem ser realizados várias tentativas de punções, observando um certo desconforto, estresse, frustração profissional, além do aumento de custos com materiais e tempo da assistência de enfermagem. As tentativas das punções venosas aumentam quando o acesso periférico apresenta características como dificuldade de visualização e palpação, trajeto curvo, curto calibre, endurecimento, móvel e nodular prejudicando o processo da punção. Existem diversos fatores que dificultam o CVP, como por exemplo, as variações anatômicas, bifurcações ou estenoses das veias, bem como, as condições clínicas do paciente, as quais destacam-se a desidratação, obesidade, doenças crônicas, tratamentos oncológicos, uso de drogas ilícitas, extremos de idade, coagulopatias, raça negra, edema, desnutrição e gravidez (OLIVEIRA, 2015; INS, 2016).

A utilização da ultrassonografia vascular (USV) para o direcionamento da inserção de CVP tem demonstrado resultados positivos, podendo ser realizados por enfermeiros capacitados e habilitados (COREN, 2015). A realização da USV pelo enfermeiro tem a finalidade de promover a segurança do paciente. É um importante instrumento para a melhoria da prática de enfermagem, em relação à assertividade da punção intravenosa de vasos periféricos, com redução de múltiplas tentativas e dificuldades, promovendo maior satisfação do paciente e da família (AVELAR et al., 2010; OLIVEIRA, 2015; SALGUEIRO-OLIVEIRA et al., 2018; MELO, 2019).

Com a identificação da percepção da equipe de enfermagem sobre o uso da USV em cateterismo venoso periférico, espera-se nesse estudo, embasar conceitos e

estratégias que otimizem esse fenômeno, contribuindo à saúde e promovendo melhorias e segurança no cuidado ao cliente. Desta forma, o objetivo desse estudo foi conhecer a percepção da equipe de enfermagem sobre a utilização da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico.

2 MÉTODO

Utilizou-se a revisão integrativa da literatura por meio da consulta as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os descritores: cateterismo periférico, ultrassonografia e enfermagem, incluídos artigos nacionais primários, publicados nos últimos 10 anos, sendo, portanto, excluídos artigos secundários e aqueles que após a leitura na íntegra não responderam à questão norteadora. Respeitando-se o que se propôs avaliar, a questão norteadora foi: “Qual a percepção da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico vivenciada pela equipe de enfermagem?” Por fim, o conteúdo identificado nos artigos foi exposto por meio de categorias temáticas. Inicialmente foram selecionados 95 artigos. Destes, 8 compuseram a amostra final, dos quais emergiram duas categorias temáticas, sendo: (1) capacitação do profissional de enfermagem no uso da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico e (2) vantagens da utilização da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram encontrados 95 artigos científicos a partir da consulta na base de dados. Na identificação das fontes para localização dos artigos, 54 foram provenientes do SCIELO e 41 do LILACS. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 24 artigos. Destes foram excluídos 16 por se encontrarem duplicados, ou seja, disponíveis em mais de uma base de dados. Assim, foram selecionados 08 artigos para leitura na íntegra que compuseram a amostra final (Figura 1).

Dos 08 artigos que compuseram a amostra final, o mais antigo foi publicado em 2008 e os mais atuais em 2019. Referente à procedência, prevaleceram os desenvolvidos no Brasil (100%). Em relação ao delineamento dos estudos, todos (n=8, 100%) foram descritivos.

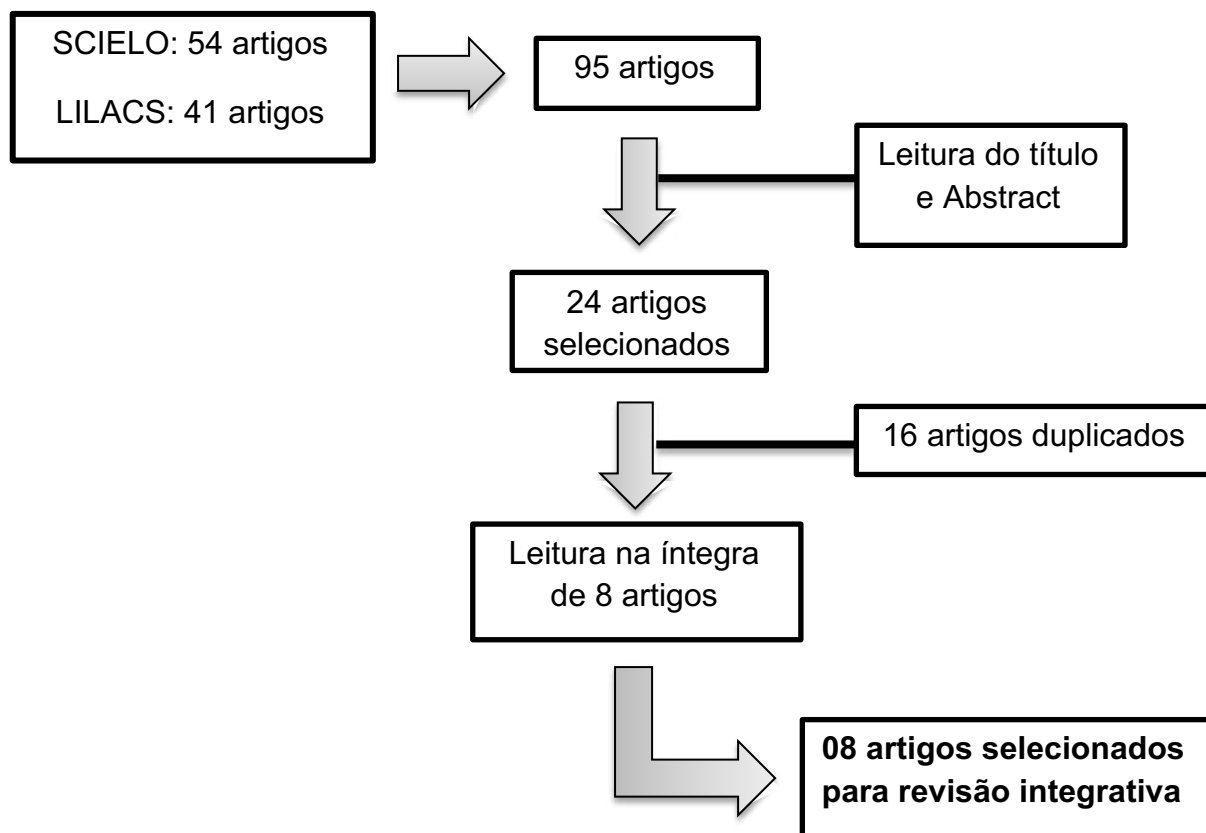


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos da revisão integrativa. Jaú, SP, 2020.

A partir da análise dos estudos selecionados e a luz da pergunta norteadora, emergiram duas categorias temáticas relacionadas a percepção da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico vivenciada pela equipe de enfermagem: (1) capacitação do profissional de enfermagem no uso da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico e (2) vantagens da utilização da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico.

1. Capacitação do profissional de enfermagem no uso da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico

O conhecimento técnico-científico dos enfermeiros e equipe de enfermagem sobre a terapia intravenosa é essencial para garantir a eficácia no tratamento e a qualidade do cuidado prestado, assim como é indispensável o conhecimento da melhor tecnologia e das práticas de cuidado cientificamente comprovadas. Para a sua prática de cuidados diários, o enfermeiro deve buscar constantemente conhecimento e evidências científicas que o auxilie, de forma segura, na tomada de decisão quanto a escolha do calibre do

dispositivo, devendo ser compatível com o vaso, tipo e duração de tratamento com vistas a reduzir possíveis traumas vasculares (AVELAR et al., 2010; RODRIGUES et al., 2012). A USV auxilia os profissionais nas punções de veias difíceis e reduz o número de complicações, tais como: hematomas e flebites, sendo de uso exclusivo do enfermeiro capacitado (OLIVEIRA et al., 2017).

De acordo com Santana et al. (2019), ações como higiene das mãos, o acesso em veias mais calibrosas, escolha do menor dispositivo indicado à infusão, fixação adequada previnem irritação mecânica. Punções realizadas por profissionais capacitados e que tenham conhecimento técnico suficiente pode diminuir as complicações relacionadas ao CVP.

O uso da USV para guiar punções vasculares periféricas é caracterizada como uma inovação na prática de enfermagem, sendo que a capacitação dos profissionais para uso desta tecnologia é de fundamental importância. Cursos educacionais devem incluir temas relacionados à anatomia, fisiologia, bases da física e das imagens vasculares, além da habilidade na operação do equipamento. A utilização da USV para obtenção do acesso intravascular é uma técnica que visa à melhoria do desempenho do enfermeiro e promoção da segurança do paciente submetido à terapia intravascular (AVELAR et al., 2010; AVELAR et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2017).

Estudos acrescentam a importância do conhecimento da anatomia vascular do indivíduo, bem como, a variabilidade do número de veias, além dos diferentes níveis de confluências e trajetos (AVELAR et al., 2010; OLIVEIRA et al., 2019).

Mudanças de habilidades, para o profissional enfermeiro, configuram-se ao mesmo tempo como desafios e como estímulo para cumprir a curva de aprendizado e incorporar inovações de pesquisa à sua prática. A principal mudança no procedimento com o uso da USV, consiste na necessidade de puncionar com os olhos voltados para o monitor do equipamento, e não mais para o sítio de inserção do cateter, fato que requer o desenvolvimento de habilidade motora específica (OLIVEIRA et al., 2016). Ressalta-se que esta tecnologia apresenta um certo grau de dificuldade no início da sua prática, no entanto, é necessária uma adequação para incorporá-la de maneira correta (AMARAL; PETTTENGILL, 2010).

O êxito da punção venosa periférica com o auxílio da USV, está diretamente associado ao conhecimento necessário para a escolha do método mais efetivo para a

realização deste procedimento e a possibilidade de maior segurança e satisfação do paciente (AVELAR et al., 2013; DANSKI et al., 2016).

2. Vantagens da utilização da ultrassonografia em cateterismo venoso periférico

A USV tem muitas vantagens, sendo uma delas a não contraindicação para sua utilização. Segundo Oliveira et al. (2017) é um procedimento não invasivo, que não utiliza radiação ionizante, podendo visualizar vasos mais profundos, difíceis de serem acessados pela palpação às cegas ou mesmo por alguns procedimentos que utilizam raios próximos do infravermelho.

Estudos apontam que o uso da ultrassonografia para guiar punções vasculares periféricas caracteriza uma inovação na prática de enfermagem, sendo uma técnica que visa à melhoria do desempenho do enfermeiro, além de promover a segurança do paciente submetido à terapia intravascular (AVELAR et al., 2010; AVELAR et al., 2013).

Há evidências da efetividade no uso da USV em tempo real para o sucesso da punção venosa periférica, como a diminuição das complicações e custo de punções vasculares, a redução do número de tentativas, além do favorecimento do aumento na taxa de sucesso da punção. Oliveira et al. (2016) destaca-se que a habilidade do operador do equipamento é um fator que afeta o sucesso do procedimento e decorre de sua curva de aprendizado.

A USV também pode ser utilizada na avaliação do edema do tecido subcutâneo que se desenvolve após um extravasamento de drogas antineoplásicas, sendo possível a visualização do endurecimento e avaliação da estenose venosa, entre outros. Considera-se um método eficaz para identificar locais de extravasamentos e degeneração precoce dos tecidos adjacentes à veia, visualizando possíveis traumas vasculares (RODRIGUES, et al. 2012). Também promete a conquista de melhores resultados na terapia intravenosa, especialmente em idosos e crianças com dificuldade de visualização das veias (PEDREIRA; PETERLINE; PETTENGILL, 2008; AMARAL; PETTENGILL, 2010; SANTANA et al., 2019).

Por fim, Avelar et al. (2013) relata que esta tecnologia favorece um atendimento mais efetivo, eficiente e seguro, reduzindo os danos e aumentando, desta forma, a segurança do paciente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A punção venosa periférica faz parte do cotidiano da enfermagem e a utilização da ultrassonografia favorece a realização do procedimento, fornecendo ainda muitos benefícios, como: o aumento da taxa de sucesso nas tentativas de punção, o tempo de duração da punção venosa, a redução de complicações e, conseqüentemente, maior segurança para o paciente e o aumento na qualidade da prestação de cuidados.

Os pacientes confiam na enfermagem para os cuidados necessários para o restabelecimento da sua saúde, por isso as intervenções exigem um conhecimento científico atualizado, inovações tecnológicas e técnicas apropriadas para o alcance do resultado clínico esperado.

Para a realização da técnica de punção vascular guiada por ultrassonografia não são necessários recursos sofisticados. Contudo, é importante salientar que o uso da ultrassonografia na punção venosa periférica exige que o enfermeiro e sua equipe estejam capacitados e aptos para a realização do procedimento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. C. K.; PETTTENGILL, M. A. M. Uso do ultra-som para guiar a punção venosa periférica em crianças: significado para a enfermeira. **Acta Paul Enferm.**, v.23, n. 4, p. 472-478, 2010.

AVELAR, A.F.M. et al. Capacitação de enfermeiros para uso da ultrassonografia na punção intravascular periférica. **Acta paul. enferm.** São Paulo, v. 23, n. 3, p. 433-436, jun. 2010.

AVELAR, A. F. M.; PETERLINI, M. A. S.; PEDREIRA, M. L. G. Assertividade e tempo de permanência de cateteres intravenosos periféricos com inserção guiada por ultrassonografia em crianças e adolescentes. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 47, n. 3, p. 539-546, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO (COREN-SP). **Parecer COREN/SP nº 003, de 20 de março de 2015**. Ementa: Realização de ultrassonografia vascular por Enfermeiros. São Paulo/SP: COREN-SP, 2015.

DANSKI, M. T. R. et al. Incidência de complicações locais no cateterismo venoso periférico e fatores de risco associados. **Acta Paul. Enferm.**, v. 28, n. 6, p. 517-523, 2015.

INFUSION NURSES SOCIETY (INS). Infusion Therapy Standards of Practice. **J Inf. Nurs.**, v. 39, n. 1S, jan./fev. 2016.

MELO, J. C. F. **Ultrassonografia para punção venosa periférica na perspectiva do (a) enfermeiro (a)**. 2019. 45fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202155>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, A.M; MITZY, T.R.D; PEDROLOL, E. **Inovação tecnológica para punção venosa periférica: capacitação para uso da ultrassonografia.** Rev Bras Enferm [Internet]. 2016; 69(6):990-6. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0125>

OLIVEIRA, A.M; MITZY, T.R.D; PEDROLOL, E. Punção venosa guiada por ultrassonografia: prevalência de sucesso e fatores. **Cogitare Enferm.** (22)3: e49599, 2017.

OLIVEIRA, A. M. **Fatores associados ao sucesso da punção venosa periférica em adultos.** Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/41451?show=full>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVEIRA, P. P. et al. Segurança do paciente na administração de quimioterapia antineoplásica e imunoterápicos para tratamento oncológico: Scoping review. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 28, e20180312, 2019.

PEDREIRA, M. L. G.; PETERLINI, M. A. S.; PETTENGIL, M. A. M. Ultra-sonografia na punção intravenosa periférica: inovando a prática de enfermagem para promover a segurança do paciente. **Acta Paul. Enferm.**, v. 21, n. 4, p. 667-669, 2008.

RODRIGUES, C. et al. Fatores de risco para trauma vascular durante a quimioterapia antineoplásica: contribuições do emprego do risco relativo. **Acta Paul Enferm.** 25(3):448-52, 2012.

SALGUEIRO-OLIVEIRA, A. de S. et al. Eficácia da luz quase-infravermelha ou ultrassonografia na cateterização venosa periférica: protocolo de revisão sistemática. **Rev. Enf. Ref., Coimbra**, v. serIV, n. 18, p. 133-139, set. 2018.

SANTANA, R.C.B. et al. Cuidados da equipe de enfermagem na punção intravenosa periférica segura em idosos hospitalizados. **Rev Min Enferm.** 23: e-1182, 2019.

PESSOAS IDOSAS DEPENDENTES, PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS- EM ATENDIMENTO DOMICILIAR E INSTITUCIONALIZADO

Caroline Eduarda Mazzo, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro, e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2013), o número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos chegará a 2 bilhões de pessoas até 2050, representando cerca de um quinto da população mundial.

Sendo assim, o Ministério da Saúde (2013) listou as doenças mais acometidas nessa população, como as doenças cardiovasculares (infarto, angina e insuficiência cardíaca), derrames (acidente vascular encefálico - AVE), hipertensão arterial sistêmica, câncer, pneumonia, enfisema pulmonar, bronquite crônica, infecção urinária, diabetes mellitus, osteoporose e osteoartrose.

A doença crônica (DC) está relacionada ao estilo de vida das pessoas, ou seja, ao etilismo, ao tabagismo, a inatividade física, a alimentação inadequada, ao envelhecimento e/ou sedentarismo (ZATTI et al, 2012).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2013) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), acometem 40% da população adulta brasileira e revelam que atingem principalmente o sexo feminino.

Como consequência de uma população envelhecida, a educação em saúde retarda o aparecimento das doenças, fazendo com que a independência e a autonomia sejam ampliadas (VERAS; CORDEIRO; CALDAS, 2013).

Em 01 de outubro de 2003, foi criada a Lei nº 10.741, o Estatuto do Idoso, com o objetivo de proteger e regular seus direitos. A lei se reflete, principalmente, como um instrumento do exercício da cidadania do idoso (REIS, 2019).

Para Espitia e Martins (2016), existem vários motivos e fatores que levam a família a deixarem os idosos institucionalizados, podendo citar como mais frequentes e comuns, o agravamento das situações financeiras, conflitos entre si, saída dos membros da família para o mercado de trabalho, aparecimento e/ou agravamento de patologias e incapacidade de cuidar do idoso que necessitam de cuidados especiais.

Para o idoso, a institucionalização é um modo muito difícil de adaptação, pois ele tende a sair do seu lar (ou local de habitação) para viver uma rotina diferente do que seu costume (MARTINS et al, 2016).

O Sistema Único de Saúde (SUS) em parcerias com os Estados e Municípios criou estratégias de assistências de serviço de urgência/emergência e serviços hospitalares, criando em 08 de novembro de 2008 pelo Ministério da Saúde, o programa “Melhor em casa”, com assistência multiprofissional gratuita em domicílio, esse programa visa “atender os pacientes com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos ou em situações pós-cirúrgica [...]”. Considerado um avanço importante do SUS, pois ajuda a desocupar leitos e melhorar o atendimento hospitalar (ARAUJO et al, 2018).

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, com base em revisão da literatura científica, tendo por base estudos realizados entre os anos de 2001 e 2019. A busca por conteúdos teóricos aconteceu entre os meses de janeiro e julho de 2020, através de bases de dados Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), livros e Artigos de Revistas científicas, com utilização dos descritores: doenças crônicas, pessoa idosa, home care, assistência domiciliar, instituição para idosos, Melhor em Casa. Foram selecionadas 25 publicações, escritas na língua portuguesa. Utilizando as palavras chaves: doença crônica, serviços de assistência domiciliar e institucionalização de longa permanência para idoso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O envelhecimento é o processo natural de todo ser humano, conforme a população vem envelhecendo, as doenças crônicas vêm aparecendo ao decorrer de diversos tipos de fatores, as associações mais comuns que podem citar é o tabagismo, a falta de atividade física e a alimentação inadequada. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Quando o idoso tem suas necessidades funcionais comprometidas, torna –se mais vulnerável, ou seja, ocasiona uma maior dependência, o que contribui para a diminuição do bem estar e a qualidade de vida (QV) (MURAKAMI; SCATTOLIN, 2010).

Os idosos acometidos pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) têm seu agravamento a partir do momento em que eles começam a depender de outra pessoa. Quando a condição de autonomia e a capacidade funcional tornam-se

comprometidas, impossibilitando de realizar atividades do dia a dia, como: tomar banho, alimentar-se e andar sozinho, por exemplo, ele passa a necessitar de atenção ininterrupta por parte de uma pessoa próxima (GURGEL; OLIVEIRA; SALLES, 2012).

O Programa Melhor em Casa é um serviço indicado para todos que apresentem dificuldades temporárias ou definitivas de sair do espaço de casa até chegar a uma Unidade de Saúde, ou ainda para as pessoas que estejam em situações nas quais a atenção domiciliar é a mais indicada para o seu tratamento (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2013).

Os benefícios do Programa Melhor em Casa estão relacionados em melhorar e ampliar a assistência do SUS a pacientes com agravos de saúde, que possam receber atendimento humanizado com o acompanhamento da família e em casa (o que é importante para a recuperação do paciente). Os pacientes que são submetidos a cirurgias e que necessitam de recuperação, a internação em casa apresenta redução de riscos de contaminação e infecção (ARAUJO et al, 2018).

O Ministério de Saúde (2013), diz que em atendimento aos pacientes do Programa, o atendimento pode ser acompanhado pela equipe multidisciplinar, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas e/ou assistente social e considera o Programa Melhor em Casa com um avanço para a gestão do sistema público de saúde, o que ajuda a desocupar os leitos hospitalares, proporcionando um melhor atendimento.

Muitas vezes a decisão de optar pela institucionalização é mal entendida pelos idosos, podendo até levar a descontentamentos. O que se pode entender, é que para o idoso a escolha da institucionalização o faz perder a autonomia, ou seja, muitas vezes o idoso se sente desrespeitado pela escolha. (EVANGILISTA et al, 2014).

A expressão “Instituição de Longa Permanência para Idosos” (ILPI) foi sugerida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia com o objetivo de expressar a função de institucionalização. Cabe as ILPI a função de atender, amplamente, as necessidades das pessoas idosas através da nova realidade sentida, no qual há aumento da sobrevivência das pessoas que apresentam redução da capacidade física, cognitiva e mental (OLIVEIRA; SOUTO, 2019).

Estudos de Oliveira e Souto (2019) relacionados as institucionalizações, afirmam que o termo “cuidado” está relacionado as ações voltadas à promoção de saúde, à prevenção de riscos e agravamentos, promoção de saúde, diagnósticos e tratamentos

de acordo com cada patologia, ações de reabilitação, cujas ações finais , são oferecer conforto ou a cura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a pessoa idosa portadora de DCNTs, não se findam, estão em constante evolução. Quando um idoso é atendido e tem o diagnóstico confirmado, desde que demonstre desejo, pode continuar seu atendimento com a equipe multiprofissional no próprio domicílio.

Diante disso, o cuidado de usuários com doenças crônicas deve ser oferecido dado de forma integral, contribuindo para a promoção de saúde da população e prevenir o desenvolvimento das doenças e suas complicações.

O idoso tem como característica básica a multiplicidade de doenças crônicas – e estas, após sua instalação não mais regridem, como é o caso das doenças crônicas não transmissíveis. Trata-se de uma característica única da velhice, razão pela qual o papel do profissional de saúde não é a busca da cura, mas a estabilização, o monitoramento e a manutenção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V. M.; SANTOS, F. H.; BUENO, F. A.; et al. **Envelhecimento: um processo multifatorial**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722009000100002&script=sci_arttext> Acesso em: 06 abril 2020.
- ARAUJO, R. C. G.; MACEDO, A. C. D.; SILVA, G. A.; et al. 2015. **Programa melhor em casa**. Acesso em: 27 maio 2020.
- ARAUJO, R. G.; PAULA, C. R.; SILVA, G. A.; et al. **Programa melhor em casa: processo de trabalho da equipe multiprofissional**. 2018. Acesso em: 10 abril 2020.
- AZEVEDO, A. L. S.; SILVA, R. A.; TOMASE, E. **Doenças crônicas e qualidade de vida na atenção primária à saúde**. 2013. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2013.v29n9/1774-1782/>> Acesso em: 3 junho 2020.
- BRASIL, **Estatuto do Idoso**. 2003. Acesso em: 10 julho 2020.
- BREMER, A. F. **Benefícios fiscais aos portadores de doenças graves e incuráveis**. 2010. Acesso em: 25 junho 2020.

CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. 2008. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/o-processo-de-envelhecimento.pdf>> Acesso em: 7 julho 2020.

ESPITIA, A. Z.; MARTINS, J. J. **Relações afetivas entre idosos institucionalizados e família: encontros e desencontros**. 2016. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/acm/revista/pdf/artigos/355.pdf>> Acesso em: 7 maio 2020.

EVANGILISTA, R. A. **Percepções e vivências dos idosos residentes de uma instituição asilar**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00081.pdf> Acesso em: 5 maio 2020.

FRAGOSO, V. **Humanização dos cuidados a prestar ao idoso institucionalizado**. 2008. Acesso em 30 abril 2020.

GALVÃO, R. C. **Análise de indicadores de monitoramento de pacientes portadores de doenças crônicas: estratégia de redução de custos**. 2011. Acesso em 6 julho 2020.

GURGEL, D. A.; OLIVEIRA, P. A.; SALLES, H. S. A. **Cuidador de idoso doente crônico e suas dificuldades**. 2012. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/kairos/article/view/13110/9639>> Acesso em: 9 julho 2020.

LABRONICI, R. C. B. **Assistência domiciliar a saúde (home health care): sua história e sua relevância para o sistema de saúde atual**. 2001. Acesso em: 5 maio 2020.

MARTINS, A. A.; SOUSA, F. C.; OLIVEIRA, F. C.; et al. **Conhecendo o perfil clínico do idoso institucionalizado: um olhar sobre a qualidade da assistência**. 2016. Disponível em: <<http://www.coren-ce.org.br/wp-content/uploads/2019/02/CONHECENDO-O-PERFIL-CL%C3%8DNICO-DO-IDOSO-INSTITUCIONALIZADO.pdf>> Acesso em: 18 maio 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/diretrizes_doencas_cronicas.pdf> Acesso em: 9 junho 2020.

MOURA, M. M. D.; VERAS, R. P. **Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência**. 2016. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/physis/2017.v27n1/19-39/pt>>. Acesso em: 22 junho 2020.

MURAMAKI, L.; SCATTOLIN, F. **Avaliação da independência funcional e da qualidade de vida de idosos institucionalizados**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1018-130X2010000100004&script=sci_arttext&tlng=en> Acesso em: 8 maio 2020.

NOGUEIRA, J. A. D.; PEREIRA, D. S. **Qualidade de vida e situação de saúde de idosos: um estudo de base populacional**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpg/v18n4/pt_1809-9823-rbpg-18-04-00893.pdf> Acesso em 15 abril 2020.

OLIVEIRA, A. M. P. L.; SOUTO, A. D. C. **Cuidado e proteção aos idosos**. 2015. Acesso em: 6 março 2020.

OLIVEIRA, M. P. F. L.; SOUTO, A. C. **Cuidado e proteção aos idosos institucionalizados na perspectiva da vigilância sanitária**. 2019. Acesso em: 29 maio 2020.

REIS, C. C. A.; MENEZES, T. M. O.; PEDREIRA, L. C.; et al. **Ser-pessoa-idosa institucionalizada: sentido do vivido à luz da fenomenologia Heideggeriana**. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672019000601632&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 15 maio 2020.

TOLDRÁ, R. C; CORDONE, R. G.; ARRUDA, B. A.; et. al. **Promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas corporais**. 2014. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/155562/A04.pdf>. Acesso em: 3 julho 2020.

VASCONCELOS, C. L. B. **Significado do processo saúde-doença crônicas-cuidados para enfermeiros que atuam na saúde pública**. 2016. Acesso em 8 maio 2020.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P.; CORDEIRO, H. A. **Modelos de atenção à saúde do idoso: repensando o sentido da prevenção**. 2013. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/physis/2013.v23n4/1189-1213/>> Acesso em: 15 março 2020.

ZATTI, C. A. **Cuidados prolongados em pacientes crônicos: conhecendo a realidade brasileira**. 2012. Disponível em: <<http://200.19.105.203/index.php/cidadaniaemacao/article/view/3100/2941>> Acesso em 23 maio 2020.

PILATES COMO MÉTODO DE INTERVENÇÃO EM IDOSOS COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA

Katia Regina de Moraes, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail:
katia.20.remo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No mundo, as doenças que afetam o sistema renal, são responsáveis por aproximadamente 850 milhões de mortes anuais e, a incidência da doença renal crônica (DRC), aumenta em torno de 8% ao ano, sendo considerado um problema global de saúde pública (SIVIERO; MACHADO; CHERCHIGLIA, 2014). No Brasil, entre o ano de 2005 a 2015, dobrou o número de pacientes em diálise, com maior concentração a faixa etária de 45 a 65 anos, o sexo masculino representa 58% desse grupo (MARINHO et al., 2017). As doenças renais encontram-se na lista brasileira de causa de mortes evitáveis, ou seja, pode-se reduzir o número de casos por meio de ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção as possíveis doenças não transmissíveis (TERRA et al., 2010).

A DCR, consiste em lesão e perda progressiva das funções renais (SIVIERO; MACHADO; CHERCHIGLIA, 2014), entretanto, a insuficiência renal crônica IRC é a fase mais avançada da doença, consiste na perda progressiva e irreversível da função renal ocorrendo a inatividade do sistema nefros, mantendo a filtração glomerular ociosa, levando a atrofia dos rins (TERRA et al., 2010). O grupo mais afetado pela IRC, é a faixa etária idosa, com maior predominância no gênero masculino (CASTRO, 2018). A manifestação da insuficiência renal crônica IRC, está relacionada com a piora dos níveis de hemoglobina, desencadeando um estado anêmico, com sintomas decorrentes da anemia, como: letargia, fadiga e incapacidade de concentração (CASTRO, 2018).

Detectar precocemente uma lesão renal é de extrema importância, pois o tratamento adequado pode estabilizar ou retardar a evolução da maioria das doenças do sistema renal (BORTOLOTTI, 2008). Pacientes com IRC, convivem com limitações decorrentes dos sintomas desencadeados pela paralisação do sistema renal, a hemodiálise e a diálise são tratamentos dolorosos e desgastante, desse modo, o indivíduo pode ter a esperança voltada para um transplante renal, porém, há uma delonga nas filas, muitos morrem à espera de um rim compatível, não sendo essa a melhor alternativa para a faixa etária idosa (TERRA et al., 2010).

Os métodos de tratamento convencionais como hemodiálise, e diálise peritoneal são processos dolorosos munidos de inúmeros efeitos colaterais como: dores de cabeça, câimbras, hipotensão, reações alérgicas, calafrios, desequilíbrio dos elétrons do sangue, vômitos e até convulsões, levando o indivíduo a uma perda da qualidade de vida (SILVA et al., 2016). O exercício físico é essencial para manter uma boa qualidade de vida da população em geral, ao manter-se ativo, o indivíduo pode prevenir a obesidade e combater o sedentarismo, fatores que podem vir a desencadear doenças crônicas e hipocinéticas (BORTOLOTTI, 2008). A prática de exercícios físicos, mostra-se eficaz no controle e prevenção de doenças como da hipertensão e a diabetes que contribui para o surgimento e evolução da IRC (HASHIMOTO; AVILA; ZAMAI, 2016). Visto que, a hipertensão e a diabetes são fatores da causa ou consequência da IRC, o exercício é visto como um grande aliado, trazendo equilíbrio físico e mental, as modalidades de exercícios são diversificadas, podendo ser alongamentos, dança, consciência corporal e pilates (BORTOLOTTI, 2008; HASHIMOTO; AVILA; ZAMAI, 2016).

Dentre diferentes métodos de treinamento, o pilates é um método que aprimora a capacidade cardiorrespiratória, proporciona aumento da densidade óssea, melhora na composição corporal, melhora da força e da resistência muscular, da coordenação, do equilíbrio, da flexibilidade, promovendo a melhora funcional de forma significativa e o avanço da autonomia para os idosos (ENGERS et al., 2016). Neste sentido, o objetivo deste trabalho é verificar os efeitos do método pilates no auxílio do tratamento da insuficiência renal crônica em indivíduos idosos.

2 MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, qualitativa de abordagem dedutiva, onde foi utilizado o método indireto. Houve o levantamento nas bases de dados do *Scielo*, *Pubmed* e *Bireme*, utilizando as palavras-chaves: idoso, pilates e insuficiência renal crônica. Dos 100 artigos encontrados, 50 foram excluídos por não abordarem a temática escolhida, restando 50 para a leitura e análise, sendo selecionados 32 artigos, após esse processo, 9 foram excluídos, por abordarem informações muito similares. O ano de publicação variou de 2008 a 2019, todo material foi lido, comparado e analisado criticamente (GIL, 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por ano, no mundo, ocorrem aproximadamente 850 milhões de mortes em decorrência das doenças renais, gerando preocupações de maneira significativa a saúde pública mundial (SIVIERO; MACHADO; CHERCHIGLIA, 2014; FUKUSHIMA, 2017); no Brasil, o número de pacientes em diálise, dobra a cada década (MARINHO et al., 2017). Com um exame laboratorial pode-se identificar uma possível lesão renal, quantificando os níveis de creatinina (proteína produzida no sangue) em uma amostra de sangue colhida em tempo determinado (TERRA et al., 2010).

Os estágios da insuficiência renal crônica IRC, são classificadas de acordo com os níveis da taxa de filtração glomerular (TFG), essa taxa indica a perda das funções renais e, em qual estágio a doença se encontra, de zero a um, a função renal ainda é considerada estável, sendo indicado como doença renal crônica IRC, do nível dois ao quinto (ROSO et al., 2013). De 2 a 3A, são considerados estágios iniciais da IRC, 3B, 4, são classificados como estágios avançados, condição que o sistema renal sofre uma redução significativa, deixando de desempenhar adequadamente todas as suas funções essenciais, o nível 5, retrata a IRC terminal ou dialítica (ROSO et al., 2013).

A hipertensão arterial, pode ser a causa ou a consequência de uma disfunção do trato renal, o descontrole da PA, pode desenvolver um quadro grave de IRC de natureza microvascular (BORTOLOTTI, 2008). Outra doença crônica que pode levar o indivíduo á nefropatias do tipo IRC, é o diabetes mellitos (DM), do tipo 2, obesos podem vir a desenvolver o DM 2 e a hipertensão, por esses fatores, a obesidade contém aspectos multifatoriais que podem levar a IRC (PERES et al., 2016); todas as nefropatias, podem ser causadas por outras patologias, ou serem consequência delas (SILVA et al., 2016). Indivíduo portador da IRC, poderá ser submetido a diálise peritoneal, hemodiálise ou a transplante renal (SILVA et al., 2016); na hemodiálise, o paciente é submetido a inserção de uma fístula arteriovenosa, ou cateter, para que a máquina trabalhe de maneira a substituir a função dos rins doente (SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA, 2013); a faixa etária idosa e com maior número de comorbidades, é um dos grupos mais afetado pelas doenças do sistema renal e; na grande maioria das vezes, não se cogita o tratamento em forma de transplante, já que correm um risco aumentado de vir a óbito durante a cirurgia (CASTRO, 2018).

Existe uma importante relevância nas formas de tratamento não farmacológicos; que auxilia nas terapêuticas convencionais (hemodiálise, e diálise peritoneal)

(RAHIMIMOGHADAM et al., 2018). Os tratamentos não farmacológicos agem trabalhando de forma preventiva e conjunta com as convencionais, trazendo qualidade de vida e bem estar (CASTRO, 2018).

O pilates, uma intervenção alternativa, auxiliou no tratamento de pacientes em hemodiálise, trazendo um bom custo benefício (PINTO et al., 2014). Independente do estado de saúde do indivíduo, a prática do pilates, trabalha melhorando a aptidão cardiorrespiratória (RODRÍGUEZ et al., 2019).

O treinamento muscular inspiratório realizado com o método pilates, proporcionou uma melhora na função pulmonar e no condicionamento físico de pacientes idosos (ALVARENGA et al., 2018); e os exercícios realizados pelo método pilates levou ao aumento significativo da pressão expiratória máxima (LOPES; RUAS; PATRIZZI, 2014). Um programa de exercício físico realizado em pacientes com IRC em hemodiálise, resultou em elevada melhora na qualidade de vida, bem estar e satisfação, obtendo assim a ausência de problemas clínicos decorrentes do pratica de exercício físico, sendo ela programada e sistematizada, de acordo com a individualidade biológica desses pacientes (HASHIMOTO; AVILA; ZAMAI, 2016).

Devido ao baixo risco de lesão, o método pilates tem sido indicado para a população idosa, envolve a questão de ser um atendimento individualizado (ENGERS et al., 2016). Pacientes pós operatório renal, que foram submetidos a exercícios baseados no pilates com intervenções farmacológicas, obtiveram resultados significativos na qualidade de vida e nas funções pulmonares, além disso, trouxe melhora da força, flexibilidade e postura (WAKED; OSMAN; DEGHIDI, 2016).

A área de reabilitação renal, apoia o programa de treinamento físico pilates, nos pacientes de hemodiálise, por melhorarem características morfológicas, aptidão física, características comportamentais e distúrbios funcionais que acompanham a IRC terminal (WAKED; OSMAN; DEGHIDI, 2016). Os exercícios do pilates trabalham corpo e mente, onde incorpora técnicas de respiração e controle muscular, melhorando de maneira global a saúde de portadores IRC (WAKED; OSMAN; DEGHIDI, 2016).

O protocolo de exercícios realizado por meio do pilates, foi aplicado em pacientes hospitalizados, portadores de IRC, propondo trabalho de força, equilíbrio e consciência corporal, o objetivo foi atingido, resultando na melhora da força, equilíbrio e consciência corporal (PINTO et al., 2014). Um estudo realizado no hospital Akhavan no Irã, analisou 50 pacientes de hemodiálise, o grupo de intervenção, recebeu um protocolo com 13

exercícios de pilates adaptados durante dois meses, sendo 3 sessões de 45 minutos por semana, no início, cada movimento tinha 4 repetições, a cada semana de intervenção aumentava-se gradualmente as repetições, realizando até 10 repetições por movimento, somados aos cuidados de rotina (RAHIMIMOGHADAM et al., 2016). Devido aos resultados positivos encontrados com exercícios de pilates em idosos portadores da IRC em tratamento, sugere-se a inclusão desse programa em protocolos de pacientes idosos submetidos a hemodiálise (RAHIMIMOGHADAM et al., 2016).

Estudo clínico, utilizou para avaliar a qualidade de vida de 60 portadores de IRC em hemodiálise, com idade entre 18 á 70 anos na cidade de Kashan no Iran, uma intervenção com 13 exercícios adaptados de pilates, realizado nos hospitais Shahid Beheshti e Akhavan (KHEIRKHAH et al., 2016). Os exercícios de pilates adaptados como, ponte, cem, enrole, circulo de pernas nos dois sentidos, balancim com pernas fechadas, trecho único de perna reta, duplo alongamento de perna, alongamento de coluna para frente, chute com uma perna, chute lateral para cima e para baixo, circulos laterais do chute, posição de descanso (alongamento e relaxamento) e ondulação, foram considerados eficaz para a melhora de qualidade de vida de pacintes em hemodiálise, devido aos benefícios e segurança do método, propondo a inclusão desse protocolo para pacientes em hemodiálise com IRC (KHEIRKHAH et al., 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o método pilates contribuiu no tratamento da insuficiência renal crônica em indivíduos idosos, pois promove um significativo aprimoramento do fluxo sanguíneo, regulando assim as taxas de filtração glomerular, consequentemente controlando a pressão arterial. A frequência de treinamento do método pilates, com a média de 3 sessões semanais, e aproximadamente 45 minutos de duração de uma sessão, contribuiu importantemente no quadro clínico da IRC. Se o idoso se encontra em níveis iniciais da IRC pode-se evitar a evolução para as fases terminais, o método pilates contribuiu para qualidade de vida, sendo assim um método indicado para a prevenção, controle e auxílio dos tratamentos convencionais da IRC.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, G. M et al. A influência do treinamento muscular inspiratório combinado com o método Pilates na função pulmonar em mulheres idosas: um estudo controlado aleatoriamente. **Clinics**. São Paulo, 2018, v. 73. Disponível em: <<https://doi.org/10.6061/clinics/2018/e356>> Acesso em 15 de julho de 2020.

ANTUNES, Luís F. et al. Insuficiência renal induzida por contraste: estudo prospectivo. **Angiologia e Cirurgia vascular**, v. 9, n. 2, p. 59-63, 2013.

BORTOLOTTO, L. A. Hipertensão arterial e insuficiência renal crônica. **Revista Brasileira de hipertensão**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 152-155, 2008.

CASTRO, M. C. M. Tratamento conservador de pacientes com doença renal crônica que renuncia à diálise. **Revista instituto de nefrologia de Taubaté e São José dos Campos**. Taubaté, v. 41, n. 1, p. 95-102, 2018.

ENGERS, Patrícia Becker et al. Efeitos da prática do método Pilates em idosos: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 56, n. 4, p. 352-365, 2016.

FUKUSHIMA, R. L. M. Atividade Física em adultos e idosos com doença renal crônica: um estudo de comparação. Dissertação (Programa de pós-graduação em motricidade) – UNESP, 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas S. A; 2008.

HASHIMOTO, R. F. C.; D'AVILA, R.; ZAMAI, C. A. Efetividade de um programa educacional voltado à prática de atividade física em pacientes com insuficiência renal crônica em hemodiálise. **Revista saúde e meio ambiente**, v. 3, n. 2, p. 77-94, 2018.

KHEIRKHAH, D et al. Effects of Pilates Exercise on Quality of Life of Patients on Hemodialysis. **Crit Care**, v. 9, n. 3, p. 6981, 2016.

LOPES, E. D. S; RUAS, G; PATRIZZI, L. J. Efeitos de exercícios do método pilates na força muscular respiratória de idosas: um ensaio clínico. **Revista brasileira de geriatria gerontologia. (Online)**. Rio de janeiro, v. 17, n. 3, p. 517-523, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13093>> Acesso em 12 de agosto de 2020.

MARINHO, A. W. G. B et al. Prevalência de doença renal crônica em adultos no Brasil: Revisão sistemática da literatura. **Revista Cadernos Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 379-388, 2017.

PERES, Luís AB et al. Aumento na prevalência de diabete melito como causa de insuficiência renal crônica dialítica: análise de 20 anos na Região Oeste do Paraná. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 51, n. 1, p. 111-115, 2007.

PINTO, J. S. S. T et al. Effectiveness of conventional physical therapy and Pilates method in functionality, respiratory muscle strength and ability to exercise in hospitalized chronic renal patients: A study protocol of a randomized controlled trial. **Journal of Bodywork & Movement Therapies**, v. 19, n. 4, p. 604-615, 2015. (Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jbmt.2014.08.003>> Acesso em 16 de maio de 2020.

RAHIMIMOGHADAM, Zahra et al. Effects of Pilates exercise on general health of hemodialysis patients. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, v. 21, n. 1, p. 86-92, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jbmt.2016.05.012>> Acesso em 10 de junho 2020.

RODRIGUES, S. G. B et al. Pilates method in personal autonomy static balance and quality of life of elderly females, **Journal of Bodywork & Movement Therapies**, v. 14, p. 195- 202, 2010.

FERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, Rubén et al. Pilates method improves cardiorespiratory fitness: A systematic review and meta-analysis. **Journal of clinical medicine**, v. 8, n. 11, p. 1761, 2019.

ROSO, C. C et al., Aspectos clínicos das pessoas com insuficiência renal crônica em tratamento conservador. **Revista Da Rede De Enfermagem do Nordeste**. Santa Maria, RS, v. 14, n. 6, p. 1201-8, 2013.

SANTOS, J. L. R. Pilates aprimorando o equilíbrio em idosos: revisão integrativa. **Revista Portal de divulgação**, n. 12, julho 2011. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php>> Acesso em 16 de abril de 2020.

SILVA, S. B et al. Uma comparação dos custos do transplante renal em relação às diálises no Brasil. **Revista Cadernos Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 6, p. 00013515, 2016.

SIVIERO, P. C. L.; MACHADO, C. J.; CHERCHIGLIA, M. L. Insuficiência renal crônica no Brasil segundo enfoque de causas múltiplas de morte. **Revista Caderno Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 75-85, 2014.

Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN. Dia mundial do rim. Arquivos da sociedade Brasileira de Nefrologia, 2013. Disponível em: <arquivos.sbn.org.br/pdf/release.pdf> Acesso em 27/03/2020.

TERRA, F. S et al. O portador de insuficiência renal crônica e sua dependência ao tratamento hemodialítico: Compreensão fenomenológica. **Revista Brasileira de Clínica Médica**. Alena's, MG, v. 8, n. 4, p. 306, 2010.

WAKED, IS.; OSMAN, EM; DEGHIDI, A. HN. Efficacy of Pilates exercises in improving pulmonary functions and quality of life after renal transplantation: A randomized. International. **Journal of Health Sciences & Research**, v. 6, n. 1, p. 246-253, 2016. Disponível em: <www.ijhsr.org> Acesso em 9 de junho de 2020.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES UTILIZADAS EM SAÚDE

Gustavo Venancio, Simone Manechini Calciolari, Gercilene Cristiane Silveira, Adriane Lopes, e-mail: simonecaljau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O câncer apresenta-se como a segunda maior causa de mortes por doença nos países desenvolvidos, e a terceira nos países em desenvolvimento, um dos motivos para essa realidade é o diagnóstico tardio, quando a doença se encontra em estágio avançado ou sem possibilidades de cura (WATERKEMPER; REIBNITZ, 2010).

O tratamento do câncer pode ser realizado através de cirurgia, radioterapia, quimioterapia, hormonioterapia e, em alguns casos, transplante de medula óssea, de forma individualizada ou, mais comumente, pela combinação dessas modalidades de tratamento (BRASIL, 2019). Os tratamentos e/ou a associação deles são considerados importantes para a evolução positiva do quadro de saúde do paciente (VIEIRA et al., 2014). No entanto, não são somente as questões fisiológicas e medicamentosas que importam para assegurar o bem-estar e a qualidade de vida do paciente oncológico (VIDOTTI; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

Práticas Integrativas e Complementares (PICs) na saúde, segundo Pinheiro, Machado e Guizardi (2011, p. 75) referem-se a “um exercício dialógico ético político, de natureza interdisciplinar, sobre a construção de saberes e práticas no cotidiano das instituições de saúde”.

Pinheiro, Machado e Guizardi (2011) a institucionalização das PICs está pautada na racionalidade da medicina moderna em responder as demandas das pessoas por cuidado. Essa razão demonstra a possibilidade da menor utilização de meios tecnológicos, tornando o tratamento acessível, sem diminuir a eficácia curativa nas situações mais gerais e comuns de adoecimento da população. Por outro lado, a eficácia e resolutividade nas PICs resultam da satisfação que os pacientes encontram no seu tratamento. Assim, os autores identificaram:

que tais práticas integrativas têm-se destacado ao provocar mudanças em hábitos de vida e a estimular a participação ativa da pessoa frente a sua doença. Um dos principais fatores de transformação dessas práticas tem sido a inversão do paradigma de doença para o de saúde, segundo o qual não se limita a cura da doença, mas principalmente mantém ou busca saúde (PINHEIRO; MACHADO; GUIZARDI, 2011, p. 80).

A preocupação da PICs é capacitar os pacientes para o autocuidado, tornando-o responsável pela sua saúde dentro das suas responsabilidades, alterando práticas, hábitos e costumes do cotidiano. O contato com as práticas alternativas nos serviços, incentiva uma postura ativa e uma visão crítica sobre seu próprio corpo (CINTRA; FIGUEIREDO, 2010).

No Brasil, o Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS) implementou, em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que possibilitou ampliação da disponibilidade da oferta das PIC aos usuários do SUS. As PIC constituem-se como apoio à terapêutica convencional e incluem uma variedade de conhecimentos e técnicas, que podem ser acessadas de acordo com indicações de profissionais ou pela busca ativa de pessoas saudáveis ou enfermas (GURGEL et al., 2019).

O Sistema Único de Saúde (SUS) institucionalizou, até o momento, com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), 29 práticas. São elas: apiterapia; aromaterapia; arteterapia; ayurveda; biodança; bioenergética; constelação familiar; cromoterapia; dança circular; geoterapia; hipnoterapia; homeopatia; imposição de mãos; medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde; medicina tradicional chinesa – acupuntura; meditação; musicoterapia; naturopatia; osteopatia; ozonoterapia; plantas medicinais – fitoterapia; quiropraxia; reflexoterapia; reiki; shantala; terapia comunitária integrativa; terapia de florais; termalismo social/crenoterapia e yoga (ASBRAN, 2020. p. 1).

A utilização de PIC nos pacientes com diagnóstico de câncer é elevada e, muitas vezes, acontece sem o conhecimento da equipe multiprofissional de saúde que realiza o tratamento para a neoplasia. Dentro deste contexto, o conhecimento dos profissionais de saúde por PIC apresenta-se como estratégia de tratamento no âmbito da saúde no Brasil. Assim sendo, este estudo teve por objetivo identificar práticas integrativas e complementares usadas em saúde, bem como o conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre essas modalidades terapêuticas.

2 MÉTODO

Foi realizada uma revisão bibliográfica de literatura, método que permite a busca de análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema, possibilita a síntese de vários estudos publicados, permite a geração de novos conhecimentos e pode apontar lacunas de conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), para o processo de elaboração de uma revisão integrativa, necessita-se de fases critérios, tais como: definição da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão com busca na literatura, definição das informações a serem extraídas dos estudos, avaliação dos estudos incluídos, interpretação dos resultados e síntese dos dados.

Inicialmente, foi realizada uma busca de artigos empíricos completos disponíveis na íntegra. A pergunta norteadora do estudo foi: Como são utilizadas as PIC pelos profissionais de saúde no Brasil? Palavras-chave foram utilizadas nas línguas portuguesa e inglesa que constam nos Descritores em Ciências da Saúde da Bireme (DeCS): “Práticas Integrativas e Complementares” (complementary and integrative practices) e (AND) “profissionais da saúde” (health professionals) nas respectivas bases de dados: Medline, PubMed, LILACS, SciELO.

Foi empregado um limite de data entre 2005 e 2020 na estratégia de busca, sendo que a busca propriamente dita foi realizada no mês de março de 2020. Após a varredura os estudos foram analisados por meio da leitura dos resumos visando aplicar os critérios de inclusão/exclusão dos trabalhos para análise posterior. Os critérios de inclusão empregados foram: Estudos científicos completos nos idiomas português e inglês desenvolvidos no Brasil que abordassem a temática proposta. Além destes os descritores utilizados, deveriam constar no título, assunto ou resumo do trabalho. Os estudos que não se enquadravam nestes termos foram excluídos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 27 artigos para a realização desse estudo e, destes 21 foram excluídos, sendo mantidos apenas os que se encaixavam nos critérios de inclusão, tendo sido elencados 6 artigos para análise. O período das publicações analisadas nesta revisão integrativa foi de 2017 a 2020, sendo um artigo do ano de 2017, três de 2019, dois do ano de 2020. Os dados extraídos dos estudos selecionados foram descritos a seguir.

Inicialmente, a PNPIC elencava apenas cinco PIC em suas diretrizes para serem empregadas no SUS com o intuito de promover a recuperação, a manutenção e a prevenção da saúde dos usuários, além da cura de algumas doenças, são elas: a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura; a Homeopatia; as Plantas Medicinais/Fitoterapia; o Termalismo/Crenoterapia; e a Medicina Antroposófica. Entretanto, ao reconhecer a crescente utilização de outras práticas baseadas em conhecimentos tradicionais pela população de uma forma em geral, o MS incluiu, entre os anos de 2017 e 2018, novos recursos terapêuticos à PNPIC, por meio

da Portaria nº 849/2017 e da Portaria nº 702/2018. Com as medidas, o SUS passou a ofertar, atualmente, 29 dessas práticas (RUELA et al., 2019. p. 4246).

Atualmente no Brasil, alguns municípios e Estados regulamentaram as PIC, destacando-se a Política Municipal de PIC, como exemplificado por Vitória no Estado do Espírito Santo. Esta perspectiva foi construída a partir do envolvimento de atores sociais e institucionais. Em outras capitais, como foi o caso de Recife a política de utilização destas foi desenvolvida a partir de instâncias superiores e por líderes da gestão (FERRAZ et al., 2020).

Diante das opções de PIC incentivadas pelas políticas públicas, os resultados deste estudo mostram que muitas dessas não foram abordadas pelos autores ou foram apenas citadas, sem aprofundamentos. Houve, com isso, o predomínio de estudos que abordaram várias práticas na mesma investigação, como por exemplo: a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia, entre outras, analisando a implantação e organização dessas e o conhecimento dos usuários e dos profissionais sobre as PIC; bem como daqueles estudos que apontaram um contexto geral das terapias no SUS, sem fazer especificação das práticas usadas. Assim, foi possível observar a escassez de estudos que aprofundassem o uso de algumas práticas, como o Termalismo/Crenoterapia e a medicina Antroposófica, apontando uma lacuna para a utilização dessas no SUS. Entretanto, isso pode ser um reflexo da baixa oferta de tais terapias nos serviços, o que impossibilita a discussão dessas práticas nos estudos analisados (RUELA et al., 2019. p. 4246).

Em um estudo realizado por Kracik et al. (2020), foi evidenciado que a maioria dos profissionais que atuam na área médica, referiram desconhecer as PNPIC. Poucos relataram interesse pelas modalidades terapêuticas descritas, sendo pequena a parcela dos que desejam se especializar ou se capacitar nessa área médica. Algum destes profissionais referiu querer conhecer mais sobre as práticas e concordaram com a inclusão delas no SUS, porém apenas a inclusão de algumas PIC.

Diversos estudos têm evidenciado que os profissionais de enfermagem são profissionais que se destacam na implementação e utilização das PIC, uma vez que os princípios de sua formação são congruentes aos paradigmas desta ciência. Além do mais, possuem respaldo legal para a atuação em serviços públicos e privados. Contudo, ainda é pequeno o contingente desses profissionais que atuam com essas terapias ou possuem conhecimento para prescrever e encaminhar os usuários para esse tipo de serviço. Isso pode ser devido às lacunas durante a formação profissional, uma vez que temas relacionados às PIC quase não são abordados durante a graduação, contudo neste estudo foi possível identificar uma maior percepção quanto as PIC (AZEVEDO et al., 2019).

Segundo Plácido et al. (2019), em um estudo realizado com gestores de UBS, com relação à utilização de alguma PIC para sua própria saúde ou de um familiar, as respostas foram que a maioria já havia utilizado de recursos como acupuntura e afirmaram que as PICs corroboram a manutenção de modo de vida saudável. O resultado encontrado no presente estudo permite uma reflexão otimista, já que os gestores referenciaram não conhecer a PNPIC, porém ao saber que alguns deles já fizeram uso de uma prática, e mostraram entender o que são as mesmas, favorece a expectativas positivas do entendimento da importância das PICs na UBS.

Em um estudo realizado Gontijo e Nunes (2017), foi evidenciado que a maioria dos profissionais conhece parcialmente as práticas integrativas e complementares, onde estes mesmos considera mais eficiente a acupuntura e a fitoterapia, desconhece a antroposofia e o termalismo, tem menor credibilidade na homeopatia, desconhece a política nacional de práticas integrativas e complementares, considera que seus conhecimentos não foram obtidos durante a graduação, mas principalmente pela leitura e experiência em família, entende que estas práticas devem ser inseridas na graduação e que são importantes para a profissão e para o serviço.

Neste estudo foi possível evidenciar a ausência e falta de conhecimento de profissionais de saúde com relação as práticas integrativas e complementares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PIC são oferecidas no SUS e a carência de dados sobre algumas práticas se apresentam como uma certa restrição sobre o atual contexto dessa abordagem. Alguns reflexos positivos para os usuários e para os serviços que apoiaram à sua utilização foram destacados, mas há muitos desafios em relação ao seu acesso e à sua utilização, especialmente pela falta de capacitação dos profissionais.

Assim, torna-se necessário que novos estudos sejam realizados abordando a história das práticas complementares após a criação da PNPIC. Ainda existem poucas evidências, contudo, é possível compreender baixa adesão e baixo conhecimento acerca das práticas e a necessidade de novos estudos e incentivo ao uso das PIC, principalmente para os profissionais da área da enfermagem.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN). **Asbran participa de seminário do CFN sobre PICS antes de resolução ser publicada.** 2020. Disponível em: <<https://www.asbran.org.br/noticias/asbran-participa-de-seminario-do-cfn-sobre-pics-antes-de-resolucao-ser-publicada>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

AZEVEDO, Cissa et al. Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, e20180389, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000200226&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **Tratamento do câncer.** 2019. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tratamento>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CINTRA, Maria Elisa Rizzi; FIGUEIREDO, Regina. Acupuntura e promoção da saúde: possibilidades no serviço público de saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 32, p. 139-154, mar. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FERRAZ, Ivana Santos et al. Expansão das práticas integrativas e complementares no Brasil e o processo de implantação no sistema único de saúde. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José, n. 38, p. 196-208, jun. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682020000100196&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GONTIJO, Mouzer Barbosa Alves; NUNES, Maria de Fátima. Práticas Integrativas E Complementares: Conhecimento e Credibilidade de Profissionais do Serviço Público de Saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 301-320, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000100301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2020.

GURGEL, Isabela Oliva et al. Prevalência de práticas integrativas e complementares em pacientes submetidos à quimioterapia antineoplásica. **Cogitare enferm.**, v. 24, e64450, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/64450>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KRACIK, Maria Luiza Amaral et al. Medicina Integrativa: um parecer situacional a partir da percepção de médicos no Sul do Brasil. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1095-1105, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912309>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2020.

PINHEIRO, Roseni; MACHADO, Felipe Rangel; GUIZARDI, Francini Lube. Cidadania no cuidado: um ensaio sobre os caminhos de se (re)pensar a integralidade nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. In: BARRETO, A. F. (Org.). **Integralidade e saúde**: epistemologia, política e práticas de cuidado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. Cap. 4, p.75-94. Disponível: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/int-2552>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PLÁCIDO, André Lima et al. Percepção dos Gestores das Unidades Básicas de Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares. **Rev. Mult. Psic.**, v. 13, n. 43, p. 865-872, 2019. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1567>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RUELA, Ludmila de Oliveira et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4239-4250, nov. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001104239&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VIDOTTI, Janaína de Fátima; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Qualidade de vida em sobreviventes de longo prazo ao câncer de mama: análise da produção científica. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 49-68, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VIEIRA, Elisabeth Meloni et al. Experience of sexuality after breast cancer: a qualitative study with women in rehabilitation. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 3, p. 408-414, Jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692014000300408&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2020.

WATERKEMPER, Roberta; REIBNITZ, Kenya Schmidt. Cuidados paliativos: a avaliação da dor na percepção de enfermeiras. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 31, n.1, p. 84-91, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472010000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2020.

RISCOS OCUPACIONAIS DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM EM INSTITUIÇÕES HOSPITALARES: ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO

Michelle Beatriz Alves Tortola Brito, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: michellebeatrizenf@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os processos laborativo e o de produção, estabelecidos no contexto do trabalho e nos quais o trabalhador participa como agente podem-se compor em fatores determinantes para o desgaste de sua saúde (GUERRA, 2016). Silva (2014) revela que os profissionais de enfermagem estão expostos a inúmeros riscos advindos de seu processo de trabalho, sendo os principais fatores de adoecimento: contaminação por fluídos ou sangue pela constante de manipulação o que por descuido acidental pode causar contaminação, agressões físicas e verbais, à radiação e a ruídos devido a problemas elétricos, falta de material necessário, elevada carga física e estresse, sendo a violência é o fator apontado como o mais preocupante.

Os agravos à saúde relacionados ao trabalho são classificados em dois grupos: no primeiro incluem-se aqueles que traduzem uma ruptura abrupta do equilíbrio entre as condições e o ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador, como os acidentes de trabalho e as intoxicações agudas de origem profissional. O segundo grupo inclui agravos de caráter crônico: a doença profissional típica, definida como aquela inerente ou peculiar a determinado ramo de atividade (SILVA et al, 2016).

O trabalho em ambiente hospitalar é considerado dinâmico, estimulante e heterogêneo e apresenta uma série de peculiaridades que podem ocasionar riscos à saúde dos trabalhadores. Os riscos ocupacionais têm origem em atividades insalubres e perigosas, cuja natureza, condições ou métodos de trabalho, bem como os mecanismos de controle sobre os riscos ocupacionais que são gerados pelos seguintes agentes causadores de agravos à saúde no ambiente de trabalho: agentes físicos, agentes químicos, agentes ergonômicos, agentes mecânicos, agentes biológicos e agentes psicossociais (BRASIL, 1995).

A presente pesquisa objetiva investigar possíveis estratégias de prevenção e o gerenciamento dos riscos ocupacionais na equipe de enfermagem no ambiente hospitalar.

2 MÉTODO

A presente pesquisa trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL), que segundo Souza et al (2010), tem como principal objetivo proporcionar a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.

Foi utilizada, como norteador desta pesquisa, a estratégia denominada População, Fenômeno de interesse e Contexto (SANTOS et al., 2007). Nesta revisão, a População (P) abrangeu os profissionais de enfermagem; o Fenômeno de Interesse (I), os riscos, e o Contexto (Co) referiu-se ao processo laboral.

Assim sendo, de acordo com as orientações de Mendes et al (2008) como primeiro passo da RIL foi construída a questão de pesquisa, a partir da estratégia supracitada: Quais as principais estratégias de prevenção aos riscos ocupacionais a que a equipe de enfermagem está exposta?

Na segunda etapa da RIL, foram estabelecidos como critérios de inclusão: 1. Publicações no formato artigo, referentes aos últimos 10 anos (2011 – 2020); 2. Publicações no idioma português; 3. Publicações com textos completos disponíveis online. Como critérios de exclusão, delineou-se: 1. Publicações que não respondessem à pergunta norteadora; 2. Publicações duplicadas;

Na terceira etapa da RIL, definiu-se as informações a serem coletadas, a fim de facilitar a categorização dos estudos e, para tal, utilizou-se um instrumento com as seguintes variáveis: título, autores, periódico, ano, método, resultados.

Na quarta etapa realizou-se a coleta de dados nas bases científicas. A busca foi realizada em março de 2020, nas bases Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medline (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) e BDEnf (Base de Dados de Enfermagem), por meio do portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a busca, utilizaram-se os descritores 1. Riscos Ocupacionais, 2. Enfermagem, 3. Prevenção.

Em seguida, foi realizada a análise dos estudos selecionados. A análise e a síntese dos dados obtidos dos artigos foram executadas de forma descritiva,

permitindo examinar, contar, descrever e classificar os dados, com o objetivo de englobar a compreensão e conhecimento produzidos acerca do assunto abordado na revisão. Os resultados serão apresentados por categorias temáticas que emergiram do material selecionado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Usando os descritores listados e aplicando-se os filtros que atendem aos critérios de inclusão, foram encontrados 122 trabalhos na primeira busca. Após leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 29 para análise. Para discussão dos resultados, identificou-se categorias temáticas, conforme seguem:

- Fatores e condições mais frequentes que afetam as condições de trabalho:

As condições de trabalho nos hospitais ao longo do tempo são consideradas inadequadas devido às peculiaridades do meio ambiente e às atividades nele desenvolvidas. Essas condições potencialmente geram exaustão física e emocional, determinando o perfil de morbidade dos trabalhadores, assim como o trabalho em UTI, como mostrado por Silva et al. (2017).

Sousa (2020) destaca que as principais adversidades encontradas pelos profissionais de enfermagem estão relacionadas ao estresse ocupacional, dificuldade de comunicação e desvalorização profissional.

O enfrentamento diário a situações extremamente estressantes é apontado como grande causador de transtornos psicossociais e Síndrome de Burnout em enfermeiros. Tal fator é denominado estresse ocupacional (MESQUITA et al., 2014).

Com relação aos acidentes com material perfurocortante entre profissionais de saúde, as circunstâncias envolvem descarte inadequado de material e punções venosas, sendo agulhas, lâminas e bisturis os objetos mais envolvidos nos acidentes (SANTOS & NOVAES, 2018). Lopes (2017) aponta que tais acidentes decorrem da deficiência no conhecimento acerca de normas de prevenção, atitudes inadequadas sobre higienização e ao uso de EPI.

Rodrigues et al. (2017), disserta que o descuido possa estar entre as principais causas de acidentes, derivados por processos de desgaste que contribuem para uma perda da capacidade laboral dos enfermeiros.

Porto e Marziale (2016) atribuem a baixa adesão dos trabalhadores as precauções padrão ao comportamento de risco assumido, deficiências na formação, falta de conscientização, inadequação dos EPI e condições e jornadas de trabalhos excessiva.

Os profissionais de enfermagem estão ainda sujeitos ao risco químico, visto que muitas vezes são utilizadas substâncias muito tóxicas que podem causar danos à saúde (CORREA & SOUZA, 2012).

Riscos ergonômicos surgem de atividades relacionadas ao profissional/paciente que podem interferir nas características psicofisiológicas do trabalhador para executar tarefas diárias no trabalho (SILVA et al., 2011).

- Condições clínicas frequentemente relatadas:

Baptista et al. (2018) relatam que o afastamento dos profissionais de enfermagem tem como principais causas doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (24,4%), transtornos mentais e comportamentais (22,6%), e lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (6,7%).

O estudo de Nery et al. (2013) demonstrou uma prevalência de 75% de desconforto musculoesquelético em profissionais de enfermagem que exercem funções em unidades de terapia intensiva, sendo o sexo feminino mais acometido.

A síndrome de *Bournout* é também apontada como um grande problema patológico para a equipe de enfermeiros por Larré et al. (2018).

- Estratégias para minimização dos riscos e promoção da saúde ocupacional:

Pereira et al. (2018) destacam a necessidade de treinamentos permanentes sobre os conhecimentos da importância do uso correto das medidas de proteção, que além de prevenir acidentes de trabalho com exposição à agentes biológicos, também minimiza as possíveis consequências desta ocorrência, como sentimentos de medo, preocupação, ansiedade, entre outros, de toda a equipe.

Através da educação é possível proporcionar a evolução do conhecimento crítico e reflexivo dos trabalhadores, a fim de conhecer a percepção da equipe, com o objetivo de melhorar a qualidade no serviço prestado (ZUGE et al., 2012).

A fim de minimizar a ocorrência de síndrome de *Bournot* em enfermeiros, Larré et al. (2018) sugerem métodos de redução da carga horária, melhoria nos recursos humanos e materiais, educação permanente, e o plano de salário compatível. Mesquita et al. (2014) destacam que o apoio psicológico pode auxiliar

a qualidade de vida das pessoas que sofrem de estresse ocupacional, bem como refletir em melhor desempenho nas atividades de sua rotina.

Para redução dos riscos ocupacionais, Bittencourt et al. (2017) complementa que a ação educativa deve estimular a reflexão, promover autonomia e a postura protetora de si e do próximo. Os principais EPIs para o enfermeiro são: luvas de procedimento, sapatos de borracha, mascarás comuns, luvas de borracha, óculos e avental (STANGANELLI et al., 2015).

Nesse sentido, identificar situações de exposição, como o realizado por um Central de Material e Esterilização (CME), permite implementar estratégias de intervenção em saúde e melhorar a qualidade de vida no trabalho (ZUGE et al., 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampla revisão interativa realizada permitiu identificar os principais fatores que de riscos ocupacionais a que estão expostos os trabalhadores de enfermagem. A identificação destes fatores permite o desenvolvimento de sugestões pertinentes com relação as mudanças no ambiente de trabalho para minimizar os riscos em procedimentos de assistência e no ambiente laboral, para a melhoria da assistência à saúde.

Riscos/perigos e procedimentos no trabalho estão relacionados à interação do trabalhador com uma diversidade de substâncias e materiais em espaços físicos inadequados, aprimorados pelo ritmo acelerado do trabalho, pressão dos supervisores, turnos longos, uso inadequado ou até mesmo não utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e falta de medidas coletivas de proteção.

A maior parte dos artigos utilizados focaram no estudo de complicações ocupacionais físicas, tais como: incidência de LER/DORT; desgaste físico das articulações, músculos e ligamentos; acidentes ocupacionais com material perfurocortante; entre outras. No entanto, os transtornos mentais e comportais foram os principais fatores atribuídos aos afastamentos dos trabalhadores.

Evidenciou-se que os fatores desencadeantes do estresse ocupacional estão relacionados à proximidade com o sofrimento humano, dificuldade em compartilhar conhecimento entre os membros da equipe multiprofissional, alta carga horária, demanda por trabalho, pressão exercida por gestores e pacientes,

baixa remuneração, instabilidade no trabalho, trabalho desenvolvido em alta complexidade e o acúmulo de funções na prática diária.

É necessário que os principais agentes causadores de estresse sejam identificados, analisados e amenizados. O enfrentamento destas fontes de estresse pode ser realizado por apoio social, monitoramento do estresse, saúde física e estruturação de programas de estímulo a hábitos de vida saudáveis e uma rede de cuidados ativa e participativa.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Ana Terra Porciúncula et al. Adoecimento de trabalhadores de enfermagem no contexto. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 26, p. 31170, 2018.

BITTENCOURT, Vivian Lemes Lobo; LORO, Marli Maria; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. Pesquisa convergente assistencial: equipe de enfermagem compartilhando saberes sobre riscos ocupacionais e propondo intervenções.(AU). **REME rev. min. enferm**, v. 21, 2017.

BRASIL. Normas regulamentadoras de segurança e medicina do Trabalho. (Portaria) 1995.

DOS ANJOS CORREA, Renata; DE OLIVEIRA SOUZA, Norma Valéria Dantas. Riscos ocupacionais enfrentados pelo trabalhador de enfermagem no setor de hemodiálise. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 4, n. 4, p. 2755-2764, 2012.

GUERRA, P. C.; et al. Sleep, quality of life and mood of nursing professionals of pediatric intensive care units. **Rev Esc Enferm USP** [Internet]. 2016 Dec; 50(2):279- 85. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080623420160000200014>. Acesso 10 jan. 2020.

LARRÉ, Mariana Costa; ABUD, Ana Cristina Freire; INAGAKI, Ana Dorcas de Melo. A relação da síndrome de Burnout com os profissionais de enfermagem: revisão integrativa. **Nursing (São Paulo)**, 2018.

LOPES, Danilo de Paiva. Intervenção prevencionista para acidentes de trabalho com agentes biológicos em enfermagem. **LILACS, BDEF – Enfermagem**. 2017

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Context enferm [Internet]**. 17(4):758–64, 2008.

MESQUITA, Kayena Lopes et al. A visão do enfermeiro/gestor sobre a necessidade de implementar apoio psicológico aos profissionais do serviço de atendimento móvel de urgência. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2014.

NERY, Denise et al. Análise de parâmetros funcionais relacionados aos fatores de risco ocupacionais da atividade de enfermeiros de UTI. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 20, n. 1, p. 76-82, 2013

PEREIRA, Érika Almeida Alves et al. Motivações para mudança nas ações dos profissionais de enfermagem após exposição acidental a material biológico. **Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental online**, v. 10, n. 2, p. 534-541, 2018.

PORTO, Janete Silva; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Motivos e consequências da baixa adesão às precauções padrão pela equipe de enfermagem. **Revista Gaúcha de enfermagem**, v. 37, n. 2, 2016.

RODRIGUES, Pollyanna Salles et al. Acidente ocupacional entre profissionais de enfermagem atuantes em setores críticos de um pronto-socorro. **Esc. Anna Nery [online]**. 2017.

SANTOS, C.; PIMENTA C.; NOBRE, M. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Rev Latino-am Enferm [Internet]**; 15(3):1-4, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/pt_v15n3a23.pdf. Acesso 28 mar. 2020.

SANTOS, Sandra Regina; NOVAES, Cristiane de Oliveira. Perfil dos acidentes com material perfurocortante entre profissionais de saúde de um hospital da rede pública da cidade de São Luís-MA. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, p. 977- 985, 2018.

SILVA, Luiz Almeida da et al. Enfermagem do trabalho e ergonomia: prevenção de agravos à saúde. **Revista enfermagem UERJ**, v. 19, n. 2, p. 317-323, 2011.

SILVA, O. M.; et al. Riscos de adoecimento enfrentados pela equipe de enfermagem do SAMU: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, v. 7, n. 1, p. 107-121, 2014.

SILVA, R. P.; et al. O gerenciamento de riscos ocupacionais e as interferências na saúde do trabalhador: revisão integrativa. **J. res.: fundam. care. online**. abr./jun. 8(2):4168-4185, 2016.

SOUSA, Brendo Vitor Nogueira; TELES, Juliane Fontes; OLIVEIRA, Elenilda Farias. Perfil, dificuldades e particularidades no trabalho de profissionais dos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel: revisão integrativa. **Enfermería actual en Costa Rica**, n. 38, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**; 8(1 Pt 1):102-6, 2010.

STANGANELLI, Nathanye Crystal et al. A utilização de equipamentos de proteção individual entre trabalhadores de enfermagem de um hospital público. **Cogitare Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2015.

ZUGE, Samuel Spiegelberg et al. A metodologia problematizadora na prevenção de acidentes em Central de Material e Esterilização. **Cogitare Enfermagem**, v. 17, n. 1, 2012.

SINDROME DE BURNOUT E COPING EM ENFERMEIROS ATUANTES EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI): REVISÃO DE LITERATURA

Flávia Cristina de Sousa, Andréa Cibele Roque, Ivana Regina Gonçalves, e-mail: flaviajau2793@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ritmo acelerado associado às mudanças organizacionais sociais e legais afeta o processo de saúde e, portanto, afeta os estressores e o adoecimento dos trabalhadores no contexto de situações de longo prazo. Dessa forma, essas experiências contemporâneas têm trazido inúmeras perdas para o trabalho, como estresse profissional, esgotamento emocional e baixa realização profissional (VASCONCELOS et al., 2017).

Um dos danos psicossociais que afeta cada vez mais os trabalhadores é a síndrome de burnout, que é vista como consequência do estresse de longa duração, levando à insatisfação e possivelmente à perda de consciência no trabalho. A síndrome de burnout no trabalho pode ser causada pelos efeitos da carga de trabalho excessiva, trabalho árduo e exaustão emocional, e é caracterizada pela perda de recursos emocionais e energéticos (SILVA et al., 2017; SILVA et al., 2015).

A síndrome de burnout foi descrita pela primeira vez pelo Dr. Freudenberg em 1974. O termo “burnout” é uma composição baseada em queima (queima) e queima (externa), indicando assim que as pessoas que sofrem com este tipo de estresse apresentam problemas físicos e emocionais. A síndrome é definida como um fenômeno psicológico crônico em indivíduos que necessitam de cuidados frequentes e pessoas que necessitam de ajuda e cuidados no trabalho (SILVA et al., 2015).

É relevante não confundir estresse normal com esgotamento. No burnout, considerando pessoas sem transtorno mental, além dos sintomas físicos, também são comuns os sintomas comportamentais relacionados ao trabalho, como: exaustão emocional, depressão, declínio emocional, exaustão mental, fadiga, depressão e negatividade no cotidiano de trabalho. As atitudes, portanto, também precisam ser realizadas fora do ambiente (SILVA et al., 2017).

O enfermeiro da UTI é o líder da equipe, responsável por todo o plano de enfermagem, supervisionando e coordenando sua equipe. Sabendo disso, fica claro que os enfermeiros precisam manter excelentes conhecimentos científicos e técnicos, e

precisam receber treinamento emocional para lidar com a perda, a dor e todo o estresse na unidade de terapia intensiva (HERCOS et al., 2014).

Para reduzir o estresse, o profissional pode utilizar métodos de enfrentamento. De acordo com a pesquisa de GUIDO et al. (2011), coping é definido como um trabalho cognitivo e comportamental para controlar, dominar e reduzir a necessidade de estresse diário. Portanto, coping consiste em estratégias como habilidades de relaxamento, desenvolvimento de comportamentos saudáveis, identificação e resolução de problemas, melhor comunicação com a equipe, ambiente seguro e propício aos colegas, rotação de tarefas, apoio psicológico e incentivo à prática. Exercício físico e outras atividades de interesse e discussão em grupo de apoio social (QUINTAS et al., 2017).

Portanto, as estratégias de coping ou coping serão a forma de lidar com estressores específicos, pois essas estratégias produzirão estímulos e mudanças na relação entre as pessoas e o meio ambiente, os quais beneficiarão o cotidiano profissional e pessoal (PIRES et al., 2018).

Finalmente, o estudo se pauta na seguinte questão norteadora: Qual a contribuição da literatura sobre burnout e coping em enfermeiros atuantes em Unidade de Terapia Intensiva?

2 MÉTODO

Para guiar a presente revisão de literatura, formulou-se a seguinte questão: qual a contribuição da literatura sobre a síndrome de burnout e estratégias de coping em enfermeiros atuantes em unidade de terapia intensiva?

Realizou-se busca pelo acesso online nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e (BVS - BIREME) Biblioteca Virtual em Saúde. A busca compreendeu artigos publicados entre os anos 2015 a 2020, nos idiomas português, com artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas.

O período de coleta dos dados ocorreu nos meses de fevereiro e março 2020. As palavras-chave utilizadas foram: ‘burnout’ “coping” “enfermeiros” “unidade de terapia intensiva”.

Para o alcance dos objetivos propostos, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos de cada artigo identificado e ao enfrentamento das questões norteadoras.

A análise de conteúdo é o referencial do método, Bardin (1997) é o referencial teórico utilizado e o conhecimento pode ser dividido em três categorias.

Após a leitura de cada artigo na íntegra e a análise a seguir, a amostra do estudo foi composta por 12 artigos científicos. A análise foi dividida em três fases:

Primeira fase: pré-análise, o material foi organizado com uma leitura flutuante, escolhendo os documentos a serem analisados, onde foi verificado se os artigos respondiam à questão norteadora;

A segunda fase: A exploração do material transforma os dados originais de forma organizada e os agrega em unidades, para que sejam descritas as características relevantes do conteúdo (BARDIN, 1997). Para a organização, este é um ponto de entrada, que pode perceber a expressão do conteúdo e sua expressão, como classificação;

Na terceira (e última) fase, para recortar o material, é necessário ler e delinear o significado da unidade. Esses conteúdos são apenas fragmentos de conteúdo a serem considerados como unidades básicas de classificação - passagem de dados brutos para dados organizados.

Dentre as categorias levantadas na pesquisa, apresenta-se, neste material, a produção do conhecimento relativo à “burnout” e “coping” referente a enfermeiros atuantes em unidade de terapia intensiva”, reunindo-se nos temas: síndrome de burnout em enfermeiros atuantes em unidades de terapia intensiva, estressores e a síndrome de burnout e estratégias de coping ou enfrentamento em síndrome de burnout.

Foram identificados 1.074 estudos, sendo 610 na base de dados BIREME e 464 na base SciELO.

O critério de inclusão de artigos na base de dados foram: artigos originais e de revisão bibliográfica, no idioma português, publicados nos anos de 2015 a 2020 que retratassem sobre a temática, respondessem ao objetivo da pesquisa e estudos com apenas profissionais de enfermagem. O critério de exclusão, artigos incompletos, em língua estrangeiras, artigos repetidos nas bases de dados, dissertações, teses e artigos que após a leitura na íntegra não se enquadraram na questão norteadora.

Dos 610 artigos da base de dados BIREME, 587 os títulos não se enquadravam no tema, 9 encontravam-se repetidos, 3 incompletos, 1 dissertação e 2 teses, já dos 464 artigos encontrados na base de dados SciELO, 445 o título não se enquadrava no tema, 8 falavam de uti neonatal, 2 sobre burnout em policiais e 5 sobre burnout em enfermeiros de unidades básicas de saúde.

A amostra final após aplicação dos critérios de exclusão, foi constituída por 8 artigos da base de dados BIREME e 4 artigos na SciELO, sendo constituída então por 12 artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

- SÍNDROME DE BURNOUT EM ENFERMEIROS ATUANTES EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA

Atualmente, os enfermeiros são um grupo exausto e vulnerável, pois enfrentam uma rotina de trabalho pesada e exigências quantitativas no trabalho. Além do ritmo acelerado de trabalho e da sobrecarga de trabalho, isso pode causar problemas de comunicação com a equipe e é difícil conciliar trabalho e família (FARIA et al., 2019) Segundo Vasconcelos; Martino (2017); Oliveira et al., (2017); Silva et al., (2015); Almeida et al., (2016) síndrome de burnout apresenta prevalência em enfermeiros devido ao trabalho minucioso e cuidadoso desses profissionais.

A enfermagem é uma categoria profissional e o ritmo de suas atividades de prática é acelerado. Portanto, vale lembrar que o enfermeiro é referência técnica para os demais membros da equipe, e esses profissionais possuem uma carga horária elevada. Portanto, estressores como estresse, dor, morte, dupla transformação, riscos ocupacionais, falta de pessoal qualificado e dificuldades interpessoais são fatores predisponentes para o burnout (OLIVEIRA et al., 2017).

Como todos sabemos, a unidade de terapia intensiva atende pacientes que necessitam de assistência profissional contínua em situações críticas, portanto, espera-se que os profissionais de enfermagem que atuam nesta área tenham conhecimento apurado e acompanhem as mudanças tecnológicas e tecnológicas. SILVA et al., 2017; FERNANDES et al., 2017).

- ESTRESSORES E A SINDROME DE BURNOUT

Os autores Souza et al., (2017); Almeida et al., (2016); Vasconcelos; Martino (2017), descrever situações que podem atrapalhar o equilíbrio físico e mental do enfermeiro no ambiente de trabalho, aumentando assim a chance da síndrome de burnout causada por estressores. As pressões comuns no ambiente de trabalho são: jornada dupla, baixos salários, conflitos com colegas, procedimentos complicados, falta de recursos pessoais e materiais, exaustão da jornada de trabalho, baixo rendimento e valorização profissional. (VASCONCELOS; MARTINO 2017; SILVA et al., 2017; BALDONEDO-MOSTEIRO et al., 2019).

Enfermeiros que trabalham em UTI são afetados de forma intermitente por uma variedade de estressores identificados no ambiente devido à fadiga e ao estresse. Esses profissionais são mais propensos a produzir estresse ocupacional. Com o tempo, esses estresses podem desencadear a síndrome de burnout (VASCONCELOS; MARTINO 2017).

Em suma, os autores Vasconcelos; Martino (2017) O relatório aponta que, em comparação com outros profissionais de saúde, o enfermeiro tem uma incidência maior de burnout porque se depara com estresse constante no trabalho, e ainda vai cuidar diretamente de pacientes gravemente enfermos com diferentes prognósticos e níveis de dor. Todos os processos que acontecem na unidade de terapia intensiva estão na vanguarda.

- ESTRATÉGIAS DE COPING OU ENFRENTAMENTO EM SÍNDROME DE BURNOUT

Para Faria et al., (2019), na maioria dos casos, não há consciência do desgaste que o enfermeiro pode causar à sua saúde, pois o foco está na maximização da vida dos outros e no cuidado de qualidade que esses profissionais prestam aos pacientes, o que pode reduzir lembretes e Previna sua própria saúde, saúde mental e saúde ocupacional.

Coping pode ser assimilado a partir de dois tipos de estratégias: as estratégias centradas no problema e as estratégias centradas na emoção (SILVA et al., 2017). O primeiro tipo é analisar e definir a situação e encontrar soluções. Por outro lado, o segundo tipo é utilizado após o indivíduo perceber que a fonte de estresse não pode ser alterada e se torna uma condição necessária para conviver com a fonte de estresse. Dessa forma, procuramos manter a esperança, e o otimismo nessa estratégia. (SILVA et al., 2017).

Para Silva et al., (2017), é muito importante analisar os níveis de estresse e as estratégias de enfrentamento dos profissionais de departamentos-chave, pois a segurança do paciente está intimamente relacionada à saúde do trabalhador. As estratégias de enfrentamento possibilitam a esses trabalhadores reduzir o estresse no ambiente de trabalho, aumentando a produtividade e a qualidade de vida. (SILVA et al., 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar na literatura sobre ‘burnout’ ‘coping’ ‘enfermeiros’ ‘unidade de terapia intensiva’ onde estão pautadas nas seguintes temáticas: síndrome de burnout

em enfermeiros atuantes em unidades de terapia intensiva, estressores e a síndrome de burnout e estratégias de coping ou enfrentamento em síndrome de burnout.

Consideramos que a síndrome de burnout encontra-se mais frequentes em profissionais da saúde, e entre eles os enfermeiros de UTI são os mais afetados, por estarem na frente da liderança da equipe

No aspecto do estressores e a síndrome de burnout, alguns fatores no ambiente laboral podem influenciar o enfermeiro ao estresse, e sendo o estresse um fenômeno individual, cada pessoa tem a capacidade de lidar de formas distintas. Quando o estresse afeta de forma negativa o enfermeiro atuante em UTI, seu nível de concentração, capacidade de decisão, raciocínio são abalados, fazendo com que ocorra enfraquecimento da assistência prestada ao paciente.

Finalmente a literatura nos revela estratégias de coping, onde esforços cognitivos e comportamentais possibilitam aos enfermeiros superarem tal situação estressante, criando alternativas para diminuir situações de estresse e esgotamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.A. *et al.* Fatores geradores da Síndrome de Burnout em profissionais da saúde [online] 2016. Disponível: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i3.4623-4628> [capturado em: 15 Fev 2020].

ANDOLHE, R. *et al.* Estresse, coping e burnout da Equipe de Enfermagem de Unidades de Terapia Intensiva: fatores associados [online] São Paulo 2015. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0+080-62342015000700058&lng=en&nrm=iso [capturado em 28 Nov 2019].

ANTONIOLLI, L. *et al.* Estratégias de coping da equipe de enfermagem atuante em centro de tratamento ao queimado [online] 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1983> [capturado em: 30 out. 2018].

BALDONEDO-MOSTEIRO, M. *et al.* Síndrome de burnout em trabalhadores de enfermagem brasileiros e espanhóis [online] 2019. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2818.3192> [capturado em: 15 Mar 2020].

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 225p.

DECEZARO, A. *et al.* O estresse dos enfermeiros que atuam na unidade de terapia intensiva: uma revisão de literatura [online] 2014. Disponível: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1536> [capturado em: 28 out 2019].

FARIA, S. *et al.* Saúde mental dos enfermeiros: Contributos do burnout e engagement no trabalho [online] 2019. Disponível: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164721602019000200002&lng=pt&nrm=iso [capturado em: 15 Mar 2020].

FERNANDES, L.S.; NITSCHKE, M.J.T.; GODOY, I. Síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem de uma unidade de terapia intensiva [online] 2017. Disponível: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.551-557> [capturado em: 22 Fev 2020].

GRACIOLI, J.C. *et al.* Estratégias utilizadas por enfermeiros na readaptação funcional de trabalhadores de Enfermagem [online] 2017. Disponível: 10.5935/1415-2762.20170040 [capturado em: 12 Mar 2020].

GUIDO, L.A. de. *et al.* Estresse, coping e estado de saúde entre enfermeiros hospitalares [online] 2011. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342011000600022> [capturado em: 30 out. 2018].

HERCOS, T.M. *et al.* O trabalho dos profissionais de Enfermagem em unidades de terapia intensiva na assistência ao paciente oncológico [online] 2014. Disponível: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nxtAction=lnk&exprSearch=726078&indexSearch=ID#refine> [capturado em: 18 dez 2019].

OLIVEIRA, R.F.; LIMA, G.G.; VILELA, G.S. Incidência da Síndrome de Burnout nos Profissionais de Enfermagem: Uma Revisão Integrativa [online] 2017. Disponível: <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v7i0.1383> [capturado em: 12 Fev 2020].

PIRES, R.M.B. Avaliação da eficácia de um programa de intervenção para a gestão do stress em enfermeiros de cuidados continuados [online] 2018. Disponível: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23170> [capturado em: 30 out. 2018].

QUINTAS, S. *et al.* Os enfermeiros e a sua saúde no trabalho: a relação entre depressão e burnout [online] 2017. Disponível: http://ricot.com.pt/artigos/1/IJWC.13_SQuintas%20et%20al [capturado em: 30 out. 2018].

RIBEIRO, R.P. *et al.* Estresse ocupacional entre trabalhadores de saúde de um hospital universitário [online] 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.65127> [capturado em: 30 out. 2018].

SANTOS, J.L.G. *et al.* Estratégias utilizadas pelos enfermeiros para promover o trabalho em equipe em um serviço de emergência [online] 2016. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.01.50178>. [capturado em: 08 Fev 2020].

SILVA, G.A.V. *et al.* Estresse e coping entre profissionais de enfermagem de unidades de terapia intensiva e semi-intensiva [online] Recife 2017. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13461/16153> [capturado em: 05 Mar 2020].

SILVA, C.C.S. *et al.* Burnout e tecnologias em saúde no contexto da enfermagem na Atenção Primária à Saúde. [online] 2017. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141481452017000200203&script=sciabstract&lng=pt>>. [capturado em: 29 out. 2018].

SILVA, J.L.L. *et al.* Fatores psicossociais e prevalência da síndrome de burnout entre trabalhadores de enfermagem intensivistas [online] São Paulo 2015. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2015000200125&lng=en&nrm=iso [capturado em: 10 Fev 2020].

SOUZA, V.; CORTEZ, E.A.; CARMO, T.G. Medidas educativas para minimizar os riscos ocupacionais na equipe de enfermagem da UTI [online] 2017. Disponível: <http://dx.doi.org/10.9789/21755361.2017.v9i2.583-591> [capturado em: 01 Mar 2020].

SOUZA, A.M. *et al.* Síndrome de burnout: fatores de risco em enfermeiros de unidades de terapia intensiva [online] Vitória da Conquista 2018. Disponível: <http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/article/view/750> [capturado em: 18 dez 2019].

SOUZA, R. *et al.* Estresse ocupacional no ambiente hospitalar: revisão das estratégias de enfrentamento dos trabalhadores de Enfermagem [online] 2018. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/331394267_Estresse_ocupacional_no_ambiente_hospitalar_revisao_das_estrategias_de_enfrentamento_dos_trabalhadores_de_Enfermagem [capturado em: 18 dez 2019].

VASCONCELOS, E.M. *et al.* Burnout e sintomatologia depressiva em enfermeiros de terapia intensiva: análise de relação [online] 2018. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0019> [capturado em: 08 Mar 2020].

VASCONCELOS, E.M.; MARTINO, M.M.F. Preditores da síndrome de burnout em enfermeiros de unidade de terapia intensiva [online] 2017. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.65354> [capturado em: 12 Mar 2020].

ZOMER, F.B.; GOMES, C.M. Síndrome de burnout e estratégias de enfrentamento em profissionais de saúde: uma revisão não sistemática [online] 2017. Disponível: <<http://www.intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=/upload/cms/revist>>. [capturado em: 29 out. 2018].

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA: PAPEL DO ENFERMEIRO

Natalia Corrêa Raimundo, Nagila Garcia Galan de Oliveira, e-mail:
nataliacorre763@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é um método que visa aprimorar o cuidado prestado pelo enfermeiro ao paciente, buscando proporcionar uma assistência segura e com qualidade, melhorando a comunicação entre as equipes. O Centro Cirúrgico (CC) é uma das unidades mais complexas do hospital, constituído de recursos humanos, materiais, equipamentos e tecnologias de alta complexidade, destinados a atender o paciente cirúrgico no período perioperatório. Sendo uma unidade hospitalar onde são executados procedimentos anestésico-cirúrgicos, diagnósticos e terapêuticos, tanto em caráter eletivo quanto emergencial. (Carvalho R, Bianchi ERF; 2016).

Em 1985 foi proposto um modelo assistencial denominado Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP) com o propósito de promover a assistência integral, continuada, participativa, individualizada, documentada e avaliada em que o paciente é singular, e a assistência de enfermagem é uma intervenção conjunta que promove a continuidade do cuidado além de proporcionar a participação da família do paciente e possibilitar a avaliação da assistência prestada (Carvalho R, Bianchi ERF; 2016).

A SAEP é uma valiosa ferramenta para que o paciente seja assistido de forma integralizada, contínua, segura e humanizada pela enfermagem. Pode ainda ser compreendida como um instrumento metodológico que sistematiza a prática e proporciona percepção, interpretação e antecipação das respostas individuais às alterações de saúde. Também promove intervenção adequada, planejada e fundamentada dos problemas identificados no paciente no período perioperatório, assim como a avaliação dos resultados (SOBECC; 2013).

Segundo Silva EGCS, Oliveira VC, Neves GBC, Guimarães (2016) e Santos MC, Rennó CSN (2013) “Ainda há algumas dificuldades para implantação da SAEP. Destacam-se: a não capacitação da equipe para execução do processo de enfermagem; falta de domínio no exame físico e na interação da equipe; falta de um protocolo no

hospital que determine a sua realização; estrutura organizacional; funções administrativa e assistencial concomitante; horário de internação; escassez de recursos humanos; falta de formulário específico para a visita; excesso de rotinas nas unidades; falta de planejamento; mapa cirúrgico não confiável e falta de prioridade à visita pré-operatória.”

Essas dificuldades sobressaem quando a administração das unidades de saúde não compreende a importância da atuação do enfermeiro na assistência ao paciente cirúrgico durante o período perioperatório, ocasionando um desvio da sua função assistencial para um papel gerencial. Ainda é apontado, a falta de tempo e a sobrecarga de atividades como os principais desafios à implementação da SAEP (Casafus KC, Dell'Acqua MCQ, Bocchi SCM; 2016); (Lemos CS, Suriano MLF; 2013).

Atualmente a enfermagem nesse modelo assume um caráter peculiar, preocupada em oferecer ao paciente cirúrgico assistência especializada, individualizada e humanizada com isso sabe-se que o trabalho da enfermeira no período perioperatório tem como objetivos aumentar a segurança e auto-estima do paciente, estabelecer interação, reduzir ansiedade, garantir segurança física, controlar assepsia, monitorizar condições fisiológicas e psicológicas, diminuir a morbi-mortalidade, realizar atividades em conjunto com a equipe multidisciplinar, desenvolver os diagnósticos existenciais e a melhor prescrição de enfermagem, de um jeito único e individualizado seguindo cada passo estabelecido e critério no desenvolvimento da SAEP (AORN, 2007).

Tendo isso em vista, torna-se imprescindível a investigação dos fatores que podem interferir na implantação e manutenção da SAEP na prática clínica do enfermeiro, sejam eles relativos ao ambiente institucional ou aos próprios profissionais de enfermagem. Tal fato conduz ao questionamento sobre as atitudes dos enfermeiros quanto à relevância da SAEP, bem como sobre as dificuldades que enfrentam para empregá-la em suas atividades diárias (SOBECC; 2017).

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo. Optou-se pelo estudo de Revisão Bibliográfica onde se utilizou as bases de dados “SciELO; Bdenf e Lilacs”, a partir da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Encontrou-se artigos, monografias, dissertações, teses e demais materiais relacionados ao tema abordado.

Os artigos que foram selecionados e inclusos na pesquisa referem-se aos anos de 1990 a 2017. Foram selecionados 13 artigos. Palavras chave utilizadas para a revisão

bibliográfica foram: enfermagem, centro cirúrgico, sistematização de assistência de enfermagem perioperatória (SAEP).

Após levantamento do material, foi realizado a organização de informações que realmente correspondiam ao objetivo do trabalho proposto, realizou-se leitura e revisão do material.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O papel do enfermeiro exige, além de conhecimento científico, responsabilidade, habilidade técnica, estabilidade emocional, aliados ao conhecimento de relações humanas, favorecendo a administração de conflitos, que são frequentes, em especial, pela diversidade dos profissionais ali atuantes. A demanda de atividades burocráticas e administrativas é intensa na unidade, requerendo do enfermeiro tempo significativo, diz Santos ALGS, 2000.

Para o desenvolvimento da SAEP em um período perioperatório que trará benefícios para o paciente e conseqüentemente para sua família Casafus KC, Dell'Acqua MCQ e Bocchi SCM (2016) também Lemos CS e Suriano MLF (2013) trazem algumas problemáticas existentes neste campo como: falta do domínio no exame físico, falta de um protocolo no hospital, estrutura organizacional, falta de planejamento, entre outras. Porém essas dificuldades aumentam quando a administração das unidades não compreende a importância da atuação do enfermeiro na assistência ao paciente.

A maioria das instituições sofrem com a falta de RH para o desenvolvimento adequando da SAEP, mesmo assim não deixam de desenvolvê-lo. A divisão do pessoal que trabalha no CC deve ser de forma adequando, sendo assim não irá falta RH para a aplicação e desenvolvimento da SAEP. (AORN, 2007).

Tendo em vista a importância da SAEP e de seu desenvolvimento dentro do período perioperatório, deve-se investigar os fatores que podem interferir na implantação adequada deste instrumento, questionando as atitudes dos enfermeiros quanto a sua relevância (SOBECC, 2017).

Segundo Stumm EMF, Maçalai RT, Kirchner RM, 2012, o paciente cirúrgico vivencia o estresse de forma intensa, com medos, ansiedades, preocupações e incertezas, daí a importância da atuação do enfermeiro no sentido de perceber essas

manifestações no período pré-operatório e, conseqüentemente, deixá-lo seguro e confortável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAEP foi criada para facilitar o desenvolvimento de diagnósticos, prescrições e cuidado diante de um paciente que passará por um procedimento anestésico-cirúrgico e também para trabalhar de forma coerente com seus familiares que passam por um momento de estresse e medo diante desta situação. Os enfermeiros do CC devem estar dispostos a aplicar e desenvolver todas as fases da SAEP de forma cautelosa e integra, assim gerando conforto e cuidado para ambas as partes.

Podemos notar que há diversos problemas para a implementação da SAEP dentro do CC e de suas fases correspondentes, dentre eles estão a falta de RH, compreensão da importância do enfermeiro na assistência ao paciente, falta do domínio do exame físico e mesmo assim em sua grande maioria os enfermeiros tomam o máximo de cuidado e responsabilidade para si mesmas.

A SAEP tem diversas vantagens e isso todos que estão dentro da área da saúde em específico dentro do CC devem levar em consideração, desde os auxiliares, técnicos de enfermagem e enfermeiros, até os cirurgiões e anestesistas, pois mesmo que seja de uma forma indireta diante do desenvolvimento do SAEP eles também fazem parte de todo o processo anestésico-cirúrgico que um determinado paciente irá passar.

Podemos ver desta forma o quanto este instrumento é importante, seus diagnósticos e também prescrições e o quanto depende de uma equipe multidisciplinar para ser desenvolvida de uma forma mais individual, integral e competente para cada paciente que irá passar por este tipo de processo e o principal, tomando todos os cuidados possíveis para não desenvolver um trauma e sim, fazer com que este procedimento seja uma vitória na vida deste paciente e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

Association of periOperative Registered Nurses (AORN). Denver; 2007. Acesso 2007 abr 08. Disponível em: <http://www.aorn.org>.

CARVALHO R, BIANCHI ERF, eds. **Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação**. 2ª ed. Barueri: Manole; 2016.

CASAFUS KC, DELL'ACQUA MCQ, BOCCHI SCM. Entre o êxito e a frustração com a sistematização da assistência de enfermagem. **Esc Anna Nery [Internet]**. 2013 [citado em 12 jun. 2016];17(2):313-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n2/v17n2a16.pdf>.

CASTELLOS BEP, JOUGLAS VMG. Assistência de enfermagem perioperatória: um conceitual. **Rev. Esc. Enferm. USP**. 1990; 24(3):359-70.

LEMOS CS, SURIANO MLF. Desenvolvimento de um instrumento: Metodologia de ensino para aprimoramento da prática perioperatória. **Rev SOBECC**. 2013;18(4):57-69.

Organização Nacional de Acreditação. O que é acreditação [Internet]. 2017 [acessado em 1º out. 2017]. Disponível em: <http://www.ona.org.br/>

SANTOS MC, RENNÓ CSN. Indicadores de qualidade da assistência de enfermagem em centro cirúrgico: revisão integrativa da literatura. **RAS**. 2013;15(58):27-36.

SANTOS ALGS. Assistência humanizada ao cliente no centro cirúrgico [monografia]. Santa Maria (RS): UFSM/Curso de Especialização em Projetos Assistenciais de Enfermagem; 2000.

SILVA DC, ALVIM NAT. Ambiente do Centro Cirúrgico e os elementos que o integram: implicações para os cuidados de enfermagem. **Rev. Bras, Enferm, [Internet]**. 2010 [citado em 12 jun. 2016];63(3):427-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n3/a13v63n3.pdf>.

SILVA EGCS, OLIVEIRA VC, NEVES GBC, GUIMARÃES TMR. O conhecimento do enfermeiro sobre a sistematização da assistência de enfermagem: da teoria à prática. **Rev. Esc. Enferm. USP [Internet]**. 2011 [citado em 12 jun. 2016];45(6):1380-6. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n6/v45n6a15.pdf>.

Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização (SOBECC). Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica, Centro de Material e Esterilização: Práticas Recomendadas SOBECC. 6ª ed. São Paulo: SOBECC; 2013.

Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização (SOBECC). Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica, Centro de Material e Esterilização: Práticas Recomendadas SOBECC. São Paulo: SOBECC; 2017.

STUMM EMF, MAÇALAI RT, KIRCHNER RM. Dificuldades enfrentadas por enfermeiros em um centro cirúrgico. **Texto contexto – enfermagem**. 2006 [Citado 2012 Out 24]; 15(3): 464-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n3/v15n3a11.pdf>.

TRANSTORNO MENTAL COMUM EM IDOSOS NA ATENÇÃO BÁSICA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Michelle Camila Marineli Ortolani, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Uma grande conquista da humanidade é a ampliação do tempo de vida, acompanhada da evolução dos parâmetros de saúde das populações, mesmo que essa seja distribuída injustamente em diferentes países e contextos socioeconômicos (VERAS e OLIVEIRA, 2018).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 a população idosa brasileira constitui-se em 10% da população total, ou seja, 19,6 milhões, com projeções de 66,5 milhões para 2050, o que significa 29,6% do total populacional (IBGE, 2010). Nesse panorama é necessário repensar o papel do Estado, da sociedade e da família com o objetivo de aperfeiçoar o apoio ao desenvolvimento de proteção e assistência voltada aos idosos (COSTA *et al.*, 2018).

Com o envelhecimento, é previsto o declínio na capacidade mental dos idosos, onde 90% dos problemas de saúde serão agravados pela presença de transtornos mentais como: depressão, esquizofrenia, transtornos bipolares, delirantes, e transtornos mentais menores (TMM). Segundo a OMS (2017), o Brasil tem um índice de 9,3% da população que sofre com problemas mentais, sendo o país com maior prevalência de depressão na América Latina e o maior com prevalência em ansiedade do mundo.

Para o grupo denominado de transtornos mentais comuns (TMC) ou TMM a prevalência na população idosa variou de 29,7% no município de Campinas-SP a 55,8% em Ibicuí-BA, evidenciando elevada prevalência entre os idosos (BORIM; BARROS; BOTEGA, 2013; SILVA *et al.*, 2018).

O TMC não é considerado grave como os distúrbios psicóticos, mas as dificuldades resultante do sofrimento mental apresenta efeitos graves sobre o bem-estar pessoal, familiar, uso de serviços de saúde, resultando no isolamento social e comprometimento da qualidade de vida desses idosos, aumentando sua exposição às morbidades psíquicas, representando um importante problema de saúde pública (SILVA *et al.*, 2018).

A Atenção Básica da Saúde, caracteriza-se por facilitar o cuidado às pessoas

em sofrimento psíquico junto à equipe de saúde, com cuidados centrados no ambiente em que se vive, além de incentivar a família e a comunidade a participar do cuidado promovendo a cidadania dos usuários (BRASIL, 2016).

O presente estudo justifica-se pelo processo acelerado de envelhecimento populacional, grupo este com complexas e múltiplas necessidades descritas, que demandam maior investigação, para adequada formulação de políticas públicas, no intuito de aprimorar o cuidado e qualidade de vida à população idosa.

Objetivou-se descrever a prevalência do TMC em idosos vivendo em comunidade adscrita à uma Equipe de Saúde da Família e discutir possíveis estratégias de enfrentamento na Atenção Básica de Saúde de um município do interior de São Paulo.

2 MÉTODO

Estudo de corte transversal, descritivo, de caráter quantitativo, realizado em uma Unidade Mista de Atenção Básica com uma equipe Estratégia Saúde da Família (ESF), composta por cinco micro áreas, em um município do interior do estado de São Paulo com população estimada em 36.000 habitantes (COLLADO; LUCIO; SAMPIERI, 2013; KAUARK; MALHAES; MEDEIROS, 2010).

Os participantes da pesquisa foram indivíduos com 60 anos ou mais, que residiam na área de abrangência da ESF, estavam contidos no cadastro dos Agentes Comunitários de Saúde, e que aceitaram formalizar a participação na pesquisa. Os critérios de exclusão referem-se à indivíduos com déficit cognitivo ou na comunicação oral que impeça o entendimento do instrumento de coleta de dados, excluídos os que apresentaram pontuação menor que 17 no Mini exame do Estado mental (MEEM), (BRUCKI, 2003). Foram consultados os registros dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), inclusive da área descoberta, totalizando um universo de 272 idosos cadastrados.

Para a coleta de dados, utilizou-se o *Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20)*, contendo 20 questões de escala dicotômica, sobre a presença de sintomas físicos e psíquicos nos últimos 30 dias, e realizada no domicílio do entrevistado. O questionário foi elaborado por Harding et al. (1980) e proposto pela Organização Mundial da Saúde para o rastreamento de transtornos mentais comum, investigando sintomas emocionais e físicos associados a quadros psiquiátricos na Atenção básica em países em desenvolvimento (OMS, 1994). A tradução e validação no Brasil foram conduzidas por Mari & Williams (1986), indicando presença de TMC a partir do ponto de corte 7 com

respostas afirmativas, e sensibilidade a 85% e especificidade 80%.

Outras variáveis colhidas foram sexo e idade, com participantes entre 60 e 83 anos.

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos com a CAAE: 11527019.9.0000.5504. Trata-se de um recorte de pesquisa de Doutorado em andamento na referida Universidade. Todos os participantes foram informados de forma clara dos objetivos e dos métodos da pesquisa, e que poderiam desistir do estudo a qualquer momento, sem que houvesse prejuízo para eles. Assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, conforme as Diretrizes e Normas Regulamentadoras em Pesquisa, da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do presente estudo 68 idosos, sendo 58,83%(40) do sexo feminino e 41,7%(28) do sexo masculino, com 61,76% (42) dos idosos na faixa etária dos 60 a 69, 33,83% (23) dos idosos entre os 70 a 79 anos, e 4,41% (03) dos participantes com 80 anos ou mais.

De acordo com o SRQ-20, a prevalência geral do Transtorno Mental Comum (TMC) encontrada foi de 38,24% (26) da amostra. As mulheres tiveram maior prevalência, com 42,5% (17), quando comparadas aos homens com 32,14% (9).

Quando analisadas os pontos específicos do teste que representam maiores parcelas de respostas afirmativas, observa-se a seguinte situação, conforme TABELA 1:

Tabela 1- Quantidades de respostas afirmativas, por item de investigação do *Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20)* em idosos, de um município do interior de São Paulo, 2020.

DIMENSÕES DO TMC	Nº DE RESPOSTAS (%)	
	SIM	
1-Você tem dores de cabeça frequente?	20	29,41%
2- Tem falta de apetite?	14	20,59%
3- Dorme mal?	26	38,24%
4- Assusta-se com facilidade?	27	39,7%
5- Tem tremores nas mãos?	16	23,52%
6- Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)	44	64,7%
7- Tem má digestão?	13	19,12%
8- Tem dificuldades de pensar com clareza?	19	27,94%
9- Tem se sentido triste ultimamente?	30	44,11%

10- Tem chorado mais do que de costume?	14	20,79%
11- Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?	23	33,82%
12- Tem dificuldades para tomar decisões?	16	23,52%
13- Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, causa-lhe sofrimento?)	16	23,52%
14- É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?	11	16,18%
15- Tem perdido o interesse pelas coisas?	16	23,52%
16- Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?	13	19,12%
17- Tem tido ideia de acabar com a vida?	7	10,29%
18- Sente-se cansado(a) o tempo todo?	17	25%
19- Você se cansa com facilidade?	32	47,05%
20- Tem sensações desagradáveis no estômago?	21	30,88%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Situações semelhantes são observadas por Barcellos (2018) com 37,2% em Alcobaça-Bahia e em Ibiá - Minas Gerais com 44,6% (MARTINS, 2016). Outros trabalhos trazem prevalências de TMC de 25,3% na Capital de São Paulo (SANTOS *et al.* 2019) e 17,9% em Jacobina - Bahia (GUEDES; NETO, 2015).

Com relação ao gênero, as mulheres apresentaram maior prevalência de TMC corroborando com o estudo de SILVA *et al.* (2018), com a predominância de 66,9% de indivíduos do sexo feminino.

Na Tabela 1, observando-se os itens específicos questionados, a questão 06, demonstra aproximadamente 65% de uma percepção de tensão, preocupação e nervosismo, relatados por esses idosos. Os sintomas apresentados, podem estar relacionados à poucas atividades de lazer, atividade física e por uma condição frequentemente relatada de sem ocupação. A promoção dessas atividades, proporciona aos idosos maior qualidade de vida. De modo que um estilo de vida ativo, com lazer, melhora o aspecto psicológicos dos idosos, além de reduzir sintomas depressivos (RENKEN *et al.*, 2018; SOUSA *et al.*, 2019; RAMOS *et al.*, 2019).

Outra observação refere-se à sensação de cansaço com facilidade, questão 19, com aproximadamente 48% de afirmativas. Além da presença do TMC, também as patologias cardiovasculares e respiratórias podem influenciar nesse quadro. Lessa *et al.*

(2018), em seu estudo, nos mostra que prevalência de doenças cardiovasculares foi de 67,13%. Silva *et al.* (2018), identificou que 84,6% dos idosos relataram ter asma/bronquite, levando a quadros de baixo condicionamento e sintomas respiratórios.

Na questão 09, a presença de tristeza é relatada por 44% dos participantes. Apesar deste item isolado não se configurar na presença do Transtorno, esses dados fazem-nos pensar sobre as abordagens dos serviços de saúde, sociedade e famílias a respeito da qualidade de vida deste grupo.

As estratégias de ação pública proporcionam o envelhecimento positivo, incentivando os idosos a participarem de programas sociais junto à comunidade, priorizando suas necessidades e promovendo a capacidade funcional e independência, objetivando o Envelhecimento Saudável (OMS, 2015). O idoso precisa de uma atenção especial, de um cuidado humanizado para se sentir valorizado e confiante. Os Espaços de Convivência e programas educacionais para idosos, valorizam o desenvolvimento, a participação, ocupação e convívio social (FRANCISCO; PINHEIRO, 2018).

A adesão à hábitos saudáveis, proporciona qualidade de vida aos idosos, associados as condições socio ambientais favoráveis. A prática de atividade física favorece o envelhecimento ativo, melhora a disposição, autoeficácia nas tarefas diárias e interação com a comunidade e família, promovendo independência e bem-estar (CAMBOIM *et al.*, 2017; SOUSA *et al.*, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, foi possível evidenciar a prevalência de TMC em idosos, com alta prevalência de TMC em ambos os sexos, em especial nas mulheres.

Apontou-se para uma alta prevalência de respostas afirmativas quanto a sintomas de tensão e preocupação entre os idosos no geral, fato que sugere a necessidade de outras pesquisas para compreensão desse contexto.

Nesse sentido, investir no fomento de políticas públicas, espaços comunitários, e promoção de hábitos saudáveis com aumento do convívio social, podem ser estratégias que melhorem a qualidade geral de vida e saúde dos idosos.

Essa pesquisa contribui para descrição e ampliação da compreensão dos sofrimentos mentais no idosos, e sugere a discussão de possíveis políticas de atenção à saúde, fundamentado nas necessidades de saúde dos idosos e suas famílias. Pensar

ações práticas e de cuidados promovidas em especial pelas equipes de Atenção Básica, a fim de fortalecer a rede de cuidados da saúde mental nos territórios.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS; L. R. M. F. **Prevalência dos transtornos mentais comuns e sua associação com a capacidade funcional em idosos**. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS. Relatório de Gestão 2011-2015**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BORIM, F. S. A.; BARROS, M. B. A.; BOTEAGA, N. J. Transtorno mental comum na população idosa: pesquisa de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. **Cad Saude Publica**, V.29, n. 7, p. 1415-1426. 2013.

BRUCKI, S. M.; NITRINI, R.; CARAMELLI, P.; BERTOLUCCI, P. H.; OKAMOTO, I. H. Suggestions for utilization of the mini-mental state examination in Brazil. **Arq Neuropsiquiatr.**, v. 61, n. 3B, p. 777-81. 2003.

CAMBOIM, F. E. F.; NÓBREGA, M. O.; DAVIM, R. M. B. Benefícios da atividade física na terceira idade para a qualidade de vida. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v.11, n. 6, p. 2415-22, jun., 2017.

COSTA, A. L. K. et al. Envelhecimento humano: reflexões a partir do diário de campo de um pesquisador. **Research, Society and Development.**, v. 7, n. 1, p. 01-10, e1571189, 2018.

FRANCISCO, C. M.; PINHEIRO, M. A. Espaços de convivência para idosos: benefícios e estratégias. São Paulo: **Revista Recien.**, v.8, n. 24, p. 65-72. 2018.

GUEDES, M. S.; NETO, J. L. C. Transtorno mental comum e imagem corporal de idosos do nordeste brasileiro. **Estud. interdiscipl. envelhec.** Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 819-831, 2015.

HARDING, T. W.; DE ARANGO, M. V.; BALTAZAR, J., CLIMENT, C. E.; IBRAHIM, H. H. A; LADRIDO-IGNACIO, L. et al. Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. **Psychol Med.**, v. 10, p. 231-41. 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**, 2010.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. Metodologia da Pesquisa: Guia Prático. Itabuna: **Via Litterarum**, 2010.

LESSA, C. S.; TOBIAS; F. R.; BORGES, S. M. **Prevalência de doenças cardiovasculares e respiratórias em idosos da comunidade**. Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação – VII ENPG, v. 2. 2018.

MARI, J. J; WILLIAMS, P. A. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of Sao Paulo. **Br J Psychiatry**, V. 148, p. 23-6. 1986.

MARTINS, A. M. E. de B. L. et. Associação entre transtornos mentais comuns e condições subjetivas de saúde entre idosos. **Ciênc. saúde coletiva**, v.21, n.11, p. 3387-3398. 2016.

RAMOS, F. P. et al. Fatores associados à depressão em idoso. **Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal Collection Health**. vol.sup.19. e239. 2019.

RENKEN, E.; WATHIER, C. A.; BALBÉ, G. P. Atividade física de lazer e indicadores de acesso a serviços de saúde em idosos. **Saúde e Meio Ambient.**, v. 7, n. 2, p. 81-94, jul./dez. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, G. B. V. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em moradores da área urbana de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 11, e00236318. 2019.

SILVA, P. A. S. et al., Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados entre idosos de um município do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 639-646, 2018.

SOUSA, M. C.; VIANA, J. A; SILVA, R. A da; QUIXABEIRA, A. P.; FERREIRA, R. K. A. Qualidade de vida de idosos: um estudo com a terceira idade. **Temas em Saúde**, v. 19, n. 6, p. 2447-2131 João Pessoa, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **A user's guide to the self-reporting questionnaire (SRQ)**. Geneva: World Health Organization, 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Report On Ageing And Health**. OMS; 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates**. Geneva: World Health Organization; 2017.

VERAS, R. P.; OLIVEIRA, M. R. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 23, n. 6. Rio de Janeiro. jun. 2018.

TREINAMENTO FÍSICO EM PERÍODO PÓS-CIRURGICO DE HÉRNIA DE DISCO LOMBAR

Marina Gonçalves Meira, Vanessa Regina Semeão Alcalde, Renan Floret Turini Claro,
e-mail: marina.gmeira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo de treinamento tem como objetivo melhorar as capacidades do ser humano sendo elas físicas, psíquicas e motoras não precisando ser aplicado somente para atletas. Este processo de treinamento é utilizado como estímulo que resultam no aprimoramento do sistema cardiovascular, que proporcione alívio de dores crônicas e promoção de vida ativa, buscando a melhorar a sensação de bem-estar do praticante para alcançar objetivos individuais e buscando a saúde e o prazer. (PEREZ, A. J; 2010)

As dores na região lombar são os sintomas relatados com maior frequência nos países industrializados, em aproximadamente 90% da população. Passar muito tempo na mesma posição sendo ela em pé ou sentado, limitando a atividade física, sobrepeso, e maus movimentos são umas das maiores causas de lesão nos discos intervertebrais. (Dzierżanowski M.et al., 2013)

Em consequência a esse desarranjo pode-se desenvolver a hérnia de disco de forma que essa patologia afeta em média de 2 a 3% da população entre os 40 e 50 anos de idade. No Brasil, ela atinge cerca de 5,4 milhões de pessoas e, em geral, pessoas do sexo masculino e acima de 35 anos (LEITE R. G, 2018; p 29).

A hérnia de disco é uma lesão na coluna vertebral ocorrendo quando o disco vertebral desloca-se do seu lugar e comprime outras estruturas causando dor ciática, podendo ser classificadas em: Protrusas quando um disco fica mais dilatado que os outros, destruindo algumas fibras dos anéis fibrosos; Extrusas quando o desgaste da última fibra do anel fibroso transbordando o líquido gelatinoso existente dentro dele; Sequestradas quando as fibras do disco se rompem completamente vazando o líquido ácido total que consiste dentro do mesmo causando inflamação e compressão continua no indivíduo. (LEITE R. G, 2018)

O presente estudo espera mostrar quais as melhores intervenções de treinamentos físicos para a melhora na qualidade de vida, diminuição de dores e funcionalidade em um indivíduo pós-cirúrgico de hérnia de disco na região lombar. Portanto, o presente trabalho objetivou apresentar treinamentos físicos utilizados em

pacientes em pós-cirurgia de Hérnia de Disco Lombar (HDL).

2 MÉTODO

A revisão bibliográfica é a técnica de se compactuar todas as pesquisas que já foram escritas do mesmo tema de diversas maneiras seja elas em livros, artigos, revistas etc. tais buscas enriquecem e facilitam a pesquisa buscando com clareza descrever sobre o tema abordado. (SEVERINO, 2007)

Para a análise das informações buscou-se convergências e divergências entre diferentes artigos científicos abordando o tema de atividade física para pessoas com pós-cirurgia de hérnia de disco lombar (HDL), as plataformas de pesquisa foram Pubmed, Scielo, Google Acadêmico e Livros. Os descritores foram: pós-cirúrgico de hérnia de disco e atividade física (herniated disc post-operative and physical activity), benefícios da atividade física para herniados (benefits of physical activity for hernia), tipos de atividades físicas para pessoas com hérnia de disco lombar (types of physical activities for people with lumbar disc herniation).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um grupo de sessenta pacientes pós-operatórios da Faculdade de Medicina de Istambul com idade de 20 a 50 anos, participaram de um programa de treinamento específico de um mês pós-operatório de hérnia de disco, com duração do tratamento de oito semanas, sendo dividido em três grupos. Foi possível verificar que não houve diferença entre os grupos com relação a dor no pós-operatório, mas para voltar ao trabalho o grupo que recebeu exercícios intensos e o grupo que fez exercícios em suas casas tiveram uma resposta melhor, voltaram antes do que o grupo classificado como o de controle. (FILIZ. M; CAKMAK. A; OZCAN. E., 2005)

Esse processo de hérnia de disco pode ser mais frequente em pessoas entre 30 e 50 anos, mas também pode ser encontradas em adolescentes e pessoas idosas.

Muitas técnicas são utilizadas para recuperação de pacientes pós-operados de HDL, existindo controvérsias entre elas, para que se comprove a mais eficaz, a mais apropriada para cada tipo de cirurgia, quando esta intervenção deve ocorrer e quais os riscos existentes. Em um estudo randomizado, foram analisados vários tipos de tratamentos pós-cirúrgicos analisando 1099 pacientes em diferentes grupos de tratamentos, entre eles estão os tratamentos conservadores e os tratamentos cirúrgicos.

Quando se constata a hérnia de disco se sugere inicialmente o tratamento conservador sendo menos invasivo, caso os sintomas não melhoram deve-se ter a intervenção cirúrgica nos casos mais graves, embora o tratamento cirúrgico melhore a dor do paciente mais rapidamente, após um ou dois anos não se diferem os tipos de tratamento na recuperação do paciente. O tratamento conservador com a prática de exercícios se destaca pela melhora de funcionalidades do paciente, alcançando mudanças comportamentais diante da dor, quando se tem a intervenção cirúrgica microdissectomia duas horas após o paciente deve começar a caminhar para que possa sair do hospital normalmente e voltar o mais rápido possível ao seu cotidiano e trabalho, quando se submete a fusão vertebral que é a junção de duas ou mais vertebrae para que elas se mantenham imóveis as atividades cotidianas e os exercícios devem se iniciar após a remoção dos pontos. Após qualquer procedimento o paciente deve receber um tratamento com uma equipe multidisciplinar com intervenções cognitivas e exercícios para que entenda melhor a funcionalidade do seu corpo e perca qualquer medo de realizar alguma atividade de vida diária após a intervenção cirúrgica. (SANTANA-RIOS, J. S. et al., 2014)

Para OLIVEIRA (2011) o programa de reabilitação se torna muito importante para pessoas que passaram por uma cirurgia HDL. Segundo a OMS (2010), o programa de reabilitação tem a função de manter esses pacientes com suas funcionalidades vitais ativas, envolvendo suas capacidades físicas, psicológicas e sociais normais, ajudando em suas interdependências, permitindo o retorno da sua vida normal e seu trabalho com mais agilidade garantindo seu bem-estar. Mesmo existindo controvérsias para o tipo de reabilitação destes pacientes, atualmente o programa de reabilitação precoce tem ganhado espaço e garantindo a saúde do indivíduo, que envolvem a volta na sua vida diária, a prática de exercícios físicos em suas residências ou em academias. Considerando a intensidade e a frequência dos exercícios neste programa de reabilitação foi definido que o treinamento deve ser realizado de uma a duas vezes ao dia.

Por ser uma estrutura complexa e ter uma amplitude muito grande de movimentos a lombar pode ter uma maior chance de lesão, com relação às outras partes da coluna vertebral, para se realizar a flexão do tronco, as vertebrae da lombar realizam maior parte deste movimento sobrecarregando-as e podendo sofrer lesões, causando muita dor e resultando em maior chance de herniação. Investir em um programa de exercícios para

ter uma coluna saudável, colabora para o aumento de força e melhor flexibilidade, ajudando a prevenir lesões futuras. Com um plano de exercícios que trabalham com cuidado a região lombar, ajudará a ter movimentos com mais eficiência e ter uma melhor consciência corporal, que podem ser fatores fundamentais para prevenções de futuras hérnias discais. Para isso foi criado duas variantes de treinamento destinadas ao alívio de dor na região lombar, a primeira é destinada às pessoas que sentem dor quando fazem movimentos de extensão lombar. A segunda variação de exercícios será para pessoas que sentem dor ao fazer flexão na região lombar. Os exercícios devem ser realizados em isometria, ou em movimentos bem lentos com a finalidade de alongamento e fortalecimento muscular. (STRINIANO, P., 2015)

Os músculos abdominais e do *core* que se entende pelos músculos responsáveis pela sustentação e estabilização da coluna lombar, são muito importantes para o movimento e para a saúde, a junção com os músculos lombares resulta em um importante suporte para a coluna, se houver o enfraquecimento e a protrusão abdominal acarretam na desestabilização dos discos intervertebrais aumentando o risco de uma lesão lombar. Para isso existe um programa de treinamento para os músculos abdominais e do *core* para a proteção lombar. (DELAVIER, F.; GUNDILL, M., 2013)

Segundo LEITE (2018), a musculação se torna muito importante como forma de tratamento para pessoas portadoras de Hérnia de Disco, mesmo sabendo que prescrever exercícios resistidos se torna uma tarefa muito difícil, mesmo sabendo que ela ajuda no fortalecimento do tecido muscular, o profissional de Educação Física é a pessoa mais indicada para passar este tipo de treinamento, pois compreendendo o processo de estabilização da coluna e pode garantir que os músculos estejam sendo trabalhados e ativados de acordo com o seu objetivo. Quando executar os exercícios deve sempre tomar muito cuidado com os movimentos do quadril, do tronco e da coluna, procurando sempre movimentos mais leves para que não se agrave o caso do mesmo, em casos de crises de dor aguda o treinamento deve ser suspenso e o médico deve ser procurado imediatamente. Após as doze semanas de treinamento uma nova periodização pode ser montada dando ênfase na musculatura do quadríceps femoral tendo por entender que sua dor na região lombar já tenha amenizado.

Um grupo de trinta pacientes que passaram por cirurgia de microdiscectomia lombar, realizou uma intervenção logo após a cirurgia de doze semanas em um programa de exercícios em suas casas, tendo o foco em melhorar a força e resistência das costas,

músculos abdominais, membros inferiores e mobilidade da coluna vertebral e quadris. Orientados por um fisioterapeuta os pacientes começaram a realizar exercícios após o primeiro dia de cirurgia. Após as doze semanas de intervenção os pacientes obtiveram uma melhora significativa em relação a dor, por ser exercícios fáceis de se realizar pode ser aplicado em qualquer paciente que passou pelo mesmo procedimento cirúrgico, melhorando a qualidade de vida e na diminuição da dor. (OZKARA, G. O. et al., 2015)

Programas de reabilitação são muito utilizados em pacientes que passaram pela microdissectomia de hérnia de disco na região lombar. Um grupo de quarenta e quatro pacientes com idades de 20 a 60 anos recém-operadas, respectivamente foram separados em dois grupos de vinte e dois indivíduos que se sujeitaram há dois tipos de intervenções distintas, um dos grupos realizou exercícios de estabilização lombar dinâmica, que tem como objetivo o fortalecimento das musculaturas do multifídeos e transverso do abdômen que são responsáveis pela estabilização da coluna vertebral, extensão e rotação da região lombar e exercícios para realizarem nas suas residências, já o outro grupo de controle apenas realizou exercícios em suas residências. Os exercícios começaram a ser realizados após quatro semanas de cirurgia e estenderam por quatro meses. Os exercícios de estabilização lombar dinâmica demonstrou uma melhora nos pacientes que o realizaram, mas devem iniciar apenas quatro semanas após a intervenção cirúrgica, suas melhoras foram em relação à dor, retorno de vida ativa e volta ao trabalho mais rapidamente em relação ao grupo de controle. (DEMIR, S., DULGEROGLU, D., CAKCI, A. 2014)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os relatos abordados, o aumento de pessoas com hérnia de disco lombar esta mais comum, para a melhoria da qualidade de vida muitas vezes é indicado à intervenção cirúrgica sendo ela endoscópica ou microcirúrgica que são padrão no mundo todo. Após a realização da cirurgia deve se iniciar técnicas de exercícios que profissionais deveram indicar seja em clínicas ou em suas próprias residências, tendo o foco de fortalecimento e alongamento nas musculaturas abdominais, lombar e membros inferiores, beneficiando os pacientes com a diminuição de tempo de pós-operatório, diminuição da dor e retorno ao trabalho e vida ativa mais rapidamente.

REFERÊNCIAS

ANDERLE, D. V., JOAQUIM, A. F., GIGLIO, M. V., GHIZONI, E., ESTEVES, L. A. Microdissectomia lombar tubular com o uso de seringas descartáveis de diâmetros progressivos: resultados cirúrgicos, **Colina/Columna** vol.9 n° 2. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-18512010000200010&script=sci_arttext&lng=pt> Acesso em 17 de agosto de 2020.

DEMIR, S., DULGEROGLU, D., CAKCI, A., Effects of dynamic lumbar stabilization exercises following lumbar microdiscectomy on pain, mobility and return to work. Randomized controlled trial, 2014 Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25201615/#:~:text=Statistically%20greater%20reductions%20were%20observed,faster%20return%20to%20work%20periods.>> Acesso em 27 de julho de 2020.

DELAVIER, F., GUNDILL, M. **Treinamento do Core: abordagem anatômica**, Editora Manole. Barueri São Paulo, 2013.

DZIERZANOWSKI, M., DZIERZANOWSKI, M., PAWEL. M., SLOMKO. W., RADZIMINSKA, A., KAZMIERCZAK, U., STROJEK, K., SROKOWSKI, G., ZUKOW. The Influence of Active Exercise in Low Positionson the Functional Condition of the Lumbar-Sacral Segment in Patients with Discopathy, 2013 Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23828684>> Acesso em 18 de março de 2020.

FILIZ. M; CAKMAK. A; OZCAN. E. The effectiveness of exercise programmes after lumbar disc surgery: a randomized controlled study Clinical Rehabilitation 2005, Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15704503>> Acesso em 11 de maio de 2020.

GRANELL, J. C., CERVERA, V. R. **Teoria e planejamento do treinamento desportivo**, Editora Artmed. São Paulo 2003.

GIL, A.C. **Como elaborar o projeto de pesquisa**, Editora Atlas. São Paulo, 1994, V.3.

HEIDER. F.C; MAYER. H.M., Operative Therapie des lumbalen Bandscheibenvorfalls. 2016. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s00064-016-0467-3>> Acesso em 20 de julho de 2020.

OLIVEIRA, J. P. P. C., Hérnia Discal Lombar: Programa de Reabilitação pós-cirúrgico. 2011. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57148/2/HRNIA%20%20Joo%20Oliveira%20DISCAL%20LOMBAR%20Programa%20de%20Reabilitao%20Pscirrgico.pdf>> Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

LEITE, R. G. **Musculação e as doenças crônicas**, Editora All Print. São Paulo, 2018, V. 1.

LOPES, C. R; GONSAGA, F; OKAMOTO, K; MOTA, G. R; VIANA, H. B; TESSUTTI, L.S. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v.6, n.35, p.506-510. Set./Out. 2012. Disponível em : <https://www.researchgate.net/publication/303244598_O_metodo_Pilates_no_tratamento_da_hernia_de_disco> Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

MARTIN, D., CARL, K., LEHNERTZ. K. **Manual de teoria do treinamento esportivo**, Editora Phorte. São Paulo, 2008.

MILANI, J. P., MARTINS, M. R. I., SILVA, E. C., ROCHA, C. E. Qualidade de vida no pré e pós-operatório de pacientes portadores de hérnia de disco, 2009 disponível em: <<https://jbnc.emnuvens.com.br/jbnc/article/view/865>> Acesso em 11 de março de 2020.

PEREZ, A. J. Quem são os atletas e os não-atletas no processo de treinamento?. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 2, 2010. Disponível em : <<http://oldarchive.rbceonline.org.br/index.php/RBCE/article/view/796>> Acesso em 11 de maio de 2020.

SANTANA-RIOS, J.S., Chávez-Arias, D. D., Coronado-Zarco R., Cruz-Medina E., Nava-Bringas T. Tratamiento postquirúrgico de hernia discal lumbar en rehabilitación: Revisión sistemática. . **Acta ortop. mex**, México , v. 28, n. 2, p. 113-124, abr. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2306-41022014000200008> Acesso em 22 de julho de 2020.

SANTAREM, J.M. **Atividade Física e Saúde**, 1996. Disponível em : <<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/actafisiatrica.org.br/pdf/v3n1a07.pdf>> Acesso em 11 de maio de 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**, 25º edição revisada e atualizada, 5º reimpressão. Editora Cortez. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4870098/mod_resource/content/3/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf> Acesso em 15 de março de 2020.

STRIANO, P. **Coluna saudável: anatomia ilustrada**, Editora Manole. Barueri São Paulo, 2015.

OZKARA, G. O., OZGEN, M., OZKARA, E., ARMAGAN, O., ARLSLANTAS, A., ATASOY, M. A. Effectiveness of physical therapy and rehabilitation programs starting immediately after lumbar disc surgery. **Turkish Neurosurgery** v. 25, n. 3, p. 372-379, 2015. Disponível em: <<https://europepmc.org/article/med/26037176>> Acesso em 27 de julho 2020.

TREINAMENTO FUNCIONAL NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA OBESIDADE EM IDOSOS

Ana Laura Moreira, Anderson Cleber de Nicolai, Paula Grippa Sant'ana, e-mail:
Lauramodas.1801@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000) como uma epidemia global, por atingir um grande número de pessoas e predispor o organismo a várias doenças e morte prematura. É uma doença crônica, multifatorial marcada pelo excesso de gordura corporal decorrente da hiperplasia e/ou hipertrofia dos adipócitos (PADILHA, CRISPIM, et al., 2011).

A dimensão que a obesidade vem ocupando é cada vez mais acentuada com o passar dos anos e os fatores do mundo atual esta provocando interferência no modo das pessoas viverem e, conseqüentemente, levando a um novo estilo de vida no qual o consumo de alimentos rápidos e processados fazem parte de uma rotina pouco ordenada, com prática de exercícios físicos reduzidas, provocando o sedentarismo, em consequência, a esse novo estilo de vida que contribui para as pessoas se tornarem obesas. Reconhecidamente, a falta de dieta e atividade física são elementos envolvidos na etiologia da obesidade. (WANDERLEY, FERREIRA, 2010).

Na tentativa de retardar ou minimizar alguns aspectos do envelhecimento, a comunidade científica considera ser essencial a prática do exercício físico, pois esta diminui o risco do desenvolvimento de diversas doenças crônicas (ANTUNES, STELLA, et al., 2005). Os benefícios para a saúde e bem-estar resultantes da prática regular de exercícios físicos estão bem evidenciados, que são desde: melhorias na saúde mental, bem-estar emocional, psicológico e social e função cognitiva também estão associados à atividade física regular. Apesar desses benefícios à saúde, os níveis de exercício físico entre os idosos permanecem abaixo dos 150 min/semana recomendados pela OMS. A inatividade física e o envelhecimento aumentam o risco de doença crônica, e os indivíduos mais velhos costumam ser propensas a essas condições (LANGHAMMER, et al, 2018).

À medida que as populações continuam a prolongar a expectativa de vida, uma preocupação central é se o tempo adicional compreende anos de vida saudável e promove uma alta qualidade de vida relacionada à saúde até a velhice. Um ingrediente

fundamental para um envelhecimento saudável é a prática regular de exercício físico, sendo que a prescrição de treinamento para essa população deve contemplar diferentes componentes da aptidão física, como o condicionamento cardiorrespiratório, a força, a resistência muscular, a composição corporal e a flexibilidade. Sendo assim, a queda da aptidão física com o envelhecimento é um fato inexorável, que se inicia de maneira gradativa, ao redor da quinta década de vida (ALVES et al; 2004).

Assim, pesquisas têm sido realizadas para verificar os benefícios promovidos pelo treinamento funcional e que podem contribuir para melhorar qualidade de vida de idosos obesos. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo verificar os efeitos do treinamento funcional na prevenção e redução da gordura corporal de idosos obesos.

2 MÉTODO

Esta pesquisa é de métodos científicos, que tem por suas características baseadas em evidências em artigos publicados em revistas. Estudo qualitativo, sendo realizada uma leitura de setenta artigos e foram escolhidos cinquenta e três que se encaixava no objetivo do estudo; foram escolhidos os artigos que descrevia sobre obesidade em geral, nacional até chegar no objetivo que estávamos procurando que era treinamento funcional para idosos obesos. Os artigos foram levantados em sites de pesquisas como: *Scielo*, *Google acadêmico*, *Lilacs* e *Bireme*, com as seguintes palavras chaves: obesidade; exercício funcional, idoso.

Sendo de método indutivo, de modo que nosso trabalho partiu de um problema de pesquisa específico em obesidade em idosos e direcionado para o tratamento da obesidade em idosos com o treinamento funcional. Sendo uma pesquisa de tipo indireta por se tratar de uma revisão bibliográfica e documental, porque relata informações dos acontecimentos para uma vida sedentária e referencias reais descritas em artigos.

“... Pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico com o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, A. C., 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sedentarismo pode contribuir para o desenvolvimento da obesidade, sendo considerado um dos principais adversários da saúde pública, uma vez que, as consequências para a saúde são muitas e afetam diretamente a qualidade de vida, é

responsável pelo elevado risco de mortalidade, sendo o fator responsável por mais de 13% das mortes ocorridas no Brasil no ano de 2008. Outro importante fator que desencadeia a obesidade envolvem os fatores exógenos (externos) o meio ambiente onde o indivíduo esta inserido, representam 95% dos casos de obesidade e fatores endógenos (internos) e 5% da doença (LEE et al., 2013).

O processo de envelhecimento está associado ao aumento gradativo da massa gordurosa e mudanças no padrão de distribuição, levando ao aumento entre 20 a 30% na gordura corporal total (2 a 5% por década, após os 40 anos) e modificação da distribuição, em relação a localização para a gordura mais central, a abdominal e a visceral. Além disso, em decorrência ao envelhecimento, o indivíduo também pode se tornar obeso devido a redução do metabolismo dos lipídeos, levando a diminuição da oxidação lipídica associada com a diminuição da massa muscular, redução da atividade da lipase e dificuldade de utilizar gordura como fonte calórica durante os exercícios,. Sendo assim, essas modificações no tecido muscular ocorrem principalmente em virtude da diminuição da taxa metabólica basal e da falta de atividade física (SAMPAIO, 2004).

Os possíveis tratamentos não farmacológicos envolvem a dieta e a prática de exercícios físicos. Em especial, o exercício físico é uma atividade planejada, estruturada e repetitiva, que tem como objetivo final ou intermediário aumentar ou manter a saúde/ aptidão física (MATSUDO, MATSUDO, et al., 2006). A dose de exercício físico é descrita pela duração, frequência, intensidade e modo e para que ocorra. Para efeitos ideais, o idoso deve aderir ao programa de exercícios prescrito e seguir o princípio de sobrecarga do treinamento, ou seja, exercitar-se próximo ao limite da capacidade máxima de desafiar suficientemente os sistemas do corpo, para induzir melhorias nos parâmetros fisiológicos, como o VO₂max (volume de oxigênio máximo) e força muscular (LANGHAMMER, et al, 2018). Vale destacar que sessões de exercício físico são capazes de melhorar a sensibilidade à insulina; estas alterações bioquímicas confirmam a prática do exercício físico como uma forma de tratamento para doenças metabólicas, melhorando assim a qualidade de vida dos idosos (ORTEGA et al., 2013).

Diferentes métodos de treinamentos podem ser desenvolvidos para pessoas obesas e idosas, entre eles, o treinamento funcional tem potencial de ação, pois refere-se a um exercício físico que objetiva o aprimoramento sinérgico, integrado e equilibrado de diferentes capacidades físicas no intuito de garantir eficiência e segurança durante o desempenho de tarefas cotidianas, laborais e/ou esportivas, sendo baseado nos

princípios biológicos e metodológicos do treinamento, especialmente, no princípio da especificidade (GRIGOLETTO, et al; 2020). Sua aplicabilidade não exige grandes investimentos na obtenção de equipamentos e manutenção, fato que amplia as possibilidades de adequação aos programas de promoção da saúde. Podendo ser utilizado para realizar exercícios resistidos, sendo uma ferramenta importante para utilização em programas de emagrecimento como uma condição eficaz, que auxilia na perda de massa gorda, justificado pelo elevado déficit energético promovido por tal exercício, tanto durante como após o término (FONSECA-JUNIOR et al., 2013). Esse recurso apresenta grandes benefícios funcionais para a vida dos idosos, assim influenciando em seu cotidiano, o tornando mais ativo para suas tarefas diárias e contribuindo para a redução do peso corporal.

Programas de exercícios que variam a intensidade é uma maneira de otimizar o gasto energético, se encaixando no método de treinamento funcional, que demonstrou ser aconselhável por ser um treinamento que envolve exercícios aeróbios e anaeróbios, com intensidades de moderada à alta e intervalos curtos, o que pode apresentar relevante gasto energético durante e após a sessão de treino, facilitando no controle e redução do peso ponderal (LORENZINI JUNIOR, 2007). Neste método, as capacidades físicas são trabalhadas de forma integrada com movimentos em diferentes eixos e planos. Isto permite a ampliação das exigências neuromotoras e, por consequência, contribui para melhoria da consciência corporal e na estabilidade dos mais variados movimentos do dia a dia. Cabe ressaltar que, estas exigências devem ser controladas respeitando a aptidão física e funcional de cada indivíduo (GUISELINI, 2011). Esse tipo de treinamento pode ter a capacidade de tardar os declínios significativos nos diferentes componentes da capacidade funcional que tangencia o envelhecimento, pois, é um treinamento com método sistematizado de exercícios multifuncionais, propiciando um envelhecimento saudável, priorizando esses esforços na manutenção da independência e autonomia do indivíduo.

Considerando o interesse para os idosos, as práticas do tipo de treinamentos os benefícios variam desde: melhoria na força muscular, potencia muscular, resistência cardiorrespiratória, equilíbrio, flexibilidade, cognição, e em particular, para essa população, acredita-se que o treinamento funcional possa gerar importantes modificações em componentes da composição corporal do idoso, contribuindo para uma melhora em sua condição e qualidade de vida, reduzindo os depósitos de gordura. A

prática regular dos exercícios combinados, que englobam o treinamento funcional evita o surgimento de alguns tipos comuns de cânceres, além de diminuir a ansiedade e depressão, possibilita a independência e um envelhecimento com qualidade (GUEDES et al., 2016).

O treinamento com pesos tem se mostrado como ótima opção para os pacientes obesos, pois ajudam na preservação da massa muscular, geralmente diminuída em indivíduos em dieta hipocalórica, facilitando a redução do percentual de gordura corporal (BAALOR et al, 1988; GELIEBTER et al, 1997; KRAEMER et al, 1999).

Trabka et al. observaram mudanças na capacidade funcional com aumento do consumo de oxigênio e na força de membros superiores e inferiores, agregadas a alterações no perfil lipídico, indicadores que contribuem para reduzir o risco cardiometabólico e melhorar a qualidade de vida, após um programa de treinamento funcional combinando aeróbio e exercícios de força em mulheres obesas por 10 semanas. (Trabka, et al, 2014)

No estudo publicado por Furtado (2017) apresentou que a realização de 8 semanas de treinamento funcional com 2 sessões semanais de 60 minutos com mulheres de 25 a 57 anos de idade, os treinamentos ocorriam de forma dividida sendo 10 minutos de parte inicial, 40 minutos de principal e 10 minutos de relaxamento, a parte principal era composta por um circuito de 8 a 9 exercícios que eram realizados por 2 ou 3 vez com um intervalo de 3 segundos. Esse estudo obteve um resultado favorável, pois teve uma redução nas medidas antropométricas dos indivíduos. Com o avançar da idade as pessoas tem uma redução nas capacidades funcionais e também com a redução dos metabolismos passam a incluir o grupo de obesos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o treinamento funcional foi efetivo em interferir positivamente na composição corporal e conseqüentemente auxiliar no tratamento de idosos obesos. A frequência de 1 a 3 vezes na semana, com duração de 60 minutos em um programa de treinamento funcional tem importante contribuição da redução da obesidade. Considerando a adesão de idosos ao método funcional, essa população apresentou melhoria na relação cintura quadril, autonomia na realização de AVDS, equilíbrio, anatomia postural, marcha, entre outros; Desta forma, nossos dados demonstram que o

método de treinamento funcional pode ser administrado como tratamento, tanto na prevenção primária como secundária nesses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. V. et al. Aptidão física relacionada à saúde de idosos: influência da hidroginástica. **Revista brasileira de medicina do esporte**, São Paulo, SP, vol.10, n.1, pag.31-37. Fevereiro. 2004.

ANTUNES, H. et al. Depression, anxiety and quality of life scores in seniors after an endurance exercise program. **Revista brasileira psiquiatria**, São Paulo, SP, vol.27, n.4, pág.266-71, Dezembro. 2005.

BAALOR, D. L.; et al. Resistance weight training during caloric restriction enhances lean body weight maintenance. **Am. J. Clin. Nutr.**, vol.47, pág.19-25, Janeiro. 1988.

FONSECA-JUNIOR, S. J. et al. Exercício físico e obesidade mórbida: uma revisão sistemática. **ABCD, Arquivos brasileiros de cirurgia digestiva**, São Paulo, SP, vol.26, n.1, pág.67-73, Abril. 2013.

FURTADO. B. G. et al. Treinamento funcional de 8 semanas modifica parâmetros antropométricos de mulheres adultas obesas. **Revista nova saúde**, Criciúma, SC, vol.6, n.2, Dezembro. 2017.

GELIERTER, A. et al. Effects of strength or aerobic training on body composition, resting metabolic rate, and peak oxygen consumption in obese dieting subjects. **Am. J. Clin. Nutr.**, Printed, EUA, vol.66, n.3, pág.557-563, Setembro. 1997.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIGOLETTO, M. E. D. S.; NETO, A, G, R.; TEIXEIRA, C. V. L. S. Treinamento funcional: uma atualização conceitual. **Cieantropometria e Desempenho Humano**, Florianópolis, SC, vol.22, Maio. 2020.

GUEDES, J. M. et al. Efeitos do treinamento combinado sobre força, resistência e potência aeróbica em idosos. **Revista brasileira de medicina do esporte**, São Paulo, SP, vol.22, n.6, pág.480-484, Dezembro. 2016.

GUISELINI, M. Treinamento Funcional & CORE. Inst. Mauro Guiselini, São Paulo Disponível em: <<http://www.institutomauroguiselini.com.br/>> Acesso em 20 de julho de 2020.

LANGHAMMER, B.; BERGLAND, A.; RYDWIK, E. The Importance of Physical Activity Exercise among Older People. **Biomed international**, New York, NY, Dezembro. 2018.

LEE, J. H. et al. Circulating Resistin Levels Are Not Associated with Obesity or Insulin Resistance in Humans and Are Not Regulated by Fasting or Leptin Administration: Cross-Sectional and Interventional Studies in Normal, Insulin-Resistant, and Diabetic Subjects. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, New York, NY, vol.88, n.10, pág.4848-4856, Outubro. 2003.

LORENZINI JÚNIOR, S. R. **Atividade Física no Auxílio da Redução da Gordura Corporal**, Monografia. UFES, São Mateus, 2007.

KRAEMER, W. et al. American College of Sports Medicine - Progression models in resistance training for healthy adults. **Med Sci Sports Exerc**, Rockville Pikevol, EUA, vol.34, n.2, pág.364-380, Fevereiro. 2002.

MATSUDO, S. et al. Questionário internacional de atividade física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no brasil. **Revista brasileira de atividade física e saúde**, Florianópolis, SC, vol.6, n.2. Pág5-18. Outubro. 2001

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, **classificação de índice de massa corporal – relatório de uma consulta da OMS sobre obesidade**, Genebra, WHO, Relatório técnico serie 854. 1995

ORTEGA, F. B. et al. Aptidão física na infância e na adolescência: um poderoso marcador de saúde, **Jornal internacional de obesidade**, Basingstoke, Inglaterra, vol.32, n.1, pág.1, 2008.

PADILHA, H. G. et al. Uma ligação entre perda de sono, metabolismo da glicose e adipocinas. **Braz J Med Biol Res**, Ribeirão Preto, SP, vol.44, n.10, pág.992-999, Outubro. 2011.

SAMPAIO, L. R. Avaliação nutricional e envelhecimento. **Revista nutrição**, Campinas, SP, vol.17, n.4, pág. 507-514. Dezembro 2004

TRABKA, B. et al. Efeito de um programa de exercícios MAST nos parâmetros antropométricos, aptidão física e níveis de lipídios séricos em mulheres pós-menopáusicas obesas. **Journal of Human Kinetics**, [S.I.],vol.4, n.1 , pág.149-155. [S.I.] 2014.

WANDERLEY, E. N; FERREIRA, V. A. Obesidade: uma perspectiva plural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. RJ. vol.15, n.1, pág.185-194. Janeiro. 2010

TREINAMENTO RESISTIDO PARA INDIVÍDUOS COM HÉRNIA DE DISCO

Lenon Douglas da Cruz Gonçalves, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail:
lenon_d@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O tema do estudo tem como principal objetivo identificar os efeitos do treinamento resistido para indivíduos com hérnia de disco, com isso obter os resultados benéficos deste treinamento para os acometidos pela patologia.

A hérnia de disco lombar (LDH) trata-se de uma doença causada por um desgaste e um deslocamento localizado no tecido do disco intervertebral, em um processo que ocorre a ruptura do anel fibroso, além das margens fisiológicas do espaço do disco intervertebral que pode resultar em dor lombar, dor radicular, fraqueza motora, dormência e / ou formigamento em uma distribuição miotoma e dermatomal (FARDON DF, 2001).

Os exercícios físicos são importantes, pois podem contribuir positivamente para pessoas com hérnia de disco. Segundo Cecin (2001) e Rash (1991) mostraram que os exercícios aeróbios e o fortalecimento da musculatura abdominal e paravertebral são comprovadamente eficientes, pois o fortalecimento dos músculos da região lombar promoverá uma proteção eficaz para as atividades do cotidiano. A pessoa diagnosticada com hérnia de disco pelo profissional, médico, dependendo do grau da doença, pode ser realizado diferentes formas de tratamento, dentre elas, os pacientes que se enquadram para cirurgia e não cirúrgico, considerados de grau leve ou moderado. Sendo que os métodos resistidos podem ser uma forma alternativa de tratamento (LIZIER DT et al., 2012).

Entre as diferentes formas não farmacológicas de tratamento para a LDH, o exercício físico vem demonstrando potencial para contribuir na melhora do quadro clínico de indivíduos em tratamento, contudo, ao ser utilizar o treinamento de força para este pacientes, existe uma resistência em ser aplicado na forma de tratamento, uma vez que hipotetizam que este método de treinamento pode acentuar a dor e levar ao quadro de piora. O treinamento de força pode receber diferentes nomenclaturas: treinamento com pesos, treinamento contra resistência, musculação ou treinamento resistido, porém se tratam da mesma especificidade de treinamento (REIS FILHO, 2017).

Os pesquisadores Fleck e Kraemer (1997) demonstram que o treinamento de força é um método eficaz na melhora da aptidão física e considerado um ótimo aliado para a musculatura corporal, sendo exercida uma força contrária fazendo uso de equipamentos ou da gravidade. Referindo-se alguns exemplos como exercícios corporais com pesos, tiras elásticas, exercícios isotônicos e isométricos. É possível realizar treinamento de força utilizando somente a gravidade como resistência (exercícios isométricos e isotônicos) ou através do uso de equipamentos em academias, escolas, praças e centros de treinamento, assim tem agregado uma grande popularidade e ao mesmo tempo facilitado o acesso para todos que buscam resultados na melhora da saúde e, aptidão física e conseqüentemente, obtendo ganhos nos níveis de força, massa magra e redução da gordura corporal, proporcionando por sua vez uma melhora na rotina diária.

Desde que existe benefícios do treinamento de força, que promove redução da gordura corporal, aumento da massa magra, ganhos de força e fortalecimento muscular para seus praticantes, este também pode ter ação potencial no tratamento de pessoas portadoras de hérnia de disco e assim, ser um possível agente importante na participação da melhora da doença e auxiliando na saúde física. Neste sentido, objetivo deste estudo foi identificar os efeitos benéficos que o treinamento resistido tem no tratamento dos indivíduos com hérnia de disco.

2 MÉTODOS

Segundo Gil (2002) este estudo se enquadra em uma revisão bibliográfica. Foram utilizados artigos científicos provenientes das bases de dados: *Scientific Eletronic Library Online (Scielo)*, *Dialnet* e *Google Acadêmico*, fazendo uso das palavras chaves: Treinamento de força, exercícios físicos, hérnia de disco e coluna vertebral. Foram escolhidos 46 artigos na primeira seleção, após utilizar filtros de especificidade como; exercícios físicos para pessoas com hérnia de disco, treinamento resistido para indivíduos com hérnia de disco e treinamento de força aplicado a pessoas com desvios na coluna, foram escolhidos 14 artigos que foram lidos e serviram como base para a realização deste estudo. Acrescentando 2 livros que foram fontes importantes de informações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dores na região da coluna lombar, lombalgia, afetam cercar de 80% da população mundial. Sendo que um terço dos indivíduos sofrem com hérnia de disco, e destas pessoas, somente uma pequena quantidade são acometidas com os sintomas mais graves da patologia. Sendo que a grande parcela das pessoas acometidas com hérnia de disco, o tratamento cirúrgico não se torna a única opção, tendo em vista que, o treinamento de força principalmente pelo método de musculação tem oferecido excelentes resultados na qualidade de vidas das pessoas que são acometidas por essas (LIZIER DT et al., 2012).

Segundo Patrocínio (2017) o disco intervertebral é uma estrutura com padrão cartilaginoso, com o seu interior mole, servindo de amortecedor entre as vértebras da coluna, tornando-se uma estrutura rica em água com aproximadamente 80% de água na sua formação, mostrando que é uma estrutura sensível à redução da quantidade de água. Desse modo, a baixa ingestão de água, de forma contínua, levando a um processo desidratação e, conseqüentemente, queda da capacidade de amortecer impactos, refletindo em placas terminais e anel mais frágeis. Este é o mecanismo de formação conhecido como doença degenerativa do disco lombar, com manifestações mais comuns nas doenças da coluna vertebral que leva significativamente em redução da qualidade de vida e de produtividade nas atividades básicas diária.

Diversas modificações bioquímicas e anatômicas podem desencadear diversos fatores, que provocam a perda da capacidade do disco em distribuir cargas adequadamente. A distribuição anormal da carga em porções do ângulo fibroso pode levar à formação de fissuras por onde o material do núcleo pulposo pode progressivamente se insinuar, formando a hérnia de disco (BARROS FILHO; BASILE JUNIOR, 1995).

Segundo Cecin et al. (2001) afirma que a união de treinamento aeróbicos e de fortalecimento da musculatura abdominal e paravertebral, protege e evita riscos que os locais podem sofrer com o as atividades do individuo em seu cotidiano. Ao desenvolver um treinamento que cause um desequilíbrio entre forças da musculatura dorsal e abdominal, pode se criar um desvio pélvico oque poderá acarretar um sobrecarga no disco vertebral (RASH, 1991).

Existem diferentes protocolos de treinamento para auxiliar no tratamento da hérnia de disco lombar. Em um estudo, foi observado que 24 sessões de exercícios resistidos,

subdivididos em duas sessões semanais de 40 a 50 minutos, onde essas sessões de Treinamento Resistido (TR) foram realizadas duas vezes por semana em dias alternados (SILVA et al., 2020). Em outro estudo, no início de cada sessão, o indivíduo realizava a série de Williams (adaptada), que consiste no fortalecimento e flexibilidade das musculaturas abdominal e paravertebral e também da coluna, composto por seis exercícios de flexão com inclinação pélvica anterior e posterior (BLACKBURN, 1981).

Segundo Silva et al. (2020) foram realizadas duas avaliações do nível de dor, a primeira aplicação da Escala Visual Analógica (EVA) foi antes da primeira sessão de treinamento e a segunda realizada ao final do treinamento, no qual durou 12 semanas, com 2 sessões semanais não consecutivas, perfazendo um total de 24 sessões de TR, após a aplicação da EVA. Desse modo, antes do TR, o paciente apresentou o nível 8 de dor classificada como intensa, e ao final das 24 sessões de TR apresentou um nível 4 de dor classificada como moderada, dessa forma, apresentou uma diminuição de nível de dor em 50%. Portanto, essa diminuição dos níveis de dor, podem estar relacionada com o fortalecimento muscular, partindo-se do pré-suposto que músculos fortes estabilizam e protegem melhor as estruturas passivas da coluna vertebral, nesse caso, tendo o foco específico nos níveis da coluna lombar e sacral (SANTARÉM, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o treinamento resistido proporciona excelentes resultados na prevenção e no tratamento da hérnia de disco, desde que esta esteja em seus estágios iniciais, onde o tratamento cirúrgico não é necessário. A frequência semanal de treinamentos, entre 3 a 5 dias, com duração mínima de 6 semanas, provocando diminuição importante dos níveis de dor e que está redução de dor está relacionada com o fortalecimento muscular, principalmente os que estabilizam e protegem as estruturas passivas da coluna vertebral. Além disso, agregando outros benefícios como: fortalecimento da musculatura corporal, melhora na postura, redução na intensidade da dor, redução nos níveis de gordura, aumento de massa magra, ganhos de força, dessa maneira aliviando os sintomas e proporcionando assim por meio do treinamento de força, melhoria nas atividades diárias e aumentando a qualidade de vida dos indivíduos com hérnia de disco.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, T. E. F., BASILE JÚNIOR, R., **Coluna vertebral: diagnóstico e tratamento das principais patologias**. São Paulo: Sarvier, 1995.

BLACKBURN, S., Electromyographic activity of back musculature during Williams' 16 flexion exercises. *Phys Ther*, 1981.

CECIN, H. A., et al. Projeto diretrizes: Diagnóstico e tratamento das lombalgias e lombociatalgias. Associação Médica e Conselho Federal de Medicina, 2001.

FALAVIGNA, A., RIGHESSE NETO, O., BOSSARDI J, HOESKER T, GASPERIN PC, SILVA PG, TELES AR. Qual a relevância dos sinais e sintomas no prognóstico de pacientes com hérnia de disco lombar? **Rev Coluna**. 2010;9(2):182-92.

FARDON, D. F., Nomenclature and classification of lumbar disc pathology. **Spine**. (Phila Pa 1976), 2001;26(5):461-2.

FLECK, J. S., KRAEMER, W. J., **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular**. ed.4, p.5, 1997.

GIL, A. C., Como classificar as pesquisas? In: Gil, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-58.

KAPANDJI, A. L., **Fisiologia Articular**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

LIZIER, D. T., PEREZ M. V., SAKATA R. K., Exercícios para tratamento de Lombalgia Inespecífica. **Rev Bras Anesthesiol**. 2012;62(6):838-846.

NASCIMENTO, V. C., et al. Effect of resistance training on physical performance and functional respiratory capacity of elderly women. **J. Phys. Educ.**, Maringá, v. 29, e2943, 2018.

PATROCÍNIO, B., A água na prevenção de doenças da coluna. Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, **Rev. digital**, 2017.

UCHIDA, M. C., CHARRO, M. A., BACURAU, R. F. P., **Manual de musculação**: Uma abordagem teórico-prática do treinamento de força, v.7, p.16, 2003.

RASH, P. J., **Cinesiologia e anatomia aplicada**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

REIS FILHO, A., 19 métodos e sistemas de treinamento de força e hipertrofia muscular. **Rev. digital blog Educação Física**, musculação, 2017.

SANTAREM, J. M., **Musculação em todas as idades**. 1ª ed., Manole, 2012.

SILVA, L. B. P., MOURA, A. M. L., FERREIRA, C. D., CARDOSO, C. N. D., GAMA, F. C., BROTAS, F. R., FERNANDES, R. M. P., **Efeito do treinamento resistido em um**

indivíduo com hérnias de disco. Disponível em: < <https://scholar.google.com.br/>>
Acesso em 28 de agosto de 2020.

UM PANORAMA SOBRE AS CAUSAS E IMPLICAÇÕES DA HESITAÇÃO VACINAL

Jaqueline Samara de Oliveira Marinho, Ana Laura Modolo de Castro, Inaiane Boscarini, Leonardo Vinicius Martinello, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: jackmarinhojau20@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A primeira vacina, criada pelo inglês Edward Jenner, foi responsável pela erradicação da varíola no mundo. Jenner observava que indivíduos previamente contaminados com a varíola bovina desenvolviam uma resistência a doença. Em 1796, Jenner retirou linfa de uma vesícula da mão de uma mulher contaminada com a varíola bovina e a inoculou na pele do braço de um menino de 8 anos. O menino desenvolveu uma reação eritemato-pustulosa no local da escarificação e poucos sintomas gerais. Após seis semanas, Jenner inoculou o pus da varíola humana na criança, que não contraiu a doença. Estava descoberta a vacina contra a varíola (REZENDE, 2009).

A varíola foi responsável por 300 a 500 milhões de mortes no século XX, mas em 1980, após um programa de vacinação mundial, a doença foi considerada erradicada do planeta pela Organização Mundial de Saúde (HOLMES et al, 2020).

No Brasil há o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que promove a distribuição de mais de 300 milhões de doses anuais de vacinas, soros e imunoglobulinas, contribuindo com a erradicação e controle de doenças infectocontagiosas. O Programa também define os calendários de vacinação levando em consideração a situação epidemiológica, o risco, a vulnerabilidade e as especificidades sociais, com orientações específicas para todas as faixas etárias, gestantes e povos indígenas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Hodiernamente, vem ocorrendo uma diminuição na vacinação infantil. Inúmeros aspectos estão envolvidos, mas a hesitação vacinal está se tornando uma relevante preocupação na área da saúde. Movimentos antivacinas, apesar de antigos, estão ganhando mais força ao redor do mundo. O impacto desse movimento em relação à vacina é maior nos países de média e baixa renda, onde as condições de saneamento básico nem sempre são disponíveis a toda população (SATO, 2018).

Diante deste quadro, este trabalho tem como objetivo discutir a importância da adesão à vacinação e também abordar as causas e as consequências da não-vacinação.

2 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa baseada em artigos científicos para a fundamentação do assunto e discussão da importância da vacinação na sociedade. Os artigos foram obtidos das plataformas digitais SciELO e PubMed com os descritores “antivacina”, “hesitação”, “vacinação” e “sarampo” dos últimos 3 anos (2017, 2018 e 2019).

3 REVISÃO DE LITERATURA

O desenvolvimento e uso das vacinas possibilitaram a erradicação da varíola e o controle de doenças imunopreveníveis, através de programas de imunização bem sucedidos em vários países (SATO, 2018).

Em 1973, por determinação do Ministério da Saúde, foi criado o Programa Nacional de Imunização (PNI), o que representou um avanço de grande importância para a saúde pública no Brasil. Atualmente, 19 vacinas recomendadas pela OMS são oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) gratuitamente, seguindo um calendário nacional de vacinação. O programa garantiu a continuidade de aplicação de doses e ampliou a área de cobertura vacinal no Brasil, com o objetivo de coordenar as ações de imunização, alcançando médias superiores a 95% de cobertura vacinal para o calendário infantil. Resultados importantes para a eliminação da poliomielite e da transmissão sustentada do sarampo e da rubéola no país (APS et al, 2018).

Quando a vacina do sarampo foi introduzida em 1963, foi possível controlar a transmissão da doença e prevenir a livre circulação do vírus. O continente americano ficou livre do sarampo em 2016, mas em julho de 2017, novos casos da doença foram registrados na Venezuela, onde ocorreram de maneira endêmica. Devido aos fluxos migratórios, a doença foi reportada no Brasil, no estado de Rondônia, e em países vizinhos como Colômbia e Equador. Em 2018, ocorreu um surto de sarampo na região norte do Brasil. No ano seguinte, o Brasil perdeu a certificação de país livre do sarampo, conferido pela Organização Panamericana de Saúde (LITVOC e LOPES, 2019).

Novos surtos de sarampo ocorreram no Brasil e muitas questões estão relacionadas a estes acontecimentos, sendo uma delas o aumento de grupos antivacinas. A recusa vacinal não é recente, iniciou logo após a introdução da vacina contra a varíola no fim do século XVIII e continua até os dias atuais. A perda da confiança nas vacinas e nos programas de imunização pode levar ao declínio das coberturas

vacinais com todas as suas consequências. A Organização Mundial de Saúde manifesta a preocupação com o fato de que um em cada 10 lactentes no mundo (12,9 milhões de crianças) não recebeu qualquer dose de vacina em 2016, a maior parte delas em regiões de conflito e pobreza, sem acesso aos serviços de saúde (SUCCI, 2018).

Segundo Iriart (2017), apesar da vacinação ser reconhecida mundialmente por autoridades sanitárias e por comunidades médicas como uma importante intervenção preventiva com efeito na redução da morbimortalidade de doenças imunopreveníveis, a disseminação de hesitação e resistência às vacinas entre pessoas de alta renda e escolaridade tem se tornado uma questão importante para a saúde pública em vários países. O alto número de informações equivocadas pode deixar vários indivíduos em conflito e torna-se difícil enxergar os benefícios da vacinação em um aglomerado de informações falsas.

Alguns eventos trágicos da indústria farmacêutica contribuíram para a resistência à vacinação. O mais grave deles aconteceu em 1955, após falha no processo de fabricação da vacina contra a poliomielite baseada em vírus inativados. No entanto, houve um investimento maior em segurança na fabricação e uso de vacinas, sendo solucionado o problema (APS et al, 2018).

De acordo com Sato (2018), pais vacinadores veem a vacinação como um ato de dever e responsabilidade e a fazem sem hesitação, sendo influenciados pela tradição familiar e por normas sociais. Entre os não vacinadores, algumas justificativas para não vacinar os filhos são: baixa percepção do risco da doença (pois elas já estão controladas ou são leves); medo de eventos adversos pós-vacina; questionamentos sobre sua eficácia e formulação e sobre o interesse financeiro da indústria farmacêutica; opção de outras formas de proteção da saúde.

Com relação ao medo de eventos adversos à vacinação, alguns pais temem que haja ligação entre autismo e à vacina tríplice viral (sarampo-caxumba-rubéola). Entretanto, um estudo recentemente publicado por Hviid et al (2019), mostrou que a mencionada vacina não aumenta o risco de autismo, não desencadeia autismo e não está associada aos casos de autismo após a vacinação.

Lamentavelmente, a recusa vacinal proporciona vários riscos e não somente a quem não faz uso da vacina, pessoas vacinadas ou que pretendem se vacinar também sofrem as consequências (SUCCI 2018). Mesmo que um país tenha uma alta porcentagem de vacinação na população, os indivíduos que recusam a vacinação farão

com que doenças que poderiam ser extintas ou as que já foram extintas, continuem contaminando a população, com alto risco de migrar para outros países. A saúde de todos é afetada, como consequência das ações de grupos ou indivíduos que se alimentam de informações infundadas (MIZUTA, 2018).

Desse modo, é fundamental reafirmar que as vacinas previnem as doenças infecciosas que prejudicaram e colocaram em risco à humanidade por séculos e representam o investimento em saúde com melhor custo-efetividade. A vacinação promove benefícios individuais e coletivos, que são obtidos com o empenho de uma grande estrutura dos programas públicos de vacinas e autoridades sanitárias e da atuação dos profissionais de saúde (SUCCI, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vacina tem como importância prevenir e eliminar doenças infectocontagiosas, estimulando eficientemente a defesa do organismo contra agentes patogênicos.

A propagação de informações sobre as vantagens do ato de vacinar é primordial para a conscientização da população e para diminuir movimentos contrários alimentados pelo desconhecimento. A não-vacinação tem consequências não apenas individuais, mas coletivas também, afetando toda a sociedade, como o recrudescimento de doenças previamente controladas.

REFERÊNCIAS

APS, L. R. M. M. et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. **Rev Saúde Pública**, v.52, n.40, 2018.

HIVIID, A. et al. Measles, mumps, rubella vaccination and autism. **Ann Intern Med**, v.171, n.5, p.388, 2019.

HOLMES, K.K. et al. **Major infectious diseases**. Disease control priorities. 3ª ed. Volume 6, 2017.

IRIART, J.A.B . Autonomia individual vs. proteção coletiva: a não-vacinação infantil entre camadas de maior renda/escolaridade como desafio para a saúde pública. **Cad Saúde Pública**, v.33, n.2, 2017.

LITVOC, M. N; LOPES, M. I. B. F. From the measles-free status to the current outbreak in Brasil. **Rev Assoc Med Bras**, v.75, n.10, p.1229-30, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Imunizações**. Disponível em: <<https://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/pni/o-que-e.html>> Acesso em: 02 set 2020.

MIZUTA, A. H. et al. Percepções acerca da importância das vacinas e da recusa vacinal numa escola de medicina. **Rev Paul Pediatr**, v.37, n.1, p.34-40, 2019.

REZENDE, J.M. **À sombra do plátano**. Crônicas de história da medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

SATO, A.P.S. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?. **Rev Saúde Pública**, v.52, n.96, 2018.

SUCCI, R.C.M. Vaccine refusal: what we need to know. **J Pediatr**, v.94, n.6, p.574-81, 2018.

UMA VISÃO GERAL SOBRE O CORONAVÍRUS SARS-COV-2

Edymara dos Anjos Oliveira, Grazielle de Oliveira Galvão, Gabriela Grandeso, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: edymarajahu@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Causadores de infecções que podem acometer tanto animais quanto seres humanos, os coronavírus comumente levam a patologias que envolvem desde leves resfriados até infecções respiratórias grave (SANTOS, ROMANOS, & WIGG, 2015). Um novo coronavírus, chamado de SARS-CoV-2, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, na China, alarmou a população mundial com sua alta taxa de transmissão.

Após a confirmação da chegada e transmissão do novo coronavírus no Brasil, foi decretado estado de calamidade pública em março de 2020 (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2020). O isolamento social e o uso de máscara foram recomendados na tentativa de barrar a circulação do vírus, já que não havia vacina ou fármacos específicos para a prevenção ou tratamento da doença, a COVID-19.

Atualmente, cerca de seis meses após o decreto de calamidade pública, há 144.680 óbitos confirmados no Brasil em decorrência do SARS-CoV-2, de acordo com dados do Ministério da Saúde (2020a). No mundo inteiro o novo coronavírus já causou a morte de 1.004.421 pessoas (OPAS, 2020). Além da perda de vidas, a atual pandemia causada pelo SARS-CoV-2 tem afetado diversos setores da sociedade, causando impacto econômico, social e emocional.

Diante da relevância mundial do SARS-CoV-2, este trabalho tem por objetivo abordar aspectos gerais sobre este novo coronavírus e a COVID-19.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa a partir da consulta de livros, artigos científicos das bases de dados SciELO e PubMed, e sites de pesquisa científica e governamentais. A busca foi realizada de forma não sistemática no período de março a setembro de 2020.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Identificado como a segunda principal causa de resfriados, os coronavírus tem manifestações conhecidas desde o ano de 1937, com suas primeiras aparições em animais, como galinhas, com quadro de doença respiratória. No decorrer dos anos foram descobertas classes desses vírus capazes de infectar também seres humanos (SANTOS, ROMANOS, & WIGG, 2015).

Nos últimos meses, a descoberta de um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, desencadeou preocupação mundial pelo fato de rapidamente ter se disseminado e atingido proporções pandêmicas. Muito parecido com essa ocasião, no ano de 2002 foi possível ver quase a mesma situação, quando um surto identificou uma nova doença, chamada Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS, do inglês, *Severe Acute Respiratory Syndrome*) tendo como agente etiológico também um coronavírus, o qual recebeu o nome de SARS-CoV (SANTOS, ROMANOS, & WIGG, 2015). Os esforços para conter esse surto alavancaram diversos estudos na busca pelo conhecimento dos tipos de coronavírus existentes. As pesquisas realizadas demonstraram que esse vírus é de fácil propagação e que os seus diferentes tipos possuem muitas características em comum.

Em 2012, um novo coronavírus associado a doença respiratória grave foi identificado em humanos, na Arábia Saudita. A doença passou a ser designada como síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS, do inglês *Middle East Respiratory Syndrome*) e o novo vírus nomeado coronavírus associado à MERS (MERS-CoV) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020b).

A estrutura do SARS-CoV-2 apresenta grande semelhança com o SARS-CoV anterior (AHMED, QUADEER, & MCKAY, 2020). Uma análise da história evolutiva do novo coronavírus sugere que a linhagem viral que originou o SARS-CoV-2 tenha surgido entre 40 e 70 anos atrás, de outras linhagens que vivem entre os morcegos (PESQUISA FAPESP, 2020).

A estrutura geral do SARS-CoV-2 compreende a presença de uma fita simples de RNA, com nucleocapsídeo helicoidal e proteínas estruturais muito importantes. No SARS-CoV e SARS-Cov-2 essas proteínas são bem relevantes para a sua virulência. As proteínas estruturais incluem a proteína spike (S), a proteína envelope (E), a proteína membrana (M) e a proteína nucleocapsídeo (N) (AHMED, QUADEER e MCKAY, 2020). A proteína spike, assim como no SARS-CoV parece ser essencial para a ligação entre o

vírus e seu receptor na célula e pode ser a principal responsável pela ocorrência do COVID-19 (VANKADARI & WILCE, 2020; LU et al., 2020; SANTOS, ROMANOS, & WIGG, 2015).

A transmissão do COVID-19 se dá por conta de perdigotos advindos de uma pessoa infectada que podem se espalhar pelo ar e atingir um indivíduo próximo. Os sinais e sintomas clínicos da COVID-19 são principalmente respiratórios, semelhantes a um resfriado. Podem também causar infecção do trato respiratório inferior (CONNAS, 2020). Algumas pessoas não apresentam os sintomas convencionais do vírus, sendo assintomáticas, necessitando reforçar mais os métodos de prevenção pelo fato de mesmo assintomáticas ainda transmitirem o patógeno.

Aproximadamente 80% das pessoas com COVID-19 se recupera sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar (OPAS, 2020). Algumas pessoas são mais suscetíveis a contrair o vírus e sofrerem com a infecção causada, que são as pessoas do grupo de risco. Pessoas acima de 60 anos se enquadram no grupo de risco, mesmo que não tenham nenhum problema de saúde associado. Além disso, pessoas de qualquer idade que tenham doenças pré-existentes, como cardiopatia, diabetes, pneumopatia, doença neurológica ou renal, imunodepressão, obesidade, asma, entre outras, também precisam redobrar os cuidados nas medidas de prevenção ao coronavírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020c).

O diagnóstico laboratorial da COVID-19 é realizado pela técnica de RT-PCR (Transcrição Reversa - Reação em Cadeia da Polimerase), a qual amplifica a sequência do RNA viral. A amostra biológica utilizada para análise é a secreção da nasofaringe e orofaringe, coletadas com *swab*, entre o terceiro e o nono dia após o início dos sintomas, quando é possível encontrar maior carga viral. Também foram desenvolvidos testes sorológicos rápidos para identificação de anticorpos IgM e IgG contra o SARS-CoV-2, os quais só devem ser usados após sete dias do início dos sintomas (XAVIER et al, 2020).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020a), embora alguns medicamentos possam fornecer conforto e aliviar os sintomas da COVID-19, não há nenhum que tenha demonstrado prevenir ou curar a doença. No mundo, há 151 vacinas candidatas para a prevenção da COVID-19 que estão em avaliação pré-clínica e há 41 vacinas candidatas que já estão em avaliação clínica (WHO, 2020b). Portanto, até o

momento, a maneira mais eficaz para se prevenir da infecção e evitar a propagação da doença é a higienização das mãos; evitar tocar na boca, olhos e nariz; evitar lugares lotados e manter distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas (WHO, 2020a).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SARS-CoV-2, indubitavelmente, é um marco na história e na ciência, incluído nas pandemias que tiveram grandes repercussões e números significativos de mortes e doentes no mundo. Todavia, alguns aspectos positivos podem ser citados no tocante ao enfrentamento dessa pandemia, como o avanço das pesquisas em curto espaço de tempo para o desenvolvimento de vacinas e fármacos para a resolução da situação. Percebe-se também, uma notoriedade maior nos âmbitos da ciência, da área da saúde e no investimento em pesquisas, evidenciando a importância dos profissionais atuantes nestas áreas na sociedade.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. F.; QUADEER, A. A.; MCKAY, M. R. Preliminary identification of potential vaccine targets for the COVID-19 Coronavirus (SARS-CoV-2) based on SARS-CoV immunological studies. **Viruses**, v.12, n.3, p.254, 2020.

CONASS. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. **Novo coronavírus: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. 2020. Disponível em: <<http://www.conass.org.br/novo-coronavirus-o-que-e-causas-sintomas-tratamento-diagnostico-e-prevencao/>> Acesso em: 24 mar. 2020.

LU, R. et al. Genomic characterisation and epidemiology of 2019 novel coronavirus: implications for virus origins and receptor binding. **The Lancet**, v. 395, p. 565-574, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 01 out. 2020a.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Informe Técnico - MERS-CoV (Novo Coronavírus)**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em: <<http://nascecme.com.br/2014/wp-content/uploads/2020/01/Informe-Tecnico-para-Profissionais-da-Saude-sobre-MERS-CoV-09-06-2014.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2020b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus: 145.328 casos confirmados e 9.897 mortes**. 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46857-coronavirus-145-328-casos-confirmados-e-9-897-mortes>> Acesso em: 11 set. 2020c.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Perguntas e Respostas sobre coronavírus (COVID-19)**. 2020. Disponível em:

<<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-coronaviruses>> Acesso em: 11 set. 2020a.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Draft landscape of COVID-19 candidate vaccines**. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/m/item/draft-landscape-of-covid-19-candidate-vaccines>> Acesso em: 01 out. 2020b.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAUDE. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875> Acesso em: 01 out. 2020.

PESQUISA FAPESP. **Novo coronavírus pode estar em circulação há décadas**. 2020. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/novo-coronavirus-pode-estar-em-circulacao-ha-decadas/>> Acesso em: 11 set. 2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Diário Oficial da União**. Ano CLVIII N° 55-C. Brasília - DF, sexta-feira, 20 de março de 2020. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/03/2020&jornal=602&pagina=1>> Acesso em: 11 set. 2020.

SANTOS, N. S. D. O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. **Virologia Humana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

VANKADARI, N.; WILCE, J. A. Emerging WuHan (COVID-19) coronavirus: glycan shield and structure prediction of spike glycoprotein and its interaction with human CD26. **Emerg Microbes Infect**, v.9, n.1, p. 601-604.

XAVIER, et al. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **J Bras Patol Med Lab**, v.56, p.1-9, 2020.

A COMPLEXIDADE DA PUNIÇÃO DOS CRIMES CONTRA A HONRA PRATICADOS NO AMBIENTE VIRTUAL

Maria Caroline dos Santos Souza, Willian Albuquerque da Silva,
Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 80, o Brasil testemunhou o início da utilização da internet por grandes empresas, sobretudo, por aquelas de caráter internacional. Verifica-se, portanto, que à época, essa ferramenta era extremamente elitizada e por conta disso não era acessível para a maioria da população, sendo que a sua popularização só aconteceu na primeira década dos anos 2000.

Num primeiro momento, o uso dela era totalmente diferente do atual, pois havia uma finalidade muito mais empresarial e institucional. Além do mais, os recursos dos computadores eram extremamente limitados, assim como o seu armazenamento.

Apenas a partir de 1995 é que começou a se falar no conceito de redes sociais, ou seja, a internet sendo usada como forma de conectar pessoas, até que se chegasse na forma como observamos o acesso à rede atualmente, onde houve um aumento no poder de fala das pessoas, o que tem passado a sensação de um espaço sem limites.

Assim, é muito natural que surjam indagações a respeito da punibilidade dos crimes praticados no ambiente virtual, principalmente o que tange aos crimes contra a honra elencados no Código Penal Brasileiro, uma vez que é muito comum por parte de uma parcela da população acreditar que eles não são passíveis de punição devido à complexidade dos meios de prova.

Dito isso, o desenvolvimento deste trabalho partirá da análise sobre os crimes contra a honra no ambiente virtual. Na mesma linha, serão tecidos comentários ao Marco Civil da Internet, à Lei Geral de Proteção de Dados e aos conflitos existentes em relação à liberdade de expressão.

2 METODOLOGIA

O trabalho utilizou o método dedutivo, em que foram analisados os aspectos históricos do surgimento da internet no país, assim como o caráter legal por meio de doutrina e dispositivos legais acerca do tema, a partir de uma específica revisão de

literatura, encontrada em livros, artigos científicos, jurisprudências, legislações, dentre outras fontes de pesquisa.

Diante disso, interpretaram-se alguns dos princípios norteadores da Constituição Federal, do Código Penal e das leis específicas sobre o tema proposto para que se chegasse em possíveis soluções para o problema exposto.

3 CRIMES VIRTUAIS CONTRA A HONRA

Há vários conceitos acerca do crime virtual, no entanto, o presente trabalho não pretende esgotar o tema, mas somente trazer algumas hipóteses do Capítulo V do Código Penal, o qual elenca os crimes contra a honra, o colocando sob a perspectiva da era digital.

O artigo 138 do Código Penal (BRASIL, texto digital) fala do crime de calúnia. “Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.”

Essa primeira possibilidade fala do agente que opta por acusar alguém de ter cometido um crime em que é sabido não ser verdade. Isso pode ocorrer, por motivo de rivalidade entre o autor do crime e sua vítima, além disso, tem o objetivo de desmoralização.

O mencionado crime pode também ser propagado pelas chamadas *Fake News*, ou seja, notícias falsas que são compartilhadas na internet como se verdadeiras fossem. Além de muito perversas, elas ainda podem servir de gatilho para outros crimes por conta da gravidade do que é noticiado.

Já acerca do artigo 139, Guilherme de Souza Nucci (2014, p. 555) disserta:

Difamar já significa imputar algo desairoso a outrem, embora a descrição abstrata feita pelo legislador tenha deixado claro que, no contexto do crime do art. 139, não se trata de qualquer fato inconveniente ou negativo, mas sim de fato ofensivo à sua reputação

Logo, nesse caso, o bem jurídico a ser tutelado é a honra objetiva do indivíduo, ou seja, a forma como ele é visto socialmente, isto é, sua reputação. O texto do artigo 139 do Código Penal, traz a seguinte redação: “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.” (BRASIL, texto digital).

Por último, o artigo 140 (BRASIL, texto digital) conceitua o crime de injúria “Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.”. Nesse caso, há uma

proteção da honra subjetiva do indivíduo, e pode ser praticado por meio de insultos, xingamentos, entre outros.

4 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES VIRTUAIS

O processo de investigação nos crimes virtuais contra a honra, na maioria das vezes é bem simples, mas em casos específicos pode envolver algumas complexidades, além da possibilidade do perecimento das provas.

Isto porque na internet o processo é muito fluido, um post pode ser visto por várias pessoas e ser apagado logo em seguida sem deixar provas quando se trata de pessoas anônimas.

Nos casos de injúria, calúnia e difamação a prova pode ser muito clara, mas é necessário se utilizar dos meios corretos de aquisição para que não se perca um tempo considerável do processo discutindo se ela é real ou manipulada. Isto porque as vítimas de crimes contra a honra, muitas vezes por inexperiência, apoiam toda a prova documental dos autos em capturas de tela de celulares, os quais podem muitas vezes passar por perícias para averiguação de veracidade. Nesses casos, o procedimento ideal é que seja registrada em cartório uma ata notarial, isto porque o cartório tem fé-pública, o que mostra que o conteúdo constante na ata é realmente verídico para que possa ser levado a juízo.

No entanto, nem todos os crimes contra a honra praticados no ambiente virtual se resolvem dessa forma. Na internet há a possibilidade de criar perfis falsos ou até se utilizar de mecanismos, assim como o VPN, que visa apagar vestígios que levam ao autor do crime.

Em casos comuns é importante que se faça duas provas, a de materialidade – que mostra que o crime foi cometido –, e a de autoria – que visa mostrar o autor da infração. Nos casos em que os perfis são falsos, a prova de autoria muitas vezes é demorada e burocrática, isto porque é necessário de uma ordem judicial para que a plataforma onde as ofensas foram publicadas divulgue o IP do dispositivo utilizado e depois uma outra ordem para que o provedor de internet forneça as informações para que se chegue no rosto por trás do crime.

O que pode acontecer, no entanto, que dificulta ainda mais, é que o local da prática do crime pode ser em locais públicos utilizando-se de redes não privadas, o que exige de outros recursos para solucionar o problema.

É importante salientar que na maioria dos casos, em razão da pena, o rito será o da Lei 9.099/95, o que muitas vezes impossibilita a pena de reclusão por conta dos institutos despenalizadores.

A ação penal descrita no *caput* dos artigos 138, 139 e 140 do Código Penal se dará por ação penal privada.

5 O MARCO CIVIL DA INTERNET E A GARANTIA DE DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Sabe-se que as redes sociais, além de ampliarem a forma de interação entre as pessoas, também proporcionam a elas diversas possibilidades.

Ocorre que, de certa forma, isso pode deixar o usuário da plataforma digital inclinado a cometer infrações por pensar que está em um ambiente não identificado. Do mesmo modo, é possível verificar a situação em que elas se encontram ainda mais vulneráveis e suscetíveis aos ataques virtuais.

Até 2014, as questões que envolviam forma de uso e deveres e direitos de usuários na internet era tratada de forma genérica, uma vez que não existia lei específica que tratasse do tema. Nesse sentido, quando ocorria uma situação envolvendo a rede, o poder judiciário se socorria de normas, como o Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e o Código Penal. Pretendendo mudar esse cenário, em 2014 foi sancionada a Lei n. 12.965/14, conhecida popularmente como “Marco Civil da Internet”.

Conforme aduz Filho (2016, p.276) “[...] o Marco Civil da Internet disciplinou a atuação do Poder Público em se tratando do desenvolvimento da internet no Brasil.”

Dessa forma, o Marco Civil da Internet além ser uma norma de caráter principiológico, visando manter o direito fundamental à privacidade, também funciona como uma base que traz elementos e regras a serem observados para garantir direitos e deveres dos usuários.

5.1 Lei de proteção de dados e a inviolabilidade do direito à privacidade

Em 2018 foi sancionada a Lei n. 13.709, conhecida como “Lei Geral de Proteção de dados” (LGPD) que alterou o Marco Civil da Internet visando a regulamentação de concessão e uso de dados no ambiente virtual.

Assim como o Marco civil da Internet, a LGPD possui como fundamento a garantia da liberdade de expressão; o respeito à privacidade; a inviolabilidade da intimidade, da

honra e da imagem dentre outros. Isso porque referidos fundamentos são imprescindíveis à segurança da pessoa humana no que tange à privacidade e/ou intimidade.

Segundo Carvalho (2020, texto digital):

A proteção dos dados referentes à pessoa humana consiste em um dos mais sensíveis desafios decorrentes do extraordinário avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas. A aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais veio, enfim, inserir o Brasil entre os países que contam com instrumentos para a proteção desse importante aspecto do direito fundamental à privacidade.

Daí percebe-se a relevância que supradita lei deu para a inviolabilidade à privacidade dos usuários das plataformas digitais.

Nesse sentido, observa-se a proteção especial aos dados relacionados diretamente com o íntimo do usuário, isto é, dados que versam sobre convicção religiosa, vida sexual etc. Justamente por isso são tidos como dados “sensíveis”.

Assim, embora o Marco Civil da Internet tenha funcionado como um grande avanço com relação à segurança dos usuários da rede, a aprovação da LGPD foi essencial para maior eficiência dessa proteção, bem como estabelecer novos parâmetros em relação à coleta, armazenamento e destruição de dados fornecidos pelos usuários.

No entanto, destacamos que a LGPD ainda não está totalmente em vigor, sendo que a maioria dos seus dispositivos teve entrada em vigor adiada para o ano de 2021 em razão do atual cenário de pandemia mundial da COVID-19.

5.2 Liberdade de expressão Vs. ofensas na rede

É certo que algumas pessoas ainda não sabem como comportar-se na internet, talvez por pensarem que o ambiente virtual é “terra sem lei” ou até mesmo que suas verdadeiras identidades jamais serão descobertas. Segundo Martins (2020, texto digital):

Atualmente, o que se tem observado é o surgimento de novas condutas criminosas derivadas do mau uso da internet, pois por se trata, para muitos, de uma “terra sem lei”. Na verdade, com o surgimento e crescimento das redes sociais, aplicativos e plataformas de conteúdo, vislumbramos novos crimes cibernéticos, nos quais alguns ainda não se encontram tipificados no ordenamento jurídico, porém já encontram respaldo na jurisprudência e doutrina pátrias. Entretanto outros sim, já estão positivados na legislação penal.

O Marco Civil da Internet dentre todos os seus elementos trouxe a garantia da liberdade de expressão. No entanto, sabe-se que essa garantia não é plena, ou seja, o

direito à liberdade de expressão não se confunde com abusos. Portanto, não exclui direitos e garantias fundamentais de outras pessoas.

A própria Constituição Federal impõe alguns limites com o fim de assegurar outros direitos tão importantes quanto a liberdade de expressão. É justamente sob a perspectiva da inviolabilidade da honra que se fundamenta toda argumentação exposta no presente trabalho.

Nesse sentido, a liberdade de expressão, direito fundamental, está passível de colisão com outros princípios fundamentais e, nesse ponto, sujeita-se a uma ponderação que venha trazer melhor solução para o caso concreto.

Isto posto, cumpre consignar que a ideia da máxima liberdade em manifestação de opiniões não deve ser cultivada, uma vez que isso contribui diretamente para ocorrência de excessiva propagação de ódio e prática de crimes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, conclui-se que apesar dos relevantes avanços observados na massificação das redes sociais, não é possível ainda dizermos que possuímos mecanismos suficientes para coibir violência ocasionada pelo uso delas.

Sabe-se que o Brasil foi um dos precursores no combate aos crimes virtuais com a elaboração do Marco Civil da Internet, por sinal, muito elogiado nacional e internacionalmente. No entanto, não foi o bastante para solucionar referido problema, pois à medida em que a tecnologia tende a se modernizar, necessário se faz que a legislação também acompanhe esse processo.

Além disso é imprescindível que ocorra uma reestruturação e elaboração de estratégias competentes não somente em punir, mas em também aperfeiçoar as existentes, bem como elaborar projetos desde a conceituação à prevenção, inclusive qualificando os profissionais que atuam no âmbito virtual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei N° 2.848**. Código Penal. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 13 de set. de 2020.

CARVALHO, Erika Araújo Marciel. **A lei de proteção de dados em tempos de pandemia à luz do marco civil da internet**. 18 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54700/a-lei-de-proteo-de-dados-em-tempos-de-pandemia-luz-do-marco-civil-da-internet> Acesso em: 05 de set. de 2020.

FILHO, Eduardo TOMASEVICIUS. **Marco civil da Internet**: uma lei sem conteúdo normativo. Estudos avançados 30 (86), 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v30n86/0103-4014-ea-30-86-00269.pdf> Acesso em: 06 de set. 2020

LOTTENBERG, Fernando. WAINZOF, Rony. **Discurso de ódio, redes sociais e o Marco Civil da Internet (parte 2)**. 13 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jul-13/opinioao-discurso-odio-redes-sociais-marco-civil-parte2> Acesso em: 12 de set. 2020.

MARTINS, Júlio. **Crimes contra a honra na Internet em tempos de pandemia**. 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11710/Crimes-contr-a-honra-na-Internet-em-tempos-de-pandemia> Acesso em: 05 de set. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**: 10° ed. – São Paulo: Editora Forense, 2014.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NA DETECÇÃO DE FRAUDES

Fernando Rodrigo Martins Junior, Antônio Henrique Barbosa Real, e-mail:
fermartinsjr@icloud.com

1 INTRODUÇÃO

Com este trabalho, pretende-se discutir, observar e destacar pontos sobre a importância da auditoria sendo ela externa ou interna dentro de uma organização, na detecção de fraudes e erros contábeis e também utilizando-a como um instrumento que possa colaborar para que a empresa possa obter melhor desempenho e estar sempre em ordem com suas obrigações e seus deveres em relação a impostos, mostrando como exemplo o caso da empresa Enron Corporation, que foi uma grande empresa onde seus resultados foram burlados por tempos, transformando prejuízos em lucros exorbitantes e quando a realidade veio à tona, trouxe prejuízos para milhares de pessoas e foi o motivo de sua falência.

Segundo Crepaldi (2011), de forma bastante simples, pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

Ao passar dos anos, vimos em jornais e revistas muitos casos sobre fraudes contábeis que de certa forma acabaram com empresas e com a vida de muitas pessoas.

A ética profissional é de grande valia em todas as profissões, notadamente na de auditor, que tem em suas mãos grande responsabilidade, pois mediante seu serviço é possível conhecer todas as irregularidades, erros, falhas dentro do grupo de empresas, conhecendo o responsável hierárquico e executores das rotinas, que originam estas informações (CREPALDI, 2011).

O auditor, além das normas gerais de ética, deve sujeitar-se a normas específicas, próprias de sua profissão e decorrentes da natureza de sua atividade, relacionada com interesses econômicos e financeiros de terceiros (FRANCO; MARRA, 1992).

Diante de muitos casos de fraudes que estavam ocorrendo, a lei Sarbanes-Oxley (Sox), baseada em projetos de lei apresentados por Oxley e pelo senador Paul Sarbanes em 2002, buscou promover uma limpeza no mundo empresarial americano na esteira dos especuladores escândalos financeiros que envolveram a Enron e a WordCom, e que custou bilhões de dólares aos investidores (CREPALDI, 2011).

Como presente na NBC TA 240 (R1) item 2 e 3 — As distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis. O auditor não é responsável nem pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes e erros (CREPALDI, 2011).

Foi observado também, que a NBC TA 200 (R1) fala sobre as limitações inerentes da auditoria e diz que o auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção.

2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa foi elaborada com base em um estudo de caso feito de uma empresa chamada “Enron Corporation”. Um estudo de caso, segundo YIN (2001), é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Ainda segundo o mesmo autor citado anteriormente, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração, no trabalho social e no planejamento.

Este estudo, tem como base um escândalo financeiro que ocorreu em uma empresa chamada “Enron Corporation”, que surgiu quando a empresa Houston Natural Gás (HNG) fundiu-se com a empresa Inter North, que era uma companhia de gás natural, diante disso, em 1985, criou-se a “Enron Corporation”, uma empresa interestatal que tinha gasodutos de gás natural por cerca de 37 mil quilômetros. Diante disso, a Enron tornou-se uma gigante americana. Com o passar dos anos, a empresa começou a crescer e começou também a comercializar gás como commodities e não demorou muito até se tornar a maior empresa a comercializar gás natural nos EUA e na Grã-Bretanha.

A Enron era a sétima maior empresa dos EUA, e uma das maiores empresas de energia do mundo, e mantinha, no Brasil, participações nas empresas CEG/CEGRio, no Gasoduto Brasil / Bolívia, na Usina Termoelétrica de Cuiabá, na Eletrobolt, na Gaspart e na Elektro (empresa que atende cerca de 1,6 milhões de consumidores).

Diante da grandiosidade que a empresa se tornou, ela atuava em cinco grandes áreas:

Enron Transportation Services: condução interestadual de gás natural, construção, administração e operação de gasodutos; investimento em atividades de transporte de óleo cru;

Enron Energy Services: compra, comercialização e financiamento de gás natural, óleo cru e eletricidade; administração de risco de contratos de longo prazo de commodity; gasodutos estaduais de gás natural; desenvolvimento, aquisição e construção de centrais de energia de gás natural; extração de gás natural líquido;

Enron Wholesale Services: negócios globais da "Enron", incluindo a negociação e entrega de commodities físicas e financeiras e serviços de gerenciamento de risco;

Enron Broadband Services: atividade implementada no ano 2000, que provê aos clientes uma fonte de serviços de telecomunicações e;

Corporate and Others: provê serviços relacionados a abastecimento de água.

Com a evolução que estava ocorrendo em muitos setores, visando diversificação a Enron realizou uma série de aquisições e no ano de 1990, ano onde ocorreu uma grande progressão da tecnologia de fibra ótica, setor onde a Enron viu uma oportunidade de ter sua própria linha onde visou lucrar em cima desta oportunidade tendo sua própria rede de fibra ótica de alta velocidade, após esta revelação ao mercado, as ações subiram de U\$ 40 dólares por ação no mês de janeiro de 2000, para U\$ 70 dólares por ação em março no mesmo ano. Neste mesmo ano, foram encontradas informações que as ações da empresa atingiram seu máximo de mais de R\$84 dólares por ação.

Em poucos anos, a Enron estava entre as 10 maiores empresas dos Estados Unidos, empregando mais de 20 mil funcionários, tendo avaliação de mercado no valor aproximado de U\$ 70 bilhões de dólares. O fator confiança, era referência para as demonstrações da Enron, pelo fato de a empresa ter sido auditada por uma empresa de auditoria externa, mundialmente famosa por seus serviços, a Arthur Andersen, que prestava esses serviços para a Enron a quase uma década. Porém, a empresa de auditoria, também prestava serviços de consultoria, que visavam à otimização de lucros e processos internos, que em certos modos acabavam ocorrendo possíveis problemas com transparência e conflitos com a auditoria.

Entretanto, a empresa ganhava sim uma credibilidade e uma confiança maior de seus investidores, simplesmente pelo fato de ter uma das gigantes do ramo de auditoria e consultoria a acompanhando por tanto tempo.

Em meados de agosto de 2001, segundo o site BBC Brasil, Kenneth Lay, que era atual responsável pela área de gerenciamento do cotidiano da empresa recebe informações sobre problemas na contabilidade da empresa que poderiam ameaçar o futuro da Enron. A empresa estava usando lacunas contábeis para esconder bilhões de dólares em dívidas incobráveis ao mesmo tempo em que inflacionava os ganhos da empresa.

Dentro de alguns dias, Kenneth Lay, vende quase U\$ 2 milhões de dólares de suas ações, e aproximadamente alguns meses depois a empresa de auditoria Arthur Andersen começa a destruir documentos relacionados as auditorias feitas na empresa. Em um curto período a SEC, que é uma comissão que fiscaliza a conduta das empresas de capital aberto nos EUA, intimou a empresa, parando instantaneamente a destruição de documentos.

Com as investigações feitas pela SEC, que é o principal regulador do mercado acionário norte-americano, revelou-se que o CEO da empresa, Jeff Skilling, e o ex-CEO Kenneth Lay, mantiveram bilhões de dólares em dívidas no balanço da empresa e além desta fraude, os mesmos pressionaram a empresa de auditoria, Arthur Andersen a ignorar o problema. O caso que imaginava-se ser algo que impactaria poucas pessoas, tornou-se de alcance mundial.

Dentre as várias maneiras que a Enron vinha burlando seus resultados e escondendo seus prejuízos, foi levantado que a empresa fazia uma proteção de investimentos, para de modo fraudulento, proteger seus investimentos, a mesma transferia ações para uma empresa onde os executivos da Enron eram os acionistas principais e a Enron era dona de 3% do controle, fazendo desta forma para que não fosse necessário a consolidação da mesma nas demonstrações contábeis dela.

Foi levantado também que a Enron, quando havia conhecimento sobre algum ativo específico que poderia prejudicar as demonstrações dela, eles o vendiam para uma empresa ligada a eles e compravam novamente após o encerramento das demonstrações contábeis daquele período, para que ele não trouxesse prejuízos para a empresa. Em menos de um mês após o escândalo vir à tona, o preço das suas ações caiu absurdamente para cerca de U\$ 0,70 por ação, com isso, os fundos de pensão dos

funcionários também foi afetado totalmente e foram extintos, deixando mais de 20 mil funcionários desamparados.

A SEC em sua investigação descobriu a destruição de documentos feitas pela empresa de auditoria Arthur Andersen, ligando assim à empresa como cúmplice. O que mais impressionou de toda a conspiração atrelada entre Arthur Andersen e Enron, foi o fato de que uma empresa de auditoria independente, tem como um dos principais objetivos ter uma posição independente em relação a empresa auditada e que todo tipo de fraude detectada teria que ser notificada no parecer da auditoria.

Em novembro de 2001, Enron divulgou uma revisão dos últimos 5 anos de suas demonstrações financeiras, apresentando um prejuízo de U\$ 586 milhões de dólares, prejuízo que antes desta revisão, eram enormes lucros até então. Em meados de novembro de 2001, uma empresa de energia, Dynegy, apresentou uma proposta de compra da Enron, por U\$ 9 bilhões de dólares, proposta que desapareceu após a Enron reapresentar seus resultados trimestrais daquela época. Enron, em 2 de dezembro de 2001, anunciou sua concordata.

A suprema corte dos Estados Unidos, após as investigações, condenou os fundadores da Enron Corporation, Jeffrey Skilling e Kenneth Lay, Sendo que Kenneth Lay, morreu após dois meses depois de seu julgamento por conta de um problema cardíaco e Jeffrey Skilling foi condenado a mais de 24 anos de prisão com 28 acusações sendo algumas delas: fraude, falsidade e abuso de informação privilegiada.

Muitos comentários sobre o caso atribuíram uma má gestão por trás da queda da Enron, por conta de causas éticas e políticas-econômicas envolvidas, mas todos os envolvidos no escândalo agiram de forma totalmente antiética.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco abordar um problema que afeta milhares de empresas em todo o planeta e que mudaram totalmente o mercado financeiro por conta das consequências que trouxeram para a sociedade.

Com a grande proporção que muitos casos de erros e fraudes tomaram nos últimos anos, as empresas se importam cada vez mais em ter uma auditoria de ponta para controle contra fraudes e erros e levando em consideração também o quanto é importante o trabalho da auditoria, podendo assim ter um controle maior de suas

movimentações e dando mais segurança tanto para seus administradores quanto aos seus investidores que confiam nas informações que são divulgados pela entidade.

Infelizmente, com o passar dos anos vimos muitas empresas se destruindo com fraudes cometidas, vindo de seus gestores, empregados, clientes e até de terceiros e devido à grande quantidade de ocorrências, a auditoria se torna cada dia mais importante para todas as entidades, independentemente do tamanho que a mesma tenha, pois além de combater possíveis erros e fraudes as vantagens que uma empresa pode ter com uma auditoria, são diversas e citando algumas temos: fiscalização de controles internos, contribuição para obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira da empresa e seguindo este mesmo raciocínio mas vendo pelo lado dos investidores e sócios, a auditoria contribui também para maior exatidão das demonstrações contábeis, segurança para exatidão dos resultados apurados, credibilidade e confiabilidade, entre outros benefícios que este serviço pode trazer para uma empresa.

Por mais que a auditoria pareça algo muito bom para a entidade como apresentado neste trabalho, ainda ocorrem muitos casos onde os administradores veem a auditoria como um problema, e não confiam neste profissional, pois como Crepaldi (2011) cita, “o auditor aponta falhas na organização administrativa da empresa e nos controles internos”, e isso de certa forma assusta os administradores, pois se tem algo de errado, eles provavelmente sabem, e se não sabem, deveriam saber, que de certa forma é uma obrigação deles.

Com o passar dos anos, a auditoria vem se modificando e se tornando uma peça essencial tanto para a entidade quanto para investidores e acionistas. Porém não basta apenas uma evolução na auditoria para se evitar algo de errado dentro de uma entidade, pois os princípios éticos esperados dos colaboradores estão acima de todos esses pontos levantados.

A auditoria vem mostrando que a função dela é ajudar a entidade e poder estar contribuindo para uma saúde financeira, trazendo clareza e confiabilidade para todos, pois à medida que ela está ajudando a proteger o patrimônio da entidade, também se tornou um instrumento indispensável para que os administradores.

As fraudes, como apresentadas neste trabalho, estão se adaptando as mudanças feitas pelos profissionais e está cada vez mais difícil detectá-las e preveni-las pelo nível de sofisticação utilizado e sua complexidade, e por conta disso o trabalho do auditor se

torna cada vez mais complexo e exige que o profissional mantenha-se sempre atualizado tanto de normas quanto de procedimentos para detectá-las.

Não há como uma entidade evitar totalmente que ocorra fraudes, porém é dever que a mesma adote medidas cabíveis para evitar que ocorram, e também é dever da entidade ter uma visão ampla e organizada para trabalhar ao lado do auditor dando a devida importância que este profissional merece.

REFERÊNCIAS

ASSI, Marcos. **Grandes Fraudes da História – O caso Enron**. Disponível em: <<https://www.marcosassi.com.br/grandes-fraudes-da-historia-o-caso-enron>> Acesso em: 04 Out.2020.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

BBC BRASIL, Linha do tempo: **A história da Enron**. 2002. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/economia/020128_esp_eronti.shtml> Acesso em: 04 Out.2020.

CARVALHO, W.E. **Caso Enron: breve análise da empresa em crise**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/6852/caso-enron-breve-analise-da-empresa-em-crise>> Acesso em: 02 Out.2020.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas 2001.

FENACON. **Os maiores escândalos contábeis do mundo**. Disponível em <<http://fenacon.org.br/noticias/os-9-maiores-escandalos-contabeis-do-mundo-2609/>> Acesso em: 04 Out.2020.

FRANCO, H; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas 1995.

QUARTZO, INVESTIMENTO. Crises Financeiras: **A quebra da Enron**. Disponível em: <<https://quartzoinvestments.com/2017/10/21/a-quebra-da-enron/>> Acesso em: 04 Out.2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. NBC TA 200: **Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>> Acesso em: 04 Out.2020.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **NBC T 11 – Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>> Acesso em: 02 Out. 2020

PORTAL DA CONTABILIDADE. **NBC T 11 - INTERPRETAÇÃO TÉCNICA NBC T 11 – IT – 03 FRAUDE E ERRO**. Disponível em:

<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t11.htm>> Acesso em: 02 Out. 2020

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE, **NBC TA 240**: Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240(R1)).> Acesso em: 02 Out. 2020.

A IMPORTÂNCIA DOS DRONES NO MONITORAMENTO AGROPECUÁRIO

Frederico Herbert Santos Vieira, Rafael Martins Ficho, Bianca Didoni, e-mail:
Rafael.martins0205@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, iremos transmitir a importância dos equipamentos desenvolvidos pela Xfly – Tecnologia no monitoramento agropecuário, auxiliando em diversos aspectos a manter a sua cultura produtiva e saudável. Cada vez mais a tecnologia vem tomando conta desse âmbito, abrindo novas fronteiras e possibilidades para quem trabalha dentro do mercado da agricultura, agregando eficácia e rapidez. O nosso estudo irá apontar as vantagens que o uso dos Drones traz para a sua plantação e como você pode elevar a qualidade do seu produto e serviço através do uso dessa tecnologia. Iremos apresentar as problemáticas encontradas, as metodologias para resolvê-las e o resultado final.

- a. A tecnologia está presente em diversas áreas, no agronegócio não é diferente. No Brasil temos um investimento constante em novas tecnologias pois o setor agro é um dos principais setores de crescimento, sendo para geração de renda, empregos e visibilidade para o país. Giacomelli (2006) cita que o setor agro gera demandas de estudo e serviços desde faculdades até mesmo empresas de cunho público e privado. Essa fomentação na área cria a necessidade de atualização constante no setor e principalmente a reorganização de métodos e aplicação que são base para o desenvolvimento das funções.
- b. Mesmo sendo um país subdesenvolvido, o Brasil ainda precisa investir mais em tecnologia, pois não é comum ainda ver empresas utilizando de periféricos como Drones nos processos do agro. Mesmo havendo demanda e mão de obra qualificada (empresas nacionais que fabricam) os equipamentos não estão ao alcance do pequeno agricultor por exemplo, monopolizando assim os equipamentos apenas para grandes plantios. Essa falta de investimento no caso dos pequenos agricultores acaba sendo gerada pelo grande custo que um Drone para monitoramento de plantação tem, podendo custar até R\$ 100.000,00, dependendo das funções e também de que forma você vai usar ele dentro da sua lavoura.

Alexandre Luchetti (2019) cita que o uso da tecnologia digital é benéfico, pois o retorno de dados é imediato, tornando assim mais preciso para possíveis alterações de imediato. Segundo o autor, em sua pesquisa ele traz os dados de que:

Como conceitua a Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais, aproximadamente 95% do aumento da produção de alimentos irá usufruir de tecnologias que ajudam os produtos a minimizar os custos, com maior eficácia, além de maximizar os benefícios perante as usinas por meio da troca de informações.

Uma das principais utilizações com esses equipamentos é a pulverização de agroquímicos. A aplicação é realizada pelo drone e além de ser mais eficiente por conseguir se aproximar das plantas não precisa de um piloto, isso evita riscos também, sendo assim mais segura.

c. O artigo tem como objetivo exemplificar de forma clara os benefícios já obtidos com a utilização de drones no plantio do setor agro, com base no que já foi recolhido e considerado como eficaz, o artigo está embasado em dados atuais de pesquisadores. Sendo assim benéfico para que possa contribuir aos setores de pesquisa que visam a inovação e desenvolvimento de facilitadores no setor do agronegócio.

2 MÉTODO

Para esse estudo, fora utilizado o método de pesquisa bibliográfica, usufruindo de artigos recentes sobre o assunto, para que executemos este trabalho de forma clara e compreensiva, fazendo com que quem for ler, consiga entender totalmente sobre o que a nossa pesquisa aborda.

Como demonstra Fonseca (2002, p. 32) a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como falamos de maneira mais superficial anteriormente, a tecnologia dos Drones para o seu plantio lhe traz benefícios extremamente abrangentes para o desenvolvimento da sua plantação perante ao mercado.

A Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa), prioriza ações de pesquisa e desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia em diversos segmentos da agropecuária do nosso país, com o objetivo de melhorar a assimilação

dos produtos rurais em relação a apropriação das tecnologias, essas ações, acabam trazendo consequências para as usinas sucroenergéticas, que podem se beneficiar pela aproximação do campo para a empresa, por meio de eficiência no seu processo produtivo.

O monitoramento com o uso do drone está aliado com a alta produtividade, que é um diferencial no monitoramento de uma área mais específica, identificando-a de uma forma mais rápida e exata.

O detalhamento desse monitoramento traz uma riqueza de detalhes, devido a altura dos voos realizados pelos Drones, podendo chegar a até 1cm de detalhamento do sono, mapeando uma área de mais de 4.000 hectares com um alto índice de detalhamento em único voo.

A redução de custos vem para reduzir a mão de obra, visto que, os drones são controlados por um único piloto solo, fazendo com que uma equipe formada por vários trabalhadores em campo, não seja necessária, a técnica de fotogrametria agrega agilidade no processo de mapeamento, em comparação com a topografia, que é um serviço que tem como base o GPS e o teodolito, levaria em torno de 2 semanas para ser finalizado, e esse mesmo serviço feito com o uso dos drones, poderia ser feito em um único dia, gerando resultados mais ágeis.

O voo abaixo das nuvens, é um diferencial único dos drones, permitindo uma visualização perfeita do terreno sem a interferência das grandes coberturas de nuvens – o que é um problema comum para satélites e aviões tripulados, possibilitando um mapeamento com precisão até mesmo áreas úmidas e em diferentes épocas do ano.

O último grande diferencial, são as diferentes aplicações, sendo útil em diferentes mercados, se adequando a cada um deles de acordo com a necessidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os benefícios que a tecnologia dos Drones dentro da agricultura traz são indiscutíveis, vimos diversos exemplos onde mostramos as hipóteses abordadas e através da pesquisa bibliográfica comprovamos o que tínhamos exposto no início.

Segundo a matéria do site Lavoura 10 (GIRALDELI, 2019) atualmente, o mercado da agricultura comporta 26% de utilização dos Drones no Brasil, ficando atrás apenas da infraestrutura com 41%, no ano de 2019, era previsto uma movimentação financeira de R\$ 500 milhões de reais no nosso país, gerando em torno de 100 mil empregos.

A tendência dentro do mercado dos Drones é que cada vez mais as empresas tomem consciência dos benefícios que este uso traz para o seu negócio, fazendo com que eles expandam e obtenham uma plantação de mais qualidade e que, renda mais mesmo em épocas de baixa no plantio.

REFERÊNCIAS

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

ITARC. **Descubra os benefícios do mapeamento aéreo com drones**. Disponível em: <https://itarc.org/beneficios-do-mapeamento-aereo-com-drones/>. Acesso em: 27 set. 2020.

LAVOURA 10. **Drones na agricultura: como eles te ajudam a lucrar mais**. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/drones-na-agricultura/>. Acesso em: 28 set. 2020.

LUCHETTI, Alexandre. **Utilização de drones na agricultura: impactos no setor sucroalcooleiro**. PALHOÇA, mai./2019. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/7773>. Acesso em: 27 set. 2020.

SCOLARI, D. D. G. **Inovação tecnológica e desenvolvimento do agronegócio**. Brasília, mai./2006. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/518/469>. Acesso em: 27 set. 2020.

A IMPORTÂNCIA E EVOLUÇÃO DO E-COMMERCE NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS

Amanda Gonçalves, Michelle de Oliveira Carvalho, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: amanda_jau14@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Muito utilizado nos dias de hoje e em constante evolução, o E-commerce surgiu nos Estados Unidos no ano de 1994, e se refere a prática de vender e comprar pela internet. A ferramenta consiste em uma loja virtual, seja através de links, blogs, redes sociais ou afins, em que o consumidor pode acessar de onde estiver e a qualquer hora via internet, através de seu dispositivo móvel ou desktop. Escolhido o seu produto, o usuário ainda pode optar pela forma de pagamento e onde receber a sua compra.

Apesar de ser um mecanismo presente há mais de vinte anos, o crescimento do e-commerce se deu de forma lenta e gradativa, principalmente nos países menos desenvolvidos, em que a prática de comprar online não era muito explorada. Porém, com a chegada da pandemia do novo coronavírus, no final do ano de 2019, e principalmente no ano de 2020, essa realidade tem apresentado novos números e crescido consideravelmente se mostrando uma importante e crucial ferramenta para o mercado, ao ponto de ser vista como um fator de sobrevivência das empresas durante esse período.

Apesar de, nos dias de hoje, a maior parte da população estar constantemente conectada à internet, poucas eram as empresas que usufruíam desse mecanismo como sendo parte de seu faturamento, principalmente no que diz respeito às pequenas empresas e aos pequenos empreendedores. A chegada da pandemia e das medidas de isolamento fizeram com que a maioria das cidades tivessem seus comércios fechados, e foi nesse momento que se fez nascer a necessidade do e-commerce por parte destes empreendimentos, pois esses se viram obrigados a procurar novas formas de vender seus produtos ou serviços. Porém, para que isso se tornasse uma realidade viável à essas empresas, era necessário ter o conhecimento de como implementar e manusear essa ferramenta de venda online, como fazer para chegar até os seus consumidores e como fazer para que a compra chegasse de maneira segura até o comprador.

Dessa forma, o grande desafio enfrentado pelas empresas foi e é o de como adequar-se ao novo formato de vendas, e de que maneira fazer para isso ter uma

significativa representatividade no faturamento do negócio. Além disso, a preocupação em atender as necessidades do consumidor, de modo a entregar um produto de qualidade e de maneira segura, cumprindo com prazo de entrega e buscando satisfazê-lo em sua experiência deve ser uma responsabilidade constante do empresário que deseja ter sucesso com o e-commerce, prática de teve um aumento de 73% neste ano em comparação à junho de 2019, segundo a Receita Federal. Mas ainda há muito a ser explorado pelo mercado nesse campo.

A pandemia do novo coronavírus fez com que o e-commerce crescesse no Brasil de maneira acelerada, de modo que, em menos de um ano, chegou-se a um patamar que, naturalmente, demoraria anos para ser conquistado no país. Portanto, o domínio do conhecimento dessa área é de grande importância para que as empresas possam ser inseridas no mercado dentro do atual cenário mundial, e de modo que acompanhem o desenvolvimento global do mercado com as novas tendências de negócios, uma vez que o e-commerce é uma nova realidade que tende a ser usada cada vez mais, seja tanto pelos comerciantes como pelos consumidores.

2 MÉTODO

A execução deste artigo foi feita pensando em como melhor trazer e abordar o tema do e-commerce como sendo uma estratégia de vendas, principalmente no período da pandemia. Para isso, buscamos apresentar de forma clara qual a importância dessa ferramenta e como ela pode ser significativa no faturamento da empresa, além de como utilizar essa ferramenta e quais os pontos principais que devem ser seguidos para que se tenha sucesso ao vender pela internet, transformando esse fator em uma boa experiência tanto para a empresa quanto para o consumidor.

Sendo assim, a criação do conteúdo foi feita com base em pesquisas de diferentes fontes, como outros artigos, vídeos atualizados que abordam o tema especialmente referindo-se ao período da pandemia e sites.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Principais problemas

Os problemas relacionados ao e-commerce durante o período da pandemia do coronavírus variam desde o momento da implantação da ferramenta pelas empresas, até o momento de sua real execução.

No que diz respeito à implantação da ferramenta pelas empresas, podemos destacar a dificuldade dos comerciantes em partir do método convencional presencial para um ambiente novo e totalmente tecnológico do qual, muitas vezes, nem todos possuem o domínio ou o conhecimento de seu funcionamento.

O momento da compra online deve ser, para o comprador, uma boa e satisfatória experiência. Para que isso seja uma realidade, o comerciante/vendedor deve ter a reponsabilidade de entregar um produto de qualidade e de acordo com o solicitado, dentro do prazo e endereço corretos, atendendo a todas as especificações da compra. Logo, para que se tenha o sucesso na venda, o comerciante precisa se atentar às suas responsabilidades quanto às necessidades e vontades de seus clientes, preparando o melhor conteúdo a apresentar e tomando todas as providências para que esse atendimento tenha qualidade até chegar às mãos do consumidor.

Além disso, a escolha de qual meio de comunicação usar também é um fator de preocupação e dificuldade para os empresários e comerciantes, uma vez que esses precisam localizar onde estão os seus clientes e onde encontrar o seu público-alvo, de modo que encontre o melhor ambiente para disponibilizar o seu atendimento afim de obter reconhecimento e retorno financeiro.

Já no que diz respeito à utilização da ferramenta e-commerce, muitos são os problemas que podem prejudicar tanto o cliente quanto o vendedor em uma situação de insucesso na efetivação da compra ou entrega. Esses problemas podem variar desde a indisponibilidade de estoque, até ao atraso na entrega ou ocorrências de entregas erradas, podendo ou não ser culpa de uma das duas partes envolvidas. Segundo o Instituto Reclame Aqui, as reclamações por atraso em entregas de compras online aumentaram um total de 159% durante o período da pandemia do novo coronavírus, saltando de um número de 73.293 reclamações em março de 2020 para 189.866 reclamações em julho do mesmo ano. Tal problema pode ser gerado a partir de uma má gestão do vendedor em relação as vendas online de sua empresa, não respeitando os prazos oferecidos e estabelecidos com seus clientes, como também pode ser um fator decorrente do atraso do transporte que, segundo a fundação Dom Cabral, no ano de 2020, viram aumentar problemas como roubo de carga, congestionamento e falta de vagas para carga e descarga nos destinos. Além disso, outras entregas foram prejudicadas em alguns períodos de 2020 devido a eventuais greves dos Correios.

Outro grande problema enfrentado pelo Brasil é quanto à qualidade do transporte, que no país é, em sua maioria, realizado através de rodovias. Enquanto países desenvolvidos possuem meios de transporte com mais qualidade e maior segurança, no Brasil não é possível confiar 100% no transporte da carga do vendedor até o comprador, uma vez que durante esse processo, é possível encontrar má qualidade de rodovias, grande quantidade de pedágios, e os riscos já citados de roubo e congestionamento. Para tanto, as empresas, como forma de assegurar que o comprador receba a sua mercadoria, encontram a necessidade de gerar estoques, o que acarreta a elevação do preço das mercadorias. Logo, ocorre o que é chamado de logística integrada, em que o consumidor, além de pagar pelo preço do produto, ainda arca com os custos do transporte e dos estoques.

Existem ainda problemas relacionados à tentativas de golpes e furtos por parte de hackers ou falsos comerciantes que usufruem indevidamente da imagem de uma empresa, aos quais a empresa precisa estar sempre atenta e saber como se defender, e problemas relacionados à exclusão digital por parte da população que não tem acesso à internet. Segundo a fonte TIC Domicílios 2019, 28% dos domicílios no Brasil ainda não possuem internet, o que torna inviável a utilização do e-commerce para essa população, precisando o vendedor usar de outras técnicas para chegar até os seus possíveis clientes que fazem parte desse núcleo.

3.2 Principais meios de comunicação

Muitos são os meios de comunicação dos quais as empresas podem usar para chegar até o seu público-alvo, variando desde redes sociais até sites ou blogs próprios.

Segundo a fonte Ebit I Nielsen, os principais meios de comunicação utilizados pelos comerciantes para realizar suas vendas online, são os seguintes:

- a) Facebook (26% utilizam este canal)
- b) WhatsApp dos vendedores (27,8%)
- c) Instagram (28,8%)
- d) WhatsApp da loja (40,7%)
- e) Aplicativos (61,9%)
- f) Plataformas online (72,2%), das quais:
 - 1. Site próprio (22%)
 - 2. Marketplace (78%)

Logo, muitas são as opções para que uma empresa possa utilizar da ferramenta e-commerce e chegue até seus clientes. Porém, para que se alcance o sucesso, é necessário avaliar onde está o seu público-alvo, para que os esforços e dedicação na criação de conteúdo tenham um real retorno financeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado global está constantemente passando por mudanças que alteram a forma de relacionar empresas com seus consumidores e, no ritmo em que aparecem as novas tecnologias e se firma a cada dia uma ainda maior relação entre os países do mundo todo, é de suma importância que as empresas desenvolvam práticas que as façam acompanhar esse desenvolvimento mundial, de forma a trazer cada vez mais vantagens em vendas e lucros no alcance de um mercado sem fronteiras.

Apesar dos grandes desafios enfrentados, a pandemia do novo coronavírus fez nascer essa necessidade para as empresas de diferentes ramos e tamanhos, e isso fez essa ferramenta se desenvolver em alto ritmo em nosso país, de maneira a ser decisiva para o faturamento daquelas que optaram por fazer a implementação do E-commerce ou aperfeiçoar o seu uso, benefícios estes que se tornaram vantagem competitiva de longo prazo para essas empresas.

Logo, o E-commerce surge e se estabelece como uma ferramenta de importância mundial, trazendo grandes vantagens em uma gama de estratégias de marketing e vendas, sendo essa uma grande tendência atual e que, apesar de não excluir o atendimento convencional dos comércios (o método presencial), estará sempre presente nas empresas, de modo a complementar o relacionamento e atendimento ao cliente de maneira ilimitada.

REFERÊNCIAS

Canais de venda para multiplicar resultados. E-commerce na prática. Instagram, 01 out. 2020. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/p/CF0LQXSINtV/?igshid=715y6xsllly0>> Acesso em 11 out. 2020.

Desafios do comércio eletrônico crescem com aumento das vendas pela internet na pandemia. Jornal Nacional. Globoplay, 01 out. 2020. Disponível em:
<<https://globoplay.globo.com/v/8905913/>> Acesso em: 04 out. 2020.

Especialista fala sobre a aceleração das vendas pela internet durante pandemia.

Bom Dia Tocantins. Globoplay, 18 set. 2020. Disponível em:

<<https://globoplay.globo.com/v/8867257/>> Acesso em: 02 out. 2020.

Pandemia de coronavírus impulsiona as vendas pela internet no RS. RBS

Notícias. Globoplay, 01 out. 2020. Disponível em: <

<https://globoplay.globo.com/v/8905442/> > Acesso em: 01 out. 2020.

Vendas pela internet crescem durante a pandemia de covid-19. Tem Notícias 2ª

Edição – Rio Preto/ Araçatuba. Globoplay, 22 ago. 2020. Disponível em:

<<https://globoplay.globo.com/v/8797798/>> Acesso em: 02 out. 2020.

Vendas pela Internet disparam. DF2. Globoplay, 06 jul. 2020. Disponível em: <

<https://globoplay.globo.com/v/8678177/> > Acesso em: 02 out. 2020

A INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE INFANTIL NO YOUTUBE: ANÁLISE DOS CANAIS LUCAS NETO VS ENALDINHO

Rafale Balbino de Araujo, Bianca Didone, e-mail: rafa-balbino@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a Influência da Publicidade Infantil no Youtube e fará uma análise dos canais Luccas Neto vs Enaldinho, youtubers que estão dentro da plataforma com mais de meio milhão de visualizações, sendo de extrema importância estudar sobre, pois, a tecnologia está alcançando as crianças cada vez mais cedo e sem nenhum cuidado e acompanhamento dos pais ou responsáveis pode ser algo muito perigoso. Este estudo irá apontar as vantagens que publicidade pode trazer na vida infanto-juvenil e como transformar a qualidade de aprendizagem desde cedo. Será apresentado também o lado negativo da publicidade tão cedo na vida das crianças, o que pode trazer a suas consequências.

A publicidade está presente em toda área, seja pessoal, empresarial, comercial, entre outras, tecnologia como um vírus tomou conta e atingiu o mundo todo, trazendo uma grande transformação e alcançando todos os tipos de idades, raças e nacionalidade. Canclini (2010) diz que a partir do momento que as pessoas saíram dos campos e se mudaram para cidades, contando com o avanço da industrialização, dando um conforto digno as famílias com luz elétrica, televisão, telefones, rádios, deu a sensação para se sentirem habitantes privilegiados com a modernidade. E com isso o desejo de conquista só aumentou, fazendo com que os filhos pudessem estudar mais do que seus pais, chegando ao ensino médio e até mesmo superior, passando a ter maior entendimento e querendo as novidades, aparelhos eletrônicos, viagens, conhecer lugares de forma mais fácil, etc.

Contudo, mesmo com tanta tecnologia, com um crescimento incontável da publicidade, ainda existem falhas na forma de conseguir controlar. A publicidade no mundo infanto-juvenil traz riscos para vida deles de forma muito agressiva, atualmente maior parte das crianças já possuem celulares e tem acesso ilimitado na internet, podendo ver e alcançar qualquer tipo de publicidade, que por muitas das vezes são publicidade adulta, contraindicado para crianças, mostrando pornografia ou linguagem inadequadas para uma criança que ainda está em fase de desenvolvimento cognitivo e psicológico.

Com intuito principal da publicidade de valores, é reconhecer a identidade do consumidor moderno. Fazendo propaganda, publicidade, que falam diretamente com o consumidor, atraindo sua atenção, criando a sensação que o produto foi criado especificamente para determinado consumidor, surgindo aí a vontade de compra e conquista (SILVA, 2012).

Segundo a Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) (CONAR 2020), não existe uma maneira de restringir a liberdade de publicidade ou propaganda, porque dessa maneira seria considerado um ato tentado contra a democracia. Porém, não pode ser descartada a necessidade de proteger as pessoas através de leis leves de tais absurdos abusivos da publicidade. Para eles é necessário haver um equilíbrio entre o que é a liberdade absoluta e a vontade de proteger tudo contra todos.

Com o objetivo de entender como os Youtubers realizam suas propagandas seja de forma indireta ou direta e como essas propagandas influenciam no cotidiano das crianças e adolescentes. Abrangendo a objetividade da quantidade e a subjetividade da qualidade, e juntando ambos trazem o resultado específico e ampliado. Como metodologia de análise dos canais está sendo feita uma observação de cinco vídeos mais visualizados de cada Influencer escolhido, coletando dados e categorias para organizar e conseguir uma conclusão mais específica. Os critérios para análise escolhidos foram conteúdo dos vídeos, tipo de propaganda efetuada, quantidade de visualizações e quantidade de curtidas nos vídeos selecionados.

2 MÉTODO

O trabalho em questão será feito a análise dos canais Lucas Neto vs Enaldinho, com objetivo de entender como os digitais Influencers podem influenciar seus seguidores com seus vídeos na plataforma de vídeos do Youtube. Tendo em vista que os vídeos possuem conteúdos infantis, direcionados ao público infante-juvenil.

Como metodologia para encontrar o melhor resultado, foi aplicado a análise de conteúdo de Bardin (1977), “A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a diversos discursos. Abrange a objetividade da quantificação e a subjetividade da qualificação, e a junção de ambos traz um resultado amplificado e que se completa no *corpus* da pesquisa Bardin”.

A análise dos canais escolhidos tem como objetivo principal entender como e qual a forma que eles utilizam para influenciar seu público. Foi selecionado cinco vídeos mais visualizados de cada influencer dentro da plataforma Youtube. Escolhendo quatro categorias, conteúdo dos vídeos; tipo de publicidade e propaganda; quantidade de curtidas e quantidade de visualizações.

Após selecionar os canais, foi assistido todos os vídeos por completo um a um para coletar os dados necessários, separado em um relatório, organizados por influencer e visualizações. Realizando tabelas e gráficos para chegar ao resultado final.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Youtubers Enaldinho e Luccas Neto foram inicialmente selecionados para devida pesquisa, por terem sido os mais comentados pelos filhos de pessoas próximas, que comentaram por terem pontos positivos e negativos onde perceberam após os filhos começarem a assistir os mesmos citados.

Mesmo ainda sem um resultado final, foi notado que os Youtubers escolhidos mostrando muitas marcas de comidas infantis, bala, bolacha, salgadinhos, vários brinquedos, fazendo merchandising em todos os vídeos que já foram analisados, é possível afirmar que a influência que ocorre nos mesmo que assiste tende a levar as crianças que os acompanham a adquirir certos comportamento e sempre estar pedindo aos pais no mercado, de presente de natal, aniversário, dia das crianças, etc; Os números de visualizações, reações servem como mensuração do público que o seu conteúdo deve ser acompanhado diretamente com os pais. Esse seria um breve resumo da minha pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discuto, a publicidade infantil é uma questão presente na sociedade desde o início da internet. Além disso, a indústria de merchandising e marketing, conseguiu propagar pelo mundo todo. Então por estarem inseridos no cotidiano, os ideais de publicidade constroem padrões de tecnologia e a comunicação contribui para a cristalização de uma vida atualizada.

Da mesma forma a sociedade de consumo é uma expressão para se referir à sociedade contemporânea. A princípio a difusão começa a partir da Revolução Industrial, as novas relações de consumo alteram as aplicações de marketing e a satisfação do consumidor. Então surge o *e-commerce* que é uma categoria de comércio que realiza

suas transações pela internet, fortalece a rede global de produção e consumo, assim a tecnologia amplia os veículos entre pessoas e instituições.

Igualmente a internet ocupa papel central na era digital, para o marketing digital, o relacionamento entre pessoas é essencial. Pois o marketing de boca a boca é uma técnica muito utilizada pelos influenciadores para falar de produtos através de conteúdos qualificados com suas redes sociais. Afinal os conteúdos relevantes nas redes sociais prendem a atenção dos usuários, a intenção é provocar um compartilhamento orgânico.

Assim também redes sociais sempre existiram e desenvolvem-se através do contato entre pessoas, provocando a construção social dos indivíduos. Para exemplificar os nós são as pessoas que estão ligadas pelos laços. Frequentemente as redes sociais no ambiente digital possibilita a ligação entre pessoas e comunidades virtuais sem a barreira de espaço e tempo. Constantemente as tecnologias digitais e as redes sociais transformaram a forma que a moda é relatada, consumida e compartilhada.

Como foi visto a publicidade infantil é todo esforço midiático, para divulgação de produtos e serviços, voltados para crianças. Mesmo que a pessoa que venha a tomar a decisão final de comprar ou não, as crianças são o público alvo, para usar como influenciadores importantes. E que com o passar dos anos os meios de publicidade para alcançar os pequenos deixou de ser apenas a TV, e passou para celulares, computadores, banners, embalagens e imagens em outdoors. Com a intensão maior de persuadir a criança a consumir, a maneira de usar a publicidade também avançou, com imagens infantis, efeitos especiais, músicas infantis, cores vibrantes e danças fáceis e criativa. Sendo utilizada como uma das táticas, ligar o produto ou serviço, a personagens infantis mais desejados. Isso porque foi comprovado que um produto com um personagem conhecido pela criança, tem 20% mais de chances de ser vendido.

E hoje a plataforma Youtube é um dos meios de comunicação mais utilizado pelas crianças, por ser um canal de vídeos que atrai de maneira mais fácil a atenção, colocando no meio sempre a publicidade de uma bala ou um brinquedo. Youtube usa como meio de propaganda e publicidade inserções nos vídeos, anúncios puláveis e não puláveis, com imagem, texto, cartões patrocinados, que aparecem no vídeo ou durando o mesmo sem interrupções, fazendo com que as crianças sejam obrigadas a ver os anúncios e atraindo o desejo de consumo para elas.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 8. ed. UFRJ, 2010.

CARBACA. M.G. **Publicidade e propaganda**. Curitiba. PA. 2009.

CONAR. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/>> Acesso em: 22 ago. 2020.

Formatos de publicidade no YouTube – Disponível em <<https://support.google.com/youtube/answer/2467968?hl=pt-BR>> Acesso em 03 jun. 2020

Publicidade infantil: entenda a polêmica. Disponível em

<<https://blog.ingagedigital.com.br/publicidade-infantil-entenda-a-polemica/>> Acesso em 21 jul. 2020

Publicidade infantil: entenda o que é, os problemas e a lei no Brasil. Disponível em

<<https://neilpatel.com/br/blog/publicidade-infantil/>> Acesso em 21 jul. 2020

A PSICOGRAFIA COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL

Ariel Fuzinelli Lopes, Guilherme Martins, Karina Bonello, Perla Savana Daniel, e-mail: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A prova é, sem sombra de dúvidas, um dos elementos mais importantes que compõe o Processo Penal. Diz a redação do CPC em seu Artigo 369: “As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.”.

O julgador formará sua convicção mediante ao caso concreto com auxílio do conjunto probatório a ele exposto. Poderá configurar este quadro: documentos, oitiva de testemunhas, depoimento das partes (incluindo a confissão), perícias, exame de corpo de delito, careação, etc.

Um julgamento ocorrido no Rio Grande do Sul em 2006 acendeu uma polêmica acerca do tema “provas”. No caso em tela, Iara Marques Barcelos fora inocentada da acusação de ser mandante do homicídio de Ercy da Silva Cardoso, por 5 votos a 2, quando na época apresentou em juízo duas cartas psicografadas como meio de convencer os jurados de sua inocência. (AGÊNCIA ESTADO, 2006)

A psicografia é uma faculdade mediúnica desenvolvida para a comunicação de espíritos encarnados e desencarnados. A maneira mais comum de manifestação é escrita pelas mãos de um médium, que se popularizou no Brasil pelo trabalho de Chico Xavier. No Capítulo XV de “O livro dos Médiuns” (2013, p. 147), Allan Kardec elucida que: “Pode-se obter a escrita por meio de cestas e pranchetas ou diretamente pela mão. Quem possui uma aptidão especial pode imprimir movimento de rotação a uma mesa ou a qualquer objeto”.

Desta feita, a pergunta que fica é: pode uma carta obtida *post mortem*, através da psicografia, ser utilizada como meio de prova no processo penal? E se sim, esse documento serviria apenas para inocentar o réu, ou também para culpá-lo? Debater essa questão é de suma importância, uma vez que, a prova conforme dito anteriormente, é elemento chave na formação do convencimento do julgador.

A psicografia pode ser considerada uma prova documental. É isso que se pode extrair do Artigo 232, § 1º do CPP, que diz: “Consideram-se documentos quaisquer

escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares”. Está amparada nos princípios da ampla defesa, do contraditório, da liberdade probatória e do livre convencimento do juiz.

A grande discussão acerca de sua utilização ou não no Processo Penal está ligada a uma batalha de longa data: a mediunidade é ciência ou fenômeno religioso? Essa era uma das perguntas que o professor Hippolyte Léon Denizard Rivail queria responder quando iniciou seus estudos acerca de fenômenos paranormais por volta de 1855. Mais para frente viria codificar a Doutrina Espírita com o pseudônimo Allan Kardec. Nascido em uma família tradicional na magistratura e advocacia, Kardec desde cedo se mostrou inclinado a seguir outras áreas. Estudou filosofia e ciência, sobretudo física, química e anatomia.

No início era cético com relação aos fenômenos mediúnicos, e os creditava às forças naturais e magnetismo. Ao longo dos seus estudos, percebeu que as coisas não eram tão simples como parecia, e desvendou com suas observações novas leis tanto no mundo visível, como no invisível. O Livro dos Espíritos, sua primeira obra neste certame, lançou luz a questões esparsas, afastando a superstição e tratando do Espiritismo como uma doutrina de cunho filosófico e científico, antes do religioso.

Essa mesma curiosidade acerca dos fenômenos sobrenaturais fez com que grandes cientistas ao longo da história se debruçassem sobre o tema. Thomaz Edison, Sir Arthur Conan Doyle, Benjamin Franklin, Professor Mapes, Ernesto Bozzano, Alexandre Aksakof, Charles Richet, Gabriel Delanne. O que todos esses homens têm em comum? Além da dedicação à ciência e a respeitabilidade ímpar, o fato de terem feito experimentos no campo do Espiritismo, sendo que a grande maioria deles começou tentando provar a fraude dos fenômenos mediúnicos e acabaram por se convencer da sua veracidade.

Afastando então a tese de que as comunicações com os espíritos sejam única e exclusivamente um fenômeno religioso, é possível aceitar cartas psicografadas como meio de prova no Júri? E se sim, em quais circunstâncias? Por essa explanação percebe-se quão útil é esta pesquisa para as futuras teses jurídicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia escolhida baseia-se num levantamento de informações detalhada através de livros, vídeos, revistas e artigos científicos. A ideia é apresentar um parecer

acerca do assunto, envolvendo um diagnóstico preciso a respeito da mediunidade, bem como especificamente sobre a psicografia.

Também envolve uma investigação detalhada sobre os meios de provas no Processo Penal, buscando compreender em que momento e como as cartas psicografadas poderiam fazer parte deste universo da criminologia.

Para tanto, serão utilizados materiais de notável reconhecimento pela comunidade científica, a fim de embasar o estudo da melhor forma possível.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A prova é um elemento chave dentro do Processo Penal. Acerca do assunto, transcorre Mirabete:

Para que o juiz declare a existência da responsabilidade criminal e imponha sanção penal a uma determinada pessoa, é necessário que adquira a certeza de que foi cometido um ilícito penal e que seja ela a autora. Para isso deve convencer-se de que são verdadeiros os fatos. Da apuração dessa verdade trata a instrução, fase do processo em que as partes procuram demonstrar o que objetivaram, sobretudo para demonstrar ao juiz a veracidade ou falsidade da imputação feita ao réu e das circunstâncias que possam influir no julgamento da responsabilidade e na individualização das penas. Essa demonstração que deve gerar no juiz a convicção de que necessita para o seu pronunciamento é o que constitui a prova (MIRABETE. 2005. P. 274)

Todas as provas descritas em lei são chamadas de nominadas, ao passo que as demais são tidas como inominadas ou atípicas. Não há uma hierarquia entre elas, devendo todos os meios apresentados de forma ética, serem analisados pelo magistrado.

A psicografia fora utilizada nos tribunais por diversas vezes. Destaca-se a participação de Chico Xavier em cinco oportunidades diferentes, das quais se destacam duas: em Março de 1980 a ex-miss Campo Grande Cleide Maria Dutra de Deus fora assassinada, e a acusação recaiu sobre o esposo. Num primeiro momento, José Francisco Marcondes de Deus fora condenado por homicídio doloso, deixando a prisão por força de um habeas corpus. Em liberdade, recorreu ao médium, que recebeu três cartas de Cleide explicando que o disparo havia sido totalmente acidental. Submetido ao Júri Popular, teve sua pena revista, onde fora condenado por homicídio culposo com pena de um ano e meio de detenção, que sequer chegou a cumprir por já estar o crime prescrito (GOMES, 2015).

Por fim, em outubro de 1982 Chico ajudou a solucionar a morte do então deputado federal Heitor Alencar Furtado. Seu desencarne aconteceu por força de um disparo acidental da arma de um policial alcunhado apenas como Branquinho. Na ocasião, o carro em que estava Heitor parou num ponto escuro do Posto Panorama, divisa entre Mandaguai e Jandaia do Sul. O local havia sido assaltado um dia antes, e temendo nova ação dos bandidos, a polícia foi acionada. Branquinho deceu da viatura e sua carabina disparou, atravessou a porta e acertou o peito do político em cheio. Em sua carta, Heitor confirma a tese, e o policial é condenado por homicídio culposo decorrente de negligência (HERCOG, 2010).

Muitos cientistas se envolveram com a mediunidade ao longo da história. A ideia inicial de praticamente todos eles era provar o charlatanismo por parte dos médiuns, mas acabavam por se convencer da veracidade dos fenômenos, tratando-os de fato, como ciência.

Um dos mais notáveis a estudar o Espiritismo foi Sir Willian Crookes, considerado o mais célebre químico da Inglaterra. Foi ele quem descobriu os raios catódicos e isolou o Tálcio, determinando com exatidão as suas propriedades. Construiu o Radiômetro e descobriu um tratamento inovador para o ouro. Ganhou notoriedade por descobrir o quarto estado da matéria: a matéria radiante. O estudo do plasma também é referendado ao célebre cientista. Ocupou a cadeira de Química da Universidade de Chester, e foi condecorado pela Rainha Vitória com o título de Cavaleiro. Investigou com afinco a mediunidade, em especial a materialização dos espíritos. Com auxílio da médium Florence Cook, examinou as aparições de Katie King e as registrou em seu livro “Fatos Espíritos”.

Por sua vez, o astrônomo, filósofo, poeta e jornalista francês, Nicolas Camille Flammarion, agraciado com o prêmio Legião da Honra por conta dos seus estudos sobre astronomia, e condecorado com a nomenclatura oficial de corpos celestes, dedicou boa parte do seu tempo a investigar a morte, suas consequências, bem como a mediunidade e os fenômenos psíquicos. Oriundo de família humilde de lavradores trabalhava cerca de quinze horas por dia, e estudava a noite sob a luz de velas e a companhia da lua. Dedicou-se, além da astronomia, a matemática, e aprendeu sozinho falar inglês e latim. Ganhou notoriedade com seu trabalho “A pluralidade dos mundos habitados”. Tornou-se amigo pessoal de Allan Kardec, participando da sociedade espírita francesa, onde aperfeiçoou seus experimentos sobre o outro mundo.

Há ainda que se falar em Sir Oliver Lodge, um dos mais reputados físicos da história da Inglaterra. Seus estudos no campo eletromagnético contribuíram diretamente para o desenvolvimento da eletricidade. Já passava dos cinquenta anos de idade quando iniciou seus estudos no campo do Espiritismo, e depois de vastos experimentos, convenceu-se da imortalidade da alma.

Por sua vez, o italiano César Lombroso, expoente nas letras e no campo jurídico, realizou estudos com a famosa médium Eusápia Paladino, e pode presenciar a materialização de espíritos, inclusive o de sua própria mãe.

Isso posto, é evidente que a psicografia poderá ser levada ao Tribunal do Júri como meio de prova, tão logo privilegia princípios constitucionais basilares, tais como a ampla defesa, o contraditório e livre convencimento do juiz.

Trata-se inequivocamente de um documento escrito, que assim como qualquer outro, deverá ser analisado através de apreciação técnica, servindo como subsídio para inocentar alguém, e até mesmo para tornar o réu culpado, uma vez que não podemos nos esquecer também, do princípio da paridade de armas, clássico no sistema processual brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente a prova é um elemento crucial dentro do processo penal. O mundo está em constantes evoluções, e novos meios podem passar a ser aceitos pela comunidade jurídica. Seria a psicografia um desses novos meios.

A lista de cientistas que estudaram os fenômenos mediúnicos é enorme, e contém nomes célebres e de grande respeitabilidade. Afastando a tese de que as comunicações entre seres encarnados e desencarnados trata-se apenas de crença religiosa, serviria essa ferramenta para inocentar ou até mesmo para culpar alguém, tão logo deverá ser tida como um meio probatório qualquer, privilegiando a paridade de armas.

Os estudos acerca do tema precisam ser cada vez mais recorrentes, uma vez que, em diversas ocasiões a psicografia já fora utilizada no Tribunal do Júri, e deixar de compreender seu mecanismo, pode levar a negativa do contraditório e da ampla defesa, além do livre convencimento do magistrado, elencados em nossa Magna Carta.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. **Carta psicografada gera polêmica na justiça gaúcha.** 30.05.2006. Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,carta-psicografada-gera-polemica-na-justica-gaucha,20060530p27784>. Acesso em:

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 20 de Abr. 2020.

CONJUR. **Provas do além, aceitação da justiça e absolvição do réu.** Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51579/a-psicografia-como-meio-de-prova-no-processo-penal>>. Acesso em: 20 de Abr. 2020.

CONJUR. **A psicografia como meio de prova no processo penal.** Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-jul-14/justica_aceita_cartas_psicografadas_absolver_reus>. Acesso em: 20 de Abr. 2020.

FEDERAÇÃO, Espírita Brasileira. Biblioteca Espírita. Pesquisas. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/blog/geral/pesquisas/biblioteca-espirita/>> Acesso em: 20 de Abr. 2020.

FRUTOSO, Suzane. ISTOÉ. **Como as pessoas creem na comunicação com os mortos transformaram suas vidas a partir de cartas psicografadas.** 11.02.09. Disponível em: <http://istoe.com.br/6504_MENSAGEM+PARA+VOCE/>. Acesso em: 20 de Abr. 2020.

GALVÃO, Leandro Medeiros. **A prova psicografada e o tribunal do júri.** São Paulo: Ed. Baraúna. 2010.

GOMES, Thiago. Correio do Estado. **Carta psicografada serviu de prova em julgamento em 1980, um escrito do médium espírita Chico Xavier esteve nos tribunais.** 26.08.2015. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br//cg-116-anos/carta-psicografada-serviu-de-prova-em-julgamento/255894>.

HERCOG, Bruna. A Tarde. **Chico Xavier: o homem que levou a carta de um morto ao tribunal.** 01.04.10. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1251111-chico-xavier:-o-homem-que-levou-a-carta-de-um-morto-ao-tribunal>).

JUSNAVEGANDI. **Psicografia admissibilidade no processo penal.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22918/psicografia-no-processo-penal-a-admissibilidade-de-carta-psicografada-como-prova-judicial-licita-no-direito-processual-penal-brasileiro>> Acesso em: 20 de Abr. 2020.

KARDEC, Allan. **A gênese.** Ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KARDEC, Allan. **Obras póstumas.** Ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KARDEC, Allan. **O céu e o inferno.** Ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KARDEC, Allan. **O evangelho segundo o espiritismo**. Ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. Ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns**. Ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. Ed - Paulo : Saraiva, 2014.

MARCÃO, Renato. Psicografia e prova penal. Brasília: **Revista** Jurídica Consulex, 2006.

NUCCI, Guilherme Souza. **Código de processo penal comentado**. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TIMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais** (O caso Humberto Campos), Ed: Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2005.

A REALIDADE ACERCA DA LIBERDADE CONSTITUCIONAL NAS PRÁTICAS DIÁRIAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Elias Felipe Pinto, Meliza Nobre, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França
e-mail: eliasfelipe00@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nunca em cenário histórico apresentou-se clamor tão grande em torno da liberdade. As condições atuais postularam interesses que em tese sobrepujam os interesses libertários dos indivíduos. Os limites e fronteiras das liberdades sofreram alterações e passaram a ser alvo de questionamentos e debates.

A carta magna Brasileira, lei fundamental e suprema do Brasil, a garantidora da Democracia hoje instaurada, conhecida como Constituição Federativa da República do Brasil de 1988, declara em seu Artigo 5º, caput, "todos são iguais (...), garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito (...) à liberdade...".

Ainda segundo a Constituição Federal de forma subjetiva, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, cada pessoa tem o direito de desfrutar os direitos humanos sem distinção de qualquer tipo, seja com relação à raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro status.

Questiona-se aqui até que ponto se tem a verdadeira garantia de tal direito presente em clausula pétreas. Em que pé está instaurada a liberdade do indivíduo. Segundo Kant, liberdade está relacionada com autonomia, o direito do indivíduo em ditar suas próprias regras, por caminhos racionais (KANT, 1974, p. 238). O Estado tem cada dia mais confiscado a liberdade dos indivíduos, cedendo-lhes apenas uma falsa sensação de liberdade.

Sendo a liberdade uma das garantias fundamentais, nota-se a presença de remédios constitucionais que em tese garantem a liberdade quando restringida por ato e meios ilícitos ou ilegais. Mas são os remédios constitucionais, em verdade garantias que fomentam a falsa sensação de liberdade, dependentes que são da aceitação do Poder Judiciário.

Contudo, o questionamento que fomentou as devidas argumentações aqui já expostas remetem sempre à Liberdade, sua tangibilidade, sua real existência, seu limite, sua procedência, em que pé a liberdade é garantida, quais parâmetros usados para

restringir a liberdade alheia. Observando Apostolo Paulo, no Livro de I Coríntios, um dos livros da Bíblia, questiona, “Pois, por que a minha Liberdade deve ser julgada pela consciência de outra pessoa?” (CORÍNTIOS, 55 d.C., p. 882).

2 MÉTODO

Rotineiramente ouve-se falar e/ou presencia-se nos noticiários informações sobre a impetração do remédio constitucional conhecido como Habeas Corpus, mediante expressa restrição de liberdade. Dessa forma, busca-se nesse trabalho, por meio do método explicativo de pesquisa, explanar o tema em questão, apontar a presença de possíveis inconsistências que permeiam o direito fundamental à liberdade, sua efetividade, a participação estatal na liberdade do indivíduo, a opinião dos grandes pensadores que há muito tempo atrás pensavam em questões à frente de nosso tempo.

Serviu de grande amparo para o desenvolvimento dessa pesquisa, o artigo elaborado pelo Advogado, formado em Direito pela Faculdade de Direito de Santos, O Estudo aprofundado sobre o Habeas Corpus, Diego Renoldi Quaresma de Oliveira, o qual detalhadamente e de forma admirável evidenciou a importância do Habeas Corpus na História do Direito, sua natureza jurídica, seus diversos objetivos, suas espécies e hipóteses de cabimento, as especificidades de suas partes, de sua competência para julgamento, de seus recursos e os efeitos de sua concessão. Tudo devidamente interligado com o direito fundamental já citado aqui e que se demonstra evidente no presente trabalho, a Liberdade.

Durante o presente estudo, em se tratando da coação, medida restritiva de liberdade, nas hipóteses do artigo 648 do Código do Processo Penal serão ilegais; se I- ausência de justa causa, II- quando alguém estiver preso por mais tempo do que a lei determina. III- incompetência da autoridade coatora, IV- quando houver cessado o motivo que autorizou a coação, V- inadmissão da prestação da fiança quando autorizada por lei, VI- quando o processo for manifestadamente nulo, VII- quando extinta a punibilidade. Medidas citadas no artigo estudado que devem ser avaliadas e devidamente reconhecidas pelo juiz de ofício verificando as possíveis ilegalidades no decorrer do pedido ou do processo.

Em síntese, pela intermediação deste artigo estudado em somatória com materiais oportunos; como a letra da lei Brasileira e trechos doutrinários, buscou-se aqui expor a importância da garantia da Liberdade, com ajuda dos respectivos remédios

constitucionais, em destaque o Habeas Corpus, que tem com objetivo conceder a liberdade sempre que alguém sofrer ou achar ameaçado de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebe-se que com o passar dos anos os limites da liberdade sofreram alterações, alterações que desencadearam questionamentos em diversos setores. As liberdades são cada vez mais restringidas e limitadas. O poder legislativo, ora aprova e ora coloca em pauta projetos com temática acerca da Liberdade. O STF (Supremo Tribunal Federal) ora ou outra emite julgados com a mesma emblemática, a Liberdade.

Em se tratando, por exemplo, da liberdade de expressão, sobretudo no meio virtual, a internet causou uma revolução no campo das comunicações, tornando-se um meio de trabalho, estudo e lazer. Estima-se que somente a rede social “**facebook**” tenha em média dois bilhões e trezentos milhões de usuários (2 300 000 000) o que é aproximadamente trinta por cento (30%) da população mundial. No presente estudo observou-se a internet como sendo uma rede de contatos; onde as pessoas ficam interligadas e se expressam a todo momento em forma de opiniões, teorias, matérias e textos compartilhados. Todos sabemos que de fato a internet gera discussões, boas e ruins em suas redes, essas que podem acarretar consequências e até provocar grandes problemas, visto que no atual cenário com o “politicamente correto” não se pode simplesmente sair opinando em qualquer “**post**” de uma rede aleatória, digo, as pessoas se tornaram mais intolerantes, e com isso, um simples comentário, mesmo que não ilícito pode levar a acontecimentos ilícitos. São esses fatos que geram uma grande questão sobre qual é o limite da nossa liberdade.

A internet nos concede a liberdade, mas até que ponto isso é bom? Visto que diante de alguns fatores ela também nos limita de tê-la. Não há lugar mais oportuno para a frase do grande pensador Herbert Spencer (*SOCIAL STATICS*, cap. XIX, 1851) “A liberdade de cada um termina onde começa a do outro”. A internet por um bom tempo foi considerada “terra de ninguém”, mas hoje temos plena ciência que essa “terra”, o mundo virtual, é sim habitável e quanto ao seu regimento, segue as diretrizes do mundo real.

A Constituição Federal em seu Art. 5º X diz “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano

material ou moral decorrente de sua violação”; em se tratando de uma cláusula pética, esse artigo nos garante a honra e a imagem. O usuário tem o livre direito e arbítrio de manifestar sua opinião, contudo dentro dos limites da legalidade, do bom costume e da ordem pública, não fazendo sujeição a esses princípios pode arcar com as devidas consequências de seus atos.

Interessante tecer um breve comentário sobre o projeto de Lei Nº 2630, de 2020 – denominado Lei das **“Fake News”** que está aguardando votação na câmara dos Deputados, projeto esse que visa cercear ainda mais, como se não já não fosse excessivo, o controle sobre os dados e acessos dos usuários/indivíduos. Nas palavras da conselheira federal da OAB Sandra Krieger Gonçalves em entrevista concedida ao site de notícias O Antagonista em 19/07/2020 (GONÇALVES, 2020) “O que o projeto estabelece é que esse controle precisa ser feito pela plataforma (rede social) e, depois, se o conselho entender ele demanda a plataforma. Se a plataforma vai ser responsabilizada por aquele conteúdo que alguém citou, ela vai ter que fazer uma avaliação a cada vez que alguém publica alguma coisa. É um departamento de censura terceirizado para avaliar tudo isso. Quando ele tiver dúvida, vai derrubar a página do indivíduo”. Complementa-se com um questionamento a Deputada Estadual Janaína Paschoal em seu **“twitter”** no dia 03/06/2018 (PASCHOAL, 2018) “Quem definirá o que é **“fake News?”**” uma vez que o Projeto de lei não estabelece uma diretriz definidora do termo e conceito sobre **“fake News”**, cria-se uma margem imensa para o poder de censura, onde uma notícia/opinião que não seja de agrado de alguns possa ser derrubado, ferindo a liberdade de expressão que é garantido pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso IX – “é livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.”

Karl Marx (MARX, 1967) entende a liberdade humana como “constante criação prática pelos indivíduos de circunstâncias objetivas nas quais despontam suas faculdades, sentidos e aptidões”; diante desse pensamento, de fato talvez a liberdade, principalmente no meio virtual, seja uma via de mão dupla, do mesmo modo que podemos perde-la em uma rede social ao ser acusado por algum comentário e até mesmo correr o risco de ser perseguido pelo mesmo, ou também em expor a sua vida pessoal e de seus familiares na internet, podemos escolher fazer ou não parte dessa rede social em que isso acontece, então sim, é uma questão de escolha, e a escolha é uma liberdade.

Entretanto, o indivíduo deve com certeza responder por seus atos, sobretudo ao se tratar de ofensas ou atos literalmente criminosos, mas devem ser punibilidades conforme legislação do mundo real, no código penal por exemplo; como por injúria, difamação, calúnia, preconceito, entre outros, mas não ter a sua liberdade de expressão asfixiada pela censura, nenhum ato ditatorial deve ser admitido.

Nos casos explícitos de retenção da Liberdade, como Direito de ir e vir, ainda a Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso LXVIII em diante nos concede os chamados Remédios Constitucionais, esses que não podem ser alterados; porém, diante de alguns estudos há a ideia de que os remédios constitucionais nada mais são do que uma falsa sensação de liberdade, visto que depende da aprovação de um terceiro legitimado, que de fato funciona bem na teoria, mas acaba deixando a desejar na prática do dia-a-dia. Dentre os remédios constitucionais temos; habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública; remédios esses que funcionam como garantia para os indivíduos na sociedade, porém, como já dito, algumas vezes não são seguidos rigorosamente.

Diante dos fatos, a liberdade deve ser analisada como um direito nosso, um direito postulado, não só virtual, mas em todos os âmbitos; nela deve haver a percepção de até onde podemos ir, a liberdade é um conjunto de direitos de valor supremo e imprescindível que deve ser tratada com cautela, é o direito de agir com a própria vontade, desde que não prejudique o próximo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado no presente estudo, a Liberdade é a prova literal da existência da Democracia. Uma liberdade que permite aos indivíduos serem livres na medida da legalidade, dentro da licitude de seus atos.

Entretanto, o estado visando o controle social e a organização faz em algumas situações uso de seu poder, segundo Max Weber, o estado detém o monopólio da violência legítima, a coercitividade (WEBER, 2004). Logo, as alegações realizadas pelo Estado visando o bem comum possuem precedência filosófica, moral e intelectual ou apenas exprimem o poder de punir presente nas forças do Estado.

Acontece que conforme demonstrado nesse estudo, nem sempre o poder de coerção do estado é usado da forma correta. O que ocasiona a restrição da liberdade,

ainda que determinados indivíduos não estejam em complô com a ilicitude. E se posterga a injustiça com a recusa do Habeas Corpus.

Vê-se então que ao mesmo tempo em que a Carta Magna cede a garantia da Liberdade aos brasileiros, o Estado, cerceia e condiciona cada vez os direitos libertários dos indivíduos. Restando assim aos indivíduos permanecer na luta pela garantia de seus direitos. Conclui-se esse artigo com uma frase de Medeiros de Albuquerque “Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós!”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Medeiros. **Hino da proclamação da república**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/hinodaproclamacaodarepublica.htm>>

BRASIL, Constituição da República federativa do, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

GLOBO. Portal de notícias. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/02/04/facebook-completa-15-anos-com-23-bilhoes-de-usuarios.ghtml>>

GOLÇALVEZ. Sandra Krieger. **“É um departamento de censura terceirizado”** – O ANTAGONISTA. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/e-um-departamento-de-censura-terceirizado/?fbclid=IwAR3moHw8Hrcohf05eKf1Is01Y6c7fByrOfgUUObRQe8Sd6U430GLEl47B_Y>

LENZA. Pedro. **Direito constitucional esquematizado** – Saraiva Educação, 18ª, 2014.

FILOSOFIA. O Conceito de liberdade segundo a. Disponível em: <<https://sociologica.com.br/o-conceito-de-liberdade-segundo-filosofia/>>

MUNDIAL, População. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Popula%C3%A7%C3%A3o_mundial>

PAULO, APÓSTOLO. **Bíblia Sagrada**, Versão Almeida Revista e Corrigida, Edição de 1995.

WIKIPÉDIA. **O poder de agir segundo o seu livre arbítrio**. Disponível em: <<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Liberdade>>

A VIOLÊNCIA CONJUGAL E AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Amanda Pizani Macorin, Gabriela Fernanda de Carvalho, Vânia Borim Moretto Delpino,
email: amandamacorin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre as principais faces da violência, com foco na violência conjugal entre parceiros heterossexuais, e as possíveis consequências para os filhos que vivenciam esta violência.

Nos últimos anos, o fenômeno da violência conjugal tem sofrido mudanças significativas, onde as mulheres que sempre foram consideradas dependentes, sofriam agressões e não possuíam livre arbítrio, tem sido largamente questionada. No entanto, é possível observar que os vários movimentos sociais, o respaldo jurídico e a implantação de políticas públicas foram fundamentais para a visibilização e intervenção nesses casos de violência, como a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340, 2006), por exemplo (BEIRAS et al., 2012).

As crianças e adolescentes expostos aos diversos tipos de violência no âmbito familiar trazem consequências negativas para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a criança como o elemento mais frágil em uma família, torna-se mais visível e preocupante nos casos de violência na família, uma vez que são afetadas por aquilo que testemunham (SOUSA, 2013).

Este artigo buscará trazer informações relevantes sobre a violência intrafamiliar, doméstica e conjugal e suas consequências no desenvolvimento infantil, visando contribuir para melhor compreensão e identificação dos fatores implicados nesse processo e a exploração de possíveis formas de enfrentamento e construção de estratégias de apoio às vítimas, buscar contribuir para que as pessoas fiquem atentas a essas questões no seu cotidiano, pois existem variadas classes de violência intrafamiliar que passam, muitas vezes, despercebidas pela falta de informação sobre a temática.

2 MÉTODO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico que, segundo a literatura, consiste numa revisão da literatura sobre as principais teorias e conceitos

que norteariam o trabalho científico. A pesquisa também utilizará a abordagem qualitativa para levantamento do conteúdo.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, usou-se uma seleção de artigos científicos relacionados aos tipos de violência, como a violência conjugal, violência contra crianças, desenvolvimento psicológico infantil, danos psicológicos causados na criança pós violência conjugal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como mencionado por Falcke et al (2013), a violência conjugal sempre esteve presente e acabou sendo assistida e de certa forma, aceita pela sociedade. Tal violência também faz outras vítimas, como os filhos, expectadores, testemunhas e, às vezes, participantes do contexto violento.

Os artigos pesquisados tratam a violência conjugal como violência de gênero, apresentando o homem como principal agressor a partir de relacionamentos heterossexuais.

Para Brancalhona, Fogo e Williams (2004, p. 113) a violência conjugal pode ser definida como “comportamentos agressivos que ocorrem contra a mulher adulta ou adolescente no contexto de um relacionamento heterossexual íntimo”. Diversos fatores são considerados como de risco para sua ocorrência, dentre eles a experiência de violência na infância, tanto como vítima direta ou como testemunha de agressão entre os pais (MARASCA; COLOSSI; FALCKE, 2013).

Muitas crianças acabam se tornando indiretamente vítimas da violência doméstica/intrafamiliar, apresentando comportamento agressivo na escola, provocando, em muitos casos, um sentimento de rejeição nos colegas e professores, gerando maior estresse e problemas no processo de aprendizagem, além de dificultar o estabelecimento de relações de companheirismo nesse ambiente (LISBOA et al., 2002). Quando a criança é indiretamente afetada através de situações como ouvir um ato violento, observar a situação em que há a violência, observar as consequências das agressões e também ouvir relatos, as possibilidades de ter seu desenvolvimento comprometido é considerável.

Importante ressaltar ainda que crianças e também adolescentes por estarem em processo desenvolvimento precisam de condições que favoreçam tal ação, sendo que

nesse período eles se encontram vulneráveis às influências sociais, assim o acompanhamento psicológico de vítimas de violência conjugal faz-se essencial e deve ser desenvolvido de acordo com as suas necessidades. Os atos de acolher e oferecer segurança e confiabilidade são os primeiros passos para obter sucesso no tratamento físico e emocional da vítima (REIS; PRATA; PARRA, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que são necessárias políticas públicas mais eficazes contra qualquer tipo de violência, em especial a violência conjugal, na questão de enfrentamento e prevenção. Trata-se de qualidade de vida e saúde, em que muitas vezes, muitas mulheres perdem os seus direitos básicos, como por exemplo, trabalhar, e tal conjuntura afeta diretamente os filhos.

Faz-se necessário buscar compreender a violência e suas diversas faces, uma vez que as vítimas podem ser diretamente afetadas ou indiretamente, como no caso dos filhos que presenciam tais atos.

Buscar por suporte social, institucional e profissional são estratégias importantes para que a violência conjugal sofrida seja trabalhada, como também, os danos psicológicos causados aos filhos, buscando êxito nos resultados do atendimento ao abranger a família como um todo.

REFERÊNCIAS

BRANCALHONE, P. G.; FOGO, J. C. WILLIAMS, L. C. A. Psicologia: **Teoria e pesquisa**. Vol. 20 n. 2, pp. 113-117. 2004. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a03v20n2.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2020.

FALCKE, D. et al . Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos clínic**, São Leopoldo , v. 2, n. 2, p. 81-90, dez. 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2020.

LISBOA, C. et al . Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 345-362, 2002. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 set. 2020.

MARASCA, A.; COLOSSI, P. M.; FALCKE, D. Violência conjugal e família de origem: uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 221-243, jun. 2013. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2020.

REIS, D. M.; PRATA, L. C. G.; PARRA, C. R. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.pt**. 2018. Disponível em:<<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf>>. Acesso em: 24 de set. 2020.

ANÁLISE DE EXPANSÃO NO MERCADO DE E-SPORTS

Renan Correa Videira, Tatiana Segura Moreno, Wagner Moraes, Clerison Jose de Souza Bueno, e-mail: renan.videira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo e-sports, ou esporte eletrônico, parece ter se originado no final da década de 90. Provavelmente a primeira ocasião em que a expressão foi utilizada se deu em um comunicado de imprensa da Online Gamers Association (OGA), uma organização que pretendia representar jogadores de videogames profissionais. Desde então, o e-sports ganhou novas proporções: partidas já foram transmitidas na TV por grandes organizações, como ESPN e Sportv, as premiações dos torneios mais importantes já alcançam milhares de dólares e jogadores profissionais recebem salários de grande escala.

A ascensão dos e-sports provocou várias discussões entre grandes investidores, tendo como pauta a relação entre a prática dos jogos eletrônicos e o mercado financeiro que ele proporciona, tanto em âmbito Nacional como Internacional. Segundo Vasone (2012), Community Manager da Riot Games, "A comunidade brasileira está entre as cinco maiores do mundo e este será apenas o primeiro torneio desta magnitude no Brasil. Nossa intenção é, logo de saída, mostrar quão sério é nosso compromisso com o desenvolvimento do cenário competitivo.", era o início de uma nova etapa para o e-sports, que já existia singelamente no mundo, as premiações refletem o seu crescimento, valores que alcançavam \$80.000,00 passaram a ser cerca de \$20.000.000,00, ou seja, 250 vezes o valor inicial repassado.

Diante desse cenário complexo e movimentado, o objetivo do trabalho é proporcionar uma visão de crescimento exponencial do mercado de e-sports. A proposta analítica aponta aspectos financeiros, midiáticos, sociais e culturais que influenciam diretamente na expansão, pontuando os fatores em contexto atual do cenário, com foco global. Como consequência, foi possível obter mais clareza acerca das dimensões e da complexidade de se investir nesta modalidade.

Dado que o objetivo da pesquisa envolve a compreensão de um tema novo, relativamente pouco abordado, a metodologia adotada foi a pesquisa exploratória. Mais especificamente, foi realizado um levantamento bibliográfico de autores das áreas de

Comunicação, Marketing, Psicologia e Sociologia; relacionados ao tema do esporte eletrônico.

2 MÉTODO

Este projeto será desenvolvido através de pesquisa a fontes bibliográficas, como teses, dissertações e sites específicos na internet, além de artigos de revistas e jornais. Estas fontes darão base a uma pesquisa que será realizada em um campo tecnológico visando a economia que rodeia tudo que está relacionada ao e-sports. Iremos abordar desde os princípios das competições eletrônicas e seu crescimento, passo a passo dos métodos e modalidades abordados nas competições e no mercado, exemplificando a evolução dos investimentos, premiações, público, divulgação entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O E-Sports é uma das modalidades esportivas mais visualizadas atualmente, fugindo do tradicional. “uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos” (BARBANTI, 2006).

Com o decorrer do tempo, os jogos sofreram avanços tecnológicos, modificando a figura de jogador. A interatividade tomou conta das plataformas, o modo online foi primordial para a globalização neste sistema de diversão. “Ao contrário de jogar vídeo games de forma recreativa, as pessoas estão começando a jogar competitivamente em torneios” (KANE; SPRADLEY, 2017).

Esta modalidade eletrônica de entretenimento passou a ser observada como uma área de oportunidades. “Assim como qualquer outro esporte, o e-Sports possui atletas, times, competições, equipamentos específicos, torcedores e até transmissões ao vivo com narradores e comentaristas. Existem diversos campeonatos gigantescos que fazem lotar estádios de copa do mundo e que são transmitidos para o mundo todo (HAWCON, 2015).

O crescimento deste mercado é exponencial nas últimas décadas, se tonando um dos mercados mais lucrativos para se investir. Segundo Siqueira (1999, p.20) a segmentação do mercado tem como principal objetivo analisar, encontrar nichos e oportunidades e potencializar o marketing e a efetividade do produto final; o mercado de

jogos tem um nicho específico para o público gamer, os principais incentivadores do cenário global.

A revista Newzoo, conceituada no ramo dos jogos eletrônicos, através de análise de dados e estatísticas, propõe que no ano de 2020 o E-Sports irá lucrar cerca de R\$ 1,3 bilhões, o dobro alcançado em 2017. Segundo Bruno Maia, sócio da 14 agência de conteúdo estratégico, “modelo de negócio dos e-Sports, não é muito diferente do que pode ser visto nos esportes tradicionais. Cerca de 75% de suas receitas são oriundas de verbas de marketing, patrocínio e direitos de transmissões das principais competições”. Portando é um sistema acessível, que pode começar de um celular (jogos mobile), variando para grandes consoles e computadores especificamente montados.

É um mercado consumista, com profissionais que tem o sucesso contemplado por pessoas com idades variada, como afirma (NOVAK, 2010) “Os games não são apenas aceitos na cultura popular; eles são integrados a ela e jogados por todos”, o que amplia cada vez mais o marketing de vendas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluindo nossas análises, conseguimos enaltecer a ideia de que o e-Sports não é um talvez, mas sim uma realidade. A modalidade possui fatores concretos que influenciam na evolução do mercado. A internet é um canal de vendas e de distribuição e está facilitando o comercio eletrônico, a capacidade de fazer negócios na Web. O comercio eletrônico está proporcionando a integração de componentes da indústria de informação anteriormente isolados. Essa integração de dados, conteúdos, armazenamento, redes, aplicações empresariais e dispositivos para o consumidor está resultando na convergência eletrônica de consumo, da televisão, das publicações, das telecomunicações e dos setores ligados a computador. Estão sendo criadas novas formas de valor. A onda da Internet irá em breve causar impacto em cada aspecto de nossas vidas, pessoal e empresarial (KALAKOTA; ROBINSON, 2001).

O empreendedorismo está em ascensão na área, o público é fiel, as propagando são alavancadas por jogadores profissionais, um mercado que só tende a aumentar suas vendas, principalmente por o números de jogadores crescer exponencialmente.

Ao decorrer do projeto foi analisado diversos gráficos de rendimentos monetários ao longo dos anos, os desempenhos absurdos quando entramos no quesito de finanças. Portanto conseguimos concluir a eficiência clara do investimento neste ramo esportivo,

com retorno certo e inevitável, uma imensa diversidade de produtos e meios de trabalho profissional, uma verdadeira mina financeira global, movida pela internet.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. **eSPORTSPROBR**. Disponível em:

< <http://esportspobr.com.br/conteudo/10-cases-de-marcas-que-investiram-em-esports/> >. Acesso em: 25 ago. de 2020.

BARBANTI, V. J. O que é esporte? **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. Pelotas, v. 11, n. 1, p. 54-58, jan. 2006.

Dota 2 Battle Pass. Disponível em:

< <https://www.dota2.com/international/battlepass/?l=portuguese> > Acesso em: 18 de set. de 2020.

HAWCON, Equipe. **A história do e-sports mundial . 2015**. Disponível em:

<<https://www.hawkongaming.com.br/single-post/2015/10/06/A-Hist%C3%B3ria-do-eSports-Mundial>>. Acesso em: 20 de set. de 2020.

KALAKOTA, R.; ROBINSON, M. **E-business: estratégias para alcançar o sucesso no mundo digital**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2001.

KANE, D. I.; SPRADLEY, B. D. **Recognizing esports as a sport**. Disponível em: < <http://thesportjournal.org/article/recognizing-esports-as-a-sport/> >. Acesso em: 02 set. 2020.

MAIA, B. **Esportefera**. Disponível em:

< <https://esportefera.com.br/noticias/games,especialista-ve-esports-em-alta-e-alerta-para-nova-tendencia-fan-centrism,70003324616> >. Acesso em: 19 set. de 2020.

MILIOZI, B. **Torcedores.com**. Disponível em:

< <http://torcedores.uol.com.br/noticias/2017/07/times-de-futebol-brasileiros-que-apostam-nos-e-sports> >. Acesso em: 25 ago. 2020.

NOVAK, J. **Desenvolvimento de games**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

SIQUEIRA, A. C. B. **Segmentação de mercados industriais**. São Paulo: Atlas, 1999.

VASONE, B. **E-Sports! Isso ainda vai ser grande no Brasil**. Disponível em: <

<https://canaltech.com.br/games/E-SportsIsso-ainda-vai-ser-grande-no-Brasil/> >. Acesso em: 31 ago. de 2020.

ANÁLISE DE RENTABILIDADE EMPRESARIAL PELA MÉTODO DU PONT DE ANÁLISE

Ana Paula Mariano, Waldir Antonio Gobbi Augusto e-mail:
anapaulamariano193@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A importância da contabilidade analítica tem se tornado cada vez mais clara, pois será ela quem possibilitará a tomada de decisão assertiva e fará com que as organizações caminhem para o bom desempenho, resultando em alta lucratividade e no retorno de seus investimentos e recursos empregados, objetivo que toda empresa pretende alcançar.

Dentre os índices mais importantes abordados na análise financeira estão os que mensuram a rentabilidade da entidade, que nos diz se a empresa está tendo um bom retorno econômico ou não e com a visão possibilitada por esta análise é possível desenvolver ações estratégicas para as devidas recuperações e melhorias corporativas.

Esses índices se tornam ainda mais eficientes quando analisados por meio do sistema Du Pont de análise, que consiste em uma metodologia de análise mais completa e abrangente e não tão tradicionalista dos índices de rentabilidade, ele utiliza-se de indicadores conhecidos como ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) e o ROA (Retorno sobre o Ativo), abordados neste trabalho, e realiza a decomposição desses indicadores.

O sistema Du Pont de análise, ferramenta extremamente relevante e eficiente para gestão, possui uma escassez de pesquisas e popularidade e foi esse o motivo que inspirou a realização deste trabalho.

O objetivo consiste em identificar as diferenças entre as análises contábeis tradicionalistas de rentabilidade com o método de análise Du Pont de rentabilidade e demonstrar a visão que ela proporciona aos interessados no desempenho das entidades.

2 MÉTODO

As fontes de pesquisa para a construção deste estudo foram compostas por pesquisa bibliográfica, obtida por meio da consulta de livros, revistas, jornais e artigos publicados na internet, bem como trabalhos acadêmicos relacionados ao tema. A revisão

bibliográfica desta pesquisa possui uma abordagem explicativa, que segundo Silva, 2010, tem como objetivo a identificação de fatores determinantes que contribuíram para os acontecimentos dos fatos analisados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise contábil financeira nada mais é que uma ferramenta para examinar a real situação financeira e estratégica da entidade e proporcionar informações para os usuários da contabilidade, como por exemplo os investidores e a gerência, além do mais, é necessário que a análise possua uma visão global da empresa, onde leve em consideração desde as mais complexas estratégias empresariais até as mais simples operações realizadas em seu dia a dia, que vão muito além dos demonstrativos contábeis como: a taxa de juros, os incentivos fiscais, a economia do país e do mundo, o cenário político, dentre muitos outros. Todos esses fatores proporcionam uma análise minuciosa a respeito dos resultados que a empresa está apresentando e embasa a tomada de decisão de gestores e acionistas (SILVA, 2010).

É necessário salientar que para uma análise verdadeira e consistente, deve-se trabalhar com informações sólidas e comprovadamente reais, de preferência com demonstrativos que passaram por processo de auditoria externa, pois assim a fidedignidade das informações e da própria análise estará sendo preservada para importantes processos em tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 1998).

O balanço patrimonial demonstra a situação patrimonial da empresa, comumente ao final de um exercício. Ele é segregado em três grandes grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

O Ativo representa todos os bens e direitos pertencentes a empresa. Esses ativos são representados de acordo com a sua liquidez, ou seja, pelo menor prazo em que aquela conta demonstrada se torna dinheiro disponível para a entidade.

O Passivo representa todas as obrigações adquiridas pela entidade. Alguns exemplos de passivo são: financiamentos, salários, fornecedores, impostos, etc.

O Patrimônio Líquido demonstra os recursos investidos na empresa por meio de seus sócios, como o investimento originário da empresa que se denomina Capital Social,

integralizado no ato da abertura da empresa pelos sócios. Porém, o PL não é composto somente do Capital Social.

A Demonstração do Resultado do Exercício demonstra as atividades operacionais da empresa e apura o Lucro do exercício. De forma sequencial apresenta a Receita obtida e vai deduzindo as despesas incorridas para o funcionamento das atividades da entidade.

3.1.2 Visões sobre as Análises Contábeis

Conforme nos diz Silva, 2010 a análise financeira pode ser enquadrada em diversas visões e são elas:

- a) A visão financeira: que engloba os fluxos de caixa, contas a receber e a pagar, despesas financeiras, entre outras. É a visão do ponto de vista do caixa da empresa, que registra e analisa as entradas e as saídas do dinheiro da empresa.
- b) A visão de rentabilidade que está diretamente ligada a investimentos e ao retorno deles e nesta visão considera-se o patrimônio líquido, capital de giro, ativos e o lucro líquido.
- c) A visão econômica: onde a economia, basicamente, se divide em macro e microeconomia. Enquanto a microeconomia se resume a fatores como comportamento do consumidor, números de vendas, maximização de lucros e outros a macroeconomia está ligada a um cenário global que está inserido em medidas governamentais, taxas de juros, globalização e outros. É muito importante a conscientização de que a entidade está inserida neste mundo econômico e é afetada diretamente por ele, por isso a sua elevada importância no processo de tomada de decisões.
- d) A visão estatística: o mundo corporativo se relaciona com as mais diversas ciências que contribuem para uma análise mais apurada, como no caso da estatística que traz significantes contribuições para a análise contábil financeira por modelos de avaliações, conceitos e até mesmo previsões, como por exemplo os termômetros de solvência ou insolvência de entidades.

3.1.3 Índices em Demonstrações Contábeis

Conforme nos explica Silva, 2010, os índices financeiros consistem nos relacionamentos entre os grupos de contas e as próprias contas dos demonstrativos contábeis com a meta de extrair importantes informações que não seriam identificadas

por si só nas demonstrações. Devemos compreender as seguintes questões sobre os índices:

- a) Entender o significado do índice, pois esse será o ponto de partida para a análise;
- b) Comparar a evolução histórica desse índice, observando seu comportamento ano após ano;
- c) Comparar o índice obtido com o índice de outra empresa do mesmo setor, afim de entender como está a empresa comparada com as suas concorrentes.

3.2 Rentabilidade Empresarial

Rentabilidade significa o relacionamento dos benefícios econômicos gerados com os recursos necessários que foram empregados para isso, ou seja, a rentabilidade responde em qual nível os investimentos que foram empregados em determinado negócio estão retornando para a empresa.

[...] os quocientes de rentabilidade são o resultado do relacionamento entre o lucro periódico com outros elementos das demonstrações contábeis. Diferenciam-se fundamentalmente dos demais quocientes já vistos pelo fato de referirem-se a períodos, quando os outros se referem a dados relativos a determinada data. Por esse motivo, são quocientes que oferecem maior segurança para o analista. [Ludícibus et. al, 2009, p. 303].

Vejamos agora dois importantes quocientes e as maneiras tradicionais de analisar a rentabilidade da entidade:

- a) Quociente do Retorno sobre o Ativo ou Return on Asset (ROA):

(1)

$$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{ATIVO TOTAL MÉDIO}} \times 100$$

Este importante indicador demonstra a capacidade que a empresa possui em ganhar dinheiro a partir dos seus ativos, ou seja, ele atesta a possibilidade real de ganho empresarial ou lucratividade, em relação a capacidade e a gestão de seus ativos. Segundo Silva, 2010, o ROA também é o montante do giro do ativo pelo retorno sobre vendas.

- b) Quociente do Retorno sobre o Patrimônio Líquido ou Return on Equity (ROE):

(2)

$$\frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO}} \times 100$$

O Patrimônio Líquido Médio se dá pela seguinte equação:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO	$(\text{PL inicial} + \text{PL final} - \text{LL}) / 2$
--------------------------	---

Este é um indicador que demonstra a capacidade da empresa em medir seu lucro, obtido a partir de seu capital próprio, ou seja, atesta a capacidade de geração de lucro da entidade a partir de recursos próprios que foram empregados na entidade.

3.2.1 Sistema Du Pont de Análise

O sistema Du Pont nada mais é que uma metodologia de análise que proporciona a avaliação do desempenho da entidade e possibilita a identificação dos problemas e diferenciais da entidade.

Esse modelo de análise utiliza-se de importantes índices da tradicionalista análise de rentabilidade empresarial, porém, uma das diferenças é que ele faz a combinação de duas medidas de rentabilidade que são os indicadores: ROA e ROE. Outra diferença do Sistema Du Pont é que ele decompõe esses índices em diversas partes, ou seja, ele destrincha esses indicadores ao máximo e isso permite que os usuários possam analisar os resultados a partir de diferentes visões. Outro ponto interessante desse método é que ele permite realizar a comparação das análises com outras empresas do mesmo setor e isso facilita muito a identificação e a demonstração de problemas e deficiências que podem estar ocorrendo nas empresas analisadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, chega-se à conclusão de que a Análise por meio da metodologia Du Pont além de calcular a rentabilidade da empresa, assim como os tradicionais indicadores ROE e ROA, consegue explicar o seu comportamento a partir da clareza que é possibilitada por meio da sua análise demonstrativa, já que no destrinchamento dos tradicionais indicadores ROE e ROA a Análise Du Pont faz com

que se perceba adequadamente os chamados direcionadores, que são: a Margem Líquida, o Giro do Ativo e o Multiplicador de Alavancagem Financeira e é exatamente isso que torna esta análise exponencialmente mais competente e adequada para as tomadas de decisões assertivas e para o direcionamento da empresa ao sucesso corporativo.

REFERÊNCIAS

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S., et al, **Contabilidade introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, J.P. **Análise financeira das empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, E. L. da. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

BUSINESS INTELLIGENCE: UMA FERRAMENTA GERENCIAL PARA A TOMADA DE DECISÕES

Flavia Luana Rossini, Thamires Barbiero da Silva, Vitor Fernando Masiero, Silvana Cristina Martiello Ferrari, e-mail: flaviarossini@live.com

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução do mercado de trabalho, as organizações buscam ferramentas que auxiliem na tomada de decisão para alcançarem um diferencial frente aos negócios. É evidente que dentro do mercado essas ferramentas passaram a ser criadas para gerenciar o processo das informações de uma forma mais clara e rápida; são conhecidas como “inteligência de negócios” ou Business Intelligence.

Segundo Pozzebon e Freitas (1997) “os sistemas de informação, de uma forma geral, tornaram-se elementos de primeira necessidade”.

O Business Intelligence é um sistema que combina coleta de dados, armazenamento de dados e gestão de conhecimentos com a análise de informações para o planejamento e tomada de decisões. Basicamente, o BI fornece conhecimento e informação no momento certo e da maneira correta (NEGASH; GRAY, 2008).

É de muita importância a análise crítica desses dados, verificando qual a melhor solução para as tomadas de decisões da empresa. Para as organizações não existe uma ferramenta de BI melhor ou pior e sim aquela que mais se encaixa dentro do próprio negócio. Nesse trabalho será explorada alguns exemplos de várias de suas ferramentas gerenciais que são usadas por empresas sucedidas atualmente e buscar contar como essa ferramenta ajuda dentro da contabilidade gerencial.

Esses recursos do BI conseguem possibilitar a criação de novas estratégias empresariais que não seriam capazes de ser realizadas sem uma estrutura que chegue o mais próximo possível da realidade, ele maximiza as chances de as decisões serem efetuadas de forma mais abrangente em relação ao próprio estado do negócio. O termo Business Intelligence é o resultado de uma série de inovações ao longo dos anos (NEGASH; GRAY, 2008).

2 MÉTODO

Para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas, a metodologia adotada será fundamentada em revisões bibliográficas, a fim de caracterizar o conceito de Business Intelligence, suas funcionalidades e aplicabilidades no âmbito empresarial, demonstrando todos os processos e contribuições para o crescimento das entidades e avaliando os resultados obtidos.

A contabilidade gerencial e o Business Intelligence são assuntos que vem sendo estudados nos últimos anos com maior frequência, buscando acompanhar o rápido avanço tecnológico no mundo. Com base nisso, a pesquisa será realizada através de artigos científicos, livros e dissertações de especialistas e profissionais da área.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A contabilidade gerencial refere-se ao ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer informações aos gestores acerca do planejamento, execução e controle das atividades em organizações. O principal detalhe da contabilidade gerencial é o uso do conhecimento contábil para a administração, pois as informações compreendidas em seus relatórios possibilitam fortes impactos no planejamento estratégico empresarial, por isso, todo tipo de organização deve utilizar a contabilidade gerencial para guiar suas negociações presentes e futuros e para que isso aconteça é necessário um sistema gerencial competente (RICARDINO, 2005.)

A contabilidade já é compreendida como um sistema de armazenamento de dados sobre todos os eventos que incidem sobre o Patrimônio da empresa, afinal, é uma ciência que possui como um de seus objetivos controlar o patrimônio e uma de suas finalidades é fornecer as informações aos seus usuários.

O sistema de informação contábil atende as necessidades das organizações, que a todo momento interage com os ambientes internos e externos, para que possam ser registradas todas as movimentações e, finalmente, apresentar as saídas do sistema para os seus usuários.

Esse tema tem como principal foco os métodos, atividades, ferramentas para extrair informações para uma base de dados, como por exemplo: um sistema que abrange tudo o que ocorre dentro da empresa, desde o valor que tem dentro do estoque, a quantidade, e mostra também se está ocorrendo a lucratividade da empresa entre outros. Gartner Group (Instituto de Pesquisa e Análise do setor de Tecnologia da

Informação) explica que Business Intelligence é o processo de transformar dados em informações e através da descoberta, transformar a informação em conhecimento.

Essa nova tecnologia traz um grande aperfeiçoamento para as empresas, principalmente para as de pequeno porte que buscam melhorias para o capital social. O BI tem como principal objetivo de mostrar informações para descobrir o aumento para o negócio, e buscar expor os dados encontrados com o destino de mostrar as referências de oportunidades ou também de riscos dentro do mercado de trabalho.

Mas o BI não trata apenas da parte comercial, ele abrange a empresa como um todo, desde a parte financeira, operacional, vendas entre outros. Podemos dividir ele em duas etapas como os dados, que é onde se busca coletar informações de um certo departamento e identificar e esclarecer o que precisa ser melhorado naquele setor e a tomada de decisão onde busca aperfeiçoar no planejamento da empresa, controlar o desempenho no mercado de trabalho, por exemplo, a empresa vendeu uma porcentagem grande no último ano, só que no ano seguinte o mercado está lentamente, e com essa ferramenta precisa mostrar o que pode ser mudado para não tem um grande erro no presente. A mudança e o planejamento são os principais pontos para um bom negócio, porque são os que mostram até que ponto quer chegar, qual o posicionamento dentro do mercado de trabalho entre outros.

Os dados que alimentam o BI geralmente têm origem nos sistemas ERP ou demais semelhantes utilizados pelas organizações, onde são realizadas todas as operações financeiras, fiscais, comerciais e contábeis. Essas operações devem estar parametrizadas de maneira apropriada, uma vez que o BI se baseia nelas para apresentar o seu resultado. Os procedimentos e configurações são realizados por uma equipe de Tecnologia da Informação (TI) especializada em gestão corporativa que irá personalizar o sistema de acordo com a necessidade da empresa.

As empresas nos dias de hoje têm uma certa dificuldade quando o assunto é tecnologia e o BI é um avanço que as empresas que já a utilizam estão melhorando e aumentando cada dia mais. Ele oferece os dados empresariais, e o analista entra para buscar os dados brutos internos e externos. Primeiramente todos os dados que são coletados e entregues têm que ser colocados todos em organização e depois fazer as análises deles. Para ter um resultado positivo o analista tem que abranger conhecimentos sobre a tecnologia, logística, marketing e sobre os negócios e o principal de todos conhecer bastante sobre os objetivos da organização que está se trabalhando.

Atualmente o BI está dominando as empresas, cada vez mais acrescentando as possibilidades de aumento empresarial, faz parte principalmente nas áreas da Contabilidade para ajudar nas melhorias do negócio e trazendo uma visão melhor nas tomadas de decisões. Ligando todos os conceitos contábeis (bens, direitos, obrigações e o patrimônio) junto com o BI é possível uma clareza maior na empresa nos recolhimentos dos dados para a tomada de decisão, que é utilizado uma qualidade e facilidade melhor.

Com o auxílio do BI na Contabilidade Gerencial é possível a utilização de comparação com maiores dados contábeis. Assim, com esse recurso dentro da organização é possível tornar visível os dados que estão ausentes. De acordo com Leme (2004), BI são todos os assuntos ligados à tomada de decisões, armazenamento de dados, publicação de informações na Internet ou em outro ambiente amigável para os usuários, até a produção de cubos multidimensionais de dados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender que o Business Intelligence é uma ótima opção para as organizações, e é ótimo para os profissionais, faz com que as empresas consigam um resultado muito mais rápido e eficaz em relação às metas a serem atingidas, tem função de gestor onde depende de todos em conjunto para ser trabalhado.

Facilitou bastante ao contador, com a redução de custos operacionais, pois os executivos acabam tomando decisões muito mais rápido por receber informações contínuas e representativas.

REFERÊNCIAS

POZZEBON, M.; FREITAS, H. Por um conjunto de princípios que possibilitem a construção de novos modelos de sistemas de informação. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, 1997

NEGASH, Solomon; GRAY, Paul. Business Intelligence. In: BURSTEIN, Frada; HOLSAPPLE, Clyde W.. **Handbook on Decision Support Systems 2**. Springer, 200-. p. 175-193.

RICARDINO, Álvaro. **Contabilidade gerencial e societária: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAMINHOS PARA UMA RETOMADA ECONÔMICA NO BRASIL

Flavielle Barbi Garcia, Hamilton Cesar Hermenegildo Junior, Priscila Carolina Verza, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: priscila_verza@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um momento de pandemia, uma quarentena que já se alastra em alguns países desde 2019. Um vírus que não sabemos a origem real, para alguns uma vacina contra o HIV que deu errado, para outros um vírus transmitido pelo macaco e ainda uma arma biológica criada pelos chineses. Inúmeras indagações sobre o seu aparecimento, em como se alastrou tão drasticamente pelo mundo todo e em como paramos com todo esse contágio para sairmos do “novo normal” em que estamos vivendo desde março de 2020.

Em 1937 esse vírus teve seu aparecimento causando infecções respiratórias, após quase 30 anos, em 1965 o vírus foi nomeado por “coronavírus” por se parecer com uma coroa pelas lentes de microscópios. E em dezembro de 2019 foi registrada a nova variação do vírus, o SARS-CoV-2, o vírus responsável pela pandemia e o caos vivenciado pelo mundo todo.

Em relação à saúde, vimos hospitais lotados sem capacidade de internação, falta de leitos para inúmeras pessoas, vimos o ser humano perder familiares, amigos e entes próximos. Vimos também muitas pessoas se tratando e superando a doença, além daqueles que não apresentaram sintomas mesmo com vírus alocado em seus organismos, os assintomáticos (ALBUQUERQUE, 2020).

Agora em relação à economia, da qual se trata esse trabalho, e sobre o tema que iremos discutir, podemos ver que não está passando ilesa e assintomática por essa situação. A economia de modo geral sentiu os impactos bruscamente, empresas, indústrias, lojinhas de bairro, estabelecimentos comerciais, vimos vários ramos não aguentarem a crise, portas se fechando e pessoas desempregadas.

No Brasil começaram as medidas de isolamento em março, o que refletiu no fechamento dos comércios e até mesmo em fechamentos temporários de algumas indústrias, o que levou os empregadores terem que tomar difíceis decisões em relação ao seu negócio, buscar meios de se manterem no mercado, manter seus funcionários ativos mesmo sem ter o giro dentro da empresa, uma vez que não se estava podendo produzir e conseqüentemente não teriam o que vender.

Os empreendedores veem buscando estratégias para se manterem no mercado e conseguir passar pela crise, maneiras de se manter com o seu ramo e também muitos buscaram maneiras diferentes, mudando o seu público alvo, buscando estar na lista de produtos essenciais para a população, e dessa maneira alguns estão segurando a curva crescente do desemprego e de falência que o Brasil se encontra.

A economia no Brasil contou com algumas medidas provisórias que auxiliaram os empreendedores, como a redução de jornada e de salário, o pagamento do 1/3 das férias somente para o final do ano de 2020, congelamento do contrato dos funcionários, medidas que tentaram ajudar as organizações manterem seus funcionários nesse momento de crise.

Aos trabalhadores autônomos, aos que os empregos não conseguiam ser mantidos com a pandemia e com o isolamento social, o governo implementou o auxílio emergencial, com valores aos que estavam nessa situação e com uma porcentagem maior para as mães.

De algumas formas o Brasil vem se mantendo na pandemia, buscando alternativas de não cair totalmente na crise como uma exorada que passa levando tudo pela frente, os trabalhadores, os empregadores e toda a economia.

Ainda estamos vivendo a pandemia, e precisamos já pensar em como será a retomada da economia mundial, nos caminhos que devemos seguir, planejamentos e estratégias que deverão ser usados e da forma como serão aplicados em cada área econômica para ter uma retomada eficaz.

2 MÉTODO

O trabalho desenvolvido foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica. As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desemprego em nível recorde, diminuição da capacidade produtiva da economia devido ao fechamento de empresas e piora das contas públicas devem compor o quadro da economia brasileira após a crise do coronavírus. A intensidade dessa piora do cenário econômico vai depender da efetividade das medidas emergenciais que têm sido adotadas pelo governo.

A crise provocada atual escancarou o cenário de desigualdade do Brasil. Responsável por absorver 39% da renda nacional, o Estado brasileiro, tem atuado na direção de concentrar a renda e terá de ser repensado depois de superada a pandemia.

A falta de coordenação é a principal chaga no ambiente econômico. Com medidas corretas de auxílio às camadas mais vulneráveis no momento de emergência, o país não deixa claro em seu horizonte um plano de saída para a crise. Confrontos entre os entes federativos só pioram a situação, enquanto é necessário pensar em conjunto nas políticas de proteção social sem perder de vista a responsabilidade fiscal (MARTINS, 2020).

Voltar à agenda de reformas anterior à crise do coronavírus é a solução para que o país encontre o crescimento sustentável, mesmo em uma situação econômica pior, com desemprego mais elevado, recessão econômica e perda do poder de compra da população. Garantir que o aumento de gastos do governo em resposta à crise seja temporário será fundamental para recuperar a confiança dos empresários no momento de retomada da atividade. Para crescermos de verdade serão necessários investimentos e para isso, precisa de confiança (CARRANÇA, 2020).

Se o Congresso conseguir aprovar a PEC Emergencial, reduzindo o gasto obrigatório do Estado, é possível pensar em uma mudança na regra do teto de gastos para abrir espaço ao investimento público, dando fôlego adicional à atividade econômica após o isolamento. Gasto obrigatório não pode crescer mais do que o PIB, isso é um disparate e uma urgência a ser atacada (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020).

Podem ser necessárias intervenções estratégicas do governo em alguns setores mais atingidos pela paralisação da atividade. Com a aprovação do auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais que perderem renda devido às medidas de isolamento social, alguns economistas têm defendido que a política de renda básica se torne permanente. É fundamental que se chegue aos informais. As regras, como fazer,

o que cada um tem direito, quem contribui ou não, têm que ser avaliadas (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos concluir que o momento econômico no Brasil beira um desastre, todavia, não é o fim, afinal, talvez seja como Albert Einstein dizia “É na dificuldade que encontra-se a oportunidade”, a dificuldade existe e está na nossa frente, com isso, podemos concluir que Reformas poderiam ser feitas para desburocratizar os processos para empreendimentos, facilitando a ação de empreender no Brasil, e, também, para desinchar a máquina pública, assim diminuindo gastos e cortando privilégios.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. P. **Como surgiu o coronavírus e como afeta a população mundial.** Grupo NotreDame Intermédica. 2020. Disponível em: < <https://www.gndi.com.br/saude/blog-da-saude/como-surgiu-o-coronavirus> >. Acesso em: 10 set. 2020.

CARRANÇA, T. **Cinco propostas para retomar economia após coronavírus.** BBC News. 2020. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52274059> >. Acesso em: 16 set. 2020.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Cinco propostas para retomar a economia após coronavírus.** 2020. Disponível em: < <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/04/cinco-propostas-para-retomar-economia-apos-coronavirus.html> >. Acesso em: 02 jun. 2020.

MARTINS, R. **Não temos um plano para vencer a crise, diz Ana Carla Abrão.** Portal G1. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/01/nao-temos-um-plano-para-vencer-a-crise-diz-ana-carla-abrao.ghtml> >. Acesso em: 04 ago. 2020.

CONTABILIDADE AMBIENTAL: O BENEFÍCIO FINANCEIRO PROVENIENTE DA PRÁTICA DE REÚSO DA ÁGUA DA CHUVA EM UMA EMPRESA DE BARIRI

Larissa Aparecida Rovaris, Marina Hilario Doro, Isabela Beatriz Sarti, Solimar G. Messias Bonjardim, Flávio Mangili Ferreira, e-mail: larissa_rovaris@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, o meio ambiente passa por diversas modificações que degradam sua existência. Esse fato é ocasionado principalmente por hábitos humanos, em decorrência das possibilidades de utilização de novas tecnologias e formas de uso do solo, que acarretam a utilização incorreta de seus recursos naturais para a obtenção de lucro.

Em meio a crescente destruição do meio ambiente ao longo do tempo, conforme Dias (2017), anualmente são realizadas reuniões e convenções pela ONU para abordar assuntos voltados à preservação e manutenção na natureza. Desde o primeiro encontro, na década de setenta, normas foram criadas para a sustentabilidade, envolvendo tanto governos quanto empresas, instituições financeiras e organizações não-governamentais.

A água, recurso natural fundamental para a existência de vida na terra, é, juntamente com o solo e a atmosfera, foco das discussões porque é elemento essencial para diversas atividades econômicas. Por ser um recurso insubstituível, é um dos que mais sofre com seu uso desordenado. De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), 70% de toda a água consumida no mundo é usada na agricultura, pecuária e aquicultura, quase 20% por indústrias e apenas 10% por residências (BOFF, 2012).

Diante desses números e das consequências alarmantes causadas pelo uso desenfreado dos recursos naturais, as empresas (a cada ano mais) buscam aderir à gestão ambiental e empregar projetos sustentáveis em suas atividades econômicas, a fim de evitar multas ambientais e, conseqüentemente, colaborar com a preservação do meio ambiente. Ao aderir essas ações, a empresa desenvolve uma boa relação com a sociedade e meio ambiente a sua volta, agregando maior valor aos produtos e produção.

Diante disso, este estudo tem como objetivo discutir os benefícios da implantação de um sistema de gestão ambiental em empresas que tem algum impacto hídrico. Além

disso, o trabalho foi desenvolvido devido à vontade e necessidade de uma empresa da cidade de Bariri (São Paulo) de analisar a implantação de uma gestão ambiental para minimizar os impactos ambientais.

2 MÉTODO

Esta pesquisa é um estudo de cunho exploratório e, de acordo com Gil (2002, p.41), é constituída de três etapas. Assim, o presente estudo foi projetado com base em três fases: a primeira composta da pesquisa bibliográfica, a segunda composta da pesquisa de campo e a terceira a análise dos resultados.

Para a execução da primeira etapa serão utilizados livros e artigos específicos sobre Contabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Sustentabilidade, Impacto Ambiental, Responsabilidade Socioambiental, Sistema de Gestão Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde, Recursos Hídricos e a economia; pesquisas em sites online, a fim de aprofundar o conhecimento teórico sobre o tema, desde o conceito até sua aplicabilidade na organização. Além disso, será levantado material de organizações que disponibilizam dados sobre a implantação e desenvolvimento de seu sistema de gestão. Vale acrescentar que as palavras chaves utilizadas nas bases de dados eletrônicos também perpassam por esses temas.

A pesquisa foi desenvolvida em uma organização (empresa) que está discutindo a implantação de um sistema de gestão ambiental. É uma pesquisa de campo que se realiza por levantamento de dados em documentos disponibilizados pela empresa. Pode-se classificar essa etapa como pesquisa documental, pois as informações são provenientes de base primária. Os resultados obtidos através do levantamento de dados e das análises dos balanços socioambientais e análise de projetos serão descritos e confrontados com os dados iniciais levantados na pesquisa bibliográfica, verificando através destes os benefícios fiscais e impactos financeiros resultantes do Sistema de Gestão Ambiental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atualidade a economia transita de uma forma conectada. As empresas e instituições financeiras de todas as partes do mundo são influenciadas por acontecimentos diversos que podem estar acontecendo a quilômetros de distância de sua própria sede. Um desses acontecimentos que está em voga e causa impacto nos

balanços financeiros é a questão do meio ambiente, isto é, o impacto ambiental decorrente de atividades econômicas. Impacto ambiental pode ser definido como qualquer alteração ocorrida no meio ambiente ou em algum de seus componentes em decorrência de determinada ação ou atividade humana.

A preocupação empresarial sobre o meio começou na década de sessenta, principalmente nos países europeus, resultando na organização de conferências mundiais para a discussão do tema. Anteriormente, o problema era discutido em pequenos grupos, sem alcançar a profundidade necessária para organizar e impactar os países. De acordo com Dias (2017), com a intensificação do crescimento econômico, os problemas relacionados a destruição e poluição do meio ambiente, começaram a entrar na pauta de discussões na ONU.

Devido a degradação do meio ambiente causado pela incessante retirada de recursos naturais e pela imersão de poluentes no meio, a sustentabilidade surge como uma alternativa de amenizar esses danos, desenvolvendo estratégias de maneira que os recursos naturais sejam utilizados de forma inteligente e protegidos para as gerações futura (CAMPOS; ESTENDER; MACEDO, 2015).

Devido a incorporação da sustentabilidade no meio empresarial, ganha visibilidade a implantação da gestão ambiental. Ele é um sistema de gestão empresarial, constituída por um conjunto de programas, políticas e práticas administrativas e operacionais que visam à eliminação ou minimização de impactos e danos ambientais decorrentes dos processos produtivos de uma organização.

Segundo Barbieri (2016, p. 25):

Administração ambiental ou gestão ambiental compreende as diretrizes e as atividades administrativas realizadas por uma organização para alcançar efeitos positivos sobre o meio ambiente, ou seja, para reduzir, eliminar ou compensar os problemas ambientais decorrentes da sua atuação e evitar que outros ocorram no futuro.

Em meio a intensa urbanização e industrialização que levaram ao consequente aumento da poluição nas áreas industriais e densamente povoadas, juntamente com as discussões ambientais que ocorreram na década de oitenta e noventa, inúmeros governos, dentre eles o brasileiro, passaram a incentivar organizações a aderirem a programas de preservação ambiental. De acordo com Dias (2017) centenas de empresas do país adotaram o sistema, fato ocasionado principalmente pela obrigatoriedade dos estudos de impacto ambiental e da instalação de novas unidades industriais.

Aliada a gestão ambiental e a sustentabilidade, o meio empresarial estuda e implanta a contabilidade ambiental, parte do Balanço divulgado anualmente que se desenvolve em prol da natureza; e é usado pelas próprias organizações, como ferramenta de auxílio para diminuir os desperdícios e o descarte inapropriado de insumos, a redução de gastos com multas e penalidades resultantes da poluição ambiental, além das inúmeras vantagens com melhor aceitação dos produtos, aumento das exportações, diminuição de multas, descontos em empréstimos, possibilidade de certificação, etc.

A redução de custos na área ambiental é geralmente um processo à longo prazo e muitas vezes não aparece como redução, propriamente dito, e sim como incremento nas vendas, ganho com obtenção de novos clientes e principalmente com a não agressão ao meio ambiente. Moura (2006, p. 67) destaca que “nenhuma empresa, no decorrer de seus processos de administração, realiza investimentos e dispêndios sem controle”, e assim estes gastos devem ser planejados como os outros custos que a empresa tem no seu dia a dia.

O processo de reuso de águas é uma dessas ações que possibilitam a gestão ambiental e a sustentabilidade, assim beneficia a empresa em diversos aspectos, entre eles ambientais, sociais e econômicos. Como benefícios ambientais tem-se a redução do lançamento de efluentes nos rios e mares, o que permite obter-se água de melhor qualidade. Os benefícios sociais englobam a aumento na oportunidade de negócios na cadeia produtiva, incluindo maior número de empregos diretos e indiretos disponíveis, além da melhor imagem repassada para o restante da sociedade, no que tange a aplicação do desenvolvimento sustentável. A concordância com a legislação ambiental (proteção ao meio ambiente), modificação dos padrões de consumo e produção (inclusive diminuição dos custos de produção) são alguns dos benefícios econômicos.

Desta forma, grandes volumes de água potável podem ser poupados pelo reuso quando se utiliza água de qualidade inferior (geralmente efluentes pós-tratados) para atendimento das finalidades que podem prescindir de água dentro dos padrões de potabilidade (BENASSI, 2007).

Na empresa estudada, detectou-se que a água é o recurso natural mais consumido na organização. Diante disso, estudos foram realizados para uma futura instalação de um sistema de captação e armazenamento de água, a fim de utilizar a água da chuva para fins não potáveis. O sistema de captação escolhido foi uma cisterna,

devido a sua facilidade de instalação e uso, além de prometer uma redução considerável no recurso utilizado.

A empresa estudada é uma distribuidora de produtos alimentícios instalada na cidade de Bariri (São Paulo). Fundada em junho de 2010, está há dez anos no mercado distribuindo produtos de qualidade a diversas empresas do ramo alimentício por toda a região, entre eles supermercados, padarias e restaurantes.

No momento atual a empresa realiza a distribuição de mais de 100 produtos, entre eles frangos, suínos, bovinos, frios, laticínios, peixes e embutidos. Um dos seus diferenciais é a parceria com fornecedores confiáveis, cuja qualidade dos produtos é conhecida por todos os consumidores, sendo assim mantida pela empresa através de um transporte rápido e eficiente.

A fim de ampliar seu comprometimento com seus clientes, e levando em consideração a responsabilidade socioambiental, no presente momento a distribuidora busca por alternativas que sejam capazes de diminuir os danos causados a natureza em decorrência de suas atividades. A decisão por desenvolver um método sustentável surgiu a partir de um estudo do mercado em que a empresa está inserida, no qual foi possível detectar que projetos desenvolvidos com o propósito de preservar o meio ambiente estão se tornando critério relevante para aceitação e procura por seus serviços por parte de seus consumidores.

Dessa forma, pensando nas atividades desenvolvidas a empresa identificou que a água é um dos recursos mais utilizados em sua operação. Diante de toda a problemática que envolve este recurso, decidiu-se então desenvolver um método de reuso para que haja uma diminuição na quantidade utilizada. Para isso a empresa escolheu a implantação de uma cisterna, devido a sua rápida e fácil instalação, e com uma grande possibilidade de redução da água consumida.

A Cisterna é um reservatório ou depósito, instalado sobre o chão ou de forma subterrânea, que serve para captar, armazenar e conservar a água, podendo ser água potável, água de chuva ou água de reuso. Sua instalação pode trazer vantagens para a residência ou empresa que a utilizar como método de reutilização de água, como exemplo o benefício econômico. Esse sistema de captação e armazenamento possibilita uma economia de até 50% do volume de água potável utilizada nas atividades executadas. Essa redução de consumo reflete diretamente no valor pago mensalmente

por este recurso, além de contribuir para sua preservação e com o desenvolvimento sustentável.

Além de reduzir gastos e colaborar com o meio ambiente, as cisternas também são um modelo bastante atrativo devido aos seus tamanhos e modelos variados, de forma que seja possível instalá-la em ambientes grandes ou pequenos, de acordo com a necessidade da organização ou do domicílio. Essa variação também pode ser encontrada nos preços, possibilitando a escolha de um modelo que seja mais acessível financeiramente para o investidor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento o estudo ainda não foi finalizado, porém, diante de estudos previamente realizados, essa implantação irá influenciar diretamente no resultado obtido pela organização, pois essa atitude visa reduzir as despesas com esse recurso, além da possibilidade de aumentar suas vendas devido a alta procura de seus consumidores por empresas com projetos sustentáveis.

Antigamente, as empresas não tinham essa preocupação com os problemas que são gerados para o meio ambiente, mas, atualmente, com a cobrança dos seus consumidores e as leis ambientais mais rígidas, além de suas fiscalizações, as empresas estão tomando e encontrando soluções para estarem dentro das normas ambientais exigidas e também contabilizando estes gastos com uma nova visão, que não são somente como despesas, e sim agregação de valores perante os olhos de seus consumidores, que estão cada vez mais exigentes.

Por meio de estudo de caso, será demonstrado a medida adotada pela empresa da cidade de Bariri (São Paulo) para reduzir a captação e a poluição dos recursos hídricos em suas atividades operacionais. Ao final da análise, será divulgado os impactos que o projeto desenvolvido e implementado para tratamento e reutilização de água geram na economia da organização, apresentados através da análise da contabilidade ambiental.

Enfim, nas análises prévias, percebemos que por meio da Contabilização dessa implantação, a empresa pode se nortear para a melhor tomada de decisão, pois terá em mãos papéis com essas informações, sendo mais fácil a percepção do que está acontecendo.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=GEJnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=artigos+sobre+gest%C3%A3o+ambiental&ots=8Cd4xbix-H&sig=2ELIcrb-ysBucYC4VvEYU71zZww#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em: 03 maio 2020.

BENASSI, S., Projeto de Lei nº 664/2007 **Reutilização da água nas garagens de empresas de ônibus**. Câmara Municipal de Campinas 2007.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CAMPOS, Ana Carolina Souza. ESTENDER, Antonio Carlos. MACEDO, Daniela. **O Ambiente e a Sustentabilidade no Ramo Hoteleiro**. In: Revista de Administração do UNISAL – v. 5, n. 7. 2015. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cDRRoPQU8IUJ:www.revista.unisal.br/sj/index.php/RevAdministracao/article/view/399/292+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 01 maio 2020.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONSUMO SUSTENTÁVEL: **Manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. 160 p.

MOURA, L. A. A. de. **Economia Ambiental: gestão de custos e investimentos**, 3ª. ed. Revisada e Atualizada. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Atividades que mais consomem água"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/atividades-que-mais-consomem-agua.htm>. Acesso em: 27 set. 2020.

DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

João Marcelo da Silva Galvão, Perla Savana Daniel, e-mail: joao-marcelogalvao@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Direito, a igualdade é um dos temas que mais causa discussão. No decorrer da história este princípio organizou e regeu diversas formas de sociedade e Estados, sendo que sua concepção se diversificou ao longo da história nas mais diferentes sociedades humanas.

O princípio da igualdade, como pode-se observar no desenrolar do trabalho, evoluiu significativamente desde de sua concepção primária, sendo que a discussão sobre o conteúdo da mesma se alargou e com isso ocorreu a criação de diferentes conceitos do que ela venha a ser. A igualdade sempre foi um tema que, de forma demasiada, preocupou o ser humano, de certo porque ser igual ou ser diferente, ainda hoje, causa divergências e divide a humanidade.

O presente artigo tem como objetivo esclarecer o conceito de igualdade, explicando as especificidades da igualdade formal e da igualdade material, trazendo toda a história desde a Grécia antiga, passando por importantes filósofos como, Platão, Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, Santo Agostinho, Descartes, etc., até os dias de hoje, mostrando a significativa evolução do conceito de igualdade.

2 MÉTODO

O presente trabalho, utilizou-se da revisão de literatura, trazendo o conteúdo histórico do Princípio da Igualdade e também de dados estatísticos para mostrar como ainda precisamos evoluir para se ter uma sociedade mais justa e igualitária.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O filósofo Platão e sua obra foi de grande importância para a filosofia e para o Direito. Platão, em sua obra A República, constitui o Estado Ideal e diz que "uma cidade tem sua origem, segundo creio, no fato de cada um de nós não ser auto-suficiente, mas sim necessitado de muita coisa" (PLATÃO, 2004, p. 55-56), sendo assim o Estado nascia exatamente na interdependência do ser humano. Na mesma obra, Platão ainda mostra a importância de diferentes profissões no Estado Ideal. Sobre isso, diz Giovanni Reale

(1931-2014) "com efeito, cada homem não nasce em tudo semelhante aos outros, mas com diferenças naturais e apto a fazer trabalhos diferentes" (REALE, 2002, p. 245). Para a época, a ideia de igualdade de Platão assumiu contornos surpreendentes, para ele homens e mulheres eram iguais e deviam receber a mesma educação do Estado e nas Leis, ele afirmou uma igualdade proporcional, a justa medida.

Outro filósofo muito influente nesta época foi Aristóteles, que por sua vez retratava a igualdade em duas formas, sendo elas a igualdade geométrica e a igualdade aritmética. A igualdade geométrica, segundo Galuppo (2002, p. 48) "seria, da ótica moderna, um critério de exclusão social", pois a mesma trata as pessoas de maneira diversificada, conferindo diferentes valores e direitos às pessoas. Os homens aqui são distinguidos, proporcionalmente, uns dos outros pelo valor de cada um. A igualdade aritmética por sua vez decorre da justiça corretiva, formando-se dentro da igualdade geométrica, esta formava a igualdade entre os diferentes na polis.

A civilização romana tem uma importância surpreendente para o Direito, haja vista que inúmeros institutos jurídicos, os quais influenciam a vida de todos até hoje, foram criados por eles. O Cristianismo exerceu forte influência na busca da igualdade entre os romanos, visto que a doutrina cristã afirmava igualdade entre todos os homens perante Deus, sendo assim não havia diferença entre as pessoas. A idade média foi uma fase marcada por grande instabilidade política e social, adotando uma concepção de igualdade geométrica.

Com o advento do Cristianismo, o qual dominou pela Igreja Católica toda fase da idade média, a concepção de igualdade foi se alterando e tornando-se cada vez mais parecida com o conceito de igualdade aritmética. O Cristianismo pregava o ideal de que todos os seres humanos eram iguais perante Deus, o qual é o Ser Supremo da religião, sendo assim não há diferença entre classes quando se trata da justiça divina. A consolidação da Igreja Católica como a instituição mais poderosa da época levou ao surgimento de grandes pensadores e filósofos cristãos, entre eles Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino.

Agostinho de Hipona, amparado na doutrina da graça do apóstolo Paulo, cristianizou o pensamento de Platão. Agostinho trouxe para o cristianismo a ideia da dualidade entre corpo e alma, entre a Cidade terrena e a Cidade de Deus, sempre muito preocupado com o transcendente. A cidade de Deus é a tradução cristã do mundo ideal, do Estado Ideal platônico, sendo ela formada por aqueles que amam e temem a Deus.

A filosofia de Agostinho valorizava o homem, sendo este criado a imagem e semelhança de Deus, tendo assim um valor especial por isso. A liberdade é ponto central da filosofia de Agostinho, sendo marcada pelo livre-arbítrio do ser humano, o qual é caracterizado pela escolha entre a vida eterna na Cidade de Deus ou pela condenação no juízo final. A liberdade defendida por Agostinho influencia muito na formação do conceito de igualdade, sendo o homem um ser livre e capaz de escolher aquilo que quer, sem esquecer da vontade divina a qual define o que é bom ou ruim para o ser humano.

Enquanto Agostinho cristianizou a filosofia de Platão, Tomás de Aquino cristianizou a filosofia de outro filósofo, qual seja Aristóteles. Tomás conciliou fé e razão, seguindo a filosofia de Aristóteles, afirmando que as duas não se contrapunham mas antes são complementares. Diferente de Agostinho que dizia que havia uma hierarquia entre alma e corpo, Tomás sustentava a tese da unidade sendo a alma a inteligência. Para o Doctor Angelicus, o homem era um animal social, sendo assim este tinha a tendência para a vida em sociedade, a qual era desigual segundo os desígnios de Deus. A desigualdade aqui era embasada na igualdade geométrica de Aristóteles, o dar a cada um segundo o seu valor.

A Idade Média, ainda foi marcada pelo surgimento da Magna Carta, do Rei John Lackland, em 1215 na Inglaterra. A Magna Carta, não acusa qualquer ideia de abolir as desigualdades entre as pessoas, sendo esta porém fundamental para a afirmação histórica dos Direitos Humanos. Com o fim da Idade Média chega a modernidade, uma época de muitas transformações e rupturas, a qual faz surgir um novo conceito de igualdade e liberdade para a sociedade. O período foi marcado pela valorização do indivíduo, a formação dos Estados Nacionais, o Renascimento, a Reforma Protestante e a Revolução Científica, sendo estes fatores essenciais para a eclosão de um novo conceito de igualdade, qual seja a igualdade formal ou aritmética. Se para os antigos "a virtude cívica significava subordinação dos interesses pessoais aos ideais coletivos. Entre os modernos, o ordenamento das questões públicas deve respeitar e refletir as preferências individuais." (VILANI, 2000, p.20)

Descartes é considerado um dos grandes nomes da modernidade, não à toa ele é considerado o pai da filosofia moderna. Com sua filosofia, Descartes colocava mais uma vez o homem no centro das relações, valorizando-o cada vez mais, aspecto este que o fez ser chamado de "pai da filosofia moderna". As ideias contratualistas de Hobbes

e Rousseau e o Jusnaturalismo de Locke e Montesquieu também marcaram a modernidade e foram fundamentais para a configuração do princípio da igualdade.

Após a idade moderna chegou a era das revoluções, as quais vieram para abalar todo sistema então vigente e o para mudar aquilo que se entendia por igualdade. A primeira revolução se deu na Inglaterra, no século XVII a chamada revolução inglesa buscava a limitação do poder real frente ao parlamento e a observância do *due process law*, o qual retomou o instituto do *habeas corpus*, por meio do *Habeas Corpus Act* de 1679, que veio a garantir a liberdade daqueles presos injustamente. Alguns anos após a revolução inglesa eclodiu em 1789 a revolução francesa. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26.08.1789 é considerado um dos documentos mais importantes do século XXVIII e foi editado durante a revolução francesa. Uma das grandes marcas da revolução é a busca pela igualdade. A revolução universalizou o conceito de cidadania, afirmou as liberdades individuais e também na democracia representativa, sendo adotado pela França e posto em prática a teoria da divisão dos três poderes: Poder legislativo, Poder executivo e Poder Judiciário. Com isso nasce o Estado de Direito, submetendo-se às leis por ele criadas. Na prática, a revolução não conseguiu universalizar a igualdade, sendo assim os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, pareciam ser inalcançáveis.

Após a revolução gloriosa na Inglaterra e revolução francesa, onde foram afirmados os ideais burgueses, pode-se finalmente dar início a Revolução industrial. Com a revolução industrial houve o agravamento das situações de misérias sociais e a busca pela igualdade ficou cada vez mais distante. Ante estas situações de injustiça surgem várias teorias com o intuito de construir uma sociedade mais justa, destacando-se os pensadores Karl Marx e Friedrich Engels com a teoria do Socialismo Científico.

Segundo Marx, tudo estava ligado ao capital, a estrutura econômica é que rege quem manda e quem obedece na sociedade. Marx foi um duro crítico da revolução Industrial, não por acaso ele propunha a todo instante que os proletariados se unissem e fizessem uma revolução promovendo assim uma ditadura do proletariado que abriria caminho para o sistema de governo que Marx criou, qual seja o Comunismo. No Comunismo, o Estado existiria tão somente para garantir a propriedade privada, sendo assim se extinguiria o poder político, as classes sociais, a divisão do trabalho, qualquer alienação e desigualdade entre seres humanos.

Com a corrida imperialista dos países europeus grandes guerras ocorreram, sendo a mais importante e a última antes da mudança do capitalismo liberal para o capitalismo social, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A primeira guerra mundial e diversas outras causas políticas levaram a eclosão da Revolução Russa, a qual buscava igualdade e justiça social, sendo os russos aqueles que romperiam com o capitalismo e começariam uma revolução socialista.

O surgimento de Estados Totalitários, grandes geradores de desigualdades, os quais agiam de forma repressiva contra as camadas populares, foram decisivos para que a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) acontecesse. Ao fim da Segunda Guerra Mundial foi criada as Nações Unidas (UN), todas as nações que estavam empenhadas em defender a dignidade humana, faziam parte desta organização. Ante os acontecimentos horrendos da Segunda Guerra Mundial a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou em 10/02/1948 o documento internacional mais importante ainda hoje existente, qual seja a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O período pós guerra é caracterizado pelo renascimento de um Estado Social, adquirindo a igualdade uma nova forma, a igualdade material, ficando no passado a igualdade social.

Em 1989, com a queda do Muro de Berlim, o fim do socialismo como sistema político, o princípio da Igualdade adquire uma nova feição com o Estado Democrático de Direito. Esta nova feição, é caracterizada por ser uma igualdade mais inclusiva, objetivando promover a participação legítima de todos nos processos democráticos. O Estado Democrático de Direito, nada mais é, segundo as palavras de CANOTILHO (1999, p. 44) “uma ordem de domínio legitimada pelo povo.” sendo assim, faz-se mister a participação de todos nos processos democráticos.

A Constituição Federal de 1988 do Brasil, deixa claro no parágrafo único de seu artigo 1º a importância do povo nos processos democráticos, afirmando a soberania do povo neste novo modelo de Estado. Sobre o princípio da igualdade, a Constituição ainda expõe em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, ou seja, o que se vê é que no Estado Democrático de Direito não haverá distinções quaisquer que sejam quando se tratar de lei, consagrando assim a igualdade formal. No entanto, no Estado Democrático de Direito a igualdade está além da igualdade formal, sendo, também, consagrada neste novo modelo de Estado a igualdade material, qual seja aquela em que se deve tratar os iguais de forma igual e aos desiguais de forma desigual.

O ordenamento jurídico brasileiro, com a Lei que combate o preconceito por raça ou cor (LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989), ao instituir ações afirmativas como a política de cotas nas universidades públicas, empresas privadas e públicas, impondo que estes lugares tenham uma porcentagem de pessoas destes grupos que foram e são marginalizados pela sociedade mostra que de fato o Estado está agindo para combater a discriminação e tentando sanar alguns defeitos que a história originou. Ao ver que, em 2018 os negros e pardos passaram a representar 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública, vemos que sim, as ações afirmativas impostas pelo Estado como forma de reparação por danos causados pela história e concedendo mais a quem tem menos faz justiça e tem resultado prático. No entanto, quando observa-se que a taxa de analfabetismo em 2016 para os brancos era de 4,2% e para os negros era de 9,9% (dados do IBGE), ou quando analisa-se que em 2016, 1835 crianças trabalhavam, sendo que dessas 35,8% eram brancas e 63,8% eram negras (dados do IBGE) vê-se que a referida lei de discriminação racial ou as políticas de ações afirmativas adotadas pelo Estado sozinhas não resolvem o problema da discriminação racial no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se observar que o princípio da igualdade passou por diversas mudanças em seu significado, desde Platão até os dias de hoje, no Estado Democrático de Direito. A história mostra como a sua evolução foi importante para que hoje haja uma maior participação de todos nos processos democráticos, caso contrário viver-se-ia numa exclusão de forma equivocada até os dias atuais. De certo modo, o significado do princípio da igualdade, hoje, parece ser aquele que mais se aproxima de um ideal para se ter uma sociedade mais justa e igualitária.

O Brasil é conhecido por muitos como o paraíso das "raças" onde todas as pessoas de todas as etnias e raças convivem harmonicamente e de forma igualitária, porém quando se olha os dados expostos observa-se, infelizmente, que não é isso que acontece na prática. A discriminação racial no Brasil existe e se mostra, conforme os dados apresentados, no dia a dia das pessoas. Se pode ser apresentada uma solução para o problema essa seria a educação, enquanto escolas conscientizando sobre a igualdade entre as pessoas desde o começo quando se inicia no jardim de infância até os mais altos graus de escolarização. A educação, conforme diz Nelson Mandela "é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo", então se queremos

deixar um mundo melhor para as próximas gerações que virão e melhorar o mundo em que estamos vivendo, a saída e único meio para tal é a educação.

A história, mostrou que é possível melhorar, e de certa forma o Brasil ao adotar como forma de Estado o Estado Democrático de Direito, dá esperanças de que o significado do princípio da igualdade possa evoluir muito ainda e que um dia poderemos ver na prática um país mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, E. B. **Ações afirmativas e o princípio da igualdade no estado democrático de direito**. Curitiba. Ed. Juruá, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Estatísticas Sociais. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. 13/11/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 27 set. 2020.

Gomes, I.; MARLI, M. IBGE mostra as cores da desigualdade. **Revista Retratos**. 11/05/2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 27 set. 2020.

EMPREENDEDORISMO MATERNO: AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIDAS PELAS MÃES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DETORRINHA/SP

Jessica Cristina Alexandrino, Núbia Emanuelle Barbosa, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: jessicalexandrino_@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por diversas conquistas feministas, dentre elas o direito ao voto, à educação, a inserção ao mercado de trabalho, inclusive em cargos políticos, as quais possibilitaram melhores condições de vida e igualdade de gênero (DOURADO, 2016).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi e nem vem acontecendo de forma simples e justa. Muitas mulheres ainda encontram barreiras ao buscarem empregos fora de casa, como salários inferiores aos homens e cargos desvalorizados, enfrentando jornadas duplas entre casa e emprego, e algumas ainda precisam exercer a função de serem mães (DOURADO, 2016).

Muitas mulheres optam por se tornarem mães mais tarde, a fim de investirem mais em seus estudos, buscando crescer profissionalmente e criar uma estabilidade financeira, porém, ao se tornarem mães, essas mulheres passam por uma mudança física e psicológica (DOURADO, 2016).

Após retornar da licença-maternidade, as mulheres se deparam com diversos obstáculos, visto que muitas empresas não estão preparadas para atender as necessidades da mulher que se tornou mãe e acabam demitindo-as (DOURADO, 2016).

Além disso, após a maternidade surge a dificuldade de confiar o cuidado dos próprios filhos a terceiros para retornar ao mercado de trabalho e o querer de estarem mais presentes em seu desenvolvimento proporcionando uma criação mais afetiva. Diante desta reflexão, e da pesquisa que será realizada com treze mães empreendedoras da cidade de Torrinha-SP, observa-se que essa realidade é bastante comum com a chegada da maternidade, e por esses motivos, muitas mães optam por abrirem seu próprio negócio, sendo ele formal ou informal, para que desta forma possam ter mais flexibilidade em suas vidas, sendo possível assim estarem mais presentes na educação e desenvolvimento de seus filhos.

Deste modo, muitas dessas mães veem o empreendedorismo como uma forma de se realizar profissionalmente, obter estabilidade financeira, e conciliar a vida

profissional com as responsabilidades maternas. Diante deste cenário, esta pesquisa tem como principal objetivo responder à seguinte questão: “Quais as experiências vivenciadas pelas mães empreendedoras da cidade de Torrinha/SP?”

2 MÉTODO

A metodologia utilizada nesta pesquisa, teve como embasamento Gil (2002) e foi definida como uma pesquisa descritiva. Segundo esse autor, as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Os procedimentos adotados para a coleta de dados, definirão dois tipos de delineamentos utilizados para essa pesquisa: o primeiro utilizado foi a pesquisa bibliográfica e o segundo, a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica utilizada para a compreensão do tema abordado. Gil (2002, p. 44) afirma que esse tipo de pesquisa “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A base bibliográfica se deu através dos artigos online localizados nas bases acadêmicas BVS Psicologia Brasil e Scielo, utilizando as palavras chaves: empreendedorismo, empreendedorismo materno e empreendedorismo feminino.

Para atingir o objetivo do projeto foram realizadas as entrevistas, de cunho quantitativo. Os sujeitos participantes foram convidados à pesquisa e, em concordância, assinaram de forma digital o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.1 Coleta de dados

O primeiro contato foi feito individualmente, por telefone e as empreendedoras foram convidadas a participar de uma pesquisa sobre a sua experiência como empreendedora. A coleta de dados foi realizada em forma de pesquisa quantitativa através de um questionário estruturado online, elaborado no aplicativo Google Forms, composto com 16 perguntas exclusivamente fechadas. As entrevistas foram realizadas no período de 14 de julho de 2020 a 22 de julho de 2020.

2.2 População e amostra

A população deste presente questionário refere-se as mães empreendedoras, ou seja, mulheres que depois de se tornarem mães decidiram empreender. Logo, para a

pesquisa utilizamos uma amostragem de 13 empreendedoras da cidade de Torrinha/SP que empreenderam após a maternidade. A amostra escolhida seguiu o critério não probabilístico por acessibilidade devido à facilidade de acesso às mães empreendedoras.

2.3 Análise e interpretação de dados

A análise dos dados foi feita através de técnicas estatísticas e apresentadas em formas de gráficos e tabelas. De início registramos uma análise geral do conteúdo coletado e, em seguida uma divisão das categorias de análises: perfil das entrevistadas, perfil dos empreendimentos e por fim as experiências vivenciadas pelas empreendedoras maternas em seus negócios.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Determina-se pelas informações coletadas que a grande maioria das mães empreendedoras entrevistadas são mulheres casadas, com idade entre 21 a 40 anos, que se tornaram mães entre 18 a 22 anos, com uma média de um a dois filhos e com nível médio de escolaridade.

De acordo com os resultados da pesquisa a maior parte das entrevistadas iniciaram seu próprio negócio sem quadro societário e funcionários, investiram em áreas relacionadas ao universo feminino, como salões de beleza, estética e vestuário, de maneira formal e possuem entre 2 a 4 anos de tempo de empresa. Utilizam como principais ferramentas de divulgação dos seus negócios as redes sociais Instagram, Facebook, Whatsapp.

Ainda segundo os resultados da pesquisa, vimos que 38% das empreendedoras entrevistadas tiveram como principal motivação para a abertura de seus negócios a necessidade de adquirirem uma renda, enquanto 31% declararam estarem realizando um sonho; outras 23% disseram que viram como uma oportunidade de ficarem mais próximas dos filhos, e apenas 8% uma oportunidade de investimento.

Sobre a satisfação das entrevistadas perante seus negócios, observamos que 77% das entrevistadas declararam estarem satisfeitas com os resultados obtidos, boa parte desses bons resultados acontecem porque elas empreendem na área que lhe agradam. Já 23% revelaram não estarem satisfeitas com os resultados obtidos, porém irão persistir no negócio em busca de crescimento.

Também foi analisado o impacto que a maternidade obteve sobre os negócios das entrevistadas e vimos que 38% das entrevistadas declararam que depois da maternidade tiveram um ponto de vista diferente em relação a sua carreira profissional e que esse acontecimento as motivou a abrir seu próprio negócio. Já 62% das entrevistadas, ou seja, mais da metade, declararam que a maternidade não foi o fator crucial que as motivaram a abrir seu próprio negócio, pois já possuíam o desejo de serem empreendedoras, antes mesmo de se tornarem mães. Outro fator muito importante que também foi questionado na entrevista foi a possibilidade das mães trabalharem em casa, e verificamos que a maior parte, isto é, mais de 50% das entrevistadas declararam que possuem a possibilidade de trabalharem em casa ou no local da empresa, conseqüentemente essas mães disseram conseguir conciliar a criação de seus filhos com sua vida familiar e profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de investigar as experiências vivenciadas pelas mães empreendedoras da cidade de Torrinha/SP foi atingido. Foram identificadas as áreas de negócio mais escolhidas pelas mães, bem como identificadas quais foram as motivações que levaram a empreender e mostrar como elas conciliam a administração de seus negócios e a criação de seus filhos. Após analisar as respostas das mães empreendedoras, identificou-se como principal motivação para a abertura do negócio, a importância de acompanhar o crescimento de seus filhos, a realização de um sonho, a necessidade de uma renda e a oportunidade de investimento, e pode-se concluir que os empreendimentos estudados são provenientes da necessidade.

Dessa forma foi possível concluir que os negócios estudados apontam que as empreendedoras apostam no empreendedorismo devido a necessidade de obter renda e flexibilidade, para não precisar ter que escolher entre a criação de seus filhos e o trabalho. Contudo, o empreendedorismo materno transparece questões de gênero no âmbito profissional e corrobora que as mulheres são extremamente capazes de possuir uma carreira profissional, sem ter de terceirizar ou adiar o desejo de serem mães.

Sugere-se esse tema para a agenda de futuras pesquisas, pois o empreendedorismo materno é crescente no empreendedorismo brasileiro, indicando um potencial econômico e uma contribuição importante para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

DOURADO, C. S. V. **Empreendedorismo materno**: a importância do comércio eletrônico na viabilidade de novos negócios gestados por mães. 2016.187f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL E SEUS IMPACTOS NA VENDA DE SERVIÇOS

Isadora Oller Buzacarini, Leticia Hilário Copi, Renan Ustulin Parisi, Clerison José de Souza Bueno, e-mail: leticiacopi@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

As empresas prestadoras de serviços sempre tiveram uma desvantagem quando comparadas as que vendem produtos, uma vez que serviço é um bem intangível e envolve um processo mais complexo para anunciá-lo em uma campanha de marketing.

Segundo Monnappa (2020), com a crescente utilização da internet através da Web 2.0, a plataforma passou a ser uma importante ferramenta de negócio para as empresas, o que alavancou o uso do marketing digital, proporcionando às organizações maiores oportunidades e uma forma mais barata e eficiente de propaganda.

Atualmente, na fase 3.0 da Web, Woebcken (2019) explica que houve uma integração entre a plataforma anterior à inteligência artificial. O novo desafio para as empresas agora é acompanhar a evolução das estratégias e ferramentas, que acontecem de forma cada vez mais rápida com o passar do tempo.

A partir disso, este trabalho tem como problema averiguar dentre as inúmeras ferramentas e estratégias de marketing digital, qual a que se destaca e gera maior impacto nas vendas de empresas prestadoras de serviços.

Com base neste questionamento, este trabalho busca identificar e analisar as principais ferramentas digitais disponíveis para definir as estratégias de marketing mais eficazes, através da implementação de um plano de marketing e mensuração dos resultados obtidos, assim as empresas serão capazes de aprimorar suas estratégias, utilizando as ferramentas que sejam mais eficazes para a categoria do negócio e apresentam melhores resultados de vendas.

O meio digital, além de oferecer grande facilidade de atingir maior público e efetuar vendas, também pode ser utilizado para melhorar o relacionamento com os clientes e aproximá-los à empresa, oferecendo conteúdos relacionados com o assunto, interagindo por meio das redes sociais e solicitando feedbacks.

2 MÉTODO

Os dados do presente trabalho foram coletados através de pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos e revistas e jornais digitais. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter descritivo, levantando dados através de uma entrevista informal com o Lucas, da empresa Investindo com Lucas, que atua no meio digital no segmento de educação financeira voltada ao investimento de capitais a longo prazo com o intuito de analisar o caso.

Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista informal com questões abertas com a intenção de obter informações qualitativas que permitam maior exploração do tema, como, por exemplo, quais canais de comunicação são utilizados para divulgação de conteúdo e quais ferramentas e estratégias são utilizadas em sua rotina.

Além disso, foram observadas as redes sociais da empresa e seu site institucional com o intuito de coletar informações a respeito de número de seguidores, quantidade de publicações e condições de venda. Foram solicitados ao empresário relatórios com informações quantitativas sobre os números alcançados a partir da utilização do impulsionamento de marketing através da plataforma de gerenciamento de anúncios Facebook Ads, com o objetivo de analisar os resultados obtidos.

Para cálculo dos resultados da plataforma de anúncios, foram utilizadas as seguintes métricas: número de campanhas, custos por mil pessoas, valor gasto, alcance, frequência, impressões, custo por mil impressões, cliques no link, custo por cliques no link, taxa de cliques, cliques (todos), taxas de cliques (todos), custo por clique (todos) e cliques nos links únicos. Com base nos dados coletados, foi possível calcular a quantidade de conversões, resultado total das vendas e o retorno do investimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Detalhes da Empresa

A empresa Investindo com Lucas, fundada no início de 2019 por Lucas Canavarro, presta serviços de consultoria financeira e busca auxiliar de forma simples e prática aqueles que têm vontade de iniciar no mundo dos investimentos, mas que ainda possuem certos receios.

Desde o início, seu principal meio de comunicação foi o Instagram, em que possui aproximadamente 32 mil seguidores e 300 mil visualizações semanais, seguido do Youtube com cerca de 2,16 mil inscritos e 41 mil visualizações ao todo. Além disso,

possui um site institucional que utiliza para direcionar às redes sociais e ao Hotmart para finalizar suas vendas.

3.2 Tráfego pago

De acordo com Lucas, a utilização do tráfego pago é obrigatória para que uma empresa de venda de serviços inserida nos meios digitais obtenha sucesso. Claro que é possível alcançar bons números sem investir, como é o caso dos criadores de conteúdos virais e influenciadores, porém estes representam casos esporádicos e uma grande minoria, principalmente depois que o perfil começa a ter mais seguidores e visualizações.

No caso da empresa Investindo com Lucas, em publicações sem a utilização do tráfego pago, dos 32 mil seguidores, cerca de 8 a 10% visualizaram o conteúdo. Para que toda sua base de clientes seja alcançada, não há outra forma sem investir no tráfego pago.

3.3 Resultados encontrados

A empresa observada considera como estratégia de sucesso para o lançamento e venda de seus serviços, a "Fórmula de Lançamento", programa desenvolvido pelo Erico Rocha, considerado o maior especialista em lançamentos digitais no Brasil. De acordo com o site Rockcontent (2019), essa estratégia consiste basicamente em utilizar o marketing digital e de conteúdo, através das redes sociais, Youtube e outras ferramentas digitais de impulsionamento para atingir seu público alvo e anunciar a venda.

Lucas investe extremamente em publicidade e divulgação de conteúdos gratuitos relacionados aos serviços prestados, atraindo consumidores potenciais a conhecer a empresa e construindo um relacionamento com eles, o que induzirá o interesse por adquirir maior conteúdo sobre o assunto. Após garantir que seu relacionamento com o público foi consolidado e o consumidor já atingiu um nível elevado de consciência sobre o serviço, a empresa, de forma estratégica, disponibiliza a venda e lança uma oferta irresistível e exclusiva por período limitado.

A plataforma para gerenciar anúncios utilizada por Lucas e sua equipe é o Facebook Ads. Através dela é possível criar campanhas de anúncios pagos nas redes sociais Facebook e Instagram, acompanhar seu desempenho, realizar alterações e visualizar os resultados obtidos.

Lucas utiliza o Facebook Ads de acordo com sua estratégia, seguindo de maneira padronizada a frequência de seus anúncios, impulsionando publicações com informações rápidas direcionadas àqueles que desconhecem seus produtos mas possui interesse pelo mesmo assunto, ou seja, já interagiram com publicações de conteúdo relacionado, e publicações com bastante conteúdo àqueles que já conhecem seu trabalho, ou seja, já interagiram de alguma forma com seu próprio perfil.

Para realizar o lançamento de seus produtos, o empresário realiza um pré pré-lançamento (PPL) que, segundo Rosa (2018), consiste no impulsionamento de conteúdos que servirão para que o público o reconheça como autoridade no assunto, seja atraído para sua página e interaja com ela, ou seja, captar leads. Em seguida é feito o pré-lançamento (PL), cujos anúncios são feitos para despertar a vontade do público de obter seu produto, fazendo-o avançar no funil de vendas. Então, no lançamento, Lucas realiza publicações apresentando seu produto e o disponibilizando para compra. Após o período de lançamento é feito o remarketing do produto que faz com que o anúncio apareça novamente para aqueles que não compra

Dessa forma, através do gerenciamento de anúncios, a equipe de Lucas cria campanhas com diferentes configurações para diferentes objetivos, sejam eles captar, nutrir ou fazer com que seus leads avancem no funil de vendas.

Julho de 2020			
Número de Campanhas	34	Cliques no link	1.940
Custos por 1.000 pessoas (R\$)	137,30	Custo por clique no link (R\$)	8,08
Valor Gasto (R\$)	15.672,45	CTR (taxa de cliques)	0,22%
Alcance	114.147	Cliques (todos)	5.254
Frequência	7,70	CTR (todos)	0,60%
Impressões	878.464	CPC (todos) (R\$)	2,99
CPM (custo por 1.000 Impressões) (R\$)	17,84	Cliques nos links únicos	1.638

Figura 1 - Resultados das campanhas de julho de 2020 da empresa Investindo com Lucas
Fonte: ELABORADO PELO AUTOR

A figura acima apresenta os dados do resultado obtido pela empresa Investindo com Lucas no mês de julho de 2020 através da plataforma Facebook Ads. Foram realizadas 34 campanhas, desde o pré-lançamento do curso até o remarketing, totalizando um investimento de R\$15.672,45, R\$137,30 a cada 1000 pessoas.

O alcance, de acordo com Rocha (2019), é a métrica que representa quantas pessoas visualizaram as postagens e registrou 114.147 pessoas, enquanto as impressões, métrica que determina quantas vezes as publicações foram exibidas, registraram 878.464 visualizações.

Já a frequência corresponde à média de vezes que a publicação foi exibida para cada pessoa, o que resulta em aproximadamente 7,7 exibições. Outra métrica importante a se analisar é o custo por mil (CPM), pois representa um parâmetro para comparar diferentes campanhas, resultando em uma qualificação de suas ações. Na empresa estudada, o CPM registrado foi de R\$17,84.

O indicador cliques no link refere-se ao número de cliques em links que levam a destinos específicos ou experiências, dentro do Facebook ou fora. Dentro do estudo de caso, obteve-se 1.940 cliques nos links. Além disso, a plataforma mensura as outras formas de cliques, descrito como cliques (todos), podendo ser medidos através de cliques nos links e outras interações, o que resultou em 5.254 cliques. Outra modalidade são os cliques nos links únicos, como o nome diz, representa os cliques em links específicos, representado pelos 1.638 obtidos.

O CTR ou taxa de cliques é a métrica que avalia o quão bem o seu público está reagindo aos anúncios. O CTR encontrado da taxa de cliques foi de 0,22%, enquanto de todos foi de 0,60%. Isso tem impacto em outra métrica, no CPC (custo por clique), que é o custo médio para cada clique e, quanto maior o CTR, menor será o CPC a ser pago. Os dados da empresa analisada demonstram isso: o CTR da taxa de cliques é 0,22%, com um CPC de R\$8,08, enquanto o CTR (todo) é de 0,60% com um CPC de R\$2,99.

Neste período, a empresa obteve um faturamento de aproximadamente R\$50.000,00, cerca de 319% sobre o investimento realizado. Desta forma, é possível analisar que as campanhas estão sendo muito bem direcionadas, tornando grande o alcance das publicações para as pessoas certas, gerando um retorno de mais de três vezes sobre o investimento inicial.

Contudo, dentre as ferramentas expostas no presente trabalho, Lucas utiliza o site institucional, as redes sociais (Facebook, Instagram e Youtube) e e-mail marketing para

compor sua estratégia de marketing digital, o marketing de conteúdo. Através da união dessas ferramentas é possível atingir as metas e objetivos da empresa com sucesso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da metodologia aplicada, foi possível analisar as estratégias de marketing digital da empresa Investindo com Lucas e os impactos que ocasionam em suas vendas de serviço, considerando as ferramentas e técnicas utilizadas para manter um relacionamento com seu público e torná-los clientes fiéis ao seu serviço.

As ações em redes sociais da empresa consistem principalmente em aplicar marketing de conteúdo, disponibilizando materiais e conteúdos relacionados ao mercado financeiro e investimentos. Ao mesmo tempo, para alcançar maior público, a empresa utiliza do tráfego pago para promover suas publicações. Também, lida com ferramentas, como o Facebook Ads, que auxiliam no controle e no direcionamento do público que será atingido.

O presente trabalho ainda está em desenvolvimento, com o intuito de analisar, através da coleta de métricas e cálculos de indicadores, os resultados que serão obtidos a partir das aplicações das estratégias de marketing digital da empresa.

REFERÊNCIAS

ENTENDA o que é Fórmula de Lançamento descubra se esse método realmente funciona. **Rockcontent**, 2019. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/formula-de-lancamento/>> Acesso: 05 set. 2020

MONNAPPA, A. The History and Evolution of Digital Marketing. **Simplilearn**, 2020. Disponível em: <<https://www.simplilearn.com/history-and-evolution-of-digital-marketing-article>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ROCHA, H. Facebook Ads: tudo o que você precisa saber para anunciar na maior rede social do mundo. **Klickpages**, 2019. Disponível em: <<https://klickpages.com.br/blog/facebook-ads-o-que-e/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

ROSA, F. Fórmula de Lançamento: potencialize suas vendas com essa estratégia. **Agência Mestre**, 2018. Disponível em: <[https://www.agenciamestre.com/marketing-digital/formula-de-lancamento/#:~:text=Pr%C3%A9%20pr%C3%A9%20lan%C3%A7amento%20\(PPL\),uma%20autoridade%20do%20seu%20nicho.](https://www.agenciamestre.com/marketing-digital/formula-de-lancamento/#:~:text=Pr%C3%A9%20pr%C3%A9%20lan%C3%A7amento%20(PPL),uma%20autoridade%20do%20seu%20nicho.)>. Acesso em: 02 out. 2020.

WOEBCKEN, C. Web 3.0: conceito, aplicações e impactos para as empresas. **Rockcontent**, 2019. Disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/web-3-0/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ESTUDO DE CASO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING UTILIZADA PELO SUPER MERCADO MICHELASSI, DURANTE A PANDEMIA

Wesley Elioenai, Nataly Barbieri Marcondes, e-mail: wesleygamers2015@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Durante a pandemia diversas empresas tiveram que encontrar maneiras de continuarem ativas no mercado. Segundo Luís Sanches apud Economia Uol (2020), a pandemia não só afetou a rotina da população, mas também a comunicação das empresas frente suas campanhas sazonais, obrigando-as inovar. Nesse sentido as empresas tiveram que inovar a forma de se apresentarem aos seus consumidores, devido ao cenário caótico.

Muitas empresas tiveram que adotar novos canais de vendas, como forma de contornar os impactos causados pela crise. De acordo com Papel (2020), o número de *e-commerce*, *marketplace* e programas de afiliados, nunca foram tão altos, tendo em vista a alta procura por produtos nos ambientes online, forçando as empresas a investirem nessas modalidades de vendas.

O presente estudo teve como objetivo compreender as estratégias de marketing utilizadas pelo Supermercado Michelassi, para combater os impactos causados pela COVID – 19 na economia. Levando em consideração a correlação do isolamento social e o caráter das varejista de necessitar de um alto fluxo de pessoas comprando produtos.

O COVID – 19 tem provocado diversas mudanças no setor varejista, principalmente um queda no fluxo de pessoas, devido as recomendações de seguranças globais, onde grandes lojistas, como Nike e a Apple tiveram que fechar as lojas físicas para reduzir os riscos de contágios, sendo obrigadas a inovar na forma de entregar os produtos sem o contato pessoal (GOOGLE RETAIL AIT, 2020)

2 MÉTODO

Foram analisados os conteúdos publicados na página do Facebook da empresa, como o objetivo de compreender as principais estratégias de marketing que a empresa utilizou para enfrentar os impactos da crise. De acordo com Goode & Hatt (1969), o estudo de caso é um método análise, onde as dados coletas são organizados e analisados, preservando o caráter do objeto analisado.

Nesse sentido, o estudo terá como foco compreender as estratégias de comunicação que os responsáveis do marketing da empresa tiveram, onde será analisado os matérias publicados na página dentro do recorte metodológico.

O corte metodológico começou no dia 18 de março, sendo o primeiro dia que a empresa se posicionou frente ao cenário da pandemia, indo até o dia 30 de abril. Sendo os dois primeiros meses em que a empresa teve que orientar os consumidores da novas modalidades de atendimento, sendo uma grande desafio, haja vista que as muitas pessoas tiveram que se adaptar para poderem realizar as suas compras.

Dentro do processo metodológico procura-se avaliar os resultados das ações de marketing do supermercado Michelassi, entre os meses de Fevereiro e Julho, esse período o isolamento social já estava em vigor e as empresas precisaram inovar utilizando novos meios de continuar a se comunicarem com os seus clientes.

As publicações analisadas foram separadas por linhas editoriais, com o objetivo de compreender melhor qual o tipo de conteúdo que a empresa publicou mais. Após esse mapeamento, foi desenvolvido gráficos com o objetivo de comparar os resultados de cada linha editorial, fazendo com que a pesquisa ficasse mais clara, a partir das informações macro das comunicações, foi analisado os comentários dos consumidores para mapear os feedbacks dos consumidores frente as comunicações realizadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por conta da pandemia inúmeras empresas tiveram que adaptar seus negócios com o cenário do isolamento social, onde agora vários negócios buscaram formas enfrentar a crise causada pelo COVID – 19. Nesse sentido o Supermercado Michelassi de Bariri também teve que mudar a forma que se comunica com o seu público.

No estudo de caso começou-se analisando os materiais publicados a partir do dia 18 de março, sendo o dia em que a Supermercado se posicionou pela primeira vez frente Coronavírus. As análises foram realizadas até as postagens do dia 30 de abril.

Nesse estudo de caso foi analisado os materiais publicados pela página do Facebook do Supermercado Michelassi, durante os meses de março e abril. No período analisado eu classifiquei os conteúdos em 9 categorias, sendo elas:

- Quinta da carne: Quinta da carne é uma linha editorial que o supermercado usa para divulgar as ofertas das carnes toda quinta-feira.

- **Sorteios:** São os sorteios realizados pelo Supermercado, como forma de retribuir o carinho aos consumidores.
- **Orientações sobre o COVID-19:** Todo o material de comunicação do Supermercado fazendo menção ao Coronavírus, tais como as orientações e os cuidados frente ao cenário da pandemia.
- **Campanhas promocionais:** São as publicações estratégicas para divulgar alguma campanha que o Supermercado estava realizando naquele período.
- **Receitas:** Publicações com dicas de alimentação e receitas que a nutricionista do Supermercado indica para os consumidores fazerem durante a quarentena.
- **Tabloide:** Os materiais com os preços e ofertas dos produtos estratégicos. Muito importante para as pessoas consultarem antes de irem as compras.
- **Enquetes:** Pesquisa realizado pelo Supermercado, onde os seguidores da página podem votar.
- **Data comemorativa:** Publicação com o objetivo de homenagear as datas comemorativas.

O total de publicações realizadas na página do Facebook durante o mês de março e abril, mais especificadamente começando no dia 18 de março até o dia 30 de abril, foi de 48 publicações. O gráfico a seguir mostra de maneira visual a relação da quantidade de publicações e as suas respectivas linhas editoriais.



Figura 1 – Número de posts x Linhas editoriais
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 1 apresenta de forma visual a comparação entre as linhas editoriais e as suas respectivas quantidades de postagens no período analisado. Se destacando das demais publicações a linha editorial de cunho informativo, tendo em vista que durante o período analisado, começou a sair os decretos referente aos novas medidas para amenizar os impactos do coronavírus. Sendo assim as empresas tiveram que focar grande parte das suas comunicações em informar sobre as novas formas de atendimento, vendas e entrega.

Com o objetivo de compreender o comportamento dos consumidores frente as comunicações do Supermercado publicadas na página do Facebook, foi elaborado um relação entre os engajamentos das peças e suas respectivas linhas editoriais, com o objetivo de compreender qual tipo de conteúdo que teve mais engajamento e compreender essa relação.



Figura 2 – Engajamento x Linhas editoriais
Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico apresenta a grande diferença dos sorteios realizados frente os outros conteúdos postados, tendo em vista a grande tendência que as pessoas têm de ganharem as coisas, ou seja todo mundo gostaria de ganhar algo, principalmente se você saber qual é o produto sorteado, aumentando assim a chance das pessoas participarem do sorteio. Os sorteios realizados pelo Supermercado foram dois durante o período do corte metodológico:

- Sorteio do Ovo da Páscoa Kit Kat. (Apêndice A – quadro 22).
 - Sorteio de três prêmios. (Apêndice A – quadro 38):
 - 1 – Panela Elétrica de Arroz mundial 06 Xícaras
- 4 – Batedeira Arno Facilita 127 V BR SX15
- 5 – Fogão Electrolux 4 Bocas.

Os sorteios tendem a ter mais engajamentos devido os requisitos exigidos para fazer sorte do sorteio, onde além de curtir a página e a publicação, a pessoa precisa marcar três amigos na publicação, após essas 3 etapas a pessoal automaticamente já começa a participar do sorteio. Esse tipo de publicação tem o intuito de ser um conteúdo viral, fazendo com que a marca da empresa durante o período do sorteio aumenta a sua exposição na cidade. Além de fazer as pessoas se sentirem importantes e lembradas, faz também com que as pessoas criam uma experiência positiva com a marca.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender através das análises de conteúdos a importância da empresa investir nas comunicações da empresa, visto que a pandemia pegou a todos de surpresa, deixando diversas dúvidas para os consumidores.

A empresa optou por utilizar os ambientes digitais para orientar os seus consumidores para se adaptarem aos novos parâmetros de atendimento, devido o distanciamento social. Onde a empresa investiu em vendas pelo aplicativo, vendas pelo site e vendas por telefone.

Esse estudo é de imenso valor, não só para o universo acadêmico, mas também para o mundo empresarial. A pandemia pegou várias empresas desprevenidas, fazendo com que muitas fechassem suas portas. De acordo com a Folha de São Paulo (2020), a primeira edição da pesquisa Pulso Empresa: Impactos da Covid – 19 nas empresas, aponta que na primeira quinzena de junho 1,3 milhões de empresas fecharam as portas ou estavam com atividades suspensas, sendo 522 mil disseram que a pandemia motivou a decisão.

O marketing entro no cenário como uma arma de comunicação para as empresas continuarem ativas em momentos de crise. O Supermercado Michelassi utilizou-se do setor de marketing de uma maneira muito eficiente, comunicando os consumidores através dos ambientes digitais da empresa, sobre as novas formas de atendimento.

REFERÊNCIAS

ECONOMIA UOL. **Empresas devem inspirar, mas sem cair na vala comum, alertam especialistas.** [S.l.]: Economia Uol, 2020. Disponível em:< <https://economia.uol.com.br/noticias/1064edicao/2020/05/04/pandemia-da-covid-19-mudou-a-comunicacao-das-empresas-dizem-especialistas.htm> >. Acesso em: 01 junho. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **522 mil empresas fecharam as portas por pandemia, diz IBGE.** [S.l.]: Folha de São Paulo, 2020. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/522-mil-empresas-fecharam-as-portas-por-pandemia-diz-ibge.shtml> >. Acesso em: 01 junho. 2020.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. - **Métodos em pesquisa social.** 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

GOOGLE RETAIL AIT. **Impactos no varejo: COVID - 19.** [S. l.], p. 1-70, 17 mar. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1J9Mo44qnonVUC36YOQY_or2pXdE8lyZU/view. Acesso em: 15 jul. 2020.

PAPEL, L. **Empresas e clientes se adaptam ao consumo on-line diante da pandemia; confira dicas de profissionais em MG.** In: Mercado digital passa por mudanças e alcança novos públicos tanto no Triângulo Mineiro quanto no Alto Paranaíba. Termos como e-commerce e marketplace estão em alta. [S. l.], 27 abr. 2020. Disponível em:

GESTÃO DE PESSOAS E EMPRESAS: MISSÃO, VISÃO E VALORES

Anaedi Nogueira Patriota, Gersislei Antonia Salado, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: anaedipatriota@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A atividade foi realizada durante o estágio de Gestão Organizacional do Trabalho, em um Serviço de Fisioterapia Funcional Intensiva localizado em uma cidade do interior de São Paulo. A empresa foi criada em 2015, com o objetivo de utilizar na prática clínica os Métodos de Fisioterapia Intensiva (Therasuit® e Pediasuit™, Treini® e Cuevas Medek®).

Esses métodos são caracterizados pelo uso de protocolos terapêuticos especiais e exercícios com alta intensidade, frequência e volume de estímulos sensoriais e motores, para acelerar o processo de fortalecimento muscular, ganho de amplitude articular, resistência, e aquisições funcionais em pacientes com distúrbios motores, provenientes de diversas condições como: paralisia cerebral, derrame cerebral, lesão medular, síndrome de Down, problemas ortopédicos e relacionados ao envelhecimento (NEVES et al., 2015).

Sendo uma empresa recente e que cresceu de forma rápida, muitos processos de gestão de pessoas ainda precisam ser implantados, sendo também necessária a profissionalização desses processos para conseguir se manter de forma produtiva, lucrativa e benéfica no mercado.

Para Dutra (2002, p. 30) “gestão de pessoas é um conjunto de políticas e práticas que permite a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas para que ambos possam realizá-las ao longo do tempo”.

A gestão de pessoas existe nas organizações, porque estas, constituem-se de pessoas, e dependem delas para atingirem seus objetivos e cumprir sua missão. Para as pessoas que compõem as organizações, estas constituem-se como o meio pelo qual elas podem alcançar seus objetivos pessoais com um mínimo de tempo, esforço e conflito. As organizações surgem então para aproveitar a sinergia dos esforços de várias pessoas que trabalham em conjunto (CHIAVENATO, 1999).

Segundo Chiavenato (2014), a missão funciona como o propósito para as atividades da organização. Serve para clarificar e comunicar os objetivos da

organização, seus valores básicos e estratégia organizacional. Ainda de acordo com Chiavenato (2014, p.56):

...a missão pode ser definida formal ou escrita, para que funcione como um lembrete periódico a fim de que os funcionários saibam para onde e como conduzir o negócio, a missão envolve os objetivos essenciais do negócio e está geralmente focalizada fora da empresa, ou seja, no atendimento a demandas da sociedade, do mercado ou do cliente/consumidor.

Para Carvalho (2004, p.48) "a dificuldade da missão é que ela é entendida e vivida de forma diferente por cada participante da organização".

A missão, visão e valores, conforme Scorsolini-Comin (2012), são conceitos fundamentais para criação, organização e desenvolvimento de uma empresa. A definição destes conceitos facilita para direcionar os funcionários e criar laços com os clientes e com a sociedade. Para estabelecer a Missão, precisam ser respondidas quatro questões fundamentais: o que a empresa deve fazer? Para que fazer? Para quem deve fazer? E onde deve fazer? A missão é a identidade da empresa.

A visão define a forma como a empresa caminha, é o direcionamento e trajetória, sendo também a imagem do futuro que se deseja alcançar, através da missão, do foco e do trabalho. Para estabelecer a visão deve-se pensar a empresa como um todo. Deve-se entender a visão como o primeiro passo nas estratégias da empresa, e para estabelecê-la devem ser respondidas também quatro questões básicas: como a organização se vê a longo prazo? Onde pretende estar, quem atender e que tipo de produto oferecer? Como deseja ser vista pelos seus clientes? A visão é possível de ser alcançada? (SCORSOLINI-COMIN, 2012).

Os valores são as motivações da empresa, o que faz com que ela seja ativa todos os dias e mantenha o foco para seus objetivos. É a filosofia, as atitudes e as crenças que compõem um conjunto de regras para os funcionários, que devem ser respeitados em prol de resultados positivos, são os princípios éticos. (CHIAVENATO, 2014)

Para se definir missão, visão e valores de uma empresa, é preciso realizar uma avaliação interna, de sua estrutura, seu funcionamento e objetivos. Estes três princípios devem ser elaborados de forma a criar um diferencial para a organização, e estes princípios devem ser criados com a participação de todos os integrantes da equipe, devem ser realistas, e possíveis de serem cumpridos na íntegra (SCORSOLINI -COMIN, 2012).

O objetivo geral é de promover o confronto entre teoria e prática, desenvolver o raciocínio analítico e o posicionamento crítico das estagiárias quanto a prática em

Psicologia Organizacional e do Trabalho e o objetivo específico foi estabelecer os conceitos de missão, visão e valores da empresa a partir da percepção dos seus colaboradores.

2 MÉTODO

Para atingir o objetivo do projeto foi realizada a pesquisa descritiva, sob a forma de pesquisa de levantamento, de cunho quantitativo, que de acordo com Gil (2002, p. 42):

... têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

As pesquisas descritivas em conjunto com as exploratórias, frequentemente assumem a forma de levantamento e são realizadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática. O levantamento caracteriza-se pelo questionamento direto das pessoas cujo percepção quer se compreender. Busca-se informações por meio de solicitação a um grupo de pessoas sobre o problema estudado e obtem-se considerações correspondente aos dados levantados por meio de análise qualitativa (GIL, 2002).

O critério de escolha da amostra para a elaboração da visão, missão e valores foram todos os colaboradores da instituição e o instrumento, um questionário elaborado a partir do trabalho de Terence (2002) enviado por meio eletrônico. O questionário de roteiro estruturado continha nove questões discursivas, formuladas de modo a obter a percepção que os colaboradores tinham sobre os conceitos de visão, missão e valores de uma empresa. Após todos responderem, foi realizada uma análise interpretativa das respostas com a aplicação de regras lógicas com a finalidade de criar categorias presentes no discurso (GIL, 2002). Posteriormente foram realizadas reuniões com os gestores para discussão e elaboração dos conceitos de visão, missão e os valores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos questionários as respostas foram analisadas obtendo-se as seguintes percepções: Quanto à missão “A razão de existir desta empresa é contribuir para redução dos impactos que a lesão do sistema nervoso central causa na vida das

peças, na família e na sociedade e gerar melhor qualidade de vida". Quanto à visão, a percepção foi: " Que seja referência na região do centro oeste paulista em reabilitação neurológica intensiva multidisciplinar de crianças e adultos". Quanto aos valores, a percepção foi: "Valorização das pessoas, Ética profissional, Humanização, Qualidade, Foco no cliente, Responsabilidade, Inovação.

Com estas respostas foram redigidas a Missão: "*Contribuir para redução dos impactos que a lesão do sistema nervoso central causa na vida das pessoas, na família e na sociedade, e gerar melhor qualidade de vida.*" Visão: *Ser referência na região do centro oeste paulista em reabilitação neurológica intensiva multidisciplinar de adultos e crianças.* Valores: "*Valorização das pessoas, Ética profissional, Humanização, Qualidade, Foco no cliente, Responsabilidade, Inovação.*"

Segundo Ferreira (2016, p. 49), o alinhamento dos valores, da missão e da visão do grupo aos do indivíduo gera a força de uma equipe comprometida com a filosofia institucional comum. Quando os valores não estão alinhados, as pessoas experimentam tensão e frustração. A missão, que situa a organização a respeito de seu propósito, e a visão, que orienta para o futuro, devem ser bem descritas para que a organização consiga alcançar seus objetivos.

Para Silles (2019), a missão, visão e valores bem estruturados é o que caracteriza a identidade da empresa, visto que na missão fica claro os propósitos e responsabilidades da empresa perante seus clientes internos e externos, a visão trabalha com o alvo a ser atingido, sua meta, sua descrição de futuro almejado e os valores atuando como um guia a ser seguido por aqueles que compõem a empresa para que executem a missão na direção da visão proposta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações dependem cada vez mais das pessoas para executar suas ações e viabilizar processos de maneira ágil, flexível e eficiente, sendo que as pessoas dotadas de necessidades e desejos, dispõem de sua capacidade, habilidade e conhecimento aplicados dentro da organização para atingirem seus objetivos e satisfazerem suas necessidades gerando, portanto, uma contribuição mútua entre pessoas e organização.

Quando a missão, a visão e os valores estão definidos de acordo com todos os que compõem a empresa, as metas a serem alcançadas ficam mais claras e os objetivos mais específicos.

O processo de aprendizagem referente ao estágio foi adequado, permitindo alcançar os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações** /Idalberto Chiavenato. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus S.A, 1999.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002, pp.30.

FERREIRA, A. V. S. Elementos de articulação: missão, visão, valores e a identidade organizacional. **Revista EDUCEP** v. 1, n. 1 (2016). Disponível em: <<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/educcep/issue/view/8>>. Acesso em: 19 de set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SCORSOLINI-COMIN, F. Missão, Visão e Valores como Marcas do Discurso nas Organizações de Trabalho. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 3, pp. 325-33, 2012. Disponível em: www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo. Acesso em 08 de set. 2020.

NEVES, E.B. et al. Lecturas Educación Física y. Deportes. **Revista Digital**. 2015, Ed. 166. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd166/o-pediasuit-na-reabilitacao-da-diplegia-espartica.htm>>. Acesso em 29 de set. 2020.

SILLES, A. A. **Planejamento estratégico: As diretrizes estratégicas na missão, visão e valores na organização**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/handle/123456789/28592>. Acesso em: 19 de set. 2020.

TERENCE, A. C. F. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento**. Dissertação de Mestrado - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Produção, São Paulo, 2002. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-27052004-110812/publico/Dissertacao_anaclaudia.pdf. Acesso em: 28 de set. 2020.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE RECICLAGEM

Leandro G. Araujo, Solimar Guindo Messias Bonjardim, e-mail:
araujoleandro12@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

A água atualmente é um assunto exaustivamente debatido, seja para discutir o acesso à mesma e sua utilização, seja para discutir sua preservação. No cenário mundial o problema da água é uma realidade em virtude da desigualdade social e da falta de manejo e usos sustentáveis dos recursos naturais (CETESB, 2020). Segundo dados da UNICEF (2019) menos da metade da população mundial tem acesso à água própria para o consumo.

O Brasil, perante a maioria dos países, é privilegiado quando se trata de recursos hídricos. O país contém cerca de 12% de toda a água doce do planeta, capaz de promover um volume de água dezenove vezes superior ao mínimo estabelecido pela ONU (ARAUJO, 2020). Porém, 73% de água doce que é utilizada na produção nacional encontra-se na bacia amazônica, região habitada por 5% da população. Sendo assim, apenas 27% dos recursos hídricos nacionais estão disponíveis para 95% da população (LIMA, 2001).

Diante dessa realidade, o mundo discute ações para organizar o acesso de água para todos, sendo este um dos principais pontos presentes nas Conferências Mundiais do Meio Ambiente. De modo geral, segundo Zasso et. al (2014), a questão ambiental nas últimas décadas tem despertado a preocupação dos diversos segmentos da sociedade. Essa preocupação se deve, principalmente, aos efeitos causados pela sociedade na qualidade do ambiente e, conseqüentemente, na vida das populações.

A água é o primeiro fator, dentre outros, que levou a conscientização ambiental a nível mundial, como afirma Passos (2009). E, segundo Wolkmer e Pimmel (2013), os resultados devastadores da destruição do meio ambiente vem provocando uma crise epistemológica, na medida em que, o crescimento econômico pode ser o principal causador dos problemas ambientais. Com isso pode-se considerar sem dúvidas que a água é um dos recursos naturais mais afetados.

No âmbito das discussões atuais sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, realizar uma produção consciente, diminuir os resíduos do desenvolvimento,

usar conscientemente a água; as empresas de economia verde (como no caso das empresas de reciclagem), necessitam estruturar todo seu processo produtivo para estar de acordo com as normas institucionalizadas tanto por organizações mundiais, nacionais e estaduais, quanto de acordo com a legislação aplicada para desenvolver sua atividade e evitar multas e prejuízos de uma ação incorreta que prejudique o meio ambiente.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a gestão e utilização dos recursos hídricos nos processos produtivos em uma empresa de reciclagem, evidenciando o tratamento destes e sua possível reutilização. Além disso o trabalho se justifica devido a importância da gestão dos recursos hídricos dentro de uma empresa de reciclagem, para que de alguma forma possa-se minimizar os possíveis danos causados ao meio ambiente a partir do descarte correto da água realizado pela empresa. Para a construção da discussão foi identificado como é o processo produtivo, além da captação, utilização e a devolução da água ao meio ambiente.

2 MÉTODO

Com o objetivo analisar o manejo de recursos hídricos por empresas de reciclagem; esta pesquisa é de cunho descritivo. Esse tipo de pesquisa, de acordo com Gil (2002) tem como objetivo a descrição de determinado fenômeno e, aproximando-se da exploratória, esclarecer e proporcionar uma visão realista do objetivo proposto.

Para sua realização foram utilizadas, num primeiro momento, a pesquisa bibliográfica, aplicando as palavras chaves “sustentabilidade”, “gestão ambiental”, “reciclagem”, “recursos hídricos”, “economia verde”, “meio ambiente” para melhor orientar e identificar novas fontes. Conforme Marconi e Lakatos (2002) este tipo de pesquisa abrange toda a bibliografia tornada pública sobre o tema, e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado tema. Vale acrescentar que a pesquisa bibliográfica extrapola o pensamento da repetição, uma vez que propicia um novo exame ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Em um segundo momento, para obter dados atuais, realizou-se uma pesquisa de campo, enfatizando o estudo de caso. Este consiste no estudo profundo e exaustivo de um objeto, de maneira que permita um amplo detalhamento dele. Segundo Gil (2002) é o tipo de estudo mais indicado para fenômenos contemporâneos ainda em investigação,

principalmente quando os limites entre o fenômeno (aqui visto como a reciclagem) e seu contexto (o uso da água) não estão claramente estabelecidos.

Este é o fio condutor da pesquisa e paradoxo a analisar a reciclagem de plástico (economia verde) e uso da água (como evitar o desperdício?). Por se tratar de um estudo de caso, Prodanov e Freitas (2013) acrescentam que esse tipo de pesquisa é importante quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões sobre os cuidados ambientais começam a ser pensadas após as Revoluções Industriais, pois o uso de combustíveis fósseis e as transformações nos meios rurais e urbanos vão evidenciar que a cada ano as mudanças no meio ambiente impactam na sua produtividade e recuperação. Dessa forma, essas informações circulantes caminham para as Nações Unidas, que estabelecem na década de setenta (1972) a primeira Conferência Mundial relacionada ao meio ambiente e sua preservação. A partir dessa conferência outras vieram e conceitos foram discutidos que impactam diretamente na construção da cadeia produtiva empresarial. Possibilitando ainda a criação de segmentos diretamente ligados ao cenário das mudanças ambientais.

Assim, as discussões estabelecem os meios necessários para a vida, isto é, estabelece a poluição do ar, da terra e da água como epicentro das discussões. Tal ato revela e caminha a discussão para fomentar cada vez mais ações sustentáveis. Dentre essas ações, a proteção e avaliação aos recursos hídricos existentes no planeta.

A UNESCO, cumprindo mandato em nome do Sistema ONU, conduzirá um ambicioso programa de "Avaliação dos Recursos Hídricos Mundiais" e publicará, em 2002, um "Informe sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Mundo" que será atualizado a cada dois anos. Esse informe incluirá uma análise global de recursos hídricos e examinará os avanços alcançados no cumprimento dos objetivos ligados à água definidos pela Agenda 21, que foi um dos documentos adotados na Rio 92 (TUCCI, et al, 2001, p11).

A importância da água e sua conservação são evidenciadas quando Wolkmer e Pimmel (2013), afirmam que a crise da água tem sido considerada por muitos como a possível cauda das disputas deste século, cuja sua escassez traria guerra entre países, assim como o petróleo tem sido desde o século passado. Assim, o autor afirma ainda que os recursos hídricos são bens finitos e o primeiro passo a ser dado é compreender este fato e mudar a cultura do desperdício.

Atualmente, o uso de recursos hídricos nas cidades, tem causado certa preocupação advinda de alguns fatores que contribuem para a escassez da água e com isso é necessário promover a conscientização de seu uso tanto entre a população como também entre as empresas. Segundo Borsoi e Torres (1997), por ser finita e vulnerável a água é considerada um recurso econômico. Tornando-se vital para a conservação da vida e do meio ambiente, pois sua escassez impede que inúmeras regiões se desenvolvam.

Em função da escassez de água que atinge várias regiões do Brasil, associada aos problemas de qualidade da água, torna-se uma alternativa potencial de racionalização desse bem natural a reutilização da água para vários usos. Assim, a técnica de reuso tende a ser um eficiente instrumento para a gestão dos recursos hídricos no Brasil (BERNARDI, 2003).

Neste cenário, uma empresa classificada como de economia verde, que faz a reciclagem do plástico e transforma-o em um novo material para utilização, deve moldar suas ações para também diminuir o consumo de água. Atrelando a atividade produtiva de reciclagem (avaliada como essencial para diminuir o lixo e transformando-o em resíduo/matéria-prima) ao uso da água, é essencial que uma empresa que trata de resíduos e gasta com isso grande quantidade de água para a lavagem do material coletado trabalhe com reuso da água e tratamento da mesma antes do retorno dela ao sistema de esgoto.

No trabalho de campo constatou-se que a empresa estudada aplica a reciclagem mecânica, que é o método de mais comum, e tem como objetivo transformar os plásticos descartados em pequenos grânulos. Sendo utilizados na produção de novos materiais. A primeira etapa do processo produtivo é a captação da matéria prima que é realizada de duas maneiras. A captação é realizada através da compra dos materiais fornecidos pelos catadores de resíduos sólidos, entretanto para o tipo de atividade industrial exercida pela empresa a quantidade proveniente dos mesmos não é suficiente para a produção que a empresa demanda.

A compra do material fornecido pelos catadores tem como finalidade ajudar socialmente essas pessoas, fornecendo para elas uma fonte de renda, da qual elas possam gerar o seu sustento. A principal fonte de captação de matéria prima provém das compras realizadas diretamente dos depósitos de reciclagem, que ficam ao redor da cidade em um raio de mais ou menos 100 km de distância.

Após a seleção de todo material, inicialmente o plástico é colocado em uma esteira que o leva até a próxima etapa que é a trituração. Essa trituração é feita no moinho através de lâminas fortes que são rotacionadas por um motor, deixando o plástico totalmente triturado. Após ser triturado este material é jogado em uma lavadora, que tem como finalidade lavar este plástico jogando água e tirando a sujeira deste material. São encontrados dois tipos de sujeira nesse material, a maior quantidade é constituída por terra, e são eliminados também uma pequena quantidade de resíduo alimentar.

Após passar pelo primeiro processo de lavagem, todo o plástico é jogado em um tanque que possui uma capacidade de 7 mil litros de água, onde é realizado o segundo processo de lavagem deste material. Após passar pelos processos de limpeza todo material conduzido até uma secadora, até ser armazenado em um silo que possui uma capacidade de armazenamento de 4 mil kg de plástico, onde é realizado o processo de descanso e secagem.

Ao serem armazenados, os plásticos posteriormente passam pelo processo de aglutinação. Essa etapa é realizada pelas máquinas aglutinadoras, etapa esta que tem como finalidade triturar e secar ainda mais todo esse material. Transformando o plástico em um material tão pequeno e fino, ao ponto de compararmos à grãos de areia. Estando todo material pronto, após passar pela fase de aglutinação. Todo plástico picado é enviado por meio de uma tubulação para a máquina extrusora. A extrusora é uma máquina que fará o derretimento de todo material dentro da temperatura correta, para que esse material não passe do ponto e venha a queimar.

Ao derreter o material, a própria máquina empurra o plástico derretido até uma tela de inox, onde será eliminada toda e qualquer impureza existente. Passando por essa tela, o plástico é separado em alguns fios finos, passando pelo processo de resfriamento que é feito através de uma canaleta que contém água, voltando ao seu estado sólido e finalmente sendo cortados, produzindo os pellets de plástico. Que nada mais são do que os plásticos granulados em pedaços bem pequenos. Após a produção destes pellets de plásticos, eles são ensacados e comercializados para as indústrias que produzem sacos de lixo; produzem sacos plásticos para o acondicionamento de quaisquer tipos de material que não seja resíduo orgânico. Mensalmente a empresa produz cerca de 50 mil kg, de plástico granulado.

A reciclagem, de um modo geral, diminui, a produção de lixo/resíduos. Entretanto, uma discussão muito em voga é a utilização de recursos hídricos para o processo (como

a água é usada). Vale acrescentar que nem todos os métodos utilizados para a reciclagem dos materiais plásticos utilizam recursos hídricos em seu processo de reciclagem (ZANIN e MANCINI, 2015). Todavia, a maioria das empresas de reciclagem, como afirma a CETESB (2020), utilizam a água.

De acordo com Dantas e Sales (2009), usuários de água como indústrias, cidades, produtores rurais, às vezes, captam água diretamente de rios, e retornam as águas utilizadas para esses mesmos rios por diferentes meios. “A escassez de recursos hídricos é mais uma questão de gerenciamento do que propriamente uma real crise” (TUNDISI, 2008, p.7).

A empresa pesquisada, afirma que utiliza a água de caminhões pipas e ao comprar utiliza-a em inúmeros processos, realizando o tratamento dela entre o processo de reuso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo analisar como é feita a gestão de recursos hídricos de uma empresa de reciclagem, a possível reutilização da água utilizada e por fim descrever todas as etapas do processo de tratamento que a empresa realiza para então fazer com que a água retorne ao meio ambiente. No momento o trabalho ainda está em andamento, portanto ainda faltam informações para a escrever a conclusão do trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P. ÁGUA. Disponível em: <https://mma.gov.br/agua/recursos-hidricos>. Acesso em 22 abr. 2020.

BERNARDI, C. C. **Reuso da água na irrigação: gestão sustentável da agricultura irrigada, com área de concentração em planejamento estratégico**. 2003. 63f. Monografia (Pós-Graduação, em nível de Especialização Lato Sensu, modalidade MBA) – Universidade Católica de Brasília.

BORSOI, Z. M. F.; TORRES, S. D. A. A política de recursos hídricos no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. [143]-165, dez. 1997.

CETESB. **Águas Interiores: o problema da escassez de água no mundo**. 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/informacoes-basicas/tpos-de-agua/o-problema-da-escasez-de-agua-no-mundo/>. Acesso em 22 abr. 2020.

DANTAS, D. L.; SALES, A. W. C. Aspectos Ambientais, Sociais e Jurídicos do Reuso da Água. **RGSA- Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 3, p. 4-19, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2017.

FILHO, J. L. A.; BARBOSA, M. C; AZEVEDO, S. G.; CARVALHO, A. M. O papel das águas subterrâneas como reserva estratégica de água e diretrizes para a sua gestão sustentável. **Revista Recursos Hídricos**, vol. 32, n. 2, 53-61, novembro de 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Rev. Espaço Acadêmico**, ano V, n.51, agosto, 2005.

JACOBI, P. R. **Meio ambiente e sustentabilidade**. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas [S.l: s.n.], 1999.

LIMA, J. E. F. W. **Recursos hídricos no Brasil e no mundo**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2001. 46p. – (Documentos/ Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111; n.33).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Rev. Direitos Fundamentais e Democracia**. ISSN 1982-0496. Vol. 6. 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho científico. 2ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TUCCI, C. E. M. et al. **Gestão da água no Brasil** -Brasília: UNESCO, 2001. 156p.

TUNDISI J. G. **Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções**, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10290/11934>>. Acesso: 16 jul. 2016.

UNICEF. 1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável, dizem o UNICEF e a OMS. **Comunicado de imprensa**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-agua-potavel-dizem-unicef-oms>. Acesso em 22 abr. 2020.

WOLKMER, M. F. S; PIMMEL, N. F. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Seqüência** (Florianópolis), n. 67, p. 165-198, dez. 2013.

ZANIN, Maria; MANCINI, S. Donnini. **Resíduos plásticos e reciclagem: aspectos gerais e tecnologia**. [online]. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2015, 138p. ISBN 978-85-7600-457-8. SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ZASSO, M. A. C. et al. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. 148 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

IMPORTANCIA DO RENOVABIO NO MERCADO FINANCEIRO

Lucas Henrique de Oliveira dos Santos, Flávio Luís Grava Scalco, e-mail:
lucas_henrique.14k@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2015, foi assinado o Acordo de Paris no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC na sigla em inglês), que rege as medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Neste contexto pós-acordo do clima de Paris, atualmente as nações enfrentam o desafio da implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (OBERGASSEL et al; 2018).

Em sua Contribuição Nacionalmente Determinada, no quesito mitigação, o Brasil pretende comprometer-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025 (BRASIL, 2015).

Com a colocação de um compromisso absoluto e abrangente, o Brasil tem uma série de possibilidade de ações para a diminuição de emissões, entre elas a utilização de mecanismos de mercado e o incentivo à expressão de tecnologias de baixa emissão, como são reconhecidos os biocombustíveis.

Assim, com base em uma análise do programa RenovaBio é importante para o desenvolvimento sustentável do Brasil, o RenovaBio é uma ideia colocada em prática fundamental para a sustentabilidade em todos os aspectos, pois como chega direto na frente do cidadão, consumidor final, RenovaBio envolve também consciência e educação da sociedade.

RenovaBio é um plano muito bem construído com o objetivos para dobrar a oferta e o consumo do biocombustível no país é também um projeto inspirador para todas as demais cadeias produtivas.

2 MÉTODO

Esse trabalho tem como metodologia a revisão bibliográfica existente sobre o aquecimento global e sobre a nova política nacional de Biocombustíveis o RenovaBio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a Organização Meteorológica Mundial a redução das emissões de poluentes é uma necessidade permanente da humanidade e das empresas, diante da qual permeiam discussões em torno do tema meio ambiente. Há mais de duas décadas as grandes empresas estão desenvolvendo projetos que contribuem com a diminuição das emissões de poluentes lançados na atmosfera.

Ainda segundo a Organização Meteorológica Mundial, o que podemos observar é que ondas de calor ou de frio incompatíveis com a região e a época do ano em que foram registradas, se tornaram muito mais frequentes após a segunda metade do século XX, e atingiram um ápice a partir dos anos 2000, com recordes de temperaturas altas sendo quebrados ano após ano.

O ano de 2019 foi o mais quente já registrado, ficando atrás de 2016, que de acordo com a análise consolidada da Organização Meteorológica Mundial (OMM) feita a partir dos principais conjuntos de dados internacionais.

As temperaturas médias para os períodos de cinco anos (2015-2019) e dez anos (2010-2019) foram as mais altas já registradas. Desde os anos 1980, cada década é mais quente que a anterior. A expectativa é de que essa tendência continue devido aos níveis recordes de gases de efeito estufa que retêm o calor na atmosfera.

E com esse aumento de temperatura foi então criado um tratado complementar chamado de Protocolo de Quioto, onde constitui um tratado complementar à convenção das Nações Unidas sobre mudanças do clima, definido metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, na época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima.

O Protocolo de Quioto é conceituado como instrumento jurídico internacional complementar e vinculado à Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), que ocorreu na ECO-92 no Rio de Janeiro. E com isso foi criado o RenovaBio, inicialmente, a produção e uso de biogás e biometano foi impulsionada pela Lei nº 12.187/09, que instituiu a Política Nacional de Mudanças Climáticas, o qual forneceu as diretrizes para que o Brasil possa reduzir as emissões de gases de efeito estufa e por intermédio da lei nº 12.305/10, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que disciplinou a este movimento, a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro

de 2017 (BRASIL, 2017) instituiu o RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis), que foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.308 de 15 de março de 2018, aonde:

Seu objetivo é expandir a produção de biocombustíveis no Brasil, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e compatível com o crescimento do mercado. A partir desta expansão, almeja-se uma importante contribuição dos biocombustíveis na redução das emissões de gases de efeito estufa no país (MME, 2018)

Esta política elege o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética brasileira, onde agrega valores às diversas fontes de biomassa brasileira.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o RenovaBio tem os seguintes objetivos:

- a) Fornecer uma importante contribuição para o cumprimento dos compromissos determinados pelo Brasil no âmbito do acordo de Paris;
- b) Promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis;
- c) Assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energéticas e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender como o RenovaBio funciona e como pode contribuir para o alcance das metas definidas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas, e identificar possíveis fatores críticos de sucesso para o programa RenovaBio. Por sua vez, para o sucesso do RenovaBio é necessário que o governo defina claramente suas regras, mecanismos de monitoramento e incentivo, mas que deixa o mercado gerenciar a operação. Assim é crítico para a instalação do CBIO que produtores e mercados financeiros sintam que o preço do título será controlado pelo mercado. Neste sentido, a implantação do programa deve ter aparato governamental, mas sua continuidade deve ser garantida pelas regras de mercado.

Por fim, também é crítico que o RenovaBio promova ganhos de inovação e produtividade. O ganho de produtividade conjunto será fator determinante para que o setor contribua para o compromisso nacional expresso na Certidão Negativa de Débito (CND) brasileira. Para isso, o uso das métricas de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)

permitirá mensurar a emissão de gases de efeito estufa ao longo da produção de biocombustível, e a RenovaCalc tem um papel fundamental neste sentido.

REFERÊNCIAS

CBIO, **Crédito de descarbonização**. Disponível em: <<https://www.anbima.com.br/data/files/2B/23/E9/0F/FEF447101699D3471B2BA2A8/Guia%20de%20Operacionalizacao%20do%20CBIO.pdf>>. Acesso em 12 out. 2020.

RENOVABIO. **O que é o Renovabio**. 2018a. Disponível em: <<https://www.renovabio.org/o-que-e-o-renovabio/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Renovabio**. 2018be. Disponível em: <<https://goo.gl/3gyuw5>> . Acesso em: 20 maio 2020.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Matriz Energética**. 2018a. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica#ENERGETICA>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Matriz energética**. 2018b. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica#ENERGETICA>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A importância do RenovaBio para o acordo do clima**. 2018a.. Disponível em: <<http://fgvenergia.fgv.br/noticias/artigo-importancia-dorenovabio-para-o-acordo-do-clima>>. Acesso em: 05 maio. 2020.

REIS, L. B. **Matrizes energéticas: conceitos e usos em gestão e planejamento**. São Paulo: Editora Manole Ltda., 2011.

JOVENS ADMINISTRADORES E O EMPREENDEDORISMO

Diego Laércio Avante, Gabriel Gomes, Otávio Fernando Alves Pereira de Cruz, Vitor Luiz Giraldo de Moura, Eliomar Borges Furquim, e-mail: Vitorjau12@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os jovens recém-formados em administração geralmente têm dificuldades para atuarem no mercado, tanto os futuros gestores, quanto aqueles que visam empreender, pois acabam abordando o curso de uma maneira teórica e não possuem noção de como lidar e agir com certas situações na prática. Por isso, o presente trabalho abordará esse tema, importante, amplo e atual.

Poderemos considerar que o presente trabalho, terá fundamental importância para essa área abordada e pesquisada, na qual foi utilizado para a elaboração, referências de influentes autores renomados, tais como Dornelas, Eric Ries e Idalberto Chiavenato com seu livro “Empreendedorismo, dando asas ao espírito empreendedor”, abordando situações tais como a importância dos administradores e suas ações inovadoras para as organizações.

Fica claro que, todas as gerações tiveram dificuldades em possuir seu primeiro emprego, pois existe um certo receio das organizações em contratar jovens, inovarem, mas a presença deles é fundamental para a evolução e a inovação da organização devido a forma diferenciada das gerações agirem.

As diferenças entre idade, formas de agir e de pensar são marcadas por um conflito de gerações e de indivíduos, sendo assim elas são classificadas por Geração XYZ. Por isso, é fundamental que as empresas que possuem funcionários de várias faixas etárias e que se enquadram na geração x, y ou z, devem saber lidar com o comportamento específico de cada indivíduo.

A cada geração, os comportamentos e a maneira de pensar diversificam-se cada vez mais. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, baseando-se em livros, artigos e sites da internet, alguns pontos pesquisados tiveram um maior destaque nesse presente trabalho, como por exemplo, a importância de lidar com a tecnologia, a diferença entre um administrador e empreendedor, as principais características de um empreendedor, e o perfil de um empreendedor do futuro, foram alguns pontos de maior destaque.

O principal objetivo desse trabalho é mostrar a dificuldade de inserção dos jovens do mercado de trabalho, dar destaque a atenção que eles necessitam perante as

empresas, para que tanto o empreendedor quanto o administrador possam estar preparados para enfrentar esses desafios na prática.

2 MÉTODO

O presente trabalho seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica, por se tratar de uma Revisão de Literatura, desenvolvida a partir de material elaborado, artigos científicos e livros. O trabalho foi desenvolvido de uma forma pela qual os autores utilizaram os métodos de pesquisa propostos, analisaram os artigos, livros e todo material referente ao tema apresentado, e implementado na elaboração, e os conhecimentos adquiridos também no decorrer do curso. A seguir estão descritas, o sujeito de estudo, as fontes e a metodologia aplicada:

- 1- Quanto ao tema empreendedorismo, o trabalho abordou as principais características que um profissional, ou um gestor necessita para se tornar um empreendedor, com todas as citações baseadas em autores consagrados nessa área específica. O processo de empreendimento durante a faculdade, abordando temas como por que, para que e como empreender durante o curso, dando ênfase aos cursos de administração, e abordando o assunto *startup*, ferramentas digitais e uso de tecnologia para inovar criação de algo novo através da tecnologia e inovação. Quanto ao público- alvo a ser estudado, o trabalho procurou dar destaque a geração Z, pertencente a geração mais atual, apesar de ter sido destacada e classificada as gerações anteriores as gerações X e Y, e buscando entender também como as diferenças entre essas gerações interfere na formação desses profissionais, a convivência e o comportamento delas em uma organização, e até para as futuras gerações de empreendedores e administradores.
- 2- Foram utilizados os livros, referentes ao tema de empreendedorismo, geração XYZ, *startups*, assuntos referentes também à administração, livros referenciados por autores renomados, em idioma português, disponíveis na internet.
- 3- Artigos e monografias também foram utilizados sobre a temática, que foram acessados nas bases de dados Scielo, referentes ao tema das gerações XYZ, e os conflitos de gerações publicados entre (2004 a 2008). Referente

ao tema empreendedorismo, foram utilizados, além dos livros como Dornelas, Eric Ries e Idalberto Chiavenato com seu livro “Empreendedorismo, dando asas ao espírito empreendedor”, artigos e publicações em sites, disponíveis online em texto completo.

4- Análise de dados:

A coleta de dados seguiu a seguinte premissa:

- a) Leitura Exploratória de todo o material selecionado (leitura rápida com o objetivo de verificar se a obra consultada é de interesse para o trabalho);
- b) Leitura Seletiva (leitura mais aprofundada das partes que realmente interessam), pelo grupo, também foi realizada uma leitura analítica, pelos integrantes do grupo com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.
- c) Registro das informações extraídas das fontes em instrumento específico (autores, ano, método e conclusões).

3 REVISÃO DE LITERATURA

De maneira amplamente demonstrada, foi mostrado as diversas facetas relacionadas às diversidades e complexidade relacionada ao assunto e principalmente, soluções para o mesmo, visto que se trata de um assunto que impacta diretamente as vidas e sonhos dos jovens administradores e empreendedores. Existem diversos tipos de empreendedores e foi mostrado que não tem uma fórmula mágica ou uma maneira ideal, mas sim administradores com personalidades distintas buscando a ascensão mercadológica, cada um da sua maneira e com certeza fazendo o necessário.

Os tipos de lideranças e gestão, sendo baseado em autores consagrados no ramo do empreendedorismo, como Chiavenato e Dornelas, fazem com que o empreendimento siga seu caminho para o sucesso ou fracasso, visto que uma liderança, gestão próxima, participativa e descentralizada mostrada através desses autores índices de sucessos maiores do que lideranças por coação por exemplo. No mesmo sentido, o empreendedor é uma espécie de líder, porém com responsabilidades diferentes, pois além de gerir a equipe, precisa também cuidar de outras partes da empresa, como financeiro.

Inovar é necessário, em um mundo de constante mudanças no qual vivemos, a inovação tem um papel preponderante no sucesso dos empreendimentos. Uma

alternativa comum que ocorre após a graduação de um estudante em administração, são as *startups*, o domínio da área digital, as ferramentas digitais, muito importante para a sobrevivência do mundo atual, novos modelos de negócios, também consultados e baseados em autores como Eric Ries que a cada dia buscam uma maior diversidade e é exatamente o papel dos jovens administradores no mercado de trabalho, inovar, gerar valor, buscar soluções para os problemas e assim transformar necessidades em rentabilidade, de forma estratégica.

O papel dos jovens administradores nos empreendimentos, mercado de trabalho é imprescindível, pois trazem consigo novas maneiras de gerir o negócio e isso é totalmente válido, todas as gerações e X, Y e Z trabalhando juntos, abordando também a geração anterior chamada *baby boomers* trocando e absorvendo ideias, e superando as diferenças entre gerações. O ponto principal deste trabalho é exatamente está interação entre as mais diversas gerações, focando que todos são importantes para o sucesso do negócio, a experiência e a juventude, mas também mostrar para os jovens administradores que é totalmente viável e obtenção de uma empresa, a criação de uma organização, um empreendimento de sucesso, visto que saem da faculdade “teoricamente” prontos, para colocarem em prática os seus ensinamentos obtidos e quando feito de forma correta, estratégica, com muito foco e inovação, tende a aumentar primeiramente o seu grau de experiência e conseqüentemente muito sucesso organizacional, seguindo as tendências para as futuras gerações de empreendedores e administradores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração está presente em todas as empresas e organizações, e tornou-se uma atividade essencial para o sucesso mercadológico, e para o surgimento de novos administradores, jovens que buscam do empreendedorismo a sua forma de sustento e devem estar atentos às mudanças tecnológicas e o aperfeiçoamento contínuo, para que assim estejam sempre prontos para mudanças e conseqüentemente obterem sucesso.

Pode ser considerado que, todo o progresso apresentado em relação as gerações X, Y e Z, e aos *baby boomers*, deixou claro que o administrador contemporâneo não só está em alta, como também terá que se aperfeiçoar cada vez mais, se quiser manter uma carreira bem sucedida e promissora, expelindo uma performance fora do comum. O jovem administrador, ou melhor relatando, o administrador do futuro precisará manter

a essência das características das gerações anteriores e ainda assim aprimorar as suas próprias características, de acordo com os recursos que possui, podendo empreender de maneira mais segura e sustentável.

A administração consciente contribuiu para o empreendedorismo, os jovens inerentes deste mercado possuem diversas chances de sucesso, basta seguirem as premissas administrativas, a essência das gerações e a sede empreendedora, novos líderes, empresários surgirão desta forma com uma mentalidade diferente, a mentalidade vencedora, que mostra que independentemente da idade, pode-se obter muito sucesso.

Portanto, pode ser concluído que, o presente trabalho abordou os assuntos relatados, com dedicação, persistência e buscou através de referências bibliográficas e autores consagrados no ramo, demonstrar como o empreendedorismo ganhou força com o passar do tempo, e como a tecnologia teve grande importância no desenvolvimento e aprimoramento das *startups*, surgimento do *E-commerce*, e na formação de novos empreendedores, do comportamento que cada indivíduo, dependendo de sua idade, apresenta dentro de uma organização, os obstáculos que esses indivíduos acabam enfrentando devido a forma de agir e de pensar.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES.COM. **Uma análise do empreendedorismo no Brasil.**

Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/uma-analise-do-empreendedorismo-no-brasil>>. Acesso em: 23 maio de 2020.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo, dando asas ao espírito empreendedor.** 2º ed. São Paulo: Editora: Saraiva, 2007.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

EADBOX. **O que é empreendedorismo.** Disponível em: <<https://eadbox.com/o-que-e-empreendedorismo/>>. Acesso em: 23 maio de 2020.

GEEKIE. **Desafios para os gestores do século XXI.** Disponível em: <<https://www.geekie.com.br/blog/desafios-para-gestores-seculo-xxi/>>. Acesso em: 23 maio 2020.

NUCLEOEXPERT.COM. **Empreendedorismo.** Disponível em: <<https://www.nucleoexpert.com/empreendedorismo/>>. Acesso em: 23 maio 2020.

NUVEMSHOP. **O que é E-Commerce**. Disponível em:
<<https://www.nuvemshop.com.br/blog/o-que-e-ecommerce/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

OLIVEIRA, S. **Geração Y: era das conexões, tempo de relacionamentos**. São Paulo: Clube de Autores, 2009.

PEREIRA, C. S.; BLANES, M. L. B. **Choque de gerações no ambiente de trabalho**. Faculdade de Pindamonhangaba, 2014.

REVISTARBA. **Administradores x, y e z**. Disponível em:
<<http://revistarba.org.br/administradores-xyz/>>. Acesso em: 23 maio 2020.

RIES, E. **A Startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem sucedidas**. São Paulo: Lua de Papel, 2012. v. 1. Pág. 1 á 14.

SEBRAE. **Empreendedor e o empresário**. Disponível em: <<https://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedor-e-empresario/>>. Acesso em: 23 maio 2020.

Siqueira, M. M. M., GOMIDE, J. S. (2004). Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrades, V. B. Bastos (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**.

STARTSE. **Afinal, o que é uma startup**. Disponível em:
<<https://www.startse.com/noticia/startups/afinal-o-que-e-uma-startup>>. Acesso em: 23 maio 2020.

TRAYCORP. **Tipos de E-commerce e suas diferenças na prática**. Disponível em:
<<https://www.traycorp.com.br/conteudo/tipos-de-ecommerce-e-suas-diferencas-na-pratica/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VELOSO, E. F. R., DUTRA, J. S., NAKATA, L. E. (2008). **Percepção sobre carreiras inteligentes: diferenças entre as gerações Y, X e baby boomers**. In XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS E GERENCIAMENTO NA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Diego Salmazo, João Victor Batista Sábio, Ivan Antonio de Mello, Eliomar Borges Furquim, e-mail: disalmazo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será discutido a importância da logística reversa na coleta e reutilização de embalagens, pois a logística reversa consiste em desenvolvimento econômico e social por meio de ações, procedimentos em termos para viabilizar a coleta e destinação dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento no ciclo ou em outra destinação final ambientalmente adequada.

Segundo Leite (2003), a logística reversa pós consumo tem como entendimento e objetivo econômico alcançar resultados financeiros através de economias obtidas com a aplicação nas operações industriais, e obtendo como aproveitamento de elementos ou de matérias primas secundárias, através de canais reversos de reciclagem ou reuso.

A Logística Reversa atualmente está sendo um tema muito discutido, para trazer conscientização sustentável e consumo responsável, afim de reduzir grandes quantidade de resíduos descartados, pois ainda não é possível fazer a reciclagem e reutilização de todo produto fabricado, onde se gera muito resíduos sólidos que muitas vezes são descartados de maneira incorreta e sendo não reaproveitados e convertido em matéria prima para fabricação de novos produtos, para assim, evitar a poluição ou contaminação do meio ambiente.

O relatório está sendo elaborado para estudo da logística reversa através de um comparativo entre duas empresas de segmentos diferentes, com base análise de dados e relatórios e sua aplicação na cadeia de suprimentos, analisando quais benefícios a gestão da logística reversa traz e seus procedimentos organizacionais a serem aplicados a fim de agregar valor econômico e ambiental ao ciclo produtivo. A empresa em estudo é a Villa Jahu indústria de bebidas, localizada na cidade de Jaú, e a empresa HP no segmento de tecnologia localizada na cidade de Sorocaba, onde fica o centro de reciclagem e laboratório de inovação da empresa. Devido à falta de aplicação destes estudos na prática dentro das organizações, fica evidenciada a relevância do trabalho ao fazer a comparação de uma empresa iniciante na logística reversa com outra empresa

que está há muitos anos no mercado estudando, investindo e pesquisando aplicações da logística reversa.

2 MÉTODO

Como metodologia adotada no trabalho o sistema de logística reversa já está sendo executado pela empresa, e por esse motivo, este trabalho é de objetivo descrito. A abordagem do tema é do tipo estudo de caso por envolver o estudo da logística reversa em uma empresa de bebida e outra do ramo da tecnologia, de modo amplo e detalhado.

Nesta pesquisa usamos dados primários e secundário, ou seja, dados que coletamos diretamente adquiridos por uma pesquisa de campo e relatórios disponíveis. Como parte da pesquisa, usamos perguntas relacionadas ao tema escolhido, que nos ajudaria a esclarecer toda a parte da empresa em relação ao uso da logística reversa. Na empresa Villa Jahu fomos atendidos pelo Robson, responsável pela parte de logística da empresa, onde fizemos várias questões sobre a empresa e conseguimos adquirir dados necessários para o estudo. Na empresa HP a fonte de dados foi através de relatórios executivos de sustentabilidade e vídeos disponível pela empresa, sendo não possível uma visita por motivos de segurança mediante epidemia COVID-19.

a. Coleta de dados

Para coleta de dados, elencamos alguns tópicos para elaboração do estudo de pesquisa da empresa Villa Jahu e HP.

- a) O que a empresa faz em fator ambiental (ações dentro da cadeia de suprimentos);
- b) Com a aplicação da Logística reversa, houve algum retorno financeiro ou social;
- c) Quais regiões que a empresa atende (distancia);
- d) Existe alguma perda de produção durante o processo de fabricação ou logística;
- e) Quantidade de colaboradores que trabalham no processo logístico;
- f) Quais são os produtos fabricados mais vendidos (marca);
- g) A empresa e seus fornecedores, possuem alguma certificação ambiental;
- h) Quem são seus maiores concorrentes;
- i) Qual a aceitação do produto no mercado/ produto e marca;
- j) Quantidade de plástico reciclado e componentes eletrônicos -HP

- k) Processo de reciclagem de cartuchos HP
- l) Destinação de resíduos (componentes) -HP

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos na empresa Villa Jahu Industria de Bebidas LTDA, onde foram coletados informações como o CRE (Certificado de Reciclagens do Estado de São Paulo), certifica a empresa no período compensado de 2019 a massa referente a 22% de sua produção total de 190,04 toneladas de embalagens (LR Plásticos) dos seus produtos comercializados no estado de São Paulo, em atendimentos às exigências estabelecidas na legislação vigente da Cetesb.

Onde no período de 2018, a mesma massa referente a 22% foi mantida com aplicação da logística reversa na empresa.

Abaixo iremos demonstrar o total de embalagens comercializadas e as margens de aplicação da logística reversa no período de 2019:

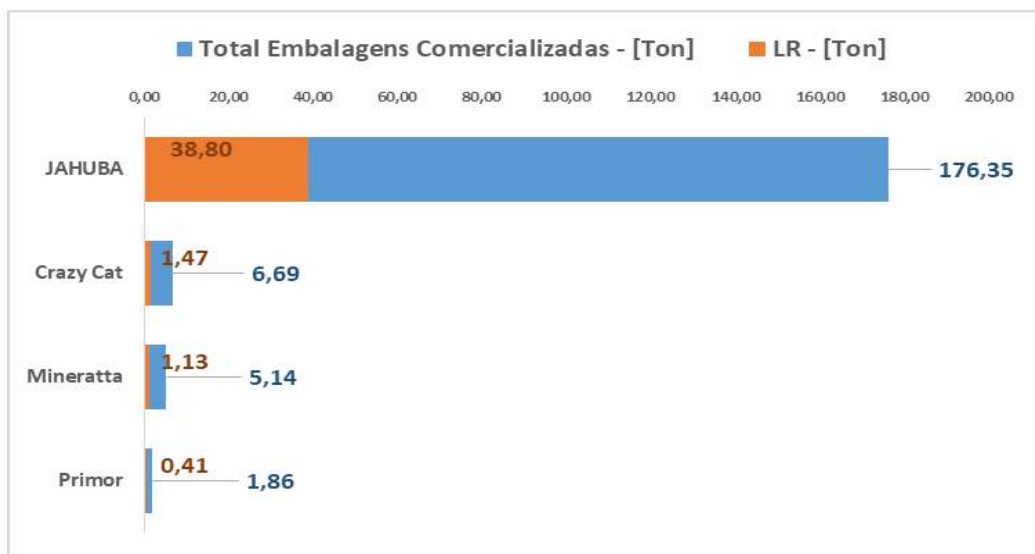


Figura 1 - Demonstrativo produção x LR
Fonte: Dados empresa Villa Jahu (2019)

Como podemos analisar a logística reversa está presente em todas as produções da empresa, onde, com maior potencial na comercialização do Jahuba com 92,8% desta aplicação que corresponde a 38,80 toneladas. Seguido do produto Crazy Cat com 3,5% que corresponde à 1,47 toneladas, Mineratta com 2,7% que corresponde à 1,13 toneladas e por fim, embalagens Primor com aplicação de 1% correspondente à 0,41 toneladas.

No gráfico de Pareto, podemos demonstrar a aplicação da logística reversa no detalhe:

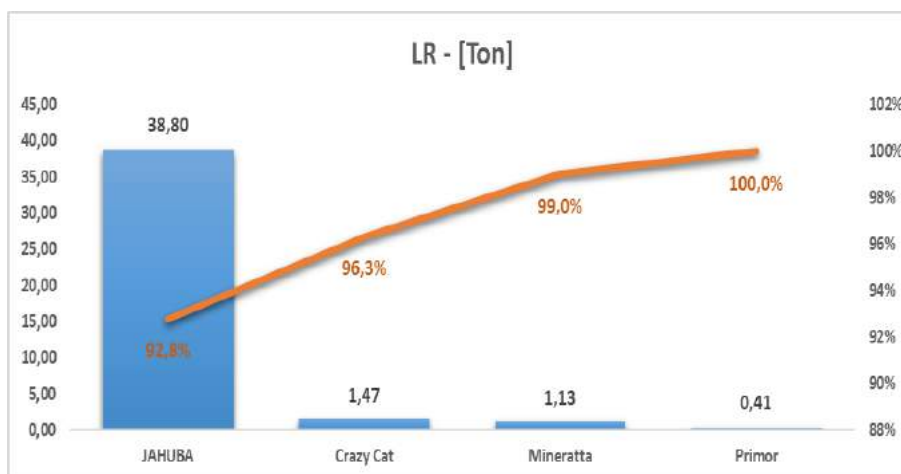


Figura 2 - Demonstrativo Logística Reversa por Produto
Fonte: Dados empresa Villa Jahu (2019)

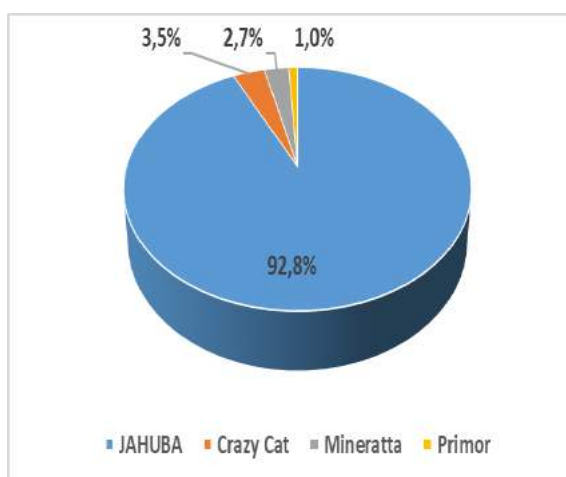


Figura 3 - Demonstrativo Logística Reversa por Produto
Fonte: Dados empresa Villa Jahu (2019)

Em sequência demonstro a produção anual da empresa Villa Jahu, com produtos individuais e seus subprodutos categorizados. Segue produção das embalagens dos produtos do Jahuba – Total de 176,35 ton:

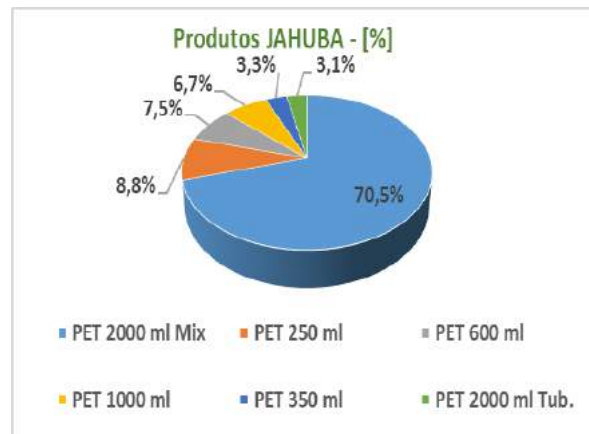


Figura 4 - Demonstrativo produção Jahuba
Fonte: Dados empresa Villa Jahu (2019)

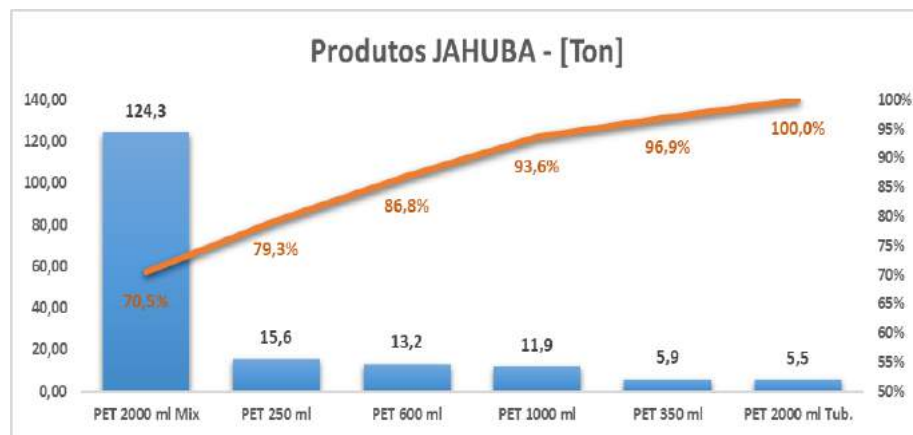


Figura 5 - Demonstrativo produção Jahuba
Fonte: Dados empresa Villa Jahu (2019)

4 RESULTADOS DA EMPRESA HP

A pesquisa foi elaborada por meios de sumários executivos disponibilidade no site da empresa HP, onde é detalhado todos os impactos sustentáveis e ações de sustentabilidade tomadas pela empresa. O presente trabalho foi coletado dados quantitativos para analisarmos nos últimos anos a quantidade de resíduo a empresa recuperou e reciclou.

A empresa preocupada com a sustentabilidade os impactos ambientais no planeta, onde está presente em 76 países e territórios ao redor do mundo, projetou algumas metas para diminuir resíduos pós consumo em produtos plásticos e tentando trabalhar com matérias com menor impacto ambiental, como fibras sustentáveis e matérias reciclados. HP possui uma meta global que até 2025 em reciclar 1,2 m de toneladas de Hardware e suprimentos, tendo como início em 2016.

Conforme figura abaixo, demonstra a quantidade de hardware e suprimentos reciclados nos últimos anos, sendo que até 2019 foram recicladas aproximadamente 528.300 toneladas, atingido 44%, quase metade de sua meta até 2025.

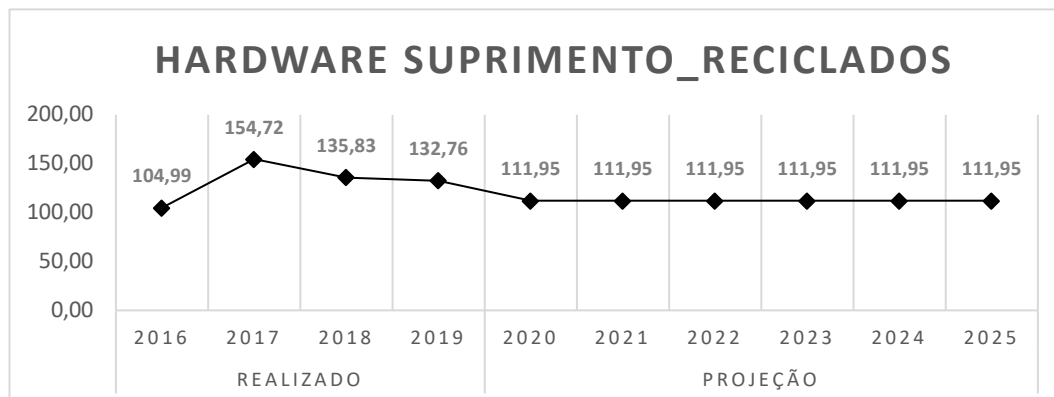


Figura 6: Relatório de Impacto Sustentável-Resumo executivo 2019 a 2016
Fonte: Relatório Executivo (2016 - 2019)



Figura 7: Relatório de Impacto Sustentável-Resumo executivo 2019 a 2016
Fonte: Relatório Executivo (2016 - 2019)

Como podemos analisar na figura 8, a evolução do plástico reciclado comparado ao ano de 2016 com 2019 houve um aumento de 7,9 toneladas nesse período, aumento de 68,4%.



Figura 8: Relatório de Impacto Sustentável-Resumo executivo 2019 a 2016
Fonte: Relatório Executivo (2016 - 2019)

A empresa tem como objetivo de reciclar 30% de plástico pós consumo de todos os seus produtos fabricados de sistema pessoais de impressão HP até 2025, onde o

último dado divulgado em 2019, que 9% das 25 toneladas dos plásticos são usados em produtos de impressão HP e sistemas pessoais, fontes de reciclagem de produtos pós consumo.

O que a empresa ganha com a Logística Reversa, e com a economia circular?

A empresa é vista no mundo como umas maiores companhias de tecnologia e sendo referência em sustentabilidade, preocupado com meio ambiente, e suas políticas sustentáveis, onde seus produtos possam ser fabricados, usados e reutilizados em todo seu ciclo, tornando uma economia circular e de baixo carbono. Isso agrega valor aos negócios e a marca, onde influencia novas vendas pelo impacto sustentável. No Brasil, devido as mudanças globais, as empresas, governo e os consumidores, estão cada vez mais conscientes com os impactos ambientais, onde é preciso tomar medidas e soluções para que no futuro tudo que se produz e utiliza possa ser reutilizado, como redução de impactos ambientais em sua cadeia produtiva.

Na figura 9 a seguir, será demonstrado o crescimento positivo de valor de negócio global perante ao mercado e consumidores.



Figura 9: Relatório de Impacto Sustentável-Resumo executivo 2019 a 2016
Fonte: Relatório Executivo (2016 - 2019)

Perante o planejamento e estratégia adotada pela empresa, esse demonstrativo dessa pequena amostra, é possível notar que a empresa vem colhendo frutos perante suas decisões assertivas, onde a Logística Reversa e entre fatores econômicos e sociais, suas práticas sustentáveis e gestão, conseguiram triplicar o valor de negócios da organização durante os últimos anos. O valor de negócio foi aumentado não só pelo pratica sustentável de LR, mas foi um dos fatores que ajudaram na contribuição para valorização do produto e marca no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ainda em processo de conclusão, e até o momento foi feito a conclusão da revisão de literatura e em processo de elaboração do estudo de caso das empresas para o presente relatório.

REFERÊNCIAS

CORTEZ, F.E. Economia circular na pratica: menos um lixo ,11.jun.2018– Disponível em: <<https://www.menos1lixo.com.br/posts/economia-circular-na-pratica-da-hp>>. Acesso em 03.out.2020

Instalação de reciclagem HP Planet Partners – HP Brasil. 05.jul.2017 – Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5jj-cn8Fswc>. Acesso em: 03.out.2020

LEITE, P.R. **Logística reversa**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

Relatórios de Impacto Sustentável. A HP tem um longo legado de transparência. Temos relatos dos nossos progressos desde 2001.Disponível em: <<https://h20195.www2.hp.com/v2/GetDocument.aspx?docname=c06040843>>. Acesso em 03.out.2020

24º PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL – MENÇÕES HONROSAS, 2008 Disponível em : <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/24o-premio-fiesp-de-merito-ambiental-mencoes-honrosas/>>. Acesso em: 03.out.2020

MARKETING ESPORTIVO NO FUTEBOL

Anderson Silva, Daniel Henrique da Rosa Moreira, Gabriel Valentim, Jovani Granai, Eliomar Borges Furquim, email: anderson.jau95@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O futebol nos dias atuais, é o esporte que mais move multidões no Brasil e no mundo, muito disso se deve ao marketing esportivo, onde movimenta um mercado milionário, tornando o futebol um grande negócio.

Visto que o futebol se tornou um negócio, negócios necessitam de uma boa gestão. Uma boa estratégia de marketing é muito importante para crescer, e através disso o marketing esportivo ganhou muita força.

O marketing futebolístico alcança um número muito grande de pessoas, envolvendo áreas como: atletas, empresas/patrocinadores e imprensa. Temos como exemplo as empresas, que usam o futebol para divulgar suas marcas, e assim aumentarem suas vendas e aparecer na mídia adquirindo mais poder de mercado. Mesmo com essa necessidade de uma boa gestão, no Brasil, o marketing esportivo ainda é muito pouco utilizado. As diretorias dos clubes colecionam gestões ruins, e isso influencia diretamente tanto dentro como fora das quatro linhas.

Existem bons exemplos de boas gestões e de bom funcionamento de marketing esportivo, um deles citado, foi o da empresa RED BULL, a empresa já possui quatro times de futebol e investe pesado no esporte, conseguindo retorno financeiro para a empresa, além de maior fortalecimento da marca no mundo todo.

O principal objetivo do trabalho foi fazer um estudo detalhado sobre o Marketing utilizado no clube da cidade de Jaú, XV de Novembro, e apresentar melhorias e soluções para um melhor aproveitamento do clube quanto ao marketing, para uma melhor utilização da ferramenta.

2 MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa para descobrir como os clubes utilizam o marketing dentro da gestão do clube, de que maneira eles trabalham e quais os benefícios de uma boa gestão de marketing esportivo.

Tem como finalidade, levantar ideias e soluções para a melhor utilização dessa prática perante o Esporte Clube XV de Novembro de Jaú. Os objetivos traçados com a

pesquisa bibliográfica será: Elaborar um projeto com o intuito de fomentar e potencializar a exposição do clube, divulgação e posicionamento da sua marca no futebol regional, estadual e nacional, buscando maior destaque entre os clubes da região, atraindo bons patrocinadores e conseqüentemente aproximar ainda mais a torcida ao clube.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O marketing esportivo no futebol

O marketing Esportivo é uma segmentação do marketing que busca gerar oportunidades de negócio no mundo dos esportes, que tem como objetivo divulgação das modalidades esportivas, clubes e associações, com divulgação de eventos, torneios ou patrocínio de equipes/clubes, esse segmento de marketing no Brasil, ainda não é bem desenvolvida como nos outros países, um exemplo é “os Estados Unidos, que tem o Super Bowl (Futebol Americano) que marca o final da temporada da liga de futebol americano (NFL), o valor do comercial de Televisão durante a final de 2019 chegou a US\$ 175 mil, ou seja, (R\$ 640 mil) por segundo, e a NBA (National Basketball Association) em 2018 o valor de um comercial na final de temporada do basquete americano teve como valores \$690,909 - \$829,577” (dados da SQUAD MediaCost: National).

O futebol nos traz como produtos tangíveis, as camisas dos clubes, chuteiras, brindes, revistas, bolas etc. E os produtos intangíveis, sendo o ele o “jogo” que nos passam os sentimentos de emoção, frustração etc.

As equipes são um produto esportivo, empresas patrocinam clubes para que, possivelmente o público (consumidores) daquele clube passe a consumir produtos da sua marca, mas não para por aí, um clube grande passa uma imagem forte fazendo o produto de seu patrocinador adquirir valores como qualidade, confiança, até mesmo status, ou seja, as pessoas passam a associar o nome do clube com o produto/empresa, exemplo, Palmeiras/Crefisa, Palmeiras/Parmalat, São Paulo/LG e Corinthians/Pepsi.

Ao falarmos da gestão do marketing esportivo no futebol, tratamos de todos os meios utilizados para criar, fortalecer e desenvolver uma boa imagem de um determinado clube de futebol, buscando sempre destaque no mercado, fidelizando os torcedores, formalizando muitas parcerias e patrocinadores, criando uma maior exposição da imagem dos seus atletas, comissão técnica e todos os outros setores que levam o nome do clube, com o objetivo de criar uma identidade sólida, vencedora e com um alto valor

de mercado, pois ao final de tudo, o marketing principalmente no mercado futebolístico não deixa de ser uma fonte de renda milionária. Contudo, vale ressaltar, que muitos clubes deixam grandes oportunidades passarem entre os vãos de seus dedos e acabam desperdiçando grandes negócios, que poderiam maximizar seus faturamentos e trazer bons frutos em retorno financeiro, exposição e fortalecimento da sua marca.

A função do marketing no futebol basicamente é atrair expectadores para os estádios, sócio para os seus clubes, compra de produtos oficiais e a aquisição de novos torcedores, porém é necessária que os profissionais de marketing dos clubes, realizem alguns passos para levar seu trabalho a excelência.

Para um gestor do marketing futebolístico é extremamente essencial, desenvolver projetos, métodos e campanhas para que aperfeiçoem o acesso do torcedor ao estádio, pois tanto no futebol, quanto em qualquer empresa no mundo seus clientes/torcedores que ditam o sucesso financeiro do clube, porém devemos sempre lembrar, que quanto maior o uso de tecnologias e mídias sociais para expandir o contato com o torcedor, mais vai ser cultivado esse bom relacionamento com o consumidor principal, o torcedor.

3.2 Estudo de caso red bull bragantino

O objetivo principal da empresa de bebidas é repetir o sucesso que vem obtendo em outros clubes que eles investiram. A parceria vai seguir os mesmos modelos de sucessos da Red Bull em Salzburgo, da Áustria, e Leipzig, da Alemanha, ambos os clubes disputam atualmente a Liga dos Campeões da Europa e se mantem na elite do futebol europeu mostrando o nome da empresa no mundo todo.

A ideia inicial era obter o acesso à Série A com o Bragantino em até dois anos e o objetivo foi conquistado no ano seguinte. Para 2020, a ideia é se manter na elite do futebol e nos próximos anos buscar objetivos mais desafiadores. Em alta o Bragantino espera que o investimento com futebol cresça cada vez mais, em 2019 foi de cerca de 45 milhões de reais, hoje os dirigentes sonham com valores maiores, querem 200 milhões de reais para o próximo ano valor pouco menor que as receitas dos grandes times do Brasil.

O Bragantino espera repetir a trajetória vitoriosa da Red Bull no esporte: a empresa austríaca patrocina desde 2005 duas equipes na Fórmula 1, conquistando quatro títulos de construtores e quatro campeonatos de pilotos. No futebol, o RB Salzburg, na Áustria, foi o primeiro case de sucesso do clube no futebol. A multinacional

comprou o time fundado em 1933 e, sob nova direção, tornou-se o clube uma potência no país, com 14 títulos. O RB Leipzig, antigo SSV Markranstädt, começou em 2009 a sua jornada de sucesso na Alemanha. Desde então, conquistaram o tão sonhado acesso à elite em 2016.

A Red Bull é um exemplo de marketing no esporte, não se trata mais de pagar fortunas para patrocinar um evento ou uma equipe, mas sim, assumir a propriedade dele. A Red Bull demonstra todo o potencial de uma marca criando, publicando e capitalizando em quase todos os canais multimídia. Ele concentra toda sua marca em esportes, nos atletas e nos incríveis feitos que estejam realizando, a Red Bull oferece conteúdo com visuais impressionantes, promovendo as atividades e os atletas diretamente e indiretamente com a marca.

3.3 Análise do marketing no esporte clube xv de novembro

No ano de 2016, o Grupo Only! Savoia e o Galo da Comarca, iniciaram uma parceria que mudaria os trajetos da equipe e sua marca, tendo como projeto desenvolver o trabalho do marketing esportivo dentro do Esporte Clube XV de Novembro de Jaú, obtendo um papel de destaque, importância dentro da instituição e foco em explorar o potencial do clube, tendo como objetivo principal resgatar o amor da sua torcida.

Na sua primeira fase da campanha, o setor de marketing do clube já atingiria sua meta, após o desenvolvimento de materiais licenciados. O lançamento do “manto” da temporada de 2016, contabilizou uma venda de mais de 1.000 camisas oficiais, número espetacular para um clube que acabara de se licenciar, faturamento esse que foi de suma importância para ajudar o clube financeiramente.

A retomada do clube aos gramados, ocorreu com grandes patrocínios de empresas de Jaú e região, empresas que obteriam grande exposição nos quatro cantos do Brasil, já que por sua vez, a torcida lotava os estádios e ganhava destaque na mídia nacional (Rede Globo, Bandeirantes, UOL e ESPN). O sucesso refletiu dentro de campo, alcançando o quarto lugar na colocação geral do campeonato, porém não conseguindo a vaga de acesso. Outro fato positivo foi a conquista da taça de Campeão Paulista Sub-20 de 2016, mostrando que o investimento também foi realizado nas categorias de base.

O lema “Fibra de Campeão” foi o nome do planejamento para o ano de 2017, além de ser um trecho do hino do clube, tinha como objetivo integrar diretoria, torcida e jogadores rumo ao título. A criação de um novo uniforme e de uma cara nova para o

mascote, contagiaram todos funcionários do clube, nas cores verdes e brancas, o uniforme ganhou detalhes diferentes e modernos, já o mascote teve como aparência, um Galo forte apontando o dedo indicador da mão direita para cima, referindo-se a força do clube nos anos 50 e 70 que despontava entre os melhores clubes do interior.

Com isso foi realizado o desejo antigo da diretoria, um programa de sócio torcedor, o plano inédito na história do Galo da Comarca contou com mais de 400 sócios que tiveram acesso gratuito aos jogos e participaram de ações nos intervalos das partidas no Estádio Zezinho Magalhães em Jaú. Contudo os resultados dentro de campo não obtiveram êxito, dando adeus a competição e ao acesso a Série A-3 do Campeonato Paulista.

A temporada de marketing de 2017 foi encerrada apenas no começo do ano de 2018, com a volta do XV de Jaú a Copa São Paulo de Futebol Júnior, depois de 8 longos anos sem participação, a vaga seria conquistada pelo bom trabalho de exposição e posicionamento da marca do clube, realizado pelo setor de marketing.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada acima ainda está em processo de conclusão, porém, observamos que desde que o marketing esportivo passou a ser gerenciado de maneira profissional, clubes e empresas que investem no futebol obtém bons resultados para atingir seu público, afim de trazer rentabilidade para empresas e clubes, trabalhando de forma conjunta em busca de resultados positivos para ambas instituições.

A empresa multinacional Red Bull é um exemplo de sucesso e de investimento no futebol, onde vem apostando nesse mercado e conseguindo resultados positivos, tanto dentro de campo com os clubes, quanto fora deles. Recentemente adquirindo a compra do clube Bragantino, a empresa deu uma aula de como gerir o marketing e divulgar seu produto dentro do país do futebol, o RB Bragantino traçou um grande planejamento, que já no primeiro ano deu frutos e já alcançaria a série A do Campeonato Brasileiro.

No Brasil, o marketing esportivo ainda é muito pouco utilizado, sabendo disso a pesquisa teve como objetivo buscar o histórico dos times que fizeram sucesso com o trabalho do marketing esportivo no interior de São Paulo, proporcionamos ideias e soluções para alavancar e potencializar a marca do clube da cidade, o famoso Esporte Clube XV de Novembro de Jaú, mais conhecido como Galo da Comarca, no qual, obteve sucesso quando de maneira profissional utilizou desta ferramenta para gerar receita e fortalecer a equipe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada sobre o marketing esportivo no futebol, é de suma importância, pois demonstrou como o marketing pode influenciar no desenvolvimento de um clube de futebol, além de potencializar a força e o destaque que a marca de um clube pode alcançar com um trabalho bem elaborado e um planejamento engajado a obter resultados dentro e fora dos gramados.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, C. P. **Marketing esportivo**: o esporte nas estratégias empresariais. São Paulo: Umesp, 2004.

MELO NETO, F. P. CARVALHO, S. F. P. **Gestão de marcas nos esportes**: teoria e prática. Rio de Janeiro, Record, 2006.

OLIVEIRA, Moises. **O negócio futebol**. Brandbola, 2017. Disponível em: < <https://brandbola.com/2017/10/25/o-negocio-futebol-por-moises-de-oliveira/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

O renascimento da esperança através do marketing no futebol. Jauclick, 2018. Disponível em: < <http://jauclick.com/2018/01/15/o-renascimento-da-esperanca-atraves-do-marketing-no-futebol/>>. Acesso em: 23 maio 2020.

Você sabe o que é o marketing esportivo e sua importância?. Rockcontent, 2018. Disponível em: < <https://rockcontent.com/blog/marketing-esportivo/>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

DATA REPORT: **NBA Finals 5-Year cost trend analysis**. Squad, 2018. Disponível em: <https://sqad.com/news-room/sqad_reports/data-report-nba-finals-5-year-cost-trend-analysis/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

O FEMINISMO NA PUBLICIDADE: ANÁLISE DA CAMPANHA #LIKEAGIRL

Vitória Vaz de Lima, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail:
viih_jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das primeiras peças publicitárias no País, em meados dos anos 80, a figura feminina era representada por personagens como dona de casa, esposa, mãe, empregada, ou seja, alguém que estava servindo ou cuidando de alguém. Essa abordagem continuou sendo explorada durante o século XX, paralelo a objetificação em que a imagem feminina era exposta (ARAÚJO, 2015).

Este trabalho surge da necessidade em compreender os fatores que levaram a criação desses estereótipos e como as atitudes no âmbito social favoreceram esse cenário considerado machista (ARAÚJO, 2015). Assim como mostrar a evolução que as abordagens atuais das campanhas publicitárias, graças ao novo comportamento do consumidor, sociedade e das lutas do movimento feminista (ABEL, 2017).

O principal problema identificado ao longo da pesquisa foi a forma com que as campanhas se referiam a figura feminina. Na maioria das vezes de forma pejorativa e ofensiva, seja no discurso apresentado ou no conceito utilizado da peça publicitária. Como se fosse uma linha do tempo, é possível perceber que as campanhas publicitárias acompanham a evolução social e se hoje é possível desmistificar atitudes e posições que até então eram consideradas normais, mas que na verdade eram reflexos de uma sociedade patriarcal é resultado de um longo trabalho realizado em busca de igualdade de gênero e respeito, até mesmo na publicidade.

Portanto, a campanha escolhida para contextualizar essa nova abordagem, foi a campanha *#LikeAGirl* da marca de absorventes *Always* e eleita a melhor eleita como a melhor campanha do século pela PRWeek, através de votação online em 2016, por conta do poder de transformação feminista abordado. A análise partiu dos princípios do discurso publicitário e da análise do discurso, com base nas teorias dos filósofos Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux e Maingueneau. O principal ponto foi entender como a interdiscursividade das peças publicitárias é ponto chave para compreender a maneira em que a mensagem é criada e compreendida por cada indivíduo e como a sonoridade influencia no diálogo entre empresa e público.

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os fatores intitulados como machistas nas peças publicitárias, passando por uma análise socialmente histórica e identificar como o movimento do avanço feminista influenciou para que as abordagens nas campanhas publicitárias não fossem invasivas, pejorativas e ofensivas ao público feminino. Assim como identificar o conceito de *Femvertising* aplicado na campanha *#LikeAGirl* e a sua contribuição para uma publicidade mais igualitária.

2 MÉTODO

Para analisar a imagem da figura da mulher nas primeiras campanhas publicitárias e sua evolução no meio midiático, assim como o conceito do feminismo aplicado na publicidade, a Análise do Discurso, a Semiótica e o conceito de *femvertising* foram escolhidos para dar embasamento ao trabalho de revisão bibliográfica, a partir da qual será feita pesquisa exploratória e explicativa ao analisar a propaganda objeto desse trabalho.

O estudo feito a partir da pesquisa bibliográfica permite analisar e estudar situações e problemas, com base em registros disponíveis em materiais impressos e digitais, possibilitando ser tema de outros trabalhos que ainda serão realizados. Ou seja, esses materiais prontos podem servir como fonte para os próximos que serão elaborados (SEVERINO, 2007)

A escolha dos materiais que fazem parte dessa metodologia foi feita através de pesquisas referentes aos temas abordados e, a partir disso, é necessário filtrar esses documentos que foram levantados e separá-los para que possam ser utilizados ao longo do trabalho acadêmico. Essa seleção pode ser realizada através de buscas que abrangem diferentes autores, materiais elaborados de forma recente ou antigos e os meios em que estão localizados, como livros, teses, dissertações, periódicos e revistas acadêmicas (JOVANA, 2019)

Este trabalho será dividido em pesquisa referente a quatro correntes de assuntos: a teoria da Análise do Discurso, o feminismo na publicidade, o processo histórico das conquistas feministas no século XX/XXI e como os traços do feminismo aparecem na campanha *#LikeAGirl*.

A pesquisa exploratória no trabalho acadêmico tem como função delimitar o tema que será pesquisado, através das informações levantadas. (SEVERINO, 2007). De

acordo com Severino (2007), o uso da pesquisa exploratória abre espaço para a pesquisa explicativa.

Após a delimitação do tema, a pesquisa explicativa permite analisar e registrar com mais profundidade os fenômenos e os motivos nas quais eles acontecem (SEVERINO, 2007).

Essas duas pesquisas são fundamentais para a execução do trabalho acadêmico, pois uma permite chegar com mais precisão no tema que de fato será abordado, auxiliando na escolha desse; já a outra anuí um aprofundamento com mais clareza e propriedade para alcançar o objetivo em questão.

No caso da pesquisa explicativa, teve como intuito compreender os fatores que levam as marcas utilizarem de diferentes abordagens para se comunicar com o seu público e principalmente a forma em que elas se posicionam e como os fenômenos que cercam o feminismo contribuíram para termos campanhas mais sensatas e humanizadas. Essas duas pesquisas não demandam tanta preparação, pois são mais simples de se trabalhar, mas não menos importantes na hora de elaborar um trabalho de cunho acadêmico (GIL, 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na campanha *#LikeAGirl*, as experiências que fortalecem o vínculo positivo com o público-alvo são justamente as relacionadas ao comportamento, expectativas e representações das ações e reações de mulheres ao serem expostas a situações específicas. Visto que dá voz a essas mulheres ao discutir com elas questões próprias do universo feminino, a propaganda estabelece vínculo positivo com o público-alvo, alcançando seu objetivo inicial: promover, a partir da interdiscursividade, a divulgação do produto com base na inserção da opinião do seu público-alvo no discurso publicitário.

O uso do vocativo, nessa campanha, também é construído de forma singular, pois traz para dentro da propaganda esse “tu” ao qual se refere, ou seja, as mulheres especificamente. Com essa estratégia, a propaganda enfatiza o direcionamento de seu discurso, deixando clara a intenção de despertar o interesse específico do público feminino para o produto anunciado.

Destaca-se, ainda, o diálogo estabelecido entre esse público e o “eu” do discurso publicitário que, na propaganda *#LikeAGirl*, é personificado pelas entrevistadoras que ditam comandos e levantam questionamentos sobre o comportamento feminino,

deixando clara a condução da argumentação com o fim de despertar o interesse das mulheres sobre a sua condição e lugar na sociedade.

Maingueneau (2001), ao propor a teoria do *ethos*, enfatiza a importância da escolha sonora relacionada ao tom utilizado no processo da enunciação, determinando que o tom de voz deve ser escolhido a fim de transmitir a mensagem de forma bem sucedida. No que diz respeito à sonoridade do discurso trabalhado na campanha *#LikeAGirl*, a teoria de *ethos* fica em evidência: muito mais do escolher o melhor texto, a forma como ela é transmitida fez toda a diferença na campanha. O tom da voz dos personagens casa com o diálogo apresentado e torna a mensagem ainda mais eficiente, pois foge dos comerciais comuns que contam apenas histórias através de um narrador. Na campanha, o diálogo entre personagens e diretora tramitem sensibilidade e ao mesmo tempo seriedade do discurso.

o material analisado deixa em evidência traços fortes do movimento feminista, começando pela marca que é voltada para absorventes femininos e que tampouco era visto publicidades desse segmento, já que a menstruação ainda é tratada como um tabu. Quando uma campanha desse tipo é veiculada, acaba abrindo espaço para debates e discussões, possibilitando expandir pensamentos e formar opiniões, importante dar espaço para temas que não podem ser mais vistos como um problema.

Portanto, confirma-se que a campanha *#LikeAGirl* é *Femvertising*, afinal discute o papel do público feminino desconstruindo estereótipos que até hoje são mantidos pela sociedade: a perspectiva da fragilidade e inabilidade da mulher quando lhes são dadas diferentes tarefas cotidianas. Esses estereótipos, ao serem quebrados, visam o empoderamento feminino através da publicidade (ENRIQUES, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do discurso aplicado no discurso publicitário fundamenta aquilo que não é possível identificar como público receptor da mensagem, como escolha de elementos visuais e sonoros que impactam na distribuição da mensagem expondo a teoria da interdiscursividade de cada um.

Os conceitos metodológicos foram fundamentais para a composição do trabalho, a partir das pesquisas escolhidas quem influenciariam a aplicação dos resultados. E principalmente identificar o comportamento da sociedade baseado em fatos históricos e como isso implica na disseminação de informação a partir de peças publicitárias.

O presente trabalho se faz pertinente por abordar uma temática tão atual e que deixa exposto ao decorrer da pesquisa os impactos do movimento feminista, a compreensão do público em entender que alguns conceitos não podem ser socialmente aceitos e de como a publicidade tem poder de persuasão sobre as pessoas de modo geral. E que, isso deve ser aproveitado para propagar igualdade de gênero, respeito ao sexo feminino e principalmente, a força da mulher perante a mídia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **Anais do V Seminário CETROS: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Fortaleza, v.1, n.1, mai, 2013. P. 113-121.
- ARAÚJO, J. G. G.; ANDRADE, L. R. V. O olhar da análise do discurso sobre o texto publicitário. **EUTOMIA – Revista de Literatura e de Linguística**. eISSN: 1982-6850. Ceará, v. 1, n. 9, jul, 2012. P. 492-505.
- ARAÚJO, M. Diálogos entre análise de discurso e publicidade: objetos midiáticos femininos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX. **Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Uberlândia, v. 1, n. 1, jun, 2015. P. 1-14.
- BARREYRO, L. A. L. A Imagem das mulheres nas propagandas televisivas: uma análise na perspectiva de gênero. **Revista Gestão e Políticas Públicas**. São Paulo, v. 7, n, 1, 2017. p. 37-53.
- BASTOS, N. B. Análise dos discursos em textos publicitários: pressupostos teórico-metodológicos. **IDIOMA**. Rio de Janeiro, n. 28, jan-jun, 2015. P. 35-44.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas. São Paulo, 2008.
- JOVANA, S. Pesquisa bibliográfica: saiba como fazer em 7 passos. **Comunidade Rock Content**, Maio, 2018. Disponível em <<https://comunidade.rockcontent.com/pesquisa-bibliografica/>> Acesso em: 26 maio 2018.
- LOURENÇO, A. C. S.; ARTEMENKO, N. P.; BRAGAGLIA, A. P. A “ objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, Vila Velha, ES. Maio, 2014. p. 1-15
- NASCIMENTO, M. C. M.; DANTAS, J. B. A. O femversting em evidência: estudo de caso #Likeagirl. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, set, 2015. p. 1-15

QUINCOSES, C.; SOUZA, R. M.; BALEK, D. a (trans) formação do ethos feminino no discurso publicitário: o caso da marca Volkswagen. **Dispositiva**. Belo Horizonte, v. 6, n. 9, 2017, p. 107-123.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev e atual, São Paulo: Editoria Cortez, 2007.

SILVA, M. L. ; SALBEGO, J. Z. Mulheres evoluídas: o discurso publicitário e sua ideologia. **Cadernos de Comunicação**, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Pampa, n.14, junho, 2011. p. 1-16.

SILVA, R. S.; SOARES, I. N. corpo feminino na publicidade - percepções feministas sobre o *femvertising* como eu vejo o que dizem que me representa. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. Porto Alegre, jun, 2019. p. 1-17.

O IMPACTO DAS CERTIFICAÇÕES (ISO 9001 E ISO 14001) E SUAS VANTAGENS PARA AS ORGANIZAÇÕES

Barbará Alessandra Donanzam, Ellis Fernanda dos Santos Felix, Mariana Pacheco Altemari, Eliomar Borges Furquim, e-mail: ellis.felix.90@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário as empresas buscam cada dia mais se destacar e alcançar as exigências impostas pelo mercado, buscando através da qualidade de seus bens e serviços sanar as necessidades de seus clientes e que através da padronização buscam alcançar seus objetivos e estar à frente no mercado competitivo.

A qualidade é fator importante na busca por espaço de mercado, trata-se de um conceito reconhecido por todos e definida de forma distinta por diferentes pessoas, grupos ou camadas da sociedade.

Enquanto que para um bem ou produto, a qualidade reflete-se na sua conformidade com requisitos pré-estabelecidos para satisfazer as expectativas dos clientes, a percepção de qualidade de um serviço é muito mais distinta e abrangente.

Segundo Marshall (2003):

O controle da qualidade é o processo para assegurar o cumprimento dos objetivos da qualidade durante as operações, o controle consiste em avaliar o desempenho da qualidade total, comparar o desempenho real com as metas da qualidade e atuar a partir das diferenças.

Com a busca constante pela qualidade, empresas contam a Gestão de Qualidade, uma ferramenta da administração que auxilia empresas a alcançarem seus objetivos, dentro dessa ferramenta existe uma certificação internacional que serve para indicar ao mercado que uma empresa atua dentro dos parâmetros tidos como ideais para oferecer a qualidade em seus serviços, trata-se da ISO e com ela, os envolvidos com a empresa, como clientes e fornecedores sentem maior segurança nas suas operações, pois sabem que os procedimentos seguidos estão dentro das normas internacionais. A implantação dos processos de ISO permite as empresas um diferencial competitivo na colocação de seus produtos no mercado consumidor e na forma como os clientes enxergam as empresas com essas certificações.

Esse artigo tem como função abordar a importância das certificações ISO 9001 e ISO 14001 nas organizações bem como suas vantagens e o impacto que causam nas empresas que optaram por seguir esse caminho.

2 MÉTODO

O método utilizado nesse projeto de pesquisa é o Método Histórico, baseado em estudo de caso dentro de uma fábrica de moveis situada na cidade de Dois Córrego.

As etapas dessa pesquisa compreendem: revisão bibliográfica sobre o assunto e pesquisa de campo. Com a revisão bibliográfica pretende-se aprofundar o conhecimento referente às Certificações ISO, em relação as estratégias de gestão de qualidade, com destaque para o seu potencial de impacto sobre o mercado.

A pesquisa de campo analisará o comportamento da empresa e de seus colaboradores na implantação dessas certificações. Irá mostrar também as dificuldades para obter esses certificados e a importância deles no mercado atual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais motivos que levaram a empresa no ramo moveleiro a aderir as certificações, foram a busca pela qualidade de seus produtos e a sustentabilidade, além disso, as certificações ISO deram oportunidades de mercado, foi um facilitador para obter negociações de venda no comércio exterior.

As maiores dificuldades encontradas pela empresa para conseguir as certificações foram a adaptação das normas da ISO, padronização no processo produtivo, na preparação de seus colaboradores para as novas regras, encontrar fornecedores certificados, fatores econômicos em relação ao custo para ter a certificação, desenvolver projetos de sustentabilidade.

O maior impacto após a adesão das certificações foram as mudanças em alguns processos dentro da produção. O maior benefício no qual a empresa teve após a adesão das certificações foram ter produtos de procedência, maior qualidade e estabilidade de mercado tanto no comércio brasileiro como no exterior.

A empresa notou crescimento nas vendas após a certificação, cada vez mais os consumidores estão exigentes, além da busca de maior qualidade e preço justo, também buscam produtos que não prejudicam o meio ambiente. Desde quando implantou as certificações a empresa ganhou espaço em grandes magazines alcançando venda por todo o Brasil, além disso, durante todos os anos de certificação a empresa exportou para mais de 60 países.

Diante da pesquisa realizada, constatamos que a implantação das certificações ISO, trouxe vários benefícios para essa empresa, desde a melhoria no seu processo produtivo, padronização e maior qualidade nos seus processos, evitando desperdícios e conseqüentemente aumento o lucro da empresa, além da possibilidade de atuar no comércio exterior, trazendo maior reputação e um diferencial frente aos seus concorrentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo marcado pela alta competitividade e globalização entre mercados, as empresas buscam sempre oferecer um produto ou serviço cada vez melhor e mais atraente aos seus consumidores. Quando uma empresa possui uma certificação ISO, não é apenas ela quem ganha, mas também seus clientes e a sociedade.

A elaboração desse trabalho nos permitiu analisar os impactos da certificação em uma empresa do ramo moveleiro. O estudo realizado mostra que a gestão de qualidade é peça fundamental para o sucesso da organização e que se adaptar ao novo mercado garante diversas vantagens competitivas. As certificações podem ser vistas também como uma boa estratégia de marketing para as organizações, pois além de transmitir uma imagem ao mercado, também traz mais respeito e reconhecimento dos seus colaboradores, fornecedores, consumidores, comunidade e governo.

Podemos observar que as dificuldades apresentadas na implementação se da por se tratar de normas genéricas, as normas ISO não se prendem a um produto ou setor específico, mas sim a avaliação do processo produtivo como um todo. Desse modo, elas não garantem a qualidade do produto em si, mas asseguram a estabilidade do processo de produção, e seu sucesso depende muito da maneira que as normas serão executadas.

Não existem muitas desvantagens na obtenção das certificações ISO, apenas em relação às questões burocráticas e alto custo. Pois para estar dentro de todos os padrões exigidos, as empresas precisam se adequar, seguir todas as exigências dos procedimentos e garantir a manutenção deles. E isso pode acarretar em altos custos, além do custo de aquisição dos certificados,

Conclui-se então, que as desvantagens de uma certificação são minimizadas pelos benefícios que ela traz a toda organização e que os impactos causados na empresa com as novas mudanças são positivos. Além disso, a motivação que leva

empresas ao processo de certificação é a satisfação do cliente, aumento de produtividade, e com a certificação a empresa gera melhor resultado e abre novos caminhos e oportunidades dentro do mercado global.

REFERÊNCIAS

Quais as vantagens de adequar a empresa às normas ISO?. Disponível em: <https://studioestrategia.com.br/2017/08/09/quais-as-vantagens-das-normas-iso/>. Acesso em: 04 out. 2020.

MAEKAWA, R.; CARVALHO, M. M. D.; OLIVEIRA, O. J. D. **Um estudo sobre a certificação ISO 9001 no Brasil**: mapeamento de motivações, benefícios e dificuldades. São Carlos, v. 20, n. 4, p. 763-779, 2013

Gestão de qualidade. **ISO 9000**. Disponível em: <http://gestao-de-qualidade.info/iso-9000.html>. Acesso em: 04 out. 2020.

LOPES, J. C. D. C. Gestão da qualidade: decisão ou constrangimento estratégico. **Universidade Europeia**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 1-1, out./2014

OLIVEIRA, O. J.. **Gestão da qualidade**: tópicos avançados. 1. ed. [S.l.]: Cengage Learning Editores, 2013. p. 1-243.

STUDIO ESTRATÉGIA. **Quais as vantagens de adequar a empresa às normas ISO?**. Disponível em: <https://studioestrategia.com.br/2017/08/09/quais-as-vantagens-das-normas-iso/>. Acesso em: 04 out. 2020.

O INSTRUMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) DA LEI 13.465/2017 E SUA INOBSERVÂNCIA AO DIREITO À CIDADE

Victor Favero Aparecida, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França, e-mail:
vfvictor6@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O artigo analisa o instrumento de Regularização Fundiária Urbana conforme sua nova definição com o advento da Lei 13.465/2017 (BRASIL, 2017), originária da proposição da Medida Provisória (MP) 759, de 22 de Dezembro de 2016, em que preza dentre seus assuntos diversos pela regularização de imóveis urbanos que estejam irregulares e/ou situados em núcleos urbanos informais ou informais consolidados e, a inobservância desse parâmetro legal quanto à criação de infraestrutura essencial e o direito à cidade a conferir aos ocupantes em sua modalidade REURB-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social).

O mecanismo de regularização fundiária, em seu escopo pós-revogação dos parâmetros antes trazidos pela lei 11.977/2009 do Programa Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2009), organiza-se em dois modelos distintos, o REURB-E, voltado a regularização fundiária de interesse específico com pagamento de emolumentos cartorários pelos interessados e o REURB-S, de interesse social com as documentações necessárias à titularidade custeadas pelo Poder Público.

Desta forma é proposto como objetivo dimensionar e assinalar os impactos e as oportunidades atendidas na prática ou não acerca deste aparato legal, para pensar se o neologismo da regularização fundiária urbana após incisiva modificação em seu significado fruto de alteração legislativa garante ou não material e formalmente o direito à cidade aos ocupantes que são pleiteados com esse programa.

2 MÉTODO

O presente estudou baseou-se no método de pesquisa bibliográfica, que se estrutura e é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50).

Foram consultados dois artigos científicos na base de dados da Revista de Direito da Cidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para a elaboração dessa

pesquisa, que me permitiram abordar essa temática criticamente, analisando as possíveis contradições entre o significado positivado na legislação, mesmo sob lacunas formais e o simbolismo na orientação da implementação prática do instituto que venho a centralizar como protagonista adiante.

Além disso, foram consultadas cinco legislações diversas, entre elas uma sendo de caráter constitucional, três sendo ordinárias e por último, uma sendo medida provisória em vigência com força de lei condicionada à aprovação, veto ou alteração por parte do Congresso Nacional.

Todos os documentos foram de suma importância, contendo destaque à Lei 13.465/2017 e o artigo de Betânia de Moraes Alfonsin, Pedro Prazeres Fraga Pereira, Débora Carina Lopes, Marco Antônio Rocha e Helena Corrêa Boll (2019).

A partir dessas leituras sedimentadas em análise textual e pesquisa bibliográfica se permite a consolidação de uma pesquisa exploratória trazendo novas interpretações à luz da temática escolhida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No seio do primeiro país a positivar o direito à cidade em seu ordenamento jurídico-urbanístico como o Brasil, com a criação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), aprovou-se um modelo de regularização fundiária urbana pela lei 13.465/2017 (BRASIL, 2017) com enfoque à mera titularização de terras e da propriedade, ampliada a uma lógica de financeirização da moradia e de impulsionamento a ativos imobiliários, baseando-se na ideologia de construir a identidade “casa própria” como uma garantia de crédito, aquecendo o mercado formal imobiliário ao passo que reforça mesmo que paradoxalmente, as margens da informalidade urbana e dos ambientes socioespaciais periféricos e antieconômicos.

A titularização de terras como *slogan* dessa nova significância e simbolismo do conceito de regularização fundiária, se coloca como protagonista a oferecer o direito de propriedade frente ao direito à moradia, preconizando a aquisição e a transação imobiliária ao passo em que se anula o debate por construir espaços urbanos que de fato, sejam harmônicos com as demandas reais do todo populacional.

Isso se expressa claramente, muito embora o texto da lei 13.465/2017 ainda teoricamente obtém como uma de suas premissas efetivar e atender à função social da propriedade em seu artigo 10º, inciso VII, ao compreender nas indicações que deverá

conter no projeto urbanístico no artigo 36, inciso VIII as obras de infraestrutura essencial, somente quando necessárias (BRASIL, 2017) e se isenta de previsão de penalidade aos estudos preliminares urbanísticos referenciados pelo Poder Público, principalmente na modalidade de interesse social (REURB-S) que não apresentem as medidas de criação de infraestrutura essencial, sem resolução que comprove a não necessidade dessa adequação à concretude e a expressão máxima conferida aos beneficiados no tocante a garantir o direito à moradia constitucionalmente previsto no artigo 6º da Constituição Federal após a aprovação da Emenda Constitucional 64, de 4 de Fevereiro de 2010 (BRASIL, 1988).

Em contrapartida, pede-se uma série de requisitos aos beneficiários para o enquadramento à legitimação fundiária na regularização urbana de interesse social no artigo 23 da lei, o que não se aplica a modalidade REURB-E de interesse específico, fazendo assim com que facilite a disponibilidade e o empreendimento dessa política urbana a pessoas de alta renda em face das pessoas de baixa renda, ferindo gravemente os princípios constitucionais da isonomia (artigo 5º, caput) e a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III) assinalando incontroversa inconstitucionalidade a que se eivou a norma jurídica no momento de sua origem.

Há que se discutir além da inconstitucionalidade ou não dessa norma jurídica e a reviravolta técnico-legal e política às políticas públicas urbanas e de habitação, o momento histórico em que fora originada no ano de 2017 enquanto inicialmente como medida provisória balizou uma recorrente implementação de agendas e reformas de teor neoliberal com o governo do presidente Michel Temer seguinte ao golpe de abril de 2016 (SOUZA, 2016, p. 87) que destituiu a presidente Dilma Rouseff de seu segundo mandato eletivo, as quais conceberam um ideário de austeridade e desmonte da gestão pública no trato às políticas sociais de primeira-mão como a questão da habitação social e urbana.

Em meio a isso não se discute na formulação da lei 13.465/2017 a garantia do direito à cidade às cidadãs e cidadãos dos espaços urbanos brasileiros como se entende em uma das diretrizes gerais pensadas para a política urbana do artigo 2º do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), em seu inciso I, que condiciona a efetivação desse direito pleno (com recorte a cidades sustentáveis) ao atendimento do Poder Público ao direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e lazer e sobretudo à infraestrutura urbana, esta que é peça-chave

de suscetibilidade a ser desvinculada das obrigações concernentes ao processo da nova regularização fundiária urbana.

Como exemplo prático do desestímulo e a inobservância do direito à cidade ao não ser a REURB contundentemente em sentido positivo (norma redigida e institucionalizada) garantidora da efetivação e construção de infraestrutura essencial, acessibilidade e mecanismos que ampliam a perspectiva de um projeto habitacional fiel à democratização do “urbano” na sociedade civil brasileira, têm-se a mudança do conceito de regularização fundiária da Lei 11.977/2009 revogada e a lei 13.465/2017 que a substituiu, analisada por meio da técnica de hermenêutica jurídica em que mostra que enquanto a atual reside na proposta de incorporar núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, a anterior se sustentava na regularização de assentamentos irregulares e a titularização de seus ocupantes, com enfoque nessa ação conjunta contribuir com o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do pesquisado foi possível aferir a inobservância do direito à cidade no novo modelo de regularização fundiária urbana (BRASIL, 2017), quando não penaliza ou não considera obrigatória as obras de infraestrutura essencial conjuntamente à titularização de terras em que se é constituída como sendo mecanismo de origem a essa norma jurídica e também ao permitir a diferenciação de regras e requisitos aos beneficiados desse instituto legal conforme a classe social em que estão inseridos.

Por outro lado, também a que se verificar vícios de inconstitucionalidade que eivaram junto à formulação desse ordenamento jurídico, quando discute programas de habitação e regularização que não se baseiam em fundamentos isonômicos (modelo de interesse específico *versus* interesse social) e que estejam de acordo com as garantias, direitos fundamentais e sociais da Carta Magna.

Esse não atendimento ao pensar uma cidade sustentável ou um espaço urbano revitalizado tentando renovar o conceito de regularização fundiária, ocorreu também por conta do momento sócio-histórico em que a redação da lei estava inserida, de ascensão de ideias austeras e neoliberais no Brasil pós o que Jessé de Souza nomeia de golpe de abril de 2016.

Para pesquisas futuras, sugere-se que seja rediscutida a lei da regularização fundiária urbana e seu choque com a garantia do direito à cidade para todas e todos principalmente por ter sido alvo de alterações significativas pela Medida Provisória nº 966 de 25 de Agosto de 2020 que institui o Programa Casa Verde e Amarela, no tocante a conceder brechas de financiamento privado e individual ao que pouco se sobressaía como democrática em sua modalidade de interesse social.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, B. M.; PEREIRA, P.P.F.; LOPES, D.C.; ROCHA, M.A.; BOLL, H.C. Da função social à função econômica da terra: impactos da Lei nº 13.465/17 sobre as políticas de regularização fundiária e o direito à cidade no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/37245/32466>>. Acesso em: 22 setembro 2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 outubro 2020.

_____. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Planalto, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10251.htm>. Acesso em: 05 outubro 2020.

_____. **Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Planalto, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 05 outubro 2020.

_____. **Lei nº 13.465**, de 11 de julho de 2017. Planalto, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>. Acesso em: 05 outubro 2020.

_____. **Medida Provisória nº 996**, de 25 de agosto de 2020. Planalto, Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv996.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20996%2C%20DE%2025%20DE%20AGOSTO%20DE%202020&text=Institui%20o%20Programa%20Casa%20Verde,Art>. Acesso em: 03 outubro 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HERMANY, R.; VANIN, F. S. Análise crítica das mudanças promovidas pela medida provisória n. 759/2016 na regularização fundiária do Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 2. 2017. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/27233/20470>>. Acesso em 28 set. 2020.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

O PROCESSO DE CONSULTORIA APLICADO A GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO DE UMA MICROEMPRESA EM JAU

Deborah V. Espíndola Oliveira, Jéssica G. de Figueiredo, Flavio Luis G Scalco, e-mail: deborahespindola10@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sociedade ao longo dos anos, vem passando por uma série de avanços tecnológicos intensos, que obriga as pessoas a se adaptarem, de forma rápida, com cada novo cenário apresentado. Tais avanços, conseqüentemente, se difundem também nas diversas áreas da vida humana, não sendo diferente nas profissões. “O conjunto de funções que determinada profissão englobava em dado tempo, de repente se mostra alterado: atividades são excluídas porque se tornam inúteis, outras são acrescentadas, outras são modificadas” (ROSA; OLINQUEVITCH, 2005).

O profissional contador, dentro de tal cenário, se viu obrigado a avaliar até que ponto sua atuação é capaz de acompanhar tais mudanças e, com isso estudar formas de agregar valor sob o serviço que oferece, deixando de exercer o papel estático de “apurador de impostos” para começar a agir de maneira ativa e eficaz nas tomadas de decisões empresariais, como por exemplo, através da consultoria empresarial, tema deste presente trabalho.

Uma pesquisa realizada em 2016, pelo Sebrae, numa amostragem de 6.054 empresas (MEs e EPPs), cerca de 79% buscam por serviços de recomendações para melhoria do negócio, assim como 77% consideram relatórios de desempenho e diagnósticos serviços que poderiam ser mais ofertados por profissionais da área.

Dentro desse cenário apresentado, pode-se avaliar a importância de explorar a área da consultoria empresarial por parte do contador, que em suas funções habituais já oferece este tipo de serviço sem cobrar ou produtizar o mesmo, podendo englobar em seu catálogo de trabalho um segmento que já apresenta mercado e demanda.

2 MÉTODO

A metodologia tem por objetivo apresentar os caminhos a serem percorridos pela pesquisa. “Entende-se Metodologia como o estudo do método para se buscar determinado conhecimento.” (ARAGÃO; NETA, 2017, p. 10). Desta forma, será

explanado neste capítulo os procedimentos utilizados para a elaboração desse estudo de caso, assim como suas características.

2.1 Fonte de dados

Inicialmente, houve a realização de um estudo exploratório acerca do tema proposto, para a familiarização com as práticas que o compõem, assim como com seus conceitos. O levantamento das informações foi realizado via *internet*, através da busca por artigos científicos e estudos de caso que envolvem a consultoria empresarial, assim como por manuais práticos que contém técnicas de consultoria.

Essa pesquisa inicial permitiu perceber a real importância da consultoria para o ambiente empresarial, principalmente nas micro e pequenas empresas, que muitas vezes não possuem a visão estratégica adequada para um desenvolvimento crescente e organizado do próprio negócio. Além disso, contribuiu para a definição dos principais objetivos da presente pesquisa, norteando e delimitando a mesma.

Após o estudo exploratório inicial, foi realizado um levantamento bibliográfico em banco de dados como: SciELO, Portal Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) para compor a base literária necessária para a introdução do tema, sua evolução ao longo do tempo, assim como sua repercussão atualmente. O levantamento bibliográfico serviu como auxílio para a coleta dos dados, tratados posteriormente, sobre as técnicas empregadas no planejamento e aplicação da consultoria empresarial.

2.2 Coleta de dados

Foi realizada a coleta dos dados das práticas de consultoria, desde seu planejamento até sua efetiva aplicação nas empresas, através de reuniões com os consultores empresariais que atuam na Microempresa, objeto desse estudo de caso, localizada na cidade de Jaú, interior do Estado de São Paulo. O objetivo de tais reuniões foi de coletar materiais disponíveis utilizados na prática do serviço, assim como registrar todo o processo de elaboração de uma Consultoria, desde sua contratação, até a apresentação ao cliente final, objetivando evidenciar técnicas específicas para um bom aproveitamento e agregação de valor ao trabalho oferecido pelo profissional contador.

2.3 Indicadores

Após a coleta das informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho, foi possível organizar os dados em tópicos, seguindo a ordem cronológica das técnicas aplicadas no processo de Consultoria e, assim, discorrer sobre a conclusão dos resultados obtidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O consultor empresarial lida diretamente com a gestão de todas as informações internas e externas que é capaz de captar sobre a empresa em questão, organizando-as de forma a facilitar a análise dos principais problemas organizacionais existentes. Para isso, conta com técnicas que visam o correto aproveitamento da consultoria diante do seu cliente, desde a abordagem até a fase de aplicação do plano de ação.

A atuação dos profissionais contadores na aplicação da consultoria é decisiva para a saúde e organização dos processos internos e geram resultados instantâneos no direcionamento das empresas rumo ao sucesso, através de técnicas que visam otimizar tais processos em tempo, qualidade e utilização de recursos e insumos.

A Microempresa estudada neste presente trabalho, realiza sua consultoria com a finalidade de propiciar automatização dos processos internos organizacionais, transformando dados empresariais em *dashboards* e indicadores, de forma a proporcionar maior independência aos gestores da empresa cliente.

Este método de consultoria torna-se extremamente eficaz por conta do *know how* dos consultores, que atuam como parceiros da empresa cliente, guiando os clientes a “fazerem gestão” mesmo após o término do processo de consultoria.

De acordo com dados levantados pela organização em estudo, 98% dos feedbacks realizados por empresas clientes são positivos, exemplificando o alto nível de eficiência do método de consultoria aplicado pela Microempresa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consultor empresarial, através dos serviços prestados aos seus clientes, é capaz de fornecer aconselhamentos e auxílios práticos para que as empresas possam implantar as melhores técnicas estratégicas que visam a obtenção de melhorias em sua atividade e otimização do seu desempenho. Nesse contexto, o consultor tem como

objetivo principal diagnosticar o problema e aplicar, através de técnicas específicas e claras, maneiras de resolvê-lo ou eliminá-lo.

Podemos verificar na realização desta pesquisa, a carência que o mercado atual possui de dispor de contadores que auxiliem no processo de gestão, trabalhando não só em quesitos obrigatórios pelo fisco, mas de forma a agregar valor aos serviços oferecidos, fornecendo estratégias práticas para os gestores alcançarem resultados maiores e melhores.

Foi possível observar, ao longo da realização da pesquisa de campo, a importância efetiva da existência de profissionais capacitados para a correta aplicação da consultoria empresarial aliados à ferramentas tecnológicas capazes de captar e fornecer informações relevantes, fiéis e didáticas para os empresários, a fim de que os mesmos deixem de direcionar a maior parte do seu tempo realizando processos repetitivos e pouco funcionais e tenham disponibilidade para agir na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C.; DIAS, N. T.; MONSORES, G. L. **Consultoria empresarial como ferramenta estratégica de desenvolvimento em pequenas empresas**. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015, Resende.
- ARAGÃO, J. W. M. **Metodologia Científica**. 2017. 53f. Especialização em Produção de Mídias para educação online, Faculdade de Educação, Salvador.
- CARDOSO, J. L.; SOUZA, M. A.; ALMEIDA, L. B. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. **Revista Base** (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, vol. 3, núm. 3, septiembre-diciembre, 2006, pp. 275-284. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228630007>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- NAKAGAWA, M. et al. **Manual de técnicas e práticas de consultoria contábil junto às pequenas e médias empresas**. 2011. 32f. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, F. M. **Diagnóstico empresarial e gestão de projetos**. 2019. 184f.
- ROSA, J. A.; OLINQUEVITCH, J. L. De contador a consultor: estratégias para ampliação do portfólio de serviços do escritório contábil. 1.ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005.
- SILVA, C. N. Características da consultoria contábil aos pequenos negócios. 2015. 180f. Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Maria Gabriela Carvalho, Perla Savana Daniel, e-mail: gabcarvalho09@icloud.com.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, tem se visto com grande frequência em jornais e redes sociais, a atuação do crime organizado por todo o país e, devido a isso, é de suma importância o conhecimento da existência desses grupos, pois os mesmos geram impacto em aspectos econômicos e sociais.

Segundo Antônio Amurri [19-], “A luta contra a criminalidade organizada é muito difícil, porque a criminalidade é organizada, mas nós não.” É fato que os integrantes dos grupos organizados agem de forma extremamente planejada. Possuem auxílio de indivíduos que não integram as facções, disponibilizando suas contas bancárias para que os criminosos movimentem os bilhões de reais que são distribuídos para os presos, em penitenciárias, além de outras práticas criminosas.

O crime organizado vem se infiltrando na sociedade de forma célere, tornando o combate uma missão dificultosa a ser executada pela segurança pública. Visando à repressão e prevenção da criminalidade organizada, o GAECO (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), a Polícia Civil e a Polícia Federal, têm atuado em diversas ações especiais e de grande repercussão, desempenhando papel satisfatório e efetuando prisões dos principais integrantes.

A justiça criminal também desempenha um papel importante nessas megaoperações, bloqueando grande quantia em dinheiro de contas bancárias vinculadas às organizações criminosas.

Analisando todos estes dados, conclui-se que, vem crescendo a intensa especialização das atividades criminosas. À vista disso, torna-se interessante a informação e conhecimento sobre como funciona e como agem as organizações criminosas no Brasil, sendo este o principal objetivo deste artigo.

De acordo com a lei 12.850/13, considera-se organização criminosa a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional. Tal lei é extremamente

importante, exatamente por conceituar essas organizações supracitadas. Ademais, institui institutos penais específicos para o seu combate e meios de provas.

2 MÉTODO

Através de obras e reportagens, é possível ver a constante e rápida evolução do termo “organizações criminosas” no Brasil. Diversos autores expõem seus conhecimentos baseados em estudos sobre a expressão supracitada e, nos permite entender como funciona essas facções e quais seus impactos na sociedade.

A idealização metodológica se baseia em leitura aprofundada e específica do tema, para assim, compreender os ideais e propósitos desses criminosos. Ademais, pesquisa de notícias antigas sobre o envolvimento dos integrantes do crime organizado em mortes de funcionários públicos e o tráfico de drogas, é indispensável, afinal, esses são os principais objetivos deles.

A seleção de dados confiáveis, extraídos dos mais conceituados jornais e livros, é muito relevante para a reprodução do estudo. Através de anotações e resumos, obtém-se um vasto conhecimento acerca do assunto.

Analisando dados fornecidos pela SSP (Secretaria de Segurança Pública) e das polícias judiciárias existentes no país, percebe-se que traz precisão para prosseguir com o estudo. Estes dados apresentam o número de mandados de prisão ou de busca e apreensão que foram realizados em determinada operação, quantidade de drogas ilícitas apreendidas, se havia porte ilegal de armas de fogo, local onde os indiciados foram presos, entre outras situações. Além disso, gráficos bem feitos e bem sinalizados disponibilizados em jornais online, permitem a melhor visualização das estatísticas da ocorrência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com pesquisas e leituras aprofundadas sobre o tema, fica nítido que o principal alvo dos criminosos que integram o crime organizado, são aqueles que possuem muitas informações sobre seus planos e ações já executadas. Dentro das facções existem suas próprias leis de convívio. Dentre elas, a principal é não trair a confiança dos seus superiores. Quem age dessa forma, ou é suspeito de agir assim, pode pagar com a própria vida. Há também a chamada "queima de arquivo", termo utilizado para o assassinato de alguém relacionado, direta ou indiretamente, à facção,

que tinha muitas informações relevantes e que já não comungava dos mesmos ideais, se tornando um possível delator dos esquemas ilícitos.

Inúmeros juízes, promotores, advogados e funcionário públicos já sofreram ameaças ou tiveram suas vidas ceifadas por esses delinquentes.

De acordo com Marie Declercq (2016), em março de 2003, o juiz Alexandre Martins, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais na cidade Vitória - ES, foi executado na frente da academia que frequentava, sendo morto com três tiros. Alexandre cuidava de casos de crime organizado e desde 2001 vinha sendo ameaçado por denunciar ações da organização criminosa da cidade, sendo necessário escolta policial para garantir a sua integridade.

Ademais, as organizações criminosas estão fortemente ligadas ao tráfico de drogas. No mês de agosto do ano de 2020, a Polícia Federal realizou uma mega operação contra uma facção criminosa que possuía relação com o tráfico. A Justiça de MG bloqueou cerca de R\$ 252 milhões em contas ligadas ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Neste caso, os alvos eram os integrantes do PCC, familiares e outras pessoas que eram responsáveis por lavarem dinheiro para a organização (ZUBA, Fernando, 2020). Diversas ações recebem comandos de dentro dos presídios, mais especificamente e geralmente pelo Marcos Willians Herbas Camacho, mais conhecido como Marcola, considerado líder e fundador do Primeiro Comando da Capital.

Diante disso, podemos estabelecer uma relação com a grande quantia em dinheiro que eles possuem, com o tráfico de drogas e com as mortes de funcionários públicos. Os milhões de reais relacionados ao crime organizado são provenientes do tráfico ilícito de drogas, são distribuídos como forma de “mesada” para os criminosos e, aqueles que executassem servidores públicos, recebiam o triplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo realizado, conclui-se que, a criminalidade organizada no Brasil é forte e que lucram ilicitamente muito dinheiro, além da distribuição para seus integrantes, o que se torna um incentivo para os mesmos continuarem no mundo do crime.

Existem inúmeras facções espalhadas por todo o país e estas causam grandes impactos na sociedade, uma vez que induzem indivíduos de todas as idades a integrarem o crime organizado e a cometerem crimes hediondos, em troca de dinheiro e

mordomias. É necessário visar sempre o enfraquecimento dessas organizações criminosas.

O estudo realizado teve como finalidade expor parte do que acontece por trás do crime organizado, bem como mostrar seu impacto na sociedade, principalmente em relação aos servidores públicos.

REFERÊNCIAS

DECLERCQ, Marie. Um breve apanhado de atentados contra juízes, advogados e funcionários públicos no Brasil. Vice. 01/04/2016. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vv4qk9/um-breve-apanhado-de-atentados-contrajuiizes-advogados-e-funcionarios-publicos-no-brasil. Acesso em: 18/09/2020.

ZUBA, Fernando. PF cumpre 600 mandados em operação contra facção criminosa; Justiça bloqueia até R\$ 252 milhões. Portal G1. 31/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/08/31/operacao-da-pf-cumpre-mandados-contrafacao-criminosa-em-19-estados-e-no-df.ghtml>. Acesso em: 18/09/2020.

ZUBA, Fernando. Membro de facção criminosa que executasse servidor público recebia o triplo da mesada, diz força-tarefa. Portal G1. 31/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/08/31/membro-de-facao-criminosa-que-executasse-servidor-publico-recebia-mesada-ate-tres-vezes-maior-diz-forca-tarefa.ghtml>. Acesso em: 18/09/2020.

PESQUISA DE INTERVENÇÃO: RETRATOS DA REALIDADE – A RELAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID-19 COM A OBESIDADE

Julia Sandi Araujo, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: juliasandi_eso10@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa realizada no ano de 2020 no UniSALESIANO – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium sobre a influência da pandemia do Covid-19 na vida das pessoas obesas. Visando fornecer a essas pessoas melhor qualidade de vida e alternativas mais saudáveis para suas rotinas, mesmo durante o isolamento social, para melhorar sua saúde física e mental.

Segundo Gualano e Tinucci (2011), a inatividade física é um dos grandes problemas de saúde pública na sociedade moderna, sobretudo quando considerado que cerca de 70% da população adulta não atinge os níveis mínimos recomendados de atividade física. Entretanto, a prática de exercícios tem sido considerada tratamento de primeira linha em diversas doenças crônicas, tais como diabetes do tipo 2, hipertensão arterial, osteoartrite, osteoporose, câncer e obesidade.

De acordo com Wanderley e Ferreira (2007), a obesidade é uma doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal em um nível que compromete a saúde dos indivíduos, prejudicando alterações metabólicas, dificultando a respiração e o aparelho locomotor. Apesar da obesidade ser de caráter multifatorial, em geral, os fatores mais estudados são os biológicos, relacionados ao estilo de vida, especialmente no que diz respeito a dieta e atividade física.

Para Fischler, a modernização das sociedades desencadeou a reordenação do contexto de vida do homem contemporâneo e fez emergir um novo modo de vida, no qual a oferta e o consumo de alimentos aumentaram expressivamente e todo tipo de gênero tornou-se acessível, notadamente devido ao desenvolvimento de tecnologia alimentar. As modificações nessa área se devem à chamada “dieta moderna”, rica em gordura, açúcares e alimentos refinados, mas com quantidade reduzida de fibras e carboidratos complexos. Por outro lado, alterações nas formas de trabalho, lazer e modo de vida modernos contribuíram para reduzir a atividade física e adesão ao estilo de vida sedentário.

Atualmente, o mundo foi atingido pela Covid-19, doença causada pelo coronavírus. Em função disso, desde março a população tem vivido em quarentena. Essa doença tem imposto muitos desafios aos sistemas de saúde em torno do mundo todo. A obesidade tem sido um deles, no Brasil, ela já acomete um em cada cinco habitantes, sendo que mais da metade da população está acima do peso normal.

2 MÉTODO

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro participantes, foram eles, um dono de academia, uma nutricionista, um professor de educação física e um aluno de uma academia. A faixa etária dos entrevistados variou de 19 a 46 anos.

O primeiro entrevistado foi M, 46 anos, dono de uma academia a 3 anos e meio. O segundo foi A, nutricionista, de 32 anos, que atua a 9 anos na área. O sujeito F foi o terceiro, ele tem 29 anos, é profissional de educação física. E o último entrevistado foi J de 19 anos, que frequenta a academia desde 2016, três vezes por semana.

Além das entrevistas, foram utilizados artigos sobre a obesidade, sedentarismo e exercícios físicos e duas matérias de sites de notícias que relacionam a pandemia com a obesidade, que foram publicadas na Veja Saúde e e na Folha Vitória.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em entrevista com um dono de academia, foi possível perceber que as pessoas não diminuíram a prática de atividades esportivas apenas por vontade própria, mas devido a necessidade do isolamento social. Segundo ele, mesmo as pessoas querendo frequentar as academias, elas precisaram ficar fechadas por um longo período de tempo e agora que reabriram, a quantidade de pessoas por vez ainda está restrita, e alguns não voltaram a frequentá-la por medo. Como consequência, além do faturamento da academia ter caído consideravelmente, grande quantidade do público abriu mão de praticar atividades físicas e aderiu ao estilo de vida sedentário.

Uma nutricionista entrevistada relatou que durante a pandemia grande parte de seus pacientes desistiram de suas dietas e começaram a consumir mais alimentos industrializados e fast foods, deixando de lado as frutas, verduras e legumes. De acordo com ela, isso não se deu somente pela praticidade desses alimentos, mas também por que o risco de contágio por eles é comprovadamente menor. Além disso, muitos relatam

que a comida tem sido uma grande fonte de prazer e forma de descontar a pressão da pandemia.

De acordo com um professor de educação física, uma boa maneira de se exercitar na quarentena é fazer exercícios que utilizem somente o peso do corpo, tais como abdominais, agachamentos e polichinelos. Para quem treina com pesos, a sugestão é utilizar sacos de comida, garrafas pet e produtos de limpeza. Outra opção é assistir lives e video aulas na internet.

Em conversa com um aluno de academia, ficou evidente que apesar do desejo de voltar a se exercitar no local, o medo de se contaminar ainda prevalece. Ele também relatou que se sente desmotivado para treinar dentro de casa e sozinho, portanto abriu mão de se exercitar. Destacou que desde o início da quarentena, começou a se alimentar de forma menos saudável, e passou a comer doces praticamente todos os dias. Segundo ele, essa piora se deve ao aumento da ansiedade e do estresse gerado por ficar mais tempo em casa e isolado de sua família.

3.1 Entrevista com dono de academia

1 - Há quanto tempo você é dono dessa academia?

R: Eu sou dono da academia há 3 anos e meio.

2 - Quais foram os impactos da pandemia do seu dia a dia profissional?

R: No início, percebi que as pessoas continuaram frequentando a academia sem preocupações, mas conforme os casos foram aumentando, o movimento começou a diminuir e logo em seguida fomos obrigados a fechar. Devido a academia ser minha única fonte de renda, a questão financeira foi um grande problema. Atualmente, mesmo depois de reabrimos, perdemos muitos clientes, que apesar de sentirem vontade de voltar aos treinos, ainda tem medo de se contaminar.

3 - Antes da pandemia, você pensava na academia como uma fonte de transmissão de doenças?

R: Sinceramente, eu nunca tinha pensado que as pessoas poderiam se contaminar de tantas formas dentro da academia, aliás, não só dentro da academia, mas de maneira geral.

4 - Como foi a aceitação dos alunos quando a academia precisou ser fechada?

R: A grande maioria dos alunos concordou que seria a melhor coisa a ser feita no momento, mas uma pequena parcela insistiu que era uma medida exagerada e que o vírus não era tão perigoso quanto a mídia estava expondo.

5 - Mesmo quando foi reaberta, você sente que algumas pessoas ainda não voltaram a frequentar por medo de contágio?

R: Sim, uma parte dos alunos preferiu não retornar aos treinos por medo de se contaminar, mesmo a academia cumprindo todas as normas de segurança.

6 - As pessoas têm se mostrado animadas ou desanimadas para retomar as atividades físicas?

R: A maioria das pessoas tem se mostrado desanimadas para retomar as atividades. No meu ponto de vista, as pessoas se acomodaram com o modo de vida sedentário que estão tendo durante a quarentena. Outro fator que tem influenciado na diminuição da prática de atividades físicas é a mudança de alimentação, as pessoas têm relatado que estão aderindo a alimentações menos saudáveis e mais industrializadas.

7 - A população obesa tem procurado por atividades físicas nesse período?

R: Algumas pessoas obesas vieram até a academia para começar a treinar, devido a divulgação de que pessoas obesas estavam mais propensas a pegar Covid-19. Esse fato serviu de incentivo para que alguns deles buscassem hábitos mais saudáveis durante a pandemia.

8 - Quais medidas a academia tem tomado para evitar a propagação da Covid-19?

R: A academia limitou o número de usuários por horário, para que não haja aglomerações, também foram distribuídos vidros de álcool em gel por todo o ambiente e na porta há um funcionário verificando a temperatura de todo mundo.

3.2 Entrevista com nutricionista

1 - Há quanto tempo trabalha como nutricionista?

R: Eu atuo como nutricionista há 9 anos.

2 - Continuou atendendo seus pacientes durante a pandemia?

R: Durante a pandemia, eu continuei meus atendimentos de maneira online.

3 - Qual foi a principal diferença que você notou nos seus pacientes após a quarentena?

R: Após a quarentena, percebi que grande parte deles desistiu de suas dietas e passou a consumir mais alimentos industrializados e fast foods, deixando de lado as frutas, verduras e legumes.

4 - Na sua opinião, qual o principal fator que está influenciando as pessoas a aderirem alimentações menos saudáveis?

R: Acredito que isso se deve ao fato das pessoas relacionarem os alimentos a fontes de prazer e formas de descontar a pressão que estão vivendo na pandemia. Além disso, esse tipo de alimento é mais prático e, também, porque o risco de contágio por eles é comprovadamente menor.

5 - No tratamento de pessoas com obesidade, você costuma trabalhar sozinha ou em conjunto com uma equipe multidisciplinar?

R: Quando se trata de pessoas com obesidade, eu costumo trabalhar sempre junto com uma equipe multidisciplinar, geralmente formada por fisioterapeutas, psicólogos, endocrinologistas e profissionais de educação física.

3.3 Entrevista com professor de educação física

1 - Qual é o seu público alvo?

R: Eu trabalho principalmente em academias dando aulas.

2 - Como continuou com suas aulas durante a quarentena?

R: Durante a quarentena, continuei dando minhas aulas online.

3 - Na sua opinião, a pandemia influenciou na diminuição da prática de atividades e no aumento do sedentarismo?

R: Sim, com a pandemia as pessoas estão se sentindo menos motivadas para treinar, e estão cada vez mais sedentárias.

4 - Qual sua sugestão para as pessoas que querem continuar se exercitando, mas tem medo de se contaminar ou ainda não podem voltar para as academias?

R: Minha sugestão é fazer exercícios que utilizem somente o peso do corpo, tais como abdominais, agachamentos e polichinelos. Para quem treina com pesos, uma boa ideia é utilizar sacos de comida, garrafas pet e produtos de limpeza.

5 - O distanciamento social e a falta de companhia estão fazendo com que as pessoas se sintam desanimadas para praticar atividades físicas?

R: Sim, eu percebi que muitas pessoas desistiram dos treinos por conta do distanciamento, visto que gostam de treinar acompanhadas. Para esses casos, uma boa sugestão é assistir lives e vídeo aulas na internet.

3.4 Entrevista com aluno de academia

1 - Como foi para você ter que parar de frequentar a academia quando ela teve que ser fechada?

R: No começo foi muito difícil, eu estava acostumado com uma rotina de treinos regrada, treinava três vezes na semana.

2 - Você já retomou sua rotina de treinos?

R: Apesar de estar com vontade de voltar para a academia, eu ainda não tenho coragem, continuo com medo de me contaminar. Eu me sinto desmotivado para treinar sozinho dentro de casa, então, abri mão de fazer exercícios.

3 - Como era sua alimentação antes da quarentena?

R: Antes da pandemia, eu me alimentava de forma saudável e regrada. Só comia doces e gorduras aos fins de semana.

4 - Quais foram as principais mudanças que você percebeu neste período?

R: A principal mudança foi na minha alimentação, atualmente eu como doces e refrigerantes quase todos os dias. Acredito que isso se deve ao aumento da ansiedade e do estresse ocasionado por ficar mais tempo em casa e isolado da minha família.

5 - Como você descreveria sua saúde mental neste momento?

R: Minha saúde mental está instável. Tem dias que eu acordo animado e disposto, mas tem dias que eu não tenho vontade de levantar da cama. Tenho estado mais ansioso e estressado também.

6 - Acredita que sua saúde mental influencia na forma como você se alimenta e conduz sua rotina?

R: Sim, totalmente. Tenho descontado minhas frustrações e ansiedades na comida.

7 - Quais são seus planos para quando a pandemia acabar?

R: Quando a pandemia acabar, pretendo rever minha família, voltar aos treinos e retomar minha dieta.

Desde o passado, a obesidade influencia o lado psíquico e emocional das pessoas atingidas. Antigamente, era entendida como resultante de déficits morais e/ou problemas psíquicos. Obesos eram vistos como os únicos culpados pela sua condição,

por que eram incapazes de se controlar. E eram vistos como tendo baixa autoestima, limitações intelectuais, mau funcionamento mental, como excesso de ansiedade e covardia, e egoístas por comerem mais do que os outros indivíduos.

Ainda nos dias de hoje, obesos em tratamento apresentam maiores níveis de sintomas depressivos, ansiedade, transtornos alimentares, de personalidade e distúrbios da imagem corporal. Essa postura pode ser justificada pelo fato de que não é necessária a presença de psicopatologia para o aparecimento da obesidade, que a psicopatologia é restrita a grupos específicos e pela obesidade ser vista como causadora da psicopatologia e não como consequência desta última.

O que preocupa os especialistas é que vários fatores aumentam o risco de pessoas com obesidade diante do novo vírus. O excesso de peso tem grande relação com outras doenças metabólicas, como diabetes tipo 2 e hipertensão arterial, frequentes entre pacientes com a forma mais grave do coronavírus. Ademais, faltam nos hospitais leitos apropriados, a intubação é mais difícil e frequentemente não estão disponíveis aparelhos de imagem que comportem pessoas muito pesadas. Por tudo isso, vários especialistas já consideram a obesidade uma condição de risco. Outro problema em potencial é o aumento do sedentarismo, que tem se dado pela maior procura por alimentos não perecíveis e pela diminuição das atividades físicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, constatou-se como a pandemia influenciou o cotidiano de toda a população, fisicamente, e também psicologicamente e financeiramente. Com as entrevistas e pesquisas, ficou evidente que a pandemia está diretamente ligada ao aumento do sedentarismo e da obesidade. Inclusive, ela tem sido considerada por muitos profissionais como uma epidemia. E segundo eles, lidar com o encontro dessas duas epidemias globais é extremamente desafiador.

Em suma, a atuação de profissionais de psicologia com esse público se faz necessária, principalmente em razão do cenário atual. O papel dos psicólogos com os obesos é ajudar na aceitação do próprio corpo e da auto-imagem, na diminuição da ansiedade e do estresse e no trabalho em conjunto com uma equipe multi-disciplinar para ajudar na redução de peso e aumento da qualidade de vida e bem estar.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Walmir. Obesidade e Covid-19: onde as pandemias se encontram. **Veja Saúde**, 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/obesidade-e-covid-19-onde-as-pandemias-se-encontram/>>.

GUALANO, Bruno; TINUCCI, Taís. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, p.37-43, dez. 2011 N. esp.

OBESIDADE e sedentarismo são os vilões da quarentena. **Folha Vitória**, 2020. Disponível em: <<https://www.folhavoria.com.br/saude/noticia/07/2020/obesidade-e-sedentarismo-sao-os-viloes-da-quarentena>>.

WANDERLEY, Emanuela Nogueira; FERREIRA, Vanessa Alves. Obesidade: uma perspectiva plural. 2007. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csc/2010.v15n1/185-194/#ModalArticles>>

PROJETO EXPERIMENTAL EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA: CAMPANHA PUBLICITÁRIA DA APAE DE IGARAÇU DO TIETÊ, SP

Carolina Vasconcelos de Barros Santos, Gabrieli Fernanda Capelozza, Poliana Perez, Danilo Brancalhão Berbel, e-mail: gabrieli.capelozza15@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação especial no Brasil surgiu no século 19 a partir de iniciativas de ações para atender pessoas com deficiências físicas e mentais. (MANTOAN, 2002, p.1). Depois disso, foram surgindo diversas instituições, entidades e escolas especializadas em educação especial, estruturando o movimento que tem como objetivo lutar pela inclusão social, educação, direitos e por uma melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência.

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) surgiu no Rio de Janeiro no ano de 1954, prestando assistência médico-terapêutica. É uma organização social sem fins lucrativos apoiada pelo Estado. A instituição está presente em todo território nacional, com um total de 2.201 unidades (APAE Brasil, 2020) e busca desenvolver a inclusão em educação da pessoa com deficiência intelectual ou múltipla.

Uma das unidades da APAE, objeto deste estudo, localiza-se na cidade de Igarapu do Tietê, no estado de São Paulo. Foi fundada em 14 de maio de 1975 e surgiu com o intuito de ser uma instituição assistencial e educacional para integrar o portador de deficiências na sociedade e torná-lo cidadão ciente de seus direitos.

A APAE de Igarapu do Tietê oferece um trabalho diversificado, com atividades, serviços e ações a fim de aprender a enxergar e descobrir potenciais e habilidades nos alunos. Existem outras instituições que oferecem serviços semelhantes ou pedem contribuições financeiras e alimentícias à população. A APAE não cobra nenhum tipo de mensalidade, portanto, para arrecadar recursos, a instituição realiza variados eventos durante o ano, como bingos, noites beneficentes, bazares etc.

A comunicação atual da APAE - Igarapu do Tietê gira quase que inteiramente em torno do Facebook. São realizadas postagens de fotos de atividades dos alunos com legendas simples e divulgações de eventos. Raramente são utilizados outros meios de comunicação. Identificou-se, portanto, que ela sofre com a falta de um gerenciamento de comunicação, pois não possui profissionais da área para administrar as mídias sociais e planejar os conteúdos para serem divulgados. Consequentemente, essa falta de gerenciamento afeta diretamente na imagem transmitida.

O objetivo deste trabalho é apresentar as etapas de uma campanha publicitária desenvolvida para a APAE - Igarapu do Tietê. O foco das estratégias é mostrar à população da cidade e região os principais atributos da instituição, buscando aumentar gradativamente tanto seus seguidores nas redes sociais, quanto o engajamento e os colaboradores. Como resultados, espera-se o reconhecimento da qualidade dos serviços ofertados e o aumento de doações para a manutenção da instituição.

2 MÉTODO

Para planejar a campanha publicitária, foram necessários métodos de pesquisa exploratória e aplicação de conceitos de marketing. Inicialmente, foi desenvolvido o briefing, que se caracteriza por uma entrevista em profundidade com os mantenedores e gestores da escola. Esta estratégia envolve organizar um roteiro de perguntas direcionadas sobre o cotidiano, recursos, atividades e pontos fortes e fracos da instituição e de sua comunicação. O roteiro é aberto, permitindo aprofundar uma ou outra informação durante o diálogo.

Na sequência, foi desenvolvida pesquisa de mercado com perfil quantitativo, que se relaciona ao levantamento de dados sobre grupos e a interpretação de seus comportamentos. Trata-se de uma pesquisa de opinião pública capaz de caracterizar os perfis demográfico e psicográfico do público-alvo da campanha. Neste sentido, foi possível observar que o público-alvo da APAE de Igarapu do Tietê é, em sua maioria, feminino, com faixa etária entre 25 a 35 anos e possui ensino superior completo. É residente das cidades de Igarapu do Tietê e Barra Bonita e possui uma média de 1 a 5 salários mínimos, que, de acordo com o Critério Brasil de 2019, é compatível com as classes B e C.

Mais da metade do público consome mídias sociais como principal meio de comunicação, principalmente Facebook e Instagram. Com relação aos meios analógicos, são consumidos rádio, revista e jornal. Foi constatado que o Facebook da APAE não é conhecido pela grande maioria das pessoas. Considerando que, atualmente, este é o único veículo de comunicação utilizado, caracteriza-se uma crise de comunicação.

Referente a doações voltadas para a instituição de Igarapu do Tietê, a maioria não costuma fazê-las, entretanto, parte doa em eventos especiais. Sendo assim, a campanha foca em chamar a atenção para doações e para eventos beneficentes.

Para desenvolver essa divulgação de maneira eficaz, é preciso utilizar-se de um planejamento de mídia. Segundo Nakamura (2009, p. 29), a tal planejamento “serve para designar todos os meios de comunicação.” É uma técnica que faz a mensagem chegar ao público por meio dos veículos, feita através de um planejamento estratégico.

Desse modo, o planejamento de campanha e planejamento de mídia desenvolvidos para a campanha publicitária da APAE de Igarapu do Tietê - SP buscaram atingir grande parte do público-alvo com mensagens dirigidas e de alto impacto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mensagem elaborada tem como ênfase a pessoa com deficiência, demonstrando as atividades, eventos e ações realizadas pelos professores e alunos, com o objetivo de transmitir, de forma real, o potencial dessas pessoas, assim como garantir mais engajamento da população no quesito de doações.

Imagem 1: Post para mídias sociais sobre a importância de ser doador



Fonte: Elaboração própria

Nesta campanha, os objetivos são aumentar a visibilidade da instituição, o número de seguidores nas redes sociais, a porcentagem de doações e veicular conteúdos relevantes para o público-alvo.

A peça foi criada para ser divulgada nas mídias sociais Facebook e Instagram, com o objetivo de ressaltar a importância de ser um colaborador da APAE, sendo explicado na legenda, descrita abaixo, juntamente com as formas de doar.

- Descrição Da Legenda:

Você sabe a importância de se tornar um colaborador da APAE? Não? Damos 3 motivos para se tornar um:

1 - Garantir que o trabalho continue: A APAE é uma organização social sem fins lucrativos, que presta serviços de educação, saúde e acolhimento de pessoas com deficiência intelectual ou múltipla. Sendo assim, sem doações seria impossível manter este trabalho.

2 - Contribuir para a inclusão social: A pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla tem os mesmos direitos que todos os outros cidadãos e a APAE luta para garantir esses direitos. Ser um voluntário também coloca você no combate à exclusão social.

3 - Gratidão: ajudar o próximo gera um sentimento de felicidade e gratidão. Buscamos fazer o bem para com o outro e, em troca, recebemos satisfação de saber que estamos contribuindo para a melhor qualidade de vida de várias pessoas e famílias.

Para saber mais, acesse nosso site <http://www.apaeigaracudotiete.org.br>. Converse com a gente nas nossas redes sociais ou por telefone (14) 3644-1021. Doe e faça a diferença!

Imagem 2: Anúncio de revista sobre Feirão do Jeans que será realizado na APAE

Fonte: Elaboração própria

O anúncio de meia página, horizontal (13,5 cm x 21 cm), para veiculação em revista, tem por objetivo divulgar um evento da APAE. O “Feirão do Jeans” é um dos mais populares e rentáveis realizados pela instituição, em que são vendidas roupas jeans

em geral, com a parceria de uma fábrica. Na peça, são divulgados os dias, horários, local e formas de contato para mais informações.

Anúncio de meia página (5 col x 14,5 cm) para ser veiculado em jornal, divulgando sobre o dia do contribuinte. O objetivo é agradecer as pessoas que colaboram com a APAE e convidar outras pessoas a serem doadoras. Na peça, constam as informações para os interessados entrarem em contato com a instituição para mais informações e formas de doar.

Imagem 3: Anúncio de jornal sobre o Dia do Contribuinte 2021

3 de dezembro
Dia do Contribuinte

A APAE sempre precisa de você para proporcionar dias mais coloridos.
Obrigada pela sua ajuda!

Faça parte!
Torne-se um contribuinte

- facebook.com/apae.igaracudotiete.1
- @apaeigaracu
- www.apaeigaracudotiete.org.br
- (14) 3644-1021
- Rua Pedro Biazotto, 383 – Vila Leozina, Igarapé do Tietê – SP

Fonte: Elaboração própria

Imagem 4: Outdoor para 2º Summer Run da APAE

2º SUMMER RUN

12/09, às 8h
Largada no
Kartódromo de
Barra Bonita
em prol da

Inscrições abertas de 8 de agosto a 6 de setembro

APAE
IGARAÇU DO TIETÊ - SP

Fonte: Elaboração própria

O outdoor é utilizado para divulgar o evento “Summer Run”, corrida de rua em prol da APAE, com o objetivo de informar ao público que as inscrições estão abertas e duram de oito de agosto a seis de setembro.

Considerando o público-alvo da instituição, indicado através da pesquisa de mercado realizada, foi possível distribuir a campanha pelos meios de comunicação que esse público mais utiliza. Dessa forma, as mídias sociais, revista, jornal e outdoor, com suas diferentes propostas e objetivos, conseguem atingir de forma diversificada o alvo da campanha.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha tem o objetivo de valorizar a entidade, mostrar seu trabalho, seus alunos, a competência da equipe de profissionais, a fim de garantir que ela receba mais atenção. Além disso, tem o intuito de despertar interesse da comunidade para que ela se engaje para se tornar doadora.

O conteúdo informativo, criativo e interativo para o público proporciona um contato maior com a APAE, criando uma relação mais próxima e fazendo com que ela seja reconhecida pelo seu trabalho. Atingindo o público, que consome tais mídias, é possível gerar mais engajamento.

O trabalho realizado pela APAE é essencial para a sociedade, especialmente para as pessoas com deficiência. Sendo assim, é fundamental que a população tenha consciência da importância deste setor e o desenvolvimento de uma comunicação eficaz fará com que o público-alvo volte sua atenção para o projeto.

REFERÊNCIAS

APAE Brasil. Portal APAE Brasil: Federação Nacional das Apaes, 2020. Página Inicial. Disponível em: <http://apaebrazil.org.br/>. Acesso em: 06 set 2020.

GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. Mídia Dados Brasil 2019. São Paulo: Porto Palavra Editores Associados, 2019. Disponível em: <https://www.gm.org.br/midia-dados-2019>. Acesso em 06 set 2020.

MANTOAN, M. T. E. A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade LEPED/UNICAMP, 2002. Disponível em https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1441311060.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

NAKAMURA, R.. Mídia: Como fazer um Planejamento de Mídia na prática. 1. ed. São Paulo: Farol do Forte, 2009.

RELAÇÕES DE PODER ENVOLTOS SOBRE O SEXISMO E A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL DE MULHERES

Natalia Raminelli dos Santos, Vania Aparecido Borim Moretto Delpino
e-mail: natiramisantos@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A complexidade da divisão sexual do trabalho é firmada como conceito apto a confrontar incessantes estudos sociológicos frente às diferenças de experiências de trabalho vivenciadas por homens e mulheres. Verifica-se a contínua preferência por homens na promoção hierárquica, independente se a mulher for mais qualificada para o cargo. Neste contexto, descreve-se não somente a divisão sexual do trabalho, mas também a divisão do poder: homens chefiam mulheres, sendo raras as exceções onde mulheres chefiam homens (MAIA, 2016).

O foco precário do trabalho feminino corresponde às ocupações de baixo prestígio social, não sendo exigida qualificação profissional e tem baixo nível de proteção social. As profissões com alto prestígio social exigem nível educacional superior e eram reservadas aos profissionais homens.

No entanto, de acordo com Bruschini e Lombardi (2000) ao final do século XX, houve uma crescente presença feminina nos seguimentos de engenharia, medicina e arquitetura. Segundo as autoras, a contribuição para tal avanço é decorrido dos movimentos sociais e políticos nas décadas de 1960 e 1970 – dentre eles, os feministas – e o crescimento da escolaridade do público feminino.

A proposta de educação de igualdade e equidade de gênero para garantia do direito das mulheres, quanto para o desvelamento das instâncias em que as identidades (masculinas ou femininas) são construídas, se dá em especial na escola. Mesmo na atualidade, em termos de garantia dos direitos das mulheres no âmbito legal, e da luta do movimento feminista para que as questões de gênero estivessem contempladas na legislação e nas políticas; constata-se que o Estado liberal-democrático e a cultura política atual são uma construção masculina, baseadas na separação entre a esfera pública e a privada. Portanto, observa-se que o conceito de cidadania, baseados na convencional divisão do trabalho, continua sendo uma prática masculina, na qual os homens são isentados para a atuação pública e o trabalho fora do lar, por este ser exercido, em sua grande maioria, pelas mulheres (DAL RI; BRABO, 2015). Ainda são

elas as responsáveis pelas atividades de manutenção e reprodução do cotidiano. Este modelo burguês de família, ainda não foi superado e esta visão está presente inclusive nas políticas educacionais.

Deste modo, justifica-se o presente trabalho devido a pesquisas relacionadas sobre a temática envolvendo as relações de poder entre carreira profissional de mulheres e homens. Quais as relações de poder envolvidos sobre o sexismo e a construção da carreira profissional de mulheres?

Parte-se do pressuposto da existência de uma relação negativa entre altos rendimentos profissionais femininos colocando as mulheres em desvantagem sobre o gênero masculino.

2 MÉTODO

Este trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica da temática abordada. As pesquisas se darão em artigos recentemente publicados e livros embasados por autores clássicos que discorrem sobre o tema, dentre eles Michel Foucault para discutir as relações de poder.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os direitos das mulheres e a justiça de gênero foram sendo conquistados ao longo do século XX, graças às lutas das mulheres pela educação, pelo trabalho e pela participação política; a busca de melhoria da qualidade de vida social sempre visou influenciar as políticas públicas (DAL RI; BRABO, 2015).

Vale ressaltar que a educação e a formação humana, enquanto práticas fundamentadas pelas relações sociais, não progridem naturalmente, mas através de um conjunto de práticas sociais, como a prática pedagógica e as relações sociais que ocorrem na escola. Ressalta-se que a educação não cumpriu verdadeiramente seu papel para a transformação das relações sociais, pois continuou em grande parte reforçando valores que discriminam a mulher.

Segundo Brabo (2008, apud DAL RI; BRABO, 2015, p. 122)

Mesmo atuando ativamente na democratização do país, nos anos de 1970 e 1980, e cada vez mais em todas as instâncias da sociedade, pesquisas mostram que os postos de comando e o poder político ainda são redutos masculinos [...]. Os movimentos femininos de qualquer tendência, no âmbito internacional, ressaltam ainda hoje a necessidade de uma ação política mais intensa das mulheres, pois esta está em descompasso com a participação da mulher na sociedade. Apesar do número crescente de mulheres com níveis mais elevados

de escolaridade em todo o mundo, há uma persistente concentração de mulheres em cursos tradicionalmente chamados de femininos.

A mulher sempre se remeteu a um lugar de inferioridade no âmbito familiar, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou as igualdades formal e material entre os cônjuges. A presunção de hipossuficiência da mulher é pressuposto de validade da referida lei, e por isso o Estado deve ofertar proteção especial para reequilibrar a desproporcionalidade existente.

A dominação masculina, em suas expressões de exploração e honra ao homem é reconhecida como forma de afirmação da virilidade. O assédio sexual, por exemplo, pode significar menos uma posse sexual e mais a confirmação da dominação.

O poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social; ele não é apenas compreendido nas instituições, pois não existe um centro material. Não está nas pessoas, nas instituições, muito menos em um cargo. O poder não é um objeto ou um sujeito, mas uma relação; são relações entre indivíduos e classes, indivíduos e instituições, polícia e prisão. Por isso, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, veicula o poder. As instituições são locais intensivos das relações de poder. Muito embora o poder esteja detectável nas máquinas de poder, ele não se limita a elas (SOUZA, et al., 2007).

O poder é visto como um objeto dos dispositivos e instituições; é o encontro de relações, saberes e subjetividades. É um signo que desponta em determinados lugares, apresentando múltiplo e dispersivo caráter. A funcionalidade do poder, transferido nos corpos e vontades, fornecem elementos teóricos para uma análise do saber. O objetivo do poder é de controlar a vida do indivíduo: controlá-los nas suas relações, na sua aprendizagem, deixa-los dóceis e adestrados (SOUZA et al., 2007).

Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) expressa duplo aspecto do poder: o poder visível e o invisível. A visibilidade do poder são as instituições, as disposições das máquinas, como formas terminais. O mecanismo fica invisível no interior onde circundam novas intensidades de poder, refletindo o cenário mental de uma época. Foucault (2017) distende a arqueologia do saber e a genealogia do poder referindo-se a sua formação de acordo com a sociedade capitalista, soberana e disciplinar. Não menospreza o poder centrado na economia, mas relaciona as diversas formas de poder, de acordo com a estruturação da sociedade; o poder é a constatação que percorre todas as relações em variados níveis.

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo [...] e também no nível do saber. O poder longe de impedir o saber, o produz. [...] Foi a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para se desprender dele vêm de todos esses vínculos. É por isso que a noção de repressão, à qual geralmente se reduzem os mecanismos do poder, me parece muito insuficiente, e talvez até perigosa (FOUCAULT, 2017, p. 239)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de poder são aprendidas; o homem aprende com o pai, também abusador, como tratar uma mulher seja gentil ou violentamente. Ao que diz respeito à mulher, se ela provém de um lar violento, onde a mãe era compassível com a violência, esta mulher tenderá a manter relacionamentos com homens semelhantes ao seu pai.

Atualmente, na sociedade contemporânea, as relações de poder têm substancialmente por base uma relação de forças instituída, em um momento historicamente determinado. Se o poder se exerce, o que é esse exercício? Em que consiste? Qual sua mecânica? Para Foucault (2017) em seu livro *Microfísica do Poder*, o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas é exercido em ação, em uma relação de forças. Podemos fazer um paralelo com a força exercida pelo homem contra a mulher para conseguir mantê-la sob seu domínio, mesmo esta sofrendo abusos. Qual a relação de poder existente entre eles? Amor, poder econômico, acuação, status social? Como medir esse poder? Alguma mulher tende a se reprimir mais do que outra?

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. **Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa nº 110, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2000, pp.67-104.

DAL RI, N.M.; BRABO, T.S.A.M. **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Marília/SP. Oficina Universitária: Cultura Acadêmica, 2015. 178 p. ISBN 978-85-7983-682-4

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2017. ISBN: 978-85-7753-296-4.

MAIA, M.M. Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. **Cadernos Pagu**. n°.46. Campinas jan./abr. 2016ISSN 0104-8333versão On-line ISSN 1809-4449. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332016000100223&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 30 set 2020

SOUZA, E.M. et al. Análise Genealógica: O estudo do poder nas empresas sob uma visão foucaultiana. **Revista Aulas: Dossiê Foucault**. Organização: Margareth Rago&Adilton Luís Martins. n. 3. dezembro 2006/março 2007. ISSN 1981-1225. Disponível em:<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1915>>. Acesso em: 30 set 2020.

SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR NO AMBIENTE LABORAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O AFASTAMENTO NO TRABALHO POR TRANSTORNO MENTAL

Daniela Fernanda Viotto, Nicoly Figueiredo Avanço, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: madakashima@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial no século XVIII foi um marco importante para a reorganização do trabalho, juntamente com a globalização, as evoluções dos sistemas de meio de comunicação, o aumento da competitividade no mundo, com mudanças rápidas e totalmente imprevisíveis, trazendo consequências como uma nova condição no mercado de trabalho (GIL, 2001).

Aumenta a preocupação a respeito da saúde mental dos trabalhadores, mas os resultados ainda não são os esperados. Segundo o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), as empresas estão mais preocupadas com as questões físicas e biológicas, do que com a saúde mental do trabalhador, dando a devida importância somente quando os problemas já estão instalados. Isso costuma ocorrer, pois a prioridade das empresas é buscar um grande nível de produtividade, resultando em sobrecargas altas, horas extras, falta de reconhecimento, custando ainda mais à saúde mental de seus colaboradores (BERTONCELLO; BORGES-ANDRADE, 2015).

A saúde mental do trabalhador pode ser deteriorada a partir do aumento do ritmo de trabalho e da crescente pressão diante de determinadas atividades exercidas (HELOANI; CAPITÃO, 2003). De acordo com Sievers e Muller (2015) confirmam que o aumento de sofrimento e psicopatologia do indivíduo se deu através das transformações sociais, culturais e tecnológicas do mundo capitalista. O trabalhador passa a sofrer com toda essa pressão desse avanço rápido que as empresas vêm buscando, assim eles passam a ver o ambiente do trabalho como algo dificultoso, interferindo na sua saúde emocional (HELOANI; CAPITÃO, 2003).

O trabalhador passa a desenvolver alguns desconfortos e sensações que antes não tinha como consequência de determinadas relações vivenciadas dentro do ambiente de trabalho (DEJOURS, 1992), gerando possíveis ansiedades, ataques de pânico,

estresse, Burnout ou possivelmente depressão. Segundo Mascarenhas et al., (2012) as doenças mais comuns são o estresse, a ansiedade e a depressão.

A Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda (BRASIL, 2017) expõe que no Brasil, os transtornos mentais e comportamentais são a terceira causa de afastamentos do trabalho no Brasil, conforme os dados apontados pela Previdência Social no ano de 2017, totalizando 668.927 casos, cerca de 9% do total de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez no período.

Como pudemos verificar, a prevalência de transtornos mentais e comportamentais é alta na população em geral e entre os trabalhadores. Assim, é de extrema importância o conhecimento sobre os afastamentos dos trabalhadores por doença mental, suas causas e conseqüências, pois as informações levantadas podem subsidiar ações de prevenção e promoção à saúde do trabalhador. Estudar a saúde do trabalhador é de interesse da psicologia organizacional e do trabalho, pois esta busca desenvolver seu trabalho numa perspectiva que envolve a organização em sua amplitude, a relação homem e trabalho, saúde mental e qualidade de vida, com o objetivo de resgatar o sentido do trabalho para o trabalhador (HELOANI, CAPITÃO, 2003).

O trabalho é essencial para o ser humano, ocupa grande parte da sua existência, estimula e cria sua identidade. Pode proporcionar ao trabalhador um sentido e significado, o sentimento de realização e bem-estar, ao invés de sofrimento e adoecimento (COUTINHO, et al., 2007). Através do trabalho, o homem constrói a si mesmo e o mundo à sua volta, mas este ao mesmo tempo também pode gerar adoecimento e sofrimento ao trabalhador. Assim, o objetivo dessa pesquisa é buscar maior conhecimento quanto a saúde mental do trabalhador e os afastamentos por transtorno mental no trabalho, analisando suas conseqüências e as possibilidades de ações do psicólogo organizacional e do trabalho.

2 MÉTODO

O presente trabalho de conclusão de curso utilizou-se dos conceitos de metodologia descritos no livro "Como elaborar projetos de pesquisa" (GIL, 2002), e através de critérios apontados em tal livro o projeto foi definido como uma pesquisa exploratória com o delineamento de pesquisa bibliográfica. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), tem como objetivo desenvolver maior proximidade com o problema, deixando-o mais explícito, criando a possibilidade de hipóteses e o aprimoramento de idéias.

Portanto a finalidade foi explorar o tema utilizando a pesquisa bibliográfica, ou seja, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), para proporcionar afinidade com o problema e auxiliar na compreensão do tema, podendo ocorrer construções de novas hipóteses sobre a questão. A pesquisa bibliográfica é construída a partir de etapas, sendo elas:

[...] escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes, f) leitura de material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; i) e redação do texto (GIL, 2008, p. 60/61).

Assim, a escolha do tema teve como fonte de inspiração o afastamento do trabalho por transtornos mentais. As fontes utilizadas foram livros e pesquisas nas bases de dados online como: Scielo, BVS, Pepsic, Periódicos Capes, Revistas Eletrônicas da PUC-SP e Google Acadêmico. Para esse trabalho foram utilizados treze artigos acadêmicos. As palavras-chave utilizadas nas pesquisas foram: saúde mental, Saúde mental do trabalhador, Afastamento por transtorno mental, Transtorno mental e Transtorno mental comum.

Para a escolha dos artigos trabalhados, foram feitas leituras dos títulos dos artigos como primeiro critério de exclusão, pois apareceram vários artigos com títulos distantes do objetivo da pesquisa. Após a primeira seleção, realizou-se leituras dos resumos para analisar se os artigos se adequavam ou não com a proposta do trabalho. Além desse critério de escolha, outra estratégia adotada foi de analisar as referências bibliográficas de alguns artigos encontrados e selecionar alguns deles por semelhança com o tema desse trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O transtorno mental é uma síndrome ou um padrão psicológico de uma anormalidade clínica psíquica, emocional ou comportamental de uma pessoa, que passam a refletir isso nos processos biológicos, psicológicos e do desenvolvimento funcional e mental de um indivíduo, como também interações sociais, possibilidades de autocrítica. Os transtornos mentais são resultados de vários fatores, como alterações no funcionamento do cérebro, fatores genéticos, condições de educação, fatores da personalidade da pessoa, estresse muito elevado, perdas, decepções, frustrações e sofrimentos físicos e psíquico que abalam o emocional da pessoa, agressões contra sua própria ordem física e psicológica dentre outras (AMARAL, 2011 apud OLIVEIRA, 2012).

O afastamento do trabalho que vem por conta do adoecimento profissional, volta os trabalhadores a se privarem de sua rotina cotidiana, assim as relações com familiares, tendem a ficarem tensas. A quebra de traço identificatório que advém pelo adoecimento profissional e da incapacidade, também é alterada, como por exemplo, outras capacidades sociais que se resumem em ser um bom marido, um bom pai, filho ou mãe (TITTONI; NARDI, 2008). O sentimento de vergonha ao estar doente predomina o trabalhador fazendo com que eles não demonstrem seu adoecimento, para não sofrer uma acusação, passando a internalizar que são os próprios causadores de suas doenças, assim comprovando pra si mesmos que são frágeis improdutivos e incapacitados (TITTONI; NARDI, 2008).

Assim, as pessoas que ficam ausentes de seu ambiente de trabalho por conta dos afastamentos tendo pelo motivo de transtornos mentais adquiridos no ambiente de trabalho têm aumentado cada vez mais, ficando em terceiro lugar no auxílio-doença nos anos de 2013, 2014 e 2015, ficando assim atrás apenas por afastamentos por causas externas e transtornos osteomusculares (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2015 apud BASTOS, et al., 2018). Os transtornos ansiosos estão como a segunda causa que geram mais afastamentos entre os TMC, esse tipo de transtorno se relaciona com o ambiente de trabalho que são estressores psicossociais desfavoráveis, excesso de trabalho, recompensas inadequadas e condições ruins de trabalho (SANTANA, et al., 2016 apud RIBEIRO, et al., 2019).

A ligação entre condições de trabalho e os transtornos de ansiedade é confirmada por diversos autores, considerando um fator importante realizar intervenções para prevenir ou reduzir, para assim ocorrer à diminuição dos afastamentos (RIBEIRO, et al., 2019).

O desafio maior para a ação do Psicólogo Organizacional e do trabalho é estabelecer o nexos causal entre os transtornos mentais e os aspectos organizacionais do trabalho. Principalmente na investigação diagnóstica em saúde mental e trabalho ao combinar diferentes técnicas, como, por exemplo, entrevistas e testes psicológicos. Assim, nesse processo deve-se investigar o trabalho, por meio da anamnese ocupacional, levantar os aspectos da organização do trabalho, as exigências físicas e mentais, questionar sobre a percepção do trabalhador a respeito dos riscos do processo de trabalho e as condições ambientais. O nexos entre saúde/doença mental pode exigir

uma atuação interdisciplinar, na qual o psicólogo tem papel de importante (SOUZA, 2013).

O profissional da psicologia organizacional e do trabalho, pode desenvolver um trabalho de medidas preventivas, através do diagnóstico organizacional, identificando o ambiente de trabalho, as relações de subordinados e cargos hierarquicamente superior, cabendo ao psicólogo, após análise dos resultados propor mudanças para resultar em benefícios à saúde do trabalhador (MOREIRA; SILVA, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi de compreender a saúde mental do trabalhador e os afastamentos por transtorno mental no trabalho, analisando suas conseqüências e possíveis ações do psicólogo organizacional e do trabalho. A relação entre condições de trabalho e os transtornos de ansiedade é confirmada por diversos autores, confirmando os dados encontrados nas pesquisas realizadas em diferentes locais de trabalho que apontam a correlação do transtorno mental/saúde mental e o ambiente laboral (DEJOURS, 1992 apud CORDEIRO, et al., 2016).

Nesse sentido destaca-se a importância da atuação do profissional da psicologia organizacional e do trabalho, inserido em uma organização, no papel de prevenir e intervir para garantir a saúde do trabalhador. Este deve dar importância e realizar esforços por meio de ações para identificar os fatores determinantes do sofrimento e adoecimento mental presentes na organização do trabalho, para subsidiar ações transformadoras dessa situação.

A ação do psicólogo quanto aos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho não deve se restringir a uma unidade especializada mas à todos os serviços, privados ou públicos (Sistema Único de Saúde), como as unidades de atenção básica, ambulatórios de especialidades, Centros de Atenção Psicossocial, etc. No campo das organizações, o Psicólogo busca compreender a relação trabalho e saúde em suas especificidades ao considerar os aspectos organizacionais, as condições e processos de trabalho, olhar para a vivência subjetiva no trabalho e analisar as repercussões para a saúde mental dos trabalhadores (SOUZA, 2013).

O enfrentamento dos agravos à saúde mental relacionados ao trabalho é bastante débil, pois geralmente existe uma realidade de contradições e dificuldades (HELOANI; CAPITÃO, 2003). Assim, as questões que envolvem a saúde do trabalhador devem ser

compreendidas pela psicologia organizacional e do trabalho e serem foco de estudos mais aprofundados.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. L. A. et al. Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. 2018. v. 16, n.1, p.53-59. Disponível em: < <http://www.rbmt.org.br/details/293/pt-BR>>. Acesso em: 16 de mai. 2020.

BERTONCELLO, B; BORGES-ANDRADE, J. E. Relações entre Suporte Organizacional e Saúde Mental do Trabalhador. **R. Laborativa**, v. 4, n.2, p.85-102. Assis. 2015. Disponível em: < <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1298>>. Acesso em: 06 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Blog da Saúde. Promoção a saúde. **Transtornos mentais são a 3ª principal causa de afastamentos de trabalho**. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52979&catid=579&Itemid=50218>. Acesso em: 07 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016. **1º Boletim sobre Benefícios por Incapacidade**, 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wpcontent/uploads/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

CORDEIRO, T. M. S. C. et al. Notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre trabalhadores na Bahia: estudo descritivo, 2007-2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. 2016. v. 25, n. 2, p. 363-372. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222016000200363&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 15 mai. 2020

COUTINHO, C. M; KRAWULSKI, E; SOARES, P. H. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, 2007. v. 19, n° especial, p. 29-37. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 de mai. 2020.

DEJOURS, C. A Loucura do trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1992.

GIL, A. C.. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas. 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed, 2002.

HELOANI, J. R; CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, 2003. v. 17, n. 2, p. 102-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de jun. 2020.

MASCARENHAS, S. A. N. et al. **Necessidades da gestão do estresse, ansiedade e depressão em estudantes universitários brasileiros**. 9º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde. p. 817-822. 2012.

MOREIRA, G. L. DE. C. B.; SILVA, S. P. C. E. Desafios da Gestão na Saúde: Possíveis Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho. **Id on line Rev.Psic**, vol.10, n. 31., set-out 2016. Disponível em:< <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/482>> Acesso em: 23 set 2020.

OLIVEIRA, V. C. de B. **Transtorno Mental no Trabalho**. Sistema de Gerenciamento de Conteúdo. Secretaria de Estado da Saúde. Goiás, 2012. Disponível em: < <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-09/transtorno-mental1.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

RABELO, L. Di. B. C; SILVA, J. M. A; LIMA, M. E. A. Trabalho e Adoecimento Psicossomático: Reflexões sobre o problema do Nexo Causal. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38, n. 1, p. 116-128. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000100116&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 13 mai. 2020.

RIBEIRO, H. K. P. et al. Transtornos de ansiedade como causa de afastamentos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. [online]. 2019. v. 44, n.1, p.1- Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0303-76572019000101501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 mai. 2020.

TITTONI, J; NARDI, H.C. Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional. In JACQUES, M. G. C. et al. **Org. Relações sociais e ética** [online]. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 70-80. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-10.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2020.

SEQUELAS DO CÁRCERE: OS DANOS PSICOLÓGICOS DA PESSOA SUBMETIDA AO SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO

Ana Carolina Corrêa Motta, Gabriele Fernanda Poyo, Grasiela Lima, e-mail: gabipoyo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência no mundo atual é uma das principais preocupações de estudiosos, governantes e de cidadãos de um modo geral. Faz parte dos noticiários diariamente, o que aumenta a sensação de insegurança em diferentes países.

Os dados divulgados nos últimos anos por instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas) e OMS (Organização Mundial da Saúde), apontam índices crescentes de violência em diversas regiões do mundo, resultando em busca de soluções através de pesquisas, políticas públicas e mudanças na legislação, entre outras ações.

Contudo, existe consenso entre os estudiosos das ciências humanas que “tem focalizado a violência como fenômeno gerado nos processos sociais, históricos e culturais, afirmando a inadequação de estudar a violência de forma independente da sociedade que é responsável pela sua produção” (RISTUM, 2001, p. 93).

Sendo assim, o presente trabalho pretende discutir o sequestro e o cárcere privado como temas correlacionados contextualizados no âmbito dos fenômenos violentos, destacando-se as consequências psicológicas nas suas vítimas.

Na legislação brasileira, o sequestro e cárcere privado são considerados crimes com privação de liberdade. Nesse sentido, o art. 148 do Código Penal (CP) define o sequestro e cárcere privado e determina suas penas de acordo com características específicas:

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado: (Vide Lei nº 10.446, de 2002)

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005)

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias.

IV – se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

V – se o crime é praticado com fins libidinosos. (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:
Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Como previsto no art. 148 do CP, o sequestro e o cárcere privado são crimes contra a liberdade individual, onde a pessoa é impedida de se locomover livremente, sendo presa contra a sua vontade. No cárcere a vítima tem pouco espaço de locomoção, como ficar presa em um pequeno quarto ou banheiro.

O sequestro e o cárcere ocorrem com o ato de deter e reter alguém, e a diferença entre eles é o espaço no qual se detém a vítima, pois no sequestro o local é maior, como uma casa, por exemplo, onde a vítima pode se locomover entre vários ambientes; no cárcere o espaço é pequeno, como um banheiro, por exemplo, causando uma locomoção restrita a outros ambientes do lugar (ROCHA, 2008).

De qualquer forma, o crime de sequestro e cárcere privado pode causar traumas e sérios transtornos psíquicos imediatos ou tardios em suas vítimas.

De acordo com a ciência psicológica, dano psicológico é a deterioração das funções psicológicas acarretados após uma ação deliberada ou culposa de alguém que traz para vitima prejuízos tanto morais e materiais (CRUZ; MACIEL; 2005).

Segundo Cruz e Maciel (2005), descrevem que o dano psicológico pode ser caracterizado pela identificação de alguns elementos ou o conjunto dos mesmos, tais como: presença de alteração do comportamento, emitido anteriormente (alteração do sono, alimentação, concentração, irritabilidade, hipervigilância), alteração nas competências cognitivas ou relacionais, restrição nas relações afetivas, aumento do grau de constrangimento e desconforto, implicando em uma limitação do grau de autonomia do sujeito, perda ou diminuição da auto-estima, grau elevado de insegurança, motivação com a presença de estresse prolongado, diminuição na qualidade de vida e reatividade fisiológica.

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V (APA, 2013), mostra que algumas dessas características estão relacionadas aos Transtornos de Estresse Pós-Traumático (309.81) (CRUZ; MACIEL; 2005), transtorno este que abordaremos no decorrer deste artigo.

É nesse contexto que se situa o presente estudo, que tem por objetivo geral pesquisar a magnitude dos danos psicológicos que o sequestro com cativo acarreta na vítima e quais consequências trazem após a vivência traumática, com ênfase no Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

2 MÉTODO

A presente pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica, que é, basicamente, uma revisão de literatura sobre determinado tema de um trabalho científico, podendo este ser realizado em livros, artigos de jornais, sites da internet, entre outros (PIZZANI et al, 2012).

Segundo Boccato (2006) apud Pizzani; Silva; Belo; Hayashi (2012), uma pesquisa bibliográfica buscar a resolução de uma hipótese por meio de referências teóricas, analisando as várias contribuições científicas que trará tópicos para o conhecimento de acordo com o que foi pesquisado.

Para a realização deste estudo, primeiramente foi feito contato via e-mail com o Dr. Guido Arturo Palomba, um psiquiatra forense que se graduou em 1970 pela faculdade de Ciências Médicas de Santos e especializou-se em Psiquiatria Forense com título reconhecido pela Associação Médica Brasileira, Associação Médica Brasileira de Psiquiatria e Sociedade Brasileira de Medicina Legal. O referido especialista é perito habilitado nos tribunais judiciários de São Paulo desde 1975 até os dias atuais, e autor do livro *Insania Furens - Casos Verídicos de Loucura e Crime* (Editora Saraiva, 2017), o qual nos foi presenteado e recebido de bom grado, servindo de base para a realização do levantamento bibliográfico e fundamentação teórica para a discussão do tema.

Posteriormente, foi realizado contato via e-mail com o Prof. Dr. Flávio Rodrigo Masson Carvalho, formado em Direito e pós-graduado em Psicanálise, atuando na linha de pesquisa voltada para a interpretação da perversão e psicopatologias, e que também nos ajudou com a indicação de vários artigos sobre o tema.

A partir da leitura dos materiais enviados, entendemos quais palavras-chave eram mais eficazes na pesquisa de material, foi realizado então um levantamento de revisões de literatura em livros, teses, filmes e artigos científicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dicionário, a palavra sequestro, sequestrar, significam apossar-se de alguém por meio de violência, a fim de recebimento de resgate. O cárcere é manter irregularmente essa pessoa em um determinado local.

A pessoa submetida ao sequestro seguido de cárcere sofre tortura física e/ou psicológica (MARTIN, 2005). A lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997, define o crime de tortura:

- I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:
 - a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
 - b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
 - c) em razão de discriminação racial ou religiosa;
- II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

O sequestro não afeta somente a pessoa sequestrada, ele afeta também sua família, amigos, vizinhos, e outras pessoas que convivem com a vítima. Muito antigamente, o sequestro era visto como algo normal para o tráfico de pessoas, vindo depois a ter finalidade política, financeira e comprovação de poder (FERREIRA-SANTOS, 2006).

A palavra Criminologia, atribuída por Raffaele Garofalo (1851-1934) mas criada por Topinard (1830-1911), é uma ciência empírica que tem seu objeto de estudo a criminalidade, considerando as causas e concausas da criminalidade, as manifestações, os efeitos e a política, assim como a insegurança da criminalidade.

Quando tratamos de conceitos criminológicos, o comportamento humano está presente quando relacionado crimes com distúrbios de personalidade como neuroses, personalidades psicopáticas, psicoses e parafilias, que acabam levando o criminoso a praticar tais atos contra outras pessoas.

Na área da Psicologia, aplica-se a questão da personalidade, que trabalha a partir de questões de personalidade imatura, impulsiva ou agressiva do criminoso, onde a estrutura psíquica do indivíduo que está a cada dia em desenvolvimento e é influenciada por fatores externos e internos, e que muito provavelmente acabam por impulsionar a execução de práticas criminosas (ALMEIDA, 2018).

Por fim, quando se tratando de questões sociais salienta-se que este envolve a pobreza, desemprego, moradia, fome, política, miséria, mal vivência, cultura, civilização, escola, rua, profissão, guerra, densidade demográfica, urbanização, industrialização e migração e imigração, portanto sabendo o volume de questões pertencentes ao fator social, seja ela interna ou externa, ratifica-se que o indivíduo é condicionado a prática criminosa (GARRIDO, 2006).

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é classificado como um transtorno associado a alterações cognitivas (KRISTENSEN et al, 2006).

Quando a pessoa vivencia um trauma, essa experiência fica armazenada na memória. Futuros eventos semelhantes ativam as sensações despertadas no evento traumático (evento exclusivo) e esses sentimentos alarmantes acabam por ser generalizados a outros eventos (CAMINHA, 2004). A memória realça a memória do trauma, fazendo com que ela ganhe destaque em cima das outras memórias, tornando essa experiência tão intensa, causando assim danos ao indivíduo que, sozinho, não consegue identificar esse ciclo de memória e meio de confrontação ao estresse.

Paulo Knapp e Renato Caminha (2003) descrevem o tratamento do transtorno de estresse pós-traumático baseados na terapia cognitiva sendo está uma forma de tratamento eficaz que trabalhará nas etapas que favorecerão a parte cidade social para que o indivíduo não sofra tanto com os impactos do estresse causado pelo trauma. Que independente da modalidade do tratamento na terapia cognitiva, baseados na literatura, é a que tem melhor apresentado altos índices de eficácia.

Quando relacionado um tratamento psicoterapêutico junto ao farmacológico os resultados positivos são maiores quando comparados a tratamentos isolados. Salienta-se uso de antidepressivos, em especial os que possuem atividade serotoninérgica como fluoxetina, sertralina, paroxetina, citalopram e escitalopram, são mais eficazes no tratamento de transtorno de estresse pós-traumático quando associado à psicoterapia (BERNIK et al, 2003).

Segundo Caminha (2004), outro aspecto que contribui não somente para o enfrentamento do TEPT, mas também para a prevenção dos sintomas, é o amparo social, sendo ele por amigos, alguém da família, igreja, escola, grupos de apoio, entre outros. Um grupo de sobreviventes de violência doméstica dos Estados Unidos e Canadá formaram grupos onde os participantes relatavam a experiência vivida e as dores. Os participantes conseguiram com essa experiência preservar a saúde mental.

O psicólogo mostra que qualquer experiência passada, mesmo não lembrando diretamente do trauma, podem trazer os mesmos sentimentos vividos a tona novamente. Essa lembrança aparece em nossa cabeça sem ser convidada. Caminha (2004) ressalta que: “O processo terapêutico permite que o paciente transforme a memória traumática (...) em memória episódica, ou seja, o paciente até lembra dos fatos ocorridos, mas sem o forte conteúdo emocional” (p. 278).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre as sequelas do sequestro e cárcere privado, em especial o TEPT, são bastante incipientes em nosso país. Sendo assim, salientamos a necessidade de aprofundamento nos estudos sobre os traumas de natureza grave nas vítimas, uma vez que os crimes citados geram muitas vezes consequências pelo resto da vida da vítima.

A falta de interesse e de pesquisas sobre o assunto reflete também nas possibilidades concretas de atendimento público especializado às vítimas, numa perspectiva multiprofissional, restando às mesmas aprender noções básicas fornecidas pela Polícia para evitar novo sequestro, e procurar atendimento Psicológico e Psiquiátrico contínuo por conta própria.

Dentre os sintomas de TEPT listados do DSM-V, os que mais se manifestam nas vítimas são: lembranças do evento traumático, sonhos relacionados ao evento, flashbacks, sofrimento psicológico, reação fisiológica, crenças negativas sobre si e o mundo, condição emocional negativa e sono irregular. Assim sendo, vemos o quão grave pode ser a TEPT visto que em todos os casos relatados no presente artigo, é notável vulnerabilidade emocional ocasionada pelo evento traumático. A gravidade do TEPT diminui, mas não desaparece e, se não for tratada, a vítima continua sofrendo sem o devido tratamento.

Sendo assim, é imprescindível que a vítima de sequestro e cárcere tenha acompanhamento psicológico, psiquiátrico, judicial e médico ante a gravidade do trauma vivido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. H. **Fatores biopsicossociais da conduta criminosa e sistema de justiça juvenil: avaliação do comportamento antissocial, através da escala hare PCL-YV, de adolescentes femininas em conflito com a lei.** 2018. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14954/1/000495028-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 24/08/2020.

BERNIK, M.; LARANJEIRAS, M.; CORREGIARI, F. Tratamento farmacológico do transtorno de estresse pós-traumático. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 25, supl. 1, p. 46-50, June 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06/08/2020.

CAMINHA, R.M. Transtorno De estresse pós-traumático. In: KNAPP, P. (Orgs). **Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica**. Edição 1, editora Artmed, pp 267-279, 2004.

CRUZ, R.M.; MACIEL, S.K. Perícia de danos psicológicos em acidentes de trabalho. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 120-129, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06/05/2020.

FERREIRA-SANTOS, E. Avaliação da magnitude do transtorno de estresse em vítimas de sequestro. 2006. **Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**. [Orientador: Prof. Dr. Paulo Hilário Nascimento Saldiva].

GARRIDO, A. C. O. Fatores sociais de criminalidade. **Revista sistema penal & violência**, v. 4, 2006. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/FATORES_SOCIAIS_DE_CRIMINALIDADE_.pdf. Acesso em: 24/08/2020.

KNAPP, P.; CAMINHA, R. M. Terapia cognitiva do transtorno de estresse pós-traumático. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 25, supl. 1, p. 31-36, June 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06/08/2020.

KRISTENSEN, Christian Haag; PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta; KASZNIAK, Alfred W.. Transtorno de estresse pós-traumático e funções cognitivas. **PsicoUSF**, Itatiba, v. 11, n. 1, p. 17-23, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06/08/2020.

PIZZANI, L., et al. (2012). A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação**, 10(2), 53-66. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 11/05/2020.

RISTUM, M. O conceito de violência de professores de Ensino Fundamental. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, 2001.

ROCHA, J.S. A incidência dos danos psíquicos em vítimas de sequestro e cárcere privado à luz do Código Penal. 2008. **Cient. ESMPU**, Brasília, a. 7 – n. 28/29, p. 107-144 – jul./dez. 2008. Disponível em: <http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/bc-28-e-29/a-incidencia-dos-danos-psiquicos-em-vitimas-de-sequestro-e-carcere-privado-a-luz-do-codigo-penal>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

SERVIÇO ESCOLA DE PSICOLOGIA: IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA NAS DIVERSAS REGIÕES DO BRASIL

Guilherme Henrique de Oliveira, Rosicleia Pereira Albuquerque, Karina Tozze, e-mail: karinatozze@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A psicologia, como área de formação profissional, apresenta uma preocupação expressiva em relação ao serviço-escola, pois é neste local que os alunos poderão colocar em prática a teoria aprendida e estudada durante o curso. Neste sentido, acompanhando o movimento de reflexão sobre a formação e atuação do psicólogo, a caracterização do funcionamento dos serviços-escola existentes, colabora para a construção de um corpo de conhecimentos acerca de como a formação do psicólogo está sendo efetivada no Brasil (FERNANDES; SILVARES; MIYAZAKI, 2017).

Diante disso as clínicas escolas possuem um papel importante para a formação de profissionais adequadamente habilitados, capazes de atuar, com seus conhecimentos e práticas, diante das demandas atuais da sociedade (PERES; SANTOS; COELHO, 2003).

Com isso, para além do aspecto acadêmico, as clínicas-escolas também desempenham um importante papel social, uma vez que oferecem à comunidade em geral, e principalmente a de baixo poder aquisitivo, a possibilidade de acesso a um atendimento psicológico gratuito ou de baixo custo realizado sob supervisão de profissionais qualificados (PERES; SANTOS; COELHO, 2003).

Tornou-se importante a realização de investigações e pesquisas que buscassem desenvolver meios que pudessem simultaneamente ampliar o atendimento a um maior número de pessoas na comunidade, mantendo a qualidade do serviço realizado por estudantes (HERZBERG; CHAMMAS 2009) e, ao mesmo tempo, adequando-os às necessidades sociais pertinentes ao momento histórico e às características regionais nas quais estavam inseridos.

Uma vez que o Brasil é um país que possui um processo de construção marcado pela diversidade cultural, desde da sua colonização até os dias atuais. Tais diferenças são identificadas no contexto que envolvem os fatores sociais e econômicos apresentados por cada região. Cox Jr. (1993, p. 5-6) apud Hanashiro e Carvalho (2005) aborda a diversidade cultural como “a representação, em um sistema social, de pessoas

com afiliações a grupos claramente diferentes em termos de significado cultural”. A questão da diversidade em um contexto de sistema social é caracterizada por um grupo majoritário e por grupos minoritários, isto é, aqueles grupos com menor representatividade no sistema social, comparados ao grupo majoritário. Este grupo também corresponde àqueles membros que têm historicamente mais poder e recursos econômicos, quando comparados aos membros dos grupos minoritários (SANTOS; PALES; RODRIGUES, 2014).

Nesse sentido, se faz pertinente indagações, as quais destaca-se a seguinte: As queixas principais identificadas nos atendimentos do serviço-escola de psicologia diferem entre as regiões do Brasil? Desse questionamento surgem a hipótese de que os fatores socioeconômicos e culturais podem influenciar no tipo de queixa apresentada em atendimento psicológico.

A partir disso, a presente pesquisa se faz relevante para o conhecimento e desenvolvimento de novos parâmetros dos serviços oferecidos nos SEs (Serviços-Escola). Trazendo contribuições para o funcionamento das instituições, na identificação e levantamento de queixas, o que se faz indispensável para aperfeiçoamento e planejamento de medidas mais efetivas e da eficiência dos serviços oferecidos, embasando práticas que atendam às necessidades da população, traçando ações mais produtivas, possibilitando a ampliação dos atendimentos prestados, procurando e adequando as necessidades percebidas, visando à manutenção e a qualidade do atendimento.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar um levantamento literário das contribuições de 20 artigos publicados no período compreendido entre 2005 e 2020 sobre as características do público atendido nos serviços-escola de Psicologia do Brasil. De maneira específica, apresenta como objetivos: (a) fazer um levantamento das queixas mais recorrentes identificadas nos atendimentos oferecidos pelos serviços-escola, (b) analisar se essas queixas se diferem entre as regiões do país e (c) identificar possíveis impactos na atividade científica do país na produção de estudos que envolvam os serviços-escola.

2 MÉTODO

Este trabalho se constitui em uma pesquisa bibliográfica, que segundo (GIL, 2008), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de

livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

O presente trabalho tem como material de pesquisa para a coleta de dados, artigos científicos e revisões bibliográficas encontrados nas bases de dados online Google acadêmico, Pepsic, Scielo e Periódico Capes. Os descritores utilizados para o levantamento dos artigos foram: clínica-escola; psicologia; perfil e caracterização, serviço-escola, diversidade regional e produção científica.

Esse levantamento levou em consideração artigos produzidos em território nacional, entre os anos de 2005 e 2020. A seleção dos artigos se deu pelo “assunto”, que deveriam trazer os descritores acima, com exceção dos dois últimos descritores, bem como alguns artigos utilizados no tópico Resultados e Discussão que compreendem publicações de outros períodos.

Após a coleta de materiais, foi realizado um levantamento sobre as demandas e as psicopatologias de pacientes presentes nos serviços-escola no Brasil e as faixas etárias desses pacientes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados a seguir, são referentes à pesquisa de 20 artigos, dos quais, 9 (45%) apresentam atendimentos realizados com crianças e adolescentes, 7 (35%) com faixa etária variada e apenas 4 (20%) com adultos.

No tocante à variável referente ao sexo e a idade dos indivíduos, houve predominância do sexo masculino nos atendimentos realizados com crianças e adolescentes, compreendendo a faixa etária de 0 a 17 ano. Já os atendimentos realizados com a população adulta, com faixa etária a partir de 18 anos, houve predominância do sexo feminino.

Com relação ao nível escolaridade e a profissão/renda apresentada, grande parte da população possui o ensino fundamental incompleto, esses dados foram encontrados até nos estudos realizados com adultos. Possuem diversas profissões e apresentam renda mensais de 1 a 2 salários mínimos.

No que se refere às queixas, entre as crianças e adolescentes aparecem dificuldades de aprendizagem, agressividade, ansiedade, entre outras. Entre os adultos

as queixas mais recorrentes são depressão, ansiedade e problemas de relacionamentos familiares.

3.1 CONCENTRAÇÃO NACIONAL EIXO SUL E SUDESTE: IMPACTOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE CONTEÚDOS SOBRE SERVIÇOS-ESCOLA EM PSICOLOGIA

Sobre as origens dos artigos pesquisados, observa-se grande concentração de estudos com atendimento de serviços-escola de Psicologia publicados nas regiões Sul e Sudeste do país, em especial na região Sul. como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 - Origens das publicações revisadas.

REGIÕES DO PAÍS	F (%)	ESTUDOS
Norte	15%	NAKAMURA et al., 2008; MENEZES, 2013; SCHIDWEIN, 2017
Nordeste	0%	-
Centro-oeste	5%	SANTEIRO et al., 2013
Sudeste	25%	ROMERO; OLIVEIRA, 2008; RODRIGUES et al., 2012; PORTO et al., 2014; VAGOSTELLO et al., 2017; FERNANDES et al., 2017.
Sul	55%	CUNHA; BENETTI, 2009; JUSTEN et al, 2010; MARAVIESK; SARRALTA, 2011; MACEDO et al, 2011; SOUZA; CORREA, 2013; BORSA et al, 2013; VIVIAN; TIMM; SOUZA, 2013; OLIVEIRA; SANTOS; BORTOLON, 2013; SOUSA et al, 2014; MARTINS et al, 2015; SEI et al, 2019.

FONTE: OS AUTORES (2020)

A predominância da publicação de tais estudos na região Sul e a escassez de publicação nas demais regiões, impossibilita identificar se as queixas apresentadas em atendimento de serviço-escola de psicologia se diferem entre as regiões do país.

3.2 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA E OS SERVIÇOS-ESCOLA OFERECIDOS NO BRASIL

Sobre a formação do profissional de Psicologia e os serviços-escola oferecidos no Brasil, existem 864 instituições cadastradas no MEC. A tabela a seguir apresenta esses dados por região.

Tabela 2 - Número de instituições que oferecem curso de Psicologia por região

REGIÕES DO PAÍS	Nº DE INSTITUIÇÕES	F (%)
Norte	73	8,4%
Nordeste	214	24,8%
Centro-Oeste	96	11,1%
Sudeste	321	37,2%
Sul	160	18,5%
TOTAL	864	100%

FONTE: OS AUTORES (2020)

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2011 estabelece no Art. 25. O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação da (o) psicóloga (o), congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e as demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido. Portanto, entende-se que todas as instituições de ensino superior que oferecem o curso de Graduação de psicologia e que fazem parte da estatística apresentada na tabela anterior, oferecem o Serviço de Psicologia Aplicada.

Nesse sentido, 37,2% dos serviços-escola estão no Sudeste, 24,8% no Nordeste, 18,5%, no Centro-Oeste 11,1% e o Norte detém 8,4% deste serviço. No entanto, apesar das regiões Sudeste e Nordeste oferecerem um número maior de serviço-escola, é a região Sul que apresenta um número maior de estudos realizados em atendimentos de serviço-escola de psicologia no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atendimentos em serviço-escola é um requisito para que se obtenha a graduação no curso de Psicologia, além de ser um importante serviço oferecido à comunidade onde está inserido o mesmo. Diante disso, esta pesquisa procurou identificar as principais queixas apresentadas nesse tipo de atendimento e se as mesmas diferem entre as regiões do país, bem como identificar os possíveis impactos da produção científicas nos estudos realizados com essa temática, levando em

consideração que o Brasil possui uma considerável diversidade cultural na sua construção.

Através do levantamento literário de diversos estudos que trazem o perfil sociodemográfico da população atendida nesse tipo de serviço, observou-se que grande parte desses estudos foram produzidos e publicados nas regiões Sul e Sudeste do País. Pesquisas realizadas sobre a produção científica do país mostram que em 2009, somente sete universidades, localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, foram responsáveis por cerca de 60% dos trabalhos publicados em periódicos internacionais. Essa predominância observou-se ainda no tocante aos cursos de graduação de Psicologia e conseqüentemente nos serviços-escola oferecidos no país.

Diante disso e da escassez de publicações nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de pesquisas relacionadas à problemática apresentada no presente estudo, não foi possível identificar se as queixas apresentadas pela população atendida nos serviços-escola de Psicologia no Brasil podem ser influenciadas pelos fatores socioeconômicos e culturais vivenciados por cada região.

Se fazendo assim, necessário intensificar o investimento de verbas, por parte da administração pública do país, em projetos voltados para a pesquisa científica, principalmente nas regiões economicamente menos favorecidas, como foi identificado nessa pesquisa. Bem como a realização de outras pesquisas com temática que compreendem períodos diferentes dos estudados no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, L. F. B.; SILVARES, E. F. M.; MIYAZAKI, M. C. de O. S. Caracterização da população atendida em ambulatório de Psicologia da Saúde de um hospital-escola. **Contextos Clínicos**, v. 10, n. 2, p. 145-156, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2017.102.01>. Acesso em: 15/02/2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Tectos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em 12/05/2020.
- HANASHIRO, D. M.; CARVALHO, S. G. **Diversidade Cultural: Panorama Atual e Reflexões para a Realidade Brasileira**. REAd – Edição 47 Vol. 11 No. 5, set-out 2005.

HERZBERG, E.; CHAMMAS, D. **Triagem estendida: serviço oferecido por uma clínica-escola de psicologia.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2009, vol.19, n.42, pp.107-114. ISSN 1982-4327. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000100013>.

Ministério da Educação. e-MEC- Sistema de Regulação do Ensino Superior. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. 2020.

PERES, R. S.; SANTOS, M, A.; COELHO, H. M. B. Atendimento psicológico a estudantes universitários: considerações acerca de uma experiência em clínica-escola. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 20, n. 3, p. 47-57, setembro/dezembro 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250050920>. Acesso em 12/05/2020.

SANTOS, G. PALES, R.; RODRIGUES, R. C.; S. G. Desigualdades regionais no Brasil – 1991-2010. **Revista Científica Internacional**. 1679-9844. Nº 31, volume 1, artigo nº 6, outubro/dezembro 2014. Disponível em: <http://interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/304>. Acesso em 19/07/2020.

SEXY CANVAS E O MARKETING

Bianca Giordana Zaniratto, Fábio Rogério de Oliveira Filho, Maria Natanaiana da Silva, Stephany Cristina Ferreira Sanches, e-mail: biancazaniratto@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Sexy Canvas é uma ferramenta nova que busca analisar as sensações que produtos/serviços ou marca provocam nos consumidores. Um mecanismo criado por André Diamand¹ que busca enaltecer as marcas e deixá-las encantadoras. Consiste em analisar as sensações que o produto proporciona no ser humano. Funciona de forma simples e prática e eletriza a cabeça dos clientes. Eletrizar a cabeça de um cliente é a maneira mais simples de convencê-lo a fazer uso de determinados produtos/serviços.

O Sexy Canvas trabalha em cima das percepções dos setes pecados capitais: avareza, gula, inveja, ira, luxúria, preguiça e vaidade; e também dos elementos da criança interior: amor, curiosidade, diversão, liberdade, pertencimento, recompensa e segurança, totalizando 14 itens dessa metodologia.

Esse sistema de análise se torna muito importante, uma vez que, aprender e entender o comportamento dos compradores é essencial para as empresas, saber identificar os desejos e necessidades e, por consequência, aprimorar seus conhecimentos, e tomar decisões assertivas para o seu negócio, oferecendo assim serviços melhores.

Neste sentido, o marketing e o Sexy Canvas andam lado a lado, pois os consumidores são complexos em sentimento, pensamentos e posicionamentos, e são influenciados pelo ambiente onde vivem e suas culturas. Portanto, é de extrema importância que as marcas proporcionam meios no processo de compra, mediante de estímulos de marketing que potencializam ainda mais esta ação.

Assim sendo, para os profissionais de marketing, compreender o consumidor (como agem, sentem, pensam) é agregar conhecimento para cumprir com o propósito de satisfazer os clientes. Contudo, o Sexy Canva traz uma metodologia que ajuda a

¹ Andre Diamand, fundador e CEO da VentureOne Startups, que é formado em Engenharia Eletrônica pela UFRJ e autor de papers de computação gráfica, inteligência artificial e segurança da informação. Criou a metodologia tem o nome "sexy" em homenagem a teoria da sexualidade, de Sigmund Freud. Já o "canvas" - que significa tela de pintura, em inglês - é uma folha de papel em que serão analisados os pontos que "eletrificam" ou não.

desvendar as necessidades dos clientes, para proporcionar uma experiência melhor e mais atrativa, ou seja, ela se torna um mecanismo importante para esses profissionais.

2 MÉTODO

O sexy canvas como ferramenta potencializadora de consumo.

Essa nova metodologia tem como objetivo eletrificar a cabeça de qualquer pessoa, seja na vida pessoal ou profissional. O Sexy Canvas ajuda a entender os acontecimentos de outra maneira, com base nos sentimentos/emoções. Ele serve para qualquer tipo de relação dentro da vida de um ser humano, e dentro de uma empresa é possível utilizá-lo para mudar o nome, criar um slogan e realizar campanhas atrativas que vão deixar o seu cliente muito mais encantados.

Os gatilhos para o consumo há muitas décadas fazem o seu trabalho sozinho. Ele age dentro das pessoas para que, de certo modo, elas consumam cada vez mais os produtos. Devido à alta exigência dos consumidores, foi preciso entender melhor quais seriam as suas necessidades. E para isso não era necessário criar apenas o melhor produto, mas entender o que cada pessoa sente quando faz o consumo daquele determinado produto/serviço.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o Sexy Canvas influencia o consumo na era digital? Os meios digitais são uma rede de comunicação bem ampla, influencia muito na vida dos consumidores principalmente na hora da compra.

Esta ferramenta não domina apenas as vendas, mas mostra também uma forma mais atrativa para apresentar os produtos, portanto, é muito importante a sua aplicação nos ambientes que os produtos serão veiculados, para que torne essa experiência de consumo mais apropriada para cada consumidor. Saber as características e como realizar a aplicação desta metodologia é essencial para aquelas empresas que querem ter um marketing mais próximo dos clientes.

Por meio do Sexy Canvas é possível compreender quais são os desejos mais intensos de cada cliente, isso por conta do método de pesquisa que foi elaborado. Após ter estudado história, religião, biologia e outras áreas que tentam entender o ser humano, André Diamonds percebeu que alguns sentimentos/sensações são acionados no ato de aquisição de um produto ou serviço. Isto faz com que seja algo estimulante, pois não

adianta estudar todos os produtos ou fazer o melhor do mundo, e não entender qual a necessidade do seu cliente.

Antes de pensar em um produto, é preciso analisar qual vai ser a sensação que irá causar no seu público, para assim ter certeza de que será um item de muito sucesso. Para ir em busca do desejo mais intenso, tem que tirar todos os gessos sobre as circunstâncias, desde a situação de como você foi imposto a pensar, até o que você cria em sua mente. Como diz André Diamonds, em seu curso, é preciso tirar toda a censura de seus pensamentos, para que assim comece a preparação para entender os desejos de cada pessoa e vender cada vez mais. A energia que o cérebro do cliente irá liberar será tão intensa, que ele não terá tempo para pensar em se proteger, e quando for ver, ele já estará amando o seu produto.

Os sete pecados, de fato acontecem como algo natural na vida de todos, não só os pecados, mas também a criança interior que habita cada um. É possível fazer uma comparação com o pensamento de Freud em relação a um bebê.

Freud diz que os bebês têm fases. A primeira é a fase oral, que pode ser associada como a gula, pois a criança geralmente coloca tudo na boca e comer tudo que vê pela frente. A segunda é a fase anal, a criança entende que ao fazer cocô na fralda, na hora que ele quiser, isso é para atrair a atenção da mãe, sendo definido como ganância e avareza. Terceira é a genital, quando acontece o descobrimento de sua genitália, que é algo da natureza, e pode ser totalmente conectada à luxúria. Quarta, a criança desde muito nova chora para conseguir certas coisas. No caso, chorar, por querer leite, comida, ou qualquer outra coisa, pode ser definido como ira. Quinta, a inveja, ao olhar o que o amigo tem e querer igual, ou até atenção diferente entre os irmãos. A criança quando recebe muita atenção, ela se sente muito amada, especial por estar naquela família.

O Sexy Canvas ajuda a dar um alívio na vida das pessoas, e não apenas a incentivar o consumo. Por meio de diversas atitudes, que provocam sensações e que mexem com os sete pecados capitais, acordando a criança interior dentro de cada um, é possível melhorar o consumo.

Para compreender melhor sobre quais as sensações que as compras provocam em nosso corpo, é essencial começar pelo estudo do cérebro, que pode ser dividido como cérebro trino, dá menos evoluída para a mais evoluída.

A primeira parte é o reptiliano, o menor de todos, mas que é extremamente essencial para uma compra. É o momento que o cérebro decide se o produto faz ou não faz sentido para a pessoa, mostrando para segunda parte que nada ali é um perigo.

A segunda parte é o límbico, é a parte ligada às emoções e sentimentos. Após ter conquistado o reptiliano, é nesse momento que acontece a ligação entre o cliente e o produto, é liberado o sentimento de desejo de compra.

E a terceira é o neocórtex, que é a parte que dá força para a razão, mas caso todo o processo antes dessa última parte não seja efetuado com eficiência, a compra não acontece, pois a sensação de segurança, e de afetividade não foram formadas no cérebro do cliente.

Segundo Cialdini (2001), existem seis armas poderosas para convencer um cliente, a saber, a reciprocidade; compromisso e coerência; aprovação social; afeição; autoridade; e escassez, tudo isso só acontece por conta da ativação das três partes de nosso cérebro.

Por isso, eletrificar é a base de tudo, pois com a ajuda da persuasão será possível causar sensações nas pessoas quando vão às compras, é o que muda o contexto em relação ao produto.

As necessidades de um indivíduo podem ser analisadas por meio da Pirâmide de Maslow², pois as referências que a pirâmide traz deixa claro, o porquê cada ser humano tem determinadas reações.

A grande maioria das pessoas possui um medo em comum, que é o medo da morte. E isso pode ser identificado por meio da Pirâmide de Maslow, na qual as duas primeiras partes representam a necessidade de estar seguro, longe de todo o perigo, saudável. A do meio é o desejo de estar em grupo, ser amado por todos, pois quanto mais amado, menos chances tem de ser atacado. E, por último, é o reconhecimento, a autoestima e o conhecimento, pois para o indivíduo quanto mais ele conhece do mundo, menor serão as suas chances de morrer. Por isso, que a pirâmide faz total diferença quando falamos de Sexy Canvas, pois desde o nascimento, a criança tem esse medo, e a partir disso é que começa a ser avaliada a criança interior que existe dentro de cada indivíduo, e que deixa o ato de comprar bem mais atrativo.

² A Pirâmide de Maslow, também chamada de hierarquia das necessidades de Maslow, é um conceito criado na década de 50 pelo psicólogo norte americano Abraham H. Maslow. Seu objetivo é determinar o conjunto de condições necessárias para que um indivíduo alcance a satisfação, seja ela pessoal ou profissional.

Cada criança possui dentro de si o amor, curiosidade, diversão, liberdade, pertencimento, recompensa e segurança, são esses sentimentos que fazem parte do conjunto que agrega mais valor. Diversas empresas trabalham com a criança interior em suas propagandas, sejam engraçadas, divertidas, amorosas e recompensas. Isso faz com que o pertencimento da infância seja ativado no cérebro de cada cliente.

O Instagram é uma das redes sociais que teve um crescimento muito rápido em relação ao acesso de seus usuários. Surgiu em outubro de 2010 após o aplicativo Burbn não ter tido muito sucesso, o repaginaram como Instagram. Dois meses depois, em dezembro daquele ano, a meta de 1 milhão de seguidores já tinha sido alcançada. Isso se deve aos fatores que eles usam para atrair as pessoas cada vez mais, os sete pecados capitais: luxúria (erótica ou material), avareza (pensamento em si mesmo), soberba (sentimento de ser melhor que as outras pessoas), inveja (querer que alguém se prejudique, que a pessoa não merece o que ela tem, ou cobiça, querer o que o outro também tem), gula (tudo o que viciante e consumido em excesso), ira (irritabilidade ao extremo com algo) movimenta a viralização da internet, preguiça (fazer coisas com desleixo, sem vontade).

A cada dia que passa, as agências de publicidades ou até mesmo os empreendedores se veem em uma situação sem saída, pois são diversos períodos críticos durante o ano todo, tanto em relação à evolução social, quanto na crise econômica. O conjunto dessas problemáticas resultam em uma mutação comportamental dos consumidores, e eles estão em constantes buscas por promoções ou produtos que realmente precisem. É nesse sentido que é necessária a invenção de novos modelos de marketing, para que possa acompanhar a evolução dos indivíduos.

É nessa perspectiva que o Sexy Canvas entra em ação, pois traz uma metodologia totalmente nova, além de ajudar a vender, trata o consumidor como soberano, trazendo à tona suas necessidades envolvidas nos produtos e serviços.

Essa ferramenta conduz ao consumo, pois não mexe apenas com os sete pecados e a criança interior, estimula o ego das pessoas. Ela traz como bagagem a psicanálise, teoria que Freud desenvolveu sobre as personalidades humana. Segundo Freud, nossa personalidade é formada por três instância: id, ego e superego. (CUNHA M.V, 2008, p.01)

O id é uma parte do nosso inconsciente, sendo responsável pelas vontades sem limites, está imerso no inconsciente. O ego faz análises entre o certo e o errado para

decidir o que deve fazer, tendo pouca ação com o superego. Já o superego, é o que censura, crítica e até tenta impedir ações que sejam sem limites, e pode ser chamado de “crise de consciência”.

Sendo assim, para contornar todas as crises, sejam elas econômicas ou emocionais, devemos trabalhar com estratégias criativas para induzir os clientes ao consumo, e é justamente isso que o Sexy Canvas permite para as empresas, soluções criativas para atrair seus consumidores. Sem contar que esse método trabalha com o lado emocional dos indivíduos, eletrifica a mente dos usuários a ponto de mexer com o id deles.

Essa nova ferramenta, faz com que tenham melhores resultados em quaisquer aspectos que mexa com os seres humanos. Isto porque, consegue medir todas as sensações mais importantes das vidas dos consumidores, ou seja, as que mais eletrificam, sendo assim, consegue trazer para a realidade da empresa.

Um canal que se torna um ambiente indispensável para realizar as compras são os meios digitais, e assim como as propagandas, eles também devem acompanhar esse crescimento, se tornando cada vez mais atrativo para o consumo. Os clientes buscam navegar de forma rápida e tranquila, sem precisar se estressar, e é aí que o Sexy Canvas atua, pois mexe com a preguiça dos consumidores, um dos sete pecados. Por isso, é importante não apenas proporcionar o melhor produto, mas prover um ambiente atrativo para o consumo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que as empresas e redes na era digital utilizam inconscientemente técnicas que fazem parte do método, modificando a chegada da informação ao cliente, trazendo uma sensação impulsiva da compra e ampliando assim o público consumidor, a efetividade das vendas se torna ainda mais assertiva diante dos meios de consumo atuais.

O intuito do método é mostrar que a venda não é apenas uma venda, que o cliente não é apenas mais um cliente. Tudo está implícito dentro da sua origem.

Para atrair os clientes é necessário muito mais que o melhor produto do mercado, é preciso entender quais são suas necessidades, e como tudo aquilo impacta a sua vida, de que maneira o seu cérebro foi eletrizado com o produto.

Podemos concluir que para o Sexy Canvas existir, é preciso não apenas aplicar um método por completo, mas estar disposto a pensar um pouco mais além, sair do comum, ter a criatividade para novos pensamentos e ideias. Por meio desses novos pensamentos será possível a aplicação do método para obter resultados incríveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, M.V. Freud: Psicanálise e **Educação**. Unesp, Univesp, 2008.

FOLHA DIRIGIDA, **Sexy Canvas: o método que vai te deixar atraente para mercado**. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/empregos/noticias/especiais/sexy-canvas>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

FOLHA DIRIGIDA, **Sexy Canvas: o método que vai te deixar atraente para o mercado**. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/empregos/noticias/especiais/sexy-canvas>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

HOTMART, **Sexy Canvas Academy**. Disponível em: <https://sexycanvas.club.hotmart.com/lesson/W0OvNV5xOj/>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

LINKEDIN, **A Psicanálise aplicada às estratégias de Marketing e necessidades sociais**. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/psican%C3%A1lise-aplicada-%C3%A0s-estrat%C3%A9gias-de-marketing-e-falconiere-franca>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

NOVA ESCOLA DE MARKETING, **O cérebro tino: reptiliano, límbico e neocórtex**. Disponível em: <https://novaescolademarketing.com.br/o-cerebro-trino-reptiliano-limbico-e-neocortex/>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

OFICINA DA NET, **A história do Instagram**. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/historiasdigitais/29859-historia-do-instagram>. Acesso em: 15 de setembro de 2020

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO

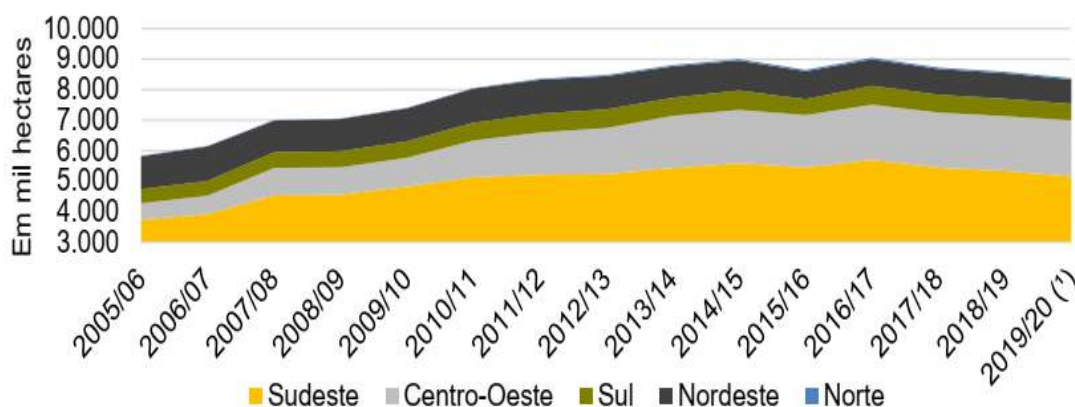
Daniel Dos Santos Coutinho Peruzzi, Helio Felipe Coelho, Lucas Gabriel Pereira, Pedro Antonioli, Natalia Carinhato Pastana, e-mail: daniel-peruzzi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O setor sucroalcooleiro tem sofrido oscilações periódicas, que dependem de fatores externos, muitas vezes não são previsíveis, como a pandemia da COVID19. Diversas crises ocorreram ao longo dos anos 2000, assim, a escolha desse setor se deu pelo fato da produção de cana-de-açúcar estar presente na região de Jau e em todo o estado de São Paulo, na qual se pode observar períodos de calma e de grandes recessões e assim, traçar um panorama da sustentabilidade das empresas que estão nesse ramo agrícola.

Os gráficos abaixo (1 e 2) ilustram essas oscilações:

Gráfico 1 – Evolução da área total colhida entre 2005 e 2020

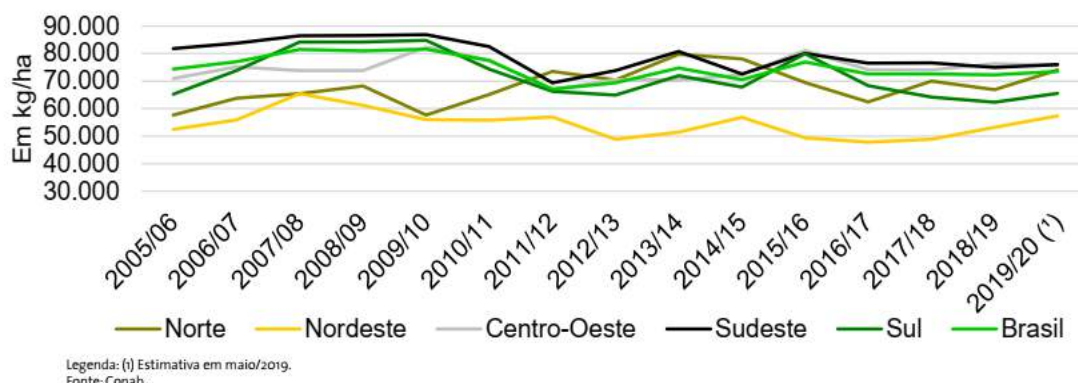


Legenda: (*) Estimativa em maio/2019.
Fonte: Conab.

Fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200526_economia_agricola.pdf

Ao analisar os dados disponíveis sobre as safras anteriores, suas projeções em documentos oficiais e a realidade atual será pensado em como mapear algumas características necessárias aos gestores e assim como sugerir modelos eficientes de gestão. O aumento do acesso à tecnologia e de dados mais precisos nesse setor da economia é um fator muito importante e que possibilita esse trabalho.

Gráfico 2 –Evolução da produtividade média de cana de açúcar entre as safras de 2005 a 2020



Fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200526_economia_agricola.pdf

Dessa forma, o objetivo principal é revisar a bibliografia existente sobre as crises no setor sucroalcooleiro, analisando também dados e projeções dos órgãos governamentais.

2 METODOLOGIA

Será realizada uma revisão sistemática, planejada para identificar, selecionar e avaliar criticamente outros estudos encontrados, relacionados ao problema de pesquisa. Dados relevantes serão acessados, assim como a literatura disponível como forma de investigação, recuperando dados e estudos anteriores, testando hipóteses, para reunir e avaliar criticamente as leituras, e para que sejam sintetizados os resultados das futuras avaliações. Esse tipo de metodologia é bastante utilizada na tomada de decisões na gestão pública, de forma geral. Para atender a todos os objetivos dessa pesquisa, precisamos de bases teóricas sólidas que fundamentem os conceitos que observaremos nos artigos e outras bibliografias selecionadas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Diversos autores são elencados para a discussão desse cenário e dados de órgãos oficiais do governo que se encontram em seus sites. De início, é ressaltada a importância do agronegócio para o Brasil, principalmente para o Estado de São Paulo.

Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) (BARROS et al., 2020), mostram que essa atuação representa 20% do PIB no Brasil. O último relatório completo do Cepea considera que em 2019, houve um crescimento no agronegócio de 1,5%, sendo que a cultura de cana-de-açúcar teve uma expansão de

3,1% no faturamento anual, apesar do ligeiro aumento de 0,7% nos preços reais e das oscilações climáticas ao longo da safra. No entanto, a área destinada aos plantios caiu 2,8%.

Antes de pensar os modelos de gestão e como os gestores podem trabalhar, será contada pouco da história do setor sucroalcooleiro, encontrada em Chequin e Grandi (2016). Os autores discutem desde a implantação do setor, até a institucionalização do PROALCOOL em 1975.

Sobre sustentabilidade, o estudo desenvolvido para a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), no Rio de Janeiro por Lins e Saavedra (2007), traz um panorama da gestão no início dos anos 2000. Os autores, ao elencarem o conceito de sustentabilidade o definem como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Alertam também que há uma discussão quanto ao termo sustentabilidade corporativa, muitas vezes, são utilizados os termos responsabilidade social, responsabilidade social corporativa ou cidadania corporativa, mas que todos simbolizam a mesma ideia. Também se observa que:

Dois princípios têm fundamental importância na promoção da sustentabilidade empresarial: governança corporativa e inovação. Somente apoiada em boas práticas de governança corporativa uma empresa pode assegurar que os interesses das diversas partes interessadas sejam preservados. Uma empresa sustentável é justamente aquela que reconhece e valoriza a sua interdependência não só com agentes internos, como os seus colaboradores, mas também com atores externos à empresa, como fornecedores e clientes. Já a inovação é o elemento catalisador da mudança de paradigma acima mencionada, criando novos produtos, redesenhando processos existentes e repensando o modelo de negócios da organização (LINS; SAAVEDRA, 207, p. 6).

Serão desenvolvidos os conceitos de governança corporativa e inovação, assim como serão pensadas as barreiras para uma gestão de sucesso, conforme se pode observar na figura 1.

A sustentabilidade, além de econômica, inclui as ações ambientais, que são fonte de muitas preocupações (MACHADO; SILVA, 2010). Ângelo Bressan Filho (2010), funcionário de carreira da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo, desenvolveu um estudo sobre o fundamento das crises no setor, no qual ressalta a importância de se conhecer os motivos que estão provocando as atuais dificuldades e de onde derivam os seus fatores, para que sejam pensadas formas de se superá-las. Agrega também a necessidade de se acompanhar o comportamento dessa cadeia de produção.

Figura 1 – Principais barreiras para iniciativas de sustentabilidade



Fonte: Lins e Saavedra, 2007 p. 37

Silva (2015) em dissertação de mestrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aborda a gestão de risco no setor sucroalcooleiro e propõe uma adaptação do modelo VaR (Value at Risk) para o setor de commodity:

O modelo VaR está baseado na ideia de quanto a empresa pode perder financeiramente dado a atual posição de commodity e netting com os instrumentos financeiros, e como e quanto podemos criar mais valor mantendo o mesmo patamar de risco. Podemos expandir essa visão e nos questionar quanto e como evoluem as métricas mais relevantes da empresa como o fluxo de caixa, lucratividade e capacidade de pagamento no tempo. Em outras palavras, a pergunta que deve ser feita é como a volatilidade das variáveis de mercado afetam o negócio principal de uma empresa. Uma grande diferença seria que para analisar as principais métricas do negócio em risco é preciso considerar uma escala de tempo de médio-prazo ao longo do tempo, que seria o tempo necessário para implementar mudanças estratégicas para execução do negócio. Isso é totalmente diferente do tempo necessário para se desfazer uma

posição financeira específica no mercado com objetivo de reduzir o VaR de uma posição de commodity (SILVA, 2015, p. 38)

Soares e Paulillo (2008) mostram como o setor tem se profissionalizado e as indústrias familiares vêm buscando a governança corporativa, o que as aproxima cada vez mais do mercado financeiro, já que esse novo mercado está cada vez mais presente nas transações da Bovespa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões das análises desses artigos e documentos oficiais poderão indicar e traçar um caminho para uma melhor gestão no setor, com base em dados e com a preocupação de pensar as crises anteriores como forma de evitar outras novas. Como qualquer cultura agrícola, são diversos os fatores que influenciam no plantio e na produção, mas em termos de gestão, novas possibilidades podem ser levantadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo *et al.* **PIB do Agronegócio ESTADO DE 2019 SÃO PAULO**. Piracicaba: Cepea, 2020. 11 p. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Sao%20Paulo_2019.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

CHEQUIN, Bruno Giovani; GRANDI, Guilherme. **O setor sucroalcooleiro brasileiro: origem e desenvolvimento**. 2016. Publicado no site da <http://www.abphe.org.br/> (Associação Brasileira de pesquisadores em História econômica). Disponível em: http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/CHEQUIN_Bruno_Giovani.pdf. Acesso em 01 out. 2020.

FILHO, Ângelo Bressan. **Os fundamentos da crise do setor sucroalcooleiro no Brasil**. 2010 Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos-fundamentos-da-crise-do-setor-sucroalcooleiro-no-brasil-conab/fundamentos-da-crise-do-setor-sucroalcooleiro-no-brasil-conab.pdf/view>. Acesso em 01 out. 2020.

LINS, Clarissa; SAAVEDRA, Rafael. **Sustentabilidade corporativa no setor sucroalcooleiro brasileiro**. 2007. Disponível em: <http://fbds.org.br/IMG/pdf/doc-254.pdf>. Acesso em 01 out. 2020.

MACHADO, André Gustavo Carvalho; SILVA, Josuéinton da Costa. **Estratégia empresarial e práticas ambientais: evidências no setor sucroalcooleiro**. Revista Brasileira de Gestão e Negócios, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgn/v12n37/1983-0807-rbgn-12-37-405.pdf>. Acesso em 01 out. 2020.

SILVA, Ivan Pedro Carvalho de Azevedo e. **Risk management no setor sucroalcooleiro no Brasil**. 2015. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Finanças e Economia Empresarial, Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17449/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Mestrado_Vers%C3%A3o_Final.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

SOARES, Selene de Souza Siqueira; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. Governança corporativa em empresas sucroalcooleiras e de biodiesel: o novo mercado enquanto estratégia de capitalização. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 37-46, mar. 2008. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/tec3-0308.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

TER LIBERDADE OU SER LIVRE?: A LIBERDADE SOB A LUZ DA PSICANÁLISE HUMANISTA FROMMINIANA

Vinícius Sousa, Marcel Henrique Bertozzin, e-mail: viniciusousa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo conceito de liberdade surge da concepção Sartriana a respeito do conceito, tendo a liberdade como um fardo, uma condenação do homem – um ser que foi atirado no mundo e tudo que tem a fazer é existir no mesmo. Já ao que se pode falar a respeito de Erich Fromm, o interesse pelo teórico surge ao ler sobre as aproximações e os apontamentos que o mesmo realizou usando da Psicologia e da Sociologia, através da teoria Freud-Marxista, como filtro para a tentativa de compreensão da sociedade.

Tentar falar sobre liberdade, partindo da psicanálise humanista de Erich Fromm, atualmente se mostra uma tarefa de busca, na medida em que possuem poucos estudos que correlacionem o conceito de liberdade com a teoria fromminiana; o interesse por essa relação surge ao identificar, nas leituras de Fromm, que o homem tem medo da própria liberdade e, por decorrência disso, acaba se sujeitando a diversas formas de aprisionamento.

Por decorrência da densidade das obras originais de muitos teóricos, a revisão de literatura acaba sendo, para muitos casos, o primeiro passo para a produção de uma pesquisa, na medida em que permite encontrar determinado tema já focalizado e delimitado (MOREIRA, 2004). O trabalho em questão, por se tratar de um artigo de revisão de literatura, surge justamente dessa problemática referente à densidade, com o intuito de servir como possibilidade para possíveis estudos e pesquisas referente ao tema focal.

Sobre o estado da arte, ao pesquisar por “Erich Fromm” na biblioteca eletrônica SciELO (Scientific Eletronic Library Online), conta-se com 16 resultados, contudo, ao aplicar o filtro de idioma português, os resultados caem para 3. Já ao pesquisar simultaneamente “Erich Fromm” e “Liberdade” no Scielo, surge apenas um artigo colombiano que fala sobre os neoconservadores e política internacional, já quando aplicado o filtro de idioma português, não existem resultados disponíveis. Por fim, no

portal PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), não houve resultados para nenhum dos filtros.

O presente artigo possui o propósito de reunir a usabilidade do conceito de liberdade, junto do medo em relação à mesma, descritos por Erich Fromm em sua obra “O Medo à Liberdade”, relacionando-se com os modos fundamentais da experiência humana, dirigidas, no caso, a ideia de se “ter liberdade” ou de se “ser livre”, modos esses, encontrados e descritos na obra “Ter ou Ser?” do próprio Fromm.

2 MÉTODO

Ao que se remete à metodologia de elaboração do presente artigo, foi feito, primeiramente, uma busca a respeito de artigos e livros que tratassem da temática, o conceito de liberdade dentro da teoria psicanalítica humanista fromminiana, para tal, por decorrência da inexistência de resultados tanto no PePSIC como no SciELO, buscou-se por trabalhos no Google Acadêmico – somente em páginas em português –, utilizando-se dos mesmos filtros que anteriormente, “Erich Fromm” e “Liberdade”.

Por se tratar de uma revisão de literatura narrativa, realizou-se a leitura das diversas fontes encontradas e fez-se um fichamento a respeito de cada uma destas fontes, o que possibilitou a noção geral de cada trabalho escolhido e, após isso, relacionou-se os diversos conteúdos encontrados, de tal modo que pudesse contar a narrativa a respeito do conceito de liberdade encontrado na obra “O Medo à Liberdade” de Erich Fromm, assim como do medo referente à mesma, correlacionando com os modos fundamentais e singulares da existência humana, descritos na obra “Ter ou Ser?” do próprio Fromm; sendo assim, se trata de uma análise qualitativa a respeito dos dados fichados e encontrados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo da história o homem gradualmente foi seguindo um caminho sem volta, com o progresso das indústrias, a energia mecânica e depois nuclear substituindo a animal e a humana, o computador vindo a substituir a mente humana, questões que fizeram o homem acreditar em um progresso, uma produção e um consumo ilimitado. O homem estava no caminho de tornar-se um novo deus, onde prometia a criação de um novo mundo (FROMM, 2002).

Em meio a tal, acabou-se tendo uma promessa, A Grande Promessa de Progresso Ilimitado, onde a natureza poderia ser dominada, existiria uma vasta disponibilidade de recursos materiais, a felicidade poderia ser vivenciada por uma maior quantia de pessoas e, de que a liberdade individual do sujeito poderia ser irrestrita. Essa ilusão passou a existir no homem na medida em que questões como a Revolução Industrial passaram a ocorrer, onde o progresso seria iminente e ilimitado e, com isso, como forma de esperança, o homem imaginou que poderia ser livre, que todos poderiam ter uma liberdade irrestrita (FROMM, 2002).

O homem que antes estava aprisionado com os grilhões do sistema feudal, agora, poderia vivenciar um tipo de liberdade que jamais tivera antes, a liberdade de fazer o que bem entendesse; foi assim que as classes média e alta sentiram-se, imaginando de que ao longo do percurso histórico todos poderiam desfrutar dessa liberdade (FROMM, 2002).

[...] início da modernidade [...] Os grilhões que outrora cercavam o ser humano foram quebrados, agora, mais do que nunca, poder-se-ia desenvolver sua liberdade. No entanto, é nesse momento que o ser humano tem tudo, mas, ao mesmo tempo, surge o medo à liberdade. (PEREIRA, 2011, p. 36).

É sabido que os progressos decorrentes da Revolução Industrial resultaram em diversos avanços benéficos para o homem, mas do outro lado, o homem se vê cercado de medo, é livre, mas ao mesmo tempo agora está sujeito a diversos perigos que não existiam antes, como escolher; cita-se o progresso tecnológico e os perigos referentes a uma guerra nuclear que poderia dar o fim a vida, por exemplo (FROMM, 2002).

Retomando A Grande Promessa de Progresso Ilimitado, esta não passou de uma esperança ou de apenas uma ilusão de progresso do homem, seria utopia imaginar que todos os homens poderiam ser, finalmente, livres? (FROMM, 2002).

[...] na sociedade medieval existia um sistema de pensamento fechado, articulado no qual o indivíduo estava integrado com o meio que lhe proporcionava uma relativa estabilidade, diferente da sociedade capitalista quando aparece o “indivíduo” emancipado, pois alterou-se a estrutura das classes, iniciando o que Marx denominou a luta entre o proletariado e a burguesia (MARX, 1998. Apud SANTOS, 2010. p. 19)

O homem tinha como liberdade a venda de sua própria força de trabalho, era livre pra ser explorado na base de um sistema que o mantinha oprimido. O progresso econômico acabou por alargar o abismo entre as classes sociais, os ricos mantêm-se ricos e os pobres, agora, se tornam livres; livres para sustentar-se vendendo sua mão-de-obra, e é justamente esta exploração que impede o proletário de conquistar sua verdadeira liberdade (FROMM, 2002; SANTOS, 2010).

As sociedades existentes no mundo de hoje se fundaram na exploração de uma classe social em relação às demais, onde a classe dominante utiliza de ideologias para impedir que as classes exploradas possam lutar por seus direitos e condições de trabalho; com isso, a classe dominante usa de ideologias para alienar os explorados, dando-os uma falsa consciência e, usando dessa ideologia para justificar sua própria exploração frente às classes dominadas (SANTOS, 2010).

A própria conceituação de liberdade se torna importante para compreender como o homem se insere frente ao termo. A “liberdade de” seria uma concepção de uma pseudo-liberdade que existe na sociedade capitalista, conforme já fora abordado, o homem agora, com o capitalismo, tem a liberdade de vender de sua mão de obra e manter-se explorado pelas classes dominantes. Uma pseudo-liberdade no sentido de que, diante das ideologias impostas, os explorados possuem restrições que geralmente são ocultas à própria consciência (FROMM, 2002; SANTOS, 2010; PEREIRA, 2011).

Do outro lado, “liberdade para” seria uma liberdade positiva, que permite o homem se livrar de todos os grilhões ideológicos que o foi aprisionando ao longo da história. Corresponde à liberdade do homem em buscar desenvolver suas potencialidades humanas, realizar-se, buscar por sua independência; independência no sentido de existir por si só, material, emocional e intelectualmente (FROMM, 1974 apud PEREIRA, 2011; SANTOS, 2010; EVANS, 1996 apud SANTOS, 2010).

A conceituação de “liberdade para” também implica em uma transformação social. Ao longo de suas obras, Erich Fromm não descreve o caminho que o homem deve percorrer para atingir a própria perfeição – no sentido de realizar-se e buscar o desenvolvimento de suas potencialidades –, mas sublinha que o homem passa a realizar-se na medida em que consegue mudar o seu ambiente, o mundo ao seu redor, de maneira positiva e harmônica; sendo essas mudanças presentes no mundo, uma tentativa de desvincular-nos do passado de violência, onde a liberdade dos sujeitos não precisava ser tirada de si, estes por si só preferiam a entregar por vontade própria a ter de viver livre e responsável por seus atos (SANTOS, 1972; SANTOS, 2010; PEREIRA, 2011).

A ÉTICA AUTORITÁRIA

O homem, em resposta ao próprio medo que possui do isolamento, junto da ansiedade em tomar decisões, acaba sendo sujeito a um conceito que será chamado de

autoridade. Sendo assim, o homem quando percebe o seu medo ao isolamento, busca por aliados, por sujeitos que possam os orientar, da mesma forma que um pai ou um Deus o faria; nomeia-se esse tipo de autoridade como sendo autoridade externa, onde o sujeito acaba buscando por uma figura que o conduz, que controle as rédeas, por assim dizer (SANTOS, 1972). “A abolição de domínio externo parecia ser não apenas uma condição necessária como também suficiente para alcançar a meta cobiçada: a liberdade do indivíduo” (FROMM, 1983, p. 14).

Ao longo da história a autoridade externa foi perdendo lugar – cita-se o fim dos regimes autoritários e totalitários, por exemplo – e acabou sendo substituída pela autoridade interiorizada, que corresponde ao que Freud chamaria de superego, em sua segunda teoria a respeito do aparelho psíquico, que corresponde à autoridade que o homem acaba tendo sobre si próprio (SANTOS, 2010; SANTOS, 1972)

Atualmente existe um novo tipo de autoridade, que seria a autoridade anônima, onde questões como senso comum, bom-senso, opinião pública, padrões de normalidade, afins, acabam exercendo certa influência sobre o indivíduo, não como uma forma de pressão, mas sim persuasão (SANTOS, 1972; FROMM, 1983).

A submissão é sempre uma autoridade manifesta ou há também submissão a autoridades interiorizadas, como o dever ou a consciência, a compulsões interiores ou as autoridades anônimas, como a opinião pública? Haverá uma satisfação recôndita em submeter-se, e, neste caso, qual é a sua essência? (FROMM, 1983, p. 16).

A LIBERDADE E O ISOLAMENTO

O conceito de liberdade e individuação pode ser compreendido através de uma comparação destes conceitos com o processo de nascimento e de desenvolvimento de uma criança. A criança ao nascer permanece unida a sua mãe, mesmo em um momento em que já não está mais biologicamente unida a esta mãe, neste momento a criança acaba estabelecendo vínculos primários, onde através da ausência da consciência de que se é um indivíduo por si só, a criança acaba usando de sua noção como não-dissociado do mundo e, isso permite que esta criança se sinta segura (FROMM, 1974 apud PEREIRA, 2011; SANTOS, 1972). “[...] Os vínculos primários oferecem segurança e um sentimento básico de unicidade com o mundo exterior a cada um” (FROMM, 1983, p. 33).

A criança vai desenvolvendo-se e passando pelo processo de individuação, onde começa a perceber-se diante do mundo, como dissociado da mãe, rompendo com o

próprio egocentrismo tipicamente infantil, na medida em que esse sujeito vai fortalecendo-se tanto a nível físico como emocional, vai deixando gradualmente de ser submisso aos pais, criando certa autonomia, contudo, junto disso, o sujeito também percebe em si uma solidão crescente; é neste momento em que acabam surgindo impulsos no indivíduo de renunciar pela sua própria individualidade, na tentativa de superar esse sentimento de isolamento, sendo assim, o medo à liberdade (FROMM, 1974 apud PEREIRA, 2011; SANTOS, 1972).

O homem ao se perceber repleto de sofrimento frente a sua solidão e o medo à liberdade, acabou procurando por novos vínculos, vínculos secundários, para que pudessem substituir os primários que foram sendo renunciados ao longo do desenvolvimento de sua individuação (FROMM, 1974 apud PEREIRA, 2011). Nesta tentativa e busca por novos vínculos, acabou se sujeitando novamente a uma forma de autoritarismo, enquanto fugia de si mesmo, da sua própria liberdade, acabou sendo exposto a uma nova forma de escravidão; uma escravidão frente à adaptação, de tornar os homens submissos e ajustados ao que se refere a um comportamento social. O homem que não acabava persuadido frente a essa autoridade anônima, acabava sentindo-se mais desajustado ainda, já que carece tanto dos vínculos primários como dos secundários (SANTOS, 1972).

Erich Fromm em sua obra “Ter ou Ser?” debruça-se a respeito das aproximações e distanciamentos dos termos, “[...] ter e ser são dois modos fundamentais da experiência, a energia específica de cada um determina as diferenças entre o caráter dos indivíduos e os vários tipos de caráter social” (FROMM, 2002, p. 26). A diferenciação entre os conceitos parece que depende da sociedade e de sua centralização – nas pessoas ou nas coisas; uma sociedade industrializada é centrada no ter (FROMM, 2002; SANTOS, 1972).

Conforme já diferenciado, a liberdade pode ser “liberdade de”, que seria uma pseudo-liberdade obtida através do capitalismo, pois o sujeito só teria a liberdade de vender sua mão de obra, aprisionado por ideologias; assim como, “liberdade para”, que seria uma liberdade conquistada ao livrar-se dos aprisionamentos que as ideologias implicam no sujeito e buscar desenvolver-se (FROMM, 2002; SANTOS, 2010; PEREIRA, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho parte do conceito de liberdade estudado dentro da concepção de Erich Fromm, em sua teoria psicanalítica humanista, através de sua obra “O Medo à Liberdade”, relacionado o conceito com os modos fundamentais da experiência humana, descritos através da obra “Ter ou Ser?” do mesmo teórico. Ao longo do trajeto histórico, o homem gradualmente conquistou uma liberdade que antes não a tinha, através do capitalismo, onde conquistou a liberdade de vender sua mão de obra, diferentemente do período feudal, por exemplo.

Embora o homem tenha conquistado um tipo de liberdade que antes não a tinha, essa liberdade não seria uma liberdade devidamente almejada, já que é uma falsa liberdade, o sujeito é livre para se aprisionar em ideologias que o mantêm dominado por outra classe; Questiona-se qual seria a liberdade almejada, na medida em que Fromm diferencia os conceitos de Ter e Ser em sua obra de mesmo nome, faz-se possível compreender a distinção de “liberdade de”, conquistada através do capitalismo, da “liberdade para”, que implica em transformação e desenvolvimento de potencialidades.

Na medida em que se objetivava aglomerar as informações pertinentes e relevantes, referentes ao conceito de liberdade descrito através da obra “O Medo à Liberdade”, de Erich Fromm e a relação do conceito com a obra “Ter ou Ser?”, também de Fromm, o trabalho em questão cumpre parcialmente o seu objetivo – na medida em que carece de aprofundamento a respeito dos modos singulares da existência humana, descritos como “Ter” e “Ser”.

Como possibilidades futuras, poder-se-ia aprofundar-se a respeito da relação do conceito de liberdade em um âmbito mais sociológico, usando da teoria Freudo-Marxista, também estudada por Fromm; assim como, estudar o conceito de liberdade dentro do posicionamento do teórico em relação à religião.

REFERÊNCIAS

FROMM, Erich. Ter ou ser?. Tradução de Isabel Fraga. 2. ed. **Rio de Janeiro: Guanabara Koogan**, 2002.

FROMM, Erich. O medo à liberdade. Tradução de Octávio Alves Velho. **Rio de Janeiro: Guanabara**, 1983.

MOREIRA, Walter. Revisão de literatura e desenvolvimento científico. **Janus**, v. 1, n. 1, 2004.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. O medo à liberdade no pensamento humanista de Erich Fromm. **Revista Enfrentamento**, 2011.

SANTOS, André de Melo. Reflexões sobre as implicações do conceito de liberdade em Erich Fromm. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 110, p. 17-22, 2010.

SANTOS, Maria Pires dos. Liberdade, amor, responsabilidade; **a propósito de Erich Fromm**, Belo Horizonte 1972, 60 p. 1972.

UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Bruna Andriolo, Fernanda Scudilio Rossi, Heloísa Trovarelli Borim, Mara Janaina Gomes de Oliveira e-mail: bruna_andriolo@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Em um mercado globalizado aliado a presença de tecnologia, proporcionou ao consumidor a ampliação de suas escolhas de produtos e serviços, favorecendo o aumento do seu consumo de maneira geral. Nota-se que as facilidades de compra a crédito, ampliaram a capacidade do consumidor em adquirir serviços e produtos almejados ou até na aquisição de algo que está na mídia, ou seja, que está na ‘moda’. A ausência de educação financeira na população como um todo, limita o desenvolvimento de um planejamento financeiro, fazendo com que o indivíduo desconheça a concepção de quando se deve investir ou poupar o dinheiro. Dessa forma, a curtos e longos prazos observa-se que este cenário é desfavorável ao consumidor, fazendo com que aumente suas dívidas.

Pode-se dizer que frente a um contexto de uma população endividada, o tema educação financeira torna-se relevante, pois as diretrizes apresentadas auxiliam para uma maior conscientização sobre práticas relacionadas à alocação de recursos, evitando situações de endividamento e dificuldades financeiras futuras (BRASIL, 2016a).

Domingos (2007), afirma que muitas vezes as pessoas, por pensarem que nunca conseguirão realizar grandes sonhos, tais como: adquirir uma casa na praia, realizar viagens nacionais e internacionais, acabam gastando seus recursos em pequenos objetos de desejo, e por este motivo, é de extrema importância promover a reflexão do indivíduo com seu dinheiro, pois, somente que dessa maneira o ser humano poderá alcançar o bem-estar e não serão influenciados pelas armadilhas do mercado capitalista, aos gastos desnecessários e ausência de reservas financeiras futuras.

O consumo desenfreado é uma grande realidade nos dias de hoje, Segundo Farinhas (2005, p. 42), “todos precisam de limites, e tudo que perde o limite fica desgovernado”. Para Bertoldi (2015) é possível perceber que cada vez mais o tema vem ganhando importância, mas se está longe de chegar a um cenário ideal, visto que, hoje, as pessoas se capacitam no tema apenas por cursarem faculdades da área de negócios,

que têm como parte integrante do currículo o ensino financeiro. Recentemente, com base nas pesquisas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Jornal Nexo 03/08//2020), mostraram que tanto endividamento quanto inadimplência estão em alta no Brasil.

Lusardi e Mitchell (2011) ressaltam que a falta de educação financeira é um fato que possui grande disseminação e que atinge tanto jovens como adultos e idosos, no entanto, a qualidade e assertividade das tomadas de decisões financeiras tem forte influência de reverter essa situação de endividamento e inadimplência dos indivíduos.

O objetivo do presente trabalho é apresentar os elementos teóricos relacionados à educação e o planejamento financeiro pessoal, ressaltar trabalhos relacionados ao tema, evidenciar as principais ferramentas para melhor controle financeiro; e os benefícios a curto e longo prazos do consumidor que utiliza a prática de um planejamento orçamentário pessoal.

2 MÉTODO

De acordo com Oliveira (2002), quando o assunto é sobre método; este deriva da metodologia e refere-se ao conjunto de processos pelos quais se torna possível obter o conhecimento de uma determinada realidade analisada. Assim, o método auxilia a identificar a forma pela qual alcançamos determinado fim ou objetivo.

O presente trabalho possui como característica a pesquisa bibliográfica e qualitativa. Segundo GIL, (2010, p. 50), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Dessa forma, através de levantamento de materiais publicados em livros, redes eletrônicas e documentos acadêmicos, foi possível tornar verídico as informações fornecidas ao leitor, trazendo confiança ao trabalho, e tendo como fim, apresentar as diversas ideias e aplicações sobre o planejamento financeiro pessoal, ressaltando suas vantagens e contribuições para o indivíduo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para análise de resultados da pesquisa, foi feita a tabela abaixo:

Ano	Autor	Objetivo	Resultados
2007	SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A	Apresentar os Paradigmas da Educação Financeira no Brasil	-Ausência de desenvolvimento de programas de educação financeira nos bancos brasileiros. -Sugestões de ações: incentivar a cultura de poupança na população; e inserir a educação financeira nos programas de todos os níveis de ensino.
2007	SILVA, M. L.	Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas	- A contabilidade com seus conceitos e demonstrativos servem de ferramenta na elaboração de planejamentos financeiros e orçamentos pessoais, informando, quantificando, analisando, comparando, ajudando na tomada de decisão pessoal.
2015	MENDES, J.S.	Apresentar Ferramentas da Educação Financeira para uma Melhor Qualidade de Vida.	- Lidar bem com o dinheiro gera qualidade de vida; - Maiorias das famílias não possuem como prioridade o planejamento financeiro; -Importância em planejar orçamento a curto e longo prazos para manter equilíbrio nas finanças.
2015	PEREIRA, C. L.; NASCIMENTO, J. A. R	Planejamento Financeiro Pessoal	-Planejamento Financeiro proporciona a longo prazo maximização de riqueza pessoal; - Evitam desperdícios desnecessários; -Fluxo de caixa pessoal, permite apresentar a realidade da liquidez pessoal, favorecendo melhor administração eficiente e eficaz do dinheiro.
2018	FILHO, P.R.	Ressaltar o Planejamento Financeiro Pessoal e Modalidades de Investimentos Financeiros	- No Brasil poucas pessoas possuem hábito de controlar e planejar suas finanças; -Falta de planejamento, maior endividamento das famílias brasileiras; - Ausência de educação financeira na formação de cidadãos; - Presença de crescente número de brasileiros conscientes no investimento em Tesouro Direto, apresentando uma mudança, embora ainda não significativa de comportamento no brasileiro.
2019	YBARRA, L. A. C. et. al.	Com a utilização de <i>CleverCash</i> , um software, auxiliar o usuário com dificuldades em gerir suas finanças e, a se organizar melhor, mapeando seus hábitos de consumo através de gráficos oferecidos pelo sistema de modo fácil e eficiente.	- Promove o uso consciente do dinheiro, fazendo com que o usuário possa aprender a controlar suas despesas, minimizando as dívidas de forma prática através de gráficos dinâmicos, visualização as dívidas e do valor recebido.
2019	JESUS, L. M. N.	Levantamento dos benefícios da educação financeira através de levantamento de referências bibliográficas.	- A educação financeira contribui diretamente com a qualidade de vida das pessoas; - O planejamento financeiro é uma ferramenta importante para obter estabilidade e equilíbrio das finanças.

Como pode-se observar, todos os autores analisados ressaltaram a importância do planejamento financeiro pessoal, ressaltando seus benefícios a curto e longo prazos. Savoia, Saito e Santana (2007) e Roberto Filho (2018) afirmam a ausência de incentivo por parte de autoridades públicas para desenvolvimento do cidadão no aspecto de poupar, ou seja, desenvolver o cidadão neste aspecto para que torne-se um consumidor consciente de seus atos.

Silva (2007) e Pereira e Nascimento (2015), evidenciam a contabilidade pessoal como fonte de maximização de riqueza pessoal. Em seus trabalhos, mencionam contas patrimoniais e fluxo de caixa como ferramentas importantes para evitar desperdícios desnecessários no orçamento pessoal.

Mendes (2015) e Jesus (2019) apresentam em seus trabalhos a importância de um planejamento financeiro e o quanto este gera externalidades positivas, entre elas melhor qualidade de vida para o indivíduo, além de equilíbrio financeiro a longo prazo.

No trabalho de Ybarra et. al. (2019) há uma significativa contribuição com o CleverCash, um *software*, que auxilia nas finanças pessoais, mapeando os hábitos de consumo através de gráficos oferecidos pelo sistema de modo fácil e eficiente. Dessa forma, com a presença da tecnologia, há possibilidade de ter maior controle de todas as movimentações financeiras e ter visão de como está o desempenho pessoal.

Portanto, as obras analisadas contribuem para enfatizar o quanto a gestão e planejamento financeiro impactam positivamente na vida do indivíduo, favorecendo o mesmo a aplicar seus recursos em outras fontes de rendimentos, como menciona Roberto Filho (2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou que o planejamento financeiro pessoal possui impacto significativo na vida e qualidade de vida do consumidor.

Da mesma forma que empresas, as pessoas devem definir objetivos e traçar metas de curto, médio e longo prazo, de acordo com seu orçamento financeiro.

Cabe ressaltar que no Brasil, poucas medidas são adotadas para conscientização e formação do cidadão no que tange sua educação financeira pessoal.

A partir do momento que ocorre um planejamento e gestão financeira, o indivíduo consegue verificar quais são suas receitas e despesas fixas e variáveis; assim facilitando a mensuração de suas contas patrimoniais e elaboração de fluxos de caixa.

Com ferramentas contábeis, torna-se possível uma projeção de rendimentos e gastos a curto, médio e longo prazo, além de fazer com que aumente a riqueza pessoal, devido ao maior controle dos gastos, favorecendo ao incentivo de investimentos; estes; proporcionando a longo prazo maiores receitas.

Através da tecnologia, com o uso de softwares de finanças, fica cada vez mais acessível à possibilidade de mudança de hábitos, com o objetivo de ter maior controle e equilíbrio financeiro, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

JESUS, L. M. N. **Finanças pessoais**: um estudo sobre as contribuições da Educação Financeira para a qualidade de vida. Revista Textura, Governador Mangabeira, BA, 11 de jul de 2019.

MENDES, Juliana de Souza, **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. 2015. 39f. Trabalho de conclusão de curso - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

PEREIRA, C. L.; NASCIMENTO, J. A. R. **Planejamento financeiro pessoal**. Revista de Ciências Gerais, 2015.

ROBERTO FILHO, P. **Planejamento financeiro pessoal e modalidades de investimentos financeiros**. 2018. 76f. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Scielo Brazil, Nov/dez. 2007. Disponível em: Acesso em 15 de abril de 2020.

SILVA, M. L. **Contabilidade pessoal**: uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas. 2007. 52f. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

YBARRA, L. et. al. **Sistema web para planejamento de finanças pessoais**. Brazilian Journal of Business, Curitiba, 16 de julho de 2019.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER NA CONJUGALIDADE

Marina Marra, Micaele Cristina Candido de Oliveira, Vânia Aparecida Borim Morretto Delpino, e-mail: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Perante o senso comum da sociedade, a violência em uma relação conjugal está automaticamente associada por ser contra a mulher, já que este gênero é visto como frágil, caracterizado como submisso e mais vulnerável (BANDEIRA, 2014). Tendo esse aspecto como norte, desde a década de 1970 surgiram movimentos feministas e a favor dos direitos das mulheres, combatendo varias violências, tais como a conjugal (BANDEIRA; AMARAL, 2017).

Por se tratar de uma violência que ultrapassa o caráter doméstico, a violência conjugal inspirou o estabelecimento de legislações sobre o tema, tal como a Lei Maria da Penha, (BRASIL, 2006), as Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, os Conselhos da Condição Feminina e as Delegacias Especializadas em atendimento às mulheres agredidas.

Este tipo de violência deve ser visto como um problema social e de saúde pública, já que afeta as mulheres física e psicologicamente. Os efeitos psicológicos geralmente são ignorados ou banalizados, pois não deixam marcas ou cicatrizes visíveis. Entretanto, este processo está envolvido na continuidade da relação conjugal, já que a mulher se vê emocionalmente dependente do relacionamento e, conseqüentemente, a continuidade da violência (BEISSMAN, 1994).

Apesar da existência de leis que protejam as mulheres é ainda questionável a eficiência dessas legislações, já que em 2017 registrou-se mais de 220 mil casos de violência contra a mulher (FBSP, 2018). Com isso esse tema ainda necessita de novas discussões e medidas públicas mais eficientes.

O objetivo do trabalho foi mostrar a invisibilidade e o combate a este tipo de violência, a conjugal. Os objetivos específicos foram: o que é a violência psicológica conjugal, a importância de tornar o tema visível para a sociedade, qual a importância do acolhimento destas mulheres e qual é a visão da psicologia neste processo.

2 MÉTODO

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, tendo sido realizada uma análise de seus resultados e conclusões. Para isso utilizou-se uma metodologia qualitativa, procurando-se compreender o comportamento do agressor e da vítima.

A base de dados foram sites como Scielo - Scientific Eletronic Library Online, PEPSIC - Periódicos Eletrônicos de Psicologia e Google Scholar (Google Acadêmico em português), utilizando as palavras chave: “Violência no namoro”; “mulher/sociedade”; “invisibilidade social diante da violência conjugal”; “violência psicológica”, “violência de gênero”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Organização Mundial da Saúde define violência como o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça, que possa levar a morte, lesão, danos psíquicos, alterações de desenvolvimentos ou privações (OMS, 2005). No contexto brasileiro sobre o assunto percebe-se uma busca pela equidade de gêneros, principalmente baseada nos direitos humanos. Um grande instrumento para isso é a Constituição Federal do Brasil, que estabelece que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988).

Apesar disso há um número crescente de casos de violência contra a mulher. Entre 2011 e 2019 verificou-se um aumento de 13 para 37% nas agressões causadas por ex companheiros (SENADO FEDERAL, 2019).

Na 8ª edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher verificou-se que em 41% dos casos de violência contra a mulher o agressor era o marido, companheiro ou namorado. Em grande parte, esta violência tem como raízes a cultura machista e hierárquica do homem sobre a mulher, que visivelmente é sustentada pela própria sociedade (SENADO FEDERAL, 2019).

A violência contra a mulher passou a ganhar maior notoriedade a partir da década de 70. O resultado mais eminente destas discussões foi a lei 11.340 de 2006, denominada Lei Maria da Penha, que teve como principal diferença o rigor punitivo contra a o agressor, tipificando as formas de violência: qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou patrimonial (STUKER, 2016).

A inspiração no nome da Lei é proveniente de uma mulher (a Maria da Penha) que se casou com um homem inicialmente amável e carinhoso que, após alguns anos e já com três filhas, passou a cometer atos de agressão e tentativas de assassinato. Na primeira agressão ela foi atingida por um tiro nas costas enquanto dormia, o que a deixou paraplégica. Em um segundo momento o homem a manteve em cárcere privado por 15 dias e houve tentativas de eletrocussão (IMP, 2018). Esclarecendo os tipos de violências tipificados na lei (BRASIL, 2006) exposta anteriormente são:

A violência física abrange qualquer dano corporal ou à saúde. A violência psicológica é a que traz danos emocionais e/ou à autoestima, que prejudique o seu pleno e livre desenvolvimento ou que busque controlar ações, comportamentos, crenças e decisões. Isso se dá através de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro que cause prejuízo à saúde psicológica e autodeterminação.

Qualquer ato sexual não desejado e que cause constrangimento ao se presenciar, manter ou participar. Isso pode se feito através da intimidação, ameaça, coação, suborno, manipulação ou uso da força com objetivo de comercializar ou utilizar para qualquer fim a sua sexualidade. Também se enquadra aqui o impedimento de usar métodos contraceptivos, que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição ou que anule os direitos sobre atos sexuais ou reprodutivos;

Violência patrimonial enquadra-se como qualquer retenção, subtração e destruição dilapidação de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos. Violência moral é qualquer ato que leve a calúnia, difamação ou injúria.

Dentre os motivos que levam à violência contra a mulher estão o ciúme, consumo de álcool ou a negligência às tarefas domésticas. Sobre o ciúme percebe-se um controle ou regulação sobre a vida e a conduta feminina, tais como horários, amizades, locais, dinheiro e outros aspectos. Há uma necessidade de atenção exclusiva por parte do agressor, forçando-a a distanciar-se de família, amizades e até de seus filhos. Em relação ao consumo de álcool, o agressor busca associar o ato de violência aos efeitos causados pelo consumo da bebida. Entretanto, a vontade de agredir é o fator causal, sendo a embriagues vista como um agravante. A negligência nas tarefas domésticas está associada à ideia de obrigação das mulheres em cumprir tarefas domésticas, o que

traz humilhação e rebaixamento social da mulher em relação ao homem. Aqui o homem impõe que a mulher tem a obrigação de cumprir as tarefas domésticas e servi-lo (AUBUQUERQUE, 2019).

Nas mulheres as consequências psicológicas são: insônia, falta de apetite, depressão, ansiedade, pânico e estresse pós-traumático. Trazendo consequências graves e até permanentes, sendo necessário percorrer uma trajetória de meses ou anos para que sejam superadas, recuperadas e se possa conviver com os traumas. Além de disso quando a agressão é presenciada por crianças e adolescentes, pode gerar um comportamento de reprodução em irmãs, amigas e futuramente companheiras (OMS, 2002).

A psicologia brasileira, para compreender, identificar e combater as fases da violência, passou a utilizar-se do método norte americano Lenore Walker (IMP, 2018), que indica como sendo a primeira fase o aumento da tensão, que ocorre quando o agressor se mostra irritado ou com raiva, causando episódios de ameaça e humilhação à vítima. A mulher passa a se comportar com cautela e acredita que a causa dos episódios de raiva é causada por ela. Com isso, junto com a cautela também passa a exibir angústia, tristeza e medo.

Os atos de violência envolvem toda a raiva expressada de forma física, verbal, psicológica e moral. Nesta fase a mulher entende que os atos de agressão estão tornando a relação insustentável e mesmo sabendo que é errado, a mulher não encontra meios de reagir e se defender. Alguns sintomas decorrentes disso são insônia, perda de peso, fadiga constante, ansiedade, medo, solidão, vergonha, etc. As denúncias geralmente ocorrem nesta fase, mas também podem gerar uma ação de procurar ajuda de parentes;

A terceira fase é o arrependimento, onde o agressor procura uma reconciliação com a vítima, prometendo uma mudança. Muitas vezes a mulher aceita, seja por não ter outras opções ou motivada pela reconciliação da família. Nesta, quando realmente um período calmo e bom, a mulher apresenta receio e medo.

A solução para a violência contra a mulher deve passar pela procura de profissionais especializados e legais, além de não retornar à convivência com o agressor. A falta de atitude neste sentido traz um sentimento de desamparo, permanecendo no ciclo constituído por três fases exposto anteriormente (IMP, 2018).

Existe na sociedade uma cultura de desvalorização e inferioridade da mulher, deve-se criar medidas de incentivo de fortalecimento que passem por aspectos psicológicos, crenças e valores. Redes ou grupos de apoio podem encorajar a mulher a romper este ciclo, através do familiar, de órgãos de saúde pública ou delegacia. A sensação de acolhimento, proteção e respaldo são necessários nestes casos, já que trazem um fortalecimento emocional à mulher e levam ao seu conhecimento os direitos que foram feridos com o ato de agressão (SOUZA; SILVA, 2019).

Em março de 2013 foi lançado o programa “Mulher, viver sem Violência” do governo federal, com o objetivo de integrar serviços públicos. Em março de 2014 o programa “Ligue 180” criou um disque-denúncia voltado à proteção das mulheres contra a violência, informações sobre o serviço da rede e orientação sobre direitos e informações gerais. Além disso, em grande parte dos Estados brasileiros existem nas defensorias públicas núcleos da Mulher, especializadas com violência doméstica familiar contra a mulher. Na cidade de Jau, Estado de São Paulo, há a Casa Rosa Dra Maria Antônia Sinatura Barros, que é um centro de referência e Atenção à mulher (GOVERNO FEDERAL, 2013)

Como as necessidades são diferentes entre as mulheres agredidas é necessário que nestas redes de atendimento, seja pública ou privada, exista uma equipe multidisciplinar com assistente social, psicólogo, enfermagem e advogados. O atendimento psicológico talvez seja o que deverá ser prestado por maior tempo, já que vai além da psicoterapia, adquirindo um caráter socioeducativo realizadas individualmente ou em grupo (RIBEIRO; MAJOR, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como as formas de violência contra a mulher, o tema aqui abordado é amplo e está enraizado na sociedade. Há vários fatores envolvidos para que ele se concretize, tais como sociais e culturais. De forma geral em uma relação onde há violência, o homem se vê como superior e a mulher acredita ser inferior, devendo se submeter aos maus tratos, violências e ordens demandadas.

A violência quando surge tem uma tendência de crescer de forma silenciosa, até que os estragos apareçam. Infelizmente está é uma realidade para mulheres de várias classes sociais, religiões ou idades em vários lugares do mundo.

Este estudo procurou trazer a público a consciência que está destruição conjugal existe e causa diversos danos, tanto físico quanto psicológicos. Este tema deve ser estudado por diferentes profissionais da saúde e devem ser fortalecidas as políticas públicas, bem como legislações e redes de amparo brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. **Combate à violência doméstica regride no Brasil enquanto número de casos aumenta**. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-10-15/combate-a-violencia-domestica-regride-no-brasil-enquanto-numero-de-casos-aumenta.html>>. Acesso em: 02 out. 2020
- BANDEIRA, L. M. **violência de gênero a construção de um campo teórico e de investigação**, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008>. Acesso em 02 out. 2020.
- BANDEIRA, L. M.; AMARAL, M. Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feministas, gênero e raça/cor/etnia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, p. 48-85, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 out. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 02 out. 2020.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 12 ed. São Paulo: FBSP, 2018.
- INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da Violência**. Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 02 out. 2020.
- RIBEIRO, T.N.; MAJOR, E.M.N. **O desafio da psicologia nas políticas pública de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica**. Revista de saúde da ReAGES, n.4, v.1, p.43/46. p.jan/junho 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Desktop/artigo%2009.07.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.
- SENADO FEDERAL. **Violência contra a mulher: agressões cometidas por “ex” aumentam quase 3 vezes em 8 anos**. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>>. Acesso em 02 out. 2020

SOUZA, M.B; SILVA, M.F.S **Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira.** Pensando fam. vol.23 no. 1 Porto Alegre jan. /jun. 2019. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012. Acesso em: 02 out. 2020.

STUKER, P. **“Entre a cruz e a espada”:** significados da renúncia à representação criminal por mulheres em situação de violência conjugal no contexto da Lei Maria da Penha. Dissertação (Mestrado), Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

A VIVÊNCIA DE ATIVIDADES DE LAZER E O USO TECNOLOGIAS NO TRATAMENTO DE PESSOAS COM DOENÇA DE ALZHEIMER

Vitor Julian Dornelles, Evandro Antonio Corrêa
e-mail: vitor_julian@hotmail.com

RESUMO

Introdução: A Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAz) salienta que a Doença de Alzheimer (DA) é uma enfermidade incurável e que se agrava ao longo do tempo, mas pode e deve ser tratada. Para Arcoverde et al. (2008), entre outros, demonstram que exercícios físicos, quando bem aplicados, tem o propósito de retardar o avanço da DA. Da mesma forma, com as novas tecnologias é possível vislumbrar a simulação sensorial que tem o condão de ajudar pacientes com demência a ter uma melhor qualidade de vida. As tecnologias têm por objetivo fornecer aos pacientes no estágio final da doença uma vida digna. Ademais, a atividade física e a tecnologia podem apresentar elementos que contribuam com o tratamento da pessoa com DA. Dentre as possibilidades de tratamento não farmacológico destaca-se as possibilidades de uma variedade de atividades proporcionadas pelos diferentes conteúdos do lazer, distribuídos em interesses físicos/esportivos, sociais, manuais, intelectuais, artístico, turísticos e virtuais a serem praticadas pelas pessoas com DA. **Objetivo:** o presente estudo objetivou analisar as contribuições das tecnologias e atividades de lazer para melhoria da qualidade de vida dos os idosos com a Doença de Alzheimer. **Metodologia:** A metodologia de pesquisa a ser utilizada será a qualitativa e exploratória referente a temática DA, lazer e tecnologia, utilizando da busca por estudos e pesquisas em livros, artigos, jornais e outros documento que possam contribuir para o debate dessa pesquisa. Para a composição desse artigo foi realizada a técnica de revisão bibliográfica, com pesquisa no Google acadêmico, Scielo, PubMed e Science Direct, na qual utilizou-se das palavras chaves: Alzheimer, lazer, tecnologia. **Resultados e Discussão:** Nesse levantamento foram selecionados 16 artigos que atendem ao objetivo da pesquisa. Sobre as possíveis relações das temáticas lazer e DA Sobral e Paul (2013), chegaram a algumas conclusões em seu estudo em que os indivíduos com maior participação em atividades de lazer exibiram melhores resultados nos testes cognitivos e funcionais do que aqueles com menor participação. Por outro, lado deve-se incentivar o indivíduo a ter interesse pelo lazer com atividades físicas/esportivas, sociais, manuais e busque sempre

praticá-las a fim de promover a sensação de bem-estar e poder contribuir com a melhora da qualidade de vida, manter-se ativo físico, cognitivo e socialmente. Quanto ao uso de tecnologia observou-se a relevância de diferentes aparatos tecnológicos como apoio ao tratamento da Doença de Alzheimer, com estratégias de estimulação cognitiva distintas, exercícios de memória, uso de aplicativos e outras ferramentas que contribuem para o bem estar da pessoa com a Doença de Alzheimer. **Conclusão:** portanto, conclui-se que a condição de idoso acarreta em diversas modificações físicas, cognitivas e sociais. Sendo evidenciado a perda de diferentes funções físicas e cognitivas, podendo acompanhar doenças degenerativas, como a Doença de Alzheimer. A prática de diferentes atividades de lazer e do uso de um conjunto de aparatos tecnológicos pode contribuir com a estabilização e o atraso da Doença de Alzheimer. E as diversas atividades de lazer e das tecnologias, se realizadas de forma regular pelo idoso, se tornam algo prazeroso, recuperando a autoestima, auxiliando no bem-estar físico, psicológico e social do idoso e que podem ser orientados por profissionais de Educação Física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAZ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER. Relatório mundial de Alzheimer. **RELATÓRIO MUNDIAL DE AZHEIMER**, Brasil, p. 1, 21 set. 2019. Disponível em: <<http://abraz.org.br/web/2019/09/21/relatorio-mundial-de-alzheimer>>. Acesso: 22/08/2020

SOBRAL, M.; PAUL, C. **Escolaridade, Atividades De Lazer E Capacidade Cognitiva E Funcional De Doentes Com A Demência Tipo Alzheimer: Um Estudo De Follow Up. Dementia & Neuropsychologia**, vol.7, n.2, pp.181-189, 2013.

ZIDAN, M; ARCOVERDE, C; ARAUJO, N; VASQUES, P; RIOS, A; LAKS, J; DESLANDES, a. **Alterações Motoras E Funcionais Em Diferentes Estágios Da Doença De Alzheimer**. Rev. psiquiatr. clín. vol.39 no.5 São Paulo 2012.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Eduarda Gabriely Bernardes, Gabriela Custódio dos Santos, Grasiela Lima, e-mail: gabrielacustodio47@gmail.com

RESUMO

Introdução: A relação escola-família é uma das questões mais relevantes do debate educacional, pois está relacionada ao sucesso ou fracasso escolar, assim como às práticas de gestão democrática da escola. No que se refere ao processo ensino-aprendizagem, entende-se que a participação da família é de extrema importância para o desenvolvimento infantil. Mesmo tendo famílias que valorizam mais do que outras a vida acadêmica de seus filhos, o desinteresse familiar pode se tornar um obstáculo para a educação e o desempenho escolar dos mesmos. Nesse sentido, valoriza-se a integração dessas duas instituições para o sucesso da aprendizagem e do desenvolvimento integral das crianças. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo discutir a importância da relação família-escola na aprendizagem e na formação da cidadania crítica e participativa dos alunos, destacando-se os desafios encontrados nessa relação permeada por conflitos. **Método:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter introdutório, através de revisão bibliográfica. **Revisão de Literatura:** A família é a chave principal no desenvolvimento da criança, pois é a primeira instituição socializadora na formação cidadã e na efetivação dos direitos infantis. De acordo com Benato (2014, p. 6):

Com a instituição do ECA (1990), Estatuto da Criança e Do Adolescente, a função e o dever familiar foram definidos, demonstrando em seu Art. 4 que é dever da família, da comunidade e do poder público assegurar a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação.

A escola tem como função primordial a socialização do saber sistematizado. Família e escola são dois sistemas educativos com objetivos diferentes, mas que apresentam uma relação de reciprocidade tendo em vista a formação de crianças e jovens para uma inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Um exemplo de interdependência é quando o aluno sofre bullying dentro do ambiente escolar. De um modo geral, quem primeiro percebe mudanças no comportamento da criança é a família e, a partir daí, é fundamental a forma como os pais

lidam com os problemas da vida escolar de seus filhos, pois a importância que dão (ou não) aos fatos é determinante para o desenvolvimento intelectual e emocional dos mesmos. Quando a família é ausente, ou simplesmente responsabiliza a escola pelos problemas de comportamento ou aprendizagem dos seus filhos, acontecem muitas tensões nessa relação. Para Garcia e Souza (2004), a divergência de valores, a falta de apoio da família pelo aprendizado dos filhos e a dificuldade que as escolas encontram em lidar com os novos modelos familiares são obstáculos que interferem nessa relação família-escola. Isso ocorre pela ausência de diálogo entre os profissionais da educação e a família dos alunos. As referidas autoras também destacam que “o conhecimento das escolas a respeito da família é, muitas vezes, baseado em preconceitos”. (GARCIA; SOUZA, 2004, p. 70). Neste caso, as escolas discriminam as famílias de classes sociais mais baixas, reproduzindo estereótipos. Estudos mostram que muitos dos pais analfabetos se sentem inferiores por conta da sua situação, levando-os a se afastarem da escola (CRUZ, 2007). Dessa forma, é preciso analisar as barreiras existentes na relação família-escola, para que possam ser resolvidas. “A interação família/escola se faz necessário para que ambas conheçam suas realidades e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, buscando meios para que se concretize essa parceria”, (SOUZA, M. 2009, p. 23). Assim, a escola deve proporcionar a comunicação entre as famílias, compreendendo suas dificuldades e fortalecendo a relação, além de diversificar os encontros, não se restringindo apenas às reuniões de pais e mestres. **Considerações Finais:** Diante desse estudo preliminar, foi possível compreender a importância e os desafios da relação família-escola. Nesse sentido, as escolas precisam estar abertas ao diálogo com as famílias, identificando os problemas que impedem a construção dessa relação de forma positiva, evitando julgamentos, estereótipos e preconceitos. Essas duas instâncias educativas devem promover ações que busquem uma sintonia dialógica. A participação das famílias na escola demonstra-se essencial para o desenvolvimento intelectual, emocional e cognitivo dos alunos, na medida em que pode promover aprendizagens significativas e a formação para a cidadania crítica e participativa. Sendo assim, espera-se que a gestão escolar seja democrática e perceba nas famílias e na comunidade uma parceria fundamental na promoção da função social da escola nas suas dimensões políticas, socioculturais e pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: Relação. Família-Escola. Desafios.

REFERÊNCIAS

- BENATO, Dulcemara Terezinha. Família e escola: uma relação de desafios, In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2014. Curitiba: SEED/PR., v. 1, p. 6, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_dulcemara_terezinha_benato.pdf. Acesso em: 03 out 2020
- CRUZ, Antonio Roberto Seixas da. Família e escola: um encontro de relações conflituosas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.37, p.27-45, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/37/familia_e_escola.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.
- GARCIA, Clarice Aparecida Alencar; SOUZA, Fabiana Cristina de. A relação família-escola através dos tempos. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 4, p. 59-74, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9912/6554>. Acesso em: 30 set. 2020.
- OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; MARINHO-ARAÚJO Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 27(1), 99-108, janeiro – março. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2010000100012&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 30 ago. 2020.
- SOUZA, Maria Ester do Prado. Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

EM BUSCA DE SENTIDO EM SITUAÇÕES EXTREMAS

Marilaura Figueira Togni, Valdir Henrique Togni, Isabella Unterrichter Rechtenthal,
e-mail: mari.togni@gmail.com

RESUMO

Introdução: O ser humano é dotado de interesse em ser essencial, ser útil, de ter um propósito e quando este não fica claro há diversas incongruências e questionamento em relação a vida e o motivo de existir. Contudo, no contexto vivenciado pela população em 2020 – o isolamento social provocado pela pandemia do covid-19 –, muitas pessoas tiveram a sensação de desamparo e insuficiência, o que pode levar a consequências negativas que interferem diretamente na saúde mental do indivíduo, sendo necessário dar atenção a esses fatores. **Objetivo:** entender como a busca de sentido pode trazer esperança, metas e objetivos, sendo um caminho de descoberta e satisfação, tornando possível reverter a insatisfação e dúvidas, mesmo em face de situações extremas como a pandemia, para que as pessoas possam ter interesse em viver, sem desistir no meio dessa busca. **Método:** Para tal entendimento, utiliza-se do método dedutivo, levantamentos de referenciais bibliográficos, artigos científicos, informativos, para dar embasamento a pesquisa. **Resultados e discussão:** No momento atual muitas pessoas estão com liberdade limitada, vivendo um cenário de incertezas que tem gerado ansiedade e preocupações (FARO et al. 2020), assim, a busca de sentido é de extrema importância (FRANKL, 1991), pois gera um movimento, uma ação, para a busca de uma incongruência para alcançar a libertação de falsas crenças e traçar um novo caminho. O isolamento pode gerar sentimentos de não pertencimento, e este por sua vez pode desencadear reações patológicas (GASTAL, PILATI, 2016; PANCANI et al., 2020), de modo que é necessário encontrar um equilíbrio entre passado e presente, mudando e se autoconhecendo, trabalhando as questões internas, para ter um futuro, uma esperança. **Considerações finais:** Por se tratar de um Projeto de Pesquisa, o trabalho encontra-se ainda em fase inicial de produção. Pretende-se, com o desenvolvimento da pesquisa, alcançar e esclarecer os objetivos gerais e específicos propostos.

PALAVRA – CHAVE: Busca de sentido. Pandemia. Doenças psicológicas.

REFERÊNCIAS

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estud. Psicol.* (Campinas), Campinas, v. 37, e200074, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100507&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 out 2020.

GASTAL, Camila Azevedo; PILATI, Ronaldo. Escala de Necessidade de Pertencimento: Adaptação e Evidências de Validade. *Psico-USF*, Itatiba, v. 21, n. 2, p. 285-292, Aug. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712016000200285&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 out 2020

Pancani, L., Marinucci, M., Aureli, N., & Riva, P. (2020). Forced social isolation and mental health: a study on 1006 Italians under COVID-19 quarantine. *PsyArXiv Preprints*. Disponível em: <https://doi.org/10.31234/osf.io/uacfj>. Acesso em 07 out 2020.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. trad. Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. Porto Alegre: Sulina, 1987

O ALERTA DENTRO DA NARRATIVA EM O CONTA DA AIA

Jaila Aparecida Rodrigues, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail:
Jaila.brotas@hotmail.com

RESUMO

Introdução: *O conta da Aia*, escrito pela canadense Margaret Atwood, foi publicado em 1985. É um romance distópico, sobre um regime totalitário nos Estados Unidos, chamado de Gilead. Distopia, como a própria etimologia da palavra sugere, é o oposto de utopia, logo se essa é a percepção linda e perfeita do futuro, a outra é uma concepção terrível e pessimista em relação ao subsequente imaginário. **Objetivo:** A análise desse romance busca incentivar um debate cujo objetivo é aprofundar, ou mesmo iniciar questionamentos, sobre o lugar da mulher, dentro de um sistema capitalista, com um passado patriarcal, de objetificação, diminuição e delimitação do ser feminino. É inevitável que o machismo estrutural ainda esteja presente, portanto, é de suma importância questionar os pilares da sociedade, para enfim entender o papel que essa espera que toda fêmea desenvolva. **Método:** foram utilizadas pesquisas bibliográficas de artigos, dissertações e a leitura esmiuçada da própria obra em questão. **Resultados e discussões:** O enredo de *O conto da Aia* se pauta em um contexto de infertilidade mundial, guerras e radiação, em que o patriarcado toma o poder completamente, embasado por uma nova religião, a qual mescla dogmas. As mulheres passam a serem divididas em castas, de acordo com as funções que podem desempenhar. As férteis serão Aias, escravas, cujo objetivo é engravidar do seu respectivo comandante, perdem o nome e passam a serem chamadas de Of (de) + o final do sobrenome do seu comandante atual. Existem também as esposas, essas cuidarão dos filhos gerados pelas Aias como se fossem delas mesmas, há também as Martas que são empregadas domésticas e as tias, que ensinam as Aias. Quando nenhum desses quesitos existe, as mulheres remanescentes são enviadas para as colônias, um local para trabalho árduo, com níveis de radiação que matam lentamente. Atwood ressignificou a utopia, por não se tratar apenas de uma fantasiosa ideia do que virá, afinal “[...] a narrativa distópica não se configura, deste modo, apenas como visão futurista ou ficção, mas também como uma previsão a qual é preciso combater no presente.” (CARDOSO HILÁRIO, 2013, p. 206). Nesse contexto, é exposto o sucesso da narrativa, que 35 anos após o lançamento,

levanta debates, estudos e admite novos leitores todos os anos. A relevância da obra está justamente em seu poder visionário, pois, em pleno século XXI, as mulheres continuam lutando por direitos básicos, aproximando a distopia ficcional à realidade por muitas vivenciadas, o que precisa ser combatido com urgência. **Considerações finais:** O relato da personagem central é bem mais do que um relato ou uma carta de desumanização; nesse relato, ela discorre ao longo dos mais de quarenta capítulos sobre como uma organização democrática culminou em um regime totalitário, excludente, sem direitos humanos, o qual ressignificou as fêmeas de acordo com pressupostos bíblicos e arcaicos. É imprescindível entender que nenhuma dessas coisas aconteceram da noite para o dia na história contada, foram direitos negados e silenciados, o que gerou um processo maior e maior até engolirem a própria constituição dos Estados Unidos e substituírem por regras de Gilead. A perspectiva pessimista da obra, em relação a um mundo que subjugará as mulheres, acaba de forma subjetiva deixando um recado do mundo ficcional para o mundo real, lutar é para sempre. Apenas assim os direitos não poderão ser violados e usurpados, evitando mesmo que em proporção menor um futuro de retrocessos.

PALAVRAS – CHAVE: mulheres, direitos, sociedade, fêmeas.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Teoria crítica e literatura: A distopia como ferramenta de análise radical da modernidade**. Anu. Lit., Florianópolis, v.18, n. 2, p. 201-215, 2013.

KRÜGER, Luana de Carvalho; MARQUES, Eduardo Marks de. **O corpo-objeto em O Conto da Aia – a desformatização do corpo da mulher no universo distópico do romance**. Ilhas Literárias: Estudos de Transárea, 2019.

LIMA, Paula Bastos de. **A Representação da Mulher em O Conto da Aia: A influência da cultura patriarcal na percepção da mulher**. Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas. Brasília: 2017.

PENHA, Odilany dos Santos Silva. **Violação aos direitos das mulheres: uma análise literária sobre o conto da AIA**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 01 out 2020. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/53924/violao-aos-direitos-das-mulheres-uma-anlise-literaria-sobre-o-conto-da-aia>> Acesso em: 25 setembro 2020.

A CARÊNCIA PEDAGÓGICA ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DO KARATÊ

Alini Oliveira, Guilherme Nunhez, Ademir Testa Júnior, e-mail:
gui.wado96@gmail.com

RESUMO

O karatê (caminho das mãos vazias) é uma arte marcial tradicional japonesa que teve seu início na ilha de Okinawa no século XV aproximadamente. Gichin Funakoshi, considerado “o pai do karate moderno”, modificou o karatê literal e filosoficamente para “Mãos vazias”, mãos de liberdade, em que KARA (vazias) e TE(mãos) passaram a ter conotação de defender-se desarmado e ter a mente livre do egoísmo e da maldade, adicionados à palavra DO (caminho). Ao praticar o Karatê-Do, pode-se atingir a serenidade, a tranquilidade mental e a mais profunda autoconfiança. O lado filosófico da arte é fundamental. Os lemas criados pelo mestre Ginchin Funakoshi delineiam a filosofia do Karatê, sendo a finalidade destes agregar valores humanos ao praticante e com isso ter uma conduta exemplar na sociedade. O presente estudo objetivou identificar as carências pedagógicas existentes entre professores e alunos nas aulas de karatê. O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica utilizando o método indutivo de maneira indireta, consultando as bases de dados Google Acadêmico e Scielo correlacionando artigos nacionais com os seguintes termos: pedagogia do esporte, karatê, pedagogia do esporte no ensino do karatê, pedagogia do esporte novas tendências, pedagogia do esporte e competição e karatê de contato. Foram encontrados na literatura 10 artigos referentes ao tema e como critério de exclusão foram comparados o título, objetivo principal, foco e resumo. Com o intuito de relacionar as informações encontradas ao problema de pesquisa da carência pedagógica entre professor e aluno no ensino e aprendizagem do karatê. Os artigos coletados mostram que todas as experiências que são adquiridas na iniciação e formação esportiva, têm relação com o procedimento pedagógico aplicado pelo professor, ou seja, os resultados dos procedimentos e principalmente a relação entre os agentes pedagógicos e os alunos, são de extrema importância para que haja um bom ensino e uma boa aprendizagem. Também, é importante tratar de que esses agentes tenham uma formação pedagógica para atuar na iniciação esportiva, em vista de que possam oferecer aos seus alunos novas tendências pedagógicas, assim, construindo mudanças e estimulando o inovar.

Outro resultado abordado pelos artigos, consta que a maioria dos alunos estão na faixa etária dos 06 aos 12 anos, com isso, ocorre um aumento da responsabilidade dos professores em oferecer nas aulas uma forma lúdica de ensinar a história e pedagogia. Outros resultados discutem o fato de que enquanto existirem formas inquestionáveis de ações que não permitam serem criticadas, a prática da pedagogia nas lutas corporais será sempre deficiente, pois para que haja uma transformação nas práticas, é essencial ter discussão, criação, vivência e experiência. Foi possível compreender que no processo de aprendizagem e ensino é fundamental que os professores tenham conhecimento do conteúdo a ser ensinado para que possam oferecer aos seus alunos um ensinamento mais amplo, com a intenção de aumentar o conhecimento destes. Por causa disso, a pedagogia do esporte tem um papel importante no ensino em geral e mais especificamente no karatê, pois além da técnica e dos métodos de aplicação, fornece ao aluno um desenvolvimento motor e psico-cognitivo (pensamento, memória, raciocínio, linguagem, percepção, etc.) e entre outras competências que favorecem o aprendiz.

PALAVRAS-CHAVE: Karatê. Pedagogia do esporte. Professor e aluno.

REFERÊNCIAS

BONATTO, L.G.B.R; CRISTINA, S.C.D. “Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações” Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.283-300, abr./jun. 2012

DELUNARDO, C.D.S; JOSÉ, F.J.M.G; CRISTINA, S.C.D. “A visão dos professores quanto ao processo de ensino e de aprendizagem do basquetebol nas aulas de Educação Física: a realidade de Volta Redonda/RJ”. Movimento Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1283-1304, out./dez. de 2014

GALATTI, L. R., BETTEGA, O. B., PAES, R. R., REVERDITO, R. S., SEOANE, A. M., & SCAGLIA, A. J. (2017). “O ensino dos jogos esportivos coletivos: avanços metodológicos dos aspectos estratégico-tático-técnicos” Pensar a Prática, 20(3).

JAIME, F.J.G; BRACHT, V.B; “Metodologia do Ensino dos Esportes Coletivos” Vitória : UFES, Núcleo de Educação Aberta e a. Distância, 2012.

MARLOS, S.M.M; “Pedagogia do Esporte e o Karatê-dô: Considerações acerca da iniciação e da especialização esportiva precoce” 2003.

MEDEIROS, W.M.S. “Karatê como Estímulo à Criação de Valores Humanos” Ariquemes – RO 2016.

MIRANDA, C.M.M.J; ROSE, D.D.R.J; MASSA, M.M. “Iniciação aos Esportes Coletivos” SÃO PAULO Edições EACH 2020.

RAFAELA, L.R.G; BREDAS, M.E.J.G.B; JOSÉ, A.J.S; RODRIGUES, R.R.P. “Pedagogia do Esporte e Competição Infantil: análise e proposições a partir do Karatê de Contato”. Movimento & Percepção, Espírito Santo do Pinhal, SP, v.8, n.11, jul/dez 2007.

RAFAELA, L.R.G; RODRIGUES, R.R.P; CRISTINA, S.C.D. “Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos”. Motriz, Rio Claro, v.16 n.3 p.751-761, jul./set. 2010.

RENALDO, G.R.S; RAMOS, V.R. “A aprendizagem para o ensino no karate: estudos a partir da história de vida dos instrutores”. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – v. 12, n. 1, 2013, p. 14-27

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA UTILIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS

Gislaine Aparecida Rodrigues de Moraes Barbosa, Patrícia Corrêa Dias, Adriane Lopes, e-mail: algi.gama@hotmail.com

RESUMO

Introdução: No Brasil, a atenção básica é considerada a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), órgão este que representa um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, o acompanhamento da saúde da população na prevenção e controle das Doenças Infectocontagiosas deverá ser realizado de forma integral e resolutiva, além da necessidade de descentralização do diagnóstico e do acompanhamento das pessoas (BRASIL, 2013). Com o intuito de ampliar as possibilidades de testagem para diagnosticar as doenças infectocontagiosas, os testes rápidos (TRs) denotam uma grande vantagem, pois possibilitam a liberação dos resultados e a assistência ao paciente em uma única consulta e não necessitam de estruturas laboratoriais ou de profissionais graduados para executarem a testagem. (BRASIL, 2013). Segundo o Ministério da Saúde (2010), o TR é feito com amostras de sangue obtidas por punção venosa ou da polpa digital, ou ainda com amostras de fluidos orais, sendo realizados rapidamente, em torno de 30 minutos. Estão disponíveis em unidades de saúde, centros de testagens e aconselhamento, também são apresentados em eventos, intervenções urbanas, mobilização, parcerias, unidades móveis que levam o diagnóstico para o cotidiano da sociedade. Esse fato, permite rápido encaminhamento do usuário do SUS para assistência médica especializada e início de tratamento.

Objetivo: A importância deste tema motivou a escolha dos TRs como problemática de estudo, a fim de garantir conhecimento e informação para os graduandos em enfermagem e para os profissionais da enfermagem que atuam na linha de frente da atenção básica de saúde. **Método:** Realizou-se uma busca exploratória de textos científicos da biblioteca virtual dos sites Scielo, LILACS e Ministério da Saúde do Brasil, além de um livro. Selecionou-se no total 28 textos publicados entre 2010 a 2020.

Revisão de Literatura: Os TRs são imunoenaios (IE) simples, realizados preferencialmente em ambiente não laboratorial de forma presencial com amostra de sangue total obtida por amostra de fluido oral ou punção digital, com resultados em até 30 minutos. Vários são os formatos de TR, e os mais frequentemente utilizados são:

imunocromatografia de duplo percurso, dispositivos (ou tiras) de imunocromatografia de fluxo lateral e imunoconcentração (BRASIL, 2013). Destacou-se a necessidade de se realizar um processo de escuta ativa, garantindo sigilo e privacidade e promover um relacionamento de confiança com o paciente e com o serviço de saúde. Para que a excelência na abordagem e execução dos TR seja conquistada, seria muito importante o aprofundamento de uma disciplina específica durante os cursos de graduação nas faculdades de enfermagem, a exemplo de outros cursos que já o fazem. A luta pela diminuição e controle doenças infectocontagiosas são esforços necessários, pois estudos indicam que não há classe que possa ser considerada excluída, já que estas abrangem toda população. **Considerações finais:** Entendeu-se que os TRs são de extrema importância e sugere-se que esse assunto seja inserido no cotidiano da enfermagem, desta maneira o enfermeiro estará incluso na divulgação de informações e realizando diagnóstico em várias as oportunidades, entre jovens, universitários, gestantes e idosos, contribuindo assim para a prevenção e controle das doenças transmissíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Teste Rápido; Doenças Infectocontagiosas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. HIV: Estratégias para utilização de testes rápidos no Brasil, **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais**. p. 98, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV. **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais**. p. 1-55, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças e da outra providencias. **Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis**, 2013

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO-FÍSICA NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS OPERATORIO DE BARIÁTRICA

David Creazzo, Carlos Rafael, Alessandro Gabriel Macedo Veiga
e-mail:david.creazzo.dc@gmail.com

RESUMO

Intervenções cirúrgicas para o tratamento de obesidade e das comorbidades que ela causa estão se tornando mais comuns e de uma melhoria significativa na facilidade em conseguir realizar o procedimento, além de todo o avanço científico e de conhecimento sobre quais as melhores maneiras de executar a intervenção. A obesidade infelizmente ganha espaço na sociedade e cada vez mais se nota a ausência de hábitos saudáveis na população. A facilidade em conseguir alimentos rápidos e que normalmente atraem os olhos ou o sedentarismo causado pelas melhorias que a tecnologia nos proporciona, contribuem para o agravamento deste mal, no qual não somente remete na imagem corporal da pessoa, mas também na saúde, autoestima, saúde psicológica, integração na sociedade e qualidade de vida. Sabe-se de toda a importância da equipe médica sobre esse feito, porém, quase não é falado que outros profissionais da área da saúde como os profissionais de educação física e também profissionais da área da psicologia podem ter um papel fundamental para o melhor aproveitamento do procedimento cirúrgico, tanto no pré como no pós-operatório. O objetivo deste trabalho é apresentar a importância do papel do profissional de educação-física nos casos onde o processo cirúrgico deixa de ser somente cogitado e sim um processo necessário. Foram realizadas entrevistas pessoais, nas quais foram colhidos dados sobre o comportamento pré e pós-procedimento de pacientes que passaram pelo procedimento da bariátrica, abordando os aspectos físicos e psicológicos destes. Durante o período pré-procedimento os indivíduos citaram que o convívio destes em sociedade é muito insatisfatório, uma vez que a imagem corporal, principalmente em pacientes do sexo feminino, não permite com que se sintam confortáveis em interagir com outras pessoas, e que um ponto primordial para procurarem o procedimento cirúrgico foi não somente a visão que tinham de si, mas principalmente a visão de outras pessoas sobre eles. A busca por ajuda para a mudança sem intervenção foi citada frequentemente, porém uma mínima parcela conseguiu dar andamento no processo da perda de peso, nesse ponto notasse que aqueles que deram andamento no processo de preparação física ou pelo menos na mudança de seus

hábitos com a inclusão de exercício físico tiveram um aproveitamento muito satisfatório do procedimento da bariátrica, controlando algumas comorbidades ou patologias hipocinéticas que a obesidade causa antes da realização da cirurgia e também uma qualidade significativa na recuperação pós-procedimento. O exercício físico acompanhado por um profissional e personalizado junto com a equipe médica foi a peça chave para a excelência e êxito do procedimento, principalmente os exercícios resistidos, não deixando de citar todo o processo de melhoria que os exercícios aeróbios trouxeram ao sistema cardiovascular dos pacientes. Quando perguntado sobre a satisfação do procedimento se torna unanime que foi uma completa mudança na qualidade de vida e fariam novamente o processo se necessário, assim como foi de grande parcela o interesse em manter uma vida ativa naqueles que fizeram o acompanhamento com um profissional de educação física durante o processo de espera para o procedimento. Diante disso foi observado que a obesidade traz além de problemas físicos, problemas sociais devido a aparência, por isso valorizar o trabalho e abrir espaço para novos profissionais dentro de procedimentos da área da saúde causariam um grande impacto positivo nas vidas daqueles que necessitam de ajuda.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade. Bariátrica. Profissional de educação-física. Qualidade de vida.

REFERÊNCIAS:

DA SILVA, T. P. R.; PORTO. A.; MENDES. L.; GOMES F. SL.; ARAUJO. L.; MATOZINHOS. F.;

“Qualidade de vida de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica: estudo transversal.” ISSN 1695-6141, n° 58, Abril 2020.

NETO P.S.P , ALENCAR D.L, ARCANJO G.N, COSTA E.E, FERREIRA E.O, ALVES I.A **“Avaliação das comorbidades associadas à obesidade pré e pós cirurgia bariátrica em indivíduos obesos.”** Motricidade, Edições Desafio Singular 2018, vol. 14, n. 1, pp. 117-122 6° ISSC.

M.R. Castro, V.N. Ferreira, R.C. Chinelato, M.E. Ferreira. **“Imagem corporal em mulheres submetidas à cirurgia bariátrica: Interações socioculturais”** Motricidade FTCD/FIP-MOC 2013, vol. 9, n. 3, pp. 82-95 DOI: 10.6063/motricidade.9(3).899.

FONSECA-JUNIOR, S.J; SÁ, C.G; RODRIGUES, P.A; OLIVEIRA, A.J; FERNANDES-FILHO, J. **“EXERCÍCIO FÍSICO E OBESIDADE MÓRBIDA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.”** ABCD Arq Bras Cir Dig 2013;26(Suplemento 1):67-73.

BOSCATTO, E.C; DA SILVA DUARTE, M.; GOMES, M.A; **“Estágios de mudança de comportamento e barreiras para a atividade física em obesos mórbidos.”** DOI: 10.5007/1980-0037.2011v13n5p329.

A INFLUÊNCIA DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA

Lucas Monteiro dos Santos, Guilherme Augusto Martines e-mail:
gmartines2000@hotmail.com

RESUMO

Introdução: Entende-se por deficiência motora o comprometimento total ou parcial em se movimentar, gerando assim uma dificuldade efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora, agilidade, força, potência, resistência, equilíbrio, percepção, dentre outras. Dependendo do grau da lesão, faixa etária, gênero, dentre outras variáveis, o grau de comprometimento pode ser maior ou menor. Neste sentido, torna-se essencial a prática de atividades físicas/exercícios físicos como um recurso na busca em se propiciar uma melhora na saúde e qualidade de vida, haja vista o aumento exponencial no número de adeptos de uma série de esportes adaptados hoje existente, o qual teve início na Grécia antiga, especificamente no pós-guerra quando esta categoria de esporte foi criada visando recuperar integralmente, ou seja, físico, social e psicologicamente esses indivíduos. **Objetivo:** O presente estudo objetivou analisar se a prática sistematizada de exercícios físicos exerce benefícios em pessoas com deficiência motora. **Método:** Realizou-se uma Revisão Bibliográfica por meio da base de dados do Google Acadêmico, Scielo, Lilacs e Pubmed, onde não houve distinção de datas para a seleção dos artigos. Os critérios de inclusão adotados na busca se deuram quanto à língua, o qual deveria ser no inglês, português ou espanhol, assim como apresentar relação a temática deste projeto. **Revisão de Literatura:** Por meio dos artigos encontrados, constatou-se que a prática, tanto de exercícios físicos como de atividades físicas, exerce uma influência positiva em pessoas que apresentam algum grau de comprometimento motor, seja especificamente quanto na melhora da qualidade da marcha, por intermédio do aumento da força muscular em membros inferiores e/ou superiores, auxiliando em sua postura, assim como promovendo a melhora do equilíbrio e da coordenação motora. Além disso, benefícios adicionais podem ser constatados quanto à melhora da composição corporal, reabilitação, comportamental e finalmente na saúde, já que sem a ação de movimentar-se, principalmente nos dias atuais, torna-se impossível apresentar um completo bem-estar físico, social e psicológico. **Considerações finais:** Foi possível compreender que a prática de exercícios físicos

deve fazer parte do cotidiano de todos, independentemente se possuem ou não limitação motora. Neste sentido, especificamente em pessoas com deficiência motora, os mesmos devem ser estimulados, haja visto que promovem inúmeros benefícios, contribuindo significativamente na melhora da saúde e qualidade de vida. Além do mais, a motricidade é responsável por promover a integração entre as pessoas, melhorando sua socialização, resultando em excelentes benfeitorias psíquicas, principalmente no deficiente, que possui uma maior limitação de movimento, sendo que uma grande parcela deles, dependem de uns membros familiares para realizar suas atividades cotidianas. Adicionalmente, o movimento deve fazer parte da vida, já que os níveis de sedentarismo e obesidade apenas vêm aumentando no mundo, assim como o número de indivíduos acometidos por doenças hipocinéticas, já que se observa um aumento nos estoques de gordura corporal e uma redução na massa isenta de gordura, contribuindo negativamente na expectativa de vida e na saúde de uma forma geral.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício Físico. Deficiência Motora. Benefícios

REFERÊNCIAS

CARDOSO, M. D. **A reabilitação de pessoas com deficiência através do esporte adaptado.** Rev. Bras. Ciênc. Esporte. v.33, n.2, p.529-39, 2011.

GREGÓRIO, A. **Efeito do Exercício Físico na multideficiência:** Aplicação de dois programas de treinos em trampolins. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desporto) – Faculdade de Ciências sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, 2018.

TEIXEIRA-ARROYO, C; DE OLIVEIRA, S. R. G. **Atividade aquática e a psicomotricidade de crianças com paralisia cerebral.** Motriz. v. 13, n. 2, p.97-105, 2007.

CAUSAS MÚLTIPLAS DE MORTE RELACIONADAS À DOENÇAS DO TRATO RESPIRATÓRIO NO BRASIL EM 2018

Ana Laura Leandrin Ferreira, Thiago de Souza Candido
e-mail: analauraferreira99@icloud.com

RESUMO

Introdução: As estatísticas correlacionadas com a morte devam ser demonstradas através da causa básica de morte, ao qual podemos definir como: (1) a doença ou lesão que inicia a cadeia de eventos patológicos que conduziram diretamente à morte, como por exemplo, Doenças do Trato Respiratório ou (2) as circunstâncias do acidente ou violência que produziram a lesão fatal (SANTO, 2006 [I]). O impacto das Doenças do Trato Respiratório (DTR) sobre morbidades e mortalidade, tem sido verificado e pode ser medido de várias maneiras, como o aumento dos casos de internação em crianças e adolescentes devido a estas causas ou através das suas taxas de morte por geolocalização (SANTO, 2003). Tais doenças respiratórias possuem uma posição de destaque no Brasil, cuja taxas de mortalidade possibilitam comparações geográficas entre países e permitem avaliações úteis para o planejamento de intervenções em termos de saúde pública (SANTO, 2006 [II]). **Objetivo:** Este trabalho teve por objetivo desenvolver o levantamento de mortes por DTR no Brasil, seccionando por regiões e estados no ano de 2018. **Materiais e métodos:** O levantamento dos dados foi realizado através de um estudo descritivo, com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM – DATASUS), com a observação numérica dos registros de causa mortis classificada como DTR, pertencentes ao grupo X073-077 da Classificação Internacional de Doenças em sua décima versão (CID-10). Após a obtenção, os dados foram tabulados utilizando o software Excel e foi calculado o número de mortes por DTR a cada 100.000 habitantes a nível nacional, regional e estadual no ano de 2018, utilizando dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mortes por DTR foram classificadas segundo o SIM-DATASUS como: Infecções por Influenza, Pneumonia, Outras Infecções, Bronquiolite, Doenças Crônicas das Vias Aéreas (DCVA), Asma e Restante das Doenças do Aparelho Respiratório (RDAR). **Resultados e discussões:** Nos resultados foram observadas as taxas de mortes correlacionadas com pneumonias como as mais elevadas, apresentando a taxa de morte de 48 a cada 100.000 habitantes no Brasil, seguido de outras doenças classificadas em grupos, DCVA

(21), RDTR (12) e Outras Infecções (4,7). Dentre as doenças individualizadas foram demonstradas as taxas nacionais de 1,1 para Asma, 0,58 para infecções por Influenza e 0,17 para Bronquiolite. Como a pneumonia e as DCVA demonstraram altos índices em relação as demais, esta patologia foram seccionadas por regiões e estados. Para pneumonia foram evidenciadas elevadas taxas na Região Sudeste (48), com destaque para os estados Rio de Janeiro (57) e São Paulo (51) e na Região Nordeste (42), com destaque para o estado do Ceará (47) e Paraíba (42). As DCVA também apresentaram altas taxas de morte no Brasil (21), onde os mais altos índices regionais ocorreram na Região Sudeste (22), com destaque para os estados de São Paulo (23) e Minas Gerais (24), na Região Centro-Oeste (26), com destaque para Mato Grosso do Sul (33) e Goiás (30) e na Região Sul (36), com destaque para os estados Paraná (33) e Rio Grande do Sul (43) quando comparadas com a respectiva taxa nacional. **Considerações finais:** A pesquisa demonstrou que as principais menções em declarações de óbito relacionadas com DCR é a pneumonia, seguido das DCVA. Desta forma, políticas preventivas correlacionadas com as causas apresentadas devem ser implementadas com maior vigor e eficiência, para que no futuro possamos salvaguardar vidas diminuindo estes altos índices que assolam a população nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Doenças do Trato Respiratório; Sistema de Informação Sobre Mortalidade; Pneumonia; Doenças Crônicas das Vias Aéreas.

REFERÊNCIAS

SANTO, A. H. Causas múltiplas de morte relacionadas à tuberculose no Estado do Rio de Janeiro entre 1999 e 2001. **J. Bras. Pneumol.**, v. 32, p. 544-552, 2006 [II].

SANTO, A. H. Mortalidade relacionada à asma, Brasil, 2000: um estudo usando causas múltiplas de morte. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, p. 41-52, 2006 [I].

SANTO, A. H; PINHEIRO, C. E; JORDANI, M.S. Causas múltiplas de morte relacionadas à tuberculose no Estado de São Paulo, 1998. **Rev. Saúde Pública**, v. 37, p. 714-721, 2003.

CUIDADOS NO USO DE MEDICAMENTOS EM NEONATOLOGIA

Hilda Cristiane Costa Cruz Ogura, Giovanna Castilho Davatz Lopes
e-mail:cristiane@barragas.com.br

RESUMO

Introdução: A grande maioria das intercorrências que ocorrem em um hospital está relacionada à prescrição e dispensação de medicamentos, sendo mais frequentes na população neonatal. Isto pois apenas cerca de 20% dos medicamentos aprovados pelo FDA (Food and Drug Administration) são rotulados para uso pediátrico. Este aspecto denota a falta de estudos clínicos específicos para esse público. Soma-se a isso, que os poucos medicamentos aprovados e específicos para neonatos são escassos no mercado. Com isso, os médicos rotineiramente prescrevem medicamentos a crianças "off label", o que significa que o medicamento não foi aprovado para uso em crianças, já que não foram efetuados estudos clínicos, demonstrando sua segurança e eficácia em ensaios adequados e bem controlados. Assim, há necessidade de que seja calculada a dose individualmente para cada paciente de acordo com sua idade, peso e área de superfície corporal. Este fato leva a erros principalmente na etapa de prescrição dos medicamentos, cujas doses não são adequadas para as características do recém-nascido. Além disso, são encontrados erros também na etapa de administração dos fármacos, sendo os mais comumente descritos: diluição inadequada, dose errada, omissão (deixar de administrar um medicamento prescrito) e a velocidade da infusão, com volume ou velocidade errada. **Objetivo:** Apresentar as medidas que viabilizem o aumento da segurança frente a administração de medicamentos em neonatologia. **Método:** Trata-se de um trabalho de revisão narrativa, ou seja, foi fundamentado em literatura científica previamente publicada por outros autores. **Resultados e discussão:** Devem ser utilizadas algumas estratégias para aumentar a segurança na administração de medicamentos em neonatologia. A administração dos medicamentos é um processo que necessita de conhecimentos técnicos e prática, podendo ser vista como uma grande oportunidade para se evitar os erros relacionados aos medicamentos e as doses receitadas. Os erros podem ter ocorrido nos processos anteriores, ou seja, durante a prescrição ou a dispensação dos medicamentos, mas é no momento da administração que temos a última chance de interceptar esses erros antes que atinjam os pacientes, por isso é aconselhado que os profissionais sigam os nove certos: paciente certo,

medicamento certo, via certa, hora certa, dose certa, registro certo, orientação certa, forma certa e resposta certa, neste último é aconselhável que o recém-nascido seja observado para que se possa monitorar se o medicamento teve o efeito desejado ou algum efeito adverso. Em caso de a resposta apresentada ter sido diferente da esperada, o médico deve ser comunicado para uma conduta oportuna. É importante que essas informações sejam registradas no prontuário do paciente com o intuito de assegurar uma adequada comunicação entre todos os membros da equipe multidisciplinar, outra estratégia muito importante, é o envolvimento constante dos pais e familiares do recém-nascido. Esse envolvimento pode ser realizado por meio do fornecimento de informações sobre cada medicamento prescrito e administrado, bem como incentivando os pais/familiares a fazerem perguntas sobre o tratamento e a conversarem com a equipe de saúde sobre suas preocupações e dúvidas relativas à saúde do recém-nascido. Outra medida para aumentar a segurança é implantação de tabelas para consulta com informações necessárias sobre concentração de diluição, diluentes adequados, tempo de infusão e outras informações pertinentes na tabela de diluição publicada pela farmácia do seu hospital para consulta dos profissionais. **Considerações Finais:** É possível compreender que para uma prescrição de medicamentos segura, além de todas as estratégias e medidas acima citadas, recomenda-se ainda que a prescrição seja realizada no formato eletrônico, sempre que possível, e que contenha as seguintes informações: identificação do paciente, identificação do prescritor, identificação da instituição, identificação de alergias, data de início e término da prescrição, nome do medicamento, doses, velocidade, tempo de infusão, diluição, via de administração e duração do tratamento, após a prescrição, os medicamentos são separados e dispensados pelo setor de farmácia das instituições hospitalares que possuem um relevante papel no processo de medicamentos dos pacientes, tornando assim mais segura e evitável algumas intercorrências que infelizmente, ainda ocorrem com frequência nos hospitais.

PALAVRAS-CHAVE: Medicamento. Neonatologia. Intercorrências. Cuidado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Anexo 03: **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.** Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Assistência Farmacêutica em Pediatria no Brasil: recomendações e estratégias para a ampliação da oferta, do acesso e do uso racional de medicamentos em crianças.** Brasília: DF, 2017.

ISMP Brasil. Instituto para práticas seguras no uso de medicamentos. Medicamentos potencialmente perigosos de uso hospitalar - lista atualizada. 2019. **Boletim ISMP**, v.8, n.3, p.1-9, 2019.

ISMP Brasil. Instituto para práticas seguras no uso de medicamentos. Uso seguro de medicamentos em pacientes pediátricos. **Boletim ISMP**, v.6, n.4, p.1-9, 2017.

EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA PORTADORES DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Gabriel Fracassi, Morgana Casale Ferreira, Natan Bordi, Vinícius Rossi, Evandro Antonio Corrêa, e-mail: casale688@gmail.com

RESUMO

Introdução: O Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) é mais comum do que se pode imaginar. Seus primeiros sintomas são notados quando o indivíduo ingressa no ambiente escolar, no qual desenvolve a desatenção, impulsividade, hiperatividade, falta de concentração, entre outros. Uma criança portadora do distúrbio geralmente é deixada de lado em aulas ou dinâmicas em grupo, devido ao despreparo de muitos profissionais com relação ao assunto. Por isso, o presente estudo objetivou identificar os possíveis meios de tratamentos ou intervenção profissional referente ao TDAH que possam promover melhorias, conforto e aceitação em determinada situação do cotidiano dos indivíduos que apresentam o transtorno. **Métodos:** trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, e como ferramenta utilizou-se nesse estudo a revisão bibliográfica, com busca em artigos que tratam da temática. **Resultados e discussão:** Em uma busca no Google Scholar, só no ano de 2020, obtivemos 161 resultados com as palavras Educação Física e TDAH e em sua ampla maioria do assunto no contexto escolar. Por se tratar de uma pesquisa inicial e a fim atender o objetivo proposto, os artigos utilizados para análise, desse estudo apontaram em seus resultados crianças com TDAH e crianças sem TDAH, com testes rápidos feitos por meio da Educação Física nas escolas. Podemos perceber que a criança com TDAH tem certa dificuldade em se manter concentrado por muito tempo, baixa persistência e baixa atenção nas atividades propostas. Como exemplo, um dos meios utilizados por um dos estudos foi o teste de caminhar em cima de um banco, no banco onde os alunos caminharam, existiam alguns obstáculos para dificultar, os dois alunos realizaram com sucesso, porém, o que possui TDAH terminou e ficou transitando. Nessa atividade o aluno com TDAH participou sem problemas, pois o tempo todo ficou focado nos seus objetivos. Constatamos que inserir a criança em exercícios aeróbios, de preferência aquáticos, podem ocasionar em uma grande melhora. Para as aulas serem mais interessantes para essas crianças, com TDAH, é necessária uma melhor organização nas aulas, o professor precisa ser claro em suas explicações, podendo utilizar imagens

e escrita, sendo fundamental verificar a compreensão do aluno na atividade podendo, assim, incluir essas crianças em suas aulas e ajudar de forma positiva na vivência de atividades físicas, deixando prazerosa e divertida. **Considerações finais:** Foi possível compreender que crianças que possuem TDAH, comparadas com outras crianças, apresentam maiores dificuldades em realizar atividades relacionadas com a escrita e aritmética, também foi observado quem em atividades que necessitam de habilidades motoras e atenção, crianças com TDAH se mostram menos interessadas ou dispersas comparadas com outras crianças. O TDAH ao longo do tempo pode ser muito prejudicial para a criança em relação ao aprendizado e interações sociais. Para que aconteça mudanças positivas e para melhorar o aprendizado da criança com TDAH é preciso que os professores e profissionais de Educação Física abordem em sua atuação uma didática mais interessante, que aproxime o aluno da aula e que ele consiga participar com intuito de melhorar a atenção e o comportamento.

Palavras-chave: Transtorno. Hiperatividade. Déficit de atenção. Educação Física.

EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM PESSOAS COM ALZHEIMER

Luan Gabriel Alabarse De Omena, Luis Carlos Rodelli, Evandro Antônio Corrêa,
e-mail: luan.gbiel@hotmail.com

RESUMO

Introdução: *Alzheimer é uma doença neurodegenerativa progressiva que se manifesta apresentando deterioração cognitiva e da memória de curto prazo e uma variedade de sintomas neuropsiquiátricos e de alterações comportamentais que se agravam ao longo do tempo. A doença de Alzheimer (DA) se instala quando o processamento de certas proteínas do sistema nervoso central não funciona adequadamente, ocorre perda progressiva de neurônios em certas regiões do cérebro, como o hipocampo. O quadro clínico normalmente é dividido em quatro estágios: inicial, moderada, grave e terminal. Os médicos acreditam que manter exercícios mentais e uma boa vida social, juntamente com as práticas regulares de atividades físicas e de lazer, pode retardar ou até mesmo inibir a manifestação dessa doença. Dessa maneira, fatores como a prática de atividade física podem alterar em parte a progressão da DA, ou seja, a prática regular retardaria o declínio cognitivo, assim reduzindo o risco da progressão da DA. Assim sendo, a atividade física pode representar uma importante contribuição não farmacológica atuando no declínio cognitivo, assim diminuindo de certa forma a progressão da doença.* **Objetivo:** Esse estudo teve como objetivo identificar os efeitos das atividades físicas em indivíduos diagnosticado com DA. **Metodologia:** Este trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, assim para a composição desse artigo foi realizada com apoio na técnica de revisão bibliográfica, com pesquisa no Google acadêmico, Scielo, PubMed e Science Direct, na qual utilizou-se das palavras chaves: atividade física, exercício físico, Alzheimer, lazer. Nesse levantamento foram selecionados 36 artigos, mas foram utilizados apenas 27 que atenderam o objetivo da pesquisa, foram pesquisados artigos no período de 10 anos, ou seja, 2010 a 2020. **Resultados e discussões:** A partir do levantamento e análise dos estudos notou que houve uma melhora nos efeitos depressivos, equilíbrio e risco de quedas, funções e declínio cognitivo, aspectos físicos e motores, neuropsiquiátricos, bem-estar e qualidade de vida. As reflexões que evidenciaram os efeitos positivos das atividades físicas em indivíduos diagnosticado com DA. As investigações permitiram identificar que atividades físicas e exercícios físicos tem fator importante na diminuição

significativa de fatores depressivos. Assim como, observamos nas pesquisas que pacientes ao realizarem atividades sistematizada e supervisionada tiveram efeitos positivos em relação ao equilíbrio e risco de quedas. Também há uma relação aos aspectos físicos e motores geral já que o exercício proporciona melhora clínica e física. Os resultados indicam a importância de atividades e exercícios físicos no tratamento da DA, já que são benéficas quanto a manutenção das funções cognitivas. Ou seja, retardam o declínio cognitivo, bem como os programas de treinamento apresentam resultados benéficos aos sintomas neuropsiquiátricos. Foi verificado que atividades e exercícios físicos podem ser usados como tratamentos não farmacológicos em pessoas com DA, levando-se em consideração que a prática de treinamento físico regular pode levar a uma melhora na qualidade de vida e no bem-estar. Assim sendo, a uma melhora das atividades da vida diária, AVDI (Atividades da vida diária instrumentais) e AVDB (Atividades da vida diária básicas). **Considerações finais:** Conclui-se que atividades e exercícios físicos são benéficos para indivíduos diagnosticado com DA, conforme observado nos efeitos significativos de melhoria em relação a fatores depressivos, equilíbrio e risco de quedas, funções e declínio cognitivo, bem-estar e qualidade de vida, aspectos físicos e motores e neuropsiquiátricos. Dessa maneira, esse tipo de tratamento não farmacológico pode ser utilizado para o tratamento desses indivíduos, devidamente prescrito e orientado por profissionais de Educação Física e também como prevenção para incidência da DA.

PALAVRAS-CHAVES: Atividade física, Exercício físico, Doença de Alzheimer.

REFERÊNCIAS

ALZHEIMER'S DISEASE INTERNATIONAL. *Relatório sobre a Doença de Alzheimer no mundo de 2009*. Resumo Executivo. Londres: Alzheimer's Disease International, 2010.

ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. Alzheimer: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção. *Saúde de A Z. Brasília*, s.d.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER. Relatório Mundial De Alzheimer. 2019. Disponível em: <<https://abraz.org.br/web/2019/09/21/relatorio-mundial-de-alzheimer-2019/>>. Acesso em 29/09/20.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER. Sobre Alzheimer. Tratamento. 2020. Disponível em: <<https://abraz.org.br/web/sobre-alzheimer/tratamento/>>. Acesso em 29/09/20.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE MEDICINA. Mortalidade por doença de Alzheimer e desenvolvimento humano no século XXI: Um estudo ecológico nas grandes regiões brasileiras. 2019. Disponível em:

<<http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/394>>. Acesso em 29/09/20

CANONICI, A; ANDRADE, L; GOBBI, S; SANTOS-GALDUROZ, R; GOBBI, L; STELLA, F. Functional dependence and caregiver burden in Alzheimer's disease: a controlled trial on the benefits of motor intervention. *Psychogeriatrics* 12(3):186-9. 2012.

DESLANDES, A; MORAES, H; ALVES, H; POMPEU, F; SILVEIRA, H; MOUTA, R; ARCOVERDE, C; RIBEIRO, P; CAGY, M; PIEDADE, R; LAKS, J; COUTINHO, E. Effect of aerobic training on EEG alpha asymmetry and depressive symptoms in the elderly: a 1-year follow-up study. *Braz J Med Biol Res* vol.43 no.6 Ribeirão Preto June 2010 Epub May 14, 2010.

GROPPO, H; NASCIMENTO, C; STELLA, F; GOBBI, S; OLIANI, M. Efeitos de um programa de atividade física sobre os sintomas depressivos e a qualidade de vida de idosos com demência de Alzheimer. *Rev. bras. educ. fis. esporte* vol.26 no.4 São Paulo Oct. /Dec. 2012.

GUERRA, Y; MONTESDEOCA, S; MANSO, J; GONZÁLES, J; VALDIVIELSO, M; RUIZ, D; MATOSO, D; ESCUDERO, M. Exercise and Alzheimer's: The body as a whole. *Revista andaluza de medicina del deporte*, Vol. 10, Nº. 3, págs. 120-124, 2017.

HERNANDEZ, S; COELHO, F; GOBBI, S; STELLA, F. Efeitos de um programa de atividade física nas funções cognitivas, equilíbrio e risco de quedas em idosos com demência de Alzheimer. *Rev. bras. fisioter.* vol.14 no.1 São Carlos Jan./Feb. 2010.

HERNANDEZ, S; VITAL, T; GOBBI, S; COSTA, J; STELLA, F. Atividade física e sintomas neuropsiquiátricos em pacientes com demência de Alzheimer. *Motriz: rev. educ. fis.* (Online) vol.17 no.3 Rio Claro July/Sept. 2011.

IBGE. Números de idoso cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.

NARITA, K; NITRINI, R; RADANOVIC, M. Assessment of balance in mild and moderate stages of Alzheimer's disease: implications on falls and functional capacity. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* vol.69 no.2a São Paulo Apr. 2011.

NASCIMENTO, C; TEIXEIRA, C; GOBBI, L; GOBBI, S; STELLA, F. A controlled clinical trial on the effects of exercise on neuropsychiatric disorders and instrumental activities in women with Alzheimer's disease. *Rev. bras. fisioter.* vol.16 no.3 São Carlos May/June 2012 Epub Apr 12, 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Demência: número de pessoas afetadas triplicará nos próximos 30 anos. 2017. Disponível em:
<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5560:demenca-numero-de-pessoas-afetadas-triplicara-nos-proximos-30-anos&Itemid=839>. Acesso em 29/09/20.

PETROIANU, A; CAPANEMA, H; SILVA, M; BRAGA, N. Atividade física e mental no risco de demência em idosos. *J. bras. psiquiatr.* vol.59 no.4 Rio de Janeiro 2010.

PRAÇA, M; SANTOS, A; CAPITÃO, C; PUGLIESE, R. A doença de alzheimer e os efeitos do exercício físico. *FIEP Bulletin On-line* Volume: 90, Issue: 1 2020.

SANTIAGO, A; SOUZA, E; MALDONARO, A; RODRIGUES, M; LEME, J. Efeitos da participação em programa de atividade física para pessoas com a Doença de Alzheimer. *Fisioterapia Brasil* Volume: 17, Issue: 3, pp 261-268. 2016.

SANTOS, J; ANDRADE, L; PEREIRA, J; STEIN, A; PEDROSO, R; COSTA, J. Análise de protocolos com intervenção motora domiciliar para pacientes com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática. *Rev. bras. geriatr. gerontol.* vol.16 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2013.

SERENIKI, A; VITAL, M. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 2008.

SILVA, G; SANTOS, C; ALMEIDA, C. Efeitos da cinesioterapia nos doentes de alzheimer: análise bibliométrica. *Acta Biomedica Brasiliensia*, ISSN-e 2236-0867, Vol. 6, Nº. 1, págs. 68-77, 2015.

SMITH, M. Doença de Alzheimer. *Rev. Bras. Psiquiatr.* vol.21 s.2 São Paulo Oct. 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.* São Paulo: Atlas, 1992.

VITAL, T; HERNANDEZ, S; GOBBI, S; COSTA, J; STELLA, F. Atividade física sistematizada e sintomas de depressão na demência de Alzheimer: uma revisão sistemática. *J. bras. psiquiatr.* vol.59 no.1 Rio de Janeiro 2010.

VITAL, T; HERNANDEZ, S; PEDROSO, R; TEIXEIRA, C; GARUFFI, M; STEIN, A; COSTA, J; STELLA, F. Effects of weight training on cognitive functions in elderly with Alzheimer's disease. *Dement. neuropsychol.* vol.6 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2012

ZIDAN, M; ARCOVERDE, C; ARAUJO, N; VASQUES, P; RIOS, A; LAKS, J; DESLANDES, A. Alterações motoras e funcionais em diferentes estágios da doença de Alzheimer. *Rev. psiquiatr. clín.* vol.39 no.5 São Paulo 2012.

ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA IV

Ana Vitória Leandrin, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail:
ana.leandrin_jahusp@hotmail.com

RESUMO

O trabalho visou trabalhar e conhecer melhor sobre a psicologia hospitalar, sendo que o estágio institucional pôde proporcionar experiências dentro da Santa Casa da Misericórdia de Pederneiras, estado de São Paulo. Tendo em vista a psicologia hospitalar, é possível ver no livro Simonetti, (2006, pág.16), a definição a seguir: "A psicologia hospitalar enfatiza a parte psíquica, mas não diz que a outra parte não é importante, pelo contrário, perguntará sempre qual a reação psíquica diante dessa realidade orgânica, qual a posição do sujeito diante desse real da doença, e disso fará seu material de trabalho". O psicólogo que atua em instituições hospitalares é um personagem que vivencia um ambiente no qual a vida se desenrola em seu cotidiano, sendo também um personagem que vivencia a doença junto aos pacientes, familiares e equipe de saúde. Diferente da atuação em clínica, muitas vezes o psicólogo hospitalar precisa ser ativo e dinâmico, adaptando-se aos mais diferentes *settings* e preparado para as mais inesperadas situações que a enfermidade pode trazer (BIRK, 2005). No estágio foi trabalhado três aspectos da realidade hospitalar, sendo: o paciente, os acompanhantes, família ou responsáveis e a equipe hospitalar, com intervenções de apoio, preparação e acompanhamento nos procedimentos realizados, dentre outros fatores. O projeto buscou oferecer escuta e acolhimento psicológico aos pacientes internados assim como aos seus familiares, ou cuidadores e equipe de trabalho hospitalar. Foram feitas pesquisas bibliográficas em sites da empresa, nos quais se obteve sua descrição e caracterização. Para a contextualização teórica e revisão bibliográfica, foram consultados sites como Scielo, Lilacs, Bireme, Portal Capes, e periódicos específicos da área. Para realização do estágio nesta instituição, primeiramente foi feito contato com a gestora responsável, sobre os objetivos do estágio. Após o aceite pela instituição e pela supervisora, foram elaborados os documentos para o início do estágio. As estagiárias puderam alcançar o objetivo do projeto, conseguindo um bom acolhimento tanto dos pacientes e equipe com elas, quanto o acolhimento levado a eles por elas. Neste campo as estagiárias se sentiram a vontade para realizarem o que precisassem no hospital, contando inclusive com o apoio da equipe,

que por sua vez, chamava-as quando havia demanda com pacientes. O estágio gerou certo desejo em ter alguma atividade para dar continuidade ao decorrer das semanas, havendo programação para os próximos encontros, mas não fora possível, uma vez que, cada semana havia uma nova demanda no contexto hospitalar. O estágio foi satisfatório, uma vez que fora possível um crescimento e novas experiências às estagiárias, enriquecendo, desta forma, o aprendizado pessoal e profissional das mesmas, neste, foi possível conhecer melhor sobre o campo hospitalar na formação acadêmica, havendo grande enriquecimento, sendo que o campo acabou gerando certo desafio pessoal ao longo de cada encontro. O público atendido pôde ter um espaço para falarem do que os angustiava e os incomodava, trazendo relatos de como a presença delas se tornava importante para eles. À instituição foi possível levar a eles um maior conhecimento sobre o trabalho do psicólogo no hospital, sendo possível proporcionar a eles a importância da humanização com cada demanda.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia hospitalar. Estágio institucional. Escuta Psicológica. Acompanhamento Psicológico.

REFERÊNCIAS

BIRCK, M; D. **Acompanhamento psicológico às crianças e familiares no ambulatório de quimioterapia do hospital infantil Joana de Gusmão.** Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Psicologia. Dez. 2005. Disponível em: newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/69.pdf. Acesso em 01/10/2020

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença.** Casa do psicólogo Livraria e Editora Ltda. São Paulo, 2004.

GENE *HER2* E SEU IMPACTO NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA

Maria Laura Tondati Guelfi, Andre Luiz Ventura Savio,
email:maahtondati@gmail.com

RESUMO

Introdução: O câncer de mama representa a neoplasia mais comum em mulheres no Brasil, sendo estimados 66.280 novos casos para o ano de 2020 (INCA,2020). As neoplasias de mama podem ser classificadas de acordo com as características hormonais e genéticas dos tumores, sendo dividida em: i) receptor hormonal positivo, quando apresentam receptores para os hormônios progesterona e/ou estrogênio; ii) *HER2*-positivo, células tumorais com a expressão do gene *HER2* mais acentuada que o normal; iii) Triplo positivo, aqui as células tumorais apresentam uma positividade para os receptores de progesterona, estrogênio e um aumento de *HER2* é observado; iv) Triplo negativo, quando as células do tumor não apresentarem a expressão exacerbada de *HER2* e de receptores para progesterona e estrogênio (VIEIRA et al, 2010; EHMANN et al. 2016; Harbeck et al. 2019). O primeiro achado molecular relacionado com o câncer de mama foi a superexpressão do proto-oncogene *HER2* (*Human Epidermal growth factor Receptor-type 2*), um receptor de crescimento epidérmico presente na superfície das células mamárias normais (CARPENTER et al, 1978; HYMAN, 2018). Na década de 90, foram identificados dois genes supressores tumorais *BRCA1* e *BRCA2*, associados com a gênese do câncer de mama (VENKITARAMAN, 2002). **Objetivo:** avaliar a relevância clínica do gene *HER2* e o seu impacto no tratamento e prognóstico do câncer de mama. **Método:** Foram conduzidas buscas em três bases de dados eletrônicas (PUBMED, SCIELO e LILACS). Os termos de busca utilizados nas bases foram: *HER2* e câncer de mama, *HER2* e tratamento do câncer de mama. As buscas não foram limitadas por língua ou data de publicação. **Revisão de literatura:** Até os anos 1980 havia duas classes de terapias sistêmicas disponíveis para o câncer de mama: quimioterapia e terapia com anti estrogênio ou terapia endócrina, para pacientes com receptores hormonais positivos. Nessa época a taxa de mortalidade para esse tipo de neoplasia era de aproximadamente 30% (NAROD,IQBAL,MILLER, 2015). Uma das grandes lacunas existentes no período era o motivo de certos pacientes não apresentarem resposta aos tratamentos quimioterápicos disponíveis. Com o avanço da biologia molecular, foi identificado nesses tumores a presença da superexpressão do

gene *HER2* a qual apresentava correlação com o pior prognóstico da doença (KING et al, 1985; DEBIASI et al, 2017; WANG et al, 2020). Em 1991, iniciou novas terapias experimentais direcionadas para os pacientes que apresentavam *HER2* positivo e apenas em 1998, o novo medicamento chamado Trastuzumabe foi aprovado pelos Estados Unidos (CARTER, et al. 1992; VENKITARAMAN, 2002). No ano de 2005, o Trastuzumabe teve aprovação para uso em tumores em estágios iniciais, fato que marcou o início da oncologia de precisão baseada nas características genéticas dos tumores cada paciente (DE LAURENTIIS et al, 2005; OH, Do-Youn,2020). O novo tratamento apresentou uma melhora no prognóstico dos pacientes que apresentam *HER2* positivo e não respondiam aos quimioterápicos tradicionais utilizados até então (NAROD,IQBAL,MILLER, 2015). No cenário apresentado, destaca-se a importância da pesquisa básica na compreensão dos mecanismos moleculares presentes nas neoplasias, tais conhecimentos permitem a execução de estudos clínicos que visam diagnóstico precoce, terapêutica direcionada ao paciente e conseqüentemente, melhor prognóstico aos pacientes. **Considerações finais:** A descoberta da superexpressão do gene *HER2* em tumores de mama agressivos, iniciou uma nova fase no tratamento do câncer de mama e marcou o início de pesquisas para caracterização genética dos tumores e como consequência, o desenvolvimento de novas terapias personalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: HER2. Câncer de Mama. Terapia personalizada

REFERÊNCIAS

CARPENTER, G.; COHEN, S. Human epidermal growth factor: binding of the polypeptide to human fibroblasts and stimulation of cell proliferation. **National Cancer Institute Monograph**, n. 48, p. 149–156, 1978.

CARTER P. et. al.. Humanization of an anti-p185HER2 antibody for human cancer therapy. **Proc Natl Acad Sci**. v. 89, n.10, p. 4285-4289, 1992.

DE LAURENTIIS, M. *et al.* Targeting HER2 as a therapeutic strategy for breast cancer: a paradigmatic shift of drug development in oncology. **Annals of Oncology**, v. 16, p. iv7–iv13, 2005.

EHMANN, Brian D. *et al.* Refinement of Triple-Negative Breast Cancer Molecular Subtypes: Implications for Neoadjuvant Chemotherapy Selection. **PloS One**, v. 11, n. 6, p. e0157368, 2016.

Estimation of Premature Deaths From Lack of Access to Anti-HER2 Therapy for Advanced Breast Cancer in the Brazilian Public Health System | JCO Global

Oncology. Disponível em: <<https://ascopubs.org/doi/full/10.1200/jgo.2016.005678>>.

Acesso em: 5 out. 2020.

HARBECK, N. *et al.* Breast cancer. **Nat Rev Dis Primers.** 5, 66, 2019.

HYMAN, David M.; PIHA-PAUL, Sarina A.; WON, Helen; *et al.* HER kinase inhibition in patients with HER2- and HER3-mutant cancers. **Nature**, v. 554, n. 7691, p. 189–194, 2018.

INCA - Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil>. Acesso em: 05/09/2020.

KING CR; KRAUS MH, AARONSON SA. Amplification of a novel v-erbB-related gene in a human mammary carcinoma. **Science.** v. 229, n.4717, p. 974-976, 1985.

LUKONG, Kiven Erique. Understanding breast cancer – The long and winding road. **BBA Clinical**, v. 7, p. 64–77, 2017.

NAROD, Steven A.; IQBAL, Javaid; MILLER, Anthony B. Why have breast cancer mortality rates declined? **Journal of Cancer Policy**, v. 5, p. 8–17, 2015.

OH, Do-Youn; BANG, Yung-Jue. HER2-targeted therapies — a role beyond breast cancer. **Nature Reviews Clinical Oncology**, v. 17, n. 1, p. 33–48, 2020.

VENKITARAMAN, Ashok R. Cancer susceptibility and the functions of BRCA1 and BRCA2. **Cell**, v. 108, n. 2, p. 171–182, 2002.

VIEIRA, F. N. *et al.* **Carcinoma de mama.** 2010. Disponível em: https://sboc.org.br/images/diretrizes/diretrizes_pdfs/Carcinoma_de_Mama.pdf. Acesso em 20 set. 2020.

WANG, Guanwen; WANG, Juan; CHANG, Antao; *et al.* Her2 promotes early dissemination of breast cancer by suppressing the p38 pathway through Skp2-mediated proteasomal degradation of Tpl2. **Oncogene.** 2020.

HESITAÇÃO VACINAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Flávia Cristina de Sousa, Andréa Cibele Roque, Ivana Regina Gonçalves, e-mail:
flaviajau2793@gmail.com

RESUMO

Introdução: No ano de 1973, foi lançado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), trazendo muitos benefícios para a população, à exemplo da eliminação de certas doenças imunopreveníveis. Além disso, o programa oferece o acesso universal e gratuito à vacinação, sendo essa uma das medidas mais eficientes para promoção da saúde pública, pois possui a capacidade de evitar inúmeras mortes, que podem ser prevenidas por meio da imunização de pelo menos 30 doenças a nível mundial (SATO 2018; SUCCI 2017). Apesar das grandes vantagens sociais e econômicas, o PNI traz consigo inúmeros desafios para a imunização já que a cobertura de doenças pode gerar efeitos que alimentam dúvidas sobre a segurança e efetividade da vacina na vida da população (FONSECA *et al.*; 2018; SATO 2018; SUCCI 2017). Nesse sentido, muitos fatores podem estar relacionados à hesitação vacinal que é definida como o atraso em aceitar ou a recusa das vacinas recomendadas quando elas estão disponíveis nos serviços de saúde, sendo um fenômeno que varia ao longo do tempo, do local e dos tipos de vacinas (MacDONALD *et al.*, 2015). **Objetivo:** Verificar qual a contribuição da literatura sobre a temática hesitação vacinal. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura com a finalidade de realizar uma análise temática da produção do conhecimento em artigos, buscando responder à seguinte questão norteadora: qual a contribuição da literatura sobre a hesitação vacinal? O período de coleta dos dados ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2020, utilizando as palavras chaves hesitação vacinal, recusa vacinal, vacinação. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados entre os anos de 2015 e 2020, no idioma português e completos, disponíveis na base de dados Lilacs. Na fase inicial, foram selecionados 11 artigos e após a leitura dos mesmos na íntegra, 4 artigos foram selecionados. Como critério de exclusão estavam artigos repetidos na base de dados (3) e aqueles que não responderam à pergunta norteadora (4). A análise de conteúdo foi o referencial metodológico e Bardin (1977) foi o referencial teórico utilizado. **Resultados e discussão:** De acordo com as temáticas podemos verificar que os determinantes da hesitação vacinal não são um problema atual, são complexos e podem ser atribuídos à interpretação de fontes não confiáveis que resultam

em controvérsias sobre a eficácia da vacina, geralmente baseadas em uma avaliação irracional das evidências. Os estudos encontrados demonstram que a hesitação vacinal pode ser influenciada por aspectos socioculturais da sociedade como religião, crenças pessoais, política, escolaridade. Com isso, a percepção da população e confiança no sistema de saúde ficam afetadas, e assim surgem as dúvidas sobre a real necessidade das vacinas, preocupações com a segurança, o medo de possíveis eventos adversos, conceitos equivocados sobre a segurança e eficácia das vacinas. Outro ponto importante, é que pais vacinados normalmente acreditam que a vacinação é uma responsabilidade, fazendo-a sem dúvidas. Já os pais seletivos, muitas vezes vivenciam situações adversas que os fazem questionar e tornar suspeita a decisão de vacinar seus filhos, postergando ou mesmo não concluindo essa tarefa. Alguns estudos enfatizaram a importância da comunicação, o incentivo a pesquisa em fontes confiáveis e uma relação efetiva entre profissional da saúde e população na diminuição no impacto da hesitação vacinal. **Considerações finais:** Os temas encontrados na análise da literatura sobre hesitação vacinal foram: hesitação vacinal como um fenômeno prevalente, influência dos aspectos socioculturais e familiares na hesitação vacinal, a importância na comunicação efetiva sobre as vacinas e as controvérsias fomentadas acerca das vacinas.

PALAVRA-CHAVE: Hesitação vacinal. Recusa vacinal. Vacinação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 225p.

BROWN, A.L. *et al.* Confiança e hesitação vacinal no Brasil. Rio de Janeiro, [online] 2018. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000905014&lng=en&nrm=iso [capturado em: 05 de set. de 2020].

FONSECA M.S; VARELA M.A..LN; FRUTUOSO A.; MONTEIRO M.F.F.R.P. Recusa da vacinação em área urbana do norte de Portugal (Vaccine refusal in an urban area of northern Portugal). [online] 2018. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n9/1678-4464-csp-34-09-e00011618.pdf> [capturado em: 09 set. 2018].

MACDONALD N.E; SAGE Working Group on Vaccine Hesitancy. Vaccine hesitancy: definition, scope and determinants. *Vaccine*. [online] 2015. Disponível: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2015.04.036> [capturado em: 31 out 2020].

SATO, A.P.S. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? [online] 2018. Disponível: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052001199> [capturado em: 09 set. 2018].

SUCCI, R.C.M. Recusa da vacina - o que precisamos saber. Porto Alegre, [online] 2018. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572018000600574&lng=en&nrm=iso [capturado em: 09 set. 2018].

INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO PLIOMÉTRICO NO DESEMPENHO DE FUTEBOLISTAS

Cesar Augusto Bianzeno, Guilherme Augusto Martines, e-mail:
cesar.abianzeno@gmail.com

RESUMO

Introdução: O futebol é um esporte em que a potência muscular e a velocidade são muito recrutadas em seus praticantes. Esta modalidade é caracterizada por ações motoras de diferentes níveis de intensidade. Então, para aprimorar essas ações motoras, é necessária uma alternância de contrações musculares classificadas como ciclo alongamento-encurtamento, isto é, um mecanismo fisiológico, no qual, a função é aumentar a eficiência mecânica dos movimentos, onde ocorre uma contração muscular excêntrica rápida, seguida quase que instantaneamente, por uma ação muscular concêntrica. Um dos métodos utilizados no futebol para aprimorar o ciclo alongamento-encurtamento é o treinamento pliométrico. Este método de treinamento tem por finalidade o desenvolvimento da potência muscular nos membros inferiores, podendo também ser aplicado nos membros superiores. Sabendo que a potência muscular tem como característica a capacidade de superar o mais rápido possível uma resistência, é possível utilizar treinamentos em que o atleta efetue movimentos com o máximo de contração do músculo e com a maior velocidade possível, destacando assim, o treinamento pliométrico. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo foi verificar a influência do treinamento pliométrico sobre o desempenho de futebolistas. **Método:** Realizou-se uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, utilizando como bases de dados as bases de dados do Scientific Electronic Library Online (Scielo), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MedLine), PubMed e Google Acadêmico. **Revisão de Literatura:** Foi analisado que este método de treinamento resultou no aumento da densidade mineral óssea, melhora do perfil de risco cardiovascular, aumento da função neuromuscular, controle de peso, diminuição do risco de lesões no esporte e aumento do bem-estar psicossocial de atletas juvenis. Com a utilização deste método, atletas futebolistas da categoria sub-13 conseguiram aumentar a distância do chute em 26% (7m) e a velocidade da bola nas cobranças de pênalti aumentou em 7,2 km/h (9,1%) com a perna direita e 7,6 km/h (10,1%) com a perna esquerda após a intervenção do treinamento. Foi

observado também uma diminuição de tempo nos *sprints* de 5 e 10 metros em 8,6% (-0,07") e 4,8% (-0,09"), respectivamente, e um aumento de 9,4% (3cm) na execução do salto vertical, após a intervenção de um protocolo de treinamento pliométrico em futebolistas. É importante destacar também que a pliometria gerou um aumento de potência muscular em 10kg.m/s (8,01%) nos membros inferiores nos goleiros. **Considerações finais:** Foi possível concluir que o treinamento pliométrico contribui positivamente no desempenho de atletas futebolistas, melhorando significativamente a força, potência muscular e a capacidade de *sprints*, além de gerar uma economia de movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Pliometria. Desempenho. Futebol.

REFERÊNCIAS

BEDOYA, A. A. et al. Effects of Plyometric and Sprint Training on Physical and Technical Skill Performance in Adolescent Soccer Players. **The Journal of Strength & Conditioning Research**, v. 29, p. 1894-1903, 2015.

CORRÊA, T. Pliometria no futebol. Universidade do futebol. Porto Alegre, 2007.

FLÁVIO, J. M. et al. Efeito do treinamento pliométrico no desempenho da velocidade e altura dos saltos vertical e horizontal para jovens jogadores de futebol. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. São Paulo, v. 10, n. 41, p. 673-680, 2018.

GONÇALVES, R. A; NAVARRO, A. C. A influência do treinamento de força especial explosiva pliométrica para membros inferiores em saltos e velocidade. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. São Paulo, v. 9, n. 32, p. 64-69, 2017.

MEYLAN, C; MALATESTA, D. Effects of In-Season Plyometric Training Within Soccer Practice on Explosive Actions of Young Players. **The Journal of Strength & Conditioning Research**, v. 23, p. 2605-2613, 2009.

VILLARREAL, E. S. et al. Effects of Plyometric and Sprint Training on Physical and Technical Skill Performance in Adolescent Soccer Players. **The Journal of Strength & Conditioning Research**, v. 29, p. 1894-1903, 2015.

LAZER NA TERCEIRA IDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Laura de Paula, Isabella Ramos, Evandro Antonio Corrêa, e-mail:
isaaramos2212@gmail.com

RESUMO

Introdução: Quando a terceira idade se aproxima, é natural que aconteçam mudanças em todos os aspectos de vida do idoso, sendo físicas, psicológicas, sociais, etc. Ademais, quando o ser humano envelhece e começa ter ideia de sua finitude, o mesmo passa a ver o mundo de outra maneira. Conseqüentemente, a concepção de inutilidade surge e, muitas vezes a autodepreciação acelera o processo de envelhecimento e a perda de muitos benefícios nesse período. **Objetivo:** esta investigação objetivou identificar a prática de atividades no tempo de lazer, especificamente, a dança e sua contribuição para melhoria da qualidade de vida à Terceira Idade. **Método:** Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e exploratória, usou-se da técnica de revisão bibliográfica, com escopo relacionado aos estudos do lazer, onde foram selecionados três estudos que apontaram o lazer e a dança como uma intervenção dinâmica durante o envelhecimento. **Resultados e Discussão:** a primeira pesquisa trata-se de um levantamento de campo, desenvolvida na cidade de Bauru-SP com indivíduos de cinquenta anos ou mais, de ambos os sexos e desfavorecidos economicamente. Neste estudo foi elaborado um projeto de intervenção de vivências no lazer, com o objetivo de mostrar que os idosos, desfavorecidos economicamente, não possuem muitas oportunidades de vivenciar o lazer. Já o segundo artigo, propõe uma reflexão sobre o significado do lazer em diferentes fases da vida e como ele atua no processo de envelhecimento de forma positiva. O terceiro estudo foi realizado em Florianópolis-SC com 12 idosos praticantes de dança, de ambos os sexos e com idade mínima de sessenta anos. Utilizaram um Diário de Campo para as anotações de emoções e ações dos idosos, entre outros acontecimentos durante a pesquisa. Como resultado da revisão, foi perceptível a falta de comprometimento da sociedade em geral, para com o lazer na Terceira Idade. Muitas vezes, os idosos que não possuem uma condição econômica e social favorável acabam não tendo oportunidades de vivenciar o lazer, pois este é ofertado clubes e ambientes privados (na maioria das vezes), o que facilita a segregação da população mais pobre. Outro problema comum é a falta de informação, muitos idosos não têm conhecimento dos benefícios da prática do lazer e atividades físicas, levando

os mesmos à ideia de inutilidade e ao não aproveitamento dessa fase da vida, que assim como as outras fases da vida, é muito importante. Além disso, existem muitas formas de ser ativo fisicamente, porém chama-se atenção para a dança, que além de ser uma atividade que viabiliza o bem-estar, também fortalece a segurança e a autoestima dos idosos. Nesse contexto cabe aos Profissionais da Educação Física, e outras áreas, oferecer possibilidades para uma melhor qualidade de vida à população idosa, por meio de intervenções como a dança, com o objetivo de minimizar os impactos negativos do envelhecimento. **Considerações Finais:** Tendo em vista que o lazer é um direito que deve ser ofertado aos idosos por parte da família, do Estado com políticas públicas, casas de repouso, é dever da sociedade reforçar a importância de práticas corporais nessa fase da vida. Também é relevante que o lazer seja oferecido e vivenciado por todos e, especificamente, a parte da população desfavorecida economicamente, com práticas em clubes, associações, espaços públicos e ao ar livre por exemplo, como a dança, zumba e outras atividades que não exijam o gasto de dinheiro.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Idoso. Envelhecimento. Dança.

O ENFERMEIRO NAVEGADOR EM ONCOLOGIA: REVISÃO DE LITERATURA

Andréa Cibele Roque, Regina Célia Popim, Ivana Regina Gonçalves, e-mail:
dreia_roque@hotmail.com

RESUMO

Introdução: O câncer hoje é considerado um problema de saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2012, mostra a ocorrência de 14,1 de casos novos com 8,2 milhões de mortes pela doença (WHO, 2014). Considerado um desafio no cenário atual, com o aumento do envelhecimento da população brasileira, o índice de doenças crônicas como câncer tende a crescer (INCA, 2019). Nessa vertente, em 1990, o médico Americano Harold Freeman desenvolveu um programa chamado Nurse Navigator. O programa tem como finalidade agilizar o tratamento de pessoas com doenças crônicas como o câncer (VARGAS et al., 2008). Este profissional tem como objetivo auxiliar na organização específica do cuidado do paciente com câncer. Entre as atribuições está: atuar no acompanhamento periódico para garantir as necessidades do paciente de acordo com sua complexidade de cuidado individual, dar suporte nas consultas e exames, manter os dados eletrônicos do paciente atualizados (POUTASSO et al., 2017).

Objetivo: Verificar qual a contribuição da literatura sobre a Navegação de Pacientes em Oncologia. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura com a finalidade de realizar uma análise temática da produção do conhecimento em artigos, buscando responder à seguinte questão norteadora: Qual a contribuição da literatura sobre a navegação de pacientes por enfermeiros em oncologia? O período de coleta dos dados ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2019. Foram incluídos no estudo 9 artigos publicados entre os anos 2008 e 2019, no idioma português e inglês, com artigos completos disponíveis nas bases de dados Scielo, Bireme, Lilacs e Pubmed. A análise de conteúdo foi o referencial metodológico e Bardin (1977) foi o referencial teórico utilizado, o que permitiu organizar o conhecimento obtido em três categorias.

Resultados e discussão: As categorias obtidas através da literatura de acordo com a Navegação de Pacientes por enfermeiros em Oncologia são: a navegação de pacientes como premissa do cuidado de qualidade, seguindo um modelo de atendimento prioritário, individualizado, mas que mantém a autonomia e independência de cada indivíduo; equipe/instituição como fornecedora do cuidado individualizado, propiciando

qualidade à relação equipe-paciente, com o cuidado centrado no paciente, e não focado no modelo biomédico, inter-relacionando os conhecimentos de cada profissão; e percepção dos pacientes e da instituição acerca da navegação, facilita o atendimento, cria um fluxo integrado com todos os profissionais envolvidos nos cuidados, assim atingindo a satisfação dos pacientes e instituição. Além disso, a navegação de pacientes também gera retornos financeiros positivos para a instituição. Neste caso, o paciente efetivamente auxiliado em seu tratamento, evita retornos hospitalares não planejados. Segundo os estudos, a maioria das pesquisas e implementação do programa concentram-se na América do Norte com aproximadamente 89% dos artigos, sendo, no Brasil, uma temática pouco desenvolvida. Outrossim, a navegação de pacientes é uma importante medida para diminuir o tempo desde o diagnóstico até o final do tratamento com cuidados humanizados que integram na prática da equipe/instituição para melhorar o atendimento e assistência prestada e adesão ao tratamento. **Considerações finais:** Por fim, a partir da literatura é possível considerar que, mesmo sendo uma temática pouco desenvolvida no Brasil, a navegação de pacientes na área oncológica gera resultados positivos, como à exemplo: o cuidado individualizado. Assim, a partir do exposto, verifica-se que o paciente oncológico recebe uma assistência de qualidade. Entretanto, pela falta de maiores pesquisas sobre o tema no país, sugere-se estudos futuros para comprovar sua eficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Navegação de Pacientes. Enfermagem. Oncologia. Qualidade à Saúde.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 225p.

BEZEROWSKA, A; PASSCHIER, E; BLEIKER, E. **Evaluating a professional patient navigation intervention in a supportive care setting**. SupportCareCancer, [online] 2019. Disponível: <https://doi.org/10.1007/s00520-018-4622-2>. [capturado em: 10 nov. 2015].

FREEMAN, H. P; RODRIGES, R.L. **History and Principles of Patient Navigation. Cancer**, [online] 2011. Disponível: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cncr.26262/references>. [capturado em: 10 nov. 2015].

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **A situação do câncer de mama no Brasil: Síntese de dados dos sistemas de**

informação. Rio de Janeiro [online] 2019. Disponível:
<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>. [capturado em: 25 out. 2019].

MUÑOZ, R. D et al. Multidisciplinary cancer care model. **A positive association between oncology nurse navigation and improved outcomes for patients with cancer.** Clinical Journal of Oncology Nursing. [online] 2018. Disponível:
https://digitalcommons.gardner-webb.edu/nursing_etd/37/. [capturado em: 05 nov. 2019].

ONCOLOGY NURSING SOCIETY. **Oncology nurse navigator core competencies.** [online] 2013. Disponível:
https://www.ons.org/sites/default/files/ONNCompetencies_rev.pdf. [capturado em: 05 nov. 2019].

POUTASSO, F. F et al. **Atuação do Nurse Navigator: revisão integrativa.** [online] 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1590/19831447.2018.2017-0102>. [capturado em: 10 nov. 2015].

POUTASSO, F. F; CAREGNATO, R.A; FLORES, CD. **Desenvolvimento de um programa de navegação em um centro de alta complexidade.** [online] 2018. Disponível:
<https://repositorio.ufcspa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/732/1/%5bDISSERTA%c3%87%c3%83O%5d%20Pautasso%2c%20Fernanda%20Felipe>. [capturado em: 25 out. 2019].

SMITH, J. **Patient navigator's role definition.** Boiling Springs: Hunt School of Nursing, Gardner-Webb University. [online] 2014. Disponível:
<http://digitalcommons.gardnerwebb.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1036>. [capturado em: 05 nov. 2019].

VARGAS, R. B et al. **Characteristics of the Original Patient Navigator Programs to Reduce Disparities in the Diagnosis and Treatment of Breast Cancer.** [online] 2008. Disponível: <https://doi.org/10.1002/cncr.23547> [capturado em: 10 nov. 2015].

WELLS, K. J et al. **Patient navigation: State of the art, or is it science?** Cancer. 2009. Disponível: [10.1002/cncr.23815](https://doi.org/10.1002/cncr.23815). [capturado em: 5 nov. 2019].

WHO. **International Agency for Research on Cancer. Cancer Research.** [online] 2014. Disponível:
https://www.cancerresearchuk.org/sites/default/files/cs_report_world.pdf. [capturado em: 25 out. 2019].

O USO DE ESTATINAS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES

Maria Eduarda Carreira Carneiro, Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Flavia Caroline Nogueira, Fabiana Camila Bativa, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail: mdudacarneiro@hotmail.com

RESUMO

Introdução: A dislipidemia, caracterizada pelo aumento de colesterol e triglicérides séricos, apresenta correlação direta com o risco de ocorrência de eventos cardiovasculares. Para o controle da dislipidemia, a terapia nutricional e a mudança no estilo de vida devem ser adotadas, e em muitas situações, torna-se necessário também realizar um tratamento farmacológico (XAVIER *et al*, 2013). Dentre os fármacos atualmente disponíveis para o tratamento da dislipidemia, estão as estatinas, as quais constituem uma classe de medicamentos hipolipemiantes que atuam sobre uma enzima fundamental da síntese do colesterol (FONSECA, 2005). As estatinas pertencem a uma classe de medicamentos redutores de colesterol e seu uso contínuo reduz a morbidade e a mortalidade cardiovascular decorrente da doença aterosclerótica (SPOSITO *et al.*, 2011). **Objetivo:** O objetivo desse trabalho é mostrar a importante ação das estatinas como agentes hipolipemiantes, prevenindo as doenças cardiovasculares. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica em que foram utilizados artigos da base de dados Scielo e diretrizes e protocolos do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Revisão de literatura:** Elevados níveis plasmáticos da fração LDL (lipoproteína de baixa densidade) do colesterol apresentam correlação direta com doenças cardiovasculares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013), as quais têm sido a principal causa de morte no Brasil nas últimas décadas (NASCIMENTO *et al.*, 2018). O depósito de colesterol na parede arterial, que ocorre de maneira proporcional à concentração destas lipoproteínas no plasma, é um processo chave da aterosclerose. Esta doença inflamatória crônica de origem multifatorial, que ocorre em resposta à agressão endotelial, acomete principalmente a camada íntima de artérias de médio e grande calibre (FALUDI *et al.*, 2017). Para o tratamento da hipercolesterolemia é indicada inicialmente a mudança de estilo de vida, que inclui dietas com baixo teor de gorduras associadas à prática regular de atividades físicas. Não sendo atingido o objetivo, ou em pacientes com hiperlipidemia grave ou doenças associadas pode ser iniciado o tratamento farmacológico, que tem como principal classe de medicamentos as estatinas,

sendo a terapia mais validada até o presente momento (XAVIER *et al.*, 2013). Seis estatinas estão disponíveis no mercado farmacêutico: lovastatina e pravastatina, que são metabólitos fúngicos e chamados de naturais; sinvastatina, que se trata de um derivado semissintético; e fluvastatina, atorvastatina e rosuvastatina, que são as estatinas totalmente sintéticas (SILVA, OLIVEIRA, SOLER, 2016). As estatinas de alta potência, como a atorvastatina e a rosuvastatina, são a opção de escolha para se obter redução de LDL-colesterol, sendo difícil alcançar tal meta com o uso isolado da sinvastatina. Estatinas de menor potência, como fluvastatina, pravastatina e lovastatina, geralmente são inapropriadas para os portadores de hipercolesterolemia familiar (FALUDI *et al.*, 2017). As estatinas são agentes hipolipemiantes que atuam principalmente no fígado, inibindo a ação da enzima HMG-CoA redutase, fundamental na síntese do colesterol, levando a uma redução do colesterol tecidual e um consequente aumento na expressão dos receptores de LDL (FONSECA, 2005). Desta forma, as estatinas agem diminuindo a progressão da placa aterosclerótica, bem como reduzindo as chances dessa placa se romper, ativar a agregação plaquetária, formar um trombo e ocluir o fluxo nas artérias coronárias, causando o infarto agudo do miocárdio. Dentre todos os efeitos possíveis das estatinas na redução de eventos cardioembólicos destaca-se a redução do estresse oxidativo e da inflamação (reduz macrófagos e citocinas pró-inflamatórias) na placa aterosclerótica, fatores cruciais para o rompimento dessa, e o aumento da síntese de colágeno e óxido nítrico, favorecendo a função endotelial (SPOSITO *et al.*, 2011). Para tanto, existem diferentes tipos de estatinas, que diferem quanto às características farmacocinéticas. Suas indicações podem variar conforme a meta terapêutica a ser atingida, a disponibilidade ou até seus efeitos colaterais, sendo o mais conhecido a miopatia (FONSECA, 2005). **Considerações finais:** As estatinas são de extrema importância no controle dos níveis lipídicos, reduzindo o risco de eventos cardiovasculares e de mortalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Estatinas. Dislipidemias. Aterosclerose.

REFERÊNCIAS

FALUDI, A.A. *et al.* Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. **Arq Bras Cardiol**, v.109, v.2, Supl.1, p.1-76, 2017.

FONSECA, F.A.H. Farmacocinética das estatinas. **Arq Bras Cardiol**, v.85, Supl. V, 2005.

NASCIMENTO *et al.* Epidemiologia das Doenças Cardiovasculares em Países de Língua Portuguesa: Dados do "Global Burden of Disease", 1990 a 2016. **Arq. Bras. Cardiol.**, v.110, n.6, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dislipidemia: prevenção de eventos cardiovasculares e pancreatite. **Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas**. 2013.

SILVA, H. L.; OLIVEIRA, N.V.B; SOLER, O. Análise de metanálises e ensaios clínicos relativos à utilização de estatinas em doenças cardiovasculares. **Rev Pan-Amaz Saúde**, v.7, n.4, p.107-119, 2016.

SPOSITO *et al.* Estatinas nas síndromes coronarianas agudas. **Arq. Bras. Cardiol.**,v.97, n.4, 2011.

XAVIER, H.T. *et al.* V diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose. **Arq. Bras. Cardiol**, v.101, n. 4, Supl. 1, 2013.

PERFIL ASSISTENCIAL DE UMA FARMÁCIA AMBULATORIAL DO TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA

Ana Camila de Picoli, Marina Fernanda Dias, Carolina Pacheco de Almeida Prado Bortolheiro Martins, Rafaela Pignatti de Freitas, e-mail: rafaella.pignatti@gmail.com

RESUMO

Introdução: A Farmácia Ambulatorial do Transplante de Células-tronco Hematopoiéticas (TCTH) atende receptores de medula óssea no decorrer de todas as etapas do transplante, que consiste na fase pré transplante, o dia do transplante (infusão da medula óssea - D zero), período pós-transplante, recuperação ou pega medular, prevenção da rejeição, e a etapa de cuidados após alta. Durante essas etapas são realizados protocolos quimioterápicos, associados ou não à radioterapia, chamados de condicionamento. No decorrer do condicionamento, o farmacêutico participa ativamente na manipulação dos antineoplásicos, assim como, na avaliação da prescrição médica, visto que ao longo do transplante são prescritos inúmeros medicamentos, tais como imunomoduladores, analgésicos, antibióticos, entre outros. Além disso, o profissional farmacêutico é responsável pela dispensação dos medicamentos e orientação aos pacientes quanto ao uso correto, adequação dos horários, reporte de efeitos adversos, além de outros cuidados necessários, com o propósito de atingir resultados concretos que contribuam com a qualidade de vida dos pacientes e adesão ao tratamento, realizando intervenções farmacêuticas quando necessário. Em todas as etapas do TCTH, o farmacêutico avalia a prescrição médica quanto a viabilidade, dosagem, estabilidade, compatibilidade físico-química e interações medicamentosas e alimentares através das plataformas Drugs.com e Medscape. Para o farmacêutico estabelecer o plano de cuidado individual do paciente deverá observar se o mesmo apresenta dificuldade de ingestão de medicamentos orais; verificar os medicamentos em uso quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade, estabilidade e suas interações medicamentosas e alimentares; certificar a presença de alergias a medicamentos e comorbidades, bem como de reações adversas dos medicamentos, a fim de minimizá-las; e orientar o paciente e fornecer recomendações para atenuar os efeitos secundários da terapia. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo determinar o perfil dos pacientes atendidos pela Farmácia Ambulatorial do Transplante de Medula Óssea de um Hospital Oncológico de referência, determinar os principais medicamentos dispensados

e mostrar a importância do farmacêutico no tratamento de pacientes submetidos a TCTH.

Método: Os dados referentes ao perfil dos pacientes foram coletados do período de 01/06/2019 à 31/05/2020 por meio do aplicativo informatizado *Tableau Reader* e relatórios da Instituição. **Resultados e Discussão:** Dos 703 pacientes atendidos nesse período o predomínio foi do sexo masculino (60,88%), e a faixa etária prevalente foi de adultos. A doença de base predominante foi Leucemia Mieloide Aguda (21,47%), seguida de Leucemia Linfóide Aguda (20,19%). Foram realizados 5822 atendimentos e dispensados 304.733 medicamentos pela farmácia. As principais classes de medicamentos dispensados foram: fármacos do aparelho digestivo (28,21%), antivirais (17,53%), vitaminas (8,71%), antibióticos (6,04%), corticosteroides (4,78%) e imunomoduladores (4,08%). A dispensação das medicações, na Farmácia Ambulatorial do Transplante de Células-tronco Hematopoiéticas (TCTH), visa facilitar o acesso dos pacientes aos tratamentos, melhorar a adesão e qualidade de vida, garantir a segurança, uso racional dos medicamentos, além de contribuir para a diminuição de problemas relacionados a medicamentos. **Considerações Finais:** Diante disso, a definição do perfil assistencial atual, pode contribuir para a identificação e aprimoramento de estratégias e dispositivos de planejamento, além de favorecer a assistência farmacêutica de acordo com as necessidades e demandas da população. Para adesão e cumprimento da terapêutica proposta, a assistência farmacêutica personalizada a esse público, consiste em uma importante medida de prevenção de erros. É essencial que o paciente receba informações seguras e claras sobre os medicamentos, seus efeitos terapêuticos e reações adversas, os horários e a via de administração.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Farmacêutica. Fármacos Imunossupressores. Farmacoterapia. Transplante de Medula Óssea.

REFERÊNCIAS

AMEO – Associação da Medula Óssea. Passo a passo do Transplante de Medula Óssea. Disponível em: <<https://ameo.org.br/paciente/informacoes-ao-paciente/passo-a-passo-do-transplante-de-medula-ossea-tmo/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

ARRAIS, P. et al. Farmacovigilância hospitalar como implantar. **Revista Pharmacia Brasileira**, p. 9, 11, 17, Março/Abril 2009.

BIOSANAS SERVIÇOS DE SAÚDE. O papel do farmacêutico clínico no TCTH. Disponível em: <<https://www.biosanas.com.br/index.php?id=post/30/o-papel-do-farmacutico-clinico-no-tcth>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BONASSA, E.; GATO, M. *Terapêutica Oncológica para Enfermeiros e Farmacêuticos*. São Paulo: **Editora Atheneu**, 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n 220, de 21 de setembro de 2004. Aprova o regulamento técnico de funcionamento dos serviços de terapia antineoplásica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 set. 2004. Disponível em: <<http://elegis.anvisa.gov.br/leisref/public>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

IVAMA, A. S.; NOBLAT, L.; CASTRO, M. S.; OLIVEIRA, N. V. B. V.; JARAMILLO, N. M.; RECH, N. Proposta de consenso brasileiro de atenção farmacêutica. **Organização Pan-Americana de Saúde**. Brasília, 2002.

INSTITUTO DO CÂNCER. O que é o câncer. Disponível em <<https://www.inca.gov.br/tratamento/transplante-de-medula-ossea>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MARQUES, M. Desenvolvimento de um modelo de atenção farmacêutica para pacientes portadores de anemia falciforme. 2011. 89 f. Trabalho de conclusão de curso (Farmácia-Bioquímica) - **Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Farmacêuticas**, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/119839>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

OLIVEIRA, P. V. O farmacêutico em oncologia—o que temos, podemos e fazemos [Trabalho de Conclusão de Curso]. **São Paulo: Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara da Universidade Estadual Paulista**, 2013.

SILVA, R. M. Perfil dos pacientes atendidos em um ambulatório multiprofissional pré-transplante de células tronco hematopoiéticas. **Hospital Universitário de Santa Maria**. Rio Grande do Sul, 2016.

VECHIATO, C. et al. Quimioterápicos utilizados no tratamento de pacientes submetidos a Transplante de medula óssea, no Hospital Araujo Jorge, no ano de 2004. **Revista Eletrônica de Farmácia Suplemento**, v. 2, p. 214-7, 2019.

PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA COM ÊNFASE NOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Bianca Farias Granai, Maria Laura Batista Primo, Gercilene Cristiane Silveira, e-mail: biancagranai1@gmail.com

RESUMO

Introdução: Atualmente a pneumonia é a segunda maior causa de morbidade e mortalidade no Brasil e nos Estados Unidos, dentre as classificações da doença a pneumonia associada à ventilação mecânica é a infecção e o principal agravo nosocomial mais comum no ambiente de cuidados intensivos, de diagnóstico impreciso e multicausal, sua prevalência é variável com taxas de 6 a 50 casos em cada 100 admissões no Brasil. A notificação de pneumonia associada à ventilação mecânica ocorridas nas unidades de terapia intensiva brasileiras, tornou-se obrigatória a partir do ano de 2017, o que possibilitará a publicação dos dados epidemiológicos nacionais sobre esse agravo a partir de 2018. **Objetivo:** O presente estudo foi desenvolvido para identificar quais os erros cometidos pelos profissionais de enfermagem durante os cuidados prestados aos pacientes submetidos à ventilação mecânica. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e, para isso foi realizada uma análise sistemática a fim de definir as categorias ao aprofundamento e à discussão sobre a pneumonia associada à ventilação mecânica envolvendo trabalhos científicos realizados por profissionais da área da saúde. **Resultados e Discussão:** Alguns erros foram demonstrados durante o desenvolvimento do trabalho, pessoas mal preparadas para o procedimento também foi apontado como fator agravante no favorecimento de pneumonia. **Considerações finais:** Os cuidados de enfermagem são primordiais para manter a saúde do paciente durante seu período de internação e a utilização de protocolos melhoram a segurança e a qualidade do atendimento na unidade de terapia intensiva que requer auditoria diária e treino periódico da equipe para manter a qualidade da assistência.

PALAVRAS-CHAVE: Pneumonia. Ventilação Mecânica. Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

American Association Respiratory Care. AARC Clinical Practice Guidelines. Endotracheal suctioning of mechanically ventilated patients with artificial airways 2010. Respir Care.2010; 55(6):758-64

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Critérios Diagnósticos de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde**. 2. ed. Brasília: Anvisa, 2017.

BRASIL. Agência nacional de vigilância sanitária. **Medidas de Prevenção e Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. 4. ed. Brasília: Anvisa, 2017.

COMBES P, FAUVAGE B, OLEVER C. Nosocomial pneumonia in mechanically ventilated patients, a prospective randomised evaluation of the Stericath closed suctioning system. *Intensive Care Med*. 2006.

STAPHYLOCOCCUS AUREUS RESISTENTE À METICILINA ADQUIRIDO NA COMUNIDADE (CA-MRSA): ASPECTOS GERAIS

Bruna Muntú da Silva, Tanize do Espírito Santo Faulin, e-mail:
brunamuntu@hotmail.com

RESUMO

Introdução: *Staphylococcus aureus* é uma bactéria gram positiva em formato de coco encontrado na pele e na cavidade nasal anterior de indivíduos saudáveis. Quando a relação com o hospedeiro não é comensal, os *S. aureus* podem causar infecções das mais simples, como a foliculite, até as mais graves, como a bacteremia, que pode levar a uma série de complicações como choque séptico, trombose e óbito. (TRABULSI; ALTERTHUM, 2015). **Objetivo:** Em virtude do aumento de infecções causadas pelo *S. aureus* e das poucas opções terapêuticas, o objetivo desse resumo é revisar sobre as principais características dessa bactéria, focando particularmente na linhagem de *S. aureus* resistente à meticilina adquirido na comunidade (CA-MRSA). **Método:** Foi realizada uma revisão de literatura consultando livros de microbiologia e artigos indexados nas bases de dados SciELO e PubMed que contêm a palavra-chave CA-MRSA. **Revisão de literatura:** A penicilina era usada para o tratamento de infecções causadas por *S. aureus* até 1960. A partir daí, surgiram cepas resistentes que produzem penicilinase, uma enzima degradadora de penicilina codificada por um plasmídeo. Então, foi desenvolvido um antibiótico semi-sintético chamado meticilina. Pouco tempo depois, surgiram cepas de *S. aureus* resistentes à meticilina e aos demais antibióticos beta-lactâmicos, recebendo o nome de *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina (MRSA) (GELATTI *et al.*, 2009). Os antibióticos beta-lactâmicos se ligam às proteínas que participam da síntese da parede celular da bactéria, chamadas PBP's (proteínas ligadoras de penicilina), impedindo a formação da parede celular e resultando em lise bacteriana. No entanto, as cepas de MRSA tornaram-se resistentes aos antibióticos beta-lactâmicos porque adquiriram um elemento genético móvel (SCCmec) que codifica uma PBP alterada (PBP2a). A PBP2a tem uma afinidade reduzida aos antibióticos beta-lactâmicos, ocorrendo a síntese de uma parede celular adequada à sobrevivência das cepas de MRSA (TORTORA *et al.*, 2017). MRSA, que antes era limitado à ambientes hospitalares, nos últimos anos está sendo identificado como causador de infecções na comunidade, sendo então, chamado de CA-MRSA (GELATTI *et al.*, 2009). CA-MRSA

possui características genéticas diferentes das apresentadas pelas cepas hospitalares (HA-MRSA). CA-MRSA abriga diferentes tipos de elementos genéticos móveis que codificam os genes de resistência à meticilina. Os elementos SCCmec tradicionais encontrados no HA-MRSA são mais frequentemente do tipo I, II e III; por outro lado, o CA-MRSA possui elementos SCCmec dos tipos IV e V, que são mais curtos (OTTO, 2013). As infecções causadas por CA-MRSA têm um curso clínico agressivo devido à produção de várias toxinas, entre elas a leucocidina de Panton-Valentine (PVL) (TRABULSI; ALTERTHUM, 2015). A PVL causa a destruição de leucócitos e necrose tecidual e é encontrada em menos de 5% das cepas de HA-MRSA, mas está presente em todas as cepas de CA-MRSA, sendo, portanto, um importante marcador para diferenciação dessas cepas (MURRAY; ROSENTHAL; PFALLER, 2017). Para evitar a propagação de CA-MRSA, o Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC, 2020) recomenda não compartilhar itens pessoais, lavar as mãos com frequência e usar curativos limpos nas feridas até a cicatrização. **Considerações finais:** No mundo há registros progressivos da disseminação de CA-MRSA. Isto, associado a limitada opção de antimicrobianos, tem sido um motivo de preocupação e representa um desafio no controle das infecções. É necessário adotar medidas de prevenção da disseminação bacteriana, além de investimento em testes laboratoriais que facilitem a rápida identificação de CA-MRSA e permitam adotar o tratamento adequado. Por fim, é válido ressaltar a importância do uso racional de antibióticos para evitar o surgimento de novas linhagens bacterianas patogênicas.

PALAVRAS-CHAVE: CA-MRSA. Resistência. PVL.

REFERÊNCIAS

CDC. Centers for Disease Control and Prevention. Methicillin-resistant *Staphylococcus aureus* (MRSA). Disponível em: <<https://www.cdc.gov/mrsa/community/index.html>> Acesso em: 27 jun 2020.

GELATTI, L.C. *Staphylococcus aureus* resistentes à meticilina: disseminação emergente na comunidade. **An Bras Dermatol**, v.84, n.5, p.501-6, 2009.

OTTO, M. Community-associated MRSA: what makes them special? **Int J Med Microbiol**, v.303, n.6-7, p.324-30, 2013.

MURRAY, P.R.; ROSENTHAL, K.S.; PFALLER, M.A. **Microbiologia médica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 6ª ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

TRATAMENTO DA HIPERLORDOSE LOMBAR POSTURAL

Marina Fiorelli Morgado, Giovanna Castilho Davatz, e-mail:
marinmfmf909@gmail.com

RESUMO

Introdução: A região lombar em anatomia se refere a porção da coluna vertebral que fica entre a região torácica e a região sacrococcígea. É constituída por cinco vértebras grandes que conectam o tórax, a cintura e os membros inferiores. Essa região é responsável por receber altas cargas de trabalho, aumentando significativamente os riscos de lesões em caso de má postura. Ou seja, ela está relacionada com a postura correta do indivíduo e permite que nós nos movimentemos. A lordose lombar é uma curvatura normal no meio da coluna lombar, porém quando essa curvatura é muito acentuada causa uma condição conhecida como Hiperlordose. Estando suas causas associadas a alterações posturais, obesidade, deformidades genéticas, gravidez, dentre outros. A maior incidência de hiperlordose lombar ocorre em indivíduos obesos e em crianças que carregam excesso de peso em mochilas escolares. **Objetivo:** Apresentar opções de tratamento para a hiperlordose lombar de causa postural. **Método:** O presente trabalho é uma revisão de literatura narrativa. Assim, baseou-se em conteúdo já publicado por outros autores. Para sua execução foi feita busca exploratória a artigos científicos e textos acadêmicos (dissertações em teses) disponíveis na plataforma online Google Acadêmico. Foram utilizados para a busca os termos “Hiperlordose Lombar” e “Tratamento”, além de terem sido selecionados apenas materiais publicados nos últimos 10 anos com texto completo disponível. Como critério de inclusão encontraram-se os tratamentos para hiperlordose lombar de origem postural. **Revisão de Literatura:** A Hiperlordose lombar de causa postural pode ser corrigida com exercícios de equilíbrio postural e de resistência, como por exemplo o RPG (Reeducação Postural Global) que trata as cadeias musculares em alteração, com efeito proprioceptivo sobre a postura. Essa técnica é realizada por um fisioterapeuta onde o mesmo posiciona o indivíduo em uma determinada posição e este deve permanecer nela durante um certo tempo sem mover-se. O RPG têm-se apresentado como o tratamento mais efetivo nos casos de hiperlordose lombar. O Pilates também é outra forma de tratamento que vem sendo utilizada em patologias relacionadas a coluna vertebral, e traz inúmeros benefícios: reduz a dor do paciente, aumenta sua resistência física, aumenta sua flexibilidade, corrige

problemas posturais, promove menor atrito nas articulações, entre outros. Esse método é caracterizado por um conjunto de movimentos em que a posição neutra da coluna vertebral é sempre respeitada, sendo isso um fator importante no processo de reeducação postural. Outro método de tratamento a ser utilizado é a Cinesioterapia (Terapia do Movimento), que consiste em exercícios terapêuticos realizados por fisioterapeutas que ajudam na reabilitação de diversas situações e fortalecendo e alongando os músculos melhorando assim a postura e a amplitude de movimentos. O uso de coletes ortopédicos também é grande aliado para melhorar a postura e evitar dores. Seu principal objetivo é a estabilização da coluna dorso-lombar. Palmilhas e colchões específicos associam-se ao tratamento. Somente em casos raros essas alterações posturais precisam ser corrigidas por meio de cirurgias. **Considerações finais:** A análise dos artigos científicos revelou cinco possíveis possibilidades de tratamento para a hiperlordose lombar postural, sendo elas o RPG, Pilates, Cinesioterapia ou Terapia do Movimento, uso de coletes ortopédicos e em casos mais graves cirurgia.

PALAVRAS-CHAVE: Hiperlordose lombar. Tratamento. Equilíbrio Postural.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. et al. Hiperlordose lombar. **Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação**, v.20, n.2, p.36-42, 2011.

FONSECA, A.P. et al. Efeito do método pilates no tratamento de hiperlordose e retificação lombar. **Anais da XVII Mostra Acadêmica do Curso de Fisioterapia, Unievangélica**, v. 7, n.02, p.96-100, 2019.

SILVA, A.O. et al. Efeito da técnica reeducação postural global (RPG) no tratamento de pacientes com hiperlordose lombar: um estudo de caso. **Revista Faculdade Montes Belos (FMB)**, v. 9, n.1, p.101-173, 2016.

SIQUEIRA, G.R.; SILVA, G.A.P. Alterações posturais da coluna e instabilidade lombar no indivíduo obeso: uma revisão de literatura. **Fisioterapia em Movimento**, v. 24, n. 3, p. 557-566, jul./set. 2011.

A COMPETIÇÃO NA ERA DA IA

Brunara Campagnini, Bianca Campagnini, Estefani Ribeiro, Marina A. Bonfim, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

Desde os anos 50, a Inteligência Artificial (IA) revolucionou muitas empresas ao redor do globo, contribuindo nos processos decisórios, gestão de negócios, automatização de serviços em geral, entre outros. A IA tem substituído muitos profissionais e também promovido o crescimento de muitas empresas, utilizando-se de máquinas inteligentes que pensam como os seres humanos. Os gestores programam a IA e o software a ser utilizado, após ela faz tudo independentemente. A chamada “Fábrica de IA” que executa muitos dos serviços diários dentro das organizações, como definir preços, execução de leilões, controle de máquinas, etc., realiza o que chamamos de tomada de decisão organizacional. Esse sistema introduzido nas empresas é um grande diferencial, tornando-as mais competitivas, uma vez que existe redução de gastos e minimização de tempo na realização de atividades. Outro processo possibilitado pela IA é o aprimoramento de um número maior de escopos, onde cada vez mais são produzidos e aperfeiçoados modelos de comportamento dos clientes, sendo mais precisos e sofisticados (IANSITI; LAKHANI, 2020). É fácil perceber o motivo: porque traz benefícios tangíveis em processamento, velocidade, precisão e consistência (uma máquina não comete erros por estar cansada), muitos profissionais passaram a confiar na IA. Suas ferramentas são usadas por médicos, por exemplo, para ajudá-los em diagnósticos e tratamentos (BABIC et al., 2020). O objetivo do estudo é mostrar como as empresas podem melhorar sua produtividade e a consequente redução de custos através da utilização da IA. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram inteligência artificial, produtividade, redução de custos e inovação. Para todas as fábricas, quatro componentes são extremamente importantes: o pipeline, algoritmos, plataforma de experimentação e a infraestrutura (IANSITI; LAKHANI, 2020). Essa “colisão” provocada pelas empresas que usam a IA, ultrapassam rapidamente as empresas tradicionais. Em contrapartida, os processos operacionais digitais não trazem resultados grandiosos de imediato. Empresas digitais que hoje são grandes no mercado levaram tempo até que seus algoritmos começassem a trazer informações apropriadas.

Isso faz com que gestores de empresas tradicionais sintam dificuldades no começo da implementação da IA, pois não conseguem resultados satisfatórios, no entanto, quando o modelo operacional digital se estabiliza, traz grandes resultados e supera as expectativas dos gestores. É possível que o uso da IA provocará desemprego, sendo os mais prejudicados os trabalhadores menos qualificados, uma vez que a IA, substitui muitos profissionais de funções básicas dentro da empresa. Provavelmente o uso da IA aumentará o fosso da desigualdade no Brasil. Por outro lado, com o uso da tecnologia, haverá um aumento de renda de forma considerável entre os mais variados níveis de qualificação.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência artificial. Produtividade. Redução de custos. Inovação.

REFERÊNCIAS

BABIC, B. ET AL. A melhor forma de adotar a IA. **Rev.** Harvard Business Review Brasil. São Paulo, julho 2020. Disponível em: < <https://hbrbr.com.br/a-melhor-forma-de-adotar-a-ia/> >. Acesso em: 15 ago. 2020.

IANSITI, M.; LAKHANI, K. R. A competição na era da IA. **Rev.** Harvard Business Review Brasil. São Paulo, fevereiro 2020. Disponível em: < <https://hbrbr.com.br/a-competicao-na-era-da-ia/> >. Acesso em: 18 abr. 2020.

A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O FUTURO DO TRABALHO

Diogo Guilherme dos Santos, Letícia Alves Marassatto, Mariana de Brande Milanez, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

O mundo está passando a todo momento por constantes mudanças, que estão modificando, quase que totalmente o setor empresarial, cenário no qual fazem com que as pessoas necessitem de qualificação profissional, adquirindo novos conhecimentos e habilidades para não ficarem fora do mercado de trabalho. Conforme Frey (2017), somente 5% das profissões são totalmente automatizáveis, apesar que delas serão eliminadas algumas tarefas e não o serviço como um todo, ou seja, ainda precisam das habilidades humanas para exercer o restante das atividades. Isso sustenta a necessidade dos colaboradores em se qualificar e não perderem o espaço no mercado de trabalho. Apesar de haver pouco serviço inteiramente automatizado, os mais afetados são aqueles que não procuram se qualificar, fazendo o seu trabalho manual ser menos valorizado, encerrando mais de cinco milhões de vagas de emprego em 15 países industrializados segundo Rosa (2019), demonstrando assim como estão sendo brutalmente afetados esses, agora desempregados. De acordo com a FAPESP (2018), a reunião anual do Fórum Econômico Mundial em Davos, num período de 5 anos, os trabalhos considerados importantes agora sofrerão um processo de mudança, se adaptando ao novo meio. No ano de 2020, as tecnologias em alta serão: inteligência artificial, machinelearning, robótica, nanotecnologia, dentre outras. O objetivo do estudo é mostrar como a chamada quarta revolução industrial deve impactar o mercado de trabalho. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram revolução industrial, mercado de trabalho, inteligência artificial. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, as 10 habilidades mais requisitadas em 2020 serão: solução de problemas complexos; pensamento crítico; criatividade; gestão de pessoas; empatia; inteligência emocional e bom senso; tomada de decisão; orientação para serviços; negociação e flexibilidade cognitiva (EXAME, 2019). Para que esse cenário seja modificado, as organizações também precisarão dar o suporte, como realizar treinamentos com seus colaboradores para que não fiquem distantes dessa nova realidade tecnológica, isso também possibilitará uma maior interação entre as equipes e irá garantir equidade nas oportunidades que surgirão no mercado de trabalho. Portanto,

se a população tiver o acesso a uma educação de qualidade, em todos os níveis, se possível de maneira que a maioria das pessoas possua o ensino superior, se as empresas derem o devido suporte em capacitação aos seus colaboradores e as pessoas evitarem o comodismo, o país, e conseqüentemente o mundo todo, terão cidadãos preparados e alta empregabilidade, com uma capacidade de conseguir grandes avanços na ciência e tecnologia, de maneira sustentável, construindo uma sociedade harmônica entre pessoas, o meio ambiente e as novas tecnologias, que ao passar do tempo estarão cada vez mais presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Industrial. Mercado de Trabalho. Inteligência Artificial.

REFERÊNCIAS

- FAPESP. **Empresários precisam capacitar sua força de trabalho para a indústria 4.0**. Portal G1. Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios. 2018. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/03/empresarios-precisam-capacitar-sua-forca-de-trabalho-para-industria-40.html>>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- FREY, T. **14 falácias do vindouro apocalipse do robô**. Futuristspeaker. 2017. Disponível em: <<https://futuristspeaker.com/artificial-intelligence/14-fallacies-of-the-coming-robot-apocalypse/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- PATI, C. 10 competências de que todo profissional vai precisar até 2020. Revista Exame. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/10-competencias-que-todo-profissional-vai-precisar-ate-2020/>>. Acesso em: 22 maio 2020.
- ROSA, E. **A quarta revolução industrial e o futuro do trabalho**. SEBRAE. 2019. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosPessoas/futuro-dos-trabalhos-voce-sabe-qual-e,900553c03a730610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COMO CONCRETIZAR IDÉIAS REVOLUCIONÁRIAS

Emanuel Saul da Paz Cabral, Henrique Saturnino Avelino, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

Diante de um problema causado pela mudança nas práticas agrícolas, Narayana Peesapaty, analisou toda situação e teve duas formas de resolver o problema da queda dos níveis de água. Primeiro, tentou influenciar as políticas agrícolas documentando o problema nos relatórios do governo, mas sem sucesso. Então, buscou formas de aumentar a demanda por milho. Ele teve a ideia de usá-lo para fabricar “talheres comestíveis” — uma solução que poderia atacar não apenas o déficit hídrico, mas também a praga dos resíduos plásticos. Uma decisão que teve impactos positivos no seu negócio e conseqüentemente no meio ambiente. O artigo trata de uma metodologia, tendo como elementos os pontos, atenção: o nosso olhar essencial, basicamente define o que é atenção, sendo necessário, muitas vezes, um olhar sem preconceções para analisar e resolver um problema. Como no caso de Billy Fischer, um especialista em doenças infecciosas dos EUA que viajava regularmente para a zona rural da Guiné para combater a epidemia do ebola. Em maio de 2014, ele percebeu que a abordagem padrão não funcionava: o foco do posto de tratamento local era isolar as pessoas expostas ao vírus para conter a disseminação, mas elas se escondiam para evitar a quarentena. Conversando com os pacientes, Fischer percebeu que o problema era o medo: como a taxa de mortalidade dos que estavam em quarentena era de 90%, as pessoas, compreensivelmente, viam-na como uma sentença de morte. Ele insistiu em que a clínica deveria priorizar a recuperação. Testando novas combinações de tratamento, Fischer e seus colegas reduziram as taxas de mortalidade para 50%, revertendo a percepção negativa da quarentena e, assim, ajudando a conter o contágio. Sobre a necessidade de ter uma visão mais ampla, sem vícios de abordagem e de ação. E também é preciso um tempo para processar o que aprendemos. Para estimular a imaginação, as empresas podem fazer perguntas como “e se não fizessemos mais o que fazemos agora?” — não necessariamente porque pretendem abandonar as atividades atuais, mas como forma de vislumbrar conexões entre pontos fortes existentes e novas oportunidades. Uma forma de rever a história e progresso da empresa, e a importância daquilo que fazem. Os avanços digitais ajudam você a se aproximar do objetivo maior dos testes: os ensaios

sem erros do mundo real. Para construir seu avião movido a energia solar, Bertrand Piccard procurou os fabricantes de aeronaves convencionais, mas eles mostraram pouco interesse. Então, ele encontrou parceiros fora do setor — 80 no total. Em conjunto com um fornecedor avançado de software e soluções, eles criaram um “gêmeo digital” do avião, usando software 3-D para projetar e testar as peças individuais e conjuntos complexos. As tecnologias digitais oferecem mais oportunidades para novas colaborações. Por exemplo, a Vestergaard Frandsen (VF), empresa de controle de doenças sediada na Suíça, criou uma linha engenhosa de filtros de água, mas eles eram muito caros para as comunidades rurais africanas e indianas que mais precisavam deles. Como os filtros reduzem as emissões eliminando a necessidade de purificar a água em caso de incêndios abertos, a VF teve a ideia de distribuir os dispositivos gratuitamente por meio de financiamento de compensações de carbono. Para desbloquear essa nova fonte de financiamento, precisou provar aos auditores independentes que, de fato, centenas de milhares de filtros estavam em uso. Os desenvolvedores da plataforma recorreram a uma plataforma de coleta de dados de código aberto desenvolvida na Washington University para criar um aplicativo de smartphone com o qual os representantes comerciais poderiam fotografar os destinatários dos filtros e registrar as coordenadas de GPS de suas casas. Assim, cada destinatário ficava acessível para fins de acompanhamento e auditoria — tornando a solução escalável e sustentável. Podemos notar, que não basta ter uma ótima ideia, mas também precisamos retirá-la do papel. Pessapaty, para conseguir por seus planos em prática, largou até seu emprego e mostrando as decisões que as vezes temos que tomar para obtermos resultados. Então, uma década depois, foi que sua ideia veio à tona, com as primeiras encomendas dos seus talheres de milheto. Não foi resolvido o problema de imediato, mas alcançou grandes resultados que irão desencadear a melhora local, por exemplo, muitos agricultores já voltaram a plantar a cultura mais sustentável. Dessa forma, devemos ter ideias mais “agressivas” para problemas deste mesmo segmento, assim adotar uma forma de pensamentos mais divergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Tecnologia. Mudança.

REFERÊNCIAS

BOUQUET, C.; BARSOUX, J. L.; WADE, M. Como concretizar ideias revolucionárias. *Rev. Harvard Business Review Brasil*. São Paulo, agosto 2019. Disponível em:<

<https://hbrbr.com.br/como-concretizar-ideias-revolucionarias/> > Acesso em: 20 abr. 2020.

COMO ENTENDER O CHOQUE DO CORONAVÍRUS NA ECONOMIA

Alexandre Souza, Beatriz Cruz, Gabriel Martins, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

No início da contaminação, nenhum dos setores da sociedade estava preparado para uma pandemia. Política, economia e saúde, todos foram surpreendidos pela proporção que tomou, deixando países em crise e com poucas opções de solução imediata. Para o governo, a melhor decisão a ser tomada inicialmente foi decretar o distanciamento social, impedindo o contágio do vírus. Entretanto, tal medida não garantiu uma solução efetiva, dessa forma, é possível que haja necessidade de um distanciamento mais severo. A questão é que o isolamento social, ainda que benéfico a saúde das pessoas, tem causado uma cadeia de consequências negativas na economia mundial, como a paralização da economia. Majoritariamente, empresas de pequeno e grande porte sofreram com a falta de movimentação do capital, tendo que optar pela demissão de grande parte dos seus funcionários como uma medida paliativa. O objetivo do estudo é mostrar como a epidemia do novo coronavírus impacta na economia mundial. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram coronavírus, recuperação econômica e produtividade. Nesse cenário, não é possível afirmar com precisão como e quando será a recuperação econômica mundial, mas é válido analisar como os países se recuperaram em outras crises financeiras. Canadá, Estados Unidos e Grécia foram atingidos pelo choque econômico, porém, tiveram recuperações econômicas diferentes após esse período (CARLSSON-SZLEZAK; REEVES; SWARTZ, 2020). O que determina como os países serão impactados, é sua capacidade de reestabilizar a oferta e formação de capital. Quando esses dois pilares são abalados, a recuperação é mais lenta, gerando o efeito em cadeia citado anteriormente, referindo-se à diminuição da produtividade, o que impacta estruturalmente a economia. No último trimestre, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou queda de 9,8% do PIB, com ênfase no Reino Unido, que sentiu a queda de 20,4% de seu Produto Interno Bruto (LUSO, 2020). A economia brasileira, registrou um tombo de 10,94% no segundo trimestre de 2020, segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) divulgado pelo Banco Central (BC). Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado o início de uma

retomada no Brasil, em setores como indústria e comércio (MARTELLO, 2020). Como cada nação reage de uma forma aos impactos causados pelo Covid-19, novas intervenções mais eficazes precisam ser elaboradas para não mais precisar escolher entre preservar vidas e preservar a economia. Inovações na área médica podem reduzir o dano econômico caso surja uma vacina, e nesse âmbito, novas ideias e estratégias políticas podem mudar o curso econômico, para que futuramente os objetivos estabelecidos antes da crise sejam alcançados quando ela for superada. Ademais, em relação à economia, as inovações seriam possíveis com ideias válidas de políticas públicas como, por exemplo, empréstimos-ponte, que dariam a oportunidade a empresas e famílias de terem uma renda extra durante a crise, tendo uma extensão no prazo de pagamento, podendo quitá-la após um longo período depois do empréstimo; e o adiamento do prazo de pagamento de imóveis financiados, sejam eles residenciais ou comerciais.

PALAVRAS-CHAVE: Coronavírus. Recuperação econômica. Produtividade.

REFERÊNCIAS

CARLSSON-SZLEZAK, P.; REEVES, M.; SWARTZ, P. Como entender o choque do coronavírus na economia. **Rev.** Harvard Business Review Brasil. São Paulo, abril 2020. Disponível em: < <https://hbrbr.com.br/como-entender-o-choque-do-coronavirus-na-economia/> >. Acesso em: 20 maio 2020.

LUSA. **PIB da OCFE com queda histórica de 9,8% no segundo trimestre.** Jornal Publico. 2020. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2020/08/26/economia/noticia/pib-ocfe-queda-historica-98-segundo-trimestre-1929316> >. Acesso em: 02 set. 2020.

MARTELLO, A. **“Prévia” do PIB do BC indica tombo de quase 11% no 2º trimestre e início de recessão.** Portal G1. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/14/previa-do-pib-do-bc-indica-tombo-de-quase-11percent-no-2o-trimestre-e-inicio-de-recessao.ghtml> >. Acesso em: 28 ago. 2020

CONTABILIDADE DO TEMPO

Lucas Carmello Preter, Luiz Felipe Fernandes de Oliveira, Renan Tagiariolli, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

O tempo no mundo atual é uma questão discutida, porque às vezes nossos compromissos acabam interferindo em nosso lazer ou não temos um planejamento adequado para tirarmos maior proveito destes horários. E a maneira que utilizamos nosso tempo interfere muito em nosso bem estar, pois podemos ficar sufocados com atividades em excesso. A ideia de que dinheiro e felicidade estão associados é inserida em nossa mente, que precisamos utilizar todo nosso tempo em trabalho para que possamos ter uma qualidade de vida melhor. Porém, estudos mostram que as pessoas que aproveitam mais o tempo de lazer são mais felizes e se sentem melhor, ao contrário das que apenas vivem para ganhar dinheiro, pois trabalham cada vez mais para conseguirem dinheiro, tornando-se um hábito obsessivo e compulsivo, cobrando muito da saúde física e mental devido ao estresse, e gerando um sentimento de solidão e desprezo consigo mesmo. Porém, quando menos se percebe, vê-se que o tempo de aproveitar a vida já passou, e embora com toda renda que possuem, não conseguem comprar e recuperar o tempo que se passou. O objetivo do estudo é mostrar como as pessoas podem valorizar mais o tempo em detrimento do seu bem-estar em relação ao dinheiro. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram renda, bem-estar, felicidade, independência financeira. Whillans e Collins (2019) mostram que o uso positivo do tempo valeria um aumento na renda ganha, e pelo simples fato de mudar o modo de pensar em valorizar mais o tempo que o dinheiro, equivaleria a US\$ 2.200 à renda anual. Como exemplo, se esse tempo fosse convertido em valor monetário, como resultante da felicidade, passar tempo com amigos e família equivale a US\$ 108 mil na renda, assistir televisão vale US\$ 1000 e viver com o cônjuge vale US\$ 20.700. Porém, fazer compras e educação traz uma perda de US\$ 1.100, uma vez que são tarefas que exigem perda de tempo com atividade que não são tão satisfatórias. Utilizar o dinheiro para terceirizar tarefas é muito mais produtivo e gera mais felicidade, já que ganhamos mais tempo livre e menos estresse com tarefas que trazem frustração. Por exemplo, uma pessoa ganha US\$ 48 mil anuais e gasta 2 horas no mercado por semana, se contratasse alguém para fazer as compras por US\$ 100 por

semana, em um ano teria gasto US\$ 5.200 (11% do salário), mas em contrapartida, ganharia 104 horas livres para aproveitar o tempo com lazer, ganhando o equivalente a US\$ 18 mil em felicidade. Mas para isso é preciso listar as atividades que trazem menos prazer e procurar preços razoáveis de terceiros, para não perder investimento. Por exemplo, se não gostamos de limpar a casa, contratar uma faxineira seria uma ótima opção, porém se gostamos de fazer comida ou lavar o carro, contratar alguma pessoa para fazer essas atividades seria um gasto desnecessário. Entretanto, algumas vezes o precisar de uma renda extra acaba fazendo o indivíduo aceitar aumentar a carga horária trabalhista do que ter seu tempo livre, como empresas que oferecem bônus salarial aos funcionários ao invés do descanso e folga. Além do mais, a preferência por locais de luxo, simplesmente para esbanjar dinheiro, fazem as pessoas esperarem horas em filas, gerando estresse, e acabando nem aproveitando seu lazer, como saborear uma comida ou uma diversão. Com isso, é importante saber utilizar o tempo com atividades que aumentem a felicidade e satisfação, uma vez que ficar à toa não traz felicidade, só gera um sentimento de que precisa fazer algo, mas não faz de fato.

PALAVRAS-CHAVE: Renda. Bem-estar. Felicidade. Independência financeira.

REFERÊNCIAS

WHILLANS, A.; COLLINS, H. Contabilidade do tempo. **Rev.** Harvard Business Review Brasil. São Paulo, abril 2019. Disponível em:< <https://hbrbr.com.br/contabilidade-do-tempo/> >. Acesso em: 20 jul. 2020.

ESTRATÉGIA CLIMÁTICA DO FUTURO

Daiana Gomes da Silva, Heitor José da Silva Fonseca, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conector.com.br

RESUMO

Aproximadamente metade da economia global estabeleceu políticas que precificam as emissões de carbono e muitos países já ratificaram o Acordo de Paris, no qual se propuseram a adotar políticas climáticas que estimulem a redução de emissões de gases de efeito estufa. Assim, espera-se para breve um modelo de precificação que consiga definir o Preço Interno de Carbono (PIC). De um modo geral, ao adotar um preço interno para suas emissões de gases de efeito estufa, as empresas buscam compreender possíveis efeitos de políticas de mitigação sobre seus negócios e investimentos, antecipando-se a um cenário futuro de precificação mandatória. Assim, ao adotar essa prática, a empresa fortalece sua gestão de riscos e/ou oportunidades econômicas, além de sinalizar para a sociedade seu compromisso com a gestão de suas externalidades ambientais (PLATAFORMA EMPRESAS PELO CLIMA, 2016). A pesquisa tem por objetivo auxiliar a empresa a identificar e mensurar suas externalidades socioambientais, o que por sua vez pode contribuir para escolhas por projetos e investimentos menos impactantes. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram clima, emissões, precificação interna de carbono, sustentabilidade. O PIC contribui para que as empresas atribuam um valor pelo preço da tonelada de emissão do carbono, mesmo quando essas emissões são poucas ou nenhuma operação desenvolvida esteja sujeita à regulamentações externas, podendo ser utilizada de três formas: para informar decisões sobre investimentos de capital (especialmente quando os projetos afetam diretamente as emissões, a eficiência energética ou as alterações no portfólio de fontes de energia); medir, modelar e gerir os riscos financeiros e regulatórios associados aos regimes de precificação governamental existentes e potenciais; e ajudar a identificar riscos e oportunidades bem como ajustar a estratégia de modo condizente (ALDY; GIANFRATE, 2019). Algumas empresas podem estar inseridas em um ambiente no qual essas regulamentações não são expressas de forma clara, no entanto elas podem estar expostas indiretamente ao risco do carbono, pois suas cadeias de fornecimentos podem estar presentes em áreas que possuem normas reguladoras. Para

que os governos consigam ter controle necessário sobre a emissão de carbono é indispensável a colaboração das empresas. Conforme o BNDES (2011) para auxiliar todo este controle, as emissões foram classificadas em três grupos básicos: Diretas ou Escopo 1: são emissões feitas e controladas diretamente pela empresa, como as causadas diretamente pelos processos de produção da empresa e pela sua frota de veículos. Indiretas ou Escopo 2: são classificadas aqui as emissões que resultam do consumo de energia elétrica, calor, vapor etc. Outras emissões indiretas ou Escopo 3: são aquelas relacionadas ao manuseio e transporte de suprimentos utilizados e resíduos gerados. Foi através desta classificação que se concluiu que em certos casos empresas que não constam como emissores diretos acabam por contribuir até mais que empresas diretamente envolvidas. Aldy e Gianfrate (2019) cita a Microsoft que em 2012 passou a adotar a precificação interna e responsabilizou as unidades de negócio por suas emissões de escopo 1, 2 e 3, onde os custos das taxas são depositados em um fundo da empresa que investe em projetos de eficiência interna, energia verde e programas de compensação de carbono. É importante desenvolver técnicas e fazer simulações de cenários para que os gestores tenham uma visão ampla sobre a situação, assim podem tomar decisões mais eficazes. Como citado, empresas não aderiram a precificação por achar que suas emissões são insignificantes e não afetam seu fluxo de caixa, mas na verdade o que acontece é o inverso em muitos casos, já outras não adotaram por não ter recursos para fazer uma avaliação e identificar o quanto elas estão expostas a este risco. Em um mundo onde as organizações estão cada vez mais aderindo e vendo a importância desse tema as empresas que gerenciam e criam estratégias para se proteger do risco do carbono irão manter-se competitivas no longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Clima. Emissões. Precificação Interna de Carbono. Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALDY, J. E.; GIANFRATE, G. Estratégia climática do futuro. Ver. Harvard Business Review Brasil. São Paulo, julho 2019. Disponível em:<

<https://hbrbr.com.br/estrategia-climatica-do-futuro/> >: Acesso em: 15 jun. 2020.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. Inventário de emissões de gases do efeito estufa. 2011. Disponível em:<

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-ambiental/o-que-fazemos/instalacoes-vizinhanca/inventario-emissoes-gases-efeito-estufa> >. Acesso em: 17 jul. 2020.

PLATAFORMA EMPRESAS PELO CLIMA. **Diretrizes empresariais para precificação interna de carbono.** Material introdutório. Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. 2016. Disponível em: < <http://www.gvces.com.br/diretrizes-empresariais-para-precificacao-interna-de-carbono/?locale=pt-br> >. Acesso em: 3 maio 2020.

ESTRATÉGIAS LUCRATIVAS PARA REDUZIR A POBREZA E A DESIGUALDADE

Eduardo Tomazini, João Paulo Minatel, Luis Guilherme Lanza, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

A promoção do desenvolvimento local sustentável requer uma estratégia de cooperação e articulação de atores sociais de determinado território, efetivados por uma estrutura de rede que se caracteriza como uma estratégia de ação coletiva, visando a uma transformação social de um determinado território (FILIPPIM; ROSSETTO; HERMES, 2005). As grandes empresas têm um papel extremamente importante para a integralização socioeconômica em todas as classes sociais. Isso suscita o questionamento do porquê é tão difícil as empresas implementarem estratégias lucrativas de crescimento inclusivo? A resposta é de que as empresas não são ambiciosas o suficiente, pois ao invés de tentarem resolver os problemas locais, as corporações precisam repensar os ecossistemas regionais dos quais participam para incluir na economia formal os pequenos produtores e a juventude urbana desempregada. Para envolver todo um ecossistema nas atividades de uma empresa e conseqüentemente aumentar sua produtividade, várias entidades investem em melhorias de infraestrutura, reduzindo desperdícios e implementando programas de treinamento e saúde. Mas muitas vezes isso não se mantém por um longo período, por motivos que não gera subseqüentemente um ganho para a empresa junto com o funcionário. O objetivo do estudo é mostrar como as empresas podem mudar o cenário sócio. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram produtividade, desigualdade social, pobreza, ecossistema econômico. Para Kaplan, Serafeim e Tugendhat (2018), o primeiro princípio é que as corporações invistam em atividades que vão favorecer tanto a empresa como o funcionário, criando assim um ecossistema que seja economicamente autossustentado e cresça organicamente. Um grande exemplo de evolução de um ecossistema econômico está em Uganda, onde os trabalhadores tinham uma renda média, em 2011, de US\$ 307 por ano. A Carana, empresa de consultoria de desenvolvimento econômico global iniciou um projeto destinado a criar uma cadeia de suprimentos, incluindo os pequenos produtores de milho na economia regional. Em 2015, a cadeia de suprimento aperfeiçoada incluía 27 mil agricultores, dos quais mais de metade eram mulheres. A produtividade das

colheitas aumentou 65% em média, e o preço por tonelada aumentou de US\$ 139 para US\$ 179. A renda anual familiar mais que duplicou, chegando a US\$ 688, e as margens de lucros brutos dos agricultores participantes aumentaram em 50%. É muito difícil uma empresa sozinha conseguir mudar o cenário econômico de uma região, ela precisa criar parcerias com empresas catalizadoras como ONGs ou empresas de consultoria comprometidas com a causa. Para isso precisa-se ter profundo conhecimento sobre a região, ajudar a criar novos ecossistemas consistentes, como uma cadeia de suprimento aprimorada para produtos ou talentos. Kaplan, Serafeim e Tugendhat (2018), mostram outro exemplo vem de El Salvador, onde a Carana acreditava que as parcerias entre corporações regionais e fornecedores locais de treinamento poderiam oferecer aos jovens as habilidades necessárias para poderem assumir cargos no nível básico em empresas do setor varejista, de hospitalidade e serviços que cresciam rapidamente no país. Em geral, os catalisadores conseguem detectar essas oportunidades melhor que as corporações. Os executivos de empresas instalados nas sedes corporativas raramente conseguem reconhecer oportunidades de criar parceria público-privada regional, são limitados por sistemas de gestão financeira que os direciona para uma mudança gradual de curto prazo e rápidos retornos financeiros, e não para uma transformação na cadeia de valor. Sem o envolvimento de uma empresa que vise o lucro, nenhum programa conseguira ser bem-sucedido. Os governos aproveitam a parceria com empresas privadas, porque se beneficiam com os recursos e a capacidade de inovação que essas empresas oferecem. Porém, são poucas empresas que aprovam esse tipo de projeto devido ao risco que eles apresentam.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade social. Pobreza. Ecossistema econômico.

REFERÊNCIAS

- FILIPPIM, E. S.; ROSSETTO, C. R.; HERMES, F. M. F. A gestão do desenvolvimento regional: análise de uma experiência no Meio-Oeste Catarinense. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 01-13, julho 2005. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000200002 >. Acesso em: 15 ago. 2020.
- KAPLAN, R. S.; SERAFEIM, G.; TUGENDHAT, E. Crescimento inclusivo: estratégias lucrativas para reduzir a pobreza e a desigualdade. **Rev. Harvard Business Review Brasil**. São Paulo, março 2018. Disponível em: < <https://hbrbr.com.br/crescimento-inclusivo-contra-pobreza/> >. Acesso em: 20 abr. 2020.

MARCO HISTÓRICO: FUNDEB 2020

Marcos Alexandre Baicaicoa, Eduardo Toledo Arruda Galvão de Franca, e-mail:
mab.baicaicoa@gmail.com

RESUMO

O FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – foi criado em 2006, por meio da Emenda Constitucional nº53/2006, renovado e aprovado permanentemente no ano de 2020, gerando como efeito um marco histórico dentro dos parâmetros constitucionais voltados à educação. O objetivo é demonstrar que a recente aprovação do FUNDEB está em consonância com as normas constitucionais implementadoras dos direitos sociais, em especial com o direito à educação). Utiliza-se o método dedutivo, pautado a partir de revisões bibliográficas em doutrinas, sites e artigos, leis e na Carta Magna. Em 1º de janeiro de 1997 entrou em vigor a lei nº2.494/96, instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, popularmente chamado de FUNDEF (BRASIL, 1996). Trata-se de um fundo criado para promover uma melhora na educação no Brasil e a valorização dos profissionais que atuam na área, impulsionando o direito à educação, assegurado constitucionalmente. A efetivação do direito fundamental à educação, elencado no art. 6º da Constituição Federal, de acordo com seu art. 205, visa o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para exercer a cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). O FUNDEF vigorou de 1998 a 2006 sobre o Ensino Fundamental e teve sua aplicação ampliada, abrangendo todos os setores do ensino básico. Em consequência disto, revogou-se a lei nº2.494/96, referente ao FUNDEF, no ano de 2007 e instituiu-se, em seu lugar, a lei nº 11.494/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; cuja vigência foi prevista para até 31 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2007). Assim, a vigência do Fundo se encerraria em 2020, porém, em agosto do referido ano, o Senado Federal aprovou a PEC 26/2020, concedendo-lhe caráter permanente, constitucional (SENADO, 2020). Mantido pelos 26 estados e mais o Distrito Federal, para efetivar a atuação do FUNDEB, lhe são destinados percentuais do recolhimento de impostos, como ICMS, ITCMD, IPVA, entre outros e suas verbas são repassadas aos estados brasileiros mais carentes e que delas

necessitam, a fim de igualá-los, ou aproximá-los, aos padrões mínimos do CAQ (Custo Aluno-Qualidade), buscando promover a equidade no acesso ao ensino. Após a aprovação do caráter permanente, o FUNDEB passa a receber aumento em 13% de participação da União; hoje essa participação é de 10%, portanto atingirá a marca de 23%. No art. 60 da ADCT, faz-se a previsão de aumento progressivo para atingir tal marca, com a seguinte perspectiva: a) no primeiro ano, parte-se da marca atual de 10% para atingir 12%; b) no segundo ano, aumenta-se para 15%; c) no terceiro ano, para 17%; d) no quarto ano, 19%; e) no quinto ano, 21% e, por fim, no sexto ano, 23% de participação da União, ou seja, atingindo em 2026 a marca desejada. Como se pode notar, a aprovação em caráter permanente do FUNDEB é um marco histórico para o Brasil, que luta contra a desigualdade no acesso à educação. É de suma importância ressaltar o percurso dessa conquista histórica. O Brasil é um Estado atuante positivamente para suprir as deficiências encontradas no contexto social. A aprovação do FUNDEB dentro dos parâmetros constitucionais prova que nossa Carta Magna contém a estrutura diversificada e atuante, que visa a promoção da educação, da igualdade e da equidade. Logo, dentro do estudo das características das constituições abordado por TAVARES (2010, p. 98), este tipo de estrutura permissiva, atuante, positiva, como a da Constituição Federal de 1988, define-a como uma Constituição Social. Esta característica de constituição visa atingir a igualdade real e, para isso, é necessário a figura do Estado atuante, para que somente após atingida a igualdade, crie-se terreno fértil para que os indivíduos possam atuar com liberdade. Além de marco histórico importante para os brasileiros, este contexto comprova que a Constituição Federal de 1988 é uma ferramenta eficaz; é prova de que não há somente dias históricos por revoluções e guerras, é prova de que é permitido evoluir dentro do diálogo democrático.

PALAVRAS-CHAVE: FUNDEB. Educação. Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.> Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9424.htm>. Acesso em: 25 set. de 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Funcionamento. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/funcionamento>>. Acesso em: 25 set. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundeb. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>>. Acesso em: 25 set. 2020.

SENADO. Senado aprova PEC do Fundeb, que será promulgada nesta quarta. Publicado em: 25/08/2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/25/pec-do-fundeb-permanente-e-aprovada-no-senado-por-unanimidade>>. Acesso em: 25 set. 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. P.-98. São Paulo: Saraiva – 2012.

O JUSPOSITIVISMO: ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE

Ariely Ketlen Miranda, Isabella Unterrichter Rechtenthal,
email: arielyketlen@gmail.com

RESUMO

Este trabalho desenvolve uma análise sobre a teoria juspositivista e suas controvérsias, sobretudo, no que tange a aplicabilidade dos princípios de legalidade e legitimidade na realidade social. Busca esclarecer se essa teoria, em seus moldes mais estritos, possui um equilíbrio na utilização dos princípios supracitados, com o intuito de instigar o leitor a questionar a sociedade em que vive, bem como se o poder político e o ordenamento jurídico que a regem cumprem seu papel democrático. Propõe, ainda, a investigação da possibilidade de o positivismo jurídico e o racionalismo dogmático nele contido ter sido utilizado como mecanismo para o estabelecimento de uma dominação legal ilegítima pelos regimes autoritários do século XX. A pesquisa objetiva apresentar o conceito e as características do positivismo jurídico e dos princípios de legalidade e legitimidade, a fim de discutir sua união e aplicação no Estado Democrático de Direito, pretendendo analisar se essa aplicação é harmoniosa com a ética, a justiça e a moral. Busca, ainda, dentre outros propósitos, demonstrar a correlação entre o poder estatal e seu caráter legal e legítimo. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o método dedutivo, pautado a partir de levantamentos de referenciais bibliográficos, artigos científicos, bibliográficos, informativos e doutrina, a fim de sustentar as ideias defendidas e apresentadas. O juspositivismo, conforme Maria Helena Diniz (2009), foi aceito de forma majoritária no início do século XX pelos juristas, pois através dele, os estudiosos do direito podiam aplicar metodologias empíricas e o sociologismo típico da época. Segundo a autora, ele se tornou uma ferramenta manipulada com o fim de amoralizar tanto o direito quanto a ciência jurídica, retirando-lhes seus elementos estruturais de caráter moral ou advindos do jusnaturalismo. Com respeito teoria pura do direito, proposta por Hans Kelsen em 1934, e de caráter normativista, a jurista afirma que ela é resultado de um período histórico conturbado, marcado, sobretudo, pelo surgimento de regimes autoritários e totalitários. Similarmente a esse pensamento, José Afonso da Silva (2005), ao expor as controvérsias da teoria de Hans Kelsen, afirma que ela é utilizada, sem dúvida, para atender aos interesses ditatoriais e degrada a essência do Estado de Direito, convertendo-o a um mero Estado Legal. Propõe, ainda, que há o vínculo entre os

princípios de legalidade e legitimidade no Estado Democrático de Direito, somente quando o ordenamento jurídico emana de um poder legítimo, pelo qual aqueles que detêm o poder político possuem também a expressão constitucional da sua atuação na esfera política-jurisdicional. Caso contrário, a legalidade é subjugada a um sentido inteiramente formalístico sem significância democrática e, assim, não se terá um Estado Democrático de Direito, visto que os regimes ditatoriais atuam também em concordância com a legalidade, mas não com a legitimidade. Daí se extrai a importância da legitimidade do poder. O autor define o princípio da legalidade como sendo pilar essencial do Estado Democrático de Direito, haja visto que ele determina a subordinação estatal à Constituição. Propõe, então, a eliminação das concepções extremistas e equilíbrio na aplicação dos ideais das teorias jusnaturalista e juspositivista, a fim de que se tenha, realmente, um Estado Democrático de Direito. Paralelamente, Roberto Lyra Filho (1982), ao dispor sobre o princípio da legalidade, afirma que ele muitas vezes é utilizado como pretexto, a fim de que se atenda aos interesses da classe dominante, já que as leis advêm do poder estatal e tal classe detém o poder político. Logo, conclui que o direito não pode reduzir-se a legalidade, pois, quando isso ocorre, ele torna-se totalmente ilegítimo e utilizado apenas para manipulação, pois os detentores do poder nos regimes autoritários são quem elaboram as leis, suprimindo a qualquer opinião ou ato que conteste seu poder. Assim, o Direito, quando posto como ciência verdadeira, não pode fundamentar-se em ideias e preceitos que pregam o normativismo do Estado. Diante do exposto, foi verificada a necessidade da continuidade do estudo, uma vez que, por se tratar de um Projeto de Pesquisa, o trabalho encontra-se ainda em fase inicial de produção. Contudo, pretende-se, com o desenvolvimento da pesquisa, alcançar e esclarecer os objetivos propostos e delineados.

PALAVRAS-CHAVE: Juspositivismo. Legalidade. Legitimidade.

REFERÊNCIAS

DINIZ, M. H. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LYRA FILHO, R. **O que é Direito**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

O QUE AS EMPRESAS PRECISAM FAZER PARA RETOMAR O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO BRASIL

Anthony Alves Pereira, Vanessa Parra Prado Sampaio, Rafael Sormani Falsarella Lyra, Pietro Pacheco Lachtermacher, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conector.com.br

RESUMO

A capacidade de um país elevar a qualidade de vida ao longo do tempo depende quase inteiramente da sua capacidade de aumentar a sua produção por trabalhador e a única fonte de crescimento econômico sustentado no longo prazo é o aumento de produtividade. O crescimento de produtividade está associado ao aumento do produto potencial, à menor volatilidade do crescimento, à maior competitividade internacional dos países, à melhoria do bem-estar da população, à redução da pobreza e ao aumento da competitividade das empresas (ARBACHE, 2013). Portanto, entender o que determina a produtividade é de suma importância, em especial para países em desenvolvimento, como o Brasil. O debate torna-se ainda mais relevante já que o Brasil tem apenas a 78ª maior nível de produtividade do trabalho do mundo. Ainda mais grave, o crescimento desse nível desde 1980 foi de 0,2% ao ano, o 92º maior crescimento, conforme o The Conference Board (2019), ou seja, a produtividade no Brasil é baixa e está estagnada. De acordo com os mesmos dados, na média, um trabalhador americano gera aproximadamente o mesmo valor adicionado que quatro trabalhadores brasileiros. Uma das razões da baixa produtividade no Brasil que é possível identificar é a tendência a reagir às mudanças sem disciplina e sem dados suficientes para avaliar a melhor atitude a tomar. Isso aconteceu com o setor de mineração nos anos 2000, quando, durante o super ciclo das commodities, as empresas do setor se esforçaram para dar conta da crescente demanda (OVANESSOFF; PEPPE; JENSEN, 2015). A pesquisa presente no artigo aponta que 87% dos executivos brasileiros acreditam que a tecnologia da mobilidade é importante. Por exemplo, com um sistema de mensuração aplicado em conjunto com o foco da empresa em gestão de desempenho, a AB InBev cumpriu uma ambiciosa meta de sustentabilidade: a redução de 5,4% no consumo de água em 2013, gerando uma economia de US\$ 2,5 milhões (OVANESSOFF; PEPPE; JENSEN, 2015). Por mais que o Brasil sofra com o baixo investimento no nível macroeconômico, no nível micro muitas empresas brasileiras passaram a última década comprando mais ativos ou

contratando mais pessoal. O objetivo do estudo é mostrar como as empresas podem melhorar sua produtividade e a consequente redução de custos. A trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram produtividade, redução de custos e inovação. Em uma era de orçamentos apertados, um aumento da produtividade de seus ativos existentes oferece uma forma de ganhar novas eficiências a um custo relativamente reduzido. O planejamento e a manutenção de ativos podem ser melhorados por meio do simples uso de sensores e dispositivos conectados que fornecem dados exatos em tempo real diretamente a quem deles necessita. Estima-se que no setor de serviço de campo seria possível poupar cerca de US\$ 1 bilhão anualmente, se os colaboradores usassem “óculos inteligentes” para diagnosticar e resolver problemas. O uso das ferramentas certas potencializam a produtividade dos trabalhadores, que incluem redes sociais internas, dispositivos móveis conectados e aplicativos customizados. Com base na prioridade e complexidade das necessidades dos clientes, bem como em sua distribuição geográfica e na intensidade do tráfego, os vendedores podem otimizar seus planos para cada dia. Por mais que pareçam relativamente básicas, as ferramentas podem ter grande impacto sobre a produtividade dos colaboradores se realmente tratarem do que é a causa do problema. A produtividade nas empresas brasileiras muitas vezes se deteriora durante a transição de uma operação a outra devido à falta de eficiência no fluxo e no gerenciamento da informação, porém, estamos em uma era onde soluções de gerenciamento de dados são mais simples, baratas e rápidas de implementar. Assim, a empresa passa a poder controlar as mudanças no projeto e avaliar mais facilmente o impacto dessas mudanças sobre a etapa de engenharia, evitando o aumento gradual dos atrasos e estouros de orçamento, de forma que assim possa aumentar sua produtividade com ações internas de melhoria.

PALAVRAS-CHAVE: Produtividade. Redução de custos. Inovação.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, J. S. **Como elevar a produtividade?** In: GIAMBIAGI, F; PORTO, C (Org.). Propostas para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo. p. 191-206. Elsevier. Rio de Janeiro, 2013.

OVANESSOFF, A.; PEPPE, A.; JENSEN, W. O que as empresas precisam fazer para retomar o aumento da produtividade no Brasil. **Rev.** Harvard Business Review Brasil. São Paulo, agosto 2015. Disponível em: < <https://hbrbr.com.br/o-que-as-empresas-precisam-fazer-para-retomar-o-aumento-da-produtividade-no-brasil/> >. Acesso em: 20 abr. 2020.

THE CONFERENCE BOARD. **Conference Board Total Economy Database**, 2019.

O QUE DE FATO ESTÁ IMPEDINDO AS MULHERES DE AVANÇAR: UM ESTUDO DE CASO

Isabele de Gois, Isabella Trementócio Viaro, Vitória Alessandra Pereira, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

As mulheres conseguiram progressos notáveis no acesso a posições de poder e autoridade nas décadas de 1970 e 1980, mas esses progressos diminuíram consideravelmente na década de 1990 e pararam de vez neste século. Quando se trata de inserção no mercado de trabalho, há pelo menos 3,3 bilhões de mulheres à sombra dos homens. Seus direitos continuam sendo suprimidos ou negligenciados em diversas regiões do globo (PERASSO, 2016). Em trabalhos de Ely e Padavic (2020), investigaram como a cultura estava prejudicando suas funcionárias e por que existiam poucas sócias. A pesquisa envolveu 107 funcionários e praticamente todos tinham como justificativa para a estagnação do avanço da mulher no mercado a difícil conciliação entre as demandas da empresa e da família. Porém, ao observar o dia a dia da empresa, concluíram que o que foi falado não condizia com o que realmente estava acontecendo. Os homens tinham o mesmo problema em conciliar, deixando muitas vezes de ver os filhos por dias, mas ainda assim progrediam na carreira, diferente das mulheres. Mesmo sofrendo com o desequilíbrio trabalho versus família, as mulheres eram coibidas a aceitar acordos como, trabalhar menos horas, assumir cargos menores, abdicar de funções de maior status e maior salário, o que acabava atrapalhando seu crescimento dentro da empresa e mantendo apenas funcionários homens em funções de maior poder. O problema real, era a cultura do trabalho excessivo, que afetava tanto homens, quanto mulheres. No relato dos entrevistados a mulher sempre era mencionada como mãe e que por esse motivo não aceitaria uma carga horária de trabalho tão alta. Para que o problema da empresa tivesse solução, a carga horária de trabalho e quantidade de entregas teria que ser reduzida, mas a empresa se negou a fazê-la, prendendo-se na ideia de que longas jornadas de trabalho eram necessárias e a estagnação do progresso das mulheres era inevitável, ignorando completamente o problema e criando um sistema corporativo de defesa social onde mantinham a paz com suas decisões por achar um problema sem solução. Contudo, Ely e Padavic (2020) concluíram que, uma alta carga horária de trabalho, não necessariamente aumentará a produção de uma empresa,

inclusive isso piora o desempenho e aumenta custos. Uma carga horária mais humana, protegeria homens e mulheres, evitando a sobrecarga emocional. Na verdade, ambos os gêneros precisavam escolher entre família e trabalho, mas o peso sempre recaía sobre as mulheres pelo fator cultural que impõe a ideia de que a mulher deve se dedicar a família e o homem ao trabalho. A pesquisa mostra uma visão generalizada da mulher quando falam de maternidade e paternidade, onde os homens se fazem distanciar de uma emoção que, culturalmente, é da mulher, pois é ela sai de licença maternidade, ela se emociona, ela tem o peso sobre os ombros de cuidar da família e é o homem que larga tudo e volta a trabalhar por que se a mulher fazer isso ela será vista como uma péssima mãe/esposa não dedicada a família. Ainda assim existem algumas exceções de mulheres que não abrem mão de sua carreira, porém, sofrem a opressão e o julgamento de serem “mulheres ruins”. Homens e mulheres sofrem com as exigências do mercado, porém temos a visão de que o sacrifício da mulher, por conta de um fator sociocultural e da sociedade machista e impositora em que vivemos, é muito maior. O excesso de trabalho deve ser questionado e revisto, fazendo com que as empresas entendam as vantagens de cargas horárias mais humanas e, aí sim, as mulheres poderão crescer profissionalmente tanto quanto os homens.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade de gênero, mulheres no mercado de trabalho, opressão.

REFERÊNCIAS

ELY, R. J.; PADAVIC, I. Que está de fato impedindo as mulheres de avançar? **Rev. Harvard Business Review Brasil**. São Paulo, março 2020. Disponível em: <<https://hbrbr.com.br/que-esta-de-fato-impedindo-as-mulheres-de-avancar/>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PERASSO, V. **Direitos das mulheres:** como alcançar a igualdade de gênero? 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160308_gch_dia_internacional_das_mulheres_direitos_lgb>. Acesso em: 06 set. 2020.

OS NEGÓCIOS NA ERA DA PROPAGANDA COMPUTACIONAL E DAS DEEP FAKES

Juliana Roberta Branco, Pamela F. Corrêa Fermino, Maiara da Silva Moura, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

As notícias falsas estão prestes a atingir um novo patamar, trata-se da Deep Fake termo usado para manipulação de mídias, como parte de uma série mais ampla de avanços em conteúdos gerados por inteligência artificial, no qual ocorre a criação de qualquer tipo de mídia sintética. Essa tecnologia permite várias alterações em conteúdos multimídias, como imagens, vídeos e sons, é uma manipulação bem mais complexa que engloba especificamente uma técnica chamada de “Redes Geradoras de Adversários” duas redes neurais uma contra a outra usando os mesmos dados, uma das redes tem a função de distinguir, por exemplo, imagens verdadeiras e falsas, já a outra tem a função de gerar algo como imagens falsas convincentes, fazendo com que se tenha mais eficiência na geração de falsificações. Sam Gregory, diretor de programa premiado da WITNESS, um dos organizadores da reunião, supervisiona iniciativas em inovação com testemunhos gravados em vídeo para direitos humanos entre outras atividades exercidas nesse meio. Gregory explica que é preciso analisar os usos negativos dessa tecnologia. Primeiramente as pequenas edições, aquelas que possibilitam a colocação ou remoção de elementos em um plano de vídeo, essas pequenas mudanças podem interferir completamente no significado visual ou de um vídeo, por exemplo, remover uma arma ou uma testemunha-chave envolvida num caso. Entretanto, o modelo de ameaça evoluirá à medida que a tecnologia for aprimorada, já há significativamente poucas barreiras para entrar na criação de deep fakes, é fortemente problemático não ser capaz de dizer o que é real nas redes sociais, e considerando que os jovens gastam mais tempo online, eles provavelmente se tornarão mais acostumados a IA, o que pode gerar consequências inesperadas na sociedade (SPENCER, 2019). A falsificação não precisa ser muito realista para ter impacto, na indústria pornográfica, por exemplo, envolvem rostos de pessoas famosas em pornografia e atraem o público, ou seja, a mídia sintética não precisa ser convincente para causar um efeito drástico e levar graves ameaças contra quem está sendo exposto. Existe também os incêndios florestais digitais, que são ataques de credibilidade e confiança, quando uma gravação maliciosamente direcionada

é compartilhada, no geral em aplicativos de mensagens como Whatsapp e telegram, traz um rápido dano local. As grandes empresas dependem de sua reputação e essa tecnologia tem potência de vaziar dados pessoais uma vez que podem ser utilizados para se obter acesso aos bancos de dados das empresas, informações de clientes, colaboradores e diretores, como ocorrido no Reino Unido quando um executivo transferiu uma quantia de 200.000 euros para um falso CEO que utilizou de um áudio deep fake para pedir esse valor (BERINATO, 2018). É possível também alterações na comunicação que mudam totalmente o sentido da mensagem, a edição faz parecer que os líderes dizem coisas ou apoiam ideias que vão contra a verdade, e nos negócios da empresa de capital aberto, um vídeo adulterado pode afetar negativamente a reputação e o preço das suas ações. Estão sendo feitas pesquisas com diversos especialistas das áreas para entender e detectar deep fake e imagens falsas através de técnica forense clássica, várias hipóteses estão sendo discutidas para utilizar as mesmas técnicas empregadas na criação de deep fakes para detectá-las e mobilizar as plataformas para agir e formar políticas. Recentemente os pesquisadores criaram a FaceForensics, um banco de dados de imagens falsas para treinar as redes neurais a detectá-las, há também uma possibilidade de tornar essa tecnologia acessível e integrável no nível de plataforma para que esses fakes nunca saiam de lá. No geral, a sociedade não se preocupa em desconfiar de conteúdos visuais, não procuramos analisar os fatos visuais ceticamente. Ainda não somos alfabetizados nesse sentido, mas é algo que pode ser ensinado e provavelmente precisará ser ensinado.

PALAVRAS-CHAVE: Deep fake. Mídias digitais.

REFERÊNCIAS

BERINATO, S. Os negócios na era da propaganda computacional e das deep fakes. **Rev. Harvard Business Review Brasil**. São Paulo, dezembro 2018. Disponível em: < <https://hbrbr.com.br/os-negocios-na-era-da-propaganda-computacional-e-das-deep-fakes/> > Acesso em: 20 jun. 2020.

SPENCER, M. **Deep fake, a mais recente ameaça distópica**. 2019. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/deep-fake-a-ultima-distopia/> >. Acesso em: 14 abr. 2020.

PONTO DE ESTRANGULAMENTO

Alex Nogueira Torini, Pedro Monteiro dos Santos, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

Atualmente, é impossível negar o crescimento acelerado das empresas em escala mundial, decorrente da sofisticação dos meios de transporte e comunicação, que a cada vez mais nos unem como um todo e colaboram para o desenvolvimento dos negócios. Porém, existe um fator bastante egoísta por parte dos governos que pode prejudicar ou limitar este desenvolvimento, que é chamado ponto de estrangulamento. Conforme Farrell e Newman (2020), ponto de estrangulamento pode ser definido como restrições que limitam a capacidade produtiva de entidades, diversas vezes impostas pelos governos de onde estão situadas. Restrições que na maioria das vezes são motivadas por interesses políticos de suas nações. Empresas que estão localizadas nesses pontos de estrangulamento são as mais vulneráveis a esses tipos de “intervenções” governamentais, como bloqueamento das exportações ou importações de mercadorias para um determinado país, utilizar informações confidenciais para vigiar seus “rivais”, entre outras coisas que podem condenar as relações comerciais com outros mercados. O objetivo do estudo é mostrar como as empresas podem contornar o ponto de estrangulamento. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram ponto de estrangulamento, globalização e produtividade. Um exemplo muito evidente dessa situação é o receio que empresas de países europeus possuem em manter relações econômicas com EUA ou China, que muitas vezes podem utilizar qualquer situação para manter alguma vantagem política ou até mesmo espionar dados sigilosos de seus usuários. Contornar essa situação é possível através de estratégias que possam unir as empresas com o intuito de equilibrar a eficiência econômica com a segurança das mesmas. Suas opções podem ser de colaborar com o governo, podendo ser extremamente benéfico para com o mesmo, porém criando vários problemas com os outros países envolvidos. Outra opção seria resistir e se posicionar a favor dos seus clientes ou também é possível capacitar os funcionários do governo, diminuindo as consequências futuras de ataques. Portanto, organizações que estavam “seguras” economicamente por estarem situadas em lugares onde a globalização as alcançavam, podem correr perigo e ter diversas desvantagens devido a grandes riscos

políticos, que eventualmente serão muito mais comuns do que podemos imaginar. As empresas podem também reduzir algumas das possíveis consequências de ataques à rede capacitando os funcionários do governo. As conexões de rede são tão complexas que, geralmente, os formuladores de políticas não entendem como intervenções podem produzir consequências inesperadas. Quando os EUA anunciaram sanções contra a empresa russa Rusal, gigante de metais, não previram que isso poderia fazer a indústria automobilística europeia parar e tiveram de modificar tais sanções com rapidez. Quanto mais as empresas promoverem, por meio de seu departamento de relações com o governo, a capacitação dos formuladores de políticas, melhor. As empresas podem também resistir às políticas mais disruptivas. Após o banimento inicial da Huawei, o setor de semicondutores dos EUA formou um discreto lobby no Departamento de Comércio e na Casa Branca para ajudá-la. Antigamente, os lugares não alcançados pela globalização eram politicamente perigosos. Agora, novos riscos políticos aparecem no coração da economia global. Eles vêm da própria infraestrutura que facilita os negócios globais e é usada como arma pelos países poderosos. Executivos que não conseguirem entender este novo mundo provavelmente terão sérios problemas.

PALAVRAS-CHAVE: Ponto de estrangulamento. Globalização. Produtividade.

REFERÊNCIAS

FARRELL, H.; NEWMAN, A. Ponto de estrangulamento. **Rev.** Harvard Business Review Brasil. São Paulo, março 2020. Disponível em: < <https://hbrbr.com.br/ponto-de-estrangulamento/> >. Acesso em: 20 abr. 2020.

SERÁ QUE AS EMPRESAS ESTÃO PRONTAS PARA A DESGLOBALIZAÇÃO?

Flávia Alessandra Milani, Caroline Garcia Policarpo, Luana da Silva Cippola, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

RESUMO

Atualmente a recessão global é um assunto que vem sendo discutido com grande frequência entre os líderes empresariais, isto porque grande parte das empresas não estão estruturadas de maneira adequada, e a chamada desglobalização, pode afetar bruscamente os principais pilares das corporações globais: a tecnologia, o recrutamento global e a função financeira. No contexto há preocupações maiores ainda com a emergente “splinternet”, uma internet extremamente fragmentada, que contém plataformas concorrentes liberados pela China e EUA. Esse fato implica na obrigatoriedade das empresas em optar por apenas um desses mundos tecnológicos adversos, ou arcar com os custos das operações de estar entre ambos. O objetivo do estudo é mostrar como as empresas enfrentaram o processo de desglobalização. O trabalho se caracteriza por uma revisão de literatura, as palavras-chave utilizadas foram globalização, vantagem competitiva e empresas globais. É necessário destacar ainda, que a splinternet contém um amplo regime de privacidade de dados e uma rede complexa de leis e regulamentos nacionais, o que pode causar vantagens ou não, dependendo da estrutura de funcionamento de cada organização. A mudança no clima político nos EUA e na Europa em direção a uma imigração mais rigorosa intensifica a guerra por talentos globais, pois é comum grandes organizações buscarem talentos além de seu território nacional, o que traz grandes vantagens a mesma. O recrutamento é principalmente realizado pelos níveis mais altos, dependendo do acesso a grupos globais de talentos, pois um colaborador externo além de trazer uma nova visão, também pode trazer consigo novas culturas, com práticas e ideias transformadoras trazendo grandes vantagens para as equipes executivas. O risco de novas restrições à imigração ganhou importância na agenda de liderança, visto que ameaça a autonomia das empresas de contratar funcionários de outros países. O aumento dessas restrições limita a oportunidade das organizações interagirem e aprenderem com novas práticas e culturas que colaboradores estrangeiros podem trazer, e as culturas e normas sociais acabam sendo afetadas pelo simples fato de que os grandes líderes empresariais não conseguem ter acesso a admissão de funcionários além da fronteira pelo aumento e

limitações de políticas protecionistas ligadas a imigração. Atualmente as empresas globais obtêm grandes benefícios com um sistema financeiro centralizado, visto que, nesse modelo podem conseguir créditos a um custo menor do que se limitando aos mercados de moeda local, que apresentam maiores riscos de instabilidade e volatilidade. Em um mundo segmentado o gerenciamento das empresas se torna mais complexo e mais caro, pois as organizações teriam que passar desse modelo centralizado para um modelo mais nacionalizado, que exigira dos líderes empresariais terem um conhecimento cada vez mais detalhado e específico sobre os regulamentos independentes de cada país. Esse afastamento entre os governos ocasionará maior dificuldade nas empresas globais em manter uma boa relação governamental em países diversos. Já as multinacionais, já lidam com as várias regulamentações dos mercado que operam, mas, com o aumento do protecionismo terão que ter um conhecimento enorme e aprofundado em toda região onde iriam operar. Nesse cenário é necessário que as grandes empresas globais repensem seus modelos organizacionais, pois será quase impossível terem sucesso diante de um mundo mais isolado gerado pela desglobalização.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Vantagem competitiva. Empresas globais.

REFERÊNCIAS

MOYO, D. Será que as empresas estão prontas para a desglobalização? **Rev. Harvard Business Review Brasil**. São Paulo, dezembro 2019. Disponível em:< <https://hbrbr.com.br/sera-que-as-empresas-estao-prontas-para-a-desglobalizacao/> >. Acesso em: 25 abr. 2020.

A INTERFACE DO GOVERNO DE JK COM A ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E SUA INFLUÊNCIA NA ARQUITETURA MODERNA

Guilherme Henrique Silverio, Larissa Jaqueline De Gáspari¹, Evandro Aparecido Pecori², Patrícia Oréface³, e-mail: guihsilverio36@gmail.com

RESUMO

Durante o Governo de Vargas, um dos pontos fundamentais era a busca pela modernização da economia brasileira. Com a chegada de Juscelino Kubitschek (JK), a busca pelo desenvolvimento e modernização ganhou novos rumos. Dessa forma, este artigo tem como objetivo demonstrar, por meio de um comparativo histórico entre o governo de JK e o panorama atual, como esse governo afetou o desenvolvimento do nosso país através de duas áreas que possuem grande influência no mundo moderno: a administração e a arquitetura. O presidente sofria grande pressão devido aos governos anteriores, mesmo assim, arriscou-se divulgando o seu plano de metas, cujo slogan era “50 anos em 5”, em que prometia desenvolver o país em tempo recorde. O plano de JK tinha como objetivo a realização de 31 atos, sendo um deles a construção de uma nova capital para o Brasil, Brasília, a qual impactou muito na arquitetura moderna nacional e mundial. Esse governo também foi marcado pelo desenvolvimentismo, como parte de um processo modernizante das conjunturas social, política, cultural e econômica do Brasil. O programa priorizava o desenvolvimento dos setores de energia, indústria, educação, transporte e alimentos. Mediante isso, o governo favoreceu a entrada de capitais estrangeiros e a presença de empresas transnacionais no Brasil, aderindo assim ao capitalismo internacional. Atentando-se mais para cada um dos pontos do Plano de Metas verifica-se que JK superou as expectativas em muitos projetos, mas não obteve êxito em outros. Outro resultado notado foi a atração de muitos trabalhadores, que, posteriormente, acabaram se estabelecendo nas regiões próximas à capital, alavancando a economia, mas também formando cidades improvisadas que destoavam no projeto inicial. Estabelecendo-se um paralelo entre a área de administração de empresas em contexto atual e o governo de JK, percebe-se que ele adotou a ferramenta 5W2H, a qual trata de um método administrativo subdividido em etapas as quais

¹ larissajdegaspari@gmail.com

² evandro.pecori@etec.sp.gov.br

³ patricia.oreface@etec.sp.gov.br

Juscelino executou corretamente, falhando apenas na de custos por ter deixado o país com uma inflação muita alta. Com essas informações, é notável que o presidente utilizou em grande escala a administração em seu mandato. Outra ambição de JK foi a construção de Brasília, capital do Brasil, com o intuito de trazer um aspecto mais moderno à arquitetura brasileira e enaltecer os profissionais da área. Isso fez com que a obra se tornasse referência no quesito arquitetura moderna no Brasil e no mundo, pois trazia inovação ao ser uma cidade modelada completamente do zero, com o projeto tendo como base o formato cidade em um avião. A capital conseguiu alcançar um nível arquitetônico tão alto que pôde ser comparada com cidades como Washington, nos Estados Unidos. Um dos segredos do projeto arquitetônico de Lúcio Costa (arquiteto responsável pela obra juntamente com Oscar Niemeyer) para a cidade era baseado em pontos que interligavam desejos do passado, presente e futuro do país, abrindo as portas para o moderno e o futurista, com o objetivo de trazer orgulho para uma nova nação e uma nova política brasileira. De fato, o cenário de Brasília possui aspectos singulares e reflete uma estética urbanística e única. No mundo existem cidades artificiais, mas nenhuma possui uma história própria de heroísmo, audácia e determinação. A nova Capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território — que eram desalentadores "espaços vazios" — fossem conquistados. Portanto, pode-se concluir que o governo de JK foi inovador e favoreceu muito o desenvolvimento do país, entretanto, se tivesse administrado seus planos com métodos funcionais não teria deixado o Brasil com uma inflação de 25%. Em se tratando da arquitetura, com a construção de Brasília em apenas 3 anos, o governo teve forte influência que trouxe bons resultados, transformando vários aspectos arquitetônicos que são referências mundiais.

Palavras-chave: Administração; Arquitetura; Brasília; Desenvolvimento; Juscelino Kubitschek

OS IMPACTOS DA MÚSICA NO FUNCIONAMENTO CEREBRAL DE UM PIANISTA

Isadora Heloísa Ferreira, Evandro Ap. Pecori, Patrícia Oréfice e-mail:
isadora.ferreira7@etec.sp.gov.br

RESUMO

O piano é o único instrumento que envolve todas as áreas do cérebro simultaneamente, principalmente as áreas visuais; motoras; e auditivas. Sendo assim, este projeto tem o propósito de unificar a neurociência e a prática de tocar um instrumento, especialmente, o piano, a fim de mostrar e exemplificar suas funcionalidades e benefícios. A habilidade de tocar é uma combinação da área de linguagens de cálculos controlados pelo lado esquerdo, ao domínio do lado direito que comanda a criatividade. Por isso, os neurocientistas descobriram que, devido ao estudo constante da disciplina musical, tocar música aumenta o tamanho da massa cinzenta e atividade do corpo caloso cerebral. Este é uma ponte que liga os dois hemisférios, permitindo que as informações circulem de forma mais rápida; aquele é uma camada externa ao cérebro, responsável pelo processamento das informações. A renomada Dra. Sharon Begley fez, através da Estimulação Magnética descrita no livro "Music On The Mind", um estudo sobre a irrigação cerebral transformada pela prática musical, comprovando que a massa cinzenta triplicou em apenas 5 dias de prática. Logo, quanto mais treinado o músico, maior sua proporção de massa cinzenta e atividade do corpo caloso, ambos proporcionam aplicação das habilidades conquistadas em outras atividades cotidianas. Os músicos têm altos níveis de função executiva, isto é, uma categoria referente a tarefas interligadas, envolvendo planejamento, estratégia e atenção aos detalhes musicais, pois, requer uma análise simultânea dos aspectos cognitivos e emocionais. Além disso, essa habilidade interfere diretamente o sistema de memorização mostrando que, de fato, os músicos obtêm melhor memória, dado que mantêm e acessam a memória de forma mais rápida e acessível. Quando o pianista recebe informações através dos olhos para depois processá-las e conduzi-las ao lobo frontal, está exercitando o Lobo Occipital, localizado na área posterior ao córtex cerebral; entretanto, a constante leitura de uma partitura com cerca de 4 (ou mais) notas em diferentes claves, desempenha muito a função desse lobo, tornando cada vez mais ágil até conseguir alcançar a leitura automática. Tocar com as duas mãos com diferentes ritmos de andamentos e intensidade de som, atua na região do Cerebelo, localizado entre o cérebro e o tronco encefálico, o qual integra as

vias sensitivas e as vias motoras, sendo uma região repleta de conexões nervosas. E, por conseguinte, é capaz de ser exercitado com inúmeras atividades, como manter andamento do início ao fim da música, pois sincroniza a entrada sensorial com a atividade motora, controlada pelo Cerebelo. A utilização de todos os dedos exige muita disciplina para saber a posição correta no teclado, e como o ato de tocar é um processo mecânico, o Córtex motor (giro pré-central) é outra área trabalhada, além do Cerebelo. Cada dedo precisa de uma determinada força para atingir as teclas com a intensidade almejada, exercitando, assim, o Lobo Parietal, que possibilita a percepção de sensações. Do mesmo modo acontece quando tocamos os pedais, mas, além do Lobo Parietal, trabalhar com os dois pés em campos diferentes aciona, também, o Córtex pré-frontal. Ouvir as notas que estão sendo reproduzidas pelos seus dedos e checá-las com as notas escritas ativa o Lobo Temporal (maior parte do cérebro no ser humano), sendo responsável por diversas funções distintas. Essa interpretação captura o humor, estilo/tempo da música, através de técnicas como a dinâmica; articulação; ritmo; tempo, com o objetivo de estimular o Córtex pré-frontal, denominada pelos cientistas como a área que realiza “funções executivas”, devido sua associação ao planejamento dos comportamentos cognitivamente e à expressão de personalidade. Ademais, ter consciência da posição relativa das partes vizinhas do corpo e do tamanho do esforço empregado em cada movimento no piano trabalha a propriocepção, que logo é encaminhada ao sistema nervoso central. Por último, a Inteligência Espacial, isto é, obter a habilidade de localização de todas as notas e pedais sem ao menos olhar para eles, desenvolve, o Lobo Parietal e o Cerebelo. Em síntese, é possível concluir que a Música, quando bem trabalhada, desperta novas emoções e conhecimentos, influencia no desenvolvimento das habilidades cognitivas (melhora a memória, a capacidade de realizar diferentes coisas ao mesmo tempo, percepção e foco).

Palavras-chave: Cérebro. Desenvolvimento. Música. Piano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Leandro. **O poder da música para o cérebro**. Disponível em: <https://expertdamusica.com.br/o-poder-da-musica-para-o-cerebro/>. Acesso em: 10.set.2020 às 14h20min.

CARVALHO, Heitor. **Conhecendo um cérebro de um músico**. Disponível em: <https://aprendateclado.com/cerebro-de-um-musico/>. Acesso em 08.set.2020 às 15h55min.

CARVALHO, Leonardo. **Entenda o processo da prática no seu cérebro.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=21uOjidW_b0. Acesso em 05.set.2020 às 15h30min.

COLLINS, Anitta. Traduzido por Ruy Lopes Pereira. **Como tocar um instrumento musical influencia seu cérebro.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R0JKCYZ8hng> Acesso em: 05.set.2020 às 16h15min.

CURY, Augusto. **Treine o seu cérebro para provas.** Publicado em 07.fev.2018

KENSKI, Rafael. **Como o cérebro funciona?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/como-o-cerebro-funciona/>. Acesso em: 02.set.2020 às 18h40min.

LOBO, Madalena. **O cérebro e a música.** Disponível em: <https://www.oficinadepsicologia.com/o-cerebro-e-a-musica/>. Acesso em 07.set.2020 às 18h40min.

STORR, A. **Music on the Mind.** Tradução de Begley, Sharon. Londres, HapperCollins Publishrers.1992.

VAN DOMMELEN, Daniel Owen. Traduzido por “O segredo”. **Ciência diz que os cérebros dos pianistas são muito diferentes de todos os outros!** Disponível em: <https://osegredo.com.br/ciencia-diz-que-os-cerebros-dos-pianistas-sao-muito-diferentes-de-todos-os-outros/>. Acesso em: 07.set.2020 às 16h30min.

ÍNDICE POR AUTORIA

1. RESUMO EXPANDIDO

Adrielle Fernanda Scarabello Peixoto, Larissa Bondezan, Wanderlei Sebastião Gabini	92
Alexandre Samuel Bertocco, Isabella Unterrichter Rechtenthal	545
Aline Galdino, Caroline Tiburcio, Marcel Henrique Bertonzzin	499
Amanda do Nascimento, Mariana Martins, Wanderlei Sebastião Gabini	140
Amanda Gonçalves, Michelle de Oliveira Carvalho, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	987
Amanda Paulino Franhan, Kamilli Roberta Melão, Viviane Rodrigues	550
Amanda Pizani Macorin, Gabriela Fernanda de Carvalho, Vânia Borim Moretto Delpino	1011
Ana Beatriz Ciamaricone, Gabriela Justulin, Lúcia Ormelese de Barros	160
Ana Beatriz Forcin, Gabrielle Aleixo Garcia, Carla Maria Nicola Coletti	459
Ana Beatriz Vilela, Erica Goncalves Valvasori, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino	639
Ana Carolina Borsolli Ormeleze, Viviane Rodrigues	24
Ana Carolina Corrêa Motta, Gabriele Fernanda Poyo, Grasiela Lima	1150
Ana Carolina Granai, Tássia Caroline Da Silva, Dra. Paula Grippa Sant'ana	724
Ana Clara Galuppe Maghiani, Marcelo Mott Peccioli Paulini	415
Ana Laura Americo Aureliano, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	99
Ana Laura Buzato dos Santos, Andreia Renata Sacutti; Karina Cipoli, Letícia Maria Cocia, Patrícia Pelegrina Rosseto	434
Ana Laura Buzato dos Santos, Bruna Fernanda de Oliveira Orgaide, Jackeline de Oliveira Fornaroli, Karina Cipoli, Leticia Maria Cocia, Mayara Pacheco de Almeida Prado, Karina Ferraz Tozze	187
Ana Laura Leandrin Ferreira, Isabela Rossi Paes, Julia De Mello Andrade, Kelly Fernanda Martinho De Oliveira, Tanize Do Espirito Santo Faulin	657
Ana Laura Moreira, Anderson Cleber de Nicolai, Paula Grippa Sant'ana	945
Ana Livia Dias, Marcos Henrique Zanetti Gusman, Giovanna Castilho Davatz Lopes	749
Ana Paula Mariano, Waldir Antonio Gobbi Augusto	1019
Ana Paula Saraiva Marreiros, Mariane Géglio, Paula Grippa Sant'ana	686
Ana Victória Dornellas Toscano, Diego César Vieira Sanchez, Jéssica Cristina Pereira Milani, Thiago dos Santos Paim, Karina Ferraz Tozze	225
Ana Vitória Leandrin, Aguinaldo José Gomes	439
Anaedi Nogueira Patriota, Gersislei Antonia Salado, Maria Madalena Lazari Kawashima	1065
Anderson Silva, Daniel Henrique da Rosa Moreira, Gabriel Valentim, Jovani Granai, Eliomar Borges Furquim	1095
Andréia Sacchardo Barbosa	351
Ariel Fuzinelli Lopes, Guilherme Martins, Karina Bonello, Perla Savana Daniel	998
Ariel Sacaro Barbosa Ramalho, Leticia Olaia, Wanderlei Sebastião Gabini	31
Barbará Alessandra Donanzam, Ellis Fernanda dos Santos Felix, Mariana Pacheco Altemari, Eliomar Borges Furquim	1107
Beatriz Arlete Real Pereira, Caroline Fernanda Leandro, Madalena Maria Lazari Kawashima	705
Beatriz Carolina Franco da Silva, Gabriela Vitorino dos Santos, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	269
Beatriz Francine Fernandes Silva, Daniely Ribeiro da Costa e Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	844

Bianca de Oliveira Magri, Alana dos Santos Ferreira, Leticia Malmercic Vicente, Luana Caroline Bagarini, Wanderlei Sebastião Gabini	39
Bianca Giordana Zaniratto, Fábio Rogério de Oliveira Filho, Maria Natanaiana da Silva, Stephany Cristina Ferreira Sanches	1164
Bianca Gonçalves, Ébony Manzini, Nádia Rogato, Tainara Galvão, Stefani Edvirgem da Silva Borges	384
Bianca Priscila Herrera, Prof. Dr. Wanderlei Sebastião Gabini	330
Brenda Lara Rosa Cunha, Eduardo Henrique da Silva, Luiz Felipe Rodrigues, Perla Savana Daniel	398
Bruna Andriolo, Fernanda Scudilio Rossi, Heloísa Trovarelli Borim, Mara Janaina Gomes de Oliveira	1185
Bruna Carvalho Lopes, Fernanda Agostini Botter, Carla Maria Nicola Coletti	444
Bruna Gomes Dos Santos, Erika Gabriele Richieri Tonon De Camargo	770
Bruna Lopes Pontes, Giovana Do Rego, Patrícia Pelegrina Rosseto	561
Bruna Muntú da Silva, Thiago de Souza Candido	832
Caio Lara, Lara Santesso Anselmo, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino	78
Cairon Renan de Moraes, Stefhani Emily Barboza, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar	282
Carolina Vasconcelos de Barros Santos, Gabrieli Fernanda Capelozza, Poliana Perez, Danilo Brancalhão Berbel	1132
Caroline Ap. Ugrnani de Almeida, Patrícia Pelegrina Rosseto	580
Caroline Aparecida Catto, Lucia Helena O. Barros	410
Caroline Cantão de Paula Maria, Profª Vania Aparecida Borim Moretto Delpino	316
Caroline Eduarda Mazzo, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro	890
Cristina do Amaral Carvalho de Almeida Prado, Elaine Gardinal Pizato	67
Daiane Barbosa de Oliveira, Adriane Lopes	646
Daniel Dos Santos Coutinho Peruzzi, Helio Felipe Coelho, Lucas Gabriel Pereira, Pedro Antonioli, Natalia Carinhato Pastana	1171
Daniela Fernanda Viotto, Nicolý Figueiredo Avanço, Maria Madalena Lazari Kawashima	1143
Deborah V. Espíndola Oliveira, Jéssica G. de Figueiredo, Flavio Luis G Scalco	1116
Denise Alves da Silva, Gabriela Cristina Carmello, Lúcia Helena Ormelese de Barros	219
Diandra Andrades Silva, Isabela Rodrigues de Souza, Elaine Cristina Gardinal Pizato	198
Diego Laércio Avante, Gabriel Gomes, Otávio Fernando Alves Pereira de Cruz, Vitor Luiz Giralardi de Moura, Eliomar Borges Furquim	1081
Diego Salmazo, João Victor Batista Sábio, Ivan Antonio de Mello, Eliomar Borges Furquim	1087
Diogo Fernando Boter, Luiz Pecoli Neto E-Mail, Ademir Testa Junior	692
Edna Rufino da Silva, Isabela FOLONI e Nágila Garcia Galan de Oliveira	810
Edymara dos Anjos Oliveira, Grazielle de Oliveira Galvão, Gabriela Grandeso, Tanize do Espirito Santo Faulin	963
Elias Felipe Pinto, Meliza Nobre, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França	1005
Eliziane Tamires Soares Braz, Franciele Letícia Faxina, Juliana Gonçalves Araujo, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	588
Elvislene Cardoso, Emely Terentin, Bianca Callegari	851
Fábio José Evaristo; Renan Alves Rodrigues, Ademir Testa Junior	53
Felipe Hidalgo, Gabriel Oliveira, Renan Floret Turini Claro	775
Fernanda Cristina Garcia, Ana Vera Niquerito Bozza	336
Fernanda de Almeida Lins, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino, Celso Henrique Nicola	85
Fernanda Pagotto Businaro, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	60
Fernando Rodrigo Martins Junior, Antônio Henrique Barbosa Real	975

Flávia Cristina de Sousa, Andréa Cibele Roque, Ivana Regina Gonçalves	918
Flavia Luana Rossini, Thamires Barbiero da Silva, Vitor Fernando Masiero, Silvana Cristina Martiello Ferrari	1025
Flávia Prado Leandro de Melo, Giovana Stéfani de Carvalho, Isabella Unterrichter Rehtenthal	236
Flavielle Barbi Garcia, Hamilton Cesar Hermenegildo Junior, Priscila Carolina Verza, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1029
Francisco Augusto Supricio, Paula Grippa Sant'Ana	494
Francisco Pirassoli, Vinicius Michellin Parra, Guilherme Florenzano Rizatto	736
Frederico Herbert Santos Vieira, Rafael Martins Ficho, Bianca Didoni,	983
Gabriel Aparecido Pinheiro, Vinicius Diego De Oliveira, Guilherme Augusto Martines	698
Gabriel Pessotto Galera, Elaine Regina Cassoli	252
Gabriel Sboldrim Mussi, Ademir Testa Junior	485
Gabriela Gasparoto Zanutto, Fábio Henrique Pinheiro	365
Gabriela Rodrigues, Talita Cavalheiro, Wanderlei Sebastião Gabini	165
Gabriel De Barros Friche, André Luiz Cezarino Dos Santos, Paula Grippa Sant'ana	779
Gabrielle Magon Pupo, Karina Ferraz Tozze	604
Gabrielly Fernanda Moreira, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	248
Giovana Alves Pereira da Cruz, Paloma Aparecida Camargo, Viviane Rodrigues	111
Giovana Bertoloto, Wanderlei Sebastião Gabini	170
Giovana Salvador de Lima, Suzana Abrunhosa	478
Giovanna De Moraes Gonçalves, Rhilary Perez, Tanize Do Espirito Santo Faulin	762
Giovanna Figueiredo Avanço, Viviane Rodrigues	48
Guilherme da Silva Trombini, Elaine Regina Cassoli	617
Guilherme Henrique de Oliveira, Rosicleia Pereira Albuquerque, Karina Tozze	1157
Guilherme Lucas Dos Santos, Renan Alves, Evandro Antonio Corrêa	730
Gustavo Tonon Vono, Renan Floret Turini Claro	866
Gustavo Venancio, Simone Manechini Calciolari, Gercilene Cristiane Silveira, Adriane Lopes	903
Henrique Aguiar, Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehar	427
Isabela Fernanda Savio, Elaine Gardinal Pizzato	43
Isabella Rebecca, Suzana Abrunhosa	232
Isadora Oller Buzacarini, Leticia Hilário Copi, Renan Ustulin Parisi, Clerison José de Souza Bueno	1052
Izabela Lenharo Ferreira, Ma. Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	288
Jacqueline Scarabelo, Adriana Campos Meiado	211
Jailda da Silva Correia, Wanderlei Sebastião Gabini	115
Janaína Cristina Domingues, Stefanie Cristina Domingues, Paula Grippa Sant'Ana	839
Jaqueline Augusto, Maria Teresa S. Monteiro, Vitor Hugo Brandão, Karina Tozze	392
Jaqueline Samara de Oliveira Marinho, Ana Laura Modolo de Castro, Inaiane Boscarini, Leonardo Vinicius Martinello, Tanize do Espirito Santo Faulin	958
Jessica Cristina Alexandrino, Núbia Emanuelle Barbosa, Maria Madalena Lazari Kawashima	1047
João Marcelo da Silva Galvão, Perla Savana Daniel	1040
Jorge Fernando Marzanati, Grasiela Lima	180
José Astério Sola Gimenes, Adriana Campos Meiado	311
Julia Maróstica Zen, Natália Tavares Segal, Viviane Rodrigues	539
Julia Sandi Araujo, Liara Rodrigues de Oliveira	1124
Juliana Gonçalves Araujo, Leandro Gonçalves Araujo, Maria Madalena Lazari Kawashima	323
Juliana Guilmo Leal, Elaine Cristina Gardinal Pizzato	598
Juliana Henry Bon de Oliveira, Lucas Rocha Gomes, Liara Rodrigues de Oliveira	610

Juliana Henry Bon de Oliveira, Luma Karuliny de Paula, Aguinaldo José da Silva Gomes	263
Juliana Karina Candido, Prof ^a . Ma. Giovanna Castilho Davatz E Prof ^a . Ma. Adriane Lopes	742
Juliana Mazo Duarte das Neves	528
Katia Regina de Moraes, Paula Grippa Sant'Ana	896
Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha Chagas, Renata C. de O. Souza Castro, Ana Paula Ribeiro Razera	883
Kethleen Rodrigues Alves, Lúcia Helena Ormelese de Barros	241
Lais Fernanda da Silva, Andréa Cibele Roque, Nágila Garcia Galan de Oliveira	875
Lais Medeiros da Silva, Veruska Veridiane Viaro Galante, Elaine Cristina Gardinal Pizato	300
Laiz Ferreira, Ana Flavia Cruz Lopes, Thayna Alves Custódio, Profa Ma. Elisangela Ramos De Oliveira	669
Laiza Adriana Canola, Isabella Unterrichter Rechtenthal	204
Larissa Aparecida Rovaris, Marina Hilario Doro, Isabela Beatriz Sarti, Solimar G. Messias Bonjardim, Flávio Mangili Ferreira	1033
Larissa Daiane Sgorlon, Letícia Carmello Preter, Vânia Ap. Borim Moretto Delpino	293
Larissa dos Santos de Oliveira, Mateus Henrique Franchin Vendrami, Guilherme Augusto Martines	804
Larissa Manteca de Faria, Marcelo Mott Peccioli Paulini	308
Lauriane Valentim de Freitas, Viviane Rodrigues	121
Láyra Furtado Schiavon, Karina Tozze	792
Leandro G. Araujo, Solimar Guindo Messias Bonjardim	1070
Lenon Douglas da Cruz Gonçalves, Paula Grippa Sant'Ana	952
Leonardo Rafael Ocon, Sarah Raquel Tomioto Garcia, Suzana Abrunhosa	533
Letícia de Souza, Wanderlei Sebastião Gabini	593
Leticia Missassi Medeiros, Rafaela Parolini Fragnan, Grasiela Lima	191
Leticia Veronezi, Adriane Lopes	653
Lidiane Aparecida Kil, Viviane Rodrigues	152
Lizandra Larissa dos Santos, Célia Regina Auler Pereira Furuta	572
Lorena da Silva, Mariana Cristina Ferreira dos Santos, Lúcia Helena Ormelese de Barros	388
Luan Felipe Frederico, Camila Gabriele dos Santos Dourado, Wagner Guilherme Lopes, Ademir Testa Junior	144
Lucas Alexandre Jorge, Viviane Rodrigues, Elaine Cristina Gardinal Pizato	449
Lucas Henrique de Oliveira dos Santos, Flávio Luís Grava Scalco	1077
Lucas Luciani, Victor Heubel Carreteiro Camargo, Giovanna Castilho Davatz	717
Lucas Minetto Lyra, Rafael Corrêa Soares, Profa. Me. Juliana Inhesta Limão Thiengo	681
Marcela Gomes Torensan; Marcel Henrique Bertonzzin	377
Maria Carolina Andrade Ribeiro, Milene Macedo Liz, Wanderlei Sebastião Gabini	155
Maria Caroline dos Santos Souza, Willian Albuquerque da Silva, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	968
Maria Clara Justino de Oliveira, Elaine Regina Cassoli	506
Maria Emilia de Lima Serafim Rodrigues, Pamela Lalesca Catto Antonio, Gercilene Cristiane Silveira, Elisângela Ramos de Oliveira	798
Maria Gabriela Carvalho, Perla Savana Daniel	1120
Maria Laura Tondati Guelfi, Isabela Cristina dos Santos Moreira, Ariadne de Oliveira Francisco, Tanize do Espírito Santo Faulin	870
Mariana Carraro Alves, Ynara Larissa Baltieca De Souza, Gercilene Cristiane Silveira	784
Mariana Juvenal da Silva, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	343
Mariele Francine Martins, Ana Vera Niquerito Bozza	105

Marina Almeida Prado Marangon, Elaine Regina Cassoli	16
Marina Antognoli Idalgo, Lucia Helena Ormelese De Barros	73
Marina Delgado, Lucia Helena Ormelese de Barros	470
Marina Gonçalves Meira, Vanessa Regina Semeão Alcalde, Renan Floret Turini Claro	938
Marina Marra, Micaele Cristina Candido de Oliveira, Vânia Aparecida Borim Morretto Delpino	1190
Michelle Beatriz Alves Tortola Brito, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	910
Michelle Camila Marineli Ortolani, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	931
Milena Fernanda Serrano, Patrícia Ribeiro Nakamura Real, Patrícia Pelegrina Rosseto	257
Milene Fernanda Ramalho, Raquel Castanhassi, Tanize Do Espirito Santo Faulin	676
Mônica Bezerra de Souza, Grasiela Lima	514
Murilo Rafael Mellon, Maria Beatriz Nunes Graciano, Heloísa Donzella,	766
Naiara Fernanda Pereira Rodrigues, Fabio Henrique Pinheiro	359
Natalia Corrêa Raimundo, Nagila Garcia Galan de Oliveira	926
Natalia Rafaela Frate, Rayane Stefanie da Silva, Marcel Bertonzzin	557
Natalia Raminelli dos Santos, Vania Aparecido Borim Moretto Delpino	1138
Otávio D'Ercole Barbosa, Solimar Guindo Messias Bonjardim	370
Pamela Lopes Vieira, Elaine Cristina Gardinal Pizato	520
Pamela Lopes, Adriane Lopes	662
Pâmela Priscila Luque, Marcela Mangili Esteves Ivo	405
Pamela Simone Couto, Nelson Palanca	174
Paulo Roberto Bricce	275
Rafaella da Silva Campos; Isabella Unterrichter Rechtenthal	631
Rafale Balbino de Araujo, Bianca Didone,	993
Regys Giovanna Vieira, Wanderlei Sebastião Gabini	420
Renan Correa Videira, Tatiana Segura Moreno, Wagner Moraes, Clerison Jose de Souza Bueno	1015
Roberta Cristina Massambani, Gercilene Cristiane Silveira	711
Rubia da Silva, Liara Rodrigues de Oliveira, Nathã Henrique Ferreira Anunção	859
Salete Rosemara Gazola, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	130
Taila Souza, Viviane Rodrigues	136
Tainá da Silva, Shaday Mastrangelo Prudenciatti Ikehara	624
Talita Morgana Puci Franco	755
Thaís dos Reis Leite, Adriana Campos Meiado	125
Tiago Pereira, Bianca Callegari	454
Victor Favero Aparecida, Eduardo Toledo Arruda Galvão de França	1111
Victor Henrik Lemos de Proença, Mariana Heloisa Manzato, Paula Grippa Sant' Ana	824
Victor Sousa, Marcelo Mott Peccioli Paulini	464
Victória Fernanda Maran, Lucia Helena Ormelese de Barros	567
Vinicius Sousa, Marcel Henrique Bertonzzin	1177
Vitória Vaz de Lima, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1101
Wesley Elioenai, Nataly Barbieri Marcondes	1059
Wesley Fernandes Aleixo, Thiago de Souza Candido	817

2. RESUMO SIMPLES

Alex Nogueira Torini, Pedro Monteiro dos Santos, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1283
Alexandre Souza, Beatriz Cruz, Gabriel Martins, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1262
Alini Oliveira, Guilherme Nunhez, Ademir Testa Júnior	1206
Ana Camila de Picoli, Marina Fernanda Dias, Carolina Pacheco de Almeida Prado Bortolheiro Martins, Rafaela Pignatti de Freitas	1245
Ana Laura de Paula, Isabella Ramos, Evandro Antonio Corrêa	1237
Ana Laura Leandrin Ferreira, Thiago de Souza Candido	1216
Ana Vitória Leandrin, Liara Rodrigues de Oliveira	1227
Andréa Cibele Roque, Regina Célia Popim, Ivana Regina Gonçalves	1239
Anthony Alves Pereira, Vanessa Parra Prado Sampaio, Rafael Sormani Falsarella Lyra, Pietro Pacheco Lachtermacher, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1276
Ariely Ketlen Miranda, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1274
Bianca Farias Granai, Maria Laura Batista Primo, Gercilene Cristiane Silveira	1248
Bruna Muntú da Silva, Tanize do Espírito Santo Faulin	1250
Brunara Campagnini, Bianca Campagnini, Estefani Ribeiro, Marina A. Bonfim, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1255
Cesar Augusto Bianzeno, Guilherme Augusto Martines	1235
Daiana Gomes da Silva, Heitor José da Silva Fonseca, Paulo Fernando do Nascimento	1266
David Creazzo, Carlos Rafael, Alessandro Gabriel Macedo Veiga	1211
Diogo Guilherme dos Santos, Letícia Alves Marassatto, Mariana de Brande Milanez, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1257
Eduarda Gabriely Bernardes, Gabriela Custódio dos Santos, Grasiela Lima	1199
Eduardo Tomazini, João Paulo Minatel, Luis Guilherme Lanza, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1269
Emanuel Saul da Paz Cabral, Henrique Saturnino Avelino, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1259
Flávia Alessandra Milani, Caroline Garcia Policarpo, Luana da Silva Cippola, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1285
Flávia Cristina de Sousa, Andréa Cibele Roque, Ivana Regina Gonçalves	1232
Gabriel Fracassi, Morgana Casale Ferreira, Natan Bordi, Vinícius Rossi, Evandro Antonio Corrêa	1221
Gislaine Aparecida Rodrigues de Moraes Barbosa, Patrícia Corrêa Dias, Adriane Lopes	1209
Guilherme Henrique Silverio, Larissa Jaqueline De Gáspari, Evandro Aparecido Pecori, Patrícia Oréfice	1287
Hilda Cristiane Costa Cruz Ogura, Giovanna Castilho Davatz Lopes	1218
Isabele de Gois, Isabella Tremencio Viaro, Vitória Alessandra Pereira, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1279
Isadora Heloísa Ferreira, Evandro Ap. Pecori, Patrícia Oréfice	1289
Jaila Aparecida Rodrigues, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1204
Juliana Roberta Branco, Pamela F. Corrêa Fermino, Maiara da Silva Moura, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1281
Luan Gabriel Alabarse De Omena, Luis Carlos Rodelli, Evandro Antônio Corrêa	1223
Lucas Carmello Preter, Luiz Felipe Fernandes de Oliveira, Renan Tagiariolli, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1264
Lucas Monteiro dos Santos, Guilherme Augusto Martines	1214
Marcos Alexandre Baicaicoa, Eduardo Toledo Arruda Galvão de Franca	1271
Maria Eduarda Carreira Carneiro, Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Flavia Caroline Nogueira, Fabiana Camila Bativa, Tanize do Espírito Santo Faulin	1242

Maria Laura Tondati Guelfi, Andre Luiz Ventura Savio,	1229
Marilaura Figueira Togni, Valdir Henrique Togni, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1202
Marina Fiorelli Morgado, Giovanna Castilho Davatz	1253
Vitor Julian Dornelles, Evandro Antonio Corrêa	1197